00100.065756/2022-90

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVII SUP. ÚNICO AO Nº 84, QUINTA-FEIRA, 2 DE JUNHO DE 2022

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador Romário (PL-RJ)
2º Vice-Presidente

Senador Irajá (PSD-TO)
1º Secretário

Senador Elmano Férrer (PP-PI)
2º Secretário

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
3º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC)
2º - Senador Luiz Carlos do Carmo (PSC-GO)
3ª - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)
4º - Senador Zequinha Marinho (PL-PA)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quesia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

---

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Ata da 8ª Reunião, Conjunta, realizada em 5 de maio de 2022 (realizada em conjunto com a 5ª Reunião da CI)**(Vide item 1.7)**

1.2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de abril de 2022 5

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de abril de 2022 42

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de maio de 2022 105

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de maio de 2022 122

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de maio de 2022 141

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de maio de 2022 164

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de maio de 2022 263

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de maio de 2022 285

1.3 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 7ª Reunião, Ordinária, realizada em 4 de maio de 2022 337

1.4 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de fevereiro de 2022 373

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de fevereiro de 2022 410

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de março de 2022 446

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de março de 2022 481

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de março de 2022 520

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.065756/2022-90

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de abril de 2022 571

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de abril de 2022 623

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de abril de 2022 630

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de abril de 2022 736

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de abril de 2022 772

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de maio de 2022 814

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de maio de 2022 843

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de maio de 2022 873

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de maio de 2022 933

1.5 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de março de 2022 968

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de abril de 2022 972

1.6 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 1ª Reunião, Ordinária, realizada em 24 de março de 2022 986

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de abril de 2022 1019

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de abril de 2022 1063

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de maio de 2022 1150

1.7 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 5ª Reunião, Conjunta, realizada em 5 de maio de 2022 (realizada em conjunto com a 8ª Reunião da CAE) 1213

1.8 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2022 1215

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de maio de 2022 1283

1.9 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2022 1305

1.10 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de abril de 2022 1316

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de abril de 2022 1332

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e dezesseis minutos do dia vinte e seis de abril de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência da Senadora Zenaide Maia, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Nilda Gondim, Luis Carlos Heinze, Eliane Nogueira, Renan Calheiros, Veneziano Vital do Rêgo, Flávio Arns, Eduardo Girão, Mara Gabrilli, Giordano, Lasier Martins, Rodrigo Cunha, Alexandre Silveira, Nelsinho Trad, Maria do Carmo Alves, Carlos Portinho, Zequinha Marinho, Romário, Paulo Paim, Paulo Rocha, Alessandro Vieira, Leila Barros e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Gomes, Marcelo Castro, Izalci Lucas, Sérgio Petecão, Lucas Barreto e Jayme Campos. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Resolução do Congresso Nacional n° 1, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Concede o título de Patrimônio Nacional da Saúde Pública à Associação Santa Casa de Ibiporã – Hospital Cristo Rei." **Autoria:** Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2486, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física e cria o Conselho Federal de Educação Física e os Conselhos Regionais de Educação Física." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatório:** Favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 2. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora, Senadora Rose de Freitas, para reexame. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2183, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a comercialização da produção e da importação de refrigerantes e bebidas açucarados (Cide-Refrigerantes), e dá outras providências" **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1-T. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei da Câmara n° 62, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre medidas alternativas de segurança para usuários de aparelhos de marca-passo, quanto à passagem por aparelhos que empreguem radiação eletromagnética, e para usuários de próteses metálicas, quanto à passagem por detectores de metais e outros equipamentos similares." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 2-CAS (substitutivo). **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1057, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que "Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências"; a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que "Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências", para conceder seguro-desemprego aos segurados especiais da Previdência Social vitimados por catástrofes naturais e desastres ambientais, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CAS. **ITEM 6 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Projeto de Lei da Câmara n° 98, de 2018 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a avaliação psicológica de gestantes e puérperas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 403, de 2018 - Terminativo -** que: "Acrescenta o § 6º ao art. 34 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para estabelecer o direito à prioridade na concessão de férias ao trabalhador com deficiência ou que tenha cônjuge ou dependente com deficiência." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda n. 1-CAS. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3966, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta o inciso XII ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que o responsável por menor de 18 anos possa se ausentar do serviço para acompanha-lo para participar em competições esportivas, nas condições que especifica." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, da Emenda nº 1 e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1-CAS e 2-CAS. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 1219, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para tornar obrigatória a realização de avaliação de saúde nas crianças que ingressarem na educação infantil." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 213, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para assegurar a participação de especialista indicado pela Associação Médica Brasileira na Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 29, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de, Debater sobre Doença Crônica Renal e a Conscientização, em âmbito nacional, sobre o fomento e diálise peritoneal." **Autoria:** Senador Romário (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Durante a discussão foram incluídos como convidados: Representante do Ministério da Saúde e Hugo Abensur, Coordenador do Programa de Diálise Peritoneal do Hospital das Clínicas da FMUSP. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Zenaide Maia
Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/04/26

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento dos seguintes expedientes:

– Nota de posicionamento da Rede Ecpat Brasil, a qual relata violência e invasão ao território do povo ianomâmi, especialmente violência sexual contra as mulheres e crianças;

– Cópias de ofícios e moções de Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais e entidades, contendo considerações sobre questões trabalhistas, assistência social e temas relacionados à saúde.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação dos Senadores, a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados ao final do prazo.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos e relatórios de requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais, como nas matérias terminativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que não conseguirem registrar o seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente, e a Secretaria providenciará para que o voto seja computado no painel de votação.

Primeiro item, item 1.

ITEM 1

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL Nº 1, DE 2022

- Não terminativo -

Concede o título de Patrimônio Nacional da Saúde Pública à Associação Santa Casa de Ibiporã – Hospital Cristo Rei.

Autoria: Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Eu agradeço, Sra. Presidente.

Quero, em primeiro lugar, cumprimentá-la, assim como os demais colegas Senadores e Senadoras da Comissão.

Passo, se V. Exa. permitir, diretamente à análise do relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Correto.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – O Projeto de Resolução nº 1, de 2022, é apreciado pela CAS, nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, pelo qual compete a esta Comissão opinar sobre matérias que digam respeito à proteção e defesa da saúde e à atribuição do SUS, e do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021, que regulamenta o funcionamento das sessões e reuniões remotas e semipresenciais no Senado Federal e a utilização do Sistema de Deliberação Remota.

Em relação ao mérito, cumpre informar, inicialmente, que a Lei 14.196, de 26 de agosto de 2021, criou o título de Patrimônio Nacional da Saúde Pública, a ser concedido para instituições públicas e privadas sem fins lucrativos que tenham atuação destacada, há pelo menos 70 anos, em atividades de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cunho técnico, científico, educacional, assistencial e de participação social de promoção, proteção e recuperação da saúde, em âmbito público e comunitário.

De acordo com a referida norma, as instituições agraciadas devem gozar de indiscutível e notório reconhecimento público e social. Cabe ao Congresso Nacional, mediante resolução legislativa, proceder à concessão do título.

A Associação da Santa Casa de Ibiporã, no Paraná, fundada em 2 de fevereiro de 1951, é a mantenedora do Hospital Cristo Rei, localizado no Município de Ibiporã, no Estado do Paraná.

Por sua vez, o Hospital Cristo Rei é um hospital geral, enquadrado na categoria de média complexidade, que presta atendimento nas clínicas básicas e de pronto atendimento, além de executar cirurgias eletivas, tendo como público usuários do SUS, beneficiários de planos de saúde e também pacientes pagantes. Por ser o único hospital filantrópico da região, presta também atendimento médico-hospitalar aos moradores das cidades circunvizinhas (Alvorada do Sul, Assaí, Jataizinho, Primeiro de Maio e Sertanópolis), sendo referência hospitalar para a população de mais de 120 mil habitantes.

Assim, por preencher os requisitos estabelecidos pela Lei nº 14.196, de 26 de agosto de 2021, e por suas características sociais e sanitárias, sua importância regional e seu histórico destacado na área de prestação de serviços de saúde, entendemos que a instituição faz jus ao título de Patrimônio Nacional da Saúde Pública.

Em vista do exposto, o voto, Sra. Presidente, cara amiga Senadora Zenaide Maia: opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2022.

Eu quero só destacar, Sra. Presidente, que eu tenho um carinho muito especial pelo Município de Ibiporã e por toda a região. Além do projeto de resolução que está sendo relatado neste momento, em relação à Santa Casa e ao Hospital Cristo Rei, a Apae de Ibiporã é uma Apae pioneira no Brasil e no Paraná, e um dos seus líderes já falecido, o Dr. Justino Alves Pereira, foi Deputado Federal, Deputado Estadual e pai, junto com a Ildeman, de uma pessoa que necessita de cuidados especiais que fará também neste ano 70 anos de idade, a Marcinha, que é a mesma idade praticamente, 71 anos, do hospital santa casa. Então, a homenagem vai para a Apae, para a Apadev do município, para o município, para o hospital, porque é um município referência no Estado do Paraná.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai a Plenário.

Eu quero aqui só parabenizar o Senador Alvaro Dias e o Relator, o Senador Flávio Arns, pela sensibilidade humana. Esse título faz jus... Esse título de Patrimônio Nacional da Saúde Pública, como também se falou da Apami... São instituições que salvam vidas, que vêm salvando vidas, ajudando, trabalham com o SUS. Então, merecem parabéns o Senador Alvaro Dias e o Senador Flávio Arns.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2486, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física e cria o Conselho Federal de Educação Física e os Conselhos Regionais de Educação Física.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Rose de Freitas

Relatório: Favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 2.

Observações:

1- A matéria recebeu Parecer favorável na Comissão de Educação, Cultura e Esporte em 24/03/2022.

2- Em 31/03/2022, o Senador Paulo Paim apresentou a Emenda nº 2 (subscrita em 04/04/2022 pelo Senador Rogério Carvalho).

3- Em 12/04/2022, foi realizada audiência pública para instrução da matéria.

4- O Senador Roberto Rocha apresentou a Emenda nº 3, retirando-a posteriormente em 18/03/2022.

5- Em 25/04/2022, o Senador Paulo Rocha, pela liderança do PT, apresentou Requerimento para destaque da Emenda nº 2. Esse requerimento de destaque, por ser de bancada, é recebido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

automaticamente e independe de votação. A Emenda nº 2, portanto, será votada nominalmente após a votação do relatório.

Concedo a palavra à nossa Senadora Rose de Freitas para a leitura do relatório.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG. Pela ordem.) – Senadora Zenaide, peço a palavra, pela ordem, só por um segundo. Só para poder pedir, se possível, à análise da senhora, a retirada de pauta do item 3, de que a senhora, inclusive, é a Relatora, só para a gente debater melhor por se tratar da criação de uma contribuição neste momento em que nós ainda vivemos uma desaceleração da economia, a possibilidade da retirada de pauta para melhor análise.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu vou retirar para... É um debate bem interessante, porque é sobre a taxação de bebidas açucaradas, que a gente sabe que têm um efeito muito grande na obesidade infantil. Eu queria dizer aqui que o açúcar já matou mais gente do que todas as guerras mundiais. Eu vou permitir a retirada de pauta, porque a gente vai debater sobre isso, entendeu? Eu acho que pelo menos taxar a importação para diminuir os danos na saúde pública como um todo... Mas isso é um debate. E eu já estou permitindo a retirada de pauta para a gente debater.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2183, DE 2019

- Não terminativo -

Institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a comercialização da produção e da importação de refrigerantes e bebidas açucarados (Cide-Refrigerantes), e dá outras providências

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1-T.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.)

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Muito obrigado, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É porque tem o mérito, eu concordo com a senhora, mas tem também a questão da economia que eu quero debater. São dois pontos que a gente pode avaliar melhor, dentro de um debate mais profícuo. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu vou passar a palavra, porque eu estou vendo o nosso colega Senador Romário também quer falar sobre... É sobre a retirada de pauta desse projeto, Romário?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Presidente Zenaide. Bom dia a todos que estão nos ouvindo, Senadores, Senadoras.

Na verdade, Sra. Presidente, queria me manifestar aqui pela aprovação do Projeto de Lei 2.486, de 2021, esse projeto que a Senadora Rose de Freitas vai relatar, na forma como foi apresentado, a fim de que cumpra logo os seus principais objetivos.

Na prática, esse projeto corrige um vício de origem quanto à criação do Conselho Federal de Educação Física, seus órgãos afins e profissionais do setor. Ao aprová-lo, estaremos regularizando o que já funciona com eficiência desde 1998. Apelo aos meus colegas que o aprovem sem reparos o projeto em questão. E novas alterações que se fizerem necessárias poderão ser encaminhadas por projetos de lei afins.

Encarecidamente, peço a todos da Comissão, aos nobres Senadores e às Senadoras que aprovem o PL 2.486, com a apreciação do Plenário para o ato final de apreciação e voto. É um projeto de grande importância hoje para a educação física. Recebi muitas pessoas da educação física do Brasil no meu gabinete para conversar sobre esse tema.

Aproveito a oportunidade para parabenizar a Senadora Rose de Freitas pelo brilhante trabalho que foi feito nesse projeto com a sua relatoria.

Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Tudo bem, Senador.

Eu já concedo a palavra à Senadora Rose de Freitas para leitura do seu relatório.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores presentes a esta Comissão, o relatório é o seguinte.

Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei (PL) nº 2.486, de 2021, da Presidência da República, que "altera a Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998, que dispõe sobre a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regulamentação da profissão de Educação Física e cria o Conselho Federal de Educação Física e os Conselhos Regionais de Educação Física".

O PL nº 2.486, de 2021, é de autoria do Poder Executivo, tendo sido encaminhado à Câmara dos Deputados mediante a Mensagem nº 330 do Presidente da República, datada de 6 de julho de 2021.

De acordo, Sra. Presidente, com a Exposição de Motivos nº 00097/2001, do Ministério da Economia, "o objetivo da proposição em tela é a aprovação de lei, de iniciativa do Poder Executivo, que disponha sobre a criação do Conselho Federal [...] e dos Conselhos Regionais de Educação Física [...], para oferecer segurança jurídica à existência e ao funcionamento dos conselhos de educação física, na sua função de fiscalização e orientação da atividade de educador físico".

Extrai-se da citada...

Um minuto só, Presidente.

Extrai-se da citada exposição de motivos a importante informação de que "cabe esclarecer que o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Educação Física existem e funcionam regularmente, porquanto contam com previsão legal nos arts. 4º e 5º da Lei nº 9.696, de 1998. Entretanto, perante o Supremo Tribunal Federal foi proposta ação direta de inconstitucionalidade, a ADI nº 3.428-DF, em que se questiona a constitucionalidade dos referidos dispositivos da Lei nº 9.696, de 1998, por vício de iniciativa, porquanto nos termos do art. 61, § 1º, alínea 'e', a criação de autarquia demanda lei de iniciativa do Presidente da República, enquanto a Lei nº 9.696, de 1998, teve origem no parlamento".

Resume a referida exposição de motivos que o "novo texto estabelece as competências dos Conselhos Federais e Regionais de Educação Física, a composição, a forma de eleição, as receitas, as infrações disciplinares aplicáveis aos inscritos e o processo administrativo, aproximando essa norma de outras que regulam conselhos profissionais de igual relevância".

O PL nº 2.486, de 2021, foi submetido ao Plenário da Câmara dos Deputados, em 14 de fevereiro do corrente ano, sendo aprovado na forma de Subemenda Substitutiva Global ao Projeto de Lei nº 2.486, de 2021, adotada pelo Relator da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

O projeto em análise foi encaminhado pela Câmara dos Deputados ao exame do Senado Federal, em 16 de fevereiro do corrente ano, estando redigido em quatro artigos, destacando-se os seus arts. 1º a 3º, que resumem a sua parte normativa, e mediante os quais se propõem as alterações à legislação vigente sobre o assunto – no caso, a mencionada Lei nº 9.696, de 1998.

Destacamos as inovações, em relação ao projeto original oriundo do Poder Executivo, presentes no PL aprovado pela Câmara dos Deputados e por nós julgadas relevantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao art. 1° do PL, que propõe alterações de dispositivos da Lei n° 9.696, de 1998, a Câmara dos Deputados:

a) incluiu no PL o art. 2° da Lei n° 9.696, de 1998, a fim de promover alterações redacionais nos seus incisos I e III e acrescentar, ademais, o inciso IV, para prever "que os egressos de cursos superiores de Tecnologia conexos à Educação Física, oficiais ou reconhecidos pelo Ministério da Educação, cujos eixos tecnológicos sejam direcionados às áreas de conhecimento abrangidas por esta Lei, conforme regulamentado pelo Confef";

b) alterou a redação do art. 4° da Lei n° 9.696, de 1998, diferenciando-se do projeto original ao propor a transferência da sede e do foro do Confef, do Rio de Janeiro-RJ para Brasília-DF, no prazo máximo de quatro anos, contado da data da publicação da lei que resultar do PL em exame (§2°);

c) introduziu na Lei n° 9.696, de 1998, os arts. 5°-A (art. 5° do PL original) a 5°-L (no PL original vai até o art. 5°-J), destacando-se as seguintes alterações em relação ao PL original: i) limitação, quanto às pessoas jurídicas, da fiscalização do exercício profissional à regularidade do registro e à atuação dos profissionais de Educação Física que nelas prestem serviços, mediante alteração proposta ao inciso II do art. 5° do PL original pelo art. 5°-A, inciso II, do PL da Câmara dos Deputados, relativa à competência do Confef. A mesma alteração consta do inciso VI do art. 5°-B, relativa à competência dos Crefs; ii) inclusão dos §§ 1° ao 3° ao art. 5°-I (art. 5°-H no PL original) para detalhar etapas do processo disciplinar; iii) início da contagem do prazo de cinco anos de prescrição para os casos de abuso ou assédio moral ou sexual na data do início do processo disciplinar, em vez da data da ocorrência do fato que ensejar a pretensão da punição profissional ou da pessoa jurídica, conforme previsão do art. 5°-K (art. 5°-J no PL original); iv) acrescenta o art. 5°-L para prever a decisão favorável ao profissional regulado pelo Sistema Confef/Crefs ou à pessoa jurídica no polo passivo do processo, em caso de empate em processo disciplinar de apuração de infração ou aplicação de sanção disciplinar.

O PL em análise, Sra. Presidente, recebeu parecer favorável da Comissão de Educação, Cultura e Esporte desta Casa, que, em sua reunião realizada em 24 de março do corrente, aprovou o relatório, que passou a constituir o parecer da Comissão pela aprovação da matéria e pela rejeição da Emenda n° 1.

Análise, Sra. Presidente.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 100, *caput* e inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições que digam respeito a condição para o exercício de profissões, estando, assim, atendida a competência regimental para tratar do assunto que é objeto do PL em exame.

As alterações introduzidas pela Câmara dos Deputados ao texto original do PL n° 2.486, de 2021, não resultaram em modificações relevantes no seu mérito, exceto:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a) a mudança da sede e do foro do Confef, do Rio de Janeiro para Brasília, que é decisão política legítima do legislador;

b) a inclusão do inciso IV ao art. 2° da Lei n° 9.696, de 1998, para prever que os egressos de cursos superiores de Tecnologia conexos à Educação Física, oficiais ou reconhecidos pelo Ministério da Educação, cujos eixos tecnológicos sejam direcionados às áreas de conhecimento abrangidas por esta lei, conforme regulamentado pelo Confef; e

c) a limitação, quanto às pessoas jurídicas, da fiscalização do exercício profissional à regularidade do registro e à atuação dos profissionais de Educação Física que nelas prestem serviços.

Quanto ao aspecto de constitucionalidade e juridicidade do projeto, deve-se ressaltar a informação contida na Exposição de Motivos n° 00097/2001, Ministério da Economia, de que o objetivo da proposição em tela é a aprovação de lei, de iniciativa do Poder Executivo, que disponha sobre a criação do Conselho Federal (Confef) e dos Conselhos Regionais de Educação Física (Crefs), para oferecer segurança jurídica à existência e ao funcionamento dos conselhos de educação física, na sua função de fiscalização e orientação da atividade de educador físico, haja vista a Ação Direta de Inconstitucionalidade n° 3.428, que já citamos, proposta perante o Supremo Tribunal Federal, em que se questiona a constitucionalidade dos referidos dispositivos da Lei n° 9.696, de 1998, por vício de iniciativa, porquanto nos termos do art. 61, §1°, alínea "e", a criação de autarquia demanda lei de iniciativa do Presidente da República, enquanto a Lei n° 9.696, de 1998, teve origem no Parlamento.

Ademais, Sra. Presidente, o PL vai ao encontro do disposto no art. 48, inciso XI, da Lei Maior, pois cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre criação de órgãos da administração pública. No presente caso, os conselhos, que são autarquias, de que trata o projeto, competindo privativamente ao Presidente da República iniciar o processo legislativo, na forma e nas hipóteses previstas na Constituição, a teor do art. 84, inciso III, do Estatuto Político.

Assim, o fato de o PL ter a sua origem no Poder Executivo afasta o vício de inconstitucionalidade, que teria se a iniciativa de sua apresentação fosse parlamentar.

Justifica-se, ademais, a mudança da legislação vigente sobre o assunto, não só para atualizar a Lei n° 9.696, de 1998, como pela necessidade de prevenir a possibilidade de que essa lei seja declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal na apreciação da ADI n° 3.428-DF, que nós já citamos e está em andamento.

Em face do exposto, Sra. Presidente e Srs. Parlamentares, e do notório mérito do PL, no sentido de disciplinar, adequadamente, a atividade de educador físico e seus conselhos de fiscalização do exercício profissional, o nosso entendimento é de que não há óbice de natureza constitucional, jurídica, regimental ou de técnica legislativa à sua aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi apresentada pelo querido amigo e competente Senador Paulo Paim a Emenda nº 2 na CAS, que permite o exercício laboral pleno e integral, dispõe sobre a inscrição nos conselhos profissionais da categoria, além de estabelecer diretrizes essenciais para o exercício da atividade laboral dos profissionais de educação física.

Entendemos que a emenda é meritória, mas foge ao escopo original do projeto, que tem como objetivo a regulamentação da profissão de educador físico.

As disposições que abarcam a preocupação do Senador Paulo Paim devem ser apreciadas por meio de um projeto autônomo e abrir um amplo debate sobre o referido tema.

O voto, Sras. e Srs. Parlamentares.

Diante do exposto, nos termos do art. 133, I, do Regimento Interno do Senado Federal, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.486, de 2021, e pela rejeição da Emenda nº 2, oferecida na CAS.

Esse é o pronunciamento, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Coloco a matéria em discussão.

Já vejo que o Senador Flávio Arns levantou a mão.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Eu agradeço e quero dizer à colega Rose de Freitas que recebi dezenas de manifestações de professores de colégios estaduais e particulares. Eles manifestam a opinião de que, quando eles entram num determinado estabelecimento de educação, eles já são fiscalizados pelo próprio órgão de educação. Há toda uma regulamentação no sentido de que o próprio estabelecimento e o sistema, seja municipal ou estadual, têm que seguir a legislação existente. Eles são acompanhados e fiscalizados pelos próprios municípios, estados e conselhos estaduais de educação, e haveria, assim, uma intervenção, eu diria até, indevida, com todo respeito aos conselhos regionais e nacional, que respeito muito.

O conselho não pode estar dentro da escola fiscalizando o trabalho do professor de Educação Física, senão nós teríamos que ter a fiscalização do professor de Geografia, de Português, de Inglês, de Matemática...

Eu sou formado em Letras e tenho o meu registro também nos órgãos competentes. Então me pareceu, assim, de uma iniciativa muito importante a emenda do Senador Paulo Paim, respaldada, inclusive, pelas manifestações dos professores. Isso por um lado. Por outro lado, sendo professor, as pessoas podem contribuir com associação ou sindicato dos professores e profissionais de educação. Se houver, assim, essa necessidade de também contribuir para o Conselho de Educação Física, você teria aí

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma dupla contribuição, o que até os professores argumentaram que, com os salários baixos e não atualizados, como vem acontecendo no Paraná, por exemplo, e em outros estados do Brasil, isso seria, inclusive, a diminuição da própria condição financeira das pessoas também, principalmente nessa questão da fiscalização. Nesse sentido, seria bem diferente de uma academia. É um professor que está lá dentro, é formado, é formado pelo curso de Educação Física, que é essencial para o desenvolvimento do ser humano, mas está na academia, lá, trabalhando e tem que ser, de alguma forma, fiscalizado.

Eu já fui Secretário de Educação aqui no Paraná e nunca passou pela cabeça que o professor de Educação Física estaria dentro da escola sendo fiscalizado pelo Conselho de Educação Física. Como Secretário de Educação, é atribuição nossa acompanhar, fiscalizar, orientar, supervisionar, e do Conselho Estadual.

Então, eu gostaria de ver uma manifestação, Senadora de Freitas, porque todo esse levantamento que foi feito me parece extremamente pertinente.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Passo a palavra para a Rose, a pedido do Senador...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. *Por videoconferência*.) – Eu gostaria de, se houver outros questionamentos sobre essa questão da emenda apresentada pelo Senador Paim, fazer a apresentação em conjunto – nós estamos trabalhando em algumas Comissões –, para que eu possa responder à questão do Senador Arns.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Então eu vou passar a palavra para o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Presidenta Zenaide Maia, meus colegas aqui Senadores e Senadoras e aqueles que estão acompanhando esse debate, o Senador Flávio Arns é um mestre, ele é da área, ele é um professor, foi Secretário de Educação do seu estado e fez uma exposição aqui, na minha avaliação, com muita, muita competência, não deixou nenhuma dúvida. Eu não vou repetir os argumentos que ele usou e vou fazer um tipo de uma retrospectiva histórica.

Essa matéria é muito importante. Há uma mobilização dos professores em todo o país. Nós todos estamos recebendo. Quem não recebeu questionamento sobre esse tema de parte dos professores?

Eu não vi de nenhum professor, pelo menos que remeteu para mim, que estava no centro também desse debate, uma posição favorável a que ele passe a ter, a partir dessa votação, uma contribuição. Porque no projeto, lá atrás, muitos anos atrás, no que eu e o Paulo Rocha relatamos, foi construído um grande entendimento, e não entrou a contribuição para o professor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem é contra regulamentar a profissão de educação física? Ninguém é contra. Tanto que essa votação e a regulamentação vão ser simbólicas, tenho certeza absoluta. Ninguém vai pedir verificação quanto à aprovação, nessa particularidade, da regulamentação, já que há um vício, sim, de origem constatado. Está no Supremo, e o Supremo ainda vai dar dois anos, depois da decisão, para que a gente, então, ajuste essa questão.

Eu tenho o maior carinho por todos do conselho, os professores, converso com todos.

Presidenta Zenaide Maia, eu fiz uma audiência pública – não só eu; Senadores participaram, como a Senadora que está aqui do meu lado, de quem esqueci o nome, me deu branco...

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Nilda.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A querida Senadora Nilda, tão querida que eu chamo a de querida, e não falo, às vezes, o nome. A querida Senadora Nilda. V. Exa. participou, o Flávio Arns participou, o Paulo Rocha participou. E todos os Senadores que usaram a palavra foram na mesma linha: de que o problema era o vício de iniciativa.

Correta a iniciativa do Executivo de mandar para cá para resolver. Ora, eu tinha entendido que seria nos moldes, tirado o vício de iniciativa, daquilo que eu e o Paulo Rocha tínhamos feito como Relatores quando Deputado ainda, mas não foi bem assim, com todo o respeito aos setores que estão envolvidos.

Eu cheguei a dizer, Senador Laser Martins, que quem nos procurou para dar continuidade ao trabalho dele foi o inesquecível e querido Deputado Eduardo Mascarenhas, porque sabia do nosso compromisso. E o compromisso existe, eu estou aqui. É a primeira vez que eu venho a uma reunião de debates em tempo de pandemia, pela importância do tema. Por isso trabalhei tanto para um acordo, trabalhamos – não é: eu trabalhei; nós trabalhamos – tanto.

Conversando com os professores, eles chegaram a propor que fosse, então, facultativo. Quem quisesse, por motivos outros, que pudesse fazer essa contribuição. O debate é também por aí. Não adianta, é a contribuição da devida participação junto aos conselhos.

Presidenta, não houve acordo. Reconheço os conselheiros que estão aqui. Eles sabem o respeito que eu tenho por eles também. Eles propuseram, inclusive, o seguinte, que eu achei positivo também: "Olha, quem sabe, então, Senador, tu transformas essa emenda num projeto à parte, apresentas para tramitar, e terás o nosso apoio". Isso eles falaram, quero fazer justiça a eles aqui. Acontece que, consultados os professores, já que eu estava na mediação, os professores entenderam que, depois de aprovada a lei, é muito difícil você aprovar outra em seguida, embora haja boa intenção dos conselheiros. Então, não houve acordo.

Veja bem, eu entendi ali que nenhuma das duas partes estava inflexível. Achava eu até que poderíamos construir um acordo hoje aqui mesmo, com, digamos, o aval da nossa querida Relatora,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Rose de Freitas; quem sabe até nessa linha de deixar como opcional, facultativo, para quem quisesse, por interesses outros que não cabem a mim, porque eu não sou especialista na área, fazer a sua opção. Não houve.

Quero, nesse meu encaminhamento de debate do projeto, agradecer muito ao nosso querido Presidente da Comissão, Sérgio Petecão. Sentado nesta cadeira, eu conversei com ele. Ele disse: "Paim, todos têm que votar com livre consciência e conhecimento do que estão votando". Consequentemente, ele falou com V. Exa.: "Vamos fazer uma audiência pública". Eu disse: "Não faremos obstrução". E não estamos fazendo. Debater a matéria aqui podemos debater o dia todo, mas sem obstrução. Eu sei que todos os Senadores votarão e vai ser no painel, vai ser nominal, para que cada um vote consciente do que está fazendo em relação aos professores brasileiros, que são os grandes interessados nesse tema.

Presidenta, eu estou tentando resumir aqui as minhas anotações.

O projeto em discussão dispõe sobre a regulamentação da profissão de educação física. Vocês notaram aqui – permitam-me que eu diga – que não fala "professor"? Notaram? Em todo o texto vocês vão ver só "regulamenta a profissão de educação física". Poderia falar então: regulamenta a situação dos professores na educação física, mas não tem a palavra "professor" nisso aqui. "Dispõe sobre a regulamentação da profissão de educação física e cria o Conselho Federal de Educação Física e os conselhos regionais de educação física". E está correto. Não é nenhuma crítica. Está correto.

Quando o projeto chega à Comissão de Assuntos Sociais, eu recebi, assim, centenas de pedidos, e conversei com o meu Líder, para que eu reapresentasse. Então, para mim seria bonito, aqui, mediante a repercussão do caso, dizer que eu elaborei uma bela emenda. Não é verdade. Eu simplesmente consultei o Humberto Costa se aquela emenda que não tinha tramitado e sido aprovada lá na Comissão de Educação, mediante o movimento nacional... E falaram "emenda do Paim"; a emenda é do Humberto Costa! Eu pego a emenda do Humberto Costa e apresento para o debate com os nossos pares. E assim está sendo feito.

O objetivo da emenda do Humberto Costa, de que eu acabei sendo o primeiro signatário, porque o Humberto Costa não é desta Comissão – não é, Paulinho? –, mas ele é totalmente favorável, naturalmente, à emenda dele, é excluir os professores da educação formal de serem obrigados à contribuição ao Conselho de Educação Física. Essa é a emenda resumida do Humberto Costa.

Reapresentei a emenda. Percebendo que havia um conflito, com posições firmes de ambos os lados, propus então a audiência pública, com a qual o nosso querido Presidente concordou prontamente.

Sou defensor sempre do bom debate, baseado nos princípios da democracia. E isso se fez. O debate foi lindo, de ambos os lados. Nenhuma crítica a nenhum dos lados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não contente ainda, entendendo que poderíamos caminhar para um acordo, provoquei ambos os lados, e ambos os lados concordaram com que eu realizasse uma reunião fechada, como a gente fala, sem palco para ninguém, para que todos defendessem seus pontos de vista. Nós a fizemos. Fizemos a reunião, com quatro personagens de cada lado, com quatro líderes. Mas, de novo, travou e não houve entendimento.

Mas vou aqui só dizer como foi esse debate. Rapidamente, só vou citar quem participou. De quatro líderes, um deles falou pelo Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte favoravelmente ao destaque. O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior foi favorável a esse destaque que apresentamos. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – será que todo mundo está errado? – foi favorável ao destaque. O Sindicato dos Professores do DF, que aqui representou os sindicatos dos estados com autoridade, foi favorável ao destaque. Falaram quatro a favor e quatro contra. Falaram contra o Conselho Federal de Educação Física e também os representantes dos Conselhos Regionais de Educação Física.

Vou terminar, Presidente.

Eu deixo claro que sou totalmente... Votei e votarei simbolicamente – vai ser unanimidade – para nós regulamentarmos a profissão, como fizemos no passado, com a boa vontade do Mascarenhas, de todos nós, do conselho e de todo mundo. É fundamental essa regulamentação. E assim será feito.

Mas, aqui, como já foi dito pela nobre Relatora... Aqui vou terminar. Acontece que a Lei 9.696, de 1998, de que nós fomos o Relator – foram mais do que dois relatores –, foi contestada no Supremo Tribunal Federal em uma ação direta e foi considerada inconstitucional por vício de iniciativa. A norma também vem sendo objeto de ações judiciais por parte dos professores há 24 anos. Há 24 anos, os professores estão contestando, estão lutando, estão peleando. E há aí o aspecto jurídico. Eu chego a dizer: bom, se estão peleando lá para chegar a um acordo mais na frente, vamos deixar lá então. Nós cumprimos a nossa parte.

Está aqui o nosso autor. Estou dizendo que o mérito é teu! Só falam da emenda do Paim. Está aqui, agora, presente o Humberto Costa, que foi o mentor. E ele não escreveu... Pelo que eu sei, ele conversou com os professores, e eles o ajudaram a formular essa emenda, que depois eu apresentei.

Termino dizendo, Presidente – aqui eu termino –, que, por esse motivo, é preciso que o Parlamento dê uma resposta a essa questão, votando o projeto e se pronunciando a respeito da emenda. É claro que, se sou um dos autores da emenda, peço a aprovação dessa emenda, que acabará com o conflito. A regulamentação estará garantida, sem prejuízo de nenhum profissional da educação. Mas também não haverá prejuízo para os professores formais do ensino básico – do ensino básico – até a universidade.

Era isso, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

Continua a discussão.

Passo a palavra agora para o Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – Sra. Presidenta, eu vim falar aqui para a gente dialogar com os companheiros representantes da categoria e do conselho, que estão ali assistindo ao nosso debate, para a gente deixar isso bem claro.

Primeiro, eu acho que, na intervenção do Senador Flávio Arns como primeiro do debate, ficou claro qual é o centro da questão da divergência que está posta. Como bom professor que é e com a autoridade que ele passou como autoridade de Estado – foi Secretário de Educação de um estado tão importante como o Paraná –, ele falou bem didaticamente o que é que está no centro da nossa divergência, da discussão. Por isso, eu queria chamar a atenção das colegas Senadoras e Senadores do que é que está posto quando a gente for levar a voto nominal a questão.

E fica claro para os companheiros do conselho que – e já foi repetido várias vezes pelo companheiro Paulo Paim – nós não somos contra a reorganização ou a organização do conselho, o seu fortalecimento, etc. Aliás – e o companheiro Paulo Paim falou disto, desta história –, nós já estamos há algum tempo aqui no Congresso Nacional e ficamos por um bom tempo na Comissão do Trabalho na Câmara Federal. Ele foi Presidente, eu fui Presidente, etc. E passaram... Foi naquele momento em que se estava num processo de regulamentação da própria Constituição. Portanto, esse tipo de projeto estava exatamente nesse período. E aprovamos, ajudamos a aprovar, relatamos vários conselhos e aprovamos, etc. Lembro-me de que tinha esses conflitos, inclusive, dentro das próprias categorias. No Crea, que tinha todos os engenheiros lá, me lembro de que tinha projetos de querer os engenheiros agrônomos se separando dos engenheiros civis, etc.

Essa questão da categoria tem às vezes... E nós temos clareza de quais são os interesses colocados das categorias, mas há um sombreamento desses interesse, que é o caso – aqueles que são formados em educação física, mas também aqueles que exercem a profissão de professores, mesmo tendo como origem a formação de educação física. Acho que essa é a grande questão que nós temos que dirimir aqui.

Como nós já somos acostumados e nós fomos forjados no Parlamento exatamente nestes corredores... Nós não somos muito de Plenário no sentido do discurso, porque as leis e as boas leis são forjadas exatamente nestes corredores onde estas Comissões criam estas condições que são o debate com os setores, as audiências públicas que a gente faz, esse processo e tal. Então, o que a gente está fazendo aqui com esta emenda e levantando este destaque é para ficar claro que o que nós queremos é reduzir o conflito, mas sem deixar que estejam sombreados esses interesses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os professores de educação física, cá pra nós, têm razão, porque eles já estão submetidos a uma estrutura de Estado, que são os conselhos de educação, onde eles lá não só prestam contas do seu trabalho como educadores, como também prestam todos os seus compromissos como professores. O que nós estamos fazendo com este destaque aqui é respeitar sem dividir, dentro do conselho, os interesses que estão colocados. E aí envolve um conjunto... Fomos procurados não só pelos professores, fomos procurados pelo pessoal que exerce a educação física através também da cultura, como o pessoal da capoeira. Enfim, nós temos clareza disso e temos a consciência tranquila de que com esta emenda nós estamos fortalecendo o setor, respeitando a questão dos formados em educação física onde quer que estejam exercendo essa profissão ou essa atuação. No caso dos professores, ao que nos parece, eles têm razão, porque já estão submetidos aos conselhos, tanto ao estadual como ao municipal e ao nacional.

Eu queria vir aqui fazer esse esclarecimento, porque essa preocupação chegou para todos nós da nossa bancada. Como nós somos diligentes nisso e prestamos contas perante a classe trabalhadora, eu, como Líder da bancada, quero justificar essa nossa posição, que começou lá na Comissão de Educação, com o Senador Humberto Costa, que está aqui. Ele entrou com esta emenda, que lá na Comissão não foi aceita, não foi aprovada. E o companheiro Paulo Paim, diligente também como é, exigido e pressionado democraticamente pelos setores que o procuraram, também repercutiu esta emenda aqui, que era para repercutir exatamente este debate, que me parece um debate muito rico. Portanto, eu queria vir, como Líder da bancada do nosso partido, não só justificar o nosso destaque, mas também prestar conta perante os interessados, tanto os companheiros do conselho quanto os companheiros professores de educação física.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Obrigada, Senador Paulo.

Antes de passar a palavra para a minha querida colega Nilda Gondim, eu queria ler aqui uma nota pública, que terminou de chegar para mim, do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.

> NOTA PÚBLICA CONJUNTA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 2486/2021 QUE TRATA DA REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
> O Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte [...], a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação [...], a Confederação Nacional dos Trabalhadores dos Estabelecimentos de Ensino [...], o Sindicato dos Professores no Distrito Federal [...] e o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior [...] tornam público seu posicionamento contrário à obrigatoriedade de registro no conselho profissional dos trabalhadores e trabalhadoras de Educação Física que atuam no âmbito da Educação formal, em todos os níveis e modalidades de ensino.
> Manifestamos nosso acordo e nossa defesa da proposta de emenda apresentada à Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal (CAS) pelo Senador Paulo Paim, "Emenda Paim", segundo a qual ficam excluídos da abrangência de atuação do conselho profissional os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhadores e trabalhadoras que exercem o magistério, conforme regulamenta a legislação educacional vigente.
O trabalho educativo pertinente à Educação Física como componente curricular da Educação Básica e como área da formação de professores e professoras está sujeito às normas e prescrições dos Conselhos de Educação (Nacional, Estaduais e Municipais) e às propostas pedagógicas das instituições escolares, conforme autonomia estabelecida em lei.
Pela aprovação da "Emenda Paim"!
Escola não é lugar de Confef/Cref!
Profissional do magistério é quem tem licenciatura!

Eu queria deixar claro, como todos os que falaram aqui, que a gente é a favor, sim, da regulamentação da profissão de educação física e de se criarem os conselhos, apenas essa emenda veio fazer, como está mostrado... Eu realmente estou presidindo hoje no lugar do nosso querido Presidente Petecão, e a gente já sabia que este projeto tinha esses dois lados a se ver. Foi mostrado esse lado da educação, que a gente... E uma pergunta, que eu acho que os senhores já fizeram à nossa querida Relatora Rose de Freitas, é sobre o projeto original vindo do Governo Federal, que só falava, pelo que eu vi, sobre a regulamentação da profissão. Eu sei que o Congresso Nacional foi que incluiu essa obrigatoriedade.

Eu passo agora para a nossa querida Nilda Gondim para discutir a matéria.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Para discutir.) – Sra. Presidente Zenaide Maia, Srs. Senadores aqui presentes e Senadoras, eu sou, como disse você... Eu ia ler essa nota, mas você me antecedeu, com toda a prioridade, claro. Então, eu não tenho mais nada a debater e a discutir, porque acho mais que justo, legítimo o apelo de todos os professores. Então, essa nota para mim é transparente, e eu a adoto tranquilamente, como também acho justa a regulamentação do conselho. Claro que é justo, claro que é justo! Agora aprovo totalmente os professores que têm essa justa reivindicação, com esta emenda do nosso querido amigo e defensor, que vem lutando por todas essas categorias que mais precisam do nosso apoio, o nosso líder maior para mim – perdoe-me, Paulo Rocha –, Paulo Paim. Então, eu sou a favor do destaque desta emenda de Paulo Paim, com certeza.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Em discussão. (*Pausa.*)

Tem mais alguém que queira discutir? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir...

A Senadora Rose de Freitas tinha pedido para responder aos questionamentos dos colegas Senadores que aqui falaram.

A palavra com a nossa querida Senadora Rose de Freitas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Sra. Presidente, acho que, a bem da verdade, como uma pessoa que está no oitavo mandato e há 40 anos no Parlamento, todos os trabalhos, todas as relatorias e todos os compromissos que nós assumimos foram exatamente dentro do debate democrático.

O Senador Paulo Paim é a principal testemunha disso. Quando apresentou emenda, estava marcada a votação, nós insistimos num novo debate, num novo encontro, e no telefone não paravam de chegar mensagens de um lado e de outro.

Eu queria apenas esclarecer duas coisas diante da decisão que eu quero tomar e submeter às Sras. e aos Srs. Senadores e colocar para a Sra. Presidente. Primeiro é quanto à emenda apresentada. Nada a opor com a questão da emenda e, sim, com o processo todo, que, na verdade, nos coloca diante da seguinte circunstância – o que foi também discutido com as partes envolvidas neste processo. Nós temos uma ADI no tribunal; nós entendemos que essa ADI... Aliás, o que mais foi colocado é que essa ADI, neste momento, poderia ser votada a qualquer momento, inclusive, e que ela, na verdade, poderia de repente trazer um enorme prejuízo a este processo, porque todos sabem do que trata a ADI. A segunda coisa é que, nesta Casa, como um todo – e eu quero dizer a todos que nos ouvem –, criou-se um mecanismo de defesa dos projetos, Sra. Presidente, que é: ou votamos agora, ou volta para a Câmara. Diante da ADI, do jeito que está neste momento, poderia ser ela que pronunciasse a respeito deste projeto tão importante.

A iniciativa e a manifestação que me cabiam fazer, diante desta premissa de que, de repente, o STF poderia tomar uma decisão em prejuízo de tudo aquilo por que nós estamos lutando que exatamente é a regulamentação da profissão... Conversei com o Paim, pedi a ele, inclusive, que ele fosse o gestor de um entendimento. Pedi a todos que procurassem esse entendimento. Acho não só justa a emenda do Paim, como ela é cabível de ser colocada neste relatório. O que eu quero dizer, Sra. Presidente? Eu acho que nós deveríamos agora... Eu pediria à senhora, diante dessa circunstância, cujos relatos foram muito diferentes dessa última manifestação que está na mão de V. Exa. e que V. Exa. leu... Eu quero colocar que não quero levar mais em consideração o tempo do Supremo. Isso deverá ser da responsabilidade de todos – ouviu, Senador Flávio Arns? –, todos deverão saber medir esse tempo, saber se a ADI entra daqui uma semana ou não, saber se a alteração do projeto o fará voltar para a Câmara, onde poderá sofrer outras alterações e mutilações. Eu gostaria de dizer a V. Exa., como Relatora, que gostaria de não colocar em votação, pelo conflito que se estabeleceu diante de uma iniciativa devida, que pode perfeitamente ser acatada. Não adianta mandar mais mensagens para mim, porque o relatório foi elaborado diante da possibilidade de manter o entendimento cabível até aquele momento. Pelas últimas manifestações, não é isso o que está acontecendo. Portanto, eu não quero parametrizar mais nada – se esta redação, se este relatório deve ser compatível com a iniciativa de outras categorias... Eu queria apenas colocar que a alteração do mérito vai acarretar o retorno desta matéria à Câmara dos Deputados. Está entendido assim? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entendido assim, eu quero pedir a V. Exa. – não é um tempo a mais para debater – que possamos suspender essa votação e possamos sentar em torno de uma mesa.

A princípio, por entendimento meu – eu já havia conversado com o Paim –, eu gostaria de aprovar a emenda do Senador Paim, até porque nós trabalhamos sempre assim. Sempre trabalhamos em parceria, construindo entendimento, nunca foi diferente. Eu agora não vou abrigar, dentro de uma decisão tomada naquele ambiente anterior, que não é o de agora, não vou abrigar um desentendimento dessa natureza, não vou. O Parlamento serve para construir as iniciativas, apoiá-las, não as apoiar, mas estabelecer um conflito delimitado pela competência que cada um tem. Essa última manifestação das confederações é diferente de todos os organismos que escreveram esse documento – perdoem-me aqueles que estão aí –, pedindo que eu mantenha o relatório como está. Eu não posso olvidar a reação que provocou o relatório sem a emenda do Senador Paim.

Portanto, eu quero pedir, Sra. Presidente, que seja suspensa a votação para que nós promovamos outra reunião com outros segmentos. Nós não chegamos à parte de encaminhamento de votação. Portanto, é plenamente cabível a suspensão dessa matéria em debate para que a gente promova o entendimento. Aqui não é para promover desentendimento. Eu presido pela segunda vez a maior Comissão do Congresso Nacional, que é a do Orçamento. Todo o orçamento do país, de todos os segmentos, está lá dentro, e a gente sempre procurou... Aprovamos o Orçamento sempre debatendo com todos, encontrando uma saída para o Orçamento da União. Como é que nós não faremos isso com a iniciativa desse projeto de lei vindo do Poder Executivo? É o que eu peço a V. Exa.

Senador Paim, faltou no seu relatório, no seu depoimento um depoimento que é importante para mim: que V. Exa. dissesse quantas vezes recorri a V. Exa. para promover o debate e construir talvez, quem sabe, um entendimento. Se não for possível através da sua iniciativa, com sua emenda, será possível através da Relatora desse projeto.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Retirado de pauta...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, se me permitir, não é para argumentar...

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... somente cumprimentar a Relatora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu e a Senadora Rose de Freitas viemos desde a Constituinte, chegamos aqui na Constituinte, jovens ainda, e estamos aqui querendo sempre ajudar, contribuir, dialogar, parlamentar, falar, é isso que ela está propondo. A gente aprendeu na caminhada, o Paulo Rocha aqui, todos nós. Deu um impasse? Parem, pensem e procurem construir um novo momento.

É só para cumprimentar. Eu não esperava outra posição. Por isso que, quando me perguntavam, quando eu vinha chegando... Eu vou lutar até o fim para um grande acordo. E assim estamos fazendo todos nós. Todos nós estamos fazendo isso. Quem participou virtualmente – eu lembro aqui o Flávio Arns, que fez uma bela... não digo nem defesa, explicou detalhadamente para que não ficasse dúvida, e todos que usaram a palavra, inclusive V. Exa.

Mas fica aqui a minha homenagem à Senadora Rose de Freitas, uma grande Senadora. É um orgulho para o país ter Senadoras, porque são vocês que representam muito bem, como a Senadora Rose de Freitas.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – E os dois, a Rose e o Paim, são os mais longevos de nós aqui no Senado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Está nos chamando de mais velhos...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não é isso. Longevos. Parabéns, Rose.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Retirado de pauta o Projeto de Lei nº 2.486, de 2021, pela nossa querida Relatora, Senadora Rose de Freitas.

Quero dizer a você, Rose, que você nos inspira a todas nós mulheres. E a gente sabe que é um Parlamentar. Imagine um projeto de lei com um debate entre Rose de Freitas e Paulo Paim. Gente, isso é algo que orgulha o Brasil como um todo, é um exemplo de legislar, discutir, falar.

Está retirado de pauta.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Pela ordem.) – Parabéns, Rose! Eu também parabenizo essa grande e eminente Parlamentar que tem tanta experiência anos oferecer. Parabéns! Foi a melhor forma de conduzir esse impasse. Vamos tentar um acordo que seja bom para todos, com certeza, através do nosso querido Paulo Paim, que vai coordenar isso com certeza.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Item 4.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 2018

- Não terminativo -

Dispõe sobre medidas alternativas de segurança para usuários de aparelhos de marca-passo, quanto à passagem por aparelhos que empreguem radiação eletromagnética, e para usuários de próteses metálicas, quanto à passagem por detectores de metais e outros equipamentos similares.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

2- Em 05/04/2022, a Senadora Zenaide Maia apresentou a Emenda nº 1.

3- Em 20/04/2022, a Senadora Mara Gabrilli apresentou Relatório reformulado.

4- A matéria consta da pauta desde a reunião de 05/04/2022.

Concedo a palavra à nossa amiga, eficiente e competente Senadora Mara Gabrilli, para leitura do relatório.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SP. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Presidente Zenaide.

Estou muito feliz de ter participado desde momento com a Senadora Rose e com o Senador Paim. É muito bom o diálogo trazer o consenso nas nossas reuniões.

Relatório.

Trata-se da apreciação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 62, de 2018 (Projeto de Lei nº 1.993, de 2015, na Casa de origem, de autoria da Deputada Mariana Carvalho, nossa ex-colega de Câmara), cujo escopo, nos termos de seu art. 1º, seria dispor sobre medidas alternativas de segurança para usuários de marca-passo, quanto à passagem por aparelhos que empreguem radiação eletromagnética, e para usuários de próteses metálicas, quanto à passagem por detectores de metais e outros equipamentos similares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme a determinação contida no art. 2°, o usuário de aparelho de marca-passo que comprove essa condição mediante apresentação de atestado médico não poderá ser constrangido a passar por portais, portas e outros equipamentos estacionários de detecção de metais que empreguem radiação eletromagnética.

O parágrafo único do art. 2° prevê que poderá ser realizada revista individualizada no usuário referido no *caput* do artigo, em sala reservada, de maneira a resguardar a segurança do ambiente que se quer proteger, respeitando-se a coincidência de sexo entre revistador e revistado.

Por meio do art. 3°, o projeto de lei institui a obrigação de os equipamentos citados no *caput* do art. 2° conterem sinalização que advirta as pessoas quanto aos possíveis riscos que eles oferecem para a saúde dos usuários de aparelho de marca-passo. Seu parágrafo único esclarece que a sinalização prevista no *caput* deverá ser aposta no próprio equipamento ou em parede contígua e escrita com clareza e em tamanho que permita a leitura à distância mínima de 5m.

Pelo art. 4°, o usuário de próteses metálicas de qualquer natureza que comprove essa condição mediante apresentação de atestado médico fica dispensado da passagem por portas magnéticas ou dispositivos de segurança semelhantes, mas é obrigado a submeter-se à revista individual nas condições previstas no parágrafo único do art. 2° da proposta.

A cláusula de vigência – art. 5° – determina que a lei eventualmente originada da proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

Além da Comissão de Assuntos Sociais, onde recebeu uma emenda, cuja análise será apresentada mais adiante, o PLC n° 62, de 2018, foi distribuído também à análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Análise.

Compete à CAS, nos termos do art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, dispor sobre matérias que tratem da proteção e defesa da saúde.

Sob o ponto de vista da proteção da saúde, é meritório o objetivo de resguardar os portadores de marca-passo, cuja passagem por dispositivos que emitem radiação eletromagnética pode afetar o funcionamento dos aparelhos responsáveis por manter controlada sua frequência cardíaca.

A esse respeito, a justificação de uma das proposições que tramitou, na Câmara dos Deputados, apensada ao projeto – o Projeto de Lei n° 4.911, de 2016, de autoria do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que "dispõe sobre a sinalização obrigatória dos detectores de metais que empreguem radiação eletromagnética e desobriga os portadores de marca-passo de submeterem-se a esses aparelhos" – traz o exemplo de um acidente ocorrido em aeroporto da Rússia, no qual uma jovem portadora de aparelho de marca-passo morreu e, em consequência disso, as autoridades locais foram acusadas de negligência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, do ponto de vista sanitário, louvamos o mérito da proposição e concordamos com os Relatores que opinaram sobre o projeto naquela Casa Legislativa acerca da necessidade de equilibrar os requisitos de segurança e as peculiaridades de parcela considerável da população que faz uso desse tipo de aparelho.

No entanto, no que tange à redação empregada no projeto para alcançar esse objetivo, há algumas ressalvas a apresentar. A mais importante diz respeito ao fato de o enfoque delimitado na ementa e no art. 1° – segundo o qual o PLC n° 62, de 2018, disporia "sobre medidas alternativas de segurança para usuários de aparelhos de marca-passo, quanto à passagem por aparelhos que empreguem radiação eletromagnética, e para usuários de próteses metálicas, quanto à passagem por detectores de metais e outros equipamentos similares" – não corresponder àquilo que a proposição realmente faz.

Primeiro, porque a expressão "medidas alternativas de segurança para os usuários de aparelhos" dá a entender que as medidas abrangidas pelo projeto são iniciativas para dar segurança a esses usuários, quando, na verdade, o projeto trata de medidas de controle de segurança para o acesso a recintos de uso coletivo, como é o caso da utilização de equipamentos detectores de metais em aeroportos e edificações e também de portas eclusas detectoras de metais para controlar o ingresso de pessoas em bancos, por exemplo.

Segundo, porque o propósito final do projeto não é dispor sobre medidas alternativas de controle de segurança destinadas a esses usuários – até porque isso é matéria técnica, que deve ser objeto de regulamentos infralegais –, mas sim, garantir que os portadores de próteses e marca-passos não sejam obrigados a passar pelos equipamentos mencionados, tornando compulsório o oferecimento de medidas alternativas. Acerca delas, o que o projeto faz é estabelecer princípios a serem observados no caso de os usuários de marca-passos e de próteses serem submetidos a revistas individualizadas.

No que tange ao mérito, há ainda que considerar o alcance do projeto e a diretriz que orienta a elaboração das leis como instrumentos nos quais devem ser definidas normas gerais e abstratas sobre os temas pertinentes.

Assim, por um lado, se hoje faz sentido a preocupação com os usuários de marca-passos e os possíveis danos que os equipamentos com radiação eletromagnética podem acarretar a esses pacientes, a evolução científica e tecnológica pode tornar essa preocupação desnecessária, na hipótese, por exemplo, de os marca-passos ou os equipamentos de inspeção de segurança passarem a ser produzidos com uma nova tecnologia que impeça a ocorrência desses danos. Por outro lado, é possível que se descubram outros pacientes suscetíveis à radiação dos equipamentos de inspeção de segurança, como, por exemplo, os portadores de implantes cerebrais, que vêm sendo utilizados para reverter problemas neurológicos e transtornos mentais.

É preciso, portanto, atribuir generalidade e abstração à redação do projeto de lei, para que ele dê proteção a todas as pessoas que dela necessitem. Além disso, há outros grupos de pessoas que também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

podem demandar atendimento diferenciado na inspeção de segurança para o acesso a locais e edificações de uso coletivo. Nesse sentido, a norma em vigor sobre segurança aeroviária – o Decreto nº 7.168, de 5 de maio de 2010, que "dispõe sobre o Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil Contra Atos de Interferência Ilícita (PNAVSEC)" – já inclui a Subseção IV, que trata da inspeção de passageiro que necessite de assistência especial. Seu art. 150 estabelece que: "os passageiros que necessitem de assistência especial, com transtorno psiquiátrico grave, portadores de deficiência, em cadeira de rodas ou em macas, com auxílios protéticos ou com marca-passo, entre outros, podem ser inspecionados ou submetidos à busca pessoal, mediante seu consentimento ou de seu representante legal, por Apac" [Agente de Proteção da Aviação Civil].

Está acabando.

Com a mesma preocupação de proteger outros grupos de pessoas que também demandam atendimento diferenciado, a Emenda nº 1-CAS, importantíssima, de autoria da Senadora Zenaide Maia, visa a complementar o texto do PLC nº 62, de 2018, estendendo as disposições protetivas ao usuário de implante coclear. Ela justifica a apresentação da emenda explicando que, apesar de as evidências atuais mostrarem que detectores de metal e *scanners* de segurança não desconfiguram nem prejudicam o implante coclear, algumas marcas desses aparelhos alertam que certas pessoas podem ouvir sons extremamente desagradáveis ao passar pela inspeção eletromagnética e advertem, também, que existe risco de os implantes ativarem o alarme. Concordamos com o mérito da emenda, cuja intenção fica contemplada no texto que sugerimos para dar generalidade ao projeto e proteção a todas as pessoas que dela necessitem, motivo pelo qual ela será aprovada parcialmente.

Assim, pelas razões apresentadas e considerando o mérito da iniciativa, somos favoráveis ao projeto, ao mesmo tempo em que propomos um substitutivo para a correção de seus problemas e a generalização de seu escopo.

Portanto, vou ao voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do PLC nº 62, de 2018, e pela aprovação parcial da Emenda nº 1-CAS, na forma do seguinte substitutivo que ora apresentamos.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, nos termos da Emenda n° 2-CAS (Substitutivo).

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos.

Eu queria aqui já agradecer à querida Mara Gabrilli a questão do implante coclear.

Queria falar, Mara, que as pessoas que tinham crianças com implante coclear... Eu já sou colega de Mara e a gente já fala sobre as pessoas com deficiência há bastante tempo, e Mara é uma referência nacional e internacional. Então elas me procuraram e mostraram realmente que a maioria dos aparelhos não desconfigura, mas, em compensação... Você imagine ouvir sons e também se alarmar, às vezes crianças, porque a maioria dos implantes cocleares está em crianças... E no Rio Grande do Norte a gente tem o prazer de ser uma referência nacional relativamente a implante coclear.

Então, obrigada, Mara...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Pois não, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Presidenta, esta Comissão tem sido muito importante na apreciação dos temas que têm chegado aqui e se avançou muito durante a pandemia no debate aqui. Houve um esforço muito grande da gente para se reunir, mesmo virtualmente, e, ao longo do tempo, com a entrada de projetos importantes, nós acabamos avançando.

Há quatro projetos na pauta que já foram relatados – lidos, como a gente diz –, e eu proporia à Mesa que aproveitássemos o quórum das votações nominais, porque todos os quatro são terminativos. Eles são de interesse, e me parece que há uma visão clara de que há maioria para aprová-los.

O item 5, de iniciativa do Senador Paulo Paim e com relatoria do Senador Paulo Rocha, pretende usar o dinheiro do FAT, que financia o seguro-desemprego aos segurados especiais da previdência e àqueles que foram vitimados por catástrofes naturais e desastres ambientais, e o autor, Senador Paulo Paim, usou o exemplo de Mariana e Brumadinho para justificar esse projeto. É um projeto tranquilo.

Depois há o projeto constante do item 7, que também é de autoria do Senador Paulo Paim e de relatoria da senhora, Presidenta Zenaide Maia, que estabelece o direito a prioridade na concessão de férias ao trabalhador com deficiência ou que tenha cônjuge ou dependente com deficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O item 9, que também já foi lido, é de autoria do Senador Plínio Valério e o Relator foi o Senador Flávio Arns. Nele se propõe uma modificação pequena no Estatuto da Criança e do Adolescente, que estabelece diretrizes de base nacional, para tornar obrigatória a realização de avaliação de saúde nas crianças que ingressarem na educação infantil. Também me parece um projeto que merece ser votado em bloco.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Aqui não consta que o projeto do Senador Plínio e do Senador Flávio Arns tenha sido lido.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não?

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Não. Aqui os lidos, e eu ia até propor, como havia quórum...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O 8 foi lido?

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – O 8 foi lido.

Vou dizer aqui que ia até propor – foi até bom – que a gente colocasse em votação os projetos que já tinham sido lidos e que eram terminativos...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Isso, é o 8.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Aqui o que a gente tem...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Então, 5, 7 e 8.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – São 5, 7 e 8. E queria ver se a gente podia votar em bloco.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Então vamos publicitar do que se trata do item 8, Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Pronto.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... que mexe com a CLT para permitir que o responsável por menor de 18 anos possa se ausentar de serviço para acompanhar ou participar de competição esportiva nas condições específicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é de autoria do Senador Confúcio Moura e a relatoria é da tão preparada e importante Senadora na área do esporte, que é a Senadora Leila Barros.

Portanto, acho que são relatórios e projetos que podem ser votados em bloco, uma vez que são terminativos e precisam de quórum para serem votados.

Quiçá a gente pode aproveitar esse quórum e votar em bloco.

Esse é o meu requerimento, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu acho muito salutar. Eu ia até propor isso.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 1057, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que "Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências"; a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que "Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências", para conceder seguro-desemprego aos segurados especiais da Previdência Social vitimados por catástrofes naturais e desastres ambientais, e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta.

Observações:

1- Em 15/02/2022, foi lido o relatório e adiada a discussão e votação.

2- Será realizada uma única votação nominal para o projeto e para a emenda nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

É de autoria do Senador Paulo Paim e relatoria de Paulo Rocha, que foi lido.

O segundo projeto é:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 403, DE 2018

- Terminativo -

Acrescenta o § 6º ao art. 34 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para estabelecer o direito à prioridade na concessão de férias ao trabalhador com deficiência ou que tenha cônjuge ou dependente com deficiência.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta.

Observações:

1- Em 15/02/2022, foi lido o relatório e adiada a discussão e votação.

2- Será realizada uma única votação nominal para o projeto e para a emenda nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

3- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto.

Também de autoria do Senador Paulo Paim e relatoria de Zenaide aqui, que está falando com o senhor.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 3966, DE 2019

- Terminativo -

Acrescenta o inciso XII ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que o responsável por menor de 18 anos possa se ausentar do serviço para acompanhá-lo para participar em competições esportivas, nas condições que especifica.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Relatoria: Senadora Leila Barros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto, da Emenda n° 1 e de uma emenda que apresenta.

Observações:

1- Será realizada uma única votação nominal para o projeto e para as emendas nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

2- Em 09/10/2019, foi lido o relatório e adiada a discussão e votação.

É do Senador Confúcio Moura e de nossa Senadora Leila Barros.

Esses três projetos já foram lidos.

Vou colocar as matérias em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo...

Quer falar, Romário?

Passo a palavra para o Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente Zenaide, não é nem sobre esse tema, eu só gostaria de pedir a V. Exa. a possibilidade de fazer inversão de pauta do item 11, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – É um requerimento...

Eu gostaria, Senador Romário, que a gente botasse em votação essa pauta, porque a gente está com quórum. Depois eu subscrevo o seu requerimento.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu já abri a discussão. Ninguém quis discutir os três projetos.

Em votação.

Vamos abrir aí o painel.

Iniciada a votação.

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para encaminhar.) – Encaminhamento da bancada do Partido dos Trabalhadores: voto "sim, Presidente, nos três projetos.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Quero fazer um apelo aqui aos colegas: que votem. São três projetos importantíssimos, terminativos, não há conflitos de ideias e vão favorecer muito muitos brasileiros e brasileiras. (*Pausa.*)

Eu queria pedir ao Senador Romário, se ainda estiver online, para votar e a todos que ainda não votaram.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sra. Presidente, eu não estou conseguindo votar aqui, mas o meu voto, antecipadamente, é "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu quero registrar o voto do Senador Romário, voto "sim". (*Pausa.*)

Amiga Mara, vote aí, por favor. (*Pausa.*)

Oi, Senadora Rose. Ainda está *online*? Poderia votar? Estão sendo votados em bloco esses três projetos, como a gente terminou de falar aqui, que já foram lidos antecipadamente. (*Pausa.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone*.) – Protesto. Tiraram o meu voto.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Mara Gabrilli, estamos pedindo aqui para votar esses três projetos. São importantíssimos.

Leila já votou, gente? (*Pausa.*)

Tem um que é... (*Pausa.*)

Já votou, não é? (*Pausa.*)

Senador Contarato... (*Pausa.*)

Olhando aqui, eu estou vendo que a nossa querida Senadora Eliane Nogueira ainda não votou. Se puder votar, são projetos importantíssimos aqui, Senadora. E não são projetos polêmicos. São terminativos, são três. A gente está votando em bloco. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou fazer aqui um apelo aos colegas Senadores e Senadoras que fazem parte da CAS: nós estamos votando nominalmente, em bloco, três projetos importantíssimos e está faltando um voto aqui. Estamos com dez.

Eliane Nogueira ou Marcelo Castro, se estiverem por aqui...

Já agradeço ao Alexandre Silveira, que terminou de votar.

Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Lasier Martins... (*Pausa.*)

Só lembrando que são três projetos que estão sendo votados em bloco, que já tinham sido lidos. Houve um acordo aqui, já que a gente tinha quórum para votar projetos de lei importantíssimos, como o do Senador Paulo Paim, eu como Relatora, prioridade de concessão de férias ao trabalhador com deficiência.

Só relembrando.

O de nº 5 – todos são terminativos – é do Senador Paulo Paim, com relatoria de Paulo Rocha, que "dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências", para conceder seguro-desemprego aos segurados especiais da Previdência Social vitimados por catástrofes naturais e desastres ambientais e dá outras providências.

E também há um do Senador Confúcio, com relatoria da Senadora Leila, que permite que o responsável por menor de 18 anos possa se ausentar do serviço para acompanhá-lo para participar em competições esportivas, nas condições que especifica, ou seja, permite que o responsável por menor de 18 anos participe dessas competições.

São três projetos importantíssimos. Por isso estamos aqui aguardando. (*Pausa.*)

Estamos aguardando aqui um voto, para aprovarmos três projetos de lei importantíssimos.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O computador tirou o meu voto? (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – O computador é programado pelo ser humano, com as leis. Não foi só ele que fez isso não, Paulo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Estamos tentando nosso Presidente Sérgio Petecão, com certeza, se conseguir, vota.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone*.) – E a Mara? O que foi que aconteceu com a Mara?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – A Mara não conseguiu votar.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone*.) – E o Lasier? Ninguém conseguiu falar com o Lasier? (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – O Senador Mecias de Jesus também com certeza votaria, se a gente conseguisse... Pronto. (*Pausa.*)

Encerrada a votação. (*Palmas.*)

Obrigada aos colegas Senadores. (*Pausa.*)

Pronto.

Projeto de Lei n° 1.057, de 2019: aprovados o projeto e a Emenda n° 1 da CAS.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Projeto de Lei do Senado n° 403, de 2018: aprovados o projeto e a Emenda n° 1 da CAS.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Projeto de Lei n° 3.966, de 2019: aprovados o projeto e as Emendas n°s 1 e 2 da CAS.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Já agradecendo aos colegas Senadores esse esforço concentrado de todos nós, aprovamos três projetos de lei que têm uma importância fundamental para os trabalhadores, para os desportistas jovens, que precisam de acompanhante para poderem participar de jogos e também para as pessoas com deficiência. Parabéns aqui ao Senado.

O Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 29, de 2022, não terminativo, de autoria do Senador Romário.

Passo a palavra ao Senador Romário para a leitura do requerimento. (*Pausa.*)

Senador Romário, abra o microfone, por favor, para o senhor fazer a leitura.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência*.) – Está me ouvindo, Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Estou ouvindo. Agora sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Obrigado.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2°, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre doença crônica renal e a conscientização, em âmbito nacional, sobre o fomento e diálise peritoneal.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: o Dr. Marcos Alexandre Vieira, Presidente da Associação Brasileira dos Centros de Diálise e Transplante (ABCDT); o Dr. Leonardo Barberes, Diretor da Associação Brasileira dos Centros de Diálise e Transplante (ABCDT); o Sr. Daniel Calazans, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Nefrologia (SBN); o Sr. Humberto Mendes, representante da Federação Nacional das Associações de Pacientes Renais Transplantados do Brasil (Fenapar); o Sr. Renato Zaca, Deputado Estadual do Rio de Janeiro, autor desse projeto.

A justificativa é que no Brasil existem atualmente mais de 133 mil pacientes em Terapia Renal Substitutiva (TRS), número aproximadamente três vezes superior quando comparado ao ano de 2002. Estima-se que 90 mil pacientes estejam desassistidos e não diagnosticados no país.

Dos 133 mil pacientes em tratamento no Brasil, Sra. Presidente, mais de 90% realizam hemodiálise e apenas 7% estão sob terapia de diálise peritoneal.

Apesar do número crescente de pacientes renais crônicos no Brasil, o número de clínicas renais e disponibilização de vagas para realização das terapias se manteve praticamente inalterado, tornando cada vez mais crítico o acesso a alternativas de tratamento.

Diante do exposto, torna-se indispensável aprofundarmos o assunto, inclusive sendo possível a realização de audiência pública para discussão e maior debate sobre esse tema tão relevante.

Assim, solicito o apoio dos meus pares para a aprovação do referido requerimento.

Inclusive, Senadora – acabei aqui de receber –, gostaria de solicitar também a inclusão de um representante do Ministério da Saúde nessa audiência pública e do Dr. Hugo Abensur, Coordenador do Programa de Diálise Peritoneal do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP.

Só para corroborar aqui, como eu disse, o Deputado Estadual Zaca é autor do projeto aqui no estado. Por isso ele foi citado e será um dos convidados para essa audiência pública, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(É o seguinte o requerimento aprovado:

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 29, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de, Debater sobre Doença Crônica Renal e a Conscientização, em âmbito nacional, sobre o fomento e diálise peritoneal.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ))

Eu queria aqui parabenizar o Senador Romário. Esse é um tema de extrema importância para o Brasil.

A quantidade de pessoas com insuficiência renal é grande. E, quanto à prevenção, a gente vai esbarrar naquela mesma coisa: corrigir, prevenir, evitando a obesidade, cuidando da diabetes, da hipertensão.

Parabéns, Romário! Vamos fazer esse debate com o maior prazer. É importante dar visibilidade à população brasileira. Isso vai ajudar as pessoas a saberem como se prevenir para não ter uma insuficiência renal, porque é uma coisa grave você ficar numa máquina de hemodiálise ou numa hemodiálise peritoneal, algo que a gente ainda tem que fazer muitas vezes. É uma vida doída, gente. Então, esse debate é de uma importância fundamental.

Parabéns, Senador Romário!

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, só para finalizar, eu gostaria muito, já que semana que vem será o nosso esforço concentrado, que o nosso Presidente Petecão pudesse marcar essa audiência pública já para a semana que vem, dentro do tempo da nossa Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu estou sabendo aqui que a audiência já foi marcada com a assessoria, viu?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência*.) – Muito bem.

Muito obrigado, Presidente.

Boa tarde a todos!

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Flávio Arns está *online*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador está querendo falar?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Eu agradeço a V. Exa.

Só quero cumprimentar também o Senador Romário pela iniciativa.

Eu estou relatando um projeto de lei também, mas, como é terminativo, penso que a gente possa deixar para uma outra ocasião. É sobre a saúde escolar de crianças e adolescentes, um projeto muito importante e necessário no atual contexto, particularmente, da pandemia, mas podemos deixá-lo para outra ocasião, já que ele tem a natureza terminativa.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Obrigada, Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Fala da Presidência.) – Obrigada, Senadores.

Convoco para o dia 3 de maio, terça-feira, às 11h, reunião extraordinária e semipresencial desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Lembro que amanhã, às 10h30, teremos reunião semipresencial desta Comissão, em forma de audiência pública, destinada a debater o vegetarianismo no Brasil e que, no dia 28, quinta-feira, às 10h30, teremos reunião remota desta Comissão, em forma de audiência pública, destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 396, de 2018, que determina que os débitos trabalhistas serão corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo mais uma vez a participação de todos.

(Iniciada às 11 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 17 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e sete de abril de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Eduardo Girão, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Flávio Arns, Giordano, Maria do Carmo Alves, Zenaide Maia, Paulo Rocha e Fabiano Contarato, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Eduardo Gomes, Marcelo Castro, Nilda Gondim, Luis Carlos Heinze, Eliane Nogueira, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Lucas Barreto, Alexandre Silveira, Jayme Campos, Carlos Portinho, Paulo Paim, Alessandro Vieira e Leila Barros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 11/2020 - CAS, de autoria Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), e REQ 15/2020 - CAS, de autoria Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Finalidade:** Debater sobre o Vegetarianismo no Brasil. **Participantes:** Susan Andrews, Coordenadora do Parque Ecológico Visão Futuro; Sandra Denise Calado, Escritora; Ricardo Laurino, Presidente da Sociedade Vegetariana Brasileira; Shila Minari, Nutricionista; Ernesto Sasaki Imakuma, Integrante do Centro de Medicina Mente-Corpo da Faculdade de Medicina de São Paulo; Ulisses Riedel, Especialista; e Inez Cabral, Membro da Diretoria do Instituto Sathya Sai de Educação do Brasil. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Girão
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/04/27

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. Fala da Presidência.) – Paz e bem!

Declaro aberta a 14ª Reunião, porque já... (*Fora do microfone.*)

Agora está com o microfone, antes estava sem, não é?

Então, paz e bem a todos vocês que estão nos acompanhando pelas redes sociais e pela mídia do Senado Federal.

Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimento nºs 11 e 15, de 2020, da CAS (Comissão de Assuntos Sociais), de minha autoria, para realização de audiência pública destinada a avaliar o vegetarianismo no Brasil.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do Jornal do Senado e da Rádio Senado e contará com o serviço de interatividade com o cidadão brasileiro, Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e também do Portal e-Cidadania, www.senado.leg.br/ecidadania – tudo junto –, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Então, eu queria, nesse momento, saudar aqui os participantes, que estão de forma semipresencial nessa sessão. Eu acho que a pandemia, como não há males que não venham para o bem de alguma forma, trouxe, de forma muito forte, esse novo método de trabalho, que possibilita a gente estar conectado, estar colaborando, estar, de alguma forma, debatendo as nossas ideias com pessoas que estão em várias partes do planeta.

Então, fico muito feliz em ter aqui, nesse momento, a presença do Sr. Ricardo Laurino, Presidente da Sociedade Vegetariana Brasileira, ele que é paulista, mora em Curitiba, no Paraná, e veio aqui presencialmente a Brasília, ao Senado Federal, participar dessa sessão. Eu agradeço muito a sua presença, Dr. Ricardo. Seja muito bem-vindo ao Senado Federal. Eu também agradeço à Sra. Shila Minari, que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especialista em nutrição esportiva funcional e em fitoterapia e suplementação nutricional clínica e esportiva – ela está confirmada também conosco aqui. Sra. Sandra Denise Calado, que é escritora, muito obrigado também pela presença. Agradeço à Susan Andrews, Coordenadora do Parque Ecológico Visão Futuro, também presente conosco. Eu já tive a oportunidade de conhecê-la. Talvez ela não lembre, mas já estivemos juntos em eventos, já assisti um pouco às suas palestras. É uma honra muito grande a senhora estar aqui conosco também. Sr. Ernesto Sasaki Imakuma, integrante do Centro de Medicina Mente-Corpo da Faculdade de Medicina de São Paulo. Muitíssimo obrigado pela sua presença. E também agradeço ao Ulisses Riedel, que é o Presidente da União Planetária e também do canal TV Supren, que, há muito tempo, também leva esclarecimentos para pessoas sobre o vegetarianismo.

Eu confesso a vocês que sou um curioso sobre o assunto. É algo que eu procuro ver com muito equilíbrio, com muita serenidade, porque dou o testemunho de que me fez bem. Eu fiquei até surpreso com o número de brasileiros que hoje são vegetarianos. Nós vamos discutir isso aqui. É algo que vem crescendo. E, num país gigante como o nosso, onde o fator propulsor da nossa economia é o agronegócio – eu respeito demais os produtores brasileiros, toda essa cadeia produtiva –, a gente precisa ter essa visão de diálogo com relação a um tema tão importante, porque a gente sabe que essa questão da consciência não se desperta da noite para o dia, a natureza não dá saltos. Então, todo mundo tem o seu tempo. A gente não pode absolutamente querer que as pessoas pensem igual ao que a gente pensa. A divergência faz parte do crescimento. Da mesma forma que eu era um consumidor inveterado de carne, com o tempo, a leitura de livros e alguns filmes me trouxeram uma verdade interior. Para mim fez muito bem, mas, para outras pessoas, talvez não, e a gente tem que compreender.

Aqui, o objetivo desta sessão não é absolutamente nada de querer impor situações. O nosso objetivo aqui é o de ouvir e o de aprender, porque é uma cultura interessante. É um movimento que tem crescido, mas a gente precisa também saber que muita gente vive do agronegócio, da pecuária, e tudo tem uma razão de ser. Agora as consciências vão se despertando. Eu acho, no meu modo de entender – posso estar equivocado –, que, mais na frente, cada vez mais pessoas vão refletir sobre alguns valores do vegetarianismo, que a gente vai ver aqui. Alguns dizem – e nós vamos perguntar sobre isso e debater – que ajuda o meio ambiente, que a saúde física fica muito melhor, bem como as energias, enfim. A gente vai hoje aprender um pouco sobre tudo isso.

O Senado Federal é a Casa da pluralidade. Nós estamos aqui, os 81 Senadores, representando pontos de vista diferentes da população. Fomos eleitos para representar pensamentos, para defender o nosso estado, para fiscalizar o Poder Executivo, mas também para trazer ideias e debater soluções. Eu acho que o Senado cumpre um papel muito interessante perante a sociedade brasileira, com ousadia. Eu quero agradecer aqui aos Senadores da CAS, especialmente o Presidente Petecão, por esta oportunidade, porque o Senado cumpre o papel de dialogar, de debater, de buscar compreender melhor essa questão do vegetarianismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é uma nova porta que se abre. Eu não tenho notícia ainda se foi feito, no Senado, um debate da profundidade que nós vamos ter.

Então, nós estamos quebrando paradigmas. E que as futuras gerações, nossos filhos e netos, possam de alguma forma se beneficiar com o que nós vamos hoje refletir, juntos, aqui.

Eu quero fazer aqui uma breve abertura para a gente já começar a ouvir os nossos palestrantes especiais, que estão aqui de forma presencial e também de forma remota.

De acordo com os termos do Requerimento nº 11, de 2020... O interessante é que esse assunto foi antes da pandemia, a vontade de realizar essa sessão foi antes da pandemia. Aí veio a pandemia, e a gente acabou esperando passar tudo isso, esse momento de provação global, para mergulhar nesse assunto, que eu acredito que faz parte de um novo tempo, de uma transição planetária, que a gente está vivendo de forma muito vigorosa nos últimos tempos.

E vamos hoje, nesta audiência pública, conversar um pouco, refletir sobre o vegetarianismo no Brasil. Como mencionei na justificação do requerimento, uma pesquisa realizada em 2018 pelo IBGE revelou que cerca de 14% da nossa população se declara vegetariana. Ora, tal percentagem corresponde a quase 30 milhões de brasileiros – portanto, pessoas, cidadãos que não usam carne em sua alimentação. As motivações para isso são diversas, mas não resta dúvida de que a prática do vegetarianismo é um fenômeno social entre nós.

E nós hoje, aqui, vamos aprender juntos nessa troca de experiências sobre os supostos benefícios que isso traz à saúde da população, ao meio ambiente – reiterando aqui todo o respeito ao agronegócio, que tem mantido o Brasil forte no mundo, deixando a nossa economia pujante.

Só que esse fenômeno do vegetarianismo não é só no Brasil, é claro. No mundo também a dieta vegetariana parece atrair mais e mais adeptos. Você vê aí – fazendo um parêntese – nesses restaurantes de *fast-food* que existem no mundo, cada vez um movimento maior de substituir, por exemplo, o hambúrguer por, vamos dizer assim, produtos que não usam carne. Está acontecendo muito isso com soja.

Nós vamos ouvir hoje aqui também a Inez Cabral – esqueci até de anunciá-la, peço perdão –, que é Presidente do Instituto Sathya Sai de Educação no Ceará, que tem um método educacional que já está presente aí em centenas de países e que veio da Índia, em que o respeito à vida ali na alimentação das crianças já existe. Então, ela vai explicar um pouco sobre esse método, que tem crescido muito em todo o planeta.

Nada mais próprio para isso do que usar este espaço cívico, este foro nacional de debates públicos que é o Senado Federal, mais especificamente a Comissão de Assuntos Sociais, para entendermos esse comportamento com a ajuda de estudiosos do assunto e de pessoas que se interessam por ele, ou ainda dessa prática alimentar que cada vez mais tem adeptos, e que nos trazem hoje as suas experiências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vegetarianismo é o regime alimentar que exclui os produtos de origem animal. Existem tipos diferentes de vegetarianismo. São eles: vegetarianismo estrito, que não utiliza nenhum produto de origem animal na sua alimentação; ovolactovegetarianismo, utiliza ovos, leite e laticínios na sua alimentação; lactovegetarianismo, utiliza leite, laticínios na sua alimentação; ovovegetarianismo, utiliza ovos na alimentação. Além do vagetarianismo, há o veganismo que, segundo a definição do Vegan Society, é um modo de viver ou poderíamos chamar apenas de escolha, que busca excluir, na medida do possível e praticável, todas as formas de exploração e crueldade contra os animais, seja na alimentação, seja no vestuário ou em esferas do consumo e que também vem ganhando muito adeptos no mundo.

Quanto às motivações das pessoas que se tornam vegetarianas, elas também são variadas e por vezes acumulam-se. Entre outras questões pessoais, há motivação de saúde, opinião de que a alimentação vegetariana é mais saudável para o ser humano; há motivação religiosa ou mística - a ideia, apenas como um exemplo, de que o consumo de carne dificulta a elevação espiritual -, há motivação ambientalista, a ideia de que a produção de proteína animal degrada mais o meio ambiente do que a produção de vegetais e há motivação ética, que é aquela decorrente do respeito à vida e ao sofrimento dos animais. Essa motivação normalmente não aceita que as necessidades humanas possam se sobrepor ao direito à vida, ao bem-estar dos animais.

Particularmente, eu vejo com muito bons olhos o crescimento da adoção da dieta vegetariana por parte dos cidadãos e das famílias brasileiras, sempre, repito, com equilíbrio, independentemente da motivação que os fez seguir esse caminho. E vamos refletir aqui, com breves falas que temos, sobre os efeitos positivos para o meio ambiente, para a saúde, de forma até espiritual – os palestrantes estão abertos também para falar sobre isso –, diminuindo o risco de desenvolvimento de diversas doenças e aumentando a longevidade.

Para mim, um divisor de águas, 25 anos atrás, foi um livro que eu li chamado *Fisiologia da Alma*, de Ramatis. Esse livro me fez dar uma parada e refletir no momento que eu estava da minha existência com muitas dúvidas sobre o assunto. E também o filme *A carne é fraca* que, de certa forma, mexeu muito comigo. Há mais de 25 anos, eu passei um período sendo vegetariano, totalmente vegetariano, mas depois abri para peixe e frutos do mar. Então hoje eu sei que eu não sou vegetariano, sou semivegetariano ou pescetariano, que é a pessoa que segue uma dieta que inclui hortaliças, frutos, nozes, cereais, leguminosas, ovos, laticínio, peixe e frutos do mar, mas eu posso afirmar que essa mudança alimentar trouxe para mim um equilíbrio e melhores energias nesta minha atual existência.

Iniciemos, agora, pedindo já desculpas a vocês todos, até se eu cometi algum equívoco aqui, peço desculpas. Nós vamos ouvir e vamos aprender juntos. Vamos às falas dos ilustres convidados, que terão 15 minutos para as suas apresentações iniciais. A gente, claro, pode dar uma tolerância, a Mesa me autorizando, de, no máximo, cinco minutos para cada um e, após esse tempo, será dada a palavra, por cinco minutos, aos Senadores que desejarem se inscrever para fazer uso da palavra. À medida que for

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acontecendo a audiência, eu vou lendo também as perguntas, e, para os palestrantes que se sentirem, vamos dizer, confortáveis para responder os comentários e as perguntas, eu vou conceder a palavra nas considerações finais.

Então, repetindo, você que está nos assistindo agora pode fazer perguntas, pode fazer comentários aqui para o Senado Federal. Eu vou receber – a Secretaria, aqui do lado, está organizando – e vou ler os comentários de vocês sobre vegetarianismo; dúvidas, enfim. Então, você pode fazer perguntas tanto pelo telefone gratuito, telefone 0800 0612211, como pelo Portal e-Cidadania. Você vai lá, acessa o www.senado.leg.br/ecidadania, faz as perguntas e a gente vai fazer aqui as considerações.

Então, fica esse o nosso rito e eu já passo a palavra, imediatamente aqui para o nosso convidado que está de forma presencial, Ricardo Laurino, que é Presidente da Sociedade Vegetariana Brasileira. Muito obrigado pela sua presença, mais uma vez. O senhor tem 15 minutos, com a tolerância de cinco, para fazer a sua explanação à vontade aqui no Senado Federal. Gratidão por sua presença.

O SR. RICARDO LAURINO (Para expor.) – Obrigado pelo convite. Acho que é uma oportunidade incrível a gente poder trazer esse assunto para o Senado, um assunto que já deveria ser parte desta Casa. Se, por um lado, eu acredito que a gente poderia pensar em algo como um atraso nesse sentido, como o próprio Senador disse, que a ideia era se trazer este assunto antes da pandemia, por outro lado, quando eu penso no meu histórico dentro do movimento vegetariano, vegano, eu me lembro de que, no início, eu ficava muito feliz de simplesmente fazer uma palestra num condomínio, e ter umas três pessoas ouvindo já era algo sensacional para nós, porque era um movimento muito específico de grupos muitos restritos, ideias equivocadas a respeito do movimento, e hoje a gente vê que isso está mudando. Na verdade, não está mudando; já mudou. A gente percebe, até pela sua fala, Exmo. Senador Eduardo... Eu até pensei "daqui a pouco, eu vou sair aqui... Deixa que o Senador comente, porque ele tem um conhecimento até certo ponto um pouco aprofundado em relação a esses temas, até por conta de já estar vivendo um pouco esse aspecto", né?

Viveu quanto tempo de vegetarianismo?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. *Fora do microfone*.) – Vinte e cinco anos.

O SR. RICARDO LAURINO – Vinte e cinco anos.

Mas eu acho que o mais interessante...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. *Fora do microfone*.) – De vegetarianismo, oito meses.

O SR. RICARDO LAURINO (Para expor.) – Oito meses, mais ou menos. Está certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senador, quando eu fui convidado, a primeira coisa que eu fui fazer foi dar uma olhada nos outros convidados e ver, inicialmente, como a gente tem uma amplitude nesse assunto. Se até então, antes, falar de vegetarianismo era falar de comida apenas, hoje a gente percebe que vários fatores do nosso dia a dia, várias crises, vários aspectos que são debatidos passam pelo vegetarianismo e pelo movimento vegano, como o Senador citou.

Mas olhando o histórico dos palestrantes, as pessoas que vão proceder, depois, às suas falas, eu pensei no que eu poderia trazer e contribuir nessa fala para que a gente pudesse iniciar com assuntos e abordagens interessantes.

Bom, inicialmente, eu pensei, naturalmente, que falar de saúde seria um ponto, porque é inquestionável: cada vez mais, os estudos mostram que uma alimentação à base de vegetais traz inúmeros benefícios para a saúde. É muito comum a gente ouvir pessoas dizerem "ah, mas eu conheço uma pessoa, um amigo que parou de comer carne e ficou doente". É fato, se a pessoa não se alimentar de forma correta, sim, ela pode ter problemas de saúde comendo ou não comendo carne, adotando uma alimentação vegetariana ou não. Mas o fato é que os estudos mostram que, de maneira geral, as pessoas têm um benefício em sua saúde.

E aqui eu quero levantar um aspecto muito interessante falando do nosso Brasil.

Neste ano, a Sociedade Vegetariana Brasileira, em parceria com a União Vegetariana Internacional, por meio do nosso coordenador do Departamento de Medicina e Nutrição, lançou o maior manual sobre alimentação vegana do mundo. São mais de 700 estudos, coletados em mais de 500 páginas, exatamente para comprovar isso que cada vez mais as pessoas percebem: que a alimentação à base de vegetais é benéfica e traz inúmeros benefícios para a saúde das pessoas.

Bom, mas eu decidi não falar sobre saúde apenas, porque, inclusive, a gente tem palestrantes que vão abordar esse tema. Eu poderia também, nesse aspecto, trazer a questão das pandemias. Nós vivemos um momento de crise com essa pandemia da qual a gente ainda vive os reflexos e não sabemos até quando vamos viver esses reflexos.

Mas o fato é que, desde 2013, a ONU já emitiu relatórios mostrando que 70% das doenças modernas com potencial pandêmico estão correlacionadas ao ambiente da produção, do consumo e da nossa relação com os animais, 70%. Então, se por um lado, a gente pensa que a pecuária tem um aspecto importante na economia, a gente pode pensar também que a gente vive sob riscos graves e que a gente já viveu, quando a gente pensa nesse ambiente.

É interessante, quando a gente aborda esse tema, perceber que ao longo desses dois últimos anos, esse assunto veio muito à tona, a questão da pandemia. Mas ninguém nunca se perguntou de onde vem, ou não precisa nem perguntar, não é? De onde vem a gripe suína? A gripe aviária? A doença da vaca louca e outras possíveis doenças que podem aparecer, e a gente espera que não, mas que são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvidas nesses ambientes, que têm um potencial enorme de serem cada vez mais nocivas e atingirem uma população global, com este mundo em que a gente vive, de interação global, diante desse cenário.

Mas eu não vou falar sobre esse tema de pandemia. Poderia falar sobre questões ambientais. A gente tem inúmeros estudos que mostram a relação dos impactos ambientais com a produção de produtos de origem animal. E aí, infelizmente, quando se fala sobre esse assunto, Senador, geralmente se pensa apenas nas questões das emissões de gases do efeito estufa, trazendo esse assunto para um ponto específico, que é importante, sim, mas que não para por aí.

Os impactos ambientais, quando a gente pensa na produção de produtos de origem animal, vão desde a questão do consumo de água, do uso excessivo de terras, da ineficiência da produção de comida. Sim, porque muita gente não sabe, mas ao comer-se, ao colocar um alimento de origem animal no prato, quando uma pessoa coloca um bife, coloca um ovo, coloca um filé de frango, muitas pessoas não entendem que a cada dez calorias que aqueles alimentos trazem, no caso de um bife, por exemplo, bovino, a cada dez calorias que foram colocadas nesse prato da pessoa que consome esses produtos, em torno de 100 calorias foram utilizadas para produzir aquele produto, para produzir aquele bife.

O ambiente, o contexto geral mostra que quanto mais nós incentivamos a produção de produtos de origem vegetal, maior a nossa eficiência na produção de alimentos. E isso, em todos os ambientes, é algo muito simples de a gente identificar. Por quê? Porque o animal precisa consumir alimento. Ele consome ração de soja, ele consome ração de milho. E tudo isso, para quê? Para que ele se desenvolva, para que ele cresça, para que ele se mantenha como um ser que deveria viver a sua vida – dependendo do animal, de cinco, dez, quinze, vinte anos –, mas ele vai ser abatido para se transformar em alimento, um alimento que poderia vir diretamente dos vegetais.

Então são impactos enormes que a gente tem por conta dessas questões, e eu poderia aprofundar mais o nosso assunto sobre isso, mas eu preferi não fazer isso também, Senador. Aliás, quando a gente pensa em relação a esse assunto, o que mais me vem à cabeça é a seguinte palavra, que eu gostaria de apresentar aqui a vocês: inevitável. Nós estamos diante, nós estamos vivendo um momento em que essa palavra é mais importante, é mais a nossa face do que nunca. É inevitável que nós tenhamos, cada vez mais, uma população – como o Senador mesmo mostrou – buscando uma alimentação à base de vegetais. Por quê? Porque todos esses aspectos que eu comentei, de saúde, todos os aspectos relacionados a pandemias, a meio ambiente, agregam-se e também são somados a questões éticas, como foi falado pelo próprio Senador, na abertura. Ninguém em sã consciência acorda e acha normal a gente viver em um mundo onde 70 bilhões de animais terrestres são explorados e mortos anualmente. Quando a gente inclui os animais marinhos, a gente chega ao número absurdo de 1 trilhão de animais por ano. É inevitável a gente questionar esse nosso hábito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É por isso – e falando de inevitável – que a gente percebe o surgimento das carnes vegetais, que estão fazendo sucesso e que o Senador apresentou também. Por que elas estão surgindo? Porque é fato. Se nós temos a possibilidade de consumir produtos que evitam a morte e a exploração de bilhões e bilhões de animais, que contribuem com uma pegada menor ambiental – um tema importantíssimo atualmente –, que podem, inclusive, facilitar-nos na transição para uma alimentação mais saudável e reduzir os riscos de pandemias, nós estamos lidando, sim, Senador, com um momento, com um tema inevitável para a realidade em que a gente vive atualmente.

E isso não significa – e aqui eu pontuo de forma bem clara – que a gente está lidando com uma ruptura. Não, nós estamos lidando com uma evolução de sociedade, nós estamos lidando com um processo natural, humano, de identificar, de avaliar e fazer novas escolhas. E essas escolhas, esse processo todo não é feito por um grupo, não é feito por vegetarianos ou veganos, não é feito apenas por produtores de um ou outro tipo de produto. Não, é por todos, todos devem fazer parte disso e vão ser convidados, em algum momento, mais cedo ou mais tarde, a fazerem parte disso.

Eu sempre comento, em minhas falas, Senador, que a questão básica não é se um grupo – e aqui eu poderia citar... Não é se eu acho isso viável ou não, não é se os Senadores, não é se os partidos, não é se a bancada ruralista, não é se a bancada vegana – não existe bancada vegana, ainda não temos a bancada vegana –, não é essa a questão. A questão, se é inevitável ou se é algo que invariavelmente nós vamos desenvolver, é a própria realidade em que nós vivemos, essa é a grande questão. Não é defender o que eu acho melhor ou não, é a gente entender que isso faz parte da nossa realidade, da atualidade e da necessidade em que a gente vive como sociedade.

Falando ainda sobre o inevitável, é inevitável também nós percebermos, Senador, que as carnes vegetais não vêm sozinhas. Esse sucesso das carnes vegetais é recente. Nós temos os leites vegetais, estão sendo lançados os ovos vegetais. E isso não significa que eles vão acabar com a possibilidade de nós comermos aquilo que a alimentação vegetariana apresenta naturalmente, que é o arroz, o feijão, a alface, as verduras, os legumes, as frutas, as castanhas. Não, não é uma disputa, mas, sim, um agregado que faz com que a gente tenha cada vez mais possibilidades.

Outro fator interessante nesse sentido – e eu acho que é importante a gente pensar sobre este aspecto – é como vai ser a nossa produção, como os nossos produtores vão lidar, daqui a uma década, pelo menos, como vários estudos demonstram, com a questão de que as carnes cultivadas em laboratórios, as carnes celulares estarão possivelmente até mais baratas do que as carnes tradicionais. Como a gente vai lidar com isso? Como é que os nossos produtores, que hoje têm essa sensação e trazem muitos recursos para o país... Como a gente vai lidar com isso quando nós tivermos produções em larga escala de carnes celulares? O que a gente vai estar debatendo aqui no Senado? Quais vão ser os assuntos ligados à alimentação? Como a pecuária vai lidar com isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São todas questões que hoje estão abertas e são iniciais, para que, daqui a algum tempo, o Brasil não seja pego desprevenido. Nós temos os melhores pesquisadores da área, nós somos uma força enorme de produção de alimentos, mas nós precisamos entender que as coisas mudam. Nós precisamos entender que as coisas se transformam. E isso, eu reforço, é inevitável. Estamos diante de uma mudança inevitável. E, hoje, aqui neste bate-papo, a gente pode trazer, numa audiência pública, este assunto para que, cada vez mais, a nossa população, sejam consumidores, sejam produtores, sejam empreendedores, entenda que o Brasil não pode, não deve ficar para trás da história.

Acho que esta é a minha fala.

Eu agradeço, mais uma vez, a oportunidade.

Eu, como falei, poderia trazer aspectos relacionados à saúde de forma profunda, questões mais relacionadas ao meio ambiente ou outras, mas eu acredito que o mais importante disso, Senador, é a gente entender que nós estamos diante de algo inevitável.

Muito obrigado, mais uma vez. Agradeço.

Eu me coloco à disposição para responder a possíveis perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Nós é que agradecemos aqui, em nome do Senado Federal. Eu lhe agradeço, Ricardo Laurino, Presidente da Sociedade Vegetariana Brasileira. A gente percebe que o senhor domina muito o assunto, tem um entusiasmo muito forte para falar. A gente sente o idealismo, mas a verdade também, com base em estudos científicos.

O senhor estava falando aí, e eu estava refletindo sobre o quão importante é esta sessão. É uma semente que a gente está colocando. O tempo de Deus a gente não sabe, não é? No olhar do homem, podemos estar atrasados, mas estamos, enfim, iniciando um debate. Em uma sessão como esta, que é pioneira, que é histórica no Senado, a gente pode ter ideias, e eu já quero me colocar à sua disposição, à disposição dos palestrantes aqui, para algum tipo de proposição legislativa para o Brasil se antecipar a esses novos tempos. E é para isto que serve uma audiência pública: ver quais os próximos passos a dar para o Brasil se preparar para essa mudança inevitável, sempre fazendo uma reflexão. Nada de ruptura! Tudo que é radical é complicado. O momento é um momento de diálogo; é um momento de respeito; é um momento de compreender o tempo do outro, sem imposições, mas levando conhecimento. E é isto que a gente está fazendo: levando conhecimento. Aqui, cada um tira as suas próprias conclusões.

Eu digo a você que, particularmente, eu tive, há 25, 30 anos, momentos delicados em minha existência, com questões de depressão, de síndrome do pânico e de uma série de situações. Eu posso estar equivocado, mas a minha mudança alimentar eu julgo que foi muito importante. E a minha família

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também percebeu isso. Então, eu me acalmei mais; eu acho que teve uma energia sublime a partir de uma mudança dos hábitos alimentares.

Vamos continuar aqui ouvindo.

Eu já convido para fazer uso da palavra, por 15 minutos, com a tolerância de mais 5, podendo ir a 20, a nutricionista Sra. Shila Minari. Muito obrigado pela sua presença. Já a estamos vendo aqui no nosso painel. Fique à vontade para fazer a sua palestra. Muito obrigado.

A SRA. SHILA MINARI (*Por videoconferência*.) – Oi! Estão me ouvindo? Tudo certo?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Perfeitamente, perfeitamente.

A SRA. SHILA MINARI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Ótimo!

Primeiramente, muito obrigada pelo convite. Eu acho que, na verdade, eu recebi esse convite também, como o senhor falou, há bastante tempo, e, aí, ficou meio que um negócio em suspenso... Na verdade, eu recebi uma mensagem só perguntando se eu teria interesse em participar. E eu fiquei assim: "Nossa! Super tenho interesse, parece muito interessante". Eu acho que é um assunto que a gente precisa realmente debater. Sensacional a proposta!

Eu concordo com tudo o que o Ricardo falou também. Inclusive, parabéns pela exposição, até por esta questão, que eu também acho, de que é inevitável esse caminho que a gente está traçando. E, quanto antes a gente começar a falar sobre o tema e trazer esse tema à tona, melhor.

Eu tenho uns eslaides, mas eu só vou me apresentar brevemente.

Eu sou nutricionista, atendo em consultório, sou nutricionista clínica e trabalho principalmente com esse público de vegetarianos e veganos. Eu sempre fui vegetariana – a minha família é vegetariana, e, então, eu já nasci vegetariana – e sou vegana há mais ou menos uns três anos, talvez pelos mesmos motivos, ou seja, de ir estudando e vendo documentários e filmes. E aí, quando a gente vai entendendo um pouco melhor como é esse processo, tem coisas que a gente não consegue "desver", eu acho. Então, é meio que um caminho sem volta. E aí eu fui me aprofundando mais nesse assunto, também fiz mestrado, doutorado na área – vou apresentar os dados. Esse é meu principal campo de atuação.

E aí, como o Ricardo falou, tem infinitos temas que a gente poderia trazer, mas, como esta é mais a minha área, eu vou abordar um pouquinho mais a parte de saúde. Acho que os outros palestrantes vão trazer outros tópicos. Então, eu resolvi falar um pouco sobre toda essa questão dos benefícios.

Eu vou só tentar apresentar aqui... Deixem-me ver para compartilhar a minha tela. (*Pausa.*)

Está aparecendo no modo apresentação? Temos tela cheia? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Certo? Sim, não é?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Perfeito. Estamos vendo a apresentação.

A SRA. SHILA MINARI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Perfeito.

Estes aqui são os dados que o senhor trouxe, Senador, dessa pesquisa do Ibope. Eu acredito, inclusive, que, hoje, em 2022, talvez esse número seja um pouco maior. Então, se a gente for comparar em termos de tempo, a pesquisa anterior era de 2012 – a mesma pesquisa que o Ibope fez –, quando, naquela época, 8% dos brasileiros se declaravam vegetarianos, e isso subiu em muito pouco tempo. Então, em 6 anos, subiu para 14%. Esse número chega a 16% em capitais e regiões metropolitanas, onde é um pouquinho maior. Então, de fato, eu acho que a tendência é a gente observar esse crescimento, como a gente observa no mundo inteiro.

E aí a indústria acaba acompanhando, que é essa questão do aumento do surgimento de vários produtos de origem vegetal em substituição aos de origem animal. Eu concordo que isso é um movimento muito bacana pela proposta, pelo incentivo ao maior consumo desse tipo de alimento e para mostrar que, de fato, é uma alimentação possível.

E, abordando essa questão de saúde especificamente, eu acho que hoje já não restam dúvidas de que a adoção de um padrão alimentar vegetariano é perfeitamente possível e, do ponto de vista nutricional e de saúde, é, inclusive, relativamente fácil ajustar uma dieta vegetariana. Então, falando da experiência clínica mesmo, é muito mais comum vegetarianos terem uma alimentação boa, equilibrada, saudável do que não vegetarianos.

E, do ponto de vista científico, o que a gente tem de evidência – este é o posicionamento, inclusive, da Academy of Nutrition and Dietetics, que é seguido por várias outras entidades – mostra que dietas vegetarianas são, sim, nutricionalmente adequadas. E isso seria para todas as fases da vida, e, então, não só para adultos, mas também para crianças, para gestantes, para idosos, para atletas, para todo mundo, desde que a dieta seja balanceada – e aí isso vale para qualquer tipo de alimentação. Então, também como o Ricardo falou, tanto uma dieta vegetariana como a onívora precisam ser equilibradas, pois, senão, não vão trazer benefícios. E, além desse aspecto, além de a gente saber que dietas vegetarianas são nutricionalmente adequadas, a gente pode ter benefícios adicionais à saúde com a adoção desse tipo de dieta.

E aí é para a gente entender de onde vêm esses benefícios. O que acontece? Sempre que a gente pensa nas principais causas de morte em países desenvolvidos e em desenvolvimento, como o Brasil, hoje, as principais causas são sempre doenças crônicas não transmissíveis: diabetes, doença cardiovascular, obesidade, câncer, doenças neurodegenerativas, etc. E aí todas essas doenças têm uma raiz comum tanto do ponto de vista de surgimento da doença como de progressão e de piora do quadro. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todas elas, independentemente da doença, surgem de um processo inflamatório crônico de baixo grau ou de um processo chamado de *inflammaging*, que seria uma inflamação associada ao envelhecimento. Isso acontece, porque, dependendo do estilo de vida, do padrão de vida que você tem, o seu organismo pode ficar mais ou menos inflamado. Essa inflamação resulta, quando é crônica, em lesões de tecidos. E aí os órgãos não funcionam tão bem quanto deveriam funcionar, e isso acaba levando ao surgimento de todas essas doenças, comorbidades. E a alimentação tem um papel muito importante justamente no controle dessa inflamação.

Vários fatores são responsáveis por aumentar ou diminuir a inflamação. Um exemplo disso é o tabagismo. Então, se uma pessoa fuma, ela fica naturalmente mais inflamada, porque tem mais toxina no organismo. Isso acontece também com a alimentação. Então, a gente pode ter um padrão alimentar que é mais pró-inflamatório ou um padrão alimentar que é mais anti-inflamatório. E aí, de uma forma geral, quanto mais planta tiver na dieta, mais anti-inflamatória ela tende a ser. E aí planta engloba todas as plantas: não é só frutas e hortaliças, mas também cereais, leguminosas, castanhas, sementes, tudo isso, todos os alimentos derivados de plantas, desde que não sejam ultraprocessados. E aí, por outro lado, uma dieta mais pró-inflamatória seria o que a gente considera hoje o padrão típico de dieta ocidental ou dieta americanizada, que seria uma alimentação muito rica em alimentos processados e industrializados, mas também muito rica em carnes e gorduras saturadas.

A ideia não é, necessariamente, simplesmente passar para uma dieta em que todo mundo agora precisa ser vegano ou vegetariano estrito, mas, quanto mais próximo de uma dieta à base de plantas a gente estiver ou quanto maior for o incentivo a isso, melhor vai ser esse controle. Isso, do ponto de vista preventivo ou populacional de saúde pública, faz todo o sentido. Então, a gente tem incentivo a esse aumento do consumo de alimentos vegetais e à redução do consumo de alimentos de origem animal. Só com isso, este balanço, a gente já sabe que traria inúmeros benefícios para a saúde.

E aí, quando a gente fala especificamente de vegetarianos, como eu falei, acho que já não restam dúvidas. Esse é um assunto que é muito, muito estudado. A toda hora, sai publicação sobre vegetarianismo. Este estudo aqui especificamente é bem bacana, porque ele é uma revisão sistemática tipo guarda-chuva, que saiu em 2020, ou seja, é uma revisão de revisões sistemáticas – então, a gente tem estudos que englobam vários estudos sobre um assunto. Este, especificamente, pegou todos os estudos que eram revisões temáticas e que falavam sobre essa associação de vegetarianismo e desfecho de saúde. Então, eles reuniram basicamente 20 estudos com metanálise, tanto estudos observacionais como ensaios clínicos, e viram, no panorama geral, que pessoas que adotam uma dieta vegetariana têm de fato um melhor perfil lipídico, um menor IMC, menor pressão arterial, menor glicemia e menor hemoglobina glicada, que também é um parâmetro para avaliar risco de diabetes e, consequentemente, por conta desses melhores parâmetros de saúde, menor risco de desenvolver diabetes, doença cardíaca isquêmica e câncer, que estão entre as doenças que mais matam hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é tão importante, já existem evidências tão consistentes relacionadas ao fato de que dietas vegetarianas têm um efeito positivo para a saúde, que, por exemplo, a pesquisadora Kahleova, que é também uma das pessoas que mais publica sobre o tema hoje em dia, traz, por exemplo, com relação a doenças cardiovasculares: a gente tem tanto dado já mostrando efeito positivo que esse tipo de padrão alimentar, que são dietas mais vegetarianas, deveria ser incluída em diretrizes como forma de prevenção, reversão e tratamento de doenças cardiovasculares. O efeito é tão significativo que, quando uma pessoa tem doença cardiovascular ou quando ela tem risco, a principal recomendação deveria ser a adoção de uma dieta vegetariana para ajudar tanto no controle como no tratamento.

E aí, quando a gente pensa em diabetes, diabetes talvez seja a doença que mais tenha ensaios clínicos utilizando dietas vegetarianas como tratamento. Então, tem vários e vários estudos que pegam indivíduos e os colocam numa dieta padrão de tratamento de diabetes e numa dieta vegetariana. Quando comparam, observam que as pessoas que adotam a dieta vegetariana, que são colocadas nesse tipo de dieta, apresentam uma resposta muito melhor. Então, o desfecho é muito melhor – isso é em indivíduos que já têm diabetes –, o controle e, às vezes, a reversão da doença acontecem de uma forma muito mais eficiente do que quando se utilizam outros padrões para tratamento de diabetes.

Aqui, neste estudo de coorte, que é um estudo de acompanhamento populacional, observa-se que simplesmente o fato de comer carne uma vez por semana já aumenta em quase 30% o risco de desenvolver diabetes; e carne processada, que seriam os embutidos, em quase 40%. Daí, quando eles compararam pessoas que eram vegetarianas havia mais tempo, havia pelo menos 17 anos, com pessoas que comiam carne pelo menos uma vez por semana, o risco de desenvolver diabetes era 74% menor nos vegetarianos, simplesmente pelo fato de não consumir carnes. Então, só a partir daí, a gente já entende o real impacto deste tipo de alimentação no contexto de saúde.

Um dos pontos importantes, relevantes, que, inclusive, justificam vários desses outros efeitos benéficos, seria o melhor controle de peso relacionado ao vegetarianismo. Esse melhor controle de peso, normalmente, acontece de uma forma natural. Quando a gente pega estudos populacionais, de uma forma geral, que avaliam o vegetarianismo – este daqui, talvez, seja um dos maiores, que é um estudo com adventistas dos Estados Unidos, com mais de 73 mil pessoas –, este padrão é sempre observado, em todos eles. Este gráfico mostra o IMC, e esta faixazinha aqui no meio seria a faixa que é considerada um IMC saudável. E a gente vê que, quanto mais perto do vegetarianismo estrito, melhor costuma ser esse controle. Então, aqui o IMC está médio, dentro da normalidade, ao passo que os outros já têm um IMC mais alto. E já se sabe também que o IMC é um fator de risco muito importante para todas as outras doenças crônicas.

Aí é só para mostrar o quão simples é, para dizer que não precisa ser nada muito complexo e que, para adoção de uma dieta vegetariana e para isso ter um impacto positivo na saúde, a gente não precisa, necessariamente, de estratégias que sejam muito individualizadas e detalhistas. Por exemplo, na prática clínica, eu trabalho com isso e atendo pessoas que são vegetarianas, e a dieta é toda calculada e tudo o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais, mas, neste estudo aqui, por exemplo, eles pegaram indivíduos que tinham obesidade e os colocaram em um padrão alimentar vegetariano, sendo submetidos a esse tipo de alimentação, mas a dieta era *ad libitum,* ou seja, os indivíduos podiam comer o quanto que eles quisessem dos alimentos que eles recebiam orientação. A orientação era, basicamente, como se fosse este sinalzinho aqui: eles deveriam comer mais frutas, hortaliças, grãos integrais, alimentos naturais e vegetais folhosos, limitar, por exemplo, o consumo de sal e açúcar e não comer alimentos de origem animal e alimentos gordurosos. De acordo com os autores, pelo menos até a data do estudo, esta pesquisa, chamada *The Broad Study,* foi a pesquisa que atingiu a maior perda de peso em 6 e 12 meses do que qualquer outro ensaio clínico que não tenha limitação de ingestão calórica. Então, de todos os ensaios clínicos que usam dietas *ad libitum*, de todos eles, este foi o que apresentou maior perda de peso, simplesmente por orientar os indivíduos a seguir uma dieta à base de plantas. Então, este seria um *start*, um início: a simples orientação, mesmo sem controle de ingestão de quantidade, parece ter um efeito muito positivo nesse controle de peso dos indivíduos.

E aqui são dados do nosso querido Brasil, da minha pesquisa de mestrado. Só contextualizando, na pesquisa de mestrado, o que eu fiz foi aplicar o Vigitel, uma parte do Vigitel. O Vigitel é um inquérito do Ministério da Saúde que avalia vários parâmetros de saúde relacionados ao surgimento de doenças crônicas, entre eles, a alimentação. Então, tem perguntas relacionadas à alimentação.

Eu apliquei essas perguntas na população vegetariana brasileira, numa pesquisa feita no Brasil inteiro, e o que a gente observou, por exemplo – este aqui é o N, que foram mais ou menos 3 mil vegetarianos que responderam; e aqui são dados do Vigitel, do mesmo ano, então são resultados do mesmo ano –, é que a prevalência de excesso de peso nos vegetarianos era basicamente a metade do que o observado no Brasil – então, no Brasil, hoje, mais da metade da população tem excesso de peso – e quase 20% dos brasileiros têm obesidade, enquanto que só 7% dos vegetarianos, no estudo, apresentaram obesidade.

Em termos de alimentação, a gente observou um consumo maior, um consumo regular maior de frutas e vegetais, que seria um consumo cinco vezes por semana pelo menos; um consumo mais baixo de refrigerantes; e um consumo adequado, mais pessoas tinham um consumo adequado, de frutas e vegetais, que seria o recomendado pela OMS de cinco porções por dia.

Observando também o padrão – tem uma parte do estudo que é um recordatório do dia anterior –, os vegetarianos apresentaram maior consumo de alimentos naturais – os vegetarianos são as barrinhas verdes – e um menor consumo de alimentos processados. Então, todos esses fatores provavelmente contribuíram para um melhor peso e também são fatores que a gente sabe que podem contribuir com um melhor estado de saúde de uma forma geral.

E para fechar, para não falar somente sobre questões de nutrição, uma pincelada sobre os dados que a gente coletou. Vai passar um minutinho só. Eu ouvi aqui o alerta de 15 segundos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na minha pesquisa de doutorado, a gente avaliou na verdade qualidade de vida de vegetarianos no Brasil – uma amostra um pouco maior do que no mestrado. E aí a ideia seria entender qual é o impacto do vegetarianismo além do efeito em aspectos nutricionais e de saúde. Porque já tem muita evidência nesse campo, mas em outros campos não tanto. Então, tinha apenas alguns estudos esparsos. E o que a gente observou, ao contrário do que muita gente acredita – muitas pessoas acreditam que vegetarianos têm uma qualidade de vida inferior –, justamente o contrário, que a qualidade de vida de vegetarianos é muito boa em todos os aspectos avaliados: aspectos físicos, psicológicos, sociais e ambientais.

Qualidade de vida é um conceito bastante subjetivo, mas envolve uma percepção subjetiva de bem-estar ou o quão bem o indivíduo se sente e como ele se considera no contexto no qual ele está inserido. E dentro dessa amostra que a gente obteve, a gente observou melhores resultados nos veganos – veganos apresentavam qualidade de vida superior à dos outros, dos indivíduos que conviviam com os vegetarianos –, e isso era positivo para a qualidade de vida, e nos indivíduos que eram vegetarianos há mais tempo. Então, quanto mais tempo de vegetarianismo, melhor era a qualidade de vida dos indivíduos.

Então, isso só para pincelar e para mostrar que é algo factível, que não é nada que necessariamente vai piorar a qualidade de vida das pessoas. E muitas pessoas têm essa ideia de que vão virar vegetarianas e vão se sentir muito restritas e vão sofrer e vão ter dificuldades sociais e tudo mais e, aparentemente, não é o que acontece, pelo menos nos dados do Brasil.

Para finalizar, só como ideia mesmo de inspiração, que foi o que o Senador trouxe aí e que é um dos objetivos deste debate, acredito, eu queria só citar o nosso guia alimentar, primeiro. O Brasil tem um guia alimentar, que é sensacional, listado entre os quatro melhores guias alimentares do mundo. Ele foi lançado em 2018, e eu acho que é indiscutível o quanto o guia alimentar evoluiu, com uma proposta sensacional e inovadora.

O Canadá, aparentemente, inspirou-se no nosso guia, porque tem muitas coisas que são bem parecidas nos guias do Brasil e do Canadá. Eles trazem uma abordagem semelhante, mas eles trazem aspectos que o nosso não traz, que seria um grande incentivo ao consumo de alimentos de origem vegetal.

Então, desde a capa do guia, eles trazem, por exemplo, em uma seçãozinha, aqui, na parte de alimentos proteicos que eles descrevem, vários alimentos de origem vegetal como potenciais fontes de proteína e, em várias partes do texto, do corpo mesmo do guia, eles trazem a citação de que é importante comer alimentos proteicos, mas sempre preferindo alimentos de origem vegetal. Então, sempre que for comer, entre os alimentos proteicos, consuma os de origem vegetal com mais frequência.

Quando eles trazem a lista de alimentos proteicos, eles citam todos os alimentos de origem vegetal primeiro e, depois, os de origem animal, então dá para perceber a importância que eles conseguiram trazer para o tema. Eu acredito que tenha sido o primeiro de muitos guias que vão trazer esse tipo de abordagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acredito que o primeiro passo é por aí, é mostrar que o vegetarianismo é possível e, do ponto de vista nutricional, faz sentido e pode trazer benefícios. Então, esse simples incentivo já poderia começar uma reação em cadeia de incentivo nacional a uma alimentação não necessariamente 100% vegetariana, mas o mais vegetariana possível.

Prontinho. Saiu a apresentação? Saiu, não é?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Sim, saiu.

A SRA. SHILA MINARI – É isso. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, muitíssimo obrigado mesmo pela sua participação, Shila Minari, que é nutricionista e gentilmente veio aqui trocar uma experiência conosco. Muito bons os dados que você traz; vão ficar aqui essas apresentações. Eu quero deixar bem claro que elas vão ficar à disposição dos Senadores e também do cidadão brasileiro no Portal do Senado. Essas apresentações vão ficar disponíveis nesta audiência pública emblemática que a gente está tendo aqui.

Eu estava vendo ali, no final da apresentação – alguns de nós já fomos a nutricionistas –, a história do prato vermelho, aliás, do prato mais colorido possível. É uma coisa bem marcante da história dos nutricionistas mais recente.

Eu já tenho uma pergunta aqui que me mandaram, mas eu queria já deixar isto no ar para, na última rodada, quando cada palestrante vai ter cinco minutos para fazer as suas considerações finais. Trata-se daquela história, que eu não sei se ainda resiste e que as pessoas estão perguntando aqui, sobre a questão de que o organismo humano, mesmo tendo essa diversidade de alimentos, de vegetais, de legumes, enfim, mesmo assim, precisaria – esta é a pergunta – de carne animal, porque o ser humano tem essa necessidade para ter uma... A Dra. Shila Minari explicou que não, mas é uma pergunta que é frequente, porque alguns outros nutricionistas, num tempo em que realmente – isso é uma coisa que está ainda no inconsciente coletivo, de alguns anos para cá – diziam que tinha que ter, que era necessária, que, para se ter saúde, a proteína animal era importante.

Então, isso é um mito, essa é uma verdade que já foi esclarecida ou não, é algo que a gente precisa discutir mais? Fica esse questionamento que, mais à frente, se alguns de vocês se sentir confortável, pode responder.

Eu vou chamar agora aqui para participar um querido irmão, um amigo que me inspirou para entrar também na política, mas para refletir sobre alguns paradigmas no mundo em que a gente vive, e um deles foi a questão do vegetarianismo. Ele é vegetariano desde a infância, já nasceu numa família vegetariana. Eu não sei se ele vai revelar a idade aqui ou se ele me autoriza a revelar, mas ele é um exemplo vivo dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

benefícios do vegetarianismo na vida de uma pessoa. Eu já fui a alguns almoços na residência dele, e é impressionante como tem diversidade, como tem produtos que fazem com que, às vezes... Eu já levei amigos lá que perguntaram: "Rapaz, que carninha é essa aqui?", e, na verdade, era soja. Então, se faz hambúrguer à base de soja, almôndega à base de soja... Eu estou falando isso perto da hora do almoço, e já fica alguém salivando. Mas é impressionante como tem coisas saborosas parecidas com carne à base de soja.

Ao Ulisses Riedel, que é Presidente da ONG União Planetária e também é Diretor da TV Supren, que, há muitos anos, vem trazendo o despertar de consciências para a nossa evolução, eu passo a palavra por 15 minutos, com uma tolerância de 5.

Muito obrigado, Ulisses, por sua presença aqui nesta sessão.

O SR. ULISSES RIEDEL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Girão, Girão, meu amigo Eduardo Girão, Senador Eduardo Girão, você não sabe o tamanho da minha alegria com esta audiência pública e com a sua atuação. Eu sempre acreditei muito em você e vejo que você faz a diferença no Senado, porque, enquanto, normalmente, os Senadores – sem nenhuma depreciação –, naturalmente, estão voltados para as questões do mundo material, você, sem fazer nenhuma ruptura, mas num processo evolutivo, traz o debate, traz o diálogo, traz o estudo para uma dimensão muito mais alta, muito mais elevada do humanismo. Eu vejo que você se coloca dentro daquelas posições que não são de direita, não são de esquerda e não são do centro, mas são do alto, são humanistas, são de pessoas voltadas para o bem, e é tudo de que a nossa política precisa. Por isso, eu fico tão contente de, das nossas conversas, do entusiasmo que eu procurei lhe colocar sobre as políticas, ver o resultado disso. Eu vejo você como um missionário do bem na Casa que pode fazer a transformação do mundo, porque a atuação não é só local; uma atuação como essa se faz no mundo inteiro.

Olha, parabéns, Eduardo. Parabéns, parabéns mesmo. Olha, de coração. É por aí. Vá por aí. Siga por aí.

O tema de hoje fala da história do vegetarianismo no Brasil. Bom, aí eu sou obrigado a dizer que eu e minha família fazemos parte dessa história.

Claro, perguntou se poderia revelar a minha idade. Eu, daqui a um ano e seis meses, estou fazendo 90 anos. Eu nunca provei nenhum tipo de carne, nem vermelha, nem azul, nem amarela, nem cor de abóbora, ou seja, nem peixe, nem maminha, nem frutos do mar, nem bacalhau, nunca provei, não sei o sabor que tem. E tenho não só uma saúde muito boa, estou aqui beirando os 90 anos de idade, como eu tenho sete filhos, todos eles vegetarianos ou veganos, e todos extremamente saudáveis. Tenho 26 netos, que me fizeram ficar vegano, porque eu, a princípio, era vegetariano, mas os meus netos vieram e disseram: "Vô, isso já está ultrapassado. Agora a gente tem que ser é vegano". E também todos muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lindos. E 11 bisnetos encaminhados nesse mesmo sentido. Seis gerações de vegetarianos e de veganos, todos muito saudáveis, muito lindos.

Diria até que, dos meus filhos, três deles são idosos, já passaram de 60 anos e estão muito lindos. Alguns deles dão até uma surpresa. Se perguntar a idade dele, você vai dizer que ele tem 20 anos menos que aquela idade que ele tem.

E ainda respondendo à pergunta que foi feita, eu digo que há um equívoco muito grande, porque eu sempre fiz acompanhamento médico, sempre fiz acompanhamento de exame de sangue e não tenho problema de diabete, não tenho problema de pressão alta, tenho levemente, índices levemente além do que seria uma normalidade. Minha diabete, outro dia, medi: 103. Cento e três é não ter diabete nenhuma. E sempre tive a tal da B12, vitamina B12, sem nunca provar um peixe. Então há muita ficção em torno do assunto e muito desconhecimento, o que é natural.

Mas eu considero, sobretudo, Eduardo Girão, meu amigo, essa postura sua. Não estamos trabalhando por um rompimento; estamos trabalhando por elevar a mentalidade humana, de perceber que existem dimensões mais altas.

E eu devo dizer como começou o vegetarianismo na minha família, para que entendam, sobretudo, a raiz fundamental do meu veganismo.

Minha mãe tinha 14 anos de idade. Era uma menina nova, bonitinha e tinha várias irmãs também jovens. E um dia decidiram que, ao invés de comprar carne no açougue, deveriam comprar a carne diretamente no matadouro, porque a carne do matadouro seria muito mais saudável. E lá foram elas para o matadouro comprar carne.

Muito bem. Mas elas, moças jovens, bonitas, logo foram convidadas para ver a matança dos animais.

Olha, elas saíram tão escandalizadas, tão escandalizadas com a violência que humanidade não vê, que nenhuma delas nunca mais comeu carne na vida. Curiosamente, todas elas, quando se casaram, tornaram seus maridos vegetarianos. Então, sou filho de uma família que não só tem pai e mãe vegetarianos, como tios e tias vegetarianos e primos vegetarianos. Uma coisa única.

Vejo que essa questão do amor, da sensibilidade, da espiritualidade é o que deve ser examinado. Por exemplo, relato até isso num livrinho que escrevi chamado *O Doce Rebelde.* Eu conto uma história que eu vivenciei quando eu tinha uns 10 anos de idade. Eu morava na cidade de Santos. Caminhando na minha rua, vi, numa vitrine, um livrinho *Nosso Amor aos Animais*. Ora, eu logo corri para a casa: "Mamãe, quero comprar aquele livrinho, quero comprar aquele livrinho". Comprei, levei para a casa o livrinho.

Capítulo I, "Os cabritinhos".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Nós devemos amar os cabritinhos porque nos dão sua carne. Com as suas peles podemos fazer bolsas, com seus cascos podemos fazer botões e com os seus chifres podemos fazer adornos para caixinhas.

Minha mãe, conta, ou contava – ela hoje já está em outro plano –, que fui a ela – eu não me lembro – e disse: "Foi uma mulher muito piedosa que escreveu o livro, mas ela não sabe o que é amor. Ela pensa que amor é utilitarismo". Amor é serviço, amor é plenitude de dar, de servir. E ela, sobretudo, me ensinou muito que nunca devemos atacar os não vegetarianos. No meu tempo, ninguém era vegetariano. Eu, quando dizia que era vegetariano, as pessoas nem entendiam o que era ser vegetariano. E, quando eu dizia, "Ah, vai ficar doente. Você precisa da carne, você não pode viver sem a carne." Então, ela me ensinou a respeitar profundamente todas as pessoas, mas procurar conquistá-las pelo amor, pela inteligência, pela compaixão. O *Nosso Amor aos Animais* me lembrou que, se a as pessoas tivessem que matar os animais cuja carne comem, 90% da população do mundo ficava hoje vegetariana ou vegana, 90%, porque as pessoas comem um produto sem assistir à crueldade que existe com os animais.

As galinhas, coitadas, nessas granjas, têm bicos cortados, ficam presas, ovos colocados um atrás do outro, luz acesa para não dormirem. Olha, até a vibração que deve sair nesse ovo não deve ser uma vibração boa, como a vibração dos animais quando são mortos. Minha mãe até me relatou. Até fiz questão de um dia, mais adulto, ir assistir, para ver como é que é. Os animais tentam não entrar naquele corredor da matança, eles lutam para não entrar, eles sabem que serão mortos, mas são esticados, com choques elétricos, para lá entrarem.

Então, eu vejo que o tema que se traz à análise, Girão, é da maior importância do mundo, é da maior importância. E eu vou contar aqui uma história interessante, indireta, mas que tem tudo a ver.

Há uns 25 anos, nós reunimos um grupo de amigos e começamos a conversar sobre o que a gente podia fazer para fazer um mundo melhor. E ficamos dois anos e meio nos reunindo semanalmente para tratar do assunto. A princípio, era um grupo pequeno, que foi crescendo. Chegou num momento em que nós tínhamos que nos dividir em grupos e subgrupos para podermos tratar o assunto de uma forma aberta, plena. E nós imaginávamos que íamos ter mil soluções diferentes, mas a coisa foi diferente. Nós lembramos que a humanidade vem em equívocos brutais, equívocos dos nossos antepassados, equívocos dos nossos tataravós, dos nossos bisavós, equívocos da humanidade de hoje. Lembrou-se que nós vivíamos num mundo com sacrifícios humanos para que houvesse boa colheita, com guerras intermináveis, com guerras santas, guerras santas para converter o herege chamado de infiel, com inquisição, com pessoas queimadas vivas na fogueira, como Giordano Bruno e tantas milhares de outras, com guerras de conquistas, com escravidão, com a mulher subjugada, com guerras mundiais. No século XX, cerca de 70 milhões de pessoas foram mortas em duas guerras mundiais e ainda mais outras em outras guerras existentes, o holocausto – que coisa brutal! E nós discutíamos: "Como é que a gente vai fazer para fazer desse mundo um mundo melhor?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entramos no século XXI ainda com guerras, e você, Girão, mais uma vez, provocou outras audiências públicas para tratar desse assunto, da paz mundial. E vemos feminicídio, homicídio, latrocínios, guerras geopolíticas, guerras urbanas, violência urbana, violência doméstica, violência contra a natureza, violência contra os animais e aí o grupo chegou à conclusão de que havia uma única raiz, da mesma forma que ali a Shila falou da raiz comum da inflamação, que há uma raiz comum para todos os problemas da humanidade e que, entre eles, surge esse da matança dos animais. Primeiro, a ignorância e, segundo, em cima da ignorância, o egoísmo e a insensibilidade, que fazem com que os seres humanos precisem de uma nova mentalidade, porque nós, para mudarmos o mundo, nós temos que mudar a mentalidade. Ao mudarmos a mentalidade do mundo para uma mentalidade de paz, de solidariedade e, ao invés de termos uma sociedade competitiva, de a gente buscar o conhecimento para competir, mas buscar o conhecimento para bem servir, ao mudar a mentalidade, não só nós deixamos de ter um mundo com a matança de animais desnecessária, insensível e que faz mal não só aos animais, faz mal ao planeta, porque são destruídas florestas para haver alimentação para os animais, nós também alcançamos a paz mundial.

Podemos vencer esses problemas de feminicídio, de homicídio, de guerra, de tudo mais. Nós precisamos é de uma nova mentalidade: a mentalidade do amor, da solidariedade. Aquilo que Cristo nos ensinou. O que Cristo nos ensinou? Amai os vossos inimigos, respeitai a prostituta, o ladrão, seja humano, verdadeiramente humano, e, ao ser verdadeiramente humano, normalmente você vai verificar que deve ser vegetariano, porque a grande totalidade das pessoas sensíveis não mataria o animal cuja carne come. Então, vendo de uma forma respeitosa, como disse, absolutamente respeitosa, como um primeiro passo, e não como um rompimento, mas como uma evolução. Nós precisamos de uma nova mentalidade no mundo: a mentalidade do amor, a mentalidade da solidariedade.

E esses problemas surgem por uma visão equivocada: nós nos vemos separados dos outros seres. Mas é um equívoco nós nos vermos separados dos outros. Primeiro, quando nós nascemos, se nós não tivéssemos alguém que cuide de nós, nós morreríamos na primeira infância. É preciso a compaixão de alguém que cuide de nós. E, depois, na vida toda, tudo que nós temos, tudo que nós fazemos... Se eu comi um pedacinho de pão hoje de manhã, centenas, se não milhares de gerações, plantaram e replantaram o trigo. Aquele pãozinho que eu estou comendo alguém plantou, alguém colheu, alguém transportou, alguém assou para que ele pudesse chegar até mim. Nós precisamos das abelhas, nós precisamos dos insetos, precisamos dos pássaros, nós precisamos de amor, nós precisamos dos nossos companheiros, nós precisamos uns dos outros.

Então, eu vejo, Girão, essa sua postura de trazer uma nova visão, uma nova mentalidade para o Senado, para o Brasil, como da maior envergadura, porque nós precisamos vencer esses problemas que temos, inclusive, de conflitos, de direita, de esquerda, disso e daquilo, porque o que falta é humanidade, o que falta é amor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos que verificar. Temos os ODSs hoje, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. No que é que nós temos de nos concentrar? Como é que vamos alcançar esses objetivos. Qual o objetivo número um? Qual é a meta número um? Erradicação da pobreza. Como é que nós vamos erradicar a pobreza? Falando que é preciso erradicar a pobreza? Não; isso não erradica a pobreza. É preciso de políticas públicas, e políticas públicas que homens como você, humanistas, sabem colocar, sabem apontar. E é preciso conquistar o coração de toda a humanidade, de todas as pessoas para essa nova mentalidade, a mentalidade da solidariedade humana, ao invés da competitividade de uns contra os outros, ao invés dos interesses de uns contra os interesses de outros. Pelo contrário: a solidariedade, e essa solidariedade precisa vir com uma bandeira muito forte, muito forte, porque nós estamos sujeitos até a acabar com a humanidade por falta de solidariedade.

As guerras que nós temos e todas as que tivemos na história da humanidade são insanas, são doentes, são insensíveis, são loucas. Nós precisamos dessa nova mentalidade, e que só com espiritualidade, mas a espiritualidade abrangente: a espiritualidade que está no católico, que está no protestante, que está no evangélico, que está no espírita, que está no budista, que está no hinduísta, que está no coração do homem.

Mas isso tem que ser despertado. Nós temos que ter coragem de falar em amor, de defender o amor.

Eu fiz uma palestra da União Planetária num dos nossos seminários sobre pedagogia das virtudes, na Espanha, lá na Universidade de Salamanca, com grandes doutores falando sobre o tema, e eu era um dos convidados.

Quando terminou a palestra, um daqueles expositores, um acadêmico da área de pedagogia, me chamou para o corredor, e eu notei que ele tinha lágrimas nos olhos. Ele me disse: "*yo tengo envidia de ti*".

Eu disse: "Mas por que isso? Por que tem inveja de mim?".

"Usted hablas de amor abiertamente y yo tengo vergüenza", dizendo que ele, um acadêmico, tinha vergonha de falar de amor.

Essa é mentalidade que temos que mudar, nós temos que ser amor. E eu vejo em você Girão: você é amor, você é solidariedade, você é idealismo, você não precisava estar aí, você tem condições pessoais de estar simplesmente gozando a vida, mas a vida lhe reservou um trabalho muito maior, que é esse trabalho de trazer uma nova mentalidade para o mundo e uma nova mentalidade que, dentro dela, se inclui o veganismo porque pessoas veganas, vegetarianas, por amor aos animais, jamais farão guerras. Elas não fazem... Elas respeitam a vida do animal, vão respeitar a vida de todos os seres humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E por isso, sobretudo, parabéns. Parabéns, Eduardo Girão, meu amigo, hoje, meu líder, a quem eu quero servir nesse trabalho majestoso que você tem pela sua frente de trazer uma nova mentalidade para o mundo e fazer um mundo melhor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, meu querido irmão, ex-Senador da República – eu peço desculpa por não ter citado o ex-Senador da República Ulisses Riedel –, que fez uma fala inspiradíssima. Eu acho histórica essa fala, acho que ela bate forte na alma, e eu te agradeço muito pela participação, pelas suas considerações extremamente generosas à minha pessoa. Sei das minhas inúmeras limitações e imperfeições, mas estou aqui para servir no limite de minhas forças.

Ulisses, vendo você falando, vieram-me memórias da infância também e quero deixar muito claro que você, com quase 90 anos de idade, não aparenta jamais ter isso, pelas imagens e, para quem teve a oportunidade de rever você há pouco tempo como eu, é algo intrigante, realmente, essa sua vitalidade, ele que desde a infância é vegetariano. Ele já nasceu num berço vegetariano.

E essa fala da sua mãe, esse exemplo da sua mãe... Eu lembro de um caso que você também contou, e hoje por causa do tempo não deu, mas eu digo: uma vez você estava com os seus pais, com seus irmãos todos – uma família, uma prole grande – e andando na mata viu lá um monte de formiguinhas, uma atrás da outra, caminhando. Aí, passando o pessoal, o pai parou tudo e disse: "Ó, vamos analisar isso aqui. Abaixem aqui. Vamos ver. Olha que coisa linda aqui. Vamos ter cuidado e vamos desviar, porque elas estão aqui no caminho." Essa analogia também é muito forte. Eu não esqueço que você me falou há uns dez, quinze anos, essa passagem.

Muito obrigado, Ulisses. Muito obrigado mesmo. Eu sei que você está em viagem, mas fez questão de participar. Olha que bênção esse serviço virtual que a gente está tendo agora e valorizando mais! Muito boa a sua fala. Eu lhe agradeço muito.

Vamos agora sequenciar ouvindo a Sandra Denise Calado, que é escritora.

Muita gratidão, Sandra, por estar aqui conosco, participando desta sessão do Senado Federal, na Comissão de Assuntos Sociais, sobre vegetarianismo no Brasil.

A senhora tem dez minutos, com a tolerância de mais... Ô, perdão, quinze minutos, com a tolerância de mais cinco aqui da mesa, para fazer a sua exposição.

Muito obrigado.

A SRA. SANDRA DENISE CALADO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de iniciar agradecendo o convite, agradecendo ao Senador, à Comissão, que tão carinhosamente me acolheu, e à assessoria, que nos orientaram antes para podermos estar aqui.

Eu vou iniciar fazendo uma apresentação porque eu sou realmente escritora, mas o livro que eu publiquei é um livro mediúnico, que é *O Evangelho dos Animais*, que é parte de toda a atividade que nós realizamos. Eu sou co-fundadora da Associação Espírita de Amigos dos Animais e atualmente Presidente da Federação Espírita Asseama, que é uma entidade espírita voltada ao amparo aos animais, com diversos braços de atuação. É uma entidade vegana. Todos os voluntários são veganos. Eu sou vegana há quase 25 anos. Então, nós temos todo um estudo obviamente ligado aos aspectos religiosos, não somente à doutrina espírita, mas ao estudo, à compreensão da religião e à compreensão dos animais como nossos irmãos de jornada.

Então, há todo um aspecto observado, estudado e aprofundado. Claramente, por nos entendermos também como seres dotados de alma, nos preocupamos com a nossa condição física, ou seja, com o corpo que nós recebemos para o processo de evolução.

O Senador citou na sua primeira fala sobre uma mudança de paradigma. Não tenho dúvida de que esta audiência significa um passo muito importante que vai ao encontro do momento planetário que nós estamos vivendo. Apesar de nós olharmos o planeta com um histórico difícil realmente, atravessando uma guerra mais nítida atualmente, com outras guerras de muitos anos que vêm se arrastando no nosso planeta, com diversos problemas sociais e o Brasil com diversos problemas sociais, nós, quando olhamos sob o aspecto espiritual e não somente no que tange à religião espírita, mas às religiões em geral, ao próprio cristianismo, às orientações de Jesus quanto ao que ocorreria no planeta, nós reconhecemos que, embora todas as dificuldades, nós atravessamos um momento de transição. É a história do meio copo cheio, do meio copo vazio: depende para que lado nós vamos olhar.

Sem dúvida a humanidade ainda traz um inconsciente coletivo com determinados hábitos automáticos, presentes culturalmente, porque nós vamos herdando esses hábitos.

Nós tivemos a oportunidade de ouvir a riquíssima fala do nosso irmão que falou anteriormente a nós, que vem nos contando o quão importante foram os hábitos que ele herdou. A cultura familiar que ele teve o tornou um vegano hoje, um defensor do amor, alguém que traz uma fala ligada às mudanças necessárias para modificar o contexto da sociedade como um todo.

Então, nós vemos o quanto, na verdade, a nossa cultura e o processo educacional, a forma como nós inserimos os processos de consciência para a criança, para a sociedade podem atingir esse processo do inconsciente coletivo.

Nós atravessamos, hoje, realmente uma mudança de paradigma não somente no que tange aos animais quanto à discussão em relação ao próprio planeta, à maneira como nós vivemos, à fraternidade, assim por diante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O fato de nós estarmos, hoje, presentes, em uma audiência pública que traz a discussão do vegetarianismo no Brasil é a própria prova de uma mudança de paradigma, porque nós temos abertura para sentarmos e conversarmos a este respeito.

Nós, que acompanhamos a questão da defesa dos animais, a questão da mudança em relação à saúde, a discussão em relação à nutrição, já há muito tempo sabemos como isso representa realmente uma modificação para o inevitável, mas um inevitável que deve ser estudado, um inevitável que pode ser atravessado. Ou seja, nós podemos chegar a este processo em que o amor pode imperar no planeta de maneira planejada, estudada, reduzindo os impactos, causando modificações, melhorando as condições socioeconômicas, tudo ao mesmo tempo. Depende de como nós vamos olhar esta situação.

Em relação aos animais, esse aspecto primordial de mudança de paradigma está ligado, efetivamente, ao fato de nós vermos ou não os animais como seres dotados de alma.

Então, nós fazemos um histórico de Descartes, da época de mais ou menos 1600, que vem questionando, na verdade, as condições trazidas pela religião como um todo, questionando se nós, como seres humanos, somos seres dotados de alma. Ele trouxe uma série de frases, como "penso, logo existo". Se penso e existo, sou uma alma, tenho uma alma. Ele não conseguiu provar que os animais pensassem ou que eles tivessem qualquer tipo de sentimento ou emoção. Então, ele deduziu que os animais eram máquinas ultracomplicadas. A partir disso, a partir da colocação desse pensamento, houve uma absorção desse pensamento pela humanidade em geral e uma absorção desse pensamento pelos cientistas, pelos pensadores, pelos filósofos.

Hoje, nós vivemos num momento muito agraciado pelo desenvolvimento da ciência, um momento, a partir da década de 70, que se aprofundou a partir da década de 90, em que nós temos equipamentos, aparelhagem, métodos, que nos possibilitaram observar que os animais são dotados de consciência. Isso é, por si só, um pilar de mudança de paradigma.

Ou seja, nós entendíamos que os animais não eram capazes de sofrer, que eles não tinham emoções ou sentimentos porque nós não éramos capazes de medir o quanto, realmente, eles são dotados de emoções e sentimentos.

Darwin, em particular, escreveu um livro muito importante e pouco citado, em 1872, que se chama *A Expressão das Emoções no Homem e nos Animais*. Nesse livro, ele diz: se o homem herdou dos animais a capacidade de ter expressão de emoções, significa que os animais têm, anatomicamente, músculo, pele, hormônios, glândulas que lhes permitem expressar emoções. Então, isso já foi uma porta que se abriu para esse olhar.

Mas, realmente, estudos outros hoje nos demonstram, inclusive fisiologicamente, que os animais realmente são capazes de sofrer, que eles têm sentimentos, emoções, vontade própria, que eles têm regiões cerebrais que reagem mediante o amor ou mediante a dor, mediante a compaixão, mediante a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

piedade, mediante o carinho ou mediante a imposição do sofrimento. Esses estudos todos foram concluídos com a Declaração de Cambridge, de 7 de julho de 2012, que diz que os animais não humanos são dotados neurologicamente da capacidade de ter consciência, sentimentos, emoções e vontade própria.

Então, isso nos faz olhar, primeiro, para o nosso passado, porque até então todo movimento que nós tivemos na relação entre homens e animais está ligado diretamente ao fato de acreditarmos que os animais não têm alma, não têm emoções, não têm sentimentos, não são capazes de sofrer ou perceber esse sentimento; e, de repente, a nossa ciência, com toda a evolução que apresentou no século XX e no início do século XI, nos diz: "Olha, nós cometemos um equívoco: os animais têm consciência". Então, quando nós olhamos para isso, esse equívoco tem impactos muito maiores do que nós imaginamos, porque não é simplesmente nós olharmos e dizermos que os animais têm consciência, mas é nós olhamos e dizermos: "Uau, tudo o que nós fizemos e ainda estamos fazendo, acreditando que os animais não tinham consciência ou capacidade de percepção do sofrimento, foi um equívoco". Precisamos encontrar uma forma diferente de nos relacionarmos com os animais porque, quando nós impomos o sofrimento, eles percebem esse sofrimento, sofrem, reagem a ele, apresentam sentimentos de sofrimento.

Trazendo o olhar dinâmico do maior mandamento que o Cristo nos deixou – "Amai a Deus sobre todas as coisas e o próximo como a si mesmo" – e aquela fala de Descartes que dizia "penso, logo existo", e, existindo, tenho alma, nós podemos então observar nitidamente: os animais são criações divinas, mas, acima de tudo, pensam, têm consciência, percebem o que ocorre e, portanto, são seres dotados de alma. Assim se inserindo no maior mandamento – "Amai a Deus sobre todas as coisas e o próximo como a si mesmo" –, os animais, então, sendo seres dotados de alma, com consciência, são nossos irmãos, nossos parentes mais próximos, filhos do mesmo Pai. Então, nós passamos a ter uma responsabilidade espiritual para com os animais.

O Exmo. Senador nos disse que ele acredita que teve um aspecto espiritual, uma mudança de energia quando adotou a dieta vegetariana. Quando nós olhamos isso e percebemos que os animais têm consciência, Senador, nitidamente significa que, quando eles são colocados, por exemplo, numa fila de abate, eles impregnam a carne com a consciência do sofrimento, com a sua dor, com o seu medo, com o seu pânico, com o desespero, com a necessidade de fuga, com a busca de ajuda, tudo isso é colocado na carne que está no nosso prato. E aí, quando nós ingerimos, nós não estamos ingerindo apenas a carne, nós estamos ingerindo esse sofrimento, esse pânico, esse desespero, que, obviamente, mesmo que nós não percebamos, nos afeta o inconsciente profundo. Nós estamos absorvendo o medo, o pânico, o sofrimento e o desespero. Quando nós pensamos no quão ainda a população humana ingere produtos de origem animal, ingere a carne, nós precisamos ter um olhar mais profundo: o quanto a população humana está ingerindo dor, sofrimento, violência, desespero e pânico. Quantos dos aspectos emocionais que nós apresentamos não vêm da absorção vibratória de tudo isso? E quanto nós não estaríamos melhores vibracionalmente se nós não estivéssemos ingerindo isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o estudo que a nossa companheira nutricionista nos trouxe nos falando do bem-estar que experimentam os vegetarianos e os veganos... É natural que nós nos sintamos melhores, porque é natural, não somente porque nós não estamos ingerindo todo esse sofrimento, todo esse pânico... Quando nós começamos a experimentar uma conexão com o todo, uma conexão com a natureza, uma conexão com a criação, uma conexão com as leis divinas, uma conexão com a compaixão, com a misericórdia, quando nós fazemos as colocações do Mestre – "Bem-aventurados os misericordiosos..." –, realmente nós experimentamos uma bem-aventurança, uma propensão a melhorarmos, uma propensão a desenvolver piedade.

Há uma fala, eu tomo a liberdade de fazê-la, do *Evangelho segundo o Espiritismo*, que diz que a piedade é a virtude que mais nos aproxima dos anjos. Então, realmente, nós começamos a elevar o nosso padrão vibratório, a nos responsabilizar mais pelos nossos sentimentos, a desenvolver mais a piedade, porque nós nos libertamos do fato de nós causarmos sofrimento direta ou indiretamente aos animais, de nós estarmos direta ou indiretamente ligados à morte deles, direta ou indiretamente ligados à separação de famílias, direta ou indiretamente ligados a maus-tratos e à crueldade.

Esse é um livro muito bom, que se chama *Jesus, o maior psicólogo que já existiu*. Quando nós lemos esse livro, por exemplo, nós notamos realmente que a misericórdia, os bem-aventurados, os puros de coração e, principalmente, uma colocação que o Mestre nos faz. Ele diz assim: "Eu não vim para ser servido, mas para servir". Então, esse Mestre do amor, a maior personalidade conhecida no mundo, nos diz ele veio para servir. Nós temos uma responsabilidade particular, individual, enquanto criaturas que têm algum impacto público, uma responsabilidade enquanto instituição que nós representamos, de trazer orientações para a sociedade como um todo. E realmente vem aumentando o número de vegetarianos e veganos no mundo porque vem aumentando a capacidade de informação, mais pessoas tomam conhecimento do quanto isso é benéfico para a saúde. E, no amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a nós mesmos, a preocupação para nosso corpo deve nos passar também a preocupação sobre o que que nós colocamos em nosso corpo, que tipo de alimentos nós ingerimos. Como nós vamos cuidar desse vaso que Deus nos confiou para o nosso processo de evolução? Que cuidados nós temos de ter para com nós mesmos enquanto espíritos?

Então, todos esses cuidados efetivos que o aspecto da evolução espiritual nos traz nos faz olhar de uma maneira diferente para uma situação como hoje. Realmente nós temos uma longa estrada para trilhar, para que os processos de desenvolvimento da sociedade estejam de acordo com o clamor da mudança de consciência, com um clamor para um mundo de paz e harmonia, com um clamor para um mundo de esperança. Então, quais caminhos nós podemos fazer a fim de criar uma cultura diferenciada que as crianças irão herdar, crianças que nascerão para modificar o planeta? Que aspectos nós vamos deixar como herança para que o nosso planeta realmente adentre em condições de encontrar subsídios necessários para o processo de transformação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso mesmo vemos uma audiência pública como a de hoje realmente como passo inicial, mas um passo inicial muito importante, um passo que une os aspectos políticos aos aspectos de compaixão, os aspectos políticos a um clamor pela harmonia interior e coletiva, os aspectos políticos a um clamor por encerrar a crueldade no planeta. Isso passa, sem dúvida nenhuma, pelo encerramento da crueldade para com os animais. Então, quando nós olhamos a sociedade, realmente nós atravessamos momentos muito difíceis em nosso planeta, mas momentos de transformação importantes. Hoje há recursos, por exemplo, quando eu opto por me tornar vegetariano, por me tornar vegano. Eu tenho recursos. Olha, quem é vegetariano ou vegano há muito tempo sabe que antigamente a gente não chegava ao supermercado e havia simplesmente uma seção vegana. "Eu vou comprar isso, vou comprar isso". Eu vou ao médico, ao nutricionista, eu vou ter quem me oriente a esse respeito. Eu vou entrar numa internet e eu vou ter inúmeros estudos a que eu posso ter acesso. Eu posso ler livros a respeito.

Então, hoje nós temos todos esses recursos que nos propiciam uma mudança de consciência, uma mudança de paradigma. Tornou-se muito mais fácil exercer o nosso livre-arbítrio, tornou-se muito mais fácil exercermos a nossa capacidade de amar, tornou-se muito mais fácil aderirmos à mensagem de Jesus, tornou-se muito mais fácil, muito mais fácil aderirmos à mensagem de libertação íntima, libertação da humanidade, libertação dos animais.

Eu agradeço imensamente ao Senador a oportunidade de falar. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Gratidão, muita gratidão pela sua participação, Sra. Sandra Denise Calado, que é escritora.

E olha que interessante: eu sou espírita, pelo menos tento ser espírita, e não sabia ainda o que a equipe preparou. A gente até no começo falou que tem várias motivações do vegetarianismo, uma delas é a motivação religiosa. Muito interessante essa sua fala.

Eu lhe agradeço, Sandra, porque, como eu disse aqui também no início, uma das motivações minhas foi um livro de Ramatis chamado *Fisiologia da Alma*, que mexeu muito comigo ainda ali na época da adolescência. E há uma passagem nesse livro que eu até vou reler nessas próximas semanas, porque já faz muito tempo. Às vezes há certas coisas que a gente não compreendeu, achou que compreendeu, com o amadurecimento, com as experiências na vida... Porque a vida é uma somatória, como diz meu pai, das nossas convivências. Então, é devido a um livro que a gente lê, um filme a que a gente assiste, com quem a gente convive, que a gente vai evoluindo uns com os outros e despertando nossa consciência. E há um trecho desse livro, *Fisiologia da Alma*, que diz o seguinte: quando você carne de animais, o seu corpo, estômago e intestino ficam como um cemitério, eles funcionam como um cemitério. Então, essa frase me marcou muito. Há outro livro também, que eu não sei se alguém vai querer comentar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos recebendo aqui dezenas de perguntas, inclusive pergunta sobre a sua palestra agora, Sandra Denise, que é falando o seguinte, muita gente perguntando – talvez é um outro tema que a gente tenha que abordar aqui, mas é interessante: "Para onde vão as almas dos animais após a morte?". Para onde vão as almas? Os espíritas chamam, nós chamamos os animais de irmãos menores, nossos irmãos menores. E um grande pacifista e humanista do planeta, Francisco de Assis, falava muito do respeito à vida. Ele chamava os animais de irmãos também. E a natureza, enfim...

Mas há outro livro também muito marcante que eu não sei se algum de vocês conhece ou quer comentar depois na rodada final de cinco minutos, em que nós vamos dar aqui para vocês fazerem as considerações, para os nossos expositores de hoje. Há um livro chamado *Você é o que Você Come*. É outro livro bem interessante.

Então, eu quero já passar para a nossa próxima palestrante. Eu já tive a oportunidade de conhecê-la pessoalmente há muitos anos. Ela esteve na minha cidade de Fortaleza, lá no Ceará, fez um evento exatamente sobre esse tema, teve uma grande repercussão naquela época, há 20 anos mais ou menos. Eu lembro que ela abordou aquele filme muito marcante, que é o *A Carne é Fraca*. Não sei de que forma ela participou, se ela é a produtora. Eu não estou lembrado aqui. Eu queria que a Susan Andrews, uma pioneira nesse assunto no Brasil, fizesse uma explanação também, se puder, sobre esse filme *A Carne é Fraca*.

Mas fique à vontade. Muito obrigado pela sua presença, Susan, aqui. É uma honra, uma alegria muito grande estar recebendo você aqui no Senado Federal para um assunto tão importante. Sim, é um assunto do momento, um assunto do nosso presente, mas também do futuro da humanidade. Muito obrigado.

A senhora tem quinze minutos e mais cinco de tolerância para a sua palestra.

A SRA. SUSAN ANDREWS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Sr. Eduardo.

Realmente, eu estou muito impressionada hoje pela manhã não somente por ter um Senador tão visionário, criando novos paradigmas, mas também pela qualidade de cada palestrante aqui. O Sr. Ulisses também é uma pessoa que eu conheci em Brasília e que eu adorei. Foi muito bom ver você. Foi maravilhoso. E também a Shila, o Prof. Ricardo, a Sandra... Realmente, é um dos mais excelentes e tocantes congressos ou eventos a que eu assisti nos últimos tempos, de verdade.

Então, eu queria pegar o gancho no que Sandra entrou e falar sobre consciência. Falamos bastante agora sobre saúde física, sobre o aspecto planetário, mas eu quero compartilhar algo que me preocupa muito no mundo atual e eu acho que esse tópico tem tudo a ver.

Só queria ver... Eu vou colocar meus eslaides...

Você está vendo os eslaides? Tudo bem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Sim, Susan. Estamos vendo perfeitamente.

A SRA. SUSAN ANDREWS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada.

Então, por que quero falar especificamente sobre saúde mental? Quero focar isso. Sou psicóloga. Eu também sou monja. Eu estudei a psicologia oriental por muitos anos na Índia, na Tailândia, na Indonésia, na China. Agora eu quero trazer esse assunto das nossas mentes e da nossa alimentação. Por que eu quero fazer isso? Porque eu sou... Como vocês podem ver, pelo meu sotaque, eu não nasci no Brasil. Sou norte-americana. Vim para o Brasil 25 anos atrás, mas ainda – desculpem-me! – falo de forma muito errada. Vocês têm que me perdoar por minha gramática e até por meu sotaque. Mas eu sempre espero que minha mensagem vá além da minha gramática incorreta, porque eu, sendo norte-americana, adoro o Brasil. O Brasil, para mim, sempre... Todos os que vêm me visitar aqui há décadas, vindos da Europa, dos Estados Unidos, da Ásia, ficam encantados com o brasileiro, com a alegria inata, com a convivência natural do Brasil.

Então, estou bem preocupada, porque, nos últimos tempos, a Organização Pan-Americana da Saúde, que faz parte da Organização Mundial da Saúde para as Américas, fez uma nova publicação no final do ano passado e destacou que quatro em dez brasileiros tiveram problemas de ansiedade nesses dois anos de pandemia – quatro em dez! Essa publicação, essa pesquisa mostrou que o Brasil é realmente o campeão na América Latina. O Brasil, inesperadamente, tem muito mais problemas de ansiedade, e não somente de ansiedade, mas também de depressão, mais do que os pesquisadores imaginavam.

Como a Organização Mundial da Saúde citou, "a depressão será a principal condição médica do mundo até 2030". E nós, no Brasil, sofremos de depressão. É uma coisa que eu, como fã do Brasil e dos brasileiros, não posso aceitar. Os brasileiros estão mais deprimidos, de fato. Essa pesquisa saiu anteontem no *Estadão*. Não sei se vocês que moram longe de São Paulo prestaram atenção a esse jornal. A pesquisa Vigitel do Ministério da Saúde do Brasil de 2021 divulgou, na semana passada – por isso saiu anteontem –, que 11,3% dos brasileiros sofrem de depressão. É um número bem acima da média apontada pela OMS para o país, de 5,3%. E há mais pessoas com depressão no Brasil do que com diabetes, que é um problema avassalador no país, que são somente 9%. Então, é um problema. Esse é um problema sério, e nós temos que ver isso juntos, neste encontro de pessoas tão honradas.

Nós temos que pensar também o que nossa alimentação faz para a nossa saúde mental. Como o Dr. Alberto Filgueiras falou: "Embora o novo número seja muito alto, não chega a surpreender porque não temos política pública para a contenção de demandas patológicas", mentais. Qual é o tratamento agora? Medicamentos, que muitas vezes são caros, a população não tem condição; terapias, que também são caras, muitas vezes a população não tem condição. Então, por isso, nós temos que olhar o nosso estilo de vida, especialmente a alimentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, você já ouviu muito brilhantemente de Shila, e também depois eu acho que Dr. Ernesto vai elaborar mais ainda, que o que foi idealizado nos últimos tempos que aqueles milhões de hospedados em nosso intestino, as bactérias, microbiotas, estão não somente ligadas à nossa saúde física, mas têm um efeito profundo da nossa saúde mental. Disbiose intestinal, que ele diz é desequilíbrio de bactérias, as bactérias ruins proliferando, gera inflamação. Depois o Dr. Ernesto vai, o Shila já falou, vai falar mais sobre os grandes danos do organismo de, como a Shila falou, depressão crônica de baixo nível, *low-grade, low level chronic inflammation*. Isso agora afeta diretamente o nosso estado mental. Por isso, surgiu, nos últimos tempos, um novo campo, imagina, de psiquiatria nutricional, psicologia nutricional. Não é tomar remédios para aumentar a serotonina, porque de fato 90% da serotonina no nosso organismo é produzida nos intestinos; não é tomar antidepressivos; não é somente longas sessões de terapia verbal; você tem que mudar nossa nutrição.

Então, eu vou falar bem brevemente, porque está tarde agora, mas tem muitas pesquisas nos últimos tempos que mostram que inflamação e depressão estão totalmente ligadas. Uma pesquisa com 43 mil mulheres com aproximadamente 12 anos mostrou que aquelas que, ao longo desses anos, começaram a comer uma dieta mais inflamatória, com mais refrigerantes e grãos refinados, especialmente carne, ficaram deprimidas na pesquisa – não eram antes. A alimentação afetou – claro, outras circunstâncias de vida –, essa pesquisa sugere que a inflamação crônica subjaz à associação entre dieta e depressão. E uma coisa que é interessante notar aqui é que quando os pesquisadores começaram a analisar os danos de inflamação no corpo físico se deram conta de que o nosso cérebro também fica inflamado. As pessoas deprimidas não somente têm inflamação no corpo físico, mas seus cérebros estão inflamados. E isso afeta obviamente nosso estado mental.

A famosa revista *Journal of the American Medical Association* mostrou também, recentemente, que uma dieta rica em frutas e vegetais está associada com níveis mais baixos de inflamação, mais baixos de marcadores inflamatórios, por causa das propriedades anti-inflamatórias dos antioxidantes, exatamente como o Senador Eduardo falou. Essa ideia das cores dos alimentos, todo mundo agora sabe: quanto mais coloridos os alimentos, mais antioxidantes e mais saudáveis eles são.

Então, também, recentemente, saiu uma outra pesquisa, olha, desde 2017, tudo absolutamente da hora, porque o mundo inteiro, não só o Brasil como a Organização Mundial da Saúde falou. A grande epidemia é chamada hoje em dia de epidemia silenciosa. A epidemia silenciosa no Planeta Terra, agora, é depressão. E essa foi renomada como uma das melhores pesquisas, um estudo australiano que se chamava Smiles, uma sigla para *Supporting the Modification of Lifestyle in Lowered Emotional States*, numa tradução livre: apoiando a modificação do estilo de vida em estados emocionais para baixo. Era um estudo da Austrália, de 12 semanas, que analisou o estado mental de 67 pessoas com depressão grave.

Esses resultados não foram explicados por mudanças na atividade física e no peso corporal. Todo mundo sabe. Está deprimido, tem que andar, fazer exercícios e vai se sentir melhor. É verdade. Mas esses resultados mostraram que não era mudança na atividade física e nem diminuição de peso que afetou, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os resultados foram intimamente relacionados à mudança na dieta. As dietas saudáveis estão associadas ao risco reduzido de depressão, enquanto as dietas não saudáveis – e esse artigo deixou claro – que querem dizer dietas com o mínimo de plantas e verduras, e muita carne animal, essas dietas não saudáveis estão associadas ao aumento do risco de depressão.

Aquelas pessoas que aderiram de forma mais próxima ao programa dietético experimentaram maior benefício quanto aos seus sintomas de depressão. Este é o primeiro estudo controlado, randomizado, para testar diretamente que melhorar a qualidade da dieta pode realmente tratar a depressão clínica e mostrar definitivamente como os comitês físicos estimam...

Um comitê muito renomado, nos Estados Unidos, o Comitê dos Físicos para Medicina Responsável, analisou essa pesquisa do Smiles e outra pesquisa também, que saiu no *American Journal of Health Promotion*, que mostrou que pesquisas que analisaram o impacto de dieta no bem-estar emocional e na produtividade...

Houve uma pesquisa em corporações, uma pesquisa empresarial, em dez locais corporativos. Não sei se vocês observaram, mas, no trabalho, as pessoas não estão bem; há muitas pessoas pedindo licença médica; elas estão deprimidas, não conseguem nem trabalhar. Nesses dez locais corporativos, numa grande companhia de seguros nos Estados Unidos, descobriram que uma intervenção dietética baseada em vegetais levou a uma significativa redução de depressão, ansiedade e fadiga. E esse comitê de médicos que analisou essas duas pesquisas mostrou que seguir uma dieta vegetariana, aqueles que foram além do seu vegetarianismo (*Falha no áudio.*) ... dieta vegetariana tiveram ganhos significativos no bem-estar emocional e no funcionamento diário devido à saúde física e à saúde geral, em comparação ao grupo de controle.

Estes achados sugerem que mudanças nos hábitos alimentares podem ter um efeito positivo em ambos os níveis, individual e social, melhorando a qualidade de vida pessoal, aumentando a produtividade social e diminuindo os custos dos governos com os cuidados de saúde. E eles finalizaram os seus relatórios dizendo que, ao invés de recorrer a medicamentos, seguir uma dieta baseada em plantas, rica em antioxidantes e polifenóis de frutas e vegetais... Aqueles polifenóis de coloridas frutas e vegetais podem servir como um mel terapêutico barato, natural e não invasivo, sem efeitos colaterais, para apoiar a saúde mental.

Então, terminando, eu só queria lembrar as palavras imortais do Pai da Medicina, Hipócrates, que diz: "Que seu remédio seja seu alimento, e que seu alimento seja seu remédio" não somente para o corpo físico, mas para nossas mentes, para nosso ser.

Muito obrigada. Esse é o nosso instituto Visão Futuro, onde moramos, no interior de São Paulo. Convidamos vocês a, algum belo dia, nos visitarem. Temos uma horta orgânica e toda a comida aqui é puramente vegetariana. Eu acho que vocês vão gostar de almoçar, um belo dia, conosco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, muito obrigada pela sua atenção.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Gratidão, muita gratidão, Susan Andrews, Coordenadora do Parque Ecológico Visão Futuro, uma idealista que fez uma brilhante explanação aqui, trazendo informações importantes.

E eu já quero antecipar aqui que, a partir da sua palestra, nós já solicitamos à nossa assessoria, à Adriana, que está cuidando, com muito carinho aqui, desses temas, para, junto à Mesa daqui, da CAS, que é a Comissão de Assuntos Sociais, que tem tudo a ver com o que a gente está discutindo aqui, que a gente já faça um requerimento para, na próxima sessão deliberativa, fazer uma audiência pública sobre esse problema pós-pandemia da covid, que acabou gerando ou deixando mais evidente uma nova pandemia mundial, e no Brasil está grave realmente – serve de alerta para que a gente aja o quando antes –, que é a pandemia da automutilação, que é a pandemia da depressão, da síndrome do pânico e do suicídio.

Então, realmente, se agravou bastante. A gente já pediu às secretarias dos estados, secretarias de segurança, sobre dados recentes para a gente compilar. Está em processo; estamos concluindo, nesses próximos dias, a análise desses documentos. A gente já percebeu, do que a gente recebeu de informações, que aumentaram bastante os problemas de ordem psicológica, mental e emocional dos brasileiros, chegando ao cúmulo de muitas pessoas, no desespero, tirarem as suas próprias vidas.

Então, olha só que interessante. Eu não imaginava – é um aprendizado para mim, eu agradeço muito –, eu não tinha noção do conteúdo da sua exposição, Susan, e isso me alerta mais ainda. Eu quero convidá-la, já deixar aqui feito o convite extraoficialmente para a sua presença, porque nós vamos ter a presença do Ministério da Saúde aqui. Enquanto a senhora fazia a sua exposição, eu já entrei em contato com o Ministério da Saúde, o Dr. Raphael Câmara, que é lá da secretaria de assistência básica e que está englobado à questão da saúde mental dos brasileiros.

Eu fui Relator aqui, logo quando cheguei ao Senado Federal, do Plano Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio. Nós aprovamos aqui, rapidamente, no Congresso Nacional. O Presidente da República já sancionou – isso já tem um ano e meio, dois anos. E a gente quer saber que implementação foi feita e, devido a essa gravidade dos tempos atuais, o que tem sido feito pelo Ministério da Saúde no Brasil.

Muito obrigado mesmo!

É como a gente fala: a gente mirou em alguma coisa e acertou em outra. E eu não sabia também dos benefícios que a senhora apresentou do vegetarianismo para a saúde mental. Então, é mais um ponto positivo do vegetarianismo, em que a gente quer se aprofundar. E, quem sabe, através de proposições legislativas, a gente proponha políticas públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu já quero deixar aberto para todos os palestrantes aqui e quem vocês conheçam. O nosso gabinete, que é o nº 21 da área Teotônio Vilela, para receber sugestões e a gente fazer debates aqui. O Senado é para isso, e nós estamos aqui para servir.

Então, olha que beleza essas apresentações todas. O que me deixa muito feliz é que tudo isso vai ficar gravado e vai ficar disponível no canal do YouTube do Senado – todas essas palestras aqui que a gente viu, para a gente refletir, para a gente divulgar, para a gente compartilhar com as pessoas.

Olha, é muito bom mesmo, muito bom! Eu agradeço demais.

E, olha, Susan, todo trabalho que é feito no bem ecoa pela eternidade, e você... Foi através de uma palestra, do seu trabalho, que lá atrás, pouco depois que você chegou ao Brasil, que você me inspirou de certa forma nesse tema. Está tudo conectado, nós estamos todos conectados, numa sincronicidade incrível, perfeita. O resultado disso a gente vai ver.

Muito obrigado.

Eu passo para o penúltimo palestrante, que é Ernesto Sasaki Imakuma, integrante do Centro de Medicina Mente-Corpo da Faculdade de Medicina de São Paulo.

O senhor tem, Sr. Ernesto, 15 minutos, com a tolerância de cinco, aqui da Presidência, para a sua exposição. Muito obrigado pela presença de antemão.

O SR. ERNESTO SASAKI IMAKUMA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado a V. Exa., Senador Girão. Eu é que fico muito honrado por estar aqui com vocês hoje.

Queria cumprimentar todos os espectadores, todos os Senadores e também todos os palestrantes, que fizeram belíssimas apresentações.

Hoje eu queria complementar o que já foi muito falado aqui, que é o aspecto de saúde que a alimentação vegetariana traz. A Shila já trouxe muitas informações, assim como a Susan, parceira nossa na faculdade em trabalhos científicos e em muitos programas que ela realizou com pacientes, alunos e funcionários. Queria trazer mais sobre como essa alimentação vegetariana pode ter impacto sobre as doenças que a gente hoje mais vê na nossa prática clínica. Para isso, queria primeiro trazer um panorama de como tudo isso está acontecendo no Brasil.

A Susan também já trouxe a informação de que 9% da população brasileira, aproximadamente uma pessoa em cada dez, está diabética, 60% dos idosos são hipertensos no Brasil, mais da metade da população adulta brasileira está acima do peso, e um de cada três óbitos no Brasil, contando todos os óbitos, inclusive acidentes de trânsito e violência, é por doença cardiovascular, seja infarto, AVC ou demais doenças do coração. Isso tem causado, claro, um aumento dos gastos públicos em medicação na casa dos bilhões, e a gente vê isso aumentando a cada ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não tenho essa informação, mas imagino que, como houve esse represamento de atendimentos durante a pandemia, tenha havido uma piora das doenças não só mentais, mas também físicas. Isso provavelmente deve ter aumentado bastante. E os governos fornecem, de acordo com o relatório da Organização Mundial da Saúde, em média 51% dos gastos com saúde, mas 35% dessas despesas são custeadas com o próprio dinheiro das pessoas e, na opinião deles, isso tem levado, ao redor do mundo, pessoas à extrema pobreza todos os anos, não só porque gasta-se mais, mas porque a pessoa doente também perde a sua capacidade de trabalho.

E entre as principais causas de morte no brasil, quatro delas têm direta ligação com a alimentação. Em primeiro lugar, as doenças do aparelho circulatório, doenças cardiovasculares; em segundo, os cânceres; terceiro, as doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas, como diabetes; em quarto, doenças do aparelho digestivo, que, somadas, contam por mais de 50% das mortes do brasileiro.

Então, em vista disso, os pesquisadores já disseram que, devido aos maus hábitos, especialmente o alimentar, essa geração de jovens vai adoecer antes e possivelmente será a primeira geração, dentre várias gerações, que terão vidas mais curtas que as de seus pais. Então, essa epidemia de doença crônica realmente vai impactar pesado e não só a expectativa de vida, mas o tempo de vida será também de mais doenças e de menos bem-estar.

Então, estamos diante desse panorama, que é drástico. Porém, a gente está enxergando luz nesse túnel. Estudos epidemiológicos em alimentação... Eu não vou gastar tanto tempo aqui, porque a Shila já, diferentemente, trouxe essas informações. A alimentação vegetariana diminui doenças; provoca menos mortalidade coronariana, por doença coronariana; menos diabetes, até 230% menos diabetes de prevalência – a cada aumento de 5% de calorias de proteína animal, temos aumento de 30% do risco de diabetes, e isso foi um trabalho gigantesco, com 38 mil pessoas –; até 19% de risco menor para todos os tipos de câncer; menos hipertensão, até 330% menos.

E qual é essa ligação entre doença e alimentação?

Nesses últimos 20 anos, está sendo referido que estamos diante de uma revolução no entendimento dessa ligação, e ela passa através do conhecimento da flora intestinal ou também chamada da microbiota.

A flora intestinal, constituída pelos microrganismos, bactérias, fungos e vírus no nosso intestino, conta com mais de 100 trilhões de células. Os cientistas brincam que, somadas todas as células do cérebro, sangue, pele, de todos os nossos órgãos, dá menos de 100 milhões. E temos mais micro-organismos em nosso corpo que até o número de células do corpo humano propriamente dito somadas. E também já foi dito que isso é o nosso outro genoma. Existem 150 vezes mais material genético na flora intestinal que em todo o genoma humano somado.

Quando nós comemos alimentações que são muito ricas em proteína animal, gordura e pobres em fibras – carne não tem nenhuma fibra, que é o alimento básico da flora intestinal benigna nossa –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acontece a substituição dessa flora para uma maligna, uma flora prejudicial. Esse processo de substituição de uma flora que é saudável por uma flora prejudicial ligada a doenças é chamado de disbiose.

E o que acontece no intestino quando ocorre a disbiose?

As nossas células do intestino têm uma junção para impedir que patógenos, os micro-organismos que não queremos que atinjam a corrente sanguínea, sejam bloqueados e não invadam o nosso corpo. Isso é essencial, e o que regula, grandemente, essa função é a flora intestinal, mas, quando estamos em disbiose por má nutrição, comendo alimentos que acabam matando a flora benigna, substituindo por uma prejudicial, ocorre um fenômeno chamado de permeabilidade intestinal, que acaba levando esses micro-organismos a caírem na corrente sanguínea, nos intestinos. Como a Shila e a Dra. Susan já trouxeram, isso leva à inflamação.

Agora, imagine que você, mantendo essa flora em disbiose, sete dias por semana, 365 dias ao ano, por décadas, essa inflamação crônica acumulada está na base de todas as doenças que mais matam o brasileiro hoje: de todos os cânceres; está na base da doença coronariana; do AVC; está na base da hipertensão; do diabetes; de todas essas doenças crônicas de fundo inflamatório; do Alzheimer... Cada vez mais, cresce a mortalidade no nosso país.

Então, uma vez que agora a gente compreende melhor de onde vem a inflamação e a ligação entre doença e alimentação, é de se esperar que a gente consiga aplicar esse conhecimento para reverter esse processo.

Eu queria trazer trabalhos científicos importantes recentes que abordaram doenças extremamente relevantes, abordaram a doença coronariana, assassina número um do brasileiro, através de uma alimentação lactovegetariana, somada a um programa de controle do estresse com práticas de medicina mente e corpo, que se traduz em práticas como meditação, ioga, relaxamento profundo, técnicas de respiração, junto com atividade física e cessação de tabagismo.

Essa abordagem, que é muito inovadora e multimodal, aparentemente, tem um impacto sinérgico sobre a doença, e isso foi testado em pacientes com doença coronariana comprovada com cateterismo. Em um ano, esses pacientes tiveram a diminuição do diâmetro das placas de aterosclerose nas artérias coronarianas, algo sem precedentes.

O grupo experimental teve diminuição, enquanto o grupo controle, que ficou com os remédios tradicionalmente usados, as estatinas, que controlam o colesterol, tiveram aumento, nesse período, em média, das suas placas, tudo visto por cateterismo. E, até hoje, essa abordagem é a única forma que reverte a doença coronariana.

Você pode fazer a ponte mamária ou a safena, mas essa ponte vai causar um desvio do sangue ao redor da placa obstruindo, não vai tratar todas as placas. Você pode fazer o *stent*, que vai abrir a placa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas não trata as outras artérias. A única coisa que, até hoje, demonstra reversão é a alimentação lactovegetariana descrita nesse programa de medicina mente e corpo com atividade física e cessação do tabagismo.

Esse conhecimento aplicado e divulgado para ser usado, na prática, em termos populacionais, terá um impacto nunca antes visto dentro da área de saúde.

Em outro trabalho, dessa vez abordando essa mesma questão multimodal, um câncer, câncer de próstata, e avaliado em inspeção genética. Mesma abordagem multimodal: a alimentação baseada em plantas, controle do estresse, atividade física e cessação de tabagismo. Dentro de uma ano, avaliou-se o PSA, o marcador tumoral. No grupo experimental teve queda e no grupo controle dos pacientes que continuaram seguindo normalmente, convencionalmente, houve aumento.

Além disso, eles, os pesquisadores, conseguiram biopsiar os tumores e analisar uma desativação *downregulation:* eles diminuíram a expressão de 453 genes que favorecem o desenvolvimento de malignidades, conhecidos como oncogenes. Esse efeito é um efeito epigenético, "epi", acima da genética, com efeito que vai... A gente não pode mudar nossos genes, mas esse efeito vai na expressão desse gene. A gente pode mudar como eles se expressam.

E a gente sabe que a alimentação, somada à medicina mente e corpo, tem essa possibilidade. Elas vão diretamente onde ocorre a formação da inflamação. Ela está programada em nossos genes, e, com essas práticas, elas conseguem alterar a expressão diminuindo o quanto nós inflamamos. Literalmente, elas nos protegem de antemão de gerar tamanha inflamação se nós soubermos usar corretamente essas práticas.

Esse conhecimento, que não é convencionalmente dado nas universidades, eu passei. Eu me formei em Medicina, sou cirurgião do aparelho digestivo. Eu não tive esse conhecimento. E a gente sabe que... Quando a gente teve aulas na faculdade, eu não escutei que doença coronariana era irreversível, e a gente está diante, agora, da possibilidade de tratar isso. Nós, junto do Instituto Visão Futuro, em parceria com um hospital universitário – o Instituto Visão Futuro, da Dra. Susan, coordenadora, e ela que coordenou esse programa, essa pesquisa que nós fizemos –, trouxemos essas práticas e esse conhecimento para os alunos da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, combinando um programa mente e corpo de manejo do estresse com refeições anti-inflamatórias, para avaliar se a gente conseguiria traduzir de forma positiva para alunos que passam pelo curso e que não têm nada disso e ver se eles conseguiriam mudar sua ideia e também a sua prática.

Tivemos um feliz resultado, um aumento de 42% na qualidade alimentar dos alunos que passaram pelo curso antes e após esse curso. E aí, diante desses resultados animadores e também por causa da pandemia, que acabou fazendo com que as pessoas entrassem em isolamento, a Dra. Susan elaborou um programa *online* que junta exatamente essa abordagem multimodal, alimentação, medicina mente e corpo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e atividade física num projeto para alunos universitários, para adequar os jovens. Esse conhecimento é para ser usado na prática.

Estamos focando essa abordagem nas faculdades da área da saúde, para que eles possam não só colocar nas suas vidas e mudar essa expectativa sombria que nós temos, de que eles viverão menos do que a geração passada por causa das doenças crônicas, mas também esperamos que, através desse tipo de projeto, possamos levar à prática clínica desses jovens, para que eles possam espalhar para os seus pacientes.

E a gente tem visto o interesse das faculdades e desses jovens por esses programas. E aquilo que começou na Medicina da Universidade de São Paulo acabou se espalhando, não só dentro da USP, para a USP Leste Enfermagem, para a USP Ribeirão, mas também para outras universidades e faculdades ao redor do Brasil: a Medicina de Botucatu, a de Ribeirão Preto, a Medicina da Estadual do Ceará, da Federal do Paraná. E está indo a outros cursos também, para que a gente possa realmente impactar na melhoria, no bem-estar, na saúde mental e no físico de todas essas pessoas.

Quem sabe, no futuro, a gente realmente consiga mudar esse panorama tão gigantesco de avalanche, não só de doenças físicas, mas também de doenças mentais.

Eu fico muito feliz, de verdade, como profissional de saúde, eu me sinto muito abençoado de ter encontrado esse conhecimento, que, através da minha formação convencional, eu não obtive e do qual agora eu tenho essa honra de também poder fazer parte, de espalhar e colocar em prática.

E quem sabe, no futuro, a gente veja o Brasil como um dos pioneiros dentro dessa mudança de saúde, revertendo doenças que antes a gente acreditava irreversíveis, doenças desafiantes de tratar até para a medicina moderna, como o câncer, serem mudadas através de alimentação, práticas de saúde, medicina mente e corpo, meditação, atividade física, coisas extremamente, extremamente acessíveis para o nosso povo.

Um muito obrigado. Agradeço a oportunidade de estar aqui com vocês. Espero que possamos juntos, quem estiver aqui, juntar essas forças para seguirmos adiante e mudarmos esse nosso futuro. Agradeço a todos os palestrantes, a todo mundo, a todos os Senadores. Muito obrigado por fazer parte. Uma boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Olha, quem tem que agradecer somos nós, Ernesto Sasaki Imakuma, integrante do Centro de Medicina Mente e Corpo da Faculdade de Medicina de São Paulo. O senhor trouxe aqui muitos dados interessantes, uma visão sobre o impacto bilionário no SUS, decorrente de uma má alimentação – não é? –, mostrando aí cientificamente as inflamações, todas essas doenças. E é muito importante o que o senhor nos trouxe aqui, tá? Agradeço-lhe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu particularmente sou um entusiasta também das PICS, que são as práticas integrativas. O Brasil hoje é muito forte, tem muito a crescer ainda, mas a gente precisa apoiar, sim, práticas de meditação, acupuntura, Reiki, ioga. Enfim, a gente sabe da eficácia e estamos aqui, inclusive, debatendo esses assuntos, porque eu acho que têm de ser ampliados. Há culturas milenares, algumas dessas que eu citei agora, então, não é por acaso. Então, eu agradeço demais a sua participação, aqui conosco, com uma explanação tão rica, tão serena e com base em estatísticas e estudos científicos.

Vamos, agora, para a última palestrante. Antes disso, queria agradecer a presença, nesta Comissão, da Senadora Zenaide Maia. Vi que ela está presente aqui virtualmente, não sei se vai querer fazer uso da palavra, mas agradeço a ela por estar atenta, ouvindo todas as explanações. Isso é muito bom. É uma Senadora muito atuante aqui no Senado Federal. Quero também agradecer à Nágila, que é assessora do Senador Izalci Lucas. Muito obrigado por sua presença. Está atenciosa, escrevendo ali. Ao Senador Izalci leve o meu abraço. É outro trabalhador diário, está sempre propondo, sempre participando. Agradeço demais a sua presença, Nágila, representando o Senador Izalci Lucas, aqui do Distrito Federal.

A última palestrante e depois a gente faz uma rodada final, de cinco minutos, para cada um que queira responder, que se sinta confortável para responder a algumas perguntas. Mas a nossa última palestrante é Inez Cabral. Ela é da minha terra, do Ceará, uma pessoa do bem, uma humanista, uma pessoa extremamente caridosa, e que mergulhou há alguns anos – ela vai explicar para a gente – no método Sathya Sai Educare, que veio da Índia. Eu tive a oportunidade de ir com a minha família, fui lá, na época, com o meu pai e com a minha mãe, que hoje está no plano espiritual. O meu pai, inclusive, está assistindo a esta audiência. Ele que também é um adepto do vegetarianismo. Eu fico muito feliz porque a gente conversou muito sobre isso em casa.

Eu tive a oportunidade de conhecer a Inez Cabral antes da viagem que eu fiz à Índia, mas ela já estava no Iprede. O Iprede é um trabalho social fantástico, no Ceará, com crianças com desnutrição. Hoje tem um trabalho gigantesco na área do autismo e da inclusão de pais no mercado, enfim. A Inez, depois, se especializou nesse método Sathya Sai Educare. É baseado em cinco valores humanos: a paz, a não-violência, a retidão, a verdade e o amor.

Lá na Índia, eu tive a oportunidade de conhecer uma escola. Inclusive, até já tem faculdade lá com base nesse método, que é do cooperativismo e não da concorrência. É algo muito de vanguarda, que forma caráter. E lá, um dos valores – ela vai falar sobre esse especifico –, no aspecto da não-violência, é o respeito à vida dos animais.

Então, lá na escola, eles evitam comer carne de animal. É uma revolução que está acontecendo. Tem uma escola no Eusébio e outra em Caucaia, e tem no Brasil todo, em Ribeirão Preto, em Pernambuco – ela vai falar um pouco – e é interessante como as crianças e as famílias dessas crianças estão se reinventando com relação à alimentação com base na soja, a proteína da soja.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é muito importante o que a gente vai ouvir aqui.

Eu convido vocês e muito obrigado, Inez Cabral, que é a Presidente do Instituto Sathya Sai, do Ceará. Ela vai, agora, fazer a sua explanação, por quinze minutos, com uma tolerância de cinco desta Mesa, para a gente encerrar esta fase de palestras e partir para as perguntas dos brasileiros que estão nos assistindo desde o início desta sessão.

Muito obrigado, Inez.

A SRA. INEZ CABRAL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu que agradeço a oportunidade de poder compartilhar esta educação maravilhosa, a Educação Sathya Sai em Valores Humanos.

Eu tive a grande graça de conhecer este programa no ano de 1999. Participei de um congresso em 2001. Daí, já me engajei ao Instituto Sathya Sai de Educação do Brasil. Esse instituto tem sede em Ribeirão Preto, onde fica também uma das Escolas Sathya Sai do Brasil. O instituto tem, digamos, essa chancela de divulgar em todo o país o programa Sathya Sai de Educação em Valores Humanos. Ele foi criado em 1963 por esse grande educador indiano, o Sathya Sai Baba. Ele reuniu, na época, um grupo de educadores, psicólogos e professores e tal, e, então, elaboraram esse programa de educação em valores humanos que, depois, se expandiu por toda a Índia.

Na Índia, tem 100 escolas, escolas Sathya Sai, além de muitas outras escolas que adotam o programa desde o nível fundamental até o nível superior, porque Sathya Sai deixou, não sei se vocês o conhecem, mas deixou uma obra humanitária gigantesca, não só escolas até o nível de universidade, com quatro *campi* em quatro cidades diferentes e, também, hospitais, hospitais gerais, hospitais de superespecialidades, projetos de transposição de rios, de água e tudo o mais. Mesmo ele tendo deixado o seu corpo físico em 2011, justamente no domingo de Páscoa de 2011, em 24 de abril, a obra dele continua firme e forte e esse dia foi, inclusive, institucionalizado como o Dia Mundial dos Valores Humanos, que foi agora, em 24 de abril, domingo.

Muito bem. E, então, esta educação, de fato, se baseia... Eu sempre costumo dizer que, se você sabe o que significa a palavra educar e se você sabe quem realmente eu sou, então, você já entendeu o programa.

Educar, nós sabemos, é uma palavra que vem do latim e é formada pelo prefixo <*ex*->, que é aquele movimento para fora, como quando eu digo "exportar", ou seja, levo algo pra fora; e <*duco*>, que vem do verbo latino *ducere*, conduzir. Então, educar é justamente conduzir para fora. E a gente sempre pergunta: mas conduzir para fora o quê? Justamente esses valores, que são os valores humanos, que já fazem parte da nossa essência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é um programa, digamos, universalista no sentido de que ele pode ser adotado – e é adotado – em qualquer escola, com qualquer, digamos, religião ou crença, ou cultura. É um programa universalista e muito importante, porque promove o desenvolvimento integral do ser humano.

Integral por quê? Porque os cinco valores que o Eduardo já mencionou – a verdade, a retidão, a paz interior, o amor e a não violência – nós costumamos dizer que, de certo modo, correspondem a cinco aspectos da personalidade humana. Por exemplo, o aspecto mais denso, que é o aspecto físico, nós trabalhamos com o valor retidão, através de contação de histórias, contação de parábolas que ensinam a criança, o jovem, o adulto a como agir corretamente, porque nós agimos, nós atuamos com o nosso corpo físico.

Então, depois, nós temos a paz interior, um valor que nós fazemos florescer através das harmonizações. E essa harmonização pode ser sentar em silêncio, uma meditação, respiração, enfim, tem vários tipos, como a focalização em um dos sentidos e a meditação na luz, que foi ensinada pelo próprio Sathya Sai, o que, então, traz para a criança já essa paz interior. Sempre no início de cada classe, de cada aula, nós praticamos com elas essa harmonização.

Temos também, já no nível mais sutil... Saímos do físico, passamos para o mental e o emocional e vamos, agora, para o intelectual, onde trabalhamos com o valor verdade, através... Trabalhamos, não; provocamos o florescimento daquele valor, porque é muito importante a gente lembrar que, de fato, esses valores já fazem parte da nossa essência. E, então, trabalhamos com a verdade, através de sentenças, de frases, que levam justamente o jovem, a criança, o adulto a refletirem.

Quando eu digo, por exemplo, "água mole em pedra dura tanto bate até que fura", o que eu estou tentando ensinar com isso? Que valores eu procuro ensinar com essa frase? Então, isso nos leva justamente à reflexão, ao discernimento, ativa o nosso nível intelectual, e a gente vê que, de fato, essa frase está nos ensinando valores como a persevere a persistência: "água mole em pedra dura tanto bate até que fura".

Depois nós temos o nível energético, digamos, que corresponde ao valor amor. Como Sathya Sai diz, o amor, de fato, não é um sentimento; o amor é uma energia, é a energia que cria e que sustenta todo o universo. Então, o amor é a energia que cria e sustenta o universo. E eu pergunto: quem é que cria e sustenta todo o universo? É Deus, é o criador, é a consciência cósmica – cada um dá um nome –, é Alá, é Jeová, enfim, mas é essa energia que cria e sustenta todo o universo e que está presente em tudo e em todos. Daí porque ele diz que esse valor o amor, de fato, é o denominador comum de todos os valores. Por quê? Ele fala assim: "O amor como o pensamento é verdade". Se eu pratico o amor, se eu vivo em amor, automaticamente sempre eu vou ser uma pessoa verdadeira, correta, não é? O amor como ação é retidão. Se eu tenho o coração pleno de amor, seguramente eu sempre vou agir com retidão. O amor como sentimento é paz. Se eu tenho também o coração pleno de amor, com certeza eu viverei em paz. E finalmente ele diz que o amor como compreensão é não violência, ou seja, quando eu compreendo quem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu sou, que tudo é, eu vou ser incapaz de ferir qualquer pessoa ou qualquer ser em pensamento, palavra ou ação. Realmente, esse valor não violência eu costumo dizer que é o ápice de tudo, porque vocês já imaginaram não ferir ninguém, a nada, em pensamento, em palavra e em ação? Porque muitas vezes nós estamos em situações em que a gente pode até não falar nada, mas na cabeça fica fazendo julgamentos: "O que essa pessoa está dizendo?" e tal. Então, a não violência, que é esse valor tão sublime, vem dessa compreensão de quem realmente nós somos.

Nós, como um país cristão, no Brasil, estudamos, eu estudei sempre em colégio de religiosas desde pequena, e eu me lembro de que a gente estudava que Deus criou o homem, não é, no Gênesis, na Bíblia, Deus criou o homem à sua imagem e semelhança. E eu me lembro de que as freiras falavam isso, a gente decorava, mas aquilo passava. Quando eu conheci esse programa, eu fiquei assim: "Meu Deus, nós somos criados à imagem e semelhança de Deus". Já imaginou? Somos a imagem e semelhança – e semelhança!

Se nós somos criados à imagem e à semelhança de Deus, então, todos esses valores, de fato, já estão dentro de nós e dentro de toda a natureza, porque Deus é amor, Deus é uma energia e está presente em toda a natureza. Então, através da profunda compreensão de que Deus é onipresente, onisciente, onipotente, mas principalmente onipresente, o programa nos leva justamente a respeitar todos os seres. Nas escolas em que ele é adotado, no mundo inteiro, as crianças praticam vegetarianismo e levam para suas casas, para suas residências e também para suas famílias.

O Eduardo falou aí sobre a nossa escola em Eusébio. No Brasil, existem, no momento, três escolas Sathya Sai. A do Rio de Janeiro é muito antiga, foi fundada na década de 90. Nós temos a escola de Goiás, em Aparecida de Goiânia, e também a de Ribeirão Preto, que fica no mesmo terreno do instituto. São escolas totalmente gratuitas, que atendem à comunidade e educam as crianças no verdadeiro sentido da palavra educar, justamente o de fazer florescer em seus corações todos esses valores que já fazem parte da nossa essência, que é uma essência divina.

Aqui, no Ceará, nós tivemos a grande graça de chegar a uma escola, no ano de 2004, que recebeu o nome do avô de um dos fundadores, o Prof. Clodomir Teófilo Girão, que foi um grande educador. Essa escola foi fundada para a comunidade justamente já adotando o programa de educação em valores humanos e já nasceu filiada ao Instituto Sathya Sai de Educação do Brasil. Ela agora, no dia 14 de abril, completou 18 anos – ela, de fato, começou a funcionar em fevereiro ou março de 2004, mas a fundação, digamos, oficial foi no dia 14 de abril, e, então, agora, no dia 14, ela completou 18 anos. Ela começou, naquela época, com o jardim I e jardim II; eram 36 alunos, 18 numa sala e 18 na outra, com crianças de quatro e cinco anos. A cada ano, foi-se acrescentando uma turma. E, finalmente, há uns quatro ou cinco anos, já se começou a implantar também o fundamental II. Então, nós temos hoje desde o infantil III, crianças de três anos, até o fundamental II, até o nono ano. No total, são 245 alunos da comunidade de Eusébio. A educação é totalmente gratuita, a alimentação é totalmente vegetariana. E a escola recebe todo o apoio do Instituto Sathya Sai de Educação do Brasil. Aqui, em Fortaleza, nós temos um núcleo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque todo o trabalho do instituto é voluntário, se estende por todo o Brasil, e, em várias capitais, existem núcleos. Então, nosso núcleo de Fortaleza tem o compromisso de capacitar, de formar todos os professores da escola nesse programa. Além disso, nós participamos da seleção de novos alunos e também participamos da formação das famílias.

Todos os meses, o núcleo de Fortaleza realiza uma oficina. Há vários anos a gente faz oficinas com os pais repassando para eles todos esses princípios da educação e valores humanos. Eles ficam muito felizes. Inclusive, coincidentemente, no mês passado, no dia 9 de abril, que foi nosso encontro, o tema foi justamente a alimentação saudável. Então, o nutricionista da escola...

Aliás, vou abrir um parêntese aqui para dizer que, de fato, a escola é um dos projetos sociais de uma grande associação chamada Estação da Luz, sediada no Eusébio, também no mesmo terreno da escola. A Estação da Luz foi fundada no dia 12 de fevereiro e agregou vários projetos sociais, de música, basquete, futebol, ginástica rítmica, teatro, e nós do núcleo de Fortaleza, a partir dos 5 anos... Porque antes nós capacitávamos só os professores da escola, mas, então, nos foi solicitado que nós capacitássemos também os professores e os monitores de todos os projetos: do futebol, do basquete, da ginástica rítmica. Olhe, isso foi uma grande transformação. Os próprios professores sentiram a mudança na conduta das crianças e dos jovens. Houve uma abrangência maior, porque em vez de ficar o programa concentrado naquelas 245 crianças, hoje já se expande para quase 900 crianças, adolescentes e jovens que participam desses outros projetos.

Então, o tema do nosso encontro com os pais, como eu disse, foi sobre alimentação saudável, o nutricionista falou sobre a alimentação física, digamos, e nós falamos sobre a alimentação sutil, que é aquela com a qual a gente deve ter mais cuidado, não é? Porque a gente tem contato com ela 24 horas por dia. A alimentação física é no café da manhã, no lanche, no almoço, no jantar, mas a alimentação sutil, ou seja, tudo aquilo que entra pelos olhos, pelos ouvidos, por todos os sentidos, essa alimentação sutil deve ser também muito bem cuidada: os programas a que eu assisto, aquilo que eu vejo, aquilo que eu falo, aquilo que eu escuto e assim por diante. E foi assim um encontro maravilhoso! Os pais saíram de lá muito contentes e nós muito felizes.

Sathya Sai diz que os dois maiores impulsos no ser humano, desde um rei até um mendigo, são felicidade e paz. Ele diz que todos os seres humanos buscam felicidade e paz. Eu pergunto: vocês querem ser felizes e viver em paz? Então, esse programa, esses valores justamente vão trazendo para a nossa vida essa felicidade, a felicidade de servir, a felicidade de amar, de fazer esse amor crescer cada vez mais e se manifestar em todos estes valores: na verdade, na retidão, na paz interior, na não violência, na compaixão, na tolerância, enfim, em todos esses valores.

Isso trouxe um significado muito grande para a minha vida. Já são mais de 20 anos. O nosso núcleo de Fortaleza, neste ano de 2022, está completando 20 anos de existência. E somos todas mulheres, muito felizes, muito felizes em poder servir a nossa sociedade e colaborar!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segunda-feira fomos comemorar o Dia Mundial dos Valores Humanos, nessa outra escola de que o Eduardo falou, que fica no Município de Caucaia, o Centro de Educação Infantil Olga e Parsifal Barroso, que atende a quase quinhentas crianças. É uma escola que vai de dois anos até cinco anos e onze meses. São 23 turmas de educação infantil. E, para vocês terem uma ideia, a escola tem 95 colaboradores, entre professores, auxiliares de sala, cuidadoras, porque existem muitas crianças com autismo atualmente, também merendeiras, cozinheiras, jardineiros, o pessoal da administração. São 95; e, desses, 91 participaram de uma tarde belíssima. Foi de 1h até 4h da tarde falando desses valores, relembrando, porque todos eles já foram formados no programa em 2019. Passamos o ano de 2019 (*Falha no áudio.*) ... mas, por causa da pandemia, nos desligamos e agora retomamos o contato. E estou muito feliz de saber que quase quinhentas crianças do Município de Caucaia e 900 crianças, jovens e adultos, do Eusébio, estão sendo agraciadas com esse projeto, com esse programa, com essa educação belíssima de educação em valores humanos, que vão justamente formar uma sociedade ética, justa e, sobretudo, muito feliz.

Muito obrigada a vocês, a todos. Obrigada ao Eduardo e a todos os presentes aqui. Aprendi tanta coisa hoje. Fantástico!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, minha querida Inez Cabral. Muito obrigado mesmo pelas informações que você nos trouxe aqui sobre esse método que é revolucionário, que um dia eu acredito que nós vamos ver no Brasil todo, que é o Programa Sathya Sai Educare, que veio da Índia, já está presente em vários países. E aqui no Brasil encontrou um terreno muito fértil.

É impressionante, Dr. Ricardo, a autoestima das crianças! Eu conheci algumas dessas escolas e tive a bênção de ser um dos fundadores de uma delas, em Eusébio, que ela citou, a Escola Professor Clodomir Teófilo Girão, que é o nome do meu padrinho avô, que era um professor. As crianças... É uma coisa impressionante como elas recebem bem esses valores humanos, como isso modifica a própria casa delas ali, que são casas muito pobres! São pessoas muito humildes, que recebem esse ensino, que é gratuito.

Então, fica o convite a quem nos está assistindo a conhecer esse método.

Já estou partindo para o encerramento, mas outro movimento que muito me inspirou e que acho que tem uma relação transcendental com o tema é o Movpaz, que é o Movimento Internacional pela Paz e Não-Violência. O *slogan* deles é: "A paz do mundo começa em mim". Eu aprendi muita coisa lá, a base da paz social... É o tripé: paz social, paz ambiental e paz interior. Então, eu acredito que tem tudo a ver com o que a gente está conversando aqui sobre vegetarianismo, sobre respeito.

No dicionário *Aurélio*, há o verbo "pazear": eu pazeio, tu pazeias, ele pazeia, nós pazeamos, vós pazeais, eles pazeiam. Paz não é tranquilidade, não. O sinônimo de paz não é tranquilidade, não é calma. As pessoas confundem. Paz é ação; é ação no bem, na justiça; é serviço, como bem colocou a Inez

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cabral. O que é muito marcante é que esse verbo nos convida a agirmos, não apenas a orarmos, que é importante, a vigiarmos, mas a agirmos também pela justiça social.

Eu fico muito feliz em participar deste evento, vendo idealistas aqui tratando sobre esse assunto.

Então, eu vou ler aqui as perguntas. Os nossos expositores vão ter cinco minutos. Aqueles que quiserem podem usar o tempo para fazer um agradecimento final. Mas eu vou ler as perguntas, e cada um as anota se achar que pode responder. Isso é interessante.

Suzana Reiter Carvalho, de São Paulo, nos parabeniza pela escolha do tema a ser debatido aqui, que está sendo debatido no Senado, e diz que "precisamos ampliar a política pública sobre consumo, alimentação e ecologia".

Muito bem, Suzana! Obrigado por sua participação. A gente está aqui para isso. Muitas ideias estão surgindo e vão surgir. O nosso gabinete no Senado está aberto para a gente pensar em propostas legislativas, assim como o do Senador Izalci Lucas também.

Eu quero agradecer à Senadora Zenaide Maia, do Rio Grande do Norte, e ao Senador Flávio Arns, que, há pouco tempo, estava aqui conosco, conectado, ouvindo. Tenho certeza de que ele, que é referência na educação, também está junto com a gente nessas proposições.

Lisa Hargreaves, do Distrito Federal, fez duas colocações aqui, duas perguntas. "A produção orgânica aumentou no Brasil?". É uma das perguntas, e depois a outra: "O veganismo aumentou de maneira consistente [no Brasil]?". Então, a Lisa, do Distrito Federal.

De Sergipe, olha só, do Nordeste também, a Emelly Fernanda Costa Santos falou que faltam políticas públicas acerca do tema. Concordo.

A Samara Passos, de Minas Gerais – olha, o Brasil todo participando, hein? –, Minas Gerais: "A quantidade de agrotóxicos é um fator negativo no vegetarianismo? Como controlar essa quantidade?". Interessante isso, não é? Falando sobre agrotóxico.

A Sabrina Pereira Reis, do Rio de Janeiro: "O vegetarianismo seria um impacto positivo ou negativo na saúde do indivíduo que está consumindo?". Como essa pergunta ela fez no comecinho da sessão, às 9h47, acho que foi muito bem respondida aqui tanto pelo o Dr. Ernesto como pela Susan Andrews e pela Shila também, que fez colocações aqui, a nutricionista, sobre o assunto. E o próprio Ulisses Riedel é um exemplo vivo do bem, é um exemplo mesmo do bem do vegetarianismo. Ele que está com 90 anos com essa vitalidade de quem tem 40.

A Danielle de Assis Xaud, do Distrito Federal. Ela faz a seguinte pergunta: "Com o crescimento do vegetarianismo, o controle do uso [de novo] de agrotóxicos ou a inutilização de alguns precisam ser revistos, há essa perspectiva?". Pergunta dela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Priscila Loureiro, do Rio de Janeiro: "Sugiro a elaboração e implementação de políticas públicas, através do Pnae e do SUS, que instruam crianças e adultos sobre o vegetarianismo". Olha só, levar as informações.

A Angélica Maria Oliveira de Sousa, do Maranhão, coloca o seguinte: "A influência e divulgação, mesmo saudáveis e politicamente benéficas aos pequenos produtores, se dão apenas pelos famosos que a praticam". Na verdade, a Angélica faz uma afirmação, um comentário: "A influência e divulgação, mesmo saudáveis e politicamente benéficas aos pequenos produtores, se dão apenas pelos famosos que a praticam".

A mesma Angélica também coloca que: "Faltam políticas públicas que divulguem e lecionem acerca dos benefícios do vegetarianismo". Ela também, a Angélica, fazendo algumas participações. Ela diz: "É necessário implementar políticas que influenciem o consumo de produtos orgânicos [e estimulem, acredito] pequenos produtores rurais". "Em outros países, frutas e vegetais são repletos de agrotóxicos e conservantes, tão tóxicos quanto os alimentos processados". A última participação da Angélica aqui: "Em um país com tanto potencial agrícola, o vegetarianismo e veganismo ainda são tratados como 'modinha'".

Juliane de Jesus Rocha, de São Paulo: "O que é o vegetarianismo?". Vamos lá, pergunta interessante. "O que é o vegetarianismo? Como ocorre? Pode ter um impacto positivo ou negativo na saúde do indivíduo?". Ela quer saber, está certo? Também foi no começo da sessão, 10h08, que ela fez. Eu acho que talvez tenha explicado, mas esta pergunta é direta, objetiva: "O que é o vegetarianismo?". Seria bom que alguém pudesse responder.

A Yasmin Nascimento, da Bahia, fechando aqui com a Bahia, pergunta o seguinte: "O vegetarianismo seria uma prática viável no Brasil, tendo em vista os fatores socioeconômicos do país?", é a pergunta dela.

Eu quero fazer uma, tomar liberdade para fazer uma justamente aqui, diretamente para a Sra. Sandra Denise Calado, que vai começar usando os cinco minutos. Ela que vai ter que sair um pouquinho antes e nos pediu aqui na mesa para ser a primeira a encerrar os seus comentários, as suas considerações finais. E eu quero fazer uma pergunta para ela. Chico Xavier é um dos grandes nomes do espiritismo brasileiro e mundial. É indiscutível isso. E o Chico... Eu, inclusive, participei da produção de dois filmes do Chico Xavier. Eu caí um pouco de paraquedas nessa questão de produção de filmes e mergulhei na vida dele, fantástica. A minha vida eu devo muito ao espiritismo e ao Chico Xavier, que foi acho que o maior divulgador da história do espiritismo, não é? E o Chico, nosso querido mineiro do século, o maior brasileiro de todos os tempos, foi perguntado algumas vezes sobre o vegetarianismo. Eu queria saber da Sandra Denise Calado, que é uma estudiosa, se confere isso aqui que eu estou buscando aqui na internet. Ele falou, de alguma forma, que "a maioria da população [a maioria!] ainda necessita da carne e para dispensá-la precisamos de tempo a fim de que a nossa reencarnação possa produzir os valores a que somos chamados". E teve outra frase que também é atribuída ao Chico, eu quero confirmar, em que ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizia o seguinte: "o fundamental não é o que entra pela boca, é o que sai pela boca", que aí entra no que a Inez acabou de explanar para a gente da questão sutil que se coloca com relação a julgamentos que a gente faz, a falar mal, maledicência, essa energia também negativa que se traz.

Aqui eu estou sendo corrigido também, não se foi um equívoco meu, mas o Francisco Maiorana, que está aqui na Comissão também – agradeço a presença dele –, está falando que Jesus foi quem falou essa frase. Eu peço ajuda a quem conhece melhor do assunto.

Então é Sandra Denise Calado, muito obrigado mais uma vez pela sua presença. Ela que é escritora e participa da nossa sessão. Gratidão. E eu peço que possa esclarecer e fazer suas considerações finais em cinco minutos.

Muito obrigado.

A SRA. SANDRA DENISE CALADO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador. Agradeço imensamente o convite que nos foi feito. Vou começar respondendo à pergunta, não é?

Em relação ao Chico, essa foi uma resposta que o Chico deu, e nós não estávamos ainda preparados, embora ele mesmo tivesse psicografado, por exemplo, o livro *Missionários da Luz*, que é um livro que data da década de 1940. Logo após a Segunda Guerra Mundial, ou no finalzinho da Segunda Guerra Mundial, ele psicografou o livro *Evolução em dois mundos*, ele psicografou o livro *O consolador,* pelo espírito de Emmanuel, que são livros que falam claramente... Por exemplo, em *O consolador,* pelo espírito de Emmanuel, de 1930, Emmanuel, que era o mentor do Chico, fala claramente que nós encontraríamos tudo que o nós precisássemos em relação ao nosso corpo, todas as proteínas, todas as vitaminas – isso está na questão 129 do livro – nos produtos de origem vegetal, sem a necessidade absoluta dos abatedouros e frigoríferos. Mas, quando essa pergunta é feita para o Chico, nós estamos em mais ou menos 1970, 1971, em plena ditadura, há 52 anos. Então, quando ele responde, ele responde com todos os cuidados referentes à posição em que ele estava. Ele estava no Pinga-Fogo, representando a doutrina espírita no momento em que estava começando o movimento dos direitos animais no mundo; os estudos de nutrição datavam de 20 anos. Então, ele toma todos os cuidados na resposta que ele traz. Mas hoje, eu tenho certeza, se nós perguntássemos para o Chico 52 anos depois, a resposta dele seria que a gente já tinha que ter tomado essa conduta, ainda seguindo os orientadores da própria doutrina espírita, como o Emmanuel, como o André Luiz, os próprios espíritos de verdade trazendo as diretrizes, os caminhos que nós precisamos seguir enquanto espírito. Realmente, o Chico disse isso no programa Pinga-Fogo, em 1970, embora não fossem as colocações que ele mesmo trouxe no livro *Missionários da Luz,* do André Luiz*,* no livro *O Consolador*, no livro *No mundo maior*, e assim por diante.

Com relação à pergunta da fala do Cristo, que não importa o que entra pela boca, mas o que sai da boca, a verdade é que muitas vezes pensei a respeito dessa frase, muitas vezes trouxe a doutrina espírita,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trouxe os estudos a respeito do próprio Cristo, do cristianismo, de suas falas, para entender melhor a profundidade das suas colocações – Jesus falava tudo por parábolas. Então, realmente o que importa é o que vem do coração, porque o que sai da boca vem do coração. Ele disse, não importa o que entra pela boca, mas o que sai da boca é o que está no nosso coração, porque isso representa a nossa essência enquanto espíritos. E aí a minha colocação é: o que está no nosso coração quando nós compactuamos com tanta crueldade para com os animais? O que fala a nossa essência quando nós ignoramos os gritos de desespero que vêm dos animais, a separação de mães e filhos, o sangue que nós estamos derramando, absolutamente o que faz com que possamos nos servir da carne? Realmente, essencialmente, se o nosso coração for dotado de amor, se o nosso coração for dotada da humildade de quem ouve, de quem aprende, de quem evolui, sem dúvida nenhuma, estaremos seguindo os preceitos de Jesus, porque não importa o que nós colocamos pela boca, mas importa o que diz o nosso coração em relação ao amor ao próximo, em relação à fraternidade, em relação à caridade, em relação à solidariedade. Um coração solidário é dotado da essência do amor; absolutamente, como disse a nossa irmã há pouco, não compactua com nenhum tipo de violência.

Queria encerrar minha fala, pois o nosso tempo é curto, agradecendo a oportunidade de estar aqui e parabenizando a todos os palestrantes.

Eu aprendi muito hoje, ouvindo cada um daqueles que falaram, incluindo o próprio Senador, trazendo isso como informações importantes para o cotidiano, para o trabalho que nós realizamos.

Houve uma pergunta a respeito da alma dos animais. Quem quiser saber mais pode encontrar isso no livro da nossa associação, que é a Associação Espírita Amigos dos Animais, que se chama *O Evangelho dos Animais*, que, por sinal, tem sete capítulos abordando a questão do vegetarianismo e dos caminhos de transição do espírito.

Então, deixo aqui a minha gratidão imensa e os votos sinceros de nossos corações enquanto seres humanos para que a humanidade ceda à questão do amor ao próximo, à questão da compaixão e da fraternidade e nós possamos iniciar hoje o encerramento de um capítulo histórico no futuro, em que nós vamos olhar para trás e dizer assim: "Que bom que nós modificamos a nossa forma de enxergar o mundo e o amor e adotamos uma conduta de compaixão e esperança! Que bom que hoje – futuro – nós olhamos para trás e vemos que nós criamos realmente um caminho de modificação no Brasil e no mundo!".

Muito obrigada pela oportunidade de falar.

Que Jesus nos abençoe a todos!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Amém! Assim seja!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muitíssimo obrigado, querida irmã Sandra Denise Calado, que é escritora, que nos deu aqui uma visão espiritual e nos presenteou com a sua palestra sobre essa questão do vegetarianismo.

Eu queria dizer também que nós entramos com um projeto – olhe só –, antes da pandemia, que tem tudo a ver com o tema que a gente está falando aqui hoje. O projeto de lei está aguardando Relator ainda, não é isso? (*Pausa.*)

Aliás, está com a Senadora Leila Barros, aqui do Distrito Federal, na Comissão de Meio Ambiente. Foi para a Comissão de Meio Ambiente. É um projeto de lei que proíbe a produção e a comercialização de qualquer produto alimentício obtido por meio de método de alimentação forçada de animais.

Um dos casos clássicos que muito me tocou a alma sobre isso foi a questão do *foie gras* – é como chama, não é ? –, lá na França. Alguns países, inclusive, já proibiram isso. Que o Brasil fique longe desse tipo de de produção, que força lá o ganso, diretamente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Há produção aqui no Brasil?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Olha, então a gente tem que correr com isso, que força diretamente o ganso, inchando o fígado dele, alimentando-o à força, para dar um produto para o deleite dos humanos, o que é um negócio brutal – isso aqui é brutal! Então, vamos correr atrás disso. Já estou aqui pedindo à nossa assessoria para a gente ver. Vou falar com a Senadora Leila e com o Presidente da Comissão de Meio Ambiente para que a gente coloque isso em pauta, porque isso é uma questão de humanidade mesmo. É um projeto com que a gente entrou antes da pandemia.

Outra coisa também... Vamos passar aqui. Mais na frente, a gente encerra com essa lembrança que nós tivemos aqui também.

O próximo a falar é o nosso querido Ulisses Riedel.

Ulisses, muito obrigado mais uma vez pela sua presença aqui conosco no Senado Federal, a Casa da qual você já fez parte, já honrou esta Casa revisora da República.

É sempre bom ouvi-lo, é um aprendizado com você e com todos os outros que participaram. Fica meu especial abraço e minha gratidão por sua presença.

O senhor tem cinco minutos para fazer alguma consideração, tentar responder algumas perguntas e fazer o seu pronunciamento final aqui nesta sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ULISSES RIEDEL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eduardo, como eu disse, eu estou em estado de profunda alegria. Eu acho que uma sessão como esta tem um valor incomensurável, para mim especialmente, porque, na minha infância, as pessoas nem sabiam o que era vegetarianismo e, agora, eu vejo esse avanço de uma forma belíssima, extraordinária. Por isso, parabéns! Parabéns a você!

Quanto às perguntas feitas, eu acho que há uma importante e duas colocações importantes sobre a questão dos agrotóxicos.

Realmente, nós precisamos de políticas públicas que examinem com profundidade o malefício que é causado à sociedade pelo uso dos agrotóxicos. Eles contaminam não só os alimentos, mas a terra. A própria terra fica envenenada. Ela fica envenenada, e não é por outra razão que nós vemos que as pessoas ainda jovens estão doentes. Eu acredito que o ser humano nasceu para morrer velhinho e saudável, como os animais da floresta, que não ficam doentes. Nós é que ficamos doentes por causa de uma vida irregular e, sem dúvida, a questão do agrotóxico tem um peso grande, porque é na segunda, na terça, na quarta, numa semana, no mês seguinte, no outro também, de forma permanente. Então, eu acho que esse é um tema para políticas públicas que devemos examinar com profundidade.

Claro que desde já temos que bater palmas a você por esse projeto em relação à limitação do que é feito de maldade com os gansos. Quer dizer, a insensibilidade humana chega a fazer maldade por uma questão de sabor, é uma coisa terrível! Temos que trabalhar juntos nisso, e a União Planetária se propõe a usar também o seu canal de televisão, a TV Supren, a NET, a SKY, para divulgar amplamente esse seu projeto para que isso seja realmente aprovado no Senado Federal.

Há uma pergunta que foi feita sobre se é viável a alimentação vegetariana, vegana. É mais do que viável, cara é a carne. Os alimentos vegetais, leguminosos, os legumes são muito baratos, a alimentação é muito mais barata, de maneira que é extremamente mais acessível diante da nossa necessidade.

Quando se fala que o importante é o que sai pela boca... Eu adorei a resposta da Sandra quando ela nos diz que o que sai da nossa boca é o essencial. A palavra que sai da boca revela quem nós somos – ela revela quem nós somos – e, quando ela revela quem nós somos, se as palavras nossas são de maldade, de indiferença para com o sofrimento de uns e de outros, isso realmente é muito pior do que qualquer outra coisa. Então, eu adorei.

Importante é a palavra. A palavra é um dos elementos-chaves do que marca a evolução da humanidade.

Há uma pergunta que foi feita sobre a alma dos animais, e é uma pergunta delicada. Os budistas têm um lema que diz que a alma dorme na pedra, sonha na planta, movimenta-se no animal e desperta no homem, mostrando que a vida, em todos os seus níveis, é uma só, apenas há estágios diferentes dessa vida. Estudos espirituais falam muito em alma-grupo. Quando a gente vê um cardume de peixes que se movimentam junto ou, então, uma revoada de pássaros, é porque, na verdade, é uma alma só que ali está.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a individualização de se tornar um ser com uma alma se faz exatamente no momento em que aquele animal é tocado por uma questão de amor ou tocado pela necessidade de socorrer ou coisa parecida.

Ainda falando sobre isso, consta que Jesus vivia entre os essênios, que sempre foram vegetarianos e veganos – e até hoje.

Como uma última palavra, já que o tempo vai longe, trilhões são gastos em armas neste mundo. Há estudos que mostram que, se nós gastássemos o que se gasta em um dia nas armas – em um dia – dos 365 dias, nós acabaríamos com a miséria e com a fome do mundo, porque as fortunas são dirigidas para isso. É por isso que precisamos de uma nova mentalidade, uma nova mentalidade altruísta, fraterna, amorosa para com todos.

Para concluir, parabéns, Girão, parabéns, parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado. Parabéns a você, meu querido irmão, ex-Senador da República, Ulisses Riedel, que hoje é Presidente da ONG União Planetária e também da TV Supren, que tem a missão de despertar consciências, de facilitar esse processo de evolução de todos nós. Muito obrigado pelo seu trabalho humanista, seu trabalho de pacifista pelo Brasil e pelo mundo.

A próxima a quem eu faço o convite é a Shila Minari, que é nutricionista, para fazer as suas considerações finais e, se possível, de alguma forma, se se sentir confortável, responder alguns daqueles comentários ou perguntas que foram feitas pelos nossos internautas. Muito obrigado, Shila Minari, pela sua participação nesta sessão histórica sobre vegetarianismo no Brasil aqui no Senado Federal da República.

A SRA. SHILA MINARI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sim, muito obrigada. Eu que agradeço. Foi muito bom, as palestras foram todas muito boas, estou muito feliz de ter participado.

Eu vou tentar responder algumas das perguntas. Quando o senhor foi falando, eu fui anotando algumas coisas – dá vontade de responder todas, mas são só cinco minutos. Então, vamos lá. Eu peguei os pontos que eu acho que têm mais a ver com a nutrição. É até difícil falar depois do Ulisses, que falou super bem e que já comentou alguns dos pontos que eu ia mencionar também.

Vou começar por esta parte que é, justamente, a questão dos agrotóxicos. E, só para complementar a resposta dele, eu também acho que é um problema sério de saúde pública, e, como o próprio nome já diz, agrotóxicos são bastante tóxicos para o nosso organismo e o de todos os seres. E tem todo esse problema de que não contaminam só o alimento, mas o solo, a água e depois vão parar no mar e contaminam tudo. Então, eu acho que, realmente, a gente precisa se movimentar, porque o Brasil é um dos maiores consumidores de agrotóxico no mundo, infelizmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E teve uma pergunta que me chamou a atenção. Alguém falou do fato de que, por migrar para uma dieta mais vegetariana, a gente precisaria ter uma preocupação maior com agrotóxicos. Existe um pouco essa visão de que, por comer mais plantas, as pessoas vão estar ingerindo mais agrotóxico. Não necessariamente é bem assim; às vezes, é o contrário, porque as pessoas associam muito o uso de agrotóxico com o alimento diretamente, com a planta que está sendo produzida ali, mas esquecem que, para produzir um animal, esse animal precisa comer planta, e a planta que o animal come também tem agrotóxico, muitas vezes numa quantidade maior. Então, por exemplo, se você pega uma vaca ou uma galinha que está sendo alimentada ali com ração, essa ração vai ter agrotóxico do mesmo jeito. Só que, com animais, a gente tem um princípio, que a gente chama de princípio de bioacumulação, em que as toxinas vão se acumulando à medida que sobe na cadeia alimentar. Então, se você tem, por exemplo, um animal que é herbívoro, ele come grãos e acumula agrotóxico, por exemplo, no organismo dele; aí, o animal que é carnívoro e que vai comer esse outro animal vai consumir uma quantidade maior de agrotóxico, porque está comendo tudo aquilo a que aquele outro animal foi exposto. A nossa tendência é acumular toxinas no nosso organismo, principalmente no tecido adiposo. Isso acontece, por exemplo, com peixes. Então, se você pega peixe pequenininho – o mar é cheio de poluentes, de resíduos de agrotóxico e de microplástico e de tudo o mais – que come algas, ele tem uma quantidade "x" de toxina; aí, se você pega um peixe que é um pouco maior que come esse peixinho pequeno, ele tem uma quantidade muito maior de toxina. E por aí vai. Isso acontece com a gente também. Então, muito provavelmente, como vários estudos já apontam, o fato de consumir carne faz com que o indivíduo se exponha, talvez, até mais a agrotóxico. Então, não existe essa preocupação maior por causa do vegetarianismo; existe a preocupação para todo mundo. É sempre ruim consumir agrotóxicos, mas vegetarianos não comem mais agrotóxicos do que os onívoros.

A outra pergunta, que acho que o Senador fez logo no começo, assim que terminou uma das palestras, era se a gente precisa, de fato, comer carne. Eu acho que existe uma certa confusão às vezes, porque o fato de a gente poder comer não significa que a gente precisa. Então, do ponto de vista biológico, seres humanos conseguem digerir carne, não de uma forma muito boa, não sendo o melhor alimento para seres humanos, mas seres humanos conseguem digerir, da mesma forma que seres humanos conseguem digerir refrigerante, conseguem digerir salgadinho, conseguem digerir tudo. A gente tem uma capacidade digestiva de tolerar praticamente tudo. Isso não quer dizer que esses alimentos sejam o melhor para a nossa saúde, principalmente pensando a longo prazo. Então, se pegar o objetivo... Todo mundo quer chegar à idade do Ulisses muito bem, mas, para chegar lá muito bem, tem que ter uma alimentação que seja condizente com isso. E aí o fato de poder comer carne não quer dizer que isso seja o melhor para a nossa saúde.

E há um exemplo que, às vezes, eu dou, só como uma forma de analogia, é só para a gente imaginar. Justamente pelo fato de a gente ser onívoro, a gente consegue digerir de tudo. Então, por exemplo, acontece uma catástrofe, e a única coisa que sobra no planeta Terra para comer são baratas. Muito provavelmente, você vai sobreviver bastante tempo comendo barata, porque tem nutriente ali, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente consegue comer, digere, e está tudo certo. Em algum momento da história, alguns seres humanos devem ter vivido muito tempo comendo barata também. Isso não quer dizer que a gente precisa comer barata para sobreviver. A gente pode viver a vida inteira, como todo mundo aqui provavelmente vai viver a vida inteira, sem comer barata. E está tudo certo. E muitas pessoas também vão viver a vida inteira sem comer alga, sem comer cogumelo, e não significa que sejam essenciais, mas a gente consegue digerir, consegue digerir planta, bicho, cogumelo, alga, tudo. Então, o fato de poder comer não significa que a gente necessita.

E, ao que tudo indica, por todos os estudos que avaliam saúde e longevidade e que estudam populações muito longevas, aparentemente quanto maior o consumo de plantas e menor o consumo de alimentos de origem animal, melhor. Então, isso não significa que a gente não possa comer carne, mas que pelo menos não baseemos a alimentação nisso.

Acho que é isso. Acho que eu respondi.

E uma outra em que eu concordo com o Ulisses também é a questão da viabilidade do vegetarianismo. E, sim, o alimento que mais onera, pensando em quanto o brasileiro gasta em termos de alimentação, disparado o alimento que é mais custoso para o brasileiro é a carne. Então, se a gente só tirar a carne e colocar mais planta, principalmente se tiver um suporte, um incentivo à produção de mais alimentos, e isso acabar barateando todo o processo, com certeza, é muito mais viável, muito mais barato e consegue alimentar muito mais gente.

É isso.

Muito obrigada. Muito obrigada por poder participar deste momento. Fiquei muito feliz.

E é isso.

Passo a palavra para o próximo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Shila Minari, ela que é nutricionista e nos brinda aqui com a sua participação, com a sua experiência. E eu lhe agradeço demais a participação nesta sessão pioneira que nós estamos fazendo, espero que a primeira de muitas sobre este tema...

A SRA. SHILA MINARI (*Por videoconferência*.) – Sim, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – ... até que a gente possa evoluir em políticas públicas, aqui no Brasil, sobre vegetarianismo.

Aqui, agora, eu já quero convidar o Ernesto Sasaki Imakuma, ele que é integrante do Centro de Medicina Mente-Corpo da Faculdade de Medicina de São Paulo. Já agradeço a sua participação, Ernesto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor tem cinco minutos para talvez fazer aí algum comentário final ou responder a alguma pergunta dos nossos internautas que estão participando desta sessão. Muito obrigado mesmo pela sua participação.

O SR. ERNESTO SASAKI IMAKUMA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu que agradeço a V. Exa., Sr. Senador Girão.

Eu também queria cumprimentar e agradecer a todo mundo que esteve presente. Foi extremamente rico o que foi trazido – todos. Acredito que estamos realmente num momento histórico de uma mudança não somente do que a gente acredita, do que a gente tem por paradigma, mas também do que a gente tem de hábitos em saúde, possivelmente uma mudança positiva nesse sentido também, em termos de saúde e doença.

Queria fazer um comentário sobre a elaboração, que colocaram aqui no *site,* de políticas públicas, através do Programa Nacional de Educação e do SUS (Sistema Único de Saúde), para instruir crianças e adultos sobre a alimentação vegetariana.

Realmente seria de muito grande valor, especialmente para essas crianças de gerações que estão vindo, porque, como a gente pôde notar, tamanhas foram as explanações e tão importantes sobre o que a gente colhe realmente de impacto, na nossa vida, no nosso bem-estar, nas nossas doenças mentais.

E essa é uma ligação extremamente nova na compreensão de como o alimento atua sobre pensamentos, emoções, numa ligação extremamente importante do eixo *gut-brain*, que é o eixo intestino-cérebro, recentemente descrito, neste século XXI, de como esse alimento atua nos processos mentais e psicológicos. As nossas bactérias, do que a gente se alimenta, impactam nas nossas emoções.

Então, esse tipo de conhecimento vai ter enorme valor em políticas públicas que vão muito além do social e da área de saúde. Fazer isso de uma forma equilibrada, correta, como a Shila bem falou, como o Ricardo bem falou... Existem maneiras e maneiras de se comer sem carne, de se comerem alimentos... Mesmo evitando alguns que podem fazer mal, a gente pode lançar mão de ultraprocessados e fazer uma alimentação que acaba, também, causando doenças, mesmo sendo vegetariano ou vegano.

Então, uma maneira mais equilibrada, correta, cientificamente embasada e que tenha bastante valor na prática pode ser realmente de grande função e de grande ajuda para o nosso país, fazendo crianças e adultos terem um futuro diferente do que a gente tem hoje, dessa enormidade, dessa avalanche de doenças.

Fico extremamente contente de estar podendo ver, presenciar, no Senado, essa discussão, essas abordagens surgirem, cada vez mais, e atividades e iniciativas que irão seguir adiante com essa melhoria do padrão de vida de todo mundo, de todas as pessoas. Fico muito honrado, muito feliz de estar aqui com vocês hoje. Agradeço enormemente por nossa audiência pública.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo grato por sua participação brilhante, Ernesto Sasaki Imakuma. Nós e que temos que agradecer. Ficamos muito felizes, aqui, com a sua presença, assim como honrados também.

Eu já passo imediatamente a palavra para a nossa querida Susan Andrews, que é pioneira – é uma norte-americana que adotou o Brasil, no seu coração – nesse assunto de vegetarianismo, uma ativista renomada. De uma certa forma, estou aqui inspirado por ela também, por suas produções, palestras e trabalhos desenvolvidos nessa temática.

Então, Susan – que é Coordenadora do Parque Ecológico Visão Futuro –, de antemão já lhe agradeço a participação aqui nesta sessão, que vai repercutir ainda por muito tempo. Toda essa audiência vai ficar gravada no canal do YouTube da TV Senado, como fonte de pesquisa para quem quiser, assim como os documentos apresentados também podem ser encontrados aqui no Portal do Senado.

Então, você tem cinco minutos, Susan, para as considerações finais, ou para responder a alguma daquelas perguntas, ou para fazer algum comentário.

Muito obrigado pela sua participação mais uma vez.

A SRA. SUSAN ANDREWS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Sr. Eduardo. Mais uma vez, muito obrigada por me convidar.

Como o Dr. Ernesto falou, esta foi, realmente, uma reunião inesquecível, de altíssima qualidade não somente intelectual, mas qualidade de coração. Foi um encontro de pessoas do bem.

Eu só queria fechar dizendo, lembrando... Eu estava lembrando, desde o início, quando o Senador Eduardo abriu, falando: "Ah, foi muita dificuldade nesses tempos!". Mas tem sempre um lado positivo em tudo: estamos aqui juntos, *online*, porque, provavelmente, não podemos estar juntos, presencialmente, todos nós. E isso me lembrou a palavra em chinês para crise – talvez, vocês já ouviram falar. A palavra em chinês para crise é *wéiji*. Em chinês tem ideogramas e tem dois ideogramas diferentes: *wéi* quer dizer perigo – estamos em perigo; crise traz perigo – e *ji* quer dizer oportunidade, um momento de transição que pode trazer grande oportunidade se soubermos como utilizá-la.

Então, sim, foram anos de dor e de sofrimento, mas podemos utilizar esta oportunidade agora em que muitas pessoas despertaram – muitas pessoas, exatamente como estamos vendo aqui no Senado, falando sobre mudança para uma vida saudável, sobre políticas públicas no país. Eu espero que isso seja, realmente, mudança de paradigma e que possamos ser pioneiros numa mudança de estilo de vida.

Eu queria lembrar, fechar com as palavras do Einstein, porque aqui nós estudamos muito física quântica e consciência. É importante lembrar Einstein, que também foi vegetariano por vários anos na vida dele. Ele diz: "O modo de vida vegetariano, pelo seu efeito no temperamento humano [sobre que vocês falaram tão eloquentemente], teria uma influência benéfica no destino da humanidade".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Espero que nós, juntos, possamos mobilizar; que nós, no Brasil, país do coração do mundo, possamos ser pioneiros numa mudança de estilo de vida que seja benéfica para toda a humanidade; que possamos não somente resgatar o DNA inato do brasileiro de alto astral, mas espalhar este bem-estar, esta alegria interna para o mundo inteiro.

Mais uma vez, agradeço muito o convite e a presença de vocês, pessoas muito honradas e muito boas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muita gratidão, querida irmã, idealista, Susan Andrews. Muito grato mesmo pela sua participação aqui. Espero reencontrá-la em breve e também pessoalmente, porque a energia é outra, não é? A energia do estar próximo, aquela energia do olhar... É outra energia. Mas a gente sabe que a gente vai ter outras oportunidades, com a graça de Deus.

Essa expressão da China sobre a crise que a senhora falou eu não conhecia. No Brasil, a gente já teve, em muitos momentos, épocas de crise, quando a gente viu publicitários, palestrantes falando que, em épocas de crise, você deve tirar o "s", para que fique "crie". É hora de criar, é hora de buscar alternativas. Então, na língua portuguesa, também tem aí um ensinamento para isso na questão da crise.

É importante também a gente já aqui passar a palavra para a nossa querida irmã Inez Cabral, que é a penúltima a se despedir aqui desta reunião.

Você vai ter cinco minutos, Inez, para as suas considerações finais ou para responder a alguma daquelas perguntas dos nossos internautas.

Muitíssimo obrigado, mais uma vez, e reitero uma colocação que a Susan fez há pouco, quando ela falou que o Brasil é o coração do mundo. E essa é uma afirmação feita há 50 anos – talvez, ela não saiba disso – por esse grande humanista e pacifista brasileiro, considerado o maior brasileiro do século, que é Chico Xavier, Francisco Cândido Xavier, que dizia o seguinte... Tem um livro, inclusive psicografado por ele, de Humberto de Campos, o espírito que deu a mensagem, chamado *Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho*. Então, está mais atual do que nunca neste momento de turbulência que a gente vive, de tribulações na humanidade.

Diz-se que o Brasil é especialíssimo, tem um papel planetário, realmente, pela alegria do seu povo, pelo acolhimento. Aqui, nós somos a maior nação católica do mundo; a segunda maior nação evangélica do mundo, quase chegando ali na primeira já; e a maior nação espírita do mundo. Todo mundo convive bem, todas essas religiões convivem bem, com respeito, com diálogo, e isso é muito, muito bonito no nosso povo.

Então, eu passo a palavra para a Inez Cabral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Inez, pela sua participação.

A SRA. INEZ CABRAL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu que agradeço.

Esse tema do coração, que a gente citou agora, foi um dos temas do nosso encontro hoje, naquele Centro de Educação Infantil Olga e Parsifal Barroso, em que nós exploramos justamente essa importância do coração, que, pra mim, ficava assim meio... Sathya Sai diz que o coração é a fonte da verdadeira educação. E eu, de fato, não compreendia.

Ele dizia assim: "Olhe, você quando for fazer qualquer coisa, primeiro, consulte o coração. Qualquer pensamento..." Ele falava nos três Hs, que eram: *head*, *heart and hands*, que, em português, nós traduzimos para os três Cs: cabeça, coração e corpo. Qualquer pensamento que passar pela sua cabeça você, primeiro, leve para o seu coração. Se o seu coração aprovar, então, você pode executar com as suas mãos, com o seu corpo.

E já que nós estamos nesse tema, podemos explorar muito e falar naquelas extraordinárias descobertas científicas da década de 90 lá nos Estados Unidos, através do HeartMath Institute, em que eles descobriram que o nosso coração também tem um cérebro. É o primeiro órgão a se formar no corpo humano, no bebê, no feto. Ele tem um cérebro formado por 40 mil neurônios. O coração é o centro eletromagnético do corpo humano tanto que, quando você se refere a você, você sempre coloca a mão no coração. Você diz: "eu penso assim!". (*Pausa.*)

Você nunca diz: "Eu penso assim!". (*Pausa.*)

Você diz: "eu penso assim", "eu acho isso", porque o coração é o centro eletromagnético do corpo humano. E eles provaram em laboratório que do nosso coração saem arcos energéticos que têm a dimensão de um diâmetro de 3m e eles são holográficos. Enfim, é uma série de descobertas e essas descobertas me fizeram entender melhor esse papel do coração.

Também quando Sathya Sai construiu o seu primeiro hospital de superespecialidades, que é um hospital gigantesco – ele tem acho que quase 1km de extensão –, a primeira especialidade que ele implantou foi justamente a cardiologia.

Na véspera da inauguração já tinham sido feitas quatro cirurgias de peito aberto. Eles fazem cirurgias, transplantes, têm várias especialidades e tudo é absolutamente gratuito, não existe caixa nesse hospital.

E ele explicou porque a primeira especialidade que implantou foi o coração. Ele disse: "O coração é o assento de Deus e, como os seres humanos estão muito afastados de Deus, então, estão adoecendo muito do coração".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando eu li isso eu fiquei impressionada, eu disse assim: mais uma razão, mais um motivo para ele dizer que o coração é a fonte da verdadeira educação. E a verdadeira educação o que é? É justamente deixar florescer o amor – que é o próprio Deus – e a compaixão, a não violência, não só com os seres humanos, mas com todo o planeta, com todos os seres da natureza.

A Susan falou no Einstein. E eu me lembro, se não me engano, que foi dele essa frase, ele disse que, enquanto os seres humanos continuassem assassinando os animais, eles não conseguiriam viver em paz. Então, o grande desafio para os seres humanos é justamente aderirem ao vegetarianismo.

Eu me lembro que uma vez perguntaram ao Chico Xavier o que os seres humanos iriam comer no futuro. Ele pensou e disse assim: "Algas marinhas". Enfim... Mas os nossos vegetais são absolutamente ricos. A minha formação não tem nada a ver com nutrição, mas a gente sabe da riqueza, em todas as áreas, de proteínas e tudo, aminoácidos e tal.

Então, eu agradeço muito essa oportunidade.

Eu queria, assim, contar duas pequenas histórias da escola lá em Eusébio – um dos fundadores foi o Eduardo Girão –, de como o exemplo dela atraiu outros municípios.

Por exemplo, em dezembro, nós tivemos uma reunião *online* com Secretários de Educação de quatro municípios. Um deles falou que ele foi visitar a escola, que eu acho que foi do Município de Barreiras, aqui no Ceará. Ele foi visitá-la. Quando ele chegou à escola, à Estação da Luz, e foi se dirigindo para o prédio da escola, aí uma criança o pegou pela mão: "O senhor veio fazer o quê?". Ele disse: "Eu vim visitar a escola". "Ah, pois eu vou lhe levar." Ele disse que ficou tão encantado, assim, com a tranquilidade, com a autoestima e a autoconfiança daquela criança que o pegou pela mão e foi mostrar todas as salas de aula e tudo.

No mês passado, nós estivemos lá também, na Estação da Luz, numa reunião com a Secretária Municipal de Educação de Limoeiro do Norte, que é outro município aqui do Ceará, e ela estava muito interessada em levar o Programa Sathya Sai de Educação e Valores Humanos para Limoeiro do Norte. Posteriormente, nós tivemos outra reunião com ela pelo Zoom, há uns 15 dias mais ou menos. Ela disse para nós que, quando ela saiu da escola – porque, depois da nossa reunião, almoçamos... Então ela com a assistente pegaram o carro e retornaram para Limoeiro, que fica a 210km de Fortaleza. Ela disse que ficou impressionada – comentou conosco – com a grande paz, da energia de paz que ela sentiu ali na escola. Ela disse: "Foi uma coisa tão impressionante que, quando a gente estava na estrada, retornando para Limoeiro [Ela se chama Fátima Holanda] e estava comentando com a minha assistente, com a Profa. Gerlaine: 'Que paz! Que atmosfera de paz naquela escola. É justamente o amor permeando tudo'."

Então, muito obrigada. É o que eu queria compartilhar. Existem tantas experiências lindas... Mas outro dia a gente se encontra e fala mais disso tudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada pela atenção de vocês.

Muito obrigada ao Luís Eduardo por esse convite tão especial, em que nós estamos contribuindo justamente para construir uma sociedade mais justa, mais feliz e, sobretudo, mais pacífica.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Obrigado, querida. Muitíssimo obrigado, Inez Cabral, que é Presidente do Instituto Sathya Sai de Educação lá do Ceará, que é esse método de valores humanos...

Não é mais, não? Não é mais Presidente, não?

A SRA. INEZ CABRAL (*Por videoconferência*.) – Eu faço parte da diretoria do Instituto Sathya Sai de Educação, desde 2011. Aqui em Fortaleza, atualmente, a coordenadora do núcleo é a Louzane Feitosa.

Vamos ter uma reunião daqui a pouco, agora, às 15h.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Está bom. Leva meu abraço para ela.

A SRA. INEZ CABRAL (*Por videoconferência*.) – Está ótimo. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Então, nós vamos, agora, ouvir as considerações finais, em cinco minutos, do nosso querido irmão Ricardo Laurino, Presidente da Sociedade Vegetariana Brasileira. Ele é paulista, mora em Curitiba e fez questão de vir pessoalmente.

Eu agradeço-lhe muito a presença.

Deixo claro que ele veio com as expensas do bolso. O Senado não pagou. Isso é algo que leva conhecimento e mostra o idealismo, a vontade de auxiliar, de ajudar.

Em nome do Senado Federal, eu agradeço a você por ter se empenhado, dedicado seu tempo para vir aqui a Brasília, fazer a sua exposição. Eu lhe agradeço. O senhor tem cinco minutos para responder a alguma pergunta ou fazer algum comentário.

De antemão, muito obrigado.

O SR. RICARDO LAURINO (Para expor.) – Imagina. Sou eu quem agradeço a oportunidade.

Parabenizo-o, Senador, pela iniciativa. Como todos os palestrantes falaram, é algo histórico. E eu não poderia deixar de estar aqui se eu tivesse a oportunidade, como eu tive. E estou presente.

Eu quero terminar falando um pouquinho de alguns pontos que a gente abordou aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira coisa é uma experiência pessoal minha. Há mais de 30 anos, quando eu decidi parar de comer carne, eu lembro que muitos me falavam que eu ia morrer sozinho com aquela besteira, que aquilo era uma baboseira, que eu devia abandonar. Depois, mais tarde, há quase 20 anos, quando eu me tornei vegano, a frase teve um acréscimo: além de eu morrer sozinho, eu ia morrer cedo.

Para verem como os meus amigos e familiares me abraçaram nisso. Brincadeira. Eles sempre me acolheram, mas era uma forma de cutucarem aquela minha opção.

E eu acho muito interessante que, hoje, estou no Senado Federal mostrando para essas pessoas que não, que eu não ia morrer sozinho. A gente está crescendo cada vez mais, não de forma impositiva, mas, sim, trazendo informações, convidando mais pessoas a participarem deste movimento, que pode abraçar todos.

Segundo, eu também não morri cedo, porque já se passaram 20 anos desde aquela minha opção. E a gente teve aqui a presença do ex-Senador Ulisses Riedel, que comprova que não, que a gente pode, e é muito viável, ter uma alimentação à base de vegetais que traz benefícios para a nossa saúde.

Mas também queria dizer, e não posso deixar de trazer aqui esta oportunidade, aos Senadores, aos gabinetes, aos assessores sobre a possibilidade de a gente estreitar mais a questão de todo o trabalho que a SVB realiza. A gente pode, sim, auxiliar nesse processo.

Não adianta a gente trabalhar, numa instituição como a SVB, várias demandas, se, dentro das instituições públicas, a gente não é acolhido. E agora a gente começa a perceber, com iniciativas como a sua e outras que vão surgindo, tanto nos âmbitos federal e estadual quanto municipal, a possibilidade de a gente levar o conhecimento que, dentro dos nossos departamentos, e eu vou citar alguns aqui... Dentro da SVB, a gente tem o Departamento Científico, com especialistas da área tanto ambiental, quanto de segurança alimentar, e assim por diante, parceiros que lidam com esses departamentos. A gente tem o Departamento de Medicina e Nutrição, com grandes nomes. Vários que falaram aqui eu já conhecia por trabalhos que são realizados muitas vezes em parcerias. Então, além do nosso *know-how* de trabalhar em várias campanhas e programas... Temos um departamento de campanhas e um departamento de programas que trabalham no ambiente público também, o departamento de gastronomia... É muito bom a gente falar... As pessoas pensam: "Tá, eu vou tirar a carne, gostei dessa proposta, a gente vê essa possibilidade, mas o que eu vou comer? Como que eu vou montar o meu prato?" Ele não pode ser só saudável, ele tem que ser atrativo. As pessoas têm que se sentir abraçadas por essa nova possibilidade alimentar, por essa nova postura em relação ao que a gente come e tudo que está agregado.

Então, nesse sentido, eu coloco à disposição a SVB, que, desde 2018, é considerada pela Animal Charity Evaluators, que é uma instituição internacional das mais eficientes no mundo que lidam com a relação...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO LAURINO – ... da alimentação, da nossa relação com os animais e como isso pode ser desenvolvido dentro da sociedade. Então, fica aí esse convite.

E quero responder muito rápido a duas perguntas que já foram respondidas, mas acho importante a gente reforçar. Primeiro, sobre agrotóxicos.

Os agrotóxicos, sim, são uma questão a que toda a sociedade deve estar atenta e a gente deve repensar muito como lidar com isso. Mas isso não é uma questão de vegetarianismo. Como a Shila comentou, existe um processo de bioacumulação no organismo animal que faz com que toda a ração que os animais consomem durante a sua vida e que são rações que recebem altas doses de agrotóxicos sejam acumuladas no seu organismo, nos seus tecidos, e as pessoas que comem carne, as pessoas que comem produtos de origem animal muitas vezes estão consumindo ainda mais agrotóxicos em níveis cada vez mais alarmantes. Então, isso é algo que eu gostaria de deixar bem claro, porque não é algo relacionado ao vegetariano, ao vegano, é algo relacionado a todos.

E a segunda questão que eu acho que é importante é a questão da viabilidade. Seria até cruel ou insensível da nossa parte a gente exigir que pessoas que hoje nem têm o que comer, a gente falar sobre "ah, você tem que escolher melhor o que você come, montar melhor o seu prato...". Não, isso aqui eu acho que é um papel realmente do poder público, de conseguir transformar a nossa realidade, fazer com que todos tenham comida no prato. E aí, com essa capacidade, as pessoas poderem escolher. E aí é que vem a grande questão: se a gente não tem informação, se as pessoas não sabem que é possível se alimentar sem produtos de origem animal, é natural que elas vão escolher os produtos de origem animal a que elas estão acostumadas e que a herança cultural as faz dar sequência no seu dia a dia, no seu hábito alimentar.

Então, o que hoje a gente está fazendo aqui é exatamente isso, é trazer informação, é buscar políticas públicas que são várias possibilidades que a gente tem à mão. Acho que a gente pode conversar e eu acho que isso é exatamente esse pontapé que a gente está dando aqui. E, mais do que isso, é estimular e mostrar que toda a sociedade pode e vai se beneficiar com aquilo que eu chamei aqui de inevitável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Ricardo Laurino, Presidente da Sociedade Vegetariana Brasileira.

Eu deixei para o final aqui, quero dar um testemunho que me marcou muito ali na infância, entrando pela adolescência.

Desde pequeno, a gente quer produzir, ganhar um dinheiro e tudo. E, naquele momento, eu comecei a filmar casamentos. Eu tinha uma câmera, daquelas câmeras deste tamanho. Eu comecei a filmar casamentos, comecei a filmar eventos, aniversários, 15 anos, enfim, e houve um evento, inclusive da família, que eu estava organizando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós somos do interior do Ceará, uma família de Morada Nova, no interior do Ceará. Eu estava preparando um material e recebi um material que eu tinha que incluir nesse filme, nessa produção. E, quando eu fui olhar o material, com a música nordestina, aquilo me chocou muito. Ainda hoje essa imagem é muito clara para mim.

Eu já perdi essa fita, não vou atrás, mas eu acho que, da mesma forma que há muitos documentários na internet sobre o tema vegetarianismo, muitos documentários, muito bem produzidos inclusive – Netflix, enfim... –, você vai encontrar no YouTube essas imagens que eu não quis nem procurar e pedir para a Mesa colocar porque é muito forte e eu acho que a gente não precisa disso.

A física quântica já mostra que tudo aquilo que a gente pensa já começa a acontecer, a energia é essa, mas a energia da violência contra um animal também é muito marcante. Essa imagem que eu tinha recebido naquele momento era a imagem de um abate de animais ali para o consumo humano. Era um boi, vários, e, naquela época... Hoje ainda é muito delicado, muito forte, mas naquela época era mais terrível ainda, e a naturalidade era grande lá no interior.

A gente vai evoluindo, a gente vai percebendo. Hoje já não é mais assim, mas ainda choca hoje. Mas, naquela época, para você ter uma ideia, era marreta. Então, havia uma fila dos animais, e uma pessoa estava esperando com a marreta ali. E, meu amigo, eram os animais na fila e não queriam entrar de jeito nenhum. Era um pulando por cima dos outros para sair dali.

Rapaz, é um negócio assim chocante realmente. E você fica imaginando a toxina que tem naquilo ali, a energia do medo. A energia do medo, aquilo fica, aquilo de alguma forma vem para a gente. Vem mesmo! É uma coisa... Não precisa a gente estudar muito, mas é uma questão de evolução.

Eu tenho certeza de que esta reunião deliberativa vai gerar ideias, nós estamos abertos para fazer propostas legislativas nesse sentido, para termos políticas públicas no Brasil para oferecer alternativas e levar ao conhecimento das pessoas.

Uma coisa já estamos fazendo aqui, uma coisa já valeu a pena aqui, porque eu tenho certeza de que, se uma pessoa, uma, e pode ser qualquer um de nós aqui que esteja nesta sala ou que esteja em casa assistindo ou que vá assistir amanhã ou na semana que vem – por isso a importância das pessoas compartilharem esta sessão... Se uma pessoa refletir a partir do que o ouviu aqui, do que viu de demonstrações com base na razão, da emoção, e repensar o seu hábito alimentar, já terá valido completamente a pena, porque é a sua saúde, poupar vidas de animais, enfim, isso já tem uma conquista nossa aqui, desta reunião.

Então, muita gratidão a todos vocês que participaram desta reunião, que colaboraram, os palestrantes, o Willy Moura, que é Secretário aqui, com muita paciência, junto com o Ivan, com o Rodrigo Barreto, com a Raissa Souza, gratidão mesmo por toda a sua audiência. Perdão por algum equívoco, mas o objetivo aqui é acertar nesta reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Que Deus abençoe a todos.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 47 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE MAIO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e hum minuto do dia três de maio de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Paulo Rocha, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Nilda Gondim, Eliane Nogueira, Renan Calheiros, Veneziano Vital do Rêgo, Izalci Lucas, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Giordano, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Maria do Carmo Alves, Zenaide Maia, Paulo Paim, Leila Barros e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Gomes, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Sérgio Petecão, Alexandre Silveira, Jayme Campos, Carlos Portinho e Alessandro Vieira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei da Câmara n° 98, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a avaliação psicológica de gestantes e puérperas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2183, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a comercialização da produção e da importação de refrigerantes e bebidas açucarados (Cide-Refrigerantes), e dá outras providências" **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1-T. **Resultado:** Concedida vista coletiva nos termos regimentais. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1219, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para tornar obrigatória a realização de avaliação de saúde nas crianças que ingressarem na educação infantil." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 213, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para assegurar a participação de especialista indicado pela Associação Médica Brasileira na Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 91, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera os arts. 130, 134 e 145 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre as férias dos empregados, e dá outras providências." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (MDB/ES). **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator, Senador Marcelo Castro, para reexame. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 6557, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera os arts. 39 e 49 da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial), para determinar procedimentos e critérios de coleta de informações relativas à distribuição dos segmentos étnicos e raciais no mercado de trabalho." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 32, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 11/2022 - CAS, com o objetivo de instruir o PL 5983/2019, que "regulamenta o exercício profissional de acupuntura" sejam incluídos os seguintes convidados: Doutora Luciana Ribeiro Aguiar, Médica; Doutor Alessandro Márcio Teixeira Cavalcante, Médico." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Paulo Rocha (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. Antes de encerrar a reunião, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Rocha
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Fala da Presidência.) – Havendo quórum para abrir os trabalhos, declaro aberta a 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes do começo propriamente dito, quero informar que nós estamos com um problema de quórum, inclusive para deliberar sobre qualquer situação. Como costumeiramente a gente põe as atas das sessões anteriores, nem isso nós podemos votar porque não há quórum para votação. No entanto, há quórum para leitura e para começarmos nossos trabalhos.

Declaro também que a Comissão recebeu os seguintes expedientes: cópias de ofícios e moções de Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais e entidades contendo considerações sobre questões trabalhistas, assistência social e temas relacionados à saúde, que são temas inerentes à CAS.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão, e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestações dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras, a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados ao final do prazo.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos e relatórios de requerimentos apresentados à Comissão conforme a publicação da pauta.

A reunião ocorre de modo semipresencial. Contará com possibilidade de Senadores e Senadoras votarem por meio do aplicativo. Aqueles que não conseguirem registrar o seu voto no aplicativo serão chamados para que declarem verbalmente os seus votos. Isto será computado no painel da votação.

Informo aos interessados que foi retirado de pauta o item 5, a pedido do Relator, Senador Marcelo Castro, para reexame do relatório.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 91, DE 2017

- Terminativo -

Altera os arts. 130, 134 e 145 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre as férias dos empregados, e dá outras providências.

Autoria: Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Será realizada uma única votação nominal para o projeto e para a emenda nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.)

Quero começar a pauta pelo item 2, uma vez que há pedido, na presença do Senador Nelsinho Trad. Ele tem interesse que seja analisada imediatamente essa questão. Por isso, eu passo à Relatora, Senadora Zenaide Maia.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2183, DE 2019

- Não terminativo -

Institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a comercialização da produção e da importação de refrigerantes e bebidas açucarados (Cide-Refrigerantes), e dá outras providências.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1-T.

Observações:

1- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

2- A matéria consta da Pauta desde a Reunião de 26/04/2022.

A Relatora é a Sra. Zenaide Maia, Senadora pelo Rio Grande do Norte.

Concedo a palavra à Senadora Zenaide Maia para fazer a leitura do relatório.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, submete-se ao exame da Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei nº 2.183, de 2019, do Senador Rogério Carvalho, que "institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a comercialização da produção e da importação de refrigerantes e bebidas açucarados (Cide-Refrigerantes), e dá outras providências".

O *caput* do art. 1º cria a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) incidente sobre a comercialização da produção e da importação de refrigerantes e bebidas açucarados, a ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

denominada como Cide-Refrigerantes. O artigo tem quatro parágrafos. O §1° estabelece que os recursos arrecadados serão repassados ao Sistema Único de Saúde (SUS). Por sua vez, o §2° dispõe que o montante arrecadado será recolhido ao Tesouro Nacional e repassado diretamente ao Fundo Nacional de Saúde (FNS). Já o §3° assinala que os recursos previstos no §1° não serão computados para fins do cumprimento da aplicação mínima de recursos em saúde. Por fim, o §4° elucida que as disposições do projeto não se aplicam às bebidas alcoólicas.

O art. 2° define os produtores e importadores de refrigerantes e bebidas açucarados como contribuintes da Cide-Refrigerantes.

O art. 3° dispõe que o fato gerador da contribuição é a comercialização ou a importação desses produtos, excluindo a incidência sobre a exportação.

O art. 4° aponta que a base de cálculo da contribuição é o preço de saída dos produtos na comercialização no mercado interno, incluindo todos os tributos sobre eles incidentes.

O art. 5° define que a alíquota será de 20%.

O art. 6° isenta do tributo os refrigerantes e bebidas açucarados vendidos a empresa comercial exportadora, com o fim específico de exportação. No entanto, seu §1° dispõe que cabe o pagamento da contribuição referente aos produtos adquiridos e não exportados dentro do prazo de 180 dias, contado da data de aquisição. O §2° e seus dois incisos tratam do prazo para o pagamento previsto no §1°, além de disporem sobre a multa de mora e os juros a serem acrescidos em caso de vencimento.

O art. 7° define como responsável solidário pela contribuição o adquirente de mercadoria de procedência estrangeira, no caso de importação realizada por sua conta e ordem, por intermédio de pessoa jurídica importadora.

O art. 8° estabelece a competência da Secretaria da Receita Federal do Brasil para a administração e a fiscalização da Cide-Refrigerantes.

O art. 9° acrescenta um inciso VII ao art. 32 da Lei n° 8.080, de 19 de setembro de 1990, ou seja, a Lei Orgânica da Saúde, para incluir a Cide-Refrigerantes entre as fontes previstas de financiamento do SUS.

Por fim, a cláusula de vigência é o art. 10, por meio do qual a lei, caso a proposta seja aprovada, entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1° de janeiro do ano seguinte.

Na justificação, o autor alerta sobre o aumento significativo da prevalência do excesso de peso e suas comorbidades, que são fatores causais dos altos índices de mortalidade e de morbidade por doença cardiovascular no Brasil e no mundo. Como essas doenças são, em parte, decorrentes de alimentação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hipercalórica, que costuma incluir a ingestão de bebidas açucaradas, o autor propõe a criação de um tributo, denominado como Cide-Refrigerantes, para desestimular o consumo desses produtos.

Após a deliberação da CAS, a proposição será analisada, em caráter terminativo, pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Foi apresentada a Emenda nº 1-T, do Senador Luis Carlos Heinze, que altera o §2º do art. 1º do projeto, para determinar que um terço do montante da Cide-Refrigerantes seja repassado aos estados e outro terço aos municípios, observada a destinação prevista no §1º do art. 1º do projeto.

Análise.

De acordo com o disposto no inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre matérias que digam respeito à proteção e defesa da saúde, bem como à inspeção e fiscalização de alimentos.

Com relação aos aspectos formais, concluímos que o projeto em análise não apresenta inconformidades de constitucionalidade, de juridicidade, de técnica legislativa ou de regimentalidade.

Em relação ao mérito, de fato, o Brasil vem registrando índices praticamente epidêmicos de sobrepeso e de obesidade. A pesquisa "Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico" (Vigitel 2020), que avaliou amostra da população das capitais dos 26 estados brasileiros e do Distrito Federal, evidenciou que a frequência de excesso de peso e de obesidade em pessoas com mais de 18 anos foi de 57,5% e 21,5%, respectivamente. Ressalte-se que esses números vêm aumentando progressivamente a cada nova pesquisa realizada.

Na população infantil, a situação é também preocupante. O Atlas da Obesidade Infantil, publicado em 2019 pelo Ministério da Saúde, apresenta os números do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan) referentes às crianças atendidas nos serviços de atenção primária à saúde. Verificou-se que 18,9% dos menores de 2 anos de idade estão com excesso de peso, 7,9% têm obesidade e 32% consumem bebidas açucaradas. Das crianças de 2 a 4 anos de idade, 14,3% têm excesso de peso e 7,8% apresentam obesidade. Já para a faixa entre 5 e 9 anos de idade, 29,3% estão com excesso de peso: 16,1% com sobrepeso; 8,4% com obesidade; e 4,8% com obesidade grave.

A preocupação com esse panorama epidemiológico deve-se ao fato de que o excesso de peso, e notadamente a obesidade, são reconhecidos como fatores de risco para outras afecções potencialmente graves – como o diabetes *mellitus* do tipo II, doenças cardiovasculares e cânceres –, que respondem por significativa parcela da morbidade e da mortalidade, tanto no Brasil como no mundo. Resta claro, portanto, que a prevenção e o tratamento do excesso de peso são ações que, evidentemente, devem estar no rol de prioridades das políticas de saúde pública no País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sabe-se que o excesso de peso tem causa multifatorial e, *grosso modo*, é reflexo da interação de fatores genéticos e ambientais, entre os quais se destaca a dieta hipercalórica, que é um comportamento alimentar fortemente associado ao consumo excessivo de refrigerantes e bebidas açucarados. Esses produtos são considerados "obesogênicos", pois contêm grande quantidade de açúcar, mas são desprovidos de valor nutritivo.

A associação causal entre o consumo desses produtos e o excesso de peso já foi evidenciada por vários estudos. Podemos citar, como exemplo, recente revisão sistemática de 30 estudos de coorte e de intervenção publicada no periódico *Obesity Facts*, que mostrou inequívoca associação causal entre o consumo de refrigerante e os índices de obesidade em crianças e adultos.

Já dados publicados pelo Instituto de Efectividad Clínica y Sanitaria, da Argentina, evidenciaram que 12% dos casos de sobrepeso e 9% dos de obesidade infantil são atribuíveis ao consumo de bebidas açucaradas.

Os resultados mostraram ainda que, no Brasil, o consumo dessas bebidas é responsável pelo excesso de peso em 2,21 milhões de adultos e em 721 mil crianças e adolescentes. Observou-se ainda que quase 17% de todos os diagnósticos de diabetes *mellitus* do tipo 2 podem ser atribuídos ao consumo dessas bebidas, o que representa 1,386 milhão de brasileiros ou mais de 81 mil novos casos por ano. Além disso, as bebidas açucaradas estão associadas a quase 425 mil casos de cardiopatias, doenças cerebrovasculares, insuficiência renal crônica, câncer, entre outras afecções.

No que tange aos impactos sobre o orçamento da seguridade social, o referido instituto estimou que o sistema de saúde brasileiro gasta, por ano, cerca de R$3 bilhões com o cuidado de doenças decorrentes do consumo de bebidas açucaradas, o que, segundo a entidade, representa 0,44% de tudo o que o Brasil investe em saúde por ano.

Note-se, portanto, que são robustos os dados da associação causal entre refrigerantes e bebidas açucarados, excesso de peso e doenças de grande impacto sobre as taxas de morbidade e de mortalidade. Essa constatação fez com que a Organização Mundial da Saúde reconhecesse que as atuais evidências sugerem que a redução da ingestão de bebidas açucaradas pode ajudar a evitar o excesso de peso.

Isso se torna relevante pelo fato de ser significativamente elevado o consumo de refrigerantes no Brasil. Com efeito, a Pesquisa de Orçamentos Familiares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizada em 2017 e 2018, apontou que refrigerantes adoçados com açúcar representaram 21,44% das bebidas consumidas nos domicílios avaliados e que a participação desse produto no gasto com bebida foi de 17,41%.

Ou seja, esses dados mostram que, no Brasil, há um excesso de consumo de refrigerantes, um produto que, como mencionamos, tem íntima relação com a situação epidêmica do sobrepeso e da obesidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa situação requer urgente intervenção do poder público e uma das medidas que se pode tomar é exatamente o que pretende o projeto em comento: tributar esses produtos de modo a desencorajar seu consumo.

Trata-se de iniciativa prevista no documento intitulado "*Global Strategy on Diet, Physical Activity and Health*", da OMS, cujo rol de diretrizes para estimular a prática de hábitos alimentares saudáveis inclui a taxação de produtos hipercalóricos. A Noruega foi a pioneira a tributar esses produtos, nos idos de 1981. Seguiram esse exemplo Chile, Equador, Peru, México, localidades norte-americanas, França, Portugal, Reino Unido, África do Sul etc.

O Brasil, por sua vez, segue tendência oposta, já que, além de não tributar os refrigerantes, concede aos segmentos de sua cadeia produtiva benefícios fiscais a nosso ver injustificáveis. De fato, segundo análise publicada pela Receita Federal do Brasil, nos últimos anos, em função dos benefícios fiscais concedidos aos fabricantes, os refrigerantes foram tributados a uma alíquota efetiva negativa do Imposto sobre Produtos Industrializados, de 4%. Foi dado o esclarecedor exemplo: se determinado fabricante obtinha uma receita de 100 milhões de reais com a venda de refrigerantes, além de não recolher IPI aos cofres públicos, ainda acumulava R$4 milhões em créditos, que podia usar para compensar débitos de outros tributos ou de outros tipos de bebidas, inclusive para diminuir suas dívidas tributárias referentes a bebidas alcoólicas.

Segundo a RCB, o valor total que deixou de entrar nos cofres públicos em cada ano chegou a R$2 bilhões.

Cabe ainda ressaltar que a efetividade da intervenção fiscal pretendida tem sido comprovada por vários estudos. Recentemente publicada na *Obesity Reviews*, uma metanálise com revisão sistemática evidenciou que a tributação de bebidas açucaradas é, de fato, uma ferramenta eficaz para reduzir o consumo desse produto, sendo um componente importante das políticas de prevenção e tratamento do sobrepeso, da obesidade e do diabetes *mellitus*.

Ressalte-se, por fim, que, capitaneadas pela Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia e pela Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica, várias entidades subscreveram, em junho de 2021, documento no qual

> manifestam publicamente posicionamento e solicitação de implementação de tributação específica para as bebidas açucaradas, urgentemente, visando a redução do consumo e, ao mesmo tempo, aumentando a arrecadação de recursos para financiar programas de saúde pública, como a promoção de uma alimentação saudável.

Note-se que pleiteiam exatamente o que pretende instituir o projeto em comento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, evocando, novamente, a obrigação regimental deste Colegiado de atuar na proteção e defesa da saúde, bem como na inspeção e fiscalização de alimentos, acreditamos que há razões suficientes para a urgente e necessária aprovação do projeto em análise.

No que tange à Emenda nº 1-T, julgamos que o processo de repartição de recursos no âmbito do FNS já ocorre de maneira devidamente pactuada entre todos os entes federados e de acordo com a situação epidemiológica de cada localidade. Assim, não vislumbramos benefícios concretos da eventual implementação da medida proposta na emenda, que somente aumentará a complexidade e os custos dos processos administrativos para a repartição de recursos e, portanto, configurar-se-á medida contraproducente. Por isso, embora reconheçamos a nobre intenção do seu autor, somos contrários à iniciativa.

Isto é o que a gente está dizendo, que a saúde já é tripartite e todos já são distribuídos na hora da arrecadação.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do nº 2.183, de 2019, e pela rejeição da Emenda nº 1-T.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Sra. Zenaide.

Embora seja um relatório longo, é muito importante para provocar o debate na Comissão.

Informo à Comissão que já há quórum para deliberações.

A matéria está em discussão.

Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Rocha, demais colegas que se encontram virtualmente, antes, porém, de fazer a colocação que fui estimulado a fazer por dois membros do meu partido, na qualidade de Líder, gostaria de parabenizar a Senadora Zenaide pelo relatório bastante completo. Mas dois membros do meu partido pediram vista, retirada de pauta para vista desse projeto, vez que na Comissão de Assuntos Econômicos ele vem em caráter terminativo, ou seja, não vai a Plenário.

Então, eu pediria a compreensão dos pares para poder atender a dois liderados do meu partido.

Era isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O pedido de vista é regimental e tem prioridade na discussão.

Senadora Leila, V. Exa. pediu a palavra?

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - DF. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Pedi, Sr. Presidente.

Primeiro, cumprimento o senhor e todos os colegas, presentes e remotamente.

Também parabenizo o relatório da Senadora Zenaide e a iniciativa do Senador Rogério Carvalho, dois médicos, então, em melhores mãos, impossível. Essa demanda com relação... É uma pauta que é preocupante.

Eu, particularmente, de certa forma, ia pedir vênia à Senadora Zenaide e pedir vista também. Por quê? Quando a gente fala de refrigerante, a gente sabe que refrigerante não é o único produto que tem alto teor de açúcar, de sódio, de gordura. Existem outros produtos que poderiam estar encabeçados nesse momento em que a gente está fazendo essa discussão, eu acredito que nós temos outros produtos, outros alimentos que nós poderíamos inserir na discussão do PL. Essa seria a minha iniciativa. Inclusive, ia pedir vista, houve a vista pedida pelo Senador Nelsinho Trad. Nós já vamos elaborar uma emenda nesse sentido.

E, quando a Senadora fala sobre prevenção, passa diretamente pelo esporte. Então, o esporte é um caminho de prevenção, é um caminho de saúde e de qualidade de vida. A gente entende a importância da demanda desses recursos destinados à saúde, mas nós não podemos descartar o trabalho que o esporte também desenvolve na questão da prevenção, e aí eu estou falando mesmo com relação aos idosos, com relação às crianças, à educação, ao esporte educacional, enfim. A gente abriu um amplo debate também nessa questão de entender que, quando se fala em prevenção, quando se fala em qualidade de vida, quando se fala em questão de obesidade, questões cardiovasculares, isso passa pela prevenção e diretamente está ligado ao esporte. Então, acho que também temos que abrir a discussão com relação à saúde e ao esporte serem contemplados nesse projeto.

Então, eu encabeço também, endossando essa vista do Senador Nelsinho Trad, essa discussão, mas parabenizando a Senadora Zenaide pelo relatório apresentado na sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O Senador Paulo Paim também pediu a palavra. Só lembro aos colegas que o pedido de vista é prioridade, sem prejuízo da discussão futura; ao retornar do pedido de vista, talvez tenha mais matérias para serem discutidas pelos colegas.

Senador Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente em exercício Paulo Rocha, trago aqui meus cumprimentos também ao Senador Sérgio Petecão e quero dizer que a Senadora Zenaide Maia mais uma vez apresenta um relatório consistente e terá com certeza o apoio de todos nós.

Entendo a postura da Senadora Leila, que quer ampliar para a proteção da saúde do nosso povo, e também a posição do Nelsinho Trad e mais dois pares do seu partido, mas faço questão de dizer que a proposição original foi de autoria do ex-Senador, o grande Senador Jorge Viana, do Acre, que depois foi acatada, recebida pelo Senador Rogério Carvalho. E a nossa querida Senadora Zenaide Maia, então, é a Relatora.

É claro que o projeto tem o objetivo de desincentivar o consumo de refrigerantes. Todos nós sabemos que o refrigerante... Eu sou pré-diabético e sei a orientação médica: pelo amor de Deus, não tome refrigerantes, são bebidas açucaradas. E aqui é uma forma de você fazer com que a nossa moçada, enfim, não tome refrigerantes, e por isso criaram a Cide-Refrigerantes.

Mas concordo, querida Leila, que sabe o respeito que eu tenho: o esporte realmente é um grande caminho para combater a obesidade, a diabetes, a pressão alta, e a Senadora Zenaide Maia faz um relatório preciso nesse sentido.

Mas vamos todos nos somar – aí eu pedi vista coletiva – para que, na próxima semana, possamos apreciar o relatório e dar o nosso parecer, que, eu tenho certeza, será pela aprovação, com as emendas necessárias, do brilhante relatório apresentado pela Senadora Zenaide Maia.

É isso, Presidente, de forma muito rápida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Senadora Zenaide, Relatora, quer fazer uma observação final, me parece.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Só uma observação.

Como o senhor falou, é um direito. Eu pensei que a gente ia poder discutir, porque como vai passar... E dizendo a minha colega Leila, com todo respeito e tudo, eu sempre defendo, eu sei que atividade física é uma coisa importantíssima... E lembro que não são só refrigerantes; são bebidas açucaradas também. E lembro que já há crianças com menos de dois anos de idade com sobrepeso e obesidade. E ainda quero dizer, lembrar aqui: o açúcar já matou mais gente do que todas as guerras juntas. Só isso.

Mas tudo bem, Presidente. Vamos discutir. Isso aqui é um Parlamento, é para a gente discutir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Senador Nelsinho Trad, mais de um colega pediu vista. Portanto, concedo vista coletiva, conforme o Regimento Interno da nossa Comissão.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 6557, DE 2019

- Não terminativo -

Altera os arts. 39 e 49 da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial), para determinar procedimentos e critérios de coleta de informações relativas à distribuição dos segmentos étnicos e raciais no mercado de trabalho.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Presidente Paulo Rocha...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Esse item tem caráter não terminativo, portanto pode ser discutido e votado hoje.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Muito bem.

O relatório não é longo. Eu vou fazer a leitura e, se V. Exa. permitir, eu deixarei a primeira parte e vou direto à análise, já que ele não é terminativo e o objetivo é muito claro.

Só o primeiro parágrafo do relatório: vem ao exame desta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei nº 6.557, de 2019, do Deputado Federal Vicentinho, que altera os arts. 39 e 49 da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço já ao Presidente Petecão por ter destinado a mim a relatoria, já que sou o autor do Estatuto da Igualdade Racial.

Essa alteração determina procedimentos e critérios de coleta de informações relativas à distribuição dos segmentos étnicos e raciais no mercado de trabalho.

É um projeto orientador, não há nenhuma polêmica aqui, porque ninguém é contra cada um assumir se é branco, é negro, é índio, enfim, no momento em que os dados vão depois para o IBGE.

Nos termos do art. 22, I, da Carta Magna – já na análise –, compete à União legislar privativamente sobre Direito do Trabalho, motivo pelo qual a disciplina da identificação étnico e racial dos trabalhadores brasileiros encontra-se dentro do âmbito normativo do mencionado ente federado.

Além disso, não se trata de matéria afeta à iniciativa privativa do Presidente da República, dos Tribunais Superiores ou do Procurador-Geral da República. Em face disso, aos Parlamentares é franqueado, nos termos do art. 48 da Carta Magna, iniciar o processo legislativo sobre a questão em exame.

Não se trata, ainda, de tema cuja inserção no ordenamento jurídico nacional demande a aprovação de lei complementar. A lei ordinária, então, é o instrumento adequado à disciplina do ponto em testilha.

Por fim, o art. 91, I, do Regimento Interno do Senado Federal põe a matéria no escopo deliberativo desta Comissão.

No mérito, louva-se a iniciativa de seu autor, o Deputado Federal Vicentinho.

O referido Parlamentar, na justificação da redação original do projeto de lei apresentado na Câmara dos Deputados, chama a atenção para a necessidade de se mapear a situação do trabalhador negro no mercado de trabalho brasileiro, para que, com as referidas informações, possam ser elaboradas políticas públicas adequadas para tornar efetiva a democracia racial preconizada pela Lei nº 12.288, de 2010, que já citei.

Com os dados exigidos nos §§8º e 9º do art. 39 do citado diploma legal, permite-se que o poder público mapeie a situação do trabalhador destinatário da proposição em testilha, a fim de que possa implementar, de forma cirúrgica, políticas destinadas a tornar realidade a meta prevista no inciso I do art. 48 da Lei nº 12.288, de 2010, qual seja, a de promover a igualdade étnica e o combate às desigualdades sociais resultantes do racismo, inclusive mediante adoção de ações afirmativas.

Não menos importante é destacar que a pesquisa exigida pelo §4º que se busca inserir no art. 49 da Lei nº 12.288, de 2010, permite que o poder público olhe dentro de suas entranhas, no sentido de identificar se a ocupação de seus cargos atende ou não à equidade étnica e racial necessária à concretização do PNPIR.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, com tal olhar e as medidas dele decorrentes, o poder público poderá servir de farol às organizações privadas, no sentido de promover a eliminação da discriminação racial tão nociva ao povo brasileiro, sejam brancos ou negros.

Calha salientar, ainda, que o Ministério Público do Trabalho (MPT), por meio de sua Coordenadoria Nacional de Promoção da Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho (Coordigualdade), manifestou-se, em 10 de março do corrente ano, favoravelmente à aprovação do projeto em testilha, do Deputado Vicentinho.

Na citada manifestação, pontuou-se que o levantamento dos dados de recorte étnico-racial permitirá o combate à discriminação indireta contra a população negra. Por discriminação indireta, entenda-se aquela que decorre da aparente adoção de parâmetros neutros, que, ao cabo, prejudicam a igualdade de oportunidades de determinado grupo.

Queria aqui fazer um aparte e já vou para o finalmente. Nem vou ler a nota na íntegra do Ministério Público do Trabalho, porque aqui eu resumi.

No Rio Grande do Sul, diversas empresas privadas – fica aqui meu elogio –, empresas grandes, já estão fazendo esse trabalho, contratando e, com isso, dando oportunidade para jovens, negros jovens, adultos, enfim, idosos, onde for necessário, para que eles tenham também, dentro da sua empresa, um espaço legítimo que, enfim, entende a empresa, dos jovens negros, que ficam muitas vezes discriminados, ficam, por questão racial, afastados daquele mercado de trabalho.

E por isso tudo eu quero aqui terminar, Presidente, elogiando a iniciativa do Deputado Vicentinho. Isso vem ao encontro dos empresários e também dos trabalhadores. Eu sei e tenho certeza de que este país um dia não precisará mais ter um Estatuto da Igualdade Racial, ter políticas afirmativas. E, nesse dia, com certeza, brancos e negros caminharão juntos, construindo um país para todos, que eu acho possível. Aí sim estaremos caminhando para um país do primeiro mundo.

Esse é um projeto que visa a contribuir para o debate em relação ao racismo estrutural que existe no país. Não obriga nada a ninguém, são apenas iniciativas, são propostas – eu chamo – propositivas, afirmativas, que hão de contribuir, com o andar da carruagem, para que todos tenham direitos iguais neste país.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

A matéria está em discussão.

Senadora Zenaide tem a palavra.

Informo que nós já temos quórum para deliberar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu quero aqui parabenizar o Senador Paulo Paim.

A sociedade tem que se unir contra esse racismo, que não é só nos empregos, Paulo Paim. Ontem mesmo, na cidade de Vila Velha, a um jovem de 16 anos negaram atendimento. Um cara de 16 anos, um jovem – eu, como médica, digo –, que, como foi dito, tinha uma septicemia, e as médicas se negaram a atender o paciente, deixaram-no quatro horas no pátio do hospital, com a UTI tendo vaga, como foi dito pelo Secretário Estadual de Saúde do Espírito Santo.

Então, não tenha dúvida – um jovem negro e pobre precisando de assistência – de que ninguém vai mudar isso se o Estado também não tiver esse olhar diferenciado para essas coisas. Um jovem de 16 anos, na cidade de Vila Velha, Espírito Santo, com um quadro grave, passou quatro horas dentro de uma ambulância, foi a óbito, e duas médicas – eu estou sabendo que as afastaram – não o atenderam, numa omissão de socorro gravíssima, gente. Mesmo que não tivesse vaga de UTI, é um hospital completo, como falou o Secretário Estadual de Saúde do Espírito Santo, e elas poderiam ter atendido a esse paciente, com certeza, deixado numa pré-UTI, se tivesse. Mas foi comprovado que tinha vaga. Isso é algo com que a gente vai aqui se solidarizando já com a família de Kevinn, esperando que essas pessoas que negaram esse socorro, mesmo sabendo que levariam a óbito um jovem de 16 anos, sejam julgadas e punidas por isso. Isso é o que a gente está defendendo.

Trabalho, essa discriminação, trabalho escravo... A gente sabe que o desmonte da CLT... Aquela reforma da CLT, em que se dizia que ia atrair investidores para gerar empregos, na verdade aumentou a discriminação. Aí foi que cresceu essa discriminação racial.

E para as mulheres também... O Paulo Paim aprovou aqui um projeto de salários iguais para mulheres e homens que estejam exercendo a mesma função na mesma empresa. E o Estado brasileiro deu um jeito. A gente tinha dito que já ia direto, mas disseram que tinha que voltar para a Câmara, depois de dez anos em que ele está neste Congresso.

Vamos chamar a atenção de nós, Parlamentares, aqui: política boa é aquela que defende o bem comum, e o bem comum está onde estão os seres humanos, os seres vivos como um todo. Então, essa é a grande política que nos cabe.

Esse racismo estrutural, como foi visto ontem na Comissão de Direitos Humanos – eu me emocionei com aquilo ali –, é real, é muito real. Se há 20 milhões de brasileiros com fome, não tenha dúvida de que a grande maioria que está com fome é de negros.

Obrigada, Sr. Presidente.

Já parabenizando o Paulo Paim, quero dizer que sou a favor. Isso é o mínimo que a gente pode aprovar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Senadora.

A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Como é matéria não terminativa, pode ser voto simbólico.

Em votação.

Aqueles Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordam com a aprovação queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à CDH.

Preciso de uma informação.

Senadora Leila, peço que nos informe quando estiver em condição de fazer o seu relatório do item 1, porque nós já estamos chegando ao final, uma vez que matérias outras não vão ser postas em discussão e em votação.

Apenas há aqui um requerimento. Antes, se for o caso, se a Senadora Leila tiver condições de relatar o item 1...

Portanto, é importante a sua informação, Senadora Leila. (*Pausa.*)

Vamos ao requerimento constante do item 7.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 32, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 11/2022 - CAS, com o objetivo de instruir o PL 5.983/2019, que "regulamenta o exercício profissional de acupuntura" sejam incluídos os seguintes convidados: Doutora Luciana Ribeiro Aguiar, Médica; Doutor Alessandro Márcio Teixeira Cavalcante, Médico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE).

Eu também o subscrevo e passo à leitura: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do REQ 11/2022 - CAS, com o objetivo de instruir o PL 5.983/2019, que "regulamenta o exercício profissional de acupuntura", sejam incluídos os seguintes convidados: [...]".

Já foi aprovado um requerimento com outros convidados, e o Senador Eduardo Girão está propondo mais dois convidados: a Dra. Luciana Ribeiro Aguiar, médica, e o Dr. Alessandro Marcio Teixeira Cavalcante, médico também.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*)

A Senadora Leila não vai conseguir fazer o seu relatório. Nós estamos autorizados a encerrar a presente reunião.

Antes, porém, proponho a dispensa e a leitura da ata e aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Senadores e Senadoras que aprovam queiram permanecer como se acham. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Convoco para o dia 10 de maio, terça-feira, às 11h, reunião extraordinária e semipresencial desta Comissão destinada à deliberação das proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado pela presença de todos e de todas.

(*Iniciada às 11 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 11 horas e 50 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e trinta e cinco minutos do dia dez de maio de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Luis Carlos Heinze, Eliane Nogueira, Renan Calheiros, Izalci Lucas, Flávio Arns, Eduardo Girão, Mara Gabrilli, Lasier Martins, Rodrigo Cunha, Lucas Barreto, Fabio Garcia, Paulo Paim e Leila Barros. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Gomes, Marcelo Castro, Nilda Gondim, Giordano, Alexandre Silveira, Marcio Bittar, Carlos Portinho, Zenaide Maia e Alessandro Vieira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei da Câmara n° 98, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a avaliação psicológica de gestantes e puérperas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 3-CAS (substitutivo). **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2183, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a comercialização da produção e da importação de refrigerantes e bebidas açucarados (Cide-Refrigerantes), e dá outras providências" **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1-T. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1219, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para tornar obrigatória a realização de avaliação de saúde nas crianças que ingressarem na educação infantil." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de três emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1-CAS, 2-CAS e 3-CAS. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 213, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para assegurar a participação de especialista indicado pela Associação Médica Brasileira na Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 5094, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre o Programa Nacional de Imunizações, para minimizar situações de perdas de oportunidade de vacinação." **Autoria:** Senador Romário (PODEMOS/RJ). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório, e adiada a discussão e votação. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 26, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, que dispõe sobre o exercício da Medicina, para dispor sobre o dever de informação antecedente à realização de procedimentos invasivos." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(MDB/PE). **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 33, de 2022** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 11/2022, destinada a debater o PL 5983/2019, que "regulamenta o exercício profissional de acupuntura", a inclusão dos seguintes convidados para debater a matéria: Senhor Élido Bonomo, Presidente do Conselho Federal de Nutricionistas; Senhor Manoel Carlos Neri da Silva, Presidente do Conselho Federal de Enfermagem; Doutor Maury M. Tanji, Conselho Federal de Biomedicina." **Autoria:** Senador Paulo Rocha (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sérgio Petecão
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/05/10

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados a esta Comissão.

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento dos seguintes expedientes:

- cópia do Ofício 70, de 2022, da Agência de Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde, a qual encaminha relatório integrado de gestão da entidade;

- cópia do Ofício nº 738, de 2021, no qual a Câmara Municipal de Araras encaminha moção de apelo ao Congresso Nacional para que interceda junto ao Governo Federal sobre o reajuste da tabela de remuneração dos procedimentos médico-hospitalares do Sistema Único de Saúde (SUS).

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão, e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestações dos Srs. Senadores, a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados ao final do prazo.

A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital, tanto nas deliberações nominais como nas matérias terminativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que não conseguirem registrar o seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente, e a Secretaria providenciará que o voto seja computado no painel da votação. (*Pausa.*)

Vamos ao item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 98, DE 2018

- Não terminativo -

Dispõe sobre a avaliação psicológica de gestantes e puérperas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1- A matéria recebeu Parecer favorável, nos termos de emenda substitutiva de Relator, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em 23/11/2021.

2- Em 05/04/2022, a Senadora Mara Gabrilli apresentou a Emenda nº 2.

3- A matéria consta da pauta desde a reunião de 05/04/2022.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Concedo a palavra à nossa nobre Senadora Leila Barros, para a leitura do seu relatório.

Leila? (*Pausa.*)

Leila, por favor, abra seu microfone. Por favor.

Oi? Oi? Oi?

Assessoria da Mesa, veja o que está havendo no microfone da Leila. Veja aí, Leila. O pessoal está dizendo que é o seu microfone. Veja aí, querida.

Oi, Leila? (*Pausa.*)

Não a estou ouvindo. Espera aí que o nosso pessoal está ligando aqui para a sua assessoria, para ver o que está havendo. Você está bem na tela, só não tem áudio. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O seu áudio está liberado, mas o seu microfone não está funcionando.

Oi? Agora vai! (*Pausa.*)

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - DF. *Por videoconferência.*) – Oi?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – *Show* de bola, Leila!

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - DF. Como Relatora. *Por videoconferência.*) – Aê! (*Risos.*)

Desculpa, Sr. Presidente. Tive que sair e logar novamente.

Cumprimento o senhor nesta manhã e peço desculpas aos colegas aí presentes na Comissão.

Vou à leitura do relatório.

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 98, de 2018, de autoria do Deputado Célio Silveira, que "dispõe sobre a avaliação psicológica de gestantes e puérperas".

O projeto estabelece que toda gestante deverá ser submetida a avaliação psicológica durante a realização do pré-natal, para identificação de propensão ao desenvolvimento de depressão pós-parto.

As gestantes identificadas como propensas ao desenvolvimento da depressão pós-parto serão imediatamente encaminhadas para aconselhamento e psicoterapia.

O texto define que toda puérpera deverá ser submetida a avaliação psicológica, entre 48 horas e 15 dias após o parto.

As puérperas que apresentarem indícios de depressão pós-parto deverão ser imediatamente encaminhadas para acompanhamento adequado, de acordo com as normas regulamentadoras.

A lei gerada entrará em vigor após decorridos 180 dias de sua publicação.

O autor argumenta que a depressão pós-parto acomete parcela significativa das puérperas, com implicações importantes na vida psicossocial da mulher e em suas interações com o filho gerado e outros familiares. Por essa razão, o proponente considera essencial a realização de avaliações psicológicas durante a gestação e após o parto, assegurando à paciente a atenção à saúde adequada quando identificada a propensão ou ocorrência da depressão pós-parto.

A matéria, Sr. Presidente, foi distribuída para apreciação da CDH e da CAS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A CDH aprovou o projeto nos termos de emenda substitutiva que mantém o espírito de seu texto original – no sentido de acolher e prover tempestivamente atenção à saúde mental de gestantes e puérperas –, mas que substitui a avaliação psicológica pelo rastreamento de sintomas depressivos, conduzido pelos profissionais encarregados pelo pré-natal e cuidados pós-parto.

A Senadora Mara Gabrilli apresentou a Emenda nº 2 – CAS propondo que as gestantes em cujo nascituro se tenha identificado alguma anomalia e as puérperas cujo recém-nascido apresente deficiência, doença rara ou crônica também sejam encaminhadas para avaliação por profissional psicólogo ou psiquiatra.

Análise.

O PLC nº 98, de 2018, busca oferecer uma sistemática para o combate a um problema de saúde que atinge uma quantidade significativa de puérperas: a depressão pós-parto (DPP). De fato, estimativas calculadas por diversos estudos revelam que entre 10% e 20% das mulheres enfrentam essa doença após o nascimento do bebê, com repercussões que podem ultrapassar o puerpério e impactar a vida da mãe e da criança de maneira mais duradoura.

A DPP é um transtorno do humor que se inicia na gestação ou nas primeiras seis semanas após o parto, podendo persistir por um ano. Caracteriza-se pela ocorrência de sintomas como irritabilidade, choro frequente, sensação de desamparo e desesperança, falta de energia e motivação, desinteresse sexual, transtornos alimentares e do sono, bem como queixas psicossomáticas. Em linhas gerais, a sintomatologia depressiva não difere daquela presente nos episódios não relacionados com o parto e incluem instabilidade de humor e preocupações com o bem-estar do bebê.

As evidências científicas apontam que a presença da depressão pós-parto não está associada somente a causas orgânicas, como, por exemplo, as variações dos níveis hormonais e a herança genética. Nessa direção, alguns estudos têm indicado que uma combinação de fatores biológicos, obstétricos e psicossociais podem redundar em maior risco para a ocorrência da doença.

Os fatores psicossociais de risco incluem baixo suporte social e financeiro, histórico de doença psiquiátrica ou de abuso sexual, tristeza pós-parto, depressão pré-natal, baixa autoestima, ansiedade pré-natal, gravidez não planejada ou não desejada, tentativa de interromper a gravidez, baixo nível socioeconômico, gravidez na adolescência.

Após o diagnóstico da DPP, o tratamento – que geralmente se dá com abordagem multidisciplinar – deve ser conduzido o mais rápido possível, para prestar apoio à mãe e para que os efeitos dos sintomas sejam atenuados e, consequentemente, permitam melhor interação com o bebê. A prevenção da doença é feita por meio de intervenção do psicólogo, que aconselha e acompanha a paciente com risco aumentado para o seu desenvolvimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É preciso, portanto, realizar o acompanhamento pré e pós-natal também da saúde mental da gestante e da puérpera, com a identificação apropriada de fatores de risco e de sintomas depressivos manifestados pela paciente, pois assim será possível indicar a intervenção dos profissionais aptos a tratar e a prevenir o acometimento de DPP.

Nesse contexto, é relevante pontuar que a U.S. Preventive Services Task Force, painel estadunidense de especialistas em prevenção de doenças e medicina baseada em evidências, publicou em agosto de 2021 uma diretriz com novas recomendações para a prevenção da depressão pós-parto.

A entidade orienta que, em casos em que for identificado o risco de desenvolvimento da DPP, os médicos devem encaminhar seus pacientes ao aconselhamento psicológico, já que estudos mostraram que a terapia comportamental cognitiva e a terapia interpessoal são eficazes para prevenir essa afecção.

A legislação brasileira reconhece a importância da atenção à saúde mental no período gestacional e puerperal, visto que o Estatuto da Criança e do Adolescente já atribui ao poder público a incumbência de "proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal". O projeto em comento, por sua vez, pretende ampliar o alcance dessa atividade, visto que suas disposições se aplicam também aos serviços privados, com ênfase na depressão pós-parto.

Portanto, julgamos que o PLC é meritório e compatível com a literatura técnica a respeito do tema.

Ainda assim, consideramos oportunos os aperfeiçoamentos propostos pela CDH, na medida em que o texto oferecido por esse colegiado foi construído a partir de importantes contribuições de especialistas em saúde mental e na assistência às gestantes e às puérperas, baseando-se na realização de rastreamento de sintomas depressivos em todas as mulheres assistidas no pré e pós-natal.

Como a depressão pós-parto e outras afecções mentais são estigmatizadas em nossa sociedade, a abordagem pelo rastreamento pode ser mais efetiva que o encaminhamento de todas as gestantes para avaliação com psiquiatra ou psicólogo.

Assim, a partir do rastreamento, será possível conduzir um acompanhamento mais próximo e especializado das pacientes, com a possibilidade de se obter diagnóstico mais qualificado. Uma vez constatado o quadro depressivo da gestante, viabiliza-se a realização de intervenções, sendo um dos objetivos principais o de apoiá-la nesse momento importante e prevenir a DPP. Da mesma forma, o diagnóstico da depressão da mãe após o nascimento do filho representa a possibilidade da realização de intervenções multidisciplinares tão logo os sintomas sejam detectados.

Em relação à emenda apresentada pela Senadora Mara Gabrilli, entendemos que a proposição aprimora o projeto ao considerar a possibilidade de oferecer apoio psicológico às mulheres cujos filhos apresentem anomalias diagnosticadas no pré-natal ou nos primeiros meses de vida. Optamos por acatá-la.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por tudo isso, opinamos pela aprovação do projeto, com o texto aprovado na CDH, incorporando a Emenda nº 2, da Senadora Mara Gabrilli, aqui da nossa Comissão de Assuntos Sociais.

O voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 98, de 2018, na forma da emenda substitutiva anexada ao texto, Sr. Presidente.

Agradeço a paciência do senhor e de todos os demais colegas com relação ao áudio aí, no início da nossa sessão.

E o voto é favorável ao PLC 98.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Agradeço à Senadora Leila pela leitura do relatório.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto nos termos da Emenda nº 3, da CAS (Substitutivo).

A matéria vai ao Plenário.

Já quero... Gostaria de registrar aqui a presença dos nossos queridos Senadores: Lucas Barreto, lá do Amapá; e do nosso querido amigo Plínio, do nosso vizinho Estado do Amazonas.

Aqui *online* temos a Senadora Leila, que acabou de relatar; temos o Senador Paim, sempre presente; e o nosso querido Senador Flávio Arns. Obrigado aí pela presença.

E o nosso amigo Izalci acaba de chegar aqui na Comissão. Obrigado pela presença, Senador Izalci.

Vamos ao item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 1219, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para tornar obrigatória a realização de avaliação de saúde nas crianças que ingressarem na educação infantil.

Autoria: Senador Plínio Valério (PSDB/AM)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de três emendas que apresenta.

Observações:

1- A matéria recebeu pareceres favoráveis da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em 12/02/2020, e da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em 25/11/2021.

2- Será realizada uma única votação para o projeto e para as emendas, nos termos do Relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

3- A matéria consta da Pauta desde a Reunião de 29/03/2022.

O Senador Plínio Valério está há várias semanas fazendo todo esforço para que a gente possa votar esse projeto e fez questão de estar presente. É interessante a participação de todos os colegas para que possa haver quórum e possamos votar esse projeto.

A matéria consta da pauta desde a reunião de 05/04/2022.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Agradeço, Sr. Presidente. Quero cumprimentá-lo, em primeiro lugar, assim como os demais Senadores e Senadoras.

Também quero dizer da importância do relatório que acabou de ser lido pela Senadora Leila. Na área da saúde mental, eu diria, é algo que deve ser realizado; é um drama para tantas mães.

Estou solidário também com o documento lido por V. Exa. e recebido dos Prefeitos em relação à necessidade da atualização da tabela do SUS. Isso, para as prefeituras, para os estados e para as entidades, é essencial.

Cumprimento o Senador Plínio Valério pela apresentação do projeto. Muito interessante e importante essa articulação entre a educação e a saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a fazer a leitura da análise do projeto, se V. Exa. permitir.

Um bom de estado de saúde é fundamental para que o processo educacional seja exitoso, razão pela qual é preciso procurar meios para que isso seja garantido a todas as crianças. Esse é objetivo do PL nº 1.219, de 2019, importante, como eu disse, do Senador Plínio Valério, que pretende utilizar o contato diário dos alunos com as escolas para aproximá-los das estruturas de saúde.

Essa estratégia, aliás, é utilizada formalmente pela administração pública pelo menos desde 2007, ano em que o Programa Saúde na Escola (PSE) foi instituído como política intersetorial de integração das áreas de educação e saúde, que tem como um de seus objetivos fortalecer o enfrentamento das vulnerabilidades dos alunos, no campo da saúde, que possam comprometer o pleno desenvolvimento escolar.

Desde sua criação pelo Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, o PSE tem contribuído para a melhoria da atenção à saúde dos estudantes, oferecendo-lhes ações que envolvem avaliação clínica, nutricional, oftalmológica, auditiva, psicossocial, de saúde e higiene bucal, atualização e controle do calendário vacinal, prevenção do consumo do uso de álcool e outras drogas, entre outros aspectos (art. 4º do Decreto).

Contudo, a operação do Programa Saúde na Escola em determinada localidade depende da adesão dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, formalizada por meio de termo de compromisso. Tal adesão fica, portanto, na esfera da discricionariedade dos entes subnacionais, fator que atrasa a universalização do programa, de tal modo que as regiões menos desenvolvidas ainda não oferecem as citadas ações de saúde aos seus estudantes da educação fundamental.

Nesse sentido, consideramos que as disposições do PL nº 1.219, de 2019, servirão como instrumento de universalização do acesso à saúde dos alunos, possivelmente por intermédio da estrutura disponibilizada pelo PSE.

Em outra frente, também julgamos relevante a proposta do Senador Plínio Valério de levar pais e responsáveis às escolas para assistirem a palestras de conscientização a respeito de temas relacionados ao desenvolvimento saudável e educacional das crianças e a reuniões sobre o desempenho escolar, visto que a participação da família é muito importante para o sucesso do ensino, principalmente quando as pessoas são informadas adequadamente para contribuírem com esse processo.

Portanto, consideramos que o PL nº 1.219, de 2019, é meritório. No entanto, propomos o aperfeiçoamento do projeto, por intermédio de emenda, para especificar que o direito de assistência à saúde se inicia desde o ingresso na educação básica obrigatória e gratuita, a qual começa com a etapa da pré-escola, a partir dos quatro anos, em lugar de começar somente desde o ensino fundamental, tal como propunha o texto original, pois, nesse último caso, a criança só teria o direito garantido mui tardiamente, a partir dos seis anos de idade. Assim, com a emenda ora proposta, o estudante terá o direito de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanhamento à sua saúde assegurado desde a pré-escola, aos quatro anos, haja vista que é nesta idade que se inicia a educação básica obrigatória e gratuita e o respectivo dever constitucional de matricular a criança na escola, nos termos do art. 208, inciso I, da Constituição Federal, combinado com o art. 4º, inciso I, da LDB.

Outro aperfeiçoamento proposto é a supressão do rol de avaliações e exames a serem conduzidos nos educandos, bem como os temas das palestras a serem assistidas pelos pais e responsáveis, porquanto esse tipo de detalhamento deve ser especificado, no nosso juízo, em regulamento, nível normativo mais adequado para a pormenorização pretendida.

Também modificamos o dispositivo que previa a obrigatoriedade de a escola efetuar a guarda do prontuário dos estudantes, visto que tal obrigação pertence aos profissionais de saúde que realizarão as avaliações e procedimentos em saúde exigidos pela norma ora proposta, mediante registro dos dados médicos coletados no sistema de informação vigente no SUS.

Por fim, propomos acrescentar ao projeto disposições que assegurem aos pais e responsáveis o direito à obtenção, perante o estabelecimento de ensino, de documentos comprobatórios de sua participação em reuniões e palestras, a fim de viabilizar a sua justificativa perante o empregador, em caso de eventual necessidade de justificativa de ausência laboral.

Com essas modificações, quero novamente parabenizar o Senador Plínio Valério pela iniciativa. O mais importante é essa articulação da educação com a saúde, desde a entrada na escola no ensino obrigatório e gratuito, aos quatro anos.

Nós somos favoráveis ao projeto, pois compreendemos que suas disposições criam um esforço importante de universalização da assistência à saúde das crianças, a ser absorvido pela desejável parceria entre estabelecimentos de ensino e o SUS.

Em vista do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.219, de 2019, com as seguintes emendas:

EMENDA nº - CAS

Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Lei nº 1.219, de 2019:

"Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para tornar obrigatória a realização de avaliação de saúde nas crianças que ingressarem na educação básica obrigatória e gratuita."

EMENDA nº - CAS

Dê-se a seguinte redação ao art. 14-A adicionado pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 1.219, de 2019, à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Art. 14-A. O programa suplementar de assistência à saúde previsto no art. 54, VII, desta Lei incluirá, como direito inerente à criança em razão de seu ingresso na educação básica obrigatória e dever do Poder Público, a realização periódica de avaliação de saúde abrangente, que possa diagnosticar afecções e condições que têm potencial de prejudicar o desempenho escolar.

§ 1° Os profissionais do Sistema Único Saúde que realizarão as avaliações e procedimentos em saúde ficarão obrigados a registrar as informações coletadas no sistema de informação vigente, que deverá incluir os resultados da avaliação prevista no caput.

§ 2°

.....

§ 3° Complementará o requisito previsto no caput a obrigação de os pais ou responsáveis assistirem a palestras de conscientização sobre temas relacionados ao bom desenvolvimento educacional e de saúde das crianças. (NR)"

EMENDA n° - CAS

Dê-se ao art. 6° da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a redação dada pelo art. 2° do Projeto de Lei n° 1.219, de 2019, a seguinte redação:

"Art. 6° É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos quatro anos de idade e participar, nas escolas, de palestras e atividades de conscientização sobre o bom desenvolvimento educacional e de saúde, bem como de reuniões acerca do desempenho escolar das crianças sob sua guarda.

§ 1° O estabelecimento de ensino disponibilizará comprovante de participação das palestras, das atividades ou das reuniões de que trata o *caput*.

§ 2° O disposto no §1° deste artigo se aplica também a palestras, atividades e reuniões realizadas remotamente, com o uso de plataforma tecnológica adequada a esse fim."

Então, quero novamente parabenizar o Senador Plínio Valério, dizer da importância desse projeto, da necessidade de que essas duas áreas se articulem bem, educação e saúde, e isso vai beneficiar e muito as crianças a partir da sua entrada na educação básica, na pré-escola, com quatro anos de idade.

É o voto, Sr, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Coloco a matéria em discussão.

Com a palavra o Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para discutir.) – Presidente, primeiro eu quero parabenizar essa iniciativa tão importante, principalmente neste momento,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agora, pós-pandemia, em que acho que poucas pessoas conhecem o mundo real. A gente está aqui, as pessoas, às vezes, não sabem o que está acontecendo lá na ponta, na sala de aula.

Então, parabenizo o nosso querido Plínio Valério pela proposta. Acho que deveria até estender isso para todos os alunos, porque a pandemia trouxe realmente um transtorno muito grande com relação ao psicológico, à questão de socialização.

Senador Plínio, para V. Exa. ter ideia, eu tive algumas reuniões e visitas, mas a pandemia... Aqui, em Brasília, que é a Capital; não estou falando do Amazonas, não, porque lá a situação deve ser ainda pior, e em algumas cidades do interior deste país. Aqui, no Distrito Federal, praticamente não houve... Aliás, praticamente, não; não houve aula, nem presencial, e virtual muito mal, porque grande parte também não tinha acesso à tecnologia, ao computador, à internet. Então, o nosso Plano Nacional de Educação permite alfabetização até os oito anos. E você pega uma criança hoje, com dois anos sem aula... Vamos pegar um menino do segundo ano; ele está fazendo agora o quinto, porque houve os dois anos de pandemia, terceiro e quarto, e agora ele entrou no quinto. Nós temos aqui escola, inclusive na Asa Norte, que não tem professor de matemática ainda – nós estamos em maio. Em Brasília, professor de matemática! E o menino, no quinto ano, está analfabeto, ele não foi alfabetizado ainda.

Então, aí os professores também estão numa situação difícil, porque imagine trabalhar conteúdo se o cara não trabalhou a questão da saúde mental, vamos dizer assim. Os professores estão, a maioria, doentes, com problemas sérios, psicológicos.

Então, tem que haver um programa – principalmente depois dessa pandemia; o Governo tem que estar atento a isso – para cuidar primeiro dos professores, porque como os professores vão cuidar dos alunos se eles mesmos estão com dificuldades, estão com pânico, estão com questões mentais. Ninguém respeita mais ninguém aqui.

Aqui, ontem mesmo – até deu a notícia o Jornal Nacional –, em uma escola, entre o aluno e um policial militar que é das escolas militares houve uma discussão. Imagine o que está acontecendo com os professores.

Então, essa questão da saúde... E aqui está abrangente evidentemente, mas, hoje, a questão da saúde mental é fundamental, sem contar esses alunos, Plínio, que entram na escola e que não enxergam direito, não têm exame nem oftalmológico – uma coisa simples. Às vezes, o aluno não aprende porque não enxerga, não consegue... Tem problema de audição, de visão. Então, essa questão preventiva é fundamental. E, óbvio, para você conduzir esse processo, tem que diagnosticar. Você tem que fazer um diagnóstico para ver como é que o menino está entrando e tomar as providências.

Então, parabenizo essa iniciativa, que tem aqui o meu apoio integral. E espero que seja apenas um primeiro passo para estender isso para os demais alunos e também para que a gente possa ter o preventivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na parte não só oftalmológica e auditiva, mas também saúde mental; a gente precisa fazer a parte odontológica preventiva. Fica muito mais barato também e saudável.

Então, Senador Plínio, parabéns pela proposta.

Cumprimento também o nosso Relator Flávio Arns, que é um grande educador e que é um grande defensor da educação e da área social também.

Então, fiz questão de vir aqui presencialmente para apoiar e conduzir a votação no sentido de aprovação.

Obrigado, Presidente.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Senador Plínio, já lhe passo a palavra.

Eu queria só fazer um apelo aí aos nossos colegas que estão *online* e os que estão no Senado: que possam entrar aí... Eu vou abrir a votação para que nós possamos dar uma certa celeridade.

Agora, vamos ter aqui uma fala do Senador Plínio – e a fala continua facultada –, mas já vamos abrir aqui o processo de votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Senador Plínio, por favor.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM. Para discutir.) – Quero agradecer, Presidente, ao senhor por ter colocado em pauta e insistido até que houvesse quórum e, particularmente, ao Senador Flávio Arns que aperfeiçoou o projeto. Flávio, com todas as suas emendas, o seu relatório está perfeito em relação àquilo que a gente queria e planejava. E o que passou batido você acrescentou, você supriu. Obrigado, Flávio, pelo seu relatório.

A gente fala muito dos problemas educacionais e de saúde no caso desse projeto, mas tem por trás também o problema social. A criança que não enxerga direito, a criança que não vê direito, a criança que está cheia de verme sofre *bullying* na escola e acaba saindo. A evasão escolar é muito grande por falta de detectar esse tipo de doença com antecedência. E vai para casa, fica em casa – às vezes, um, dois, três filhos –, sem fazer absolutamente nada. Começa a ver televisão, depois vai para a rua e daí vai para outros caminhos.

Então, esse projeto abrange esses três setores. É muito importante. Eu cheguei aqui a Brasília sonhando, um dia, em poder tornar lei esse projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero agradecer a todos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidente Sérgio Petecão, prazer enorme. Sei que você não pôde participar de duas audiências, fez falta, mas nós tentamos contribuir aí, nós outros que estamos na planície, e V. Exa. na Presidência.

Presidente, eu só quero dar um complemento e cumprimentar o Senador Plínio Valério, que é o autor, e o Senador Flávio Arns, dois grandes Senadores.

A própria assessoria do meu partido fez questão de destacar quatro pontos, elogiando o trabalho do autor e do Relator: o projeto vai tornar obrigatória a realização de avaliação de saúde nas crianças que ingressarem na educação infantil; disciplinar o programa suplementar de ciências da saúde destinado à criança que ingressa no ensino fundamental; estabelecer o dever dos pais de participar nas escolas de palestras, no exercício da paternidade, e de reuniões acerca do desempenho escolar; e a questão social, muito bem destacada pelo nobre Senador Plínio Valério e também pelo Senador Flávio Arns.

Ambos estão de parabéns! Quem ganha com um projeto como este, com certeza, é a nossa gente, é o nosso povo, é o povo brasileiro. Parabéns a ambos!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Quem mais? (*Pausa.*)

Encerrada a discussão. (*Pausa.*)

Mas não demos o quórum ainda não? (*Pausa.*)

Faltam quatro. Estamos aguardando aí... Solicito aos colegas que possam participar do processo de votação. Nós temos oito Parlamentares que já votaram, faltam três ainda... quatro... três. Então vamos aguardar um pouquinho aqui enquanto conseguimos o quorum aí, tá? (*Pausa.*)

Senadora Zenaide. (*Pausa.*)

Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Petecão, eu estou cumprindo aqui, agora, uma missão do meu Líder, Senador Paulo Rocha, que me pediu para subscrever e defender um requerimento. Eu acho que é só apresentá-lo, Presidente, se V. Exa. permitir, enquanto esperamos os que vão vir votar – com certeza virão, porque ninguém deixará de votar um projeto tão importante como este para nossas crianças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria só... O requerimento é bem curto.

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2°, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na Audiência Pública objeto do RQS 11/2022, destinada a debater o PL 5.983, que "regulamenta o exercício profissional de acupuntura", a inclusão, segundo o Líder Paulo Rocha, se assim o Plenário entender, de: Sr. Élido Bonomo, Presidente do Conselho Federal de Nutricionistas; Sr. Manoel Carlos Neri da Silva, Presidente do Conselho Federal de Enfermagem; e o Dr. Maury Tanji, Conselho Federal de Biomedicina.

Esse é o requerimento, Sr. Presidente. Eu sei que, na hora adequada, V. Exa. botará à apreciação do Plenário.

É um adendo ao requerimento já aprovado, encaminhado pelo Líder Paulo Rocha, que está numa reunião do Colégio de Líderes e pediu que eu levantasse essa questão junto a V. Exa., nosso querido Presidente, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – O.k. Senador Paim, logo que terminarmos aqui esta votação que já está em andamento – já temos aí, salvo engano, oito ou nove votos –, nós já botamos aí o seu requerimento em votação, tá?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Presidente Sérgio Petecão. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Conseguimos aí o quórum necessário.

Vou encerrar a votação.

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Foram 09 votos SIM e 01 voto NÃO.

Quero já aproveitar para parabenizar aqui o Senador Plínio Valério pela apresentação do belo projeto aprovado pela maioria absoluta, e agora vamos...

Aprovado o projeto com as Emendas 1, 2 e 3, da CAS.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 7

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 33, DE 2022

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 11/2022, destinada a debater o PL 5983/2019, que "regulamenta o exercício profissional de acupuntura", a inclusão dos seguintes convidados para debater a matéria: Senhor Élido Bonomo, Presidente do Conselho Federal de Nutricionistas; Senhor Manoel Carlos Neri da Silva, Presidente do Conselho Federal de Enfermagem; Doutor Maury M. Tanji, Conselho Federal de Biomedicina.

Autoria: Senador Paulo Rocha (PT/PA)

Passo a palavra...

Quem iria ler seria o Senador Paulo Rocha, mas o Senador Paulo Paim já subscreveu o requerimento e, inclusive, já o leu.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Paulo Paim, nós temos aqui o item 5. O senhor gostaria de lê-lo ou deixá-lo para a semana que vem? Nós estamos preocupados, porque o quórum está reduzido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Presidente, se V. Exa. entender, eu fiz um resumo, porque o projeto do Romário é um projeto que não é polêmico. V. Exa. me dá dois minutos, eu leio o resumo do projeto e dou o parecer, que fica lido.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC) – Item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 5094, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre o Programa Nacional de Imunizações, para minimizar situações de perdas de oportunidade de vacinação.

Autoria: Senador Romário (PODEMOS/RJ)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1- Se aprovado o Substitutivo, será dispensado o turno suplementar, nos termos do art. 14 do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021.

2- A matéria recebeu parecer favorável na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em 04/12/2019.

A votação é nominal.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Presidente, é um projeto muito, muito simples. Então, aqui eu vou fazer um resumo.

O objetivo do projeto é realizar a atualização vacinal quando as pessoas forem atendidas em estabelecimento de saúde, inclusive durante a internação hospitalar. O projeto ressalva que a atualização vacinal não será realizada se houver contraindicação do médico. Nos casos de a unidade de saúde não possuir o serviço de vacinação, ela será realizada por serviço externo de vacinação, na forma do regulamento.

Considero meritória a proposta, entendo que essa oportunidade de contato com o paciente não imunizado precisa ser aproveitada e os estabelecimentos de saúde devem se articular para promover a vacinação.

Todos sabem que eu sou um apaixonado pela vacinação, tanto que brigo tanto pelo projeto de quebra de patente para que todos tenham direito à vacina.

Desde 2015, a cobertura vacinal vem caindo. Nove, entre quinze vacinas que deveriam ser administradas até o quarto ano de vida, estão abaixo da meta. É preciso orientar a população e formular campanhas sobre a importância da vacinação, com o objetivo de empreender esforços na conscientização da população sobre a importância da vacina e de suprir dificuldades operacionais.

O Senador Romário vai nessa linha de valorização do programa nacional de vacinação, determinando que, nos casos de o estabelecimento de saúde não possuir o serviço de vacinação, será realizado pelo serviço público de saúde, conforme regulamento. Todos os estabelecimentos públicos e privados de saúde deverão orientar sobre o calendário do plano nacional de vacinação e encaminhar ao serviço público para atualização da caderneta de vacinação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero mais uma vez cumprimentar o autor, o Senador Romário.

O projeto é preciso. Eu fiz apenas uma adaptação, mas sem mexer no mérito.

Com essas medidas, esperamos que a cobertura da vacinação no Brasil volte ao patamar desejado. As vacinas previnem a ocorrência de doenças que sobrecarregam o próprio sistema de saúde.

E termino dizendo que, mediante o exposto, somos pela aprovação do projeto.

A ampliação da cobertura vacinal da população infantil e a atualização do Cartão Nacional de Vacinação constituem medida muito importante para a proteção individual que garante a proteção coletiva.

Esse é o relatório, Presidente, que fiz de forma resumida. O relatório com as explicações todas exigiria aqui um tempo muito maior para a exposição, mas, atendendo um pedido de V. Exa., fiz um resumo.

Somos pela aprovação, na forma do substitutivo apresentado, em que fiz somente adaptações.

É isso, Presidente. Está lido o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC. Fala da Presidência.) – Comunico aos Senadores que o relatório é dado como lido. Ficam adiadas a discussão e a votação.

Vamos encerrar a sessão.

Convoco para o dia 17 de maio, terça-feira, às 11h, reunião extraordinária semipresencial desta Comissão, destinada à deliberação de proposições.

Lembro que amanhã, às 10h30min, teremos reunião semipresencial desta Comissão, em forma de audiência pública, destinada a debater sobre doença crônica renal e a conscientização, em âmbito nacional, sobre o fomento e diálise peritonial; e dia 12, quinta-feira, às 10h30min, teremos reunião semipresencial desta Comissão, em forma de audiência pública, destinada a instruir o Projeto de Lei nº 5.983, de 2019, que "regulamenta o exercício profissional da acupuntura".

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão e agradeço a participação de todos os Srs. Senadores.

Obrigado.

(*Iniciada às 11 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e trinta e três minutos do dia onze de maio de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Romário, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Eliane Nogueira, Izalci Lucas, Flávio Arns, Mecias de Jesus, Zenaide Maia, Paulo Rocha e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Eduardo Gomes, Marcelo Castro, Nilda Gondim, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Mara Gabrilli, Giordano, Sérgio Petecão, Lucas Barreto, Alexandre Silveira, Fabio Garcia, Marcio Bittar, Carlos Portinho, Paulo Paim, Alessandro Vieira e Leila Barros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 29/2022 - CAS, de autoria Senador Romário (PL/RJ). **Finalidade:** Debater sobre doença crônica renal e a conscientização, em âmbito nacional, sobre o fomento e diálise peritoneal. **Participantes:** Hugo Abensur, Coordenador do Programa de Diálise Peritoneal do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; Renato Zaca, Deputado Estadual do Rio de Janeiro; Patrícia Peres de Souza, Coordenadora-Geral de Atenção Especializada, Substituta do Ministério da Saúde; Marcia Barros Giannetti, Consultora Técnica da Coordenação Geral de Atenção Especializada do Ministério da Saúde; Marcia Maria Muniz de Queiroz Studart, Representante da Associação Brasileira dos Centros de Diálise e Transplante - ABCDT; e Daniel Calazans, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Nefrologia - SBN. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/05/11

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 29, de 2022, da CAS, de minha autoria, para a realização de audiência pública destinada a debater sobre doença crônica renal e a conscientização, em âmbito nacional, sobre o fomento e a diálise peritonial.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com os cidadãos pela Ouvidoria, através do telefone 0800-0612211, e pelo e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Tenho aqui a lista de convidados.

Quero, primeiramente, agradecer a presença de todos vocês, em especial a do meu amigo Deputado Renato Zaca. Cadê V. Exa.? Obrigado pela presença, amigo.

Convidamos para participar da mesa: a Sra. Marcia Maria Muniz de Queiroz Studart, representante da Associação Brasileira dos Centros de Diálise e Transplante – obrigado pela presença –; o Sr. Daniel Calazans, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Nefrologia – obrigado, Sr. Daniel –; a Sra. Maria de Lourdes da Silva Alves, Presidente da Federação Nacional da Associação de Pacientes Renais e Transplantados do Brasil (Fenapar), que não se encontra; o Deputado Estadual Renato Zaca; a Sra. Patrícia Peres de Souza, Coordenadora-Geral de Atenção Especializada, substituta, do Ministério da Saúde, *online;* a Sra. Marcia Barros Giannetti, Consultora Técnica da Coordenação-Geral de Atenção Especializada do Ministério da Saúde, também *online*, confirmada – obrigado pela presença, Sra. Marcia Barros –; o Sr. Hugo Abensur, Coordenador do Programa de Diálise Peritonial do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – muito obrigado, Doutor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos dar início à nossa audiência pública

Começaremos com o Sr. Hugo Abensur, já que tem um compromisso logo após esta audiência.

Sr. Hugo, o senhor tem dez minutos.

O SR. HUGO ABENSUR (Para expor.) – Inicialmente, eu queria agradecer a oportunidade e parabenizar o Senador pelo empenho nesta sessão, que é muito importante para nós e, em primeira instância, para os nossos pacientes portadores de doença renal crônica.

A doença renal crônica se caracteriza por uma alteração da função renal ou da estrutura do rim. Então, nós podemos falar que o indivíduo tem doença renal crônica mesmo que a função renal esteja normal, se ele tiver um marcador de lesão estrutural, como perder, por exemplo, proteína na urina. Isso já mostra que tem algum problema no rim, mesmo que ele esteja com uma filtração boa. E, para detectar a doença renal crônica, são dois exames simples.

Um seria a creatinina no sangue, que a gente joga... A creatinina é uma substância que é produzida no músculo que o rim tem que limpar do sangue. Se a creatinina sobe, isso significa que o rim não está funcionando bem. E a gente joga o valor da creatinina numa equação e a transforma em ritmo de filtração glomerular. Normalmente, a gente filtra acima de 90ml por minuto. E, à medida que o indivíduo vai perdendo função renal, vai caindo o ritmo de filtração glomerular; vai caindo de 90 para 60 a 89... São os diversos estágios. Quando o paciente chega com 10ml por minuto de ritmo de filtração glomerular, ele já precisa de uma terapia renal substitutiva. Ele vai precisar de hemodiálise, diálise peritoneal e, se ele tiver condições clínicas e tiver um doador, ele pode fazer o transplante de rim direto. Então, a doença renal crônica começa em 100% de função renal até chegar a 0%.

Bom, o que é a nossa ideia? A primeira coisa é dizer para vocês que a doença renal crônica é muito prevalente nesses diversos estágios. Mais ou menos 10% da população têm algum grau de disfunção renal. Então, é uma coisa preocupante. E tem que se lembrar que as duas principais causas de doença renal crônica são: diabetes e hipertensão arterial. São duas condições que a gente pode prevenir com uma vida saudável, evitando obesidade. E, uma vez o paciente sendo diabético e hipertenso, tem que se tratar bem, para que ele não venha a desenvolver doença renal crônica. Se a gente entrar em uma sala de diálise, 70% dos pacientes são diabéticos ou hipertensos. Então, nós precisamos de uma atenção primária forte para diminuir o número de pacientes que chega à diálise.

Aqui no Brasil, nós temos poucos dados, mas, em estágio 3, que seria abaixo de 60% de função renal, cerca de 6,7% da população teriam doença renal crônica; nos estágios mais avançados, abaixo de 30%, 0,3% da população teria doença renal crônica. Nós temos 140 mil pacientes em diálise. Esses 140 mil pacientes em diálise consomem 5% do orçamento da saúde da média e alta complexidade. Essa é a carga econômica. Infelizmente – e os outros colegas vão comentar sobre isto –, todo o procedimento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diálise, tudo isso é em dólar, e nós não estamos conseguindo sobreviver com o que é pago pelas sessões de diálise, atualmente, no Brasil. Isso vai ser comentado mais para a frente.

Eu vim falar de uma coisa importante que é a prevenção. A ideia que eu tenho é que a gente tem que diminuir o ritmo de perda de função renal para diminuir, postergar e retardar o início da diálise. Então, nós temos, pelo Ministério da Saúde, uma diretriz muito boa de condução de doença renal crônica, só que ela foi feita em 2014, e, de 2014 para cá, houve avanços no sentido de retardar a progressão da doença renal crônica. O que a gente pleiteia é que essa diretriz seja atualizada e que sejam incorporadas drogas que fazem com que haja um retardo da progressão da doença renal crônica, como os inibidores de SGLT2, que são drogas para diabetes que também protegem quem não é diabético e diminuem a progressão da doença renal crônica, como a dapagliflozina. Também a dieta muito pobre em proteína praticamente vegetariana nas fases mais avançadas de doença renal crônica, suplementada com aminoácidos especiais, retarda a progressão da doença renal crônica nas fases mais finais. Então, são drogas que precisariam ser incorporadas via Conitec; e que na diretriz de tratamento da doença renal crônica elas fossem colocadas para o tratamento dos nossos pacientes. Com isso, vai se postergar... Nós vamos precisar aumentar o custo da diálise, mas, ao mesmo tempo, a gente pode tentar diminuir a chegada de pacientes a programas de diálise. Então, a ideia da diretriz seria a sua atualização para incluir os inibidores de SGLT2 e incluir a cetodieta.

Aqui, a cetodieta seria o indivíduo já abaixo de 30 receber uma dieta vegetariana e ser suplementado com os aminoácidos. Ele passaria a ser um vegetariano com esse aminoácido especial. Esse aminoácido é incompleto e vai pegar a ureia que está acumulada na doença renal crônica e completar o aminoácido. Com isso, ele baixa as toxinas. Ele baixa a ureia, e o paciente pode ficar mais tempo sem diálise. Às vezes, a gente tem pacientes idosos, muito idosos, que nem têm condição de fazer diálise. Então, a gente pode ofertar isso como último tratamento final para esses pacientes também.

Tem vários estudos comprovando a eficácia desse tratamento em proteger a doença renal crônica. São vários resultados importantes que não cabe aqui a gente salientar. Seria, então, concluindo, uma alternativa boa para esses pacientes com doença renal crônica. São metanálises que combinam vários estudos mostrando a eficiência dessa dieta, e os *guidelines* internacionais, as diretrizes internacionais têm recomendado isso.

Esse aqui é o KDOQI, que é americano, recomendando o uso da dieta. Tem uma diretriz nacional de nutrição também recomendando o uso dessa dieta. E os estudos com economia mostram que o tratamento vai sair mais barato do que o paciente entrar em diálise, porque você vai postergar o início da diálise, e o custo dessa dieta não é tão caro quanto o custo da diálise.

E aqui um estudo mostrando em amarelo quem usou a dieta e quem não usou. Quem usou a dieta, a gente vê em amarelo que preservou mais a função renal em comparação com quem não usou. De um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grupo de, mais ou menos, 200 pacientes, 11 entraram em diálise com a dieta, e 30 pacientes, nesse mesmo período, três vezes mais, entraram em diálise quando não fazem a diálise. A ureia abaixa.

Então, a minha ideia aqui, o meu papel é o seguinte: eu acho que tem alguns gargalos que a gente pode melhorar. Resumidamente, quais seriam os gargalos que eu acho que a gente tem? Nós temos que educar a atenção primária para diagnosticar a doença renal crônica precoce e fazer intervenções precoces. A educação passaria por ensinar a diagnosticar, o que é simples, é a dosagem de creatinina e albumina na urina.

Uma vez educados, temos que educar a tratar. As metas do tratamento são diminuir a progressão da doença renal crônica e tratar as complicações que vão aparecendo. À medida que o indivíduo vai perdendo a função renal, vão aparecendo a anemia, doenças ósseas, doenças cardíacas, e a doença renal crônica é um fator de risco cardiovascular maior até que a hipertensão, que o colesterol alto, e a principal causa de mortalidade dos nossos pacientes é cardiovascular.

Então, nós temos que educar a atenção primária. Nós não temos nefrologista para atender a 10% da população. Então, nós precisamos contar com a estrutura da saúde básica. E instituir drogas que diminuam a progressão. O que o Ministério tem atualmente na diretriz é alguns anti-hipertensivos que são bons também para diminuir a progressão, que são os inibidores da enzima de conversão, e os bloqueadores e receptores de angiotensina. Precisávamos acrescentar os inibidores de SGLT2 e essa cetodieta que eu comentei com vocês.

E, depois disso, nós temos que dar opções, na hora em que o paciente vai para a parte final do seu tratamento de diálise... Tem a diálise peritonial, tem a hemodiálise e tem o transplante. Agora, a diálise peritonial no Brasil é só em 6% dos pacientes, e a gente acha que teria que oferecer mais essa opção. E já tem estudos internacionais mostrando que, quando você oferece, 50% optam por uma e 50% optam pela outra.

A diálise peritonial é feita na casa do paciente. Então, nós precisamos treinar mais os nossos nefrologistas para a diálise peritonial, dar melhores condições para que ele faça a diálise peritonial. Essa é uma alternativa boa, basta imaginar o indivíduo que mora... Nós temos, acho, 5 mil cidades no Brasil servidas por diálise, mas quantas cidades nós temos no Brasil? Tem paciente que acorda de manhã cedo e vai demorar 3 horas para chegar à unidade de hemodiálise, faz a sessão de diálise em mais 4 horas e, depois, são mais 3 horas para voltar, quando ele poderia fazer a diálise na casa dele, a diálise peritonial. Então, essa é uma alternativa boa, principalmente no Brasil, que é um país continental, para pacientes que têm dificuldade de locomoção, pacientes idosos – tudo isso seria uma indicação também para a diálise peritonial.

Eu termino aqui, pedindo, então, que a gente lute para conseguir essas melhorias para os nossos pacientes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço mais uma vez a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Hugo.

O senhor vai poder permanecer?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ah, é que eu tenho umas perguntas aqui para o senhor. Vou esperar para fazê-las depois que os nossos convidados também fizerem as suas explanações.

Sra. Marcia Maria Muniz de Queiroz Studart com a palavra, por favor.

A SRA. MARCIA MARIA MUNIZ DE QUEIROZ STUDART (Para expor.) – Obrigada.

Eu gostaria de agradecer o convite, parabenizar a iniciativa, parabenizar o Dr. Hugo.

Eu vou complementar e enfatizar um pouquinho a diálise peritonial.

Agora, em março de 2022, foi publicado o último censo da Sociedade Brasileira de Nefrologia sobre diálise, ele é referente ao ano de 2020. Como foi comentado pelo Dr. Hugo, 10% da população mundial têm o diagnóstico de doença renal crônica, e isso é semelhante aqui no Brasil. É uma doença que vem, em incidência e prevalência, aumentando. Aqui no Brasil nós temos aproximadamente 145 mil – esses dados foram atualizados – pacientes em diálise. Desses 145 mil pacientes em diálise, 92,5% fazem hemodiálise e só 7,5% fazem diálise peritonial. Desses pacientes também, 81% são financiados, reembolsados, pelo SUS; 18% a 19%, pelos planos de saúde.

Como foi comentado também, mais de 60% dos pacientes são hipertensos e diabéticos. A doença renal crônica vem aumentando em prevalência e incidência juntamente com o envelhecimento populacional, que é um fenômeno global, e a tendência é continuar aumentando junto com essa transição demográfica pela qual nós estamos passando.

O paciente que tem uma taxa de filtração glomerular menor do que 10%, 10ml por minuto, tem indicação de iniciar a terapia renal substitutiva, e a maciça maioria opta por hemodiálise, por desconhecimento, desconhecimento populacional geral e falta de conhecimento, infelizmente, médico e da enfermagem. Nós temos uma formação insuficiente e deficiente em diálise peritonial, menos de 10% dos currículos de residência médica em nefrologia, e ela é um tipo de terapia, também como foi comentado, que virtualmente qualquer paciente que tenha indicação de terapia renal substitutiva pode fazer – hemodiálise ou diálise peritonial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A diálise peritonial tem algumas características inerentes à técnica. Ela é realizada através de um cateter na cavidade peritonial, uma máquina chamada de cicladora que tem duas opções: pode ser manual, como pode ser automatizada, que é a principal modalidade hoje no Brasil. A máquina é pré-programada pelo médico, e o paciente faz durante a noite, dormindo, é uma terapia indolor ao longo de toda a noite. Ele faz em ciclos repetidos a infusão dessa solução de diálise peritonial. Existe uma membrana de revestimento interno na cavidade abdominal que é equivalente a um filtro de hemodiálise, então, a infusão dessa solução permite o contato dessa solução, através dessa membrana, com os vasos sanguíneos do peritônio, e assim acontece a difusão dessas substâncias tóxicas que estão no corpo, produto do metabolismo gerado, e a retirada de líquido do corpo em excesso, através de uma substância osmótica que está presente também na solução de diálise.

A diálise peritonial, como eu falei, preserva os vasos do paciente, é um acesso intraperitonial, não é feito pelo sangue; é feita no domicílio do paciente, é um tipo de terapia que tem eficácia semelhante à hemodiálise, os pacientes têm a mesma sobrevida, a mesma taxa de mortalidade, elas têm eficácia semelhante, mas é uma terapia mais lenta, mais fisiológica. O paciente, para ficar metabolicamente equilibrado, precisa fazer 30, 40, 70 horas de diálise por semana, quando, na hemodiálise, pelo menos 12 horas já são o suficiente. Porém, na hemodiálise, o paciente se desloca para um centro para fazer a terapia, e a diálise peritonial é feita 100% em domicílio pela máquina ou através da terapia manual, feita por uma bolsa manual, pela gravidade, e a gente consegue selecionar um paciente que se adapte a uma terapia ou outra.

Existem algumas contraindicações raras, poucas, na diálise peritonial: fístulas abdominais, pacientes que se submeteram a várias cirurgias abdominais, que têm muitas bridas, aderências, órgãos visceromegalias, alguns órgãos abdominais muito grandes que não permitem um preenchimento com volume adequado. Contraindicações absolutas são muito raras, como eu falei, e existem algumas indicações que devem ser priorizadas na diálise peritonial, como a infância, a criança, obviamente, que tem que ser diálise peritonial, na maciça maioria das vezes, por não dispor de vasos adequados; idosos; cardiopatas, principalmente, é uma terapia que vai muito bem para o paciente cardiopata, porque é uma terapia que não leva a grandes variações eletrolíticas, metabólicas e hemodinâmicas, que levam a tanto impacto no paciente que tem cardiomegalia, que tem cardiopatia isquêmica, que é tão prevalente nesses nossos pacientes.

E o que a gente vê aqui no Distrito Federal e no Brasil de maneira geral? Cada vez menos diálise peritonial, cada vez menos diálise pelo SUS. As clínicas que são conveniadas ao SUS estão fechando, as que são parte pelo plano de saúde e parte pelo SUS estão reduzindo sua cobertura. Tem pacientes internados – eu sou médica assistencialista na rede pública – há meses com condições de alta sem vaga de hemodiálise, porque eles não têm conhecimento, e a gente tem essa luta diária de falar, apresentar, convencer sobre a diálise peritonial. Para o paciente, como o Dr. Hugo falou, que mora em municípios distantes, é totalmente inviável, os centros de diálise estão em capitais, em grandes cidades. Como é que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o paciente vai passar três, quatro, cinco horas se deslocando para um local, faz quatro horas de diálise, depois viaja novamente para o seu município, quando a diálise peritonial é 100% domiciliar?

A gente faz o atendimento uma vez por mês no paciente e, agora, com a pandemia, foi regulamentada a telemedicina. A gente faz o atendimento que pode ser presencial, a gente tem habitualmente alternado, dependendo de onde o paciente mora, a gente tem um mês presencial e um mês feito em telemedicina. A eficácia é total, a gente tem um paciente na mão, faz exames mensais, o paciente manda para a gente, a gente consegue fazer o ajuste da prescrição e tem sido muito bom e muito interessante.

Com a pandemia, os pacientes sem diálise, que se contaminaram pelo coronavírus, 95% eram de hemodiálise, menos de 5% desses pacientes faziam diálise peritoneal e isso foi muito interessante porque o paciente na diálise peritoneal conseguiu se isolar, ele se isolou e sua família se isolou. O da hemodiálise não, ele se contaminava no centro, ele contaminava a família inteira, a mortalidade disparou nos pacientes renais crônicos. A nossa taxa de mortalidade já é muito alta em relação à população em geral, obviamente, principalmente por doença cardiovascular e, depois, infecção, e essa mortalidade disparou a letalidade pelos pacientes.

Os pacientes dialíticos que se contaminaram pelo coronavírus chegavam a mais de 25%, então, foi uma coisa realmente dramática que nós vivemos nesses dois anos, um caos. Um caos, não havia vaga, não havia vaga para ninguém e os hospitais de campanha salvaram a vida de muita gente, mas nós somos – quem trabalha sabe, quem trabalha em clínica sabe – muito, muito mal remunerados, não dá, não dá para sobreviver sendo exclusivamente conveniada ao SUS. É impossível sobreviver! Com a hemodiálise e a diálise peritoneal exclusivamente é impossível você receber o valor que você recebe, cuidar e dar o atendimento, geralmente o gasto é maior do que o que a gente recebe, realmente é impossível sobreviver com uma clínica exclusivamente financiada, reembolsada pelo SUS.

Então, eu estou aqui para fazer esse apelo. Eu sou uma entusiasmada com a técnica, com esse perfil de paciente, todo mundo que trabalha com certeza compartilha disso e a nossa intenção é essa, é ter um olho a mais por esses pacientes, que é uma população tão grande, que vem sofrendo tanto e nós também viemos sofrendo, estamos extremamente limitados em cuidar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Prof. Marcia.

Passo a palavra, agora, ao Sr. Daniel Calazans.

O senhor tem dez minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DANIEL CALAZANS (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Romário, pela oportunidade em poder debater sobre a doença renal crônica, um tema tão importante em âmbito nacional, e sobre um pouco do fomento da terapia renal substitutiva.

Cumprimento aqui os meus colegas que me antecederam com palestras muito elucidadoras, muito importantes.

Dr. Hugo Abensur, parabéns pela explanação.

Parabéns, Dra. Marcia, eu acho que você conseguiu resumir com elementos realmente que me dificultam mais agora trazer elementos novos.

Então, obrigado ao Deputado Renato Zaca, que nos recebeu no Rio de Janeiro, que tem se empenhado na causa, e todos os demais que participarão, a Patrícia Peres e a Marcia Barros.

Vou tentar compilar aqui, Senador, de forma bem objetiva. Eu acho que os nossos colegas já trouxeram informações bem relevantes.

Na Sociedade Brasileira de Nefrologia, um dos trabalhos que a gente tem é levantar esse censo que foi muito bem tratado aqui pela Dra. Marcia. Nós temos alguns dados que saíram recentemente agora e, no Brasil, são aproximadamente 780 clínicas de nefrologia.

Quando a gente olha no macro da população, dos 220 milhões de habitantes, 10%, Senador, têm algum grau de acometimento renal. Quando a gente fala de acometimento renal, já foi falado, mas a gente divide em cinco estágios, sendo três divididos em dois, que vão desde estágios leves a avançados. Quando o paciente já está no estado mais avançado, ele tem três alternativas de terapia renal substitutiva: ou ele vai fazer o transplante renal ou ele vai fazer a diálise peritoneal ou ele vai fazer a hemodiálise. Então, se quiser tratar, ele tem essas alternativas quando ele já está no estágio avançado, dependente de terapia renal substitutiva.

Das unidades que prestam serviço, hoje a gente tem aproximadamente 80% dos pacientes que fazem pelo Sistema Único de Saúde e apenas 20% são da saúde suplementar e 73% das unidades são privadas. São privadas, porém, prestam serviços majoritariamente pelo Sistema Único de Saúde. Unidades filantrópicas são apenas 17%.

Quando a gente avalia o cenário Brasil, nós temos uma concentração muito grande no Sudeste: 47% das unidades estão no Sudeste. Quando a gente vai para Norte e Nordeste, isso cai para 19%, e, quando a gente chega no Norte, são 6%. Então nós estamos falando de vazios assistenciais. Minas Gerais, onde eu fui Presidente da Sociedade Mineira de Nefrologia, a gente pôde traçar o cenário interno: e das 90 microrregiões, que são regiões com aproximadamente cem mil habitantes num raio de uma hora e meia de distância para outra, existem mais de 25 vazios assistenciais, que são locais onde precisaria haver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o tratamento, e os pacientes viajam horas, Senador, para poderem realizar a terapia. E não existe o desenvolvimento da peritoneal, que seria uma solução para esses locais mais longínquos.

Todavia, a gente precisa entender que no Brasil a situação é mais crítica. Quando você vai para o Norte, quando você vai para essas áreas, Minas traz um pouco do cenário Brasil. O Norte fala um pouco do Nordeste. A gente conhece ali a região da Zona da Mata, que é muito próxima ali da cultura do Rio de Janeiro. Tem a cidade de Belo Horizonte. Mas o Brasil tem um vazio assistencial muito grande. São 150 mil pacientes agora, do último censo, que já estão em diálise. Desses 150 mil, a gente tinha uma taxa, Senador, de 7,3% fazendo essa diálise peritoneal. Então, quando você separa a diálise, a hemodiálise é aquela que faz as trocas pela máquina, onde se retira do acesso do paciente o sangue e faz-se aquela filtragem do sangue; a peritoneal é feita por uma membrana que a gente tem na barriga que é o peritônio, onde se fazem as trocas. Esse número, que era 7,3 caiu para 5,8, o que nos entristece mais, porque é um método que está reduzindo ano a ano.

Quando a gente avalia o transplante renal, deveríamos fazer, Senador, aproximadamente 12 mil procedimentos ao ano. Quando a gente avalia a população, aproximadamente 60/milhão de população deveria ser um número para transplantes, e nós estamos fazendo a metade: 6 mil transplantes. Quando a gente avalia o cenário da pandemia, esse número caiu ainda mais: próximo de 4,8 mil transplantes. Porém, a gente precisa entender como fomentar esses métodos, que são tão importantes para a população, principalmente para a população que tem menos poder aquisitivo, e que é afetada pelas principais comorbidades sem tratamento, que é hipertensão e o diabetes.

Quando a gente olha um dado de prevalência, hoje, a cada um milhão de pessoas, Senador, 665 fazem diálise. A prevalência de um país, por exemplo o Chile, que tem um sistema de saúde mais desenvolvido, o modelo inglês (NHS), tem aproximadamente 860; o Chile tem próximo de mil, ou seja, existe um número grande de pacientes sem diagnóstico. Então, desses 150 mil, deveríamos ter em torno de 210 mil pacientes em diálise. Portanto, esses outros números adicionais são pacientes que morrem sem o diagnóstico. E o diagnóstico é simples, Senador. O diagnóstico é baseado em um exame simples de urina, de creatinina; um exame simples de urina, de rotina. Isso já diz muito se o paciente tem algum grau de acometimento renal. E aí a gente precisa fomentar, realmente, a atenção primária, nessas fases iniciais, e, posteriormente, o nefrologista, a partir do estágio 4, como um *player* importante nesse matriciamento e no cuidado dessa população, população essa que é extremamente frágil.

Quando a gente pega os dados, 34% da etiologia é hipertensão e 32% diabetes, doenças que, quando diagnosticadas precocemente, é um tratamento barato, é um tratamento simples, de mudança de hábito de vida, de dieta, medicamentos de custo muito acessível, que o sistema fornece; mas, quando essa doença é protelada, ela traz um impacto de custo avassalador. O custo, realmente, dos pacientes com estágios avançados... Atinge órgãos alvos, Senador. Então, um diabetes, quando atinge o rim, muitas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vezes ele já atingiu o olho, já atingiu o cérebro, o coração e os pacientes são, realmente, com grande risco de internação e de complicação.

Um outro dado importante é que 45 mil novos pacientes entraram em diálise no último ano. Quando você pega o modelo inglês, Senador, aqui comentado, o NHS, onde existe uma atenção primária efetiva, nos últimos sete anos não houve aumento em número de pacientes em diálise. Esse número está equilibrado.

E no Brasil, onde vamos parar? São 45 mil novos pacientes todo ano. E esse número aumenta ano a ano. Tem um estudo que mostra que, nos últimos anos, a taxa de crescimento foi de 6% ao ano. Ou seja, se a gente não fizer nada, todo ano tem mais 6% de pacientes. E aí a gente já sabe que os recursos realmente são finitos. Então a gente precisa focar muito em como melhorar esse destino desse recurso.

Uma outra taxa, para concluir esse dado, Senador, 25 mil pacientes, Deputado Zaca, morreram, no último ano, de diálise. São 18% da população dialítica. Ou seja, a cada cem pessoas que fizeram diálise, 18% faleceram.

Isso significa que é uma população sensível, é uma população com muitas comorbidades e que demanda cuidados especiais. Precisamos estar muito atentos à população. Quem tem um ente na família sabe o quão difícil é, e a necessidade de apoio.

Para concluir, Senador, eu acho que é muito importante a gente pensar sobre o recurso que está sendo destinado para isso. Hoje o Faec consome, aproximadamente 60% dele, com o TRS, mas o pagamento de uma sessão de diálise sofreu um incremento, nos últimos meses, saiu de R$194, para R$218, que é dos valores em dólar mais baixo da América Latina. Estamos com valores abaixo da Argentina, abaixo de países em situação muito mais difícil que a gente.

E a diálise peritoneal remunera apenas R$358 para custear clínica, custear o médico, custear a enfermagem, custear a equipe multidisciplinar e toda a necessidade. Ou seja, é inviável. É inviável.

Então, precisamos entender a importância da destinação correta dos recursos, para a gente fomentar isso e trazer uma sustentação.

Focar na atenção primária, mas focar também na terapia substitutiva, que hoje passa por muita dificuldade. Muitas clínicas, com dívidas altas, precisando realmente se recompor.

E cada hora é uma coisa nova. Agora tem o piso da enfermagem. A gente não tem como não apoiar essa classe, classe essa que nos apoia no dia a dia. São grandes guerreiros que estão ali trabalhando duramente. A enfermagem precisa do nosso reconhecimento, do nosso apoio. Estamos superalinhados com a Soben, e queremos realmente fortalecer a enfermagem, mas esse piso, no valor que está, infelizmente, na situação atual, se não tiver um recurso para pagar isso, a clínica irá entrar em uma situação de insolvência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que eu deixo aqui realmente é um agradecimento à sensibilidade de vocês de estarem nos escutando. A Sociedade Brasileira de Nefrologia está à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Daniel.

Vou passar a palavra agora para a Sra. Marcia Barros Giannetti.

Bom dia, Sra. Marcia.

A senhora tem a palavra.

A SRA. MARCIA BARROS GIANNETTI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia!

Primeiramente, eu queria agradecer o convite para discutir esse assunto tão importante, tão relevante. Vou fazer uma apresentação para vocês sobre a doença renal crônica no SUS.

Aqui a gente tem uma linha do tempo da doença renal crônica do SUS desde quando foi instituída a política nacional, em 2004.

A gente tem a RDC 11, da Anvisa, que traz as boas práticas de funcionamento aos serviços de diálise.

Em 2014, a gente teve a publicação da Portaria 389, que trouxe a linha do cuidado ao doente renal crônico.

Em 2014, em abril, a gente teve a publicação da diretriz clínica do cuidado ao paciente renal crônico. E aqui traz todo o manejo desse paciente desde os primeiros estágios da doença até a fase terminal, a qual necessita de terapia renal substitutiva.

Em 2016...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sra. Marcia.

A SRA. MARCIA BARROS GIANNETTI (Para expor.) – Oi!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não está aparecendo para todos nós que estamos participando dessa...

Agora, sim. Agora foi

Desculpa interrompê-la.

Pode continuar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARCIA BARROS GIANNETTI (*Por videoconferência*.) – Eu é que peço desculpa, Senador.

Então, em 2014, a gente teve a publicação das diretrizes, em abril de 2014.

Em outubro de 2016 e janeiro de 2017, a gente teve reajuste dos procedimentos de hemodiálise e de diálise peritoneal.

Durante a pandemia, o ministério também teve ações de auxílio ao setor. Foram publicadas duas portarias durante a pandemia, a Portaria 3.822, que estabeleceu recurso financeiro num montante de R$109 milhões, e a Portaria 827 que incluiu o procedimento de complementação à sessão de hemodiálise para aqueles pacientes com suspeição ou confirmação de covid-19. Isso teve um impacto de R$36.724. 207, 57.

Em dezembro do ano passado, a gente teve o reajuste dos procedimentos novamente de diálise peritoneal e hemodiálise, com o impacto de R$400.518.862,07.

A gente tem aqui um eslaide que apresenta os gastos da terapia renal substitutiva. Esse gasto aqui não está incluindo o transplante. São só os procedimentos de atenção especializada, ambulatorial, que é diálise peritoneal e a hemodiálise, de 2016 até 2021.

Em 2021, mais de R$3 bilhões investidos e, num total desses seis anos, mais de R$19 bilhões.

Só em 2020, foram R$3,5 bilhões, com a inclusão do procedimento de complementação dos pacientes de covid.

O cenário hoje no SUS. A gente tem atualmente 737 estabelecimentos de saúde habilitados. Esses estabelecimentos podem ser habilitados para fazerem somente a hemodiálise, somente a diálise peritoneal e somente o acompanhamento do paciente pré-dialítico, mas ele também pode ser habilitado nos códigos à necessidade do gestor concomitantemente. Ele pode fazer um, dois ou os três procedimentos.

Para hemodiálise, a gente tem 729 serviços habilitados; para diálise peritoneal, são 697 serviços; e para o acompanhamento do paciente pré-dialítico nos estágios 4 e 5 da doença, 81 serviços.

Aqui eu ainda acrescento uma informação: a Portaria 1.675, de 2018, que revogou a portaria de 2014, traz a criação de um estabelecimento ambulatorial especializado em DRC para o acompanhamento do paciente pré-dialítico no Código 15.06, com a equipe multidisciplinar. Esse código auxilia nesse encaminhamento, no cuidado do paciente e na escolha da modalidade mais adequada para esse paciente, seja a hemodiálise, seja a diálise peritoneal, lembrando que essa é sempre uma decisão médica conjunta entre médico e paciente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Atualmente, no Brasil, a gente tem 26.341 máquinas de hemodiálise que atendem ao SUS, e são aproximadamente 184.077 pacientes em TRS. Esse é um dado de que a nossa Coordenação de Atenção Especializada fez um levantamento junto aos nossos sistemas de informação.

As ações e avanços que o ministério vem fazendo.

Em 2018, a gente teve a publicação da Portaria 1.675, com a simplificação dos critérios de habilitação, numa tentativa de promover uma maior oferta a esse doente renal; com uma programação de ações e serviços a partir da necessidade da saúde da população; e com uma redefinição de indicadores de qualidade dessas clínicas.

Além disso, o ministério realizou duas oficinas nos anos de 2018 e 2019. Essas oficinas contaram com a participação do Conass, do Conasems, da SBN, da ABCDT e de algumas outras coordenações internas aqui do ministério, onde foram levantados os problemas, identificados e priorizados alguns problemas a serem enfrentados. Principalmente nessa oficina de 2019, discutiu-se muito a fomentação da diálise peritoneal.

E a portaria que a gente teve publicada em 2021, dezembro de 2021, a Portaria 3.471, com o reajuste dos procedimentos, em que a diálise peritoneal foi reajustada em 24,32%; e a hemodiálise, em 12,5%.

Com esse reajuste, o paciente do procedimento de hemodiálise faz em média 13 sessões por mês, e o SUS ressarce R$218,47. Para os *kits* de diálise peritoneal, os *kits* da DPAC passaram a custar R$2.354,17, e os *kits* da DPA, que é automática, que utiliza a cicladora, R$2.984,56. No Brasil, nós temos dois fornecedores desse *kit*, duas empresas: a Fresenius e a Baxter.

Era isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sra. Marcia Barros.

Vou passar a palavra agora para a Sra. Patrícia Peres de Souza, Coordenadora-Geral de Atenção Especializada, substituta, do Ministério da Saúde.

A senhora tem dez minutos, por favor.

A SRA. PATRÍCIA PERES DE SOUZA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Está certo. Obrigada.

Eu gostaria de agradecer a oportunidade e o convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só quero ressaltar e reforçar as falas que já foram feitas a respeito deste tema em que são urgentes a adequação das políticas e a composição de trabalhos que possam melhorar a assistência a esses pacientes.

Eu acredito que o Ministério da Saúde é sensível ao tema, tem se mostrado sensível e tem trabalhado para que melhore essa assistência ao paciente na ponta, mas eu só gostaria de reforçar, das palavras da Marcia Giannetti, que todo esse trabalho, todas essas portarias que ela expôs são portarias que refletem a assistência do Ministério da Saúde. Então, é a parte de investimentos, de incentivos federais, lembrando que a assistência à saúde no SUS é uma assistência que deve ter os investimentos tripartites. Então, só quero reforçar que é importantíssimo o trabalho junto ao Conass e ao Conasems para que se estabeleça um trabalho mais robusto na melhora dessa assistência.

O Ministério da Saúde se coloca à disposição para discutir e para buscar novas formas de melhorar essa assistência. Estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sra. Patrícia.

Agora, vou passar a palavra ao... O requerimento desta audiência pública é meu, mas a ideia de a gente estar aqui fazendo esta audiência pública é do amigo Deputado Estadual Renato Zaca, que aqui está presente. Passo a palavra a V. Exa., Deputado.

O SR. RENATO ZACA (Para expor.) – Presidente, muito obrigado.

Quero parabenizar o senhor por esta audiência pública de criação da campanha da conscientização ao fomente à diálise peritoneal.

Eu queria parabenizar também o Dr. Hugo, a Dra. Marcia, o Dr. Daniel pelas falas.

Nós estamos procurando ajudar no que a gente pode no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. Hoje, o nosso pensamento é a gente levar a fundo mesmo até o Governo do estado, até o Secretário de Saúde, para que tomem providências no aumento do tratamento dos pacientes para fazer hemodiálise, ou seja, a diálise peritoneal.

Como já foi citado em vários fóruns públicos, no sistema de saúde, essa doença crônica renal causa mais ou menos... ultrapassa umas 40 mil mortes por ano, no Brasil. É um dado muito chocante para uma doença que aqui nós temos condições de... Pelo que eu li, pelo que eu estudei, no início do tratamento, já se pode evitar muita coisa e a pessoa até não vir a óbito.

Apesar de a terapia ser financiada pelo SUS, mais de 85% das clínicas de nefrologia que prestam serviço de terapia substitutiva, principalmente... Nós temos que colocar aqui que um dos maiores fatores é o econômico. A tabela SUS, ao longo dos anos, não conseguiu acompanhar, as clínicas não conseguem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanhar o número de pacientes que hoje o Brasil tem. E o que está acontecendo? Como a doutora falou, hoje nós temos um número infinito de pacientes, mas com o recurso pequeno que é passado para as clínicas particulares, não se consegue dar vasão, não se consegue dar o seguimento ao tratamento. E o que acontece? Os hospitais ficam superlotados, fila, pessoas deixam de ser tratadas e acontece o que a gente estava falando agora aqui, das mortes, dos falecimentos das pessoas, porque se tivesse uma celeridade no tratamento, estaríamos melhor. Esse número iria cair bastante.

Em alguns países, já é recomendado que a diálise seja feita no início, pois gera uma economia de 25%, Senador, quando se realiza o tratamento pela diálise peritoneal. Então, se começar já desde o início, o Governo tem aquele desconto de 25%. Não é uma coisa cara, pelo contrário. No final, quem vai se beneficiar será o paciente, será o Estado do Rio de Janeiro, será o município.

Hoje, eu venho falar aqui um pouco do Estado do Rio de Janeiro. O cenário lá também não é muito diferente. Lá nós temos 68 clínicas, somos 92 municípios. Essas 68 unidades de serviço, de clínicas credenciadas pelo SUS, são para atendimento de mais de 13 mil pacientes. Essas 68 estão em 30 municípios, mas 62 municípios deixam de ter o atendimento. Aí acontece o que a doutora falou sobre a distância. E são pacientes que têm que ir três vezes, quatro vezes por dia, se eu não me engano, três vezes, quatro vezes por dia. Então, essa distância acaba até maltratando o paciente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENATO ZACA – Por semana. É verdade. Isso mesmo. Por semana. Ou seja, acaba esgotando o paciente, maltratando o paciente, por uma coisa que ele poderia estar fazendo na sua própria casa, na sua própria residência. Os estudos já estão dizendo isso.

Ressalte-se que o município, na maior parte das vezes, arca com o custo desse transporte de ida e de volta do paciente. Além disso, dessas 68 clínicas de nefrologia, apenas 13, 18% das clínicas do Estado do Rio de Janeiro, oferecem terapia domiciliar de diálise peritoneal. Apesar dos 40 anos de existência da diálise peritoneal, ela é pouco difundida no Brasil, Senador.

Esse foi o intuito de a gente colocá-la, lá no Estado do Rio de Janeiro. Trata-se de uma alternativa segura, eficaz e com potencial de mitigar o cenário crítico, já que o paciente realiza o tratamento dentro da sua própria residência, contribuindo para a redução de filas, de espera, para uma melhor gestão dos recursos públicos. Esse é o nosso interesse aqui: colocar lá no Estado do Rio de Janeiro.

O senhor, graças a Deus, ouviu. Por isso que eu tenho muito a agradecer ao senhor, porque prontamente fez essa audiência pública aqui para podermos levar à tona o que está acontecendo com os pacientes. Muitos, como os doutores falaram agora, morrem. Hoje, há uma escala muito grande de pessoas que estão falecendo. A gente poderia reverter isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, queria agradecer ao senhor, aos doutores aqui presentes. Podem contar comigo lá no Estado do Rio de Janeiro. Estou às ordens, Senador, para o que os senhores precisarem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Deputado.

Nós temos aqui a nossa Senadora Zenaide Maia, remotamente, que, como sempre, está pronta para ajudar aquelas pessoas que mais necessitam, que mais precisam. Com certeza, desta audiência pública ela não poderia deixar de participar.

Muito obrigado, Senadora Zenaide, pela participação. Concedo a palavra a V. Exa. agora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discursar. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, Senador Romário, parabéns por esta audiência pública para dar visibilidade à população brasileira da importância que tem mostrar como prevenir ou amenizar a doença renal crônica. Muitas vezes, eu digo que os pacientes, Senador Romário, têm muito medo do câncer, mas um cidadão ou uma cidadã com uma doença renal crônica sofrem muito, e sua família também.

Quero aqui parabenizar os nossos palestrantes. Quero mostrar aqui, em nome do Dr. Hugo Abensur, a importância da saúde básica, da atenção básica. A gente sabe que quando a atenção básica funcionada bem, no máximo de 5 a 10% dos pacientes chegam à atenção terciária. Quero mostrar que essa qualificação de investimentos do SUS na atenção básica, como foi mostrado aqui por outros... A gente sabe que um sumário de urina, um exame simples de urina e uma dosagem de creatinina já são para acender a luz, nem amarela, já vermelha para esse paciente e que, se for tratado corretamente, dependendo das doenças de base que ele tiver, como diabetes, hipertensão, que ainda são as principais causas de insuficiência renal, vai amenizar e vai ser um tratamento, muitas vezes, como foi mostrado aí, a própria dieta. A gente sabe que não é simples.

Agora, uma coisa sobre que se falou aqui, sobre gestão de recursos, Romário. Eu fui secretária de saúde e sou médica da Universidade do SUS, uma médica que nunca trabalhou na iniciativa privada, respeitando, porque eu acho que quem pode pagar pode, sim, mas a gente está vendo aí que é o nosso eterno e amigo SUS quem salva a maioria da população brasileira.

Então, quero dizer o seguinte: vamos ter um olhar diferenciado. E eu digo que existe má gestão de recursos. Mas, Romário, a gente sabe que os recursos do SUS já são poucos recursos e eu citaria aqui: sabe quanto o SUS passa, repassa para um atendimento especializado para os municípios, para o estado? Dez reais, Romário, é a consulta do serviço de especialidade! Isso termina sobrecarregando os municípios, porque a cobrança maior é no município. Até quanto às ordens judiciais, mesmo que aquele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

procedimento seja de responsabilidade do estado ou do Governo Federal, terminam as ordens judiciais vindo para o gestor. Podem ter maus gestores, a gente sabe, mas os recursos do SUS são mínimos, Romário.

Então, para a gente ter uma saúde básica funcionando, é preciso ter esse olhar diferenciado. Mas, parabenizando, no geral, porque todos aqui foram unânimes... E vocês têm ideia da importância da visibilidade que o Senador Romário está dando a essa doença insidiosa, porque, muitas vezes, quando se descobre, já é para uma máquina ou para uma diálise peritoneal?

Eu costumo dizer todo dia: ninguém empodera mais um povo do que informação, e é o que Romário, juntamente com todos vocês, que nos enriqueceram com conhecimentos, estão fazendo hoje. O Brasil está mostrando e o próprio paciente, com as informações que teve aqui, começa a cobrar do serviço primário em saúde que quer os exames, que quer vê-los. Essa é a importância. Nós temos que tratar aqui desde a saúde básica para ver se nosso povo não chega a essa fase avançada da insuficiência renal crônica, que é uma doença em que sofrem muito o paciente e a própria família.

Obrigada, Romário, por permitir essa palavra.

E parabéns, mais uma vez, meu amigo!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Senadora.

Como sempre, brilhante a participação de V. Exa.!

Bem, terminadas aqui as falas de nossos palestrantes, eu preparei aqui algumas perguntas e essas, a princípio, vão para os senhores Dr. Daniel Calazans e o Dr. Hugo Abensur.

São as seguintes perguntas: "A diálise peritoneal está indicada para os mesmos casos em que se indica a hemodiálise?".

Os senhores preferem responder cada...

Por favor, quem poderia responder essa...

O SR. DANIEL CALAZANS (Para expor.) – Senador, ótima pergunta!

Quando o paciente já está nos estágios mais avançados, como dito aqui, medindo uma taxa de filtração glomerular, que é o percentual do rim funcionante bem mais baixa, ele precisa ir para essas terapias.

A diálise peritoneal tem indicações parecidas com as da hemodiálise, sobretudo, existem alguns pacientes que se beneficiam mais. Por exemplo, crianças, na hemodiálise, têm muita dificuldade para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maturação de acessos e outros problemas. Então, eles vão muito bem em diálise peritoneal. A população mais geriátrica também tem se estabelecido muito bem também na diálise peritoneal.

A diálise peritoneal traz consigo uma mudança em estilo de vida, em que a gente percebe uma satisfação do cliente, quando bem indicado, muito boa. Então, ambos os métodos são muito importantes. A hemodiálise é o maior método no Brasil. Então, certamente, a hemodiálise é muito importante e deve ser fomentada e prestigiada, mas a diálise peritoneal é um método esquecido, muito provavelmente pelo reembolso, que é muito baixo. Então, a gente precisa ir lá na educação, nas residências, e revisar todo esse programa.

Mas o paciente que está indicado para terapia substitutiva pode ir para esses três métodos. E, aí, a gente avalia as contraindicações de cada um deles e os benefícios de cada um deles, e essa ponderação deve ser feita pelo médico juntamente com a família do paciente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Muito bem.

Seguindo, mais ou menos, essa mesma ideia, qual é a proporção de pacientes que realizam diário peritoneal em relação aos pacientes de hemodiálise aqui no nosso país?

O SR. DANIEL CALAZANS (Para expor.) – Senador, esse número da diálise peritoneal vem caindo. No censo de 2000, era 7,3%; no censo divulgado agora, mais recentemente, esse dado caiu para 5,8%. Ou seja, a cada cem pessoas, 94,2 estão indo para a hemodiálise e 5,8 para a diálise peritoneal. Isso em um total de 150 mil pessoas que fazem a terapia hoje no país.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – No mercado de terapia renal substitutiva, existe alguma pressão econômica para se priorizar a hemodiálise sobre a diálise peritoneal na sua concepção?

O SR. DANIEL CALAZANS – Os dois métodos passam por muita dificuldade, certo?

A hemodiálise está subfinanciada. Em locais onde você tem um número pequeno de pacientes, é insustentável. Então, no passado, falava-se de 200 pacientes para você ter um ponto de equilíbrio; hoje, já se fala em mais de 350 pacientes. Ou seja, quando você monta um serviço como esse em uma cidade pequena, ele não se sustenta. Prova disso é que você tem vazios existenciais no Brasil inteiro e tem poucos candidatos para pleitear a abertura de centros nesses locais.

A diálise peritoneal está também completamente insustentável. Então, eu acho que a gente precisa revisar esses valores de fomento e ver como, realmente, viabilizar isso. Mas, sem dúvida nenhuma, na diálise peritoneal, o resultado financeiro, hoje, não é algo atrativo para se iniciar um programa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Entendi.

Dr. Hugo, em relação às categorias que o senhor colocou ali, de um a cinco, como é que é feito esse diagnóstico? Como é que se identifica?

O SR. HUGO ABENSUR (Para expor.) – O diagnóstico é feito da seguinte forma: a gente dosa a creatinina, que é uma substância que é produzida nos músculos e que o rim tem que limpar do sangue. À medida em que o rim vai piorando, a creatinina vai aumentando no sangue. E a gente coloca a creatinina em uma equação que transforma isso em filtração glomerular.

O normal é 100ml por minuto. Então, acima de 90ml por minuto, o indivíduo é G1, porque tem a função normal; entre 90 e 60, ele é G2; entre 59 e 30, ele é G3; abaixo de 30, ele é G4 e abaixo de 15ml por minuto ele é G5. Nesse G5 é que o paciente entra em diálise, quando ele está mais ou menos com 10ml por minuto. É um exame muito baratinho, um exame de creatinina, pelo SUS, custa pouco mais de R$2. É um exame bem barato.

De tal maneira que é fácil você classificar o paciente. O que a gente quer é diminuir a progressão, que o indivíduo, em vez de progredir rapidamente para 15ml por minuto, que se instituam estratégias que diminuam a progressão como novos remédios, que precisam ser incorporados pelo Ministério da Saúde numa revisão do belo programa que o Ministério da Saúde tem de atenção à doença renal crônica, mas que é de 14.

Então, eu acho que está na hora, à luz das novas evidências científicas, de acrescentar inibidores de SGLT2, de ceto dieta e, com isso, vão chegar menos pacientes à diálise – estão chegando 6% ao ano –, vai se poder remunerar melhor a diálise com os que tem e se vai dar melhor qualidade de vida para o paciente, porque, em última instância, a gente quer a melhora do paciente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem.

Temos aqui uma participante da internet, a Sra. Erika Carneiro, do Maranhão: "Gostaria de participar lembrando da necessidade de diagnóstico precoce da doença renal crônica – creatinina e albuminuria na atenção básica".

Muito obrigado, Sra. Erika pela participação.

Sra. Márcia, a senhora quer fazer mais algum tipo de colocação.

A SRA. MARCIA MARIA MUNIZ DE QUEIROZ STUDART – Obrigada, só agradecer.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Daniel, Sr. Hugo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUGO ABENSUR – Eu só queria agradecer a iniciativa, lembrando que a doença renal crônica é uma doença que não é só do paciente, é da família. Quem tem um paciente renal crônico em casa é a família toda doente. Eu vejo mães de crianças com dez, 12 anos em que toda a mobilização dela é em torno dessa criança, os outros filhos ficam até abandonados.

Eu acho que tudo que a gente puder fazer para diminuir a progressão, para que essas crianças não cheguem à diálise, para que os adultos não cheguem à diálise, isso começa com o seu exemplo: o esporte. Uma vida não sedentária vai ter menos obesidade, menos diabetes, menos hipertensão, menos doença renal crônica.

Então, tudo começa na atenção primária, e a gente tem que focar na terciária, na primária e na secundária para evitar que a doença renal crônica continue aumentando no nosso meio.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Uma curiosidade, doutor – eu já fui diabético –, todo diabético tem essa doença renal crônica?

O SR. HUGO ABENSUR – Quarenta por cento dos diabéticos podem evoluir com a doença renal crônica, 40% dos diabéticos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Entendi.

Senador e amigo Zaca, mais alguma colocação?

O SR. RENATO ZACA – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Deputado.

O SR. RENATO ZACA – Isso. Obrigado pela promoção, graças a Deus!

O SR. HUGO ABENSUR – Só um minuto, só um lembrete.

É uma iniciativa do Senador a instituição do Dia Nacional da Doença Renal Crônica. Eu queria parabenizá-lo por essa iniciativa, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Dr. Hugo.

Deputado, por favor.

O SR. RENATO ZACA – Deputado, eu queria parabenizar também o senhor pela iniciativa e também queria parabenizar a Dra. Maria Izabel e o Dr. Cláudio Pena. O Dr. Cláudio Pena é o Diretor-Geral do Hospital Federal de Bonsucesso, que está fazendo um ótimo trabalho, e a Dra. Maria Isabel é a diretora da parte de hemodiálise, de diálise peritonial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O trabalho lá é de excelência. Eu tive oportunidade de ir visitar o hospital. Convidaram o senhor para, no dia que o senhor puder, ir lá fazer uma visita.

E o principal que eu vi lá foi a parte das crianças, foi a parte dos pequenininhos. É muito ruim a gente ver uma criança fazer hemodiálise. Se já é ruim para uma pessoa adulta se comprometer a ter que ir para o hospital fazer uma hemodiálise, imagina uma criança ter que ficar de três a quatro horas, mais ou menos, acho que é isso, de três a quatro horas sentada e tendo que fazer hemodiálise? Não é uma coisa legal de se ver. E a diálise peritoneal acho que ela iria, no meu modo de ver, no meu simples modo de ver, ajudar muito as crianças, até dentro de suas próprias casas, com suas famílias fazendo o tratamento, Senador.

Esse aqui é o meu recado.

Mais uma vez, quero parabenizar o senhor pelo Dia da Hemodiálise e agradecê-lo mais uma vez.

Estou à disposição para o que o senhor precisar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado.

Já estou até inclusive assinando hoje aqui, logo após essa audiência pública, o projeto de lei que institui o Dia Nacional da Conscientização sobre Doenças Renais.

Quero dizer que eu passei por isso numa parte da minha vida. O meu pai faleceu tem mais ou menos 12, 13 anos. Nos últimos cinco anos de vida dele, ele fez hemodiálise. Então, muitas vezes revezávamos eu, meu irmão e minha irmã. Ele sempre quis fazer na clínica. Ele não se sentia bem fazendo em casa. Então, a gente viveu essa luta e eu sou aqui testemunha de que realmente é um sofrimento para quem faz o tratamento e para a família.

Mas eu acredito que esta audiência pública possa, a partir de hoje, dar uma visibilidade diferente, principalmente aos nossos governos Federal, estaduais e municipais, para que tenham um olhar diferente para essa doença crônica renal, que, como foi dito aqui por todos vocês, é uma doença que mata e que, se não for feito nada diferente em relação a políticas públicas, pelas três esferas do nosso Governo, esse percentual de 6% ao ano tende até a aumentar, infelizmente.

O senhor quer dar mais uma palavra, Dr. Daniel?

O SR. DANIEL CALAZANS (Para expor.) – Palavras finais.

Inicialmente quero agradecer o Deputado Zaca, que nos recebeu lá muito bem e está envolvido na pauta aí. Eu acho que realmente é fundamental os Parlamentares se envolverem nessa situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar os colegas e as entidades presentes da ABCDT, o Dr. Hugo e todas as pessoas que estão presentes aqui, e te agradecer, Senador. Eu acho que o senhor é um cara que já deu muitas satisfações e muitas felicidades para nós e vê-lo envolvido nessa pauta nos deixa muito animados e muito felizes. Eu acho que você realmente tem um alcance muito grande. Eu não sabia que o seu pai tinha feito hemodiálise. Eu acho que muitas pessoas públicas não divulgam isso, e, se divulgassem, realmente fomentariam e ajudariam a prevenção. Então, eu te parabenizo aí por ter aberto essa porta para nós.

Eu tenho que confidenciar um conflito de interesses que eu falei aqui, pois eu sou fã do Romário. Dentro das quatro linhas, não existiu melhor. Então, desculpe a informalidade aí, mas obrigado aí pelo apoio.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado.

Assim que eu fui procurado pelo meu amigo o Deputado Zaca, eu me identifiquei muito com essa pauta. Como eu já falei, passei por isso, assim como meus irmãos passaram também e a minha mãe, e a gente sabe o sofrimento da família.

Mais uma vez, quero agradecer a todos vocês que aqui participaram presencial e remotamente. Realmente aqui hoje a gente sai com um conhecimento muito maior e melhor em relação ao que significa a Doença Crônica Renal — DCR. Realmente todos vocês aqui deram uma aula e o Brasil pôde entender e saber o que que significa o poder da política pública, que tem que ser feita rapidamente para que a gente diminua esses óbitos do nosso país.

Muito obrigado a todos pela participação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Um abraço a todos e muito obrigado. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e trinta e seis minutos do dia doze de maio de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Eduardo Girão, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Nilda Gondim, Eliane Nogueira, Izalci Lucas, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Alexandre Silveira, Nelsinho Trad, Mecias de Jesus, Otto Alencar, Zenaide Maia e Paulo Paim, e ainda dos Senadores não membros Jader Barbalho e Weverton. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Eduardo Gomes, Luis Carlos Heinze, Giordano, Sérgio Petecão, Lucas Barreto, Fabio Garcia, Marcio Bittar, Carlos Portinho, Alessandro Vieira e Leila Barros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 11/2022 - CAS, de autoria Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senadora Nilda Gondim (MDB/PB), REQ 19/2022 - CAS, de autoria Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), REQ 32/2022 - CAS, de autoria Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Paulo Rocha (PT/PA), REQ 33/2022 - CAS, de autoria Senador Paulo Rocha (PT/PA), e PL 5983/2019, de autoria Câmara dos Deputados. **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei nº 5983, de 2019, que “regulamenta o exercício profissional de acupuntura". **Participantes:** Jean Luís de Souza, Representante da Sociedade Brasileira de Acupuntura; Fernando Davino Alves, Conselheiro do Conselho Regional de Autorregulamentação da Acupuntura do Estado de Minas Gerais; Nelson José Rosemann de Oliveira, Advogado da Sociedade Brasileira de Acupuntura; Maury Massani Tanji, Representante do Conselho Federal de Biomedicina; Afonso Henriques D'Oliveira Soares Romão, Presidente da Federação dos Acupunturistas do Brasil - Fenab; Alexander da Silveira Assunção, Presidente do Conselho Regional de Autorregulamentação da Acupuntura do Estado de Minas Gerais; Jurema Cláudia Barbosa Ferreira, Coordenadora da Comissão de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde do Conselho Federal de Enfermagem; Luciana Ribeiro Aguiar, Médica; André Wan Wen Tsai, Presidente do Colégio Médico Brasileiro de Acupuntura - CMBA; Wilen Heil e Silva, Presidente do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; Tatiana Bragança de Azevedo Della Giustina, Coordenadora da Câmara Técnica de Acupuntura do Conselho Federal de Medicina - CFM; Alessandro Márcio Teixeira Cavalcante, Médico; Luciano Gonçalves de Souza Carvalho, Diretor de Assuntos Parlamentares da Associação Médica Brasileira - AMB; Fernando Genschow, Ex-Presidente do Colégio Médico Brasileiro de Acupuntura - CMBA; Luiz Carlos Souza Sampaio, Primeiro-Secretário do Colégio Médico Brasileiro de Acupuntura - CMBA; e Deise Lopes Silva, Representante do Conselho Federal de Nutricionistas. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Girão
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/05/12

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. Fala da Presidência.) – Paz e bem a todos vocês, sejam muito bem-vindos aqui à audiência pública sobre acupuntura, da Comissão de Assuntos Sociais.

Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 11, 19, 32 e 33, de 2022, da CAS, de minha autoria, para a realização de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei nº 5.983, de 2019, que regulamenta o exercício profissional de acupuntura.

Informo que a audiência terá a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do Jornal do Senado, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão, Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211. Eu vou repetir:0800 0612211. E também no Portal e-Cidadania, cujo endereço é www.senado.leg.br/ecidadania. Vou repetir também o endereço aqui do nosso portal para que quem esteja nos assistindo de forma remota, virtual, de qualquer lugar do Brasil e do exterior, que possa participar manifestando sua opinião, suas dúvidas. É muito importante essa participação. Então é www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Então a nossa equipe aqui é uma equipe extremamente comprometida de funcionários da Casa revisora da República, que vai anotar e vai trazer aqui para a gente todos os questionamentos. E a gente, ao longo da audiência, vai lê-los.

Eu imediatamente aqui quero começar, antes de chamar os convidados, nós teremos uma audiência longa, mas a primeira delas, acredito que pelo menos mais uma, nós teremos esta audiência pública, que visa instruir o PL nº 5.983, de 2019, que regulamenta o exercício profissional da acupuntura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, senhoras e senhores, destina-se esta audiência pública a instruir esse PL que eu acabei de citar, decorrente do Requerimento n° 11, de 2022, que apresentei e foi aprovado nesta Comissão.

O Projeto de Lei n° 5.983, de 2019, de autoria do Deputado Celso Russomanno, trata da regulamentação da acupuntura, cuja tramitação no Congresso Nacional se acha mais adiantada. Temos assim a oportunidade de aprofundar a discussão da matéria, que, apesar de já bastante debatida, requer ainda alguns esclarecimentos, tanto do ponto de vista de seu interesse social e sanitário, quanto no que se refere à sua aplicabilidade técnica e aos interesses das categorias profissionais que a exercem.

Considero da maior relevância que esclareçamos esses pontos para que possamos, enfim, emitir parecer equilibrado e justo sobre o referido projeto cuja tramitação iniciou-se na Câmara dos Deputados, já no distante ano de 2003. Um dos objetivos é o darmos segurança jurídica aos profissionais que militam na prática da acupuntura, pois, atualmente, devido à falta de regulamentação, os acupunturistas têm formações diversificadas e, por vezes, de baixa qualidade, o que pode comprometer a segurança dos serviços prestados à população.

Como sabemos, a acupuntura é uma técnica terapêutica de origem chinesa, sendo praticada há mais de 3 mil anos, consistindo na estimulação de pontos do corpo humano através de instrumentos apropriados com a finalidade de promover e restaurar as funções energéticas dos tecidos e órgãos do paciente. Ela é uma das técnicas consideradas modelo pela Organização Mundial da Saúde (OMS) por ser comprovadamente eficiente em moléstias físicas e emocionais. Essa mesma OMS recomenda a acupuntura aos seus Estados-membros.

O consenso do *National Institutes for Health*, dos Estados Unidos da América, também referendou a indicação da acupuntura de forma isolada ou como coadjuvante no tratamento de várias doenças e agravos à saúde emocional e física.

No Brasil, a acupuntura foi introduzida há quase 50 anos e faz parte da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde.

Em que pese, muitas vezes, se valer de instrumento de baixo custo e dispensa de medicamentos caros, o que considero fundamental dentro da realidade socioeconômica brasileira, profundamente desigual e excludente, essa atividade tem se mostrado demasiadamente cara para os padrões brasileiros, realidade que pode e deve ser alterada.

É importante ressaltar que a acupuntura faz parte de um conjunto mais amplo de terapias que compõem a medicina tradicional chinesa, desenvolvida empiricamente ao longo de centenas de anos, e que engloba, além da própria acupuntura, a fitoterapia, a massagem *tui na*, o *tai chi chuan*, técnicas essas que vêm sendo comprovadamente empregadas com bastante sucesso para o fortalecimento da saúde da população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, acredito que a acupuntura pode ser, sim, uma aliada importantíssima na restauração da saúde da população brasileira, já que sua eficácia terapêutica vem sendo atestada ao longo dos séculos.

Precisamos, assim, formar mais profissionais habilitados nessa área para que possamos ampliar e democratizar a oferta do tratamento de acupuntura, tanto no âmbito da rede privada quanto no Sistema Único de Saúde, o SUS, não apenas do ponto de vista curativo, mas também do preventivo.

Assim, conseguiremos reduzir os custos hospitalares e dar melhor qualidade no atendimento à sociedade. Porém, como já disse, essa universalização deve, sempre, caminhar paralelamente a procedimentos que garantam a segurança do paciente e que contem com profissional responsável pela prestação do serviço. Como envolve procedimentos que atuam em terminações nervosas e estruturas neurológicas dos pacientes, há a extrema necessidade do conhecimento técnico sólido dos especialistas para que os resultados terapêuticos esperados sejam alcançados, além de evitar possíveis complicações para os pacientes. Esse conhecimento técnico tem que ser pautado na qualificação e reciclagem constante do profissional.

Eu tenho a mais absoluta certeza de que, a partir dessa regulamentação, os praticantes da acupuntura passarão a contar com um novo panorama de atuação profissional em nosso país. O PL nº 5.983, de 2019, representa o amadurecimento de um amplo debate que vem sendo travado no Congresso Nacional ao longo dos últimos 20 anos. Em que pesem tantos anos de tramitação e ampla discussão, o Senado Federal é a Casa revisora da República e vai cumprir o seu papel de análise e, se for o caso, de aprimoramento do PL, razão pela qual estamos realizando esta audiência pública na presença de nossos ilustres convidados, os quais saúdo, todos, nesta oportunidade.

Esta é a beleza e, ao mesmo tempo, a complexidade do equilíbrio e respeito da democracia. É por meio do diálogo, da conversa, do entendimento que conseguiremos chegar a um denominador comum, construir um projeto que atenda, de fato, aos anseios da sociedade brasileira.

Então, antes de passar a palavra para os convidados, para a gente já fazer aqui um procedimento, eu quero deixar muito claro que eu sou um dos beneficiados pela acupuntura. Em alguns momentos da minha vida, eu já tive a oportunidade e fiquei muito satisfeito com o resultado da aplicação em minha pessoa. Vou aprender muito hoje aqui, não tenho a menor dúvida, com todos. Quero desenvolver um trabalho, o objetivo é de imparcialidade, de independência, mas, dentro do que eu coloquei aqui nesse discurso, fazer algo que democratize a acupuntura para os brasileiros, mas que resguarde, também, a segurança das pessoas.

Então, é aquela balança. Eu sou de libra, vou procurar aqui também fazer esse equilíbrio para ter um relatório o mais justo possível, e eu conto com a colaboração de todos vocês. Eu sei que existem diferentes pontos de vista, que tem mobilizado a sociedade. Isso é bom! Porque, de uma certa forma... Você vê como está aqui a nossa sala hoje. Eu não tenho a menor dúvida - não recebi ainda os dados – de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a audiência, nos canais aqui do Senado Federal, deve estar em audiência máxima, porque já começamos bem, divulgando a acupuntura. Então, isso é algo importante. Uma audiência desta, antes de começar, já começa a cumprir o seu papel.

Agora vai ser uma construção coletiva. Estamos ouvindo, já, os diversos setores de interesse nessa regulamentação, e vamos continuar ouvindo.

Hoje nós vamos ter uma audiência pública. A gente procurou, inicialmente, o equilíbrio, mas outros Senadores – fui informado agora há pouco – pediram a inclusão de nomes. E foi aprovado. Nós respeitamos, aqui, os colegas. Vamos ter dois nomes. É isso? Vamos ter três nomes extras. E, na próxima audiência pública, a gente vai compensar para que haja, nas duas audiências, um equilíbrio total das falas. Então, uma visão que estiver predominante, aqui nesta sessão, por esses três nomes que foram incluídos, nós vamos compensar na próxima audiência pública. Fica um compromisso para que a gente feche essas audiências com uma análise criteriosa e equilibrada.

Quero combinar com vocês o seguinte: aos palestrantes que vão aqui nos brindar com suas falas, peço que todos tenhamos muita atenção. Por mais que possamos discordar do ponto de vista – e faz parte da democracia – que a gente possa ouvir com respeito.

Temos aqui pessoas que estão em pé. Eu até me incomodo um pouco, peço desculpas. Tem uma sala que foi disponibilizada. É isso? Ela tem um telão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Estão liberando o auditório, daqui a pouco, do Interlegis, para quem quiser se sentar e acompanhar pelo telão. Fiquem à vontade. Mas, se quiserem ficar em pé, não temos cadeiras suficientes para colocar ao longo, mas a gente tenta melhorar na próxima. Peço desculpas antecipadamente.

Eu queria combinar que cada palestrante vai ter dez minutos. Nós vamos precisar ser criteriosos com relação ao tempo. Eu peço desculpas porque eu tenho que comandar isso com equilíbrio. Então, nós vamos dez minutos. Quando derem dez minutos, automaticamente, todo mundo vai ouvir um aviso de quinze segundos para a conclusão. Mas eu vou dar – porque eu sei que é um assunto complexo – mais dois minutos para que a pessoa possa sintetizar o complemento.

Repito, esta audiência pública faz parte do processo, mas não o encerra. O nosso gabinete vai ouvir todo mundo. Inclusive, encontrei hoje aqui o nosso amigo da Educação Física, que me encontrou no corredor e disse:" Olha, eu vim especialmente para essa audiência." Não deu para aprovar a participação dele, porque não foi votado, mas, na próxima, você vai estar para ser ouvido. E eu disse para ele: "Olhe, nós vamos ouvir todos os lados, inclusive no gabinete. O gabinete é para isso, tá?". Então, a gente vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

continuar esse processo. Nós vamos levar até o fim essa deliberação para poder concluir o relatório o quanto antes, mas com responsabilidade.

Então, eu vou passar a palavra, primeiramente, aqui, dentro da ordem que foi organizada, para o senhor, o Dr. André Wan Wen Tsai – desculpa –, André Wan Wen Tsai, que é Presidente do Colégio Médico Brasileiro de Acupuntura (CMBA).

Então, o senhor tem dez minutos, com a tolerância da Casa de mais dois, tá bom?

Muito obrigado.

O SR. ANDRÉ WAN WEN TSAI (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente.

Eu queria cumprimentar todos os presentes. Alguns eu já tive oportunidade de conhecer nos gabinetes. Tivemos a oportunidade de sentar para debatermos sobre este projeto de lei.

Queria agradecer a V. Exa. por essa abertura democrática e imparcial. Isso o assessor, Dr. Roberto Lasserre, sempre deixou muito claro.

Então, eu queria aqui, em público, agradecer ao Dr. Senador Eduardo Girão.

Não sei se o senhor se lembra eu cheguei até o senhor através da Mara Gabrilli, minha Senadora por São Paulo, e o senhor abriu totalmente as portas para que o CMBA fosse ouvido e pudesse apreciar as nossas proposições e o nosso ponto de vista.

Então, eu não vou me alongar aqui. Eu vou direto a alguns pontos aqui, Senador, com relação ao que está redigido no art. 5° deste projeto de lei. Ele fala aqui que compete ao profissional da acupuntura observar, reconhecer e avaliar os sinais e sintomas e as síndromes energéticas.

Sou eu, não é? (*Pausa.*)

Isso. O.k.

Eu vou começar já colocando fogo nessa questão. O que significa síndrome energética? Energia, o que significa energia? Nós temos aqui energia elétrica. Se a mão estiver mais quente, eu tenho energia térmica, mas precisamos contextualizar esse termo energia. Existe um problema muito sério quando você quer transportar um conhecimento de uma outra cultura para a nossa cultura. Você perde muito o significado.

É a flechinha aqui, amigo? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Eu vou descontar esse tempo, hein?

O SR. ANDRÉ WAN WEN TSAI – Por favor. Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E me permita, não sou chinês nativo, mas meus pais vieram de uma ilha chamada Taiwan, cresci com a cultura dentro de casa e *chi*, que foi traduzido de uma forma, não é errônea, mas incompleta, de forma que você não considerou o contexto de onde foi retirado para o contexto da nossa medicina. *Chi* é usado no dia a dia. Pode ser o ar, pode ser o alimento que a gente come, podem ser questões da parte filosófica e até mesmo questões religiosas, mas a gente precisa contextualizar e *chi*, que foi traduzido, e eu coloco aqui, entre aspas, como "energia", para a medicina chinesa e a para a acupuntura significa função.

Então, quando falamos de diagnóstico de medicina chinesa, eu estou falando de disfunções dos órgãos. E não tem nada de energia no sentido esotérico ou místico, porque estamos falando de ciência, essa ciência milenar que veio a ser comprovada em laboratórios, através da metodologia científica do mundo hipocrático.

O correto não é falar de síndrome energética ou diagnóstico energético; o correto é falar de *bian zheng*, diagnóstico sindrômico da medicina chinesa. Esse é o correto! Por quê? Olha, eu puxei, ontem mesmo – e isso aqui vocês têm no *site* da WHO –, o CID-11, que já... Eu acho que foi lançado há uns dois anos. Aqui, no Brasil, o Ministério da Saúde ainda está trabalhando na sua tradução, provavelmente vai entrar em vigor logo. Os não médicos falam bastante do CID-11. Eu peguei a versão em inglês...

Eu estou com problemas aqui no passador. Será que eu estou sendo sabotado aqui, Senador? Não estou sendo sabotado não, não é? (*Pausa.*)

Olha o meu tempo, o meu tempo... Tenho muita coisa para falar aqui.

Então, o que acontece? Você pega a versão inglesa, a versão em chinês e, em nenhum momento, fala-se de síndrome energética. Não tem isso. É síndrome complexa da medicina chinesa, é diagnóstico sindrômico.

Eu vou passar rapidamente porque isso aqui você consegue no *site* da Organização Mundial da Saúde.

O que é diagnóstico da medicina chinesa? Eu tenho várias maneiras de diagnosticar, princípios diferentes. Então, eu tenho o diagnóstico pelos oito princípios, eu tenho o diagnóstico pelos fatores patogênicos, pelo *chi*, pelas quatro camadas, *zang fu*, que são os órgãos, pelos meridianos e assim por diante. Esses são os principais, certo?

E por que estou falando isso? Há pouco tempo, há pouco tempo, esta Casa, a Comissão de Assuntos Sociais trouxe a plenário a votação de um projeto de lei do profissional naturista, de 2017. Ele coloca aqui acupuntura, auriculopuntura, fitoterapia oriental, moxabustão, ventosa e ele coloca também outras terapêuticas como iridologia, bioenergética, cura quântica, kirlian, laserterapia...

Eu estou com problemas aqui. Eu vou continuar pelo meu *backup*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, o que significa isso? Olha quantas outras terapêuticas mexem com a parte de energia. E isso não é medicina chinesa – me desculpem –, isso não é acupuntura. E, me desculpem, isso até está beirando o esoterismo. Cada um com a sua religião, cada um com a sua filosofia, mas o que nós viemos debater aqui é ciência. É ciência... (*Pausa.*)

Reiki, chacras...

Eu não estou invalidando essas terapêuticas; eu só quero discriminar que, do jeito que está redigido o projeto, você abre um leque enorme de opções, e a gente precisa definir que tipo de diagnóstico nós estamos falando. Energia?

Resultado final desse projeto, Senador Irajá, foi no dia 22/02 de 2022, um número bem fácil de guardar, e ele optou pela anulação, pelo veto. E ele diz o seguinte... Bom, de forma geral, ele diz que vale ressaltar que a fixação das terapêuticas em questão, por meio de lei, representaria o engessamento permanente em um campo que é muito dinâmico. Esse dinamismo inerente a esse tipo de atividade seria estiolado pelo congelamento excessivo imposto pela lei. Resultado: tivemos 12 Senadores presentes; 9 contra o projeto e 1 a favor.

Esse aqui é um exemplo de como um projeto complexo que é a acupuntura, se você não tiver uma redação bem clara, ela vai realmente comprometer uma coisa com que a gente pretende fazer, uma coisa boa.

E por que eu falo de engessar? Na medicina, em toda a área médica, que engloba aí a fisioterapia, a biomedicina, a enfermagem, nós trabalhamos com ciências que evoluem. Por exemplo, uma medicação pode estar ultrapassada daqui a cinco anos e assim por diante. E algumas medicações que a gente abandonou podem vir a ser usadas em outras situações. Então, isso aqui é muito dinâmico. É preciso tomar um certo cuidado na hora da redação do texto para não engessar esse tipo de terapêutica.

Então, não seria melhor colocar: observar, reconhecer e avaliar os sinais,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ WAN WEN TSAI – ... os sintomas diante dos diagnósticos sindrômicos da medicina chinesa?

Como o senhor falou no seu texto, Senador, acupuntura, dentre todos os pilares – dieta, fito, *tui na*, Chi Kung –, é a única invasiva e é a única considerada o braço cirúrgico da medicina chinesa. Cirúrgico!

Nós temos o Dr. Luciano, que é cirurgião, e ele pode explicar melhor. Isso aqui todo mundo está cansado de ver nos livros antigos: as nove clássicas agulhas de acupuntura, desde os antigos tempos. Podem observar não só a espessura, como também o comprimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje você faz o levantamento da literatura e põe lá: acutomo, em que você faz secções percutâneas. Nós temos aqui um procedimento cirúrgico. Não se enganem. É medicina e é cirúrgico, tanto é que o CFM, e nós estamos com a representante aqui do CFM – eu me atrapalho um pouco com isso –, em resolução, classifica a acupuntura como Classe 3.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Dr. André, só para a gente encaminhar, está bem? Todo mundo viu que houve problemas aí – e eu lhe peço desculpas – na apresentação, problema técnico.

O SR. ANDRÉ WAN WEN TSAI – Sim, sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Os dois minutos que eu vou lhe dar, eu vou passar para quatro.

O SR. ANDRÉ WAN WEN TSAI – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Para o senhor concluir são quatro minutos.

O SR. ANDRÉ WAN WEN TSAI – Posso pedir uma gentileza? Você consegue passar o eslaide por aí? Porque aqui eu acho que o controle está mais me atrapalhando do que ajudando. (*Pausa.*)

Eu vou acompanhar aqui.

Pode passar o próximo, então?

Eu queria relembrar que na Lei do Ato Médico, art. 4º, são atividades privativas do médico: indicação e execução de intervenção cirúrgica e prescrição dos cuidados médicos pré e pós-operatórios; indicação da execução e execução de procedimentos invasivos, que é a acupuntura, sejam diagnósticos, terapêuticos ou estéticos, incluindo os acessos vasculares profundos, as biópsias e/ou as endoscopias; determinação do prognóstico. A gente está falando de uma situação muito mais complexa, muito mais ampla.

Pode passar o próximo.

Eu trouxe aqui um documento assinado pelo então Conselheiro da Embaixada da República Popular da China que eu encontrei no dossiê dos leigos, em que ele falou o seguinte. Atualmente a China tem mais de 2,5 mil hospitais da Medicina Tradicional Chinesa, mais de 470 mil médicos, especializados nessa medicina e acupuntura.

Eu tive a honra de conhecer o Dr. Fernando, que está aqui presente. Ele foi até a China, aprender acupuntura. Ele teve que fazer um curso de medicina. Isso aqui é ponto pacífico. A gente tem que entender isso. Estamos falando de essência. Quando vocês pegam alguém, para atender com acupuntura,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

examinam, ouvem a história, fazem um diagnóstico, não importa se é um diagnóstico sindrômico, pela chinesa ou pela hipocrática, e você vai executar um tratamento, isso é essência da medicina, meus amigos. Não se iludam. O que nós praticamos aqui é uma medicina.

Eu queria lembrar, aqui ele fala que não tem nada a ver, a formação alopática é a formação da medicina chinesa. Eu vou mostrar, até mesmo com documentos da OMS, que tem tudo a ver. Hoje, o mundo está globalizado. Quem faz a opção de fazer medicina chinesa tem, na sua carga horária, no seu conteúdo programático, matérias da medicina ocidental. E quem faz medicina ocidental a mesma coisa.

Eu queria só... Eu trouxe aqui um decreto lei que instaurou o CFM em 1945, ou seja, é anterior à proclamação da própria República Popular da China, que foi em 1949. Tudo bem que isso aqui foi revogado, foi substituído pelo 57, mas lá nós temos dois sistemas de medicina, a medicina chinesa e a medicina alopática. Aqui nós não temos dois sistemas de medicina. Nós precisamos respeitar a nossa legislação e o que nela tem é uma medicina, comandada pelo CFM.

Eu vou passar isso aqui, eu vou concluir, Senador. Este aqui é um documento da OMS, de 2001, em que ele fala: "Olha, nos últimos cem anos, a medicina chinesa tradicional está coexistindo com a medicina alopática".

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ WAN WEN TSAI – A gente lê o texto e, em nenhum momento, nós temos essa associação entre a medicina chinesa e a medicina alopática.

Nós fizemos uma proposição para que houvesse, sim, uma segurança aos pacientes, que eles tivessem, antes de iniciar o tratamento com acupuntura, a certificação do diagnóstico clínico nosológico. E essa proposição não foi aceita. Estamos colocando em xeque a segurança da nossa população.

Eu vou resumir. Isso aqui vocês também podem pegar no *site*.

Pode passar, por favor.

Você consegue acompanhar meu...

Então nesse *site* azul, vocês podem clicar, ele fala como que é feita a prova para obtenção de título de acupunturista na China.

Por favor, o próximo.

Ele fala o seguinte, na página 2: "Os médicos licenciados"...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Para concluir, Dr. André.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ WAN WEN TSAI – Vou concluir, Senador, por favor.

"Os médicos licenciados em medicina chinesa devem ter os seguintes conhecimentos e habilidades [por favor, pode passar]: dominar o conhecimento necessário de medicina ocidental básica, medicina clínica e o conhecimento de diagnóstico e tratamento de doenças clínicas". Eu estou falando da China. Hoje, só para concluir, quem aplica para querer fazer acupuntura tem que fazer curso de medicina, pelo menos cinco anos.

Pode passar para os últimos eslaides, por favor.

O próximo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Eu peço que o senhor passe mais um para a gente concluir, porque o tempo já se esgotou.

O SR. ANDRÉ WAN WEN TSAI – É nesse que eu vou concluir, Senador.

É o seguinte: sobre esse aqui, você entra no *site* do Ministério da Educação da China. A proposta do próprio ministério, programa cinco mais três. Vocês sabem o que é a proposta cinco mais três? São cinco anos de graduação mais três anos de especialização. Só depois é que você pode fazer a acupuntura. E outra, o programa seis ponto quatro: 60% de carga horária é medicina chinesa e 40% é de medicina alopática. Precisamos juntar, unir forças.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Perfeito.

Muitíssimo obrigado, Dr. André Wan Wen Tsai. Acertei seu nome? Está difícil, não é?

O SR. ANDRÉ WAN WEN TSAI – André Wan Wen Tsai.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – André Wan Wen Tsai. Muito obrigado por o senhor ter vindo aqui participar desta audiência pública. Eu peço desculpas pelo tempo, porque a gente sabe que é um assunto muito complexo, mas tenho uma notícia boa para dar: toda a apresentação que o senhor trouxe e preparou vai ficar disponível dentro do Portal do Senado Federal, na Comissão de Assuntos Sociais. Então, quem quiser pesquisar, mergulhar um pouco... Eu tenho certeza de que esta audiência está sendo muito assistida e vai continuar a ser, porque ela fica no YouTube.

Eu quero já imediatamente aqui agradecer, enquanto eu chamo o próximo, se o senhor puder ceder o lugar, eu lhe agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Afonso Henriques D'Oliveira Soares Romão, que é o Presidente da Federação dos Acupunturistas do Brasil, por favor, peço que venha aqui para a mesa. Será o próximo a falar; depois, o Dr. Luciano.

Eu quero agradecer a Senadora que tem sido uma revelação aqui no Senado Federal, chegou há pouco tempo aqui na Casa, mas tem feito um grande trabalho, humanista, uma pessoa assim extremamente cuidadosa, zelosa em tudo que vota, em tudo que faz nas suas intervenções, nos seus projetos, que é a Senadora Nilda Gondim, que é lá da Paraíba e está conosco aqui, prestigiando esta reunião.

Muito obrigado pela sua presença.

Se a senhora quiser já usar a palavra, fique à vontade.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Primeiro, quero agradecer essas palavras que me emocionam. Aliás, não é novidade, você sempre foi um homem altamente cavalheiro, um Senador cordial, cortês, atenciosíssimo, e eu tenho que registrar isso que me sensibiliza profundamente. E esse tema, para mim, é muito importante, porque eu acredito em acupuntura, acredito, e voto, e sou uma das entusiastas desse processo de saúde que realmente ajuda muito a cura, muito!

Então, parabéns, Girão! Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Que bom, Senadora Nilda. Peço que a senhora dê um desconto ao que ela falou aqui, porque ela é uma amiga, uma irmã...

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Não, não, eu sou muito transparente, você sabe disso. Eu só digo o que sinto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Mas, olha, esta audiência pública é muito importante e nada é por acaso. Estando aqui com a gente, a senhora vai me ajudar neste processo, porque nós estamos aqui discutindo a regulamentação da acupuntura. Olha o desafio! Você tentar democratizar, porque eu também já tive muitos benefícios em minha vida por causa da acupuntura. Tenho muita gratidão por essa cultura milenar que vem da China.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Mas uma cultura milenar altamente relevante para todos nós, independentemente de *status* social, independentemente de tudo. Eu acho que tem que ser regulamentada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Exato, exato! Regulamentada...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Eu concordo inteiramente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – ... porque tem a questão da segurança também. Então, olha o ponto de equilíbrio que a gente vai precisar ter. Aqui nós temos diversos setores de interesse da sociedade nesse tema. Nós vamos fazer esta, que é a primeira audiência pública. Estou querendo fazer pelo menos mais uma, porque algumas pessoas não deu para a gente ouvir, alguns representantes, hoje, mas nós vamos iniciar esta caminhada no Senado, porque já foi, lá na Câmara, deliberado. Então, esperamos que Deus nos ilumine e nos abençoe para que a gente possa...

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Mas eu creio que você não vai ter dificuldade no Senado, não. Eu creio que sim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Vai dar tudo certo, se Deus quiser! Conto com o seu apoio. Vamos conversar muito.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Ah, com certeza, com certeza!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Então, muito obrigado. A senhora, na hora em que quiser fazer alguma colocação, fique à disposição.

Eu já passo a palavra, imediatamente, para o Afonso Henriques D'Oliveira Soares Romão, que é o Presidente da Federação dos Acupunturistas do Brasil (Fenab). Muito obrigado pela sua participação, por você ter vindo aqui. O senhor tem dez minutos, com a tolerância de dois. Espero que não falhe a apresentação, como a do Dr. André.

O SR. AFONSO HENRIQUES D'OLIVEIRA SOARES ROMÃO (Para expor.) – Bom, é uma honra muito grande estar aqui, dentro deste plenário, com a presença de todos vocês: acupunturistas, colegas, autoridades, Senador Eduardo Girão.

Eu acho que eu sou a pessoa, aqui dentro, mais antiga da acupuntura do Brasil da segunda geração. Então, acompanhei todo o trabalho, de uma certa forma, enquanto eu estive morando no país. Fizemos muitas coisas: criamos a primeira escola técnica de acupuntura, no Estado do Rio de Janeiro, autorizada pela Secretaria Estadual de Saúde; implantamos a acupuntura no hospital do Iaserj, dos funcionários de Niterói; fizemos convênios com a Secretaria Municipal de Saúde. Tivemos o prazer de estar, naquela época, com grandes médicos que tinham uma certa harmonia interna, e a gente convivia com muita bondade e reciprocidade com esse trabalho.

Hoje, nós vemos, vamos dizer assim, um certo antagonismo em relação a esse processo da acupuntura. Mas tudo bem, tudo faz parte do processo e da dinâmica do trabalho. De outro lado, eu vejo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é importante que a gente ressalte aqui o que é realmente a acupuntura, o que é realmente a medicina tradicional chinesa.

Nós tivemos a oportunidade de termos iniciado a acupuntura aqui no Brasil e fomos estudar no exterior, fazer doutorado no exterior, estudar na China, na Europa e nos Estados Unidos, e formalizamos diversas instituições, como a Fenab e tantas outras que existiram e ainda permanecem até os dias de hoje. Então, eu passo aqui a fazer algumas considerações que eu acho importantes.

Exmo. Sr. Senador Eduardo Girão, ao cumprimentá-lo cordialmente, a Federação dos Acupunturistas do Brasil e Terapias Integrativas (Fenab), vem apresentar a V. Exa. as razões da importância da regulamentação da acupuntura e do exercício da acupuntura através do Projeto de Lei nº 5.983, de 2019.

Bom dia a todos!

Eu gostaria de ser breve pelo fato de que dez minutos não dariam para relatar a história milenar da medicina tradicional chinesa, mas, coloco alguns aspectos para iniciar este debate que possa resultar, mesmo com ideias diferentes, na harmonização dos opostos, que faz parte da dinâmica da política social, um assunto polêmico como a medicina oriental para um país como o Brasil que ainda está amadurecendo e abrindo sua visão para o futuro, enquanto, em outros países, este assunto já avança, não só com uma tecnologia educacional, mas também com investimentos financeiros para a melhoria dos estudos e a tecnologia da medicina oriental como um todo, em países que já regulamentaram essa questão.

Acredito que, para podermos compreender a fenomenologia cultural da descrição filosófica dos fenômenos da natureza da origem das medicinas asiáticas tradicionais, se faz necessário estudar o surgimento, em suas origens, linguagens arquetípicas em que a saúde era um pilar primordial de suas necessidades desde a antiguidade, e a China é o país onde o nascimento dessa ciência mais antiga tem como estruturação epistemológica com metodologia e sistematologia próprias, independentemente dos modelos biomédicos ocidentais.

Porém, com os avanços da tecnologia biomédica, foi possível reescrever diversos modelos necessários para atualizar os mecanismos e melhorias da aplicação da compreensão da medicina oriental no Ocidente, como o escopo básico da matriz curricular e desenvolvimento da tecnologia educacional. Foi assim que foi possível desenvolver toda uma estrutura curricular para que pudéssemos estudar tanto do ponto de vista científico da tradição como quanto a alguns aspectos religiosos que estão inseridos dentro do próprio contexto da medicina tradicional chinesa no que diz respeito à questão da filosofia do taoísmo. E, dentro dessa tecnologia, nós avançamos muito. Tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, hoje, nós estudamos a medicina oriental tanto do ponto de vista da racionalidade médica ocidental quanto da racionalidade médica oriental. As duas coisas fazem parte do desenvolvimento desse pilar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, dentro dessa visão em países avançados, há duas racionalidades estudadas, mas não ignorando a tradição e os ensinamentos filosóficos da medicina oriental, que são os cinco pilares, a saber.

Como nós estamos sendo televisionados no Brasil e fora, é importante também, porque tem pessoas leigas, então, a medicina tradicional chinesa é dividida em cinco pilares: acupuntura; farmacopeia ou farmacoterapia chinesa; dietoterapia ou nutrição; massagem; *chi kung* ou *qigong*, que é o cultivo da energia, o *chi*, o que é, hoje, dentro de um processo altamente avançado nas investigações, podemos dizer que essa energia está dentro de padrões do que é chamado de energia escalar, cujo tema é outra questão de difícil compreensão para quem não tem uma formação mais avançada em outras áreas das ciências, inclusive na medicina oriental.

Concernente ao exercício do quinto pilar, que é um conjunto de movimentos aliados às atividades respiratórias e um aprendizado junto com movimentos, o *qigong*, tanto quanto a acupuntura, é importante, porque é o primeiro processo de terapia para poder equilibrar os corpos sutis que existem dentro do corpo. Isso é um processo de experiência.

Tem mais de 4 mil anos essa experiência, com experiência empírica. Hoje ela já é estudada e explicada nos maiores laboratórios do mundo, inclusive na UCLA, Universidade da Califórnia.

A acupuntura, assunto deste debate, tem que ser entendida dentro dos clássicos da Medicina Tradicional Chinesa, tem como foco o aproveitamento dos aspectos tanto das tradições como também das atualizações do seu desenvolvimento científico e cultural. O Clássico Interno do Imperador Amarelo, ou simplesmente o Clássico Interno, é uma obra chinesa fundante da medicina da China antiga atribuída ao ancestral da civilização chinesa, o Imperador Huangdi. Essa obra, como todas as obras dos grandes clássicos, fundamenta que a acupuntura é uma ciência ecobiológica, que atua dentro dos princípios das leis universais, nos ciclos do tempo e suas características associadas, dentro de uma estrutura teórica e prática, que abrange a natureza e sua inter-relação que governa o funcionamento do corpo humano como um todo e também a sua interação com os ciclos da natureza.

Sendo assim, necessitamos que a acupuntura seja regulamentada de forma multidisciplinar, para toda a área de saúde, e que seja aprovada a íntegra do Projeto 5.983. A aprovação desse projeto irá beneficiar 214 milhões de brasileiros em todo o país, será um avanço incomensurável para o Brasil, aliado a uma nova perspectiva na área de saúde, como também nas práticas integrativas complementares que estão sendo desenvolvidas nas maiores universidades do mundo, e o Brasil hoje é um exemplo das práticas integrativas no mundo.

Então, quando a gente fala sobre Medicina Tradicional Chinesa e práticas integrativas, principalmente na qualificação da Medicina Tradicional Chinesa, a gente sempre foca a racionalidade médica, tanto ocidental quanto oriental, e isso é chamado nosologia ou diagnóstico. O diagnóstico da Medicina Tradicional Chinesa vai muito mais além do que vocês possam pensar dentro de um estudo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exames laboratoriais ou de qualquer outro tipo de exames complementares, porque a Medicina Tradicional Chinesa existe há mais de 4, 5 mil anos e até os dias de hoje ela foi transmitida pela tradição, pelas linhagens que chegaram até os nossos dias através de templos e monastérios. Ela foi se formalizando e se desenvolvendo em diversos tipos de características, nuanças e tipos de acupuntura em diversas localidades da China.

Quando a gente fala em energia Qi, a gente não pode qualificar uma coisa unicamente dentro de um padrão científico, porque a característica desse fenômeno é ampla, é universal e, se estamos vivos aqui e agora, nós dependemos dessa energia em todos os sentidos.

E quando falamos que a acupuntura é um ato invasivo... Ora, se a acupuntura é um ato invasivo, cortar cabelo é ato invasivo, cortar unha é ato invasivo, respirar já é um ato invasivo. Então vamos desenvolver... Eu peço que a gente possa conduzir esse trabalho num sentido amplo, com debates, mas não criar uma modalidade tendenciosa, de um lado ou para o outro. Nós temos que juntar forças para que possamos compreender a acupuntura como um todo, a Medicina Tradicional Chinesa como um todo.

Agradeço. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado pela sua participação Afonso Henriques d' Oliveira Soares Romão, que é o Presidente da Federação dos Acupunturistas do Brasil (Fenab). Muito obrigado pelo respeito ao tempo. Também não teve a projeção, que travou aqui. O Dr. André também respeitou, quero deixar isso claro, mas agradeço demais a participação de vocês.

Antes de passar a palavra para o Dr. Luciano Gonçalves de Souza Carvalho, que é Diretor de Assuntos Parlamentares da Associação Médica Brasileira (AMB), eu queria já chamar à mesa o Sr. Nelson José Rosemann de Oliveira – por favor, se o senhor puder vir para a mesa, o senhor vai ser o próximo a falar –, ele que é Advogado da Sociedade Brasileira de Acupuntura. Já toma seu lugar ao meu lado e eu já passo a palavra, agradecendo ao Sr. Luciano Gonçalves de Souza Carvalho pela presença aqui no Senado Federal.

O senhor tem dez minutos, conforme nós pactuamos, com dois minutos de tolerância da Casa. Muito obrigado.

O SR. LUCIANO GONÇALVES DE SOUZA CARVALHO (Para expor.) – Obrigado.

Bom dia a todos. Eu gostaria de cumprimentá-lo, Senador, pela iniciativa...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Doutor Luciano, perdão, só para dar uma informação importante para as pessoas, porque me incomoda ver tanta gente em pé aqui e esta audiência é para horas. Então, eu quero deixar aberto: quem quiser, tem uma sala próxima do Interlegis, tem lá um telão, com cadeira confortável, para quem quiser participar de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lá, quem quiser assistir de forma mais confortável. Fiquem à vontade. A nossa equipe está aqui, quem quiser acompanhar a equipe do Senado Federal, da área da Polícia Legislativa, que está aqui para ajudar a levá-los. Eu agradeço a possibilidade.

Então, volta o tempo. Desculpa interromper. Dr. Luciano, o senhor tem dez minutos, com a tolerância de dois da Casa. Obrigado.

O SR. LUCIANO GONÇALVES DE SOUZA CARVALHO – Obrigado mais uma vez, Senador.

Volto a cumprimentá-lo pela iniciativa, pela delicadeza de nos receber aqui. Eu gostaria de enaltecer realmente a nossa preocupação com relação a temas tão polêmicos, tão distintos, como é a atividade de assistência à população.

Eu gostaria também de cumprimentar a Senadora Nilda Gondim, lembrando e fazendo um testemunho pessoal de que já sou conhecedor de vários embates do Deputado Vital do Rêgo, por isso sou logicamente seu conterrâneo. Então, o cumprimento, assim como também eu vi meus avós falando de Pedro Gondim como sendo um elemento da política nacional muito importante. Meus cumprimentos à senhora e à sua presença.

Gostaria de cumprimentar todos os palestrantes, gostaria de cumprimentar os presentes, os demais senhores e senhoras.

Inicialmente, acho que é muito importante estabelecer exatamente a Associação Médica Brasileira, que é uma entidade sem fins lucrativos que tem uma criação de mais de 70 anos, fundamentada no contexto federativo do país, com uma junção das associações estaduais que vieram da Academia de Medicina, que já tem mais de 200 anos, criada pelo Imperador Pedro II, só para dar a densidade do que é a posição da Associação Médica Brasileira. Ela exerce um papel vocacional, estatutário, de propor um modelo de formação, de desenvolvimento das habilidades dos profissionais assistencialistas médicos e em saúde, oferecendo assim, aos órgãos normativos e legisladores, grades curriculares apropriadas e modelos de treinamento, respeitando a ciência aceita e regulamentada pelo Estado brasileiro, para aplicar na formação e no reconhecimento legal do profissional de saúde, profissional médico, a exercer uma assistência adequada à população, com responsabilidade e proteção ao indivíduo assistido e ao paciente

Esse é um trabalho permanente e contínuo da AMB e das suas 27 federadas, correspondentes aos 26 estados do Brasil e ao Distrito Federal, e das 55 sociedades científicas de especialidades, que, junto com outras entidades médicas nacionais, zelam permanentemente pela qualidade e segurança da atividade assistencial médica e em saúde.

A Associação Médica Brasileira, então, o CFM e a Comissão Nacional de Residência Médica identificam e certificam especialidades médicas em comum acordo, respeitando o material, os métodos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as características, os méritos, as ferramentas, a legalidade, os resultados, as atualidades e as práticas vigentes.

Os profissionais médicos que atendem os pré-requisitos da formação, da avaliação e do reconhecimento são certificados como especialistas aptos a aplicar seu conhecimento de acordo com o modelo de prática reconhecida e legalizada no Estado brasileiro, assim como também são responsáveis pelas suas ações.

Aqui eu cito, Senador, a Lei 12.842, de 2013, que regulamenta o ato médico. Define o que é um ato médico, diz exatamente quais são os limites bem desenhados do que é um ato assistencial médico legalizado no Brasil. Setores como cirurgia, cardiologia, ginecologia, pediatria, clínica médica e mais 50 áreas de especialidades, além das 59 áreas pontuais de atuação, são reconhecidas e certificadas, garantindo assim respeito ao escopo organizado e regulamentando uma assistência e uma prática segura de atuação de saúde e segurança da população e do paciente.

Entre as 55 especialidades médicas propriamente avaliadas, revisadas permanentemente... Entre as 59 áreas de atuação, consta a acupuntura, que atua junto com outras áreas especializadas no estudo e no tratamento de morbidades específicas, assim como na assistência à dor. É uma especialidade médica devidamente reconhecida, regulamentada, acolhida na legalidade, e sua aplicação inserida no escopo da Lei do Ato Médico.

Existem em torno de 35 mil médicos em atividade no Brasil e perto de 350 escolas médicas formando médicos constantemente no Brasil, que atuarão diretamente na assistência à população e no atendimento ao paciente. O Estado brasileiro deve então estar atento à qualidade e à efetividade das práticas e dos atores da assistência médica nacional. O país e a população esperam que medidas e ações protetivas à saúde e ao paciente não sofram descontinuidade e interrupção, sem considerar os elementos que orientam a regulamentação das suas ações.

Assim, a Associação Médica Brasileira, muito além do seu corpo e muito paralelo à questão mercadológica, zela pela boa atividade da assistência e da medicina, protegendo assim a população.

Senador, eu tenho um manifesto aqui também das entidades médicas nacionais, que caracteriza bem, reconhece a acupuntura como um sistema especializado em intervenções terapêuticas, oriunda de países asiáticos, que foi introduzida no Brasil há mais de 100 anos. Seu valor terapêutico nos países de origem despertou a atenção dos médicos brasileiros que buscaram evidenciar, dentro dos parâmetros científicos modernos, seu meio de ação e sua validação terapêutica.

A coleção de evidências científicas possibilitou que, em 92, o CFM (Conselho Federal de Medicina), órgão regulador da atividade médica no país, a reconhecesse como ato médico, ou seja, um método singular de intervenção terapêutica, equiparando-a aos tratamentos médicos convencionais clínicos e cirúrgicos, colocando uma coincidência de diagnóstico e de ação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O reconhecimento dos médicos que a praticavam com fins terapêuticos, como especialistas, seria o próximo passo. Foi o que se deu, após minucioso processo de análise, em 1995, quando passou a integrar o rol de especialidades médicas reconhecidas, finalmente, pelo CFM e pela Associação Médica Brasileira e assim também Comissão Nacional de Médicos Residentes do Ministério da Educação e Ciência.

Atualmente, a acupuntura integra o rol das 55 especialidades médicas e 59 áreas de atuação da medicina sendo, ao lado da ortopedia, da traumatologia, da reumatologia, da anestesia e de outras especialidades da medicina física e de reabilitação, da clínica médica, da neurologia, da neurocirurgia, uma especialização e uma especialidade que tem o estudo do tratamento da dor como sua área de atuação principal.

Desde então, existem, no Brasil, duas práticas de acupuntura: uma legal, que está vinculada à Associação Médica; outra informal, realizada por pessoas que se propõem a se qualificar para a prática da acupuntura.

Várias profissões da área de saúde tentaram agregá-la no seu rol de procedimentos, porém as ações judiciais têm confirmado que a acupuntura é um ato médico e, como tal, deve ser respeitada.

Embora a prática informal esteja incluída no Programa Nacional de Práticas Integrativas, o que a confunde com a especialidade médica oficial, sua permanência e oficialização implicam em grave risco para a população brasileira por dar competências ou possivelmente oferecer...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCIANO GONÇALVES DE SOUZA CARVALHO – ...competências a pessoas sem a qualificação médica necessária para o exercício e sua prática.

Estou finalizando, Senador.

Com isso, o Colégio Médico de Acupuntura, aliado à AMB sociedade de especialidades do Sindicato dos Médicos, signatário desse manifesto, recomendam que essa lei tem que ser revista na sua integralidade para saber exatamente como podemos proteger a população. Esse é um documento signatário que tem o endosso dos 530 mil médicos do Brasil, formados, e dos possíveis mais 20 mil médicos que se fazem por ano. Está signatário de todas as sociedades de especialidades, as federadas do Brasil, e as entidades que representam o médico. Logicamente, quero citar também, Senador, a Associação Médica Cearense e a Associação Médica da Paraíba.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Dr. Luciano Gonçalves de Souza Carvalho. Ele é Diretor de Assuntos Parlamentares da Associação Médica Brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado por ter vindo aqui pessoalmente. Acho que é o início de uma caminhada. Vamos aprender – não é Senadora Nilda? – uns com os outros e tentar esse conciliar. Vamos tentar encontrar um caminho aqui para que os brasileiros possam ter, cada vez mais, essa oportunidade que nós tivemos de ter realmente uma qualidade de vida melhor, no mínimo, a partir da acupuntura. Eu acho que não é por acaso que é milenar, porque vem já testada e tudo... Mas, ao mesmo tempo, precisamos ter cuidado com a segurança do paciente.

Então, esse é o grande desafio.

Eu já passo aqui, imediatamente, a palavra, agradecendo a presença do Sr. Nelson José Rosemann de Oliveira, que é advogado da Sociedade Brasileira de Acupuntura. Muito obrigado pela sua presença aqui.

O senhor tem dez minutos para usar a palavra, com uma tolerância de dois aqui da Casa.

O SR. NELSON JOSÉ ROSEMANN DE OLIVEIRA (Para expor.) – O.k.

Exma. Senadora Nilda, senhores e senhoras que compõem esta Comissão, particularmente é um prazer estar aqui, e me dirijo aos senhores da seguinte maneira.

A regulação da prática da acupuntura no Brasil já não é um assunto inédito ou novo no horizonte deste país. Recentemente, revi os arquivos do Projeto de Lei da Câmara dos Deputados de nº 4.155, de 1980, de autoria do ilustre Deputado Olivir Gabardo, meu conterrâneo, paranaense, que, naquela ocasião, foi arquivado pelo motivo de não existirem no Brasil cursos superiores de acupuntura, fato que, atualmente, está superado, porque o Ministério da Educação já autorizou diversos cursos de acupuntura, de graduação em acupuntura.

Lembrei, também, da minha presença nesta Casa de Leis no dia 4 de abril de 2000, quando o PL nº 383, de 1991, de autoria do Deputado Marcelino Romano, foi aprovado na Câmara dos Deputados e transformado no PL 67/1995, aqui no Senado, que teve por Relator o ilustre Senador Valmir Campelo. Foi modificado, lamentavelmente, por um substitutivo oferecido pelo Senador, médico, Geraldo Althoff, na Comissão de Educação, buscando o monopólio médico que se pretende novamente hoje. O Senador Geraldo Althoff também foi autor da Lei nº 12.842, de 2013, citada aqui várias vezes, e eu peço a permissão e a gentileza de poder ler os dois vetos mais importantes da lei do ato médico.

Sua Excelência a Senhora Presidente vetou, no inciso I do *caput* do §2º do art. 4º, a formulação do diagnóstico nosológico e respectiva prescrição terapêutica. Isso significa dizer que a classe médica não detém o monopólio do diagnóstico nosológico, nem da prescrição terapêutica, por força do veto presidencial que retirou esse dispositivo da Lei nº 12.842.

Também, da mesma lei, foi retirada a prerrogativa de invasão da epiderme e derme com o uso de produtos químicos abrasivos, invasão da pele, atingindo o tecido subcutâneo por injeção, sucção, punção,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

insuflação, drenagem, estilação, enxertia. Razão do veto, especificamente: ao caracterizar, de maneira ampla e imprecisa, o que seriam procedimentos invasivos, os dois dispositivos atribuem, privativamente, aos médicos um rol extenso de procedimentos, inclusive alguns que já estão consagrados no Sistema Único de Saúde a partir de uma perspectiva multiprofissional.

Em particular, o projeto de lei restringe a execução de punções e drenagens, e transforma a acupuntura em prática privativa dos médicos, restringindo a possibilidade da atenção à saúde, contrariando a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares do Sistema Único de Saúde. Logo, a acupuntura não é um ato médico exclusivo; logo, a acupuntura é legitimamente praticada – e eu volto ao texto aqui me referindo.

A batalha das agulhas, como é conhecida na história da regulamentação da acupuntura, foi iniciada por um colega fisioterapeuta. Eu, além de ser advogado, sou fisioterapeuta e sou especialista em acupuntura também. O nome desse colega é Frederico Spaeth. Ele introduziu a técnica científica da acupuntura nos anos 50.

Spaeth, em conjunto com o médico Evaldo Martins Leite, Ary Telles Cordeiro, Aguinaldo Sampaio de Almeida Prado, fundou a primeira entidade representativa de acupunturistas brasileiros, a ABA – cujo representante está ali –, difundindo o conhecimento da arte milenar chinesa entre diversos profissionais da saúde brasileira, de maneira equânime e isonômica.

Das entranhas da ABA, surgiu a cisão de um pequeno grupo de médicos que, ao antever, na década de 80 do século passado, o promissor crescimento da acupuntura no mundo, resolveu monopolizá-la, dando origem à Sociedade Médica Brasileira de Acupuntura, predecessora do Colégio Médico Brasileiro de Acupuntura, hoje aqui presente.

É preciso evidenciar que, antes de Spaeth, a acupuntura já fora introduzida no Brasil pelos primeiros imigrantes chineses, trazidos por Dom João VI em 1810, oriundos de Macau, que aqui chegaram para trabalhar na agricultura do chá no Jardim Botânico e na fazenda imperial de Santa Cruz, na Ilha do Governador.

Posteriormente, a acupuntura teve uma difusão tradicional significativamente aumentada pela mão dos imigrantes japoneses, que começaram a aportar no Brasil a partir de 1908, com a chegada do navio Kasato-maru, vindo de Kobe.

A importância e a diferença da acupuntura de Spaeth é a difusão de sua filosofia – não ciência, a filosofia precede a ciência –, a filosofia dos seus efeitos e dos seus resultados terapêuticos junto a profissionais da saúde brasileira, pois, até então, ela permanecia uma espécie de conhecimento tradicional hermeticamente fechado e acessível somente aos descendentes de orientais, dada a barreira da língua e da cultura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Spaeth foi discípulo do alemão Erich Stiefvater, que, por sua vez, foi discípulo de George Soulié de Morant, embaixador francês na China que, no seu retorno ao país de origem, introduziu os saberes da acupuntura em França.

No Brasil, seus discípulos, inclusive médicos, na ocasião foram acusados diversas vezes de charlatanismo, em decorrência da prática da acupuntura, pelo próprio Conselho Federal de Medicina, que chegou a publicar a Resolução CFM nº 467, de 3 de agosto de 1972, afirmando que a acupuntura não é uma especialidade médica. Essa posição foi ratificada ainda na 1.184ª Reunião Plenária do CFM, em 1986.

A posição política de combate à prática da acupuntura somente foi modificada pela corporação médica após o convencimento do formidável avanço da técnica no Ocidente, especialmente nos Estados Unidos, por influência do jornalista James Reston, ganhador do Prêmio Pulitzer, que testemunhou os efeitos da técnica por ter recebido o tratamento da acupuntura após cirurgia de apendicite a que foi submetido no Hospital Anti-imperialista de Pequim, quando compunha a histórica comitiva do Presidente Richard Nixon para reatar os atos diplomáticos entre Estados Unidos e China. Nos Estados Unidos, a acupuntura é praticada por não médicos – não por médicos, mas por profissionais especificamente nela graduados –, em quase todos os seus estados, e se revela uma atividade altamente procurada pela população, dada a sua eficácia.

As bases da acupuntura são milenares e fundamentadas na filosofia taoista e confucionista, de modo que ela tem um fundamento na busca do equilíbrio das energias que circulam no corpo humano em relação ao universo, ao contrário da medicina ocidental, que tem por fundamento as doenças e suas possíveis curas.

Como já afirmado, o fundamento essencial da acupuntura é a busca da harmonia entre energias *yin* e *yang,* que circulam através de meridianos imaginários no corpo humano, como também no universo. Desse equilíbrio resulta a saúde.

Em razão de sua tradicionalidade e dos seus resultados terapêuticos, a acupuntura foi declarada Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela Unesco em dezembro; aliás, em 16 de novembro de 2010.

Estamos diante de um processo de transfixação cultural de uma parte da cultura oriental em nossa cultura brasileira, e, nesse contexto, é de enorme importância compreender que a acupuntura é parte da...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NELSON JOSÉ ROSEMANN DE OLIVEIRA – Estou finalizando, Senador.

... cultura oriental em seu país de origem e é praticada por médicos tradicionais chineses, uma profissão absolutamente distinta da medicina ocidental. *Mutatis mutandis*, os médicos tradicionais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chineses estão culturalmente para a China como os pajés, as benzedeiras e as parteiras estão para o Brasil. A técnica possui uma racionalidade própria, fundamentada na milenar filosofia taoista.

Senhores, para encerrar.

Em homenagem a Friedrich Spaeth, em homenagem à cultura e à tradição de mais de quatro mil anos da acupuntura, faz-se necessário regulamentá-la finalmente no Brasil. Que ela seja multiprofissionalmente regulamentada, de forma democrática, assim como sonhou Spaeth, assim como todos nós queremos!

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Dr. Nelson José Rosemann de Oliveira. Obrigado pela sua participação, por ter vindo aqui ao Senado Federal.

Nós temos recebido aqui já muitos comentários e algumas perguntas de brasileiros que estão se manifestando. Daqui a pouco, quando ouvirmos todos os palestrantes – eu também tenho algumas perguntas aqui –, nós vamos fazer a rodada final, tá?

Então eu peço a quem pôde já fazer a sua fala aqui que continue conosco até o final, porque a gente vai fazer depois cinco minutos de questionamentos da população e meus aqui, direcionados a cada um de vocês, para que a gente possa ter o complemento final e cada um possa fazer as suas considerações finais aqui da sessão.

Mas nós temos ainda uma lista boa aqui de oradores, e eu já quero, imediatamente, passar a palavra...

Eu vou pedir licença com relação ao seu nome, talvez eu não consiga acertar, mas o Dr. Fernando Genschow é ex-Presidente do Colégio Médico Brasileiro de Acupuntura (CMBA). Muito obrigado pela sua presença aqui.

O senhor tem dez minutos, com a tolerância de mais dois, para fazer a sua exposição.

O SR. FERNANDO GENSCHOW (Para expor.) – Bom dia.

Eu agradeço ao Senado, agradeço ao Senador Girão, saúdo a presença da Senadora Nilda Gondim, saúdo a todos que aqui estão e a todos aqueles que estão assistindo pela internet. Eu acho extremamente importante estarmos aqui para buscarmos esclarecer todas essas situações que parecem polêmicas, mas não são. Elas são confusas, muitas vezes propositadamente confusas.

Eu estou envolvido com essa atuação da acupuntura há 50 anos. Há 50 anos eu utilizei a minha primeira agulha de acupuntura. Eu não era médico. A minha decisão por fazer o curso de Medicina foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

justamente porque eu me interessei tanto, eu e mais três jovens, adolescentes como eu; estávamos entusiasmados e víamos que existia essa prática, que era colocada de uma forma pouco clara do que ela seria e que no Ocidente acabou se divulgando assim. Por causa disso, eu fui fazer o meu curso de Medicina, depois eu fiz a minha residência médica e, tendo me formado, eu fui para a China.

Eu já conhecia, já tinha estudado o que era disponível no Ocidente, que foi mencionado – Soulié de Morant, Fauber, Chanfreau, Van Nghi, que nos dão uma visão parcial, uma visão até ocidentalizada, porque, infelizmente, tanto os médicos chineses, como os médicos ocidentais, em geral, não estudam o pensamento, a epistemologia para poder entender. Por isso, brigam tanto, porque não entendem do que estão falando. Então brigam por causa da superfície e não se atêm à profundidade daqueles conhecimentos. Mas em dez minutos é impossível falar sobre isso. Para os meus residentes eu falo sobre isso durante os dois primeiros meses da residência para que eles possam entender que a medicina antiga chinesa e a medicina atual são continuidades, elas não se opõem, elas não brigam. Quem briga são aqueles que praticam, mas não entendem, não se aprofundam.

Bom, eu fiz então durante aquele tempo, antes de ir para a China, meus estudos pessoais. Não eram satisfatórios. Fui para a China, voltei, muitos colegas voltaram da China também. Nós formamos então a Sociedade Médica Brasileira de Acupuntura. Também não temos tempo aqui de contar os bastidores. Só quero dizer que o Dr. Evaldo Martins Leite nunca foi processado por prática ilegal de medicina – depois eu posso trazer. Foi processado por divulgação inadequada, imprópria. Ele não pode divulgar uma especialidade que não tinha.

Existem várias coisas folclóricas que se repetem e que mereceriam ser mais bem esclarecidas. Em 1984, depois de todo esse processo, China, e etc., eu presidia a Sociedade Médica Brasileira de Acupuntura e, assim, fui convidado pelo ministro, na época, como servidor público, pelo ministro da Previdência e Assistência Social, Waldir Pires, para integrar um grupo para que nós estudássemos... Estávamos implantando o SUS, criando o SUS, e para que se colocasse a homeopatia, a acupuntura, a fitoterapia, a assistência à saúde mental no SUS e, naquela época, também as águas termais. Eu coordenei, então, essa implantação e, em 1988, foi implantado no SUS, e estava sob a minha responsabilidade a parte dos estudos a respeito disso. Então, desde 1988, nós tivemos a acupuntura como uma atividade assistencial médica desde àquela ocasião. E isso se espalhou pelo país. Não dá tempo aqui de a gente falar de como isso foi importante, de como isso se capilarizou por todo o país, essa extensa implantação. Posteriormente, eu sempre me dediquei ao serviço público. Presidi o Colégio Médico, aqui no Distrito Federal eu chefio uma unidade de acupuntura do Hospital de Base e também coordeno todas as unidades como Coordenador-Geral dessa especialidade e coordeno também a residência médica, a residência médica em acupuntura e também sou vice-coordenador de outras 40 residências médicas.

Precisamos ter aqui claro que só o Brasil tem três marcos fundamentais no mundo, além da China, em que a acupuntura é universalmente implantada no serviço público de atenção à saúde. Só o Brasil e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

China têm esses três marcos. O segundo, ser uma especialidade médica reconhecida por todas as autoridades do pais; terceiro, ter um programa de residência médica. Sem ser o Brasil, só Taiwan e a República Popular da China têm esses três marcos. Isso é um orgulho para o nosso país. E exatamente por isso nós estamos muito preocupados com a segurança dos pacientes. Todos que estão aqui eu tenho certeza de que estão preocupados com a segurança dos pacientes. E todos aqui sabem que é fundamental para a segurança dos pacientes que haja o diagnóstico da doença.

Na China, nos prontuários da China, nós temos um campo, antes de vir isso em qualquer lugar, seja num hospital de medicina chinesa, seja no hospital de medicina ocidental, existe um campo em que a gente coloca o nome da doença, o diagnóstico, porque é isso que vai nos nortear para que nós possamos fazer o prognóstico do que estamos fazendo. Nós não tratamos apenas dores, nós tratamos bem de dor, mas precisamos saber qual é causa daquela dor, porque ela pode ser um câncer. Nós vamos tratar a dor do câncer? Vamos, mas precisamos tratar aquela etiologia. Nós temos casos cirúrgicos que não são abordáveis pela acupuntura, por medicamentos. E nós precisamos fazer o diagnóstico para fazer o prognóstico. Então, na China é assim e no Brasil é assim também.

O diagnóstico chinês, seja o nome que se queira dar a essa diferenciação de síndromes, eu acho, assim, um pouco ousado traduzir, em termos ocidentais. Energia é uma palavra ocidental, não é uma palavra chinesa e nós preferimos usar as palavras originais. É um diagnóstico – seja o nome que se queira dar – um diagnóstico secundário, como, em várias especialidades, nós temos diagnósticos secundários, como, na mastologia, nós temos diagnósticos secundários: dizemos câncer de mama, mas aí nós tipificamos qual é aquele câncer de mama. Então, é importante que esse projeto de lei possa garantir essa segurança do paciente, a segurança do diagnóstico e a segurança dos conhecimentos daqueles que vão aplicar.

Sendo muito antigo na acupuntura e tendo passado por tudo isso, desde 2002, eu integro uma equipe jurídica em que nós questionamos... É do conhecimento de todos que vários conselhos federais, grande parte dos conselhos federais de saúde pleitearam para si que fizessem, que tivessem, que se auto-autorizassem a exercer a acupuntura. Também não vou ter tempo aqui. Pensei até em projetar, mas, em dez minutos, não dá. O Colégio Médico Brasileiro de Acupuntura, todas as ações, nenhuma das ações com relação a esses conselhos federais de acupuntura, todas elas transitaram em julgado,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO GENSCHOW – ... tendo sido colocado, então, que eram resoluções ilegais e que estavam anuladas.

Há outras ações do Conselho Federal de Medicina que estão progredindo. Estão progredindo e ainda não chegaram ao seu final. O tempo é muito curto. Nós tivemos duas ações recentes da Nutrição. A Nutrição entrou muito recentemente. Então, é mais uma ação que não transitou em julgado essa, mas é muito interessante o que está colocado pela própria sentença: "seria temerário se permitir que um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conselho de classe, agindo exclusivamente no interesse de uma categoria, regulasse um tema que transpõe as fronteiras administrativas dos profissionais que lhe são vinculados".

Por isso mesmo que é necessário fazer uma regulamentação, porque a lei não permite. Se nós formos seguir a letra da lei, não é possível. Aqui é bem claro também: "Não há, portanto, em face desse quadro estrutural da prática em questão, como deixar de entender a prática da acupuntura como uma prática médica e, portanto, sujeita à tutela dos órgãos de fiscalização profissionais médicos e ao exercício exclusivo por médicos reconhecidos por estes conselhos."

Então, há toda essa situação que realmente precisa ser vista, ser regulamentada. Inclusive, nós temos uma outra decisão também que eu não vou ler em que o Conselho Federal de Medicina foi instado e proibido a divulgar essas ações. O Ministério Público entrou com uma ação civil pública e perdeu, acabou de ser julgado o mérito. Foi julgada a ação, a liminar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO GENSCHOW – ... em novembro de 2019 e agora nós temos... Eu vou deixar tudo também. Foi muito claro.

Para encerrar, então, eu gostaria de dizer que, na China, esse cuidado é muito grande. Na China, só aqueles que são graduados em Medicina, Medicina e Odontologia podem exercer efetivamente a acupuntura. Nós temos, na China, farmacêuticos, enfermeiros, psicólogos, etc., todos profissionais de saúde. A eles não é facultado agir como interventores de acupuntura. Na China continental, existem dois cursos de acupuntura: um curso de Medicina Chinesa e um curso de Medicina Ocidental. Como o Dr. André muito bem explicou, por lei, no mínimo, 30% do curso de Medicina Chinesa precisa ter matérias ocidentais para que ele dê o diagnóstico da doença, o diagnóstico nosológico, e agora está sendo ampliado para oito anos, da mesma maneira que é em Taiwan.

Eu gostaria de, depois, ter mais tempo para que a gente pudesse falar sobre qual é a carga horária que um médico no Brasil tem para exercer a acupuntura. Nós temos uma carga de 12,8 mil horas, somando o curso de Medicina e a residência médica. Isso é muito importante para a gente ver que esse projeto de lei precisa prever isso.

E nós gostaríamos, para terminar, de dizer que...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. FERNANDO GENSCHOW – Eu gostaria... Eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Dr. Fernando, só para a gente concluir mesmo, porque já temos aqui a...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO GENSCHOW – Para concluir mesmo, eu gostaria de dizer que o Colégio Médico Brasileiro de Acupuntura tem toda a boa vontade de reconhecer de cada um dos senhores que aqui estão que seja reconhecido. Nós não achamos que seja adequado criar uma profissão que não existe sequer na China. Mas existe uma figura que é do provisionamento. Todos os senhores que estão exercendo e todos aqueles que são estudantes dessa matéria, uma lei como foi a da Odontologia pode prever que exerçam até um limite de tempo, e isso só não vai agradar aqueles que são donos de curso e que lucram com isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado. Muito obrigado

O SR. FERNANDO GENSCHOW – Eu me ponho totalmente à disposição...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Tá bom. Tá bom.

O SR. FERNANDO GENSCHOW – ... para, nas próximas vezes, podermos...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado.

O SR. FERNANDO GENSCHOW – ... aprofundar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado. Muitíssimo obrigado pela sua participação aqui.

(*Manifestação da galeria.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Eu quero pedir... A regra da boa convivência é o respeito. Palmas, tudo bem, embora aqui – e a Senadora aqui sabe disto – quem vai decidir isso é o Plenário. Eu vou fazer o meu relatório com a ajuda aqui dos Senadores com quem a gente vai dialogar, mas quem vai decidir... Eu sou apenas o Relator. Quem vai decidir é o Plenário. Mas aqui eu tenho que conduzir bem. O Presidente da Comissão, numa votação aqui, aprovou esta audiência pública. Vamos pedir outra, até para ficar equilibrado, porque hoje vamos ter uma participação maior dos acupunturistas, porque tinha sido deliberado aqui, de outros Senadores, um requerimento, mas na próxima eu vou compensar, por uma questão de equilíbrio.

Então, eu peço a vocês... Tenho a convicção de que todos são muito respeitosos. É permitido a qualquer pessoa assistir às sessões públicas. Aqui, a gente recebe bem. Pena que não tenha as cadeiras que eu queria que tivesse aqui. Na próxima, a gente vai colocar. Mas, do lugar que lhe foi reservado, desde que se encontre de forma respeitosa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A regra da boa convivência é o respeito. Peço que se conservem em silêncio, mas o aplauso não tem problema. Não é no grito que a gente vai ganhar nada aqui. A gente vai, com os argumentos, tentar deliberar, mas outro tipo de manifestação... Aí já transcende a questão do respeito, aí a gente não pode permitir, porque todos são convidados, e temos acertos em todos os lados. A gente tem que reconhecer que há boa intenção também em todos os lados. A gente vai aqui tentar encontrar um caminho. Ninguém é dono da verdade, nem um lado nem o outro, e a gente vai precisar aqui ter essa sabedoria.

Eu fiquei feliz demais com a vinda da Dra. Nilda. Ela vai nos ajudar muito aqui a construir esse relatório, porque ela é uma das beneficiadas com a acupuntura.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito bem! Isso.

Muito obrigado, Dra. Nilda. Depois a gente conversa, vou lhe passar o resultado. Muito obrigado.

A Senadora Nilda está precisando se ausentar, vai para outra reunião aqui no Senado.

Eu já vou, imediatamente aqui, passar a palavra, agradecendo a presença, ao Sr. Jean Luís de Souza, representante da Sociedade Brasileira de Acupuntura.

Muitíssimo obrigado por sua presença aqui. O senhor tem dez minutos, com a tolerância de dois, para fazer as suas considerações iniciais, porque depois a gente faz uma nova rodada.

O SR. JEAN LUÍS DE SOUZA (Para expor.) – Eu gostaria de pedir que a Secretaria... Eu aciono a passagem do eslaide, tá?

Inicialmente gostaria de agradecer ao Senador por esta audiência. Nós tivemos um primeiro encontro com o Senador Styvenson no gabinete, e ele passou a relatoria, o que a gente tinha pedido a ele, ao senhor, e eu acho que o senhor está conduzindo muito bem este processo.

Antes de iniciar a minha fala, eu só queria pedir que aqui a gente não fosse tratado – em respeito aos meus alunos, mais de 15 mil alunos que eu formei neste país – com a distinção entre médicos e leigos. É um pedido que eu gostaria de fazer: para que os diálogos aqui não acontecessem dessa forma. Nós somos profissionais de saúde, todos, e aí no fundo está cheio de profissionais da saúde que são acupunturistas. Então, não médicos e leigos, mas, sim, profissionais acupunturistas. (*Palmas.*)

Pode passar.

Rapidamente, o meu currículo. Tenho muito orgulho de ter sido conteudista do Ministério da Saúde para o Curso Introdutório em Acupuntura e Medicina Tradicional Chinesa para Gestores e Profissionais do SUS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seguinte.

Bem, aí nós temos os dados nacionais, pelos quais podemos ver que 75% dos profissionais... Podemos ver onde temos práticas integrativas e os municípios que não têm prática integrativa. Então, 75% dos municípios registram pelo menos uma prática integrativa e complementar, e 36% dos municípios ofertam somente a acupuntura. Então, Senador, 75% dos municípios já têm Pics, mas a acupuntura está restrita a 36% deles. Entre os que têm acupuntura, menos da metade dos municípios realizam alguma prática, e a acupuntura, então, está muito restrita.

Próximo.

Nesse gráfico de barras, nós temos aí o que aconteceu, a questão política, inclusive. Nós temos aí o crescimento da acupuntura no SUS, até 2016, mas, de lá para cá, não houve um crescimento, e, sim, uma perda, inclusive com a pandemia, uma perda muito grande. Então, são seis anos sem avanço. Sabemos que a coordenação de Pics foi, de certa forma, desestruturada recentemente, e isso contribuiu também para que muitas das entidades que estão aqui hoje defendam a sociedade, mas elas desestruturaram o crescimento dessa política. O ex-coordenador que se faz presente aqui sabe muito bem disso que estou dizendo.

Próximo.

Nós temos no Brasil, segundo as reuniões que tivemos anteriormente, 4 mil médicos – isso foi colocado nas reuniões em seu gabinete – que são acupunturistas. Desses 4 mil, no cadastro do SUS, 50% desses médicos estão no eixo Rio-São Paulo e Sudeste. No resto do país não existe médico acupunturista, apesar dessa formação toda de residência.

Seguinte, por favor.

Próximo.

Ainda bem que eu não mexi nesse negócio.

Por favor, o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – A gente vai compensar, porque deu uma travada.

O SR. JEAN LUÍS DE SOUZA – Tudo bem, não tem problema, a gente espera.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Pode ter certeza de que a gente vai fazer a compensação.

O SR. JEAN LUÍS DE SOUZA – Sim, tranquilo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Estamos aprendendo juntos aqui.

O SR. JEAN LUÍS DE SOUZA – Eu vou fazer dentro do tempo.

Ficou bom esse parado aí, 4 mil médicos para 5.570 municípios, não dá um para cada município.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Vai resetar aí?

Isso é bom também para a gente ver aquela coisa: casa de ferreiro, espeto de pau. Tem que melhorar os equipamentos, de alguma forma, tem falha aí.

O SR. JEAN LUÍS DE SOUZA – Pode passar, passar, é o gráfico de *pizza* agora.

Nesse gráfico de *pizza*, nós temos uns três níveis de atenção do lado de cá. A acupuntura, de forma multiprofissional, nos três níveis de atenção. Então, nós temos que 48% são médicos e, obviamente, 52% são os outros profissionais de saúde. Isso nos três níveis de atenção. Só que, quando nós vamos para o outro gráfico, que é na atenção básica, de 2019 para cá: fisioterapeutas, 25%; enfermeiros, 38%; outros profissionais, 9%; e os médicos com 28%. Juntando o gráfico anterior com esse, como que nós podemos dar assistência para essa população?

Então, Senador, se a gente retirar os demais profissionais da atenção básica, nós estamos retirando quase 75% da atenção básica de acupuntura.

Próximo.

Dores crônicas. Esse negócio de diagnóstico de câncer, fazem um barulho danado, mas a gente recebe paciente que já foi na benzedeira, já foi para todo lado. E ele chega para a gente já com um tanto de exame, achando assim: "O senhor vai fazer, a última esperança minha é a acupuntura". O senhor mesmo já passou por sessões e sabe que já tinha um diagnóstico, não é?

Então, nas dores crônicas no país, olha, são 60 milhões. Do total de sessões de acupuntura, em 2019, vamos arredondar para 700 mil. Nem 1% das pessoas que precisam de uma sessão, quando nós precisamos, em média, de cinco sessões para uma pessoa. Somente cento e quarenta e... Vamos arredondar para 142 mil, o que corresponde a menos de 0,01% da população que precisa. Para atender somente a população com dor crônica, por ano, seriam necessários 100 mil acupunturistas.

E o que aqui é muito estranho é que, se a gente for fazer essa conta por tempo que as agulhas ficam inseridas, elas têm que ficar 15 minutos. Não dá nem o tempo que a agulha precisa ficar inserida. São, no mínimo, 20 a 30 minutos de inserção de agulha para que os efeitos neuromorais, ditos, aconteçam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós não estamos falando de efeitos aqui; nós estamos falando daquilo que preconiza a OMS: juntar ciência com filosofia. E aqui ainda criaram um tal de um neologismo de "acupunturiatria", que a gente não entende o que é. Na minha cidade, é assim, parece zarabatana. Vai lá, joga a agulha, a secretária vem tirar. É muito complicado isso, muito complicado. E ainda bota num vidrinho para levar para casa. Não são os acupunturistas leigos que fazem isso.

Seguinte, por favor.

Bem, as falácias, vamos lá. Um paciente-dia, inserção, dez agulhas. Um paciente por cinco dias na semana, 50 inserções. Um paciente por 20 dias no mês, tirando sábado, domingo e feriado, mil inserções. Um paciente, 300 dias, tirando os finais de semana, 300 mil inserções. Considerando o número de inserções de 250 mil acupunturistas, nós teríamos 75 milhões de inserções.

Na Rede Globo, é onde está, por aí tudo. Alguém já ouviu falar que alguém já morreu de acupuntura? Falou, na Band esses dias. Perfurou os dois pulmões, foi um colega – não gostam que se chame assim –, colega médico que perfurou os dois pulmões. Então, eu não sei onde é que está.

No ponto mais picado do mundo, que está aqui na mão, o IG4, por seus efeitos, imagina isso no mundo, no mundo. Onde é que tem acidentes dessa forma, para ser colocado dessa forma? Autolesão, não é?

Pode passar o próximo.

Aí, 0,0012% de estatísticas no mundo. Discurso de segurança é falacioso, é corporativo, é mercadológico.

Seguinte.

Já temos que brigar pela vigilância sanitária. Olha o estudo: 66 mil tratamentos realizados entre médicos, fisioterapeutas e acupunturistas tradicionais. As diferenças são insignificantes entre as lesões produzidas por esses profissionais. Não existem complicações. Os autores estão em cima.

Próximo, por favor.

Só existiu um relato de morte por acupuntura...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN LUÍS DE SOUZA – ... entre 1966 e 1993, sendo essa por autotratamento, porque davam os vidrinhos, e o cara se autoperfurou. Não tem caso de morte. Está aí o autor. Está lá citado, James & Hampes.

Seguinte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, aí nós temos o Projeto Acupuntura Solidária.

Pode passar.

Acontece este ano em 15 cidades.

É o seguinte.

Mais de 1,5 milhão. Como se conseguiu isso? Com parcerias entre entidades científicas e instituições de ensino e instituições de assistência conveniadas, a custo zero, Senador, para os pacientes em seus ambulatórios supervisionados de ensino, em qualidade e com responsabilidade de educação. Nós nunca tivemos uma iatrogenia.

Pode passar o seguinte.

Dois projetos. Aqui talvez seja novidade para alguns. Nós estamos capacitando em auriculoterapia 700 profissionais em Uberlândia, que é a minha cidade. Já fizemos 457. E agora aqui uma notícia de primeira mão: no Distrito Federal, nós vamos fazer a capacitação de 800 profissionais de saúde em auriculoterapia. Já estamos fazendo, 300 já estão em formação.

Seguinte.

Bem, aí é a nova resolução daqui da Secretaria colocando a auriculoterapia dentro das práticas.

Pode passar o seguinte.

E aqui eu gostaria de citar... Está aí o QR Code da verdade que eu estou dizendo com relação ao convênio com o Governo do GDF.

Seguinte.

Queria agradecer, porque se fazem presentes aqui – também não conseguiu assento – os 14 conselhos profissionais, inclusive da medicina, em ofício assinado pelo Prof. Dr. Waldecir Paula Lima, que se faz presente, coordenador desse fórum de São Paulo. Manifestou apoio à regulamentação do exercício da acupuntura, nos termos do texto inicial do PL 5.983, em tramitação na Casa, em 3 de maio de 2022, representando 1,6 milhões de profissionais.

Seguinte.

Situação da UFRJ.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN LUÍS DE SOUZA – Essa foi uma situação muito complicada. E aqui...

Pode passar ao seguinte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma profissional médica, que omite o nome, foi fazer uma formação para diversos profissionais e chegou ao ponto – seguinte – de ir ao reitor...

Pode passar.

Foi ao reitor, ao magnífico reitor. Ali a gente vê que, na hora em que se fala de orifícios... Como o Dr. Nelson colocou aqui, a Lei 12.842 diz que os procedimentos invasivos são atos médicos. Sim, e são mesmo. Porém, a mesma lei esclarece o que são procedimentos invasivos no seu §4°: "Invasão de orifícios naturais do corpo, atingindo órgão internos". Cotonete, de certo. Não é possível!

Senador, nós não colocamos agulhas nem sementes em orifícios naturais, muito menos para atingir órgãos internos. Então...

Seguinte.

Eu acho que o que nós estamos precisando é disso. E o senhor eu sei que é... Para citar Carlos Drummond de Andrade – já estou encerrando:

> A porta da verdade estava aberta,
> mas só deixava passar
> meia pessoa de cada vez.
> Assim não era possível atingir toda a verdade,
> porque a meia pessoa que entrava
> só trazia o perfil de meia verdade.
> E sua segunda metade
> voltava igualmente com meio perfil.
> E os dois meios perfis não coincidiam.
> Arrebentaram a porta. Derrubaram a porta.
> Chegaram a um lugar luminoso
> onde a verdade esplendia seus fogos.
> Era dividida em duas metades [talvez Yin, talvez Yang],
> diferentes uma da outra.
> Chegou-se a discutir qual a metade mais bela.
> As duas eram totalmente belas.
> Mas carecia optar. Cada um optou conforme
> seu capricho, sua ilusão, sua miopia.

Seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Para concluir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN LUÍS DE SOUZA – Nós desejamos toda a verdade, e não meia verdade. Como também, sobre nós acupunturistas, Senador Girão, chega de fantasias, chega de falácias ditas nos noticiários, no Congresso Nacional, na mídia e, principalmente, para a população brasileira, o que prejudica a população, os mais de 250 mil brasileiros!

Só para terminar. O último eslaide.

Regulamentação já! Acupuntura por acupunturistas, sem subserviência.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Dr. Jean Luís de Souza, representante da Sociedade Brasileira de Acupuntura. Obrigado pela participação.

Eu peço já imediatamente, já agradeço a presença da Dra. Tatiana Bragança de Azevedo Della Giustina, que é Coordenadora da Câmara Técnica de Acupuntura do Conselho Federal de Medicina. Muitíssimo obrigado pela sua presença aqui.

Eu acabei de ser informado de que a gente está com cerca de 700, em torno de 700 pessoas acompanhando só pelo YouTube esta audiência pública, e isso fica para depois ser fonte de pesquisa. Todas as exposições feitas aqui, material que é trazido aqui pelos palestrantes, vão ficar no Portal do Senado para consulta e isso aqui é um papel que o Senado cumpre perante a sociedade.

Então, eu lhe agradeço muito pela sua presença.

A senhora tem dez minutos, com a tolerância de dois aqui do Presidente da Casa.

Muito obrigado.

A SRA. TATIANA BRAGANÇA DE AZEVEDO DELLA GIUSTINA (Para expor.) – Muito obrigada, Senador, pela oportunidade que o senhor nos concede de a gente fazer uma apresentação explicando o nosso ponto, que é o ponto do Conselho Federal de Medicina.

Em primeiro lugar, então, agradecendo ao senhor por estar aqui, eu também cumprimento todas as autoridades que estão aqui, os colegas que estão presentes e os demais que estão presentes.

É importante a gente esclarecer, porque tem um ditado iraniano de que eu me lembrei quando eu ouvi a última apresentação que me antecedeu, tem um ditado iraniano que diz assim: que a verdade é um espelho que Deus joga do céu e que ele se espatifa em milhares de pedaços e cada um que encontra um pedaço acha que encontrou a verdade e que é a única. Então, é muito boa essa oportunidade de se mostrar os argumentos e também, porque a história que está contida, a história da acupuntura no mundo também pode explicar muitas falácias que, a troco de decisões políticas, inclusive, em regimes totalitários,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

levaram a determinadas situações que aconteceram. Então, esta é a nossa oportunidade de demonstrar aqui os nossos argumentos.

É importante que se diga, em primeiro lugar, que a acupuntura é uma especialidade médica reconhecida desde 1995 e nós estamos aqui, lutando para que ela se mantenha como especialidade médica.

Eu gostaria que o senhor passasse, por favor.

A história da acupuntura, realmente, remonta a mais de 5 mil anos e é importante que se diga que, nesse período todo, os mestres, os médicos antigos chineses ensinavam que a doença era uma alteração das funções do corpo e, por meio da acupuntura, seria possível a recuperação da saúde.

Seguinte, por favor.

Então, tem um tratado de Medicina Interna do Imperador Amarelo nessa época aqui, que é bastante antigo, como vocês podem ver, que já falava sobre temas da medicina.

Seguinte.

Nesta lâmina aqui, eu gostaria da especial atenção de vocês, porque tem uma explicação importante aqui. Nem sempre a acupuntura, que fazia parte, que foi criada junto com o Colégio Imperial de Medicina, os primeiros médicos acupunturistas... Em 1822, a acupuntura foi proibida na China, por questões políticas. Depois passou um período lá sem muita expressão, não era realizada, digamos assim, pelos médicos exclusivamente, mas, nesse período aqui da Grande Revolução Cultural Proletária na China, especialmente nos anos 70, foram formados médicos chamados "médicos pés descalços". Qualquer semelhança é mera coincidência ou não, não é?

Então, essas pessoas passaram a exercer a acupuntura. E se constata que, após isso, muitos problemas ocorreram, com complicações graves, levando a óbitos na República Popular da China. E, enfim, por quê? Havia uma falta de conhecimento suficiente na área de anatomia, de fisiologia e de patologia para se obter o diagnóstico das doenças. E isso aí fez toda a diferença.

Seguinte.

No Brasil, existe um processo de reconhecimento de uma especialidade médica. Não é o Conselho Federal de Medicina que decide sozinho; existe uma comissão mista de especialidades que tem representantes também na AMB, a Comissão Nacional de Residência Médica. Então, esse é um processo. E existe uma lei para isso. Tem o Decreto nº 8.516, de 2015, que regulamenta a formação do Cadastro Nacional de Especialistas.

Esses números aí são as nossas resoluções e também até uma portaria do MEC relacionada a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seguinte, por favor.

Então, a partir de 1995, ela passa a ser reconhecida oficialmente como uma especialidade médica, e, como especialidade médica, o Conselho Federal de Medicina tem a obrigação de regulamentar, de fiscalizar os serviços médicos no Brasil e também tem uma atuação na parte legal, porque nós auxiliamos os Srs. Legisladores, municiando-os com a parte técnica.

Então, de acordo com essa resolução e as outras Resoluções aqui – a de nº 2.153, de 2016, e a de nº 2.214, de 2018 –, temos as exigências para a fiscalização. A acupuntura está no Grupo 3. Isso quer dizer que ela tem um grau de complexidade. O Grupo 1 é o de grau menos complexo; é praticamente uma mesa, uma maca, enfim, um aparelho estetoscópio e tal para exame. Então, ela exige uma qualificação e um ambiente especial.

Pode passar o seguinte.

Isso!

Os colegas que me antecederam já falaram sobre a Lei do Ato Médico, que é o nosso marco. E a função do médico... Ainda continuam sendo privativos do médico a prevenção, o diagnóstico e o tratamento das doenças. E tem o art. 4º, que fala sobre a indicação da execução, a execução de procedimentos invasivos, sejam eles diagnósticos, terapêuticos, estéticos, incluindo acessos vasculares profundos, biópsias e endoscopias.

Seguinte, por favor.

Nós temos uma definição sobre o que é um procedimento invasivo, e esses procedimentos invasivos são todos aqueles que provocam o rompimento de barreiras naturais ou penetram em cavidades do organismo, abrindo uma porta, um acesso no meio interno.

Há que se ressaltar também que inexiste diferença entre procedimentos invasivos e os minimamente invasivos. Nos termos da lei, o fato de ser minimamente invasivo não torna o ato legal menos invasivo. Assim sendo, o ato invasivo é um ato privativo do médico, sendo vedada a sua prática por outra profissão. Então aqui nós podemos concluir que a habilitação para a realização dos procedimentos invasivos é do médico.

Eu não vou me deter nessa sentença judicial, mas ela tem um resultado bastante recente. O resultado dessa ação civil pública, o juiz a declarou improcedente – ela é bem recente –, porque queriam impedir que o Conselho Federal de Medicina e o Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais divulgassem o resultado dessa ação.

Aí agora eu escutei o Sr. Jean falar sobre pulmão perfurado. Realmente essa história é uma história conhecida. É uma história do ano de 2021. Aí ele me disse que tem pulmões perfurados por médicos. Erro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

médico existe, Sr. Jean. E sabe quem é que conserta erro médico? Um médico. E quem conserta um erro de acupuntura não praticada por médico é um médico também. Certo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. TATIANA BRAGANÇA DE AZEVEDO DELLA GIUSTINA – Então, só o seguinte, por favor.

(*Soa a campainha.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. TATIANA BRAGANÇA DE AZEVEDO DELLA GIUSTINA – Então, eu gostaria de lhe explicar.

Eu fiz um apanhado básico assim para que se vissem as grades curriculares de cada curso. Então, principalmente, o senhor lembra que eu pedi para prestar bem atenção na parte de anatomia, na parte de fisiologia, na parte de patologia, que são as coisas mais importantes na formação do médico, na formação de outras profissões.

Pode passar para o seguinte.

A Medicina tem, no mínimo – no mínimo, porque existe uma regulação do número de horas-aula, mas existe um mínimo de horas-aula, existem faculdades que têm até mais –, no mínimo são 7,2 mil horas-aula; as outras profissões têm um nível diferente, do ponto de vista de quantidade de horas-aula. Total de períodos: 12 períodos na Medicina, 10 períodos Fisioterapia, 8 períodos Biomedicina. Eu poderia citar aqui Enfermagem, que também são 10 períodos; Farmácia, 10 períodos.

O seguinte.

Contando com a residência médica, Senador Girão, cada ano de residência médica são 2.880 horas. A residência médica de acupuntura são dois anos. Então, se a gente for colocar por tempo de estudo para habilitação profissional, um médico especialista em acupuntura tem 12.960 mil horas- aula, pelo menos, para poder se formar e ser um especialista em acupuntura.

Nós estamos aqui pela questão da segurança...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TATIANA BRAGANÇA DE AZEVEDO DELLA GIUSTINA – ... porque esse é o argumento que a gente vai usar, é o argumento técnico.

Então, a verdade é como eu disse no início: ninguém é dono da verdade aqui, mas a gente tem alguns dados que a gente pode apontar com as razões pelas quais o médico está habilitado para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Dra. Tatiana Bragança Della Giustina.

Muito obrigado.

Eu, imediatamente aqui, já transfiro a palavra para o Alexander da Silveira Assunção, ele que é o Presidente do Conselho Regional de Autorregulação da Acupuntura no Estado de Minas Gerais.

São muitos comentários que têm chegado aqui, perguntas... Daqui a pouco a gente está encerrando aqui a fase de explanações e vamos fazer essas perguntas. E quem se sentir, vamos dizer, confortável para responder, porque as perguntas não são dirigidas às pessoas que estão aqui na Mesa, que estão fazendo as explanações. Quem se sentir confortável, nos seus cinco minutos finais de complementação, pode responder às perguntas.

Eu tenho algumas minhas aqui também, que eu vou fazer dirigidas. Muito obrigado pela sua presença. O senhor tem dez minutos, com a tolerância de dois, aqui, para fazer a sua a explanação.

O SR. ALEXANDER DA SILVEIRA ASSUNÇÃO (Para expor.) – Exmo. Sr. Senador Eduardo Girão, aqui me dirijo à pessoa de todos.

Bom dia a todos.

Bom, nós iniciamos uma residência em acupuntura no ano de 2003, por acupunturistas clássicos, na cidade de Nova Era, em Minas Gerais, sob a Prefeitura do Prefeito Domingos Sávio.

No primeiro ano nosso de gestão com acupuntura e terapêuticas da Medicina Tradicional Chinesa, nós tivemos uma redução da necessidade do empenho de recursos em saúde em 35%. E aí eu levantei alguns dados junto ao Prefeito na época: diminuição de novos hospitais, diminuição da necessidade de ampliação dos que já existem, diminuição de exames, diminuição de aparelhagem, diminuição de internação e de empenho profissional na atenção básica. Portanto, há uma diminuição que reflete diretamente no recurso destinado à área de saúde com a prevenção. Imagina isso no Brasil, 35% a menos de investimento em saúde, Brasil, esse recurso podendo ser realocado para outras áreas ou até mesmo para o aprimoramento na atenção básica!

Recentemente, nós tivemos aqui uma publicação numa revista pelo Ministério da Saúde, a Revista Brasileira de Saúde da Família, numa edição especial sobre as PICs, também com a Secretaria de Saúde Municipal da cidade de Campinas. Com o acesso da população à acupuntura multidisciplinar, houve uma redução da compra de 74 mil anti-inflamatórios, a partir da disponibilidade à população, em oito meses apenas. Então, o que nós estamos falando aqui? De 250 mil acupunturistas que podem atender pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menos cinco pacientes por dia, formando 30 milhões de atendimentos por ano, o que vai desafogar a atenção básica e as outras instâncias da saúde, desafogar o SUS.

E alegam que não têm infraestrutura para atender com práticas integrativas. A gente tem projeto de lei proposto para que o Ministério da Saúde crie protocolos para credenciar os nossos consultórios particulares para fazer atendimento ao SUS, com insumos gastos por nós, a custo zero para a população. Nós temos isso propugnado pela SBA, pelo Craemg e pela Fenab. E já tramitou lá na Câmara dos Deputados isso aí.

Diante de todas essas conquistas, vieram as dificuldades. Primeira: eu, como Presidente, anteontem, recebi que o gestor médico da Secretaria Municipal de Saúde, na área da Anvisa, da Anvisa municipal, fica impedindo emissão de alvarás de localização e funcionamento de acupunturista por ele não ser médico e por ser ato médico. Quando eu ligo e falo: "Se não me apresentar a lei que mostra isso, eu vou te processar na sua pessoa", aí o alvará sai. Então, eu estou tendo...

Aqui está muito filosófico, mas eu vou apresentar a prática, a prática da coisa. Nós estamos tendo que processar médicos e alguns outros profissionais que são orientados pela pressão médica, muitas vezes por essas instituições representadas aqui, para que a gente não tire os nossos alvarás, para que a gente fique na oficiosidade, está certo?

Bom, se todo ato invasivo, se todo ato invasivo é ato médico, então, o cara da diabetes, da coleta lá do lactato do educador físico tem que ser médico também, né? Tatuador tem que ser médico também, né? Então, a gente tem mutilação na manicure, no pedicure, e vai ter que ser médico também. Esse discurso já é mais velho do que arco-íris colorido.

A carta que foi proposta no PL não é essa gracinha que estão falando aqui. Eles estão querendo acabar com a classe da acupuntura em dois anos, acabar com todas as escolas de acupuntura em dois anos, acabar com os cursos de especialização e, como dizem, entre aspas, "para fazer acupuntura depois vai ter que ser médico". Então, para o povo saber: para fazer acupuntura vai ter que ser médico. Eles estão querendo que a gente traia 4.500 anos de tradição, a honra aos nossos mestres que foram mestres deles também, foram mestres deles, aprenderam acupuntura com monges. Aí vêm as outras gerações que vêm aprendendo de pai para filho, herdam consultório. E nós vamos trair os nossos mestres? E vieram com um discurso assim, entre aspas, no popular:" Vocês estão pegando o boi, nós estamos tratando com vocês, porque a gestão xiita passada não fazia isso". Entendeu? Foi falado isso para a gente. Consideram-se donos de uma filosofia que é patrimônio intangível da humanidade. Eu não vou falar devagar. Esse discurso de acupunturiatria vem lá da CCJ da Câmara e agora estão pareando o discurso com o nosso classicismo para parecer que realmente estudam o que nós estudamos. Eles não estudam isso na academia de Medicina. Não tem matéria acupuntura, livros clássicos. Estão querendo nos aprovisionar, provisionar? A gente é que tinha que provisioná-los. Nós não estamos estudando Medicina, eles é que estão estudando medicina chinesa, eles é que estão estudando acupuntura. Nós é que tínhamos que ter...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eles não têm colhão para ficar provisionando ninguém, não. Estão querendo gerir outra profissão. Resolução interna rege seus afiliados, não rege outra profissão, não.

E só de primeira mão, o Ministério Público se manifestou que está entrando de novo com recurso, e eu anexei a carta que foi colocada no espírito do projeto para municiar o procurador, e eles vão entrar com a carta do Fórum de Saúde e outros registros da vitória lá em Santa Catarina, da vitória da UFRJ, da coisa que aconteceu na UFRJ, porque o que eles tiveram, na verdade, Sr. Senador, foi um salvo-conduto para continuarem mentindo, para continuarem falando que a acupuntura é ato restrito a médicos. Eles se embasaram no art. 5°, inciso IV, que é livre expressão. Então, eu posso falar mentira à vontade. Entendeu? Então, é o resguardo dado pelo art. 5°. Vamos aguardar as evoluções. É isso aí. Está anexado já no Ministério Público.

Falavam lá no escritório que a acupuntura não serve, os livros clássicos e o nosso classicismo em medicina chinesa não servem para síndromes novas, e editam um livro para falar de covid, entendeu? É complicado isso.

E aí essa fala... Existe um conceito que se chama "subsaúde", quando os nossos exames e indicadores bioquímicos não trazem indicadores de acometimento de doença, mas a pessoa sente o mal-estar. Tem uma síndrome chamada "glóbulos estéreis", que não dá em exame nenhum, mas que a gente tira com acupuntura.

Então, quando eles perceberam que o discurso da acupunturiatria era uma luta contra eles próprios, o que é que fizeram? Estão falando agora de acupuntura e de diagnóstico, a ponto, Senador...

A sede da Fenab é em São Lourenço, e lá tem águas termais, águas medicinais. Os médicos queriam lá... A prescrição de água vai ter que ser de médico. Agora, para beber água o cara vai ter que consultar médico? É esse o nível de corporativismo. Está muito bonitinho isso aqui, mas não é a verdade que está acontecendo. O discurso aqui está sendo mentiroso – mentiroso!

Como o Dr. Jean disse, nós somos procurados em síndromes crônicas. Já passaram por tudo, depois é que eles vão até a gente. Então, eu digo o seguinte: na coleta dos nossos sinais e sintomas em medicina tradicional chinesa, tem muitas coisas que são totalmente ignoradas e que são determinantes para a nossa propedêutica em medicina chinesa. São racionalidades e paradigmas diferentes: meridianos não seguem vasos linfáticos, não seguem vasos circulatórios, não seguem vias neurológicas, exceto em alguns pontos. Tem ponto do pé que trata a cabeça, tem ponto do pé que trata o estômago e não tem conexão neurológica para isso acontecer, está certo? Então, esse discurso das cargas horárias funciona para ciências biomédicas, para a acupuntura não é por aí. Vários meridianos não seguem caminhos em via nenhuma.

Tem uma série que se chama China, o Império do Centro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDER DA SILVEIRA ASSUNÇÃO – ... que mostra um médico fazendo *chi kung* nos pacientes. O tórax aberto e ele mantendo – com *chi kung* – a pressão intratorácica dele, e a pessoa falando. Isso não é possível em ciência. E esse médico, inclusive, falou no Jô Soares. Tem um programa do Jô Soares em que ele fala que ele é cardiologista, e o que ele mais ficou abismado de ver foi a técnica do *chi kung*. Então, falar que a energia *chi* não é... A energia *chi* existe e quem pratica *kung fu* sabe muito bem o que é tomar um soco com energia do *chi*.

A técnica do *reiki*. A técnica do *reiki* eu sei que o senhor conhece. Daqui a pouco, vai ter que ser médico para fazer *reiki* também, porque tem diagnóstico nosso. Eu sou professor de *reiki* há 26 anos. Já iniciei mais de 6 mil alunos em *reiki,* e eu não sei como é que vai ser daqui a pouco.

Então, os poucos médicos que estão aqui, porque muitos do CMBA não concordam com esse discurso da diretoria – são pouquíssimos, pouquíssimos, tanto é que precisamos de três ou quatro da mesma associação para dar equilíbrio na mesa aqui, não é? Vamos falar a verdade também –, mudaram esse discurso aí, como eu disse.

Para a gente meditar, se vocês acreditam no *yin* e *yang*, equilíbrio da energia vital com o universo: se sim, não é medicina, porque não se pressupõe diagnóstico alopático; se não, não tem por que vocês estarem aqui, porque a acupuntura não pertence a essa racionalidade. Então, alguns médicos do CMBA têm esse discurso e o sustentam. Tanto é que tiveram que chamar o autor do discurso, porque esse discurso não se sustenta. Enganam o Legislativo, tentam... São retóricas maravilhosas. A gente não pode questionar a inteligência de todos. Isso é inquestionável. Então... Só que essas retóricas estão sendo desbancadas, e o Ministério Público está sendo municiado pelo Dr. Nelson e pelo Dr. Renato também...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDER DA SILVEIRA ASSUNÇÃO – ... para fazer isso aí.

Agora, para finalizar, a proposta dada para a gente é que nós fôssemos provisionados para técnicas não invasivas e sem diagnóstico, e que, em dois anos... Que a gente procurasse um projeto de lei que nos regulamentasse, e que em dois anos acabassem escolas, acupunturistas e toda a nossa classe, ferindo, para finalizar, ferindo...

Eu vou tentar resumir: o art. 5º, XXXVI, que é ato privativo da União; a Lei de Diretrizes Básicas do MEC, que é a autonomia das universidades para fazer cursos; o Código de Defesa do Consumidor; o Estatuto do Idoso; o Estatuto da Criança e do Adolescente; o Estatuto da Criança, contrariando a OMS, a Opas, a Unesco, e há uma ata e a Portaria 971 do Ministério da Saúde. Sabem por quê? Corporativismo. Não estão nem aí para o povo. E é isso que eu passo enquanto Presidente do Conselho. Não estão nem aí para o povo. Eles sacrificam quem quer que seja e não pensam no paciente, cujo sofrimento nós estamos aliviando – aliviando o sofrimento humano há mais de não sei quantos anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu peço, Sr. Senador, que isso realmente seja regulamentado.

Só para terminar, numa casa espírita a que o Dr. Jean foi chamado para apresentar como material dele a acupuntura, tudo e tal, ele entrou com maca, acupuntura, tudo e tal... Na hora em que tinha um médico lá, eles esqueceram o carma, esqueceram tudo no espiritismo lá. Esqueceram tudo e mandaram parar a atividade dele porque ele não era médico. Chega a esse ponto. Não adianta fazer de graça, não. Não adianta fazer de graça. E assim...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Está bom. Para a gente concluir, porque temos outros para ouvir.

O SR. ALEXANDER DA SILVEIRA ASSUNÇÃO – Está bom.

E assim, para fazer acupuntura, gente, tem que ter método, experimentação, repetição, amostragem com duplo cego e ensaio randomizado. Agora, o controle metodológico não tem, que é fator ambiental, pressão, ciclo estacional, temperatura, altitude e alimentação, que são restrições, e esses são pré-requisitos para uma pesquisa científica. E vêm falar que está tendo avanço nesse sentido.

Muito obrigado e perdão pelo...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Eu lhe agradeço. Eu lhe agradeço. (*Palmas.*)

Muito obrigado, Dr. Alexander da Silveira Assunção.

O Dr. Alexander, que nos brindou aqui com sua fala, é Presidente do Conselho Regional de Autorregulação da Acupuntura do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado pela sua presença.

Eu já passo aqui, imediatamente, a palavra ao Dr. Luiz Carlos Souza Sampaio, que é Primeiro-Secretário do Colégio Médico Brasileiro de Acupuntura (CMBA). Muito obrigado pela sua presença.

O senhor tem dez minutos, com a tolerância de dois, para fazer a sua exposição nesta audiência pública que a gente está fazendo aqui no Senado Federal sobre a regulamentação da acupuntura.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS SOUZA SAMPAIO (Para expor.) – Muito obrigado pelo convite, Senador Girão.

É um assunto realmente polêmico e que exige muita reflexão. Nós estamos nos preparando já há algum tempo para esta audiência pública e tentamos trazer um pouco daquilo que nós pesquisamos a respeito do projeto de lei e das consequências que esse projeto de lei tem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira coisa que me chamou atenção foi aquilo que trazem a ementa e o art. 1° do projeto, quando falam da regulamentação da acupuntura no Brasil. Causa um pouco de estranheza, porque a acupuntura, de certa forma, está regulamentada: está regulamentada para médicos, está regulamentada para odontólogos e, na área animal, ela está regulamentada para veterinários. Então, aqui, acho que a grande discussão é para humanos, que é o que estamos colocando. Talvez a ementa e o art. 1° devessem tratar da regulamentação da acupuntura para outros profissionais que não médicos e odontólogos.

No art. 4° do projeto de lei, Senador, está escrito o seguinte:

> Art. 4° É assegurado o exercício profissional de acupuntura:
> I – ao portador de diploma de graduação de nível superior em acupuntura, expedido por instituição de ensino devidamente reconhecida;
> II – ao portador de diploma de graduação de nível superior em curso similar ou equivalente no exterior, após a devida validação e registro do diploma nos órgãos competentes;
> III – aos profissionais de saúde de nível superior, portadores de título de especialista em acupuntura reconhecido pelos respectivos conselhos federais;
> IV – ao portador de diploma de curso técnico em acupuntura expedido por instituição de ensino reconhecida pelo governo; e
> V – aos que, embora não diplomados nos termos dos incisos I, II, III e IV do *caput* deste artigo, exerçam as atividades de acupuntura, comprovada e ininterruptamente, há pelo menos 5 (cinco) anos até a data da publicação desta Lei.
> Parágrafo único. É assegurado aos profissionais de que tratam os incisos III e IV do *caput* deste artigo o direito de concluir, em prazo regulamentar, os cursos iniciados até a data de entrada em vigor desta Lei.

Muito bem, em relação ao item V, os colegas aqui já trouxeram que até agora os únicos conselhos que têm como especialidade a acupuntura são os de medicina e de odontologia. Portanto, soa muito estranho que outros conselhos a reivindiquem.

E, assim, se essa lei for aprovada, ela não tem a competência de mudar a lei que regulamenta as demais profissões. Até seria muito benéfico para nós, como vou demonstrar depois, que essa lei fosse aprovada, mas a gente está querendo que realmente a coisa fique mais clara e fique mais complexa.

Eu tomei como base, para discutir um pouco a formação, a China. Por quê? Porque a China é a base de várias outras instituições internacionais. Por exemplo, a Austrália fez todo um trabalho comparativo da educação, da formação do profissional acupunturista na Austrália com a da China. Estados Unidos, Europa e Alemanha fizeram isso. Então, eu tomei como base a China e tomei como base uma das mais conhecidas, que é a mais citada aqui por todos os colegas, se não me engano foi a que o Fernando fez, a de Beijing. Então, conhece bem a faculdade de Pequim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui nós temos as várias escolas – infelizmente, ficou muito pequeno, difícil de ler, e, por isso, é que eu trouxe o meu *tablet*, porque tenho certeza de que eu não conseguiria enxergar lá.

Lá na Universidade de Beijing nós temos dois cursos: o curso de Medicina Tradicional Chinesa e o curso de Acupuntura, Moxabustão e Tui Na. Os dois cursos correm em paralelo. E aqui nós temos – infelizmente não dá para ver – o curso de Medicina Chinesa, que tem duração de cinco anos; e o curso de Acupuntura, Moxabustão e Tui Na, cinco anos. A diferença que existe entre os dois é que, no curso de Medicina Chinesa, eles não usam medicina tradicional, é *zhongyi*.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIZ CARLOS SOUZA SAMPAIO – Fazem dele, talvez.

Mas o que eu vejo aqui é que a própria definição deles em chinês é "medicina chinesa" e não "medicina tradicional".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIZ CARLOS SOUZA SAMPAIO – Então, de certa forma, a única diferença é que eles aprendem lá, no curso de Medicina Chinesa, a farmacologia, que é o uso dos medicamentos chineses nas suas mais variadas possibilidades. E, como disse o colega – o Fernando sabe disso também –, para poder exercer a medicina chinesa é preciso que o estudante preencha todos os requisitos e depois preste um exame regulamentado pelo Governo que o autoriza então a ser um profissional da medicina chinesa, seja acupunturista, seja médico chinês, seja mesmo médico da medicina ocidental.

Aqui tem um programa que peguei na Besteduchina, que não é da universidade, porque não encontrei o programa lá, mas que traz a necessidade de se ter conhecimento da medicina ocidental para poder aplicar a acupuntura. Então, qualquer estudante, para poder praticar medicina chinesa ou acupuntura, precisa ter essa formação.

E aqui, dentro do próprio instituto – Fernando, me corrija se houver algum erro na tradução –, está escrito que aqueles que concluírem seu período de estudo, passarem da defesa de tese e atenderem as condições para concessão de diplomas em nossa escola, Universidade de Medicina Chinesa de Pequim, receberão o diploma de bacharel em Medicina. Correto?

Agora vamos trazer um pouquinho o que acontece aqui no Brasil.

Obrigado, você está olhando aqui e está me ajudando muito, porque eu esqueço de falar "seguinte".

A nossa fonte de pesquisa, lembrem-se de que é assim: bacharel em Acupuntura, em curso regulamentado pelo Governo; técnico em Acupuntura, em curso regulamentado pelo Governo. Onde eu vou obter essas informações? No Portal e-MEC, que é o portal eletrônico do Ministério da Educação. Então, o e-MEC foi criado para a tramitação eletrônica dos processos de regulamentação. E até tem,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assim, propaganda de várias escolas, dizendo, "veja se seu curso é regulamentado pelo MEC e entre pelo portal". Então ele é.

Aí eu coloquei, Senador, um filtro no portal do e-MEC, colocando cursos de graduação em acupuntura. E resultou nestes cursos que vieram. Onde o senhor tem o vermelho, são cursos que não estão funcionando. E onde o senhor tem o verde, são cursos que estão funcionando.

Aqui nos cursos que estão funcionando, o Centro Universitário da UNIBR teve seu início em 22/5/19, e o da Faculdade de Tecnologia e Saúde, em 01/10/2018. Nos detalhes dos cursos, temos que o da UNIBR, da UNIRB, desculpa, apresenta dois cursos: um inativo, de grau sequencial, e outro, ativo, de grau tecnológico em Salvador, Bahia, matutino, de seis semestres. No histórico do curso, consta a data de início de funcionamento. Entretanto, não consta a data para o seu início.

O mesmo acontece com o da Faculdade de Tecnologia lá de Santa Catarina, que foi até objeto de questionamento por parte do colégio, em que a ação foi transitada em favor do Cieph. Só que esse curso, Senador, não é um curso nem de bacharelado nem um curso tecnológico; ele é um curso sequencial. E a definição do MEC de cursos sequenciais são cursos de nível superior, mas não têm o caráter de graduação.

O outro que nós temos é o do Centro Universitário Casa Verde, que é no Paraná, que também não teve início das suas atividades.

O da Escola Brasileira de Medicina Chinesa, que é o Ebramec, que muitos aqui citam, esse curso também tem aqui a sua regulamentação. O curso está autorizado, mas ele não tem o reconhecimento.

Então, assim, até tenho aqui o material, que depois eu deixo com o senhor, porque o tempo aqui está exíguo, não é? Então o que se traz é assim...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ CARLOS SOUZA SAMPAIO – ... hoje não existem cursos de graduação e nem cursos técnicos reconhecidos pelo MEC, o que nos traz bastante preocupação em relação à continuidade da formação desses profissionais. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Dr. Luiz Carlos Souza Sampaio, que nos brinda aqui com a sua participação. Dr. Luiz Carlos, que é 1° Secretário do Colégio Médico Brasileiro de Acupuntura.

Imediatamente eu já quero passar a palavra aqui, e é bom, porque não foi coincidência, viu? Não foi uma... Eu achei interessante. Nada é por acaso na vida da gente. O senhor citou o Fernando algumas vezes, e o Fernando vai ter a oportunidade agora também de fazer a explanação. Muito obrigado pela sua presença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, eu quero agradecer a todos aqui pela participação, pelo respeito. Alto nível esta audiência pública. Eu acho que a gente só tem a ganhar nesse processo, não é?

E a gente percebe, claro, que existe um conflito natural. Em toda legislação aqui tem isso. São raríssimos os casos em que a gente consegue uma unanimidade. Mas é o exercício, esse é o exercício que a gente precisa fazer. Inclusive, tenho muitos conhecidos que participaram de cursos de mediação de conflitos. Quem sabe a gente não possa encontrar um caminho juntos, no diálogo, para buscar uma solução que seja um caminho importante para os brasileiros? Acho que todo o objetivo nosso aqui – ao menos não tenho a menor dúvida em relação às pessoas que estão aqui –, e particularmente o meu, é levar esse conhecimento ao maior número de pessoas, é levar ajuda, servir às pessoas, dar qualidade de vida.

Então, tenho até algumas perguntas aqui. Depois, quero ouvir de vocês. Eu até mudei a estratégia: eu vou fazer geral, quem se sentir confortável para responder que possa responder. Mas o objetivo aqui é ajudar. Porque numa coisa a gente está de acordo aqui: que a acupuntura ajuda as pessoas, que ela pode melhorar a qualidade de vida. É isso que a gente tem que pensar: nas pessoas. Obviamente, tendo os cuidados necessários, mas esse é o ponto chave: o brasileiro. No caso nosso aqui é, de alguma forma, propiciar aos brasileiros uma melhor qualidade de vida, a cura.

Quero dizer que nem terminou ainda, mas esta audiência pública já é um sucesso, porque está propagando a cultura e o respeito. A acupuntura está em evidência. Isso eu acho muito legal.

Pedindo desculpas já por ter feito mais esse comentário, o que a gente precisa é ouvir, mais do falar.

Sr. Fernando Davino Alves, Conselheiro do Conselho Regional de Autorregulamentação da Acupuntura do Estado de Minas Gerais. A gente está vendo o Estado de Minas Gerais com uma ascendência. Um estado importante nosso, com muitos participantes aqui. Daqui a pouco, a Dra. Luciana, de Minas Gerais também, vai estar aqui. Acho que já vai ser a próxima, aqui ao meu lado.

Eu já lhe passo a palavra por dez minutos, Fernando, com a tolerância de dois.

Muito obrigado por sua presença.

O SR. FERNANDO DAVINO ALVES (Para expor.) – Obrigado, Senador Girão.

Estou muito feliz de estar aqui, colegas acupunturistas. É muito bom vê-los aqui, pessoas que me antecederam, que quando comecei os meus estudos já estavam fazendo acupuntura.

Eu tenho bacharelado em medicina tradicional chinesa pela Universidade de Medicina Tradicional Chinesa de Pequim, também tenho mestrado clínico em acupuntura, moxabustão e *tui na*, pela Universidade de Medicina Tradicional Chinesa de Pequim, com convênio com o Hospital da Academia de Ciências Médicas da China.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com esses meus dez anos de estudo e prática clínica na China, acho que tenho a palavra para dizer o que acontece lá, como é feita a medicina chinesa na China.

Eu falo chinês fluentemente, HSK, Nível 5, Intermediário em chinês. Eu fiz o meu curso todo em chinês, junto com os chineses. Não tive curso com os estrangeiros, não podia usar dicionário, não podia acessar os livros, tudo em chinês, junto com os chineses.

Passei pelo hospital da academia – desculpa –, pelo Hospital Dong Zhi Men, que é o hospital número um da Universidade de Medicina Chinesa de Pequim e fui aprovado nesse hospital, junto com os chineses. Escutei muitas vezes: "Aqui não é lugar para você. Esse lugar não é para você", e eu completei minha trajetória.

Com essa minha capacitação na China, eu gostaria de lhes dizer aqui hoje que medicina tradicional chinesa é um sistema holístico de diagnóstico e tratamento completo desenvolvido ao longo de milhares de anos e firmado sobre princípios filosóficos, humanistas e naturalistas, independentemente de qualquer racionalidade biomédica ocidental.

É bom deixar claro que a medicina tradicional chinesa tem cinco pilares, como já foi citado – fitoterapia, acupuntura-moxabustão, massagem, dietética e exercícios terapêuticos, que a gente chama de Qi gong. É imperativo aqui dizer que esses cinco pilares operam de forma integrada e contínua, desde o tratamento das enfermidades até a promoção da saúde. Seu uso varia de acordo com os padrões clínicos do paciente.

Então, Senador, eu gostaria de reforçar aqui que a acupuntura é um desses cinco pilares da medicina tradicional chinesa e não da medicina moderna ocidental.

É bom deixar claro, também, aqui, senhores, que a formação na China, além da formação universitária, existe a formação de discipulado. Existe a escola religiosa, em que o conhecimento e o treinamento são transmitidos dentro dos templos ou sociedades aos seus iniciados. Existe a escola familiar, em que o conhecimento e o treinamento são passados de geração em geração dentro de uma família. Existe a escola das artes marciais, em que o conhecimento e o treinamento são transmitidos dentro das escolas militares ou das escolas de artes marciais. E também existe, atualmente, a escola médico-acadêmica, em que o treinamento é transmitido dentro das universidades.

A China é um país muito integrativo. Independentemente dessas escolas, qualquer pessoa que prove a sua formação nessas quatro escolas pode fazer a prova de titulação na China, chamada Zhi Ye Yi Shi Zi Ge Kao Shi ou Prova de Qualificação Médica Profissional. Apenas os profissionais aprovados por essa prova é que estão habilitados a trabalhar regularmente nos hospitais e nas clínicas.

Como o Sr. André Tsai também falou, eu trouxe também, na íntegra, que é um pouco diferente, como é feito o exame de qualificação, a organização da gestão, o nível de elegibilidade, a categoria dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exames e o exame em si. Eu traduzi para o português e vou anexar em chinês também. Estará anexado para o senhor.

Outro ponto importante é como a medicina chinesa é administrada na China. A Medicina Tradicional Chinesa é administrada pela Administração Nacional de Medicina Tradicional Chinesa, que é uma agência nacional gerida pelo Conselho Nacional de Saúde. Ela possui oito departamentos: o escritório; o departamento pessoal de educação; o departamento de planejamento e finanças; o departamento de política, regulação e serviços; o departamento de administração médica; o departamento de ciência e tecnologia; o departamento de cooperação internacional – escritório de Hong Kong, Macau e Taiwan; e a comissão de membros do partido.

É bom ressaltar também que essa agência tem unidades subordinadas, dentre elas, a Academia de Ciências Médicas da China, onde eu fiz o meu mestrado e de onde saiu o Prêmio Nobel de Medicina para a farmacologista, a Dra. Tu Youyou, que estudou a artemisinina para o tratamento da malária.

Dentro desse departamento também existe a Associação Chinesa de Medicina Tradicional Chinesa, o jornal da medicina tradicional chinesa, a imprensa de medicina tradicional chinesa, o Centro de Desenvolvimento e Intercâmbio de Ciência e Tecnologia de Medicina Tradicional Chinesa, o Centro Internacional de Medicina Tradicional Chinesa, a Administração Estatal de Medicina Tradicional Chinesa, de Hong Kong, Macau e Taiwan, e o centro de certificação de que eu acabei de falar. E, se o senhor ouviu, o tempo inteiro estou falando "centro de medicina chinesa", "imprensa de medicina chinesa", "jornal de medicina chinesa"; nós não estamos falando de medicina ocidental.

É bom deixar claro, senhores, que medicina é medicina em qualquer lugar do mundo. A intenção de tratar problemas de saúde não muda de uma medicina tradicional para uma medicina moderna. Então, o que muda? A medicina tradicional chinesa tem as suas bases enraizadas na tradição, na cultura chinesa, que aqui foi chamada de esoterismo. A medicina moderna ocidental é um ramo da medicina empírica. Na prática, o que isso quer dizer? A diferença entre as duas medicinas está na forma de abordar o indivíduo, como são realizados o diagnóstico, a estratégia terapêutica e o tratamento.

É bem simples. Na medicina ocidental, existe a separação do corpo humano em cabeça, tronco e membros; separa corpo, mente e espírito. A medicina chinesa vê o indivíduo como um todo; ela não separa o corpo em partes e não separa corpo, mente e espírito.

O diagnóstico, na medicina tradicional chinesa, é o grande diferencial, é a diferenciação de síndromes. Na medicina ocidental, é feita a diferenciação de doenças. Doenças são mudanças patológicas causadas pela luta entre a resistência corpórea e os fatores patogênicos. Já, na diferenciação de síndromes, nós estamos falando de um resumo patológico da doença em certos estágios.

No tratamento, a medicina ocidental, como nós sabemos, usamos a medicina alopática e as cirurgias entre outros. Na medicina chinesa, nós usamos os cinco pilares, como já foi citado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, Senador, na parte de diagnóstico também, eu vou anexar... Isso aqui é a introdução do Curso de Diagnóstico em Medicina Tradicional Chinesa. O senhor vai ver que, no nosso curso, existe uma separação muito grande. Quando a gente fala de quatro tempos de exame – inspeção, observação, auscultação e palpação – é igual à medicina ocidental, mas existem coisas, por exemplo, a observação da língua, do pulso, que não existem na medicina ocidental.

Na questão dos níveis energéticos – *tai yang, yang ming, shao yin, shao yang, jue yin* –, esses níveis energéticos não existem na medicina ocidental. Os quatro níveis de energia – o nível defensivo, o nível da energia, nível nutritivo e o nível de sangue – não existem na medicina ocidental. Os três aquecedores – aquecedor superior, médio e inferior –, é um conceito próprio da medicina tradicional chinesa, não faz parte da medicina ocidental.

É muito importante a gente entender que medicina é uma ciência, é uma racionalidade muito mais ampla, que a medicina ocidental, a medicina chinesa e a medicina étnica são partes dessa medicina, que é muito maior; e que, na China, como foi dito aqui, para se fazer... Um médico em medicina chinesa, se ele quiser fazer medicina ocidental, ele tem que fazer um curso de dois anos de especialização ou complementação de curso para ser médico em medicina ocidental. Já o contrário, ou seja, um médico em medicina ocidental, que tem o curso dele de medicina ocidental, se ele quiser fazer medicina chinesa, ele tem que fazer uma complementação de dois anos para fazer o curso de medicina chinesa.

Como foi bem dito aqui, a acupuntura não é uma especialidade médica. Acupuntura é um curso superior na China – um próprio médico acabou de dizer. Você tem dois cursos: o curso de medicina tradicional chinesa, que está mais ligado à fitoterapia, e o curso de acupuntura...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO DAVINO ALVES – ... que está mais ligado à acupuntura em si. A acupuntura moxabustão e tuiná, que são dois departamentos diferentes dentro da universidade.

Aqui eles falam da grade curricular, que é uma grade curricular híbrida, que é após a Revolução Cultural de Mao Tsé-Tung. Se a gente pegar esse texto maravilhoso que eu tive a oportunidade de encontrar na internet, que fala sobre a medicina chinesa/acupuntura, apontamentos históricos sobre a colonização do saber, mostra, passo a passo, como a medicina ocidental tenta subjugar a medicina chinesa e a tentativa de destruição da medicina tradicional chinesa e sua tradição. Só que ela não foi feita porque, pós-revolução cultural, Mao Tsé-Tung e os governadores locais provaram que não havia insumo suficiente para tratar a população e aí surgiram os Médico de Pés Descalços. Após isso, houve a união, a medicina chinesa, que chamamos hoje de medicina tradicional chinesa, porque, quando se fala em medicina chinesa, é medicina chinesa clássica, como era feito antigamente. Hoje é o sistema de medicina tradicional chinesa, porque há esse hibridismo que é feito da medicina chinesa com a ocidental, que é uma forma de tratar, de organizar as duas medicinas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, depois dos meus dez anos de estudo, eu estou aqui para lhes dizer uma coisa muito séria: a busca está no passado. Quanto mais eu estudei, mais eu cheguei a um ponto: só sei que nada sei. E, quando eu chegava nesse ponto novamente, eu percebia que a busca estava no passado. A medicina tradicional chinesa que é feita hoje não é a medicina tradicional chinesa real. Eu vi isso com a minha vida na China.

Então, Sr. Senador, eu gostaria de deixar esses documentos anexados e, caso o senhor queira, de alguma forma, alguma ajuda nesse projeto, eu estou à disposição. Eu acredito que a regulamentação da acupuntura é essencial, visto que eu, com dez anos – eu acredito que eu sou a pessoa no Brasil, hoje, com maior tempo de estudo e prática clínica em medicina chinesa no Brasil, e eu não consigo sequer revalidar meu diploma no Brasil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO DAVINO ALVES – Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado ao Fernando Davino Alves. (*Palmas.*)

Obrigado. Eu já estive desse outro lado, só para dizer para vocês. (*Risos.*)

Antes de chegar aqui no Senado, eu fiquei muitas vezes, em audiências públicas, sobre causas que eu abraço, aí desse lado e eu sei como é. Eu entendo. E não tem problema.

Isso sugere o seguinte: qualquer um – e nós estamos vendo um momento bacana em que o brasileiro está gostando de política. Está acompanhando a política do seu país. E qualquer um pode chegar aqui mesmo, não é? Eu jamais planejei concorrer ao Senado, que dirá chegar aqui! Mas muitas vezes eu vim. Eu não vi cartaz hoje aqui, mas é porque mudou. No tempo que eu vinha para cá, uns dez anos atrás, eu ficava segurando cartaz ali atrás, onde você está. Ficava segurando. Hoje as regras mudaram e a gente tem que obedecer às regras aqui do Regimento Interno do Senado.

Então, é bacana. Eu lhe agradeço demais, Fernando, Fernando Davino Alves, pela sua exposição, como Conselheiro do Conselho Regional Autorregulamentação da Acupuntura no Estado de Minas Gerais. Como é que se diz obrigado aí na...?

O SR. FERNANDO DAVINO ALVES – Você pode falar de duas formas "*xiè, xiè*", que é obrigado, mas você pode falar mais respeitosamente "*ren shi ni*".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – "*Ren shi ni*". Muito obrigado por compartilhar com a gente aqui o conhecimento.

Inclusive, ontem, eu estava acompanhando, já faz umas semanas que eu fico acompanhando as notícias, e está uma situação delicada lá. Neste exato momento, dizem que Xangai, pelo que eu vi, está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um *lockdown* completo. Então, ficam as nossas vibrações positivas para os chineses. Muita gente preocupada. E fica a nossa solidariedade. Que tudo passe, que tudo se resolva naquela terra!

Eu já estive na China, eu já estive na China há uns 15 anos, mais ou menos, eu tive a oportunidade de conhecer, e a Índia também tem uma história muito interessante, a questão da aiurveda, não é? Então, uma das que eu prefiro, de massagem, com que eu também consigo me reenergizar depois de um trabalho, pelo menos a cada 15, 20 dias, eu consigo ir, eu gosto muito da aiurvédica, porque ela dá uma distensão bem interessante mesmo, como você pode fazer o trabalho ali de distensionamento do estresse que a gente tem aqui. Então, de relaxamento também; é muito bom, porque é feito no tatame. É muito bom. Muito obrigado, viu, Fernando? Muito obrigado mesmo.

Eu já passo imediatamente a palavra, agora, para a Dra. Luciana Ribeiro Aguiar, médica, lá de Minas Gerais. Minas Gerais está dominando aqui. Eu não perguntei a vocês de onde são, mas a gente viu aqui, até pelo sotaque, em alguns momentos...

A SRA. LUCIANA RIBEIRO AGUIAR – Está faltando o pão de queijo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – É, está faltando pão de queijo. Vamos providenciar.

Mas, imediatamente, você tem dez minutos, com a tolerância de dois. Muito obrigado pela sua presença aqui.

A SRA. LUCIANA RIBEIRO AGUIAR (Para expor.) – Exmo. Sr. Senador Federal Luís Eduardo Grangeiro Girão, cumprimento-o fraternalmente e a todos aqui, e venho apresentar a V. Exa. e às demais autoridades aqui presentes informações tangíveis ao Projeto de Lei nº 5.983, que visa regulamentar o exercício profissional da acupuntura.

Essa prática milenar denominada acupuntura é uma das atividades da medicina tradicional chinesa. No decorrer dos anos, no Brasil, a acupuntura vem passando por um processo árduo de desmistificação, retirando-a do patamar que a categorizava como um procedimento holístico, fomentado por ideologias pseudocientíficas e modismos pouco consistentes, a um patamar mais elevado, alcançando merecida apropriação dentro da comunidade científica, através de inúmeros trabalhos consistentes, a qual pode e deve ser reconhecida como uma medicina baseada em evidências. E, para o ofício responsável dessa ciência milenar, faz-se indispensável uma formação, com capacitação profissional adequada à sua execução.

Na China, para se praticar acupuntura, é necessário que o candidato adentre uma escola de medicina tradicional chinesa, candidato não médico, frequentando-a por um período de no mínimo cinco anos. E, só após obter essa qualificação, é considerado hábil a praticá-la. Nos hospitais da China são praticados em conjunto medicina tradicional chinesa e medicina ocidental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Organização Mundial de Saúde preconiza para formação em acupuntura uma jornada de 2,5 mil horas para o candidato sem formação médica e para o candidato com formação médica uma jornada de 1,2 mil horas. No Brasil, a formação do candidato não médico ocorre na sua grande maioria, em cursos de cerca de 400 horas. Em contrapartida, para os candidatos com graduação em medicina a formação em acupuntura pode ser realizada através da residência médica, contando-se com 2.880 horas por ano. Há residências médicas de dois e três anos, o que soma um total de, no mínimo, 5.760 horas. Se realizada através de um curso de especialização médica, conta-se com cerca de 600 a 1,2 mil horas. Porém, esse candidato, ao finalizar o curso, para que obtenha o título de Especialista em Acupuntura, ele é submetido a um minucioso exame técnico, teórico e prático, sendo o título concedido ao candidato que alcance o escore de pontos necessários, mostrando-se capacitado para o exercício da acupuntura.

Sabemos que é do interesse de V. Exa. democratizar com responsabilidade e ampliar o alcance da acupuntura melhorando a saúde pública do Brasil. Entretanto, ao regulamentar o exercício profissional da acupuntura da forma com a qual é proposta no atual projeto, teremos, Senador, ao invés de democratização, uma mercantilização da acupuntura. Não obstante, colocaremos em risco a saúde da população brasileira, ao lançar no mercado de trabalho profissionais desprovidos das capacidades necessárias para que se pratiquem com perícia e prudência as atividades que em seu berço exigem, no mínimo, cinco anos de dedicação.

E por que a preocupação com a formação e o diagnóstico? Porque estamos tratando da responsabilidade de levar a acupuntura aos distantes rincões deste país. Num grande centro, se se você submete a acupuntura sem o diagnóstico nosológico prévio e se não ocorre o restauro, a melhora dos sintomas que o levou a procurar, você dispõe de recursos para procurar um atendimento adequado que faça o seu diagnóstico. Porém, o ribeirinho, Senador, que está lá no interior do Pará – e eu posso falar com categoria e propriedade, porque já residi e trabalhei lá – ou o sertanejo, no meio da Caatinga, não dispõem de recurso logístico e muito menos financeiro para buscar o seu diagnóstico, caso a acupuntura não resolva. Diagnóstico não é direito de uma classe médica, diagnóstico é direito do cidadão. (*Palmas.*)

E é por eles também, por essa população desprovida que estamos nesta Casa agora, tomando decisões que resvalarão nesses menos favorecidos. E nós, com responsabilidade, conhecimento conhecemos profundamente a lei da causa e efeito.

Perante essas relevantes informações, Excelência, faz-se mister o aprofundamento na avaliação e discussão do tema, com necessárias retificações em várias etapas do processo, inclusive avaliando sobre o espectro da responsabilidade técnica, penal e civil.

E finalizo, Senador, com as palavras de André Luiz pelo intérprete Chico Xavier: "Substancializar a contribuição pessoal ao Estado, através da execução rigorosa das obrigações [ele disse 'execução rigorosa das obrigações'] que lhe cabem na esfera comum".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Dra. Luciana Ribeiro Aguiar, médica, eu lhe agradeço muito a sua participação, por ter vindo aqui a esta audiência pública.

Imediatamente, eu já quero aqui passar a palavra à Dra. Jurema Cláudia Barbosa Ferreira, que é Coordenadora da Comissão de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde do Conselho Federal de Enfermagem. Então, muito obrigado pela sua presença, e a senhora tem dez minutos aqui para a sua exposição, com a tolerância de dois minutos.

A SRA. JUREMA CLÁUDIA BARBOSA FERREIRA (Para expor.) – Obrigada.

Cumprimento cordialmente a todos, representando a Comissão Nacional de Práticas Integrativas e Complementares do Cofen e também como Coordenadora da Associação Brasileira de Enfermeiros Acupunturistas e Enfermeiros de Práticas Integrativas (Abenah) da Região Norte, especificamente, Belém, Pará.

Em cada subseção, a gente traz um entendimento muito forte e compreendemos a necessidade dessa regulamentação. A acupuntura, para o profissional enfermeiro, vale ressaltar que, no Sistema Único de Saúde, nós somos a maior quantidade de profissionais que atuam nessa área. Vale ressaltar também que, de acordo com a Organização das Nações Unidas, desde 2006, também fazemos parte da Política Nacional de Práticas Integrativas. Então, nós já temos a acupuntura presente na nossa categoria profissional, no Brasil todo, com resoluções, e somos o segundo conselho a iniciar com as suas resoluções, atualizando a última resolução, a nº 585, em 2018.

Então, nós temos e entendemos a importância da enfermagem e do enfermeiro, dentro de todo o seu contexto científico, como os demais profissionais que aqui estão, de uso das suas especialidades que são normativas e que são importantes, destinadas a cada conselho, juridicamente apoiadas e também feitas as suas colocações científicas, porque nós estamos falando de acupuntura, que está inserida dentro do contexto de práticas integrativas, mas como uma ciência. Realmente a acupuntura é uma ciência muito diferente da própria medicina ocidental.

Hoje, nós temos que, em nível de Sistema Único de Saúde, em todo o Brasil, a grande maioria desse atendimento é feito pela categoria do profissional do enfermeiro.

Diante do exposto, e a nossa fala é bem breve, mas muito pontual e muito importante. Inclusive, hoje, dia 12, é comemorado o Dia do Enfermeiro. Então, hoje é o Dia Internacional do Enfermeiro. Entre milhares de lutas que nós temos – e somos a maior categoria do profissional de saúde, enquanto enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem no Brasil, tanto na rede pública quanto na rede privada –, como representante dessa categoria, a gente coloca uma trajetória muito grande. Acabamos de sair de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um processo agora bem importante com relação ao piso salarial, à jornada de trabalho; são muitas lutas. A prática integrativa é uma realidade terapêutica no nosso país que propicia, com ciência, com estudo, principalmente, a possibilidade de muitos profissionais enfermeiros atuarem tanto na rede pública, no Sistema Único, quanto na rede privada.

Enquanto enfermeiros, a gente já deixa, neste momento, parabéns para a categoria de enfermagem do Brasil, um especial carinho para os enfermeiros acupunturistas. Somos totalmente a favor de que a acupuntura seja multidisciplinar, multiprofissional. Nós apoiamos e esperamos realmente que a gente consiga que esse PL seja aprovado na sua íntegra baseado nesse contexto.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Dra. Jurema Cláudia Barbosa Ferreira, Coordenadora da Comissão de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde do Conselho Federal de Medicina.

Muito obrigado por ter vindo a esta Comissão.

Eu já, imediatamente, passo a palavra para o representante do Conselho Federal de Biomedicina, o Dr. Maury Massani Tanji.

Acertei?

O SR. MAURY MASSANI TANJI – Acertou. Tá certo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Dr. Maury Massani Tanji, muito obrigado pela sua presença. O senhor tem dez minutos, com uma tolerância de dois da Casa.

Muito obrigado.

O SR. MAURY MASSANI TANJI (Para expor.) – Boa tarde a todos!

Senador Girão, eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui porque isso representa, para nós da categoria, um avanço muito grande.

Antes, deixa só eu fazer uma crítica, uma pequena crítica, porque, como palestrante também, os eslaides são terríveis. Eu acho que deveriam melhorar um pouquinho a qualidade dos eslaides. Olha, eu, sinceramente, me decepcionei.

Bom, mas...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – O senhor fala na qualidade técnica?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURY MASSANI TANJI – Não, na qualidade dos apresentadores, de quem fez os eslaides.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Ah, mas aí a gente tem que respeitar, dentro do...

O SR. MAURY MASSANI TANJI – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – ... conhecimento de cada um. Aí faz parte.

Desculpe-me por lhe interromper.

O SR. MAURY MASSANI TANJI – Antes de iniciar minha fala, Senador Girão, eu gostaria de poder contar um pouquinho da minha história, da minha trajetória, de como eu cheguei aqui.

Eu acredito que na acupuntura eu ainda estou iniciando, mas sou formado em Biomedicina há 39 anos e venho sempre atuando dentro da minha categoria profissional. Iniciei no laboratório de pesquisa dentro da Faculdade de Medicina da USP, onde eu fiz o meu mestrado e o meu doutorado, onde eu tive como orientadores do meu mestrado uma médica nefrologista e um médico infectologista e, na minha banca de doutorado, estava lá a professora titular da MI da Faculdade de Medicina da USP. O que eu quero dizer com isso é que eu tenho uma verdadeira admiração e gratidão pela classe médica, porque, se não fossem eles, eu não estaria aqui. Então, minha gratidão será eterna a essas pessoas que participaram da minha vida, da minha formação e do meu conhecimento.

O meu primeiro curso de acupuntura também foi com um médico da USP, depois eu fiz uma pós-graduação, tive oportunidade de ir para a China conhecer alguns hospitais e, recentemente, em 2019, eu concluí a proficiência de acupunturista internacional fornecida pela Federação Mundial das Sociedades de Medicina Chinesa.

Eu gostaria, Senador, de dizer aqui... Eu não quero falar de leis, de propostas, porque isso já foi muito debatido, mas eu gostaria de dizer aqui que, assim como eu tenho a minha história, cada um de nós e cada um de vocês também tem a sua, o senhor, Senador, tem a sua história; todos fizemos sacrifícios para chegar até aqui e nós devemos respeitar a história de cada um. Nós sabemos, só nós sabemos, o quanto foi doloroso, o quanto foi difícil para que a gente pudesse alcançar os nossos objetivos e, por isso, Sr. Senador, quando eu me deparei com esse Ofício 002, de 2022, do CMBA, que diz que exclusivamente os Conselhos Federais de Medicina, Odontologia e Medicina Veterinária é que têm a prática da acupuntura reconhecida, eu posso dizer que isso aqui é uma falácia, porque a Biomedicina tem a sua resolução de acupuntura há muito tempo.

Aliás, nós temos um profissional biomédico aqui de Brasília, que atua aqui em Brasília, que já atuava mesmo antes da formação do nosso conselho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Senador, eu acho que algumas coisas a gente deveria rever. Essa é uma delas. Quando eu olhei isso, eu fiquei um pouco decepcionado, não com a categoria profissional médica, que admiro muito, mas com esse pequeno segmento dessa categoria. Eu acho, do fundo do meu coração, eu senti uma certa prepotência, principalmente quando eu vi uma sugestão, aqui colocam como contribuições; na verdade não é uma contribuição, eu considerei como prejudicial a todas as outras categorias profissionais. Eu estou aqui representando o Conselho Federal de Biomedicina, eu sou conselheiro do Conselho Regional de Biomedicina, eu faço parte do grupo técnico interprofissional das Pics, do fórum de São Paulo, e lá nós sempre procuramos trabalhar em harmonia, em equilíbrio.

E isso me causou uma certa indignação. Indignação por que, Sr. Senador? Imagina o senhor se amanhã baixa uma lei dizendo que somente pessoas graduadas, com algum nível de graduação e com especialização em ciências políticas pudessem se candidatar ao Senado. Como o senhor iria se sentir? Indignado. Eu me senti indignado, eu me senti lesado, por toda a minha história. Eu tenho 40 anos de trabalho, com mestrado, com doutorado, numa das maiores universidades da América Latina, onde aprendi a fazer transplante cardíaco em ratos, e depois eu não poderia colocar uma agulha no meu paciente. Como o senhor iria se sentir...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURY MASSANI TANJI – ... se fosse impedido de realizar isso e dizer para os seus eleitores: "Olha, infelizmente, eu não vou poder ajudar mais. Você vai ter que procurar outro Senador, porque eu não posso mais, existe uma lei que me impede de me candidatar". E isso está acontecendo comigo. Como vou chegar para os meus pacientes e dizer: "Olha, eu só posso fazer um gua sha, eu só posso fazer uma ventosinha, mas agulha não. Você vai ter que procurar um médico". É difícil isso, Senador.

E também, para finalizar, porque o meu tempo, em dez minutos não dá para colocar aqui toda a minha indignação, mas eu acho que eu tenho condições e capacidade para colocar algumas agulhinhas no ponto certo, porque na verdade, a gente sempre procura o equilíbrio entre e o *yin* e o *yang*, não é?

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURY MASSANI TANJI – Sempre. E é isso que nós buscamos aqui, esse equilíbrio para que a gente possa encontrar um ponto comum, para que todos possam atuar, porque o beneficiário vai ser a população.

Muito obrigado, Sr. Senador.

(*Manifestação da plateia.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Dr. Maury Massani Tanji, que é representante do Conselho Federal de Biomedicina. Muito obrigado pela sua presença aqui.

Eu já vou imediatamente aqui chamar a Deise. Deise Lopes, que está *online*. Ela está aqui, já está aqui conectada. A Deise Lopes, que é representante do Conselho Federal de Nutricionistas, vai fazer agora a sua explanação. Deise, muito obrigado pela sua presença aqui. Eu acho que a pandemia trouxe também isso, não é, a gente tem que sempre procurar ver o lado positivo das coisas. Embora muita gente chore ainda a morte de parentes, de amigos, mais de 620 mil brasileiros que passaram aí para o plano espiritual, mas nós tivemos aí essa oportunidade.

A Deise está acompanhando aqui praticamente desde o início a reunião. Então, não está presencialmente conosco, mas está virtualmente, remotamente aqui participando, e eu agradeço a sua presença.

Eu lhe passo dez minutos, da forma que a gente pactuou aqui, dez minutos, com mais dois de tolerância para sua exposição, Deise. Muito obrigado.

A SRA. DEISE LOPES SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador, obrigada a todos os colegas aqui presentes. É um prazer estar por aqui.

Nós somos o conselho que tem a resolução mais nova de acupuntura e que está no meio desse embate da regulamentação.

Eu estudo medicina chinesa desde quando eu entrei na faculdade de nutrição, nos anos 90; já vão aí seus 20, quase 30 anos. Eu tenho acompanhado esse debate como profissional e agora é um prazer estar por aqui, podendo colocar o Conselho Federal de Nutricionistas como mais, com seus milhares de profissionais, com seus cento e trinta e poucos mil profissionais, também participando desse processo, que eu acho fundamental, da regulamentação da acupuntura multiprofissional.

Eu vou compartilhar a minha tela aqui. Vamos ver se vai dar certo. Aí vocês me falam.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Já estamos vendo aqui. Perfeito.

A SRA. DEISE LOPES SILVA (*Por videoconferência*.) – Já estão vendo?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Já.

A SRA. DEISE LOPES SILVA (*Por videoconferência*.) – Ótimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Vendo e ouvindo.

A SRA. DEISE LOPES SILVA (*Por videoconferência.*) – Ótimo.

Então eu vou começar com uma coisa que está sendo muito dita aqui e que eu acho que é preciso fazer uma distinção. Eu sou professora e eu gosto muito de que as coisas sejam bem definidas.

A gente tem que fazer essa distinção entre os diferentes paradigmas de saúde. Então, tem gente que diz: "Ah, a medicina chinesa não tem nada a ver. Tem que ter a parte da medicina ocidental". O que a gente precisa entender é que medicina chinesa, o aiurveda, que o Senador trouxe também, são sistemas complexos e independentes que evoluíram antes, inclusive, da medicina que a gente chama hoje de medicina ocidental, da medicina científica. Eles vão ter a sua forma de funcionamento e a sua eficácia independentes da medicina ocidental. Essa é uma coisa que precisa ficar clara. Eles têm uma morfologia, eles têm uma fisiologia, eles têm um sistema de diagnóstico, um sistema de tratamento, que são específicos e que não dependem da medicina ocidental para ter a sua eficácia. Existiram durante milhares de anos sem precisar dessa ratificação, vamos dizer assim.

É importante que a gente veja essa distinção e que a gente entenda, óbvio, a situação que a gente tem hoje, no Brasil, considerando que para nós a medicina chinesa não é uma medicina tradicional, no sentido de que ela não faz parte do nosso arcabouço cultural. É diferente da China, onde eles crescem ouvindo esses conceitos filosóficos. É muito entranhado na filosofia deles. Que a gente faça, na verdade, o que eu gosto de chamar de o melhor dos mundos; que a gente pegue essa especificidade da medicina chinesa e junte com aquilo que a gente aprende da nossa medicina ocidental. Então, é para isso que vem caminhando o mundo, para esse processo de integração que vem se chamando muito de medicina integrativa, onde a gente pega o melhor dos mundos. Mas é importante afirmar essa especificidade e essa independência do conhecimento da acupuntura.

Como vários colegas já falaram, a acupuntura é um dos recursos, dentro desse sistema enorme e complexo que é a medicina chinesa, que pode ser abordado de várias formas. A gente tem aí essa nossa tradição de uso multiprofissional da acupuntura no SUS, a gente tem essa tradição, no Brasil... Há 100 anos, desde que a acupuntura veio para o Brasil, ela está sendo utilizada por múltiplos profissionais.

Essa disputa se inicia muito a partir do momento em que o Conselho de Medicina regulamenta como especialidade médica. Aí vem um outro entendimento que eu acho que é bastante importante que seja dito nesta Comissão que é: cada conselho regulamenta os seus profissionais. Então, o fato de o Conselho de Medicina regulamentar a acupuntura para os médicos, não impede que outros conselhos também o façam. São profissões diferentes, com regulamentações diferentes.

A medicina chinesa não faz parte da formação de nenhuma das categorias profissionais no Brasil. Nenhum de nós aprendeu sobre *chi*, sobre *yin* e *yang*, sobre os cinco elementos, sobre agulhas e plantas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na graduação. Então, todos nós precisamos de uma formação a mais para que possamos exercer a acupuntura, exercer a medicina chinesa.

É importante, então, que a gente foque o debate não no profissional X ou Y, mas no tipo de formação que a gente precisa ter para que essa prática seja dada com a qualidade e a segurança necessárias.

Foram debatidos muitos critérios aí de questão de segurança e qualidade por vários colegas, e é importante que a gente tenha esta clareza também de que cada profissional tem seu núcleo de atuação, que é específico, exclusivo. Então, a alimentação para os nutricionistas, os dentes para a odontologia, para ficar só em dois assuntos, em duas profissões, mas existe um campo, existe um campo de atuação que é comum a todos os profissionais de saúde. Somos todos profissionais de saúde. E é importante que a gente resgate as práticas integrativas e, dentre elas, a medicina chinesa e a acupuntura, para que esse espaço desse campo de assistência, em que cada profissional pode contribuir da sua forma, seja ampliado, até para que a gente consiga atingir a tão sonhada universalidade e a ampliação dos atendimentos de acupuntura, como foi demonstrado por um dos colegas que agora eu não vou me lembrar quem foi, porque a gente tem uma defasagem muito grande no serviço de acupuntura por conta dessa disputa entre as categorias.

Então, se a gente coloca o foco de qual é a formação que esse profissional tem que ter, independentemente de onde ele venha, e regulamenta isso, a gente vai garantir essa qualidade de assistência, a gente vai garantir essa segurança para a nossa população, que é o que a gente quer – que a população receba a assistência e que ela seja uma assistência segura e de qualidade.

Então, é importante a gente fazer essas pontuações, que eu acho que ainda não foram deixadas claras aqui.

É importante lembrar que o exercício da medicina chinesa não se reduz ao ato do agulhamento. O ato do agulhamento, muitas vezes, fica como secundário se você pensa na medicina chinesa como um todo, em todas as orientações de mudança de hábitos, de alimentação, de uso de plantas medicinais, práticas, exercícios, respirações. Muitas vezes, tudo isso vem antes da acupuntura, mesmo na China.

Então, quando a gente fez a nossa regulamentação no ano passado, a gente fez essa regulamentação no sentido de dar suporte aos profissionais como eu e como vários outros que atuam no SUS e fora do SUS, que já estão trabalhando com medicina tradicional chinesa, que já estão trabalhando com acupuntura, para que eles pudessem ter esse respaldo do conselho, para que eles pudessem ter essa orientação do conselho também.

Então, a gente seguiu o que a colega do Conselho Federal de Medicina falou agora, a recomendação da OMS, de que se tenha, pelo menos,1,2 mil horas de formação para que o conselho reconheça a atividade desse profissional nutricionista que faz acupuntura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente, realmente, está pautando as nossas resoluções tanto de acupuntura quanto de outras práticas integrativas no mais alto nível de qualidade possível para que a gente, realmente, possa estar dando essa assistência segura e de qualidade para os profissionais.

Eu sempre falo que eu não sei pensar a minha atuação profissional sem medicina chinesa, porque eu fiz as duas formações ao mesmo tempo. A gente entende que tem vários momentos da assistência nutricional em que você pode estar utilizando a acupuntura como um recurso complementar e auxiliar nas questões digestórias, nas questões metabólicas, nas questões que são muito a prática do dia a dia do profissional de nutrição.

Então, eu não vou colocar muitos números aqui – eu até coloquei as tabelas, mas não vai dar muito tempo de falar –, mas a gente já tem os dados, que a gente conseguiu junto ao Ministério da Saúde, dos atendimentos feitos por nutricionistas no SUS. A gente não tem esses dados do setor privado ainda, porque a nossa resolução é muito recente. A gente deve ter uma pesquisa sobre isso em breve. Mas é importante dizer que esses atendimentos têm contribuído para o aumento dessa universalização do atendimento de acupuntura no Brasil.

Então, eu gostaria de encerrar a minha participação falando sobre essa questão da regulamentação. Quando o Dr. Fernando cita o texto do despacho que foi dado sobre a resolução do nosso conselho, é importante esse entendimento de que, se o Conselho de Nutricionistas ou qualquer outro conselho, como o de enfermagem, de biomedicina, não pode regulamentar a acupuntura para si através de resolução, o de medicina também não pode. Então, estamos todos no mesmo barco, porque somos todos conselhos de categorias que estão discutindo uma coisa que não faz parte da nossa formação básica.

Então, por isso é que eu acho que é muito importante que a gente coloque essa regulamentação de uma forma bastante ampla, bastante inclusiva, mas com a necessidade de uma formação de muita qualidade, para que, realmente, possa ter uma fiscalização, para que a gente vá, com o tempo, tendo uma padronização da qualidade dos profissionais que vão sendo colocados no mercado e no sistema de saúde.

Se a gente tem hoje uma coisa muito ímpar, é porque a regulamentação não existe. E se, hoje, os cursos de graduação não pegam... (*Pausa.*)

Vou finalizar.

Se eles não pegam tanto, vamos dizer assim, é porque essa ausência de regulamentação gera uma insegurança para as faculdades que vão promover os cursos. Como é que eu vou bancar um curso de graduação de uma coisa que tem uma disputa, que tem uma possibilidade de ilegalidade? Então, isso é muito complicado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é importante que esta Comissão, os seus membros e toda a sociedade que está aqui nessa discussão entendam que essa regulamentação é fundamental, nesses termos multiprofissionais, para que essa qualidade seja garantida e para que os cursos se pautem nessas diretrizes e nessas qualidades.

Na China...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – O.k.

A SRA. DEISE LOPES SILVA (*Por videoconferência*.) – Vou finalizar.

Na China – e a gente usa os exemplos da China –, eles têm uma regra estatal muito clara para esses cursos. Então, é importante que a gente tenha também essa regra estatal clara para que a gente consiga essa boa assistência.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado. Somos nós que agradecemos aqui, em nome do Senado Federal, à Sra. Deise Lopes, que é representante do Conselho Federal de Nutricionistas. Muito obrigado, mesmo, pela sua participação.

Já passo para o penúltimo.

Estamos chegando aqui ao fim dessa primeira etapa. Estamos também completando quatro horas, agora, praticamente, de audiência.

Então, já passo a palavra para o penúltimo a fazer a sua explanação aqui, que é o Wilen Heil e Silva, Presidente do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Muito obrigado pela sua presença, Wilen Heil e Silva.

O senhor vai ter dez minutos para a sua explanação e mais dois aí de tolerância.

O SR. WILEN HEIL E SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu é que agradeço.

Só para não tomar meu tempo agora, eu queria pedir uma questão de ordem até para eu poder corrigir. Na verdade, eu sou representante. Aqui estou representando o meu irmão, que é o Presidente do Coffito, o Dr. Roberto Mattar Cepeda. Agradeço aí o convite.

E também em questão de ordem eu queria pedir ao Senador uma correção, na verdade, em relação à questão da designação que vem sendo utilizada nas mídias sociais do Senado: as palavras "não médico", que, na verdade, estigmatizam os profissionais de saúde. Não existe "não médico" na saúde e muito menos na acupuntura. Todos nós somos profissionais de saúde e aqui acupunturistas. Quando o senhor comentou que teria mais acupunturistas hoje, na verdade o que tem hoje aqui é uma representação maior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de médicos, porque pelo discurso a gente está percebendo que a fala está sendo bem voltada para a medicina ocidental, o que não tem nada a ver com a acupuntura. Todas essas falas e as falácias, que, de certa forma, já foram aqui desmentidas pelos representantes.

Como o senhor comentou que daria uma fala para o Sr. Fernando Genschow, que foi citado até por uma pessoa que é da entidade par dele, eu também gostaria de citar então o Afonso, o Alexander, o Afonso Henrique, o Jean Souza, o Fernando Davino, o Dr. Nelson José Rosemann. Então cito o nome deles para que eles também tenham essa possibilidade de fala ao final, para que a gente consiga manter de certa forma uma equidade na participação.

Então, já iniciando aqui a minha fala...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Eu não entendi. Desculpe. Eu não entendi a colocação do senhor.

Eu deixei muito claro aqui no início que todos os palestrantes que participaram aqui desta sessão vão ter direito a cinco minutos de complementação no final.

O SR. WILEN HEIL E SILVA (*Por videoconferência.*) – Ah, entendi. Perfeito. Entendi agora. É porque eu pensei que seria dada a fala só...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Não, não. Todo mundo vai ter. Deixei claro isso.

O SR. WILEN HEIL E SILVA (*Por videoconferência.*) – Perfeito, Senador. Obrigado aí pela ação democrática já aqui.

Eu gostaria de cumprimentar, de elogiar e engrandecer essa iniciativa do senhor, que ouve realmente o povo para que possa tomar aí as decisões que vão realmente trazer impacto para a vida do nosso povo.

Então, eu gostaria só de ainda manter a solicitação dessa adequação, porque não existe profissão não médico. É claro que é uma iniciativa que tem o objetivo aí de valorizar a palavra "médico". Mas aqui a gente não está discutindo a palavra "médico"; a gente está discutindo a questão da acupuntura, dos acupunturistas, que são todos profissionais de saúde, e dos demais profissionais que tenham formação em acupuntura e que vêm fazendo a diferença na vida do nosso povo.

Então, acho que o cerne dessa questão deve ser realmente a discussão do que é mais importante, que é fazer a diferença na vida da nossa população.

Eu tenho uma felicidade muito grande de estar participando aqui. Eu tenho uma história também de luta pela acupuntura e pela regulamentação de todas as práticas integrativas, coordenando a Comissão de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, que também trabalha a Política de Promoção e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Prevenção de Saúde, do Conselho Nacional de Saúde. Senador, o Conselho Nacional de Saúde é a instância representativa do nosso povo. Nós temos lá representação de todas as profissões de saúde, dos gestores, dos prestadores, de toda a população, de todos os usuários. Então, representa o nosso povo.

Então, a política de práticas integrativas e complementares em saúde nasce do povo. Ela nasce numa Conferência Nacional de Saúde, há bastante tempo. Eu vou apresentar aqui essa linha do tempo.

Então ela nasce do povo, para o povo. Essas ações que tivemos na Justiça, essas ações que visavam ali atacar as regulamentações legais das profissões, é claro que todas iriam cair, porque, como não existe a regulamentação legal da acupuntura, isso acaba fragilizando todas as categorias profissionais.

Agora, a prática não foi, de certa forma, vencida. Não só pela Constituição Federal, claro que eles não conseguiriam chegar a ter esse poder de rasgar a Constituição Federal, que garante o livre exercício profissional, mas principalmente em relação à Portaria 971, que regulamenta a utilização da acupuntura de forma multiprofissional, como vem acontecendo em todo o Brasil. Tentaram, as entidades médicas tentaram fazer isso e perderam na Justiça, ou seja, a política continua vigente e a atuação livre continua acontecendo em nosso país. Mas é importante a gente ter esse dispositivo legal para poder respaldar ainda mais os profissionais que já vêm fazendo a diferença na vida do nosso povo.

E aqui eu não vou falar como fisioterapeuta, ou como não fisioterapeuta, ou como não terapeuta ocupacional, para tentar designar aqueles profissionais, que não são todos os profissionais, que tentam monopolizar essa prática. Triste isso, né?

Eu me lembro muito ali da retórica dos índios, em que os europeus vestiram os índios. E agora esses profissionais estão tentando vestir a acupuntura. E não vão conseguir vestir a acupuntura, porque, se conseguirem vestir a acupuntura em nosso país, vão matar a acupuntura. E com ela vão acabar com esse resultado fantástico que nós vimos tendo em todo o país. Nós tivemos muitos embates, importantes vitórias, em resoluções do Conselho Nacional de Saúde, em portarias, em notas técnicas, inclusive do Departamento de Atenção Básica, que mantém e assegura a atuação multiprofissional com acupuntura. É importante a gente lembrar do contexto histórico quando a acupuntura não dava lucratividade naquela época, décadas de 70 e 80, e os profissionais eram caçados. Os profissionais médicos eram caçados. Os que utilizavam essa prática eram considerados charlatões ou curandeiros.

Tivemos aqui um amigo, o Dr. Gu, que foi perseguido. Tivemos outros aqui. Temos o Professor Sorato, que é um amigo pessoal e também é Presidente da Federação de Acupunturistas. E outras histórias mais, que nós sabemos a realidade dessas histórias. Trouxe aqui até a resolução que deixava claro que era proibida a prática por médicos, a utilização desses recursos por médicos.

Logo em seguida, quando realmente a ciência evolui, a gente consegue os resultados ali importantes, perceberam que, olha, realmente dá certo e, principalmente, dá dinheiro. Isso gera realmente lucro, e o que acontece hoje é que realmente a luta não é uma luta por fazer o bem e, sim, uma luta por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mercado, é uma luta mercadológica. E triste a gente perceber que o aluno agora quer caçar seu mestre, como ele também esquece os ensinamentos básicos e foge ao debate da acupuntura, que é a essência energética, tentando aí trazer a discussão e fazer falácias. Enfim, a gente sabe que, se o paciente tiver uma complicação, for cardiopata, ele vai poder ter a assistência do seu cardiologista e dos demais profissionais de saúde para fazer essa assistência. Isso é claro.

Agora, o que acontece é que, se ele precisar do acupunturista, ele tem toda a possibilidade de acessar ali o seu acupunturista para que ele possa estar prestando essa assistência. Sabemos também que o interesse da indústria da doença de medicamentos vem financiando para que esse projeto não seja aprovado, porque isso gera prejuízo para essa indústria, já que diminui custo com medicação, custo com internação. Enfim, sabemos desse interesse e de outras forças mais existentes nesse sentido.

De qualquer forma, eu vou avançar aqui, rapidamente, numa apresentação.

Bom, vamos seguir aqui.

O próximo eslaide.

Nós já temos aí regulamentações existentes em todo o mundo. Falamos da Organização Mundial de Saúde, falamos aí também da expansão das práticas e do consórcio que existe em todo o mundo, reconhecendo as práticas integrativas de forma multiprofissional. Temos inúmeras publicações científicas que regulamentam também essa prática, com resultados expressivos de forma multiprofissional. Temos filiações também na Europa. Eu trago informações que vou deixar aqui à disposição. Peço que o Senador possa dar acessibilidade aos processos que podem ser acessados, do CFM, e que conseguem identificar de forma clara que esses médicos foram perseguidos. Enfim, trago essas informações, assim como também a resolução que proibia ali, que não considerava a acupuntura como uma prática médica.

Falei da Política Nacional de Práticas Integrativas, do marco da 8ª Conferência de 1986, da Enac, a regulamentação legal da acupuntura.

Temos aqui a escala cronológica, com cada passo que foi dado, com a participação protagonista do controle social, e eu participando lá, representando ali o controle social. Toda a população, todo o nosso povo brasileiro, os usuários do Sistema Único de Saúde.

E aí temos várias incorporações, com inserção em tabelas para poder ter a remuneração desses profissionais e com várias outras vitórias que hoje possibilitam a nossa prática em todo o nosso país.

Temos aí resultados já da assistência prestada a milhões de pacientes, a toda a nossa população, resultados efetivos, inclusive com a questão da melhora, com a diminuição do uso de medicamentos e outros resultados mais; publicações do Governo e outras publicações que podem ser adicionadas; resultados também na formação. A gente tem uma formação, a possibilidade da formação para os nossos profissionais, da atualização dessa formação para todos os nossos profissionais; ou seja, a gente tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito bem estabelecida a prática da acupuntura no Brasil e essa prática em 100% das capitais do nosso país, e em 77% dos nossos municípios.

Essa informação está aí na minha apresentação. Não vou ter tempo para poder finalizar na verdade essa informação. Mas eu gostaria aqui de finalizar a nossa posição.

Vou voltar o eslaide, dois eslaides...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Para concluir, tá?

O SR. WILEN HEIL E SILVA (*Por videoconferência.*) – A posição do Conselho Nacional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional em si. São dois.

Vou concluir agora.

Então, nós entendemos que o projeto restringe a atuação de novos profissionais especialistas, olhando ali para o art. 4°, parágrafo único. Porém, nós apoiamos a aprovação do projeto e que ele siga para a sanção presidencial. Já está consolidado – e eu estou com o relógio até aberto, falta-me um minuto –, na verdade, a atual situação está consolidada pelo Governo Federal. Os profissionais estão trabalhando em todo o Brasil. Essas falácias já foram derrubadas, existe informação, capacitação.

O que a gente pede aqui é que seja ouvido o clamor do povo, o controle social do Conselho Nacional de Saúde. Então, estou falando aqui como povo brasileiro. Que esse clamor possa ser atendido e que, na verdade, os nove Senadores possam aprovar, de forma célere, e façam os seus eleitores sentirem orgulho do voto que investiram em vocês, pois, certamente, com essa atitude, fortalecerão, ainda mais, o nosso bem mais precioso do Brasil, que é o Sistema Único de Saúde, que atinge saúde pública suplementar. Infelizmente, hoje, nos planos de saúde, temos médicos colocando outros profissionais acupunturistas para atender e faturando como se fossem eles. Isso acontece também no SUS hoje.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – O.k.

O SR. WILEN HEIL E SILVA (*Por videoconferência.*) – Com essa regulamentação, a gente resolve isso.

Para finalizar, uma frase e aí eu pego uma frase minha: nós não somos inimigos uns dos outros, os verdadeiros inimigos são aqueles que não lutam pelo bem comum; tentam nos dividir e impedir de lutar.

Então, Senador, é um clamor do povo: por favor, regulamentem, aprovem essa lei que, realmente, vai fazer com que aqueles que já vêm fazendo a diferença na saúde do nosso povo, que não são aqui médicos, fisioterapeutas, mas são os acupunturistas, profissionais de saúde e não profissionais que possam fazer esse direito, realmente, ser cumprido. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, muitíssimo obrigado, Dr. Wilen Heil e Silva, que é representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Obrigado pela sua presença aqui conosco, de forma virtual. Você está você está em qual estado? (*Pausa.*)

Pode abrir o microfone pra ele aí por favor, secretário. (*Pausa.*)

O seu microfone é que está fechado aí.

Pronto, agora abriu.

Qual o estado?

O SR. WILEN HEIL E SILVA (*Por videoconferência.*) – Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Rio de Janeiro.

O SR. WILEN HEIL E SILVA (*Por videoconferência.*) – Queria estar presente, mas, com suspeita de covid, eu não pude estar aí presencialmente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Tranquilo. Pois, muito obrigado pela participação, diretamente aí do Rio de Janeiro. Muito obrigado mesmo.

Vamos agora para a última participação, que é, exatamente, o Dr. Alessandro Márcio Teixeira Cavalcante. Ele está conectado, está conosco aqui o Dr. Alessandro Márcio Teixeira Cavalcante. O senhor tem dez minutos com mais – ele é médico –, com mais dois minutos de tolerância, para encerrar essa primeira parte aqui da nossa audiência pública. Muito obrigado. (*Pausa.*)

Dr. Alessandro, a gente não está ouvindo. Seu microfone parece que está aberto, mas eu não sei se está desconectado.

O senhor está tentando aí se comunicar conosco? Não estamos ouvindo aqui. (*Pausa.*)

Bom, enquanto a gente tenta resolver aí essa questão técnica – peço à secretaria que veja o que é que está acontecendo –, eu vou ler aqui algumas perguntas, para a gente já fazer uma rodada final de cinco minutos para cada palestrante.

Tem comentários, tem perguntas aqui, e eu peço que aquelas que interessam a cada grupo, a cada pessoa que se sentir identificada e confortável para responder, se quiser, pode anotar para, nas suas considerações finais, fazer alguma consideração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Gabriel Fajardo, lá do Rio de Janeiro, faz uma pergunta aqui: "A acupuntura foi praticada por séculos com eficiência por não médicos. Por que que agora apenas os médicos seriam capazes para o seu exercício?"

A Fátima Suely, do Rio de Janeiro: "A acupuntura, como conjunto científico, não se baseia no modelo biomédico atual. Ou seja, não está subsumida a nenhuma formação biomédica."

O Vanderli Marchiori, lá de São Paulo, coloca que a regulamentação profissional deve contemplar todos os profissionais da saúde, e não apenas um único cargo.

O Alexander Feldmann, lá do Rio de Janeiro, coloca o seguinte: "Para resguardar a segurança dos pacientes e garantir a qualidade técnica, é necessário regulamentar os cursos e não limitar as pessoas."

O Luiz Moraes, de São Paulo, faz aqui a seguinte colocação: "A medicina tradicional chinesa aborda desequilíbrios energéticos e considera energias que não fazem parte do estudo ou prática da medicina ocidental."

Ricardo Thomaka, do Rio de Janeiro: "Os cursos de acupuntura, há mais de 40 anos, formam milhares de profissionais que atendem a população exemplarmente. Resta a regulamentação."

A Lia Oliveira, do Rio de Janeiro, faz uma pergunta, já não mais um comentário: "Os indivíduos com especialização concluída em acupuntura, independentemente da graduação de formação, poderão exercer a profissão?"

O Roberto Kennedy, do Acre: "O saber da acupuntura é independente e autônomo e seu conjunto de atividades não depende de nenhuma outra profissão para ser executado."

O Roberto Pacheco, de Santa Catarina, diz que a acupuntura é multi, inter e transdisciplinar. No Brasil, desde 1810, foi negada pela medicina até tornar-se comercial.

Bruna Cardozo, da Bahia: "Entendemos que a prática de acupuntura necessita ser regulamentada. Entretanto, restringir a prática somente à classe médica é injusto."

Fátima Christine, do Rio de Janeiro: "Em 2010, a Unesco inclui a acupuntura na lista do patrimônio cultural imaterial da Humanidade. Logo não cabe ser exclusiva de nenhuma profissão."

O Michel Rodrigues, de São Paulo, coloca o seguinte: "Que o PL 5.983/2019 tenha a sua aprovação e que mantenha a versão original, não acatando nenhuma alteração de outras partes/fontes".

Essas foram as colocações, os comentários, e eu quero acrescer algumas perguntas aqui também.

1. A acupuntura é utilizada há milênios como forma de proporcionar bem-estar, qualidade de vida e cura para os mais diversos distúrbios, sejam eles emocionais ou físicos. Nesse sentido, como o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Congresso Nacional pode contribuir para valorizar essa prática por meio de sua adequada regulamentação?

2. Qual é a importância da acupuntura na ampliação do acesso às práticas públicas de saúde? Ela pode ser considerada uma forma de democratizar esse acesso?

3. Como os senhores vislumbram a utilização da acupuntura na estratégia de saúde da família e na atenção primária para levar esse recurso terapêutico para as populações de baixa renda?

4. A acupuntura envolve procedimentos que atuam em terminações nervosas e estruturas neurológicas dos pacientes, por conseguinte há necessidade de conhecimentos técnicos sólidos para que os resultados desejados sejam alcançados sem riscos ou complicações para os usuários. Diante disso, pergunto: como promover a aquisição de conhecimentos técnicos pelo acupuntor, pautada na qualificação e reciclagens constantes, sempre respeitando sua formação profissional básica?

5. Um dos principais pontos sobre a multiprofissionalização da prática de acupuntura é a questão do diagnóstico. Muitos apontam que esse é um procedimento exclusivamente médico; outros se manifestam no sentido da diferença filosófica entre a medicina científica ocidental e a medicina tradicional chinesa no que se refere a essa questão. Pergunto: qual a visão dos senhores sobre a questão que envolve o diagnóstico e como equilibrar essas duas visões discordantes?

6. Como se deve dar, na opinião dos senhores, a fiscalização e a penalização da prática ilegal da acupuntura?

7. A classificação da acupuntura como atividade privativa do médico é constantemente debatida em um intenso conflito legal. Em decisão recente, fevereiro de 2022, o STJ, em sede de recurso especial onde figura como parte o Conselho Federal de Enfermagem, se manifestou pela legalidade da prática da acupuntura por profissionais não médicos. Como os senhores veem essa decisão e o que ela pode representar para todas as classes que ainda buscam na Justiça o reconhecimento dessa possibilidade?

8. Os efeitos colaterais decorrentes da prática de acupuntura geralmente tendem a estar associados à violação dos procedimentos de esterilização ou à negligência do profissional. As principais complicações relacionadas à acupuntura incluem a transmissão de infecções, como hepatite B, infecções dos tecidos ou ferimentos em tecidos dos órgãos. Diante dessa situação, fica a pergunta: de que forma podemos garantir a ampliação do acesso à acupuntura que seja acompanhada de protocolos que garantam a segurança do paciente e do profissional responsável?

O André Fontana, de São Paulo, concorda com a visão de alguns aqui, que a acupuntura deve ser livre para todos da área da saúde, dentistas, farmacêuticos, fisioterapeutas, etc.

Foi resolvida a questão aí? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda não. Então, vamos fazer o seguinte. Vamos começar, vamos tentar fazer na mesma ordem para os cinco minutos finais. Eu vou pedir que fiquem nos cinco minutos, Dr. André Wan Wen Tsai. Não tem tolerância agora, que fiquem em cinco minutos para que a gente possa concluir, considerações finais, ou se quiser responder, dentro dos cinco minutos, alguma pergunta, algum comentário.

Muito obrigado de antemão pela sua presença, pela paciência de estar aqui conosco até este horário. O senhor tem a disposição cinco minutos. Muito obrigado.

O SR. ANDRÉ WAN WEN TSAI (Para expor.) – Obrigado ao senhor, Senador Eduardo Girão.

Eu estive ouvindo atentamente as falas de cada um de vocês, de modo respeitoso, e eu queria fazer um desabafo aqui por ouvir pessoas que vêm aqui à frente chamar os médicos que vieram aqui de mentirosos. Eu acho que a gente merece um pedido de desculpas porque acabamos de passar por uma das piores pandemias que este mundo já viu, a nossa categoria esteve na linha de frente salvando vidas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANDRÉ WAN WEN TSAI – Mas o médico não? O médico não?

Então, eu gostaria de muito respeito.

O colega aqui da biomedicina, lendo o nosso Ofício nº 002, de 2022, se decepcionou, achando aqui a gente prepotente. Eu gostaria de falar para o nosso colega, Dr. Maury: eu, como Presidente do CMBA, tomei todas as cautelas necessárias para que nenhuma vírgula saísse de forma torpe ou mentirosa. Teve idas e vindas diversas vezes, com o nosso jurídico, que está aqui, com o nosso assessor parlamentar, com o meu diretor de defesa profissional, com toda a minha diretoria. Então, eu, representando o CMBA, não vou admitir esse tipo de fala.

Ficar decepcionado é direito seu, mas eu quero falar para você, público, e para a população brasileira: nós temos responsabilidade naquilo que a gente escreve aqui. Eu quero saber qual é a mentira do Ofício nº 002, de 2022, por favor. Eu quero saber qual é a mentira que a gente está propagandeando aqui. Qual conselho tem direito de formas especialistas em acupuntura senão os médicos, dentistas e médicos-veterinários? É enfermagem? É isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANDRÉ WAN WEN TSAI – Está bom, então, responde.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Cada um vai ter o tempo aqui para fazer as colocações. Está tudo maravilhoso até agora, vamos manter. Foram feitas umas colocações, usando o tempo dele, para colocar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ WAN WEN TSAI – Dr. Jean, o senhor falou...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Dr. André, o tempo está...

O SR. ANDRÉ WAN WEN TSAI – Estou me controlando.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Pois é, então eu lhe peço só o seguinte: não vamos direcionar às pessoas. Eu acho que o senhor fez a colocação, o seu documento vai estar dentro do processo, pode ficar tranquilo, e todos os outros aqui. Mas eu vou retirar essa minha intervenção...

O SR. ANDRÉ WAN WEN TSAI – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Eu vou lhe dar mais um minuto, porque eu lhe...

O SR. ANDRÉ WAN WEN TSAI – Não, eu estou contando aqui. Eu tenho dois minutos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – É, eu vou lhe dar. Você tem dois, e eu vou lhe dar mais um.

O SR. ANDRÉ WAN WEN TSAI – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Porque eu o interrompi. Agora, eu só peço para a gente manter a serenidade e a tranquilidade.

O SR. ANDRÉ WAN WEN TSAI – Eu quero, vou pontuar algumas questões que foram faladas aqui. Primeiro, falando de um livro de covid que a gente escreveu, que a gente está tratando covid. Eu acho que a pessoa tem que ler melhor. O livro é de pós-covid. Nós entraremos numa fase de covid longa, e a acupuntura está nesse leque. Então, por favor, tem que ler com mais atenção.

Com relação à formação, como o próprio Dr. Fernando falou, antigamente, sabe como era ensinada a acupuntura? Era de pai para filho. É o mestre, não é? Hoje, em pleno século XXI, não tem mais cabimento. A gente precisa entrar na escola, fazer um curso reconhecido, com uma boa formação.

A China está passando de cinco anos para nove anos. Alguns, oito. De 100% que era antigamente, de medicina chinesa, para 60%, complementando 40% de medicina alopática. Vivemos um mundo globalizado, e a gente precisa fazer a integração dos saberes.

Eu vou fazer um testemunho meu aqui. Chegou um paciente ao consultório com uma dor nas costas, e ele falou assim: "Ah, doutor, eu estou com dor nas costas e tal". Falei assim: "Mas você quer que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu trate você como um ortopedista, porque eu sou ortopedista, ou como acupunturista?". Ele falou o seguinte para mim: "Doutor, não importa. Eu quero ficar é bom".

Eu pergunto para os senhores: esse projeto de lei que está aqui é adequado? Será que, se a gente melhorasse, para oferecer um outro olhar ao paciente, tanto pela visão chinesa, como pela visão alopática, não seria melhor para os nossos pacientes? Garantindo a segurança.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ WAN WEN TSAI – Por que não fazer isso, se podemos?

Então, mas nós reconhecemos todos vocês que se formaram, você foi à China. Nós queremos vocês juntos conosco, para oferecer uma boa acupuntura para a população. Nós queremos vocês juntos. Quando a gente fala para evitar o agulhamento, é depois. É depois, não é agora. A gente quer vocês.

Um outro detalhe, como representante do CMBA, nós temos médicos acupunturistas em todos os estados, nos 26, mais o Distrito Federal, o.k.?

Bom, eu encerro aqui minha fala.

Eu agradeço demais, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Eu que lhe agradeço, Dr. André Wan Wen Tsai. Acertei?

O SR. ANDRÉ WAN WEN TSAI (*Fora do microfone.*) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – O Tsai?

O SR. ANDRÉ WAN WEN TSAI (*Fora do microfone.*) – Tsai.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Tsai. Perfeito.

O SR. ANDRÉ WAN WEN TSAI – Não, eu vou sair, eu vou sair. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Não, fique aqui até o final. Fique aqui até o final, por favor.

A gente... Eu lhe agradeço muito a sua participação, tá? Eu entendo o desabafo, não é? Eu compreendo, por isso que eu lhe concedi um tempo a mais. Mas olha, está sendo muito bacana tudo. Tudo. Eu particularmente estou aprendendo muito aqui. E eu acho que é assim que a gente consegue evoluir, não é? É ouvindo, é mediando e buscando soluções.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Dr. André Wan Wen Tsai, Presidente do Colégio Médico Brasileiro de Acupuntura. Muito obrigado, mais uma vez.

Eu já passo aqui, naquela mesma ordem que a gente iniciou, ao Dr. Afonso Henriques D'Oliveira Soares Romão. Eu já... A câmera vai pegá-lo daí, tá? Pode ficar tranquilo que a câmera já o pega para a gente não ficar todo o tempo, os cinco minutos, se movimentando.

Então, o Presidente da Federação dos Acupunturistas do Brasil (Fenab). Muito obrigado, mais uma vez, pela sua participação aqui. O senhor tem cinco minutos, vou-lhe pedir: sem tolerância.

O SR. AFONSO HENRIQUES D'OLIVEIRA SOARES ROMÃO (Para expor.) – Obrigado, eu agradeço.

Nós vamos fazer o seguinte: em relação ao questionamento dessas várias perguntas, nós vamos passar um vídeo em que eu vou abrir mão dos meus cinco minutos, assim como o Dr. Alexander e o Dr. Davino também.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Tudo bem, tranquilo.

O vídeo já está no ponto? (*Pausa.*)

Não? (*Pausa.*)

Então, eu vou passar para outro enquanto coloca o vídeo no ponto.

Então, ficam vocês três, não é? Eu vou já, já citar o nome de vocês para a gente deixar bem claro aqui, está certo?

Vamos pular agora aqui. Vamos lá!

Agora...

Já está no vídeo? Já está no ponto? (*Pausa.*)

Rapaz, então, o pessoal trabalhou rápido aqui. Ótimo!

Então, vamos colocar o vídeo agora.

Quem está cedendo aqui o seu tempo para a apreciação desse vídeo é justamente o Dr. Afonso Henriques D'Oliveira Soares Romão, Presidente da Federação dos Acupunturistas do Brasil (Fenab) – eu peço só para dar uma pausa –; o Dr. Fernando Davino Alves, Conselheiro do Conselho Regional de Autorregulamentação da Acupuntura do Estado de Minas Gerais; e também está cedendo aqui para a apresentação desse vídeo o Dr. Alexander da Silveira Assunção, Presidente do Conselho Regional de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autorregulamentação da Acupuntura do Estado de Minas. Então, agradeço aos três aqui pela presença, muito obrigado mesmo.

Vamos assistir ao vídeo aqui que vai ser exibido. Obrigado.

O SR. AFONSO HENRIQUES D'OLIVEIRA SOARES ROMÃO –

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Pausa.*) (*Pausa.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado aos três convidados nossos que cederam espaço ao vídeo. É importante a gente ter também essa visão internacional.

Eu vou imediatamente passar a palavra agora, porque vai pegar um voo, ao Dr. Luiz Carlos Souza Sampaio, Primeiro-Secretário do Colégio Médico Brasileiro de Acupuntura (CMBA).

O senhor tem cinco minutos para ou responder a algumas daquelas perguntas, pelo menos *en passant*, ou fazer algum comentário e para fazer as suas considerações finais. Muito obrigado, de antemão, pela presença do senhor.

O SR. LUIZ CARLOS SOUZA SAMPAIO (Para expor.) – Obrigado pela oportunidade, Senador.

Eu vou tentar responder, em rápidas palavras, à sua questão: como regulamentar essa lei? Tem um ditado do meio político que é assim: se fazem leis para serem respeitadas e se fazem leis para não serem respeitadas, aquelas que caem no desuso. Eu espero que esse projeto de lei que está sob a sua relatoria possa ser lei a que se obedeça, lei que tenha, realmente, valor.

Como eu apontei para o senhor, eu vejo, nós vemos nessa lei, no sentido de tentar até colaborar, várias falhas e que ela pode ser muito melhorada. Estamos aqui para poder contribuir com isso. A gente precisa deixar claro que essa lei não muda a condição das demais profissões de saúde. Então, cada profissão tem a sua regulamentação, e essa lei não vai mudar essa regulamentação. Enfim, isso é uma coisa que precisa ficar muito clara.

Outro ponto que eu acho importante é agradecer ao senhor a oportunidade de mais uma audiência pública. Nós fizemos um levantamento. O seu assessor, Roberto Lasserre, foi muito gentil conosco, e uma das coisas que ele frisou muito foi essa sua vontade de que a acupuntura fosse mais democrática e chegasse a todos os cantos.

Nós fizemos um levantamento no SIA/SUS – da mesma forma que eu fiz no e-MEC, eu fiz no SSIA/SUS –, e gostaria de ter a oportunidade de apresentá-lo da próxima vez para o senhor, mostrando que a democratização, usando as suas palavras, da acupuntura não está restrita à aprovação dessa lei. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

problema é muito maior, é tentar lhe mostrar um pouco como nós temos uma má distribuição da saúde no Brasil, de modo geral, e que a acupuntura é só um reflexo disso.

Então, eu quero agradecer a sua oportunidade, a presença e pedir desculpa a todos... A gente vai ter que sair correndo, porque o voo é às quatro e meia.

Muito obrigado. Até uma próxima.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Dr. Luiz Carlos Souza Sampaio, 1° Secretário do Colégio Médico Brasileiro de Acupuntura (CMBA). Obrigado pela sua participação, por ter vindo aqui presencialmente.

O Dr. André está indo junto com ele, não é? Tudo de bom para vocês.

Eu não sei se tem mais alguém aqui que palestrou e que vai precisar pegar voo. (*Pausa.*)

O senhor? Então, eu vou pedir licença aos demais para que a gente possa passar a palavra para o Dr. Maury Massani Tanji, que é representante do Conselho Federal de Biomedicina.

Já foi resolvido o problema técnico do Dr. Alessandro Márcio Teixeira Cavalcante, e daqui a pouco ele vai falar – ele vai falar os dez minutos que ele iria com mais já os cinco, tá? Já vou colocar os outros cinco das considerações finais para a gente dar uma dinâmica aqui a essa parte.

Então, Dr. Maury Massani Tanji, muito obrigado mais uma vez pela sua presença. O senhor tem cinco minutos para as suas considerações finais.

O SR. MAURY MASSANI TANJI (Para expor.) – Bom, Dr. Eduardo Girão, minha gratidão pela oportunidade mais uma vez.

Eu gostaria de colocar o Conselho Federal de Biomedicina à disposição para que a gente possa estar discutindo essa situação, que eu acho que é bem complicada, mas para a qual a gente pode encontrar um ponto em comum, não é?

Também eu só gostaria de... Como eu fui citado pelo Dr. André... É que aqui ela está mal redigida mesmo, porque ele fala que "até o presente, exclusivamente, pelos Conselhos Federais de Medicina, Odontologia e Veterinária". A gente tem a resolução, e a resolução tem uma força de lei. Então, na verdade, nós temos habilitação em acupuntura, não só em acupuntura, mas também nas Pics, que envolvem acupuntura. Então, na verdade, isso não é uma...

Eu estou indignado? Sim, porém eu acho que a redação é que não ficou clara aqui. Então, eu gostaria... Se eventualmente eu magoei o Dr. André, eu peço desculpas por isso, mas eu acho que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURY MASSANI TANJI – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Olha que bacana aqui, o Dr. André já está se encaminhando, mas já disse aqui na saída: "Desculpas aceitas, problema resolvido". Isso é muito bonito da sua parte. Muito obrigado.

O SR. MAURY MASSANI TANJI – Porque o que nós queremos realmente é chegar a um ponto comum.

Dr. Girão, muito obrigado novamente. Eu peço desculpas por ter que sair antes e não poder finalizar, mas eu me coloco à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Podem até ir no mesmo Uber lá para o aeroporto, que aí eles já vão... Não é? Vamos ver se.... (*Risos.*) (*Palmas.*)

Dr. Maury Massani, muita paz! Muito obrigado pela sua participação, representante do Conselho Federal de Biomedicina.

Muitíssimo obrigado mesmo pela sua participação, pelas suas colocações aqui.

Eu vou pedir licença aos demais palestrantes, porque vou passar a palavra para Alessandro Márcio Teixeira Cavalcante, para ele já poder fazer aqui a sua explanação. Foi resolvido o problema técnico. O Dr. Alessandro Márcio Teixeira Cavalcante é médico e vai fazer agora...

Eu vou pedir, Dr. Alessandro, dez minutos, com os cinco minutos já incluídos. Vamos negociar assim, para que o senhor...

O SR. ALESSANDRO MÁRCIO TEIXEIRA CAVALCANTE (*Por videoconferência*.) – O.k.!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – ... possa, por favor, fazer a sua explanação.

Muito obrigado pela sua presença aqui conosco.

O SR. ALESSANDRO MÁRCIO TEIXEIRA CAVALCANTE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador.

Eu gostaria, inicialmente, de me desculpar. Eu queria muito estar presente fisicamente, mas eu estou com uma questão de cunho pessoal para resolver hoje, o que me impediu de estar na audiência de forma presencial. Mas, como o senhor disse, a pandemia trouxe a possibilidade de nós nos aproximarmos através da tecnologia, que, enfim, não é ruim. Ela pode ser um instrumento de reencontro, de confraternização e de democratização dos saberes, das opiniões e das construções que a gente precisa tecer para ter um mundo e uma sociedade novos e melhores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois bem, foi até bom acontecer isto aqui, porque deu um "delete" na minha apresentação, e eu ouvi atentamente a colocação de todos. Eu fui anotando algumas coisas e notei que a palavra que mais apareceu foi "falácias". Eu vou retornar à "falácia" e colocar como eu entendo a construção.

Não existe medicina chinesa, não existe medicina aiurvédica, não existe medicina oriental, não existe medicina ocidental. Existe medicina. De onde vem essa separação conceitual no senso comum? Vem da Grécia. Na Grécia, nós tínhamos duas grandes escolas, que era a escola hipocrática, que focava a questão no homem, e uma escola antagônica a ela, que era a escola galênica, que começou a focar a atenção na doença. A partir daí a escola galênica tomou conta do mundo ocidental, e se desfigurou a percepção de mecanismos funcionais que levam ao adoecimento do homem. Pois bem, o resto da história a gente conhece.

Chegamos a um ponto tal, e esta necessidade já vem sendo determinada pelo homem, a de obter o bem-estar, a saúde e a cura através da regulação das disfunções que o levaram ao adoecimento estrutural. E, hoje, não digo a falência, mas a percepção da limitação do que a gente chama de medicina ocidental, na sua finalidade ultérrima, colocou em voga a busca dessas práticas milenares, que, se não fossem tão boas e tão funcionais, não estariam entre nós até hoje.

Eu trabalho – foi falado aqui – com conceito de medicina integrativa. No meu ambiente de trabalho, coexistem, de forma muito harmônica, médico, fisioterapeuta, educador físico, psicólogo, todos os profissionais da área de saúde, no sentido de integrar esse conhecimento e trazer o bem-estar, a saúde física, emocional, psíquica e até mesmo espiritual para o paciente.

Aí a gente cai na construção de conceitos que, em vez de serem complementares, estão se tornando opostos, com forças polares que trazem uma aparência de conflito, que, na verdade, não existe. Porém, a construção da ação precisa de ter uma consolidação educacional, precisa de ter um norteamento.

Eu fiz a planta da minha casa. Eu gosto muito de arquitetura, de engenharia; eu fiz a planta da minha casa. Na hora em que eu fui ver, não era possível a execução. A minha casa ia estar rachada e caída agora. Eu não tinha capacitação para fazer o estudo do solo, para fazer o estudo estrutural, para fazer o diagnóstico de sustentação da ação que eu queria fazer, que era a construção da casa. Tive que chamar um engenheiro, um arquiteto.

Então, o conhecimento, no mundo do globalizado, é possível a todos; mas com a forma de aplicá-lo eu realmente me preocupo. E aí pode ser tangível, do ponto de vista subjetivo, uma questão do ego, até com boa intenção, da necessidade de levar o serviço advindo daquele conhecimento a outrem. E com isso na medicina a gente pode provocar iatrogenia.

Eu vou ilustrar. Recentemente, no meu consultório, eu tive um caso de um pneumotórax que foi provocado por um profissional que não era médico. Não levando em conta se ele é capaz ou não – eu acho que ele é capaz de realizar a acupuntura, sim –, mas o paciente teve uma falta de ar progressiva;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

retornou a esse profissional. Aí vai naquele conceito: é a energia que está subindo e ela vai sair. Aí ele voltou para casa. Ficou sabendo que o meu consultório era ali perto. Chegou lá, era um pneumotórax. Eu pus esse paciente no carro, e ele foi drenar esse tórax, quase numa situação de risco de óbito – sim, ele existe; é pequeno, mas existe. A gente não cai aqui em números de 0,1%... Se acontecer comigo, é 100%. Não pode acontecer com ninguém.

Então, eu bato a tecla na questão central: o que me diferencia enquanto médico de um profissional que não fez medicina não me torna nem melhor, nem pior que ele; o que me diferencia é o meu treinamento em realizar o diagnóstico nosológico diferencial, estabelecer um prognóstico em relação a ele e, sobretudo, atuar numa possível complicação.

Então, quando a gente fala de complicação de acupuntura, frisou-se muito aqui a complicação estrutural, mas, muitas vezes, eu posso fazer uma acupuntura e trazer uma complicação funcional para esse paciente que vai ser percebida como dano cinco, seis, sete, oito anos depois, numa regulação de uma variação de frequência cardíaca, de uma regulação de funções neuroendócrinas, inclusive de uma regulação energética se a gente dar um nome dessa forma.

E o conceito de energia é muito diverso, não é? Eu não vejo... Eu trabalho com racionalidades médicas diferentes: eu pratico a medicina antroposófica, que tem uma visão inclusive superior, espiritual do homem; pratico a medicina tradicional chinesa; pratico a medicina dita ocidental. São modos de atuação em diferentes corpos que se integram; que se integram e constituem o homem. Então, quando a gente compara racionalidades, a gente comete um grande equívoco, porque a gente tem uma racionalidade da medicina indiana, da medicina aiurveda, da medicina chinesa que foi construída, ontologicamente e epistemologicamente, em conformidade com uma percepção do homem e sua relação com a natureza e com o universo, em uma estrutura temporal. Então, a percepção que se tinha e a interpretação que se dá do mesmo fenômeno, que é o homem, no seu adoecimento, têm aí o viés da temporalidade, da cultura e das relações do sistema de crenças e das relações sociais que esse sistema de crenças elabora.

Como foi falado muito aqui, para a gente entender o que é medicina chinesa a gente precisa interiorizar aquele pensamento cultural que eles tinham. E esse pensamento foi destituído de um acesso maior. Até mesmo, depois da última dinastia, quando livros foram queimados ou médicos fugiram da China para o Vietnã, para outros lugares, isso foi desconstruído. E hoje nós estamos juntando os caquinhos. Então, estamos juntando os caquinhos junto com uma medicina galênica ocidental, que evoluiu de forma cartesiana – isso não é ruim – e mostrou para a gente mecanismos da doença, do adoecimento que nos deterioram, mas que, ao ignorar essas funções trazidas pela medicina ancestral ou pelas medicinas tradicionais, se autolimitou. E agora nós estamos num momento de unir essas práticas, essas tendências médicas, mas temos que dar, sim, a cada um a qualificação necessária para que a sua intervenção, para que o seu serviço, mesmo que advenha de boas intenções, não gere dano ao homem, ao paciente. Então, eu insisto aqui na questão da segurança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho um outro paciente que estava com uma dor lombar, estava sendo tratado há dois anos; era metástase de câncer de próstata, e não foi feito o diagnóstico. Então, é importante fazer o diagnóstico estrutural, sim, é importante fazer o diagnóstico funcional, é importante fazer o diagnóstico energético, mas não são separados. Não são separados. Da mesma forma que eu me posiciono a favor de o médico fazer acupuntura por essa questão, eu me posiciono contra esse próprio médico ousar praticar a acupuntura sem ter uma sólida formação nessa ciência.

Então, a gente precisa trazer essa racionalidade, porque me parece que a questão central aqui não é o bem-estar do homem. A gente tem que questionar se existe algum conflito de interesse por trás, e, se existe conflito de interesse, qual é a raiz desse conflito de interesse que seja uma indústria de cursos para formar o maior número de pessoas possível, não com a intenção de aumentar o acesso à população, mas com a intenção de lucrar com uma formação.

Como essa formação está regulamentada, aí a gente vai para a questão que foi falada aqui dos conselhos. Os conselhos determinam qual ação que o seu membro pode fazer – o Conselho de Medicina, o Conselho de Farmácia, o Conselho de Nutricionistas, o Conselho de Fisioterapia, o Conselho de Fonoaudiologia –, mas essa determinação não pode perpassar aquilo que está escrito, determinado na lei dos atos profissionais. Por isso é que houve esse tanto de processo, esse tanto de "transitado em julgado".

Quando o Conselho Federal de Medicina colocou, sem o julgo do comportamento que ele tinha com a própria prática de acupuntura no passado – o passado nos alimenta de conhecimento para construir um futuro melhor, mas o que a gente está discutindo aqui é como está a situação hoje –, a despeito de tudo, o Conselho Federal de Medicina reconhece a acupuntura como especialidade, e esse reconhecimento não foi ilegal, porque ele estava dentro da lei dos atos profissionais previstos; ao passo que, quando o Conselho de Psicologia fez isso, perpassou essa lei dos atos profissionais.

Isso tudo tem de ser colocado em prática, porque, quando a gente fala em falácias, a gente tem que diferenciar as falências *ad hominem* e *ad populum*, que foram, dos 13 tipos de falácias, as mais colocadas aqui. Levanta-se uma bandeira: "Precisamos formar acupunturistas para levar à população". Tudo bem, mas o paciente, o ser humano – vamos ao SUS – está sem assistência à saúde. Vamos democratizar a acupuntura? Vamos! Nós temos 5 mil, 6 mil médicos especialistas em acupuntura no Brasil, muitos deles não exercendo, porque o próprio poder público não coloca na sua grade um concurso público para que, nas ABS, nas áreas básicas, nos postos de saúde, tenha um médico acupunturista. Então, não é formando mais gente e fazendo uma advogação *ad hominem* mesmo de acupuntura para todos e como nós vamos fazer isso – acupuntura é para todos sim! Todos têm o direito de se submeter a isso – que a gente vai levantar essa bandeira da democratização.

E chegam a algumas arestas da falácia... Eu fiquei muito satisfeito da hombridade, da elegância e da riqueza da discussão que a gente está apresentando aqui hoje. Eu já participei de várias outras, onde não ouvi essa riqueza da construção da opinião igual houve aqui. Acho que isso é muito pela relatoria do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhor, Senador, que investiga muito antes de servir. A gente viu isso, pela sua atuação exemplar, que a gente acompanhou de perto, na questão da covid, desprovido de interesse. Estou muito satisfeito por ser uma coisa muito autônoma, livre, com isonomia de propósito. Isso, para mim, é o mais importante de tudo.

Então, não precisa se chegar a uma aresta, igual o Sr. Alexander colocou, em que agrediu a categoria profissional médica. O outro falou que o médico coloca agulhinha lá... Não é isso. Onde essas agulhas são descartadas? No lixo comum. Nós não temos uma coisa da Vigilância Sanitária, eu tenho um tanto de exigência legal. Então, quando agride a minha categoria, isso me inclui.

Eu toda a vida pautei a minha vida em fazer o certo pelo certo, num conceito de moral aristotélica, elevada, espiritual, não uma moral humana – isso é certo, isso é errado –, mas fazer o certo pelo certo, pelo reto pensamento, pela reta ação, pelo reto sentimento. E, quando ele agride uma categoria, ele agride a mim. E ainda traça um exemplo que não é para ser pautado numa audiência como esta, que dentro de um centro espírita alguém fez isso de categoria. Isso traz uma conotação à minha prática de percepção, que não é discussão religiosa aqui, inclusive de intolerância religiosa. Ainda bem que a condução foi rica e foi elevada nesse aspecto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Ele já está concluindo, não é, Doutor?

O SR. ALESSANDRO MÁRCIO TEIXEIRA CAVALCANTE (*Por videoconferência.*) – Então, concluindo, não se trata de procedimento invasivo, não se trata de levar...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Um minuto, por favor.

O SR. ALESSANDRO MÁRCIO TEIXEIRA CAVALCANTE (*Por videoconferência.*) – Sim.

Não se trata de levar essa discussão para um patamar que não é do escopo desta discussão. Aqui se trata da capacitação de realizar esse procedimento invasivo, bem como carregar nas costas toda a responsabilidade cível, criminal, ética e moral que isso possa trazer em termos de benefício ou dano à população.

Queremos muito que a acupuntura seja democratizada, mas através do Sistema Único de Saúde, abrindo concurso para as pessoas que já possuem a capacitação de utilizá-la.

Temos uma colaboração... Eu acho muito interessante a proposta que houve de fazer o provisionamento das pessoas que já trabalham, mas a gente precisa deixar as coisas claras aqui no Brasil,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não comparando com a legislação de outros países. Aqui nós somos uma unidade que tem soberania, e temos discernimento...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Está bom.

O SR. ALESSANDRO MÁRCIO TEIXEIRA CAVALCANTE (*Por videoconferência*.) – ... e, com certeza, amadurecimento para trazer isso amparado, espero que amparados, por uma sabedoria superior a nós para tomarmos a decisão correta e a condução correta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Obrigado.

O SR. ALESSANDRO MÁRCIO TEIXEIRA CAVALCANTE (*Por videoconferência*.) – Muito obrigado. Eu peço desculpa pelo problema técnico, pela minha ausência profissional.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Nada. Que isso...

O SR. ALESSANDRO MÁRCIO TEIXEIRA CAVALCANTE (*Por videoconferência*.) – Eu gostei muito da discussão, da seriedade, da hombridade, da leveza e do campo moral que se apresentou. Uma energia muito boa. Gostei muito da condução que o senhor estabeleceu para nós todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado.

O SR. ALESSANDRO MÁRCIO TEIXEIRA CAVALCANTE (*Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Dr. Alessandro Márcio Teixeira Cavalcante, que nos brinda aqui com a sua participação. O Dr. Alessandro é médico. Nós tivemos um problema técnico aqui no início, ele não pode falar na primeira leva de exposição, mas, graças a Deus, deu tudo certo. Parabéns à equipe por ter resolvido aí! Eu acho que foi só no começo que teve um probleminha técnico, na passagem dos eslaides, enfim.

Eu vou fazer o seguinte: eu vou pedir a todos vocês – nós já vamos passar a palavra para o Dr. Jean Luís de Souza, que é o representante da Sociedade Brasileira de Acupuntura – paciência, que já estão tendo muita paciência, mas não tem um Senador para me substituir aqui, e é uma questão de Regimento Interno. Eu não posso, até em respeito também a vocês... Eu preciso... Eu tomei muita água. (*Risos.*)

Eu preciso dar uma passadinha ali no banheiro, mas eu prometo: três minutos, e eu já volto para a gente ir para a etapa final. Está bom? Eu já participei aqui de muitas audiências públicas, mas esta está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

superando em audiência pública... Cinco horas. Cinco horas, não é? Enfim, mas eu acho que eu tomei muita água. É bom tomar água. É bom, é bom. Vou lá. Eu volto já.

Está suspensa por dois minutos a sessão, para a gente ir para a conclusão.

(*Suspensa às 15 horas e 16 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 18 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. *Fazendo soar a campainha*.) – Voltando aqui, agradecendo a compreensão de todos, eu vou já passar a palavra, por cinco minutos, para o Dr. Jean Luís de Souza, representante da Sociedade Brasileira de Acupuntura.

Mais uma vez, muito obrigado pela sua participação. O senhor está com a palavra.

O SR. JEAN LUÍS DE SOUZA (Para expor.) – Bem, Senador, não vou... Eu acho que a gente já se alongou bastante, eu não vou nem usar esses cinco minutos, em respeito a todos aqui, porque eu acho que a gente já se alongou e a gente já ouviu muitas vezes a mesma coisa.

Eu só queria dizer que foi dito aqui que existe acupunturistas médicos em todos os estados – estados, e não municípios; tem uma diferença aí.

Então, existem acupunturistas médicos em todos os estados. Perfeito. Então, eu acho que, assim... Eu realmente tenho que sair, porque eu tenho um voo.

Eu quero esclarecer que a Casa Espírita, como foi colocada aí, não é um boteco de esquina, não; é uma instituição muito séria que, independente de a acupuntura estar lá dentro ou não, presta serviço de assistência em todas as áreas da saúde – em odontologia, em tudo, todas as áreas. Ela é uma instituição de assistência e fomos convidados para entrar com acupuntura dentro dessa instituição.

Então, não é qualquer boteco de esquina, e que foi isso, não. É muito pelo contrário, as coisas não são assim, porque, como dito aí, dá a impressão que a gente está... Como um procurador da República outro dia me fez uma pergunta, se poderia abrir um campo de acupuntura aqui na Esplanada. Eu falei: "Ué, se a vigilância autorizar, pode". Aí, ele falou: "É, você tem razão, porque o art. 5°, inciso XIII, garante o livre exercício da acupuntura".

Então, só para terminar, eu quero dizer o seguinte: realmente, a gente viu aqui – e ninguém aqui desmerece os médicos –, eu acho que, realmente, com uma carga horária como foi mostrada aqui, belíssima eu acho, eles têm mais é que fazer medicina. Eles têm que fazer medicina e deixar a acupuntura para os acupunturistas fazerem. Os médicos têm que fazer medicina. Agora, ninguém está dizendo que eles não possam fazer também acupuntura. Mas eles têm uma carga horária muito bem feita para fazer medicina. Aqueles que querem fazer, façam suas pós-graduações, as suas especializações, e venham se compor com os 250 mil acupunturistas que existem no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o médico tem... Porque, às vezes, a gente observa essa audiência e parece que está discutindo a profissão do médico. Não, a profissão do médico já foi discutida, no Ato Médico. Já foi muito claro o que é afetado. Já foi muito claro o que é orifício. Só que sempre se suprimem os orifícios, não é? Como se diz na medicina chinesa: os orifícios superiores e inferiores, principalmente os inferiores, ficam pervertidos nessa hora, porque é assim que o Huang Di Nei Jing diz: os orifícios ficam pervertidos.

Espera aí. Não é isso, não. Ninguém aqui é leigo, como foi dito. Nós somos muito sérios e todos aqui têm competência. Todos que estão nesta sala que são acupunturistas eu sei que têm competência de fazer um diagnóstico, fazer um tratamento, fazer prognóstico. Quando você vai ali nas bases, nos cinco elementos, no Zang Fu, a hora que você começa a colher, você já vê que não está certo. Se o paciente tem um câncer, você começa a ver a mãe contra o filho, o avô se revolta contra o neto. É isso que nós estamos falando. E você vê: isso é um caso sério, isso não é para mim, eu vou encaminhar.

Então, nós temos que ter, sim, bons profissionais, independentemente de serem médicos ou de serem fisioterapeutas ou de serem acupunturistas. Nós precisamos, sim, regulamentar, para acabar com esse disse me disse. E é falácia, sim! Perdoem-me, mas é falácia. E o Dr. Nelson vai mostrar, na sequência, a falácia.

Muito obrigado. Eu preciso me ausentar, que eu tenho voo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Dr. Jean Luís de Souza, representante da Sociedade Brasileira de Acupuntura.

Continuam chegando muitas perguntas aqui, muitos comentários. Participação bacana das pessoas. Como eu prometi, eu vou fazer no final, para não quebrar de novo aqui o roteiro, não é?

Mas uma delas aqui, que não tinha sido abordada de uma forma mais específica, é uma pergunta interessante aqui. Eu não sei... Se algum de vocês, no tempo de cinco minutos, puder responder... Quantos brasileiros já tiveram o contato, o acesso, a experiência com acupuntura? Se tem esse número, alguém puder colocar... E também com relação a eventuais problemas, sequelas, de algum procedimento equivocado, se no Brasil – porque eu vi números ali internacionais –, se no Brasil tem não apenas morte, mas se tem números também de alguns sequelados com relação ao exercício equivocado, aliás, um procedimento equivocado da acupuntura. Eu queria saber se alguém pode depois colocar.

Mas eu já passo a palavra imediatamente ao Dr. Fernando Genschow, que é ex-Presidente do Colégio Médico Brasileiro de Acupuntura (CMBA).

Muito obrigado pela sua presença aqui. O senhor tem cinco minutos para fazer as suas considerações finais ou, de alguma forma, responder a alguns desses questionamentos.

O SR. FERNANDO GENSCHOW (Para expor.) – Eu agradeço muito, Sr. Senador, esta oportunidade de estar aqui, agradeço ao Senado e agradeço à Comissão de Assuntos Sociais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de aproveitar estes últimos minutos para dizer algo que foi a primeira coisa que eu disse e que eu torno a repetir: o assunto não é polêmico; as pessoas é que querem criar polêmica, porque têm interesses. Eu tenho mais de 40 anos, vou fazer 50 anos como médico, e eu não suporto ouvir – a princípio eu ainda tinha paciência – que nós somos corporativistas. Se nós fôssemos corporativistas, jamais estaríamos discutindo esse tipo de coisas. Corporativistas ou mercantilistas, como dizem.

Eu dediquei a minha vida ao serviço público, ao SUS, continuo... Não me aposentei ainda porque eu acho que é necessário no serviço público.

Então, há uma série de maneiras de falar que eu acho que são muito apelativas politicamente. Eu ouvi aqui, por exemplo, que pouquíssimos médicos do Colégio Médico Brasileiro de Acupuntura estão de acordo com o que nós que somos ou fomos da diretoria estamos trazendo. Isso é o tipo da coisa, assim, que eu acho que não cabe trazer. Nós estamos aqui discutindo argumentos, e não esse tipo de coisa.

Falou-se aqui também de médicos serem presos. Eu acho interessante... Eu pratico e eu me declarei ao Conselho Federal desde o final da década de 70 como médico praticando a acupuntura. Eu nunca fui punido. Eu não podia, como não posso até hoje... Se eu não tenho a especialidade, eu não posso declarar ou fazer propaganda disso. Todos os médicos que foram punidos o foram porque estavam anunciando especialidade que não existia, mas ele podia praticar. Então, isso é muito importante esclarecer.

Com relação aos... Eu vou providenciar para o senhor essa questão dos efeitos adversos da acupuntura, só que, dos efeitos adversos da acupuntura, os maiores, os mais importantes não são os acidentes invasivos e cirúrgicos e, sim, a falta do diagnóstico médico no zoológico ou o nome que se queira dar, o nome da doença, porque se trata de uma patologia cirúrgica, como nós já tivemos alguns casos – e vou trazer ao senhor – que foram tratados com acupuntura, sendo um caso cirúrgico...

Sobre essa história de que a acupuntura chinesa é alguma coisa diferente, isto é o que eu quis trazer desde o começo: a visão, a falta de conhecimento epistemológico de como se entende medicina, como se entende o pensamento humano. Nós ficamos brigando aqui, porque nós não temos aprofundamento nisso.

Outra coisa é também dizer... Até nas perguntas, há a pergunta: por que antigamente podia quem não era médico fazer acupuntura? Na China, quem faz acupuntura até hoje... E o Dr. Fernando Davino, meu xará, que eu conheci na China, com quem estive e com quem conversei muito a respeito, é *yisheng dàifu*. E ele fez... O curso de acupuntura não é uma coisa separada da medicina. Lá o que se chama de medicina chinesa é o curso de farmacoterapia tradicional chinesa. Esse é realmente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO GENSCHOW – É no que muitas vezes se faz a confusão, mas ele é médico. Eu sempre falei: "Você é meu colega médico". Temos que ver como a gente faz para que esses cursos de medicina chinesa possam ser complementados para serem reconhecidos aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para terminar, foi falado também aqui – acho que vale a pena dizer – com relação ao Ministério Público que o Ministério Público deu a sentença dizendo que era só liberdade de opinião, não é isso. O magistrado diz:

> Com efeito, não constato a existência de abuso na divulgação da notícia de que "STF ratifica proibição de que fisioterapeutas pratiquem acupuntura", veiculada no sítio na internet do CFM em 16 de fevereiro de 2018, porque consta no teor da referida notícia informação de que o STF teria negado seguimento ao recurso extraordinário. Além disso, o acórdão do TRF da 1ª Região [...], de fato, decretou a nulidade da Resolução 219/2000 do COFFITO, que reconheceu a acupuntura como especialidade do fisioterapeuta, por entender que acupuntura compreende a realização de diagnósticos clínicos, privativos de médicos, não tendo o STF vislumbrado a existência de violação direta ao texto constitucional. Não vejo, assim, como inverdade a informação de que o STF teria confirmado a decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Assim, não se trata de uma liberdade de opinião, ele disse. O Conselho Federal de Medicina tem todo o direito de falar a verdade e não pode ser limitado com relação a isso...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Está bom. Eu lhe agradeço demais...

O SR. FERNANDO GENSCHOW – Com relação ao patrimônio intangível da humanidade, é isso mesmo, só que um patrimônio que é intangível não significa que todos podem fazer o que quiserem com ele. Não é assim, isso por causa do paciente, da segurança do paciente. Esse é que deve ser o nosso centro de entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Obrigado.

O SR. FERNANDO GENSCHOW – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Dr. Fernando Genschow, ex-Presidente do Colégio Médico Brasileiro de Acupuntura (CMBA).

Muitíssimo obrigado mesmo pela sua presença, sua paciência aqui, conosco.

Eu já vou passar a palavra para a Dra. Jurema Cláudia Barbosa Ferreira, ela que é Coordenadora da Comissão de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde do Conselho Federal de Enfermagem.

Muito obrigado pela sua participação aqui, conosco, pela paciência. A senhora tem cinco minutos para as considerações finais ou se quiser responder alguma dessas perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JUREMA CLÁUDIA BARBOSA FERREIRA (Para expor.) – Em nome do Conselho Federal de Enfermagem, a participação, a todos os presentes, aos profissionais, o nosso respeito a todos durante esta manhã longa.

Para responder uma pergunta, quando você falou sobre o Conselho de Enfermagem e a acupuntura, como é que o Cofen vê isso. Então, nós temos, com todo o respeito a todas as categorias, duas resoluções, como falou o doutor no início – que também já foi para o aeroporto; eu também já estou indo –, existe todo um departamento jurídico dentro do conselho, um plenário, todo um processo no qual nós temos duas Resoluções, a 585, específica da acupuntura, e a 581, a qual engloba as práticas integrativas, nas quais não só o enfermeiro realiza especialidades com relação às práticas; também outros segmentos em nível *lato sensu*, com dois anos, no mínimo, com essa especialidade. É só para deixar essa informação.

Agradeço mais uma vez e, como você falou no início, que o diálogo permaneça, principalmente com respeito, harmonia, paz e saúde para todos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Dra. Jurema Cláudia Barbosa Ferreira, que é Coordenadora da Comissão de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde do Conselho Federal de Enfermagem.

Eu já passo, imediatamente, a palavra para as considerações finais, por cinco minutos, para o Dr. Luciano Gonçalves de Souza Carvalho, que é Diretor de Assuntos Parlamentares da Associação Médica Brasileira. Muito obrigado pela sua presença, a sua paciência. O senhor tem cinco minutos, se quiser dar uma pincelada em alguma pergunta, comentário ou fazer as suas considerações finais.

O SR. LUCIANO GONÇALVES DE SOUZA CARVALHO (Para expor.) – Obrigado, mais uma vez, Senador, e parabéns também pela condução pacífica dum contexto tão discutido e tão importante para a sociedade. Parabenizo também a todos os componentes das discussões pela manutenção da elegância, respeito mútuo a todos os profissionais, o que é fundamental no desenvolvimento de um lugar comum.

Mas eu gostaria de colocar duas questões só para enriquecer um pouquinho esta nossa conversa.

A primeira é sobre o reconhecimento, que foi colocado e evidenciado muito, o reconhecimento da medicina chinesa como ciência, como ciência aplicada, com todos os fundamentos milenares. Logicamente, a ciência aceita, a ciência ocidental não tem nenhum questionamento sobre a medicina chinesa, como não tem nenhum questionamento sobre o reconhecimento de outros conhecimentos, como a engenharia persa, por exemplo, que está aí, comprovando ainda os seus fundamentos com toda a sua grandeza. Mas a ciência é orgânica, ela é dinâmica, num momento de tecnologia de informática muito forte, muito atuante, ela está se reformulando, ela está se montando e remontando para a organização de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dados, para a organização de informação para se criarem verdades, criando-se evidências. E as evidências é que determinam, hoje em dia, a verdade do cotidiano.

Então é preciso que se tenham essas organizações para se criarem, de alguma forma, normas baseadas nas evidências das informações e dos resultados que se têm. Eu acho que isso é um ponto sobre o qual nós precisamos pensar bem, em como fazer, sobre isso, para que as informações que venham, não venham em forma de fábulas, não venham em forma de verdades referidas, que eram o método da divulgação anterior do conhecimento. Hoje em dia, já existe uma necessidade muito maior de ter essa densidade de conhecimento baseado nas evidências.

E isso promovendo, de alguma forma, esse outro tópico que eu queria colocar muito rapidamente, que é a regulamentação. É fundamental que a regulamentação esteja criada, ou seja baseada justamente nessas evidências. Para se criar, nessas evidências, os pré-requisitos necessários para a formação de uma atividade qualquer, sobretudo e tão importante como a assistencial à saúde, é preciso definir a grade de formação e o conhecimento fundamental do diagnóstico, que é a nossa bandeira, para você poder aplicar o tratamento ou, pelo menos, a resolução ou a assistência mais fácil, como diz o nome medicina; reconhecer as habilidades desenvolvidas, que são importantíssimas para definir o profissional, reconhecê-lo e avaliar o profissional e suas habilidades; e sobretudo também – aqui que diz respeito a esta Casa – o respeito ao contrato social legal que é o Estado brasileiro.

O Estado brasileiro é um estado próprio, autônomo, segue exemplos, tem referências, mas ele tem um contrato social regulamentado, legislado, que é o Estado em atuação. E é isto que nós queremos: que isso tudo seja regulamentado de uma forma que atenda a todas essas demandas.

Agradeço mais uma vez a todos. Agradeço ao Senador e o parabenizo mais uma vez pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Nós que agradecemos; eu que agradeço, em nome do Senado Federal, ao Dr. Luciano Gonçalves de Souza Carvalho, Diretor de Assuntos Parlamentares da Associação Médica Brasileira (AMB).

Dentro da ordem aqui, seguindo aquela mesma sequência, eu já chamo, para fazer a sua participação final aqui, a representante do Conselho Federal de Nutricionistas, a Dra. Deise Lopes.

Deise Lopes, que está *online*, a senhora tem cinco minutos para fazer alguma consideração sobre algum comentário, alguma pergunta, tentar responder, mas especialmente as suas considerações finais nesta audiência.

Muito obrigado pela presença.

A SRA. DEISE LOPES SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada mais uma vez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de atentar para dois fatos que têm sido muito repetidos, que é a questão do diagnóstico no zoológico e a questão do procedimento cirúrgico.

Sobre o diagnóstico no zoológico, é importante ressaltar, embora várias resoluções tenham sido embargadas com base nesse argumento do diagnóstico no zoológico exclusivo dos médicos, que esse artigo foi vetado na Lei do Ato Médico. Então a gente precisa parar de ficar insistindo nessa argumentação que está gerando, inclusive, erros de julgamento.

A outra questão é a gente pensar nessa questão cirúrgica. Para qualquer pessoa que pensar que uma cirurgia de estômago, ou uma cirurgia cardíaca, ou uma cirurgia de crânio é uma inserção de agulha, a gente precisa diferenciar essas coisas de uma forma muito clara, para que isso não siga sendo falado como se fossem coisas iguais.

Trago também a importância de a gente ressaltar que a medicina chinesa e a acupuntura, como uma técnica da medicina chinesa, não são baseadas em diagnósticos de doenças. Óbvio que, dentro de um sistema público de saúde, de um sistema público onde a gente convive com essa visão da ciência biomédica, esse diálogo é importante. Por isso, sim, a formação tem que contemplar que os profissionais sejam capacitados para referir ou para avaliar todas essas questões. E é importante a gente pensar na acupuntura como uma coisa que pode ser usada em todos os níveis da assistência: na promoção de saúde, na prevenção, no nível básico, no nível primário, secundário, terciário. Então, é importante a gente pensar na acupuntura de uma forma mais ampla, não só como uma coisa que vai atuar lá no final, no tratamento das doenças, mas que vai também garantir qualidade de vida, vai prevenir patologias. É importante pensar dessa forma mais ampla também na atuação da acupuntura.

Com relação às evidências – o colega acabou de falar disso –, existe todo um debate internacional de reconhecimento de evidências tradicionais e acerca de se essas metodologias que a gente reconhece como padrão ouro do reconhecimento científico são de fato adequadas para a avaliação de algumas práticas, em especial, essas práticas mais tradicionais. Então, é importante... E a nossa própria Anvisa já reconhece os produtos tradicionais fitoterápicos, reconhece os produtos de fitoterapia da medicina chinesa com base em evidências diferenciadas dessas coisas que são milenares, que não têm estudo duplo-cego, randomizado ou uma revisão sistemática, mas têm um uso milenar numa população imensa. Então, a gente precisa também discutir as coisas nessas bases, porque senão a gente vai ficar dando volta, dando volta e não resolvendo o que a gente precisa resolver.

Então, eu queria aqui, em nome da Comissão de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde do Conselho Federal de Nutricionistas, defender a aprovação desse projeto de acupuntura multiprofissional. Se forem necessários mais detalhamentos de formação, que isso seja debatido e acrescentado, para que a gente saia desse lugar, a gente termine esse debate que já dura mais de 20 anos e, como todas as pessoas comentaram, como todos os comentários que o senhor leu no *chat* do YouTube – as pessoas estão querendo que isso se resolva –, isso pare, deixe de ser uma disputa de categorias e seja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realmente fazer uma boa formação para garantir saúde para a população. Quem vai ter... Se a pessoa tem essa formação, ótimo! Ela vai ser uma boa profissional e vai entregar um serviço de qualidade para a população.

Vou ressaltar, no meu último segundo aqui, que a OMS tem já referências para a formação de profissionais em acupuntura, com um documento estabelecido sobre isso. Nessa proposta que eles fazem, eles levam em consideração profissionais de todas as formas: os que têm formação tradicional, os profissionais médicos, os profissionais... Todos os profissionais de saúde. Então, é importante que a gente também siga, embora a gente tenha as nossas especificidades – eu acho que sim, e a gente precisa respeitar isso –, e que a gente não reme contra uma maré que está se consolidando no mundo inteiro, onde a acupuntura é uma prática multiprofissional.

É isso. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Olha, quem agradece sou eu, em nome aqui da Casa revisora da República. Muitíssimo obrigado pela sua participação, Deise Lopes Silva, que nos presenteia aqui com suas colocações. Ela é representante do Conselho Federal de Nutricionistas. Muitíssimo obrigado mesmo!

Todo esse material, repito, desta audiência histórica que nós estamos tendo vai ficar disponibilizado – todo o material apresentado por todos os palestrantes. As suas próprias falas vão ficar no YouTube, no canal do Senado, mas também vá lá no Portal do Senado que vai ter tudo que foi apresentado aqui, que foi projetado aqui. Então, eu acho que o Senado presta um grande serviço para a nação, quando faz aqui um trabalho...

Eu quero parabenizar a equipe, aqui, sempre muito gentil, profissional, dedicada. Eles, às vezes, quando sabem que eu vou fazer alguma audiência aqui, sabem que já têm que trazer umas barrinhas antes, têm que trazer alguma coisa, porque demora. Eu gosto de me aprofundar. Eu acho que a gente tem o dever de se aprofundar bastante e a gente tem que ter muito cuidado. Errar é humano – todos podem errar em alguma... –, mas a nossa intenção é fazer o melhor possível para podermos ter uma relatoria que seja justa.

Eu vou passar a palavra agora, antes dos nossos dois palestrantes que vão encerrar, que estão ao meu lado aqui, para o Dr. Wilen Heil.

Wilen?

O SR. WILEN HEIL E SILVA (*Por videoconferência.*) – Olá, Senador! Wilen.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Wilen? Desculpa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILEN HEIL E SILVA (*Por videoconferência.*) – Isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Wilen Heil e Silva, que é representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, muito obrigado. Eu disse para o senhor que a gente iria fazer equilibrado aqui.

O SR. WILEN HEIL E SILVA (*Por videoconferência.*) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Não é? Que a gente iria fazer todo mundo ouvir. É aquela coisa de que gato escaldado tem medo de água fria, porque, como eu falei, há 10, 15 anos, há muito tempo, eu estava ali atrás participando de sessões – o Senador não está mais nem aqui –, e eu sofri um pouco com essa questão da parcialidade. Eu sei que essa é uma coisa com que a gente tem que ter muito cuidado. E aqui o meu papel, por mais que eu tenha as minhas convicções, é o de dar oportunidade para todos, e ouvir, e procurar.

Então, o senhor tem cinco minutos.

Olha, cartaz é proibido aqui, pelo Regimento Interno... (*Risos.*)

É virtual, mas vale a regra. Tudo bem! Estou brincando!

O SR. WILEN HEIL E SILVA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Senador, olha só, eu quero agradecer ao senhor e dizer, assim, Senador, que não está tendo paridade. Eu queria abrir meu coração para o senhor, Senador: nós somos 14 profissões de saúde, e os acupunturistas, os técnicos, os graduados. Então, se tivéssemos paridade, teríamos uma cadeira para cada profissão de saúde, além da cadeira para representar os técnicos, os graduados. Aí, sim, teríamos paridade. Mas acredito que, na próxima audiência, a gente consiga isso. Aqui, nós temos mais da metade de representação de médicos e menos da metade de representação de profissionais de saúde acupunturistas, sejam eles acupunturistas profissionais de nível superior, sejam eles técnicos e graduados, enfim, que estão fazendo um discurso de família. Mais do que o de time, é um discurso de família aqui, é um discurso pensando no nosso povo, nos nossos irmãos brasileiros.

Essa política, como eu falei, já está estabelecida. Eu já participei desse debate na arena política. Chega a ser engraçado, porque as pessoas, na verdade, tentam seguir a lógica do Chacrinha. O Chacrinha dizia: "Eu vim para confundir, e não para explicar", e é o que está sendo feito aqui, hoje. As pessoas falam: "Não! A resolução dos conselhos que regulamenta a especialidade foi derrubada". Mas quem está falando da resolução que regulamenta a especialidade? A gente está falando da prática profissional, que é a dos fisioterapeutas, dos terapeutas ocupacionais. Aí eu posso responder: olha, nossa Resolução 380, do Coffito, está de pé; a resolução também que regulamenta a especialidade dos terapeutas ocupacionais está de pé. Fora essas resoluções, as normativas que amparam todos os profissionais de saúde e também os acupunturistas – aí estou colocando acupunturistas, profissionais de saúde, técnicos e graduados na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesma família – estão de pé. Por quê? Porque estamos legitimados pela Portaria 971, do Ministério da Saúde, que foi atacada por essas entidades médicas. Nós vencemos a luta. Então, eu trago essas boas normas. Fora isso, há a nossa Constituição Federal, que, graças a Deus, não se permitiu rasgar.

Então, esses acupunturistas... Eu me incluo como profissional de saúde de nível superior. Acredito eu que praticamente as 13 categorias de profissionais vão se incluir – pelo discurso, é o que a gente está vendo –, porque são categorias que querem fazer a diferença, que querem continuar fazendo a diferença para a saúde do povo. Elas se incluem.

Então, diagnóstico nosológico, ato invasivo, tudo isso já foi vencido. Na Lei do Ato Médico, isso já foi vencido. Diagnóstico nosológico é compartilhado, e todos os profissionais podem utilizar. O ato invasivo, que é considerado, ou cirúrgico da acupuntura foi também vencido no projeto de lei, na discussão do projeto de lei da medicina no ato médico. Isso foi vencido, e há uma justificativa lá clara, que o Dr. Nelson até comentou aqui.

Então, os profissionais de saúde prescrevem, emitem laudos, atestados, pareceres. Todos os profissionais de saúde têm essa autonomia. E o profissional acupunturista também tem autonomia para atuar dentro da linha energética, para utilizar o seu saber, tudo isso amparado, inclusive, pelas discussões que aconteceram.

Enfim, agora, tirando toda essa discussão que visa confundir, o que está em discussão aqui, na verdade, é a prática profissional. Essa prática profissional está mantida. Caso contrário, até essas entidades médicas mandariam prender todos que estão aí exercendo a acupuntura. Se bobear, até os parentes seriam presos. Mas, enfim, isso está pacificado.

Na verdade, o que a indústria da doença quer é que esse projeto seja mexido. Se ele for mexido, ele volta para a Câmara dos Deputados, e aí isso vai demorar décadas para ser aprovado. O povo é que sofre com isso, porque aí entram aquelas divulgações que visam confundir, e não explicar. E quem é realmente mais afetado com isso? É a população brasileira. Por isso a gente não pode realmente alterar esse projeto, mexer nesse projeto, que tem que seguir para a sanção. Se, realmente, é este o interesse do Senado, dos Senadores, o de atender o clamor social... Eu já coloquei aqui que foi aprovado no controle social a representatividade de todo o povo brasileiro em conferência em saúde.

Se o objetivo, realmente, dos nobres Senadores é fazer a diferença, então chegou a hora, Senadores; chegou a hora de vocês aprovarem esse projeto de lei e encherem de orgulho aqueles que os elegeram. Mostrem agora que vocês estão do nosso lado, do lado do povo brasileiro.

Muito obrigado, um grande abraço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, eu prefiro continuar sendo filho da verdade do que do pai da mentira. A gente já sabe quem é o pai da mentira, então sigo com o pai da verdade, de mãos dadas com o povo brasileiro, lutando pelo bem comum.

Deus abençoe a todos. E que Ele possa nos abençoar para que a gente consiga aprovar esse projeto e que ele vá para a sanção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Amém.

Muito obrigado pela sua participação, Dr. Wilen Heil e Silva, representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, participando do Rio de Janeiro.

A gente procura fazer a coisa de forma muito equilibrada. Nós vamos ter mais uma audiência pública. Nós precisamos, como eu disse aqui no começo, ter esse equilíbrio para poder buscar aí uma solução. Falar em nome do povo é uma coisa com que a gente tem que ter cuidado, porque os Parlamentares são eleitos diretamente pelo povo. Então, Senadores, Deputados Federais, Presidente da República, Vereadores, Deputados Estaduais... Aqui no Senado, nós estamos respaldados com o voto.

E talvez alguns Parlamentares se influenciem, de alguma forma, pensando numa próxima eleição, para continuar. Eu tenho esse cuidado de ser responsável mesmo que isso custe uma eleição. Não estou aqui para fazer carreira política. Eu estou aqui para fazer o que é certo. Então, é um processo em que nós vamos ouvir exaustivamente. Se tiver que fazer uma terceira audiência pública, eu faço, porque a gente tem que ter muita responsabilidade com esse tema.

Eu não quero botar minha cabeça no travesseiro lá na frente... E, por mais que eu queira ajudar, para que se democratize, a segurança tem que ter também uma... A gente tem que buscar saber os prós, os contras, ver estatísticas. Eu não quero ter a responsabilidade depois por algum problema e ficar, de uma certa forma, com consciência pesada. Ao mesmo tempo, também pode ajudar muita gente, como eu já fui ajudado. Então, é uma questão de muita... Mas a gente vai ter sabedoria, vai ter discernimento, para fazer o melhor com relação a isso.

Olha, a Paola Scadino, de São Paulo...

Eu vou ler aqui, porque nós vamos ter os dois últimos palestrantes com visões distintas, e aqui a gente tem recebido... Eu vou ler rapidamente aqui.

Paola Scadino, de São Paulo: "Acupuntura para todos! Quanto mais profissionais qualificados, mais poderemos atender a população".

Como eu prometi, eu vou ler todos aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Clailson Farias, do Rio de Janeiro: "O diagnóstico de doenças não é privativo de nenhum profissional de saúde, assim como o uso de agulhas".

Dargelli Martins, de São Paulo: "Acupuntura para todos!".

Helayne Alves de Oliveira Damásio, do Distrito Federal: "Em 16 de novembro de 2010, a Unesco incluiu a acupuntura à lista de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade".

Marina Kiyoko Yura Yura, de São Paulo: "Pela aprovação do exercício multiprofissional [...]. Acupuntura para todos! Nossa população merece!".

Márcia Cantero, de São Paulo: "Pela aprovação do PL 5.983/2019 – acupuntura regulamentada e multidisciplinar".

Taísa Aragão de Oliveira, de Santa Catarina – o Brasil participando, não é? Várias regiões aqui. Aliás, todas as regiões –: "Especialidade não é exclusividade! Regulamentação da acupuntura multidisciplinar, para acupunturista que tenha feito a devida especialização".

Marcos Mitsuo Moriy, de Mato Grosso do Sul: "Excelente explanação, Dr. Fernando Davino, sobre a distinção da [...] [medicina tradicional chinesa] e acupuntura, pela aprovação do PL [...] multiprofissional!".

Iris Tatiana Raposo, do Rio de Janeiro: "Pela aprovação do exercício multiprofissional da acupuntura [...]. A acupuntura é para acupunturista!".

Iris Tatiana Raposo... É a mesma? Ah, é a mesma. É que ela faz outra colocação, a mesma coisa: "Acupuntura é para acupunturista! A regularização da acupuntura é essencial!".

Alissa Carolina Selig, do Rio Grande do Sul: "Acupuntura é com acupunturista". E também: "Acupuntura é para todos!".

Marcelo Matos, de Pernambuco: "Acupuntura tem que ser regulamentada para outras profissões também".

O mesmo Marcelo Matos está colocando aqui: "Tem que ser regulamentada, ao meu ver, para todos os profissionais da saúde, com o devido curso de capacitação reconhecido pelo MEC".

Liliane Oliveira, de Sergipe: "Existem cursos de Tecnologia em Pics, nos quais a acupuntura faz parte da grade. É importante que o PL ampare os futuros profissionais".

Paulo Antônio Benevides de Oliveira, do Rio de Janeiro: "Especialidade não é exclusividade. O médico ter especialidade significa que ele também pode exercer a acupuntura. Acupuntura para todos".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cris Puddo, do Acre: "Em dois anos acabando os acupunturistas, o que será da população? Ficarão meses na fila do SUS para uma sessão de acupuntura?".

Ela também coloca: "A acupuntura possui seu próprio diagnóstico, buscamos a raiz do problema".

Isa Reis, de São Paulo: "Acupuntura é para acupunturista que tenha feito o curso de formação ou pós-graduação em instituição reconhecida com certificação e estágio".

Ricardo Nogueira Araújo, da Bahia: "Pela aprovação do PL [...]. Acupuntura não insere agulhas em orifícios naturais, como diz a resolução do ato médico. Não ao ato médico".

Cris Puddo, que já fez uma colocação, também ratifica: "A acupuntura é para todos [...]".

Paulo Antônio Benevides de Oliveira, do Rio de Janeiro: "Médico também pode exercer acupuntura. Especialidade não é exclusividade [...]".

Isa Reis: "Acupuntura é para acupunturista [...]".

Maria Eliane Rosa: "Cada conselho profissional pode legislar sobre suas especialidades, mas um conselho não pode interferir no outro".

Cris Puddo, novamente: "A acupuntura beneficia milhares de pessoas carentes. Acupunturistas estudam e se dedicam para tal".

Flávia Reis, do Ceará: "Acupuntura é para qualquer profissional que se especialize na área".

Paulo Antônio Benevides: "Acupuntura é para todos [...]".

Antônio Aoki, de São Paulo: "Sou favorável à aprovação do projeto que regulamenta a prática de acupuntura [...]".

Patrícia Mello, do Rio de Janeiro: "É importante salientar que os profissionais desejam aprovação do PL [...] para que haja nivelamento da acupuntura no Brasil".

Leila Maria, de São Paulo: "Acupuntura é para acupunturistas [...]".

Carlos Alberto Souza Santos: "Dignidade ao nosso trabalho. Aprovação pelo exercício multiprofissional da acupuntura [...]".

Patrícia Mello, novamente: "Acupuntura é para acupunturista [...]".

Cris Puddo: "Os acupunturistas que exercem a profissão possuem direitos adquiridos. Acupuntura é uma terapia milenar".

Andreia Araújo Zonta, do Paraná: "Pela aprovação da regulamentação [...]".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cláudia Cattani, de São Paulo: "Pela aprovação do exercício multiprofissional da acupuntura [...]".

Helayne, do Distrito Federal: "Pela aprovação do exercício multiprofissional da acupuntura[...]".

Henrique Affonso Oliveira Souza Neto; "Sou a favor da regulamentação [...]".

Patrícia Bueno Resende, de São Paulo: "Precisamos ter nossa regulamentação para que tenhamos mais dignidade em nosso trabalho [...]".

Luiz Moraes, de São Paulo: "Acupuntura tradicional é com acupunturista tradicional. Nossa formação é direito adquirido".

Gustavo Montani, do Rio de Janeiro: "Pela aprovação do exercício multiprofissional da acupuntura [...]".

Oncopuntura, Acupuntura em Oncologia, do Rio de Janeiro: "Pela aprovação do exercício multiprofissional [...]".

Mitie Imamura, de São Paulo: "Sim! Apoio ao discurso do presidente da Federação Acupunturista do Brasil, Sr. Afonso Henrique Soares Romão".

Rodrigo Soares de Oliveira, de São Paulo: "Sou Acupunturista, docente em Medicina Chinesa, e defendo a regulamentação do exercício [...]"

Mônica Rocha, do Rio de Janeiro: "Pela aprovação da PL [...]. Somos mais de cem mil acupunturistas com cursos e devidamente qualificados [...]".

Cláudia Cattani, de São Paulo: "Pela aprovação do exercício multiprofissional da acupuntura [...]".

Rafael Nardi Raposo: "Assim como apoio a acupuntura como especialidade de todas as áreas da saúde no uso de técnicas menos invasivas e não cirúrgicas".

Mara Gabriela, de Santa Catarina: "A prática da [...] [medicina tradicional chinesa] não exige formação formal em medicina ou odontologia, mas conhecimento acurado que é dado em cursos técnicos da área".

Marcos Mitsuo: "Pela aprovação da regulamentação multiprofissional da Acupuntura [...]".

Lígia Maria, de São Paulo: "Defendo a acupuntura multidisciplinar, desde que todos os profissionais sejam qualificados [...]"

Luiz Morais, de São Paulo: "A formação do acupunturista que já exerce a profissão há anos é direito adquirido".

Cláudia Cattani, de São Paulo: "Pela aprovação do exercício [...] [multidisciplinar] [...]".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, muito obrigado pela participação de todos vocês.

Vamos agora para a parte final. Eu vou passar para o Dr. Nelson José Rosemann de Oliveira, que é advogado da Sociedade Brasileira de Acupuntura. Muitíssimo obrigado pela sua participação. O senhor tem cinco minutos aí para fazer suas colocações finais.

Muito obrigado.

O SR. NELSON JOSÉ ROSEMANN DE OLIVEIRA (Para expor.) – Agora acho que está ligado.

Senador, muito obrigado por tudo; aos presentes, muito obrigado também.

Eu tenho que fazer alguns destaques bastante importantes. O que nós estamos discutindo hoje aqui, Senador, é a regulamentação da profissão de acupunturista, não a regulamentação da profissão do médico. A profissão do médico já foi regulamentada através da Lei 12.842. E nela, segundo os vetos presidenciais que estão constantes lá, e a sua assessoria pode ter, a acupuntura, expressamente citado, não é ato médico, nem o diagnóstico nosológico é um ato exclusivamente médico. Todas as profissões da saúde, fisioterapeutas, farmacêuticos, enfermeiros, psicólogos, dentistas e mais profissões, fazem o seu diagnóstico que é um diagnóstico clínico tanto quanto o outro. E o acupunturista também tem o direito de formular o diagnóstico dele, exclusivamente dele.

Então, nós estamos, em primeiro lugar, discutindo a regulamentação da profissão do acupunturista, como é que vai ser a profissão de acupunturista. Todas as outras profissões que exercem a acupuntura são muito bem-vindas, mas são outras profissões. Nós, outros profissionais da saúde que exercemos a acupuntura, é que temos que pedir licença aos acupunturistas para exercer a profissão de acupunturista. A ordem dos fatores aqui altera o produto. Todas as outras profissões já estão regulamentadas. Nós estamos aqui tentando discernir a melhor formação, a formação mais segura para o profissional acupunturista.

E passo também pela condição de afirmar para os senhores o seguinte: indignação foi uma palavra utilizada aqui, ora, senhores, além de advogado – friso –, eu sou fisioterapeuta, sou especialista em acupuntura, indignação é menosprezo de alguns médicos – não todos, deixo isso muito claro, muito poucos médicos – pelas outras profissões da saúde, procurando instalar uma hierarquia vertical de mando sobre todos os outros profissionais da saúde. Isso vai contra todo o arcabouço da saúde pública brasileira. Os profissionais da saúde têm uma isonomia entre si, os profissionais da saúde decidem a saúde entre si, e o médico sempre foi muito bem-vindo. Eu tenho excelentes amigos médicos que comigo compartilham desta visão. E é isso nós temos que preservar.

Com relação ao corporativismo, sim, corporativismo é quando você discute profissão alheia como se fosse sua, isso é corporativismo. A profissão de acupuntura não é a profissão do médico, a profissão do médico é a profissão do médico. Nós aqui estamos discutindo a acupuntura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Números, Senador, de lesões e de outras questões, mal feitos que possam ter acontecido com a acupuntura... Eu fiz parte da Comissão de Práticas Integrativas da Saúde dentro do Conselho Nacional de Saúde. Existe uma comissão que acompanha todas as práticas integrativas. Se o senhor quiser números isentos, o senhor pode pedir ao Ministério da Saúde, eles dispõem de todos esses números, não só de mortes, de malfeitos, e eu acho que são números bem isentos, o senhor vai fazer grande uso disso.

Por final, por derradeiro, como eu sou advogado e foi lida uma decisão, eu não posso deixar de mencionar também uma decisão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NELSON JOSÉ ROSEMANN DE OLIVEIRA – ... da lavra do Desembargador Rogério Favreto, coisa julgada, já transitou em julgado – modéstia à parte da minha atuação, porque eu defendi a escola. Está aqui:

> Vistos. Terceira Turma do Tribunal [...].
> Administrativo. Exercício de acupuntura. Ato [...] [ilegal] do profissional médico.
> Ausência de previsão legal.
> 1. No ordenamento jurídico brasileiro prevalece o princípio da liberdade das profissões, que devem ser exercidas na forma da lei [...] Constituição Federal [...].
> 2. Não havendo a inclusão legal da acupuntura entre os atos médicos, qualquer regulamentação infralegal sobre o tema, como é o caso da Resolução CFM 1.455/95, estará abusando do poder regulamentar e ferindo o princípio da legalidade, inscrito no inciso II do art. 5° [...].
> 3. A ausência de [...] [regulamentação da profissão de acupuntura] não autoriza que pessoas sem reconhecida habilitação em medicina possam fazer diagnósticos [...] razoável já é suficiente para discernir que somente profissionais com conhecimentos científicos podem se dedicar a estes procedimentos.
> 4. No que diz respeito à acupuntura, não se pode ignorar que constitui uma atividade milenar no lado oriental do planeta, que pode ser aprendida mediante aquisição de conhecimentos práticos sobre músculos e pontos nevrálgicos do corpo humano.
> 5. Considerando que não há previsão legal da acupuntura como ato privativo dos profissionais médicos, há que se respeitar a sua herança cultural e sociológica [...].
> 6. Sentença mantida.

Coisa julgada.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado. Nós é que agradecemos, Dr. Nelson José Rosemann de Oliveira. Acertei? Rosemann?

O SR. NELSON JOSÉ ROSEMANN DE OLIVEIRA (*Fora do microfone*.) – Rosemann.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Acertei. Advogado da Sociedade Brasileira de Acupuntura. Muitíssimo obrigado mesmo. Em nome do Senado Federal, agradeço a sua contribuição nessa audiência pública.

E agora passo, para fazer a última explanação...

Depois eu quero ler aqui quem estava na Comissão. Muitas pessoas tiveram que sair, mas vão ficar registradas as pessoas que vieram aqui participar dessa audiência pública.

Eu já passo a palavra à Dra. Luciana Ribeiro Aguiar, médica de Minas Gerais.

Muito obrigado pela sua presença. A senhora tem cinco minutos para fazer suas considerações.

A SRA. LUCIANA RIBEIRO AGUIAR (Para expor.) – Eu que agradeço imensamente a oportunidade de estar aqui com todos, discutindo esse tema tão importante para nós aqui presentes.

A acupuntura é uma ciência sagrada, e com isso ela tem que ser tratada com verdade, com responsabilidade e amor.

Vou pegar um exemplo: Pôncio Pilatos cedeu à pressão de uma multidão ensandecida e aos conselhos de um sumo sacerdote, Caifás, e crucificou a grande estrela, comprometendo a humanidade, e nós estamos aqui.

Mas não é à toa que esse projeto foi parar nas suas mãos, eu acredito, uma pessoa com uma conduta moral, ética e cristã incontestável.

Então, nós acreditamos, sim, que esse projeto deve ser debatido exaustivamente, se necessário, para que o compromisso seja com a verdade e com o bem-estar da nossa população. Para não inquirirmos, nas palavras, Senador, que disse o Apóstolo Paulo: "Eu não faço o bem que quero e faço o mal que eu não quero". Então, é isto: é responsabilidade, verdade e amor com a causa que todos nós estamos aqui pleiteando, pela qual estamos lutando. Não há luta; muito pelo contrário, há uma sincronia. Há uma complementariedade. Então, vamos em frente, não é? Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Dra. Luciana Ribeiro Aguiar, médica, que veio aqui nos dar contribuição nesta sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que o ponto alto aqui desse debate foi o respeito. Em alguns momentos, talvez, o tom tenha subido um pouquinho, mas está de parabéns todo mundo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – A temperatura, não é? O ar condicionado estava funcionando, não? (*Risos.*)

Mas, olha, eu achei muito, muito legal de todas as partes aqui essa colocação. Eu fui presidente de um clube de futebol. Não sei quem gosta de futebol... Fui presidente aqui do... Fui Presidente, lá no Ceará, do Fortaleza Esporte Clube. E uma das primeiras atitudes minhas foi visitar o nosso adversário. O pessoal chamava de rival, aquela coisa; não, é adversário. Dentro do campo é um querendo ganhar do outro, mas fora dele nós somos irmãos, filhos do mesmo Deus, jamais inimigos – jamais inimigos.

Então, eu quero parabenizar todos os palestrantes por essa conduta aqui. Nós vamos ter pelo menos mais uma audiência e vamos encaminhar a nossa leitura a partir do diálogo, da mediação.

Eu quero agradecer também à Gislaine Rodrigues de Souza, do Gotas da Vida Cursos; ao Luiz Carlos de Souza Sampaio, do Colégio Médico Brasileiro de Acupuntura; ao André Tsai, de Cuba. Acho que estava aqui, não é? Pegaram o nome dele lá, não? Rosylane Rocha, 2ª Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina; Helena Carneiro Leão, 2ª Secretária do Conselho Federal de Medicina; Gabriella Belkisse Rocha, Relações Internacionais do CFM (Conselho Federal de Medicina); Afonso Henrique, que eu acho que fez aqui o Presidente da Fenab – não é? –, o Afonso Henrique Soares; o Fernando Davino, que fez a nossa palestra aqui; o Jean também, já falamos; Alexandre da Silveira Assunção, também, do Conselho de Autorregulamentação, falou; José Nilson Leite Fernandes, da Associação Brasileira de Acupuntura; o Reginaldo Filho, da Faculdade Ebramec; o Leonardo de Almeida Teixeira Campos, Presidente do Craerj; Simone Floriano Lemos, Presidente da Sobrafisa Nacional; Waldecir Paula Lima, do Conselho Regional de Educação Física de São Paulo; a Raquel Oliveira, Distrito Federal; Márcio, daqui do Distrito Federal também; Antônio Filho; Lana Queiroga; José Aurélio Albuquerque Filho, Distrito Federal – todos daqui do Distrito Federal; o Eduardo de Souza; a Joselisa Alves Vieira, da Escola Nacional de Acupuntura; a Sízera Ferreira dos Santos, Conselho Federal de Fonoaudiologia – acho que vou ter que fazer fono; o Wilker, do Conselho Federal de Fonoaudiologia; a Rita Oliveira, do Sindicato dos Terapeutas do Distrito Federal; Cláudia Chaves, acupunturista; Andreia Muniz, acupunturista; Fernanda Pradines, acupunturista; Edson Rodrigues, também acupunturista; Rocker Flávio Lima, acupunturista – olha todo mundo que estava aqui, hein? Alguns ainda estão; Sara Oliveira, acupunturista; Igor Soares, delegado da seccional de Brasília, da Fenab – está aqui ainda, obrigado, Igor; Lauro Augusto Vieira Pinheiro, assessor jurídico do Conselho Federal de Fonoaudiologia – quase não sai, não é?; Lauro Augusto Vieira dos Santos Pinheiro, assessor jurídico do Conselho Federal de Fonoaudiologia – está saindo. Tomara que não tenha aqui mais uma vez; a Lucicleide de Souza Moreira, fisioterapeuta; Ana Regina Gomes de Almeida – acho que tenho que trocar os óculos também aqui; a Dalva Silva, Carmen

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Silva Batista, Juliana Vítor da Silva, Eliane Nascimento Moraes, Dayane Evelyn Oliveira, Pedro Emanuel Fernandes, Francisca Eduarda Alves da Costa, Bianca Pedroso Silva, Tamires Colucci, Renata Amaral, Dirceu de Melo, Carlos Alberto Kalil Neves, Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo; a Camille Elenne Egídio, do Instituto Long Tao; Luiz Alberto Pimentel Martins, Fenab; Vanessa Martins, Fábio Alves de Aguiar, Eunice Eustáquio Medeiros... Última página, pessoal: Odair Carlos Sabioni, Presidente do Sindicato dos Acupunturistas e Terapeutas Orientais (Sato/SP); Luiz Antônio Dare, Sindicato dos Acupunturistas e Terapeutas Orientais, também do Sato/SP; e Carla Bencke, do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Também a Gerlane Alves, assessora parlamentar do Conselho Federal de Nutricionistas; Daniel Amaro e Mírian Cunha. O.k.?

Muito obrigado.

E eu recebi a mensagem também aqui do Daniel, do Conselho Federal de Nutricionistas. Está informando aqui que no SUS são realizados mais de 700 mil procedimentos de acupuntura e não há registro de acidente. Daniel Miele está informando isso aqui.

Então, eu só tenho que agradecer a todos vocês, muito obrigado mesmo... Foram quantas horas? (*Pausa.*)

Seis? Seis horas de audiência pública.

Deus abençoe a todos. Muita paz!

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 18 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e cinco minutos do dia dezessete de maio de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Carlos Portinho, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Nilda Gondim, Eliane Nogueira, Renan Calheiros, Veneziano Vital do Rêgo, Izalci Lucas, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Giordano, Lucas Barreto, Mecias de Jesus, Fabio Garcia, Romário, Zenaide Maia, Paulo Paim, Rogério Carvalho, Leila Barros e Randolfe Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Gomes, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Sérgio Petecão, Alexandre Silveira, Marcio Bittar e Alessandro Vieira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2183, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a comercialização da produção e da importação de refrigerantes e bebidas açucarados (Cide-Refrigerantes), e dá outras providências" **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1-T. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5094, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre o Programa Nacional de Imunizações, para minimizar situações de perdas de oportunidade de vacinação." **Autoria:** Senador Romário (PODEMOS/RJ). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório, e adiada a discussão e votação. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 213, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para assegurar a participação de especialista indicado pela Associação Médica Brasileira na Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1. **Resultado:** Lido o relatório, e adiada a discussão e votação. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 26, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, que dispõe sobre o exercício da Medicina, para dispor sobre o dever de informação antecedente à realização de procedimentos invasivos." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE). **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta em virtude da aprovação do Requerimento nº 37, de 2022-CAS, de realização de audiência pública para instrução do Projeto. **ITEM 5 - Projeto de Lei da Câmara n° 177, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.377, de 30 de setembro de 1985, para dispor sobre o exercício da profissão de Secretariado." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 37, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 26/2020, que “altera a Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, que dispõe sobre o exercício da Medicina,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para dispor sobre o dever de informação antecedente à realização de procedimentos invasivos”." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Portinho
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/05/17

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram, por favor, permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento dos seguintes expedientes: cópias de ofícios e moções das Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais e entidades contendo considerações sobre questões trabalhistas, previdência social, assistência social e temas relacionados à saúde. Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão. E fica designado o prazo de 15 dias para manifestação dos Senadores, a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados ao final do prazo.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão. A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Srs. Senadores votarem por meio do Aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais, como nas matérias terminativas. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente. A Secretaria providenciará para que o voto seja computado no painel de votação.

Informo que o item nº 1, Projeto de Lei 2.183, de 2019, será adiado a pedido da Relatora Zenaide Maia.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 2183, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a comercialização da produção e da importação de refrigerantes e bebidas açucarados (Cide-Refrigerantes), e dá outras providências

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1-T.

Observações:

1- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

2- Em 03/05/2022, foi concedida vista coletiva nos termos regimentais.

3- Em 09/05/2022, a Senadora Leila Barros apresentou a Emenda nº 2 (pendente de relatório).)

Eu vou passar, inicialmente, a palavra ao Senador Romário, do PL, do Rio de Janeiro.

Com a palavra meu querido Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Bom dia, Presidente; bom dia, Senadoras e Senadores; bom dia a todos os presentes e àqueles que nos acompanham pela internet, pela TV Senado.

A minha vinda hoje aqui, a esta Comissão, era na expectativa de votar o projeto de lei que há muito tempo está sob análise desta Casa, mas estranhamente o documento acabou sendo retirado de pauta – apesar de que houve um acordo, em princípio, na semana passada, de que seria colocado para votação. Estou me referindo, Sr. Presidente, ao Projeto 248, de 2021, do Poder Executivo, que regulariza a existência e o funcionamento de um órgão que atua com eficiência há mais de 24 anos, que é o Conselho Federal de Educação Física, conhecido também como Confef. Tal projeto corrige o que chamamos de vício de iniciativa, porque a criação do Confef, em 1998, ocorreu por um ato do Poder Legislativo, quando o correto seria pelo Poder Executivo.

Portanto, o que se faz agora, na sequência do que já foi aprovado na Câmara dos Deputados, é apenas dar o ordenamento e a regulação legal à instituição, que já vem funcionando, e bem, como já disse, há mais de 24 anos.

Porém, Sr. Presidente, está difícil de ver o final desse processo, que requer urgência, pois há uma Adin no Supremo Tribunal Federal questionando a legalidade dessas ações do Confef e, em decorrência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disso, de suas entidades estaduais e dos conselhos regionais de educação física. Com a tal Adin vindo a ser aceita nessa Corte, essa estrutura... (*Pausa.*)

Desculpe-me.

Prossigo: essa estrutura, que se tem mostrado eficiente, pode ser fadada à extinção. O prejuízo desse desmonte institucional todos podemos imaginar, a partir de 550 mil associados que o Confef congrega.

Por isso a minha insistência para que esse projeto mereça nossa especial atenção quanto à urgência na sua votação, que, a propósito, já foi motivo de pedido oficial. No entanto, depois de aprovada na Comissão de Educação, em 23 de março deste ano, onde fui Relator, não é exagero nenhum aqui afirmar que o Projeto de Lei 2.486 emperrou aqui nesta Comissão de Assuntos Sociais e até agora está sem solução.

Na semana passada, participei de uma reunião com a minha colega Senadora Rose de Freitas, Relatora desse projeto, e com o prezado Parlamentar Paulo Paim. Nessa reunião, estavam presentes representantes do Conselho Federal de Educação Física, do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Naquele encontro, Sr. Presidente, claro que chegamos ao impasse: de um lado, os que defendem emenda ao projeto; e, da outra parte, na qual me incluo – claro que não poderia ser diferente –, a insistência de se votar o projeto sem alterações, a fim de que se evite o retorno à Câmara, sem se perder, é claro, a oportunidade de correções através de projeto de lei.

Nessa realidade, decidimos partir para o voto nessa Comissão e, logo após, em Plenário. Por isso, surpreendentemente, mesmo com a emenda apresentada pelo Senador Paim e consenso para votação, o projeto acabou sendo retirado de pauta. Eu não entendi, não consigo entender o interesse de não se colocar para ser votado esse projeto. Inclusive, nós que somos contrários à emenda do Senador Paim queremos colocá-lo em votação independentemente do resultado, apesar de que eu, particularmente, tenho certeza de que sairemos dessa batalha, vamos dizer assim, vencedores, porque é uma emenda à qual Confef, CREFs, professores de educação física são totalmente contrários.

Então, eu gostaria aqui, simplesmente, Sr. Presidente, de fazer um pedido a V. Exa. hoje e ao próximo Presidente, que provavelmente será o Presidente oficial da Comissão, que é o Senador Sérgio Petecão: que colocassem em pauta, porque esse projeto tem uma importância, uma relevância muito grande.

Nas últimas quatro semanas, muitas pessoas se deslocaram dos seus estados, das suas cidades – aqui temos algumas delas –, e existe uma expectativa muito grande para que esse projeto seja colocado em pauta. Repito: vamos votar, como manda a democracia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem sido feito um trabalho por nossa parte, parte essa que entende que essa emenda definitivamente não é positiva para o Confef e para os CREFs. Então, existe aí essa expectativa. A gente entende e respeita, principalmente em se tratando de um Senador como Paulo Paim, um amigo que fiz nesta Casa – temos aí juntos e vencemos grandes batalhas, perdemos algumas, mas somos aliados aí em muitos projetos, inclusive sou autor de muitos projetos em que pedi a ele para ser o Relator, e vice-versa –, só que, infelizmente, nesse momento, nesse debate nós somos contrários. E ele também está disposto a colocar para votação.

Então, eu acredito que a Senadora brilhante Senadora Rose, com o papel de Relatora, tem direito de relatar esse projeto da forma que ela entender melhor, mas eu queria mais uma vez aqui pedir publicamente que ela coloque para se votar e, se for possível... O ideal seria hoje. Como não vai mais ser possível, se eu não me engano a próxima data desta Comissão será terça-feira que vem, peço aqui encarecidamente à Senadora Rose que faça o seu relatório e que, por favor, coloque-o para votar para gente ver o que que vai acontecer.

Essas são as minhas palavras, Senador Portinho, Presidente desta Comissão neste momento. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Antes de passar a palavra à Senadora Zenaide Maia, que levanta a mão pelo sistema remoto, apenas aproveitando o tema, primeiro quero agradecer ao Senador Petecão e à Senadora Zenaide. Excepcionalmente presido e com muito orgulho substituo meus colegas aqui na Presidência hoje desta Comissão.

O Senador Romário sabe, não com a sua excelência no esporte, mas certamente com a minha aptidão na parte do direito esportivo, que é a minha formação, que esse projeto, eu reconheço, é muito caro, muito precioso para todos os profissionais de educação física. Como advogado, eu me submeto ao meu conselho, que é a OAB, e reconheço, ainda que muitas vezes divirja, o papel importante da representatividade que tem a OAB, inclusive em temas nacionais, em que sempre se faz presente quando chamada, e eu compreendo a mobilização em torno da legitimidade e do fortalecimento do conselho dos profissionais de educação física.

Eu entendo também e compreendo o desafio que a Senadora Rose, que é uma Parlamentar das mais competentes, capacitadas, dispostas, tem em buscar harmonizar, até porque li a emenda do Senador Paim e as suas justificativas muito bem fundamentadas – faço o registro, sem entrar no mérito, o que não me cabe aqui como Presidente. Apenas endereço um apelo à Senadora Rose para que nós possamos... Que ela consiga concluir o seu relatório e o seu posicionamento, que respeitaremos qualquer que seja, até a próxima sessão, para que a gente possa colocar em votação.

É um ano curto por conta das eleições, todos nós sabemos disso. E ainda é um ano de Copa do Mundo. Aliás, antes vêm as festas juninas, daqui a pouco, e sabemos que os nossos Parlamentares têm os seus compromissos nos seus estados. E há o interesse, que é comum tanto do autor da emenda quanto do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Romário, que muito bem representa todos os profissionais e os seus interesses, de podermos colocá-lo em pauta já na próxima sessão. O debate democrático vai prosseguir em seguida certamente em Plenário – se eu não me engano, esse projeto não é terminativo aqui na CAS –, então teremos a possibilidade de dialogar com todas as Lideranças e com os demais Senadores e de podermos chegar, se não ao consenso, ao melhor texto, seja aquele da emenda do Senador Paim, seja o da pretensão inicial, que manifesta o Senador Romário. Então, esse é o meu apelo para que essa questão, que é muito preciosa aos profissionais de educação física, seja o quanto antes concluída nesta Comissão e para que possamos avançar ao Plenário com o debate democrático e, tenho certeza, com fundamentos que embasam as posições.

Senador Romário, Senadora Rose, eu tenho aqui... Perdão, tenho aqui a Senadora Zenaide, o Senador Mecias, o Senador Paim – já identifiquei todos com mãos levantadas –, mas peço apenas para a gente ouvir, porque o Senador Romário levantou a mão aqui para acrescentar mais alguma coisa que certamente será valiosa para a fala do Senador Paim e de outros que sobre o tema queiram se manifestar.

Então, pedindo desculpa àqueles que estão no sistema remoto, mas já anotando aqui as preferências, Senador Romário, para concluir.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, só para concluir realmente, a gente não pode ignorar a importância fundamental desse trabalho do Confef e dos Crefs junto à sociedade. A fiscalização efetiva dos conselhos regionais visa sempre preservar a população em geral daqueles oportunistas, dos não qualificados, para não colocar em risco a integridade física de milhões de brasileiros que dependem desses profissionais. O professor de Educação Física tem uma importância muito grande na vida não só da criança, na vida não só do adolescente, do adulto, mas de todos nós. Quando a gente fala em Educação Física, quando a gente fala de professor de Educação Física, a gente fala de qualidade de vida, a gente fala de saúde, e, por esse motivo, eu acredito que a gente tem, sim, urgência de colocar esse projeto em pauta. Eu acredito realmente no nosso bom senso, que venha esse projeto ser pautado para a próxima semana que vem, na terça-feira.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado.

A Senadora Zenaide pede a palavra posteriormente ao Senador Mecias, mas, vendo o Senador Paim com a mão levantada, Senador Mecias, e considerando que imagino que o Senador Paim queira se manifestar sobre o assunto, e sendo democrático, para a gente seguir no tema, se V. Exa. e a Senadora Zenaide não se opuserem, posso dar a palavra ao Senador Paim, para a gente talvez concluir? A não ser que o Senador Mecias... Concorda? Obrigado. Obrigado, Senador Mecias.

Senador Paim, então, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Senador Carlos Portinho – obrigado, Senador Mecias, obrigado, Senadora Zenaide Maia, e obrigado, Senador Romário –, Presidente, eu não sou autor nem Relator desse projeto, então eu estou muito tranquilo para falar, respeitando os que pensam diferentemente. Só não foi votada a matéria porque as partes concordaram, tanto o conselho como os professores do Brasil, representados por todas as suas entidades – não teve uma entidade de professor que ficou contra a emenda, inclusive os Senadores todos vão receber. Não tem uma entidade, porque eu conheço, nem a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – nem vou pegar o exemplo dos professores de Brasília nem de professores regionais –, as suas entidades; agora, pessoalmente cada um tem um ponto de vista, e eu respeito.

Mas, como você disse muito bem, Presidente Carlos Portinho, Senadora Zenaide, todos que estão aí, nossa querida Senadora Rose, que tem tido muita paciência para ouvir a todos – e tem ouvido, tem ouvido –, eu apenas apresentei uma emenda a pedido dos professores. Eu sempre digo, Presidente: eu não invento emenda e não invento proposta, mas, quando eu vi que havia uma unanimidade de todas as entidades, inclusive centrais, em relação a esse projeto, eu apresentei a emenda, mas de forma não armada, muito desarmada e tranquila para construir um entendimento.

Na última reunião que tivemos, não houve de novo o entendimento. Ficou acertado que votaria hoje. Não tenho problema nenhum de votar. Não tenho problema nenhum de votar. A Senadora Rose, gentilmente, mediante o impasse, pediu que eu apresentasse, então, uma proposta que fosse intermediária em relação àquela emenda. Daí eu apresentei não aquela emenda, que é maior, mas uma única alternativa, que é de falar a palavra "optativo", seria a opção de contribuir ou não para o conselho, já que eles têm os municipais, os estaduais, tem a União que controla o trabalho deles e têm também os seus respectivos sindicatos, federação e confederação. Estou falando em professores da educação, professores, os que dão aula. Por isso, a última emenda que apresento diz só: "É facultativa a inscrição dos profissionais de que trata o *caput* que atuem exclusivamente na educação formal [...]". Formal por que, Presidente? Esses profissionais entendem que, de uma forma ou de outra, eles já contribuem e são fiscalizados.

Eu não quero aprofundar o mérito, mas concordo com o Romário, meu querido amigo Romário – hoje mesmo, relato projeto dele com satisfação, e tantos antes eu já relatei, e ele relata projetos também de minha autoria. O que acontece no momento é que, quando a Senadora Rose acata essa emenda simplificada que eu fiz – ela acatou a emenda e colocou no relatório –, daí houve discordância, e ela propôs gentilmente que fosse, então, votado a semana que vem. Então, vamos fazer o debate tranquilamente a semana que vem, cada um vota com a sua consciência. Por mim, também, vota-se a qualquer dia e qualquer hora.

Eu sou um dos autores dessa lei. O falecido e grande pensador Mascarenhas... Eu era ainda Deputado, Presidente Carlos Portinho – veja o compromisso que eu tenho com essa lei –, e ele pediu para mim: "Paim, eu estou meio doente, tu não podes cuidar para mim?". Cuidei, relatei, Paulo Rocha depois relatou, aprovamos. Mas aí a lei da época veio com vício de iniciativa, e o Executivo corretamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mandou para cá agora um projeto. Só que o projeto, da forma que ficou depois de mudança na Câmara, ampliou muito mais o objetivo da lei original, que eu construí, inclusive com os conselhos na época e também com os professores. Então, criou-se esse impasse. A nossa vontade seria que houvesse um grande entendimento que contemplasse os professores e as suas respectivas entidades, porque ninguém... Vamos falar de forma muito tranquila: uma Andes, essas grandes entidades de servidores públicos não estariam propondo essa alteração de forma muito simplificada se não houvesse um movimento nacional dos professores. Existe esse movimento. É inegável que existe.

Mas eu concordo contigo, Romário, para mim fica acertado: votamos terça-feira.

A questão para mim aqui não é ganhar ou perder, não é ser vitorioso ou não; é buscar o melhor para os professores do Brasil, tão sofridos, como disseram, alguns lá no interior do interior ganham uma miséria de salário – é claro que não pagam o piso –, e, para esses, essa contribuição é importante. Então, é esse olhar que a gente está dando para o todo. Eu entendo, respeito muito os conselhos, os diversos conselhos no Brasil, de inúmeras categorias, e nem todos abrangem categorias chamadas conexas, como foi colocado na Câmara. É que lá colocaram o termo "e todas as categorias conexas", que pega inclusive o professor, aquele que está lá na base da pirâmide, como o de capoeira, que vai pegar por essa questão de ser conexa. Aquele professorzinho lá de capoeira, lá no interior do estado, para ele poder trabalhar, ele vai ter que estar... Porque pega todas as conexas àqueles que atuam na área de educação física, embora, no termo dele, no momento, ninguém fale em professor. Mas esse movimento a que eu estou me referindo é dos professores do Brasil, não é uma iniciativa minha. Eu sempre repito isto: é uma iniciativa dos professores que estão fazendo esse movimento.

Mas, como aqui foi dito e eu respeito, democracia é assim. Eu fui Constituinte e outro dia usei as palavras do Ulysses Guimarães, que dizia: "Olhe, senhores e senhoras, infelizmente não houve acordo. Vamos ao voto" – e muitas vezes eu estava naquelas negociações. Se até terça, tivermos o acordo... Eu vou torcer sempre por um acordo. Eu sempre digo que é melhor um bom acordo do que tudo ou nada para um lado ou para o outro que pensa diferente. Se houver acordo, vota-se; se não houver acordo, vota-se também. Nesse aspecto, não há nenhuma divergência com meus colegas aí que atuam e estão fazendo esse bom debate.

Eu quero deixar registrado o meu carinho a todos os Senadores e Senadoras e, nesse caso, especialmente à Senadora Rose, que tem tido uma paciência enorme, porque ela também quando isso aí for colocado em votação...

Ir para a Câmara não é o problema, porque, olhem, a decisão lá na Justiça... Dois anos depois que a Justiça decidir que a lei tem vício de iniciativa, a Justiça dá ainda dois anos para a gente ajustar o texto final. Isso aí é fato consumado. Eu acho que os dois lados sabem disso. Então, não é que haja uma pressa enorme de nós termos que votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora eu sou a favor de votar. Vota-se. Se for para a Câmara com esse pequeno ajuste, numa semana ou em duas... Tenho certeza de que o Presidente Rodrigo Pacheco, se nós encaminharmos para o entendimento, bota a matéria em votação na semana que vem. Bota, já vota em seguida e vai para a Câmara. A Câmara teria dois anos ainda para fazer esse ajuste – e o fará, tenho certeza, o mais rápido possível.

Até falei demais. Não queria falar do mérito, mas tive que fazer algumas ponderações, como autor da emenda.

Obrigado, Presidente, pela tolerância e paciência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Paulo Paim, o senhor é um grande democrata e traz o debate.

O grande desafio da Senadora Rose, pelo que eu compreendo, é buscar a convergência entre professores e educadores físicos, aqueles como o exemplo do capoeirista, que você deu.

Fugir a esse debate não é o caminho. Temos que debater, sim, agora com a possibilidade de poder trazê-lo em pauta. Como disse, se não chegar a um acordo, que vamos ao voto. O importante é concluir esse projeto, inclusive por conta do nosso calendário neste ano premido por recessos, eleições e outros eventos.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, desculpe-me interrompê-lo.

É só para dizer o seguinte: quando o Senador Paim se refere aos professores, eu não sei se ele se refere aos mesmos professores que eu entendo. Eu estou dizendo, exclusivamente, os professores de educação física, porque eu tenho sido procurado através da minha rede social. Nos lugares aonde eu vou, todos os professores de educação física são contrários a essa emenda, todos aqueles que me procuraram pessoalmente e através da rede social e de quem eu tenho ouvido.

Então, primeiro, quero dizer que o debate faz parte desta Casa e eu tenho um respeito muito grande pela Senadora Rose. Ela tem tido realmente uma paciência impressionante, mas, como o Senador acabou de colocar, vamos colocar para votar. É a democracia! Perde-se ou se ganha, mas tem que se colocar no voto.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Senador Romário.

Dando um bom-dia à nossa querida Senadora Nilda, que está aqui presente, passo a palavra...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. *Fora do microfone*.) – Bom dia, meu Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Senadora Nilda.

Passo a palavra ao Senador Mecias, com as escusas pela demora necessária do debate.

Muito obrigado, Senador Paim, pela sua participação também.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente... Presidente Carlos Portinho (*Falha no áudio.*)... quero dizer que (*Falha no áudio.*)... ele tem conhecimento, tem experiência, o que nos ajuda a elucidar inúmeras dúvidas que temos sobre o processo legislativo.

Mas quero fazer, Sr. Presidente, minhas as palavras do Senador Romário. Esses profissionais, pelo menos aqui no meu Estado, estão me pedindo e me cobrando a votação. Inclusive, já assinei o requerimento de urgência para a votação do projeto. É claro que nós reconhecemos tanto a boa vontade e a competência do Senador Paim, como também a paciência, o preparo e o conhecimento da Senadora Rose, da nossa querida Senadora Rose, mas, se o processo não chegar a um denominador comum, que é o que se espera, é lógico, teremos que colocar em votação o mais rápido possível. Logicamente, a democracia é isso. Como disse o Senador Romário, ganha quem tiver voto.

Mas, Sr. Presidente, na minha fala, quero especialmente dizer sobre o item 4. Sou o Relator do Projeto de Lei nº 26, de 2020, do Senador Fernando Bezerra, que dispõe sobre o exercício da medicina, para dispor sobre o dever de informação antecedente à realização de procedimentos invasivos. O Senador Fernando Bezerra propõe esse projeto para dispor sobre o dever de informação de procedimentos invasivos aos pacientes. Isso tem gerado também alguns debates. A Senadora Zenaide Maia, nossa querida Senadora, minha amiga, pediu a mim e ao Senador Fernando Bezerra a possibilidade de o retirarmos de pauta, para fazer uma audiência pública para debater o projeto.

Eu quero dizer, antecipadamente, a V. Exa. e aos membros da Comissão que tanto eu quanto o Senador Fernando Bezerra não temos nada a nos opor quanto ao pedido da Senadora Zenaide. Nós gostaríamos apenas... Eu gostaria apenas que a Senadora Zenaide pudesse fazer, o mais rápido possível, essa audiência pública, para que pudéssemos votar, o mais breve possível, esse projeto, em consenso com o Senador Fernando Bezerra, que é o autor do projeto.

Essas são minhas palavras, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Mecias, sobre o item 4 e o pedido...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 37, de 2022, da CAS, apresentado pela Senadora Zenaide. (*Pausa.*)

Não havendo óbice, passo a palavra à Senadora Zenaide para a leitura do requerimento e para sua participação.

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 37, DE 2022

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 26/2020, que "altera a Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, que dispõe sobre o exercício da Medicina, para dispor sobre o dever de informação antecedente à realização de procedimentos invasivos".

Autoria: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para encaminhar. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, já agradeço aqui ao Senador Fernando Bezerra e ao Senador Mecias de Jesus.

Temos esse requerimento. Eu propus uma audiência pública justamente com a presença dos seguintes convidados... Porque eu conversei com o Mecias e com o Fernando Bezerra e é melhor... Como a gente diz, aqui é uma casa de debate, a gente dá visibilidade, todo projeto de lei tem uma razão de ser e, quanto mais a gente debater, melhor.

Então, requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 26, de 2020, que "altera a Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, que dispõe sobre o exercício da Medicina, para dispor sobre o dever de informação antecedente à realização de procedimentos invasivos".

Eu proponho essa audiência pública com a presença dos seguintes convidados: a Sr. Elda Coelho de Azevedo Bussinguer, Presidente da Sociedade Brasileira de Bioética; o Sr. Dirceu Bartolomeu Greco, Professor titular da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais; o Sr. Volnei Garrafa, Professor da Universidade de Brasília; e a Sra. Francisca Valda da Silva, Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Diretora do Conselho Nacional de Saúde.

Nesses termos, peço para fazer uma discussão. Eu dei uma olhada, como médica, e conversei com o colega Mecias e com o colega Fernando Bezerra, e a gente chegou à conclusão de que poderia ter essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

audiência para a gente debater melhor. É muito bom ouvir quem está ligado diretamente, é de uma importância fundamental. E, quanto antes fizermos a audiência pública, Mecias... Não tenha dúvida de que a gente vai fazer conforme o calendário da nossa Comissão.

E, como foi debatida essa questão dos conselhos federais e estaduais dos educadores físicos, eu concordo aqui, eu quero corroborar com o Paulo Paim, porque eu recebi também, esse foi um movimento de professores. Eu confesso que, inicialmente, eu não tinha nem observado direito. Achei que era um conselho que já existia e que faltava ser legalizado, mas tem esse movimento dos professores no Brasil inteiro, porque eles dizem que já tem um conselho municipal de educação, um estadual de educação e uma confederação nacional de educação. Então, é uma opção se vão querer... A emenda de Paim é assim: o professor, somente o professor de educação física tem a opção de fazer parte do conselho, pagar ou não. E, como foi lembrado, a maioria dos professores, grande parte dos professores no interior não consegue receber nem o piso salário, por incrível que pareça. E, olha que eu sou, gente, a favor dos conselhos.

Lembra que em 2019 tinha um projeto aí, uma medida provisória do Governo Federal que extinguia vários conselhos, inclusive até o Crea, o Conselho Federal de Medicina e tudo? A gente ficou contra isso, porque tem que ter fiscalização. O que os professores de educação física dizem é que já têm suas fiscalizações, com os conselhos nacionais, municipais e federal da educação.

Era só isso, Presidente. Quero agradecer, mais uma vez, ao Senador Mecias e ao Senador Fernando Bezerra, por debatermos esse tema de procedimentos invasivos e que, na verdade, burocratiza, mas é um assunto. Aqui é um debate, aqui é o Parlamento. Então, a gente tem que debater.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Senadora Zenaide.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu vou pedir a todos os meus colegas – que concordam, acredito – a inversão do projeto e passarei a palavra ao Senador Randolfe.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 213, DE 2022

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para assegurar a participação de especialista indicado pela Associação Médica Brasileira na Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS.

Autoria: Senador Rogério Carvalho

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta.

Observações:

1- Será realizada uma única votação nominal para o projeto e para a emenda nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

2- A matéria consta da Pauta desde a Reunião de 29/03/2022.

3- Em 17/05/2022, o Senador Lasier Martins apresentou a Emenda nº 1 (pendente de relatório).

Dessa forma, concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues para a leitura do relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Presidente Senador Carlos Portinho, eu queria inicialmente agradecer a aquiescência de V. Exa. e dos demais Senadores na inversão da ordem do dia desta matéria.

Quero logo adiantar que se trata de uma reivindicação que vem da Associação Médica Brasileira, associação que congrega todas as sociedades técnicas especializadas para Medicina no país, e, como V. Exa. muito bem já especificou na emenda do projeto, a ideia é o acréscimo da Associação Médica Brasileira ao *hall* de entidades aptas a indicar um participante na Comissão Nacional de Incorporação e Tecnologia do SUS, a Conitec.

Essa alteração é efetuada por meio de modificação na redação do art. 1º e do art. 19-Q da Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, que se trata, Senador Portinho, da Lei Orgânica da Saúde.

Dessa forma a Associação Médica Brasileira se junta ao Conselho Nacional de Saúde e ao Conselho Federal de Medicina, como entidades com atribuição legal de incorporar a Conitec.

A matéria tem, obviamente, juridicidade, técnica legislativa e constitucionalidade.

Passando diretamente ao mérito, nesse projeto em análise, concordamos integralmente com as observações do autor, eminente Senador Rogério Carvalho, no sentido de que houve um lapso do Congresso Nacional ao se olvidar de incluir um representante da AMB entre os integrantes da Conitec. Afinal, a entidade congrega todas as sociedades de especialidades médicas oficialmente reconhecidas no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

país, as quais já têm a tradição de elaboração de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas direcionados a seus filiados há várias décadas. Na verdade, existe uma clara omissão na ausência dessa instituição no âmbito da Conitec.

Ainda que a AMB tenha lançado o Projeto Diretrizes apenas no ano 2000, as diversas sociedades de especialidades já elaboravam manuais, consensos, diretrizes e protocolos desde o século passado. Dessa forma, a AMB detém vasta experiência na análise de evidências científicas para fins de elaboração de guias de conduta diagnóstica e terapêutica para a classe médica.

Essa inovação promovida por essa lei trará mais transparência, previsibilidade e mais competência técnica aos atos praticados no âmbito da Conitec.

Quanto a uma rápida análise à Emenda nº 1, entendemos, com as devidas e máximas vênias, que a presença da Federação Médica constitui a presença de uma entidade sindical e difere, nesse caso, da presença da Associação Médica Brasileira, já que a Associação Médica é uma associação que congrega as sociedades de especialização médica e, portanto, desta forma que justifica a sua presença no âmbito da Conitec.

Pelo exposto, Presidente, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 213, pela rejeição da Emenda nº 1 e com a emenda de redação que segue no texto.

É o nosso parecer, Sr. Presidente, mais uma vez agradecendo a V. Exa. pela inversão da pauta da Ordem do Dia para a apreciação dessa matéria, reivindicação da Associação Médica Brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Randolfe, eu preciso consultá-lo, dada a importância do projeto que V. Exa. relata e dada a minha impossibilidade de votá-lo. Nós temos aqui, pelas minhas contas, presentes oito Senadores de forma remota e presencial – a Senadora Nilda está aqui conosco. Aí eu preciso, até de forma franca, questionar e deixar a V. Exa. a direção se pretende dar como lido o relatório e votamos na próxima sessão ou se V. Exa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Por videoconferência*.) – Perfeitamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... porque me preocupa o quórum.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Por videoconferência*.) – Perfeitamente. À conveniência de V. Exa., porque V. Exa. daí tem o melhor termômetro para apreciação, à conveniência de V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Por videoconferência*.) – Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Também acho, pela importância do projeto, com um quórum ainda um pouco baixo, que é a melhor decisão, mas é sua. Muito obrigado.

Então, eu vou dar como lido o relatório, adiando a discussão e a votação para a próxima sessão, pedindo a todos, até porque na próxima sessão deve entrar em pauta o projeto dos educadores físicos e certamente teremos o quórum, pelo interesse que é comum a todos não só no projeto do Senador Randolfe, mas também no projeto que envolve os educadores físicos e professores de educação física.

Aliás, eu não posso deixar de registrar aqui que muito do que sou hoje eu devo aos profissionais de educação física.

Tenho a memória do meu Prof. Nilton, com quem até hoje, Senadora Nilda, eu converso pelo Facebook – a tecnologia, graças a Deus, nos reencontrou e nos aproxima –, e do meu Prof. Jorjão, que depois foi auxiliar do Bernadinho em tantas vitórias da nossa Seleção Brasileira de Vôlei. Faço aqui o registro do meu reconhecimento aos dois. Por isso, talvez, tenha sido eu advogado desportivo, porque aquilo fica na nossa cabeça quando criança, dada a sua importância.

Feito esse registro, eu queria passar para o item 5, Senador Paulo Paim, projeto de lei não terminativo. Acho que poderemos avançar nesse.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 177, DE 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.377, de 30 de setembro de 1985, para dispor sobre o exercício da profissão de Secretariado.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Presidente Carlos Portinho, como V. Exa. fez muito bem, também quero fazer um pequeno registro, com o mesmo espaço que o meu querido amigo Romário teve. Vou relatar o projeto dele em seguida.

É que eu recebi aqui, agora – é bem rápido, um minuto – um documento da audiência pública que realizamos nesta Comissão, de todos os representantes das entidades dos professores, querido amigo Romário. Não estou falando deste ou daquele professor, que faz parte ou não do conselho. Por exemplo: Gislaine Alves do Amaral, Presidente do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), favorável à emenda; Joselene Ferreira Mota, representante do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes) – todos estão lá, os professores da educação; o Centro de Educação pertence a essas entidades, e estou dando nome –; Gabriel Magno Pereira Cruz, representando a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), favorável à emenda; Rosilene Corrêa Lima, do Sindicato dos Professores (Sinpro), favorável à emenda.

Então, é só para dizer que pessoas, individualmente, do Rio, de São Paulo, do Norte, do Nordeste, do Sul, podem ter posições diferentes, mas as entidades que representam os professores, onde estão os professores de educação física, regulamentadas, dialogando, conversando, estão em outra posição. E, insisto ainda, eu vou trabalhar, como o Presidente colocou muito bem, com a possibilidade do acordo.

Vamos ao relatório.

Presidente, o projeto do Romário é muito bom no que se refere a esse tema – naturalmente, para não misturar os temas. Eu estou fazendo aqui uma síntese, se V. Exa. permitir, e acho que não vai haver problema nenhum.

Na síntese, eu digo: o objeto do projeto é realizar a atualização vacinal dos usuários do sistema de saúde, inclusive durante a internação hospitalar.

O projeto ressalva...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – ... que a atualização vacinal não será realizada...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pela ordem, Senador Paim. Desculpe interrompê-lo. Desculpe. É que, na verdade, eu tive que chamar o item 5. Perdão! O projeto é o item 5.

Acho que V. Exa. está no item 2, que também é de sua relatoria, mas, como o item 2 é terminativo, até sugiro a gente fazer a leitura. Se V. Exa. quiser continuar nele – perdão, mais uma vez, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interrompê-lo –, podemos continuar e, como o Senador Randolfe, nós suspendemos após a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Fica com V. Exa.. Pode continuar nesse, depois...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Eu quis fazer um agrado para o Romário. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Merecido. Eu sei que vocês batem uma bola juntos sempre.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Mas, em resumo, o projeto é dele, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – V. Exa. pode continuar nesse, ou algum prejuízo...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – É bem curtinho, Presidente.

É importante, repito. Eu estava na cobertura vacinal da população. Nove entre quinze vacinas, que deveriam ser administradas até o quarto ano de vida, estão ainda abaixo da meta. Em tudo isso o projeto ajuda.

É preciso orientar a população e formular campanhas sobre a importância da vacinação, com o objetivo de empreender esforços, aumentar o nível de consciência da população sobre a importância da vacinação e de suprir dificuldades operacionais. Apresentei aqui o projeto com pequenas alterações, que aqui vou citar já, neste momento: valorização do Programa Nacional de Imunizações (PNI), ao determinar que, nos casos em que os estabelecimentos de saúde não possuírem o serviço de vacinação, a imunização será realizada pelo serviço público de saúde conforme o regulamento; assegura ainda que os estabelecimentos públicos e privados de saúde deverão orientar os usuários sobre calendários de vacinação e encaminhar o serviço púbico para atualização, imunização quando necessário.

Com essas medidas, esperamos que a cobertura da vacinação no Brasil volte ao patamar desejado, como deseja o autor, Senador Romário.

Após a leitura do relatório, Presidente, assim mesmo, eu fui procurado pelo Ministério da Saúde, por intermédio da Liderança do Governo. Por esse motivo, apresentei emendas de Relator, acatando parcialmente as sugestões. Alterei o termo "paciente" por "usuário", por entender mais adequado, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

propõe o Governo. Resolvi também incluir que a recusa da imunização deverá ser reportada em prontuário. Enfim, acho importante que esses dados sejam registrados no caso das pessoas ou dos responsáveis se negarem a receber a imunização.

As vacinas não protegem apenas o imunizado, mas toda a população.

Enfim, Presidente, esse é o relatório, com pequenas adaptações, com emenda do Relator e sugestões inclusive do Líder do Governo. Não acatei todas, para manter o mais na íntegra possível o projeto original do Senador Romário. Por isso, o meu voto é favorável, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Senador Paim.

Só para regularizar aqui a leitura do relatório, esse foi o relatório do item 2:

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 5094, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre o Programa Nacional de Imunizações, para minimizar situações de perdas de oportunidade de vacinação.

Autoria: Senador Romário (PODEMOS/RJ)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1- Se aprovado o Substitutivo, será dispensado o turno suplementar, nos termos do art. 14 do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021.

2- A matéria recebeu parecer favorável na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em 04/12/2019.

3- Em 16/05/2022, foi apresentado Relatório reformulado pelo Senador Paulo Paim.

A votação é nominal, mas consulto o Senador Paulo Paim se, em razão do quórum não suficiente – embora a presença aqui de oito Senadores e considerando a presença física da Senadora Nilda aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comigo –, podemos dar como lido o relatório e adiar para a próxima sessão a discussão e a votação, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Como o projeto é terminativo, eu vou concordar com o encaminhamento de V. Exa. Se tiver quórum, mesmo virtual e contando com os presenciais... É claro que o ideal seria já aprovar o projeto hoje. Mas, se V. Exa. entender que não há condição, fica lido o relatório, e eu passo a fazer a síntese agora do outro projeto de que também sou Relator, se V. Exa. concordar, que é exatamente o item 5.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Paulo Paim, eu sigo a direção de V. Exa., nesse caso como Relator. Informo que há sete Senadores, contando a presença da Senadora Nilda. Infelizmente eu aqui não posso votar, embora o mérito seja favorável ao projeto que V. Exa. relata.

Posso, então, dar como lido?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O relatório é dado como lido.

Ficam adiadas a discussão e a votação.

Esse foi o item nº 2.

Agora sim, Senador Paulo Paim, vamos ao item nº 5. Esse é não terminativo.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 177, DE 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.377, de 30 de setembro de 1985, para dispor sobre o exercício da profissão de Secretariado.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Presidente Carlos Portinho, veja que eu acabo me envolvendo sempre em conselhos, mas não tenho nada a ver com este, viu? Eu vou explicar o porquê rapidamente, também para nós ganharmos tempo.

O autor do projeto: Deputado Marcos Montes.

O projeto inicialmente pretendia a criação do conselho profissional, mas – não fui eu, viu? – lá na Câmara foi alterado, na Câmara dos Deputados, para tratar do exercício da profissão, com amplo debate naquela Casa Legislativa, para regulamentar toda a profissão, como definiu aí na fala primeira V. Exa.

O projeto define que a profissão de secretariado poderá ser exercida: pelos que possuem diploma de curso superior em Secretariado; por aqueles que possuem qualquer diploma de curso superior desde que comprovem o efetivo exercício por 36 meses; por aqueles que possuem diploma de Técnico em Secretariado; pelos que possuem diploma de nível médio e comprovem, pelo menos, 36 meses na atividade – mantendo a coerência do que já li –; pelo profissional diplomado em Tecnólogo em Secretariado; por fim, os não diplomados – e isto é praxe na Casa – que tenham 5 anos de atividade sem interrupção ou 10 anos com interrupções.

O projeto de lei elenca as atividades específicas do Secretário-Executivo, do Tecnólogo em Secretariado, e do Técnico em Secretariado, fazendo distinções entre as competências de cada profissional e delimitando as áreas de atuação – como entrar naquela discussão histórica chamada reserva de mercado. Ele foi muito feliz aqui na redação final.

A matéria em debate conta com o apoio do Sindicato dos Secretários do DF, de outras entidades, da própria Federação Nacional das Secretárias e Secretários, aqui na figura da Sra. Maria Bernadete Lira Lieuthier.

Presidente, é essa a síntese que eu fiz do parecer. Eu acho mais do que justa, é uma luta antiga. Muitos anos atrás, eu já tentei apresentar o projeto que é regulamentava a profissão do secretariado. Aprovou-se no Senado; mas teve o problema da Câmara. Agora, a Câmara, corretamente, traz de novo a tema a matéria. Vem para mim aqui no Senado, que já tinha trabalhado no tema. E eu, de pronto, estou dando o parecer favorável.

Conto com o apoio, naturalmente, de todos os meus colegas, meus pares.

É isso, Presidente Carlos Portinho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. É um projeto de grande importância a todo o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

secretariado. E, V. Exa. lendo, lembrei-me daqueles que nos suportam, que nos dão suporte tanto no nosso gabinete e nas nossas vidas.

Coloco a matéria, assim, em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, portanto, o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório – é o resultado –, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto nos termos da Emenda nº 3 da Comissão de Assuntos Sociais (Substitutivo).

A matéria vai a Plenário.

Os não terminativos já foram atendidos, assim eu vou caminhar para o encerramento desta Comissão no dia de hoje.

Encerramento.

Convoco para o 24 de maio, terça-feira, às 11h da manhã, reunião extraordinária semipresencial desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião com a graça de Deus.

(*Iniciada às 11 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 02 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e vinte e um minutos do dia vinte e quatro de maio de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Romário, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Eduardo Gomes, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Eliane Nogueira, Renan Calheiros, Izalci Lucas, Flávio Arns, Eduardo Girão, Mara Gabrilli, Giordano, Lasier Martins, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Mecias de Jesus, Otto Alencar, Fabio Garcia, Carlos Portinho, Zequinha Marinho, Zenaide Maia, Paulo Paim, Paulo Rocha, Leila Barros e Fabiano Contarato, e ainda dos Senadores não membros Angelo Coronel e Chico Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores Nilda Gondim, Sérgio Petecão, Alexandre Silveira, Marcio Bittar e Alessandro Vieira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2486, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física e cria o Conselho Federal de Educação Física e os Conselhos Regionais de Educação Física." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com a Emenda nº 3, e contrário à Emenda nº 2. **Resultado:** Aprovado relatório favorável à matéria principal e contrário à Emenda nº 2. Rejeitada a Emenda nº 3, com 9 votos contrários e 8 a favor. **Observação:** Durante a reunião, foi apresentado pela Liderança do PL o Requerimento nº 42, de 2022-CAS, de destaque para votação em separado da Emenda nº 3, independente de aprovação do Plenário. (Art. 312, II, Parágrafo Único, RISF). **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5094, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre o Programa Nacional de Imunizações, para minimizar situações de perdas de oportunidade de vacinação." **Autoria:** Senador Romário (PODEMOS/RJ). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 213, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para assegurar a participação de especialista indicado pela Associação Médica Brasileira na Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2183, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a comercialização da produção e da importação de refrigerantes e bebidas açucarados (Cide-Refrigerantes), e dá outras providências" **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com o acolhimento parcial da Emenda nº 2 na forma de cinco emendas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que apresenta, e contrário à Emenda nº 1-T. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 3-CAS a 7-CAS. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 177, de 2020 (Emenda(s) da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 688, de 2015) - Não Terminativo -** que: "Determina que o Sistema Único de Saúde (SUS) ofereça tratamento de implante por cateter de prótese valvar aórtica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Contrário à Emenda oferecida pela Câmara dos Deputados e favorável à manutenção do Projeto nos termos enviados àquela Casa Legislativa. **Resultado:** Aprovado Parecer contrário à Emenda oferecida pela Câmara dos Deputados e favorável à manutenção do Projeto nos termos enviados àquela Casa Legislativa. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 4552, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Insere artigo nas Disposições Finais e Transitórias da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir, nas condições que especifica, o parcelamento de dívidas trabalhistas em execução judicial, em função dos problemas causados pela emergência de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19), de que trata a Lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020." **Autoria:** Senador Chico Rodrigues (DEM/RR). **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1, nos termos de subemenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta em virtude da aprovação do Requerimento nº 40, de 2022-CAS, de audiência pública para instrução da matéria. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 36, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a criação do Dia Nacional de Prevenção da Asfixia Perinatal." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 38, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5983/2019, que "regulamenta o exercício profissional de acupuntura"." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 40, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4552/2020, que "insere artigo nas Disposições Finais e Transitórias da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir, nas condições que especifica, o parcelamento de dívidas trabalhistas em execução judicial, em função dos problemas causados pela emergência de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19), de que trata a Lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020"." **Autoria:** Senador Paulo Rocha (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 39, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater "O INSS e a proteção previdenciária"." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 41, de 2022** que: "RequeR a inclusão do seguinte convidado por ocasião da realização de audiência pública "O INSS e a proteção previdenciária", nos termos do REQ 39/2022 de autoria do Senador Paulo Paim: Representante do Sindicato dos Trabalhadores do Seguro Social e Previdência Social no Estado de São Paulo." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/05/24

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Sras. Senadores e aos Srs. Senadores o recebimento dos seguintes expedientes:

– Cópia do Ofício n° 1.193, de 2022, do Conselho Federal da OAB, o qual sugere a alteração da redação do art. 15 da Lei 8.213, de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências;

– Cópia da Moção n° 2, de 2022, da Câmara de Vereadores de Gaurama, Rio Grande do Sul, a qual apoia a revogação do §6° do art. 115 da Lei n° 8.213, de 1991, referente à exigência de que as autorizações de descontos de mensalidades associativas de aposentados e pensionistas do INSS sejam revalidadas a cada três anos;

– Cópia do Ofício n° 20, de 2022, da Câmara Municipal de Cabeceira Grande, Minas Gerais, o qual encaminha moção de apoio em relação à prorrogação dos contratos de adesão ao 20° ciclo de reincorporação dos médicos intercambistas do Programa Mais Médicos do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão. Fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação dos Senadores, a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados ao final do prazo.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados a esta Comissão.

A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais, assim como nas matérias terminativas.

Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente. A Secretaria providenciará para que o voto seja computado no painel de votação.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 2486, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física e cria o Conselho Federal de Educação Física e os Conselhos Regionais de Educação Física.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Rose de Freitas

Relatório: Favorável ao Projeto, com a Emenda nº 3, e contrário à Emenda nº 2.

Observações:

1- A matéria recebeu Parecer favorável na Comissão de Educação, Cultura e Esporte em 24/03/2022;

2- Em 31/03/2021, o Senador Paulo Paim apresentou a Emenda nº 2 (subscrita pelo Senador Rogério Carvalho em 04/04/2022);

3- Em 12/04/2022, foi realizada audiência pública para instrução da matéria;

4- O Senador Roberto Rocha apresentou uma Emenda, retirando-a posteriormente em 18/03/2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

5- Em 16/05/2022, o Senador Paulo Paim apresentou a Emenda n° 3.

6- Em 24/05/2022, a Senadora Rose de Freitas apresentou Relatório reformulado.

7- O Senador Romário apresentou requerimento para destaque da Emenda n° 3.

A Emenda n° 3 será votada nominalmente após a votação do relatório.

Concedo a palavra à Senadora Rose de Freitas para fazer a leitura do relatório.

Senadora, por favor. Bom dia.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Bom dia. Bom dia, Presidente Romário. Bom dia, Sras. e Srs. Senadores.

Antes de mais nada, Sr. Presidente, eu quero agradecer muito a contribuição que o senhor e o Senador Paulo Paim deram a todo o debate que internamente, fora da sessão, individualmente, nós tivemos para tentar conferir um resultado que fosse mais favorável a essa regulamentação da profissão. Em momentos, o debate fluiu com muita tranquilidade e, em outros momentos, foram estabelecidos alguns conflitos. Cheguei a ler o meu relatório preliminar, em que eu recusava a emenda do Senador Paim. Suspendemos aquela leitura, aquela votação para voltar hoje a ler o relatório final, em que eu acato essa emenda facultativamente no sentido de criar a regulamentação tão aguardada por todos aqueles profissionais da área.

Então, Sr. Presidente, eu fiz uma síntese desse projeto que eu vou ler. O relatório é extenso. Eu vou ler essa síntese, vou ler o meu voto para que nós possamos finalmente votar essa matéria, com a permissão de V. Exa. e dos demais membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Senadora.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. *Por videoconferência*.) – Esse projeto altera a Lei 9.696, de 1° de setembro de 1998, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de educação física e cria o Conselho Federal de Educação Física e os Conselhos Regionais de Educação Física. A autoria é da Câmara dos Deputados.

Eu apresento a síntese do relatório.

Sr. Presidente, o projeto visa a suprir o vício de iniciativa previsto na redação original da Lei 9.696, de 1998, que não poderia ter criado o Conselho Federal de Educação Física (Confef) e os conselhos regionais por ter sido projeto de origem parlamentar. Além de tudo, Sras. e Srs. Senadores... Além de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ajustes de redação no texto da lei, a proposição inclui permissão para que o Confef licencie pessoas que não são titulares de diplomas de curso superior de educação física para o exercício das atividades regulamentadas pela lei em questão.

Foram apresentadas as Emendas 2 e 3 na CAS para: primeiro, sanar eventuais vícios do projeto original referentes à competência para a fiscalização das atividades dos profissionais que atuam nos sistemas de ensino; segundo, afastar a previsão de que os profissionais de educação física sejam obrigados a se inscrever no conselho para exercer a profissão; terceiro, torna facultativa a contribuição para os profissionais que atuam na rede pública de ensino.

Foram realizadas várias tentativas de acordo, Sr. Presidente, entre as partes, mas, infelizmente, como V. Exa. mesmo presenciou, elas foram infrutíferas. Esta é a Casa do consenso, é a Casa do acordo, mas não tendo sido possível, será no voto a decisão.

Não podemos paralisar a tramitação da matéria em razão da falta de consenso entre os conselhos e os professores. Na última reunião, com toda a boa vontade. – V. Exa. e o Senador Paim participaram –, tentamos solucionar da melhor forma possível o impasse, mas, infelizmente, as partes não chegaram a um entendimento.

Diante da circunstância, o meu voto é pelo acatamento da Emenda nº 3, apresentada pelo Senador Paulo Paim. Com o acatamento da referida emenda, é bom que se preste atenção, a matéria tem alteração do mérito. Isso se deve à falta do entendimento. Com isso, essa matéria precisa ser votada imediatamente no Plenário da Casa para que posteriormente possa retornar à Câmara dos Deputados.

Fizemos o possível, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, para que essa resolução ocorresse da melhor maneira, de modo a tramitar e não prejudicar os educadores físicos de nosso país.

Portanto, eu passo a ler o voto – o relatório já foi publicado, já foi lido anteriormente –, agora com o acatamento da emenda. Faço ainda, Sr. Presidente, uma leitura da análise. Vou tentar fazer mais resumidamente.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 100, *caput* e inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições que digam respeito a condição para o exercício de profissões, estando, assim, atendida a competência regimental para tratar do assunto que é objeto do PL em exame.

As alterações introduzidas pela Câmara dos Deputados ao texto original do PL 2.486, de 2021, não resultaram em modificações relevantes no seu mérito, exceto:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a) a mudança da sede e do foro do Confef, do Rio de Janeiro-RJ para Brasília-DF, que é decisão política legítima do legislador;

b) a inclusão do inciso IV ao art. 2° da Lei 9.696, de 1998, para prever que os egressos de cursos superiores de Tecnologia conexos à Educação Física, oficiais ou reconhecidos pelo Ministério da Educação, cujos eixos tecnológicos sejam direcionados às áreas de conhecimento abrangidas por esta lei, conforme regulamentado pelo Confef; e

c) a limitação, quanto às pessoas jurídicas, da fiscalização do exercício profissional à regularidade do registro e à atuação dos profissionais de Educação Física que nelas prestem serviços.

Eu queria também colocar que o PL... Quero falar agora que, quanto ao aspecto de constitucionalidade e juridicidade do projeto, deve-se ressaltar a informação contida na Exposição de Motivos 00097/2001, do Ministério da Economia, de que o objetivo da proposição em tela é a aprovação de lei, de iniciativa do Poder Executivo, que disponha sobre a criação do Conselho Federal (Confef) e dos Conselhos Regionais de Educação Física (CREFs), para oferecer segurança jurídica à existência e ao funcionamento dos conselhos de educação física, na sua função de fiscalização e orientação da atividade de educador físico, haja vista a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 3.428-DF), proposta perante o Supremo Tribunal Federal, em que se questiona a constitucionalidade dos referidos dispositivos da Lei 9.696, de 1998, por vício de iniciativa, porquanto nos termos do art. 61, §1°, alínea "e", a criação de autarquia demanda lei de iniciativa do Presidente da República, enquanto a Lei n° 9.696, de 1998, teve origem no Parlamento.

Esses fatos todos eu discorri colocando que o PL vai ao encontro do disposto no art. 48, inciso XI, da Lei Maior, pois cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre a criação de órgãos da administração pública. No presente caso, os conselhos são autarquias, de que trata o projeto, competindo privativamente ao Presidente da República iniciar o processo legislativo, na forma e nas hipóteses previstas na Constituição, a teor do art. 84, inciso III, do Estatuto Político.

Assim, o fato de o PL ter a sua origem no Poder Executivo afasta o vício de inconstitucionalidade, que teria se a iniciativa de sua apresentação fosse parlamentar. Justifica-se, ademais, a mudança da legislação vigente sobre o assunto, não só para atualizar a Lei n° 9.696, de 1998, como pela necessidade de prevenir a possibilidade de que essa lei seja declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal na apreciação da ADI n° 3.428-DF, que acabei de citar.

Em face do exposto e do notório mérito do PL, no sentido de disciplinar, adequadamente, a atividade de educador físico e seus conselhos de fiscalização do exercício profissional, sendo, dessarte, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso entendimento de que não há óbice de natureza constitucional, jurídica, regimental e de técnica legislativa à sua aprovação.

Foi apresentada pelo Senador Paulo Paim a Emenda nº 2, na CAS, que permite o exercício laboral pleno e integral e dispõe sobre a inscrição nos conselhos profissionais da categoria, além de estabelecer diretrizes essenciais para o exercício da atividade laboral dos profissionais de educação física.

Entendemos que a emenda é meritória, mas foge ao escopo do projeto, que tem como objetivo – só um minuto, Sr. Presidente – a regulamentação da profissão de... Só quero conferir aqui, Sr. Presidente, se, ao transportar a matéria, eu não cometi nenhum erro. Por favor, é só um minuto. Nós estamos aqui com a pauta tão cheia hoje. Estamos prestando atenção.

Entendemos que a emenda é meritória, mas foge ao escopo original do projeto, que tem como objetivo a regulamentação da profissão de educador físico.

Foi apresentada no dia 16/05/2022 a Emenda nº 03, de autoria do Senador Paulo Paim, que assegura aos profissionais possuidores de diploma obtido em curso superior de Educação Física que atuem exclusivamente na educação formal, em todos os níveis de ensino, possam exercer o magistério independentemente de inscrição no respectivo Conselho Regional de Educação Física.

Entendemos que a referida emenda é meritória, razão pela qual a acolhemos.

Todos os esforços caminham no sentido de assegurar a legalidade e legitimidade ao exercício profissional do educador físico.

Leio o meu voto, Sr. Presidente, depois de exaustivas discussões e debates, com a colaboração reconhecida e com o papel que exerceu o Senador Paim na busca do entendimento, tanto quanto V. Exa.

Diante do exposto, nos termos do art. 133, I, do Regimento Interno do Senado Federal, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.486, de 2021, acatamento da Emenda nº 3 e rejeição da Emenda nº 2-CAS.

A emenda fica da seguinte maneira ao final:

> EMENDA Nº - CAS
> Inclua-se o seguinte parágrafo único no art. 2º da Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 2.486, de 2021:
> "Art. 1º .....
> Art. 2º .....
> .....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parágrafo único. É facultativa a inscrição dos profissionais de que trata o *caput* que atuem exclusivamente na educação formal, em todos os níveis de ensino." (NR)

Portanto, Sr. Presidente, esse é o relatório, suado relatório, debatido relatório, por fim apresentado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Senadora Rose de Freitas!

Coloco a matéria em discussão.

Nobre Senador, meu amigo Paulo Paim, com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Presidente Romário, esse tema está em discussão já há um período longo na Casa.

Quer falar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É um grande debate, não é? (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fique à vontade, Presidente.

Fizemos um bom debate. Eu e o Paulo Rocha, que está aqui presente, fomos os Relatores da lei original, Lei Mascarenhas, numa demonstração de que todos nós queremos regulamentar a profissão do educador, do profissional de Educação Física. Nesse aspecto, nós percebemos, depois de muitas idas e vindas, que procedia a preocupação do Supremo Tribunal Federal de que a lei tinha um vício de iniciativa. E o atual Governo a encaminha à Casa, então, na mesma linha da lei anterior, mas por iniciativa do Executivo.

Presidente, os argumentos nós usamos inúmeras vezes. Eu tenho um documento em mão que vou ler para toda a Casa e que mostra a posição do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, da Confederação Nacional dos Trabalhadores das Instituições de Ensino e de outras entidades: Sindicato dos Professores do DF, Associação Nacional de Docentes das Instituições de Ensino Superior – Sindicato Nacional, Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica. Aqui estão CNTE, CBCE, Contee, Sinpro, Andes e Sinasefe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, o documento que ora passo a ler tem a assinatura das entidades de caráter estadual e nacional dos professores – estamos tratando aqui dos professores – da educação.

Diz o documento, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Paim, faço só uma pergunta. Desculpe! São os professores de Educação Física?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De todas as áreas. Sim!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O.k.! Era só para ter certeza.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nessas entidades, estão todos os professores.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – De Educação Física?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eles aqui não classificam...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pode continuar, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou pedir à moçada aí atrás, com todo o respeito...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Por favor!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... que eu sempre tive por vocês, que vocês também respeitem os Senadores que estão aqui, neste debate.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Por favor!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vou ler aqui o documento em nome de todos os professores das entidades que aqui representam, e, naturalmente, estão incluídos, sim, os professores de Educação Física.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diz o documento:

> Exmas. Senadoras e Exmos. Senadoras, as entidades abaixo assinado vêm, respeitosamente, apresentar-lhes argumentos que sustentam a nossa defesa da Emenda n° 3, de autoria do Senador Paulo Paim, que foi resultado do intenso diálogo que estabelecemos a partir de uma audiência pública realizada no dia 12 de abril deste ano, nesta Comissão.
> Ao defendermos a Emenda n° 3, estamos nos colocando a favor dos/das professores/as de Educação Física [de Educação Física] [...].

Vou repetir: são os professores de Educação Física, porque são eles que vão pagar; não são professores de outras áreas que vão pagar. Quem vai pagar a contribuição são os professores de Educação Física.

Então, se vocês acham que não estão incluídos os de Educação Física – todos eles estão afastados, porque eles não vão pagar –, não há problema nenhum. A minha emenda está correta. Se não está incluído... Eu só estou me referindo aos de Educação Física na minha emenda. Então, se aqui eu ouvi no Plenário que eles não estão incluídos, bom, então acate a emenda. Que seja facultativa para quem assim entender!

Vamos lá!

> [...] A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional [...], no art. 61, identifica como profissionais da Educação [abro aspas] "os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:
> I - professores habilitados para a docência na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio."
> Com isso [dizem as entidades] [...].

É de todos os professores, inclusive os de Educação Física, como aqui eu já li.

> Com isso, podemos afirmar que, no contexto escolar, os/as professores/as de Educação Física [repito, de Educação Física] devidamente habilitados em cursos de graduação/licenciatura encontram-se na condição de Profissionais da Educação, devendo, assim, realizar seu trabalho pedagógico de acordo com as diretrizes curriculares e projetos pedagógicos das instituições escolares.

Repito mais:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Sendo assim, consideramos que aprovar o PL 2.486/2021 sem a Emenda nº 3 seria desconsiderar a legitimidade dessa diferenciação que a própria lei estabelece em relação aos Profissionais da Educação, na qual se enquadram os/as professores/as de Educação Física [repito, de Educação Física] que atuam nas instituições da educação formal. Além disso, consideramos que para áreas de conhecimento como Química [...].

Dão exemplos desses professores.

Senador Romário, Presidente, eu queria muito que V. Exa... Eu sei que os meus argumentos são muito sólidos. Veja bem o que eu estou dizendo agora:

> Além disso, consideramos que para áreas de conhecimento como Química, Biologia, Física, Geografia, que também apresentam órgão de fiscalização de exercício profissional constituído, a ausência da emenda, certamente, abrirá um precedente que será seguido por outros conselhos [estamos abrindo aqui uma exceção, que será seguida por outros] e poderá dar origem a um grande número de processos judiciais em todas as áreas.

Leio a argumentação nº 2:

> 2 - As diversas manifestações dos Conselhos de Educação Municipais e Estaduais e do Conselho Nacional sobre a matéria em questão, dando respaldo ao que aqui defendemos, não podem ser desprezadas, pois são essas instâncias responsáveis pelo cumprimento da legislação educacional e pelo funcionamento do sistema de ensino. A título de exemplo:
> - Parecer do Conselho Estadual de Educação da Bahia [...]: "O Magistério não é profissão regulamentada por conselhos profissionais, de modo que não podem essas instituições impor às escolas, aos profissionais da Educação e ao poder público condições para concurso, admissão, posse e exercício das funções educacionais nos sistemas de ensino, no conjunto curricular, parte nacional e diversificada, onde se inclui a Educação Física, com perfil adequado às atividades educativas".
> - Pareceres do Conselho Nacional de Educação CNE-CEB 12/2005, CNE 135/2002 e Parecer MEC 278/2000: "O exercício do magistério é questão que escapa às competências dos conselhos profissionais, estando sujeitos aos regulamentos do sistema de ensino em que se inserir a instituição escolar".
> Concluem no mesmo sentido do Conselho Nacional de Educação os pareceres dos Conselhos Estaduais de Educação do Rio Grande do Sul (Parecer CEED-RS 452/2001); do Paraná (Parecer CEE-PR 1093/2003); Maranhão (Parecer CEE-MA 165/2010); do Conselho Municipal de Jaboatão dos Guararapes/PE (Parecer CME/SEB e CLN/JG 01/2022).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Consideramos, assim, ser imprescindível que esta Casa revisora garanta a aprovação da Emenda n° 3, que professores/as de Educação Física escolar tenham reconhecida a sua legitimidade como Profissionais da Educação, devidamente caracterizada nos termos da LDB, sendo, portanto, excluídos da obrigatoriedade de registro no conselho profissional.
> Por fim, reafirmamos que a Emenda n° 3 expressa o entendimento das entidades envolvidas quanto ao que é possível, neste momento, para que o PL 2.486/2021 não venha a se constituir numa lei que já nascerá sujeita a inúmeros processos judiciais. Uma vez reconhecido que há um problema de natureza legal no PL, como prosseguir com sua aprovação sem a emenda unicamente pelo temor de que não haja tempo suficiente para percorrer os trâmites do congresso?

Não procede. Não procede!

Foi-me proposto – estou falando aqui francamente e estou saindo do texto –, foi proposto a mim, inclusive, o seguinte: "Apresente um projeto em separado, nós apoiamos" – estou me referindo ao conselho. "O conselho apoia o seu projeto na íntegra, ajudamos a aprovar aqui e na Câmara." Por que essa proposta? Porque está reconhecendo que nós estamos com a razão. Aí eu disse: "Ora, se pode ser feito isso num projeto em separado, por que não fazemos numa emenda e resolvemos já?". O argumento que eu mais ouvia, que depois eu consegui desconstituir, é que não havia tempo, o Supremo poderia decidir, e consequentemente cairia o projeto que eu ajudei a construir. Bom, fui atrás, porque é o nosso dever, não é? E o que está na decisão no Supremo é o seguinte: somente dois anos depois – dois anos depois – de o Supremo decidir que a lei tem vício de iniciativa é que ela poderá entrar em vigor, ou seja, nós temos dois anos para ajustar o projeto. Dois anos. Ninguém nega isso. Tenho certeza de que ninguém vai negar aqui isso.

O Relator do projeto... Estou terminando, Presidente. Vamos com calma, eu passo para o Presidente... Vamos com calma, temos tempo, temos o dia todo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Com certeza.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu estou tão tranquilo quanto V. Exa.

Consequentemente, se o Supremo diz que temos dois anos ainda, qual o problema de nós deixarmos somente como diz a emenda, optativo? Volta para a Câmara; a Câmara, mediante acordo, vota, e vai para sanção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu vou ler a emenda. O que diz a nossa emenda? Era uma emenda grande, a Emenda n° 2, e conversando com diversos setores dos professores eu reduzi somente a um parágrafo, que diz o seguinte: "É facultativa a inscrição dos profissionais de que trata o *caput* que atuem exclusivamente na educação formal, em todos os níveis de ensino".

É só isso que diz a emenda. Aquilo que estava na Emenda 2, a partir do momento em que a Relatora – e ficam aqui meus elogios – acatou essa emenda... Depois de ouvir a todos e consultar muita gente, ela acata essa emenda. Esta é a solução viável e que atende a todos.

Por fim, Presidente, reafirmamos que a Emenda 3 expressa o entendimento das entidades envolvidas quanto ao que é possível nesse momento para resolver a questão do PL 2.486, para que não venha a se constituir, como disse, numa lei que nascerá morta e gerará inúmeras discussões, eternas, que vão terminar, de novo, no Supremo Tribunal Federal.

Como não há nenhum motivo, porque temos dois anos para ajustar entre aqui, o Senado, e a Câmara – e o faremos em até um mês –, nós fizemos o apelo a todos os Senadores e Senadoras para que votem pela aprovação, na mesma visão que teve a Relatora. A Relatora estudou, aprofundou, conversou, consultou e chegou ao entendimento de que a Emenda 3 resolveria o problema de todos nós.

Assim, Presidente, pedimos a aprovação do projeto na forma construída pela Relatora, fruto, na minha avaliação, do convencimento que a Relatora teve depois de ouvir todas entidades.

Vou terminar.

Quais as entidades que assinam o documento que eu li aqui na íntegra? Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte – ele é responsável, todos nós sabemos –; Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; Confederação Nacional dos Trabalhadores das Instituições de Ensino; Sindicato dos Professores do DF; Associação Nacional de Docentes das Instituições de Ensino Superior; Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica; ou seja, CBCE, CNTE, Contee, Sinpro-DF, Andes e Sinasefe.

Presidente, esse é o documento que fiz questão de ler, senão fica o dito pelo não dito, desse ou daquele, de alguém que diz: "Ah, mas o professor lá na minha paróquia diz que não é contra". Eu digo: tá, mas e a tua entidade, aí na paróquia? Consulte-a. "Ah, ela é contra." "Ah, o sindicato estadual." Esse é contra. "Ah, o sindicato nacional." Esse é contra. "A Federação Nacional." Essa é contra. "A Confederação Nacional." É contra. Diga-me uma central que é a favor! As centrais sindicais, contra. Algo não está bem contado ou não está à altura do que merecem os professores do nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso o meu carinho aqui, o meu abraço à Relatora, Senadora Rose de Freitas, que ouviu, com calma e com paciência, a todos e chegou à conclusão de que os professores não poderiam ser penalizados com essa contribuição. O salário do professor já é desse tamanhinho, todos nós sabemos. Vocês se lembram o que quer dizer: "desse tamanho"? Chico Anysio dizia: "O salário dos professores é desse tamanhinho". E, ainda, eles só estão pedindo que, já que respondem para o conselho municipal, estadual e nacional, não sejam obrigados. Os que quiserem poderão, livremente, porque a emenda é facultativa – é facultativa, Senadores e Senadoras! Nós deixamos abertas as portas para que todos os professores da área da educação que entenderem o contrário assim o façam.

Era isso, Presidente. Eu agradeço sua tolerância e paciência de sempre.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, meu amigo Paulo Paim.

Quero só lembrar V. Exa. que o Confef e os CREFs são os responsáveis por regularizar essa profissão e fiscalizar. Eu, por exemplo, tenho nas minhas redes sociais, eu acho, hoje quase 7 milhões de pessoas e posso afirmar a V. Exa. e a V. Exas. que recebi quase 1 milhão de professores de educação física contrários à emenda de V. Exa. Assim como eu confio plenamente no que V. Exa. está dizendo, eu tenho certeza de que V. Exa., em nenhum momento, vai desconfiar do que eu estou dizendo. Claro!

Então, eu quero dizer o seguinte: o bom da política é isso, é a democracia, é o debate. E é por isso que nós vamos colocar isso aqui para voto.

Eu entendo o ponto de vista de V. Exa., mas reafirmo que os professores entendem, os professores de educação física entendem que o Confef e os CREFs são de fundamental importância para que continuemos com essa profissão de Professor de Educação Física, e é por isso que estamos lutando por isso. Inclusive, eu não sei se V. Exa. sabe, mas eu cheguei a fazer Educação Física. Infelizmente, o futebol acabou não me deixando formar.

Mas quero, de novo, parabenizar V. Exa. e dizer que nós vamos continuar amigos igualmente. Amém!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com certeza! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então está tudo certo!

Senadores...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com certeza absoluta, Senador! Com certeza absoluta! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senadora Zenaide com a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, eu começaria aqui elogiando esta grande colega, a Senadora Rose de Freitas. Eu estou há pouco tempo neste Senado e no Congresso Nacional, mas Rose é o exemplo dos que defendem a política do bem comum. Quando ela acatou essa Emenda nº 3, dizendo a todos que a gente é a favor da regulamentação dos conselhos estaduais e federal dos professores de educação física... Agora, querer obrigar os professores que já têm um conselho municipal de educação, um estadual e um federal a pagar o conselho de educação... Porque a emenda é assim: é facultativo. Quem quiser pagar que pague, mas – como foi falado por Paulo Paim aí – obrigar os professores, além de ter essa regulamentação dos conselhos estaduais, nacional e municipais, essa emenda... Eu estou parabenizando Rose porque nós não estamos negando a regulamentação do conselho federal e dos conselhos estaduais para a educação física deste país. Não estamos. Agora, obrigar os professores, cujo salário já é mínimo...

Eu queria dizer aqui, Paulo Paim, que muitos municípios do Brasil ainda não pagam o piso salarial dos professores – eu estou vendo essa discussão. Aí vamos botar esse pessoal para pagar, os professores? Vamos punir os professores de educação física deste país? Porque é facultativo; eles devem pagar se quiserem pagar. Ninguém está proibido. Então, sou a favor dessa emenda, gente. Por favor, isso é a política comum!

Eu imagino que Rose ouviu... E aqui eu não estou questionando, Presidente Romário, com todo o respeito, que o senhor tenha esses pedidos nas redes sociais, mas está aí: os representantes estão pedindo que não sejam obrigados a pagar mais um conselho, que é do educador. Até porque, quando se inscreve... Eu fui Secretária de Saúde. Quando contratávamos educação física na saúde, isso é uma coisa; quando é na educação, é outra. Aquele que... Teria que ter, no concurso já existia, mas a maioria exige só o diploma reconhecido pelo MEC.

Então, já deixo claro que eu sou a favor do relatório da Senadora Rose de Freitas, que tem esse poder de agregar. E acredito, Rose – parabéns, porque eu acho que você passou essa semana toda negociando... Quem quiser pagar pode, sim; é facultativo. Agora, obrigar os professores das redes de ensino, que já têm conselhos... E, Brasil, nós não estamos contra a regulamentação dos conselhos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estaduais e federal da educação física deste país, agora, punir os professores, ter que pagar, ter mais um ou dois conselhos, estadual e federal, não.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Senadora Zenaide.

É a primeira vez que a gente discorda de pontos de vista, mas faz parte da democracia.

Senador Carlos Portinho, por favor, com a palavra.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador Romário, meus colegas do Senado Federal.

Eu venho falar, inclusive, usando como parâmetro a minha atividade profissional de advogado. Eu acho que a gente discutir a exigência, no caso do advogado, do seu registro, a gente pode discutir, assim como do médico, do advogado, do arquiteto, do engenheiro; se vai derrubar tudo, se não vai derrubar. Agora, a gente tem que ter em mente que essa não é uma discussão que se resume a uma questão financeira. Essa é uma discussão que encadeia o seguinte: aquele profissional que é reconhecido pelo conselho de classe é o mais apto a dar as instruções. O ensino da educação física, no caso que a gente está tratando, é como o advogado: é aquele que está lá, registrado na OAB, o mais qualificado. E, por isso, com o seu conselho, como é na saúde, como é em tantas outras profissões... É qualificação.

A gente tem profissionais de educação física que têm pós-graduação, doutorado, que estudaram durante anos. E, me desculpem, eu respeito o magistério, minha avó é professora, mas sabemos que, em muitas cidades – e essa emenda vai atestar e provocar isso –, há ausência do profissional de educação física dando aula de educação física. Sabemos que, em muitas cidades, o professor que acumula matérias – matemática e educação física, que não é a sua aptidão; é do seu esforço pessoal, mas não é a sua aptidão – pega uma bola joga lá e põe a criançada jogando bola, correndo atrás de uma bola, e acha que deu uma aula de educação física. A gente tem que valorizar a qualificação profissional, gente.

Eu acho que essa é até uma discussão que a gente pode fazer, num âmbito, se a gente vai suprimir a obrigatoriedade do registro do advogado, do profissional da saúde, do médico, do arquiteto, do engenheiro. Agora, a gente vai desqualificar uma profissão. Lá na ponta, o aluno que recebe uma aula de educação física dada por um professor de química ou de física vai ter um prejuízo, porque o professor de educação física não estaria gabaritado para dar uma aula de outra matéria. E a gente sabe que é isso que vai acontecer, porque já acontece – já acontece.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu sou absolutamente a favor de a gente entrar na discussão, que eu acho que é a correta, da aptidão do exercício porque, lá na ponta, a gente tem crianças, jovens que estão, na verdade, com ausência duma instrução adequada. E o professor de educação física qualificado é o mais apto para dar aula de educação física. A questão não é financeira, se o professor ganha pouco – e ganham –, se os pisos não são atendidos. Isso é outra discussão. Agora, quem é o profissional mais qualificado para dar uma aula de educação física? Aquele que se graduou, que se pós-graduou, que se formou e tem a especialização em educação física.

Então, me desculpem, mas, se quisermos discutir em outros projetos para derrubar todas as exigências profissionais dos órgãos de classe, acho que cabe o debate. Não sei se é esse o interesse. Mas aqui, falando especificamente, eu acho e acredito que o professor de educação física é o único apto a dar uma aula de educação física. Por isso, eu me filio à posição do Senador Romário, entendendo que a valorização e a qualificação profissional é o que a gente deve buscar para o país e para o melhor das nossas crianças.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Senador Paim... Senador Carlos Portinho, muito obrigado pela sua fala.

Passo a palavra agora ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Eu agradeço, Sr. Presidente. Quero cumprimentá-lo em primeiro lugar.

E quero dizer, inclusive ao Senador Carlos Portinho, que nós estamos de fato discutindo a questão do professor de educação física, formado professor de educação física; então, não é o bacharelado, que pode ter um tempo menor. A pessoa faz as disciplinas didáticas depois e se torna professor de educação física. Então, nós só estamos falando desta pessoa; não estamos falando de pessoas que porventura deem aula de educação física não tendo a formação de professor de educação física.

Então, quando esse professor de educação física escolar vai para uma escola, seja ela municipal, estadual, particular, esse professor se subordina a regras rigorosas, boas, adequadas do Conselho Nacional de Educação, dos conselhos estaduais de educação e dos conselhos municipais de educação. Ele não pode fazer qualquer coisa. Inclusive, o Conselho Regional de Educação Física ou o Conselho Federal de Educação Física, ao qual eu quero prestar a homenagem, não têm qualquer tipo de interferência dentro de uma escola, dentro de um estabelecimento educacional, porque o estabelecimento educacional tem que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seguir as regras da educação – e são muitas, e são boas, e são adequadas. E nós estamos tentando cada vez mais melhorar essas regras da educação, e agora, então, esse debate pode acontecer.

Esses profissionais que estão numa academia, que estão fora, são *personal trainers* ou coisa semelhante, são profissionais de educação física, não são professores ou professoras; então, esses profissionais têm que ter o órgão fiscalizador, regulamentador, têm que ter alguém que fiscalize essa atividade. Mas, na área da educação, há muita gente fiscalizando, não é? Quer dizer, todo o planejamento pedagógico, político-pedagógico, Base Nacional Comum Curricular, tudo isto é educação. Pode acontecer o que for dentro de uma escola, não é o Conselho de Educação Física que vai interferir lá na escola. Há processos, não é? Há processos inclusive de demissão, de afastamento, de tudo isso, dentro da rotina legal, educacional. Então, não tem cabimento a gente dizer que vai ser fiscalizado ou que este profissional, para ser professor, fiscalizado pela educação, tenha que estar vinculado também ao conselho. Há essa opção do conselho, como a Senadora Rose de Freitas colocou muito bem. Há essa opção, a pessoa pode participar, é um direito optar por isso. Mas por que um direito? Porque, na verdade, não é o conselho que vai dizer o que vai acontecer dentro da escola. Quem vai dizer o que vai acontecer dentro da escola são os órgãos próprios da educação.

Nesse sentido, eu acho que o relatório da Senadora Rose de Freitas conduziu adequadamente esse debate, essa discussão. E temos que nos lembrar de que nós temos, no curso de Educação Física, bacharéis e licenciados. Bacharéis trabalham – até o licenciado, o professor pode ter uma academia também – e têm que, aí sim, se subordinar às regras do conselho. Mas dentro de uma escola municipal ou estadual ou particular, as regras são diferentes, são regras educacionais.

Então, quero parabenizar a Senadora Rose de Freitas pelo relatório e pela emenda também.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Senador Flávio.

Eu quero passar a palavra de novo para o Senador Portinho.

Por favor, Senador Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – É apenas pela ordem só para deixar claro que subscrevo o requerimento de destaque do Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terminando a discussão, esse requerimento de destaque, por ser de bancada, é recebido automaticamente e independe de votação.

Senador, com a palavra.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Quero falar daqui, inclusive de frente para os companheiros que estão nos visitando, para os professores da educação física.

Este debate aqui é muito importante para nós. Nós já estamos aqui há muito tempo para ficarmos nessa dualidade de jogar um Senador contra o outro, porque quem está a favor da emenda do Paulo Paim é contra os conselhos ou contra os profissionais de educação física, ou "porque nós somos mais a favor dos professores". Nós estamos há muito tempo aqui para entrarmos nessa dualidade, como estão tentando no debate aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Hoje nós vamos terminar, Senador.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Primeiro, é o seguinte: nós viemos de um tempo em que não se tinha liberdade nenhuma para se organizar no país. Na época da ditadura militar, quando tinha algum grupo de trabalhadores principalmente se reunindo, já aparecia a polícia para desorganizar essa reunião. Foi pela luta da liberdade sindical que foi se conquistando esse espaço de organização. Portanto, nós somos um dos primeiros a incentivar os trabalhadores a se organizarem a partir dos interesses das suas categorias, etc. Eu sou um operário gráfico. Foi a partir dessa luta de organizar a minha categoria que eu cheguei aqui, inclusive como Senador da República.

Então, nós somos pela liberdade e autonomia sindical. Por isso que, para falar diretamente para o conselho, nós não somos contra o conselho ou nós não somos contra a valorização profissional, como tentou dizer aí meu colega Portinho. Nós não estamos desvalorizando esse profissional ou desmerecendo o conselho, até porque – e eu tenho autoridade para dizer isso – o substitutivo que foi aprovado para criar o conselho foi da minha autoria, lá na Câmara Federal. O Senador Paulo Paim era o Presidente da Comissão do Trabalho, ele me nomeou como Relator, e eu criei um substitutivo a partir do projeto do então Deputado Eduardo Mascarenhas, do Rio de Janeiro. Então, nós aprovamos o conselho.

O problema não está entre o valor do Conselho de Educação ou o valor do Conselho de Educação Física, porque o conflito foi criado pelos dois. Então, para a gente não se posicionar a favor de um ou de outro, que nós respeitamos e têm valores, conforme já foi falado pelo Senador Flávio Arns, o cara que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está na... O professor – desculpem-me o "cara" – ou a professora que está dentro da escola têm uma orientação pedagógica a partir de ser professor, e apenas aquele que trabalha em educação física tem outra orientação. Mas todos são fiscalizados pelo bom profissional.

O que é que nós estamos colocando aqui, Presidente Romário? Também você se tornou um debatedor aqui, a partir da Presidência, e tem o direito. É que aqui nós estamos colocando o seguinte: é a liberdade que o professor ou trabalhador tem para não ficar brigando um com o outro, porque nem é esse o nosso papel. O nosso papel, pelo contrário, foi sempre unir a classe trabalhadora para defender os seus interesses. O que é que nós estamos colocando aqui? A liberdade, viu, Portinho? Você que é um liberal, nós não estamos colocando o fórceps, isso de ser obrigado a pagar os dois ou ficar só num ou noutro. Nós estamos dando a liberdade a este professor, profissional, que envolve duas profissões importantes e estratégicas. Estamos colocando a liberdade: "Eu prefiro pagar o conselho onde eu estou mais próximo, que é o do professor de educação". O outro: "Ah, não, eu prefiro pagar o conselho da educação física ou do professor da educação física porque eu estou mais próximo da atividade física, etc.". Essa é a questão. Por essa sociedade é que nós sempre brigamos, para não conflitar esses interesses como trabalhadores, como classe trabalhadora, viu, Portinho? É só para te provocar. Essa é uma questão de liberalidade, de autonomia, de liberdade sindical.

Então, nós somos favoráveis à emenda. Não venham dizer que a gente não entrou para poder buscar um consenso ou uma negociação entre vocês. Mas não foi possível, e nós estamos buscando a saída, que é aquilo que a gente aprendeu na vida parlamentar, na vida democrática do nosso país.

Portanto, sou favorável à emenda e encaminho que seja favorável.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Senador Paulo Rocha.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório sobre o texto base do projeto, ressalvada a Emenda nº 3.

O Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, favorável ao texto-base do projeto.

Em respeito à transparência e à colegialidade da Comissão, submeterei a emenda destacada, de ofício, à votação nominal.

Em votação a Emenda nº 3, destacada. A votação é nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Por favor, Srs. Senadores e Sras. Senadoras...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente! Presidente, só um minuto!

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não vai defender a sua emenda, o seu destaque, Presidente?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Exa. tem que dar o espaço para o debate do destaque, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O debate do destaque ficou... Quando o Senador Portinho assume como Líder da bancada, cai o destaque.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Caiu o destaque? Então, não vota.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Caiu o meu requerimento. Caiu o meu requerimento!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Cai a discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Caiu a discussão. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – No caso do requerimento. Desculpa!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Exa. é um democrata.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Cem por cento!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Assim eu entendo. É meio inédito que, em uma matéria com que nós concordamos, que aprovamos por unanimidade, simbolicamente – é a regulamentação do profissional de Educação Física –, haja um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destaque inclusive em cima da minha emenda e que eu não tenha o direito de defender para que continue no texto original...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – V. Exa. tem todo o direito, pode continuar defendendo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora melhorou! Agora melhorou, Presidente! Agora melhorou! Muito bem!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só que nós vamos botar para votar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas com certeza, Presidente! V. Exa. pode acreditar...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – V. Exa. quer continuar defendendo mais uma vez?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou falar agora, eu vou falar da emenda que foi destacada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O.k.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se a emenda foi destacada, ela não entrou no corpo principal. Se ela não entrou no corpo principal, ambos os lados têm o direito de defender contra ou a favor. É o mínimo de democracia que eu aprendi, e estou aqui desde a Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas, na verdade, eu entendi que a fala de V. Exa. já estava defendendo sua emenda.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, não! Estava defendendo a aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, por favor, V. Exa. está com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, eu esclareço agora, Presidente, com aquela paciência que é de todos nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É claro, sem nenhum problema!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – O que eu defendi aqui, com muito carinho, foi a aprovação – e que bom que o Plenário assim entendeu –, por unanimidade, do brilhante relatório feito pela Senadora Rose, que dialogou, conversou e apresentou um relatório depois de ouvir a todos, garantindo a emenda de nossa autoria, que torna facultativo, ou não, você se registrar junto ao conselho.

Essa foi a defesa que eu fiz primeiro. Agora, houve um destaque do nosso querido amigo Portinho, endossado por V. Exa., que extraiu do texto aquilo que a Senadora Rose havia assimilado e lá colocado e que é a visão de todas essas entidades que eu aqui registrei. Ninguém tem dúvida quanto a isso.

Então, neste momento, eu quero defender que a nossa emenda continue no texto. Quando V. Exa. destaca, V. Exa. a retirou do texto. Eu quero que ela continue no texto. V. Exa., naturalmente, e o Senador Portinho vão fazer a defesa pela exclusão dessa parte do relatório da nossa querida e competente Senadora Rose de Freitas.

Então, para todos os Senadores que nos estão ouvindo neste momento, eu quero, mais uma vez, insistir que eu não sou nem autor, nem Relator desse projeto; eu apenas fui convocado por inúmeros Senadores e Senadoras – fui convocado – para colaborar na construção de uma alternativa aos profissionais de Educação Física. Eu sou um homem que acredita muito no diálogo e, por isso, estou aqui até este momento.

Presidente, Senadores e Senadoras, não há nenhuma dúvida de que os professores da educação formal... Estou falando dos professores de Educação Física. Não há dúvida de que os professores da educação formal já se submetem – ninguém discorda disso – à fiscalização dos conselhos de educação nos três níveis, federal, estadual e municipal. Eles já são fiscalizados.

Mas esclareço... Parece que alguns têm dificuldade para entender. Então eu vou dar aqui o carinho e o respeito a todos que nos estão ouvindo. Eu sei que os Senadores também entenderão. No sentido de esclarecer, eu falo: a educação formal é aquela desenvolvida exclusivamente na escola – é desses que eu estou tratando – em conteúdos determinados pelo Ministério da Educação e, como disse o Senador Flávio Arns, que foi Secretário de Estado nessa área, pelas Secretarias de Educação. Ficam aqui também meus elogios ao brilhante Senador Flávio Arns.

Senadores e Senadoras, ninguém é contra a regulamentação da atividade de educação física.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se eu viajar ao passado, eu vou lembrar que, quando cheguei aqui, o Deputado Federal Mascarenhas, que já faleceu, pediu muito que eu colaborasse com esse projeto, e assim o fizemos junto com Paulo Rocha. E por isso ele virou lei, mas tinha um vício de iniciativa.

Entendo, senhores e senhoras, que precisamos fazer a diferença entre os profissionais de licenciatura em Educação Física e os bacharéis – repito, profissionais de licenciatura em Educação Física e bacharéis –, como fez o Conselho de Química e o Conselho de Física.

Eu tenho uma lista enorme aqui, mas não vou cansar vocês. Não vou ler toda a lista que eu tenho aqui. É esta lista aqui ó! Estão vendo? É dos dois lados. Aqui estão todas as categorias que têm a mesma visão que nós temos. Esses não são da Educação Física, mas eles estão receosos, porque serão chamados, a partir desse precedente, para serem enquadrados em outras categorias. Está aqui! Depois eu mostro para todos vocês. Não vou ler porque é cansativo. A letra é bem pequena, e são quatro lados de páginas.

Vamos em frente!

Os profissionais formados em licenciatura têm como objetivo educar e formar profissionais para o ensino e para educar. Os bacharéis – para não ficar dúvida – são formados para atuarem como gestor esportivo, pesquisador, empreendedor, treinador, profissional de recreação, atividade física e saúde. Estou falando sempre da educação física. A atividade dos professores de Educação Física é despertar – e por isso o meu carinho por todos eles – o interesse dos alunos para as atividades corporais, ensinar regras desportivas, incentivar a prática das mais diversas modalidades do esporte. A atuação do bacharel, de novo, vai além: presta serviços fora da educação formal, em academias, hospitais, centros comunitários, indústrias e vários outros locais. São diferenças marcantes.

Para resolver o impasse entre os professores que pediram essa emenda e o conselho, intermediei, inclusive, três encontros com o objetivo do acordo.

Há o texto do projeto, com a inclusão de todos os professores, e a Emenda nº 2, apresentada por mim, que exclui os professores da educação formal.

Enfim, a mais próxima ao entendimento foi a Emenda 3, que foi apresentada e acolhida pela Senadora Rose, que torna facultativa a filiação dos professores que atuam na educação formal.

Repito: a Emenda 3, que foi apresentada na tentativa derradeira de acordo, torna facultativa a filiação dos professores que atuam na educação formal.

Pelo que percebi, a questão mais relevante é que a alteração promovida fará com que o projeto retorne à Câmara dos Deputados. Por isso, eu insisto no que eu já falei: o Supremo Tribunal Federal disse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que dará dois anos para se atualizar a lei dentro daquilo que nós estamos aqui defendendo. Assim, não há qualquer temor. Temos prazo para alterar o texto, fazer os ajustes necessários e aguardar, enfim, a votação na Câmara e a sanção pelo Presidente.

Todos nós, Presidente Romário, somos sensíveis à urgência da matéria, porque, quanto mais rápido regulamentar, melhor. Por isso, aprovamos o texto por consenso.

Há concordância dos Senadores e Deputados de que havia vício de iniciativa.

Ressalto que o projeto apresentado pelo Governo teve a sua abrangência ampliada na Câmara dos Deputados.

Não estou fazendo crítica ao Governo – todo mundo sabe que eu sou oposição ao Governo –, mas, quando o Governo mandou para cá, não tinha essa amplitude que agora tem. Então não estou aqui criticando o Governo Bolsonaro. Olha que é difícil eu falar essa palavra, mas falei! É difícil eu falar. Não gosto de falar essa palavra, mas falei.

O projeto apresentado pelo Governo teve a sua abrangência ampliada na Câmara dos Deputados, não veio do Governo assim. Embora o texto atual não mencione o termo "professores" e não liste carreiras específicas, sabemos que foram incluídos no texto original os profissionais que comprovadamente tenham exercido atividade própria dos profissionais de Educação Física e os egressos de cursos superiores de tecnologia conexos à Educação Física. Isso foi incluído na Câmara.

Profissionais que nos estão ouvindo no Brasil todo neste momento, uma vez aprovado aqui, olhem o que diz: "[...] e os egressos de cursos superiores de tecnologia conexos à Educação Física".

Acho que não é essa a sua vontade, Senador Romário, como não é a dos Senadores e Senadoras.

Com isso, a filiação abrange diversas áreas, inclusive os profissionais de dança, capoeira, ioga, Pilates, etc., aumentando significativamente o projeto enviado pelo Governo.

E o Senado aqui quer ficar fiel à proposta original, que era a de regulamentar, porque tinha vício de iniciativa.

Coerência, coerência e coerência!

Nesse sentido... Estou terminando, Presidente. É só mais um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Fique à vontade, sem problema!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em mais um minutinho, terminarei, Sr. Presidente.

Nesse sentido, não vejo problema em tornar facultativa a filiação dos professores da educação formal, já que são fiscalizados, como aqui eu discorri, por outros órgãos.

Em nome de todos os professores... Eu não quero aqui dizer – eu poderia usar isto de uma forma que eu acho até inadequada – que são mil, dois mil, três mil, um milhão, dois milhões, três milhões. Daqui a pouco, alguém vai dizer: "Não tem nem o número de professores de Educação Física!". Há esse número listado, pelos números que são citados aqui. Mas as entidades representam, entidade municipal, estadual, nacional, como aqui eu já li.

Enfim, em nome de todos os professores, peço apoio para que possamos aprovar a redação dada à Emenda 3 pela nobre Senadora Rose de Freitas, que torna simplesmente facultativa a filiação dos professores que estão na educação formal. É uma medida sensata, adequada, equilibrada, que resolveria o problema de todos nós. Poderíamos, assim, formar no voto o grande acordo, que nós não conseguimos formar só no diálogo entre as partes envolvidas.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Finalizou, meu amigo? (*Pausa.*)

Amém!

Em votação a Emenda nº 3.

Quem vota "sim" vota a favor da emenda. Quem vota "não" vota contra a emenda.

Votação nominal aberta!

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A Senadora Rose de Freitas está com a palavra.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Para encaminhar. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, antes de encaminhar, carece que V. Exa. esclareça se V. Exa. apresentou um pedido de destaque supressivo da emenda que eu acatei no relatório. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É um destaque para votação em separado, para ser contrário à emenda supressiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. *Por videoconferência*.) – Se é contrário, vai suprimi-la, dado o tempo em que ela já se encontra no texto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Exatamente isso.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. *Por videoconferência*.) – Está esclarecido, Sr. Presidente.

Mas eu peço que a votação seja bem esclarecida.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso!

Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Quem vota com a emenda da Senadora Rose vota "sim".

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, paciência! Paciência!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Está tudo bem esclarecido, Senadora.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. *Por videoconferência*.) – Mas se eu tiver dúvida, não está. Se outro Senador tiver, não estará.

Então, eu confio no talento de V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pelo que eu estou vendo, apenas V. Exa. tem dúvida, porque aqui foi tudo muito bem esclarecido e está sendo como sempre tem que ser.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. *Por videoconferência*.) – Senador Romário...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senadora, aqui quem preside esta Comissão sou eu.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. *Por videoconferência*.) – Senador Romário... Estou sabendo, Senador Romário!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, a gente vai continuar...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. *Por videoconferência*.) – Nós somos colegas. Já fui relatora de vários projetos de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E eu de V. Exa. A senhora só não pode querer presidir a Comissão que eu estou presidindo.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. *Por videoconferência*.) – Apenas eu perguntei...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas, fora isso, está tudo certo.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. *Por videoconferência*.) – Não posso o quê?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Querer presidir a Comissão, porque o Presidente sou eu.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. *Por videoconferência*.) – V. Exa. está sendo agressivo com uma companheira.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, pelo contrário! Eu estou sendo agressivo com a senhora? Não!

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. *Por videoconferência*.) – Eu estou apenas usando a expressão... A expressão de que é uma emenda...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não. A senhora está dizendo que as coisas não estão sendo esclarecidas. Aqui está sendo tudo muito claro.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. *Por videoconferência*.) – Eu não disse nada disso, Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Todo mundo teve o seu tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. *Por videoconferência*.) – V. Exa. não vai arranjar confusão comigo, porque eu não sou de confusão! Por favor!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas nem eu sou de confusão, neste momento, agora, não.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. *Por videoconferência*.) – Apenas eu queria que fosse dita a palavra, se é supressiva. V. Exa. já esclareceu. Estou muito satisfeita. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então é isso, estamos de acordo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, só para ajudar...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Desculpa qualquer coisa, Senadora.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para ajudar...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Minha querida Senadora Rose de Freitas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, só para ajudar no encaminhamento, para ficar bem claro, aí cada um vota com a sua consciência.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador, mais claro? Já está tudo claro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, você sabe muito bem: entre o "sim" e o "não", sempre se tem dúvida; nós temos dúvida seguidamente aqui.

Então eu quero só reafirmar, com V. Exa.: quem vota "sim"...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vota com a emenda de V. Exa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De V. Exa. e da Relatora, que foi a emenda que a Relatora acatou.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É isso aí.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, voto "sim, vota com a Senadora Relatora Rose de Freitas.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Exatamente. (*Pausa.*)

Senador, com a palavra.

O SR. FABIO GARCIA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. Para discutir.) – Senador Romário, só para contribuir com a discussão aqui, já que eu já fiz meu voto e não quero atrasar ainda mais essa votação, quero dizer que entendo que a gente já cumpriu, na votação anterior, simbólica, o objeto principal deste projeto: que a gente regulamentasse, na verdade, o exercício das atividades profissionais através da criação da autonomia administrativa e financeira dos conselhos estaduais e federais de educação física, pelo vício de iniciativa que havia anteriormente e pelo risco, na verdade, de a gente ter questionamento com relação a esta importante atribuição dos conselhos.

A emenda em questão, na minha percepção, enfraquece o objeto principal deste projeto, já que, quando ela faculta a inscrição de profissionais nos conselhos, ela, na verdade, deixa uma lacuna para qual é de fato o conselho que tem capacidade e conhecimento para fiscalizar o exercício de importante profissão. Fica, portanto, nesse contexto, uma lacuna enorme, porque, talvez aí, o profissional poderia exercer a profissão sem, na verdade, participar do conselho... (*Pausa.*)

Só porque está...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Silêncio aí para o Senador Fabio finalizar, por favor.

Com a palavra, Senador.

O SR. FABIO GARCIA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Obrigado, Senador.

Então, vou só finalizar.

Entendo, na verdade, então, Senador Romário, que a Emenda nº 3 aqui, destacada para que a gente possa votar, na verdade, abre uma lacuna importante no objeto principal do projeto. Até porque, com sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovação, não ficaria claro que os profissionais de educação física seriam, na verdade, regulamentados e seriam acompanhados por qual conselho apto a fazer esse importante exercício, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FABIO GARCIA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Só um minuto, Senador Paim, vou só finalizar, aí o senhor pode...

Portanto, acredito que ela tem um objeto muito mais amplo do que simplesmente debater a questão de pagamento. E se for fazer esse debate com relação a pagamentos, a contribuições aos conselhos, eu acredito que esse debate cabe – e cabe, sim, a esta Casa fazê-lo –, mas quanto a todos os conselhos que existem, de todas as profissões, não somente na questão da educação física.

Portanto, Senador Romário, eu fico com o objeto principal da pauta, que era a gente poder vencer esse vício de iniciativa, trazer segurança jurídica para que os conselhos possam exercer o importante papel de poder acompanhar e fiscalizar o exercício dessa nobre profissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Senador Fabio Garcia.

Vou encerrar a votação. (*Pausa.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Encerrada a votação. (*Pausa.*)

Com a palavra a Senadora Rose.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Estou aqui com meu telefone na mão. Entrei para votar, imediatamente o meu voto incluiu o voto "não". Tentei apagar o voto "não", e não estou conseguindo. E quero registrar aí, para efeito de votação, que meu voto é "sim". Já pedi à Mesa, à Secretaria para observar o que aconteceu nessa votação.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas V. Exa. registrou o voto. Só para V. Exa. entender...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. *Por videoconferência*.) – Hã? Eu não registrei o voto, Sr. Presidente. Eu não votei.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – V. Exa. não votou.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. *Por videoconferência*.) – Não votei porque estou tentando...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Agora votou. Agora votou. Apareceu.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. *Por videoconferência*.) – Eu não votei, Sr. Presidente. Eu não toquei no meu telefone.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A senhora pediu para ser registrado o voto "sim", foi registrado.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. *Por videoconferência*.) – Sim, eu pedi a V. Exa., mas quero dizer...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Está registrado, Senadora. Muito obrigado.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. *Por videoconferência*.) – Isso não é possível.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Rejeitada a emenda.

O parecer da Comissão é favorável ao projeto e contrário às Emendas nºs 2 e 3. (*Palmas.*)

A matéria vai a Plenário.

Vamos dar continuidade. Item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 4552, DE 2020

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Insere artigo nas Disposições Finais e Transitórias da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir, nas condições que especifica, o parcelamento de dívidas trabalhistas em execução judicial, em função dos problemas causados pela emergência de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19), de que trata a Lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Autoria: Senador Chico Rodrigues (DEM/RR)

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1, nos termos de subemenda que apresenta.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Registro a apresentação do Requerimento nº 40, de 2022, da CAS, de autoria do Senador Paulo Rocha para a realização de audiência pública para a instrução da matéria, com base no art. 93, inciso I, do Regimento. Ressalto que a deliberação do requerimento incidental ao projeto e prejudicial à discussão de mérito é obrigatória.

A votação é simbólica.

Concedo a palavra ao autor do requerimento para a leitura ou eventuais considerações a respeito.

Senador Paulo Rocha.

Coloco o requerimento em discussão.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O Relator tem prioridade de falar.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Presidente, eu concedo ao Senador Paulo Rocha a palavra para a defesa do seu requerimento; e depois, se for o caso, a gente faz aqui a leitura do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, em tempo de problemas econômicos da economia do nosso país, em tempo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de desemprego... O trabalhador, quando bate na porta da Justiça do Trabalho, vai com a avidez de justiça, de buscar os seus direitos. Esse tipo de ação não é contra o bom patrão, que paga todos os direitos, mas é contra aquele que quer sonegar os direitos dos trabalhadores. Imagina um trabalhador que, ao final, ganha e ainda tem que parcelar em 60 meses os seus direitos conquistados, que a Justiça já deu. Então, isso não é justo, não é coerente.

Portanto, respeitando qualquer posição em contrário, a forma de a gente aprofundar nisso é exatamente pelas audiências públicas, que estão sendo reivindicadas por um conjunto de entidades que têm a ver com os processos judiciais da Justiça do Trabalho principalmente, os próprios juízes, a Anamatra, estão pedindo isso.

Por isso, eu requeiro a audiência pública, com todo respeito ao meu colega e companheiro Zequinha Marinho, que é o Relator, mas a gente atende uma legislação mais adequada para os trabalhadores e principalmente para aqueles mais necessitados exatamente fazendo esse debate.

Imagina, Sr. Presidente: um trabalhador vai reclamar auxílio de alimentação; a Justiça do Trabalho lhe dá, mas no final isso tem que ser parcelado em 60 meses, cinco anos. Se ele já está com dificuldade de fome, imagina esperar cinco anos.

Essa é a justificativa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Senador Paulo Rocha.

Senador Zequinha Marinho com a palavra, por favor.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA. Como Relator.) – Presidente, é importante lembrar que quem participou do debate sobre este projeto de lei o apoia, o acolhe, porque ele trabalha os dois lados: a empresa e o trabalhador, e, principalmente, que esse não é um negócio eterno, é uma questão voltada para o período da pandemia até dez meses após o final do decreto.

A Frente Parlamentar do Empreendedorismo trouxe o seu apoio, a Frente Parlamentar do Agronegócio trouxe o seu apoio, a CNI trouxe o seu apoio, a Frenlogi também trouxe o seu apoio e a Confederação Nacional de Transportes do mesmo jeito, porque, quando se trata de um projeto que beneficia apenas um lado, isso se torna injusto na balança, mas, quando um projeto se preocupa com ambos os lados, com a sobrevivência não só do empregador, mas também do empregado, a justiça já está estabelecida nessa situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todavia, claro, V. Exa. submeterá à apreciação do Plenário o requerimento do Senador Paulo Rocha para a aprovação ou não, mas, neste momento, de tudo que já ouvimos, a única posição em contrário ao projeto é exatamente a solicitação do Senador, colocando aí, claro, suas considerações iniciais.

O projeto não é injusto, o projeto é muito equilibrado, o projeto salvaguarda a vida da empresa, assim como também do trabalhador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Professor...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Paulo Paim com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Nosso querido amigo Senador Zequinha Marinho – o autor é o Chico Rodrigues, também nosso parceiro, companheiro aqui de jornada –, e, Presidente, eu queria entrar na linha da audiência pública. Aqui, neste momento, não vai nenhuma posição sobre ser contra ou a favor, mas uma preocupação, como tivemos com o projeto dos profissionais de educação física – e olha que fizemos reuniões, houve audiência pública, e o painel mostrou oito a nove, numa demonstração de que houve empate técnico, Presidente – empate técnico: oito a nove. Estão de parabéns todos aqueles que participaram democraticamente, como V. Exa. colocou, durante todo o período, desse debate. Foi oito a nove. Eu vou guardar isso. Estou fazendo a biografia, vou botar isso na biografia.

Mas, Presidente, voltando ao tema, a Anamatra nos mandou um documento. Ela mostrou preocupações, viu, Senador? Ela pediu que nós realizássemos uma audiência pública. Conforme a entidade, o crédito trabalhista possui natureza alimentar, pois a maior parte desse valor diz respeito a salários e a outros encargos relacionados ao vínculo empregatício. Nesse sentido, é imperioso que os créditos oriundos de execuções – repito: de execuções – de débitos trabalhistas... Eles são necessários para a vida, para a subsistência do credor e dos seus dependentes, por isso nós não vamos nem fazer aqui uma defesa mais profunda. E tenho certeza de que V. Exa. botará em votação o requerimento para que a gente, então, possa, numa audiência pública, ouvir, querido Senador, que também eu tenho certeza de que vai concordar, a CNI, a CNA, a Fiesp, lá no meu estado a Fiergs, todas entidades, as centrais sindicais, CUT, CGT, UGT, enfim, são 12 centrais sindicais. Mas que a gente possa ouvir as partes. Vamos escolher, naturalmente, seis a favor, seis contra... Não é nem contra nem a favor, mas escolher pessoas que venham debater o tema para caminharmos, quem sabe, com alguma emenda de texto, e chegar a um entendimento.

É isso, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Senador.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco o requerimento em votação.

Os Senadores e as Senadoras que... (*Pausa.*)

Senador Chico Rodrigues, por favor, com a palavra – desculpe, Senador.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - RR. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidente Romário, campeão, orgulho do Brasil e da torcida brasileira, nosso futuro Senador pelo Rio de Janeiro, esse é um projeto extremamente relevante.

Nós entendemos que, nesse momento da pandemia, houve uma judicialização quase que coletiva. E esse parcelamento das dívidas trabalhistas obviamente poderia ser prorrogado, no nosso entendimento, por dois anos após declarado o final da pandemia.

Então, eu entendo, e obviamente sem questionar a manifestação do nobre Senador Paulo Rocha, que nós poderíamos de pronto votar esse projeto. Ele seria fundamental, Senador Paulo Rocha. Entendemos que é uma forma de garantir aos empresários, mas, ao mesmo tempo, de (*Falha no áudio.*) ... aqueles que estão na dependência desse período da pandemia, em que houve praticamente uma desidratação da economia brasileira.

Então, eu gostaria de solicitar a V. Exa. e aos demais Parlamentares que compõem esta Comissão que nós pudéssemos já votar o projeto para ele seguir adiante, porque na audiência pública e no Plenário, principalmente, nós poderíamos repetir ou subscrever, melhor dizendo, essa demanda do Senador Paulo Rocha.

Portanto, eu gostaria de pedir aos meus nobres pares e a V. Exa., nobre Senador Romário, pelo seu poder de convencimento, que seria interessante que nós já pudéssemos adiantar essa matéria, que é fundamental para garantir aos trabalhadores, mas também, ao mesmo tempo, garantir aos empresários essa prorrogação de prazo para que pudessem fazer os seus parcelamentos das dívidas trabalhistas.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado pela participação, Senador Chico Rodrigues.

Ninguém mais para discutir? (*Pausa.*)

Senadora Zenaide.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Eu só queria dizer, Sr. Presidente, que eu acho que a gente tem que fazer desse debate. Esta é uma Casa em que a gente discute. Você viu que agora a gente perdeu... A gente, não, eu é que defendi. Os professores de educação física deste país perderam.

Não custa nada, já que tem esse apelo da Anamatra, a gente fazer uma audiência pública. Eu acho que isso é muito razoável.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Senadora Zenaide. Só uma correção: os professores da educação física ganharam.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Já terminou. Presidente, já terminou!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, mas foi ela que que iniciou o assunto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Eu só estou dizendo que terminou o debate.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não havendo mais quem queira discutir, coloco o requerimento em votação.

Os Senadores que o aprovam – votam a favor do requerimento – permaneçam como se encontram, como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA. Pela ordem.) – Presidente, gostaria de solicitar a apreciação do item de nº 8, já que a gente vai deixar para a próxima o nº 6.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Item 8.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 38, DE 2022

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5983/2019, que "regulamenta o exercício profissional de acupuntura".

Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)

Passo a palavra ao Senador Zequinha, para fazer a leitura do requerimento.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA. Para encaminhar.) – Presidente, o Senador Girão nos permitiu também assinar esse requerimento e ser coautor dele.

Eu acho importante que a gente debata aqui, em audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5.983, de 2019, que regulamenta o exercício profissional da acupuntura. Então é importante que se esclareça o máximo possível, numa audiência pública, a fim de que se possa avançar no sentido de que se possa também regulamentar a atividade da acupuntura no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Senador.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Primeiro, quero cumprimentar pela apresentação do requerimento...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Senador Paulo Paim, só antes de...

É sobre esse item aí, Presidente.

Eu conversei com o Senador Girão para que ele colocasse alguma representação, porque só ficaria... Ele se dispôs, sem problema. Então, que fique registrado que podem surgir na audiência outras entidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ficará registrado, Senador.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Presidente Romário, eu solicito a V. Exa., se possível... É um requerimento também, um requerimento extrapauta, mas está na mesa.

Requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição e do Regimento do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater "O INSS e a proteção previdenciária".

Eu proponho convidar: representante do Ministério do Trabalho e Previdência, representante do Instituto Nacional do Seguro Social, representante da Associação Nacional dos Servidores Públicos, representante da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores, representante do Sindicato Nacional dos Auditores e representante da Pública Central, para discutir o INSS e a proteção previdenciária.

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Senador.

Consulto os Senadores sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 39, de 2022, da CAS, apresentado pelo Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)

EXTRAPAUTA

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 39, DE 2022

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater "O INSS e a proteção previdenciária".

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Flávio Arns com a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Agradeço, de novo, Sr. Presidente.

É o item 11 da pauta. Também é um requerimento. Nele requeremos audiência pública com o objetivo de debater a criação do Dia Nacional de Prevenção da Asfixia Perinatal. Inclusive, isso causa um número muito grande de pessoas com deficiência. Na sequência: paralisia cerebral, deficiência intelectual, auditiva.

Proponho, para a audiência, a presença dos seguintes convidados: Dr. Gabriel Variane, médico, especialista em asfixia perinatal, fundador do Instituto Protegendo Cérebros e Salvando Futuros; Dr. Maurício Magalhães, médico pediatra e neonatologista, Chefe do Serviço de Neonatologia do Departamento de Pediatria da Santa Casa de São Paulo e Professor da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo; e também um representante do Ministério da Saúde.

É um tema muito importante, inclusive dentro do debate que V. Exa. sempre faz também, relacionado à prevenção da área de deficiências e promoção da saúde.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Senador.

Não é o item 11; é o item 7.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 36, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a criação do Dia Nacional de Prevenção da Asfixia Perinatal.

Autoria: Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR)

Já foi lido pelo Senador Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2183, DE 2019

- Não terminativo -

Institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a comercialização da produção e da importação de refrigerantes e bebidas açucarados (Cide-Refrigerantes), e dá outras providências

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Favorável ao Projeto, com o acolhimento parcial da Emenda nº 2 na forma de cinco emendas que apresenta, e contrário à Emenda nº 1-T.

Observações:

1- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

2- Em 09/05/2022, a Senadora Leila Barros apresentou a Emenda nº 2.

3- Em 23/05/2022, a Senadora Zenaide Maia apresentou Relatório reformulado.

Concedo a palavra à Senadora Zenaide Maia para a leitura do relatório.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu queria pedir licença para ir direto à análise. Esse é um tema que já foi debatido, foi retirado de pauta. Posso ir direto à análise?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim, por favor.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – De acordo com o disposto no inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, compete a esta Comissão opinar sobre matérias que digam respeito à proteção e defesa da saúde, bem como à inspeção e fiscalização de alimentos.

Com relação aos aspectos formais, concluímos que o projeto em análise não apresenta inconformidades de constitucionalidade, de juridicidade, de técnica legislativa ou de regimentalidade.

Em relação ao mérito, de fato, o Brasil vem registrando índices praticamente epidêmicos de sobrepeso e de obesidade. A pesquisa "Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico", de 2020, que avaliou amostra da população das capitais dos 26 estados brasileiros e do Distrito Federal, evidenciou que a frequência de excesso de peso e de obesidade em pessoas com mais de 18 anos foi de 57,5% e 21,5%, respectivamente. Ressalte-se que esses números vêm aumentando progressivamente a cada nova pesquisa realizada.

Na população infantil, a situação é também preocupante. O Atlas da Obesidade Infantil, publicado em 2019 pelo Ministério da Saúde, apresenta os números do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan) referentes às crianças atendidas nos serviços de atenção primária à saúde. Verificou-se que 18,9% dos menores de 2 anos de idade estão com excesso de peso, 7,9% têm obesidade e 32% consomem bebidas açucaradas. Entre as crianças de 2 a 4 anos de idade, 14,3% têm excesso de peso e 7,8% apresentam obesidade. Já para a faixa etária entre 5 e 9 anos, 29,3% estão com excesso de peso: 16,1% com sobrepeso; 8,4% com obesidade; e 4,8% com obesidade grave.

A preocupação com esse panorama epidemiológico deve-se ao fato de que o excesso de peso e, notadamente, a obesidade são reconhecidos fatores de risco para outras afecções potencialmente graves – como o diabetes *mellitus* do tipo II, doenças cardiovasculares e cânceres –, que respondem por significativa parcela da morbidade e da mortalidade, tanto no Brasil como no mundo. Resta claro, portanto, que a prevenção e o tratamento do excesso de peso são ações que, evidentemente, devem estar no rol de prioridades das políticas de saúde pública no país.

Sabe-se que o excesso de peso tem causa multifatorial e, *grosso modo*, é reflexo da interação de fatores genéticos e ambientais, entre os quais se destaca a dieta hipercalórica, que é um comportamento alimentar fortemente associado ao consumo excessivo de refrigerantes e bebidas açucarados. Esses produtos são considerados "obesogênicos", pois contêm grande quantidade de açúcar, mas são desprovidos de valor nutritivo.

A associação causal entre o consumo desses produtos e o excesso de peso já foi evidenciada por vários estudos. Podemos citar, por exemplo, recente revisão sistemática de 30 estudos de coorte e de intervenção publicada no periódico *Obesity Facts*, ou seja, causas de obesidade, que mostrou inequívoca associação causal entre o consumo de refrigerante e os índices de obesidade em crianças e adultos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já dados publicados pelo Instituto de Efectividad Clinica y Sanitaria, da Argentina, evidenciaram que 12% dos casos de sobrepeso e 9% dos de obesidade infantil são atribuíveis ao consumo de bebidas açucaradas. Os resultados mostraram ainda que, no Brasil, o consumo dessas bebidas é responsável pelo excesso de peso em 2,21 milhões de adultos e em 721 mil crianças e adolescentes. Observou-se também que quase 17% de todos os diagnósticos de diabetes *mellitus* do tipo 2 podem ser atribuídos ao consumo dessas bebidas, o que representa 1,386 milhão de brasileiros ou mais de 81 mil novos casos por ano. Além disso, as bebidas açucaradas estão associadas a quase 425 mil casos de cardiopatias, doenças cerebrovasculares, insuficiência renal crônica, câncer, entre outras afecções.

No que tange aos impactos sobre o orçamento da seguridade social, o referido instituto estimou que o sistema de saúde brasileiro gasta, por ano, cerca de R$3 bilhões com o cuidado direcionado a doenças decorrentes do consumo de bebidas açucaradas, o que, segundo a entidade, representa 0,44% de tudo o que o Brasil investe em saúde por ano.

Note-se, portanto, que são robustos os dados da associação causal entre refrigerantes e bebidas açucaradas, excesso de peso e doenças de grande impacto sobre as taxas de morbidade e de mortalidade. Essa constatação fez com que a Organização Mundial da Saúde reconhecesse que as atuais evidências sugerem que a redução da ingestão de bebidas açucaradas pode ajudar a evitar o excesso de peso.

Isso se torna relevante pelo fato de ser significativamente elevado o consumo de refrigerantes no Brasil. Com efeito, a Pesquisa de Orçamentos Familiares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizada em 2017 e 2018, apontou que refrigerantes adoçados com açúcar representaram 21,44% das bebidas consumidas nos domicílios avaliados e que a participação desse produto no gasto com bebida foi de 17,41%, ou seja, esses dados mostram que, no Brasil, há excesso de consumo de refrigerantes, um produto que, como mencionamos, tem íntima relação com a situação epidêmica do sobrepeso e da obesidade.

Essa situação requer urgente intervenção do poder público, e uma das medidas que se pode tomar é exatamente a que pretende o projeto em comento: tributar esses produtos, de modo a desencorajar seu consumo.

Trata-se de iniciativa prevista no documento intitulado "Global Strategy on Diet, Physical Activity and Health", da Organização Mundial da Saúde, cujo rol de diretrizes para estimular a prática de hábitos alimentares saudáveis inclui a taxação de produtos hipercalóricos.

A Noruega foi a pioneira a tributar esses produtos, nos idos de 1981. Seguiram esse exemplo Chile, Equador, Peru, México, localidades norte-americanas, França, Portugal, Reino Unido, África do Sul, etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil, por sua vez, segue tendência oposta, já que, além de não tributar pesadamente os refrigerantes, concede aos segmentos de sua cadeia produtiva benefícios fiscais a nosso ver injustificáveis. De fato, segundo análise publicada pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, nos últimos anos, em função dos benefícios fiscais concedidos aos fabricantes, os refrigerantes foram tributados a uma alíquota efetiva negativa do Imposto sobre Produtos Industrializados, de 4%. Foi dado o esclarecedor exemplo: se determinado fabricante obtinha uma receita de R$100 milhões com a venda de refrigerantes, além de não recolher IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) aos cofres públicos, ainda acumulava R$4 milhões em créditos, que podia usar para compensar débitos de outros tributos ou de outros tipos de bebidas, inclusive para diminuir suas dívidas tributárias referentes a bebidas alcoólicas. Segundo a Receita Federal do Brasil, o valor total que deixou de entrar nos cofres públicos em cada ano chegou a R$2 bilhões!

Cabe ainda ressaltar que a efetividade da intervenção fiscal pretendida tem sido comprovada por vários estudos. Recentemente publicada na Obesity Reviews, uma meta-análise com revisão sistemática evidenciou que a tributação de bebidas açucaradas é, de fato, uma ferramenta eficaz para reduzir o consumo desse produto, sendo um componente importante das políticas de prevenção e tratamento do sobrepeso, da obesidade e do diabetes *mellitus*.

Ressalte-se, por fim, que, capitaneadas pela Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia e pela Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica, várias entidades subscreveram, em junho de 2021, documento no qual "manifestam publicamente posicionamento e solicitação de implementação de tributação específica para as bebidas açucaradas, urgentemente, visando à redução do consumo, e ao mesmo tempo, aumentando a arrecadação de recursos para financiar programas de saúde pública, como a promoção de uma alimentação saudável". Note-se que pleiteiam exatamente o que pretende instituir o projeto em comento.

Portanto, evocando, novamente, a obrigação regimental deste Colegiado de atuar na proteção e defesa da saúde, bem como na inspeção e fiscalização de alimentos, acreditamos que há razões suficientes para a urgente e necessária aprovação do projeto em análise.

Foram apresentadas duas emendas à proposição.

A Emenda nº 1-T, do Senador Luis Carlos Heinze, altera o §2º do art. 1º do projeto, para determinar que um terço do montante da Cide-Refrigerantes seja repassado aos estados e outro terço aos municípios, observada a destinação prevista no §1º do art. 1º do projeto. Em que pese a nobre intenção da iniciativa, julgamos que o processo de repartição de recursos no âmbito do Fundo Nacional de Saúde já ocorre de maneira devidamente pactuada entre todos os entes federados e de acordo com a situação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

epidemiológica de cada localidade. Assim, não vislumbramos benefícios concretos da eventual implementação da medida proposta na emenda, que somente aumentará a complexidade e os custos dos processos administrativos para a repartição de recursos e, portanto, configurar-se-á medida contraproducente. Por isso, embora reconheçamos a nobre intenção do seu autor, somos contrários à iniciativa.

Por sua vez, a Emenda n° 2, da CAS, da Senadora Leila Barros, amplia o escopo do tributo em comento para abarcar não somente bebidas açucaradas, mas também alimentos, ingredientes, aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia cujas quantidades de açúcares adicionados, gorduras saturadas ou sódio sejam elevados. Sugere, ainda, que metade da arrecadação da Cide-Refrigerantes seja transferida aos estados e ao Distrito Federal, para ser aplicada no financiamento de ações, programas e projetos esportivos e paradesportivos. Deste montante, 50% deverão ser destinados aos respectivos municípios, para serem aplicados, proporcionalmente, da seguinte forma: 50% por meio dos mesmos critérios de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios e os 50% restantes proporcionalmente à população, conforme apurada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Por fim, atualiza o nome da Receita Federal, qual seja, Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Em que pese a boa intenção da iniciativa, de ampliar o escopo do projeto de lei, julgamos que a Emenda n° 2-CAS muda demasiadamente o enfoque da proposição, que diante do amplo debate que o tema suscita, atém-se apenas às bebidas açucaradas, causa de sobrepeso e obesidade notadamente em crianças e adolescentes. Por esse motivo, denominou-se o tributo Cide-Refrigerantes.

Desse modo, essa proposta foge ao objetivo original do projeto, podendo, inclusive, consubstanciar obstáculo à sua aprovação.

Contudo, somos favoráveis que, em outra oportunidade, seja discutido pelo Parlamento a regulamentação do conteúdo de gorduras e de sal nos alimentos.

No que tange ao financiamento de ações, programas e projetos esportivos e paradesportivos, concordamos que a atividade física é uma medida de prevenção e de tratamento da obesidade, mas não é a única. Devemos lembrar que a obesidade é uma doença muito complexa. Sendo assim, o emprego de outras modalidades terapêuticas, isoladamente ou simultaneamente, é necessário para a se obter algum grau de eficácia.

Podemos citar, como exemplo, tratamento nutricional, medicamentoso – há vários medicamentos aprovados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), como orlistate, bupropiona/naltrexona e liraglutida –, psicoterapias, tratamento psiquiátrico, cirurgia bariátrica e balão intragástrico. Desse modo, julgamos que seria mais apropriado destinar o montante relativo a 20% da arrecadação com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cide-Refrigerantes para o financiamento de ações, programas e projetos esportivos e paradesportivos, nos termos da emenda abaixo.

Ademais, por questões técnicas e regimentais, vamos incorporar, na forma das emendas apresentadas ao final, as modificações propostas pela Emenda nº 2, da CAS, aos arts. 3º, 4º, 8º e 10 do PL.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.183, de 2019, pela rejeição da Emenda nº 1-T e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 2, da CAS, na forma das emendas abaixo, em atenção ao disposto no art. 230, III, do Regimento Interno do Senado Federal:

> EMENDA Nº - CAS
> Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei nº 2.183, de 2019:
> "Art. 1º .....
> §1º Do produto da arrecadação da Cide-Refrigerantes serão destinados, na forma da lei orçamentária:
> I – 80% (oitenta por cento) às despesas com ações e serviços públicos de saúde, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e em consonância com as diretrizes e objetivos do Sistema Único de Saúde (SUS);
> II – [...]".

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senadora Zenaide, desculpe cortar V. Exa., mas se V. Exa. entender que não tem necessidade de ler as emendas, a senhora pode dispensar a leitura. Fique à vontade.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – Ah, eu posso... Então, está dispensada a leitura das emendas.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – Pronto. Essas emendas... Esses artigos, continuo? Não. Só as emendas. Eu vou para o final.

> EMENDA Nº - CAS
> Dê-se a seguinte redação ao art. 3º do Projeto de Lei nº 2.183, de 2019:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Art. 3° A Cide-Refrigerantes tem como fatos geradores as operações realizadas pelos contribuintes referidos no art. 2° desta Lei, de importação e de comercialização, no mercado interno, de refrigerantes e bebidas açucarados.
....."
EMENDA N° - CAS
Dê-se a seguinte redação ao art. 4° do Projeto de Lei n° 2.183, de 2019:
"Art. 4° A base de cálculo da Cide-Refrigerantes é, na importação, o valor aduaneiro, e, na comercialização no mercado interno, o preço de saída dos produtos de que trata o art. 3° desta Lei, incluindo todos os tributos sobre eles incidentes."
EMENDA N° - CAS
No art. 8° do Projeto de Lei n° 2.183, de 2019, substitua-se a expressão "Secretaria da Receita Federal do Brasil" por "Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil".
EMENDA N° - CAS
Dê-se a seguinte redação ao art. 10 do Projeto de Lei n° 2.183, de 2019:
"Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1° de janeiro do ano imediatamente posterior ao de sua publicação ou após noventa dias desta, o que ocorrer depois."

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Senadora.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Senadoras e Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas n°s 3 a 7, CAS, e contrário à Emenda n° 1-T. A matéria vai à CAE.

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 177, DE 2020 (EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 688, DE 2015)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Determina que o Sistema Único de Saúde (SUS) ofereça tratamento de implante por cateter de prótese valvar aórtica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Contrário à Emenda oferecida pela Câmara dos Deputados e favorável à manutenção do Projeto nos termos enviados àquela Casa Legislativa.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Rocha para a leitura do relatório.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – É rápido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Se quiser dispensar o relatório, fique à vontade, Senador.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Como Relator.) – É rápido, Sr. Presidente.

O projeto é de iniciativa do Senado, do Senador Acir Gurgacz. Já foi motivo de debate, de aprofundamento nas Comissões do Senado, apenas nós vamos apreciar uma emenda feita na Câmara Federal.

O art. 1º da proposição determina que o procedimento de implante de prótese valvar aórtica, por meio de cateter, seja ofertado pelo Sistema Único de Saúde às pessoas acometidas por estenose da valva aórtica, desde que exista contraindicação ao tratamento cirúrgico convencional. A entrada em vigor da lei eventualmente originada está prevista para 180 dias após a data de sua publicação.

Aqui, Sr. Presidente, é um projeto de grande alcance humano e também da questão do papel da saúde pública do Brasil.

Em relação às alterações promovidas pela Câmara dos Deputados, pode-se afirmar que pouco inovaram em relação ao texto encaminhado pelo Senado, visto que a competência do Poder Executivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para regulamentar as leis está consignada no inciso IV do *caput* do art. 84 da Constituição. Quanto aos recursos orçamentários, parece-nos evidente que devem ser aqueles destinados aos procedimentos de média e alta complexidade, visto que o implante em questão é um procedimento de alta complexidade.

Ademais, esta Casa já se pronunciou no sentido de desburocratizar o orçamento da saúde pública, conferindo maior poder discricionário aos gestores, com a aprovação do Projeto de Lei Complementar n° 232, de 2019, que dispõe sobre a transposição e a transferência de saldos financeiros constantes dos fundos de saúde dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, provenientes de repasses federais.

No entanto, é nítido que a emenda da Câmara ora apreciada por este Colegiado vai na contramão da tendência de se evitar o engessamento dos orçamentos de saúde dos estados e municípios brasileiros, visto que vincula a realização dos procedimentos de implante de prótese valvar aórtica por meio de cateter a uma rubrica específica dos recursos do Ministério da Saúde.

Portanto, Sr. Presidente, em vista do exposto, o voto é pela rejeição da emenda oferecida pela Câmara dos Deputados e pela aprovação do Projeto de Lei n° 177, de 2020, na forma originalmente encaminhada pelo Senado Federal àquela Casa Legislativa.

É o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Senador Paulo Rocha.

Não havendo mais quem queira discutir... Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a construir o parecer da Comissão, contrário à emenda oferecida pela Câmara dos Deputados e favorável à manutenção do projeto nos termos enviados àquela Casa Legislativa.

A matéria vai à CAE.

Último item da pauta: requerimento extrapauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 41, DE 2022

Requer a inclusão do seguinte convidado por ocasião da realização de audiência pública "O INSS e a proteção previdenciária", nos termos do REQ 39/2022 de autoria do Senador Paulo Paim: Representante do Sindicato dos Trabalhadores do Seguro Social e Previdência Social no Estado de São Paulo.

Autoria: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)

Consulto os Senadores e as Senadoras sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 41, de 2022, da CAS, apresentado pela Senadora Zenaide Maia. (*Pausa.*)

Não havendo óbice, passo a palavra à Senadora Zenaide Maia para a leitura do requerimento.

Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para encaminhar. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, quero só incluir um representante do Sindicato dos Trabalhadores do Seguro Social e Previdência Social no Estado de São Paulo ao Requerimento nº 39, de audiência pública, do Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Convoco para o dia 31 de maio, terça-feira, às 11h, reunião extraordinária semipresencial desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Não havendo mais... Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos pela participação.

(*Iniciada às 11 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 34 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE MAIO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia quatro de maio de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Marcelo Castro, Esperidião Amin, Eliane Nogueira, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Rose de Freitas, Luis Carlos Heinze, Daniella Ribeiro, Mara Gabrilli, Lasier Martins, Marcos do Val, Soraya Thronicke, Roberto Rocha, Plínio Valério, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Omar Aziz, Mecias de Jesus, Vanderlan Cardoso, Carlos Fávaro, Jorginho Mello, Paulo Paim, Fernando Collor, Humberto Costa, Eliziane Gama, Weverton, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Randolfe Rodrigues e ainda dos Senadores não membros Paulo Rocha, Angelo Coronel e Acir Gurgacz. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Tasso Jereissati, Oriovisto Guimarães, Marcos Rogério, Telmário Mota e Rogério Carvalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta os §§ 7º, 8º, 9º, 10 e 11 ao art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre a responsabilidade financeira da União, corresponsável pelo Sistema Único de Saúde (SUS), na política remuneratória e na valorização dos profissionais que exercem atividades de agente comunitário de saúde e de agente de combate às endemias." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fernando Collor. **Relatório:** Favorável à Proposta, com uma emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à Proposta, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação. **ITEM 2 - Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Constituição Federal para elevar para setenta anos a idade máxima para a escolha e nomeação de membros do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, dos Tribunais Regionais Federais, do Tribunal Superior do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho, do Tribunal de Contas da União e dos Ministros civis do Superior Tribunal Militar." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Favorável à Proposta. **Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à Proposta. Vota vencido o Senador Esperidião Amin. **ITEM 3 - Projeto de Lei da Câmara nº 153, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta dispositivos à Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para dispor sobre a identidade profissional de Radialista." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (*Ad hoc*), que substituiu o Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com as alterações promovidas pela Emenda nº 1-CAS-CCT-CCJ, na forma da Subemenda nº 1-CAS-CCT, e com a Emenda nº 2-CAS-CCT. **Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS-CCT-CCJ, na forma da Subemenda nº 1-CAS-CCT-CCJ, e com a Emenda nº 2-CAS-CCT-CCJ. **ITEM 4 - Projeto de Lei nº 5284, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia), e 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para incluir disposições sobre a atividade privativa de advogado, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fiscalização, a competência, as prerrogativas, as sociedades de advogados, o advogado associado, os honorários advocatícios, os limites de impedimentos ao exercício da advocacia e a suspensão de prazo no processo penal." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Favorável ao Projeto com duas emendas de redação que apresenta e contrário às Emendas nºs 1 e 2. **Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto, com as Emendas de redação nºs 3-CCJ e 4-CCJ, e contrário às Emendas nºs 1 e 2. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/05/04

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 4.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem qualquer matéria por meio do aplicativo Senado Digital. Tem algumas observações que a gente faz de praxe do modelo de votação remota, em consonância com os atos do Congresso. Vou pular essa parte.

Enquanto a gente está aguardando o Presidente Collor, eu vou propor aqui uma inversão de pauta para nós votarmos o item 2 da pauta, que é a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, se houver concordância do Plenário para a inversão de pauta. Posso proceder?

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Inversão de pauta. Estamos aguardando o Senador Collor, Relator da matéria do primeiro item.

Passamos para o item 2.

ITEM 2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Constituição Federal para elevar para setenta anos a idade máxima para a escolha e nomeação de membros do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, dos Tribunais Regionais Federais, do Tribunal Superior do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho, do Tribunal de Contas da União e dos Ministros civis do Superior Tribunal Militar.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Favorável à Proposta.

O autor do projeto é a Câmara dos Deputados, o Deputado Federal Cacá Leão, do Progressistas da Bahia; o Relator da matéria é o Senador Weverton, do PDT do Maranhão. O relatório é favorável à proposta.

Concedo a palavra ao Senador Weverton, Relator da matéria, para proferir o seu relatório.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA. Como Relator.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, imprensa, aguardo aqui ansiosamente a chegada do nosso querido Presidente Fernando Collor, que é o Relator da PEC 9. Daqui a pouquinho ele irá ler aqui o seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje é um dia muito importante para os agentes comunitários de saúde do Brasil e para os agentes de combate a endemias e tenho certeza de que esta Comissão, importante Comissão presidida por V. Exa., irá dar essa resposta tão esperada para esses importantes profissionais. Então, daqui a pouquinho nós vamos estar analisando esse projeto importante de valorização dessa importante categoria, repito, assim como a Câmara dos Deputados no dia de hoje estará apreciando o projeto que trata da enfermagem. Nós já o apreciamos aqui no Senado e, hoje, a Câmara vai fazer a apreciação desse projeto importante para os nossos enfermeiros e enfermeiras. Então, está de parabéns o Congresso Nacional. Precisamos dar resposta a esses importantes trabalhadores e trabalhadoras que estão à disposição do nosso Brasil e provaram isso agora na pandemia, mais do que nunca, estando na linha de frente, ajudando as nossas famílias e toda a nossa sociedade.

Sr. Presidente, vem à deliberação desta Comissão de Constituição e Justiça, nos termos do art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32, de 2021, que tem como primeiro signatário o Deputado Cacá Leão, que altera a Constituição Federal para elevar para 70 anos a idade máxima para a escolha e nomeação de membros do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, dos Tribunais Regionais Federais, do Tribunal Superior do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho, do Tribunal de Contas da União e dos Ministros civis do Superior Tribunal Militar.

Eu queria pedir a esta Comissão... Como, na verdade, esta PEC é só um ajuste... Qual é o espírito dela? Fazer um ajuste na legislação. Quando nós aprovamos uma alteração da Constituição lá na Câmara dos Deputados e aqui no Senado há alguns anos, em 2105, foi feita a alteração do limite da aposentadoria compulsória, que subiu de 70 anos para 75 anos de idade, Presidente, e o ingresso nesses tribunais superiores tinha como limite os 65 anos. Então, naquele momento – falha nossa, do legislador ordinário –, nós não aumentamos junto. Se de 70 anos foi para 75, obviamente o limite para entrar, que era 65, deveria ir para 70. Então o espírito desta PEC é apenas fazer esse ajuste, de 70 anos de idade, para que ela possa acompanhar o que já vinha escrito na Constituição, que era a diferença desses cinco anos de idade. Então, é esse o espírito da PEC. O projeto veio praticamente acordado lá da Câmara dos Deputados, aqui também nós não tivemos nenhum tipo de óbice, até porque, repito, nós estamos fazendo apenas um ajuste na Constituição.

Então o parecer é favorável, e o submeto a esta Comissão, Presidente.

Peço aqui vênia para não ler tudo, porque o resumo dela, de forma objetiva, é esse.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – E já foi distribuído para os Senadores.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Já.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Colocamos em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo Senadores que queiram discutir, está encerrada a discussão.

Colocamos em votação o relatório apresentado pelo Senador Weverton.

Os Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, com o quórum de 18 Senadores.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável à proposta.

Informo ao Plenário que a matéria vai direto ao Plenário.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Presidente, eu gostaria de lhe pedir...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Vamos fazer...

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – ... urgência para essa matéria ir para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Ela vai direto...

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Como ela é simbólica, ela vai ser votada por acordo. Quero pedir ao Presidente Rodrigo Pacheco que a inclua...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Como não cabe urgência em questão de proposta de emenda à Constituição, ela vai obrigatoriamente direto para o Plenário, e aí o Presidente Rodrigo vai organizar o momento adequado para botá-la na pauta...

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – ... que pode ser, inclusive, nesta semana.

Há outro projeto que o Senador Weverton relatou. Eu queria colocá-lo, já que o Presidente Collor ainda não chegou, para a gente adiantar a pauta. É o item 4.

Eu queria consultar o Plenário se posso fazer novamente uma inversão de pauta, para aproveitar o Relator da matéria, que está presente.

Os Senadores concordam com a inversão da pauta? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sem objeção, está feita a inversão da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 5.284, DE 2020

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia), e 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para incluir disposições sobre a atividade privativa de advogado, a fiscalização, a competência, as prerrogativas, as sociedades de advogados, o advogado associado, os honorários advocatícios, os limites de impedimentos ao exercício da advocacia e a suspensão de prazo no processo penal.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: favorável ao Projeto com duas emendas de redação que apresenta e contrário às Emendas nºs 1 e 2.

Observações: *em 31/03/2022, foram recebidas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Carlos Portinho.*

O autor da matéria é o Deputado Paulo Abi-Ackel, e o Relator da matéria é o Senador Weverton.

Concedo a palavra ao Senador Weverton para proferir o seu parecer.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu apresentei aqui um extenso relatório, detalhando, artigo por artigo, as disposições do PL 5.284, de 2020. Por razão de economia e racionalidade dos trabalhos desta Comissão, eu peço licença para elencar sumariamente as alterações propostas na legislação por iniciativa da Câmara dos Deputados, no momento em que me limitarei a apontar em linhas gerais a matéria versada nesse projeto. Eu já disponibilizei todo o relatório.

Quero aqui pedir vênia ao colega Senador Portinho. Nós rejeitamos as Emendas 1 e 2 e fizemos aqui a devida explicação.

Então, eu mantive o relatório que veio da Câmara dos Deputados e o apresento aqui a esta Comissão, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Em discussão a matéria.

Temos apenas um Senador inscrito para discutir.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Houve apenas uma emenda de redação, mas foi simples. Ela também já está anexada ao meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Está bom, Senador Weverton.

Vou conceder a palavra ao Senador Esperidião Amin, que, para discutir a matéria, está no modo remoto.

Solicito que seja disponibilizada a manifestação do Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Agora estou sendo ouvido?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Perfeitamente, Senador!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Eu só queria lhe dar um bom-dia e me solidarizar com o senhor, porque eu acho que a abordagem do meu amigo Paulo Rocha foi mais para assédio do que para persuasão. Eu me solidarizo. Apesar da desvantagem física dele, ele partiu para o assédio. E eu sou solidário com toda pessoa que é injustamente assediada.

E quero dizer o seguinte: eu estou com a mão erguida desde antes da votação da proposta de emenda à Constituição e quero registrar o meu voto contrário. Só isso.

Mas já passou. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Obrigado.

Eu queria que a Secretaria da Comissão registrasse o voto contrário, na votação anterior, do Senador Esperidião Amin.

Eu peço perdão, Senador Amin. É porque o registro de V. Exa. chegou para discutir esta matéria, mas tudo bem. Foi um equívoco, mas já está registrado o voto contrário de V. Exa.

Continua em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – Tenho dialogado aqui com o nosso Relator sobre essa questão do Estatuto dos Advogados. Nós temos alguma observação, mas estamos entendendo a aprovação imediata e vamos nos reservar a levantar essa questão com possível emenda no Plenário. Uma é de redação, que é a questão do art. 17, que trata dos requisitos legais de vínculo empregatício. Nós queríamos que, em vez de ser "sem vínculo", houvesse uma redação de que "desde que não esteja cotejado nos presentes requisitos legais de vínculo empregatício", mas podemos continuar negociando a redação lá no Plenário.

No entanto, também tem o art. 20, que trata de jornada. Então, passa-se primeiro... Como os advogados também têm sindicatos, isso passaria também por uma negociação de jornada, o que também, Senador Weverton, Relator, passa por questão de redação, que eu acho que a gente pode aprimorar. V. Exa. é muito preparado e também muito compromissado com essas questões, então nós vamos dialogando nisso.

Vamos aprovar imediatamente, mas desde que haja essas saídas lá no Plenário, senão nós vamos fazer emendas, disputar emendas no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Está bem, Senador Paulo Rocha.

Obrigado pela manifestação e pelo apoiamento.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo Senadores inscritos, encerramos a discussão.

Colocamos em votação.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 3, da CCJ, e 4, da CCJ, e contrário às Emendas nºs 1 e 2.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal. (*Pausa.*)

Eu vou consultar o Senador Lucas Barreto ou o nosso Vice-Presidente Veneziano... Tem uma matéria em que solicitado pelo Líder Rogério Carvalho que a gente a incluísse na pauta. Não tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

polêmica nessa matéria, mas ele não está aqui, está numa viagem oficial. E ele também manifestou interesse e não objeção a que a gente nomeasse um relator *ad hoc*.

É o projeto que acrescenta dispositivos à Lei 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para dispor sobre a identidade profissional de radialista.

Eu consulto o Senador Veneziano se ele pode ser o relator dessa matéria.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu também sou candidato a relator *ad hoc*, Sr. Presidente. Como ele tem fala melhor, mais grossa, para radialista, eu posso ceder a ele. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu vou conceder pela fala, mas, amparado aqui no Regimento, o Dr. Ednaldo me informou que o Senador Paulo Rocha não é membro da Comissão, da CCJ.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sou Líder.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – E, como não é membro, não pode relatar esse tipo de matéria.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sou Líder. Sou Líder!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pode relatar como Líder? (*Pausa.*)

Não.

Regimento. Vamos mudar o Regimento. Vai dar tudo certo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Tem que dizer ao Senador Esperidião Amin que não é nada de assédio, é só uma reivindicação aqui, viu, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não! Não tem isso não. É intriga da oposição.

Projeto de Lei da Câmara...

O Presidente Collor chegou! O Relator aguardado pelo Brasil! (*Risos.*) (*Pausa.*)

Vamos fazer a leitura, a votação do item 3, para registrar que isso foi uma solicitação do Senador Rogério Carvalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou designar *ad hoc* o nosso Presidente Veneziano Vital do Rêgo.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 153, DE 2017

- Não terminativo -

Acrescenta dispositivos à Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para dispor sobre a identidade profissional de Radialista.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Favorável ao Projeto, com as alterações promovidas pela Emenda nº 1-CAS-CCT-CCJ, na forma da Subemenda nº 1-CAS-CCT, e com a Emenda nº 2-CAS-CCT.

Observações:

- A matéria foi apreciada pelas Comissões de Assuntos Sociais e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Em 11/2/2020 é aprovado o Requerimento nº 47, de 2020, solicitando o adiamento da discussão em Plenário para reexame das Comissões de Assuntos Sociais, de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e de Constituição, Justiça e Cidadania.

A matéria foi apreciada em reexame pelas Comissões de Assuntos Sociais e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e hoje estamos naturalmente na Comissão de Constituição e Justiça.

Concedo a palavra ao Relator *ad hoc* da matéria, Presidente Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Como Relator.) – Presidente, meus cumprimentos. Bom dia a V. Exa..

Da mesma forma, eu transmito e dirijo nossos cumprimentos matinais, nesta manhã, que é tão representativa de todos os temas e assuntos incluídos em pauta, notadamente aquele que haverá, em instantes, de ser trazido por S. Exa. ex-Presidente Fernando Collor de Mello, na condição de Senador, relatando a proposta legislativa que estabelece piso salarial aos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, Presidente, agradeço a V. Exa. pela incumbência a mim reservada de fazer a leitura e defender o relatório que foi construído pelo querido companheiro, Senador Rogério Carvalho, sem que antes pudesse – e assim o faço – dizer que ganharia mais brilho e contornos ainda mais bem fundamentados se pudesse, regimentalmente, ter a leitura do nosso companheiro Senador Paulo Rocha. Mas, na impossibilidade regimental, peço a V. Exa., anuindo também o Colegiado para que possa fazer já da análise a nossa leitura.

Nos termos do art. 101, I e II, do Regimento da Casa, deve esta Comissão se manifestar sobre a constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade, podendo, ainda, pronunciar-se sobre o mérito da proposição.

Compete à União legislar sobre registros públicos, não havendo óbices de natureza formal ao projeto em epígrafe, pois seu tema não faz parte das matérias legislativas reservadas à iniciativa exclusiva do Presidente da República, relacionadas no art. 61 da Constituição Federal.

A tramitação do projeto seguiu rigorosamente as regras regimentais, minhas nobres e meus nobres companheiros.

A técnica legislativa empregada está de acordo com a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

Quanto ao mérito, Presidente Davi Alcolumbre – como bem enfatizado pelo Relator, Senador Rogério Carvalho, nesta Comissão, quando de sua primeira análise –, é inconteste a admissibilidade, na ordem jurídico-constitucional vigente, de carteira profissional ter fé pública para atestar a identidade civil do cidadão, consoante prevê o inciso III do art. 2º da Lei 12.037, do ano de 2009, ao regulamentar o art. 5º da Constituição Federal.

No mais, alinhamo-nos com as considerações feitas pelas Comissões pretéritas, avaliando ser a proposição sob exame absolutamente pertinente e oportuna.

O nosso voto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Em razão do que nós expusemos, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PLC nº 153, de 2017, e, no mérito, por sua aprovação, com as alterações promovidas pela Emenda nº 1, da CAS, na forma da Subemenda nº 1, da CAS, e com a Emenda nº 2, da CAS.

Muito grato, Sr. Presidente.

Eis a nossa análise, o voto e o nosso pedido para que nós acompanhemos, no relatório, S. Exa. o Senador Rogério Carvalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Presidente Veneziano.

Feita a leitura do relatório, nós colocamos em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não temos Senadores inscritos para discutir a matéria. Vamos encerrar a discussão.

Está encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado *ad hoc* pelo Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório aprovado passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, a Emenda nº 1 da CAS, CCT e CCJ, com a Subemenda nº 1, da CAS, CCT e CCJ, e a Emenda nº 2 da CAS, CCT e CCJ.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Antes de nós iniciarmos o item 1 da pauta, eu queria cumprimentar todos os Senadores que foram a esta Presidência solicitar a inclusão na pauta dessa matéria que é importantíssima para o Brasil, especialmente porque trata dos nossos grandes agentes comunitários de saúde, agentes de endemias, estabelecendo uma aposentadoria especial, estabelecendo um piso nacional e também dando a oportunidade de eles receberem insalubridade nessa profissão tão importante.

Tive a honra de conversar com o Presidente Fernando Collor de Mello sobre esse assunto. Ainda Presidente da República, o Presidente Collor foi, lá atrás, o grande incentivador da criação dos agentes comunitários de saúde no Brasil. A sua regulamentação veio alguns anos depois, mas sob a liderança do Presidente Fernando Collor de Mello é que nós estabelecemos, no Brasil, a figura dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de endemias.

Eu recebi vários pedidos de vários Senadores e queria fazer esta manifestação em sinal de respeito e de carinho, sob a liderança do nosso ex-Presidente da República e Senador desta Casa, Fernando Collor de Mello. Fiz, com muito orgulho, a designação de V. Exa. para relatar essa matéria importantíssima para mais de 400 mil brasileiros que ajudam, todos os dias, nos rincões deste país, a salvar a vida especialmente daqueles mais humildes, dos mais necessitados do nosso país.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Então, é com muita honra, Presidente Collor, que esta Presidência decidiu indicar V. Exa. para relatar essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

matéria, sabendo da compreensão e da responsabilidade de V. Exa. E divido essa indicação com o meu colega Vice-Presidente, Senador Lucas Barreto, que apoiou integralmente, como Vice-Presidente desta Comissão, a indicação de V. Exa.

E aqui, nas pessoas do Senador Roberto Rocha, Senador Weverton, Senador Veneziano Vital do Rêgo e Senador Nelsinho Trad, quero me congratular com todas as Lideranças que acordaram que nós pudéssemos pautar essa matéria para a sessão de hoje, deliberarmos de uma vez por todas e incluirmos na Constituição brasileira as garantias dessas famílias, dessas pessoas que ajudam o nosso país, ainda mais num momento de pós-pandemia, em que eles todos foram fundamentais, assim como todos os profissionais de saúde, na proteção da vida dos brasileiros.

Então, é com muita honra que inicio a votação desta Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2022, aqui na CCJ.

Ela foi colocada como primeiro item da pauta pela sua importância e pela sua relevância. Nós fizemos a inversão da pauta pelas matérias que nós achávamos que poderíamos deliberar até a chegada do Relator da matéria, que estudou esse assunto profundamente.

Eu vou iniciar, fazer a leitura e vou conceder a palavra ao Líder Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para parabenizar V. Exa. pela sensibilidade de ter escolhido como Relator dessa matéria o eminente Senador ex-Presidente Fernando Collor. Não poderia recair em melhores mãos, porque foi através da sua luz, da sua iniciativa, do seu Governo, quando era Presidente da República, que essa categoria foi idealizada.

Eu gostaria, aproveitando a presença de todos, de solicitar o apoio de V. Exa., Presidente Davi Alcolumbre, para que a gente pudesse fazer uma gestão junto ao Presidente Rodrigo Pacheco, até para respeitar todos que vieram de vários locais, vários recantos do Brasil afora – e a gente sabe o quanto está difícil andar para lá e para cá, seja fretando ônibus, seja vindo de avião –, para que possa ser colocado na pauta do Plenário ainda hoje, respeitando toda essa categoria.

Era isso que eu queria colocar.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu concordo plenamente com a manifestação de V. Exa. e vejo que todos os Senadores têm feito a mesma solicitação.

Acho que a gente deveria encaminhar para o Presidente Rodrigo Pacheco, porque tem uma pauta previamente estabelecida e a gente vai precisar de um acordo para incluir na pauta, já que nós não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos no prazo 24 horas para inclusão de uma matéria como essa. Mas eu tenho certeza absoluta de que a sensibilidade do Presidente Rodrigo Pacheco e de todos os Líderes vai fazer com que a gente possa deliberar essa matéria em primeiro e segundo turno, ainda hoje, no Plenário do Senado.

Com a palavra o Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Antes de o senhor passar a palavra final, neste caso, para o Senador Collor, eu queria rememorar esse momento a que V. Exa. se referiu.

Quando o Senador era Presidente da República, eu estava aqui na planície já como Deputado. E eu não era daquelas oposições radicais ao agora colega e companheiro Collor, mas nós estávamos muito integrados nessas questões da preocupação dos movimentos sociais e, principalmente, desses setores que eram muito caros para a nossa saúde, principalmente lá nos rincões dos nossos estados.

Os ACS cumpriam um papel fundamental, principalmente ao final do SUS, porque eram usados como verdadeiros profissionais do sistema SUS, mas não tinham a valorização de profissionais. Foi a partir da iniciativa do Governo Collor, na época, a iniciativa de transformar os ACS realmente num instrumento fundamental do SUS para chegar às famílias brasileiras, e também com o Congresso Nacional sintonizado com essa política, que nós os transformamos em profissionais, verdadeiros profissionais. Foi então de uma iniciativa minha, inclusive, que eles transformaram em profissão os ACS, e isso os levou a se mobilizar para fazer essas conquistas que hoje, de novo, o Congresso Nacional está lhes deferindo na valorização não só como profissionais, como também merecedores de uma boa aposentadoria para o papel que eles cumprem na saúde brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Deixe-me fazer uma proposta. Temos vários Senadores inscritos e eu vou conceder a palavra na hora da discussão da matéria, porque aí todos os Senadores terão o tempo necessário após a leitura do parecer do Presidente Collor.

ITEM 1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2022

- Não terminativo -

Acrescenta os §§ 7º, 8º, 9º, 10 e 11 ao art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre a responsabilidade financeira da União, corresponsável pelo Sistema Único de Saúde (SUS), na política remuneratória e na valorização dos profissionais que exercem atividades de agente comunitário de saúde e de agente de combate às endemias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fernando Collor

Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda de redação que apresenta.

A autoria é do Deputado Federal Valtenir Pereira, do Mato Grosso. O Relator da matéria aqui no Senado da República é o Presidente Fernando Collor, favorável à proposta, com uma emenda de redação que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Fernando Collor para proferir o seu relatório.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB - AL. Como Relator.) – Muito obrigado a V. Exa., Sr. Presidente Davi Alcolumbre.

Eu lhe pediria permissão para, antes de fazer a leitura do relatório, ler um preambulozinho.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP. *Fora do microfone*.) – É claro.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB - AL. Como Relator.) – Eu lhe agradeço.

Exmo. Sr. Presidente da CCJ e nosso sempre Presidente desta Casa, Senador Davi Alcolumbre; Exmas. Sras. Senadoras; Exmos. Srs. Senadores, a deliberação do relatório sobre a proposta de emenda à Constituição nº 9, de 2002, que fixa piso salarial para os agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, além de outros benefícios, é um momento relevante de nossa história.

Dois programas de saúde implantados na década de 90 pelo nosso Governo permanecem vivos e pujantes até hoje: o Sistema Único de Saúde, que foi implantado no nosso Governo, o SUS, e o Programa Nacional de Agentes Comunitários de Saúde, o Pnacs. O SUS, que implantamos em 1990, é hoje reconhecido como o maior e mais importante programa de saúde existente no âmbito dos países democráticos. Com o aparecimento da ameaça de cólera no Norte e no Nordeste naquela época, precisávamos agir com rapidez. Assim, o Programa Nacional de Agentes Comunitários de Saúde foi criado por nós em 1991. Contratamos de imediato 23 mil agentes. Naquele tempo, as dependências do Ministério da Saúde, coordenado à época pelo nosso Ministro, Dr. Alceni Guerra, eram consideradas como a casa, o ponto de reunião dos agentes comunitários em Brasília.

A criação do Programa dos Agentes Comunitários de Saúde assumiu a característica fundamental de impulsionador do processo de municipalização da saúde, por ser exigência para sua implantação a criação do Fundo Municipal de Saúde e dos Conselhos Municipais de Saúde. Hoje há cerca de 400 mil agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, distribuídos por todos os estados da Federação e pelo Distrito Federal, desenvolvendo um trabalho de importância capital, principalmente para as famílias mais necessitadas, as famílias de baixa renda. Durante a pandemia da covid-19, por exemplo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estiveram na linha de frente do combate à transmissão do vírus e participaram efetivamente do sucesso no processo de vacinação da nossa população.

Outros dois programas de saúde nossos, o das parteiras leigas e o da multivacinação, receberam o Prêmio Criança e Paz da Organização das Nações Unidas (ONU), demonstrando o reconhecimento pelo sucesso de suas implementações em nosso país naquele início dos anos 90.

Feito este preâmbulo, agradeço a S. Exa. o Senador Rodrigo Pacheco, Presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal, pela receptividade imediata ao pedido de inclusão da PEC 9, de 2022, na pauta do Plenário, imediatamente após a deliberação de nosso relatório na CCJ; e a S. Exa. o Deputado Arthur Lira, Presidente da Câmara dos Deputados, pela prioridade que deu à então PEC 22, de 2011, até a sua aprovação por aquela Casa Legislativa.

Por fim, e de modo muito especial, faço um agradecimento ao Presidente desta Comissão, S. Exa. o Senador Davi Alcolumbre, pela sensibilidade com o tema dos agentes de saúde, pela minha designação como Relator da PEC 9, de 2022, o que muito me honrou, e pela inclusão da matéria na pauta desta CCJ o mais cedo possível, o que coloca o nome de S. Exa. como um dos grandes beneficiários dessa ampla e querida categoria dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias. Muito obrigado, Presidente Davi Alcolumbre.

Agradeço aos Líderes partidários desta Casa e a todas as Sras. Senadoras e todos os Srs. Senadores pela união em torno da causa dos agentes de saúde, irmanados no benefício maior que tem como destino a população mais carente do nosso país; e também ao trabalho diuturno desenvolvido pelos agentes de saúde nos mais distantes rincões do nosso país, agradecimento que faço nas pessoas de Ilda Angélica Correia, Presidente da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias (Conacs), e também do Sr. Jade de Albuquerque Rodrigues, Presidente da Federação Estadual dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias do Estado de Alagoas (Fedacs/AL).

Vamos, então, Sr. Presidente, com a sua permissão e a das Sras. e dos Srs. Senadores, ao relatório, não sem antes informar que tenho aqui um requerimento de calendário especial para a votação da matéria em Plenário no dia de hoje, secundando o que aqui foi solicitado já pelo querido Senador Nelsinho Trad, para votação em Plenário ainda no dia de hoje, com o pedido de subscrição de todos os membros desta douta Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

Quero agradecer e realçar o trabalho do Deputado Valtenir, ele que foi o autor desta PEC, que anteriormente recebeu o nº 22 e que foi aprovada por quase unanimidade na Câmara dos Deputados.

Quero agradecer ao Senador Weverton, porque ele, quando Deputado, solicitou ao Senador Davi Alcolumbre a relatoria desta matéria e, quando o Senador e Presidente Davi Alcolumbre comunicou que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu teria interesse em ser o Relator, ele prontamente acedeu. E eu quero agradecer ao Senador Weverton por esse gesto.

Quero agradecer ao Senador Lucas Barreto, Vice-Presidente desta Comissão; agradecer ao Senador Roberto Rocha e ao Senador Nelsinho Trad, a quem já fiz referência; ao nosso querido Senador Veneziano Vital do Rêgo, nosso Vice-Presidente desta Casa e que irá presidir a sessão plenária no Senado no dia de hoje, para coroar com êxito este momento de justiça que o Senado da República faz aos agentes comunitários de saúde; e ao Senador Paulo Rocha, que aqui se pronunciou e que realmente teve uma participação muito importante, lá nos idos de 1991, para que os agentes comunitários de saúde pudessem ter reconhecida a sua profissão.

Vamos, então, Sr. Presidente, ao relatório.

Vem à análise desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para parecer sobre a admissibilidade e o mérito, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 9, de 2022.

A proposição é oriunda da PEC nº 22, de 2011, da Câmara dos Deputados, onde foi aprovada no dia 23 de março de 2022.

A PEC é composta por um único artigo, que acrescenta os parágrafos 7º, 8º, 9º, 10 e 11 ao art. 198 da Constituição Federal, para, em síntese:

a) determinar que o vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias sejam pagos pela União;

b) que outras parcelas remuneratórias, tais como vantagens, incentivos, auxílios e gratificações possam ser criadas e pagas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios;

c) determinar que os valores para pagamento do vencimento sejam consignados no orçamento da União com dotação própria e específica;

d) fixar o valor mínimo de vencimento desses profissionais em dois salários mínimos;

e) prever o direito ao recebimento de adicional de insalubridade e à concessão de aposentadoria especial;

f) determinar que os valores da remuneração desses agentes não sejam incluídos no cálculo para fins de limite de despesa com pessoal.

Na justificação, destaca-se a precariedade da prestação do serviço de atenção básica à saúde, principalmente em comunidades mais carentes e mais isoladas, e ressalta-se a importância de se manter os agentes comunitários em seus postos de trabalho, com o recebimento de remuneração justa e condigna, Sr. Presidente, com a importância vital de suas tarefas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acrescenta-se que o Ministério da Saúde repassa para os municípios todos os meses o valor de quase dois salários mínimos por agente, o que representa 1,4 do salário mínimo, para reforçar o pagamento da remuneração. Muitas vezes esses valores não chegam em sua totalidade ao bolso desses profissionais.

Ainda na justificação é informado que os gastos com os profissionais de atendimento primário de saúde propiciam economia aos cofres públicos, pois geram o efeito de reduzir gastos no tratamento de doenças. Isso é uma coisa absolutamente crucial. O objetivo da emenda constitucional é, portanto, promover alterações necessárias ao pleno atendimento dos interesses manifestados por ambas as categorias profissionais, preparadas que estão para orientar as famílias a cuidarem de sua própria saúde e envolvidas na prevenção de doenças e promoção da saúde, cuja redação visa a garantir o correto emprego dos recursos destinados à área de saúde, sem que haja qualquer desvirtuamento.

Os diretos ao adicional de insalubridade e à aposentadoria especial são justificados pelo fato de os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias exercerem trabalho árduo, é um trabalho inclemente, de sol a sol escaldante, de chuva a chuva, subindo ladeiras e descendo morros. Tudo somado ao contato permanente com moradores, por vezes portadores de doenças infectocontagiosas, como tuberculose, hanseníase, hepatite, entre outras, e vetores propagadores de doenças, além da manipulação de larvicida e inseticida, como o temefós granulado, e tantas outras intempéries que enfrentam. Vejam os senhores os riscos e os perigos de vida que correm todos os nossos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias.

Não houve emendas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, no prazo regimental.

Passamos, então, à análise

Em se tratando de PEC, cabe a este Colegiado opinar tanto sobre a admissibilidade da proposição quanto sobre o seu mérito, segundo o disposto no art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal.

A PEC foi apresentada pelo número de Deputados exigido pela Constituição Federal (art. 60, inciso I) e tramitou em período no qual não houve qualquer das causas impeditivas constantes do §1° do art. 60 do texto constitucional.

A proposição não atenta contra quaisquer das cláusulas pétreas do art. 60, §4°, incisos I a IV, da Constituição da República. Não há, portanto, qualquer vedação ao poder de emenda constitucional, Sr. Presidente Davi Alcolumbre.

Quanto ao mérito, não há dúvidas das virtudes da proposta. Os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias prestam serviços relevantíssimos ao país, como aqui já foi visto. A importância desses profissionais ficou ainda mais evidente no contexto da pandemia da covid-19. Eles foram absolutamente essenciais no combate à doença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Programa de Agentes Comunitários de Saúde (Pacs), como disse agora há pouco, foi criado no ano de 1991, durante o meu Governo, e nasceu – e aqui vou ler textualmente, porque é o relatório. Foi criado no ano de 1991, no Governo Fernando Collor, e nasceu da indignação pelo fato de que, no Brasil, o acesso aos serviços de saúde era muitíssimo precário. Para se ter uma ideia, na época da criação do programa, cerca de mil municípios brasileiros não tinham sequer um profissional médico.

Atualmente, no Brasil, há cerca de 400 mil agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias. Esses profissionais têm a nobre tarefa de orientar as famílias a cuidar de sua própria saúde e, por consequência, contribuem para a preservação da saúde de toda a coletividade. É por meio desses agentes que a população mais carente recebe orientações sobre comportamentos adequados à preservação da saúde, bem como informações sobre riscos de doenças e epidemias.

É inimaginável pensar na efetivação de políticas públicas de saúde sem a participação desses profissionais. Eles, de fato, são essenciais à saúde do Brasil. Acontece que esses agentes não recebem remuneração compatível com a importância de suas atividades para a nossa sociedade. O Brasil, após 30 anos da criação do programa, ainda não confere o tratamento que esses profissionais merecem.

Para amenizar essa incongruência, a PEC nº 9, de 2022, consagra algumas garantias remuneratórias aos agentes comunitários de saúde e aos agentes de combate às endemias e transfere para a União a responsabilidade pelo pagamento do vencimento desses profissionais, cabendo aos demais entes subnacionais pagar outras vantagens, incentivos, auxílios, gratificações ou indenizações. Se o país realmente pretende elevar os seus indicadores na área de saúde, revela-se fundamental valorizar o trabalho dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias.

Enfim, a PEC aqui analisada apenas garante um patamar mínimo e justíssimo de segurança remuneratória para esses profissionais. Propomos apenas um único ajuste de redação, para acrescentar a cláusula de vigência da emenda constitucional, em observância à técnica legislativa indicada no art. 8º da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Passando ao voto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Ante o exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da PEC nº 9, de 2022, e, no mérito, votamos pela sua aprovação, com a emenda de redação a seguir:

EMENDA Nº – CCJ (DE REDAÇÃO)
Acrescente-se o art. 2º à PEC nº 9, de 2022, com a seguinte redação:
"Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação".

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP. *Fora do microfone*.) – Promulgação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB - AL) – A promulgação, exatamente. Vai ser promulgação, na data de sua divulgação e promulgado pelas duas Casas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Por este Congresso.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB - AL) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Presidente Collor.

Feita a leitura do relatório do Presidente Collor, colocamos em discussão a matéria.

Vamos passar à lista de oradores inscritos. Nós temos oradores inscritos no modelo semipresencial e, logicamente, há vários Senadores presentes aqui na Comissão. Então, nós vamos tentar organizar: Senadores pelo sistema semipresencial e Senadores pelo presencial.

Concedo a palavra à Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Para mim é uma honra estar aqui nesta manhã. Eu, que tive o privilégio já de presidir esta Comissão, não tive a honra que V. Exa. está tendo de ter a oportunidade de ter um ex-Presidente da República relatando um projeto dessa envergadura. Eu quero, um dia, quem sabe, voltar à Presidência desta Comissão para ter esse mérito de termos a presença do Presidente Fernando Collor.

Primeiro, quero parabenizar a V. Exa., que aqui está não só como Senador da República, como Relator, mas também como Presidente da República que teve o mérito de regulamentar essa profissão tão nobre. (*Palmas.*)

Quero dizer aqui que nós temos uma dupla felicidade, porque, ao lado de V. Exa., também está o Senador Tasso Jereissati, que foi quem, lá em 1986, também, no seu Estado do Ceará, criou o agente comunitário de saúde. Não poderíamos estar diante de duas tão nobres figuras! (*Palmas.*)

V. Exa., de forma precisa, objetiva e clara, demonstra o quanto nós devemos a essas pessoas.

O SUS salvou os brasileiros, colocando vacina nos braços de todos nós. O SUS é o Sistema Único de Saúde mais avançado, universal e gratuito do mundo, segundo a Organização Mundial da Saúde, mas o SUS ainda tem uma série de deficiências, Presidente do Senado, que vai agora presidir a nossa sessão hoje, porque ele é subfinanciado. E ele é subfinanciado, porque, por diversos anos, esta Casa e todos nós entendíamos que a responsabilidade com atenção básica de saúde era dos municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fui Prefeita nessa época. Em 2015, assumi aqui; antes disso, eu fui Prefeita, em 2005, na minha cidade natal, Senador Marcelo Castro, e tive a oportunidade de vivenciar o lado bom e o lado ruim de ser Prefeita. Como Prefeita, tínhamos e temos 80% dos serviços públicos como nossa responsabilidade, mas apenas 20% do orçamento público que vem em forma de impostos. E nós tínhamos o seguinte dilema: como chegar a cada casa, a cada canto, com o serviço universal gratuito do Sistema Único de Saúde? A conta não fechava.

E nós tínhamos e temos condições de contar com homens e mulheres de valor. Eu enfrentei praticamente o maior surto de dengue e leishmaniose do Brasil em 2007. Se não fossem os agentes de endemias, se não fossem os agentes comunitários de saúde, provavelmente o município estaria sofrendo até hoje com esse surto.

Eu posso dizer, com toda a segurança, que nós valorizamos muito pouco os assistentes sociais e aqueles profissionais da saúde e da atenção básica dos municípios. Eles são valorosos, eles são mal remunerados, eles são desvalorizados nas suas profissões, mas fazem por ato de fé e por ato de amor – são abnegados.

Cansei de receber, na prefeitura, como Prefeita, tanto assistentes sociais, agentes de endemias quanto agentes comunitários de saúde, dizendo que foram a casas mais humildes e choraram junto com as mães e também riram, num momento de alegria, junto com as famílias. São essas as pessoas; eles se envolvem, eles se tornam a extensão da família do município. Eles ali cuidam. Quando eles vão sugerir, orientar a família, veem se a criança está subnutrida, se há algum caso de pedofilia, se ela está precisando de alguma assistência. Orientam quando a vacinação está atrasada. No caso dos agentes de endemia, orientam as pessoas como se portar no fundo dos seus quintais.

Neste momento, o que nós estamos fazendo? Primeiro, Presidente Collor, V. Exa. e todos nós estamos valorizando essas categorias. Essas categorias precisam ser reconhecidas, como os nossos professores, como os nossos médicos, como todos os profissionais. Segundo, a valorização não é apenas um reconhecimento, mas naquilo que também interessa, que é o lado financeiro. Não é possível agentes como eles ganharem menos que dois salários mínimos no Brasil. O que são dois salários mínimos para quem se envolve e trabalha 24 horas por dia? Porque, quando há epidemia, quando há pandemia, eles não têm hora, não têm dia. Da mesma forma, os agentes comunitários.

Eu quero, neste ato, dizer que nós estamos retribuindo a eles aquilo que eles fazem por nós: eles acolhem, é ato de amor. Ser assistente social hoje no Brasil, ser agente profissional da saúde, ser agente de endemia, agente comunitário de saúde é um ato de amor. Mas esse ato de amor agora está se transformando por ação do Senado Federal e do Congresso Nacional: nós os estamos reconhecendo e valorizando para que nós possamos, de forma definitiva, fazer com que o SUS chegue de forma igualitária para todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encerro minha fala, Sr. Presidente, apenas para dizer que, embora o SUS esteja hoje presente em todos os municípios brasileiros, ele ainda o faz de forma desigual. O SUS no Norte e no Nordeste é diferente do SUS no Sudeste. Enquanto no Sudeste nós estamos falando de filas de cirurgias eletivas que levam, às vezes, 60 dias, ou 90 dias em alguns casos, no Nordeste, às vezes, falta remédio para curar a dor de barriga de uma criança. Então, o que falta agora é que este projeto seja o primeiro de muitos, Presidente, sob a sua orientação, a orientação do Presidente Davi e de todos nós, para que nós possamos colocar de forma equânime os recursos para chegarem aos rincões mais distantes e para que o SUS que vale para o Sudeste possa valer para o Norte, para o Nordeste e para o Centro-Oeste de forma igualitária!

Parabéns! Que vocês sejam felizes e que continuem acolhendo, nesse ato de amor, toda a população carente do Brasil! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

Solicito à Secretaria que coloque o Senador Esperidião Amin... (*Pausa.*)

O.k.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidente, muito bom dia!

Eu serei o mais conciso possível.

Subscrevo integralmente a manifestação do Senador Presidente Fernando Collor e subscrevo igualmente as palavras da Senadora Simone Tebet para dizer da minha satisfação pessoal em ver essa matéria ser apreciada com o destaque, a urgência e a relevância que o assunto exige.

Voto a favor, portanto, aplaudindo todos aqueles que militam nesta tarefa verdadeiramente sacrossanta de peregrinar pelo Brasil levando saúde, remédio e orientação para os brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Esperidião Amin, pela participação de V. Exa.

Concedo a palavra ao Líder Weverton.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero aqui começar minhas palavras parabenizando e reconhecendo esse brilhante relatório, o trabalho aqui do nosso colega Senador Presidente Fernando Collor. Eu confesso que, desde quando cheguei a esta Casa, eu nunca o tinha visto com tanto brilho nos olhos, tão entusiasmado quanto neste momento, com esse projeto, que é como se fosse um filho de que ele estivesse ali tratando. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi muito importante e contagiou positivamente aqui todos, porque nós sabemos do carinho que tem com essa agenda. E, como falou aqui a nossa colega Simone Tebet, neste Brasil de muitos brasileiros, de muitas diferenças, nós sabemos da dificuldade e da luta que hoje o servidor público como um todo tem, porque, ao contrário do que se tentou passar para a nossa sociedade, e vocês sabem disso... Ao longo dos últimos anos houve uma tentativa cruel de criminalizar o serviço público. A maioria absoluta tem salários ruins, condições de trabalho muito difíceis e eles todos se colocam sempre à disposição da sociedade, basta ver o que nós vivemos agora na pandemia. Quem é que estava lá, mesmo com todos dentro de casa, passando na porta, recolhendo o lixo? Quem é que estava garantindo a segurança? Quem é que estava lá dentro do posto médico? Quem é que estava dando a aula remota, aonde podia chegar? Era o servidor público, era o profissional. E eu tenho certeza de que hoje esta Casa, o Congresso Nacional, está aqui num dia histórico: vai ser apreciado o PL da enfermagem, que já foi aprovado aqui no Senado Federal, na Câmara dos Deputados; também aqui na CCJ este projeto importante, a PEC 9, que veio como PEC 22 da Câmara dos Deputados; e hoje, no Plenário, a medida provisória que trata do Auxílio Brasil. Isso é muito importante, são agendas que, de verdade, o brasileiro, as pessoas querem, Presidente Davi, como resposta.

O desafio é tão grande – aqui ela falando dos brasis que nós temos, as particularidades que nós temos –, que eu fiquei me lembrando aqui da importância de um agente comunitário de saúde desse, da importância de um agente de combate de endemia desse. As pessoas não fazem ideia do que eles passam ali na zona rural, ali no sol quente, muitas das vezes sem almoçar, sem condição nenhuma de poder exercer a sua profissão, mas eles estão ali por amor – por amor! –, porque sabem o quanto as pessoas estão precisando.

Eu digo isso ali pelo meu estado. Essa semana eu falava na imprensa, só para vocês terem uma ideia – para eu concluir, porque eu sei que os colegas Senadores também querem aqui render as homenagens a esse projeto e ao nosso Relator –, no Brasil todo, Senador Roberto, a média de residências que não têm banheiro dentro é de 2,5%. No Nordeste brasileiro, a média é 5,6%. E lá no Maranhão, a média ainda é 15,5%, Senador Davi. Você imagine 15,5% das casas no Maranhão não terem ainda banheiro dentro. Isso aqui é só o mínimo dos problemas desafiadores que nós temos ainda para olhar para frente, para poder enfrentar. E é a isso que nós temos que todos nos propor: nos unir. Não olhando para trás aqui para querer achar culpado e, sim, olhando para frente e dizendo como que nós vamos fazer de verdade para cuidar das pessoas. Primeiro, mobilizando esse exército, motivando-o, para que a gente possa juntos enfrentar essas dificuldades.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Obrigado, Líder Weverton.

Com a palavra o nosso Vice-Presidente, Senador Lucas Barreto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, este momento eu vou usar para fazer justiça. Primeiro, com o nosso Presidente Collor, que foi quem criou então... E o senhor ter a possibilidade hoje de ser o Relator escolhido por todos, diga-se de passagem. Na reunião que tivemos na CCJ, todos disseram: "Não, ele precisa ser homenageado, porque é fruto, quando o senhor foi Presidente, da sua decisão.

Então, quero cumprimentar aqui também, Sr. Presidente – eu penso que já não é mais, não é, Senador Veneziano? –, o Deputado Valtenir Pereira, que há 11 anos protocolou esse projeto na Câmara. Há 11 anos! (*Palmas.*)

Imaginem os senhores: 11 anos para ser votado na Câmara. Quero cumprimentar também, para fazer justiça, o nosso Presidente Davi. Chegou aqui no Senado, ele já chamou todo mundo: "Vamos pautar para votar". (*Palmas.*)

E hoje, Presidente Davi, tem um requerimento nosso, de todos os membros da CCJ, para que isso possa ser votado também hoje no Plenário, para aproveitar que todos os ACSs estão aqui. (*Palmas.*)

E quero aqui dizer que isso é fazer justiça, porque esse piso vai ser pago por uma ação tripartite, de estado, município e União. Está aí: o piso do professor foi aprovado, o piso da enfermagem, o dos ACSs vai ser aprovado hoje, e nós temos uma nova missão, que é o piso do assistente social. O assistente social é quem identifica, junto com o ACS e com o agente de endemias também, na família, na escola, os problemas da sociedade e podem contribuir muito com isso, certo?

Então, fica aqui a minha gratidão.

Eu estive agora no Município de Laranjal do Jari com o Presidente Davi. Você vê lá – a água está a 3,6m acima do nível normal – os agentes de saúde com água pela cintura, andando, cuidando, cuidando dos idosos, cuidando dos que estão impossibilitados. (*Palmas.*) E aí você os vê querendo convencer os idosos a saírem de suas casas e irem para o abrigo, e o idoso dizer: "não, eu não posso, senão vão roubar as minhas coisas". E eles conseguem convencê-los. Às vezes, carregam nas costas o bem mais precioso que o idoso tem ali para que ele possa acompanhar. (*Pausa.*)

Então, isso não é aqui nenhum gesto desta Comissão. É obrigação a gente aprovar isso o mais rápido possível, porque são abnegados e merecem.

Parabéns, Presidente Collor! Parabéns, Presidente Davi! Parabéns, Deputado Valtenir Pereira!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Muito obrigado...

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – E parabéns aos nossos ACSs, que, enfim, vão ter dignidade salarial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Só para reforçar as palavras do Senador Lucas Barreto, nosso Vice-Presidente, eu consultei, Presidente Collor, a Secretaria da Mesa para ver qual foi a data em que foi protocolado esse projeto na Câmara dos Deputados. Por incrível que pareça – eu nunca tinha ido atrás dessa data aqui –, nós fizemos o calendário para votar o mais rápido possível, mas o Dr. Ednaldo me informou que ele foi protocolado dia 4 de maio de 2011, exatamente no dia de hoje, da votação aqui na CCJ. (*Palmas*.)

Olha como...

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB - AL. *Fora do microfone*.) – Que coincidência, não é?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Olha como são as coisas!

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – Repete aí, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu não tinha percebido qual foi o dia do protocolo dessa emenda à Constituição na Câmara dos Deputados, e nós organizamos o calendário pela importância da matéria, com o apoio de todos os senhores aqui na Comissão. E a gente se organizou para que se votasse hoje, tanto que era o primeiro item da pauta. Eu tenho certeza de que o Presidente Collor não se atentou para isso...

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB - AL. *Fora do microfone*.) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – ... certeza absoluta de que ninguém procurou saber a data, mas o Secretário me informou que o protocolo na Câmara dos Deputados foi exatamente no dia 4 de maio de 2011, exatamente 11 anos atrás, no dia de hoje.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB - AL. *Fora do microfone*.) – Olha só! Que coisa! Parabéns, Presidente. Você é uma inspiração!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (PTB - MA. Para discutir.) – Sr. Presidente, serei breve, mas não posso deixar de cumprimentar e fazer uma homenagem neste momento importante que vivemos aqui na CCJ do Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar a iniciativa do nosso autor do projeto; cumprimentar, de forma muito especial, o Relator, Senador Fernando Collor, que pegou essa missão como um sacerdócio, fez dessa tarefa um sacerdócio. Ficou – não é, Weverton? – estampada no rosto dele a alegria, a satisfação. Eu que estava há pouco no Auditório Petrônio Portella junto com ele vi a alegria tanto dele quanto a alegria das pessoas. Nós somos felizes não apenas quando estamos nós felizes; nós somos mais felizes quando fazemos os outros felizes. E eu vi que ele fez isso hoje. E nós estamos fazendo isso agora.

E eu quero me somar ao que disse aqui o Senador Nelsinho Trad, para ver se a gente aproveita a oportunidade de tantas pessoas que vieram de tantos lugares do Brasil – como do Maranhão, mais de cem pessoas – para poder ainda hoje votar no Plenário do Senado Federal. (*Palmas.*)

Não posso deixar de fazer o registro, que já foi feito, em relação à iniciativa do Presidente Collor lá ainda na década de 90, mas também não posso deixar de fazer um reconhecimento, até porque é ali o Maranhão perto do Ceará, ao Governador Tasso Jereissati, que, ainda na década de 80, criou o programa. (*Palmas.*)

E esse programa teve um êxito tão grande no Estado do Ceará que ele diminuiu muito os índices de mortalidade infantil e foi reconhecido pela ONU. Então, fica aqui também as nossas homenagens ao Senador Tasso Jereissati, que gostaria muito de estar presente, mas infelizmente não pode, mas fica aqui esse registro.

E termino dizendo que os agentes comunitários de saúde são uma categoria que talvez seja aquela que tem mais capilaridade nesse país de dimensões continentais. Esse país não é apenas um Brasil, são vários brasis.

O meu estado, por exemplo, o nosso estado, Senador Weverton, tem uma área territorial maior do que o Estado de São Paulo, maior que a Itália. E essas pessoas é que chegam lá na ponta – é que chegam lá na ponta. E não é por outra razão que a categoria dos agentes comunitários de saúde é hoje, no Brasil, a categoria mais estudada pelas universidades brasileiras, porque ela consegue estar tanto interagindo com o Governo, como aqui agora, como interagindo com as comunidades lá nos rincões deste país.

Então, fica aqui o meu reconhecimento e a alegria de poder participar deste momento, que é um momento mágico para o Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Senador Roberto Rocha.

Concedo a palavra o Senador Presidente Veneziano Vital do Rêgo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Para discutir.) – Presidente, renovo os meus cumprimentos iniciais a V. Exa., estendendo-o aos demais outros companheiros, mas é muito oportuno, até porque, se estamos a fazer história, é necessário que ela seja contada em detalhes quando nós passarmos... E aí os cumprimentos, as saudações são merecidas, são exigidas a cada um de nós e a outros neste momento no qual todos tiveram a sua parcela de contribuição.

E não há dúvida alguma senão a de reconhecer, na pessoa do então Presidente da República Fernando Collor de Mello, aquele que pôde originalmente demonstrar a crença e a confiança em um planejamento, de estender e de saber que a sanção presidencial na criação do programa, até levando-se em conta também o que foi referenciado pelos Senadores, Senadora Simone e Senador Roberto Rocha, de uma própria experiência em um estado nordestino. Mas V. Exa., eu já estive ao lado de tantos companheiros que vêm acompanhando o Senador, médico, profissional, que dimensiona, na medida do que é exigível dimensioná-lo a esse instante, Senador Marcelo Castro, nós nos encontrávamos e, de viva voz, publicamente, como todos e todas hão de fazer e estão a fazê-lo, Presidente Collor, as nossas saudações.

De fato, o Senador Weverton enxergou, não por estar mais próximo de V. Exa., mas facilmente, mesmo a uma distância, o brilho nos seus olhos, a convicção, a força, o tom de quem se sente realizado depois de 30 anos, no início dos anos 90, precisamente em 1991, e chegando agora a constitucionalizar, ou seja, dar uma segurança definitiva a tantos milhares, 400 mil cidadãos brasileiros, que se dedicaram, que se doaram, que se doam, que se sacrificam por aquilo que é maior. Que se familiarizaram! Eu, igualmente a outros companheiros, como o Senador Nelson Trad, fomos Prefeitos no mesmo período, como também a Senadora Simone Tebet, e temos a condição de demonstrar vivamente, na sua plenitude, detalhadamente, enquanto gestores municipais, a importância daqueles que, subindo as ladeiras e descendo morros, como o seu relatório, na expressão fidedigna, assim demonstra.

Hoje nós estamos fazendo um reconhecimento justo, devido há muito tempo. Nada de extraordinário, em absoluto, algo mínimo diante daquilo que maximamente a população brasileira identifica e sabe. São estes e são estas que se doaram, que se doam, que se sacrificam, que não conhecem momentos, sejam estes de insalubridade no exercício do seu ofício, Senador Jorginho Mello, estejamos sob chuvas torrenciais, estejamos sob sol inclemente, eles estão lá em todas as partes, principalmente naquelas onde os acessos são menos generosos.

Então, Presidente Davi Alcolumbre, recordo-me quando ligava para V. Exa., ao lado do Presidente Fernando Collor, ao lado do Presidente Rodrigo Pacheco, que há 20 dias recebia a Comissão em seu gabinete, e V. Exa. confirmara, sem que antes soubesse que foi protocolizado no dia 4 de maio, e V. Exa. dizia: "Senador Veneziano, eu já informei aos demais outros integrantes do Colegiado, a partir da escolha que foi feita consensualmente por todos, para reservar, distinguir, por merecimentos ao Presidente Fernando Collor, o dia 4, para que nós estivéssemos hoje, aqui, todos em sorrisos largos, felizes, olhos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brilhantes, coração palpitante, a dizer o quão é bom fazer justiça, fazer desses momentos o reconhecimento a tantos.

É aí que nós enxergamos, Presidente, quando ainda vemos aqui e acolá sobressaltos do não reconhecer ao trabalho legislativo, ao trabalho político, é aí que nós temos que enfatizar o quão importante o Congresso Nacional é para uma nação republicana, para as instituições democráticas: produzir no reconhecimento a tantos, e a todos; porque, ao fazermos a 400 mil, estamos fazendo aos milhões que têm o acesso dos agentes comunitários e dos agentes de endemia.

Muito de longe a concisão que foi particularmente deferida e exposta pelo Senador Esperidião Amin, mas eu estou muito feliz, feliz por estar participando com as senhoras e com os senhores deste momento para que nós consumemos o mesmo mais tarde, se assim for de decisão deste Colegiado e do Colegiado maior sob a condução do Presidente Rodrigo Pacheco, para, enfim, darmos um ponto final de reconhecimento, sempre renovado, a todas e a todos os agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias. Parabéns, portanto, aos mesmos!

Parabéns, Presidente Collor! Parabéns! Toda a alegria, toda a emoção, todas as sensações que V. Exa. possa estar a vivenciar são altamente justificadas.

Presidente Davi Alcolumbre, são essas as minhas palavras, as minhas considerações e, evidentemente, com o voto e com o apelo à unanimidade em torno da proposta de emenda à Constituição, mas não sem que antes digamos que fomos colegas, Senador Marcelo Castro, desse companheiro de bancada, do Deputado Valtenir Pereira. (*Palmas.*)

Valtenir Pereira foi um abnegado, um dedicado, um perseverante, um insistente para que esta matéria pudesse chegar finalmente à sua conclusão.

Obrigado a todos e a todas.

Saudações, minha Presidente! Saudações aos meus queridos agentes comunitários de saúde e de endemia da minha amada Paraíba, da minha amada Campina Grande! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Veneziano.

Senador Jorginho Mello.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Muito bom dia a todos os Senadores!

Cumprimento o nosso Presidente Davi e cumprimento todos os agentes de saúde e de endemia que estão aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer da minha alegria, Presidente Collor, de poder estar votando essa matéria, matéria que aprovaremos por sua sensibilidade política de homem público que muito orgulhou o Brasil naquele curto período em que ficou no Governo – e deveria ter ficado todo o período, a história nos mostra; a história sempre registra e mostra com definições claras o que aconteceu.

Quero cumprimentar V. Exa. pela relatoria, assim como o autor, e dizer que voto com muita tranquilidade a favor dos agentes de saúde e de endemia, porque eles têm o privilégio de entrar no seio da família de cada brasileiro, eles vão a casa, eles vão ao ranchinho, eles vão àquele lugar mais desprotegido e conseguem fazer uma radiografia de tudo o que está acontecendo. Não é só sobre saúde, eles veem se tem a violação de algum direito de idoso, de menores, fazem algo que nem a melhor polícia investigativa poderia fazer, porque passam a ser um membro daquela família, passam a cuidar daquela família, das doenças, de tudo.

Eu quero, depois da aprovação desta PEC, Presidente Davi... Eu já estou pensando, e quero consultar depois o comando nacional de agentes de saúde e de combate às endemias para ver se não dá para eles – vou fazer uma lei, daí, baseada nessa PEC – fazerem uma vez por ano, preencherem um questionariozinho, recebendo do IBGE, para que a gente tenha um censo fidedigno anualmente, porque hoje é de dez em dez anos. Não dá mais para você trabalhar em cima de um dado de dez anos!

Os senhores lembram que, no ano de 2020, o IBGE disse que não daria para fazer o censo porque faltavam 2,1 bilhões do orçamento. Deu aquela confusão toda. Negociando com eles, que tal eles receberem um "x" para que o IBGE não precise contratar pessoas que não conhecem o lugar, não conhecem a região, não estão bem preparados, descartam aquela informação rapidinho, para se livrar e preencher "x" questionários e entregar para quem lhes confiou?

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Então, quem sabe se eles não poderiam fazer, sob uma remuneração extra? Aí sim nós poderíamos ter todo ano o censo do Brasil atualizado, com tudo o que o Governo quisesse saber! Em tudo o que o IBGE faz é com uma chorumela, com uma instituição que muitas vezes não dá conta da vida moderna que o Brasil tem hoje.

Então, dizendo isso, eu quero saudar todos os agentes de saúde e de combate às endemias. Não poderia nunca... Pelo brilhante relatório que V. Exa. fez, por estar fazendo 11 anos hoje, não é? Barbaridade! E não poderia deixar de dizer da minha manifestação favorável e que eles fazem um serviço extraordinário para a saúde do Brasil. Portanto, têm meu voto favorável com os louvores ao seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – Presidente Davi, primeiro, quero cumprimentar V. Exa. pelo cuidado que teve de ligar para os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadores convidando-os para estarem presentes, para que não faltasse quórum para votar essa importante matéria não só para os agentes de combate às endemias e agentes de saúde, mas para todos os brasileiros.

Quero cumprimentar de maneira especial o nosso querido Presidente Collor. Nasceu das suas mãos e o menino estava desnutrido, precisando do seu apoio, e é sob as suas mãos novamente que vem a nutrição, vem o reconhecimento para essa classe trabalhadora tão importante para o povo brasileiro.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB - AL. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Senador.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR) – Lá no meu Estado de Roraima, não é diferente do Estado do Amapá, do Maranhão do nosso futuro Governador Weverton, não é diferente do Norte e Nordeste brasileiros, mas, em Roraima, nós vemos, a todos os momentos, os agentes de saúde e agentes de combate às endemias andando de bicicletas, andando a pé para chegar ao seu objetivo.

Ninguém conhece melhor a família brasileira do que os agentes de saúde e os agentes de combate às endemias, porque eles não só conhecem no problema físico, mas conhecem também no problema material, ajudam de todas as formas, acompanham inclusive psicologicamente. Eles marcam uma consulta, ajudam com uma cesta básica. E quantas ligações, meu caro Presidente Veneziano, quantas ligações eu recebo com mensagens de agentes de combate às endemias, agentes de saúde pedindo: "Ô, Mecias, venha nos ajudar, tem uma família passando necessidade no bairro tal"?

Eles passam necessidades, mas eles ligam pedindo apoio para as famílias que eles visitam, que, além de, por doença, precisarem do apoio no hospital, no posto de saúde, precisam também se alimentar. E isso é muito importante. É muito bonito o que eles fazem.

Portanto, eu quero cumprimentar todos os agentes de saúde e de combate às endemias no Brasil na pessoa do Raimundo, da Jaíne e da Alba, lá do meu querido Estado de Roraima. Em nome deles, em nome de todos os agentes de saúde, o meu voto é "sim".

Parabéns, Presidente Collor! O seu voto é merecedor de todos os aplausos.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para discutir.) – Presidente, brevemente, o que interessa, Senador Veneziano, é nós votarmos essa iniciativa, tão bem relatada e trabalhada pelo Presidente Senador Fernando Collor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São 400 mil brasileiros, Senador Presidente Collor, que fazem parte dessa legião do bem. Nosso Sistema Único de Saúde não existiria sem a atuação deles. Sem eles, nós não teríamos conseguido a cobertura universal da vacina que nós conseguimos nos últimos meses. Aliás, foi devido sobretudo a eles, aos agentes comunitários de saúde, que nós conseguimos, com a atuação deles, erradicar a pandemia. A vacina não chegaria aos locais mais distantes deste país – não chegaria ao interior do meu Amapá, ao interior da sua Alagoas, ao interior da sua Paraíba, meu querido Veneziano – se nós não tivéssemos esses 400 mil heróis do povo brasileiro.

Em nosso estado, Senador Davi, só em Macapá, são mais de mil agentes de saúde; são quase 1,8 mil em todo o Estado do Amapá...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – São quase 3 mil – obrigado pela correção, Presidente – em todo o Estado do Amapá, fundamentais para fazer a saúde de fato, porque a abrangência do nosso Sistema Único de Saúde só seria possível, o seu alcance, com a atuação desses profissionais.

Não cabe regime de urgência, pela nossa norma regimental, para proposta de emenda à Constituição, mas cabe, Presidente Collor e Senador Veneziano, calendário especial. Então, de imediato, eu creio que, além da recomendação a esta Comissão que faço para que seja votada de pronto e de imediato pelo Plenário do Senado, eu sugiro que nós Líderes subscrevamos de imediato também calendário especial para pautar, se possível, ainda esta semana, no mais tardar na semana que vem, em calendário especial, essa proposta de emenda à Constituição no Plenário do Senado. Mas, se possível e com a recomendação da CCJ, ainda no dia de hoje, rogamos ao Presidente Rodrigo Pacheco que essa proposta, tão bem relatada pelo Presidente Collor, vá a voto.

São esses profissionais que fazem a saúde e fazem de nós o maior sistema único de saúde público do planeta, reconhecimento mais do que justo.

E todas as homenagens aos dois colegas Senadores que aqui foram destacados: ao Senador Tasso Jereissati, primeiro Governador a implantar programa dessa natureza no Nordeste brasileiro e que qualificou o Ceará para os melhores dados em relação ao combate à mortalidade infantil da América Latina e a alguns dos melhores dados do mundo; e ao Senador Presidente Fernando Collor, pelo trabalho com cuidado e pela emoção, Presidente Collor, com que eu vi o senhor relatar essa matéria.

Que votemos agora e encaminhemos, se Deus quiser, para votação ainda hoje no Plenário. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Randolfe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos subscrever um documento encaminhado pela CCJ ao Presidente Rodrigo Pacheco – e lá estará também a manifestação de V. Exa. – de que a gente quer incluir ainda hoje na pauta, mesmo estando fora do rito processual do ato do Congresso, pela importância e pelo significado e pela presença de todos aqui, nós vamos solicitar que seja incluído extrapauta na sessão do Plenário ainda hoje. (*Palmas.*)

A gente pede para o Presidente Rodrigo Pacheco ir para uma audiência, e o Presidente Veneziano assume e coloca em votação. (*Risos.*) (*Palmas.*)

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Castro.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu quero falar aqui uma história que eu sei que os jovens não vão entender. O Veneziano, o Davi Alcolumbre, o Randolfe e o Weverton são muito jovens. Quando eu era menino – só para falar da importância dessas pessoas –, em São Raimundo Nonato, uma cidadezinha do extremo sul leste do Piauí, a gente andava pelo interior do estado, Senador Collor – V. Exa. certamente vai entender o que eu vou dizer –, e encontrava naqueles locais mais longínquos do interior casas em que tinha escrito assim: CEM, aí nº 10, nº 11, nº 12 ou nº 125, nº 126. Todas as casas do interior do município eram numeradas e tinha escrito CEM. Eu não sabia que história era essa. CEM por quê? Por que CEM? Aí vinha um outro número. CEM era Campanha de Erradicação da Malária. E, na minha cidade, havia um senhor que era funcionário da CEM chamado Paulo, que era identificado como Paulo da malária. (*Risos.*)

Depois isso evoluiu, porque botavam DDT nas casas para combater a malária, e veio a Sucam (Superintendência de Campanhas de Saúde Pública). Lá na minha cidade, ainda está viva a Sucam, que é um agente que combate doença de Chagas, o barbeiro, que vai com a bomba nas costas, pulverizando lá os lugares em que o barbeiro possa estar. Ele é chamado carinhosamente – ninguém nem sabe o nome dele – de Sucam: é o Sucam para cá, o Sucam para lá, o Sucam. Depois virou Funasa.

E nós temos hoje os ACS (Agentes Comunitários de Saúde) e os Agentes de Combate às Endemias (ACEs), os ACS e os ACEs. Então, essas pessoas prestam um serviço relevantíssimo à saúde pública brasileira. Falo aqui, Senador Collor, como médico, como professor universitário, como ex-Ministro da Saúde, posso dar esse testemunho, porque nossa sociedade gosta sempre de avaliar a medicina como a medicina de assistência médica, a medicina curativa: está doente, vai para o hospital; está doente, vai ao médico, faz os exames. E nós, às vezes, não nos damos conta de que a medicina mais efetiva, a que traz mais saúde a uma população é a medicina preventiva. E esta é, em grande parte, feita pelos agentes comunitários de saúde e pelos agentes de combate às endemias.

Então, todas as homenagens que nós pudermos fazer aqui a essas pessoas que se doam, que trabalham, como disse o Senador Collor, de solo a solo, com chuva, em todas as condições, isso ainda é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pouco, porque eles fazem aquele papel principal para a promoção da saúde, vacinando as pessoas, combatendo as doenças, orientando como as pessoas devem tomar o medicamento, medindo a pressão dessas pessoas, controlando a diabetes, tudo isso para evitar que as pessoas possam depois trazer doenças mais graves.

Então hoje, neste dia tão importante desta luta que vem há anos... Quantas vezes – eu, como Deputado Federal, o Veneziano e tantos outros aqui que foram Deputado – nós enfrentamos essa luta na Câmara dos Deputados para que nós colocássemos o piso nacional para os ACS e os ACEs e nunca conseguimos? Mas hoje, neste dia iluminado, aqui, nós estamos conseguindo esta grande vitória, que será um marco da nossa legislatura o de nós podermos dizer que conseguimos o piso nacional dos enfermeiros e o piso nacional dos agentes de combate às endemias e dos agentes comunitários de saúde. Isso daí vai ser uma glória para nós levarmos para sempre na nossa memória, de termos feito esse benefício, essa coisa tão importante.

Então, quero aqui, neste momento, render minhas homenagens ao autor do projeto, o nosso colega do MDB Valtenir Pereira, do Mato Grosso... (*Palmas.*)

... e a nossas homenagens ao nosso ilustre Senador Fernando Collor de Mello... (*Palmas.*)

... que instituiu os agentes comunitários de saúde no seu Governo e que fez com brilhantismo e com competência de sempre esse relatório que hoje aqui nós estamos aprovando – e eu espero que por unanimidade aqui e no Plenário do nosso Senado. (*Palmas.*)

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB - AL. *Fora do microfone*.) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Senador Marcelo.

O último Senador inscrito, Líder Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. Para discutir.) – Segundo o nosso Ministro Marcelo Castro, nosso Senador, os últimos serão os primeiros.

Mas, Presidente, já cumprimentei o Senador Fernando Collor pela relatoria e vou deixar aqui uma sugestão para que V. Exa., na discussão em Plenário, possa contar para todos nós e para o Brasil todo como foi esse estímulo divino que V. Exa. teve de idealizar essa ação dessa categoria Brasil afora.

Eu digo isso porque, na qualidade de médico, Senador Veneziano, participei de um programa de saúde no meu estado, o Mato Grosso do Sul, denominado Caravana da Saúde, e a Caravana da Saúde tinha uma abordagem em todas as comunidades indígenas do meu estado, no Mato Grosso do Sul, a terra do Pantanal, dessa novela aí que está passando. Eu falo sempre isso porque tenho orgulho de falar do Pantanal sul mato-grossense. E nós íamos com todo o aparato médico – clínico, cirurgião, ginecologista,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

urologista (eu ia como urologista) –, levávamos ultrassom, laboratório de análises clínicas de sangue, Marcelo Castro, para os diferentes pontos de aldeias indígenas interior a dentro, ou seja, a gente levava até a eles toda estrutura de saúde. E aí isto me marcou muito: nas consultas que eu fazia como urologista dentro de uma comunidade indígena afastada dos centros urbanos – e as consultas de urologista nem sempre são agradáveis porque você tem que fazer o exame da próstata e essa coisa toda –, eu só conseguia fazer a consulta se estivesse o agente comunitário do meu lado para poder passar para aquele paciente indígena que eu estava atendendo a confiança, pois, estando o agente ao meu lado, o paciente compreendia tudo aquilo que estava sendo delineado naquela consulta e podia se entregar como paciente a mim.

Eu falo isso, Senador Collor, pelo seguinte: pela importância que tem esse pessoal mesmo com o advento da telessaúde, telemedicina, com esses aparatos tecnológicos em que a máquina muitas vezes está substituindo o homem – até em cirurgia tem robô fazendo cirurgia, tem pacientes que preferem ser operados por robótica do que por um ser humano. Essa relação de gente para gente, que é cultivada dia após dia pelos agentes, isso é insuperável! O olhar de esperança que passam para um paciente que precisa de uma orientação, que precisa de um conselho, que precisa de um encaminhamento é algo que é insuperável na relação de quem trabalha na medicina, de quem trabalha na saúde, de quem trabalha no relacionamento entre o paciente e os trabalhadores da saúde.

Eu penso que 90% do sucesso de um tratamento advêm dessa boa relação, e muitas vezes esse paciente que eles visitam acaba sendo influenciado por eles no encaminhamento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – ... correto, na ida de médico da área, na ida a um posto de saúde para se tomar uma vacina e por aí vai.

Essa questão do índice de cobertura vacinal que o Brasil tem vai muito da cultura do nosso povo. Mas eu quero aqui abrir um parêntese: muito se deve a esse povo aqui que orientou os pacientes de que a vacina era o certo, o caminho certo para poder se prevenir. (*Palmas.*)

Então, eu quero aqui, para concluir, dizer o seguinte. Vocês, da categoria que aqui se encontra, têm que procurar orientar para curar. Quando não der, vocês têm que procurar aliviar. E, quando não puderem, vocês precisam confortar. Essas categorias são especialistas em gente, e é disso que a gente precisa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu vou agradecer.

Nós não temos mais oradores inscritos, mas o Senador Weverton pediu questão de ordem ainda para deliberação da matéria. Eu vou abrir a inscrição, como último orador inscrito, porque ele solicitou uma palavra em questão de ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA. Pela ordem.) – É uma questão de ordem importante.

Presidente, faço um pedido e um anúncio. O pedido é para que, assim que seja confirmada aqui a aprovação dessa importante matéria, V. Exa. suspenda por dois minutos a sessão para que os representantes dos agentes comunitários de saúde e de combate à endemia possam vir aqui na frente tirar foto com V. Exa. e com o nosso Relator. É um pedido deles. (*Palmas.*)

E, segundo, conversando aqui com o Presidente Rodrigo Pacheco, relatando a ele aqui todo o apelo que foi feito, disse para ele que até o nosso Líder Randolfe aqui já fez o apelo para que a gente vote hoje no Plenário. E ele já respondeu, dizendo que, se não houver objeção, para evitar a nulidade do rito ele colocará diretamente na pauta hoje. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Foi só falar que a gente ia pedir para o Rodrigo Pacheco ir para uma audiência para o Veneziano votar, ele já ligou para o Weverton e disse que ele vai pautar a matéria. (*Risos.*)

Parabéns, Weverton! V. Exa. é um grande líder mesmo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu concordo com a foto, mas desde que a gente também apareça na foto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Todo mundo. Isso aqui é o apoio incondicional de todos os atores aqui, Senadores e Senadoras.

Quero cumprimentar novamente o Presidente Collor. Parabéns, Presidente Collor! Tenho certeza absoluta de que isso ficará registrado, este momento de hoje, na biografia de V. Exa. Quero dizer a V. Exa. que todos nós aprovamos quando da decisão de que V. Exa. fosse o Relator da matéria, foi unanimidade dos Senadores, em sinal de deferência à sua história. V. Exa., como foi dito aqui, teve essa brilhante iniciativa.

O Senador Nelsinho fez agora uma fala extraordinária, falando de gente, de povo, e é isto, de fato, que essas pessoas realizam todos os dias, aquele acolhimento na casa daqueles que estão mais sofridos, enfermos, e eles estão no dia a dia, como disse no começo, nos rincões deste país gigantesco, alguns pegando embarcação para ir atender as pessoas na Amazônia, muitos de bicicleta, fazendo dia a dia o seu trabalho. De fato, é um reconhecimento histórico para esta Casa assegurarmos na Constituição Brasileira uma emenda constitucional que dá dignidade a essas pessoas, que há 30 anos esperavam por isso. Mas foi sob a sua liderança como Presidente da República do nosso país que partiu esse sonho. Eu acho que este dia ficará registrado na história de V. Exa., no coração de V. Exa. e nos nossos corações, que fizemos parte desse momento. Todos que falaram aqui ficarão registrados nos *Anais* da Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Presidente, depois da foto, V. Exa. e o Relator poderiam fazer a foto principal no Auditório Petrônio Portella, onde estão todos...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Vamos todos os Senadores lá.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Todos estão no Auditório Petrônio Portella e, quando terminar, o nosso Relator, o nosso Presidente e os Senadores poderiam ir para lá para fazer a foto com todo mundo lá também.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Vamos lá!

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, está encerrada a discussão.

Vamos colocar em votação o relatório apresentado pelo Presidente Fernando Collor e apoiado por todos os Senadores presentes.

Temos um quórum de 26 Senadores participando da reunião da Comissão de Constituição e Justiça.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade. (*Palmas.*)

Fica aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à proposta, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar, declaramos encerrada esta brilhante sessão.

(*Iniciada às 10 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 04 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE FEVEREIRO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e dezesseis minutos do dia dezessete de fevereiro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Leila Barros e Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Carlos Viana, Rose de Freitas, Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Esperidião Amin, Flávio Arns, Styvenson Valentim, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Maria do Carmo Alves, Zequinha Marinho, Zenaide Maia, Paulo Paim, Jean Paul Prates, Humberto Costa, Paulo Rocha e Alessandro Vieira, e ainda dos Senadores não membros Soraya Thronicke e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Dário Berger, Mailza Gomes, Kátia Abreu, Carlos Portinho, Roberto Rocha, Vanderlan Cardoso, Jorginho Mello, Wellington Fagundes, Fernando Collor, Cid Gomes e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 315, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Denomina Engenheiro Manoel dos Passos Barros o viaduto localizado no entroncamento da BR-101 com a BR-262, no município de Cariacica, Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES). **Relatoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2225, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a prioridade na matrícula em creches para crianças em situação de violência doméstica, enquanto perdurar a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) declarada em decorrência da pandemia causada pelo coronavírus SARS-CoV-2." **Autoria:** Senadora Nilda Gondim (MDB/PB). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3385, de 2021 - Terminativo -** que: "Institui o Programa Emergencial de Aprendizagem dos Estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental e Médio e de Acolhimento à Comunidade Escolar das Redes Públicas de Educação Básica (PEAA)" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 394, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI), para permitir a adesão de instituições estaduais e municipais não gratuitas ao programa." **Autoria:** Senador Airton Sandoval (MDB/SP). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3479, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, que institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE, e dá outras providências, para incluir no cálculo de suas parcelas as distâncias a serem percorridas pelo transporte escolar dentro da área do Município beneficiado, as características geográficas e demográficas de cada região e as diferenças do custo de transporte nos Estados, Distrito Federal e Municípios." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA). **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3941, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.933, de 26 de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dezembro de 2013, que "dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e revoga a Medida Provisória no 2.208, de 17 de agosto de 2001", para estender aos professores o benefício da meia-entrada." **Autoria:** Senador Dário Berger (MDB/SC). **Relatoria:** Senador Jorginho Mello. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 6030, de 2019 - Terminativo -** que: "Autoriza a criação da Universidade Federal Indígena de Roraima (UFIRR)." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PROS/RR). **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama (*Ad hoc*), substituiu Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela conversão do projeto em indicação ao Presidente da República, na forma do art. 224, I, do RISF, com alterações na redação do art. 1º do PL 6030/2019. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei da Câmara n° 158, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Permite a criação de fundo patrimonial nas instituições federais de ensino superior." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Requerimento nº 2/2022 - CE, de realização de audiência pública para instruir a matéria. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 397, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Maracatu." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 3942, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre o direito à liberdade de expressão, de opinião e de pensamento nos estabelecimentos públicos de educação básica e nas instituições públicas de educação superior." **Autoria:** Senador Dário Berger (MDB/SC). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com quatro emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 4483, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre conteúdos curriculares da formação do pedagogo para atuação direcionada a estudantes em situação de restrição de locomoção." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns (*Ad hoc*), substituiu Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 5026, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, para tornar obrigatória a divulgação do Estatuto da Juventude e para instituir a Semana Nacional do Estatuto da Juventude." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama (*Ad hoc*), substituiu Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da emenda nº 1-CDH, com uma emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 5884, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre as Instituições Comunitárias de Educação Básica." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha (*Ad hoc*), substituiu Senador Plínio Valério. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 19, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a criação do Dia Nacional em Memória às Vítimas da Inquisição Brasileira." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PSD/MG). **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 45, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de solidariedade às vereadoras negras de Porto Alegre Laura Sito, do PT, Daiana Santos, do PC do B e Karen Santos, do PSOL , pelos ataques racistas e ameaças de morte sofridos via a internet no dia 07 de dezembro de 2021." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 46, de 2021** que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 864/2019, que “altera o art. 88 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências’, para dispor sobre a relação de emprego entre os árbitros e as federações”" **Autoria:** Senador Romário (PL/RJ), Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado, com a subscrição do Senador Paulo Paim. **ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 1, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o legado dos cem anos da Semana de Arte Moderna" **Autoria:** Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado, com a subscrição do Senador Izalci Lucas. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - Projeto de Lei n° 3143, de 2021 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome do General Joaquim Xavier Curado no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO). **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 2, de 2022** que: "Requer a realização de audiência pública para instrução do Projeto de Lei da Câmara n° 158, de 2017, que permite a criação de fundo patrimonial nas instituições federais de ensino superior." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). **Resultado:** Aprovado, com aditamento para inclusão da Deputada Bruna Furlan na lista de convidados. **ITEM EXTRAPAUTA 20 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 3, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de avaliar os impactos nas contas das prefeituras estaduais e municipais em decorrência do reajuste do piso dos professores da educação básica. Propõe-se para a audiência a presença dos seguintes convidados: - Representante da frente Nacional dos Prefeitos; - Representante Representante do Ministério da Educação; - Representante Representante da Confederação Nacional dos Municípios; - Representante Representante do Ministério Público; - Representante Representante do Sindicato dos Professores." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Resultado:** Aprovado, com a subscrição do Senador Marcelo Castro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/02/17

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião se destina à deliberação dos itens 1 a 17. Ficam retirados da pauta os itens 5, 6 e 10 a pedido dos Relatores.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 3479, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, que institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE, e dá outras providências, para incluir no cálculo de suas parcelas as distâncias a serem percorridas pelo transporte escolar dentro da área do Município beneficiado, as características geográficas e demográficas de cada região e as diferenças do custo de transporte nos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA)

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações: *Em 16/02/2022, foi apresentado novo relatório, com voto pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta.*

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 3941, DE 2019

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013, que "dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e revoga a Medida Provisória no 2.208, de 17 de agosto de 2001", para estender aos professores o benefício da meia-entrada.

Autoria: Senador Dário Berger (MDB/SC)

Relatoria: Senador Jorginho Mello

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 3942, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre o direito à liberdade de expressão, de opinião e de pensamento nos estabelecimentos públicos de educação básica e nas instituições públicas de educação superior.

Autoria: Senador Dário Berger (MDB/SC)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação do projeto com quatro emendas que apresenta.

Observações: *A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania apreciará a matéria, em decisão terminativa.*)

Pede a palavra a Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente Izalci, queria, antes de pedir... Porque eu quero solicitar, Presidente, a inclusão extrapauta do requerimento para audiência pública do Projeto 158, de 2017, que é o item 8 dessa pauta. O projeto é importante, mas eu acho que a gente, para instruir, tem que convidar pessoas para estarem aqui. É o meu requerimento, que queria que senhor incluísse extrapauta.

Dois, quero parabenizar o senhor pelo pedido de derrubada de veto do recurso da Embrapa. Pelo amor de Deus! A Embrapa foi quem fez essa agricultura "bombar" aí. E a gente sabe que... Por exemplo, por que a gente cresceu? Por causa da Embrapa – maior parte –, porque é o maior banco genético do mundo nesse campo aí. É maior do que todos. Então, quero dizer que estou com o senhor e vou lutar também pela derrubada desse veto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à solicitação feita extrapauta, tem uma razão de ser esse projeto, mas a gente precisa discutir mais.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Senadora Zenaide, a gente acata o pedido de V. Exa. E vamos votar ainda hoje, então, o requerimento de audiência pública. É um projeto muito importante, do Senador Rodrigo Cunha, e a gente precisa também apressar essa audiência para que a gente possa votar o mais rápido possível, porque, de fato, é de muito interesse da academia, dos pesquisadores e das universidades.

Nós vamos colocar extrapauta o requerimento, para que a gente possa votá-lo ainda hoje e marcar o mais rápido possível a audiência – vou conversar com o Presidente Marcelo para a gente marcar o mais rápido possível –, para a gente liberar a votação do projeto do Senador Rodrigo Cunha.

Acato, então, o pedido de V. Exa.

Passo a palavra ao Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, o meu pedido é para que V. Exa., se possível, pudesse fazer uma inversão de pauta e colocar em primeiro lugar na votação o item 9, do qual eu sou o Relator. Eu estou aqui em Pernambuco e tenho um compromisso muito importante daqui a pouco, que diz respeito àquele assassinato de uma criança na semana passada, na região rural do Município de Barreiros, e precisarei me ausentar.

Como esse projeto que institui o Dia Nacional do Maracatu é muito importante para nós aqui de Pernambuco e do Brasil e também já está há muito tempo em tramitação, se fosse possível, eu gostaria que V. Exa. desse prioridade a esse projeto e invertesse a ordem de discussão e votação.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu acato o pedido de V. Exa.

Só vou passar a palavra – há dois inscritos – ao Senador Confúcio Moura e depois ao Senador Esperidião Amin. E a gente faz a inversão como item 1 o item 9, que institui o Dia Nacional do Maracatu.

Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, caros colegas Senadores e Senadoras, eu apresentei à Mesa da Comissão de Educação um requerimento solicitando uma audiência pública. Falta ainda a assinatura – fiz compartilhado – do Senador Marcelo Castro. S. Exa. assinando, gostaria que fosse incluído extrapauta nesta sessão, caso seja referendado, justamente falando sobre o assunto do piso do magistério, ouvindo sindicatos, ouvindo a Confederação Nacional de Municípios, ouvindo alguém do Ministério da Educação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e também do Ministério Público, justamente para debater esse assunto, que é muito polêmico por parte dos Prefeitos do Brasil. Então, vamos ouvir a todos numa mesa para que possa ser bem esclarecido a todo mundo.

Era só isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Senador Confúcio, eu não tenho aqui o requerimento. V. Exa. poderia informar se encaminhou e quando?

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. *Por videoconferência*.) – Conversei ontem com o Senador Marcelo. Creio que S. Exa. deve subscrever conjuntamente comigo. Tão logo S. Exa. assine, chegará aí, está bem?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k. Chegando aqui, eu já coloco como extrapauta.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. *Por videoconferência*.) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. *Por videoconferência*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Senador Esperidião Amin. (*Pausa.*)

O Senador Esperidião Amin deve estar participando de outra reunião.

Vamos, então, ao item 9.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 397, DE 2019

- Não terminativo -

Institui o Dia Nacional do Maracatu.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação.

A iniciativa, aliás, é da Deputada Federal Luciana Santos. Relatoria, Senador Humberto Costa.

Concedo a palavra, então, ao Senador Humberto Costa para a leitura do relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, vem ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei nº 397, de 2019 (PL nº 7.133, de 2017, na origem), da Deputada Luciana Santos, que institui o Dia Nacional do Maracatu.

A proposição consta de dois dispositivos: o art. 1º institui a referida efeméride e o art. 2º propõe que a lei entre em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, a autora da matéria narra a origem e a evolução da manifestação cultural Maracatu, e destaca a sua presença no país e no exterior.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi aprovada conclusivamente pelas Comissões de Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Chegando ao Senado Federal, a proposição foi distribuída para a apreciação exclusiva da Comissão de Educação. Após a sua análise, a matéria segue para a decisão do Plenário.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar em matérias que versem sobre datas comemorativas, tema da proposição em análise.

Surgido no período da escravatura, aproximadamente entre os séculos XVII e XVIII, o maracatu é uma mistura de culturas africanas, ameríndias e europeias.

O nascedouro da manifestação compreende a região hoje abarcada pelo Estado de Pernambuco, especialmente as cidades de Recife, Olinda e Igarassu que, à época, incluía também os Municípios de Itapissuma, Abreu e Lima e Itamaracá.

Caracterizado pelo tambor de alfaia, o maracatu é mais que um ritmo musical. Suas manifestações incluem dança, vestimentas típicas e sincretismo religioso. Pode ser dividido em dois grandes grupos, o Maracatu Nação, ou do Baque-Virado, e o Maracatu Rural, ou do Baque-Solto. O primeiro deles é muito comum na região metropolitana do Recife e é considerado o mais antigo ritmo afro-brasileiro. Já o segundo é característico da Zona da Mata Norte de Pernambuco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A manifestação é organizada em grupos de prática, aprendizado e apresentação. Incluem-se entre os mais antigos grupos o Maracatu Nação Estrela Brilhante, fundado em meados de 1750 e liderado hoje por Dona Olga, filha de Dona Mariú; e o grupo Maracatu Elefante, fundado em 1800 no bairro Boa Vista, em Recife, que tem entre seus criadores o escravo Manoel Santiago.

Entendemos, portanto, que é relevante e meritória a proposta, na medida em que contribui para homenagear, divulgar e manter viva a rica cultura do maracatu.

A escolha do dia 1° de agosto, mesma data escolhida para a instituição da efeméride no âmbito do Estado do Pernambuco, se dá em homenagem ao Mestre Luiz de França, que comandou o grupo Maracatu Leão Coroado por quarenta anos.

Tendo sido a CE a única comissão a apreciar a proposta, cabe avaliar, também, a constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa da proposição.

Compete à União legislar concorrentemente com os Estados e Municípios sobre proteção ao patrimônio cultural e artístico, de acordo com o art. 24, inciso VII, da Constituição Federal, não havendo restrição específica sobre sua iniciativa.

Para o cumprimento das exigências da Lei n.° 12.345, de 2010, foi realizada audiência pública na Comissão de Cultura da Câmara Federal de Olinda, no Palácio dos Governadores, sede da Prefeitura Municipal da cidade, no dia 5 de dezembro de 2016. Na mesa da audiência, estiveram presentes a Presidente da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe) Márcia Souto; o Secretário de Cultura de Olinda, Lucilo Varejão; a Vice-Presidente da Câmara de Municipal de Olinda, Vereadora Monica Ribeiro; o Vereador Fernando MJ; o Mestre Afonso do Maracatu Leão Coroado; Bernardo do Maracatu Nação Pernambuco; o Mestre Manoelzinho, representando a Associação dos Maracatus de Baque Solto; e outros representantes de grupos de Maracatus. Todos reforçaram a importância da data.

Concluímos, assim, que a proposição se mostra adequada aos ditames constitucionais, aos princípios e normas jurídicos, bem como à correta técnica legislativa, conforme disposta na Lei Complementar n° 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei n° 397, de 2019.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Agradeço a V. Exas.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Parabéns, Senador Humberto Costa!

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 315, DE 2018

- Terminativo -

Denomina Engenheiro Manoel dos Passos Barros o viaduto localizado no entroncamento da BR-101 com a BR-262, no Município de Cariacica, Estado do Espírito Santo.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatoria: Senadora Rose de Freitas

Relatório: Pela aprovação.

A relatoria é da Senadora Rose de Freitas, mas o projeto será relatado *ad hoc* pela Senadora Leila Barros. O relatório é pela aprovação.

Concedo, então, a palavra à nossa querida Senadora Leila Barros para a leitura do relatório.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Senador Izalci, que preside esta Comissão de Educação no dia de hoje.

Senador, antes de começar a leitura do relatório, eu gostaria aqui de externar a todos os brasileiros e brasileiras que nos estão acompanhando pelos meios de comunicação do Senado Federal a minha solidariedade aos familiares e amigos das vítimas da tragédia que foi a tempestade que acometeu o Município de Petrópolis, na região serrana do Rio de Janeiro. Até o momento, são 104 vidas perdidas, e, segundo o Ministério Público, pelo menos 35 pessoas estão desaparecidas. Então, é um momento difícil para a população daquela região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em nome do Senado Federal, de todos nós Parlamentares, expresso a nossa solidariedade, as nossas orações. Eu estou muito emocionada porque foram vitimadas mais de 60 mulheres e pelo menos, até o momento, 13 crianças e mais de 30 homens. Então, é uma tragédia! É uma tragédia maior do que a que aconteceu em 2005 e em 2011. Então, a nossa solidariedade a esse povo, a essa população que, neste momento, precisa muito das nossas orações e do apoio do Estado brasileiro, para não só recuperar seus bens, mas para, acima de tudo, superar tantas perdas!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Senadora Leila, eu faço das palavras de V. Exa. as minhas palavras. Ontem, no Plenário, também o Presidente Rodrigo Pacheco fez essa colocação. É um momento muito triste!

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Muito!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – A gente precisa, esta Casa, o Congresso e o Executivo também, buscar soluções para que não aconteçam fatos como esse, como já aconteceu, como V. Exa. falou, em 2005 e em 2011. Nós estamos repetindo a tragédia que aconteceu em 2011.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – É maior, não é? Vem num crescente!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E é o que a gente está vendo em todos os lugares.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Sim!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Quero também me solidarizar com a população de Belo Horizonte, onde também muitos...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Em Minas Gerais, no Estado de Minas também, no Nordeste...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E Brasília, a gente precisa cuidar dela também.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Também!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Nós temos aqui áreas que, se a gente não cuidar delas antes, depois do acidente ficarão muito ruins.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Sim! São tragédias anunciadas, não é, Senador Izalci?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Então, é lamentável!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Parabenizo V. Exa. e me solidarizo com toda a população, principalmente com os familiares.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Obrigada.

Vamos à leitura do relatório.

Eu estou substituindo, como Relatora *ad hoc*, a Senadora Rose de Freitas.

Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei do Senado (PLS) 315, de 2018, do Senador Ricardo Ferraço, que denomina Engenheiro Manoel dos Passos Barros o viaduto localizado no entroncamento da BR-101 com a BR-262, no Município de Cariacica, Estado do Espírito Santo.

A proposição consta de dois artigos, dos quais o primeiro estabelece a denominação acima referida, enquanto o segundo determina a entrada em vigência da projetada lei para a data de sua publicação.

Na justificação, expõe a trajetória biográfica do homenageado, com ênfase em sua atuação como engenheiro responsável pelo projeto e construção de diversas rodovias no Estado do Espírito Santo.

Encaminhou-se a proposição à deliberação da CE, em caráter terminativo. Não foram apresentadas emendas.

O PLS nº 315, de 2018, foi inicialmente distribuído ao Senador Flexa Ribeiro, que apresentou relatório, o qual passo a adotar, tendo em vista a concordância com seu teor.

A Análise.

Compete à CE opinar sobre proposições que tratem de homenagens cívicas, tal como a presentemente analisada, de acordo com o art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

O projeto sob exame pretende homenagear Manoel dos Passos Barros, nascido em 1898, no Estado do Amazonas. Após formar-se em engenharia civil em Salvador (BA), em 1925, ele foi trabalhar no Espírito Santo, sendo nomeado, três anos depois, engenheiro chefe do 1º Distrito da Secretaria de Viação e Obras Públicas, com sede em Vitória. Passou a se dedicar desde então, e ao longo de décadas, à construção de estradas, a exemplo da Estrada Império – Cabugi (hoje Pedro Canário – Nanuque), no norte do estado. Projetou, como engenheiro do Departamento de Estradas de Rodagem do Espírito Santo (DER-ES), todas as saídas de Vitória, assim como o trecho da BR-101 que vai do Município de Guarapari ao Rio Mucuri, próximo à divisa com a Bahia, e o trecho da BR-262 que se estende de Vitória à divisa com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Minas Gerais. Ainda projetou e construiu a Estrada Carlos Lindembergue, que liga Vila Velha a Vitória. Aposentou-se como diretor do DER-ES, em 1960.

Na área acadêmica, o engenheiro Passos Barros foi um dos fundadores da Escola Politécnica do Espírito Santo, hoje Centro Tecnológico da Universidade Federal do Espírito Santo, onde lecionou na cadeira de Geometria Analítica.

Entre as diversas homenagens que recebeu em vida estão o Certificado de Serviços Relevantes Prestados à Nação, concedido nos anos de 1960 a 1969, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia; os títulos de Cidadão Vitoriense e de Cidadão Vila Velhense, concedidos pelas Câmaras Municipais dos respectivos municípios, assim como a Ordem Estadual do Mérito Jerônimo Monteiro, por decreto do Poder Executivo, em 1972.

De 1970 até o seu falecimento, em 1986, Passos Barros foi pastor e presidente do Presbitério Espírito Santense da Igreja Cristã Maranata.

As rodovias BR-101 e BR-262 são integrantes do Sistema Rodoviário Federal, ficando, portanto, sob a jurisdição da União. A proposição está amparada pela Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação, assim como pela Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos.

A iniciativa mostra-se, portanto, louvável quanto ao mérito.

Além disso, não apresenta quaisquer óbices no que se refere à adequação às normas constitucionais ou aos princípios gerais do Direito, além de empregar a correta técnica legislativa.

O voto, Sr. Presidente.

Conforme o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado Federal nº 315, de 2018.

Eis o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Senadora Leila.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira... (*Pausa.*)

Senadora Rose de Freitas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria agradecer à Leila. Eu achava que não conseguiria ainda falar, porque fiquei sem voz ontem e hoje de manhã. É só para agradecer a todos. Muito obrigada, Senadora Leila. Obrigada, Presidente.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Conte sempre comigo, Senadora Rose.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Senadora Rose, melhoras para V. Exa.

Nós vamos manter a discussão ainda, porque este aqui precisa de quórum qualificado, e eu não sei se a gente vai conseguir. Vamos deixar lido e aberta a discussão.

Item nº 3...

Vamos retirar de pauta o item nº 4. O Relator Alessandro Vieira vai discutir essa matéria com o Governo. Então, estamos retirando o item nº 4 da pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 394, DE 2018

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI), para permitir a adesão de instituições estaduais e municipais não gratuitas ao programa.

Autoria: Senador Airton Sandoval

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela aprovação.

Observações: *A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao projeto.*)

Item nº 3, de relatoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 3385, DE 2021

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Institui o Programa Emergencial de Aprendizagem dos Estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental e Médio e de Acolhimento à Comunidade Escolar das Redes Públicas de Educação Básica (PEAA)

Autoria: Senador Alessandro Vieira

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações: *Se aprovado o Substitutivo, será dispensado o turno suplementar, nos termos do art. 14 do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021.*

Concedo a palavra ao Senador Veneziano Vital do Rêgo para a leitura do relatório.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Presidente!

As minhas saudações neste início de manhã e os meus cumprimentos de praxe a todos e todas integrantes da Comissão de Educação.

Quero saudá-lo pela Presidência deste Colegiado e agradecer-lhe, mais uma vez, por ter sido distinguido para apreciar e apresentar relatório a respeito de um projeto de suma importância, apresentado por S. Exa. o Senador Alessandro Vieira, que, nesta quadra em que nos encontramos, ainda sob essa trágica pandemia, foi autor de duas importantes iniciativas, dentre outras, num trabalho que ele sempre brilhantemente demonstra... Sobre uma dessas iniciativas, nós tivemos, na última sexta-feira, a chance de deliberar, aprovando-a inclusive com a participação de S. Exa. o Presidente Izalci Lucas.

Agora nós nos detemos na apreciação do Projeto 3.385, que, igualmente, na mesma linha de preocupações, de sensibilidade que o projeto citado há poucos instantes e ao qual eu fazia menções propunha.

V. Exa. já fez a leitura da ementa do 3.385, de autoria do Senador Alessandro, que institui o Programa Emergencial de Aprendizagem dos Estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental e Médio.

Eu pediria a V. Exa., com a sua aquiescência e a anuência obviamente do Colegiado da Comissão de Educação, que nos permita ir, em face de a primeira parte do nosso relatório ser de conhecimento e se tratar de formalismos legislativos, direto à análise.

Passando à análise do mérito, nos termos do art. 208, inciso I, da Constituição Federal, o dever do Estado com a educação deve ser efetivado mediante a garantia de educação básica obrigatória e gratuita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos quatro aos dezessete anos. Contudo, a emergência de saúde pública provocada pela esta pandemia alterou profundamente as atividades educacionais.

Para mitigar os efeitos da suspensão das aulas, as redes públicas e privadas de ensino buscaram oferecer aulas remotas, com todas as dificuldades que isso importou e de que somos testemunhas. O uso de novas tecnologias para a promoção da atividade educacional de forma satisfatória exigiria que alunos e professores dominassem essas tecnologias e tivessem acesso a equipamentos de informática e à conexão de internet.

A evasão escolar, Presidente Izalci, já era um problema social que assolava o Brasil e afetava, principalmente, os estudantes do ensino médio. Os números e os percentuais que nós trouxemos mostram exatamente essa traumática realidade. No ensino fundamental, a evasão ocorria notadamente em casos em que a distância da escola era associada à falta de transporte escolar.

No contexto de pandemia, o atraso escolar, a ausência de internet ou de acesso a tecnologias, a dificuldade das redes de ensino e dos professores de transmitirem o conhecimento de forma não presencial viraram novos motivos para o abandono escolar, também gritante, especialmente dos alunos de nível socioeconômico mais baixo.

Além disso, Presidente Izalci, Sras. e Srs. Senadores, o Índice de Educação a Distância, criado por pesquisadores da USP, mostrou deficiência na implementação do ensino remoto nas escolas do país entre março e outubro de 2020, o que, por consequência, gerou aumento da desigualdade já existente na educação. As redes de ensino estaduais tiveram pontuação média de 2,38; e as redes municipais das capitais, 1,6, sendo 5 a maior alcançada, metade dos 10 pontos possíveis – imaginem os senhores e as senhoras. Entre os problemas mais comuns, podemos citar atraso na implementação do ensino, ineficiência nas ações e descaso com a forma com a qual os alunos acessam ou acessavam o seu conteúdo.

Ainda, conforme apurado na pesquisa "Educação não presencial na perspectiva dos estudantes e suas famílias", encomendada ao Datafolha pela Fundação Lemann, Itaú Social, 51% dos responsáveis consideraram que estavam participando mais da educação dos estudantes e 71% passaram a valorizar mais o trabalho desenvolvido pelos professores.

Segundo o relatório "Agir agora para proteger o capital humano de nossas crianças: os custos e a resposta ao impacto da pandemia de Covid-19 no setor de educação na América Latina e Caribe", do Banco Mundial, o percentual de crianças dessa região, na qual se inclui o Brasil, que não conseguem ler e compreender um texto simples ao terminar o ensino fundamental pode aumentar de 51% para 62%. Ademais, considerando-se até então uma duração de fechamento de escolas de dez meses e eficácia moderada das medidas de mitigação, a parcela de estudantes abaixo dos níveis mínimos de proficiência poderia aumentar de 55% para 71%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, na linha e na esteira das argumentações trazidas, para as quais nós também reservamos o reconhecimento aos fundamentos do Senador Alessandro Vieira, consideramos que a iniciativa em análise é meritória sim, uma vez que busca mitigar os efeitos nefastos da pandemia sobre a educação – mitigar, pelo menos. Contudo, por se tratar de decisão em caráter terminativo, insta analisar requisitos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e sua técnica.

A propósito, optamos pela apresentação de substitutivo, de comum acordo com S. Exa. o Senador Alessandro Vieira, enaltecendo claramente a pertinência e a relevância da ideia veiculada inicialmente pelo Projeto 3.385, de 2021, com supressão dos dispositivos cuja constitucionalidade poderia ser questionada por vício de iniciativa ou por ampliar despesas sem demonstrar a correspondente compensação financeira. E foi nessa linha que nós aqui apresentamos sugestões a fim de que superemos possíveis questionamentos desta natureza, Presidente Izalci.

Ademais, previmos que a implementação do eixo "busca ativa" será feita com a atuação articulada e integrada de instituições e instâncias do poder público, nos níveis federal, estadual, distrital e municipal, conforme cada caso, para aplicação de mecanismos de promoção, defesa e controle do direito à educação, bem como que a implementação dos eixos "busca ativa" e "acolhimento" contará com a atuação de grêmios estudantis das próprias escolas ou de outras representações estudantis existentes, para apoiar a realização dessas citadas atividades.

Na parte final, Presidente, senhoras e senhores, queridos companheiros, o voto.

Diante do exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.385, de 2021, nos moldes do seguinte substitutivo...

Nós transcrevemos o substitutivo que colocamos em apreciação da Comissão de Educação, na expectativa de convencer os nossos pares da oportunidade e da pertinência de podermos produzir essa nova legislação atinente a este momento tão delicado e traumático por que nós passamos também na área educacional, Presidente Izalci Lucas.

Esse é o nosso trabalho. Peço a V. Exa. e, evidentemente, aos demais outros integrantes que possam acompanhar a linha defendida pelo Senador Alessandro Vieira, com a qual nós tivemos a oportunidade e a incumbência de colaborar.

Obrigado, Presidente Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Quero inclusive aproveitar, Senador Veneziano... Eu estou na reunião de Líderes pedindo também para colocar o projeto de V. Exa., que V. Exa. já relatou na CCJ, o PLC 49, de 2018, que é exatamente em função da medida provisória que nós aprovamos ontem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como os agentes de trânsito, a Polícia Legislativa e o socioeducativo não estão no fundo, a proposta nossa, fechada lá ontem com o Presidente e também com o Relator Marcos do Val foi para que a gente pudesse incluir nesse projeto de V. Exa. Então, já peço antecipadamente para que V. Exa. acate no relatório para a gente poder realmente contemplar para que eles possam também ser beneficiados com o subsídio lá do Fundo da Segurança Pública. Mas agradeço a V. Exa.

O querido Senador Alessandro Vieira pede a palavra, o autor do projeto.

Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Antes de qualquer coisa, agradeço pelo trabalho sempre muito atento, muito cuidadoso do Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Esse projeto, na linha de vários outros que nós estamos apresentando, busca uma retomada da normalidade brasileira, particularmente na educação, que é a grande ferramenta para o futuro que nós todos desejamos. Os prejuízos causados pela pandemia são imensos. O Senador Izalci e tantos outros aqui presentes que são atuantes na área da educação há tanto tempo sabem que nós regredimos, em alguns indicadores, 20 anos. Então, é preciso investir neste momento para que você possa ter uma recomposição.

O projeto é relativamente simples, muito objetivo, e trata com três eixos essenciais essa retomada da educação: uma busca ativa daquele aluno que se evadiu da escola, premido pela gravidade da pandemia; o acolhimento adequado da comunidade e das pessoas que chegam nesse retorno à escola e a recomposição da aprendizagem, cuidando do professor, que tem que ser também qualificado para essa retomada, e dando ênfase às matérias de português e matemática, que são cruciais para uma retomada de todo um processo de aprendizagem do futuro e inclusão no mercado de trabalho.

Então, fico muito feliz com o relatório apresentado e peço aos colegas que tenham a boa vontade, a cautela de votar favoravelmente à aprovação desse projeto.

Obrigado Sr. Presidente Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Parabenizo V. Exa.

Senadora Leila Barros para fazer a discussão.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Para discutir.) – Sr. Presidente, é só para parabenizar o autor da iniciativa do PL 3.385, o Senador e meu querido colega de bancada de Cidadania, o Senador Alessandro Vieira, assim como o Relator Veneziano Vital do Rêgo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além dos três eixos, o que é mais interessante – e os Senadores já ressaltaram, tanto o Senador autor quanto o Relator, sobre os três eixos, o enfrentamento ao abandono e à evasão escolar, o acolhimento à comunidade e também essa questão da recomposição da aprendizagem –, o que chama a atenção também no projeto é que ele prevê o apoio técnico e financeiro para o uso da tecnologia e conectividade para fins pedagógicos, o que é muito importante, porque a gente sabe que a disparidade é grande entre a escola pública, o aluno que estuda em escola pública, o acesso a essa conectividade, diferentemente... Existe um abismo enorme.

Quero parabenizar por essa iniciativa, porque, realmente, acho que um dos grandes desafios para os jovens que estão na escola pública é justamente o acesso à internet, uma internet de qualidade para que eles possam, enfim, estudar. Então, parabenizo os dois Senadores, tanto o Senador Alessandro, pela autoria, e o Relator Veneziano.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu também quero aproveitar a oportunidade. É um tema para o qual a pandemia trouxe muita luz, para essas desigualdades sociais.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – E é uma pauta sua. É uma pauta sua essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É, exatamente. E lembrando que nós aprovamos aqui, por unanimidade, no Senado, a banda larga nas escolas...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... depois, aprovamos na Câmara, foi vetado, derrubamos o veto e, depois, veio a medida provisória tratando do mesmo assunto.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Do mesmo assunto.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E hoje nós temos escolas sem internet, escolas sem laboratório, sem esporte, sem cultura.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Buscamos outra tentativa agora com esse projeto, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Exatamente.

Eu acho que vem em boa hora e a gente precisa realmente priorizar a educação não só com discurso, mas com recurso e com prática, não é? Então, parabéns!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não vou encerrar a discussão, porque a gente ainda está trabalhando quórum, porque é matéria terminativa. Vou deixar a matéria em aberto.

Vou pedir desculpa já ao Senador Styvenson Valentim, que era o item 2 e eu não percebi. Foi o primeiro a pedir a palavra e acabei pulando aqui o item 3. Senador Styvenson Valentim, me desculpe.

Já passo para o item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2225, DE 2021

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a prioridade na matrícula em creches para crianças em situação de violência doméstica, enquanto perdurar a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) declarada em decorrência da pandemia causada pelo coronavírus SARS-CoV-2.

Autoria: Senadora Nilda Gondim

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações: *Se aprovado o Substitutivo, será dispensado o turno suplementar, nos termos do art. 14 do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021.*

Eu concedo, então, a palavra ao Senador Styvenson Valentim para a leitura do relatório.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Aos Senadores e Senadoras presentes e a todos que nos assistem, um bom dia.

O senhor já fez uma síntese do que é o Projeto 2.225 da Senadora Nilda Gondim, que teve essa preocupação, indo na mesma linha de atuação dos outros projetos que visam essa segurança e proteção à criança e à educação.

Peço a autorização do senhor, Sr. Presidente, para passar direto para a análise.

O PL nº 2.225, de 2021, aborda matéria relativa a diretrizes e bases da educação nacional e está, portanto, sujeito ao exame de mérito desta Comissão, nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dado o caráter terminativo do projeto nesta Comissão, este parecer aprecia, além do mérito educacional, a constitucionalidade e a juridicidade da iniciativa.

A proposição dispõe sobre tema de diretrizes e bases da educação nacional, matéria de competência legislativa privativa da União, nos termos do art. 22, inciso XXIV, da Constituição Federal, admitindo-se, no caso, a iniciativa de membro do Congresso Nacional. Além disso, o PL não adentra em assunto de iniciativa reservada ao Presidente da República, conforme dispõem os arts. 61 e 84 da Constituição Federal.

A matéria se encontra, ademais, em conformidade com o ordenamento jurídico do país, adequando-se ao disposto na Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, quanto à garantia do direito à educação; e na Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, o ECA, no que se refere à proteção integral das crianças.

Tendo em vista a carência de vagas em creche, o que é infelizmente uma realidade em âmbito nacional, a maioria das redes de ensino organiza listas, com base em critérios públicos, de forma a garantir a transparência na matrícula das crianças. Nesse processo de priorização, o critério da Justiça a ser utilizado deve ser o de assegurar a primazia àqueles que mais necessitam, justamente objeto da proposição em comento.

Nesse sentido, não custa lembrar que, recentemente, o Congresso Nacional aprovou a Medida Provisória 1.061, de 2021, que instituiu o programa de transferência de renda Auxílio Brasil, em substituição ao Programa Bolsa Família. Entre os benefícios previstos no novo programa, destaca-se o Auxílio Criança Cidadã, que permitirá ao Governo Federal financiar a matrícula em creches conveniadas de crianças e famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

A priorização das crianças vítimas de violências vai ao encontro dessas iniciativas, assegurando proteção, cuidado e educação àqueles que mais precisam. Nesse sentido, consideramos que o PL é adequado também sob o ponto de vista do mérito. Ainda sob o ponto de vista da adequação da matéria, constatamos, ao analisar a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, a Lei Maria da Penha, a existência de dispositivo que já garante à mulher em situação de violência doméstica e familiar a prioridade para matricular ou transferir seus dependentes para instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio. Tendo em vista essa determinação legal, consideramos que é, realmente, razoável incluir dispositivo semelhante na legislação própria, o Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelecendo o direito da criança e do adolescente a receber esse tratamento.

Com essa providência, garantimos uma complementaridade e uma simetria entre o disposto na Lei Maria da Penha e no ECA relativamente ao tema. Ademais, consideramos que a delimitação feita na proposição ao período emergência em Saúde Pública de Importância Nacional declarada em decorrência da pandemia causada pelo coronavírus limita excessivamente o alcance da medida aventada, que deixaria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de valer após o fim da pandemia, que esperamos ocorra o mais breve possível. Nesse sentido, apresentamos substitutivo para tornar definitiva a priorização proposta pela Senadora Nilda Gondim, fazendo a matéria figurar como medida permanente no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Voto.

Em razão do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade e pela juridicidade do Projeto de Lei nº 2.225, de 2021, e, no mérito, pela sua aprovação, nos termos do seguinte substitutivo:

> Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer a prioridade absoluta de matrícula ou transferência para a instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio de criança ou adolescente situação de violência doméstica.
> O Congresso Nacional decreta:
> Art. 1º O art. 54 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte §4º:
> "Art.54. .....
> .....
> § 4º A criança ou o adolescente em situação de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, tem prioridade absoluta para matrícula ou transferência para a instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio, mediante a apresentação dos documentos comprobatórios do registro da ocorrência policial ou de certidão do processo de violência doméstica e familiar em curso, assegurada a preservação do sigilo."

Esse é o voto.

E quero agradecer à Senadora Nilda Gondim por essa visão, uma visão protetora às crianças, contra as quais hoje, e principalmente durante a pandemia, aumentaram os casos de violência. E não só às crianças: aos incapazes, aos deficientes físicos, aos portadores de deficiência física, aos idosos, às mulheres. Então, essa seria mais uma forma, mais uma matéria legislativa para dar proteção a essas crianças.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Senador Styvenson.

Eu não só agradeço, mas também parabenizo V. Exa. pela iniciativa de tornar o programa definitivo. Essa, inclusive, era uma sugestão, quando vi o projeto, para que se estendesse realmente em definitivo, tendo em vista que essas crianças que sofrem violência precisam mesmo do acolhimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa., que é policial militar, sabe mais do que todos nós o que acontece com essas crianças, principalmente neste período de pandemia, mas é comum hoje essa violência contra as crianças. Então, parabenizo-o pelo relatório.

O Senador Paulo Paim também pediu a palavra, está inscrito.

Senador Paulo Paim, vamos entrar aqui na discussão da matéria?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Senador Izalci, serei muito rápido.

Primeiro, quero agradecer a V. Exa., Senador Izalci, pois no dia anterior eu pedi a V. Exa., na Presidência, que botasse em votação, por gentileza, o requerimento de minha autoria para a gente poder fazer uma sessão de homenagem à população tão necessitada da política de cotas para negros e negras, índios e os mais vulneráveis. Saiba V. Exa. que, quando V. Exa. estava presidindo, houve alguém que disse: "Paim, ele não te ouviu". Eu disse: "Ele ouviu, sim. Ele vai responder". E fiquei esperando. Em seguida, V. Exa. respondeu e disse que botaria em votação no dia subsequente. E, no dia de ontem, não estava previsto na pauta – eu fiquei um pouco preocupado de novo –, mas V. Exa., de forma espontânea, pediu a palavra no Plenário e disse ao Presidente Rodrigo Pacheco que com esse projeto da política de cotas – a sessão especial – você havia se comprometido. E de pronto ele botou em votação. Então, agradeço a V. Exa.

Agora concluo. Em relação ao projeto da nobre e querida Senadora Nilda Gondim e do querido amigo Styvenson Valentim, permitam que eu faça uma pequena homenagem à grande líder do Estatuto da Criança e do Adolescente, ainda como Deputada, a Deputada Rita Camata, e, por extensão, ao Senador, já falecido, Gerson Camata. Ela foi a grande articuladora do projeto na época, e eu tive a alegria de participar dessa discussão.

Agora, Senadora Nilda e Senador Styvenson, parabéns pela proposta! Vem num momento correto, adequado, garantindo à criança e ao adolescente em situação de violência doméstica (*Falha no áudio.*)...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Deu aí uma...

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – (*Falha no áudio.*) ... tornando-a permanente. Então, meus parabéns a todos!

Era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Paim, eu aprendi ainda quando criança – meu pai me falava sempre: "ninguém é obrigado a fazer nenhum acordo nem a prometer nada, mas, quando você promete ou faz um acordo, você tem que cumprir". Então, não fiz mais do que a minha obrigação. Mas parabéns a V. Exa. pela iniciativa de fazer essa sessão solene de um tema tão importante, que foi a questão das cotas, que possibilitou muitos jovens negros entrarem nas universidades. Parabéns a V. Exa.!

Bem, a discussão fica aberta.

Eu vou pedir à Senadora Leila Barros que possa assumir a Presidência para que eu possa relatar um extrapauta.

Consulto as Sras. e os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do Projeto de Lei nº 3.143, de 2021, que inscreve o nome do General Joaquim Xavier Curado no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam a inclusão extrapauta queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passo a Presidência para a Senadora Leila Barros.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Item extrapauta. Projeto de Lei 3.143, de 2021, terminativo.

EXTRAPAUTA

ITEM 18

PROJETO DE LEI Nº 3143, DE 2021

Inscreve o nome do General Joaquim Xavier Curado no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra ao Senador Izalci para a leitura do seu relatório.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Obrigado, Senadora Leila.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa, o Projeto de Lei nº 3.143, de 2021, do Senador Vanderlan Cardoso, que inscreve o nome do General Joaquim Xavier Curado no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

O projeto contém dois artigos. O primeiro institui a homenagem descrita pela ementa, enquanto o segundo prevê a entrada em vigor da lei na data de sua publicação.

Na justificação, o autor afirma que a proposição tem o mesmo teor do Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2007, de autoria do Deputado Leandro Vilela, que foi arquivado nesta Casa nos termos do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal.

Ademais, a justificação traz, ainda, uma série de feitos do General Xavier Curado que, segundo o autor, o habilitam ao recebimento da homenagem proposta.

A matéria foi distribuída para análise exclusiva e terminativa deste Colegiado e não recebeu emendas.

Análise.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Risf, compete à Comissão de Educação a análise de proposições que versem sobre homenagens cívicas, caso do PL nº 3.143, de 2021.

Além disso, por ser a única Comissão a se manifestar sobre a matéria, cabe à Comissão de Educação a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição.

Quanto a estes aspectos, nada há que se opor ao projeto. De fato, a matéria se insere no rol da competência legislativa concorrente da União, conforme disposto no art. 24, IX, do texto constitucional. Ainda, é atribuição do Congresso Nacional sobre ela dispor, com a sanção do Presidente da República, de acordo com o art. 48 da Constituição Federal. Ademais, a iniciativa parlamentar é legítima, sedimentada no que dispõe o art. 61 de nossa Carta Magna.

O projeto atende também aos requisitos da boa técnica legislativa, em consonância com as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Igualmente, encontram-se atendidos os critérios balizadores constantes da Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, que dispõe sobre a inscrição de nomes no Livro dos Heróis da Pátria.

No mérito, da mesma forma, a matéria merece acolhida. Joaquim Xavier Curado nasceu na cidade goiana de Pirenópolis, no dia 2 de dezembro de 1746, tendo-se mudado ainda adolescente para o Rio de Janeiro.

Aos 21 anos, alistou-se no Exército Brasileiro como soldado e seguiu a carreira militar por mais de seis décadas, alcançando o mais alto posto da instituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seus feitos militares incluem, entre outros, a participação na retomada da vila do Rio Grande, liberando-a do domínio espanhol; a implementação da Academia Militar, precursora da atual Academia Militar das Agulhas Negras; a participação, como comandante do Exército Pacificador, nas batalhas da chamada Banda Oriental, lançando-se em favor da definição das nossas fronteiras; e a liderança das forças que se posicionaram a favor da emancipação do Brasil em relação à Coroa portuguesa.

Em virtude do Dia do Fico, prenúncio das lutas pela Independência Brasileira, o General Curado exerceu um papel fundamental frente ao contingente congregado no ideal da independência.

Joaquim Xavier Curado faleceu no dia 15 de setembro de 1830, tendo exercido importantes funções até o final da vida. Em virtude de seus méritos, conquistou diversos títulos, como os de Barão e Conde de São João de Duas Barras, além de comendas como as Medalhas da Campanha do Sul, recebidas em duas ocasiões distintas. Tais homenagens consolidam a pertinência de se atribuir ao ilustre militar o título proposto.

Xavier Curado é personagem importante da História do Brasil, tendo os seus feitos reconhecidos e reverenciados tanto em Goiás, seu estado natal, quanto no Rio de Janeiro e em Santa Catarina, onde exerceu por cinco anos o cargo de Governador.

Assim, acreditamos ser justa e meritória a iniciativa do projeto em análise ao inscrever no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria o nome desse ilustre brasileiro, verdadeiro herói de nossa história.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.143, de 2021.

Esse é o voto, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Grata, Sr. Presidente desta sessão, Senador Izalci, Relator da matéria, o Projeto nº 3.143.

A discussão fica adiada. Estamos aguardando, para esta sessão, quórum suficiente para votação, pois o projeto está em caráter terminativo.

Passo a Presidência novamente ao Senador Izalci.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Senadora Leila.

ITEM 15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 45, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de solidariedade às vereadoras negras de Porto Alegre Laura Sito, do PT, Daiana Santos, do PC do B e Karen Santos, do PSOL, pelos ataques racistas e ameaças de morte sofridos via a internet no dia 07 de dezembro de 2021.

Autoria: Senador Paulo Paim

Eu passo, então, a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Presidente Izalci, V. Exa. já leu toda a introdução; eu vou resumir a justificativa.

Em toda a imprensa, em nível nacional, foi apresentado, por inúmeras entidades de direitos humanos e entidades que lutam contra o racismo estrutural que existe em nosso país, o crime cometido contra Laura Sito, do PT; Daiana Santos, do PCdoB; Karen Santos, do PSOL, que sofreram, no dia 7 de dezembro de 2021, ataques racistas, ameaças de morte. O dito, que foi descoberto já pela polícia, que fazia ameaças, era um morador do Rio de Janeiro. Disse que ia comprar uma pistola de alto poder de fogo, iria a Porto Alegre e as mataria e a todo aquele que se envolvesse na defesa das mesmas.

Eu não vou ler aqui, porque eu acho que seria inadequado, as ofensas que ele colocou na internet em relação a essas excelentes Parlamentares lá do meu Estado, o Rio Grande do Sul, da Câmara de Vereadores.

Por isso que nós estamos encaminhando, Sr. Presidente, este voto de solidariedade, que vai ser encaminhado, uma vez aprovado, aos familiares e à Câmara de Vereadores de Porto Alegre e será mais um instrumento de alerta para aqueles que têm uma posição nazista, uma posição inconsequente, irresponsável de ataque a judeus, a negros, a índios, tentando, de uma forma ou de outra, não permitir que esses nomes ocupem na sociedade o espaço que conquistaram, inclusive pelo voto direto.

Esse é o objetivo desse requerimento, Sr. Presidente, para enaltecer a luta dessas Vereadoras e tantos outros que se apresentam pela via democrática para defender os interesses do povo brasileiro e que são discriminados, por exemplo, na forma cruel e covarde, como foi esse caso.

É o resumo da justificativa, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Senador Paim.

Em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nós aprovamos requerimento extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 2, DE 2022

Requer a realização de audiência pública para instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2017, que permite a criação de fundo patrimonial nas instituições federais de ensino superior.

Autoria: Senadora Zenaide Maia

Passo à Senadora, então, a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para encaminhar. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, colegas Senadores, nesse requerimento, estou requerendo... Essa matéria chegou – só dando uma explicação – a ser inserida na Comissão de Educação, em 2018. O então Relator, ex-Senador do meu estado, José Agripino, chegou a apresentar um substitutivo, mas na época, Presidente, foi solicitada audiência pública, que não aconteceu.

Esse é um projeto em que eu vi que o nosso Rodrigo Cunha, já no substitutivo, melhorou muita coisa, mas eu acho que a gente tinha fazer pelo menos uma audiência pública e ouvir... O senhor viu o que eu botei aí? Nós vamos ouvir o representante da Andifes, das universidades; vamos ouvir o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal; vamos ouvir o Sr. Renato Janine, da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), que o senhor conhece muito bem; vamos ouvir o Ministério da Educação e o Ministério da Economia, numa audiência pública que eu acho que vale a pena, pois nos enriquece.

Esse é um assunto para poucos, quem não é ligado à educação não tem conhecimento. Eu conheço alguma coisa, porque eu vejo isso aplicado nos Estados Unidos da América: escolas públicas – no caso, não é obrigado a ser universidade –, cria-se esse conceito, o financiamento privado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, por isso que eu pedi pela aprovação desse requerimento para poder instruir melhor, dar mais visibilidade ao que é a criação desse fundo patrimonial para as universidades públicas brasileiras. Por isso que eu estou pedindo o apoio aqui pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Senadora Zenaide.

Vou passar a palavra para o Senador Rodrigo Cunha.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL. Como Relator.) – Primeiramente, bom dia a todos, ao Sr. Presidente!

A minha colega Senadora Zenaide Maia é sempre muito atenta, sempre muito atuante, principalmente em um tema como este, e demonstrou que tem conhecimento do sucesso que esses financiamentos proporcionam no mundo inteiro na área educacional.

Eu gostaria aqui, Senadora, se possível, que V. Exa. também reavaliasse a seguinte situação. Como bem foi dito, há bastante tempo esse projeto já tramita nesta Casa. Tivemos várias oportunidades. Foi solicitada em 2018 uma audiência pública, que não foi realizada, mas, de lá para cá, nossa legislação também modificou. Em busca... Olhe que não sou de levar os assuntos nas coxas ou com rolo compressor, nada disso. Isso se justifica pelo tempo que esse projeto já tramita aqui e pelo tempo em que ele ainda vai tramitar. A minha solicitação, Senadora, é para que reavalie se é possível a gente buscar esse momento numa audiência pública já na próxima Comissão, que é a CAE. O projeto não é terminativo aqui. O projeto não vai direto para o Plenário. O projeto ainda vai passar por mais uma Comissão. Então, da forma como foi instruído, foi dada uma colaboração da nossa parte aqui. Acredito que melhoramos um pouco o projeto, que pode ser melhorado ainda mais, com outras cabeças pensando.

Então, se possível, podemos avaliar a realização dessa audiência já na próxima Comissão. A gente já daria um passo agora, e o próximo passo seria dado justamente com esse incremento das contribuições referenciadas pelos especialistas que aqui foram apresentados. Então, se isso fosse possível, eu agradeceria demais, para a gente já limpar um pouco essa pauta e colaborar para a eficiência da Comissão e para o andamento célere – é este o nosso objetivo – dos projetos que tramitam nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Antes de passar a palavra para a Senadora Zenaide Maia, eu só quero dizer que tive o privilégio, na Comissão de Educação da Câmara, de fazer o debate do projeto da nossa querida Deputada Bruna Furlan, que foi um projeto em que também houve bastante discussão naquela época, um projeto muito meritório.

Mas eu devolvo a palavra para a Senadora Zenaide.

Como o Senador Rodrigo colocou, esse projeto não é terminativo aqui. Ele vai ainda para a CAE, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposta de V. Exa. é que seja feita uma audiência na CAE.

Eu indago, Senadora Zenaide Maia, sobre o apelo do Senador Rodrigo Cunha, se é possível V. Exa...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – Olhe, com todo respeito ao Senador Rodrigo Cunha, Presidente, eu acho que a gente tem que debater na Comissão de Educação. Isso não vai ser tão adiado. Por exemplo, ele falou – tudo bem! – que está tramitando desde 2018. Não foi executada a audiência pública. Eu também não sei, porque, em 2018, eu assim como o Presidente éramos Deputados Federais. Mas eu queria dizer que não podemos apreciar um assunto desses, sobre a criação de um fundo patrimonial nas Instituições Federais de Ensino Superior, sem debater. Isso não custa nada.

O Presidente marca, colega Senador, para a data a mais próxima possível essa audiência pública. Eu gostaria muito que isso fosse debatido na Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – A minha disposição como Presidente da Comissão, presidindo-a no lugar do Senador Marcelo Castro, é realmente a de fazer essa audiência o mais rápido possível. Por mim, eu a faria na próxima terça, mas é preciso pelo menos uma semana para convidar e organizar. Na próxima quinta, já temos uma audiência. Aí teria que ser, realmente, depois do Carnaval, na primeira sessão depois do Carnaval.

Então, eu vou conversar com o Presidente Marcelo Castro e vou pedir para que seja feita na primeira reunião da Comissão de Educação depois do Carnaval, Senador Rodrigo.

Agradeço a V. Exa.

E vamos, então, ao Senador Paulo Paim, que também pediu a palavra.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente Izalci, acho que V. Exa. tomou uma decisão que coube a V. Exa., no fim, determinar porque não houve entendimento, mas eu queria lembrar só que – decisão tomada – esse projeto é da Deputada Bruna Furlan, como lembrou V. Exa.

A Deputada Bruna Furlan – eu quero dar aqui um pequeno depoimento – é uma Deputada comprometida, podem ter certeza, com negro, com índio, com branco, com estudante... Veja, ela criou a Comissão dos Refugiados – que era difícil criar. Mas, junto com a Mara Gabrilli, enfim, ela conseguiu e pediu, inclusive, que eu fosse vice dela. Eu acompanho o trabalho dela. É uma pessoa de fato muito, muito comprometida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. toma uma decisão, que é uma decisão de equilíbrio, atendendo a Senadora Zenaide Maia – eu de fato não conheço o projeto – e atendendo também o nosso querido amigo e Relator dessa matéria.

Eu acho que é de fato um projeto importante. O Senador Rodrigo Cunha fez uma bela argumentação também. Eu acho que é isso, Presidente, que seja o mais rápido possível. Se eu pudesse, convidaria até, a meu convite pessoal, a Deputada Bruna Furlan, para que estivesse presente nessa audiência, porque, olha, por essa Deputada eu boto a mão no fogo, permita que eu diga isso. Então, eu sei que a intenção dela foi das melhores, como também a do nosso Rodrigo Cunha e, naturalmente, a da Zenaide Maia. A Zenaide Maia sabia que eu faria esse comentário aqui na reunião e ela pediu, então, a audiência.

Presidente, permita, porque eu fui provocado pelo Senador Romário, que não está presente, que eu leia o item 16, que é de autoria dele. Eu poderia fazer um resumo no momento que V. Exa. entender necessário.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Senador Paim.

Eu também concordo plenamente com a presença da nossa querida Deputada Bruna Furlan. Eu tenho uma admiração muito grande por ela.

Eu pediria já a inclusão da Deputada Bruna como convidada também.

Eu recebi diversos telefonemas e mensagens das instituições de ensino superior na área de pesquisa. Todos eles pediram realmente urgência na aprovação do projeto, mas vamos fazer essa audiência. Eu acho que cabe, sim. Na primeira sessão depois do Carnaval, faremos, então, essa bela audiência pública.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro, então, a discussão.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, então, o Requerimento nº 2, já marcando para a primeira sessão da Comissão após o Carnaval.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 46, DE 2021

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 864/2019, que "altera o art. 88 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências', para dispor sobre a relação de emprego entre os árbitros e as federações"

Autoria: Senador Romário e outros

E também subscreveu o Senador Paulo Paim.

Eu passo a palavra, então, ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Só para situar o público, Presidente, já pulando a parte que V. Exa. introduziu, são convidados: o Sr. Alício Pena Júnior, que preside a Comissão Nacional de Arbitragem da CBF; o Sr. Sandro Meira Ricci, ex-árbitro de futebol; o Sr. Rafael Bozzano, advogado; o Sr. Anderson Daronco, árbitro de futebol; o Sr. Salmo Valentim, Presidente da Anaf (Associação Nacional de Árbitros de Futebol); o Sr. Raphael Claus, árbitro de futebol; e o Sr. Leonardo Gaciba, ex-Presidente da Comissão Nacional de Arbitragem.

A justificação é bem curtinha, Presidente. Eu vou ler aqui o que o nosso colega Romário fez.

O PL 864, de 2019, propõe algo que entendemos de suma importância para o desenvolvimento do desporto em geral: a profissionalização dos árbitros. Especialmente para o futebol profissional, modalidade mais popular e rentável do país, que movimenta bilhões de reais em recursos e alimenta toda uma cadeia produtiva – termina o Romário dizendo –, resta hoje uma incompatibilidade flagrante entre atletas e demais profissionais envolvidos com os árbitros da modalidade, ainda amadores e muitos sem dedicação exclusiva.

Pela sua dimensão e importância, entendemos ser de fundamental relevância ouvir representantes da classe dos árbitros e demais atores e entidades envolvidas sobre o tema em audiência pública a ser realizada nesta Comissão.

O Senador Romário é o proponente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Meus cumprimentos.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O item 13... Ah, não, há mais um requerimento, o item 17. Eu também subscrevi aqui o requerimento da Comissão de Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a Presidência aqui para o Senador... Ah, não precisa?

Então:

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 1, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o legado dos cem anos da Semana de Arte Moderna

Autoria: Senador Marcelo Castro e outros

Subscrito também pelo Senador Izalci, por mim.

Então, em discussão a audiência pública com o objetivo de discutir o legado dos cem anos da Semana de Arte Moderna. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

ITEM 13

PROJETO DE LEI Nº 5884, DE 2019

- Não terminativo -

Dispõe sobre as Instituições Comunitárias de Educação Básica.

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania apreciará a matéria em decisão terminativa;

2. Em 16/02/2022, foi recebido novo relatório com voto pela aprovação do projeto com uma emenda que apresenta.

A Relatoria é do Senador Plínio Valério. O Relator *ad hoc* é o nosso querido Senador Rodrigo Cunha.

Em 16/02/2022 foi apresentado um novo relatório pelo Senador Plínio Valério.

Eu concedo a palavra, então, ao Senador Rodrigo Cunha para a leitura do relatório.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, primeiramente, quero destacar a busca pela celeridade dada pelo Senador Plínio Valério, sempre presente, mas que hoje estava impossibilitado de participar deste momento e solicitou que fizéssemos a leitura do parecer, e assim o faremos.

Parecer da Comissão de Educação sobre o Projeto de Lei nº 5.884, de 2019, da Senadora Daniella Ribeiro, que dispõe sobre as instituições comunitárias de educação básica.

Aqui, Sr. Presidente, o relatório está bem fundamentado e também foi previamente repassado aos colegas.

Eu solicito ir diretamente para a análise.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k., Senador Rodrigo.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – A par do disposto no art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, cumpre a esta Comissão opinar quanto ao mérito de proposições de natureza educacional, como é o caso do Projeto de Lei nº 5.884, de 2019.

Sendo assim, resta observada, nesta manifestação, a competência regimentalmente atribuída a este Colegiado.

No que tange ao mérito e oportunidade, importa consignar, preliminarmente, que disposição contida no inciso III do art. 19 da Lei nº 9.394, de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB), prevê que as instituições comunitárias sejam definidas "na forma da lei".

Essa previsão, inserida na LDB por meio da Lei nº 13.868, de 2019, é importante para ratificar os termos da Lei nº 12.881, de 2013, que trata da qualificação, prerrogativas e finalidades das instituições comunitárias no âmbito da educação superior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada obstante, abriu na legislação ordinária uma lacuna em relação às instituições comunitárias de educação básica. Assim, justifica-se a edição de lei sobre essas instituições, e, portanto, a oportunidade da proposição sob exame.

Particularmente em relação ao conteúdo, é de se ressaltar, inicialmente, que o Projeto de Lei nº 5.884, de 2019, intenta aplicar à educação básica normas que já se encontram a regular a educação superior por meio da citada Lei nº 12.881, de 2013. Para tanto, o projeto adota, praticamente na íntegra, as regras constantes dessa norma.

No que concerne ao mérito, insta destacar a relevância histórica, mas também atual, das instituições comunitárias de educação básica no concerto da educação brasileira. A participação dessas instituições na criação de oportunidades educacionais no país remonta a uma época em que o Estado se encontrava ausente em boa parte do território brasileiro.

Com efeito, é perfeitamente compreensível, do ponto de vista educacional e social, o objetivo do projeto de habilitar essas organizações ao recebimento de recursos públicos e ampliar as linhas de cooperação e parceria dessas entidades com o setor público, com vistas ao melhor desempenho de suas atividades, em benefício de toda a sociedade.

A propósito, no atual contexto de desafios da educação básica brasileira, seja no campo do atendimento, seja no campo da qualificação da oferta, as instituições comunitárias podem ser chamadas a contribuir para o atingimento de metas educacionais da maior importância para o país.

Nesse sentido, cumpre-nos destacar, especialmente, uma atuação supletiva oportuna na criação de vagas em creches, onde a atuação do poder público tem sido insuficiente para suprir a demanda. Igualmente oportuna é a ampliação de oferta de vagas diferenciadas no ensino médio, onde as entidades comunitárias já detêm uma atuação estabelecida e socialmente reconhecida.

Por essas razões, julgamos a proposição merecedora da acolhida do Congresso Nacional e, particularmente, desta Casa Legislativa, onde inicia a sua tramitação.

Antes de concluir, contudo, apresentamos emenda abaixo para excluir a expressão "inclusive cooperativas educacionais, sem fins lucrativos" do inciso I, do art. 1º, tendo em vista que a partir da definição, qualificação, prerrogativas e finalidades, verificou-se que as características das instituições comunitárias de educação básica são incompatíveis com o modelo societário cooperativo.

Ademais, a restrição para que apenas cooperativas educacionais sem fins lucrativos possam criar uma entidade comunitária de educação básica não agregaria valor ao projeto.

Afinal, em relação ao aspecto financeiro, o fator determinante da relevância pública e social das instituições comunitárias criadas é a garantia de que elas mesmas, as instituições comunitárias, não tenham finalidade lucrativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.884, de 2019, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CE
Suprima-se a expressão "inclusive cooperativas educacionais, sem fins lucrativos" do inciso I, do art. 1º, do Projeto de Lei nº 5.884, de 2019.

É este parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Bem, eu quero abrir a discussão da matéria.

Eu, particularmente, tenho que elogiar realmente a autoria do projeto, da nossa querida Senadora Daniella, e também o relatório do nosso Senador Plínio Valério, pela importância de incluirmos mais instituições para oferecer principalmente educação infantil, porque no Brasil hoje, lamentavelmente, 80% das matrículas da educação infantil estão nos municípios, praticamente todos quebrados, que não oferecem o que deveriam oferecer. Então, esse projeto vai contribuir com a inclusão de mais crianças na escola. Tudo que inclui na educação é meritório. Então, quero parabenizar a iniciativa e parabenizar também o Senador Plínio Valério pelo relatório, agora lido *ad hoc* pelo Senador Rodrigo Cunha.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O Senador Carlos Viana está presente? (*Pausa.*)

Senador Carlos Viana? (*Pausa.*)

Aqui está o requerimento extrapauta de que nós falamos no início da reunião.

EXTRAPAUTA

ITEM 20

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 3, DE 2022

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, §2°, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de avaliar os impactos nas contas das prefeituras estaduais e municipais em decorrência do reajuste do piso dos professores da educação básica. Propõe-se para a audiência a presença dos seguintes convidados: - Representante da frente Nacional dos Prefeitos; - Representante do Ministério da Educação; - Representante da Confederação Nacional dos Municípios; - Representante do Ministério Público; - Representante do Sindicato dos Professores.

Autoria: Senador Confúcio Moura e outros.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Bem, não havendo mais Relatores e projetos na pauta, eu vou declarar encerrada esta sessão, já marcando, depois de conversar com o nosso Presidente, a reunião daquela audiência pública para a próxima reunião depois do Carnaval.

Declaro encerrada.

(*Iniciada às 9 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e doze minutos do dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Izalci Lucas, Flávio Arns, Plínio Valério, Wellington Fagundes, Paulo Paim e Fabiano Contarato, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Carlos Viana, Dário Berger, Mailza Gomes, Kátia Abreu, Confúcio Moura, Styvenson Valentim, Carlos Portinho, Roberto Rocha, Vanderlan Cardoso, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves, Zenaide Maia, Fernando Collor, Cid Gomes e Leila Barros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 32/2021 - CE, de autoria Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senadora Leila Barros (CIDADANIA/DF). **Finalidade:** Discutir a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o impacto das mudanças curriculares no ensino e nos processos de avaliação da aprendizagem. **Participantes:** Sra. Maria Helena Guimarães de Castro, Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE); Sr. Marcelo Ferreira da Costa, Dirigente Municipal de Educação de Senador Canedo - GO (representante de: União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime)); Sra. Alice Ribeiro, Diretora do Movimento Pela Base; Sr. Hugo Heleno Camilo Costa, Coordenador do GT12 - Currículo da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd); Sr. Ocimar Munhoz Alavarse, Professor na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP); e Sra. Maria Luciana da Silva Nóbrega, Coordenadora-Geral de Gestão Estratégica da Educação Básica (representante de: Ministério da Educação (MEC)). **Resultado:** Audiência realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade discutir a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o impacto das mudanças curriculares no ensino e nos processos de avaliação da aprendizagem, em atendimento ao Requerimento nº 32, de 2021, de minha autoria e de autoria da Senadora Leila Barros.

A audiência será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Eu vou fazer aqui umas breves considerações, para depois a gente iniciar a nossa audiência pública.

Sras. e Srs. Senadores, hoje a Comissão de Educação, Cultura e Esporte se reúne para um importante debate sobre a educação brasileira. Esta audiência pública se faz necessária diante do grande volume de projetos de lei que almejam ampliar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), acrescentando disciplinas obrigatórias e transversais aos conteúdos previstos.

De acordo com o art. 26 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): "Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos".

De forma a dar seguimento a essa determinação, o Plano Nacional da Educação (PNE), instituído pela Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, definiu, em diversas de suas estratégias, a obrigação de os sistemas de ensino, de forma pactuada, implementarem uma base comum, sob a qual devem ser elaborados os currículos escolares conforme disposição da Estratégia 7.1, que diz: "estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local".

Para dar efetividade a esses dispositivos legais, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi instituída por meio de resolução do Conselho Nacional de Educação – Resolução nº 2, de 22 de dezembro de 2017, para a educação infantil e o ensino fundamental; e Resolução nº 4, de 17 de dezembro de 2018, para o ensino médio – e sua implementação está em curso no sistema de ensino.

Nesse sentido, estados e municípios devem implementar a Base Nacional Comum Curricular nos moldes determinados por essa resolução e, se for o caso, mediante diálogo com suas redes de ensino,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realizar as implementações extras que julgarem necessárias, de acordo com as especificidades regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos próprios educandos.

Esse processo exige, em um primeiro momento, que, a partir do disposto na base, os currículos sejam readequados ao novo ordenamento, permitindo que cada rede possa introduzir a sua visão, a sua identidade própria – regional, local e escolar – ao currículo para além daquilo que está estabelecido para todo o país em cada etapa do ensino pela BNCC.

Esses novos documentos curriculares devem ser elaborados de forma democrática, com a participação das comunidades escolares, de gestores, especialistas e demais interessados, e aprovados pelos respectivos órgãos normativos onde houver esta previsão. Esse processo está em curso, e os novos currículos começam a ser implementados nas redes em um processo de transição dos antigos para os novos, alinhados à BNCC.

Além disso, temos também o processo de implementação de reforma do ensino médio instituído pela Lei nº 13.415, de 15 de fevereiro de 2017, que torna necessária uma mudança no currículo desse nível de ensino. Ademais, a implementação dos novos currículos alinhados à BNCC também pode vir a exigir, no curto e médio prazos, adequações nos modelos de avaliação de aprendizagem tanto no nível das escolas quanto no âmbito nacional, com impacto no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). As mudanças podem também impactar os exames de acesso à educação superior, como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), cujas matrizes de referência deverão ser adequadas à base e aos cursos de formação de professores.

Nesse contexto, Sras. e Srs. Senadores, esta audiência pública, com a finalidade de trazer luz a esta Comissão na deliberação dos projetos relacionados ao tema, se propõe a discutir a implementação da BNCC e o impacto das mudanças curriculares no ensino e no processo de avaliação da aprendizagem.

Agradeço a participação de todos e aproveito para agradecer à Consultoria Legislativa desta Casa, que está acompanhando esta audiência e elaborará uma nota técnica a respeito.

Que tenhamos uma boa reunião.

Assim sendo, esta Presidência concederá a palavra aos convidados pelo prazo de dez minutos. Após a exposição, a palavra será concedida às Sras. e aos Srs. Senadores na ordem de inscrição.

Participam desta reunião, por meio de videoconferência, os seguintes convidados: a Sra. Maria Helena Guimarães de Castro, Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE); o Sr. Hugo Heleno Camilo Costa, Coordenador do GT12 – Currículo da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd); o Sr. Ocimar Munhoz Alavarse, Professor na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP); a Sra. Alice Ribeiro, Diretora do Movimento Pela Base; a Sra. Maria Luciana da Silva Nóbrega, Coordenadora-Geral de Gestão Estratégica da Educação Básica, representante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Ministério da Educação (MEC); o Sr. Marcelo Ferreira da Costa, Dirigente Municipal de Educação de Senad - GO, representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu gostaria de ler os comentários recebidos pelo Portal e-Cidadania, para que, em suas exposições, já possam abordar algumas das questões levantadas.

Tamires dos Santos, do Rio de Janeiro: "Com o advento da pandemia, como a BNCC vai ajudar na recuperação do processo de aprendizagem dos alunos?". É uma das perguntas.

Geverton Luiz, de Santa Catarina: "Quais medidas serão adotadas em relação à capacitação dos professores para a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)?".

Josélia Cristina, do Rio de Janeiro: "O acréscimo de novos conteúdos indica o decréscimo de outros. Quais seriam os prejuízos dessa mudança para os jovens?".

Juliana de Melo, pernambucana: "Quais os possíveis reflexos da implantação da BNCC na educação básica?".

Bruno da Silva, de São Paulo: "Educação financeira estará incluída nessa nova modalidade?".

Gerson Ferrúcio, do Rio de Janeiro: "Houve alguma alteração na base curricular anterior? Aconteceram debates sobre essas alterações?".

Francis Araújo, do Rio de Janeiro: "Qual o papel dos movimentos sociais na luta pela inclusão de pautas interseccionais no currículo educacional?".

Vivian Gonçalves, do Rio de Janeiro: "[...] Terão opções abertas de escolha, ou serão áreas obrigatórias? Quais medidas serão tomadas para manter os alunos interessados?".

Leonardo Pratas, do Rio de Janeiro: "De que forma as novas propostas de implementação da BNCC pretendem superar e equilibrar as disparidades entre a educação pública e privada?".

Emilly Cunha, do Rio de Janeiro: "Como será feito o monitoramento dessa implantação? E, após a implantação, como será feito o acompanhamento nos primeiros anos da nova BNCC?".

Esses foram os questionamentos feitos através do e-Cidadania.

Concedo, então, a palavra, por dez minutos, à Sra. Maria Helena Guimarães de Castro, Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Com a palavra a Sra. Maria Helena.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senador. É um prazer estar aqui. Na pessoa do senhor e na da Senadora Leila, eu gostaria de cumprimentar todos os Senadores e Senadoras que participam deste debate tão importante.

Quero também cumprimentar todos os que representam aqui as universidades, a ANPEd, o Movimento pela Base, a Undime, enfim, todas as entidades, e o Ministério da Educação, que vêm trabalhando no sentido de garantir uma implementação adequada da Base Nacional Comum Curricular.

Em primeiro lugar, Senador, eu gostaria de destacar que a Base Nacional Comum Curricular foi objeto de um longo processo de discussão. Tivemos a primeira versão, a segunda versão, finalmente, a terceira versão. Todas essas versões resultaram em aperfeiçoamentos que receberam contribuições de diferentes atores de todo o país e de todas as instâncias, seja das escolas, das universidades, das associações, organizações não governamentais. Enfim, a base foi um processo de ampla e longa discussão, é algo que vem sendo discutido desde a Constituição brasileira de 1988, uma vez que a Constituição de 88 já garante o direito à educação de todos, uma base comum que, naquela época, era chamada de conteúdos mínimos; depois, na LDB, isso se transformou numa base nacional comum; e, finalmente, no Plano Nacional de Educação, em Base Nacional Comum Curricular.

Então, há um longo processo de discussão sobre o que nossas crianças e nossos jovens precisam aprender, como eles devem aprender e como é possível organizar currículos estaduais, municipais e das escolas que, preservando a autonomia dos sistemas de ensino e das unidades escolares, garantam as aprendizagens essenciais para todos, seguindo um processo de progressão das aprendizagens ao longo da vida, sobretudo na educação básica, que é a etapa obrigatória da educação brasileira para todas as crianças, para todos os jovens e para os adultos que não tiveram acesso na idade certa. Enfim, a base é um avanço.

O Conselho Nacional de Educação discutiu intensamente a BNCC. Aprovamos as resoluções e as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular, em 2017, para o ensino fundamental e a educação infantil; em 2018, para o ensino médio. Agora, os grandes desafios se referem à implementação da base. Há o Observatório da Base, que é liderado pelo Movimento Nacional pela Base Nacional Comum Curricular – a Alice Ribeiro está aqui. Esse observatório acompanhou todo o processo de discussão dos currículos estaduais e municipais desde 1918 – desde 2018, desculpe, eu estou com um cronograma atrasado na cabeça, acho que eu estou impactada hoje com a guerra da Ucrânia, então, voltei para 1940; desculpe.

Bom, então, em vista desse processo de discussão, nós vimos que 2019 foi um ano importante para fortalecer o regime de colaboração entre os estados e os municípios, sobretudo no processo de discussão dos currículos estaduais e municipais. Nós não estamos falando de um currículo único; nós estamos falando de uma base comum de referência e de currículos que são contextualizados de acordo com as características locais e regionais. Além disso, nós tivemos em 2019 também, nesse processo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fortalecimento, um grande trabalho de apoio aos estados e municípios, especialmente do Consed e da Undime, para garantir a formação continuada dos professores e das professoras, para que eles se preparassem para a implementação da base.

Com a pandemia, a partir de 2020, esse processo foi, de alguma maneira, prejudicado. E, a partir daí, todo o trabalho de apoio aos estados e municípios passou por um processo de discussão das competências e habilidades mais essenciais para apoiar o trabalho dos estados, dos municípios e das escolas no sentido de identificar aquelas competências e habilidades mais essenciais para que os alunos não fossem prejudicados, mesmo com a atividade remota.

Agora, em 2022, nós já sabemos que os nossos alunos foram muito prejudicados na pandemia, já sabemos que as desigualdades foram ampliadas – nós já tínhamos muitas desigualdades; elas aumentaram –, já sabemos, pelas avaliações disponíveis, que há um grande trabalho pela frente, tanto na recomposição das aprendizagens, recuperação dos nossos estudantes, avaliação diagnóstica, como também um trabalho de formação continuada permanente dos professores, para garantir que os nossos alunos não sejam prejudicados ao longo da vida, e a base, nesse sentido, é uma bússola, é uma bússola que garante os aprendizados e ajuda as escolas a fazer esse processo de recuperação.

Além disso, agora nós temos um grande trabalho de discussão no Conselho Nacional de Educação tanto da reformulação do Saeb como da reformulação do Enem, de acordo com a BNCC. Tanto o Saeb como o Enem deverão ter uma profunda revisão das suas matrizes, para que essas matrizes se adéquem às novas diretrizes curriculares da BNCC e da reforma do ensino médio. Esse trabalho está em discussão e a nossa expectativa é que, a partir de 2024, nós já tenhamos uma nova estrutura de funcionamento do Enem, que deve começar em 2024 e que deverá sofrer aperfeiçoamentos ao longo do tempo, como também do Saeb, a partir de 2025. Esse trabalho está em discussão no Conselho Nacional de Educação. Há também um grupo de trabalho no Ministério da Educação. Eu represento o Conselho Nacional de Educação nesse grupo de trabalho, que tem a participação da Undime, do Consed e das universidades, da Andifes, também do Conif e de outras entidades do setor particular de educação básica.

Nesse sentido, eu acredito que, daqui para frente, Senador, o mais importante é nós traçarmos um bom processo de monitoramento da implementação da base, tendo em vista todos os prejuízos causados pela pandemia e que certamente vão dificultar o trabalho de implementação de um lado, ao tempo em que a base serve como uma grande bússola que identifica os objetivos de aprendizagem, as competências e habilidades mais essenciais para, de fato, assegurar um processo de recuperação aos nossos alunos. Sabemos que esse processo vai demorar, que vai ser lento, isso não vai acontecer de um dia para o outro. Esse é um trabalho que está sendo feito no Brasil e na grande maioria dos países. O mundo inteiro foi afetado pela pandemia. E, pelo que eu acompanho das tendências internacionais, esse é um trabalho que está ocorrendo no mundo inteiro: na União Europeia, onde há uma grande discussão, nos Estados Unidos, no Japão, na Austrália, na China, enfim, há um grande trabalho sendo feito em diferentes países. E esse é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um desafio imenso que nós temos pela frente para que esta década não seja uma década perdida para a educação.

A transição este ano é fundamental. Se não houver um compromisso claro de todos os entes federados, de todas as entidades, universidades ligadas à educação com esse trabalho de recuperação e de recomposição das aprendizagens, nós teremos muita dificuldade. Eu espero que esse compromisso se mantenha e que nós tenhamos muito sucesso, muita solidariedade e muito trabalho cooperativo daqui para a frente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós é que agradecemos, Dra. Maria Helena, as contribuições de V. Sa., sempre lúcidas, muito pertinentes e muito competentes.

Vamos ao próximo participante, que será o Sr. Marcelo Ferreira da Costa, Dirigente Municipal de Educação, de Senador Canedo, Goiás, e representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

Com a palavra o Dr. Marcelo.

O SR. MARCELO FERREIRA DA COSTA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos! Bom dia, Senador Marcelo Castro! Na sua pessoa, eu quero cumprimentar todos os Senadores. Quero cumprimentar todos os colegas aqui presentes na pessoa da Profa. Maria Helena Guimarães, Presidente do Conselho Nacional de Educação.

Quero falar da nossa satisfação em estar aqui hoje falando de um tema tão relevante, tão importante que é a Base Nacional Comum Curricular.

Está ali também a Alice, nossa parceira.

A Undime tem trabalhado muito. Nós participamos das primeiras versões, participamos do acompanhamento da aprovação em 2017.

Em 2018, houve um grande movimento dos municípios junto com os estados na elaboração dos documentos curriculares. Eu vou falar também ajudando a responder parte daqueles questionamentos que o Senador falou para a gente. Naquele momento, em 2018, houve um grande movimento nacional coordenado para que nós pudéssemos garantir que as pessoas se apropriassem do documento que tinha sido aprovado, que estados e municípios montassem mesas de governança e a gente pudesse estabelecer regime de colaboração para que nós pudéssemos pensar territorialmente e não por redes – isso é uma prática que a gente tem no nosso dia a dia e o escopo da BNCC não só permite como requer que a gente faça esse tipo de raciocínio. Durante o ano de 2018, nós fizemos esse processo, acompanhamos o Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todo, alguns estados com menos dificuldade, alguns estados com mais dificuldade. Essa interação estado e município não foi fácil inicialmente, mas foi muito satisfatório perceber os estados e municípios sentando e trabalhando juntos. Os documentos curriculares estaduais foram, primeiro, elaborados por professores, depois, submetidos a audiências públicas também com professores. Isso nós acompanhamos muito de perto.

Em 2019, na próxima fase, nós fizemos um desdobramento para, naquele momento, levarmos o documento ao conhecimento dos professores. Esse início de capacitação aconteceu durante 2019, a Undime acompanhou isso *pari-passu*. Estivemos presentes não só na implementação, pelo menos dessa fase; depois, quando nós fizemos reuniões em Brasília ou em outros Estados, para avaliar o movimento, como é que a gente estava fazendo. Isso aconteceu bem.

Quando chegou 2020, nós tínhamos o momento de transferir para os documentos escolares – aquele documento curricular estadual – o projeto político-pedagógico, o planejamento do professor lá, na escola. Esse movimento, que começou em 2020, foi extremamente prejudicado pela pandemia. Nós estávamos, nesse momento, ainda dizendo que, embora nós não estivéssemos conseguindo fazer a capacitação de professores exatamente como a gente gostaria que tivesse sido, a ideia era que, em 2020, nós teríamos a chance de, durante o planejamento e as revisões de planejamento, consolidar esse processo.

Eu tenho dito que a base vai estar implementada de verdade no dia em que nós não conversarmos mais sobre ela, no dia em que o professor levantar, for dar aula, apenas chegar lá: "Eu vou dar a minha aula hoje". Isso quer dizer que a BNCC foi para o dia a dia, está no seu planejamento, está acontecendo no dia a dia. Enquanto a gente está discutindo sobre ela, quer dizer que ainda há detalhes que nós temos que acompanhar.

Nesse momento, o acompanhamento dessa implementação para nós, da Undime, é extremamente necessário. Nós fizemos seis ondas de pesquisa – estamos na sétima agora –, desde o início da pandemia, perguntando aos dirigentes municipais como é que as redes estavam lidando com o processo de pandemia. De um modo geral, entre as respostas, sempre aparecia a necessidade da implementação da base e a importância desse documento para que nós pudéssemos ter uma estrada única. Isso é muito importante, a gente tem percebido isso na prática.

Durante a pandemia, houve um distanciamento natural entre estados e municípios, enfraqueceram-se os regimes de colaboração de um modo geral, enfraqueceu-se o movimento que nós estávamos fazendo, de regime de colaboração. Esse processo, a Undime alertou, tem alertado sobre isso a todos os colegas, a todos os parceiros, nós temos tentado fazer.

Na nossa observação, a BNCC tem sido essa linha que está alinhavando ainda os regimes de colaboração. Para nós, ela é muito importante e tem nos ajudado, não só durante a pandemia, com as matrizes focais, matrizes de habilidades estruturantes, aquilo que a gente foi criando nos estados para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

garantir o foco no aprendizado para aquele momento, como agora, na retomada, porque de tudo aquilo que a gente planejou e tem a base como inspiração é possível que a gente consiga fazer agora a retomada, com base nisso, de forma ordenada, de forma qualificada, de forma pensada.

Então, para nós, da Undime, o monitoramento hoje do estado da arte, do processo de implementação da base, o acompanhamento de como isso está acontecendo em cada Estado, o nível de transferência do documento curricular estadual para os documentos escolares e a efetiva implementação disso no plano de aula e no dia a dia do professor é muito importante, porque não é só o documento curricular; no processo de implementação, a formação de professores é muito importante, mas, depois disso, como é que esse documento se coloca lá na escola durante a preparação da aula do professor? Como é que esse documento se coloca durante o processo de avaliação se a avaliação tem sido positivamente influenciada por esse movimento? Tudo isso precisa ser acompanhado e avaliado para a gente conseguir entender a verdadeira implementação da base.

Então, hoje eu percebo que nós estamos neste momento de avaliação, de acompanhamento. Os esforços que estão sendo envidados por todos os entes para esse acompanhamento são extremamente necessários e vão nos ajudar a dar os próximos passos, quaisquer que sejam eles.

Eu acho muito cedo para falar de avaliação dos documentos curriculares da Base Nacional Comum Curricular, porque nós tivemos esse hiato, que foi o período pandêmico. Agora que nós estamos conseguindo fazer um inventário de tudo que a gente conseguiu fazer durante esse processo e estamos conseguindo fazer da forma que mais é possível para cada município e estado essa retomada.

Então, para nós, da Undime, esse acompanhamento junto aos municípios tem sido feito e é extremamente necessário. As iniciativas governamentais de parceiros para esse acompanhamento são extremamente eficazes e necessárias. Eu acho que todos juntos temos que, primeiro, reforçar as mesas de governança que nós começamos durante a implementação da base. Isso foi extremamente salutar, isso aproximou muito estados e municípios, isso facilita o raciocínio que nós temos que fazer para o Sistema Nacional de Educação e faz com que nós pensemos a educação de forma mais uniforme. Cada um tem seu currículo, cada um trabalha com as suas próprias estratégias, mas direciona, inclusive, os pensamentos que nós temos que fazer sobre novas metodologias e sobre como é que nós temos que mudar a formação dos nossos professores, a abordagem tecnológica que nós temos que fazer a partir de agora para que nós possamos alcançar as competências gerais da base, que já eram modernas quando surgiram, antes pandemia, e que nos trouxe essas constatações de que nós temos que ter um investimento muito maior em tecnologia, de que nós temos que trabalhar de forma muito mais integrada, de que os projetos de vida dos alunos são extremamente importantes, de que a escola tem que ser muito mais atrativa, de que a escola tem que deixar de ser só um local de quadro e giz e passar a ser um local onde a criança realmente possa desenvolver as ferramentas para o exercício da cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos acompanhado, a Undime tem acompanhado esse processo de forma muito próxima, e nós acreditamos que esse acompanhamento é essencial para que nós possamos, junto com os parceiros, definir os próximos passos que temos que dar. Neste momento, o foco está sendo: como é que a gente faz a recomposição dos conteúdos em que nós tivemos dificuldade. A Profa. Maria Helena mencionou agora há pouco que o prejuízo dos nossos alunos é inegável, o prejuízo é muito grande, e o esforço agora é exatamente para que a gente consiga juntar tudo isso e garantir para os nossos alunos a redução desses prejuízos e a volta a essa normalidade que nós queremos.

Então, nós temos, assim, uma satisfação muito grande de discutir esses assuntos, estamos à disposição para continuar esse acompanhamento bem próximo. A nossa sétima onda de pesquisa com os municípios daqui a pouco fica pronta e será disponibilizada para que as pessoas possam ter conhecimento de como os municípios estão tratando essa retomada, de como é que a gente está tratando essa questão da BNCC, dos passos que nós estamos dando e de todo o apoio que a Undime tem dado aos municípios.

Fica aqui o nosso abraço e, mais uma vez, os nossos parabéns, Senador, pelo tema tão relevante e importante. A Undime continua sempre à disposição para essas discussões tão importantes.

Um bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo a valiosa colaboração, como sempre, do Sr. Marcelo Ferreira da Costa, da Undime, nós passamos ao próximo inscrito, que será a Sra. Alice Ribeiro, Diretora do Movimento pela Base.

Com a palavra a Sra. Alice.

A SRA. ALICE RIBEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todas e a todos, é um prazer imenso estar aqui nesta audiência pública.

Gostaria muitíssimo de agradecer, primeiramente, a oportunidade e de saudar meus colegas de mesa aqui e o Senador Marcelo Castro, na pessoa de quem saúdo também todos os Srs. Parlamentares aqui presentes. Para nós do Movimento pela Base é um prazer e uma honra participar desta audiência pública e discutir um tema tão importante como é a BNCC.

Os questionamentos do e-Cidadania também são excelentes, agradeço muito pela bola levantada aqui, muitas delas já respondidas com absoluta clareza pelo Prof. Marcelo, pela Profa. Maria Helena, e um pouquinho do que eu vou trazer aqui também tem a ver com essas perguntas levantadas.

Bom, em primeiro lugar, gostaria de muito brevemente apresentar o Movimento pela Base. O movimento é uma rede não governamental e apartidária de pessoas e de instituições que, desde 2013, vem apoiando a construção e a implementação de uma base nacional comum curricular para o Brasil. O que a gente tem em comum? A gente tem aqui parceiros com experiências diversas em escolas de educação básica nos três níveis de Governo, nos conselhos, no Legislativo, no terceiro setor, na academia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e a gente elegeu essa temática para uma atuação articulada porque a gente foi olhar o que os países e os lugares de referência em educação tinham em comum e o que a gente descobriu foi que nenhum país, nenhum lugar de referência em educação deixava inteiramente a cargo das escolas decidir aquilo que era essencial que os estudantes aprendessem. Da Finlândia até Cuba, todos tinham muita clareza do que era direito das crianças e jovens aprenderem – é claro que havia diferenças, por exemplo, no grau de prescrição curricular, no grau de autonomia conferida aos professores, mas havia um norte claro.

E a ideia de que o Brasil deveria assegurar a todos os seus meninos e meninas uma formação básica comum não era nova, como a Profa. Maria Helena já trouxe aqui. Isso está presente na nossa Constituição Federal, na LDB, nas Diretrizes Curriculares Nacionais e, mais recentemente, no Plano Nacional de Educação. Então, embora a base já figurasse nas nossas normas pelo menos desde 1998, essa ideia ainda estava no papel muito recentemente, e entrava ano, saía ano, a gente via o desperdício de milhões de jovens, de gerações inteiras por meio dos resultados trágicos de aprendizagem dos nossos estudantes.

Só para citar alguns dados aqui recentes, em cada dez estudantes ao final do ensino médio a gente sabia que apenas um havia aprendido o que era esperado que ele aprendesse em Matemática. Apenas um em cada três aprendia o que era esperado em Língua Portuguesa. No caso da alfabetização, 55% dos alunos da rede pública aos oito anos tinham conhecimento insuficiente de Leitura e Matemática. E esses dados, gente, são anteriores à pandemia.

Como a Maria Helena e o Marcelo colocaram de forma muito clara aqui, esse cenário, que já era muito desafiador, tornou-se ainda mais desafiador com a pandemia. Para vocês terem uma ideia, só ao final de 2020, mais de 156 mil jovens haviam abandonado o ensino médio.

Então, nesse grupo, embora reconheça que os desafios da educação são muitos, são complexos, são multifacetados, a gente definiu que iria se unir pelo pedagógico, pelo olhar para aquilo que é essencial, que é direito para os meninos aprenderem e por uma criação de uma BNCC para o Brasil colocando os estudantes no centro do processo.

Como a Profa. Maria Helena trouxe aqui, a base não é um currículo. Então, é esperado que todas as redes construam os seus currículos. E aqui o Marcelo foi muito humilde, na minha opinião, ao falar do trabalho da Undime. A Undime tem sido absolutamente central e protagonista, assim como o Consed, os Conselhos de Educação na construção desses currículos. Eu vou mostrar alguns mapinhas aqui, que tenho certeza de que vão deixar vocês bastante animados com esse processo, mas é um processo bastante amplo e que busca trazer mais coerência para o sistema educacional.

Ao trazer clareza do que é essencial que os meninos aprendam, você pode alinhar a esse direito de aprendizagem não só as formações e avaliações que são alvos desta importante audiência, mas também os materiais didáticos, os próprios currículos, os concursos de admissão de professores e tudo mais. Então, é óbvio que a Base Nacional Comum Curricular não é uma bala de prata, mas ela traz uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

espinha dorsal para o sistema educacional e busca desfazer uma inversão perversa que a gente tinha que era a de as matrizes de avaliação e os índices de livros didáticos pautarem o que acontecia em sala de aula. Agora, é o contrário: primeiro, a gente tem clareza do que é importante para as crianças e os adolescentes aprenderem, e os materiais, as formações, as avaliações e os currículos respondem a isso. Então, na nossa visão, isso é algo muito importante.

Também é muito importante algo que já foi trazido aqui, mas que eu não queria deixar de sublinhar. É o seguinte: o processo de construção da BNCC foi absolutamente dialógico. Foi um processo que durou dois anos e meio para educação infantil e ensino fundamental; três anos e meio para o ensino médio; e, no caso do documento-base, ele contou com seis meses de consulta pública por parte do MEC, em que mais de 300 mil pessoas participaram, em que mais de 12 milhões de contribuições foram dadas. Aconteceram, como o Prof. Marcelo falou, seminários em regime de colaboração em todas as unidades federativas. O Conselho Nacional de Educação realizou cinco audiências públicas em todas as regiões do país. Só não opinou quem não quis. Então, foi um processo absolutamente dialógico.

E mais importante ainda que o processo de construção tem sido o processo de implementação. O que a gente vai ver nos próximos eslaides que eu vou mostrar aqui é que a implementação está saindo do papel em todo o país, apesar dos percalços que a gente tem vivido nos últimos anos, com pandemia, enfim... Os desafios não são poucos. Então, vou pedir licença aqui para mostrar alguns eslaides rapidamente.

Deixe-me aqui... (*Pausa.*)

Vocês veem minha tela? (*Pausa.*)

Está dando para ver? (*Pausa.*)

Ah, está dando para ver. Maravilha. Muito obrigada.

Eu queria mostrar este eslaide, que para mim é muito interessante, porque ele aponta quanto a base tem sido, de fato, uma política de Estado e não de Governo. Desde que a base começou a ser construída em 2015, a gente já está na 13ª gestão ministerial de uma política que tem encontrado seu caminho, inclusive ao longo da pandemia.

Então, acho que é importante mencionar que a base já passou por três governos, treze gestões – ou doze, dependendo da forma de cálculo aqui – ministeriais, mas é um projeto que tem encontrado, de fato, muito respaldo na ponta.

Aqui a gente traz um eslaide com o potencial de impacto da BNCC. Como a BNCC é obrigatória para todas as escolas de educação básica do país, o potencial de impacto dela é imenso. A gente está falando de basicamente todos os alunos, os mais de 46 milhões de estudantes da educação básica, os 2,2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

milhões de professores da educação básica e as 178 mil escolas de educação básica do país. É um potencial de impacto muito grande.

Esse eslaide é algo que nos traz muita alegria. O Movimento pela Base, desde que a Base Nacional Comum Curricular foi implementada, vem fazendo um esforço em articulação com a Undime, com a Uncme, com o Foncede, com o Consed para monitorar como anda a implementação nas redes. E eu queria chamar muita atenção para esses dois dados aqui para vocês.

Hoje nós temos no Brasil 5.419 redes municipais com currículos alinhados à BNCC de educação infantil e de ensino fundamental. Nesse gráfico a gente mostra como estava esse trabalho em janeiro de 2021 e como ele está agora, um ano depois, em fevereiro de 2022. Mas, olha, eu vou falar para vocês que meu gráfico favorito nem é esse, é o que volta para março de 2020.

Quando a gente olha para o começo da pandemia, em março de 2020 o Brasil tinha 1,4 mil redes municipais com currículos alinhados à BNCC de educação infantil e de ensino fundamental, e hoje são 5.419. Então, ao longo da pandemia, a Undime, a Uncme, o Foncede e o Consed fizeram um trabalho gigantesco de alinhar os seus referenciais curriculares à BNCC e tomar decisões acerca de como essas aprendizagens essenciais deveriam ser levadas a cabo na ponta. E esse é um esforço, gente, importantíssimo.

No caso do ensino médio, que envolve outro nível de complexidade, a implementação no que diz respeito à construção dos currículos também tem caminhado. Como vocês podem ver aqui no mapinha da direita, 22 estados já têm referencial curricular aprovado pelos conselhos estaduais de educação e homologados; dois estados têm o referencial aprovado, mas ainda não foram homologados; e três estados estão um pouquinho mais para trás aqui e estão com o referencial curricular em aprovação nos conselhos estaduais de educação – são Alagoas, Bahia e Rondônia, nesse caso.

Então, aqui é um mapinha só consolidando, do lado esquerdo, aquele dado e eu queria chamar atenção para isto: hoje a gente tem 144 redes municipais, 3%, com adequação curricular em andamento, e somente cinco redes municipais não iniciaram o processo ou não informaram em que pé estão.

Então... Opa! Espere aí. Acho que tirei aqui do modo de apresentação.

Então eu queria chamar atenção, gente, porque o país está fazendo um esforço muito grande para tirar a Base Nacional Comum Curricular do papel e está se comprometendo com a sua implementação, apesar de milhões de desafios. Eu queria chamar atenção para esses dados.

O Ministério da Educação aqui presente – saúdo aqui a Maria Luciana – está fazendo uma pesquisa junto com o CAEd, da Universidade Federal de Juiz de Fora, para olhar para como está caminhando a implementação na ponta. E os achados são muito impressionantes. Mais de 24 mil profissionais da educação foram ouvidos: 18 mil desses são professores; secretários de educação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estado, 23 foram entrevistados; mais outras tantas centenas de dirigentes municipais de educação também foram ouvidos numa fase qualitativa dessa pesquisa.

E eu queria chamar atenção aqui para estes dados: 79% dos professores têm uma percepção positiva dos efeitos da BNCC sobre o seu comportamento profissional; 87% dos diretores têm uma percepção positiva sobre o impacto da BNCC sobre as dimensões da gestão educacional na escola; e mais de 70% dos diretores, dos coordenadores pedagógicos e dos professores têm uma percepção alta ou média alta dos efeitos da BNCC na centralidade dos currículos.

Em bom português, gente, o que isso significa? A base está chegando à ponta, é uma realidade, está mudando a prática das pessoas e tem sido vista não como uma camisa de força para os currículos, pelo contrário. Este é um dos pontos que a mim, pelo menos, mais me chamou atenção nessa pesquisa do CAEd: ela não tem sido vista de fato como uma camisa de força, como algo que homogeneíza, que é algo que era uma aflição muito grande que acontecesse quando a base estava sendo construída. Pelo contrário, o que os professores, os diretores, os coordenadores têm trazido é que a base, ao trazer clareza sobre o que é essencial para todos, tem permitido a discussão sobre a diversidade local. Então, a base está fazendo diferença na ponta, ela tem ajudado no momento da pandemia, na avaliação diagnóstica, na clareza sobre aquilo que é essencial.

E encerro dizendo, então, que essa é uma política de Estado muito importante, a gente só está no começo dessa corrida. Isso é uma maratona, e não uma corrida de cem metros. E é necessário que vários próximos passos com relação ao monitoramento, à coordenação nacional, ao apoio técnico e financeiro para as redes... Isso tudo é essencial que aconteça.

E, ao Congresso, eu gostaria de deixar uma ponderação, uma reflexão aqui. Em certa medida, quando a base estava sendo construída, a gente fez um mapeamento e levantou que havia mais de 900 projetos de lei buscando tornar obrigatórios conteúdos na educação básica. E tinha de tudo, desde educação para o trânsito até questões que já estavam sendo discutidas na base, como competências voltadas para o mundo do trabalho, competências de tecnologia. E o que a gente via era que, se todos aqueles conteúdos fossem tornados obrigatórios na educação básica, se o menino passasse 24 horas por dia na escola, 365 dias por ano na escola, não ia ser possível cobrir aquilo tudo. E outra: isso faria com que a nossa educação voltasse a ser uma grande lista de conteúdos, que não é o que a base traz. Ela traz habilidades e competências.

Então, a ponderação, a reflexão que eu trago é: a base é um documento bastante avançado, muito importante tecnicamente, ele conta com qualidade técnica, ele conta com legitimidade política. E quaisquer novas obrigações para as redes a respeito do que é essencial, do que é obrigatório trazer para os currículos podem gerar uma "frankensteinização", não é? A base traz na sua normativa uma previsão de revisão daqui a cinco anos, principalmente observando o que aconteceu na prática das escolas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o momento, na nossa opinião do Movimento pela Base, é o de se repensar em quais devem ser os focos da Base Nacional Comum Curricular nesse processo dialógico, amplo, aprofundado, que vai acontecer daqui a cinco anos, que será o momento de revisão desse documento curricular que é a base.

Então, agradeço pela oportunidade.

Mais uma vez, saúdo aqui os participantes, os colegas, os Senadores.

O Movimento pela Base fica à disposição de todos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecemos a brilhante exposição da Profa. Alice Ribeiro, que fez uma exposição muito completa de como está sendo a implementação da nossa BNCC.

Vamos passar para o próximo convidado, que é o Sr. Hugo Heleno Camilo Costa, Coordenador do GT12 – Currículo da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd).

Com a palavra o Sr. Hugo.

O SR. HUGO HELENO CAMILO COSTA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e todas!

Vocês me ouvem?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Sim, perfeitamente!

O SR. HUGO HELENO CAMILO COSTA (*Por videoconferência*.) – Obrigado.

Bom dia, Senadores, Profa. Maria Helena, colegas!

Bom dia a todo mundo que nos ouve!

Cumprimento todos e todas presentes.

Como membro do GT Currículo da ANPEd e também da Associação Brasileira de Currículo e como professor formador de professores e pesquisador da área de educação, agradeço, Senador, pelo convite.

Pelo apoio da Secretaria também agradeço – foram muito atenciosos –, como também por esta excelente oportunidade de conversarmos mais sobre a importância dos esforços em defesa de uma educação mais plural, democrática.

Tento, com minha fala, também acolher, compreender, dialogar com os comentários que chegaram pelo e-Cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu inicio reiterando o pouco diálogo com a escola básica e o desprezo às contribuições da pesquisa na área de educação e de ensino nas movimentações que deram corpo ao que chamamos de BNCC do ensino médio. Aliás, essa mesma dinâmica, como diferentes pesquisas têm alertado, caracteriza todo um amplo arco de desenvolvimento da política da BNCC. Há oposição aos contextos escolares, às culturas escolares, aos sujeitos da escola. E cumpre lembrar também, principalmente no cenário em que temos lidado com questionamentos niilistas e negacionistas sobre diferentes contribuições sociais ao social, que a pesquisa acadêmico-científica – e aqui me refiro especificamente à pesquisa em educação acumulada nas últimas quatro ou cinco décadas – representa contribuições densas e respostas sistematizadas aos anseios e problemas sociais.

Eu trato, nesse sentido, de reiterar a importância da ciência, da pesquisa e ainda dos investimentos sociais feitos por décadas a fio na busca por pensar e propor soluções para a sociedade.

As contribuições da pesquisa têm sido amplamente ignoradas nos debates e iniciativas voltados à proposição de políticas públicas curriculares, o que também tem ocorrido em outros países. Com isso, nós temos um conjunto de limitações e problemas genéticos da BNCC, que tem sido acompanhado em seus desdobramentos problemáticos nas mais variadas realidades socioculturais do país.

Pesquisas como as de Lopes, Macedo, Destro, Santos e Thiesen, só para citar alguns exemplos, têm destacado, em diferentes escalas, os efeitos dos movimentos em prol da implementação da BNCC do ensino médio em âmbito nacional, nos estados e nos municípios também. Tais trabalhos têm chamado a atenção para a preponderância da iniciativa privada nos rumos da educação pública, submetendo a lógicas de mercado a educação, que, importa sempre reiterar, não é mercadoria, e também para o esvaziamento que a BNCC do ensino médio tem imposto aos jovens por meio do seguinte: fragilização sistemática da área de ciências humanas e sociais, com a fusão de filosofia, geografia, história e sociologia – o que tem sido considerado um vácuo de temas superficiais e midiáticos –, das ciências naturais também, e a definição de itinerários formativos que limitam possibilidades e oportunidades aos jovens.

As resistências de diferentes redes de ensino à reforma também devem ser destacadas. Tais redes, ao resistirem, visam proteger propostas locais que ressoam a compreensão das demandas de estudantes e professores, pais e comunidades singulares, que constituem um Brasil em sua pluralidade.

Pesquisas como as de Thiesen têm salientado o caráter restritivo do processo de implementação da BNCC em Santa Catarina, por exemplo, assim como o faz Santos sobre o caso de Mato Grosso. Ambos destacam as resistências de comunidades escolares diante da proposta, ao mesmo tempo em que sinalizam para o caráter apressado, impositivo e controlador nos processos de elaboração dos documentos estaduais e locais, no que diz respeito à possibilidade de incorporação de elementos mais adequados às demandas sociais e culturas locais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que diz respeito à produção de conhecimento, polêmico tema no campo currículo e da educação em geral, de interesse de toda a nação, resta a pergunta: o que é conhecer? O que é conhecimento na BNCC? Essa pergunta não encontra resposta. Trata-se de questionamento de grande importância que tem sido levantado por diferentes pesquisas nos campos disciplinares que ganham cada vez mais corpo em um cenário em que é suposto como garantido somente o acesso à Matemática e à Língua Portuguesa, sendo também o tratamento dado a esses componentes amplamente criticado pela comunidade de pesquisadores dessas áreas.

Com a fragilização do ensino médio pela expectativa de implementação da BNCC, importa salientarmos que o que tem sido defendido como um movimento que visa à garantia de direitos pode ser compreendido, de fato, como uma política de usurpação de direitos de os sujeitos jovens terem acesso ao máximo de experiências através de oportunidades, que, com a BNCC do ensino médio, tendem a ser retirados ou minados.

Não bastem tais problemas estruturais que caracterizam a proposta específica da BNCC do ensino médio, saliento também um contexto mais amplo dessa política que sobrecarrega a política da BNCC do ensino médio, uma vez que, com foco no aumento da prescrição curricular do controle sobre as escolas, seus sujeitos e o que podem fazer, vem capilarizando diferentes processos formativos, como, por exemplo, por força da BNCC, programas como Pibid e Residência Pedagógica, antes voltados à formação de professores reflexivos e autônomos para inovação nas escolas, passaram a ter reduzida a formação de professores à implementação da BNCC. Portanto, o objetivo passa a ser a formação de profissionais orientados a uma restrição quanto ao que significa educação e ao que significa ser sujeito educado.

Não obstante, o incremento de tais processos de controle sobre a educação projeta ainda a BNC-Formação, por meio da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, como intervenção direta na formação de professores, tensionando as licenciaturas, sua autonomia para a adequação da formação de professores novamente ao cumprimento da BNCC.

Como embocadura de tal processo prescritivo, temos ainda a perspectiva de aumento no controle da avaliação via Saeb, que visa compreender a BNCC, como salientam Gonçalves, Guerra e Deitos, que constatam que a BNCC expressa contensão ou restrição do acesso aos conteúdos disciplinares, bem como o controle e a padronização almejada nas avaliações em larga escala por meio da política de liberação dos chamados conteúdos socioemocionais como norteadores da aprendizagem.

Todo esse enorme movimento que visa ao controle das escolas tem sido pensado por pesquisadoras como Elizabeth Macedo e Alice Casimiro Lopes como uma dinâmica de redução da educação ao ensino. Considerando os elementos destacados, a resistência aos diálogos com a pesquisa e as escolas, importa que questionemos: a que se opõe a BNCC? O que ela visa combater? E, especificamente a BNCC do ensino médio, o que é ou quem é o jovem pensado pela BNCC?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a construção de mecanismos (*Falha no áudio.*) ... Se as redes tiverem condições, a BNCC pode ser lida como uma oposição à escola, aos sujeitos das escolas – estudantes, professores e comunidades – e às potencialidades de pensarem diferente, democraticamente, e de viverem processos que formam percursos formativos inerentes às suas identificações culturais e às suas demandas e anseios.

Nesse sentido, como salienta Lopes, concordo que a proposta não considera as mais diversas realidades escolares existentes pelo país, suas dificuldades em ofertarem diversos itinerários formativos, o que pode provocar maior desigualdade, pois a escola vai ter que ofertar o itinerário dentro de sua realidade estrutural e de seus recursos humanos. Ou seja, o discurso de que esse formato motiva o protagonismo estudantil, com a oferta de itinerários formativos a serem escolhidos atendendo às demandas da juventude, não dá certeza de sua realização, pois dependem das condições oferecidas às escolas.

Não viso, com minhas breves palavras aqui, sugerir qualquer correção ou ajuste à BNCC, mas chamar a atenção para as falhas que a fundamentam e, principalmente, para os riscos que a expectativa de sua implementação sinalizam para a formação de jovens e adultos brasileiros.

Considero possível propor que, em torno de nossos debates aqui sobre a BNCC do ensino médio, seja o momento de reconhecermos e já avaliarmos as negligências não só dessa proposta, mas da própria lógica de defesa de currículos nacionais. A ideia de continuidade dessas políticas bloqueia possibilidades educativas plurais nos contextos escolares, projetando padrões que visam à exclusão do diferente. Importa defendermos políticas outras, gestadas desde o Brasil e para o Brasil, para, com e na escola, visando oferecer mais autonomia para que proponham iniciativas educativas ressoantes, que façam sentido para aqueles que estão na escola.

Não se trata de uma oposição aqui à formulação de políticas curriculares nacionais, mas de defendermos políticas nacionais baseadas em amplo apoio, para que comunidades escolares definam seus currículos com liberdade, para darem centralidade às suas demandas em diálogo com as diferentes formas de conhecer que constituem o mundo em que vivemos: conhecimentos culturais, científicos, disciplinares, entre tantos e importantes outros. Em um mundo que está num momento de tantas incertezas, como supor como seguros itinerários formativos pressupostos a jovens e realidades tão diferentes?

Com isso, como sujeitos localmente negociando caminhos formativos, podemos começar a falar em ampliação do direito à educação em uma conversa que não excluirá o sujeito que queremos que seja o educado. Exemplos não nos faltam. E, apesar de pensar firmemente que não devemos importar soluções educacionais, pois temos condições de desenvolver uma proposta própria, temos constatado que isso não funciona. A ideia de currículos nacionais não funciona já há algumas décadas em nosso país.

E conjecturo que há casos que sinalizam para propostas mais descentradas e afeitas à ampliação do direito à educação por vias mais responsáveis, democráticas e plurais do que o que temos feito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E sobre as defesas recorrentes de que a BNCC visa a garantir o mínimo, o básico, importa salientar seu caráter controlador, para além de qualquer mínimo, reduzindo possibilidades locais de construção de currículos, nas e com as escolas, e ainda – é muito importante salientar – para a quantidade de "mínimos" – estou colocando mínimos aqui entre aspas – que já temos circulando nas escolas.

Eu me refiro à formação inicial e continuada de professores que sabem coisas, que produzem coisas nas escolas, que atuam nas escolas; eu me refiro às disciplinas escolares com suas variadas e dinâmicas contribuições; às demandas sociais que afetam as escolas, com as quais lidam todos os dias, estão nas escolas, circulam nas escolas e impõem questões que a BNCC não é capaz de cobrir.

A escola nunca parou, a escola sempre esteve produzindo, mesmo sob intensas tentativas de controle de políticas curriculares centralizadoras.

Conclusivamente, as críticas cabíveis à BNCC dizem respeito ao seu teor e às expectativas hegemonizadas na proposta, mas não pensamos que a BNCC, embora afete as escolas, seja capaz de saturar todas as possibilidades de pensar diferente, de estudantes, professores, gestores, comunidades escolares e pais pensarem diferente, a partir das demandas locais que caracterizam as incontroláveis culturas.

Finalizo, senhor e senhoras, mais uma vez agradecendo a esta respeitável Casa pelo tempo e oportunidade; e sobre nossas políticas curriculares tão centralizadoras, controladoras e padronizadoras, importa nos remetermos aos sujeitos que estão nas escolas, que são tantos e tão diferentes.

Seguimos à disposição e trabalhando por dias cada vez melhores.

Excelência, colegas, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo ao Professor Hugo Costa, vamos ao próximo convidado, que é o Sr. Ocimar Munhoz Alavarse, Professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP).

Com a palavra o Dr. Ocimar.

O SR. OCIMAR MUNHOZ ALAVARSE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Prezado Senador Marcelo Castro, na sua pessoa cumprimento todas as pessoas presentes a esta atividade. Agradeço o convite e, de certa forma, a confiança depositada nas possíveis contribuições que eu possa trazer.

Evidentemente que eu começo a minha fala situando de onde eu falo, sem com isso fazer aqui o debate do famoso direito de fala. Eu falo na condição de alguém que pesquisa particularmente a área da avaliação educacional, estou coordenando o Grupo de Estudos e Pesquisas em Avaliação Educacional (Gepave), na Faculdade de Educação da USP, e também como um professor que forma professoras e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

professores, e também, evidentemente, daquilo que eu pude acompanhar no processo de discussão, desde a origem, sobre a BNCC, inclusive em vários debates que a Feusp organizou. Evidentemente que isso coloca algumas limitações.

Bom, vou tentar aqui, longe de exaurir, concentrar-me em alguns tópicos que me parecem muito importantes. Mas eu começo ressaltando, sem prejuízo à importância de os vários movimentos se inserirem nesse debate, a importância particularmente da Undime e do Consed.

Por uma razão talvez elementar, mas que precisa ser registrada, quando nós falamos de educação escolar – eu não estou falando aqui de educação; eu falo aqui de educação escolar –, nós estamos falando de uma atividade que é intrinsecamente política – política e, inclusive, partidária. Ou seja, ela é uma atividade que conclama os seres humanos a pensar os processos formativos que se dão nessa forma de educação, a educação escolar.

Portanto, é intrinsecamente um processo sujeito a debates, a polêmicas, a disputas. Isso não tira o valor da educação escolar, mas a recoloca, no meu ponto de vista, no seu devido lugar. Por isso que é oportuno, inclusive, este debate sendo feito, no caso destes aqui, no Senado Federal, uma das instâncias desse processo político.

Portanto, quando nós estamos discutindo a BNCC e uma série dos seus desdobramentos, nós temos que demarcar esse elemento. Por quê? Como eu ressaltei – isso pode parecer elementar –, para que não estranhemos os debates, inclusive, as tensões e as disputas que estão envolvendo, no caso, particularmente a BNCC.

Só uma curiosidade, sem ser muito ocioso: comemora-se o Dia do Professor. Há disputas sobre a origem, mas uma delas aponta para o 15 de outubro de 1827, quando uma lei imperial estabelece a escola de primeiras letras em todos os lugares. Curiosamente, nessa lei, com avanços e retrocessos já no próprio texto, já se sinalizava para aspectos curriculares.

Só a título de observação, admitia-se que meninos e meninas deveriam estar na escola, porém, às meninas era negado o ensino da geometria, por considerarem-na muito abstrata, esse conteúdo. Para as meninas, colocavam-se as prendas domésticas.

Então, vejam vocês como, em uma lei que, inclusive, repercute dentro das próprias comemorações das atividades dos professores, nós já tínhamos essas demarcações.

Também quero, ainda, a título dessas sinalizações iniciais, demarcar que eu, pessoalmente, não sou contrário à definição de uma base nacional, e, como vou fazer aqui conexões com avaliação, também não sou contrário a uma avaliação, à escala por testes padronizados. O problema são os seus conteúdos.

Bom, entremos, então, nas questões que me parecem mais candentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira delas, não necessariamente por uma ordem de prioridade, mas uma pela qual que me parece importante começar, é o que se poderia chamar de premissas para a elaboração da BNCC. A primeira delas é que as desigualdades educacionais decorriam de problemas curriculares. Isso é uma falácia. Primeiro, é desrespeitoso com relação aos professores, como se os professores não tivessem um currículo. Então, a escola brasileira tinha um currículo. Por uma série de razões, não se discutiu adequadamente qual era esse currículo e, pior, como se as desigualdades educacionais – não confundamos desigualdades com diferenças, não confundamos –, como se as desigualdades tivessem origem nos conteúdos, na maneira como os professores ensinavam como desdobramento desses conteúdos. Não. A escola tinha, sim, um currículo.

Eu não quero entrar aqui na polêmica que a Alice levantou, se era o livro didático que pautava ou não, mas de alguma maneira os livros didáticos eram produzidos por pesquisadores oriundos da universidade, onde durante séculos foram se consagrando as disciplinas escolares, conteúdos de alguma forma cristalizados, ainda que sujeitos ao movimento. Então nós tínhamos um currículo, os professores não entravam em suas aulas para desenvolver aleatoriamente o conteúdo. Não. E me parece que... Demarquei: eu não sou contrário a uma base nacional, mas essa premissa foi colocada e ela não se sustenta. As desigualdades educacionais – não falo das diferenças, mas das desigualdades educacionais – decorrem de um conjunto de outros fatores. Atenção, não quero com isso desconsiderar a importância de se discutir o currículo, o conteúdo daquilo que permeia o trabalho pedagógico e que vai, portanto, estabelecer objetivos de aprendizagem, por exemplo. Desse ponto de vista, nós podemos estar incorrendo, entre possíveis expressões, numa ilusão curricular, como se a definição de um currículo fosse amenizar ou extirpar ou eliminar ou atenuar essas tais desigualdades. Não. Não podemos padecer dessa ilusão.

Uma outra discussão é que, também, como que houve, de alguma forma, uma certa condenação ao ensino disciplinar. Não. As disciplinas são campos, em que um conjunto de conhecimentos, como eu disse há pouco, foram se cristalizando. E nas universidades, onde são formados os professores, os próprios professores, na sua experiência anterior como alunos, depois como professores, estavam imersos nesse processo, e as disciplinas não são, elas, limitantes, ainda que se possa fazer algumas ressalvas a delimitações exageradas. Mas é dessa maneira que o conhecimento humano foi se organizando, especialmente nas universidades no mundo inteiro.

Portanto, o problema que se colocava ou que se coloca ainda é como se organizarem – há uma série de termos para isso, há um risco em se escolher um, mas eu vou utilizar um, mesmo reconhecendo esse risco – essas transposições entre momentos de produção de conhecimento mais sistematizado em torno dessas disciplinas e o trabalho nas escolas, particularmente na educação básica – sem negar, como lembrou o Hugo aqui, que os professores também produzem um conhecimento ao trabalharem com esses conhecimentos. Portanto, é isto que, me parece, foi a grande lacuna que talvez ainda mereça ser investigada: qual era o currículo das escolas brasileiras. Isso tinha que ser demonstrado para, na sequência, mostrar que esse currículo tinha alguma implicação nas desigualdades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, isso posto, há um debate em curso, até pela natureza política, e os nobres Senadores, inclusive, são prioritariamente chamados a isso, especialmente na Comissão de Educação, coordenada pelo Senador Marcelo Castro, para aprofundar este debate em torno de como se arranja agora a organização dos conteúdos escolares, curriculares expressos na BNCC.

E Alice levantou um aspecto que eu quero reiterar: há um risco, que não começou agora com a BNCC, mas, com o estabelecimento da BNCC, a necessidade de os estados e os municípios definirem os seus currículos, de, nem bem discutirmos a BNCC – e eu não tenho medo da polêmica –, começarmos a agregar um conjunto de disciplinas, de conteúdos. Isso não é um fenômeno novo, mas, nesse espírito de arranjos curriculares, nós inundaríamos as escolas com uma miríade de outras prescrições. Então, nós nem completamos o debate, a discussão de como estaria a implementação, recuperando, inclusive, aspectos para que o Hugo também chamou atenção aqui, e nós dirigimos agora a essas novas agregações. Então, acho que esse é um risco que o Brasil corre, o risco de, sem discutir uma proposta, que, como eu disse, eu não sou a princípio contrário, que foi aprovada, ela não ser nem bem discutida, nem mesmo sobre os aspectos da sua implementação, e começarmos a discutir um conjunto de outros conteúdos escolares, dada a natureza da organização política brasileira, com três entes federados. Nós, portanto, poderíamos nos encontrar numa situação em que disciplinas... E os nomes que a elas podem ser dados não mudam a caracterização deste risco, do meu ponto de vista, que é, insisto, não aprofundando o debate sobre a BNCC e seu processo de implantação, começarmos a agregar um conjunto de novas propostas.

Particularmente, pela posição do Senado brasileiro, eu acho que esse – sem quer aqui, nobre Senador Marcelo Castro, fazer indicação de pauta; por favor, não tome minhas palavras nesse sentido – é um cuidado que, pela natureza do Senado, nós precisamos ter para evitar que se agregue algo a mais, sendo que ainda não temos todas as informações.

Outro aspecto que eu gostaria de mencionar é que é preciso fazer valer, com todas as suas limitações, a letra da lei que estabelece a BNCC. Ela não pode ser tomada como currículo obrigatório! Particularmente, a Resolução 2, de 2019, é colocada nesses termos. A BNCC, não só por conta de séculos de tradição escolar que nós temos acumulado, continua sendo um grande referencial, evidentemente, referencial que eu diria hoje incontornável, mas a BNCC não pode ser vista como a única maneira de trabalhar os conteúdos escolares. Uma coisa – e a Alice mencionou isto – é nós considerarmos que uma lista de conteúdo possa ser insuficiente. E eu que trabalho com avaliação sei muito bem disto: elencar tópicos e conteúdos não detalha como que, ao ensiná-los, nós deveríamos apreender as aprendizagens das crianças.

Então, evidentemente, uma lista de conteúdos não basta, mas a maneira de traduzir esses conteúdos em processos de aprendizagem, nas materializações dessas aprendizagens, comporta ainda, queiramos ou não, outras abordagens. Então, não se trata de ignorar a BNCC, mas não podemos fazer dela o único elemento no processo formativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, agora como um outro elemento – para ir terminando a minha fala –, eu gostaria de destacar os aspectos relativos à avaliação.

Vejamos, há um risco. Apesar dos dados que a Alice mostrou aqui, que não são evidentemente falsos, é preciso ainda uma cautela para nós definirmos as bases expressas nas matrizes de referência para a realização das testagens em larga escada. Explico melhor. Uma coisa é – mesmo que chegássemos a – um acordo aqui do que as crianças na condição de estudantes no Brasil deveriam saber; outra coisa é como esse processo está ocorrendo no interior das salas de aula. Aonde eu quero chegar com isso? Que, quanto às bases para avaliação ou para testagem – lembrando que o Saeb não é avaliação, assim como o Enem não é uma avaliação, é uma testagem que leva a uma medição de proficiência –, mas particularmente com relação ao Saeb, essa testagem que nos permitiria medir as proficiências tem que ser feita com base naquilo que é trabalhado. Então, eu diria que é preciso cautela no seguinte sentido: eu não posso criar um novo teste que não esteja ancorado naquilo que, de fato, está sendo trabalhado. Nesse sentido, as atuais matrizes de referência do Saeb não podem ser abandonadas. Evidentemente elas podem ir ganhando aperfeiçoamento, e esse aperfeiçoamento tem como condição um levantamento daquilo que é trabalhado. É nesse sentido que, inclusive, quando a gente olha a história do Saeb, a gente verifica algumas mudanças nas matrizes – são mais de uma – do Saeb, que foram fruto de discussões, inclusive envolvendo a Undime e o Consed.

Então esse é um risco que eu percebo que não impede, por exemplo, que a gente possa, fazendo algumas pesquisas, alguns levantamentos, até como uma forma verificar a extensão de quaisquer que sejam as iniciativas curriculares, particularmente essa agora com relação à BNCC e, inclusive – isto aqui seria um detalhamento –, para evitar os riscos de vieses nos testes, diferenciando inadequadamente o desempenho dos alunos.

A despeito do que falou o Hugo, eu defendo, inclusive como característica dessa manutenção, que o foco continue sendo leitura e matemática. Isso não significa redução curricular, significa apenas e tão somente o reconhecimento de que a competência leitura é uma competência decisiva – provavelmente a mais importante competência do ponto de vista escolar e social. Vivemos num mundo fartamente ancorado na escrita, e a leitura, mais do que a própria produção escrita, é uma capacidade, é uma competência decisiva para a vida em sociedade e, sobretudo, para o sucesso escolar.

Então, quando o Saeb mede a proficiência em leitura, na verdade, ele está medindo uma capacidade que é um atributo da escola, errônea e equivocadamente atribuída, muitas vezes, ao professor de Língua Portuguesa ou às professoras dos anos iniciais. Não! A competência em leitura, aludindo aqui, inclusive, a aspectos chamados letramento, é uma competência da escola. Aliás – não quero fugir do debate –, a maneira como isso é discutido, embora o Saeb já faça essa medição desde 1995, como ainda não se conseguiu trabalhar, particularmente nos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio, o trabalho fica em torno dessa competência, porque, particularmente nos anos finais e no ensino médio, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos a distribuição das aulas para professores especialistas. Não estou, com isso, condenando essas especialidades, mas, ponto de vista da competência em leitura, esse é um desafio que ainda está colocado, inclusive não é pela herança dos anos finais, lá do antigo ensino secundário depois do ciclo ginasial e, no caso, do ensino médio e do ciclo colegial.

Então, é preciso de muita cautela na migração das atuais matrizes, que são as bases de referência para efeito das avaliações, com vistas a uma nova referência curricular, independentemente da posição. Mesmo que nós tivéssemos aqui um consenso absoluto em torno da BNCC, essa cautela me parece extremamente necessária.

Um outro aspecto nesse desdobramento da ilusão curricular, em algumas pesquisas que eu tenho, particularmente, coordenado, em outras às quais me associei e em outras a que temos acesso pela literatura, trata-se do seguinte: ao final de um ano letivo, por mais denso e organizado que seja um currículo, o que é que nós temos? Diferenças de desempenho entre os alunos, diferenças essas que, muitas vezes, podem configurar desigualdades. Mas vamos nos ater, agora, às diferenças. Qual é a tradição da escola, eu diria, mundial, mas, particularmente, brasileira? Que essas diferenças entre os alunos sejam quase que escamoteadas ou ignoradas, e, na organização seriada, mesmo, às vezes, sob o rótulo de ciclo, o aluno, quando vai para o outro ano letivo, qualquer aluno, é tratado como se ele já tivesse dominado aquilo que estava estabelecido para o ano anterior. Ora, por que eu estou... Isso aqui merece uma série de desdobramentos, mas não é aqui o fórum para isso.

Então, muitas vezes, o problema da nossa escolarização, que talvez seja uma das bases das nossas diferenças e que, inclusive, depois vai alimentar desigualdades, é que esse desempenho dos alunos em relação mesmo a um currículo muito bem estabelecido não é tratado no interior das escolas. E esse era um problema que já estava colocado antes e que a BNCC não aborda; não que necessariamente ela devesse abordá-lo, mas eu estava me referindo a essa expressão da ilusão curricular, porque agora eu mudei as bases curriculares e os meus objetivos e, mesmo que eu faça a tradução disso em expectativas de aprendizagem – o que eu pessoalmente acho mais correto, sem abandonar os tópicos e os conteúdos –, esse seria um dos grandes desafios da nossa escolarização, e, por sua vez, implicaria processos de avaliação, no interior das escolas, que tivessem como preocupação, primeiro, melhor identificar essas aprendizagens para, então, organizar os processos de ensino. Então, percebam, senhores e senhoras, quem nos ouve e nos assiste, que esse é um problema que talvez mereça, ainda como uma série de desdobramentos da escola, ser abordado.

Termino chamando a atenção para o fato de que o ensino médio merece uma discussão particular, especialmente a partir do que eu considero uma contrarreforma do ensino médio, que do meu ponto de vista extrapola, inclusive, a relação com a BNCC, ainda que também com ela mantenha relação.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós é que agradecemos a valiosa colaboração do Sr. Ocimar Alavarse.

Vamos ao último convidado, a Sra. Maria Luciana da Silva Nóbrega, Coordenadora-Geral de Gestão Estratégica da Educação Básica, representante do Ministério da Educação.

Com a palavra a Profa. Maria Luciana da Silva Nóbrega.

O SR. MARIA LUCIANA DA SILVA NÓBREGA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a toda a Comissão de Educação, presidida pelo Senador Marcelo Castro.

Em nome do Ministério da Educação, quero agradecer muito por esta oportunidade de trazer algumas considerações, algumas elucidações sobre a implementação e o monitoramento da implementação da Base Nacional Comum Curricular. Então, desde já agradecemos o convite, em nome do Secretário de Educação Básica, Prof. Dr. Mauro Rabelo, e a oportunidade ímpar de trazer esses esclarecimentos.

Eu vou compartilhar aqui uma apresentação para nós ganharmos aqui bastante tempo.

A Base Nacional Comum Curricular...

Quero aqui parabenizar as falas anteriores, que já trouxeram aspectos históricos, conceituais e trouxeram até alguns questionamentos, alguns desafios que são realmente inerentes à BNCC.

Eu não vou adentrar muito nos aspectos técnicos históricos, porque já foram bem apresentados aqui pela Profa. Maria Helena sobretudo.

O importante que nós precisamos destacar é que a Base Nacional é um documento que traz uma orientação. A gente sempre costuma dizer que a base é a base; ela não é o teto. Então, a base traz os conteúdos mínimos, os conteúdos essenciais, necessários para que os alunos tenham garantido o seu direito constitucional da equidade, da igualdade de oportunidade de conhecimento, como já está preconizado pelo Plano Nacional de Educação (PNE), previsto na LDB, como foi muito bem citado aqui pela Conselheira Maria Helena, e homologado em 2017 para a etapa de infantil e fundamental e em 2018 para a etapa do ensino médio.

Então, antes de mais nada, nós deixamos até aqui um convite para toda a sociedade brasileira para que entre, acesse o *site* basenacionalcomum.mec.gov.br, onde está disponibilizada a versão final da BNCC, justamente por ser um documento disponibilizado para toda a sociedade brasileira, a que os pais e toda a sociedade, a comunidade escolar tem acesso – é um documento público.

Lembro que a BNCC foi construída, como bem ressaltou aqui a Alice, num movimento de audiências públicas articulado entre os conselhos de Educação, entre a academia... Nós tivemos inclusive, regido pela Portaria nº 19, de 10 de julho de 2015, a lista de todos os especialistas que participaram da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

elaboração da proposta da BNCC, com participação da Undime e Consed, das universidades federais e universidades estaduais, particulares; dos institutos federais. Então, eu também convido todos os colegas aqui presentes para terem acesso a essa Portaria nº 19, de 2015, onde está a lista dos especialistas que auxiliaram o Brasil na elaboração dessa proposta.

Então, outra coisa que nós precisamos ressaltar é que a BNCC foi elaborada e está sendo implementada em regime de colaboração, pelo próprio pacto federativo. Nós sabemos que não seria possível um investimento dessa envergadura sem o apoio das instituições representativas. Então, nós temos aqui, na essência da BNCC, o Ministério da Educação coordenando as ações, principalmente o financiamento dessas ações, e o Conselho Nacional de Educação, o representante dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (Foncede), da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme) e, claro, a nossa parceria sempre presente aqui da Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), e do Consed (Conselho Nacional de Secretários de Educação).

Então, a BNCC é um documento que vem sendo gestado desde o seu início num processo colaborativo, com a participação de toda sociedade, e a gente não pode desconsiderar que é um processo que não começou hoje. A homologação da educação infantil e fundamental foi em 2017, a homologação da BNCC do ensino médio em 2018, mas nós temos todo um movimento prévio com a participação da sociedade, sem o qual nós não teríamos conferido à BNCC esse caráter de democracia que está permeando esse documento.

A BNCC foi apreciada principalmente no âmbito das audiências públicas, em 2015; em 2016, com os seminários estaduais que promoveram o debate da segunda versão da BNCC; e nós seguimos avançando, porque a homologação foi apenas o passo de publicação, de referendo do documento, mas tivemos desde então todo um movimento para garantir que os estados, os municípios, que as equipes das escolas pudessem trabalhar com propriedade o documento.

Então nós tivemos, no âmbito de 2019 e 2020, os processos formativos para apoiar os entes na elaboração dos seus primeiros referenciais curriculares; conseguimos ainda fazer, até março de 2020, esses eventos formativos. Infelizmente, com o advento da pandemia, nós tivemos que nos readequar em toda nossa programação. Porém, é importante nós ressaltarmos que o movimento não parou. As redes municipais, as redes estaduais, os parceiros, o próprio Movimento pela Base, outros parceiros das ONGs não diminuíram, pelo contrário, aumentaram o seu ritmo de trabalho para dar esse apoio às redes e conseguir de fato implementar. Nesse sentido, nós parabenizamos de público aqui todo o esforço das secretarias municipais e estaduais de educação por terem conseguido dar continuidade ao processo de implementação da BNCC.

Na educação infantil, nós estamos acompanhando desde o início esse movimento. No início do ano passado, nós iniciamos o processo de monitoramento da implementação, por meio de uma parceria, de um termo de execução descentralizada com a Universidade Federal de Juiz de Fora, com o CAEd, que tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos ajudado nessa pesquisa para verificar a implementação da BNCC. E agora, no ano de 2022, nós estamos nos debruçando sobre esse apoio à formação continuada dos professores, às discussões sobre o alinhamento do Saeb e do Enem à BNCC e à continuação do monitoramento da implementação.

No ensino médio, o nosso movimento está similar, apenas com um ano de diferença, mas 2020 e 2021 foram os anos mais puxados, digamos assim, para as secretarias de educação, por conta da revisão e elaboração dos novos projetos pedagógicos alinhados à base, dessa formação introdutória e de todos os elementos trazidos pelo novo ensino médio – e aí eu concordo com o Prof. Ocimar: nós teríamos que ter uma audiência pública somente para tratar do ensino médio, porque há uma riqueza de especificidades que nós não vamos conseguir esgotar aqui. E tivemos toda a discussão sobre a elaboração dos itinerários formativos e das diretrizes estaduais. Em 2022, nós iniciamos o ano com todo esse movimento também do próprio PNLD voltado para o ensino médio, já alinhado ao novo ensino médio, as discussões do Enem, do Saeb, a formação continuada. E, neste ano de 2022, nós iniciamos o monitoramento da implementação do ensino médio também com o CAEd.

Então, nós estamos muito felizes por esta oportunidade, pelo apoio de todas as redes municipais e estaduais ao nosso monitoramento, à nossa atividade da pesquisa do diagnóstico.

E quero deixar bem claro para todos os nossos internautas e os nossos companheiros daqui da Mesa que a implementação da BNCC no âmbito do MEC tem se dado por meio do ProBNCC, que é o Programa de Apoio à Implementação da Base. O ProBNCC tem algumas frentes, e uma das principais frentes é, sem dúvida nenhuma, o repasse dos recursos.

Para a questão da formação de professores, nós temos utilizado como estratégia o Plano de Ações Articuladas (PAR). Então, nós estabelecemos junto com o FNDE duas linhas, duas iniciativas, que são a Iniciativa 82 e a Iniciativa 92 para a formação de professores. À Iniciativa 82 nós já destinamos, já com recursos repassados para as secretarias de educação, 83 milhões para a formação de professores para educação infantil e ensino fundamental; e 60 milhões para a Iniciativa 92, que é a formação de professores para o ensino médio.

Esse repasse se deu numa pactuação entre Consed e Undime para que as secretarias estaduais de educação que receberam os recursos possam articular junto com as suas secretarias municipais a formação dos nossos professores e professoras para a utilização da BNCC e, principalmente, para essa discussão dos novos currículos.

Outra coisa também que eu acho que é muito importante ressaltar é que as equipes das secretarias de educação continuaram todo o seu trabalho, mesmo no período da pandemia, e, para essa ação, nós, no Ministério da Educação, por meio da SEB, da Secretaria de Educação Básica, abrimos uma concessão de bolsa formação para as equipes que, de fato, elaboraram os currículos, que ajudaram aí nessa elaboração e, de 2019 até 2021, nós concedemos R$28 milhões nessas bolsas de formação. Nós acreditamos que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bolsa foi muito importante para que as equipes continuassem engajadas, motivadas e fazendo aí o seu trabalho, por meio do qual hoje nós temos aí os frutos, os resultados, que são justamente os currículos elaborados, que foram feitos com os técnicos das secretarias de educação. Então, ninguém melhor do que a equipe técnica da Secretaria de Educação... Professores, coordenadores, gestores fizeram parte dessa equipe de elaboração. Então, não foi assim um trabalho que foi externo à Secretaria de Educação, mas contou com as equipes técnicas.

E nós parabenizamos e queremos aqui externar toda a gratidão a esses profissionais extraordinários, que, mesmo em meio à pandemia e todo o seu desdobramento para manter o nível de aprendizado, também se dedicaram a mais essa atividade, que foi a elaboração dos novos currículos alinhados à Base.

Além dos repasses, o Ministério da Educação também tem prestado apoio técnico aos encontros formativos, principalmente aí com a participação da equipe do FNDE junto com as equipes das secretarias de educação, para fazer a orientação sobre o uso do recurso do PAR, sobre os itens, sobre os termos de referência para elaboração das formações, então nós estamos constantemente aí ao lado das equipes técnicas.

Os recursos digitais do Avamec e do MEC RED, que são as plataformas em que o MEC tem disponibilizado tanto os cursos para a formação da BNCC, quanto os recursos educacionais digitais, que são basicamente aí as boas práticas, os currículos, materiais de orientação que as redes mesmo têm elaborado, nós temos disponibilizado, feito uma rede de compartilhamento desses materiais que têm sido elaborados no âmbito das secretarias e que estão servindo, inclusive, de boas práticas, num sistema colaborativo, para que as outras redes também possam utilizar esse material.

Mais recentemente, agora no final de 2021, o MEC também fez duas importantes entregas aí para auxiliar na implementação da base, que é a Plataforma Normativas, que é a plataforma que dá transparência e acesso aos atos normativos de educação, inclusive os pareceres de homologação desses novos referenciais curriculares. Foi feita em parceria com a Universidade Federal de Alagoas. E a nossa grande entrega no momento, que é a ferramenta de acompanhamento e diagnóstico da implementação, a Plataforma BNCC, que foi feita em parceria com o CAEd. Então, além do diagnóstico, além da pesquisa, da implementação, nós estamos disponibilizando todas as informações também nessas plataformas.

E graças a toda essa rede de apoio, toda essa rede de colaboração, nós temos aí esses números muito significativos. Praticamente em dois anos de pandemia, o trabalho da implementação da BNCC não parou, ele deu continuidade e nós vislumbramos aí esses números, que são muito significativos. Nós temos atualmente todas as unidades da Federação com os seus referenciais curriculares para educação infantil e fundamental aprovados. Como a Alice mostrou, nós temos aí 5.419 municípios, 97% dos municípios brasileiros com os seus currículos também homologados, alinhados à BNCC, e isso é muito significativo, inclusive é uma resposta a uma das ações que o MEC fez em parceria com o Consed e com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Undime, e também com o apoio do Movimento, que foi a chamada busca ativa dos municípios. O nosso lema aqui é: nenhum município vai ficar para trás.

Então, no ano passado, nós tínhamos mais de 200 municípios que não tinham ainda nos fornecido informações sobre a sua implementação, inclusive 58 municípios que não tinham sequer iniciado o seu processo de implementação. Nós estamos falando do final de 2021, sendo que a BNCC do infantil e fundamental foi homologada em 2017. Então, nós tivemos aí algumas redes com dificuldade desse processo e nós fizemos todo um apoio e um acompanhamento técnico, e hoje esse número caiu bastante. Nós temos 151 municípios que ainda não nos informaram, mas menos de 50 que de fato não iniciaram o seu processo de revisão dos referenciais curriculares. Então, isso é muito importante e merece ser justificado, merece ser ressaltado.

No panorama do ensino médio, nós temos três unidades da Federação que enviaram seus referenciais para aprovação nos conselhos estaduais de educação e estão aí aguardando a aprovação e a homologação. Temos um que já aprovou o seu currículo e está aguardando a homologação e 23 unidades da Federação que já aprovaram e homologaram seus currículos alinhados à Base.

Então, o mérito é todo das equipes técnicas, e nós estamos aqui somente para apoiar, para dar esse subsídio, esse apoio técnico, financeiro, articulando com os parceiros; mas toda essa rede colaborativa é feita pelos conselhos de Educação, pelo Consed, pela Undime, pelo apoio dos movimentos, como o Movimento pela Base e outros que nos têm apoiado intensamente nessa grande entrega a respeito de estados e municípios conseguindo implementar seus novos referenciais curriculares alinhados à BNCC.

Como eu havia falado antes, a Plataforma Normativas tem se tornado uma grande ferramenta, principalmente no âmbito dos conselhos de educação, mas também aberta a toda sociedade, em que os documentos estão sendo disponibilizados e muitas vezes até trabalhados colaborativamente, porque também os conselhos trocam esses documentos, eles consultam os documentos uns dos outros, e é uma plataforma que foi desenvolvida pelo Núcleo de Excelência em Tecnologias Sociais (NEES), lá da Universidade Federal de Alagoas, com o apoio também do Instituto Federal de Alagoas.

Então, nós tivemos aí semana passada o evento de capacitação dos técnicos dos conselhos nacional, estadual e municipal de educação para o uso da plataforma. Inclusive, aqui no MEC, nós temos utilizado bastante essa plataforma para fazer o acompanhamento e a atualização dos dados sobre homologação dos currículos e tudo o mais. E é um instrumento que está disponível e aberto para toda sociedade.

Desde o final de 2020, nós estamos aí também nessa parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), da Universidade Federal de Juiz de Fora, que tem auxiliado nesse, tem conduzido, na verdade, esse primeiro diagnóstico oficial sobre a implementação da BNCC. Então, nós tivemos essa pesquisa que foi feita com o apoio incondicional da Undime e do Consed, em que foram ouvidos 24.262 profissionais da educação, das secretarias municipais e estaduais de Educação, em que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós tivemos 18.843 professores, 1.275 diretores, 2.243 coordenadores e técnicos das secretarias de educação, que registraram suas respostas. Esses profissionais trabalham em quase seiscentas escolas, então nós tivemos aí uma capilaridade da pesquisa. Isso foi realizado nas cinco regiões do país. Nós ouvimos de fato todas as representações regionais, isso para conferir à pesquisa um caráter técnico, uma qualidade técnica. Quem realmente está conduzindo toda essa pesquisa é o CAEd, que já tem bastante experiência nessa questão de avaliação e de monitoramento das políticas públicas. Os resultados completos dessas pesquisas estão disponíveis lá na plataforma, é um relatório que nós estamos chamando de "relatório da primeira onda". Então, nós convidamos a todos os nossos convidados, internautas a acessarem essa plataforma para poder ter acesso a esses dados, para que possam realmente ficar inteirados de como que a BNCC tem sido vista pelas equipes das secretarias de educação.

Então, nós temos dados bastante significativos. A Alice até já mostrou alguns dados lá da nossa pesquisa, mas a gente reitera que 79% dos professores, 87% dos diretores, 86% dos gestores estaduais e 88% dos gestores municipais reconheceram que a BNCC trouxe, sim, mudanças positivas e significativas na sua prática profissional, o que a gente sabe que desencadeia outros fatores, como a própria formação de professores, a questão da avaliação, da escolha de conteúdos, tudo isso gera esse efeito cascata.

E também um dado que é muito importante para nós é acerca do papel norteador da BNCC na elaboração dos novos currículos. Então, num contexto de pandemia, em que nós tivemos que nos reinventar, tivemos que criar o novo normal, a BNCC desempenhou um papel de orientação da própria continuidade do processo de revisão de elaboração dos novos currículos e das ações de formação de professor. Então, isso foi muito importante, porque nós tivemos aí de fato um rumo, um norte para essa atividade das secretarias de educação – e a BNCC fez um papel central nessas ações.

E outra coisa também bastante importante de ressaltar, nós ressaltamos isso na semana pedagógica e em alguns momentos que nós estamos aí pactuando com a Undime e com o Consed... Inclusive, nós encaminhamos agora recentemente um ofício para todas as secretarias de educação dos municípios, por meio da Undime, e também para as secretarias estaduais, por meio do Consed, uma informação sobre a nova funcionalidade da Plataforma BNCC, que é o cadastro dos referenciais curriculares e também o cadastro de boas práticas, porque nós queremos ouvi-los. Esse cadastro dos referenciais curriculares é um atendimento à condicionante do Vaar (Valor Aluno Ano Resultado), tal qual está referida na nova lei do Fundeb, que é uma das condicionantes, um dos critérios para o recebimento do percentual do Vaar. Então, nós fizemos essa comunicação. Nós estamos aguardando até o final mês de março o *upload* dos referenciais curriculares para que nós possamos conhecer e possamos garantir essa condicionalidade do Vaar.

Porém, nós temos muitos desafios. O MEC está ciente e fazendo esse acompanhamento, esse aporte financeiro, técnico, porque nós identificamos desafios que precisam ser superados. E nós temos também a consciência de que não somente o Ministério da Educação vai conseguir fazer. Nós evocamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui, mais uma vez, o nosso regime de colaboração e o apoio de todos e todas, o apoio das redes, o apoio das organizações não governamentais, como é o caso do próprio Movimento pela Base.

Eu poderia pedir mais cinco minutos, Senador, para entrar na questão dos temas transversais?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Ah, pois não, com imenso prazer. Sinta-se à vontade.

O SR. MARIA LUCIANA DA SILVA NÓBREGA (*Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Presidente.

Então, como desafio para o ensino fundamental e médio, nós ainda temos que continuar a busca ativa dos 151 municípios – nenhum município vai ficar para trás –, que as redes e as escolas consigam efetivar os seus projetos pedagógicos ainda, trazendo essa questão da contextualização, da praticidade, da contextualização do seu cotidiano, da sua realidade local no currículo – esse é o grande desafio –, e nós imaginamos que as formações de professores vão tratar bastante sobre essa necessidade da não padronização, pelo contrário: esse não é o papel da BNCC. A BNCC é a base, justamente para que as redes possam ter toda a liberdade de incluir as suas especificidades, as suas contextualizações e a sua realidade local, para que a escola se veja no currículo. Então, a BNCC tem esse papel de garantir que as aprendizagens, que as competências e as habilidades sejam construídas a partir das necessidades reais dos estudantes e que a formação dos professores alcance todos os municípios e auxilie nessa compreensão das inovações trazidas pela Base.

Para o ensino médio nós temos ainda grandes desafios. O próprio novo ensino médio ainda desperta muitos desafios para essa construção desse novo, da adaptação e da formação geral básica com os itinerários formativos... Nós não vamos entrar aqui no mérito, não temos tempo para isso, mas os itinerários formativos são uma possibilidade para que o estudante do ensino médio escolha o seu projeto de vida e as áreas nas quais ele gostaria de ter uma inserção, uma vocação – isso é muito importante –, a correta elaboração desse sequenciamento e organização dessas habilidades, o equilíbrio entre os tempos e períodos de oferta, para que nós não venhamos a ter um excesso de conteúdo e um excesso de tempo que não vão se traduzir necessariamente em qualidade, e a própria elaboração dos itinerários formativos, que sejam atrativos à juventude e aplicados ao seu projeto de vida.

Eu vou passar aqui rapidamente sobre os temas contemporâneos transversais, porque se falou muito e também foi a pergunta aqui dos internautas, por meio do e-Cidadania, sobre a educação financeira, sobre acréscimos de conteúdo, sobre as capacitações, e é importante nós destacarmos aqui que os temas contemporâneos transversais estão presentes na Base Nacional Comum Curricular, eles são temas que trazem esse apelo do que é contemporâneo e do que é necessário na formação do estudante, sem necessariamente se reverter em excesso de conteúdo, em excesso de carga horária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, os temas contemporâneos são uma forma de trabalhar de maneira transversal a formação básica, os conteúdos, as disciplinas, os componentes curriculares que já estão na BNCC. Então, eu acho que é muito importante nós entendermos que os temas transversais, os temas contemporâneos, estão aí, estão na cabeça, na dúvida dos nossos estudantes. É como usar as tecnologias sociais, direitos e deveres, questões de cidadania, como usar o dinheiro, poupar, entender as diferenças, tratar sobre a questão de tolerância, de acolhimento, as questões de sustentabilidade, de saúde.

Então, a proposta dos temas transversais, tal qual está preconizado lá na BNCC, sobretudo nas páginas 19 e 20 do documento final, fala justamente que cabe aos sistemas e às redes de ensino, assim como às escolas, dentro das suas esferas de autonomia de competências conferidas pela LDB, integrar ao currículo essas propostas pedagógicas que abordem os temas contemporâneos e que eles sejam trabalhados preferencialmente de forma transversal e integradora.

Então, na prática, como isso se dá? Nós temos aí – isso não é novo, é interessante nós dizermos que os temas contemporâneos não são uma inovação da própria BNCC, a gente está falando aí desde os Parâmetros Curriculares Nacionais, que trouxeram aqueles seis temas, e depois as Diretrizes Curriculares Nacionais, as DCNs, também reforçaram os temas –, hoje na BNCC nós temos um conjunto de 15 temas contemporâneos que nós dividimos aí em seis macroáreas: meio ambiente, economia, saúde, cidadania e civismo, multiculturalismo, ciência e tecnologia, temas que permeiam aí o dia a dia do nosso estudante e que têm que fazer parte da formação integral do nosso estudante.

Como foi citado aqui pelo internauta, a educação financeira está, sim, presente na BNCC como tema contemporâneo. Não é uma disciplina obrigatória, mas é um conteúdo que deve ser trabalhado transversalmente, em parceria com os demais componentes curriculares. Então, o Ministério da Educação tem disponibilizado alguns materiais orientadores para trabalhar essa questão dos temas contemporâneos, para a gente poder entender melhor, as redes poderem entender melhor que não é um acúmulo ou não é um acréscimo de 15 disciplinas no currículo. Pelo amor de Deus, vamos deixar bem claro aqui para depois os professores não acharem que nós estamos imputando a eles mais 15 disciplinas. Não é isso, mas são currículos que devem estar presentes na sua prática cotidiana em semanas pedagógicas, em eventos, em palestras, concomitantemente com as componentes curriculares.

Então, só exemplificando aqui o que eu falei, em 1997, nós tínhamos aí os parâmetros; em 2013 nós tivemos as diretrizes, e agora, em 2017 e 2018, a BNCC trouxe esses temas contemporâneos transversais. Na verdade, todos eles estão na BNCC porque todos têm um normativo legal, têm uma política nacional ou têm alguma lei que orienta que esse tema seja trabalhado. Então, a BNCC está cumprindo a legislação que a orienta.

E aí nós temos várias formas de trabalhar os temas contemporâneos, abordar os temas contemporâneos transversais na prática pedagógica: pode ser no currículo, pode ser no projeto pedagógico, pode ser no plano de aula, pode ser de maneira intradisciplinar, com uma disciplina; pode ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interdisciplinar, com uma, duas disciplinas ou mais; e transdisciplinar, perpassando aí várias disciplinas, ou os projetos pedagógicos ou os eventos das escolas.

Então, a própria escola tem essa liberdade de definir como vai trabalhar essas temáticas. Inclusive, Senador, nós recebemos muitas vezes projetos de lei para serem analisados aqui solicitando: "Ah, gostaria de incluir a disciplina civismo no currículo; gostaria de incluir educação financeira; gostaria de incluir primeiros socorros", e nós sempre explicamos justamente do ponto de vista dos temas contemporâneos, aquilo com que eles, muitas vezes, já estão até contemplados, alguns dos pleitos dos PLs, dos projetos de lei do Senado e da Câmara também, já estão muitas vezes contemplados na abordagem desses conteúdos, e é por isso até que muitas vezes são indeferidos. É importante que toda a sociedade conheça que esses temas estão sendo, sim, abordados no âmbito escolar não necessariamente como disciplina obrigatória, mas como conteúdos de abordagem transversal.

Para isso, o Ministério da Educação tem disponibilizado materiais orientadores. Nós temos um material que orienta a implementação a partir de propostas práticas; temos outro material também orientador para implementação que traz esse histórico dos temas contemporâneos para a gente saber de onde surgiram e por que são esses 15 temas; temos conteúdo disponibilizado na plataforma integrada do MEC, na MEC RED; temos também cursos sobre a BNCC no ambiente virtual de aprendizado do MEC, que é o Avamec; e estaremos lançando, ainda neste primeiro semestre, a série dos temas contemporâneos transversais da Base Nacional Comum Curricular, que são os cadernos das macroáreas. Então, nós vamos ter o caderno orientador para trabalhar o tema da economia, que é educação financeira, educação fiscal e o trabalho; teremos caderno da cidadania civil, caderno de saúde, caderno do meio ambiente, caderno de ciência e tecnologia, caderno multiculturalismo... Então, eu acredito que, quando esses materiais estiverem cada vez mais conhecidos, nós vamos ter mais calma no sentido de como trabalhar o entendimento melhor das redes, de como trabalhar esses temas para a sociedade, como um todo.

Eu agradeço imensamente, Senador Marcelo Castro, pela oportunidade de nós termos aqui conseguido explanar um pouquinho, de uma maneira bem rápida e bem sucinta, as ações do MEC para a implementação da BNCC, e fico também aqui à disposição para as considerações.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Somos nós que agradecemos à Sra. Maria Luciana pela belíssima, consistente e profunda exposição que fez e pela valiosa contribuição que nos trouxe aqui nesta manhã sobre a Base Nacional Comum Curricular.

Tendo falado o último convidado, nós vamos passar, então, aos Senadores inscritos para o debate.

Senador Izalci Lucas com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Presidente, em primeiro lugar, eu quero parabenizar a iniciativa deste debate. Acho que é muito importante, e realmente as apresentações e as falas foram muito interessantes.

Eu só queria fazer uma pergunta – que é uma preocupação que eu tenho e não sei como está – sobre o andamento da questão do itinerário profissional. Eu acho que ele está na Secretaria da Educação Básica, que cuida disso também.

Eu tive oportunidade, num determinado momento, de trazer a educação profissional para uma secretaria, quando eu fui Secretário de Ciência e Tecnologia. E a maior preocupação que vejo é a questão... Eu não tenho nenhuma dúvida – e, com a experiência, percebi que é real – de que o melhor professor de educação profissional é aquele que está no mercado atuando na área onde ele dá aula.

Para se ter uma ideia, nós temos, aqui no Distrito Federal, talvez uma das melhores escolas de Medicina e de Enfermagem, porque os professores são os médicos e enfermeiros da rede pública de saúde. Então, eles estão no dia a dia no hospital, os alunos do primeiro semestre também estão no hospital. E isso me preocupa, porque, com o itinerário profissional e o distanciamento da educação com as empresas, eu fico preocupado de a gente forçar a barra de dar a educação profissional, mas, na prática, uma educação profissional que não é realmente aquilo que vai, de fato, formar os nossos jovens, como o Sistema S faz muito bem – o Senai, o Senat e o Senac têm essa experiência, o professor está na prática e tal. Como a secretaria, como o Ministério da Educação está trabalhando isso? Porque havia muita resistência na aprovação do novo ensino médio. Fui o Presidente da Comissão que aprovou, e eu não sei como é que vai acontecer nessa área, porque os nossos jovens, hoje, precisar sair, de fato, com uma formação profissional, e somente pegar o professor que nós temos hoje e colocar para dar aula de alguma coisa teórica não vai resolver. Essa é a minha maior preocupação. Acho que só essa resposta para mim já resolve a minha dúvida.

Também parabenizo a consistência que foi feita somente agora, no material, no apoio, para que todo esse material, tudo o que foi apresentado chegue no mundo real, lá na ponta. Acho que isso é importante.

Então, era isso, Presidente

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito bem, Senador Izalci, agradecendo a contribuição de V. Exa., que faz o questionamento, eu passo, então, aos expositores, para aqueles que quiserem responder.

Com a palavra aquele que estiver à disposição para responder ao nobre Senador Izalci Lucas.

O SR. MARIA LUCIANA DA SILVA NÓBREGA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador Izalci, eu posso responder aqui em linhas gerais que a proposta do novo ensino médio, que traz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa inovação dos itinerários formativos, a proposta não é que a escola, que o professor da escola ministre esse conteúdo. A proposta é que o professor seja um tutor, que ele acompanhe esse desempenho do seu estudante, mas que o itinerário seja ofertado em parceria com as instituições.

Então, nós não descartamos o Sistema S, as demais instituições, autarquias, empresas, desde que seja feito um convênio com as secretarias de educação, que isso seja referendado, porque o estudante que for cursar a sua carga horária nesses estabelecimentos ou nessas autarquias, nessas instituições, essa carga horária tem que ser computada, ela tem que ser reconhecida.

Então, na verdade, vai ser mais ou menos como o modelo do estágio. O estudante vai estar num outro espaço, trabalhando na sua formação profissional, na sua formação vocacional, fazendo o seu itinerário formativo, e aquela instituição vai atestar que, de fato, aquele estudante esteve lá, realmente cursou, e isso vai ter uma forma de comprovação, e isso vai contar para a carga horária do estudante no momento do cômputo das 3 mil horas do ensino médio.

Na verdade, a proposta do novo ensino médio é de que o estudante tenha uma inserção no mundo do trabalho, uma inserção vocacional, que não necessariamente acontece na escola. Pode ser que, por tratativas, por um entendimento entre as redes e o ofertante do itinerário, pode até acontecer no espaço da escola, mas não necessariamente. Depende muito desse entendimento dessa tratativa, mas o objetivo é que esse ente externo à escola atue como esse parceiro formativo, digamos assim. Isso não está em nenhum normativo, mas só para a gente entender melhor, para exemplificar que esses entes atuam como um parceiro na formação desse estudante.

Não sei se fui clara, se o senhor compreendeu.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. *Por videoconferência*.) – Eu acho que foi uma resposta interessante. Como eu participei do debate da aprovação e já fui secretário nessa área... É lógico que o Sistema S... Ele não tem tantas entidades quanto o Sistema S para oferecer em todos os municípios esse itinerário profissional, então é mais difícil a gente poder ofertar para todos os alunos do ensino médio que precisam de fato.

O Governo... E você sabe que eu fui até o Relator também do Fundeb, e a gente não permitiu a inclusão do Fundeb neste recurso, não é? Vai dificultar um pouco mais, porque 70% do Fundeb é despesa de pessoal, então você não tem disponibilidade, vamos dizer assim, para ofertar ou para ter recurso para contratar uma instituição ou não. É lógico, é um problema, por isso estou perguntando, porque nós vamos ter que enfrentar esse debate.

Havia resistência... Eu lembro do Pronatec, e agora mesmo, na discussão do Fundeb, também na discussão da educação profissional, havia muita resistência realmente a permitir essas parcerias com as entidades. O Pronatec – o Senador Marcelo estava comigo lá na Comissão de Educação, ainda como Deputado –, a resistência que foi para incluir o Sistema S no Pronatec, uma dificuldade. A gente colocou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no último segundo, depois avançamos para as universidades também poderem dar o curso tecnológico, mas havia de fato muita resistência, não é?

Por isso é que eu estou preocupado, porque de fato você tem razão e eu também: pegar o professor tradicional, concursado para dar as matérias normais, e querer que ele dê educação profissional, vai ser realmente uma dificuldade muito grande. Por isso o Governo vai ter que entrar, sei lá, com mais recurso, porque com essa questão do Fundeb é mais difícil.

Mas é isso aí, é um desafio grande, mas que é necessário. Eu fiz o meu segundo grau, e na minha época havia educação profissional. E lamentavelmente mudou, porque o Normal... A gente percebe agora o quanto faz falta o Normal, o quanto faz falta o curso técnico. No Brasil, nós estamos chegando a 10%, um pouco mais de 10%, e o mundo todo já está em 50%, 60%. Mas é isso, a gente tem que buscar alternativas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Alguém mais gostaria de tratar do assunto que o Senador Izalci levantou? (*Pausa.*)

Bom, não havendo mais inscritos, eu quero aqui agradecer a colaboração de todos. Foi uma manhã muito rica, que nos trouxe grandes esclarecimentos. Esse assunto é um tema muito importante para a educação brasileira e nós precisamos cada vez mais aprofundar nesse aspecto do nosso currículo comum, porque é a base da educação de qualquer país. Se a pessoa salta etapas e não tem uma base sólida, evidentemente que em tudo que vier à frente ela encontrará mais dificuldades.

Vou nominar aqui cada um, agradecendo as suas colaborações: Sra. Maria Helena Guimarães de Castro, Sr. Hugo Heleno Camilo Costa, Sr. Ocimar Munhoz Alavarse, Sra. Alice Ribeiro, Sra. Luciana da Silva Nóbrega, Sr. Marcelo Ferreira da Costa – a todos, nossos agradecimentos pelas valiosas colaborações.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, não sem antes desejar um bom Carnaval a todos.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e vinte minutos do dia dez de março de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Marcelo Castro e Leila Barros, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Carlos Viana, Rose de Freitas, Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Jarbas Vasconcelos, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Flávio Arns, Styvenson Valentim, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Maria do Carmo Alves, Zenaide Maia, Paulo Paim, Jean Paul Prates e Eliziane Gama, e ainda do Senador não membro Reguffe. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Mailza Gomes, Kátia Abreu, Carlos Portinho, Roberto Rocha, Jorginho Mello, Wellington Fagundes, Fernando Collor, Cid Gomes e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2225, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a prioridade na matrícula em creches para crianças em situação de violência doméstica, enquanto perdurar a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) declarada em decorrência da pandemia causada pelo coronavírus SARS-CoV-2." **Autoria:** Senadora Nilda Gondim (MDB/PB). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4584, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para criar cadastro nacional de crianças e adolescentes fora da escola." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3467, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", para incentivar e desenvolver o desporto nos sistemas de ensino." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da emenda nº1, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado nos termos do relatório. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 127, de 2020 - Terminativo -** que: "Inscreve no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria o nome de Dona Maria Leopoldina de Habsburgo-Lorena." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO). **Relatoria:** Senadora Rose de Freitas (*Ad hoc*), substituiu Senadora Mailza Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 570, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, que "institui a Bolsa-Atleta", para incluir na destinação da Bolsa-Atleta as modalidades surdolímpicas e atualizar termos utilizados nessa norma." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3471, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a garantia de acervo mínimo de livros às famílias de estudantes da educação básica." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Pela conversão do projeto em indicação ao Ministério da Educação, na forma do art. 224, I, do RISF. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei da Câmara n° 156, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Profissional de Eventos." **Autoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia (*Ad hoc*), substituiu Senadora Mailza Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 8 - Projeto de Lei da Câmara n° 65, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Confere o título de Capital Nacional da Cerâmica de Alta Temperatura à cidade de Cunha, no Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 2115, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Laringectomizado, a ser celebrado, anualmente, no dia 11 de agosto." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 5026, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, para tornar obrigatória a divulgação do Estatuto da Juventude e para instituir a Semana Nacional do Estatuto da Juventude." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama (*Ad hoc*), substituiu Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da emenda nº 1 - CDH, com uma emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 6566, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Nise Magalhães da Silveira no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 19, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a criação do Dia Nacional em Memória às Vítimas da Inquisição Brasileira." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PSD/MG). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 4, de 2022** que: "Requer o convite do Senhor Mário Luís Frias, Secretário Especial de Cultura, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre gastos exorbitantes em suas viagens e de sua equipe." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 5, de 2022** que: "Requer a inclusão das seguintes convidadas na Audiência proposta pelo REQ 2/2022, para instruir o PLC 158/2017: Doutora Paula Fabiani, CEO do IDIS - Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social e Doutora Priscila Pasqualin, Sócia do PLKC Advogados" **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 6, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 1/2022 - CE, seja incluído como participante no rol de debatedores o senhor José Miguel Soares Wisnik, professor da Universidade de São Paulo." **Autoria:** Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 7, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o tema da qualidade da educação no Brasil no contexto do novo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e dos mecanismos de premiação por qualidade criados no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: • representante do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas; Educacionais Anísio Teixeira (Inep); • representante da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca); • representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed); • representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime); • o Senhor José Francisco Soares, Professor, ex-presidente do INEP." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dez horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/03/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião se destina à deliberação dos itens de 1 a 15.

Fica retirado o item 2, a pedido do Relator.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 4584, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para criar cadastro nacional de crianças e adolescentes fora da escola.

Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES)

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: Pela aprovação do projeto com uma emenda que apresenta.

Observações:

Em 09/03/2022 foi apresentada a emenda nº1, de autoria do senador Jean Paul Prates, pendente de parecer.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Sras. e Srs. Senadores membros da Comissão, celebramos o dia 8 de março, o Dia Internacional da Mulher, data em que reforçamos as conquistas das mulheres na história bem como evidenciamos os desafios e as dificuldades para a construção de uma sociedade que incorpore plenamente a igualdade de gênero. Vale lembrar que o Dia Internacional da Mulher é o resultado de mobilização do movimento feminista mundial, ainda no começo do século passado, que culminou na escolha do dia 8 de março como a data internacional da luta por mais direitos para as mulheres.

Mais tarde, em 1975, a Organização das Nações Unidas passou a observar a data em seu calendário de comemorações anuais, o que ampliou a visibilidade das demandas femininas. Nesse contexto, a ONU adotou como objetivo da luta da data o reconhecimento do fato de que assegurar a paz e o progresso social, além da satisfação completa dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, requer a participação ativa, a igualdade e o desenvolvimento de mulheres. Além disso, o Dia Internacional da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mulher é a oportunidade de reconhecer a contribuição das mulheres para o fortalecimento da paz e da segurança internacional.

E devemos, Sras. e Srs. Senadores, reconhecer os avanços da pauta de gênero desde a intensificação do movimento feminista brasileiro e mundial.

No corrente ano, celebramos 90 anos da conquista do voto feminino no Brasil. Embora tardio em nosso país, foi somente em decorrência da mobilização de mulheres como Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura, entre tantas outas lideranças da época, que foi possível reconhecer que não há democracia sem o exercício de direitos políticos pelas mulheres.

Um ano depois, em 1933, tivemos a primeira mulher Deputada Federal no Brasil, eleita pelo voto popular, a médica Carlota Queirós. A Deputada tomou posse com a instauração da Assembleia Constituinte.

Com a Constituição de 1934, a igualdade de direitos políticos entre homens e mulheres passou a ser prevista, pela primeira vez, no texto maior do país, sendo o princípio reeditado desde então nas Constituições democráticas seguintes.

Mais de 40 anos depois da posse da primeira Deputada Federal, a amazonense Eunice Michiles tornou-se a primeira Parlamentar a ocupar a cadeira do Senado da República, ou seja, só 40 anos depois é que chegou uma mulher aqui no Senado Federal.

Observa-se, assim, que, embora conquistas tenham ocorrido, avanços somente foram concretizados após muito tempo de luta e de mobilização das mulheres. E o mesmo panorama se verifica na conquista de direitos civis pelas brasileiras. Se verificarmos a legislação civil do início do século passado, constataremos que, por longo período da nossa República, mulheres viviam sob a tutela de homens, maridos e pais sobretudo. Da mesma forma, somente depois de várias décadas o poder feminino sobre os filhos passou a ser compartilhado igualmente por homens e mulheres.

Felizmente, nossa sociedade evoluiu e deixou tais anacronismos no passado.

Talvez o grande marco da história recente seja de fato a promulgação da Constituição de 1988. Ali uma série de dispositivos e princípios tem garantido uma cada vez menor discriminação pautada no gênero, mas, afora as importantes conquistas institucionais, ainda precisamos avançar muito.

No campo da representação política, Senadora Leila Barros, convivemos em um dos Parlamentos com menor participação feminina dentre todas as democracias do mundo, que é uma coisa realmente constrangedora e vergonhosa. Da mesma forma, temos uma das menores proporções de mulheres ocupando cargos de alto escalão na administração pública. Se considerarmos os membros do Poder Judiciário, verificamos que concursos públicos têm permitido nas instâncias inferiores uma maior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

equalização de oportunidade às mulheres. Seja na política, seja na Justiça, a desigualdade proporcional de homens e mulheres nos espaços de decisão pública repercute na sociedade.

No mercado de trabalho privado ainda é gigante a diferença de oportunidades e de salários em razão do gênero. Para se ter uma ideia, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020, enquanto o nível de ocupação dos homens foi de 61,4%, o das mulheres foi de apenas 41,2%. Na mesma linha, homens ganhavam, em média, 28% mais que as mulheres, uma evidência de que as mulheres ocupavam, na média, empregos de menor qualidade.

São dados preocupantes, senhoras e senhores membros desta Comissão, e creio que é somente com a demolição de uma cultura patriarcal enraizada em nosso país que podemos avançar ainda mais na construção da igualdade de brasileiros e brasileiras.

Nesse contexto, talvez o tema que mereça mais atenção seja a violência de gênero. É inegável que a Lei Maria da Penha, de 2006, e a Lei do Feminicídio, de 2015, representam importantes conquistas, mas ainda são assustadores os números de mulheres vítimas de violência por conduta criminosa de namorados, maridos, pais, irmãos, entre tantos outros agentes que fazem parte do ciclo afetivo das mulheres.

De acordo com a publicação Atlas da Violência de 2021, elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 355 de cada mil mulheres que sofreram homicídio doloso em 2019 foram vítimas de feminicídio, ou seja, para cada três assassinatos, um é motivado simplesmente por ser mulher. E esse número é ainda maior se considerarmos mulheres negras. Segundo o mesmo estudo, mulheres negras possuem risco relativo de serem vítimas de feminicídio 1,7 vez maior do que o de uma mulher não negra. É essencial que dados dessa natureza não continuem a envergonhar o nosso país.

Concluindo minha fala, gostaria de parabenizar todas as mulheres por este Dia Internacional da Mulher, em especial todas as Senadoras desta Comissão: nossa Vice-Presidente, Senadora Leila Barros, que está aqui defronte da gente aqui presente; e as Senadoras Rose de Freitas, Kátia Abreu, Mailza Gomes, Daniella Ribeiro, Maria do Carmo, Zenaide Maia e Eliziane Gama.

Devemos reconhecer os avanços que a luta feminina tem alcançado em nosso país e no mundo, mas também penso que é oportunidade de ampliarmos a mobilização de atores políticos, gestores públicos, enfim, da sociedade como um todo, em prol de iniciativas que coíbam as causas e mitiguem as consequências negativas da discriminação de gênero.

Muito obrigado.

Esta sessão de hoje, Sras. e Srs. Senadores, tem pauta exclusivamente dedicada à causa da mulher, e numa homenagem, uma deferência especial às mulheres desta Comissão, eu, com muito orgulho,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passarei a Presidência para a nossa Vice-Presidente, Senadora Leila Barros, esta Senadora brilhante, competente, dedicada, focada, que representa muito bem o seu povo aqui do Distrito Federal e que é um exemplo para todos nós e para todas as mulheres do Brasil. Com muita honra, Senadora Leila Barros aqui, para presidir a nossa sessão.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Obrigada.

Primeiramente, gostaria de agradecer, em nome de todas as Senadoras e de todas as brasileiras, Presidente Marcelo, a sua fala, a sua sensibilidade, o seu respeito não só por nós Parlamentares nesta Casa, o Senado, enfim, todo o Congresso, mas também por todas as brasileiras.

Vivemos um momento difícil. A pandemia mostrou um cenário difícil para as mulheres, principalmente na questão da violência de gênero, a violência doméstica, principalmente, afetou diretamente essas mulheres. Mas a Casa tem se debruçado sobre a questão.

O Presidente Rodrigo Pacheco ter instituído a Bancada Feminina nesta Casa, uma liderança onde as mulheres agora têm mais participação, mais atuação e podem de alguma forma levar para as reuniões de Líderes as pautas importantes não só para nós Parlamentares mas para todas as brasileiras, tem sido um grande avanço dentro do nosso trabalho legislativo aqui dentro da Casa. E sei perfeitamente que contamos, e muito, com o seu apoio, com a sua empatia, com o seu respeito; e não só com o seu, mas com o de todos os membros desta Comissão de que eu tenho muito prazer de ser Vice-Presidente, que é presidida pelo senhor.

A gente sabe que futuramente muitas respostas ainda teremos, não só na Semana da Mulher, que tem sido especial, um pouco tumultuada, bem puxada aqui para todos nós. Entendemos que pautas femininas não são só na Semana da Mulher, não são só no mês da mulher, mas têm que ser contínuas, têm que ser durante o ano. Graças a Deus, os Parlamentares, como o senhor e todos os membros desta Comissão, têm entendido isso. Gratidão mesmo por essa oportunidade.

Bom, eu gostaria também de dar o meu bom-dia e agradecer a todos que estão nos assistindo, aos nossos telespectadores do Sistema de Comunicação do Senado, assim como aos Senadores, ao Senador Confúcio, que também está presente. Quero agradecer a todos este momento, e justamente no dia seguinte da aprovação por esta Casa de um projeto que considero um marco histórico e fundamental para a educação do nosso país.

Refiro-me à aprovação unânime na noite de ontem do Projeto de Lei Complementar nº 235, de 2019, que cria o Sistema Nacional de Educação, de autoria do nosso querido membro desta Comissão Senador Flávio Arns – eu vou tirar aqui minha máscara rapidamente para ficar melhor para respirar aqui –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

, relatado de forma brilhante pelo Senador Dário Berger, ex-Presidente desta Comissão, e que avançou muito nesses dois últimos anos – é de 2019. Mas nós sabemos que, com a Presidência do Dário Berger, que foi o Relator e que trabalhou incansavelmente por esse relatório, e com o senhor, Presidente Marcelo Castro, realmente o projeto de lei complementar avançou nesta Casa. Então, quero parabenizar o senhor, o Dário e também, em especial, o Senador Flávio Arns por essa aprovação de ontem.

O Sistema Nacional tem por objetivo alinhar e harmonizar as políticas, programas e ações da União, do Distrito Federal, de estados e de municípios, em articulação colaborativa dos entes da federação na área da educação, que é algo de que o país precisa muito, e felizmente, enfim, estamos conseguindo avançar. A ideia é universalizar o acesso à educação básica e garantir seu padrão de qualidade, erradicar o analfabetismo, garantir equalização de oportunidades educacionais, articular os níveis, etapas e modalidades de ensino, cumprir os planos de educação em todos os níveis da federação e valorizar os profissionais da educação, dentre outras ações. Trata-se de cumprir o que preceitua nossa Constituição Federal e também o que determina a nossa Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a LDB. É uma demanda histórica, que ganhou ainda maior importância a partir das dificuldades enfrentadas pela educação brasileira em decorrência da pandemia da covid-19.

O texto apresenta ainda princípios, diretrizes fundamentais, como igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, equidade na alocação de recursos e na definição de políticas, articulação entre a escola, o trabalho e as práticas sociais, garantia de políticas inclusivas para os alunos com deficiência, transtornos globais e altas habilidades, atendimento às necessidades específicas das populações do campo e das comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, entre outros.

Senadora, Senadores, Sr. Presidente Marcelo Castro, a educação é seguramente a principal ferramenta para a transformação do nosso país, promovendo justiça, inclusão social e desenvolvimento econômico e, assim, criando as condições para que tenhamos uma nação próspera no futuro. O Sistema Nacional de Educação, quando aprovado e transformado em lei, seguramente representará um dos maiores avanços na gestão da educação brasileira em todos os tempos.

Parabéns a esta Comissão, presidida pelo senhor, Senador!

Parabéns ao Senado Federal pela votação unânime de ontem!

Espero agora que, em articulação desta Comissão e do Presidente Rodrigo Pacheco junto ao Presidente Lira, a votação na Câmara também seja unânime e que possa dar a atenção e a agilidade devidas a essa matéria para que, o quanto antes, possamos oferecer esta conquista para o nosso país.

Então, eu não poderia começar as minhas palavras antes de agradecer as suas com relação ao Dia Internacional da Mulher e por esse reconhecimento para que eu pudesse presidir hoje a Comissão, mas também por esse excelente trabalho sobre o qual esta Comissão, durante esses três anos, se debruçou, assim como o Plenário do Senado ontem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar a palavra... Nós estamos com três Senadores aqui, o Senador Marcelo Castro, o nosso Presidente, o Senador Confúcio, e o Senador Izalci. E a Senadora Zenaide está desde o começo. Eu tenho certeza de que os nossos amigos aqui presentes entenderão. Eu vou passar rapidamente para ela, porque ela já está aqui desde o início,

Com a palavra a Senadora Zenaide Maia.

Bom dia, Senadora!

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Sra. Presidente! Está muito bonita hoje com esse azul-royal.

Quero aqui cumprimentar o Presidente desta Comissão, Marcelo Castro, esse colega que tem o saber, a certeza de que é através da educação que o país inclui socialmente seus cidadãos e cidadãs; é através da educação que o país reduz a criminalidade, a violência; é através da educação que este país se desenvolve, para aqueles que não têm esse olhar mais social, economicamente. Está aí também o nosso amigo Confúcio, que faz jus ao nome, e também o nosso amigo... Daqui eu só estou vendo dois, mas acho que está o Izalci Lucas aí.

Eu quero dizer o seguinte: eu fiquei muito feliz. Quero parabenizar o autor e o Relator pela criação do Sistema Nacional de Educação, gente.

Como foi lido aí pelo nosso colega Marcelo Castro, mostrou-se que a gente está atrás, as mulheres não têm uma participação mais definitiva. Ora, Marcelo, deixaram a gente quase 300 anos sem direito à educação. Acho que nisso aí a gente aí avançou muito. Por exemplo, nos processos seletivos, naqueles cargos que dependem de processo seletivo, nós estamos caminhando bem, mas nos locais de poder devemos reconhecer, como foi mostrado, que a gente está muito longe. Eu costumo dizer que, se o país está dando errado, com certeza não é culpa das mulheres, porque elas, por exemplo neste Congresso, têm menos de 15% de representatividade. Então, as decisões estão sendo dos homens e não, das mulheres. Mas quero dizer que a gente tem que esperançar. É um verbo que a gente tem de estar sempre conjugando e tentando, Leila, a cada dia, Eliziane, Rose, andar, não baixar a cabeça e tentar incluir, fazer a inclusão das mulheres no Parlamento, porque é uma vergonha! O Brasil fica atrás de praticamente todos os Parlamentos do mundo, com a presença feminina nos locais de decisão.

E queria dizer às mulheres brasileiras que nós aprovamos vários projetos aqui, mas o mérito: nós só vamos chegar aos locais de comando através da política. Então, nós temos que nos candidatar. Era muito mais difícil. Não é simples, mas hoje os partidos já têm a obrigatoriedade de ter 30% de candidatas, já conseguimos o financiamento. Então, vamos nos candidatar, porque, não tenha dúvida, você ou qualquer uma de nós só podemos defender realmente o seu município, o seu estado e o seu país através da política.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria dizer o poder da política. Por exemplo, este Congresso, onde eu estou, a Leila está, a Rose e os colegas homens aí, é quem define o salário de cada trabalhadora e trabalhador deste país, é quem define as horas que devem ser trabalhadas por dia e por mês e é quem define a idade com que você vai se aposentar.

Então, nós estamos aqui e precisamos de mais representatividade. Temos que ter coragem na política; na vida, como um todo, nós temos que ter coragem. Não é fácil, mas convido as mulheres brasileiras. Nós estamos em 2022 e há eleições: vamos participar da vida política, porque as decisões da vida deste país são políticas.

Obrigada, Sra. Presidente, Sr. Presidente e colegas. Tenho certeza de que os que estão aqui neste Parlamento fazem aquela campanha que já é mundial: Eles por Elas.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Obrigada, Senadora Zenaide Maia.

Sobre a sua fala, eu estava comentando aqui, chegando à Comissão, porque eu já cheguei acelerada, fui deixar meu filho na escola. Eu acho que isso é a rotina de toda mulher que tem filho mais novo e eu faço questão, porque o único momento que eu tenho com meu filho – eu tenho um filho de 11 anos – é deixar na escola, é fazer o café, é rapidinho conversar com ele, para estar aqui. Então, a mulher consegue fazer tudo, e o lugar da mulher é onde ela quiser, inclusive na política, como eu sempre falo.

Então, você está certíssima ao encorajar as mulheres. Aqui somos apenas 13% deste Parlamento e a maior representatividade deste país, ou seja, em números, nós somos a maior população, 52% da população, e apenas 13% dentro deste Parlamento. Realmente nós temos que virar esse jogo; no dito esportivo, nós vamos virar devagarzinho esse jogo.

Vou passar a palavra agora para o Senador Confúcio Moura, que está aqui presente.

Obrigada pela presença, Senador, nosso querido Senador.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Pela ordem.) – Sra. Presidente Leila Barros, Senador Izalci, Senador Marcelo Castro, Presidente desta Comissão, nós ainda estamos na semana das comemorações do Dia Internacional da Mulher, e a Comissão de Educação hoje entrega a Presidência a uma mulher ilustre, conhecida nacionalmente, muito popular, que é a Senadora Leila Barros, justamente para prestigiar as mulheres brasileiras.

E aqui, nesta Comissão, há de nascer essa reflexão da importância de a educação pública de qualidade ser oferecida para todas as meninas, todas as mulheres brasileiras. Primeiro, porque o estrago é muito grande, caso uma mãe não saiba ler, nem escrever, nem orientar os filhos. Quando uma mãe é alfabetizada e consegue ascender aos padrões de qualidade educacional, ela irradia para os filhos também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse desejo de estudar. Então, é fundamental que as mães brasileiras, as mulheres brasileiras, as meninas brasileiras tenham acesso a uma escola boa.

Mas nós vivemos no Brasil, um país que, dentro das classificações internacionais de avaliação, nós estamos lá nos últimos lugares em algumas disciplinas, e isso é muito ruim. E, com a pandemia, agravou demais.

Eu sempre falo que o que aconteceu com a educação no Brasil, depois da pandemia, foi semelhante ao que aconteceu em Petrópolis: a chuva destruiu a cidade, destruiu as casas, as geladeiras, as camas, os bens das famílias, e agora há necessidade de reconstruir tudo isso.

Nós estamos vendo o desastre da Ucrânia, o país sendo destruído por bombas, e eu acho que nossa educação está mais ou menos como um país em guerra, está muito esfacelada. E hoje as escolas não estão sabendo como recomeçar, como reconstruir.

Então, esta Comissão deve fincar aqui o marco da insurgência.

Ontem mesmo foi demonstrado, em nome desta Comissão, um plano extraordinário, de autoria de Flávio Arns e relatado brilhantemente por Dário Berger, Senador desta Comissão. Os dois foram Presidentes desta Comissão. Dois grandes políticos experientes, que ocuparam todos os cargos da vida pública – executivos –, e ontem eles botaram para fora toda a sua sabedoria no objetivo maior de disciplinar uma educação de futuro de qualidade. É o momento registrado assim como se fosse um novo momento, tal qual aconteceu em 1930, com Anísio Teixeira e outros, na chamada "Escola Nova", e agora é "Escola Reconstruída", a escola que deve ser reconstruída por nós todos.

E aproveito a oportunidade, Sra. Presidente, para solicitar a V. Exa. uma aprovação, extrapauta, de um requerimento nosso que também provoca debates, em audiência pública, sobre qualidade da educação e melhor aproveitamento do Ideb. Aí já está registrado. Caso seja pautado e aprovado, eu ficarei satisfeito.

E parabéns a V. Exa. e ao Presidente Marcelo Castro por prestigiar a Senadora Leila Barros na Presidência desta Comissão hoje.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Parece que o Senador Carlos também, não? (*Pausa.*)

É...

Claro, Senador Confúcio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu consulto os Senadores e as Senadoras sobre a inclusão, extrapauta, do Requerimento n° 7, de 2022, apresentado pelo Senador Confúcio. (*Pausa.*)

Não havendo óbice, eu passo a palavra ao Senador Confúcio, para a leitura do requerimento, rapidamente.

EXTRAPAUTA

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE N° 7, DE 2022

Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o tema da qualidade da educação no Brasil no contexto do novo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e dos mecanismos de premiação por qualidade criados no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: • representante do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas; Educacionais Anísio Teixeira (Inep); • representante da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca); • representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed); • representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime); • o Senhor José Francisco Soares, Professor, ex-presidente do INEP.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para encaminhar.) – Bem, eu vou fazer só um resuminho.

O momento atual é mais do que apropriado para discutirmos a questão da qualidade da educação no Brasil, tendo em vista que o ciclo do atual indicador do Ideb está acabando e que será necessário manter a avaliação da educação permanentemente, com parâmetros mais atualizados, justamente pela aprovação do Fundeb.

A legislação do novo fundo inovou ao trazer dois mecanismos de distribuição de recursos vinculados à qualidade. Isso é muito importante! Até o Flávio Arns falou isso ontem, no plano dele. É até uma ideia do Tasso Jereissati, de premiar o desempenho.

O primeiro é a obrigação de que os estados aprovem leis com vistas a disciplinar distribuição de parte de uma cota do ICMS, como é feito hoje no Estado do Ceará – o Ceará faz isso! –, justamente para premiar as boas escolas, as boas iniciativas. Há 25 anos o Ceará tem essa proposta. Uma parte desses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recursos será transferida aos municípios pelo respectivo estado, com base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e aumento da equidade, considerando o nível socioeconômico dos educandos.

O segundo mecanismo é a distribuição de parcela da complementação da União, conhecida como Vaar, para as redes que alcançarem a evolução de indicadores a serem definidos, de atendimento e melhoria do aprendizado com redução das desigualdades.

Em que a pese a sociedade ainda não ter, em geral, se dado conta dessas novidades, elas precisam ser discutidas e debatidas, de forma a estabelecermos formas de acompanhamento de sua implementação.

Em resumo, Sra. Presidente, o requerimento versa sobre esses dois aspectos, para um debate em audiência pública.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O.k., Senador Confúcio.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado seu requerimento, Senador.

Vamos passar a palavra rapidamente para o Senador Carlos Viana. Eu peço desculpa, Senador Izalci, eu acho que a assessoria falou. (*Pausa.*)

É sobre um requerimento também? Senador, deseja falar? (*Pausa.*)

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 19, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a criação do Dia Nacional em Memória às Vítimas da Inquisição Brasileira.

Autoria: Senador Carlos Viana (PSD/MG)

Eu passo a palavra ao Senador Carlos Viana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MG. *Por videoconferência*.) – Sra. Presidente Leila Barros, meu bom-dia.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Bom dia!

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MG. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos os Senadores e também as Senadoras que nos acompanham, a todos que estão nos assistindo na Comissão de Educação. Agradeço a gentileza de me permitir a palavra agora para esse assunto, que é parte de uma história muito importante do Brasil, da nossa colonização, que marca a cultura de Minas Gerais, marca a cultura do Sertão brasileiro, nordestino – estou vendo aí o nosso Senador Marcelo Castro –, todos aqueles que, perseguidos por sua opção religiosa, fugiram para o Brasil e aqui foram, seguidamente, por quase três séculos, perseguidos em suas famílias por conta da herança, sendo chamados de cristãos novos.

É uma parte silenciosa da história brasileira, que vem sendo estudada em profundidade pelos especialistas em história e que demonstra claramente como nós brasileiros podemos nos orgulhar da diferença, da diversidade que temos não só das nossas raças, mas também das nossas vertentes religiosas.

E eu trago a este Senado uma proposta, um pedido para que, em consideração às milhares de famílias e centenas de pessoas que foram presas, degredadas, tiveram seu patrimônio apreendido, tiveram filhos tomados e enviados para o exílio, foram queimadas em praça pública, como uma das minhas antepassadas em Lisboa, a gente possa fazer uma homenagem e reconhecer a contribuição desses brasileiros, cristãos novos, judeus por força de escolha da natureza, mas cristãos por força da imposição de um batismo. Hoje, nós não queremos olhar para o passado com nenhum tipo de revanche, nada disso. O que nós queremos é que o Brasil conheça a sua história em profundidade e conheça quem são os marranos, os cristãos novos brasileiros que contribuíram tanto para a colonização do nosso sertão e principalmente para as Minas Gerais, porque uma das profissões dessa população era na questão do ouro, do diamante, que já vinha lá desde a antiguidade.

Então, eu proponho para a audiência pública a presença dos seguintes convidados:

– Dra. Neusa Fernandes, Pós-doutora em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Museóloga, ex-Presidente e atual Vice-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, escritora de vários livros sobre o tema inquisição, destacando o seu trabalho de doutoramento acadêmico: *A Inquisição em Minas Gerais no Século XVIII*;

– Dra. Daniela Tonello Levy, Doutora em História pela Universidade de São Paulo, Professora de História Judaica e Diretora do Centro de Referência em Inquisição Anita Novinsky do Museu Judaico de São Paulo. Ela é escritora de vários livros sobre inquisição, destacando os títulos: *De Recife para Manhattan: Os Judeus na nova formação de Nova York* e uma das autoras do livro: *Os Judeus que construíram o Brasil*;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– Dra. Evânia França, Bacharel em Direito e Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais, Mestre em Direito e Justiça pela UFMG. Dedicou-se ao estudo dos judeus sefarditas em Minas Gerais, sendo autora do livro *Mulher, Judaísmo e Inquisição nas Minas*. Foi estudante nas faculdades de Direito e Filosofia na Universidade de Lille, na França, e trabalhou no Escritório Nacional de Direito Migratório no Comité Inter-Mouvements Auprès des Evacués, em Lille, na França;

– Rabino e Dr. Marcelo Miranda Guimarães, engenheiro industrial pelo Cefet-MG, pós-graduado em Engenharia Econômica pela UFMG e MBA em Finanças; ex-executivo em uma multinacional alemã; fundador e Diretor do Museu da História da Inquisição, em Belo Horizonte, o primeiro do Brasil; autor de vários artigos, vídeos e livros sobre a inquisição, destacando o livro *Bicentenário do Término da Inquisição Luso-Brasileira*; membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais;

– Claudio Lottenberg, Presidente do Conselho Consultivo da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein e do Instituto Coalizão Saúde. Presidiu a Confederação Israelita do Brasil e foi Vice-Presidente do Congresso Mundial Judaico. Atualmente, é Assessor Especial do Presidente do Congresso Mundial Judaico – América Latina.

A nossa justificação, Sras. e Srs. Senadores.

A inquisição teve início no século XV na Espanha, e, em 1492, o país decretou a expulsão de todos os judeus que ali viviam desde o início da diáspora ocorrida no ano 70 d.C., por decreto de Tito, o Imperador romano. Os que optaram por continuar a viver na Espanha foram obrigados à conversão ao catolicismo, sob as regras dos tribunais da inquisição.

A história registra que mais de 100 mil judeus imigraram para Portugal, agregando-se às comunidades judaicas ali existentes. Com o casamento de D. Manoel, Rei de Portugal, com Isabel, filha da Rainha da Espanha, Portugal fechou as fronteiras, obrigando os judeus ao batismo forçado, passando a ser denominados de cristãos-novos. Os tribunais da inquisição do Santo Ofício lusitano consideravam "hereges" não só os judeus, mas também os bruxos, feiticeiros, bígamos, sacrílegos, apóstatas, dentre outros. Entretanto, constata-se que mais de 70% das vítimas da inquisição foram os cristãos-novos, que tiveram seus bens confiscados e espoliados pelos tribunais.

O Brasil passou a ser o destino preferido desses cristãos-novos que, escapando das fogueiras inquisitoriais, se aventuraram e cruzaram desconhecidos oceanos em busca de um lugar seguro e de paz, distante dos tribunais portugueses. De fato, os cristãos-novos foram um dos primeiros grupos colonizadores do Brasil, começando pela exploração do pau-brasil e instalação do sistema de feitorias pelo grupo de cristãos-novos liderados por Fernando de Noronha, um cristão-novo de origem italiana. Depois, pelos cristãos-novos especialistas na produção de açúcar que acompanharam Martim Afonso de Sousa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porém, 91 anos após a chegada da esquadra de Cabral à Terra de Santa Cruz, esta recebia a primeira visitação de um inquisidor oficial da Igreja e da Corte. A partir dessa data, cresceu o número daqueles que foram delatados, extraditados, processados, julgados e condenados por crime de heresia, não sendo poucos aqueles que tiveram o destino fatal de perecerem nos queimadeiros de Lisboa.

O domínio holandês no Brasil possibilitou que uma expressiva presença dos judeus luso-holandeses viesse para o Nordeste brasileiro nos anos de 1640 a 1654, desenvolvendo um vilarejo, a cidade de Maurícia, atual Recife. Fundaram a primeira sinagoga das Américas, a "Zur Israel", que significa "Rocha de Israel", e trouxeram também grande desenvolvimento econômico e cultural a esta região brasileira.

No começo do século XVIII, deu-se início ao ciclo do ouro em Minas Gerais pelos conhecidos "bandeirantes" portugueses, cristãos-novos, como Antônio Raposo Tavares, Bartolomeu Bueno da Silva e os irmãos Fernandes, dentre outros. A presença desses colonizadores trouxe grande desenvolvimento à região, estabelecendo a "rota do comércio" mais importante do país, onde o ouro e pedras preciosas chegavam ao Porto do Rio de Janeiro com destino às terras lusitanas.

Aqui quero citar, Srs. Senadores, que chega também minha família ao Brasil, logo no início do século XVIII, em perseguição, que deu uma grande contribuição para a criação das rotas e vigilância da Corte entre os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Renomados historiadores brasileiros como Dra. Anita Novinsky, Neusa Fernandes, José Salvador Gonçalves, Ronaldo Vainfas, Daniela Levy e outros que analisaram milhares de processos de condenados brasileiros que estão disponíveis na Torre do Tombo em Lisboa afirmam, de fato, que os cristãos-novos foram um dos primeiros colonizadores do Brasil, deixando aqui um grande legado...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Senador Carlos... Senador Carlos...

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MG. *Por videoconferência*.) – Pois não.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Desculpe interrompê-lo. Só quero pedir para o senhor ser um pouquinho mais rápido, porque nós temos a sessão ordinária agora. E eu gostaria de, nesta sessão – porque eu abri este extrapauta, claro, para o senhor e para o Senador Confúcio, sem problemas, faço isso com o maior prazer –, pelo menos, votar um terminativo e um simbólico. A Senadora Zenaide está presente. Então, eu peço desculpas ao senhor.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MG. *Por videoconferência*.) – Não há problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Se puder...

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MG. *Por videoconferência*.) – Mas, Presidente, o meu não é extrapauta, o meu é o Requerimento nº 12.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Tudo bem.

Eu peço desculpas, mas, pelo menos, para a gente entrar um pouquinho na pauta. Falta um minuto para começar a sessão ordinária.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MG. *Por videoconferência*.) – Pois não.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Obrigada.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MG. *Por videoconferência*.) – O debate da criação do Dia Nacional em Memória às Vítimas da Inquisição é muito oportuno neste ano em que se celebra o bicentenário do término da inquisição luso-brasileira, ocorrido em 31 de março de 1821. Portanto, foram quase três séculos no Brasil.

Peço aos Srs. Senadores a aprovação desse requerimento e o reconhecimento de parte dessa história importante.

Muito obrigado, Presidente Leila, pela gentileza.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Imagine, Senador! Grata pela sua participação!

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Carlos Viana.

Vamos entrar rapidamente na pauta. São 10h, mas eu gostaria de pelo menos ter a aprovação de um projeto terminativo. Aí eu faço um apelo aos membros desta Comissão. Já temos quórum. Alguns estão presentes. Certamente, já estão entrando também na sessão ordinária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar para o item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 3.467, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", para incentivar e desenvolver o desporto nos sistemas de ensino.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1, com três emendas que apresenta.

Observações:

- será realizada uma única votação nominal para o projeto e para as emendas nos termos do relatório apresentado;

- em 09/03/2021, foi apresentado novo relatório pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1, com três emendas que apresenta.

Concedo a palavra agora ao Senador Izalci Lucas para a leitura do seu relatório.

Bom dia, Senador!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Bom dia!

Parabenizo V. Exa. pela condução e também pelo Dia da Mulher, porque todo dia é dia da mulher, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Obrigada, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Então, parabéns a V. Exa.!

Vou pedir a V. Exa. que eu vá direto para a análise...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Pois não!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... para a gente agilizar o processo.

É o Projeto de Lei 3.467, de 2019, de V. Exa., que altera a Lei nº 9.394, de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", para incentivar e desenvolver o desporto nos sistemas de ensino.

Nos termos do inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar em proposições que versem sobre educação, ensino, desportos, instituições educativas e diretrizes e bases da educação nacional, temas presentes no PL nº 3.467, de 2019.

De início, destacamos o mérito da proposição. Ao voltar-se para o aperfeiçoamento da educação física em nosso sistema de ensino, o PL nº 3.467, de 2019, demonstra preocupação com essa disciplina tão valiosa não somente para o desenvolvimento físico e motor, mas também para o engrandecimento de aspectos sociais e cognitivos de nossos estudantes.

Todavia, o projeto necessita de aprimoramentos, motivo pelo qual sugerimos algumas emendas.

Primeiramente, tecemos considerações sobre o art. 3º do PL, que propõe a inclusão de um inciso XI ao art. 4º da LDB, determinando a disponibilização de educação física em todos níveis da educação pública.

Atualmente, a educação física é componente curricular obrigatório da educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

Da forma como está redigido o inciso XI proposto ao art. 4º da LDB, a disciplina de educação física seria obrigatória também para a educação superior.

Com a devida vênia, discordamos da ideia contida nesse dispositivo. As características do ensino superior, por si só, não recomendam a adoção da disciplina de educação física como matéria curricular obrigatória.

Sendo a educação física componente curricular obrigatório em toda a educação básica, acreditamos que os estudantes do ensino superior já tenham recebido ao longo de sua vida escolar os conceitos e fundamentos necessários para que, já adultos, possam continuar a desenvolver algum tipo de atividade física, cientes dos benefícios que sua prática proporciona.

Há que se ressaltar, ainda, o alto custo que haveria para a implantação da disciplina de educação física em todas as instituições públicas de ensino superior do País, visto que demandaria instalações físicas, equipamentos esportivos e contratação de um corpo docente especializado. Com o atual contingenciamento de recursos para a área de educação, entendemos que a medida não seja economicamente defensável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, determinar a disponibilização de educação física em todos níveis da educação pública não terá amplo alcance, pois fará com que menos de 25% dos estudantes universitários sejam atingidos, já que 75% das matrículas em cursos de nível superior ocorrem em instituições privadas de ensino.

Dessa forma, propomos emenda para prever como dever do Estado a disponibilização de educação física na educação básica, e não em todos os níveis da educação pública. Apesar de atualmente a educação física já ser componente curricular obrigatório na educação básica, a inserção dessa obrigatoriedade no art. 4º da LDB reforça a ideia, conferindo-lhe um aspecto principiológico.

Incluímos, ainda, emenda para atualizar a numeração dada ao inciso XI que o projeto acrescenta ao art. 12 da LDB. Como a Lei nº 3.840, de 5 de junho de 2019, já incluiu um inciso XI ao art. 12 da LDB, a emenda apresentada visa a renumerar o inciso a ser incluído de XI para XII, a fim de que o dispositivo recém acrescido à LDB não seja substituído equivocadamente.

Além disso, sugerimos a supressão do §4º que se pretende acrescer ao art. 62-B da LDB. O dispositivo prevê que a União e os Estados que possuam redes públicas de ensino superior devam estruturar programas especiais para qualificação dos professores da rede pública, prevista no *caput* daquele artigo.

Apesar de concordarmos com o mérito do parágrafo proposto, que procura dar maior efetividade à previsão contida no *caput* do art. 62-B, ressaltamos o vício de inconstitucionalidade que ele contém, visto que, por meio de lei de iniciativa parlamentar, cria obrigação ao Poder Executivo, inclusive dos Estados.

Com relação à Emenda nº 1-CE, do Senador Carlos Portinho, manifestamo-nos favoravelmente ao seu conteúdo. A Emenda propõe o acréscimo de um §3º ao art. 68-A da LDB, acrescido pelo art. 6º do projeto em análise. Seu objetivo é fazer com que a programação de equipamento custeado com recurso público leve em consideração as políticas públicas de esporte do ente que destinou os recursos. A intenção seria nortear os responsáveis pela programação das atividades de desporto educacional, utilizando-se da experiência de órgãos governamentais na formulação de políticas públicas.

Por fim, por ser a única comissão a se manifestar sobre a matéria, cabe à CE, ainda, a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Quanto a esses aspectos, não há óbices para que a matéria seja aprovada, à exceção do já citado §4º do art. 62-B, ao qual oferecemos emenda para suprimir.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.467, de 2019, com a emenda nº 1, da Comissão de Educação, e das emendas a seguir:

EMENDA Nº – CE
Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei nº 3.467, de 2019, a seguinte redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Art. 3° O art. 4° da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a inclusão do seguinte inciso XI:
Art. 4°.....
.....
XI – disponibilização de educação física em todos níveis da educação básica.
EMENDA N° – CE
Dê-se ao art. 4° do Projeto de Lei n° 3467, de 2019, a seguinte redação:
Art. 4° O art. 12 da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com nova redação do inciso IX e inclusão do seguinte inciso XII:
Art. 12. .....
.....
IX – promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (*bullying*) e as agressões sexuais, no âmbito das escolas.
.....
XII – respeitar intervalo mínimo de quinze minutos para os estudantes entre a aula de educação física e a seguinte. (NR)

A outra emenda:

Dê-se ao art. 5° do Projeto de Lei n° 3.467, de 2019, a seguinte redação:
"Art. 5° O §3° do art. 62-B da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:
'Art. 62-B.
.....
.....
.....
.....
§3° Sem prejuízo dos concursos seletivos a serem definidos em regulamento pelas universidades, terão prioridade de ingresso os professores que optarem por cursos de licenciatura em matemática, física, química, biologia, língua portuguesa e educação física.'" (NR)

Esse é o voto, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O.k., Senador Izalci. Eu agradeço todo o seu trabalho, o seu comprometimento com esse projeto apresentado. Parabéns pelo relatório!

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queria discutir, eu encerro a discussão.

Em votação o projeto e as emendas nos termos do relatório oferecido.

Quem vota com o Relator vota "sim" ao projeto e às emendas apresentadas.

Nós vamos abrir agora o painel eletrônico.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Vou pedir aos colegas Senadoras e Senadores para que a gente consiga nesta manhã, pelo menos, votar esse projeto terminativo, porque eu acredito que, pós-pandemia, fisicamente a gente vai ter um acréscimo muito grande na grade curricular, oferecendo uma educação física de qualidade, até porque nós sabemos que uma das sequelas na pandemia são as questões respiratórias e sabemos que esse trabalho de educação física vai ser fundamental até para implementar uma cultura da prática esportiva.

A intenção aqui não é a formação de atletas, não é o histórico da Senadora aqui, mas implementar no país, já na educação, a cultura esportiva, a cultura do bem-estar, da qualidade de vida, da saúde. Esse é o nosso intuito com esse projeto e com esse excelente trabalho do Senador Izalci, a quem aqui eu agradeço.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Presidente, só queria reforçar com relação a esse projeto...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É incrível que, quando criaram a Secretaria de Esporte, quando criaram a Secretaria e o Ministério da Cultura, parece que desvincularam, desconectaram da educação.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Perfeito.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Então, você vai à escola... Eu tive a oportunidade de estudar em escola pública, aqui em Brasília e, na minha época, nos anos 70, nós tínhamos esporte, música, cultura. E aí, em vez de fortalecer a questão do esporte e da cultura, fizeram foi simplesmente excluí-los do processo educacional.

Conheço bem a Base Nacional Comum Curricular, sei que o Conselho Nacional de Educação é responsável para definir a questão dos currículos, etc., mas não poderíamos deixar de realmente colocar esse projeto para que nas escolas haja previsão, sim, de uma forma definitiva, bem clara, que o esporte é fundamental, como V. Exa. muito bem colocou, na disciplina, na hierarquia, na coordenação motora, em tudo e é fundamental para a questão social, inclusive, da sociabilidade das crianças, dos jovens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu a parabenizo e, por mais que haja controvérsia com relação ao Conselho Nacional de Educação, nesse aspecto eu venho aqui solicitar a todos os pares no sentido realmente da necessidade urgente. Hoje, há obesidade. V. Exa. sabe que, nas escolas, hoje praticamente não há mais educação física, e isso é fundamental para a educação. Então, parabenizo V. Exa., como autora, e conto com os Parlamentares para aprovar essa matéria.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Muito obrigada, Senador Izalci. É isso. O senhor falou tudo.

A intenção é, quanto mais está sendo reduzido devido à violência o acesso da criança a espaços, na escola existirem esses espaços onde elas podem interagir, praticar alguma atividade, cuidar da sua saúde, e é justamente isso que a gente busca.

Eu vou passar a palavra agora para a Senadora Zenaide Maia.

Com a palavra, Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Registre meu voto "sim", Leila, por favor, porque eu não estou conseguindo entrar aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O.k., Senadora. Muito obrigada. (*Pausa.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, enquanto o pessoal vota, se V. Exa. permitir...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Desculpa, Senador Izalci, o Senador Flávio já pediu há um tempo aqui.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Tudo bem.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O Senador Flávio com a palavra.

Eu passo para o senhor na sequência.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Eu quero cumprimentar V. Exa., Senadora Leila, e, em primeiro lugar, dizer da importância da lei relacionada à prática esportiva. Isso é essencial para todos os alunos. Ontem discutimos ainda o Sistema Nacional de Educação. São 50 milhões de alunos na educação básica no Brasil, e cerca de 85% deles em escolas públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esporte é desenvolvimento, é alegria, é desenvolvimento social da amizade e do respeito. Isto tem que ser incentivado em todas as escolas públicas: a prática esportiva para todos, pelo prazer, por estarem juntos, mas também, em todas as escolas, nós termos, inclusive, as seleções das escolas.

Eu já fui Secretário de Educação aqui no Paraná – estou falando do Paraná hoje –, e as escolas gostam muito de ter a sua equipe de vôlei, de basquete, todo mundo jogar vôlei, basquete, correr, mas ter também a seleção da escola. Isso dá uma vida, uma dinâmica para o ambiente escolar para eles poderem participar e desenvolver talentos futuramente para competições também. Quer dizer, ter toda a gama de possibilidades, desde a participação até a competição. Isso a gente vê nas APAEs também, nas escolas para pessoas com deficiências congêneres que têm as suas olimpíadas especiais, também com a preocupação de todos participarem em esportes adaptados e alguns que tenham habilidades maiores irem para competições nacionais e internacionais.

Então, a gente se debruçar sobre projetos de lei esportivos, na área do esporte de qualquer natureza, é fundamental, mas sempre lembrando que todos têm que praticar, mas, entre todos, na verdade, você vai ter aqueles com habilidades e talentos especiais que têm que ter a sua oportunidade na escola de demonstrarem isso e, a partir desse esforço, até muitas vezes galgarem posições de referência no âmbito nacional e internacional.

Quero, ainda, parabenizar o Senador Dário Berger pelo relatório que apresentou no dia de ontem em relação ao Sistema Nacional de Educação, que é um grande avanço. E essa questão do esporte pode ser pactuada entre o Governo Federal, governos estaduais, municipais e a sociedade, dentro do Sistema Nacional de Educação. O projeto de lei já havia sido aprovado por consenso na nossa Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e ontem também, por unanimidade, no Senado Federal. Foi um avanço importante, necessário. Eu quero, assim, ressaltar esse aspecto porque o projeto foi construído a muitas mãos; muita gente participou, de todos os setores da sociedade, sejam públicos, comunitários ou particulares. E foi bonito! O Senador Dário Berger se empenhou muito nesse sentido, e o Senador Marcelo Castro junto com V. Exa., Senadora Leila, merecem os elogios por todo o apoio, todo o debate e a discussão que aconteceram.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Nós é que agradecemos a sua participação. E sempre a sua fala, Senador, é uma aula para nós.

Sobre a questão do desporto escolar, de que o senhor está falando, eu sempre falo com muita preocupação, porque eu saí da escola; o primeiro contato que eu tive com o esporte foi numa escola pública, o Centro Educacional 09 de Taguatinga, região administrativa aqui do Distrito Federal. E, como o senhor falou, a ideia do projeto é a seguinte: ofertar a educação física, a prática esportiva. E,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

certamente, como o Brasil é um celeiro esportivo, dessas escolas do país inteiro sairão potenciais, quem sabe futuros atletas para servirem ao nosso país.

Mas, seguindo a mesma premissa, o que é o mais importante, como o senhor falou, é a questão das ferramentas que o esporte traz na formação desses jovens, que é a questão do foco, da resiliência, do trabalho em grupo, que são fundamentais, e, acima de tudo, a prática esportiva, a cultura de sempre estar em atividade, de sempre estar ali procurando o seu bem-estar e a sua saúde. Então, eu agradeço demais.

Vou passar a palavra, agora, para o Senador Izalci.

O senhor já falou, não é, Sr. Senador? O senhor quer falar novamente?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. *Fora do microfone*.) – Não, é só...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Só para complementar.

Obrigada, Senador Flávio Arns.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Eu só quero aproveitar o momento em que as pessoas ainda estão votando para falar um pouquinho exatamente sobre o que nós aprovamos ontem, que já tínhamos aprovado aqui, parabenizando o nosso querido Flávio Arns pela autoria do projeto do Sistema Nacional de Educação.

Como tive a oportunidade de falar ontem no Plenário, o projeto, de fato, é urgente e necessário. Nós temos, como foi dito, um Sistema Único de Saúde, e na área da educação há esse descompasso entre os entes da União, estados e municípios: há estados, há municípios em que a educação funciona melhor; há estados em que nem sequer há banheiro. Bem, internet, banda larga já não há em lugar nenhum praticamente, mas grande parte das nossas escolas, além de milhares de obras paralisadas... Nós botamos – o Senador Marcelo Castro, nosso Presidente, participa também com a gente na Comissão Mista de Orçamentos –, chegamos a aprovar, inclusive, no mínimo, 400 milhões para iniciar e concluir essas obras inacabadas. Só de escolas são mais de 3 mil escolas inacabadas, com 80%, 70% já concluídos, faltando pouca coisa, e há uma paralisação com relação a isso.

Então, a gente precisa realmente ter esse sistema funcionando. O Custo Aluno-Qualidade é fundamental. Não adianta achar que, em uma escola que não tem banheiro, que nem sequer tem internet, que não tem professor qualificado, a gente vai ter uma educação de qualidade, não é? Então, você tem que ter, no mínimo, o Custo Aluno-Qualidade, ou seja, aqueles elementos básicos que têm que ser garantidos para uma estrutura da escola. Não faz sentido a escola da forma como está hoje, que não tem laboratório nenhum de ciência. Como foi dito, esse próprio projeto aqui, não há uma política de educação, de cultura, de esporte na escola, não há música, não há nada. Hoje é "cuspe e giz" na maioria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das escolas. E aí está o resultado, vem aí o resultado: 90% dos alunos que estão agora no ensino médio têm o conhecimento equivalente à 5ª série do ensino fundamental. Foram dois anos praticamente sem aula. Aqui na capital, quase 30% dos alunos nem sequer tiveram acesso à escola, à internet, ao computador. Então, recuperar esse prazo, esse tempo merece realmente uma agilidade muito grande.

Eu sei que o projeto aprovado joga praticamente também para quando concluir o reajuste que fizemos do Fundeb, que vai ser em 2026. Eu criei uma expectativa muito grande quando debatemos o Plano Nacional de Educação, que ficou, na prática, um plano de intenções, porque as metas não foram atingidas, porque também não havia nenhuma responsabilização daqueles que são responsáveis por investir na educação, fazer a educação de qualidade. Portanto, ficou na base da intenção. A gente não viu evolução com relação aos 10% do PIB para a educação; a gente não conseguiu colocar os laboratórios de ciência; a gente não conseguiu botar banda larga. E olha que nós aprovamos, por unanimidade, na Câmara e no Senado; foi vetado; nós derrubamos o veto – era para ter acontecido até 31 de dezembro de 2021 a banda larga nas escolas. E a gente vê agora uma medida provisória que posterga mais uma vez essa questão. Então, espero que com esse sistema nacional a gente também não fique aguardando 2026. Há muitos municípios e muitos estados que já podem fazer o que está previsto na lei.

Parabenizo mais uma vez o Dário Berger, que acatou várias emendas nossas, e parabenizo principalmente o autor, que vem trabalhando nesse projeto há muito tempo. Foram mais de 60 reuniões, como foi dito, para chegar a esse texto que nós aprovamos por unanimidade. Espero que agora a Câmara também o aprove.

Leila, parabéns mais uma vez por esse projeto de sua autoria, que é fundamental. Esporte é fundamental na qualidade da educação, assim como a cultura também. Muito bom. Parabéns!

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Perfeito. Falou muito bem, Senador. Obrigada pelo apoio, pela relatoria.

Como está a nossa votação? (*Pausa.*)

Falta apenas um voto. Nós estamos aqui...

Peço a ajuda do Senador Confúcio, Izalci e nosso Presidente Marcelo para ver se nós conseguimos mais um voto.

Na sequência, após esta votação, eu vou passar para o item 9, que é o Projeto 2.115, de 2019, relatado pela Senadora Zenaide.

Pergunto se a Senadora Zenaide ainda está presente na Comissão, nesta audiência? (*Pausa.*)

Pergunto, Senador Carlos Viana... Rodrigo... Rodrigo Cunha, se puder nos ajudar com a votação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Senadora Leila, quero registrar meu voto "sim" parabenizando pelo projeto. Estou aqui dentro do avião, o sinal está péssimo. Estou aqui pelo aplicativo, mas registro minha votação.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Obrigada, Senador. A Mesa vai registrar o seu voto. Alcançamos a votação específica. Obrigada. Boa viagem!

Alcançamos o quórum da votação: 14 Senadores votaram.

Podemos abrir o painel, por favor? (*Pausa.*)

(*Procede-se à apuração.*)

Votaram SIM 13 Senadores presentes – a Presidente presente com certeza votaria "sim" – e NÃO nenhum Senador.

Então, aprovados o projeto e as Emendas n°s 1, 2, 3 e 4 da CE. A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Agradeço mais uma vez a colaboração de todos os Senadores desta Comissão, em especial o Relator, Senador Izalci Lucas. Obrigada, Senador.

Agora vamos passar para o item 9.

ITEM 9

PROJETO DE LEI N° 2.115, DE 2019

- Não terminativo -

Institui o Dia Nacional do Laringectomizado, a ser celebrado, anualmente, no dia 11 de agosto.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação.

Iniciativa do Deputado Valdir Colatto.

Eu concedo a palavra à Senadora Zenaide Maia para a leitura do seu relatório.

Senadora Zenaide? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – Estou aqui!

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Ô Senadora, deu uma corrida, hein?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – Não, eu estava aqui. É porque caiu aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Ah, está bom. Então...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – Eu ficava só ouvindo sua... A imagem não tinha, só tinha voz.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Perfeito.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Então, eu queria pedir licença aqui para ir direto à análise.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Sim.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – É um projeto simples.

Nos termos do disposto no inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre a instituição de datas comemorativas, a exemplo da proposição em debate.

Em razão do exame em caráter exclusivo por esta Comissão, cabe a ela pronunciar-se também em relação à constitucionalidade, à juridicidade, em especial no que diz respeito à técnica legislativa e à regimentalidade do projeto.

Relativamente à constitucionalidade, verifica-se ser concorrente com os estados e o Distrito Federal a competência da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Constituição Federal.

A Carta Magna também determina que a iniciativa do projeto de lei compete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, *caput*, por não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, segundo estabelecido no §1° do art. 61, nem de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, à luz dos arts. 49, 51 e 52.

A escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei complementar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante destacar que a proposição em análise foi elaborada em conformidade com os requisitos da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, pois o seu autor, no momento da apresentação da matéria, comprovou a realização de audiência pública na Câmara dos Deputados sobre o tema, na qual compareceram especialistas no assunto e representantes da sociedade civil.

Assim sendo...

Só um minuto.

A escolha de um projeto de lei ordinária... Não é reservada pela Constituição à esfera da lei complementar.

É importante destacar...

Assim sendo, em todos os aspectos, verifica-se que o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional e jurídica.

A laringectomia total consiste na retirada da laringe, órgão conhecido como "caixa de voz", e responsável por atividades essenciais ao ser humano, como a fala, a deglutição e a respiração. Esse procedimento cirúrgico leva à alteração do fluxo do ar até os pulmões e à perda da voz laríngea. O câncer de laringe é a principal causa da laringectomia, e foi o quinto tipo mais comum entre os homens no ano de 2016. Trata-se de uma doença que, assim como tantas outras, apresenta maiores chances de cura quando precocemente detectada.

A detecção precoce do câncer na laringe é, portanto, fundamental para que se providencie o devido tratamento médico ao paciente e que se obtenha, como consequência, potencial redução no número de mutilações e aumento da sobrevida. Faz-se necessária a conscientização da sociedade no sentido de buscar apoio médico quando surgirem, de forma contínua, inadvertida e persistente, os sintomas mais comuns da doença: dor durante a deglutição, rouquidão e falta de ar.

Concordamos com o autor do projeto quando afirma que a instituição de campanhas periódicas é imprescindível para criar a empatia necessária em relação aos laringectomizados, homens e mulheres que passaram por uma cirurgia invasiva e se submeteram a grande trauma físico e psicológico, mas que possuem plena capacidade de desfrutar integralmente a vida em sociedade. Outro papel dessas campanhas consiste em alertar para os sinais da doença e para os fatores de risco ligados ao câncer de laringe, como o uso de tabaco e álcool, a má alimentação e a infecção com o vírus HPV2.

Por essas razões, é sem dúvida pertinente, oportuna, justa e meritória a iniciativa de instituir o Dia Nacional do Laringectomizado.

Voto.

Conforme argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.115, de 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sra. Presidente, eu queria logo dizer o seguinte: é importante o diagnóstico precoce. Esse é um tipo de tumor para o qual existe prevenção, como não fumar, não ingerir bebidas alcoólicas e, como a gente falou aqui, outras coisas que não se deve fazer, mas o tratamento precoce é o que dá a sobrevida a essas pessoas. Eu costumo dizer que informação é poder, e pelo fato de a gente padronizar um dia por ano pelo menos para chamar a atenção da população sobre esse tipo de câncer, e as pessoas com esses conhecimentos descobrirem que, se diagnosticado precocemente, leva-se a vida quase normalmente, é muito meritório esse projeto, Leila e colegas Senadores. Então, informação é poder e, se esta Casa tem o poder, este Congresso, de tirar um dia nacional, pelo menos uma vez por ano, para chamar atenção para isso, chama-se a atenção dos profissionais de saúde e do próprio pacientem e a gente ainda faz a campanha contra o tabaco e o uso excessivo de álcool.

Por isso é que muitas vezes eu digo que não deveríamos permitir, porque o cigarro já não pode, mas há essa propaganda... Eu acho que a propaganda, principalmente por celebridades, sobre o uso do álcool é outra coisa que prova que é uma prevenção.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Perfeito, Senadora Zenaide.

Em discussão a matéria.

Eu passo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Eu quero concordar inteiramente com a argumentação da Senadora Zenaide. Foi muito importante, muito ilustrativa. É essencial termos um dia nacional que sirva como conhecimento, informação. Informação é tudo na vida, e devemos fazer precocemente a identificação, o tratamento, orientar os profissionais. Se não for precocemente, ter o atendimento na sequência, tanto de saúde como psicológico, quer dizer toda a caminhada desse cidadão laringectomizado ou da mulher laringectomizada pela vida receber todo apoio necessário, e um dia nacional faz a sociedade pensar sobre esse tema.

Parabéns à Senadora Zenaide Maia e também ao Deputado Valdir Colatto, autor do projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Excelente, Senador Flávio Arns!

Parabéns, Senadora Zenaide, pelo relatório.

Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Senadora Zenaide, há o item 7 aqui, que é o Projeto da Câmara 156, de 2017. Eu pergunto à senhora se a senhora poderia ser a Relatora *ad hoc* desse projeto, que é o projeto que institui o Dia Nacional do Profissional de Eventos, autoria...

Pois não.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – Com certeza a relatoria *ad hoc*.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Perfeito.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 2017

- Não terminativo -

Institui o Dia Nacional do Profissional de Eventos.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação.

Iniciativa do Deputado Federal Paulinho da Força. A relatoria seria da Senadora Mailza Gomes, mas a Senadora Zenaide será a Relatora *ad hoc*. O relatório é pela aprovação.

Eu concedo a palavra, para a leitura do relatório, à Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Sra. Presidente, colegas Senadores, eu quero pedir licença aqui para ir direto à análise.

Os profissionais da área de eventos estão presentes em nossas vidas nas mais diversas situações. Desde eventos familiares até eventos profissionais e sociais, são trabalhadores que exercem papeis diversos, com disciplina e sempre em busca da perfeição, para que esses encontros sejam organizados e executados com maestria, em benefício dos convidados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além de estarem presentes nesses momentos-chave que nos deixam memórias inesquecíveis de afeto e de celebração, os profissionais da área de eventos fazem parte de uma cadeia produtiva que envolve 52 segmentos da economia, representando mais de 3% do PIB brasileiro. O setor movimenta, anualmente, R$37 bilhões, emprega quase 3 milhões de pessoas e recolhe, em impostos, R$4,2 bilhões. São mais de 320 mil eventos realizados, o que representa 33,7% do turismo nacional, de acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

Reconhecer essa classe de trabalhadores, com a criação do Dia Nacional do Profissional de Eventos, reveste-se de justiça. O projeto em análise é, portanto, meritório.

Por ser a única Comissão a se manifestar sobre a proposição, cabe à Comissão de Educação analisar a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade da matéria.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar em proposições que versem sobre homenagens cívicas, caso do projeto em exame.

A matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da Lei 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que estabelece critérios para a instituição de datas comemorativas. De acordo com essa lei, a apresentação de proposição legislativa que vise instituir data comemorativa deve vir acompanhada de comprovação da realização de consultas e/ou audiências públicas que atestem a alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira.

Em atendimento a essa determinação, segundo o autor do projeto, no dia 14 de dezembro de 2016 foi realizada audiência pública, presidida pelo Deputado Paulo Pereira da Silva, na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados para debater a importância da instituição do Dia Nacional do Profissional de Eventos.

Por fim, a matéria é de competência da União e cabe ao Congresso Nacional manifestar-se em lei. Não há reserva de iniciativa, a sua redação é adequada e atende ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2017.

Sra. Presidente, eu queria aqui parabenizar o Deputado Paulo Pereira da Silva e minha colega Mailza e agradecer pela confiança para fazer a relatoria *ad hoc*. E mais uma vez eu digo: a gente tem que dar visibilidade a quem trabalha, a quem produz, porque a gente sabe que quem cria riqueza é o trabalho, é o trabalhador, e nada mais justo do que mostrar ao povo brasileiro que esses trabalhadores dos setores de eventos ajudam a rodar a economia. Eles geram emprego não só para eles, mas isso é uma cadeia produtiva, como foi mostrada aqui. E ainda é. Produz eventos que, na grande maioria das vezes, sejam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

familiares ou outros, públicos, trazem alegria, lazer para a população brasileira e ainda movimenta o turista. Muitos turistas viajam por saber que há eventos preparados para eles aonde eles chegam.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Excelente, Senadora Zenaide. Obrigada pela sua disponibilidade.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

E, por fim, nós vamos agora ao item 15, que é o requerimento do Senador, nosso Presidente Marcelo Castro.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 6, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 1/2022 - CE, seja incluído como participante no rol de debatedores o senhor José Miguel Soares Wisnik, professor da Universidade de São Paulo.

Autoria: Senador Marcelo Castro (MDB/PI)

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Senador Marcelo.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Para encaminhar.) – Presidente, é só acrescentando esse convite a esse professor da USP para a audiência pública que eu solicitei aqui em comemoração à Semana de Arte Moderna do Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Perfeito, Senador Marcelo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Zenaide, deseja falar, discutir? (*Pausa.*)

Pois não.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Primeiro que eu não vi o que o Senador Jean Paul pediu para introduzir... Esse professor da Universidade de São Paulo é o mesmo pedido do colega Marcelo Castro? José Miguel Soares. É o mesmo de Jean Paul?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – É o mesmo.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – Então, tudo bem.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Não, não é não. Desculpa.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – Não é não?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Então, vamos fazer depois. Vamos finalizar o requerimento aqui.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – É o Requerimento nº 6, de 2022.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O.k. Só um momento. Vamos finalizar aqui a discussão do requerimento do Senador Marcelo Castro.

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento e o convite ao professor.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 4, DE 2022

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer o convite do Senhor Mário Luís Frias, Secretário Especial de Cultura, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre gastos exorbitantes em suas viagens e de sua equipe.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

A Senadora Zenaide vai fazer a defesa, enfim; defesa, não, vai justificar o requerimento. Por favor, Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Passaram assim... Não, o que eu recebi aqui é justamente (*Falha no áudio.*) ... nos termos do art. 58, § 2° [aqui tem como Requerimento n° 6], da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do Requerimento n° 1, de 2022, desta Comissão, seja incluído como participante no rol de debatedores o seguinte convidado:

• José Miguel Soares Wisnik, professor da Universidade de São Paulo.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Pois é. Eu peço desculpas, porque houve um erro de comunicação aqui.

Foi passado errado para mim aqui na mesa, mas o requerimento do Senador Marcelo atende também ao requerimento do Senador Jean Paul Prates, tá?

Muito obrigada, Senadora.

Bom, encerro esta sessão agradecendo a participação das Senadoras e Senadores, assim como a audiência dos brasileiros e brasileiras que acompanharam esta sessão e a sensibilidade de me designar, Senador Marcelo Castro, para presidir esta sessão no dia de hoje.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião.

Bom dia a todos!

(*Iniciada às 09 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e vinte e sete minutos do dia dezessete de março de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Carlos Viana, Rose de Freitas, Mailza Gomes, Eduardo Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Daniella Ribeiro, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Flávio Arns, Styvenson Valentim, Roberto Rocha, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Vanderlan Cardoso, Maria do Carmo Alves, Wellington Fagundes, Paulo Paim, Jean Paul Prates, Leila Barros, Fabiano Contarato e Eliziane Gama, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Kátia Abreu, Confúcio Moura, Carlos Portinho, Jorginho Mello, Zenaide Maia, Fernando Collor e Cid Gomes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3941, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013, que "dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e revoga a Medida Provisória no 2.208, de 17 de agosto de 2001", para estender aos professores o benefício da meia-entrada." **Autoria:** Senador Dário Berger (MDB/SC). **Relatoria:** Senador Jorginho Mello. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3520, de 2021 - Terminativo -** que: "Institui o Plano Nacional de Enfrentamento dos Efeitos da Pandemia de Covid-19 na Educação." **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE). **Relatoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 127, de 2020 - Terminativo -** que: "Inscreve no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria o nome de Dona Maria Leopoldina de Habsburgo-Lorena." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO). **Relatoria:** Senadora Rose de Freitas (*Ad hoc*), substituiu Senadora Mailza Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 341, de 2019 - Terminativo -** que: "Denomina Aeroporto de Angra dos Reis/Rio de Janeiro – Carmelo Jordão o aeroporto situado no Município de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3143, de 2021 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome do General Joaquim Xavier Curado no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO). **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 6030, de 2019 - Terminativo -** que: "Autoriza a criação da Universidade Federal Indígena de Roraima (UFIRR)." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PROS/RR). **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama (*Ad hoc*), substituiu Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela conversão do projeto em indicação ao Presidente da República, na forma do art. 224, I, do RISF, com alterações na redação do art. 1º do PL 6030/2019. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de indicação. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2486, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física e cria o Conselho Federal de Educação Física e os Conselhos Regionais de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Educação Física." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **Observação:** Em 16/03/2022, foi apresentado novo relatório com voto pela aprovação do projeto. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 5026, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, para tornar obrigatória a divulgação do Estatuto da Juventude e para instituir a Semana Nacional do Estatuto da Juventude." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama (*Ad hoc*), substituiu Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da emenda nº 1-CDH, com uma emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 4483, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre conteúdos curriculares da formação do pedagogo para atuação direcionada a estudantes em situação de restrição de locomoção." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns (*Ad hoc*), substituiu Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 6568, de 2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2008) - Não Terminativo -** que: "Altera o inciso IX do art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a garantia de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos adequados à idade e às necessidades específicas de cada aluno." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com duas emendas de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 6555, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Denomina Viaduto Ademir Barros o novo viaduto localizado no Km 102 da rodovia BR-040, na entrada do Distrito de Xerém, Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 4, de 2022** que: "Requer o convite do Senhor Mário Luís Frias, Secretário Especial de Cultura, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre gastos exorbitantes em suas viagens e de sua equipe." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 5, de 2022** que: "Requer a inclusão das seguintes convidadas na Audiência proposta pelo REQ 2/2022, para instruir o PLC 158/2017: Doutora Paula Fabiani, CEO do IDIS - Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social e Doutora Priscila Pasqualin, Sócia do PLKC Advogados" **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 8, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2o, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 43/2021 - CE seja incluído como convidado o Doutor Ricardo Albuquerque, Representante da CONFENEN." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Projeto de Lei n° 6566, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Nise Magalhães da Silveira no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Projeto de Lei da Câmara n° 65, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Confere o título de Capital Nacional da Cerâmica de Alta Temperatura à cidade de Cunha, no Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - Projeto de Lei n° 3471, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a garantia de acervo mínimo de livros às famílias de estudantes da educação básica." **Autoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Pela conversão do projeto em indicação ao Ministério da Educação, na forma do art. 224, I, do RISF. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de indicação. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/03/17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião se destina à deliberação dos itens de 1 a 14.

Ficam retirados de pauta os itens 1 e 7 a pedido dos Relatores.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3941, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013, que "dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e revoga a Medida Provisória no 2.208, de 17 de agosto de 2001", para estender aos professores o benefício da meia-entrada.

Autoria: Senador Dário Berger (MDB/SC)

Relatoria: Senador Jorginho Mello

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 2486, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física e cria o Conselho Federal de Educação Física e os Conselhos Regionais de Educação Física.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sras. e Srs. Senadores, ontem nós aprovamos, no Senado, a Lei Paulo Gustavo, e eu vou fazer aqui uma pequena referência a esse fato que reputo de grande importância para a cultura brasileira.

A pandemia sobreveio criando enormes obstáculos para todos os brasileiros e, de forma muito intensa, também para o setor cultural, uma vez que a maioria dos seus trabalhadores atuam desprotegidos de direitos trabalhistas.

Investir em cultura resulta em um impacto positivo para toda a sociedade. É um investimento financeiro bastante baixo em comparação com os gastos em outras áreas e todas as externalidades de apostar na cultura são positivas.

Do ponto de vista econômico, o setor cultural é especialmente relevante na atualidade e um dos que possui mais futuro, por isso pode contribuir decisivamente para uma retomada do crescimento econômico com geração de emprego, inclusão social e proteção ambiental.

De acordo com dados de 2019, o setor da cultura aporta quase 3% do PIB nacional e tem uma massa de quase 7 milhões de trabalhadores. É um ativo para qualquer processo de retomada pós-pandemia. É o que estão fazendo países que são potências culturais como Brasil, Reino Unido, França, Coreia do Sul e outros mais, que apostam na cultura como um dos vetores da retomada da economia.

A aprovação da Lei Paulo Gustavo pelo Senado Federal, nessa última terça-feira, que seguiu para sanção, possibilitará o repasse de R$3,862 bilhões para recuperação do setor cultural. É um valor muito expressivo, tão essencial no período de parcos recursos para o setor, agora nesse instante da pandemia. Essa lei vem homenagear o grande ator e comediante Paulo Gustavo, que morreu em maio de 2021, após contrair covid-19.

De acordo com a proposta, os recursos para assistir o setor cultural virão do Fundo Nacional da Cultura. O texto estabelece que R$2,797 bilhões serão destinados exclusivamente a ações voltadas ao setor audiovisual, no apoio a produções audiovisuais, salas de cinema, cineclubes, mostras e festivais. Já R$1,065 bilhão deverá ser aplicado em atividades de economia criativa e de economia solidária: cursos, produções e/ou manifestações culturais. Vale lembrar que o Presidente pode sancionar a lei ou vetá-la de forma integral ou parcial.

Rendemos então nossas homenagens a todos os profissionais da cultura do nosso país fazendo esse pequeno pronunciamento para manifestar o nosso reconhecimento ao entendimento do Senado Federal, que por unanimidade votou essa matéria tão importante para socorrer, nesse momento de dificuldade, o setor cultural brasileiro.

Vamos então aos itens da pauta.

O item 1 foi retirado a pedido do Relator. Vamos ao item 2, que é terminativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 3520, DE 2021

- Terminativo -

Institui o Plano Nacional de Enfrentamento dos Efeitos da Pandemia de Covid-19 na Educação.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE)

Relatoria: Senadora Rose de Freitas

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra à nobre Senadora Rose de Freitas para a leitura do seu relatório.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Presidente, Sras. e Srs. Senadores, bom dia a todos.

Este Projeto de Lei 3.520, de 2021, em decisão terminativa, da Senadora Maria do Carmo Alves, institui o Plano Nacional de Enfrentamento dos Efeitos da Pandemia de Covid-19 na Educação.

Vem para a apreciação da Comissão o projeto que citei, de iniciativa da Senadora Maria do Carmo, que institui o Plano Nacional de Enfrentamento dos Efeitos da Pandemia de Covid-19 na Educação, com o fim de, conforme estipula o art. 1º, mitigar os efeitos adversos da pandemia de covid-19 na educação. Ainda segundo o art. 1º, a implementação das ações decorrentes do plano se fará com base na colaboração entre os entes da Federação, de forma a assegurar o alinhamento e a harmonia entre as iniciativas do poder público.

O art. 2º do PL estabelece as diretrizes do plano, entre as quais cabe ressaltar: a normalização da frequência escolar de todas as crianças e adolescentes, o mapeamento dos objetivos de aprendizagem não trabalhados adequadamente no período de pandemia – e todos acompanhamos isso, Sr. Presidente, sabemos das dificuldades que houve, em determinado momento, de superar essa cláusula do isolamento e de toda a prevenção necessária para poder compactuar com os anseios das famílias em colocar o retorno dos seus filhos e dos alunos de volta à frequência da educação – e o aprimoramento da conectividade nas escolas.

Já o art. 3º define os objetivos do plano, entre os quais se destacam: garantir a igualdade de oportunidades educacionais no contexto da pandemia de covid-19, cumprir as metas do Plano Nacional de Educação e proporcionar efeitos positivos no desempenho dos estudantes no retorno às aulas presenciais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 4º dispõe sobre as atribuições da União na execução do plano, entre as quais sobressaem: um, a prestação de assistência técnica e financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, com vistas a assegurar o retorno às aulas presenciais com adequada qualidade de ensino; dois, a destinação de recursos a projetos que promovam a conectividade nas escolas; e, três, a promoção da capacitação de profissionais da educação para disseminar, no âmbito dos sistemas de ensino, boas estratégias relativas ao processo de recuperação da aprendizagem.

O art. 5º dispõe sobre as atribuições dos estados, entre as quais se destacam: um, a prestação de assistência técnica e financeira aos Municípios em matéria educacional; dois, o monitoramento de frequência dos estudantes e a busca ativa – item importantíssimo – de estudantes faltosos; três, o mapeamento dos objetivos de aprendizagem não trabalhados adequadamente no período de pandemia; e, quatro, o reordenamento curricular para a recuperação de aprendizagem.

Já o art. 6º, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, trata das atribuições dos municípios, as quais, em suas redes de ensino, são similares às incumbidas aos estados.

O art. 7º prevê os indicadores, as pesquisas e os estudos que devem constituir os mecanismos de monitoramento e avaliação do plano.

Já o art. 8º determina que as ações do plano serão financiadas pelos recursos destinados à educação pela Constituição Federal e pela legislação pertinente, bem como pelas dotações também pertinentes dirigidas ao combate à pandemia e a seus efeitos.

Por fim, o art. 9º prevê que a vigência da lei proposta entrará em vigor na data da sua publicação.

Na justificação, a autora tece considerações sobre os desafios no campo da educação criados pela pandemia – nós totalmente despreparados para esse advento – e defende a necessidade das medidas que propõe para a normalização das atividades pedagógicas, mediante ênfase nas ações articuladas entre os níveis de governo.

Não foram oferecidas emendas, portanto vou passar à análise. Se o Presidente quiser, posso passar ao voto, mas eu gostaria de ainda oferecer algum subsídio na análise que fizemos.

De acordo com o art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado, compete à Comissão de Educação opinar sobre matérias que disponham acerca de normas gerais sobre educação e ensino, bem como sobre diretrizes e bases da educação nacional, como é o caso da proposição apresentada pela nobre Senadora.

Quanto à constitucionalidade das normas sugeridas pela proposição, existe o atendimento dos requisitos formais. Conforme o art. 24, inciso IX, da Constituição Federal, compete à União legislar, concorrentemente com os entes subnacionais, sobre educação. Já de acordo com o art. 22, inciso XXIV, a União tem competência privativa para dispor sobre diretrizes e bases da educação nacional. Por sua vez, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

art. 48 da Lei Maior incumbe ao Congresso Nacional, mediante sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União.

Não se constata a ocorrência no projeto de matéria de iniciativa reservada ao Presidente da República, conforme dispõem os arts. 61 e 84 da Constituição Federal.

Igualmente, não há reparos a fazer quanto à juridicidade e à técnica legislativa da proposição.

A respeito do mérito do projeto, cumpre, de início, assinalar que o advento da pandemia e a suspensão das aulas presenciais trouxeram – e trazem – grandes desafios para o sistema escolar. A maior parte das escolas, principalmente no segmento público, não estava, Sr. Presidente e Srs. Senadores, preparada para ministrar o ensino remoto, em termos de equipamentos adequados, plataformas digitais e capacitação dos profissionais da educação. Ademais, a indisponibilidade de equipamentos e de acesso à internet por número significativo de estudantes de famílias mais pobres aumentou as desigualdades de oportunidades educacionais, reforçando o círculo vicioso da pobreza.

Desse modo, além de assegurar a segurança sanitária para os estudantes, os profissionais da educação e suas famílias com a retomada das aulas presenciais, o sistema escolar tem o desafio de tratar dos danos à aprendizagem causados pelo período sem aulas presenciais e, em muitas situações, também sem ensino remoto.

Várias pesquisas e estudos têm levantado a dimensão do impacto das restrições criadas com a pandemia sobre a aprendizagem escolar.

Assim, por exemplo, estudo do Banco Mundial estimou que a "pobreza de aprendizagem", que define o percentual de crianças de dez anos incapazes de ler e compreender um simples relato, pode ter aumentado de 51% para 62,5% no Brasil. Isso significa que dois a cada três alunos brasileiros podem não aprender a ler adequadamente um simples texto aos dez anos de idade.

Já pesquisa realizada no final de 2020 pelo Instituto Península, com quase 3 mil professores em todo o Brasil, revelou que 60% deles acreditavam que os alunos não estavam evoluindo bem no aprendizado e que apenas 28% dos alunos estariam motivados a fazer as atividades escolares em casa.

Sr. Presidente, estudo da Fundação Getúlio Vargas, por sua vez, apontou que, em um cenário pessimista, os alunos dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio deixaram de aprender em 2020 o equivalente a 72% do currículo de um ano típico. Em um cenário intermediário, a perda foi próxima a 34%; já no otimista, de cerca de 15%.

Para lidar com essa situação, as escolas têm desenvolvido estratégias para reorganizar o calendário letivo e para promover a recuperação da aprendizagem prejudicada pela crise sanitária. Cumpre ressaltar a importância de fazer diagnósticos cuidadosos para avaliar a situação de aprendizagem dos alunos, de forma coletiva e individual. No que toca à evasão escolar promovida pela pandemia na educação básica, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indispensável que os municípios promovam a busca ativa dos estudantes de famílias mais vulneráveis, que podem precisar de mais informações e suporte diante da situação sanitária, como também do apoio de serviços de assistência social. Neste parágrafo, eu gostaria de lembrar que esse compartilhamento de responsabilidades, essa iniciativa, é que pode levar realmente à superação de tantos obstáculos como os que estamos vivendo hoje.

A respeito do mérito das normas da proposição, cumpre ressaltar que, de modo geral, elas incorporam as medidas sugeridas por especialistas para organizar o processo de retomada das aulas presenciais e promover a recuperação da aprendizagem afetada pela crise sanitária. Igualmente de forma geral, tais medidas já vêm sendo adotadas por muitos sistemas e estabelecimentos de ensino, embora ainda não se saiba bem qual é o seu grau de sucesso.

De todo modo, Sr. Presidente, o projeto tem o grande mérito de sistematizar as diretrizes e ações que o poder público deve adotar, nas esferas federal, estadual, distrital e municipal, com foco na cooperação, para sanar os danos trazidos pela pandemia no campo educacional.

Então, tem muito a perder um país que hoje não reúne esforços para superar todos os problemas que foram causados pela pandemia.

Assim, julgamos que, no tocante ao mérito educacional, o PL em análise deve ser acolhido por este Colegiado.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 3.520, de 2021.

Sr. Presidente, é esse o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Em discussão a matéria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, o senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, Senador Espiridião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Eu não quero atropelar o assunto, mas V. Exa. fez um registro sobre a aprovação da Lei Paulo Gustavo, e eu não pude interferir na hora.

Eu quero fazer minhas as suas palavras, no sentido de celebrar esse momento. Eu frisei, anteontem, quando nós aprovamos, que este foi o setor em que doeu mais. Pode não ter sido o maior prejuízo porque,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

infelizmente, o espaço da cultura na economia brasileira não é o de outros setores nem tem os investimentos de outros setores, mas eu acho que a dor não tem a ver com o volume do prejuízo. A dor é decorrência também da recuperabilidade ou não do que se perdeu. Na educação, por exemplo: o que nós perdemos não pode ser recuperado. O que podemos é aumentar a velocidade, para conseguirmos não a recuperação, mas chegar ao ponto devido o mais rapidamente possível, e na cultura igualmente.

Ao longo desses dois anos, desde a eclosão da pandemia, dia 14 de março de 2020, portanto há dois anos, eu não sei contar quanto nós perdemos, quantos homens, mulheres, jovens, crianças ligados a atividades culturais – não dá para a gente medir –, mas eu desejo homenagear um perdido recentemente, que foi o Oséas Mafra, um dirigente da área da cultura de Santa Catarina, e, em nome de todos os artistas, escritores, enfim, operadores, os que fazem a cultura, homenagear o grande e saudoso amigo Rodrigo de Haro, um pintor que seguiu a trilha do seu pai, Martinho de Haro, engrandecendo o meu estado.

E, para a aprovação desse projeto, eu não posso dar o nome de todos os que me pediram, mas quero mencionar esses nomes para que fiquem registrados nesta reunião que V. Exa. preside. Quero citar o Zeca Nunes Pires, filho do meu saudoso Prof. Aníbal Nunes Pires, ambos muito talentosos, o Zeca muito ativo, especialmente, na parte de cinema; quero saudar a Cíntia Domit Bittar – como o senhor vê, um duplo sobrenome levantino –, a Eveline Orth, que é produtora cultural, e saudar a todos que representam o estamento, digamos, estabelecido da cultura. Quero mencionar os nomes de Luiz Moukarzel, que é o Presidente do Conselho Estadual de Cultura, e o Edinho Lemos, Presidente da Fundação Catarinense de Cultura, e, no nome deles, dizer que tive o privilégio de fazer esse voto favorável.

Espero que a Lei Paulo Gustavo, cujo projeto nós aprovamos, represente um alento no esforço para, em Santa Catarina, fazermos aquilo que desejamos que seja feito no Brasil, que é o apoio para que a atividade cultural se reconstrua e nos dê, volte a nos dar o maior de todos os orgulhos, que é o orgulho pela cultura brasileira, no meu estado, no seu estado, o nosso querido Piauí, e em todo o País.

Feito isso, quero assinalar o meu voto favorável. Acho que neste projeto já vai ser votação nominal... (*Pausa.*)

Então, vamos fazê-lo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós é que agradecemos a intervenção de V. Exa., Senador Esperidião Amin, e evidentemente nos solidarizamos com todos esses nomes aí a que V. Exa. fez referência.

Vamos, então, dar continuidade à discussão da matéria.

Pede a palavra o Senador Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Flávio Arns para discutir a matéria.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Eu quero agradecer a V. Exa., em primeiro lugar, e também, como fez o Senador Esperidião Amin, me associar à sua manifestação em relação à aprovação da Lei Paulo Gustavo, no dia de anteontem, dizendo que essa lei, essa iniciativa é extremamente importante, essencial para o setor da cultura em nosso país.

Então, com muita alegria vimos a aprovação da lei, depois das alterações feitas pela Câmara dos Deputados, mas confirmada pelo Senado Federal. No dia lamentei a não existência de um Ministério da Cultura no Brasil. Eu penso que a extinção do ministério é uma medida que tem que ser revista, porque termos um ministério comandado por pessoas competentes, do diálogo, do entendimento, de sintonia com aquilo que a sociedade pensa e quer é muito importante. Então, é algo que tem que ser repensado no Brasil.

Ao mesmo tempo, eu quero ainda destacar, até para a Senadora Rose de Freitas, que, no dia de ontem, aprovamos o projeto de lei do Senador Jorge Kajuru, o Projeto de Lei 520, e V. Exa. havia feito uma emenda, um destaque ao projeto, que eu procurei ressaltar que era o mais importante: fazer com que as pessoas que tenham o quadro de diabetes possam ter acesso a medicamentos, equipamentos, materiais. E quero dizer que só não foi acrescentada essa emenda, esse destaque ao projeto porque já existe uma previsão para isso em outro documento legal. Mas eu disse que era o destaque mais importante oferecido para o projeto de lei, além do destaque da Senadora Mara Gabrilli.

Em relação ao projeto da Senadora Maria do Carmo Alves, é importante que se diga que esta Comissão de Educação, no ano passado, criou a Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia, da qual tivemos cerca de dez audiências públicas das mais proveitosas. Foi feito um relatório bastante detalhado no final do ano sobre a educação na pandemia, e, inclusive, essa Subcomissão foi prorrogada para ter os trabalhos desenvolvidos no decorrer deste ano.

A primeira sessão plenária deste ano foi uma audiência justamente sobre a busca ativa dos alunos. Muita gente desistiu no ensino fundamental, no ensino médio – a Senadora Rose de Freitas apontou isso –, e inclusive a proposta da Subcomissão foi no sentido de que este ano seja considerado o ano de vermos onde estão esses alunos que saíram da escola, que desapareceram, seja no ensino fundamental, no ensino médio, jovens e adultos. Que façamos um esforço articulado a favor disso. Foi colocado no relatório que é muito importante essa articulação, essa pactuação entre Governo Federal, estados e municípios, pois isso é de responsabilidade de todos os entes federados

Nós aprovamos no Senado Federal, com o apoio do Senador Marcelo Castro, Presidente da Comissão, que aprovou por unanimidade, e do Senador Dário Berger, que fez um relatório maravilhoso, o Sistema Nacional de Educação, que justamente tem por objetivo fazer isso que foi apontado no relatório e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que está muito bom. Inclusive, nós temos a ferramenta atualmente que, depois de aprovado o projeto na Câmara, será oficial.

As conclusões da Subcomissão são muito parecidas com o relatório: busca ativa, trazer os alunos de volta para a escola, apontando a necessidade de ônibus, de embarcações, de descobrir onde eles estão; a segunda coisa é fazer com que eles permaneçam na escola, na educação em período integral, atividades de contraturno para tornar a escola prazerosa, agradável para os alunos. Um outro aspecto levantado foi o apontado no relatório da tecnologia à disposição dos professores, dos estudantes, das famílias, e foi apontada também a questão na Subcomissão da necessidade de haver internet na casa dos alunos.

Outra coisa que foi apontada na Subcomissão foi a infraestrutura das escolas que têm de ser articulada no sistema nacional, porque há muita escola sem banheiro, sem água potável, sem esgotamento sanitário, sem biblioteca pública, quadra de esportes... Então, é um esforço. Nós temos que saber em que estados, em que locais, apontar: "Olhe, tais escolas não têm banheiro. Tais estados não têm esgotamento sanitário". E vamos juntos, através do Sistema Nacional de Educação, abordar essas dificuldades.

Outro aspecto que foi levantado também na Subcomissão foi a necessidade de a gente abordar as dificuldades que os alunos vêm tendo na aprendizagem, as perdas a que a Senadora Rose de Freitas se referiu. Existem instrumentos para isso. Inclusive, a Universidade Federal de Juiz de Fora tem um trabalho maravilhoso – e parece que o MEC vem interagindo com a universidade – que pode apontar aluno por aluno, através desse instrumento, para dizer quais são os problemas no português, na matemática, enfim, em qualquer área de conhecimento, para orientar os professores, as universidades para lidarem com esses problemas que cada aluno pode ter e recuperar a aprendizagem. Então, é a recuperação da aprendizagem.

E sempre, sempre, sempre a valorização dos profissionais da educação – não é? –, professores e também os demais profissionais que fazem parte da estrutura da escola. Isso já foi feito, também já foi feito na própria lei do Fundeb, e valorizaram de novo no Sistema Nacional de Educação.

Então, eu quero dizer que concordo amplamente com o que a Maria do Carmo Alves colocou, com o relatório da Senadora Rose de Freitas e dizer que isso está em sintonia com o esforço que a Comissão de Educação fez no ano passado, vai continuar fazendo neste ano, para que, através de um sistema, dum esforço articulado nacional, que é o Sistema Nacional de Educação, a gente dê vazão a soluções para a nossa prioridade absoluta, que é a educação.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós é que agradecemos a contribuição de V. Exa.

A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.

O projeto vai à votação.

Solicito à Secretaria da Mesa que abra a votação.

A votação será eletrônica.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Este projeto é terminativo e exige votação nominal. (*Pausa.*)

Já tendo sido completada a votação, peço à Mesa que exponha o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – O projeto teve 13 votos SIM; nenhuma abstenção; nenhum NÃO.

O projeto está aprovado e a matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Nós vamos fazer agora, Sras. e Srs. Senadores, uma votação em bloco dos itens 3, 4 e 5.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 127, DE 2020

- Terminativo -

Inscreve no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria o nome de Dona Maria Leopoldina de Habsburgo-Lorena.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO)

Relatoria: Senadora Rose de Freitas

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 341, DE 2019

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Denomina Aeroporto de Angra dos Reis/Rio de Janeiro – Carmelo Jordão o aeroporto situado no Município de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 3143, DE 2021

- Terminativo -

Inscreve o nome do General Joaquim Xavier Curado no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação. (*Pausa.*)

A Senadora Rose está a postos aí para poder relatar o item 3 *ad hoc*?

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. *Por videoconferência*.) – Presidente...

Estou, Presidente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não está...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. *Por videoconferência*.) – Está liberado o microfone?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agora está.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. *Por videoconferência*.) – V. Exa. me ouve?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Estamos ouvindo a V. Exa., viu? Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Pois não, à disposição.

Esse projeto, que também é de decisão terminativa, o Projeto 127, de 2020, do Senador Jorge Kajuru, inscreve, no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, o nome de D. Maria Leopoldina de Habsburgo-Lorena.

A Relatora seria a Senadora Mailza Gomes, que concedeu o privilégio de relatá-lo.

Eu gostaria de colocar a análise rapidamente. Muitas pessoas estão ouvindo e, muitas vezes, não vão entender a iniciativa que eu quero explicar.

É uma análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, terminativa, do Projeto de Lei 127, de 2020, de autoria do Senador Jorge Kajuru, que inscreve, no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, o nome de D. Maria Leopoldina de Habsburgo-Lorena.

O projeto contém dois artigos apenas. O primeiro institui a homenagem a que se propõe. O segundo determina a entrada em vigor da futura lei na data de sua publicação.

Na justificativa, o autor expõe inúmeros fatos sobre a vida de D. Maria Leopoldina de Habsburgo-Lorena, que validam, em seu entender, no nosso entender, a inclusão de seu nome no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

A proposição, que não recebeu emendas, foi distribuída para análise exclusiva e terminativa da Comissão de Educação.

Análise.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar em proposições que versem sobre homenagens cívicas, caso deste PL em análise.

Carolina Josefa Leopoldina Francisca Fernanda Beatriz de Habsburgo-Lorena nasceu no Palácio de Schönbrunn, em Viena, Áustria, no dia 22 de janeiro de 1797. Filha do Imperador Francisco I da Áustria e II da Alemanha, da casa real dos Habsburgos, e de Maria Isabel de Bourbon Nápoles, perdeu a mãe aos oito anos de idade e foi criada por sua madrasta, Maria Luísa de Áustria.

Em 1816, a arquiduquesa foi escolhida para casar-se com D. Pedro I, filho de D. João VI e de Carlota Joaquina de Bourbon e herdeiro do trono do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. O matrimônio e a subsequente independência do Brasil levaram D. Maria Leopoldina ser a primeira imperatriz consorte do País.

D. Maria Leopoldina é reconhecida por ter exercido destacado papel na articulação do processo de independência brasileiro. Detentora de eclética formação intelectual, que incluía conhecimentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

científicos, de política, de história e artísticos, além de idiomas estrangeiros, foi preparada desde tenra idade para a missão que viria a se apresentar em meados de 1820, com a Revolução Liberal do Porto, que pressionava pela recolonização do Brasil e que levou ao retorno da família real para Portugal.

A jovem princesa, embora criada para manter-se fiel à monarquia, sempre esteve ao lado da causa brasileira e passou a defender a independência antes mesmo de D. Pedro. Hábil na arte da leitura do cenário político, percebeu que ceder às pressões de Portugal para a recolonização poderia insuflar o movimento liberal e republicano que germinava no Brasil. A solução, portanto, implicava a permanência do casal em terras brasileiras e a liderança de D. Pedro da iniciativa que possibilitaria a independência do País, mas também a manutenção do regime monárquico.

Quando D. Pedro partiu em viagem a São Paulo para apaziguar ânimos políticos, recebeu do marido o poder, sendo nomeada Chefe do Conselho de Estado e Princesa Regente Interina do Brasil em 13 de agosto de 1822. A conturbada situação, contudo, se agravou, e Maria Leopoldina não pôde aguardar seu retorno para dar uma solução: em 2 de setembro de 1822, assinou o decreto da Independência e declarou o País separado de Portugal. Como Chefe Interina do Governo, providenciou a assinatura do documento com o Conselho de Estado. Em seguida, enviou uma carta a D. Pedro, que, ao recebê-la, proclamou o Brasil livre de Portugal, às margens do Rio Ipiranga, em São Paulo, em 7 de setembro de 1822.

D. Maria Leopoldina foi coroada Imperatriz em 1° de dezembro de 1822, na cerimônia de coroação e sagração de D. Pedro I.

O projeto é, sem dúvida, meritório. É de amplo conhecimento que D. Maria Leopoldina desempenhou papel importantíssimo na independência do Brasil. A decisão por permanecer no país quando a crise com Portugal se agravava implicou sacrifícios pessoais e foi um ato de heroísmo. Não fosse sua atuação, os nefastos interesses liberais que à época assombravam a nação poderiam ter alçado ao poder, com consequências imprevisíveis.

Por fim, Sr. Presidente, por pronunciar-se em decisão terminativa, cabe à Comissão de Educação, ainda, manifestar-se quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição.

A matéria se insere no rol da competência legislativa da União, sendo lícita sua apresentação pelo Parlamentar, visto que não há reserva de iniciativa ao Presidente da República, conforme art. 61, §1°, da Constituição Federal.

Além disso, o projeto de lei ordinária é adequado para veicular o tema, já que a Constituição Federal não o reserva à esfera de lei complementar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De igual forma, não se constatam vícios relativos à regimentalidade e à juridicidade, em especial à técnica legislativa, no PL 127, de 2020.

Voto.

Como consequência, em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 127, de 2020.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Agradeço à Senadora Mailza pela distinção.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Em discussão a matéria.

Com a palavra o nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Eu quero, além de cumprimentar a Senadora Rose de Freitas, lhe pedir desculpas, porque eu, antes de manifestar o meu aplauso ao seu relatório, sou obrigado a tornar público o pedido que lhe fiz e a retificação do pedido.

Eu fui até o Presidente para pedir até que se antecipasse a votação do item 7. Estou aqui acompanhado e vigiado privilegiadamente pela Profa. Elizabeth Laurindo, do meu estado, mais exatamente de Itajaí, professora de Educação Física, mas eu tenho que compreender e explicar. O Relator é o Senador Romário. Ele ainda ontem fez alterações que vieram ao encontro de pleitos dos profissionais de Educação Física e hoje ele está se deslocando com a Comissão que eu integro também, mas não posso ir, a Petrópolis. Nós fazemos parte da Comissão que vai estudar providências menos relacionadas ao prioritário, ao urgente, que é salvar vidas, preservar vidas e até prosseguir nas tarefas imediatas àquele desastre terrível, e pensar mais no médio prazo: que providências devemos tomar do ponto de vista legal para prevenir desastres que vêm se repetindo cada vez de maneira mais aguda e terrível. Então, a ausência do Senador Romário é mais do que justificável. Eu que tenho que justificar por que eu estou aqui. Eu estou aqui por causa da votação dos vetos, alguns até de interesse comum para o Estado de Santa Catarina e para o Estado do Piauí.

Então, eu queria registrar a presença da Profa. Elizabeth Laurindo, dizer que é evidente que nós vamos acatar o pedido do Senador Romário – está retirado de pauta – e, a propósito, dizer que recebi nesses últimos dias, Senadora Rose – V. Exa. também deve ter recebido –, vários representantes de conselhos estaduais e representantes da profissão e ligados aos profissionais de Educação Física pedindo por este projeto, mas eu acho mais do que justificável, número um, consignar que eu que deveria estar junto com o Senador Romário e outros integrantes da Comissão. Eu pedi desculpas, porque tenho esse compromisso com os vetos hoje à tarde e com esta Comissão hoje de manhã. Eu queria registrar, mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma vez, a presença da minha querida amiga, a Profa. Elizabeth Laurindo, e, na sua pessoa, cumprimentar todos os profissionais de Educação Física que estão aqui, repetindo que o item 7 está retirado de pauta.

Finalmente, quero confirmar o meu pedido de desculpas à minha querida amiga Senadora Rose de Freitas, consignar o meu aplauso e subscrever o relatório que S. Exa. leu.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador. Eu também me somo a V. Exa. aí nas desculpas à Profa. Elizabeth, porque havia esse item muito importante aqui para a gente votar hoje que trata da regulamentação do profissional da Educação Física, mas o Senador Romário, que é o Relator, não pôde estar presente e ele faz questão de relatar essa matéria pela relevância e pela importância. E, evidentemente, um pedido desse a gente não pode deixar de acatar, ao tempo que a gente pede desculpa a V. Sa. por ter se deslocado para cá para assistir à aprovação dessa matéria e não poder ser efetivada hoje.

Então, vamos ao relatório da nobre Senadora Rose de Freitas, brilhante relatório, como sempre, e colocá-lo em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

Vamos ao item 5 da pauta, porque eu vou fazer a votação conjunta.

O item 5 já foi lido. O Relator é o Senador Izalci Lucas.

E, por solicitação do Senador Carlos Portinho, nós retiramos o item 4 de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 341, DE 2019

- Terminativo -

Denomina Aeroporto de Angra dos Reis/Rio de Janeiro – Carmelo Jordão o aeroporto situado no Município de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós vamos fazer a votação conjunta nominal do item 3 e do item 5: o item 3, relatado brilhantemente pela Senadora Rose de Freitas, Relatora *ad hoc*, no lugar da Senadora Mailza Gomes; e o item 5, que é um projeto do Senador Vanderlan Cardoso, que foi relatado já pelo Senador Izalci, que está em discussão.

Nós vamos, então, encerrar a discussão dos dois itens e iniciar a votação.

O projeto está, então, em votação nominal.

Peço à Secretaria da Mesa que abra o painel.

(*Procede-se à votação nominal.*) (*Pausa.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Presidente Marcelo... (*Pausa.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Presidente Marcelo, eu queria fazer uma solicitação...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senadora Eliziane Gama. É uma honra, um prazer tê-la aqui conosco, nesta humilde Comissão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Meu Presidente querido, eu não vou dizer que é a mais importante, porque poderíamos deixar algumas outras, mas não há dúvida de que é a fundamental para que nós possamos melhorar o nosso País. A educação é fundamental para melhorar o nosso País, Presidente.

Parabéns a V. Exa. por conduzir com tanta maestria – na verdade, pela sua competência – esta Comissão!

Mas eu queria lhe fazer um pedido aqui – na verdade, o senhor já até os colocou em alguns outros momentos em que eu não estava presente, presencialmente ou por algum problema no sistema de Zoom. Trata-se de três projetos absolutamente simples, que V. Exa. poderá colocar até em votação simbólica, que são de nossa relatoria: um projeto é da Deputada Jandira Feghali, que inscreve o nome da Nise Magalhães no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria; o segundo projeto é da colega Deputada Pollyana Gama, que confere o título de Capital Nacional da Cerâmica de Alta Temperatura à cidade de Cunha, no Estado de São Paulo; e o projeto do colega Senador Kajuru, Presidente, que dispõe sobre a garantia do acervo mínimo de livros às famílias de estudantes da educação básica.

Se V. Exa. pudesse colocá-los extrapauta, e eu leria os três relatórios na sequência, eu ficaria muito grata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – V. Exa. quer que a gente os inclua extrapauta hoje. (*Pausa.*)

Será atendida plenamente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Presidente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Havendo atingido o quórum da votação, peço à Mesa que encerre a votação e declare o resultado. (*Pausa.*)

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – O resultado: 13 votos SIM; NÃO, 0.

Zero abstenção.

O projeto foi aprovado.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Vanderlan Cardoso. É um prazer tê-lo aqui na nossa Comissão.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO. Pela ordem.) – Presidente, bom é ver o senhor sentado aí conduzindo esta Comissão, presidindo esta Comissão.

Sr. Presidente, acabamos de aprovar aqui o Projeto de Lei nº 3.143, de 2021, de minha autoria, que inscreve o nome do General Joaquim Xavier Curado no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília.

A trajetória. Sr. Presidente, a vida e os grandes feitos de Xavier Curado, registrados em sua biografia, são de importância inquestionável para o país.

Natural da cidade de Pirenópolis, no meu Estado de Goiás, partiu em direção ao Rio de Janeiro ainda muito jovem para ingressar na carreira militar aos 21 anos de idade, ofício que exerceu por mais de seis décadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Xavier Curado demonstrou singular dedicação à vida militar desde que ocupava a função de alferes de Infantaria no ano de 1776. Como capitão, teve participação na retomada da Vila do Rio Grande e em sua liberação do domínio espanhol.

Posteriormente, Sr. Presidente, já detentor da patente de tenente-coronel, idealizou e fundou a Academia Militar, que seria a precursora da atual Academia Militar das Agulhas Negras.

Galgando o degrau de coronel em 1800, liderou o Governo de Santa Catarina por cinco anos, também tendo sido reconhecido por sua dedicação ao cargo e ao povo catarinense.

Como general, Xavier Curado participou ativamente das batalhas da chamada Banda Oriental, lançando-se em favor da definição das fronteiras brasileiras nessa campanha. Como Comandante do Exército Pacificador, alcançou memoráveis êxitos e venceu importantes batalhas no sul do país.

No seu retorno ao Rio de Janeiro, Xavier Curado liderou forças favoráveis à emancipação do Brasil em relação à Coroa portuguesa. Por ocasião do conhecido episódio do Fico, prenúncio das lutas pela independência brasileira, o General Curado exerceu um papel fundamental frente ao contingente congregado em torno do ideal da independência.

Joaquim Xavier Curado faleceu aos 87 anos, tendo exercido importantes funções até o final da vida. Por seus méritos, conquistou vários títulos, como o de Barão e Conde de São João de Duas Barras. Entre muitos, recebeu também várias emendas como as medalhas da Campanha do Sul em duas ocasiões distintas. Essas homenagens consolidam a pertinência de se atribuir ao ilustre militar a distinção ora requerida.

No Livro de Heróis e Heroínas da Pátria, constam grandes outros nomes da história brasileira, como Tiradentes, Dom Pedro I, e Zumbi dos Palmares. A inclusão nesse plantel do insigne nome do General Joaquim Xavier Curado contribuirá para o engrandecimento da homenagem ali prestada a expressivas figuras da nossa história.

Considerando a oportunidade do presente projeto de lei, agradeço a acolhida dos meus ilustres pares.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Vanderlan Cardoso. É muito justa essa homenagem que V. Exa. faz. O Senador Izalci Lucas é o Relator e já havia lido na sessão anterior, e hoje apenas nós colocamos em discussão e em votação; mas, na oportunidade, eu fiz referência que era um projeto de autoria de V. Exa., que faz essa homenagem justíssima ao General Joaquim Xavier Curado, inscrevendo seu nome no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos agora ao item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 6030, DE 2019

- Terminativo -

Autoriza a criação da Universidade Federal Indígena de Roraima (UFIRR).

Autoria: Senador Telmário Mota (PROS/RR)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela conversão do projeto em indicação ao Presidente da República, na forma do art. 224, I, do RISF, com alterações na redação do art. 1º do PL 6030/2019.

Observações:

Votação simbólica em virtude da conclusão do relatório.

Relatoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que está em campanha eleitoral na Paraíba, não pôde comparecer e pede à Senadora Eliziane Gama para fazer o relatório *ad hoc.*

Concedo a palavra à nobre Senadora Eliziane Gama, Relatora *ad hoc*.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, primeiramente eu queria lhe agradecer pela nossa indicação para relatar este importantíssimo projeto da Universidade Federal Indígena de Roraima. A educação de povos tradicionais hoje tem uma necessidade premente de investimento no Brasil realmente.

Então, Presidente, eu vou aqui direto à análise, para a gente ganhar tempo.

O Projeto de Lei nº 6.030, de 2019, aborda matéria de natureza educacional e está, portanto, sujeito ao exame da Comissão de Educação, nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal.

Passando à análise do mérito, acreditamos que a criação da nova universidade federal, com sede no Município de Normandia, poderia estimular a ampliação das oportunidades de acesso à educação superior na região norte do Estado de Roraima. A medida vai ao encontro, portanto, da meta do Plano Nacional de Educação de ampliar até 2024 as taxas bruta e líquida de matrículas nesse nível de ensino em relação à população de 18 a 24 anos, para 50% e 30%, respectivamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, por se tratar de universidade indígena, com a reserva de no mínimo 50% de suas vagas para estudantes autodeclarados indígenas, a criação da Universidade Federal Indígena estaria consente com as estratégias 12.5 e 12.13 do Plano Nacional de Educação, segundo as quais devem ser ampliadas as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes indígenas, inclusive com expansão do atendimento específico para essas populações, em relação a acesso, permanência, conclusão e formação de profissionais.

Ocorre que, nos termos do art. 61, §1°, II, da Constituição Federal, as leis que disponham sobre a criação e a extinção de órgãos da administração pública, como é o caso das universidades federais, são de iniciativa privativa do Presidente da República. Igualmente é o caso da iniciativa de projetos de lei de criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica. Conforme o art. 84, VI, "a", também compete privativamente ao Chefe do Poder Executivo dispor, mediante decreto, sobre a organização e funcionamento da administração federal quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.

Observa-se, assim, que, apesar de meritória, a proposição em análise padece de vício insanável de inconstitucionalidade. Caso a proposição viesse a ser aprovada, nem mesmo a sanção do Presidente da República poderia elidir esse vício, conforme entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal em diversos julgados.

Outrossim, tendo em vista a importância da matéria e os benefícios que a criação da UFIRR nos termos ora aventados poderá trazer para a sociedade, entendemos que a melhor solução é concluir o parecer por indicação, diretamente ao Poder Executivo.

Diante do exposto, Presidente, o voto é pela conversão em indicação do Projeto de Lei n° 6.030, de 2019, de autoria do Senador Telmário Mota, nos seguintes termos:

> INDICAÇÃO N° , DE 2021
> Sugere ao Presidente da República a apresentação de Projeto de Lei para criar a Universidade Federal Indígena de Roraima (UFIRR).
> Sugerimos ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, nos termos do art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), com a redação dada pela Resolução n° 14, de 23 de setembro de 2019, a apresentação, de iniciativa de Vossa Excelência, de projeto de lei que crie a Universidade Federal Indígena de Roraima (UFIRR).
> Acompanha a presente indicação a seguinte sugestão de texto legislativo, que constituiu o Projeto de Lei n° 6.030, de 2019, de autoria do Senador Telmário Mota, com as alterações desta Comissão na redação do seu art. 1°:
> Minuta
> PROJETO DE LEI N° , DE 2021
> Cria a Universidade Federal Indígena de Roraima (UFIRR).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 1° Fica criada a Universidade Federal Indígena de Roraima (UFIRR).

.....

Art. 9° A UFIRR encaminhará ao Ministério da Educação proposta de estatuto para aprovação pelas instâncias competentes, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de provimento dos cargos de Reitor e Vice-Reitor *pro tempore*.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo a contribuição de V. Exa., nós colocamos, então, a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria mais discuti-la, declaro encerrada a discussão e submeto o relatório à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, pela conversão do projeto em indicação ao Sr. Presidente da República, na forma do art. 222, inciso I, do Regimento Interno, com alterações da redação do art. 1° do PL 6.030, de 2019.

Vamos ao próximo item da pauta, item 8.

ITEM 8

PROJETO DE LEI N° 5026, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei n° 12.852, de 5 de agosto de 2013, para tornar obrigatória a divulgação do Estatuto da Juventude e para instituir a Semana Nacional do Estatuto da Juventude.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação do projeto e da emenda n° 1-CDH, com uma emenda de redação que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao projeto, com a emenda nº 1-CDH.

Iniciativa, Deputada Federal Luizianne Lins.

Concedo a palavra à Senadora Eliziane Gama, Relatora *ad hoc*, para fazer a leitura do seu relatório.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, para a gente ganhar tempo, vou direto à análise.

De acordo com o art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre matérias que versem sobre normas gerais da educação, instituições educativas e outros temas correlatos, como é o caso da proposição em análise.

Segundo o art. 24, inciso XV, da Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção à infância e à juventude, cabendo ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre o tema. Além disso, não se constata a ocorrência na proposição de matéria de iniciativa reservada ao Presidente da República, conforme dispõem os arts. 61 e 84 da Constituição Federal.

Igualmente, nenhum óbice de inconstitucionalidade material e de injuridicidade afeta o acolhimento do projeto.

No que toca ao mérito, não resta dúvida de que é fundamental que se estimule a difusão do Estatuto da Juventude, como meio de informar os jovens sobre os seus direitos. Ademais, essa difusão, bem como a criação da Semana Nacional do Estatuto da Juventude, favorecerá a reflexão e o debate sobre a matéria, o que pode contribuir para que políticas públicas mais eficazes sejam adotadas em prol da população jovem.

Por sua vez, a incumbência dada pelo projeto de lei aos estabelecimentos de ensino também é de relevância indiscutível, em decorrência não apenas da função pedagógica dessas instituições, mas também do fato de que o corpo discente é majoritariamente formado por jovens ou indivíduos que têm a juventude pela frente. Ademais, constitui tarefa simples e praticamente sem ônus financeiro a colocação do texto integral do Estatuto da Juventude, em meios impressos ou eletrônicos, à disposição da comunidade escolar, em local visível e de fácil acesso.

Concordamos com o reparo da Comissão de Direitos Humanos quanto à necessidade de prazo razoável para que as medidas previstas pelo projeto sejam adotadas, após a publicação da lei sugerida.

Contudo, fazemos outro pequeno reparo à proposição, de natureza formal, mas de pertinência simbólica e de coerência redacional. Se existirá uma Semana Nacional do Estatuto da Juventude, sua previsão deve constar do Estatuto da Juventude e não constituir norma avulsa, como sugere o projeto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lei. Além disso, essa mudança torna mais coerente o texto da ementa do projeto, que enuncia a criação da mencionada semana comemorativa mediante alteração da Lei nº 12.852, de 2013, o que o texto do projeto de lei não faz.

Acrescentamos, ainda, que esse ajuste torna a proposição mais adequada aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Ademais, promovemos na mesma emenda outra alteração de mera redação no art. 3º para acrescentar a expressão "de cada ano", a ressaltar a periodicidade anual da semana ali instituída.

Em suma, julgamos que as medidas sugeridas pelo projeto de lei em exame devem ser acolhidas por este Colegiado.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.026, de 2019, bem como da Emenda nº 1-CDH e da emenda de redação apresentada a seguir.

> EMENDA Nº -CE (redação)
> Dê-se a seguinte redação ao art. 3º do Projeto de Lei nº 5.026, de 2019:
> "Art. 3º A Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, passa a vigorar acrescida do seguinte art.47-A:
> 'Art. 47-A. Fica instituída a primeira semana do mês de agosto de cada ano como Semana Nacional do Estatuto da Juventude.'"

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo a contribuição de V. Exa., colocamos em discussão o relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, eu declaro encerro a discussão e submeto à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto e às Emendas nº 1, da Comissão de Direitos Humanos, e nº 2, da Comissão de Educação.

A matéria vai ao Plenário.

Vamos ao item 9 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 4483, DE 2019

- Não terminativo -

Dispõe sobre conteúdos curriculares da formação do pedagogo para atuação direcionada a estudantes em situação de restrição de locomoção.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Roberto Rocha

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta.

Designo o Senador Flávio Arns Relator *ad hoc* da matéria.

Com a palavra o nobre Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Agradeço ao Sr. Presidente.

Quero dizer que o Deputado Gastão Vieira, autor do projeto, é uma pessoa muito ligada à educação e que o Senador Roberto Rocha me solicitou para servir como Relator *ad hoc*.

O relatório está distribuído.

Passo, então, à análise do mérito, considerando que existe juridicidade, constitucionalidade e regimentalidade em relação ao projeto.

O art. 208, inciso I, da Constituição Federal, determina a obrigatoriedade e a gratuidade da educação básica dos quatro aos dezessete anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria. Essa norma é encontrada no art. 4º, inciso I, da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como LDB.

Consoante indicado, o PL em tela destaca duas situações de restrição de locomoção: a de estudantes hospitalizados e a de adolescentes internados por ato infracional.

Em relação à primeira situação, cabe destacar mudanças recentes na LDB, por meio da Lei 13.716, de 2018, que assegura atendimento educacional ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, de acordo com regulamento do respectivo sistema de ensino.

Já em relação à segunda situação, como lembrado na justificação do projeto, o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) determina o direito dos adolescentes em regime de privação de liberdade à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escolarização e à profissionalização, bem como a obrigação de sua oferta pelas entidades que desenvolvem programas de internação.

O projeto em tela omite, entretanto, outra importante situação que também se enquadra na ideia de restrição de locomoção: aquela dos condenados ao cumprimento de pena privativa de liberdade, e dos internados, nos termos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, a Lei de Execução Penal. Com efeito, a Lei de Execução Penal garante a essas pessoas assistência educacional, que compreende a instrução escolar e a formação profissional. Embora os termos da Lei de Execução Penal não tenham sido integralmente atualizados à ordem constitucional vigente, prevalece o direito de presos e internados ao acesso ao ensino fundamental e também ao ensino médio.

A necessidade de que existam profissionais bem preparados para trabalhar com estudantes nas situações aventadas – de hospitalização ou privação de liberdade, em cumprimento de pena ou em internação, nos termos do ECA ou da Lei de Execução Penal, conforme o caso –, confere ainda maior relevância à iniciativa em análise.

Contudo, o projeto precisa de reparos. O primeiro consiste em adequá-lo aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. Segundo o art. 7º, inciso IV, desse documento legal, o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa. O projeto em exame dispõe sobre norma geral da educação nacional. Portanto, seu conteúdo não deve constituir lei avulsa, mas estar inscrito na LDB.

Outra questão a ser reparada reside na exemplificação das situações de restrição de locomoção, que, como visto, omite os casos previstos na Lei de Execução Penal relativos aos condenados e aos internados (para tratamento psiquiátrico). Ademais, o projeto faz menção a pena para inimputável: o adolescente que comete ato infracional não é sujeito a pena, mas a medidas socioeducativas, entre as quais a internação, nos termos do ECA.

Cumpre acrescentar ainda que o uso na lei da terminologia restrição de locomoção nos parece inadequado, pois poderia abranger outras situações nas quais não existe preceito legal de oferta de serviços educacionais. Desse modo, é preferível evitar a expressão.

Também não procede a determinação em lei de componentes curriculares de curso de nível superior. Trata-se de medida desconhecida pela LDB, que apenas acolheu a disposição da Lei nº 9.131, de 1995, que determina que a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação tem a atribuição de deliberar sobre as diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação, para os cursos de graduação.

Igualmente, não há razão para limitar a qualificação preconizada aos cursos de pedagogia. Todos os profissionais do Magistério que venham a atuar com estudantes que não possam frequentar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estabelecimentos regulares de ensino precisam dessa qualificação, sem prejuízo de que as instituições de educação superior, conforme a discricionariedade que lhes confere a legislação, ofereçam cursos específicos ou com maior carga curricular voltados para o trabalho com as categorias de estudantes em foco, decerto sem que se crie a expectativa de que a formação específica implique reserva de mercado profissional.

Deve-se entender, ainda, que essa qualificação, a ser regulamentada pelos sistemas de ensino, em nada obsta o uso dos recursos da educação a distância, tão amplamente difundidos para alunos em diversas situações de aprendizagem.

Em conclusão, com o objetivo de acolher o louvável mérito educacional da proposição, elaboramos substitutivo que faz os reparos apontados.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.483, de 2019 (PL nº 1.077, de 2003, na origem), na forma do substitutivo apresentado a seguir.

> EMENDA Nº – CE (SUBSTITUTIVO)
> PROJETO DE LEI Nº 4.483, DE 2019
> Insere o art. 65-A na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a qualificação dos profissionais do magistério para atuar com estudantes internados para tratamento de saúde ou sujeitos à privação de liberdade, nas situações que especifica.
> O Congresso Nacional decreta:
> Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 65-A:
> "Art. 65-A. Observadas as exigências de formação dispostas nos arts. 62 e 64, o atendimento educacional a estudantes internados para tratamento de saúde, conforme o art. 4º-A, ou sujeitos à privação de liberdade, por condenação ou internação, nos termos, respectivamente, da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, e da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1991, será feito por profissionais qualificados para as especificidades dos discentes nessas situações, conforme o regulamento".
> Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o parecer do Senador Roberto Rocha, que me incumbiu de ser o Relator *ad hoc*.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo a contribuição valiosa do nobre Senador Flávio Arns, submetemos a matéria à discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discuti-la, submeto à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1 (Substitutivo).

A matéria vai ao Plenário.

Vamos ao item 10 da pauta, de que é Relator o Senador Styvenson Valentim.

Eu procuro saber se o Senador está... O.k., o Senador está a postos.

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 6.568, DE 2019 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, DE 2008)

- Não terminativo -

Altera o inciso IX do art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a garantia de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos adequados à idade e às necessidades específicas de cada aluno.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Pela aprovação do projeto, com duas emendas de redação que apresenta.

Concedo, então, a palavra ao nobre Senador Styvenson Valentim para a leitura do seu relatório.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Perfeito, Sr. Presidente.

Bom dia, Sras. Senadoras, Srs. Senadores e todos que nos assistem.

Como o senhor já fez uma síntese do que é o projeto, então parto para a análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No último dia 13 de agosto, a proposição que ora examinamos completou 13 anos de tramitação no Congresso Nacional. Se o projeto tratasse de uma solução tecnológica, por exemplo, seria muito provável que a medida proposta estivesse já obsoleta, tendo a sua aprovação perdido oportunidade e sentido.

Ocorre que estamos a tratar de uma medida de qualificação da educação, que deve beneficiar cada brasileiro. Cuida-se de um projeto com uma diretriz simples, direta e perfeitamente harmonizável com a LDB. Daí surge a reflexão inevitável: o ideal seria que esse projeto não fizesse mais sentido em nossa realidade. Mas, infelizmente, não é assim.

No período de tramitação do PLS nº 305, de 2008, concluímos um Plano Nacional de Educação (2001-2011) e, mesmo com um atraso de mais de três anos, começamos a executar um novo (2014-2024).

E sempre com a expectativa e o sonho de melhorar a qualidade do nosso ensino, meta que não prescinde da implantação de uma infraestrutura que, evidentemente, inclui instalações minimamente compatíveis com as necessidades de nossas crianças, o cerne da proposição.

Com essas breves ponderações, cumpre-nos tão somente reafirmar o que restou reiteradamente entendido durante a discussão do projeto: não há quaisquer óbices, obstáculo nenhum de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade à tramitação da matéria.

No que concerne ao mérito, o projeto remanesce oportuno e relevante do ponto de vista educacional, para o que contribuíram, certamente, os aprimoramentos oferecidos pela Câmara dos Deputados para a melhoria do conteúdo normativo a ser incorporado à LDB, sobretudo no tocante aos aspectos de clareza e concisão.

Nesse ponto é forçoso chamar atenção apenas para alguns equívocos de técnica legislativa, sobretudo redundâncias, repetições e detalhamentos dispensáveis de nomeação de dispositivos que poderiam ser eliminados pelos próprios comandos da lei, sem qualquer prejuízo para o conteúdo material do projeto.

Por isso mesmo, as correções a essas faltas podem ser efetuadas por meio de emendas de redação, as quais são apresentadas no voto a seguir, deixando-se explícito que não se está fazendo qualquer alteração no texto do substitutivo da Câmara aprovado por aquela Casa.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.568, de 2019, com as seguintes emendas de redação:

> Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a garantia de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos adequados à idade e às necessidades específicas de cada aluno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Art. 1° O art. 4° da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:
'Art. 4° .....
.....
IX – padrões mínimos de qualidade do ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem adequados à idade e às necessidades específicas de cada estudante, inclusive mediante a provisão mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos apropriados;
.....' (NR)"

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo o relatório do Senador Styvenson Valentim, submeto a matéria à discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão e submeto à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto e às Emendas n°s 1 e 2, da Comissão de Educação.

A matéria vai ao Plenário.

Há alguns projetos aqui extrapauta, por solicitação da nobre Senadora Eliziane Gama.

EXTRAPAUTA

ITEM 15

PROJETO DE LEI N° 6566, DE 2019

Inscreve o nome de Nise Magalhães da Silveira no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Eliziane Gama

Relatório: Pela aprovação.

Iniciativa da Deputada Federal Jandira Feghali.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra à nobre Senadora Eliziane Gama para a leitura do seu relatório.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, como o relatório já está publicado, eu vou fazer o resumo do relatório para a gente ganhar tempo.

Pioneira da terapia ocupacional, a alagoana Nise Magalhães da Silveira mudou os rumos dos tratamentos psiquiátricos no Brasil. Filha de uma pianista e um professor de Matemática, ela se rebelou contra os métodos agressivos aplicados em pacientes com transtornos mentais, como o eletrochoque e o confinamento. A psiquiatra nasceu em 1905 e morreu aos 94 anos.

Um dos tratamentos desenvolvidos por Silveira foi a expressão dos sentimentos pelas artes, especialmente em pinturas. A produção artística de alguns pacientes ganhou reconhecimento pela qualidade estética, além de ter demonstrado resultados positivos na recuperação. As obras estão expostas no Museu de Imagens do Inconsciente, inaugurado em 1952 por ela no Rio de Janeiro, cinco anos após fundar a Seção de Terapêutica Ocupacional e Reabilitação no centro onde trabalhava. Elas já haviam ganhado notoriedade ao serem expostas no Museu de Arte Moderna de São Paulo e na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. A instituição Casa das Palmeiras, criada por Nise em 1956 e focada em reabilitar sem internação, também investiu no processo criativo e afetivo dos pacientes.

Além da arte, o contato com cães e gatos também foi um dos tratamentos introduzidos por ela no Brasil. Os pacientes podiam cuidar dos animais que estavam nos espaços abertos do centro, estabelecendo vínculos afetivos.

Não há dúvida, pois, que a homenagem ora proposta é justa e meritória. Inscrever o nome de Nise Magalhães da Silveira no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria é um ato nobre de reconhecimento dessa corajosa médica, que dedicou sua vida a transformar uma realidade de confinamento.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.566, de 2019, Presidente.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senadora.

Eu me associo ao relatório de V. Exa., porque realmente a Dra. Nise da Silveira revolucionou no sentido da humanização do tratamento psiquiátrico.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão e submeto à votação.

As Sras. e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Item 16, também por solicitação da nobre Senadora Eliziane Gama, estamos introduzindo aqui extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2018

Confere o título de Capital Nacional da Cerâmica de Alta Temperatura à cidade de Cunha, no Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Eliziane Gama

Relatório: Pela aprovação.

Iniciativa da Deputada Federal Pollyana Gama.

Concedo a palavra à nobre Senadora Eliziane Gama para a leitura do seu relatório.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, vou direto aqui também à análise, para ganhar tempo.

Cunha é, atualmente, um dos mais importantes centros de cerâmica artística da América Latina, com 17 ateliês agrupados na "Cunha Cerâmica", associação local de ceramistas.

Esses ateliês constituem importante atração turística da cidade, atraindo para Cunha inúmeros visitantes e contribuindo para o título, hoje ainda simbólico, de "Capital Nacional da Cerâmica".

Portanto, Presidente, uma iniciativa realmente de título muito meritória por parte da querida Pollyana Gama.

Vamos então direto ao voto.

O voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2018.

Esse é o voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo a contribuição da nobre Senadora Eliziane Gama, submeto a matéria à discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão e a submeto à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O relatório foi aprovado e passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Vamos ao item 17, também extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 17

PROJETO DE LEI Nº 3471, DE 2019

Dispõe sobre a garantia de acervo mínimo de livros às famílias de estudantes da educação básica.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

Relatoria: Senadora Eliziane Gama

Relatório: Pela conversão do projeto em indicação ao Ministério da Educação, na forma do art. 224, I, do RISF.

Observações:

Votação simbólica em virtude da conclusão do relatório.

Não terminativo.

Relatório pela aprovação do projeto em indicação ao Presidente da República, na forma do art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra à nobre Senadora Eliziane Gama, para a leitura do seu relatório.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, esse é um projeto muito importante do Senador Kajuru junto à consultoria técnica da Casa.

A gente viu, na verdade, a possibilidade de alguns pontos, na verdade, inconstitucionais. Então, em vez de a gente rejeitar a matéria, por entendê-la muito meritória, nós transformamos o projeto, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

verdade, em uma indicação. Mas vou ler aqui a análise, para a compreensão dos que estão nos acompanhando.

Conforme o art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Educação opinar sobre proposições que envolvam matéria de natureza educacional. Nesses termos, considerando que o PL n° 3.471, de 2019, contempla norma educacional de caráter geral, tem-se como observada, nesta manifestação, a competência regimentalmente atribuída a este Colegiado. Em adição, por envolver decisão terminativa, prevista no art. 91, do Risf, deveria esta Comissão se pronunciar quanto aos aspectos de constitucionalidade e juridicidade da proposta.

No que tange ao exame de constitucionalidade, não se verifica, do ponto de vista formal, qualquer questionamento à iniciativa. A proposição envolve, por força do disposto no art. 24, inciso IX, da Constituição Federal, matéria afeta à competência legislativa da União, não reservada ao Executivo pelo art. 61 da mesma Carta e sobre a qual o Congresso Nacional está legitimado a dispor, na forma do art. 48.

É forçoso consignar, contudo, a impossibilidade de confirmar esse entendimento quando se transpõe a análise da proposição para suas consequências práticas, notadamente quando se enfoca o seu impacto orçamentário.

A esse respeito, observe-se que o Novo Regime Fiscal objeto da Emenda Constitucional n° 95, de 2016, alçou parte das disposições da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) e da própria LDO à hierarquia de comando constitucional, a teor do disposto no art. 113 acrescido ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

De acordo com o citado dispositivo, a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro. Do contrário, a tramitação da proposição poderá ser suspensa, conforme disposto no art. 114 do ADCT.

No caso concreto, o autor e o Parlamento ficam completamente à mercê da vontade do Poder Executivo em fornecer parte expressiva desses elementos, que vão desde estimativas do comportamento da matrícula à quantificação de famílias com filhos na educação básica pública. Não bastasse isso, há ainda a própria questão do preço dos livros e suas variações em decorrência das negociações empreendidas para a aquisição, o que ocorre seguramente, no âmbito da esfera executiva. Ora, considerando que tais limitações materiais do Poder Legislativo para reunir os elementos minimamente necessários à elaboração desse tipo de estimativa não são de fácil superação, está-se diante de uma exigência ou requisito praticamente intransponível.

Por essa razão, nosso entendimento é de que, se à ocasião de apreciação da matéria este Poder concluir pela existência de mérito, não vemos sentido em manter a tramitação do projeto suspensa de forma indefinida, conforme estatuiu o legislador com a inserção do art. 114 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, até porque o projeto deve ter fundamento em alguma situação da realidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que reclame intervenção, não raro, imediata. Muito mais justo, a nosso ver, em casos como este, visando a um deslinde mais célere, parece-nos ser o caso de declarar a constatação de vício, de fundamento constitucional, que, na prática, mostra-se insanável.

Nesses termos, pode-se aplicar a solução indicada a partir da combinação dos arts. 133 e 227-A do Risf, que permite a conversão de projeto de lei com vício insanável em indicação. Dessa forma, a providência reclamada pode chegar em tempo hábil ao Poder Executivo, a quem caberá, em todo caso, única e exclusivamente, a deliberação acerca da oportunidade e conveniência de implementação da medida proposta.

Com efeito, passando à análise de mérito, constata-se que a realidade educacional do país justifica a adoção de medidas como a determinada pelo projeto. Como se tem visto, nossos estudantes mais jovens até vêm melhorando o desempenho em exames nacionais de proficiência em língua portuguesa e matemática, consoante dados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Todavia, os resultados relativos ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) atinentes ao ensino médio, assim como os obtidos por nossos estudantes de 15 anos de idade participantes do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA, em inglês), em particular, são pífios, inaceitáveis.

O desempenho insatisfatório de nossos estudantes nessas avaliações pode ser atribuído, pelo menos em parte, a deficiências significativas de leitura. Sem habilidades nesse campo, nossos estudantes apresentam dificuldades de compreensão textual, do que decorrem, em cadeia, problemas para a elaboração do pensamento, a assimilação de conceitos e compreensão de situações nos mais diversos campos do conhecimento, assim como o desenvolvimento do raciocínio matemático.

Portanto, sob a ótica educacional, a proposta de dotar as famílias de recursos de acesso ao mundo do conhecimento é bastante oportuna. É em casa, não raro, que o estudante desenvolve seus hábitos de estudos, aprimora o seu gosto pela leitura e define, se contar com uma literatura razoável em quantidade e qualidade, os passos a seguir na vida, como pessoa e como profissional.

De fato, um lar que conte com um acervo mínimo de recursos educativos, tais como jogos, suporte de músicas de qualidade e, principalmente, bons livros, propicia o exercício de atividades conducentes ao desenvolvimento da pessoa, em todos os seus aspectos. Nesse diapasão, a disponibilidade de tal acervo de obras diretamente à família revela-se um apoio pedagógico da maior relevância ao processo de escolarização, cujo sucesso é de interesse de toda a sociedade.

Nesses termos, não havendo qualquer dúvida quanto ao mérito, cumpre retomar o encaminhamento a ser dado a esta proposição, cujo desfecho pode já se dar na própria esfera do Senado Federal.

Conforme já mencionado, o art. 227-A do Risf estabelece, a partir da combinação de seu *caput* com o inciso II, que a proposição na qual for verificado vício insanável de iniciativa poderá ser convertida em indicação mediante conclusão do parecer da comissão incumbida de analisar a sua constitucionalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De nossa parte, essa disposição do Risf, que, a propósito, encontra-se em fase de experimentação por ser uma novidade da Resolução nº 14, de 2019, afigura-se respeitosa ao princípio constitucional da separação dos Poderes. Ademais, mostra-se congruente com princípio da economia processual, cuja aplicação tende a imprimir agilidade na execução das políticas públicas ao instar a realização de determinado mister que detenha a prerrogativa e os meios adequados para tanto.

Por essas razões, sem qualquer demérito ao projeto, mas, muito pelo contrário, pela relevância nele encontrada, inclusive como fomento ao mercado editorial, tema que não nos cabia analisar no escopo dessa manifestação, entendemos que a melhor forma de assegurar à proposição o merecido andamento é pela via de sua transformação em indicação, na forma regimentalmente prevista.

Por uma questão de adequação, adotamos na indicação a ser encaminhada ao Ministro da Educação a linha mestra do projeto de lei com remissão à necessidade de incorporação da inovação dos programas de distribuição de livros didáticos que são executados pela União.

Por fim, cabe registrar que o §2º do citado art. 133 do Risf confere a este relatório, em caso de sua aprovação, a condição de justificação da nova proposição a ser encaminhada ao Poder Executivo.

Em vista do exposto, nosso voto em face do Projeto nº 3.471, de 2019, é pela apresentação de indicação, Presidente, ao Presidente da República.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo à nobre Senadora Eliziane Gama pelo relatório, submetemos a matéria à discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão e o submeto à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão pela conversão do projeto em indicação para o Senhor Presidente da República, na forma do art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria vai ao Plenário.

E, por fim, por último, o item 14.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 8, DE 2022

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2o, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 43/2021 - CE seja incluído como convidado o Doutor Ricardo Albuquerque, Representante da CONFENEN.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Autoria também do Senador Marcelo Castro.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

O requerimento foi, então, aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e dezoito minutos do dia vinte e quatro de março de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Carlos Viana, Rose de Freitas, Dário Berger, Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Daniella Ribeiro, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Flávio Arns, Styvenson Valentim, Carlos Portinho, Roberto Rocha, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Jorginho Mello, Wellington Fagundes, Romário, Zenaide Maia, Paulo Paim, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Leila Barros, Fabiano Contarato, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Mailza Gomes, Kátia Abreu, Alvaro Dias, Maria do Carmo Alves, Fernando Collor e Cid Gomes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2486, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física e cria o Conselho Federal de Educação Física e os Conselhos Regionais de Educação Física." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e pela rejeição da emenda nº 1. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 341, de 2019 - Terminativo -** que: "Denomina Aeroporto de Angra dos Reis/Rio de Janeiro – Carmelo Jordão o aeroporto situado no Município de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado nos termos do relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2752, de 2019 - Terminativo -** que: "Denomina o Túnel que faz a divisa dos municípios de Mairiporã e São Paulo, na Rodovia Fernão Dias (BR 381), de Túnel da Mata Fria Salatiel Pereira do Valle." **Autoria:** Senador Major Olimpio (PSL/SP). **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado nos termos do relatório. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4688, de 2019 - Terminativo -** que: "Denomina "Ponte Paulo Nunes Leal", a nova travessia sobre o Rio Madeira, na BR-364, do km 937,6 ao km 938,8, em Abunã, Distrito de Porto Velho - RO." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (DEM/RO). **Relatoria:** Senadora Mailza Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 209, de 2017 - Terminativo -** que: "Denomina Rodovia Deputado Themístocles Sampaio o trecho da rodovia BR-222 compreendido no Estado do Piauí." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senadora Mailza Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2493, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, para definir mecanismos que possibilitem a continuidade de estudos e a formação acadêmica de atletas de alto desempenho." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado nos termos do relatório. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2225, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente),

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para prever a prioridade na matrícula em creches para crianças em situação de violência doméstica, enquanto perdurar a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) declarada em decorrência da pandemia causada pelo coronavírus SARS-CoV-2." **Autoria:** Senadora Nilda Gondim (MDB/PB). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado nos termos do relatório. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3465, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a redação dos arts. 32 e 35-A da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para inserir novos conteúdos obrigatórios nos currículos dos ensinos fundamental e médio." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates (*Ad hoc*), substituiu Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado nos termos do relatório. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 6555, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Denomina Viaduto Ademir Barros o novo viaduto localizado no Km 102 da rodovia BR-040, na entrada do Distrito de Xerém, Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 89, de 2011 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências, para prorrogar a validade da norma e alterar o limite de dedução relativo à pessoa jurídica." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n° 278, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, para estender sua duração por mais dez anos, aumentar o total de dedução do imposto devido e aumentar exigências para proponentes e beneficiários." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n° 605, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Amplia os incentivos fiscais para fomentar atividades de caráter desportivo." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 89/2011, nos termos do substitutivo que apresenta, e pela rejeição dos PLS nº 278/2015 e 605/2015. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 4, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Institui a Semana Nacional da Valorização e Promoção dos Autodefensores das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes), a ser celebrada anualmente na segunda semana de julho." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 6473, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências, para dispor sobre a publicidade dos trabalhos acadêmicos de conclusão de curso na educação superior." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 5108, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para estabelecer o compromisso da educação básica com a formação do leitor e o estímulo à leitura." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 4, de 2022** que: "Requer o convite do Senhor Mário Luís Frias, Secretário Especial de Cultura, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre gastos exorbitantes em suas viagens e de sua equipe." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 5, de 2022** que: "Requer a inclusão das seguintes convidadas na Audiência proposta pelo REQ 2/2022, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instruir o PLC 158/2017: Doutora Paula Fabiani, CEO do IDIS - Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social e Doutora Priscila Pasqualin, Sócia do PLKC Advogados" **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 9, de 2022** que: "Requer, nos termos dos arts. 50, caput , e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Milton Ribeiro, Ministro da Educação do Brasil, a comparecer a esta Comissão, a fim de que preste as informações devidas sobre o aparente beneficiamento indevido na destinação de verbas públicas afetas ao Ministério da Educação." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Aprovado o requerimento com a alteração de "convocação" para convite. **ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 11, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2o, V, da Constituição Federal e do art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, a presença dos seguintes Senhores para oitiva a título de depoimento para prestação de esclarecimentos sobre o aparente beneficiamento indevido na destinação de verbas públicas afetas ao Ministério da Educação: Sr. Marcelo Lopes da Ponte, presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Sr. Gilmar Silva dos Santos, presidente da Convenção Nacional de Igrejas e Ministros das Assembleias de Deus no Brasil; Sr. Arilton Moura, assessor de Assuntos Políticos da Convenção Nacional de Igrejas e Ministros das Assembleias de Deus no Brasil; Prefeito de Rosário (MA), Sr. Calvet Filho; Prefeito de Anajatuba (MA), Sr. Helder Aragão; Prefeito de Centro Novo (MA), Sr. Junior Garimpeiro; e Prefeita de Bom Lugar (MA), Sra. Marlene Miranda." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Aprovado, com a inclusão dos seguintes convidados: Gilberto Braga, Prefeito de Luís Domingos - MA; e Kelton Pinheiro, Prefeito de Bonfinópolis - GO. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 12, de 2022** que: "Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90,III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Milton Ribeiro, Ministro da Educação, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre áudio veiculado por veículos da imprensa nacional no qual afirma priorizar, a pedido do Presidente da República, a destinação de recursos do FNDEa municípios administrados por prefeitos vinculados aos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura, em detrimento dos princípios que norteiam a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** Aprovado o requerimento com a alteração de "convocação" para convite. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/03/24

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião se destina à deliberação dos itens de 1 a 17.

Ficam retirados de pauta os itens 8 e 10 a pedido das Relatoras.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 3465, DE 2019

- Terminativo -

Altera a redação dos arts. 32 e 35-A da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para inserir novos conteúdos obrigatórios nos currículos dos ensinos fundamental e médio.

Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR)

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 10

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, DE 2011

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências, para prorrogar a validade da norma e alterar o limite de dedução relativo à pessoa jurídica.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 278, DE 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, para estender sua duração por mais dez anos, aumentar o total de dedução do imposto devido e aumentar exigências para proponentes e beneficiários.

Autoria: Senador Romário (PSB/RJ)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 605, DE 2015

- Não terminativo -

Amplia os incentivos fiscais para fomentar atividades de caráter desportivo.

Autoria: Senador Roberto Rocha (PSB/MA)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 89/2011, nos termos do substitutivo que apresenta, e pela rejeição dos PLS nº 278/2015 e 605/2015

Observações:

1) A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, em decisão terminativa;

2) Em 23/03/2022, foi recebido novo relatório.)

A Presidência comunica que recebeu o Ofício nº 410, do MEC, que comunica a disponibilidade do Ministro de Estado da Educação, Milton Ribeiro, para comparecer a esta Comissão a fim de esclarecer acontecimentos relacionados àquele ministério.

Diante dos fatos ocorridos recentemente com o áudio que vazou do Ministro Milton Ribeiro, ontem eu recebi um telefonema do Ministro se prontificando a vir à Comissão na hora e no dia que a Comissão se dispusesse a ouvi-lo. E, ao chegar agora pela manhã, recebi aqui da assessoria, da Secretaria da Comissão, um ofício do Ministro, enviado às 4h20 do dia de hoje. O ofício dirigido a mim diz o seguinte:

> Sr. Presidente, cumprimentando-o cordialmente, levando em consideração os últimos acontecimentos envolvendo assuntos relacionados a este ministério, coloco-me à disposição dessa Comissão para prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Atenciosamente, Ministro Milton Ribeiro.

Comunico ainda que recebemos o Aviso 233, de 2022, do TCU, que cuida de relatório de auditoria de natureza operacional realizada com o objetivo de conhecer e avaliar as políticas públicas de estratégia digital destinadas à qualidade da educação básica brasileira com enfoque especial na formação e capacitação dos alunos para o mundo digital, bem como na infraestrutura e acesso às tecnologias de informação e comunicação. O documento encontra-se disponível por 15 dias para consulta no *site* da Comissão.

Passamos aos itens da pauta.

Quero saber se o Senador Carlos Portinho está *online* aí, se está disponível para fazer o relatório do item 2. Senador Carlos Portinho... (*Pausa.*)

No item 1, o Relator é o Senador Romário, que não está presente. E há dois Senadores... Carlos Portinho também não está...

Vamos para o item 11, que vejo que está presente aí o Senador Flávio Arns e é o Projeto de Lei nº 4, de 2020.

Está tudo bem, Senador Flávio Arns? Podemos...? (*Pausa.*)

Ótimo!

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 4, DE 2020

- Não terminativo -

Institui a Semana Nacional da Valorização e Promoção dos Autodefensores das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes), a ser celebrada anualmente na segunda semana de julho.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta.

A iniciativa é da Deputada Federal Carmen Zanotto.

Passo, assim, a palavra ao nobre Senador Flávio Arns para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Agradeço ao Sr. Presidente. Quero cumprimentá-lo, em primeiro lugar, e dizer que, inclusive, realizamos audiência pública na Comissão de Educação com a participação de federações, de associações, mas com a presença das pessoas com deficiência.

Então, passamos à análise diretamente.

Nos termos do disposto pelo inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre a instituição de datas comemorativas, a exemplo da que nós estamos analisando.

O movimento das pessoas com deficiência intelectual recebeu, ao ser organizado, o nome de *self advocacy*, o qual pode ser literalmente traduzido por "advocacia de si próprio", ou seja, autoadvocacia, remetendo àquele que advoga seus próprios direitos e defende suas próprias ideias.

O movimento de autoadvocacia de pessoas com deficiência intelectual teve início na Suécia, na década de 1960. Na ocasião, um grupo de pessoas com deficiência intelectual recebeu apoio na iniciativa de organizar e gerenciar seus próprios grupos de lazer. Para isso, foram oferecidos cursos a fim de orientar essas pessoas em como tomar suas próprias decisões.

No trabalho de autoadvocacia, as pessoas com deficiência intelectual conseguem ganhar aquilo de que mais necessitam: o respeito como seres humanos. Longe do assistencialismo, do paternalismo, da infantilização, essas pessoas querem ser vistas como adultos que podem – e devem – defender seus diretos e ter seus deveres no dia a dia como qualquer outra pessoa.

No Brasil, o movimento de autoadvocacia vem sendo organizado e estimulado pelas APAEs, instituições tradicionais no trabalho com pessoas com deficiência intelectual. Convictas de que a participação social é fundamental para um desenvolvimento completo, as APAEs organizaram-se para, com base nos princípios da autoadvocacia, delinear o movimento – agora denominado autodefensoria.

O primeiro passo foi dado durante o 9º Congresso Mundial da Liga Internacional das Associações para Deficiência Mental, realizado no Rio de Janeiro, em agosto de 1986, quando ocorreu um congresso paralelo, do qual participaram mais de 150 pessoas com deficiência intelectual.

A partir dessa experiência, foram realizados vários eventos estaduais, até que, durante o 20º Congresso da Federação Nacional das APAEs em Fortaleza, Ceará, foi enfim celebrado o 1º Fórum de Autodefensores. Isso 20 anos atrás. A data indicada na proposição ora analisada para a comemoração da efeméride alude à realização desse evento, no dia 10 de julho de 2001.

A pessoa com deficiência intelectual, caso não seja ouvida ou sequer levada a sério, pode ficar delegada a uma situação de dependência que, longe de ser positiva, permite a infantilização e transforma homens e mulheres em eternas crianças, cuja educação pode ficar restrita a atividades sem utilidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

numa ação inócua e improdutiva. Assumir o protagonismo da luta por respeito e inclusão é a melhor forma de reagir ao capacitismo.

Por essas razões, é, sem dúvida, pertinente, oportuna, justa e meritória a iniciativa de instituir a Semana Nacional da Valorização e Promoção dos Autodefensores das APAEs.

Em razão do exame em caráter exclusivo por esta Comissão, cabe a ela pronunciar-se também em relação à regimentalidade do projeto. Permita-me sintetizar, está tudo de acordo com esses preceitos.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância também com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações legislativas.

Em atendimento a essa determinação, foi realizada no Senado Federal, no dia 27 de outubro, pela Subcomissão Temporária de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, audiência pública com a participação de autodefensores, todos pessoas com deficiência. Entre outros, participaram representantes da autodefensoria da Federação Nacional das APAEs, da Federação Nacional das Associações Pestalozzi e da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down.

Os participantes expuseram preocupação com a realização de semana nacional direcionada aos autodefensores diante da já existente Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla, promovida anualmente de 21 a 28 de agosto, por acreditarem que a proximidade entre os dois eventos nacionais enfraqueceria a mobilização acerca da causa.

Também foram feitas observações quanto à indicação de apenas uma instituição, a Apae, tendo sido sugerido que outras associações fossem igualmente contempladas. Houve ainda considerações acerca da utilização da palavra "autodefensoria", de forma a incluir ambos os gêneros.

Desse modo, a partir das oportunas observações feitas pelos participantes da audiência pública, julgamos pertinente introduzir pequenos aperfeiçoamentos no Projeto de Lei nº 4, de 2020, na forma de substitutivo em anexo.

Por fim, em relação aos questionamentos feitos acerca da data indicada, como a Lei nº 13.146, também conhecida como Lei Brasileira de Inclusão, foi publicada no dia 6 de julho de 2015, escolheu-se essa data como marco para a efeméride.

No que concerne à técnica legislativa, o texto do projeto está igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela legislação.

Sendo assim, o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

Voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Objetivando o aprimoramento da iniciativa, conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei n° 4, de 2020, nos termos da emenda (substitutivo) que se apresenta.

Eu leio bem rapidamente:

> EMENDA – CE (Substitutivo)
> PROJETO DE LEI N° 4, DE 2020
> Institui a Semana Nacional de Valorização e Promoção da Autodefensoria das Pessoas com Deficiência.
> O CONGRESSO NACIONAL decreta:
> Art. 1° Fica instituída a Semana Nacional de Valorização e Promoção da Autodefensoria das Pessoas com Deficiência, a ser celebrada, anualmente, na semana que compreender o dia 6 de julho.
> Art. 2° A instituição da Semana Nacional de Valorização e Promoção da Autodefensoria das Pessoas com Deficiência tem por finalidade:
> I – valorizar e promover o papel da autodefensoria das pessoas com deficiência;
> II – conscientizar a sociedade sobre o objetivo do trabalho desenvolvido pela autodefensoria das pessoas com deficiência;
> III – incentivar o público-alvo das associações das pessoas com deficiência a atuarem como autodefensores;
> IV – promover espaço específico para debater, com entidades civis e públicas, os assuntos relacionados à autodefensoria das pessoas com deficiência;
> V – promover encontros entre as autodefensorias das associações das pessoas com deficiência, para debater assunto de interesse da comunidade formada por essas associações; e
> VI – elaborar e distribuir materiais informativos sobre a autodefensoria das associações das pessoas com deficiência.
> Art. 3° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eu quero dizer que esse projeto de lei, Sr. Presidente, colegas da Comissão, está de acordo com aquele pensamento básico na área da pessoa com deficiência, que deveria servir, na verdade, para todas as áreas, que diz o seguinte: nada sobre nós sem nós. Então, os autodefensores devem participar de todas as decisões que digam respeito às políticas públicas, à vida, à cidadania, à independência das suas vidas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O voto é favorável, com o substitutivo.

Quero enaltecer também a Deputada Zanotto pela iniciativa, pela apresentação do PL.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, Senador Flávio Arns. Agradecemos a V. Exa., que, com o brilhantismo de sempre, apresenta essa matéria tão relevante para as pessoas portadoras de necessidades especiais.

Então, submeto a matéria à discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Submeto-a à votação.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam com o parecer do nobre Senador Flávio Arns permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1, Substitutivo.

A matéria vai ao Plenário. (*Pausa.*)

O item 7 da pauta é o Projeto de Lei nº 2.225, de 2021, terminativo.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 2.225, DE 2021

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a prioridade na matrícula em creches para crianças em situação de violência doméstica, enquanto perdurar a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) declarada em decorrência da pandemia causada pelo coronavírus SARS-CoV-2.

Autoria: Senadora Nilda Gondim (MDB/PB)

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: pela aprovação nos termos do substitutivo.

O relatório já foi lido pelo nobre Senador Styvenson Valentim. Apenas não fizemos a votação.

Então vou submeter à votação nominal o Projeto de Lei nº 2.225, de autoria da nobre Senadora Nilda Gondim, com parecer do ilustre Senador Styvenson Valentim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O parecer foi favorável, já foi lido em sessão anterior, e agora vamos submetê-lo à votação.

Peço, então, à Secretaria da Mesa que abra o painel, para se votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Presidente, enquanto transcorre aí a votação...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Confúcio Moura, com a palavra V. Exa.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu solicito este espaço para fazer um comentário. Nesses últimos dois dias tem aparecido no noticiário nacional a violência nas escolas. Tanto aqui em Brasília quanto em outros estados brasileiros, têm acontecido manifestações de violência, uso de faca, de revólver pelos jovens, esfaqueamento de colegas; então, é um assunto que a gente não pode deixar passar sem uma reflexão. Nós estamos saindo da pandemia, esses alunos ficaram dois anos em casa, esses alunos passaram todos os tipos de privações em casa, os pais de muitos desses meninos perderam empregos, vieram os conflitos, as dificuldades familiares, e agora eles voltam para o convívio com um certo nível de agressividade inesperado.

Essa ponta do *iceberg* que está se manifestando agora no mês de março, praticamente um mês depois da abertura das aulas, nós temos que analisá-la convenientemente. Sei que isso forçará as escolas a um acolhimento desses alunos, uma assistência psicológica, uma maneira de capacitação dos professores para o tratamento, o trato com essas crianças, esses jovens, esses meninos, para que eles retomem o ritmo de aulas nas escolas como era em 2019 e em outros anos. Sempre existiram aqui e ali essas ocorrências, mas eram esporádicas, eram distantes. Agora não, vem uma sucessão de acontecimentos, e nós aqui da Comissão não temos ainda uma proposta, mas deveríamos, caso a coisa persista, promover uma audiência pública envolvendo o órgão de segurança, o pessoal da educação, para podermos refletir sobre essa situação da violência nas escolas.

Então, Sr. Presidente, era essa a minha palavra de hoje, a minha manifestação, para nossa Comissão de Educação pensar sobre esse tema. Só isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Confúcio Moura, V. Exa. aborda um tema que está na pauta do dia e é da mais alta importância, sobre o qual é preciso que se tomem as providências necessárias, porque realmente a gente tem observado que ultimamente tem havido ou pelo menos tem sido noticiado com mais frequência o fato de até jovens, mulheres chamando atenção de casos de bolsa com revólver em sala de aula... É uma coisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realmente surpreendente e que está ultrapassando os limites daquelas rixas normais que há na juventude: um empurrão, um xingamento, um soco. Mas, quando vai para a arma, realmente a coisa foge do controle.

Concedo a palavra à nobre Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, cumprimento o senhor e todos os Senadores que estão presencialmente e também no remoto.

Primeiro, quero reforçar o meu voto, porque eu não consegui aqui. Meu voto é "sim" ao relatório do Senador Styvenson, parabenizando-o e também à Senadora Nilda Gondim pela iniciativa. Então, o meu voto é "sim".

Sobre a fala do Senador Confúcio, aqui no Distrito Federal, a gente tem acompanhado bastante essa questão da violência entre os alunos, fora da escola, dentro da escola, aluno sendo esfaqueado... E realmente os professores, o corpo docente, as direções das escolas estão pedindo socorro nesse sentido. Como o Senador Confúcio falou, a questão psicológica e emocional desses alunos foi bastante afetada durante a pandemia. E eu acho que esta Comissão, o Senado Federal tem que se debruçar sobre essa situação que é recorrente e que nos preocupa, até porque isso já era previsto.

Eu tive a oportunidade de estar com alguns professores, alguns grupos de professores que estavam preocupados com a retomada das aulas aqui no Distrito Federal justamente por essa questão do acolhimento, de como seria o acolhimento a esses alunos. Muitos deles passaram por situações difíceis, pais desempregados, pais que se suicidaram – há situações assim que eu acompanhei por causa da pandemia –, violência doméstica dentro de casa... Então, isso reflete no comportamento. Realmente, o Senador Confúcio foi muito feliz em provocar esta Comissão nesse sentido e tem o meu total apoio.

Peço ao senhor também, endossando o pedido dele, que a gente faça uma audiência e uma discussão ampla sobre essa questão dos alunos e toda a situação por que as escolas estão passando.

Era isso, Sr. Presidente. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senadora Leila Barros.

Eu vou passar a palavra agora ao Senador Wellington Fagundes, que já a havia pedido.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, eu queria, primeiro, também declarar o meu voto "sim", porque eu não consegui votar aqui. Estou tendo problema com a tecnologia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo, Sr. Presidente, queria saber se nós vamos votar o requerimento do convite ao Ministro da Educação para a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Sim, nós temos aqui um requerimento de autoria do nobre Senador Randolfe Rodrigues, que acaba de chegar aqui ao Plenário. É um requerimento convocando o Ministro da Educação, Milton Ribeiro, para prestar esclarecimentos aqui desses fatos ocorridos ultimamente na Comissão.

A nossa ideia seria convocá-lo o mais rapidamente possível. Esse mais rapidamente possível, o dia ideal, vai depender da decisão aqui do Plenário da Comissão de Educação, mas a minha sugestão seria a próxima terça-feira.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente...

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – ... o Ministro...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – Eu estou com a palavra, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Está com a palavra...

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Perdão, Senador Wellington.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador Wellington Fagundes, V. Exa. tem a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Exatamente, Sr. Presidente, ontem eu estive lá no Ministério da Educação com os reitores do Mato Grosso: o reitor da Universidade Federal de Mato Grosso, o reitor da Universidade Federal de Rondonópolis – ela faz parte de uma das novíssimas seis universidades recém-criadas por desmembramento – e também o reitor do Instituto Federal de Educação Tecnológica do Mato Grosso, para discutir o orçamento, as necessidades daquelas três universidades. Antes disso, lá estava o Senador Vanderlan presente também. Tivemos um bate-papo com o Ministro em que ele colocou a situação, inclusive ele estava se colocando à disposição e gostaria de ir, se possível, esta semana ainda à Comissão, dado o respeito e a importância que ele entende de estar exatamente fazendo os seus esclarecimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu estou colocando aqui as palavras do Ministro, ele já se manifestando pronto para estar hoje, amanhã ou o dia que este Plenário da Comissão definir.

É claro que nós teremos o momento oportuno para discutir o requerimento do Senador Randolfe, que é uma convocação, e eu, já de cara aqui, sugiro que façamos um convite, que aprovemos o requerimento transformando-o num convite, já que o Ministro espontaneamente está se colocando à disposição.

Eu gostaria até de saber, porque o Ministro também disse que iria ligar para V. Exa., Presidente, também nesse mesmo sentido, se ele ligou, se vocês conversaram. Isso é importante para esclarecer a população brasileira e principalmente também o nosso Plenário aqui, porque vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Wellington Fagundes.

O ministro ontem, por volta de umas 10h da manhã, ligou pessoalmente para mim, do seu telefone celular, e se prontificou a vir a esta Comissão no dia e à hora que a gente marcasse para ele vir. Então, se prontificou com toda presteza, com toda gentileza. E hoje, ao chegar aqui às 9h, a assessoria da Secretaria me passa um ofício que chegou pelo *e-mail* às 4h20 da manhã do Ministro Milton Ribeiro, dirigido aqui à Comissão, à Presidência, Senador Marcelo Castro: "Cumprimentando-o cordialmente, levando em consideração os últimos acontecimentos envolvendo assuntos relacionados a este ministério, coloco-me à disposição dessa Comissão para prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários".

Então, além do telefonema, há esse ofício do Ministro se prontificando a vir aqui à hora que a Comissão marcar, mas o requerimento de convocação do Senador Randolfe Rodrigues é o item 16 da pauta. A não ser que peçam inversão da pauta... A gente poderia até votar agora, se houver...

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, eu já até pediria essa inversão da pauta, dada a importância que representa este assunto.

O esclarecimento que V. Exa. faz agora é oportuno. O Senador Vanderlan parece que está aí também. Ele vai poder testemunhar, inclusive, que, na nossa reunião, que foi exatamente um pouco antes desse horário, ontem, por volta das 9h30, o Ministro colocou que já ligaria para V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Perfeitamente. Se os membros da Comissão estiverem de acordo, a gente já faz a inversão da pauta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, não só de acordo, como, se V. Exa... Como se trata de requerimento de nossa autoria, se V. Exa. me permite e os demais colegas também, não só de acordo, inclusive, acatando a preliminar apresentada pelo Senador Wellington... Já que há a disposição de S. Exa. o Ministro da Educação, já que S. Exa., inclusive, fez contato com V. Exa. no sentido de se dispor a vir à Comissão de Educação, já que, inclusive, V. Exa., ainda ontem, destacou que o Ministro estava disposto até a vir na data de hoje à Comissão e já que V. Exa. já declina aqui a data do eventual depoimento do Ministro à Comissão, eu não vejo nenhum óbice em fazer a conversão do requerimento de convocação para requerimento de convite.

E, já que me parece que há um consenso no sentido de antecipar a apreciação do requerimento, eu queria sugerir a antecipação dos requerimentos, pois, além do Requerimento 009, temos, salvo engano, o item 11 da pauta, porque, de igual sorte, assim como os notórios acontecimentos que envolvem o Ministro da Educação necessitam do imediato esclarecimento de S. Exa. no plenário desta Comissão, seria de bom-tom também ouvirmos as demais pessoas envolvidas nesse episódio. Por isso, o requerimento seguinte pede a tomada do depoimento nesta Comissão: do Sr. Marcelo Lopes da Ponte, que é o Presidente do Fundo Nacional da Educação; do Sr. Gilmar Silva dos Santos, que é um dos envolvidos nos episódios já narrados; do Sr. Arilton Moura, que também é envolvido nos episódios narrados; e dos Prefeitos de Rosário, de Anajatuba, de Centro Novo e de Bom Lugar, todos no Estado do Maranhão.

Em primeiro lugar, aquiesço, concordo, sem problema nenhum, sem óbice algum, com a conversão da convocação para convite; e, em segundo, aquiesço também com a inversão da pauta para apreciação não somente deste requerimento de nossa autoria, como também peço a apreciação deste outro requerimento que considero importante para a tomada dos depoimentos das pessoas envolvidas nesse episódio.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Tudo bem.

Não havendo nenhuma discordância, nós, então, vamos submeter o requerimento de autoria do nobre Senador Randolfe Rodrigues... (*Pausa.*)

Só um instante aqui. Vou encerrar a votação do item 11, não é? (*Pausa.*)

Do item 7 da pauta, que é o projeto de autoria da nobre Senadora Nilda Gondim e relatoria do ilustre Senador Styvenson Valentim.

Como já temos quórum suficiente, eu peço à Secretaria que dê por encerrada e abra o painel.

(Procede-se à apuração.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Houve 14 votos SIM; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

O projeto foi aprovado.

Nos termos do art.14 do Ato da Comissão Diretora n° 8, de 2021, fica dispensada a submissão da matéria a turno suplementar.

Vamos ao item 16 da pauta, que é o Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 9, de 2022...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente! Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Não sei se o senhor percebeu...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ...a intervenção do Senador Randolfe de que há requerimentos específicos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Há.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Dois, um também do Jean Paul dessa bancada para ouvir o Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – O do Jean Paul chegou fora da hora.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – A outra coisa é a investigação do caso. Então, acho que são duas coisas diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – A outra coisa é o...?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, eu acho que sua S. Exa. o colega Paulo Rocha se refere a outro requerimento, também de nossa autoria, que pede que esta Comissão também ouça os envolvidos no caso.

Eu queria só incluir mais um personagem no requerimento entre as pessoas a serem ouvidas, que é o Sr. Prefeito da cidade de Luís Domingues, o Sr. Gilberto Braga. Com certeza, não se trata do autor, trata-se do Prefeito da cidade de Luís Domingues, também no Estado do Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós vamos primeiro colocar em votação o requerimento de convocação do Ministro Milton Ribeiro. Então, é o 16 da pauta.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 9, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 50, caput , e 58, §2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, §1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Milton Ribeiro, Ministro da Educação do Brasil, a comparecer a esta Comissão, a fim de que preste as informações devidas sobre o aparente beneficiamento indevido na destinação de verbas públicas afetas ao Ministério da Educação.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Por haver concordância do autor e de todos, vamos substituir o requerimento de convocação por um requerimento de convite, uma vez que o Ministro já pessoalmente manifestou o desejo de vir aqui e o comunicou através de ofício.

Passo a palavra ao autor do requerimento, nobre Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para encaminhar.) – Excelência, as razões já foram expostas.

São de conhecimento de todas as senhoras e senhores membros deste Senado Federal, de conhecimento de toda a sociedade brasileira os graves fatos que envolvem S. Exa. o Sr. Ministro de Estado da Educação, Milton Ribeiro. As denúncias dão conta de suspeita de crime de tráfico de influência e de corrupção passiva, no mínimo. As denúncias mais recentes chegam ao ponto, ao termo de indicar o pagamento de propina em quilo de ouro, que totalizaria R$300 mil, a título de liberação de recursos. Os depoimentos e as falas mais recentes de S. Exa. o Ministro da Educação, inclusive, não nega os fatos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pela gravidade desses acontecimentos, se faz urgente que esta Comissão de Educação não somente ouça aqui o Sr. Ministro de Estado da Educação como também – é um requerimento subsidiário que V. Exa. certamente colocará em apreciação – ouça as pessoas envolvidas, tome o depoimento aqui das pessoas envolvidas, que se tratam dos Prefeitos de pelo menos cinco cidades do Estado Maranhão e de mais outros três cidadãos que estariam envolvidos na intermediação desses recursos, ou no favorecimento, sendo favorecidos pelo tipo penal do tráfico de influência e de corrupção passiva.

É nesses termos, Excelência, que peço a acolhida dos colegas desta Comissão para a presença, o quanto antes, do Sr. Ministro da Educação e para a tomada dos depoimentos das pessoas citadas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, Senador Randolfe.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Sr. Presidente... Pela ordem, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Coloco em discussão o requerimento.

Em primeiro lugar, já inscrito, passo a palavra ao nobre Senador Wellington Fagundes; em seguida, ao Senador Vanderlan Cardoso.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Eu gostaria, se V. Exa. concordar, que o Senador Vanderlan falasse primeiro que eu – invertendo, eu fico em segundo –, principalmente porque citei o nome do Senador Vanderlan, ele estava na reunião. Então, eu acredito que seria importante ele falar primeiro que eu.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador.

Com a palavra o nobre Senador Vanderlan Cardoso.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO. Para discutir.) – Sr. Presidente, ainda nesse requerimento aqui para oitiva do nobre Senador Randolfe Rodrigues, eu gostaria que fosse acrescentado aí, Sr. Presidente, o Prefeito da cidade de Bonfinópolis, em Goiás, o Sr. Kelton Pinheiro, já que, segundo noticiou a imprensa de Goiás e do Distrito Federal, ele também foi procurado...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador Vanderlan, tudo bem. Eu quero esclarecer que nós estamos votando aqui só o requerimento de convite do Ministro; depois, nós vamos submeter os outros...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – É que o Senador Randolfe Rodrigues...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente...

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – ... já adiantou...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Já adiantou, é verdade. (*Risos.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Então, eu só estou já fazendo essa colocação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Tranquilo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente...

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Gostaria de parabenizar V. Exa. pela entrevista de ontem, com os esclarecimentos muito bem colocados, e de parabenizar também o Ministro, que já ligou, colocou-se à disposição, como colocou-se em outras vezes. Quando foi convidado a vir aqui, ele veio pessoalmente. Então, será muito importante para nós ouvirmos aqui o Ministro acerca desses assuntos aí.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Com a palavra o nobre Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, como foi já esclarecido por V. Exa., nós estamos votando agora o requerimento de convite ao Ministro.

Eu acredito que, da mesma forma como pedi a inversão de pauta, sugeriria ao Senador Randolfe que nos desse um tempo para votar o outro requerimento, porque acredito que, com a audiência, com a presença do Ministro na terça-feira, nós poderemos, todos nós, inclusive, fazer aditivo ao requerimento de outros convidados ou até, se for o caso, se o Ministro já esclarecer todos os fatos e deixar a Comissão satisfeita, poderemos também mudar essa nossa intenção da aprovação do segundo convite. Então, a minha sugestão é neste sentido: vamos ouvir o Ministro na terça-feira, e, na terça-feira mesmo, após a audiência com o Ministro, se for o caso, V. Exa. colocaria o segundo requerimento, até acrescido, pois,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como o Senador Vanderlan Cardoso está sugerindo, outros Senadores poderiam sugerir outros convidados também para a próxima audiência ou desdobramento, se for o caso.

Também aqui eu queria parabenizá-lo, Senador Castro, principalmente pela sua postura ontem. A sua entrevista foi extremamente equilibrada, mas firme no sentido de procurar esclarecer a todos, principalmente a toda a população.

Nós que trabalhamos muito firme na Comissão de Orçamento, inclusive eu fui o Relator da Comissão de Orçamento... (*Falha no áudio.*) ... para colocar, através da Comissão de Educação do Senado. A Senadora Rose de Freitas fez um trabalho fenomenal defendendo a educação, defendendo a garantia dos recursos para o Ministério da Educação, principalmente neste momento da retomada da nossa economia, para fazer com que as nossas crianças possam voltar em segurança para as escolas. Então, toda a nossa Comissão trabalhou de forma muito firme.

Eu aqui quero registrar o apoio que tive de V. Exa., da Senadora Rose, do Deputado Hugo, de toda a Comissão, não só da Comissão de Educação, mas também da Comissão de Orçamento. A luta nossa é para alocar os recursos para a conclusão das obras inacabadas. Não é possível... Este Governo herdou mais de 2 mil creches inacabadas. E eu sempre digo que uma obra inacabada é desperdício de recurso público. Um pai e uma mãe que querem trabalhar e deixar sua criança numa creche, quando veem a creche inacabada, ficam revoltados. Então, nós conseguimos um avanço. V. Exa. aqui lembra-se, e quero lembrar toda a população, de que propusemos retirar 1 bilhão do fundo eleitoral, conseguimos colocar 800 milhões do fundo eleitoral no orçamento da educação, avançamos 2,5 bilhões no orçamento da educação. Portanto, esta Comissão, V. Exa. como Presidente e todos nós temos um compromisso com a melhoria da educação brasileira.

Por isso, eu acredito que é importante votar este requerimento para aprovarmos hoje com urgência e termos na terça-feira – porque é uma decisão de V. Exa., marcando para terça-feira – a presença do Ministro Milton Ribeiro para todos esses esclarecimentos.

É isso, Sr. Presidente.

Encaminho também favoravelmente à aprovação deste requerimento do Senador Randolfe.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Quero agradecer as palavras de V. Exa., nobre Senador Wellington Fagundes, e dizer que acompanhei todo o trabalho de V. Exa. como Relator Setorial de Educação. Dada a experiência que eu tenho acompanhando sempre os Orçamentos do país, posso dizer que este ano foi um dos anos em que o Ministério da Educação teve um dos melhores orçamentos já feitos aqui por este Congresso Nacional, e muito disso devemos a V. Exa., que foi o Relator Setorial. Com a sua sensibilidade, a sua capacidade de trabalho, fez

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um relatório extraordinário alocando recursos para a Comissão de Educação, para a Comissão Mista de Orçamento, inclusive colocando R$100 milhões para a Ebserh (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares) – o Senador Confúcio Moura balança a cabeça aqui confirmando, pois nós que somos médicos, que estudamos e passamos por hospitais universitários, e eu fui professor universitário em hospital universitário, sabemos da importância desses hospitais para o país.

Mas, infelizmente, todo esse esforço feito resultou em nada, porque o Presidente da República, mais uma vez, resolveu vetar praticamente todas as emendas de Comissão, o que é uma coisa errada, improducente, porque são emendas de qualidade que vêm trazer recursos importantes para áreas, como eu estou dizendo aqui, da Ebserh, dos hospitais universitários, porque lá são formados os futuros médicos, então, lá estão os melhores profissionais da Medicina, há a tecnologia de ponta para as pessoas se qualificarem. Mas, infelizmente, isso aconteceu. O veto está aí e podemos lutar para derrubar o veto no futuro.

Passo a palavra, então, ao nobre Senador Paulo Rocha, que está inscrito aqui para discutir o requerimento do nobre Senador Randolfe Rodrigues, de convocação do Ministro Milton Ribeiro.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – Na verdade, eu estou como Líder da Bancada e queria representar o Senador Jean Paul, que tem um requerimento do mesmo teor, de convocação. Queria que o senhor o ouvisse, porque ele concorda com o Senador Randolfe. Já que o Ministro está se dispondo, ele quer se agregar a esse do Randolfe, para assegurar essa audiência pública com o Ministro na próxima terça-feira. Ele quer, na verdade...

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – O Senador Paulo já terminou?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – É para ouvir o Senador Jean Paul.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Pois não, Presidente. Justamente isso. Queria agregar ao requerimento que está em pauta o Requerimento nº 12, de igual teor, já antecipando justamente a conversão em convite, já que o Ministro se dispôs a vir, comparecer perante nós para explicação dessa questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, apenas para aduzir o Requerimento 12 ao requerimento do Senador Randolfe Rodrigues, já que esse requerimento já tinha sido feito aqui para item extrapauta.

E agradeço aqui pela intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Então, com a anuência do nobre Senador Jean Paul, que é o autor do Requerimento n° 12, do mesmo teor do requerimento do Senador Randolfe, que é de convocação do Ministro, como houve a anuência dele também para transformar a convocação em convite, eu vou submeter os dois requerimentos a um só tempo.

Então, o Requerimento n° 9, de autoria do nobre Senador Randolfe, e o Requerimento n° 12, do nobre Senador Jean Paul, todos dois transformados agora em convite para o Ministro Milton Ribeiro.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE N° 9, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 50, caput , e 58, § 2°, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1° e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Milton Ribeiro, Ministro da Educação do Brasil, a comparecer a esta Comissão, a fim de que preste as informações devidas sobre o aparente beneficiamento indevido na destinação de verbas públicas afetas ao Ministério da Educação.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP).

EXTRAPAUTA

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE N° 12, DE 2022

Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2°, III, da Constituição Federal e dos arts. 90,III, 397, § 1° e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Milton Ribeiro, Ministro da Educação, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre áudio veiculado por veículos da imprensa nacional no qual afirma priorizar, a pedido do Presidente da República, a destinação de recursos do FNDEa municípios administrados por prefeitos vinculados aos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura, em detrimento dos princípios que norteiam a administração

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN).

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, eu... Desculpem. Eu estou presidindo a Comissão de Relações Exteriores a pedido da Senadora Kátia Abreu. Então, quero dizer que com essa conversão para convite, eu voto a favor.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Com a palavra o próximo orador inscrito, Senador Romário, para discutir os dois requerimentos.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Não, com essa conversão, eu estou a favor, voto a favor.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Em seguida, o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para discutir.) – Presidente, é muito comum, nesta Casa, transformar convocação em convite, porque convocação você faz quando não há interesse ou disponibilidade para comparecer. Então, se o Ministro se propõe a vir aqui esclarecer os fatos, que são graves, eu acho que é suficiente.

Evidentemente, dependendo da resposta, nós vamos para o segundo passo, para verificar aquilo que ele disse – que solicitou à CGU, etc., para tomar as providências – se houve essas providências no tempo certo e acompanhar se, pela Polícia Federal, alguma medida foi tomada.

Então, eu evidentemente concordo plenamente com o convite e já oriento aqui, a gente já vai votar favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

Nobre Senador Vanderlan Cardoso.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu só queria aqui sugerir aos autores do requerimento, Senador Randolfe, Senador Jean Paul, uma data para o Ministro vir, na quinta-feira. Por quê? Na justificativa, que foi muito bem relatada aqui pelo Senador Wellington, nós conseguimos, com um trabalho árduo do Senado Federal, dar autonomia administrativa, financeira, transformando de *campus* para universidade as seis supernovas; em Goiás, são duas. E, devido a essa autonomia que foi dada pelo Ministério, pelo MEC, nós temos uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

visita à Universidade de Catalão e Jataí, para se comunicarem recursos para a construção do prédio de Medicina, o término do prédio de Medicina de Jataí e do prédio novo de Catalão. A data está aí para terça-feira, quarta-feira no máximo.

Então, só gostaria, Senador Randolfe, se houver essa concordância, se a data puder ser na quinta-feira...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sem óbice.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Com a palavra...

O nobre Senador Randolfe não obsta a proposta do Senador Vanderlan Cardoso. Então, se todos estiverem de acordo, poderemos marcar a data para a próxima quinta-feira. Da minha parte também não há nenhuma dificuldade.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Bom dia, Sr. Presidente!

Eu gostaria que V. Exa. colocasse em pauta o item 1.

Eu acabei me atrasando aqui, por causa do avião e, logo em seguida, a gente vai ter uma audiência pública da Comissão que foi feita, no Senado, sobre a tragédia de Petrópolis, e eu sou o Presidente dessa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, Senador Romário. Nós havíamos feito a inversão da pauta, só vamos concluir essa questão dos requerimentos...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O.k. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – ... e aí já vou passar a palavra para V. Exa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não havendo mais quem queira discutir os Requerimentos nº 9 e nº 12, de autoria do nobre Senador Randolfe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rodrigues e do Senador Jean Paul, de convite ao Ministro Milton Ribeiro, para vir a esta Comissão, então, declaro encerrada a discussão e os submeto à votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Permita-me, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não tenho nenhum óbice em recolher aqui o depoimento do Ministro na quinta-feira, mas pergunto a S. Exa. o Senador Vanderlan, aos demais pares da Comissão e a V. Exa. se haveria algum empecilho de este depoimento também ocorrer na segunda-feira, porque aí nós anteciparíamos todo o debate sobre esse tema. Se houver algum empecilho...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... nenhum óbice, nenhuma dificuldade em ocorrer na quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador Randolfe, segunda-feira eu não acho um dia adequado, as pessoas não vão...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, perfeito. Pode ser na quinta. Pode ser na quinta.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

Então, o requerimento foi aprovado.

Vamos ao item 17 da pauta.

ITEM 17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 11, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, V, da Constituição Federal e do art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, a presença dos seguintes Senhores para oitiva a título de depoimento para prestação de esclarecimentos sobre o aparente beneficiamento indevido na destinação de verbas públicas afetas ao Ministério da Educação: Sr. Márcio Lopes da Ponte, presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Sr. Gilmar Silva dos Santos, presidente da Convenção Nacional de Igrejas e Ministros das Assembleias de Deus no Brasil; Sr. Arilton Moura, assessor de Assuntos Políticos da Convenção Nacional de Igrejas e Ministros das Assembleias de Deus no Brasil; Prefeito de Rosário (MA), Sr. Calvet Filho; Prefeito de Anajatuba (MA), Sr. Helder Aragão; Prefeito de Centro Novo (MA), Sr. Junior Garimpeiro; e Prefeita de Bom Lugar (MA), Sra. Marlene Miranda.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Mais o Prefeito de Luís Domingues (MA), Sr. Gilberto Braga. E, por sugestão do Senador Vanderlan Cardoso, o Prefeito de Bonfinópolis (GO), Sr. Kelton Pinheiro.

Em discussão o requerimento.

Com a palavra o nobre Senador Randolfe Rodrigues, para defender o seu requerimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para encaminhar.) – Excelência, ouvir essas pessoas aqui arroladas, incluso o Prefeito indicado pelo Senador Vanderlan, é indispensável para a completa elucidação deste fato. Veja que o que foi noticiado, inclusive com áudio gravado, envolve os personagens que aí estão destacados e que aí estão arrolados.

Veja, entre os termos que constam no depoimento do próprio Ministro, retirado do áudio em reunião com pastores e em reunião com os Prefeitos aí citados, ele diz o seguinte, abrem-se aspas: "Porque a minha prioridade é atender primeiro os municípios que mais precisam, e, em segundo lugar, atender a todos que são amigos do Pastor Gilmar". É o que diz o Ministro em áudio que foi veiculado pelo jornal *Folha de S.Paulo* e repercutiu amplamente na imprensa brasileira.

Então, para a completa elucidação desse fato, ao que me parece não basta o depoimento de S. Exa. o Ministro Milton Ribeiro. O depoimento de S. Exa. é necessário para iniciarmos o esclarecimento e para ouvir a principal personagem e autoridade pública envolvida e destacada nesse fato, mas é indispensável, para que todos os fatos sejam, de fato, esclarecidos, sejam elucidados, que os arrolados neste requerimento – com o acréscimo apresentado pelo Senador Vanderlan Cardoso – possam ser ouvidos nesta Comissão.

É nesses termos, Sr. Presidente, que peço dos colegas a apreciação favorável deste requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador.

Em discussão o requerimento do nobre Senador Randolfe Rodrigues.

Com a palavra o nobre Senador Wellington Fagundes, que a solicita.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, eu gostaria primeiro de indagar: esse segundo requerimento nós estaremos aprovando já com data definida para o convite dessas pessoas?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não. Ainda não temos a data. Eu iria sugerir, quando da discussão e da votação, que a gente ouvisse primeiro o Ministro e, depois da oitiva do Ministro, a gente marcaria uma data próxima para ouvir os demais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – De acordo, Presidente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – De acordo então. O próprio requerente está de acordo. É a mesma sugestão que eu gostaria de fazer.

Eu já queria pedir, também pelo requerente, o Senador Randolfe, e até por V. Exa. e o Plenário – isso é uma prerrogativa –, para já deixar aberta a possibilidade de fazermos um aditivo em função da oitiva do Ministro. Se for o caso, a gente já fazer alguns aditivos, porque outras pessoas podem querer, outros Senadores podem também querer ouvir outras pessoas. Então, eu já queria pedir antecipadamente essa autorização. É claro, nós vamos votar, vamos apresentar depois de ouvir o Ministro, se for o caso.

Mas eu quero dizer também que votamos favoravelmente. Eu acho que, quanto mais elucidarmos e deixarmos mais claro, principalmente nós que trabalhamos muito para alocar os recursos no orçamento do Ministério da Educação... V. Exa. fez aí praticamente um relato da luta da Comissão, do trabalho nosso para avançar nos recursos da educação.

Eu quero destacar também a importância do ensino profissionalizante, porque o Brasil precisa preparar sua mão de obra para essa retomada econômica. Eu, que sou do Estado de Mato Grosso... Nós vivemos um problema no Estado do Mato Grosso. Como é um estado em desenvolvimento, há quase um apagão de mão de obra qualificada. Por quê? Precisamos, estamos ampliando, abrindo novas fronteiras agrícolas. Então, é extremamente importante que a gente faça isso com uma mão de obra preparada, porque temos hoje uma agricultura de precisão, em que a tecnologia cada dia mais está avançando.

Nesta semana mesmo, nós tivemos duas grandes exposições, na cidade de Primavera do Leste e na cidade de Lucas do Rio Verde, duas cidades polo na produção agropecuária, e todos nós ficamos muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impressionados. Estávamos lá também acompanhados do Governador de Mato Grosso, do Secretário Nacional de Habitação do Ministério do Desenvolvimento, e lá a gente pode ver... Além de entregar algumas casas – aliás, 350 casas –, lançamos mais 1,3 mil casas a serem construídas na cidade de Lucas, dado esse volume de pessoas que lá estão chegando.

Também estivemos em Sorriso, lançando o curso de Medicina naquela cidade, com o Prefeito Ari Lafin. Essa é a realidade do Mato Grosso, assim como em todos os estados produtores que não pararam na pandemia.

Agora está sendo implantado o 5G. Nós tivemos também a presença da Ministra da Agricultura e do Ministro das Comunicações para lançar a primeira fazenda de 5G do Brasil. Então, é importante avançarmos nesse investimento.

Que o Ministério da Educação tenha inclusive, Sr. Presidente – e aqui eu já quero colocar também –, o apoio do Ministro Paulo Guedes, dos outros ministros, em priorizar a liberação de recursos nesta pasta. Claro, se houver algum problema, algum desvio, temos que combater de forma veemente. Por isso, estamos aqui aprovando esse requerimento e será extremamente importante a presença do Ministro para esclarecer de uma vez por todas, porque não podemos, de forma alguma, perder tempo na educação. Nossas crianças ficaram praticamente dois anos fora de sala de aula. Então, é importante voltar as nossas crianças para a sala de aula com total segurança, inclusive valorizando nossos professores, enfim, valorizando realmente o ensino básico também, porque vamos duplicar... Aprovamos aqui – V. Exa. também, como Presidente, e estou vendo aqui também o Senador Dário Berger –, todos nós envolvidos em aprovar o novo Fundeb, que vai duplicar os recursos da educação nesses próximos anos, investindo-se de forma maciça na educação infantil, na educação básica e, claro, na educação profissionalizante e também na universitária.

Por isso, eu sou favorável, sim, até porque o próprio Ministro se colocou à disposição para estar nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Continua em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queria discuti-lo, declaro encerrada a discussão e submeto-o à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos ao item 1 da pauta.

ITEM 1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 2486, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física e cria o Conselho Federal de Educação Física e os Conselhos Regionais de Educação Física.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1.

Observações:

1) A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais - CAS;

2) Em 23/03/2022 foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Humberto Costa;

3) Em 23/03/2022 foi recebido novo relatório, favorável ao projeto e contrário à Emenda nº 1.

A iniciativa é da Presidência da República.

Concedo a palavra ao nobre Senador Romário para leitura do seu relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia, Sr. Presidente! Bom dia, Sras. e Srs. Senadores! Bom dia a todos que estão presentes e a todos que nos acompanham e nos veem!

Sr. Presidente, ao relatar o Projeto de Lei nº 2.486, da Presidência da República, faço também um apelo aos meus nobres colegas Parlamentares. O projeto corrige um vício de origem, pois a criação do Conselho Federal de Educação Física (Confef) foi uma iniciativa do Congresso Nacional, quando deveria ter sido do Poder Executivo. Agora, ao aprovarmos o relatório da forma que apresento, evitaremos que o projeto retorne à Câmara dos Deputados.

A demora dessa tramitação poderá coincidir com o julgamento de uma ação direta de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal. Nesse caso, os prejuízos para o funcionamento do conselho são reais até que se regularize o que agora estamos relatando. Se há correções e emendas a fazer, proponho que sejam na forma de projeto de lei, justamente para que o funcionamento do Conselho de Educação Física não enfrente problema de continuidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O mérito de sua existência e atuação estão salvaguardados nesse projeto, cujo relatório passo a ler, Sr. Presidente.

Relatório.

Trata-se do Projeto de Lei nº 2.486, de 2021, da Presidência da República, que "altera a Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física e cria o Conselho Federal de Educação Física e os Conselhos Regionais de Educação Física".

O art. 1º da proposição altera diversos dispositivos da Lei nº 9.696, de 1998.

A modificação promovida no art. 2º dispõe sobre os requisitos para a inscrição nos Conselhos Regionais de Educação Física.

As demais alterações promovidas pelo projeto na Lei nº 9.696, de 1998, referem-se à criação do Conselho Federal de Educação Física (Confef) e dos Conselhos Regionais de Educação Física (Crefs), bem como dispõem sobre a atribuição das referidas entidades da administração pública indireta.

Análise.

A análise do PL 2.486, de 2021, neste momento, limitar-se-á aos aspectos relativos à formação dos profissionais de Educação Física, previstos no art. 2º da Lei nº 9.696, de 1998, na forma do art. 1º do projeto em exame. O exame dos aspectos laborais da proposição será realizado pela comissão temática pertinente, qual seja, a CAS.

O citado dispositivo da Lei nº 9.696, de 1998, sofreu mudanças meramente redacionais nos incisos I e III do art. 2º.

No tocante ao inciso IV, entretanto, a alteração incide sobre o mérito da Lei nº 9.696, de 1998.

Com efeito, a proposição permite que o Confef, entidade que fiscaliza o exercício da profissão em foco, licencie os egressos de cursos superiores de tecnologia conexos à Educação Física, oficiais ou reconhecidos pelo Ministério da Educação, para o desempenho das atividades regulamentadas pela Lei nº 9.696, de 1998.

Ao fazê-lo, permite que mais pessoas devidamente qualificadas exerçam a profissão ora regulamentada.

Respeita-se o norte traçado pelo poder constituinte originário, no sentido de viabilizar à pessoa o exercício da atividade laboral de sua escolha.

Quanto à emenda apresentada, consoante asseverado no início desta peça, a análise da proposição, neste momento, é restrita aos requisitos para o exercício da profissão de educador físico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O exame das competências dos conselhos de fiscalização profissional será realizado na Comissão pertinente, qual seja, a CAS.

Por isso, rejeita-se a Emenda n° 1-CE.

Voto, Presidente.

Diante de todo o exposto, opina-se pela aprovação do PL n° 2.486, de 2021, e pela rejeição da Emenda n° 1-CE.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Insisto junto aos meus nobres colegas que o projeto seja aprovado na íntegra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Romário.

Estamos votando, então, o relatório do Senador Romário do Projeto de Lei n° 2.486, de 2021.

Submeto a matéria à discussão.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador Portinho, para discutir a matéria, com a palavra.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Para registrar, Sr. Presidente, que não haveria, certamente, e com todo respeito a todos os Senadores, melhor Senador para relatar esse projeto de lei de educação física do que o Senador Romário. Não tenho a menor dúvida disso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Inclusive, pelos gols mais recentes que eu tenho visto, acho que a gente deve fazer encaminhamento desta Comissão ao Tite para convocação já para essa Copa. Daria mais segurança ao ataque. (*Risos.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Bom, pode colocar extrapauta, como eu falei, Senador Randolfe. Esse tem meu apoio. (*Risos.*)

Mas é verdade realmente. Sei que o Senador Romário recebeu todos os profissionais de educação física, ouviu a todos, então não tenho dúvida. E quero inclusive transmitir aos meus colegas que certamente seu relatório e o texto final são o que de melhor poderia ser feito e certamente atendem todos os profissionais de educação física.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Carlos Portinho.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, declaro encerrada a discussão.

Submeto à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O relatório foi aprovado e passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu também sou o Relator da Comissão da tragédia de Petrópolis. Se puder chamar o...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – O item 2 da pauta.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 341, DE 2019

- Terminativo -

Denomina Aeroporto de Angra dos Reis/Rio de Janeiro – Carmelo Jordão o aeroporto situado no Município de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta.

A iniciativa é da Deputada Federal Soraya Santos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Portinho para leitura do seu relatório.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Sr. Presidente, muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem à análise desta Comissão o Projeto de Lei 341, de 2019, da Deputada Soraya Santos, minha colega de partido, que "denomina Aeroporto de Angra dos Reis/Rio de Janeiro – Carmelo Jordão o aeroporto situado no Município de Angra dos Reis".

Para tanto, o art. 1° da proposição institui a homenagem a que se propõe, ao passo que o art. 2° define a cláusula de vigência, prevista para a data da publicação da lei em que se converter a matéria.

Na justificação, a autora expõe inúmeros fatos sobre a trajetória do homenageado, argumentando amplamente sobre o merecimento da homenagem proposta, ressaltando que "Carmelo Jordão foi fundador da rede Esal de Supermercados e contribuiu ativamente para o desenvolvimento econômico, cultural e social da cidade de Angra dos Reis. Em 2007, a Prefeitura homenageou-o durante o projeto 'Angra salva sua memória'".

Encaminhado ao Senado Federal, o projeto foi distribuído para apreciação exclusiva e terminativa deste Colegiado e não recebeu emendas.

Análise.

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre homenagens cívicas, a exemplo desta proposição em debate.

Ademais, em razão do exame em caráter exclusivo por esta Comissão, incumbe a ela pronunciar-se também em relação à constitucionalidade, à juridicidade, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e à regimentalidade do projeto.

Relativamente à constitucionalidade, verifica-se ser concorrente com os Estados e o Distrito Federal a competência da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Constituição Federal.

A escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei complementar.

Assim, em todos os aspectos, verifica-se a constitucionalidade da iniciativa.

A atribuição supletiva de nomes a infraestruturas constantes do Sistema Federal de Viação é regulada pela Lei n° 6.682, de 27 de agosto de 1979, que dispõe sobre a denominação de estações terminais, obras de arte ou trechos de via do sistema nacional de transporte.

No que concerne à juridicidade, a proposta observa os preceitos da mencionada lei, especialmente o determinado no art. 2°, o qual estipula que homenagens como a ora em exame devem ser instituídas por lei especial, devendo a honraria designar "fato histórico ou nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à Nação ou à Humanidade".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De outra sorte, a iniciativa encontra amparo na Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que "dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos" vedando, em todo o território nacional, a atribuição de nome de pessoa viva ou que tenha se notabilizado pela defesa ou exploração de mão de obra escrava, em qualquer modalidade, a bem público pertencente à União ou às pessoas jurídicas da administração indireta. Carmelo Jordão faleceu, infelizmente, em 23 de maio de 2009, preenchendo o pressuposto da referida lei.

No que diz respeito ao mérito, reconhecemos a importância do projeto.

Segundo a autora, a homenagem se justifica, uma vez que "a relevância do aeroporto para a cidade de Angra dos Reis é tão grande quando a relevância que o empresário Carmelo Jordão teve para os munícipes ao longo do século XX", tendo contribuído ativamente para a cultura e socialmente com a cidade de Angra dos Reis.

O homenageado dedicou sua vida também a investir na manutenção de instituições filantrópicas, bem como nas atividades culturais do município. Jordão colaborou e garantiu as publicações da *Revista do Ateneu Angrense de Letras e Artes*, além do patrocínio a artistas locais, fortalecendo a identidade angrense.

Por todas essas razões, considero justa e merecida a homenagem proposta a Carmelo Jordão, empresário, filantropo e grande incentivador da cultura e da educação, por sua dedicação ao desenvolvimento do Município de Angra dos Reis, cujo aeroporto merece essa memória a Carmelo Jordão, Sr. Presidente.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 341, de 2019.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Antes de submeter à votação, vou colocar também um outro item, terminativo, para fazer a votação em globo.

Item nº 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2752, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Denomina o Túnel que faz a divisa dos municípios de Mairiporã e São Paulo, na Rodovia Fernão Dias (BR 381), de Túnel da Mata Fria Salatiel Pereira do Valle.

Autoria: Senador Major Olimpio (PSL/SP)

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta.

Concedo a palavra ao nobre Senador Wellington Fagundes para a leitura do seu relatório. (*Pausa.*)

Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Eu gostaria, inclusive, ao ler esse relatório, de também aqui fazer uma homenagem póstuma ao nosso grande companheiro, Senador Major Olimpio, porque foi um Parlamentar muito atuante. Então, faço questão de ler aqui o relatório, pedindo escusas a todos os companheiros.

Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa, o Projeto de Lei 2.752, de 2019, do Senador Major Olimpio, que "denomina o túnel que faz a divisa dos Municípios de Mairiporã e São Paulo, na Rodovia Fernão Dias (BR-381), de Túnel da Mata Fria Salatiel Pereira do Valle".

A proposição é composta por três artigos. O primeiro traz o objeto da lei. O segundo institui a referida denominação ao túnel. E o terceiro traz a cláusula de vigência, que coincidirá com a data de publicação da futura lei. (*Pausa.*)

Só um pouquinho, Sr. Presidente.

Estava sem imagem, Sr. Presidente? Não sei o que aconteceu, mas continuo a leitura aqui.

Na justificativa, o autor exalta a trajetória de vida do missionário Salatiel Pereira do Valle, com relevantes contribuições para a cidade de Mairiporã.

A proposição foi encaminhada ao exame exclusivo da Comissão de Educação, em caráter terminativo, não tendo sido apresentadas emendas; anteriormente, teve relatório legislativo com voto pela aprovação apresentado pela Senadora Soraya Thronicke, que devolveu o projeto em virtude de não mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pertencer aos quadros da Comissão de Educação. Retomamos neste documento os termos do relatório apresentado, então, pela Senadora.

Eu vou, agora, direto ao voto, Sr. Presidente, para sermos mais céleres... Só vou concluir a análise.

Por todas as suas relevantes contribuições para seus semelhantes e para a região onde morou e trabalhou, destacando-se o empenho na difusão de palavras e ações evangelizadoras, apoiamos, no mérito, a proposição submetida a exame. Nela não vislumbramos, ademais, óbice relativo à sua constitucionalidade ou juridicidade. Quanto à técnica legislativa, cabem alguns reparos, que faremos mediante apresentação de emenda.

Voto.

Pelas razões expostas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.752, de 2019, na forma da seguinte emenda:

EMENDA Nº – CE (SUBSTITUTIVO)

Denomina "Túnel da Mata Fria Salatiel Pereira do Valle" o túnel da Rodovia Fernão Dias (BR-381) localizado na divisa dos Municípios de Mairiporã e de São Paulo.
O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Fica denominado "Túnel da Mata Fria Salatiel Pereira do Valle" o túnel da Rodovia Fernão Dias (BR-381) localizado na divisa dos Municípios de Mairiporã e de São Paulo.
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Wellington Fagundes.

Abro a discussão da matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Vou submeter à votação conjunta o item 2 e o item 3 da pauta.

A relatoria do item 2 é do Senador Carlos Portinho, e a do item 3 é do Senador Wellington Fagundes.

É votação nominal.

Solicito à Secretaria da Comissão que abra a votação.

Em votação o substitutivo nos termos do relatório oferecido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem votar a favor vota "sim", e, evidentemente, quem é contrário vota "não".

Está aberto o painel para a votação dos senhores membros da Comissão.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Concedo a palavra à nobre Senadora Leila Barros, que a solicita para esclarecimentos.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, obrigada.

Eu cumprimento mais uma vez os Senadores que estão presentes na Comissão.

Quero falar a respeito do item 10, do Projeto de Lei do Senado 89, de 2011, que altera a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências, para prorrogar a validade da norma, que é a Lei de Incentivo ao Esporte.

O relatório já está pronto desde o final de 2019. E eu quero agradecer ao senhor por pautar o projeto na sessão de hoje, mas a assessoria do Governo entrou em contato comigo – a própria Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania. Como, à época, a gestão era diferente, entendemos aqui, junto com a minha assessoria, essa necessidade novamente de sentarmos para dialogarmos sobre algumas possíveis modificações. Eu já conversei com o senhor e estou retirando-o de pauta, já sinalizando à comunidade esportiva, a todos que têm a expectativa com relação a esse projeto que nós temos a garantia do senhor, como Presidente desta Comissão, de que ele será pautado na próxima sessão, já mandando, de certa forma, um recado ao Governo Federal de que estaremos esperando o contato deles para que possamos sentar, durante esta semana, para abrir o diálogo e ver quais possíveis sugestões e modificações que poderemos acatar no nosso relatório.

Agradeço ao senhor por abrir essa brechinha para que eu possa justificar essa retirada de pauta. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senadora Leila. Feito o compromisso aí para a gente pautar na próxima sessão, e V. Exa. poder apresentar o seu relatório nessa matéria tão importante.

Continua em votação em globo as matérias dos itens 2 e 3. (*Pausa.*)

O Senador Wellington Fagundes com a palavra, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, eu gostaria, mais uma vez, de declarar o meu voto "sim", já que nós estamos tendo problema aqui no voto eletrônico. Então, o meu voto é "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador. Será computado o voto de V. Exa. (*Pausa.*)

Declaro encerrada a votação.

Peço à Secretaria da Mesa que abra o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Foram 13 votos SIM, nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

Os projetos estão aprovados.

Nos termos do art. 14 do Ato da Comissão Diretora n° 8, de 2021, fica dispensada a submissão da matéria a turno suplementar.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE N° 4, DE 2022

- Não terminativo -

Requer o convite do Senhor Mário Luís Frias, Secretário Especial de Cultura, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre gastos exorbitantes em suas viagens e de sua equipe.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

Passo a palavra ao nobre Senador, para a defesa do seu requerimento.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Presidente.

Vou ler o requerimento e depois comento.

É o Requerimento n° 4 a esta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 58, §2°, inciso V, da Constituição Federal, que seja convidado o Sr. Mário Luís Frias, Secretário Especial de Cultura, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre gastos exorbitantes em suas viagens, dentre elas, a realizada em dezembro de 2021 para Nova York, Estados Unidos, bem como a viagem de seu Subsecretário de Fomento e Incentivo à Cultura, André Porciuncula, a Los Angeles, em janeiro de 2022.

Na justificação, tem-se que o Sr. Mário Luís Frias realizou uma viagem entre os dias 14 e 19 de dezembro de 2021 a Nova York, pelo período de cinco dias, que custou R$39 mil aos cofres públicos. O Sr. Mário Luís Frias também voou em classe executiva, cujas passagens aéreas possuíam o valor de R$26 mil. O Secretário de Cultura recebeu ainda R$12,8 mil em diárias. O Sr. Secretário Mário Luís Frias foi para o país acompanhado de seu Secretário Adjunto Hélio Ferraz de Oliveira, que gastou outros R$39 mil. Ao todo, a viagem de ambos importou cerca de R$78 mil à administração pública, o que pode ser visualizado no Portal da Transparência e foi amplamente noticiado e comentado pela imprensa brasileira.

Nesse sentido, ato contínuo, o Subsecretário de Fomento e Incentivo à Cultura, André Porciuncula, gastou cerca de R$20 mil em uma viagem de cinco dias a Los Angeles, em janeiro de 2022. Dentro dessa perspectiva, também gastou US$1.932, ou seja, R$9.928, naquele câmbio, em passagens aéreas, bem como as despesas com um hotel, que somaram US$1.840, ou seja, R$9.453. O total dessa viagem a Los Angeles pode ser triplicado considerando que ele embarcou na missão com o Coordenador-Geral de Relações Multilaterais do Ministério do Turismo, Gustavo Sousa Torres, e o Secretário do Audiovisual, Felipe Pedri.

Em decorrência desses fatos, recebemos com surpresa e preocupação as recentes notícias acerca das viagens do Secretário de Cultura e de seu Subsecretário de Fomento e Incentivo à Cultura. Dessa forma, há de se considerar e avaliar o impacto patrimonial à administração pública.

Desse modo, busca-se apurar informações referentes ao excesso de gastos nas viagens, analisando requisitos indispensáveis à consignação aos princípios da administração pública e à vedação ao prejuízo ao Erário, tais como proporcionalidade, necessidade e adequação dos atos dos agentes públicos da administração direta.

Por esses motivos, solicita-se o convite ao Sr. Mário Luís Frias, Secretário Especial de Cultura, a comparecer perante a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e apresentar as informações que fundamentaram o custo excessivo das respectivas viagens supracitadas, de modo a justificar os recentes atos do Poder Executivo à sociedade brasileira.

Sr. Presidente, nós temos só a lamentar o uso que se faz das estruturas de cuidado da cultura por este Governo. Primeiro, logo no início, foi apresentada a extinção do ministério... (*Falha no áudio.*)

Diante do clamor elevado da sociedade brasileira, foi recriada a Secretaria de Cultura no âmbito do Ministério do Turismo – talvez seja por isto que as viagens se justifiquem: o Ministério do Turismo –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas basicamente o que se tem é uma atitude de tornar irrelevante, notoriamente irrelevante, expressamente irrelevante, humilhante, depreciativo o papel da atual Secretaria de Cultura ou mesmo do ministério anterior, enfim, o papel que o Estado brasileiro tem junto à cultura.

Apenas para lembrar o histórico recente, o primeiro ocupante dessa cadeira foi o tal Roberto Alvim, aquele *cosplay* de Goebbels, que fez uma solenidade nazista pela televisão em que falava da luta contra o mal: "As virtudes da fé, da lealdade, do autossacrifício [...] serão alçadas ao território sagrado da obra de arte" – aspas. Depois, tivemos um período de interinidade obscura na ocupação dessa secretaria. Finalmente, é alçada a atriz Regina Duarte, com aquele famoso, célebre discurso do pum do palhaço. O ministério rebaixado até hoje não apresentou uma política para o setor.

Estamos em vias de terminar este Governo, não temos uma política para o setor definida, não temos diretrizes em relação a qualquer política setorial, não há diálogo com os principais atores no sentido amplo desse segmento. Ao contrário, qualquer depoimento desses três ou quatro ocupantes sempre foi no sentido de depreciar, de acusar artistas, produtores, patrocinadores, mencionar a Lei Rouanet como a lei de mamatas, de falcatruas, o que não é absolutamente, e de dizer que acabou a mamata. No entanto, não se prestam contas das atuais gestões, das viagens.

Então, esse é apenas um pequeno fio da meada que se puxa. Pode parecer a alguns até que é pegar no pé do Governo, que é uma atitude meramente de oposição, uma atitude política, mas não é. Este é um ministério, protoministério, que incomoda pela ausência de prestação de contas geral à sociedade. E esse é um fio da meada que pode trazer ao Secretário a oportunidade de fazer a sua prestação de contas, não só destas despesas de viagem, como das suas ações à frente do ministério.

Por fim, quero lembrar que o mesmo Secretário – e isso não está no requerimento, mas é bom salientar, porque depois até foi cancelado esse pedido – chegou a entrar com uma ação judicial pedindo indenização às companhias aéreas nesta viagem, na ordem de mais R$33 mil, por terem atrasado a entrega da bagagem, ou seja, o Secretário pretendia receber indenização por atraso de entrega de bagagem, numa viagem paga pelo recurso público federal. E, para completar, a (*Falha no áudio.*) ... que deu motivo a esta viagem longa e cara foi encontrar-se com um certo Renzo Gracie, que curiosamente é conhecido por ter recentemente pronunciado, publicamente, lemas nazistas e que é objeto de uma biografia a ser escrita coincidentemente pelo mesmo Roberto Alvim, *cosplay* de Goebbels.

Portanto, há muitas conexões nebulosas nessa viagem, em toda esta condução (*Falha no áudio.*) ... a responder ao Ministério do Turismo. Portanto, esta viagem é muito mais do que apenas... (*Falha no áudio.*) ... e já seria justo pedir este convite, mas é muito (*Falha no áudio.*)

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Jean Paul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submeto o requerimento do nobre Senador Jean Paul à discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão e submeto à votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

O Senador Izalci Lucas pede a palavra.

Com a palavra o nobre Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, é só para colocar para que eu possa relatar o Projeto 2.493, da Senadora Leila Barros. É só para pedir a V. Exa. para que eu possa ler o relatório e o voto. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Vamos, então, ao item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 2493, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, para definir mecanismos que possibilitem a continuidade de estudos e a formação acadêmica de atletas de alto desempenho.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra ao nobre Senador Izalci Lucas, para a leitura do seu relatório.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu peço a V. Exa. para ir direto à análise do voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que tratem de normas gerais sobre educação. Assim, a análise do PL 2.493, de 2019, enquadra-se nas competências atribuídas a este Colegiado.

Ainda, por se tratar de decisão em caráter terminativo, insta mencionar que a proposição atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e foi redigida de acordo com a boa técnica legislativa.

Passando à análise do mérito, a LDB prevê como princípio com base no qual o ensino será ministrado a valorização da experiência extraescolar (art. 3°, inciso X). Estabelece também que os conteúdos curriculares da educação básica observarão a promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais (art. 27, inciso IV).

Contudo, na busca pelo sucesso profissional, na grande maioria das vezes, o atleta acaba sacrificando sua vida acadêmica. O tempo desses atletas estudantes é dividido entre a preparação profissional e a vida nos bancos escolares, sendo de suma importância a existência de políticas públicas que garantam o direito à educação a atletas profissionais, bem como apoiem esses jovens a seguir sua carreira profissional de atleta.

Nesse sentido, acreditamos ser bastante meritório o abono de falta aos alunos atletas de modalidades olímpicas em processo de seleção e selecionados para as equipes escolares, regionais, estaduais, municipais ou nacionais, nos dias necessários para participação e deslocamento para competições e processos seletivos, com a possibilidade de os estabelecimentos de ensino desenvolverem atividades complementares com vistas ao aprendizado dos conteúdos dessas aulas perdidas. Também acreditamos que segunda chamada ou processo alternativo de avaliação, caso (*Falha no áudio.*) ... processos avaliativos ocorram nos dias de afastamento, é uma alternativa que confere maior tranquilidade aos estudantes para investirem no mundo esportivo, já que eles não serão penalizados por sua ausência nesses casos.

Além disso, equiparar os atletas selecionados para as seleções nacionais e estaduais de modalidades olímpicas e também paralímpicas aos estudantes de escolas públicas, para fins de reserva de vagas em processos seletivos para ingresso em cursos de graduação a distância e cursos técnicos de ensino médio a distância é uma forma de apoiar o atleta para que ele possa construir novos projetos de vida quando a carreira, quase sempre muito curta, chegar ao fim. A medida, ainda, previu que as cotas sejam para cursos a distância, o que facilita para o atleta a continuidade dos estudos, adequando-os com as rotinas de treinos e viagens.

Por fim, considerar como de efetivo serviço o tempo de professores dedicado a deslocamento e acompanhamento de equipes esportivas para competições é uma forma de possibilitar que os estudantes atletas sejam acompanhados por esses profissionais habilitados e responsáveis pelos treinos das equipes, sem prejuízos trabalhistas e previdenciários para esses profissionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por todos esses motivos, nós somos favoráveis ao projeto de lei em análise.

O meu voto, Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei 2.493, de 2019.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nobre Senador Izalci Lucas, agradecendo pelo relatório de V. Exa., submeto a matéria à discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão e o submeto à votação.

O projeto é terminativo e a votação é nominal.

Peço à Secretaria da Mesa que abra o painel para votação nominal dos nobres Sras. e Srs. Senadores.

Vamos, então, iniciar a votação nominal.

O painel está aberto.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – O Senador Jean Paul com a palavra.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Então, Presidente, da mesma forma que o Senador Izalci, para solicitar também a reinclusão nesse caso, porque parece que foi chamado e a Senadora Zenaide não estava presente, mas me pediu que lesse o item 6. Aliás, perdão, o item 8, que é um parecer sobre o Projeto de Lei 3.465, de 2019, do Senador Flávio Arns. Se puder, também faria *ad hoc* e faríamos a votação em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Jean Paul, vamos ver aqui a votação para ver se ainda há quórum na Comissão. Em havendo, a gente então submete o parecer da nobre Senadora Zenaide Maia, com V. Exa. como Relator *ad hoc.* (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao nobre Senador Rodrigo Cunha, que a solicita.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AL. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Presidente Senador Marcelo Castro e todos os colegas Senadores.

Presidente, eu gostaria de solicitar, assim que possível, a leitura o item 15, que é um requerimento de minha autoria. Assim que possível, gostaria que fosse colocado na sequência. Estou acompanhando aqui a sessão atentamente. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Vamos esperar a conclusão da votação para a gente poder continuar com a pauta.

Já temos doze votos, faltam só dois para atingir o quórum.

Está faltando votar a Senadora Rose de Freitas, o Senador Dário Berger, a Senadora Zenaide Maia, o Senador Paulo Paim, o Senador Veneziano, o Senador Nelsinho Trad, o Senador Paulo Rocha, Styvenson Valentim, Roberto Rocha, Plínio Valério, Jorginho Mello, Romário, Wellington Fagundes, Contarato, Randolfe e Alessandro Vieira.

O Senador Wellington Fagundes com a palavra.

Parece que V. Exa. não está conseguindo votar.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Isso mesmo, Sr. Presidente. Eu gostaria, então, de declarar o meu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Peço à Secretaria que compute o voto do nobre Senador Wellington Fagundes: voto favorável. (*Pausa.*)

Conseguimos atingir o quórum.

Declaro encerrada a votação e peço à Secretaria que abra o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Houve 13 votos favoráveis, nenhuma abstenção, nenhum NÃO.

O projeto foi aprovado.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Vamos ao item 8 da pauta.

Relatoria da Senadora Zenaide Maia, com o Senador Jean Paul *ad hoc*.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 3465, DE 2019

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a redação dos arts. 32 e 35-A da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para inserir novos conteúdos obrigatórios nos currículos dos ensinos fundamental e médio.

Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR)

Relatoria: Senadora Zenaide Maia.

Relatório: Pela aprovação.

Relatoria *ad hoc* do Senador Jean Paul Prates.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jean Paul para a leitura do seu relatório.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Presidente.

Passo diretamente à análise, já que a ementa foi lida.

Quero apenas dizer que, na justificação, o autor argumenta que esse projeto de lei, inspirado no trabalho "Novas Medidas contra a Corrupção", visa justamente fomentar a valorização do comportamento ético e de atitudes de responsabilidade cívica e de não tolerância à corrupção.

O Senador Flávio Arns está aqui presente. Eu o cumprimento e saúdo pela autoria.

O PLS 3.465, de 2019, envolve matéria de natureza educacional e está, portanto, sujeito ao exame desta Comissão de Educação, conforme disposto no art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal.

Não há reparos a fazer quanto à constitucionalidade e à juridicidade da proposição.

Em relação ao mérito, o PL também é adequado e oportuno, na medida em que traz para o espaço escolar discussões fundamentais para a formação dos novos cidadãos, relacionadas à formação ética e à conscientização acerca dos males decorrentes da corrupção.

É importante que, desde bem cedo, os estudantes entrem em contato com a ideia da *res publica*, da coisa pública, conceito segundo o qual é trabalho coletivo não somente prover recursos para o funcionamento da máquina pública, mas também fiscalizar a boa aplicação desses recursos.

O acesso a conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades e atitudes éticas pode contribuir também para propiciar às novas gerações as ferramentas para identificar quais aspectos, existentes na sociedade como um todo, são indícios de uma cultura a ser superada, não somente no âmbito político, mas também no das pequenas ações do cotidiano, que "normalizam" aspectos deletérios no tecido social e que se refletem em situações indesejáveis nas diversas instâncias de convívio e de interação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em outras palavras, abordar tais temas nas escolas, por meio de práticas e material didático adequado a cada faixa etária, pode oferecer instrumentos importantes para que crianças e adolescentes desenvolvam comportamentos adequados e saibam identificar desvios, riscos e eventuais prejuízos, além de se habilitarem a enfrentar e superar tais situações, durante toda sua vida.

O voto é pela aprovação do Projeto nº 3.465, em função do exposto.

Projeto 3.465, de 2019, de autoria do Senador Flávio Arns. Voto pela aprovação.

É a leitura do relatório que faço *ad hoc,* em nome da Senadora Zenaide Maia.

Obrigado, Presidente.

Parabéns, Senador Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecemos a V. Exa., nobre Senador Jean Paul.

Submeto a matéria à discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão e a submeto à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores...

Não. Esse projeto é terminativo, e nós vamos então submetê-lo a votação nominal.

Peço, então, à Secretaria da Comissão que abra o painel para votação nominal das Sras. e dos Srs. Senadores.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador Flávio Arns com a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, eu quero ainda agradecer a relatoria *ad hoc* do Senador Jean Paulo Prates, relatoria original da Senadora Zenaide Maia.

É um projeto importante porque nós temos que trabalhar nas mudanças de comportamento com as crianças, adolescentes, jovens; principalmente com as crianças. A gente tem tido tanto sucesso em iniciativas como, por exemplo, a do combate ao fumo. As crianças chegam a casa e falam que se deve fumar, porque faz mal para a saúde, que causa câncer, causa doenças. A gente observa isso nas crianças, discutindo esse novo conceito de saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao mesmo tempo, há outras situações. Aqui no Paraná, nós temos, em todos os colégios estaduais e agora indo para os municipais, a constituição de brigada escolar, defesa civil nas escolas. Então, as crianças também estão se habituando a ver rotas de evacuação, de saída, onde está o extintor, como as coisas devem ser feitas; sair de um local em fila, de uma escola; a constituição de uma brigada escolar na escola. Até o Corpo de Bombeiros falou que esse é o projeto mais importante da história do Corpo de Bombeiros, porque muda o comportamento da criança. Há um milhão de alunos aqui no estado. Essas crianças vão comentar com o pai, com a mãe; chegam a um *shopping*... Então, é criar uma mentalidade nova.

E, na questão ética, de corrupção, de aplicação de recursos, esses são ensinamentos que têm que vir de lá. Os conteúdos, esse debate, essa discussão, a preparação de materiais adequados, o que é objeto desse projeto de lei que está sendo debatido, também vêm desde a infância, não é? Passam pela adolescência, pela idade adulta... E, como está no relatório lido pelo Senador Jean Paul, são conhecimentos, pelo menos alertas que vão acompanhar o cidadão no decorrer da vida. Muitas escolas já trabalham no sentido de valores: valor da solidariedade, do perdão, da retidão, da honestidade, da participação. Então, tudo isso é importante.

E nós assumimos inclusive compromissos, no decorrer da campanha, principalmente com as medidas, para que a gente tenha um Brasil mais honesto, mais justo, com menos corrupção, não só na área política, como o relatório coloca, até nas ideias do dia a dia. Como é bonito a gente ver uma pessoa que achou dinheiro na rua e vai devolver! Procura a pessoa, o proprietário, devolve o dinheiro; o troco, se está adequado ou errado; tantas coisas para a vida.

Então, nesse sentido, pelo menos neste momento da história... Mas é um valor permanente, que deve constituir um conteúdo da educação escolar, para que o futuro possa ser melhor, junto com esses valores inseridos nessa idade, quando têm uma repercussão muito maior.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Flávio Arns.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, eu gostaria também de declarar o meu voto "sim", que V. Exa. pudesse computar...

E, aí já ouvindo o Senador Flávio Arns, eu gostaria de mais uma vez aqui também registrar o trabalho que foi liderado principalmente pelo Senador Flávio Arns e outros tantos Senadores em relação ao Fundeb. Nesse momento em que nós estamos fazendo uma retomada das nossas crianças para a escola

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com segurança, eu faço sempre questão de colocar o trabalho que foi feito para aprovar o novo Fundeb, no qual teremos um incremento, nestes próximos anos, passando de 10% para 12%, depois para 15%, 17%, chegando a até 23% – é isso mesmo, não é, Senador Flávio? Vamos praticamente dobrar o Fundeb, ou seja, os recursos para o ensino básico no Brasil. Isso será um avanço muito grande. Claro, há a preocupação também de capacitar os nossos professores, e, claro, quanto ao salário também, valorizando os nossos professores no Brasil inteiro.

O ensino básico é fundamental. Tanto o é que se chama fundamental. É fundamental para preparar as nossas futuras gerações também.

E eu ainda quero fazer um registro, Sr. Presidente, neste tempo que temos, sobre a renegociação do Fies. Quero dizer que eu apresentei o Projeto de Lei 4.043, de 2021, exatamente alterando o financiamento do ensino superior. O objetivo era exatamente isentar de juros e multa os contratos junto ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), mas depois o Presidente editou a medida provisória, que nós já aprovamos, com desconto de até 92% daqueles que estão em mora. Então, mais de 1,3 milhão estudantes brasileiros serão beneficiados com essa nova renegociação do Fies.

Da mesma forma, eu tenho trabalhado junto ao Governo para também prestigiar aqueles que não estavam em mora, ou seja, para aqueles que pagaram em dia também terem algum incentivo. Tanto é que o Presidente já anunciou também a criação de uma linha de crédito, através da Caixa Econômica Federal e também do Banco do Brasil, para todos os estudantes brasileiros concluírem o seu curso. E aí eu quero e estou trabalhando nesse sentido para dar prioridade a todos aqueles que pagaram em dia o seu financiamento, para que eles tenham prioridade nesses financiamentos para montar o seu negócio, ou seja, o jovem, o trabalhador que conseguiu concluir uma universidade e quer montar o seu próprio negócio em qualquer área de profissão, para ele ter um financiamento – na mesma linha do Pronampe. Pela primeira vez no Brasil nós tivemos um crédito ao micro e pequeno sem juros – não, sem juros, não –, sem aval. Então, isto é muito importante: acreditar no nosso trabalhador. Então, foi pela primeira vez. Por isso, o Pronampe teve um papel relevante, liberou recursos relevantes, o que fez com que não parasse a economia brasileira. Eu quero lembrar inclusive aqui também que fui coautor, juntamente com o Senador Jorginho Mello, do meu partido.

Então, era isso que eu gostaria de registrar, Sr. Presidente. E, mais uma vez, com certeza teremos na próxima semana, a presença, na quinta-feira, do Ministro Milton Ribeiro para o esclarecimento de toda essa situação, porque nós que defendemos a educação queremos que o ministério tenha celeridade na aplicação dos recursos do orçamento que aprovamos e que, claro, a gente tenha, o mais rápido possível, a retomada de todas as nossas crianças nas escolas e o incentivo ao ensino profissionalizante, bem como também à universidade, ou seja, fazer com que a educação, a ciência e a tecnologia andem juntas para a gente possa valorizar ainda mais aqueles que querem oportunidade no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Wellington Fagundes.

Concedo a palavra ao nobre Senador Izalci Lucas, que a solicita. (*Falha no áudio.*) (*Pausa.*)

Com a palavra o nobre Senador Izalci Lucas. (*Pausa.*)

Pois não, Senador Izalci. V. Exa. está com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu só quero, primeiro, mais uma vez parabenizar a autoria do nosso querido Senador Arns. Eu estava realmente preocupado, porque essa matéria é fundamental como conteúdo. Acho que as escolas... Na nossa época, havia lá Moral e Cívica, porque, de fato, há muito tempo a gente precisa colocar os conteúdos das matérias tradicionais... Essa questão da cidadania, como foi dito aí pelo Senador Arns. E, como complemento, como conteúdo disciplinar, você pode colocar em qualquer disciplina. Está perfeito, porque não está criando uma nova disciplina, porque isso cabe ao Conselho Nacional de Educação, mas, como conteúdo transversal, eu acho fundamental. Nós temos que incentivar que todas as escolas trabalhem essa questão da Constituição, não só dos direitos, mas também das obrigações...

A questão da economia, a questão da poupança no Brasil... As pessoas não têm isso, as pessoas gastam mais do que ganham, sempre têm uma dívida muito grande e não têm nenhuma noção do que é empreender, do que é empresa. Então esses conteúdos são fundamentais para melhorar a qualidade da educação.

Então, eu quero só ressaltar a importância, parabenizar os autores, o relator, e já orientar o PSDB para votar favorável à matéria, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Izalci.

Continua aberto o painel para a votação. Já temos 13 votos. Só falta um.

Senador Izalci, por favor. V. Exa. não votou ainda. Registre o seu voto.

Senador Izalci... (*Pausa.*)

Senador Paulo Rocha, com a palavra.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu não estou conseguindo votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O nosso encaminhamento é "sim".

Queria que V. Exa. registrasse o meu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador.

Autorizo à Mesa que compute o voto do nobre Senador Paulo Rocha, favorável à matéria. (*Pausa.*)

Tendo atingido o quórum, eu declaro encerrada a votação e peço à Secretaria que abra o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Tivemos 13 votos SIM. Um voto NÃO.

Nenhuma abstenção.

A matéria foi aprovada.

O projeto foi aprovado e a matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Há um requerimento, o item 15 da pauta.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 5, DE 2022

- Não terminativo -

Requer a inclusão das seguintes convidadas na Audiência proposta pelo REQ 2/2022, para instruir o PLC 158/2017: Doutora Paula Fabiani, CEO do IDIS - Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social e Doutora Priscila Pasqualin, Sócia do PLKC Advogados

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)

O Senador Rodrigo Cunha é o autor.

Passo, então, a palavra ao autor do requerimento para defesa do seu requerimento.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AL. Para encaminhar. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, agradeço a leitura do requerimento, requerimento necessário. Na reunião anterior, estava na pauta o PLC 158, de 2017, tentamos colocar em votação e a nossa colega, Senadora Zenaide, solicitou uma audiência pública. É um projeto importantíssimo para incentivar os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundos patrimoniais. E para colaborar com essa discussão, solicitamos a inclusão de duas convidadas extremamente qualificadas, que irão contribuir com o debate: a Dra. Paula Fabiani e a Dra. Priscila Pasqualin.

Então, solicito aos colegas também a aprovação para que a gente possa contribuir com o desenvolvimento da audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Rodrigo Cunha.

Em discussão o requerimento do autor. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão e o submeto-o à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O requerimento foi aprovado.

E nada mais havendo na pauta, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas 18 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 33 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE ABRIL DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia cinco de abril de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Marcelo Castro e Randolfe Rodrigues, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Confúcio Moura, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Flávio Arns, Roberto Rocha, Lasier Martins, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Paulo Paim, Paulo Rocha, Leila Barros, Alessandro Vieira e Soraya Thronicke, e ainda dos Senadores não membros Angelo Coronel, Eliane Nogueira e Flávio Bolsonaro. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Carlos Viana, Dário Berger, Mailza Gomes, Kátia Abreu, Styvenson Valentim, Carlos Portinho, Alvaro Dias, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves, Fernando Collor, Cid Gomes e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 11/2022 - CE, de autoria Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), e REQ 18/2022 - CE, de autoria Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Finalidade:** Oitiva a título de depoimento para prestação de esclarecimentos sobre o aparente beneficiamento indevido na destinação de verbas públicas afetas ao Ministério da Educação. **Participantes:** Kelton Pinheiro, Prefeito de Bonfinópolis (GO); José Manoel de Souza, Prefeito de Boa Esperança Do Sul (SP); Gilberto Braga, Prefeito de Luís Domingues (MA); Helder Aragão, Prefeito de Anajatuba (MA); e Calvet Filho, Prefeito de Rosário (MA). **Resultado:** Audiência realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/04/05

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a oitiva, a título de depoimento, para prestação de esclarecimentos sobre o aparente beneficiamento indevido na destinação de verbas públicas afetas ao Ministério da Educação, em atendimento aos Requerimentos nºs 11 e 18, de 2022, da Comissão de Educação, ambos de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 611122.

A Presidência concederá a palavra aos convidados pelo prazo de aproximadamente 10 minutos. Já esclareço aqui que, para com aquele que tiver necessidade de se estender mais um pouco para podermos atingir o objetivo de elucidar os fatos, esta Presidência será tolerante. Após a exposição, a palavra será concedida às Sras. e aos Srs. Senadores na ordem de inscrição.

Participam desta reunião, por meio de videoconferência, os seguintes convidados: Sr. Gilberto Braga, Prefeito de Luís Domingues, no Maranhão; Kelton Pinheiro, Prefeito de Bonfinópolis, no Goiás; José Manoel de Souza, Prefeito de Boa Esperança do Sul, São Paulo; Calvet Filho, Prefeito de Rosário, Maranhão; Hélder Aragão, Prefeito de Anajatuba, Maranhão.

Esta Comissão, tendo em conta as graves denúncias de tráfico de influência relatadas pelo Ministro Milton Ribeiro, na sua fala, dizendo que os recursos do MEC, em primeiro lugar, iriam para os municípios mais necessitados e, em segundo lugar, iriam para todos os amigos do Pastor Gilmar, com um áudio gravado, que foi divulgado pela *Folha de S.Paulo*, é que desencadeou todo esse problema, e chegamos a esta audiência pública aqui de hoje, para a prestação de esclarecimentos sobre o aparente beneficiamento indevido na destinação de verbas públicas pelo Ministério da Educação, porque alguns Prefeitos relataram que foram achacados pelo Pastor Arilton, contando histórias tipo "se você me der o ofício, eu protocolo, mas você bota 15 mil na minha conta; e, quando o recurso for empenhado, você me dá 1kg de ouro". Quer dizer, coisas completamente inusitadas e distorcidas, que jamais poderia haver, dentre inúmeros outros casos que, evidentemente, já foram relatados aqui e não precisam ser relembrados.

Esta audiência foi requerida pelo Senador Randolfe, nos Requerimentos nºs 11 e 18, e nós estamos aqui para fazer a oitiva desses Prefeitos que se dispuseram já – aproveito aqui a oportunidade para agradecer-lhes –, na sua disposição de colaborar com a elucidação desses fatos tão graves para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

administração pública brasileira e, em especial, para a área da educação, uma área tão importante, e podemos dizer, sem estar fazendo demagogia, que o futuro do país e dos nossos jovens estão reservados graças à educação do país.

Sendo assim, eu passo a palavra ao autor do requerimento, o nobre Senador Randolfe, se ele quiser fazer alguma explanação, e logo em seguida já passo, então, para a oitiva dos convidados.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para discursar.) – Obrigado, Presidente.

Eu acredito que nós poderíamos iniciar logo a oitiva com os Srs. Prefeitos que atenderam ao convite desta Comissão em respeito ao Senado Federal e compareceram. Ao que me parece – V. Exa. me corrija se eu estiver errado –, nem todos os convidados aceitaram o convite e compareceram. Isso só reforça, Senador Marcelo Castro, a necessidade – é o que me parece – da instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, porque, diante de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, esse tipo de, abro aspas, "desrespeito", fecho aspas – e não há outro nome para dar; por isso que eu aspeei –, à Comissão de Educação do Senado Federal e ao próprio Senado Federal, ao próprio Parlamento, não ocorreria. É um desrespeito que ocorreu, na semana passada, por parte do ex-Ministro da Educação, desrespeito que ocorre, hoje, por parte dos Prefeitos que não aceitam o convite a comparecer a esta Comissão para prestar esclarecimentos.

E eu quero, de antemão, saudar, cumprimentar, parabenizar os Prefeitos que se dispuseram aqui a falar.

Acredito que esta audiência será importante para começarmos a trazer luzes, a esclarecer esse esquema monstruoso que foi montado no âmbito do Ministério da Educação.

Então, diante disso, Presidente, acho que nós poderíamos passar diretamente às exposições dos Srs. Prefeitos, ao passo que os cumprimento, sobretudo, pela relação de respeito com o Senado Federal, por estarem, por se disporem a falar a esta Comissão. Em seguida, na condição de autor dos requerimentos – parece-me que sou o primeiro inscrito –, eu faria as inquirições necessárias, as perguntas necessárias aos convidados a esta reunião.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Randolfe.

Vamos então ao primeiro Prefeito que vai ser ouvido, o Sr. Gilberto Braga. Concedo a ele a palavra por dez minutos, mas o Sr. Gilberto fica cônscio de que, se houver necessidade de expandir mais o tempo para que os fatos fiquem mais aclarados, nós seremos tolerantes com relação ao tempo. O principal aqui, o primordial é a gente trazer a verdade dos fatos para poder levar à opinião pública brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Sr. Gilberto Braga.

O SR. GILBERTO BRAGA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia; bom dia, Sr. Presidente; bom dia, Senadores!

Eu estou aqui me dispondo para esclarecer os fatos e, se for necessário, responder a alguma pergunta dos Exmos. Senadores. Eu estou aqui à disposição para esclarecer o que eu puder para ajudar esta Comissão, estou aqui à disposição. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pelo que eu estou entendendo, o Sr. Gilberto não quer fazer nenhuma explanação, vai aguardar então aos questionamentos. É isso, Sr. Gilberto?

O SR. GILBERTO BRAGA (*Por videoconferência*.) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

Então vamos ao próximo, que é o Prefeito Kelton Pinheiro, Prefeito de Bonfinópolis, Goiás.

Também lhe concedo a palavra pelo prazo de dez minutos para fazer a sua explanação, e, posteriormente, evidentemente, poderá receber algum questionamento.

O SR. KELTON PINHEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia; bom dia, Presidente; bom dia a todos os Senadores da República que aqui se fazem presentes, demais colegas Prefeitos!

A exemplo do Prefeito Gilberto, nós também nos colocamos aqui à disposição para quaisquer esclarecimentos. Fomos convidados pelo Senado para estarmos presentes nesta reunião – honra-nos muito o convite para estar presente – e me coloco à inteira disposição para aquilo que for necessário elucidar, porque o que eu poderia relatar já foi publicado aí em diversos veículos de comunicação por todo o país. Coloco-me à disposição para qualquer esclarecimento a mais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, eu acho que, diante disso, nós poderíamos começar com as perguntas aos Srs. Prefeitos, e eles vão respondendo, porque eu acho que, inclusive, a apresentação dos Srs. Prefeitos aponta para uma dinâmica, qual seja: eles estão à disposição, nós faremos as perguntas, eles respondem o que foi sabido, o que foi perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Tudo bem, mas vamos dar a oportunidade, porque pode ser que alguém queira se manifestar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Então, agradecendo ao Sr. Kelton, passo ao próximo, que é o Sr. José Manoel de Souza, Prefeito de Boa Esperança do Sul.

Quer usar do mesmo expediente dos demais ou quer fazer uma explanação, Sr. Manoel de Souza?

O SR. JOSÉ MANOEL DE SOUZA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos os presentes!

Cumprimento o Senador Presidente da Comissão e todos os presentes; cumprimento os demais colegas Prefeitos.

Sou José Manoel de Souza, Prefeito aqui do interior de São Paulo, da cidade de Boa Esperança do Sul, onde me coloco à disposição para falar a verdade e contribuir nesse processo de investigação para que a gente possa falar somente a verdade e estar à disposição de vocês aí.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

Agradecendo a participação de V. Exa., passo ao Sr. Calvet Filho, Prefeito de Rosário, Maranhão.

Faço a mesma pergunta: V. Exa. quer fazer uma explanação ou aguarda as perguntas? (*Pausa.*)

Não está *online*.

Vamos ao próximo, o Sr. Helder Aragão, Prefeito de Anajatuba, Maranhão.

V. Exa. quer fazer alguma explanação ou aguarda as perguntas?

O SR. HELDER ARAGÃO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos os presentes, a todos os Senadores, a todos os colegas Prefeitos.

Eu gostaria de aguardar as perguntas, porque esses fatos já foram amplamente divulgados pela imprensa. Eu estou à disposição aqui para elucidar aquilo que for necessário para o sucesso dessa investigação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nós agradecemos a disposição e a boa vontade de V. Exa.

Então, passamos agora... (*Pausa.*)

O Prefeito Calvet Filho.

V. Exa. prefere aguardar as perguntas ou quer fazer uma explanação no tempo que lhe é disponível?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CALVET FILHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Na realidade, eu aguardo as perguntas. Eu reitero o Prefeito Helder Aragão: como foi amplamente divulgado pela imprensa, eu aguardo para poder fazer a minha explanação também e responder aos nobres Senadores, dizendo que eu estou à disposição também.

Um grande abraço. Aguardo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, muito obrigado.

Vamos, então, aos questionamentos.

Senador Randolfe, que é o autor do requerimento, para fazer os questionamentos que julgar necessários.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Presidente, vou iniciar, então, pelo Sr. Calvet Filho. Eu vou fazer os questionamentos a todos, Sr. Presidente, e eu acredito que os Srs. Prefeitos devem estar registrando lá as perguntas que aqui faremos. E aí podemos, na sequência, ouvi-los. Então, vou iniciar com o Sr. Calvet Filho.

Prefeito Calvet, em 5 de janeiro, V. Exa. gravou um vídeo com o Ministro, e, ao que consta – o senhor me corrija se eu estiver errado –, esse vídeo foi direto do apartamento de S. Exa. o Ministro, na Asa Norte de Brasília. Parece-me atípica uma audiência de algum gestor no apartamento do Ministro, eu não tenho conhecimento. Geralmente, os ministros de Estado recebem os gestores, recebem os convidados em agenda oficial, que ocorre, via de regra, no âmbito do Ministério da Educação.

A primeira pergunta é esta: quais razões que levaram a essa audiência ser no apartamento do Sr. Ministro? O senhor tem algum grau de intimidade com o Ministro? E não há nenhum pecado nisso – quero aqui destacar –, não há nenhum pecado nisso. O senhor tem algum grau de intimidade? Ou alguém o levou para essa audiência no apartamento do Ministro? Se o senhor foi levado para essa audiência, quem o levou para essa audiência no apartamento?

E eu lhe pergunto ainda: como resultado desse encontro, houve liberação de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e com quantos e quais valores essas verbas foram liberadas?

Pergunto-lhe ainda: em algum momento, houve algum pedido, por algum interlocutor falando em nome do Governo, de contraprestação ou, para ser mais claro, de propina em troca da liberação de verbas?

Essas foram as perguntas ao Sr. Calvet.

Prefeito Gilberto Braga, Prefeito de Luís Domingues, no Maranhão, cumprimento-o e o saúdo, inclusive, pelo nome, que nos faz lembrar da poesia e da música brasileira – boa escolha. E, ao mesmo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tempo em que o cumprimento por tanto, o cumprimento pela sua coragem, porque, em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo* e a vários outros meios de comunicação, V. Sa. relatou que, logo após uma reunião com o ex-Ministro da Educação Milton Ribeiro, reunião ocorrida essa na sede do Ministério da Educação, o senhor foi convidado a participar de um almoço com os Srs. Gilmar Santos e Milton Ribeiro. Sobre esse almoço, V. Sa. contou que o Sr. Arilton Moura cobrou R$15 mil para protocolar uma demanda de liberação de recurso do FNDE ao Município de Luís Domingues. Ainda, segundo essa matéria do jornal *O Estado de S. Paulo*, V. Sa. narrou que "hora em que o dinheiro já estivesse empenhado, era para dar um tanto 'x' para mim. Como a minha região era área de mineração, ele pediu 1kg de ouro". Só lembrando que 1kg de ouro, Presidente, equivale a R$300 mil – isso daria algumas bolsas de mestrado e de doutorado que faltam nas universidades brasileiras.

Prefeito Gilberto, as perguntas que lhe faço. O senhor poderia descrever como ocorreram esses fatos? Segundo, houve algum fato que lhe chamou a atenção no evento ocorrido? Nesse evento ocorrido no MEC, com a presença do Ministro Milton Ribeiro, algum fato especial lhe chamou a atenção? Nesse evento ocorrido no Ministério da Educação, os Srs. Gilmar Santos e Milton Ribeiro sentaram à mesa de palestrantes do evento? Em caso afirmativo, foi esclarecido o porquê de ocuparem essa posição, sobretudo o Sr. Gilmar Santos? O ex-Ministro Milton Ribeiro participou do almoço após o evento no MEC? O senhor poderia relatar também se participaram ainda desse evento o Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o Sr. Marcelo Lopes da Ponte; o atual Ministro da Educação, o Sr. Victor Godoy Veiga; o Diretor de Ações Educacionais do FNDE, o Sr. Garigham Amarante Pinto? Quais outros Prefeitos V. Sa. se recorda de terem também participado desse almoço? Alguém testemunhou esse pedido de propina feita a V. Sa.? V. Sa. tem conhecimento de algum outro Prefeito que também tenha sido alvo dessa abordagem? Ficou claro ou subentendido que o ex-Ministro Milton Ribeiro, o Presidente do FNDE, Marcelo Lopes da Ponte, ou qualquer outro agente do MEC ou do FNDE teria participação no esquema de facilitação de liberação de verbas?

São essas as perguntas que aqui formulo, Sr. Presidente, ao Sr. Gilberto Braga.

Era importante confirmar se tanto o Prefeito Calvet Filho quanto o Prefeito Gilberto Braga registraram as perguntas que nós formulamos. Ficaram claras?

O SR. CALVET FILHO (*Por videoconferência*.) – Sim, Senador. Tranquilo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Eu não sei se a gente ouve logo os dois primeiros e, em seguida, após, eu dou sequência às perguntas aos demais...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Perfeito, Senador. Eu acho que é melhor assim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu acho que é didático, não é? Fica mais claro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – É, fica mais fácil de eles responderem e até de interagirem para algum esclarecimento posterior.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Nós podemos começar com o Prefeito Calvet e com o Prefeito Gilberto Braga.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

O SR. CALVET FILHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, Senadores. Bom dia, mais uma vez.

Louvado seja Deus por esta oportunidade! É uma honra poder falar com os nobres Senadores. Que Deus possa abençoar a vida de cada um! Parabéns pelo trabalho que tem feito o Senador Randolfe Rodrigues, que a gente conhece aí no cenário nacional.

Eu sou o Prefeito de Rosário, Calvet Filho.

Eu gostaria de deixar bem claro, respondendo à pergunta do Exmo. Senador, que, no ano passado, nós tivemos aqui, na cidade de Rosário, a visita do Ministro Milton Ribeiro, oportunidade na qual eu o conheci pessoalmente. Era uma visita que ele fez a um prédio que estava em construção, ao prédio do IFMA, o Instituto Federal, que estava em construção. Começaram as aulas ontem, inclusive, aqui na cidade de Rosário, no dia 4 de abril de 2022. E ele esteve para ver a obra, para ver o que estava faltando, momento esse em que eu o conheci pessoalmente e comecei a pleitear e a fazer algumas reivindicações sobre a nossa cidade.

Que tipo de reivindicações? Primeiro, de obras que estavam paradas, que iniciaram no Governo Lula, que perpassaram pelo Governo Dilma, ou seja, mais de uma década, de duas creches, aparelhos públicos que estão virando elefante branco e que nunca foram concluídas. Para minha surpresa... Eu tive a ingrata surpresa de que, em todo o Brasil, obras foram deixadas pelo Governo do PT em todo o Brasil, abandonadas. E eu pleiteei, dizendo para ele a necessidade de uma cidade que tem quase 50 mil habitantes, com um déficit muito grande educacional. Estou falando aqui do Nordeste, estou falando do Maranhão. Mesmo com todos os avanços que nós já tivemos no Governo do ex-Governador Flávio Dino, mesmo assim, nós somos ainda muito carentes, muito pobres. Eu lhe contei toda a situação política e educacional da nossa cidade e eu pleiteei com ele, pedindo ajuda para que nós terminássemos essas obras. Ele falou que ia ver com os técnicos do FNDE, para ver o que que estava faltando, para ver o que estava acontecendo para que essa obra realmente não fosse entregue, não terminasse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também pleiteei outras obras para a cidade de Rosário. Para se ter uma ideia, de 12 anos para cá que começaram, já era necessária a construção de escolas e creches. Nunca foram entregues as que estavam em andamento. Então, passou-se mais de uma década, e precisávamos de muito mais, precisamos de muito mais para a cidade de Rosário.

Com isso, eu conversei com ele, contei a história de Rosário, contei tudo o que estava acontecendo e fiquei de ir a Brasília para procurá-lo, para procurar a equipe dele, levando as demandas. Mandei a nossa equipe fazer projeto, para a gente vender o nosso projeto. Vender em qual sentido? Mostrar que nós realmente estávamos precisando desses recursos, desses aparelhos públicos, para chegar ao ponto final, que é a nossa população, que são as nossas crianças, os nossos adolescentes.

Só que, nesse ínterim, aconteceram muitos entraves políticos ou politiqueiros em nossa cidade, e eu não pude ir de imediato.

Respondendo a uma das perguntas, eu estive, sim, no dia 5 de janeiro, lembrando que é uma data em que praticamente todos os Deputados e Senadores estavam de férias, estavam nos seus lares. Mesmo assim, eu tenho uma equipe que trabalha conosco em Brasília, captando recursos – trabalham conosco na cidade de Rosário, mas também estão em Brasília. E nós conseguimos essa agenda para falar com o Ministro. Não foi uma agenda formal, não foi uma agenda em que ele nos receberia no ministério. Onde ele estivesse, ele iria nos receber, para nós conversarmos, para adiantarmos nossa conversa, para eu pleitear, para continuar pedindo para ele. Eu me humilhei, realmente, para o Ministro. Por quê? Porque Rosário precisa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor poderia informar quem é essa sua equipe?

O SR. CALVET FILHO (*Por videoconferência*.) – Oi?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Os membros de sua equipe que conseguiram essa audiência com o Ministro.

O SR. CALVET FILHO (*Por videoconferência*.) – Certo. Eles trabalham conosco aí em Brasília.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quem são?

O SR. CALVET FILHO (*Por videoconferência*.) – É uma consultoria, que trabalha conosco em Brasília. Eu posso encaminhar aos nobres Senadores.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Mas tem nome a consultoria? Não tem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CALVET FILHO (*Por videoconferência*.) – Tem, sim. A gente pode encaminhar tudo para o senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, qual é o nome?

O SR. CALVET FILHO (*Por videoconferência*.) – JG Consultoria, que é do Jorge, que é da... JG Consultoria.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. CALVET FILHO (*Por videoconferência*.) – Nobre Senador, continuando, nós conseguimos. Inclusive, quem preparou o café e serviu para mim e para minha esposa, pois estávamos com ele, foi o próprio Ministro. Conversamos, contei a situação de Rosário.

Não houve a interlocução de ninguém.

Em momento nenhum, ele me pediu propina, porque eu tratei direto com o Ministro. Já estava pleiteando desde o ano passado.

Realmente, graças a Deus, nós levamos os projetos já prontos, o que nós precisávamos, mesmo sabendo que o FNDE e o MEC disponibilizam. É tudo padrão, é padrão FNDE. Nós sabemos disso. E foram se encaixando de acordo com as necessidades do município.

No mais, eu quero deixar bem claro que estou à disposição.

Rosário é uma cidade... Inclusive, eu convido os nobres Senadores para virem conhecer a cidade de Rosário, aqui no Maranhão. É uma cidade a 60 km de São Luís, da capital. É uma cidade, realmente, que precisa ser assistida pelo poder público federal.

Eu gostaria de dizer que eu acredito muito na palavra de Deus, que tudo é propósito de Deus e que tudo o que nós estamos vivenciando aqui hoje, neste momento, é Deus realmente agindo em nosso favor, em favor do nosso povo, porque, verdadeiramente, todos conhecerão a necessidade real da cidade de Rosário.

No mais, Senador, eu estou à disposição, se quiser fazer alguma pergunta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Prefeito, só para aprofundar os dados sobre a sua cidade, qual é a população de Rosário?

O SR. CALVET FILHO (*Por videoconferência*.) – Nós estamos beirando os 50 mil habitantes. No último censo, eram 43 mil, há mais de dez anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Qual é a população em idade escolar, nas escolas públicas de Rosário?

O SR. CALVET FILHO (*Por videoconferência*.) – Nós temos, hoje, quase 10 mil alunos, nove mil e poucos alunos matriculados.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nove mil.

A sua relação, então, com o Ministro, apesar... Assim, a sua cidade é uma cidade nobre, como são os mais de 5 mil municípios brasileiros, mas a sua relação com o Ministro, então, direta, que o senhor estabeleceu com o Ministro, possibilitou esse grau de intimidade, para que o senhor pudesse frequentar a casa dele, jantar junto a casa dele e fazer o pedido das demandas do município.

Deixe-me lhe perguntar: o senhor foi atendido pelo Ministro?

O SR. CALVET FILHO (*Por videoconferência*.) – Senador, só abrindo um parêntese, eu não jantei com ele, só tomamos, pela tarde, um café...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ah, o senhor não jantou, mas o senhor não esteve no apartamento dele?

O SR. CALVET FILHO (*Por videoconferência*.) – Não, eu estive no apartamento dele, mas tomamos um café. Eu não jantei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ah, não foi janta, foi um café?

O SR. CALVET FILHO (*Por videoconferência*.) – Foi no período da tarde. Eu não jantei e não posso mensurar e dizer que eu tenho um grau de intimidade, mas eu fui muito mais técnico, mostrando a necessidade do município para ele, e, graças a Deus, nós fomos atendidos quanto às necessidades.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, perfeito, mas o senhor há de convir que receber em casa tem um grau de aproximação maior do que receber no gabinete, não é? Assim, não há nada de mal isso, acho que mostra até uma... O senhor esteve lá ou levado por alguém ou esteve lá porque tem um grau de proximidade com o Ministro. Certo? Qual das duas hipóteses foi?

O SR. CALVET FILHO (*Por videoconferência*.) – Hoje eu posso dizer que sim, porque é uma pessoa que sempre nos acolheu. Ele esteve aqui no Maranhão também, eu estive com ele este ano aqui no Maranhão, junto aos técnicos da FNDE, naquele projeto que eles têm, "Menos Brasília, mais Brasil", onde levei minha equipe da Secretaria de Educação, os técnicos também. Fomos muito bem atendidos no Hotel Luzeiros, em São Luís, do Maranhão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Os recursos foram liberados para o município?

O SR. CALVET FILHO (*Por videoconferência*.) – Sim, alguns, sim, e outros nós estamos pleiteando, em andamento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Qual monta de recursos?

O SR. CALVET FILHO (*Por videoconferência*.) – Nós estamos hoje lá empenhados, mais ou menos... No total, são três escolas e duas creches...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Três escolas e duas creches.

O SR. CALVET FILHO (*Por videoconferência*.) – Dá um volume, Senador, de mais ou menos uns R$8 milhões no total.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – São R$8 milhões?

O SR. CALVET FILHO (*Por videoconferência*.) – É basicamente isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Eu acho, Presidente, que, sem prejuízo de nós podermos eventualmente retornar ao Prefeito Calvet, nós poderíamos ouvir logo o Prefeito Gilberto Braga.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Prefeito Calvet.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Então, o Sr. Gilberto Braga para dar as respostas aos questionamentos.

O SR. GILBERTO BRAGA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Pois bem.

Mais uma vez, bom dia a todos.

Quero agradecer aqui o convite da Comissão de Educação para estar participando desta audiência, para contribuir com a investigação de vocês e com o meu país, de acordo com o que for necessário.

Eu cheguei a Brasília para uma reunião que ia ter no Ministério da Educação com as prefeituras, principalmente, dos municípios que estão com obras inacabadas. Como já falou o Prefeito Calvet, aqui no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Município de Luís Domingues também não é diferente de muitos municípios do Brasil que estão com bastantes obras inacabadas, principalmente a questão de creches, do Governo do PT.

Também no Ministério da Educação, fui muito bem recebido pela equipe do Ministério da Educação. O ex-Ministro Milton Ribeiro nos tratou muito bem, colocou-se bastante à disposição para ajudar os municípios. E, logo após essa palestra com o Senador, a gente foi visitar, no saguão do plenário, foi visitar a equipe técnica para ver se havia alguma possibilidade de a gente conseguir os recursos para terminar a nossa creche inacabada.

E, lá nesse momento, que já passava das 11h da manhã, o Pastor Arilton Moura convidou todos os Prefeitos que estavam lá, em voz alta, para um almoço lá na D. Zélia, no restaurante da D. Zélia, que o almoço ia ser por conta dele. Até então eu não conhecia o Ministro da Educação. O Pastor estava, sim, sentado à mesa, na hora da palestra, lá no Ministério da Educação, e, em seguida, nós fomos para esse almoço. E lá, nesse almoço, em que não estava o Ministro, o Ministro não se encontrava lá na hora do almoço, só estavam os dois pastores, o Pastor Arilton Moura e o Pastor Gilmar Santos. E nesse almoço tinha uma faixa de uns 20 a 30 Prefeitos. E a conversa lá era muito bem aberta. Ele virou para mim e disse: "Cadê as suas demandas?". Eu apresentei as minhas demandas para ele, e ele falou rapidamente: "Olha, para mim, você vai me arrumar os 15 mil, para eu protocolar as suas demandas, e depois que o recurso já estiver empenhado, como a sua região é região de mineração, você vai me trazer 1kg de ouro". E, como eu relatei na minha nota, eu não disse nem que sim, nem que não, afastei-me da mesa e fui almoçar.

Essas são as minhas palavras para contribuir, e estou aqui para atender qualquer pergunta se for necessário.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Prefeito Gilberto, primeiro cumprimento V. Exa. pela coragem do relato, pela coragem e disposição do relato. O que nós queremos, realmente, nesta Comissão, é isso, é buscar toda a verdade do ocorrido.

O senhor só confirma para nós quem fez o pedido do quilo de ouro. Foi o Sr. Arilton, certo?

O SR. GILBERTO BRAGA (*Por videoconferência*.) – Pastor Arilton Moura.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Isso ocorreu em que data, Prefeito?

O SR. GILBERTO BRAGA (*Por videoconferência*.) – Sete de abril de 2021.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sete de abril.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor podia, assim, só detalhar... O senhor apresentou a demanda. Ao abordá-lo, ao procurá-lo, ele disse em nome de quem estava falando, se era do Ministro, se era do Palácio do Planalto? Em nome de quem ele falava para fazer essa intermediação de recursos? Ele chegou a relatar isso para o senhor?

O SR. GILBERTO BRAGA (*Por videoconferência*.) – Não, ele não fez, ele não fez nenhum relato dessa natureza.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele só o abordou...

O SR. GILBERTO BRAGA (*Por videoconferência*.) – Isso. Estavam sentados na mesa todos os Prefeitos, como eu disse, uma faixa de uns 20 a 30 Prefeitos, e o papo lá era um papo comum, uma conversa comum.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. GILBERTO BRAGA (*Por videoconferência*.) – E ele conversando com outros Prefeitos também, que eu não conheço, nunca tinha visto aquelas pessoas na minha frente, e quando foi para mim ele disse: "Cadê as suas demandas?". Foi aí que eu apresentei as demandas para ele e ele colocou a proposta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Além do senhor, o senhor disse que na mesa e no restaurante tinha 15 Prefeitos, certo?

O SR. GILBERTO BRAGA (*Por videoconferência*.) – Isso. Nessa faixa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Além do senhor, o senhor percebeu ele abordando os demais Prefeitos?

O SR. GILBERTO BRAGA (*Por videoconferência*.) – Estavam numa conversa lá, o papo lá era aberto, a conversa era bastante aberta...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Bastante aberta, assim, em que termos? O senhor podia detalhar?

O SR. GILBERTO BRAGA (*Por videoconferência*.) – Como?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Bastante aberta, assim, em que termos? Era sobre verbas, sobre recursos, sobre dinheiro?

O SR. GILBERTO BRAGA (*Por videoconferência*.) – Ah, a conversa era normal, a conversa era normal, sem pedir segredos, sem pedir... Era uma conversa normal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Aberta?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GILBERTO BRAGA (*Por videoconferência*.) – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Então, ele não somente falou com o senhor, ele falou também com os demais que estavam na mesa, com os outros 14 Prefeitos.

O SR. GILBERTO BRAGA (*Por videoconferência*.) – Com os demais, isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele fez essa proposta, pediu... Foi 1 kg de ouro, Prefeito?

O SR. GILBERTO BRAGA (*Por videoconferência*.) – Foi 1 kg de ouro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele fez essa proposta, ele pediu 1 kg de ouro para o senhor, o senhor obviamente não disse nem que sim, nem que não, como o senhor relatou...

O SR. GILBERTO BRAGA (*Por videoconferência*. *Fora do microfone*.) – Hum-hum.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... ainda há pouco, relatou, acabou de relatar. Após isso, alguma de suas demandas vieram a ser atendidas pelo Ministério da Educação?

O SR. GILBERTO BRAGA (*Por videoconferência*.) – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nenhuma demanda foi atendida?

O SR. GILBERTO BRAGA (*Por videoconferência*.) – Até agora nenhuma.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nenhum centavo foi liberado?

O SR. GILBERTO BRAGA (*Por videoconferência*.) – Logo... Não. Logo porque eu também não aceitei dar os 15 mil que eram para protocolar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. GILBERTO BRAGA (*Por videoconferência*.) – Então...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, o senhor percebeu que havia uma vinculação. Se houvesse a liberação, se houvesse o quilo de ouro, haveria a liberação do recurso. Como não houve, o recurso não veio. Certo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GILBERTO BRAGA (*Por videoconferência*.) – Foi isso que eu imaginei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito. E não foi dinheiro nenhum para aí?

O SR. GILBERTO BRAGA (*Por videoconferência*.) – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Entendi perfeitamente. Me chama... Contrasta...

O senhor viu pedido de propina para os outros Prefeitos? O senhor chegou a ouvir para os outros?

O SR. GILBERTO BRAGA (*Por videoconferência*.) – É... Não. Porque na hora em que ele pediu os 15 mil, ele disse: "Olha, isso daqui é para eu protocolar. Todos aqui sabem que é 15 mil". Depois que a emenda estiver...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ah, perfeito! Então, ele disse isso, que isso era para protocolar. Todos os outros sabiam que, digamos assim, a taxa da propina era 15 mil.

O SR. GILBERTO BRAGA (*Por videoconferência*.) – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito. E no seu caso obviamente, como o senhor não disse nem que sim, nem que não, não respondeu, o seu município acabou não sendo, abro aspas, "beneficiado", fecho aspas.

O SR. GILBERTO BRAGA (*Por videoconferência*.) – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Prefeito, eu quero...

Presidente Marcelo, eu quero exultar o Prefeito Gilberto Braga. Inclusive, isso contrasta circunstâncias onde ocorreram liberações e o fato que ocorreu aí no município do Prefeito Gilberto Braga, o Município de Luís Domingues. Eu vi o Prefeito Gilberto... A beleza não está somente no nome dele, a beleza também está na sinceridade do que ele fala.

Prefeito Gilberto, eu só quero lhe dizer daqui que os moradores de Luís Domingues – e eu quero ter a possibilidade, quem sabe, de um dia conhecer – devem ter muito orgulho do senhor, devem ter muito orgulho da sua honestidade. Eu quero cumprimentá-lo pela coragem de vir falar aqui, pela coragem de vir falar. Quero colocar o Senado e esta Comissão de Educação à sua disposição. Quero me colocar inteiramente à sua disposição. Quero cumprimentá-lo pela coragem e, sobretudo, pela firmeza em não ter aceito a sedição.

Obrigado, Prefeito Gilberto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que eu posso prosseguir, Presidente, fazendo a pergunta para o próximo. (*Pausa.*)

Presidente, uma última pergunta ao Prefeito Gilberto, se o Prefeito Gilberto me permite.

Nesse dito almoço, só repetindo, a data do almoço foi 5 de abril, é isso?

O SR. GILBERTO BRAGA (*Por videoconferência*. *Fora do microfone*.) – Sete.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sete de abril. Nesse almoço... Aliás, essa turma do Governo, Presidente, adora um almoço num restaurante, não é? Pelo menos, dessa feita agora, eles melhoraram, não é? Foram para o Tia Zélia, que é um restaurante conhecido, de qualidade, e que não tem nada a ver com a sacanagem que lá estavam fazendo, não tem nada a ver. Conhecemos D. Zélia, não tem nada a ver com as sacanagens que estavam fazendo lá. Na CPI da Pandemia, a gente descobriu o Vasto, Presidente; agora, resolveram fazer o encontro na D. Zélia. Eu queria só destacar, separar a D. Zélia e a qualidade do restaurante de D. Zélia. Mas eles adoram fazer essas coisas em restaurantes.

Mas o que eu queria lhe perguntar, Prefeito, na última pergunta, é como se daria, eventualmente, esse pagamento da propina. Ele chegou a falar do quilo de ouro, mas, se fosse o pagamento em dinheiro, como seria? Qual seria? Como seria o pagamento em dinheiro? Seria dinheiro em espécie? A alternativa ao quilo de ouro, qual seria?

O SR. GILBERTO BRAGA (*Por videoconferência*.) – Ele chegou a dizer para mim: "Olha, como a sua região é uma região de mineração, depois que a emenda estiver empenhada, você traz 1kg de ouro para mim". Mas não disse como seria essa entrega do ouro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Com os outros o senhor chegou a falar... Porque é o seguinte, depois do almoço, 15 Prefeitos... Aliás, uma outra pergunta: os 15 Prefeitos eram todos do Maranhão ou eram Prefeitos de diferentes cidades do Brasil que estavam à mesa?

O SR. GILBERTO BRAGA (*Por videoconferência*.) – Como disse há pouco, eu nunca tinha visto aqueles Prefeitos na minha vida.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. GILBERTO BRAGA (*Por videoconferência*.) – Eu não sei. Se tinha alguém do Maranhão, eu não conhecia. E tinha também de outras regiões, de outros estados, que eu não conheço também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Mas o senhor não chegou... Porque, depois do almoço ou durante o almoço tem – abro aspas – "aquela resenha" – fecho aspas –, não é? Os Prefeitos ficam conversando e tal. Vocês chegaram a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conversar se a abordagem do Sr. Arilton ao senhor teria sido feita a eles também ou como teria ocorrido algum tipo de abordagem? Chegaram a ter alguma conversa nesse sentido?

O SR. GILBERTO BRAGA (*Por videoconferência*.) – Não, na hora que houve essa conversa da propina, eu me afastei, como eu disse, e, depois do almoço, eu peguei logo um táxi e saí do local.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Prefeito Gilberto, muitíssimo obrigado.

O SR. GILBERTO BRAGA (*Por videoconferência*.) – Eu que agradeço, Senador. Agradeço pelo elogio à minha pessoa, ao meu nome e também quero conhecê-lo, ter a oportunidade de conhecer o senhor pessoalmente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Será uma satisfação.

O SR. GILBERTO BRAGA (*Por videoconferência*.) – ... uma pessoa que eu admiro, e coloco aqui, em nome de todos os luís-dominguenses, que a gente adoraria receber esta Comissão e o próprio Senador aqui, no nosso humilde município. É um município pequeno, tem 7 mil habitantes, mas é um município muito pacato.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Será uma satisfação, Prefeito, será uma satisfação. O senhor fez bem, o quilo de ouro que era para dar para o "propineiro" aí pode ser revertido, com o esforço do município, aos cidadãos de Luís Domingues. Meus cumprimentos, Prefeito.

Presidente, acho que podemos prosseguir para o próximo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

Eu gostaria de saber se algum Senador ou Senadora *online* na sessão deseja fazer alguma pergunta, algum questionamento aos dois Prefeitos, o Sr. Calvet Filho e o Sr. Gilberto Braga.

Não havendo, eu gostaria, para esclarecimento, de perguntar ao Sr. Gilberto Braga – em primeiro lugar parabenizá-lo pela sua coragem, sua disposição em trazer esses fatos à opinião pública –, eu gostaria de saber, mais por curiosidade, se o Pastor, nesse encontro com 20, 30 Prefeitos, como V. Exa. está dizendo, se V. Exa. percebeu que ele se dirigia a outros Prefeitos dessa mesma maneira, se ele entrou direto na cara de pau, sem tomar chegada, como se diz, sem procurar um pretexto, já fazendo a proposta assim direto: é 15 mil para protocolar, 1kg de ouro para empenhar os recursos. Se V. Exa. matasse minha curiosidade eu ficaria agradecido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GILBERTO BRAGA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu não entendi a pergunta, Senador. Por favor, repita.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eu estou perguntando a V. Exa., se pudesse me esclarecer, se esse comportamento que o Pastor Arilton teve com V. Exa., se foi só com V. Exa. ou se V. Exa. percebeu que ele teve com outros Prefeitos também e se ele chegou direto, na cara de pau, já foi fazendo a proposta, sem um pretexto, sem um motivo para poder ir conversando e evoluindo, se já chegou fazendo a proposta de vez, na cara de pau, como a gente diz, sem nenhum constrangimento, só para ver o perfil psicológico desse tipo de pessoas que procedem dessa maneira.

O SR. GILBERTO BRAGA (*Por videoconferência*.) – Como eu falei agora há pouco, a conversa era aberta, não teve um chamamento particular, foi uma conversa que todos que estavam na mesa ouviram. Então, eu acredito que ele tenha feito várias propostas para outras pessoas. Eu fui logo o primeiro, ele fez logo a proposta para mim, e eu, em seguida, me afastei.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Gozado, não tem nem receio de ser gravado.

Eu queria voltar aqui ao Sr. Calvet Filho, do Município de Rosário, essa cidade tão importante do Maranhão.

Sr. Calvet, só para esclarecimento aqui, V. Exa. disse agora no seu depoimento, respondendo as perguntas do Senador Randolfe, que procurou o Ministro porque V. Exa. tinha várias obras no seu município, ainda do Governo Lula, que perpassaram o Governo Dilma, o Governo Michel Temer, obras inacabadas. E eu pergunto a V. Exa.: os recursos que V. Exa. pleiteou para concluir essas obras foram liberados ou foram empenhados outros recursos para começar outras obras, mesmo o município, segundo V. Exa., tendo várias obras inacabadas?

O SR. CALVET FILHO (*Por videoconferência*.) – Senador, na realidade, eu citei duas obras inacabadas, que são duas creches. Ressalto uma, no maior povoado da cidade de Rosário, que é o povoado de São Simão; e outra, num bairro periférico, também muito grande, com o nome Cidade Nova, que precisa demais dessas obras.

Em parte, esses recursos foram liberados, mas a culpa maior era por conta da burocracia do FNDE e também das empresas, que não estavam fazendo a obra a contento, como deveria ser feita.

Isso passou por três gestões – na realidade, por duas, porque uma foi reeleita – municipais, e eles não tiveram a *expertise* ou a preocupação de buscar melhorias para a nossa cidade.

Pensando nisso, já era um sonho antigo, inclusive, como oposição, antes de estar Prefeito, eu sempre brigava com os gestores municipais aqui para que eles realmente tivessem um olhar com o maior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

carinho, porque eu acredito muito que a educação é mola propulsora de transformação na vida das pessoas.

Eu tenho um exemplo de vida dentro da minha casa, a minha mãe, que se formou com mais de 40 ano; eu, que estou me formando agora, pela universidade federal, com 38 anos.

Eu acredito muito que a educação transforma vidas. Eu luto por isso, tanto é que nós dispensamos sempre ajuda, sempre que possível, da melhor maneira possível. Estamos reformando as escolas, com um padrão diferenciado.

Então, esses recursos, realmente, estavam presos por conta da burocracia. Eu quero, inclusive, parabenizar o Governo Bolsonaro, porque desburocratizou. Este projeto "menos Brasília, mais Brasil", realmente, é verdade, é real. Eu louvo a Deus pela vida do Presidente Bolsonaro, por estar fazendo isso pelo nosso país, acreditando na educação.

Eu estou, cada vez mais, otimista sobre o Brasil estar no rumo certo, e Rosário também.

Eu quero deixar bem claro aqui que eu nunca participei de almoço nenhum.

Não conheço o Pastor Gilmar Santos pessoalmente. Vou conhecê-lo em breve. Mas não o conheço pessoalmente. Nunca estive com ele. Conversei com o Pastor Gilmar Santos ao telefone para tratar de uma agenda evangélica, aqui na minha cidade. Todo mundo sabe, só para frisar, Senador, que ele é um pastor com renome no cenário nacional, pregador dos Gideões. Ele já esteve em municípios próximos do meu, aqui em Axixá, num projeto chamado Celebrai. Eu sempre tive a vontade de conhecê-lo, no campo eclesiástico.

Mas estou inteiramente à disposição.

Convido os Senadores também a conhecerem a cidade de Rosário, a conhecerem a cidade que vai fazer 402 anos de história amanhã. É a quarta cidade mais antiga do Maranhão, que precisa muito, friso, repito, da mão amiga do Governo Federal, dos Senadores, que, mesmo não sendo Senadores pelo Estado do Maranhão, possam realmente trabalhar no Brasil como um todo e nos ajudar também aqui. Rosário precisa.

Eu fico pensando, se talvez eu tivesse tido esse encontro com os pastores citados, se realmente fosse real essa questão – não estou dizendo que não é ou que seja – de pedir a propina, para Rosário, eles iriam pedir peixe, cerâmica, tijolo, telha, porque, aqui, nós somos muito sérios naquilo em que nós acreditamos. Nós somos compromissados, Senador.

Deixo bem claro que estou inteiramente à disposição de todos os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Tudo bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a V. Exa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, deixe-me perguntar para o Prefeito Calvet qual é o partido dele.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Um minutinho, só para eu concluir e poder entender.

V. Exa., então, Sr. Prefeito, solicitou o recurso para a conclusão das duas creches, que, como V. Exa. disse muito bem, são creches importantes, situadas em povoados.

E, pelo que V. Exa. respondeu agora, então, foram liberados os recursos para concluir essas duas creches.

Só quero confirmar isso daí.

O SR. CALVET FILHO (*Por videoconferência*.) – Isso, Senador, tudo certo.

Foram liberados os recursos, as empresas estão fazendo a obra e fazendo as medições e, de acordo com as medições, estão sendo liberados.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Então, as creches estão sendo concluídas. Não estão mais paralisadas?

O SR. CALVET FILHO (*Por videoconferência*.) – Graças a Deus, estão, sim, sendo concluídas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Então, fazendo um apanhado aqui da fala de V. Exa., nós temos sete obras para Rosário. Não estou dizendo que Rosário não mereça, não, merece tudo, mas são duas creches inacabadas, três escolas e mais duas creches. Confere isso?

O SR. CALVET FILHO (*Por videoconferência*.) – Na realidade, Senador, nós temos essas duas creches que estão em andamento e vão ser entregues e nós pleiteamos cinco obras para o Município de Rosário. Dessas cinco obras, somente duas, até então, estão aptas para serem licitadas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não, quero saber sobre o empenho que foi feito.

O SR. CALVET FILHO (*Por videoconferência*.) – Foi feito o empenho, mas não foram liberados ainda, só duas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não, tudo bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, foram feitos sete empenhos: dois para a conclusão das obras que estavam inacabadas e cinco empenhos novos para novas obras, três escolas e duas creches.

O SR. CALVET FILHO (*Por videoconferência*.) – Eu friso, nobres Senadores, que...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não, só precisa V. Exa. dizer que sim ou que não.

O SR. CALVET FILHO (*Por videoconferência*.) – Não, eu tenho que explicar porque fica algo não esclarecido.

Primeiro, porque os recursos das outras duas escolas, creches que, há 12 anos, começaram já estavam em conta, não foram empenhados ou liberado recurso pelo Ministro. A burocracia do FNDE é que não deixava ser liberado esse recurso e as empresas que não estavam fazendo do jeito que seria para ser feito. Eles se regularizaram, foi mandada a medição e foram liberados os recursos que já estavam em conta. Certo, Senador? Os recursos não foram conseguidos neste Governo, os recursos estavam em conta já.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Estou entendendo.

Então, se V. Exa. me permite, V. Exa. está caindo em contradição.

No seu depoimento inicial, V. Exa. disse que procurou o Ministro para concluir umas obras inacabadas que vinham do PT.

O SR. CALVET FILHO (*Por videoconferência*.) – Depende da sua interpretação, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não, interpretação não.

V. Exa...

O SR. CALVET FILHO (*Por videoconferência*.) – O que eu quis dizer é que estavam inacabadas, estavam paralisadas por conta da burocracia.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Exato.

V. Exa. disse: "Começou no Governo Lula, passou o Governo Dilma...".

O SR. CALVET FILHO (*Por videoconferência*.) – Aí desburocratizou.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não citou o Governo Michel Temer, mas passou o Governo Michel Temer também e que V. Exa. pleiteou, foi pleitear, para concluir as obras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, V. Exa. está dizendo que não, que os recursos já estavam, que só deu continuidade à obra.

Mas não é tão importante, o mais importante é o seguinte: V. Exa. teve cinco empenhos novos para obras novas mesmo tendo duas obras inacabadas aí no município e V. Exa. disse que o valor é de aproximadamente R$8 milhões.

Eu gostaria que V. Exa. refizesse os cálculos, porque uma escola dessa daqui deve ser uns R$5 milhões aproximadamente, há escola de R$8 milhões, de R$5 milhões, as creches normalmente são de R$3 milhões. Aqui daria um apanhado, por baixo, de uns R$20 milhões e V. Exa. citou oito.

V. Exa. tem segurança dos números que está dizendo ou quer reformar...

O SR. CALVET FILHO (*Por videoconferência*.) – Senador, eu acabei de pegar com a minha equipe aqui: são duas escolas no valor de R$5 milhões, com 13 salas...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Cada uma.

O SR. CALVET FILHO (*Por videoconferência*.) – ... e mais três creches...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Cada uma.

O SR. CALVET FILHO (*Fora do microfone*.) – ... de R$1,9 milhão. Dão, mais ou menos, quase R$15 milhões, não chegam a R$20 milhões, não. Solicitei aqui e me passaram.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Perfeito.

Está esclarecido.

O SR. CALVET FILHO (*Por videoconferência*.) – Só para deixar bem claro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Perfeito, pois tudo bem.

Agradeço a V. Exa. pela sua...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, só poderia perguntar ao Prefeito qual o partido dele?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Prefeito, qual o seu partido?

O SR. CALVET FILHO (*Por videoconferência*.) – PSC 20, Partido Social Cristão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

A Senadora Zenaide Maia, que está *online*, pede a palavra. Ela está remotamente.

Pois não, Senadora, com todo o prazer para os questionamentos de V. Exa.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Sr. Prefeito Calvet Filho, a cidade de Rosário tem quantos mil habitantes? São 43,2 mil habitantes?

O SR. CALVET FILHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Isso de acordo com o último censo, há mais de uma década.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – É isso mesmo.

Eu entendi, como o Presidente Marcelo Castro, o que o senhor mostrou aí. O senhor terminou de dizer que, apesar de obras inacabadas, o senhor recebeu mais três imóveis, num valor que seria para a construção, de R$15 milhões, só para o município. É difícil a gente entender como um município com menos de 50 milhões de habitantes, tendo obra inacabada, receber recursos, autorização de recursos, para escolas.

Outra coisa que eu queria saber: quando o senhor viu a notícia que saiu na *Folha de S.Paulo* como se comportou? Se o senhor está dizendo que não é verdade, que não houve tráfico de influência, o senhor tomou alguma providência em relação a essa notícia?

O SR. CALVET FILHO (*Por videoconferência*.) – Bom dia, nobre Senadora Zenaide Maia, é um prazer conhecê-la.

Eu vejo que essa problemática do déficit educacional não é só na cidade de Rosário, mas em todo o Brasil. Eu acho que os Senadores – logicamente cada um conhece o seu estado - talvez desconheçam a realidade dos estados, principalmente dos estados da Região Nordeste. Hoje nós sofremos muito com essa falta educacional. E chega, realmente, a ser algo gritante você fazer uma comparação do ensino público com o ensino particular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Prefeito, só para o seu conhecimento, a Senadora Zenaide é do Nordeste. Ela é do Rio Grande do Norte.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – Eu sou. É por isso. Eu sou do Rio Grande do Norte.

Por exemplo, R$15 milhões de empenho na educação chamam a atenção, porque não é o comum. Como falou também o nosso Presidente, quando há obra inacabada, dificilmente o FNDE ou o Ministério da Educação quer liberar recursos, ou seja, empenhar recursos para novas obras. Deixo claro que aqui a gente queria o máximo que pudesse. Agora, R$15 milhões empenhados em obras do FNDE, para uma cidade...

Como o Senador Rodrigues falou, eu também sou do Nordeste. A gente sabe que havia essas obras inacabadas. De repente, o senhor tem todos esses recursos não só para as inacabadas, mas também para novas obras, chegando a R$15 milhões. Isso não é simples, não é fácil de a gente ver no FNDE. É por isso que a gente continua com essa questão de haver tráfico de influência. Dificilmente o senhor vai dizer que a notícia... Então, o senhor diz que a notícia não é verdadeira? Que o senhor conseguiu esse empenho de R$ 15 milhões para o seu município só porque apresentou os projetos? Foi isso o que o senhor disse aqui para a gente?

O SR. CALVET FILHO (*Por videoconferência*.) – Nobre Senadora, eu reitero todas as minhas palavras com convicção. Em qual sentido? No compromisso que eu tenho com a educação, o compromisso que eu tenho com o meu povo.

Quero reiterar que eu acredito muito na educação. A senhora, por ser nordestina, conhece as dificuldades do povo nordestino. Digo que tenho muito orgulho de ser nordestino...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – Eu também.

O SR. CALVET FILHO (*Por videoconferência*.) – ... muito orgulho de ser maranhense e mais orgulho ainda de ser rosariense, de uma cidade, como eu disse, histórica, a quarta cidade mais antiga do Maranhão, mas que, infelizmente, nunca tinha sido beneficiada com tantos volumes, obras e aparelhos públicos que mudam a realidade das pessoas. Isso mostra o nosso compromisso.

E digo mais uma vez: com a sua fala a senhora, de certa feita, quer dizer que eu estou mentindo. Deixo bem claro: eu não estou mentindo. Eu busquei recurso e vou continuar buscando junto aos ministérios. Há um Deputado Federal muito atuante que nos ajuda muito e que é compromissado, homem sério. E muitas pessoas do mal nem se aproximam de mim com medo da nossa convicção e do Deputado Federal que nós temos aqui e que auxilia o Município de Rosário e muitos outros municípios do Maranhão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer para a senhora...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – Presidente...

Eu não quis dizer que o senhor está mentindo. Eu também sou do Nordeste. Em defesa da educação pública, sou fruto da educação pública, nunca estudei numa escola privada, mas, diante do que mostra esse Governo, contingenciando recursos para a educação pública em todos os níveis, institutos federais e tudo, o senhor há de convir... Não estou chamando o senhor nem dizendo que o senhor não é apaixonado pelo seu município, não é isso. Nem estou chamando o senhor... O senhor veio aqui, e a gente está fazendo perguntas para pedir esclarecimentos, certo?

O Nordeste como um todo e o Brasil como um todo têm obras inacabadas, e o que chamou a atenção é justamente o senhor ter... Não estou duvidando aqui do seu Deputado, que é forte... E não estou chamando o senhor de mentiroso. Estou dizendo que chama a atenção o senhor ter duas obras inacabadas e conseguir empenhar esses recursos e conseguir mais obras novas, num total de empenho de 15 milhões. Só isso. Não estou chamando o senhor... Estou dizendo que sou a favor da educação pública, como o Senador Randolfe, Marcelo Castro, mas chamou a atenção isso aí. E o que eu disse... Não fomos nós aqui que dissemos... A gente nem sabia e, de repente, este Congresso deparou com essas denúncias. E gente o convidou para ouvi-lo, não foi para dizer que o senhor é mentiroso, de jeito nenhum. Não é esse o nosso papel. A gente veio ver se o senhor esclarecia isso, porque não é simples explicar, sem nenhum tráfico de influência, que você tem duas obras inacabadas e que conseguiu mais obras num valor de 15 milhões de empenho, entendeu? Não é chamar o senhor...

Nem estou aqui também questionando a educação pública, porque todos nós aqui, o Senador Randolfe, todos nós, estamos em defesa de uma educação pública de qualidade, que é a única prevenção da violência. Quando se defende uma educação pública de qualidade, se defende realmente a família brasileira. E, como a gente vê uma política dirigida, como é a deste Governo, para retirar recursos da educação pública e da saúde pública, chama a atenção esse olhar muito diferenciado... Nada contra vocês que são de Rosário, do Maranhão. Gostaríamos nós que todas as cidades do Nordeste fossem contempladas com esses instrumentos de educação pública.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, só quero perguntar para o Prefeito Calvet...

O SR. CALVET FILHO (*Por videoconferência*.) – Senadora, só para responder a um dos seus questionamentos sobre a questão...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Prefeito Calvet, só uma pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. falou do Deputado, do proeminente Deputado que articula os recursos para Rosário. Quem é o Deputado mesmo?

O SR. CALVET FILHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – O meu Deputado Federal, com muito orgulho, homem sério, é o ex-agente da Polícia Federal e Deputado Federal Aluisio Mendes, do Maranhão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. CALVET FILHO (*Por videoconferência*.) – Posso responder à pergunta da Senadora, nobres Senadores, sobre a questão da *Folha de S.Paulo*, dos noticiários, quando saíram?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – Sr. Presidente, peço a inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Vamos, então, ao próximo Prefeito, para o seu depoimento, o Sr. José Manoel de Souza.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, se V. Exa. me permite, como nós estávamos um pouco mais à vontade, porque ainda não tínhamos os demais colegas presentes, eu acho que nós poderíamos, para a dinâmica dos trabalhos, estabelecer um tempo para a resposta dos Srs. Prefeitos, de três a cinco minutos, até para agilizar.

Nós podemos ouvir os demais colegas que estão presentes na Comissão.

E eu farei as perguntas dos demais Prefeitos só em uma tomada...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... e ouviremos as respostas, para poder ouvir os demais colegas que estão na Comissão, a Senadora Zenaide e o Senador Alessandro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Bom, o Prefeito Calvet Filho, pelo que eu entendi, parece que solicita a palavra para responder à Senadora Zenaide.

É isso, Sr. Prefeito?

O SR. CALVET FILHO (*Por videoconferência*.) – Nobre Senador, não precisa, não. Acho que foi tudo explícito. Estou à disposição, tranquilo.

Está bom, Senador Marcelo Castro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Sr. Prefeito, por obséquio, só para concluir, V. Exa. poderia mandar para esta Comissão o identificador dessas obras, dessas cinco obras que V. Exa. diz que foram empenhadas...

O SR. CALVET FILHO (*Por videoconferência*.) – Posso mandar, sim. Como eu reitero, estamos inteiramente à disposição, a minha equipe. Nós podemos enviar. Só...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois peça à sua equipe para mandar o identificador das obras, para que a gente possa ver.

O SR. CALVET FILHO (*Por videoconferência*.) – Certo.

Eu queria pedir para o senhor, Sr. Senador, porque nós estamos aqui em festividades – estou à disposição –, só dizer: Prefeito, eu quero que o senhor fique até umas 11h30, porque nós temos compromisso agora. Mas estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Tudo bem.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – Sr. Presidente, o senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente. É apenas um breve questionamento para o Prefeito Kelton. Kelton, não. Desculpem-me: Calvet, Calvet Filho.

Prefeito, primeiro, bom dia.

O senhor informou que a intermediação de recursos, necessária para todos os Prefeitos, nós sabemos, se dava através do apoio do Deputado Federal Aluisio Mendes. Correto?

O SR. CALVET FILHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Não. Sobre a questão do FNDE, do MEC, do Ministro, eu deixo claro que eu mesmo falei com o Ministro. Eu não tive intermediário. Certo?

Eu só frisei que o meu Deputado Federal é um Deputado sério, que afasta todos os maus-caracteres da política.

Quando sabem que eu apoio o Deputado Federal Aluisio Mendes, esses picaretas que existem dentro da política, que porventura existam, nem se aproximam de mim por conhecerem também a minha conduta, o meu caráter e o amor que eu tenho por minha cidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – Perfeito.

O SR. CALVET FILHO (*Por videoconferência*.) – De forma nenhuma, Senador Alessandro Vieira, eu aceitaria qualquer proposta que seria indecorosa e que pudesse macular a minha imagem, a minha honra e, acima de tudo, o Deus que eu sirvo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – Ainda bem, graças a Deus.

Prefeito, o senhor teve algum contato com os Pastores Gilmar e Arilton?

O SR. CALVET FILHO (*Por videoconferência*.) – Deixo claro que, com o Pastor Gilmar Santos, eu tive contato por telefone, com o Pastor Gilmar Santos, para tratar de uma agenda missionária, aqui na cidade de Rosário. E o Pastor Arilton eu o conheço pessoalmente.

Conheci o Pastor Arilton, pessoalmente, mas também tratei sobre a questão missionária, e eu nem sabia que ele tinha esse contato direto com o Pastor Gilmar Santos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – O senhor pode nos informar como conheceu os dois pastores, Prefeito?

O SR. CALVET FILHO (*Por videoconferência*.) – O Pastor Gilmar Santos, como eu disse, eu consegui o contato dele, falei com ele por telefone para vir ministrar a palavra aqui na nossa cidade. E o Pastor Arilton eu o conheci através de um amigo em comum, que trabalha com ele, o Oséias, que é rosariense, é funcionário da Prefeitura de Juscelino.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – Perfeito.

E nesses contatos vocês jamais trataram sobre questão de educação?

O SR. CALVET FILHO (*Por videoconferência*.) – Não, assuntos referentes ao Governo Federal, à liberação de recursos, nunca tratei com ele. Isso qualquer pessoa vai poder responder.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – Perfeito.

Muito obrigado, Prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Só uma pergunta ao Prefeito Calvet.

Prefeito, essas agendas missionárias que o senhor teve, envolvia a aquisição de Bíblias, distribuição de Bíblias, algo nesse sentido?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CALVET FILHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Não, Senador. Não.

Eu chamei eu mesmo, tratei com ele, para ele vir ministrar a palavra, e só isso. Bíblias não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Vamos então ao próximo Prefeito, o Sr. José Manoel de Souza, Prefeito de Boa Esperança do Sul, São Paulo.

O Senador Randolfe, autor do requerimento, para fazer os seus questionamentos e esclarecer qualquer dúvida que tenha.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Prefeito José Manoel, segundo o relato que o senhor prestou à imprensa, houve uma reunião com o Sr. Arilton Moura e outros 29 gestores municipais, em 13 de janeiro. Inclusive esse fato se assemelha ao fato anterior, relatado aqui pelo Prefeito Gilberto Braga. Após a audiência, conta-se que cada Prefeito recebia uma senha e esperava para apresentar as demandas para os assessores. V. Exa. teria afirmado que perguntou ao Sr. Arilton como seriam as demandas e se todos os municípios seriam atendidos. O Sr. Arilton teria questionado se o senhor estaria precisando de uma escola técnica na cidade de V. Exa.

V. Exa. teria, então, afirmado que tinha outras demandas mais urgentes, como a construção de uma creche e acabar com a terceirização dos ônibus. O Sr. Arilton teria respondido que ele teria, se V. Exa. quisesse, uma escola profissionalizante; ou seja o Sr. Arilton, eu imagino, falando em nome do Ministério da Educação, teria dito que teria uma escola profissionalizante para lhe entregar. Teria, então, nesse momento ocorrido um pedido de R$40 mil em depósitos, para, segundo o Sr. Arilton, ajudar a Igreja, o que V. Exa. teria recusado, afirmando: "Muito obrigado. Pode ficar com sua escola profissionalizante. Eu estou fora dessa". Teria dito o senhor.

Sr. Prefeito José Manoel, o senhor poderia descrever a esta Comissão como e quando se dariam esses encontros com os Srs. Gilmar Santos e Arilton Moura? Como foi esse pedido de propina? Além do senhor, alguém mais presenciou esse pedido de propina? Como se daria o pagamento da propina? O senhor poderia disponibilizar a conta bancária ou a chave PIX para o pagamento da dita propina? Eles teriam oferecido algum tipo de prova documental ou indicativo de que teriam trânsito livre no Ministério da Educação? Ainda, eles falavam em nome do Ministério da Educação? Em nome de quem eles tinham tanta influência para oferecer uma escola técnica para o senhor? Eles estariam falando em nome do Ministério da Educação, em nome da Presidência da República, em nome de quem? Haveria alguma documentação em relação a isso? Esse encontro com esses 29 gestores...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou vendo, Senador Alessandro, que a turma do Governo gosta de almoço. Antes era no Vasto, agora foram procurar o restaurante da D. Zélia. Eu pergunto, esse almoço onde ocorreu e sobre esse almoço, em entrevista, o senhor havia dito que uma meta...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ah, perfeito, perfeito. O senhor havia dito que existia uma mesa onde eram atendidas as demandas. Então, onde ocorreu esse almoço, como é que era essa mesa, quem é que estava nessa mesa para atender, abre aspas, "as demandas", quem atendia nessa mesa? E o senhor teve contato com a Sra. Nely que trabalhava com esses Srs. Arilton e Gilmar, no MEC? O senhor teve contato? O senhor ouviu esse nome da Sra. Nely?

Não sei se o senhor capturou todas as perguntas, mas são essas as indagações ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Antes de passar a palavra ao nobre Prefeito José Manoel de Souza, quero comunicar à Comissão que o Ministro Walton Alencar acaba de suspender a compra dos ônibus pelo FNDE. Essa foi uma solicitação feita pelo nobre Senador Alessandro Vieira, Deputada Tabata Amaral e Deputado Felipe Rigoni, e estabelece um prazo para que o FNDE preste os esclarecimentos e as informações necessárias sobre esse certame.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE. Pela ordem.) – Obrigado pelo aviso, Sr. Presidente. De fato, a Comissão de Educação, que já tem um histórico de cuidado com o tema, precisa também se debruçar sobre essa questão – um potencial mau uso de verbas na casa de quase R$1 bilhão, mesmo com todos os alertas das áreas técnicas. Isso é inaceitável em qualquer governo e só reforça aquilo que eu digo desde a nossa CPI da Covid, que corrupção não tem ideologia, corrupção tem método, apropria-se dos espaços toda vez que não há fiscalização adequada. Então, em boa hora chega a decisão do TCU, mas é necessário, potencialmente, avançar, como deveremos fazer nesta Comissão, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Passo a palavra, então, ao nobre Prefeito José Manoel para responder aos questionamentos do nobre Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. JOSÉ MANOEL DE SOUZA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos! Cumprimento todos os Senadores novamente que estão presentes. Como já havia dito, sou do Município de Boa Esperança do Sul, interior de São Paulo, que fica a 30km do Município de Araraquara.

Eu estive, sim, no Ministério da Educação, no dia 18 de março de 2021. Eu cheguei ao ministério por volta de umas 10h30 da manhã, e estava acontecendo uma reunião com, aproximadamente, 30 Prefeitos. Na mesa principal, estavam compondo a mesa o Pastor Arilton; o Pastor Gilmar; o Marcelo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente do FNDE; e também o Ministro da Educação Milton Ribeiro. Quando cheguei, a reunião já havia começado, eu peguei parte da fala do Ministro da Educação em que ele falava sobre as demandas em aberto dos municípios e também sobre o cadastro das novas demandas que iam ser liberadas para os diversos municípios.

Não demorando muito, essa reunião foi encerrada, e havia uma equipe técnica no Ministério da Educação para que a gente pudesse sanar dúvidas a respeito do município. Então, eu peguei uma senha, salvo engano, foi a senha nº 20, e fui até essa mesa para tirar a dúvida sobre essa então reunião acontecida no dia 18 de março, no Ministério da Educação, uma reunião que causou muita estranheza, porque eles falavam muito sobre o PAR 4, e nós, prefeitos, gestores dos municípios, estávamos simplesmente conseguindo acessar o PAR 3. O PAR 3 até então estava aberto e feito o cadastro por demandas dos antigos gestores, que terminaram o seu pleito no ano de 2020.

Quando eu sentei à mesa de uma das assistentes, ela perguntou de que município eu era, e eu disse: "Sou do Município de Boa Esperança do Sul", e ela falou: "Um minuto só, Prefeito, vou consultar se com o município está tudo em ordem". Ela consultou e disse: "Olha, está tudo em ordem com o seu município. Você não tem obra inacabada, não tem prestação de contas, não tem nada". Aí eu falei a ela: "Então, eu não estou entendendo qual é o conteúdo dessa reunião, porque, se nós viajamos, lá do interior de São Paulo, em plena pandemia, para falar do PAR 4, um sistema que não está aberto [eu falei], eu não vejo o intuito dessa reunião". Eu falei: "Eu achei que a gente fosse vir aqui, trazer os nossos ofícios, protocolar, para que a gente pudesse saber aquilo que os municípios poderiam ser atendidos no futuro". Ela me disse: "Prefeito, é o seguinte: sobre o PAR 4, não está aberto, e não tem nada em que eu possa te ajudar". Aí eu me exaltei, saí da mesa – e estava ao lado o Prefeito de uma cidade vizinha, também a gente estava junto – e fui até à porta, então, do Ministério da Educação, onde encontrei com outros dois companheiros, Prefeitos de cidades vizinhas do Município de Boa Esperança do Sul.

Minutos após, veio um senhor, de quem eu não consigo me recordar do nome, um senhor baixo, deve ter mais ou menos uns 55 anos, no máximo, 60 anos, e me indagou: "Prefeito, parece que você está meio bravo". Aí eu disse: "Sim, estou bravo, sim, porque em plena pandemia!". Eu falei: "Inclusive o meu companheiro, que é o Prefeito de Nova Europa, tem 60 anos". Eu falei: "A gente deixou os nossos afazeres na cidade, com tudo acontecendo, para vir a uma reunião aqui no Ministério da Educação, uma reunião que até agora não consegui entender qual o conteúdo dessa reunião!". Ele me disse: "Prefeito, você trouxe ofícios?". Eu falei: "Sim, eu trouxe ofícios que são demandas que já estavam cadastradas no PAR 3 [eu falei], mas a moça falou que não iria protocolar". Ele falou: "Não, pode pegar os seus ofícios que nós vamos protocolar". Aí eu peguei os meus ofícios, que já estavam nas minhas mãos, peguei os ofícios dos dois Prefeitos das cidades vizinhas, e ele me levou até dentro de uma sala, lá no Ministério da Educação, e consta, nos cinco ofícios que eu levei, que a Sra. Rosa Brito, às 12h49, protocolou os cinco ofícios que eu havia levado, em nome do Município de Boa Esperança do Sul e também dos demais municípios, das duas cidades vizinhas que me acompanhavam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em seguida, eu saí para fora, onde encontrei os dois companheiros e aí esse cara – eu não me recordo do nome dele – me disse: "Prefeito, vamos almoçar com a gente. Nós vamos almoçar em um restaurante onde vão estar o Pastor Arilton e o Pastor Gilmar e lá eles vão estar falando mais um pouquinho sobre as demandas que serão liberadas para os municípios". Eu perguntei para os Prefeitos: "Vocês estão de acordo? Nós vamos almoçar lá?". Eles falaram: "Já que a gente está aqui, vamos lá ver do que é que realmente se trata esse almoço", até então com esse Pastor Arilton e também o Pastor Gilmar.

No que nós chegamos nesse restaurante... Esse restaurante era o Grand Bittar e ficava dentro de um hotel, então, no andar debaixo, havia outros Prefeitos que também estavam na reunião, e o restaurante ficava no andar de cima. Quando nós entramos no restaurante, esse cara ficou todo o tempo ao meu lado, enquanto os outros Prefeitos falaram: "Olha, a gente vai se servindo". Ele veio e falou: "Olha, vou te apresentar o Pastor Arilton". Eu falei: "Está bom". Aí ele foi ao encontro do Pastor Arilton, que estava ali perto do *buffet* onde as demais pessoas que estavam ali no restaurante estavam se servindo, e me apresentou. Aí eu falei: "Oi, Pastor Arilton, prazer. Sou (*Falha no áudio.*)... Manoel, Prefeito do interior de São Paulo e eu gostaria de entender um pouquinho sobre (*Falha no áudio.*)... e essa mesa era uma mesa redonda, com três lugares, onde ele sentou comigo e falou...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Sr. Prefeito...

O SR. JOSÉ MANOEL DE SOUZA (*Por videoconferência.*) – Oi.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Se possível, V. Exa. poderia repetir quando do seu encontro com o Arilton? Porque houve uma falha, a imagem foi congelada e não saiu o som. A internet sua aí não está tão boa.

V. Exa. estava no hotel e aí foi ao encontro do Pastor Arilton. V. Exa. poderia repetir novamente porque a internet aqui fugiu e não ficou bem?

O SR. JOSÉ MANOEL DE SOUZA (*Por videoconferência.*) – Recapitulando, eu saí do Ministério da Educação, acompanhado dos outros dois Prefeitos das cidades vizinhas, com esse cara que eu não sei quem é, que nos convidou para ir até esse restaurante que ficava no hotel Grand Bittar, no 2º andar, e lá ele me apresentou ao Pastor Arilton. O Pastor Arilton me levou até uma mesa, na saída do restaurante, onde nós nos sentamos, eu e o Pastor Arilton, e o Pastor Arildo disse: "Prefeito, você sabe muito bem como funciona, não é?". Aí, eu disse: "Não". Ele falou: "Prefeito, o Brasil é muito grande, nós temos mais de 5,6 mil municípios. Não dá para ajudar todos os municípios". Eu disse: "Não dá, Pastor?". Ele falou: "Mas eu consigo te ajudar". Eu falei: "De que forma?". Ele falou: "Eu consigo te ajudar com uma escola profissionalizante. Eu faço um ofício agora. Eu chamo a Nely..." Nesse meio tempo, a Nely estava ali. "Eu chamo a Nely, você assina o ofício, eu já coloco no sistema e, em contrapartida, você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deposita R$40 mil na conta da igreja evangélica". E foi quando eu bati nas costas dele e falei: "Pastor, muito obrigado, mas, para mim, não serve, não é desse jeito que funciona". E voltei para o restaurante, esperei meus amigos terminarem de almoçar, meus companheiros Prefeitos, almoçamos, pegamos um táxi e voltamos imediatamente para o aeroporto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Prefeito, o senhor disse que de um dos personagens o senhor não lembra o nome. Eu vou declinar aqui os nomes de alguns membros – chamam de gabinete paralelo, mas eu estou vendo que é gabinete principal; o oficial é que era o paralelo, parece que a estrutura que funciona mesmo é a estrutura paralela. O senhor confirmou aí a presença da D. Nely, que ao que parece, era uma espécie de secretária do Sr. Arilton, funcionava como uma secretária que fazia o operacional, a partir das abordagens do Sr. Arilton. Se essa minha descrição estiver correta, o senhor confirme ou me corrija, por favor.

O SR. JOSÉ MANOEL DE SOUZA (*Por videoconferência*.) – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O outro nome que o senhor não lembra é o Sr. Luciano, Sr. Odimar, Sr. Clésio, o Sr. Darwin? Alguns desses o senhor recorda estar presente lá? E a atuação da D. Nely era exatamente assim como eu lhe descrevi, ela era uma espécie de assistente operacional das abordagens do Sr. Arilton?

O SR. JOSÉ MANOEL DE SOUZA (*Por videoconferência*.) – Das vezes em que a vi ali, do pouco que fiquei, ela parecia assistente tanto do Arilton quanto do Gilmar. Na hora em que eu levantei, que voltei para o restaurante...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ela era uma espécie de secretária-executiva dos dois?

O SR. JOSÉ MANOEL DE SOUZA (*Por videoconferência*.) – Aparentemente, sim, ela estava sempre conversando com os dois. Quando eu levantei e voltei para o restaurante, ela estava conversando com o Pastor Gilmar e uma outra Prefeita.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só outro dado: esse almoço no Grand Bittar ocorreu após um encontro em que o senhor e outros Prefeitos tiveram com o Ministro, certo?

O SR. JOSÉ MANOEL DE SOUZA (*Por videoconferência*.) – Isso, após o encontro no Ministério da Educação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – No Ministério da Educação. O senhor pode só reiterar a data?

O SR. JOSÉ MANOEL DE SOUZA (*Por videoconferência*.) – Dia 18 de março de 2021.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Dia 18 de março.

Nesse encontro no Ministério da Educação que antecede o almoço no Grand Bittar, quem estava presente no encontro? O Ministro da Educação, o Presidente do FNDE, estavam o Sr. Arilton e o Sr. Gilmar na mesa?

O SR. JOSÉ MANOEL DE SOUZA (*Por videoconferência*.) – Na mesa principal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Na mesa principal do encontro?

O SR. JOSÉ MANOEL DE SOUZA (*Por videoconferência*.) – Isso, salvo engano, o Pastor Arilton estava do lado esquerdo da mesa, depois tinha mais alguém que não me recordo quem é e depois o Pastor Gilmar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Esse encontro, obviamente, foi no Ministério da Educação. Após o almoço ou no curso do almoço foi que o Sr. Arilton lhe fez essa abordagem oferecendo a escola técnica e pedindo depósito de 40 mil na conta da igreja, é isso?

O SR. JOSÉ MANOEL DE SOUZA (*Por videoconferência*.) – Sendo bem claro, ele fez essa abordagem no Hotel Grand Bittar, onde na verdade é o restaurante, quando essa pessoa de que não me recordo o nome, esse senhor de 55, 60 anos, nos convidou e me apresentou para o Pastor Arilton.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só então para fazermos a linha do tempo desse dia: os senhores têm primeiro um encontro no âmbito do Ministério da Educação, lá o senhor percebe na mesa a presença do Presidente da FNDE, do Ministro da Educação, do Sr. Arilton e do Sr. Gilmar; vocês se deslocam, são convidados para um almoço no Hotel Grand Bittar; lá no Grand Bittar o Sr. Arilton o aborda e faz a oferta da escola técnica, tendo como contrapartida os 40 mil de comissão para serem depositados na igreja evangélica, e diz que a Nely é a secretária executiva que resolve tudo. É isso?

O SR. JOSÉ MANOEL DE SOUZA (*Por videoconferência*.) – Ele disse que a Nely traria o ofício para eu assinar lá, naquele presente momento, e ele colocaria no sistema e liberaria essa escola de curso profissionalizante para o município.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Bastaria o ofício ali, na hora?

O SR. JOSÉ MANOEL DE SOUZA (*Por videoconferência*.) – Sim, foi o que ele me disse, o Pastor Arilton.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só vou colocar uma foto aí, Sr. Presidente, se me permite, que é a foto do Sr. Odimar, não é isso? Foto do Sr. Odimar, para ver se o senhor o reconhece, se estava presente em algum desses encontros. Pode colocar aí a foto do Sr. Odimar?

Esse é o Sr. Odimar. O senhor o reconhece? Ele estava em algum dos encontros?

O SR. JOSÉ MANOEL DE SOUZA (*Por videoconferência.*) – Não, era um senhor baixinho, salvo engano, com cabelo enrolado. Mas não era esse daí.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito. Não era esse. Está bom. Muito obrigado. Muito obrigado. Muito obrigado, Prefeito.

Em relação ao Prefeito, eu quero, mais uma vez, Presidente Marcelo, cumprimentar a firmeza de princípios, a coragem do Prefeito José Manoel de Souza, a dupla coragem.

Aliás, esse é o atributo precípuo de qualquer homem público, recusar qualquer tentação de propina. Honestidade no trato da coisa pública não é favor, é dever de ofício.

Mas eu não posso deixar de cumprimentar. Mas, sobretudo, a coragem dele de vir a público e de confirmar esse depoimento aqui nesta Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – O Prefeito Calvet Filho pede a palavra. Pois não, Prefeito, fique à vontade.

O SR. CALVET FILHO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Senador, bom dia. Gostaria de agradecer o convite e dizer que mais uma vez, reitero que estou à disposição. Assim como eu falei com o Thiago, da Secretaria aí, eu tenho um compromisso agora, institucional, e eu gostaria de me ausentar, pedir essa permissão, permissão dos nobres colegas Senadores aí para me ausentar. Está certo, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Então fique à vontade. Nós agradecemos a colaboração de V. Exa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Acho que de igual forma, Presidente, podemos liberar também o Prefeito Gilberto Braga, não é? Já que ele já foi interpelado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – É, o Prefeito Gilberto Braga também, se quiser, se não quiser nos dar o prazer de acompanhar a reunião. A gente agradece, mas fique à vontade.

Então nós estamos na oitiva do Sr. José Manoel de Souza, Prefeito de Boa Esperança do Sul.

Eu indago aos Srs. Senadores se alguém mais quer fazer algum questionamento ao Prefeito José Manoel de Souza. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não havendo mais ninguém que queira questionar, vamos ao próximo Prefeito, que é o Sr. Kelton Pinheiro, Prefeito de Bonfinópolis, em Goiás. Então o Senador Randolfe Rodrigues com a palavra para fazer as indagações ao nosso Prefeito Kelton Pinheiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Prefeito Kelton, nos ouve?

O SR. KELTON PINHEIRO (*Por videoconferência*.) – Ouço bem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Prefeito, segundo o senhor relatou à imprensa, pelo que nós temos conhecimento, no dia 13 de janeiro de 2021 – é interessante que as datas são muito aproximadas, entre janeiro e março, Sr. Presidente –, os Srs. Gilmar – sempre eles, não é? –, os Srs. Gilmar dos Santos e Arilton Moura chegaram a oferecer para o senhor um desconto de 50% na propina para liberação de verbas para escolas. Inicialmente, o valor seria de R$30 mil. Mas, como o senhor seria uma sugestão, uma indicação do Sr. Gilmar, seria possível um abatimento de 50% no valor, ficando em R$15 mil.

O Sr. Arilton também sugeriu a compra de Bíblias para a Igreja. Teria dito o Sr. Arilton. Peço sua confirmação. "Se você contribuir com a minha igreja, que estou construindo... Faz uma oferta para mim, uma oferta para a igreja. Você vai comprar mil Bíblias, no valor de R$50,00, e você vai distribuir essas Bíblias lá na sua cidade".

No dia 11 de março, de 2021, o senhor também se reuniu, no MEC, com o Ministro Ribeiro. Outros 15 Prefeitos estariam presentes. O encontro consta da agenda oficial do Sr. Ministro. Na ocasião, o Ministro fez um discurso contra a corrupção. Segundo o senhor relatou à imprensa, deixou o local na companhia dos Srs. Arilton e Gilmar Santos.

Diante desses fatos, Sr. Prefeito, ainda em relação a esse fato, os Srs. Arilton e Gilmar teriam chamado, mais uma vez... Parece-me que o *modus operandi* é o mesmo: um encontro com o Ministro; o Sr. Gilmar e o Sr. Arilton estão presentes; logo em seguida, encontram o Ministro e há um almoço. Dessa feita, mais uma vez, eles o teriam chamado para um almoço em restaurante que eu gostaria que o senhor confirmasse. O Sr. Arilton sentou-se à mesa e questionou se o senhor teria algum pedido de melhorias para a sua cidade. Ao ouvir que a cidade precisava de mais uma escola, o senhor chegou a relatar para a imprensa que o pastor teria solicitado dinheiro na empreitada junto ao MEC. Teria dito o Sr. Arilton: "Eu teria que dar R$15 mil para ele naquele dia para ele poder fazer a indicação." Teria dito o Sr. Arilton ao senhor: "Transfere para a minha conta. É hoje. No Brasil, as coisas funcionam assim".

Eu lhe indago, Prefeito: o senhor poderia descrever a esta Comissão quando e como se deram esses encontros com os Srs. Gilmar Santos e Arilton? Como foi o pedido de propina? Além do senhor, alguém mais presenciou esse pedido de propina? Como se daria o pagamento da propina? O senhor poderia disponibilizar se seria por conta bancária, chave PIX ou outra coisa? Eles chegaram a oferecer alguma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prova ou documento indicativo de que teriam trânsito livre no Ministério da Educação ou isso já ficou confirmado pela presença deles na reunião anterior junto ao Ministro? O senhor chegou a ter algum encontro com representantes do Ministério da Educação ou recebeu algum tipo de documento deles? Por fim, a Sra. Nely teve alguma intermediação? Algum dos outros personagens teve alguma intermediação nesse contexto?

Por fim, Sr. Prefeito, a CNN obteve um ofício feito pela Prefeitura de Bonfinópolis com um pedido – é o ofício que temos aqui – de recursos para a construção de uma escola com 12 salas. A resposta do Ministério da Educação, conforme consta no documento, no pedido, indica que o protocolo do ofício não era o caminho adequado para solicitar a verba. No entanto, essa manobra foi vendida pelo Sr. Moura e endossada pelo Sr. Gilmar Santos. Segundo o Sr. Relator, eles quiseram vender facilidade para o senhor. O senhor poderia descrever essa situação também do ofício?

São essas perguntas que tenho, Presidente Marcelo Castro, ao Prefeito Kelton, do Município de Bonfinópolis.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, Prefeito, pode responder às perguntas aí do nobre Senador Randolfe.

Fique à vontade.

O SR. KELTON PINHEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Mais uma vez, cumprimento o Presidente e a todos os presentes na reunião. Cumprimento aí o Senador pelo Estado de Goiás, que chegou à reunião agora, o Senador Vanderlan.

Eu acho que fica mais simples eu fazer um relato, Senador Randolfe, do início da história, para esclarecer o primeiro questionamento, que foi em relação aos 50% de desconto. A imprensa, às vezes, modifica um pouco a história. Eu não chamaria isso de um desconto, mas eu vou refazer meu relato e acredito que nele eu vou conseguir responder a todas as perguntas aqui ora feitas.

É preciso separar dois momentos.

Primeiro, eu tive um primeiro encontro com os pastores em Goiânia. Eu participava de uma entrevista, numa TV local, aqui de Goiás, e, ao sair da entrevista, uma pessoa que eu não conhecia, não conheço e nem sei quem é, não poderia dizer, me abordou, dizendo: "Olha, Prefeito, você pode passar seu número de telefone? O Pastor Gilmar Santos gostaria de falar com você". Disse quem era o pastor, eu não o conhecia. Eu falei: "Sem problema", como eu faço com todos que me pedem o número. Todos na cidade aqui têm acesso ao meu telefone. Nós somos uma cidade aqui de 12 mil habitantes. Então, nós temos uma proximidade muito grande com toda a população.

No dia seguinte, alguém entrou em contato comigo, perguntando se eu tinha interesse de ir até Goiânia para conversar com o Pastor Gilmar para agendarmos uma visita com o Ministro, não era nem no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério, com o Ministro da Educação. Eu disse que sim, que havia interesse, visto que é sempre bom estarmos aí com as relações estreitadas entre município e Governo, seja da esfera estadual, seja federal, que eu tinha interesse, então, que eu fosse até Goiânia, na sede da sua igreja, para conversarmos.

Eu fui até o local indicado, a igreja sede do Pastor, do campo, da Presidência, do Pastor. Fui muito bem recebido pelo Pastor Gilmar Santos, que, muito cortês, educado, falou: "Olha, Prefeito, senta aí, vamos conversar". Falamos de assuntos diversos. Ele falou: "Aguarda só um minutinho que está chegando o Pastor Arilton para conversar com você". Eu falei: "Tudo bem".

Logo em seguida, o Pastor chegou e tivemos uma conversa. "Olha, Prefeito, eu vou direto aqui ao assunto com você. Nós temos um canal de comunicação interessante, com Brasília, com o Ministro, que é nosso irmão de fé. Então, temos aí levado os Prefeitos até essas reuniões e, lá, levado as demandas para que os municípios possam ser contemplados, acelerar os processos no ministério. O que o senhor tem de demandas lá no município?" Eu falei: "Olha, demandas a gente tem muitas, mas nós gostaríamos muito, hoje, de ter uma nova, um novo prédio para abrigar uma escola nossa" – que se encontrava em situação precária. Ele falou: "Não, você vai fazer um ofício, a gente vai levar esse ofício lá na reunião e vai despachar com o Ministro e vai ser tudo resolvido".

Eu disse a ele: "Olha, Pastor, eu já fui secretário de educação e não é dessa forma que as coisas funcionam, não é? Existe um programa, que a gente tem que cadastrar..." E ele: "Não, não; lá, agora, não é assim não. Deixa comigo que...".

Achei estranha a atitude dele, causou muita estranheza mesmo, porque eu sei que não são esses os procedimentos. Eu já fui secretário de educação, eu estou no meu segundo mandato de Prefeito.

Mas, diante daquela situação, eu falei: "Vamos à reunião então". Aí falei: "Mas, Pastor, qual é o motivo de o senhor estar me chamando aqui e oferecendo essa ajuda?" – o que também me causou estranheza. Ele falou: "Não; não tem nada, não há nenhum motivo específico não. O Pastor Gilmar está indicando você, e você vai só dar uma contribuição aqui para a igreja. Você compra aí umas Bíblias dele, que ele está vendendo para construir a sede nova da igreja, e já está bom. Ajudando aí a igreja, já esta bom demais".

Até esse momento, achei normal: um pastor pedindo para ajudar na construção de uma igreja. Não vi nenhum problema nisso. E eu falei: "Mas quanto é essa Bíblia e quantas Bíblias seriam?". "Não, compre aí umas mil Bíblias". Eu falei: "Qual o valor delas?". "Ah, R$50". Eu falei: "Olha, eu não consigo dar uma oferta desse valor, porque, primeiro, eu sou professor, estou Prefeito, o que não quer dizer também que o Prefeito tem dinheiro suficiente para isso. Mas uma oferta pessoal eu posso fazer, sim, porque a prefeitura, o município não pode adquirir Bíblias para serem distribuídas", como sugeriram, que eu distribuísse as Bíblias nas igrejas evangélicas aqui da nossa cidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, feito isso, ele também não condicionou a aquisição dessas Bíblias à reunião com o Ministro. E aqui, até então, eu achava que era uma reunião no seu gabinete. Mas sem nenhum problema também; mesmo que fosse de forma coletiva, como aconteceu, também não haveria problema. Se eu soubesse antes, também teria ido, porque é sempre bom a gente se inteirar das questões entre município e esferas governamentais.

Essa reunião aconteceu no dia 11 de março de 2022, no ministério. Essa, na igreja, foi uma semana antes ou dez dias antes, salvo engano e se não me falha a memória. Bom; indo até a reunião, nós estivemos lá, chegamos e, aí, eu percebi... Aliás, antes disso, para responder sobre a Sra. Nely, ligou-me ou me mandou uma mensagem por WhatsApp uma pessoa se identificando como Nely, do Ministério da Educação... Aliás, do ministério não; estaria entrando em contato para confirmar a reunião no Ministério da Educação. Eu, num primeiro momento, até achei que fosse algum tipo de golpe, porque nós, nas prefeituras, estamos vivendo aí momentos hoje de golpistas querendo extorquir os municípios de tudo quanto é forma. E perguntei, questionando-a, sobre que reunião seria, que era no ministério... Pensei: "Mas também não vou perder nada aqui se eu disser a ela que está confirmado". Então, falei: "Olha, está confirmada a minha presença sim. Eu posso estar presente no dia 11 lá no ministério". Ela pediu o meu CPF para colocar lá e também o de quem fosse me acompanhar na reunião, para facilitar a entrada no ministério no dia da agenda. Também pensei: "Bom, o nosso CPF, nós que somos políticos, está disponível em qualquer pesquisa no Google e também há uma série de contratos publicados". Também não vi problema. Então, informamos, mesmo duvidando daquele que seria um contato oficial do Ministério da Educação, de uma pessoa por mensagem, confirmando uma reunião com o Ministro, que, até então, eu achava que era uma reunião no gabinete do Ministro.

Chegando lá, essa Sra. Nely estava na portaria do ministério, no prédio principal do ministério, pela entrada à esquerda do prédio, que dá entrada também para um pequeno saguão e logo, imediatamente, para o auditório, onde ocorreu a reunião. Ela nos recebeu e, até aquele momento, eu achava que fosse uma servidora lá do ministério porque ela estava ali recebendo a todos os convidados que estavam chegando ali.

Passamos para o auditório em seguida, começada a reunião. O Ministro estava presente à mesa de autoridades, era um auditório, onde o contato que nós tivemos com o Ministro foi esse: a gente nas cadeiras do auditório e o Ministro sentado à mesa e, ao lado, o seu lado direito, o Pastor Arilton, alguns técnicos do lado esquerdo, o Presidente do FNDE e também o Pastor Gilmar na mesa de autoridades.

Não entendi o motivo da presença deles ali naquela mesa de autoridades, mas também, até esse momento, nenhuma estranheza. Depois o Ministro começou a reunião com a leitura de um trecho bíblico, dizendo da importância de homens que têm crença em Deus estarem à frente do país, da administração, porque têm mais olhares, um olhar mais voltado para as pessoas, para o povo, enfim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fez um discurso muito interessante, antes de passar para a parte técnica, no sentido de que: "Olha, não há necessidade de se colocarem intermediários entre o ministério e os municípios. Esta reunião está acontecendo para apresentar a todos vocês os Prefeitos e secretários de educação aqui presentes, a estrutura do Ministério da Educação. Então, não utilizem de lobistas, de intermediários, pois este Governo tem combatido incisivamente a corrupção e nós não queremos que esses tipos de atitudes ocorram, que isso aconteça aqui dentro do nosso ministério porque é uma recomendação do Presidente em eliminarmos a corrupção".

E, assim, terminada essa reunião, nós fomos atendidos, como o colega Prefeito que nos antecedeu disse, pelos técnicos do ministério, cada um levando a sua demanda ali na parte técnica como o próprio programa, que é o PAR, preconiza que deve ser feito. Fizemos ali, então, algumas consultas e, logo em seguida, abordado pela Sra. Nely, ela disse: "Olha, protocolou o ofício lá? Eu falei: "Ainda não. Nós vamos lá protocolar".

Fomos até um balcão, protocolamos esse ofício e ficamos ali por um instante até terminar aqueles atendimentos individualizados, quando fomos aí abordados pela pessoa do Sr. Arilton dizendo: "Olha, tem um almoço, vamos almoçar em um restaurante aqui próximo. Queria convidar todos vocês para estar nesse restaurante". Um restaurante de nome Tia Zélia.

Passaram a localização, eu fui no meu carro...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Que dia foi esse, Prefeito?

O SR. KELTON PINHEIRO (*Por videoconferência*.) – Dia 11. No dia 11, no mesmo dia da reunião.

Terminada a reunião lá no ministério, o Pastor Arilton depois nos convidou para ir a um almoço lá no restaurante Tia Zélia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Dia 11 de janeiro?

O SR. KELTON PINHEIRO (*Por videoconferência*.) – Dia 11 de março de 2022. De 2021, perdão.

Nós nos deslocamos para lá, estava no meu carro, eu e minha esposa, que me acompanhava. A gente saiu bem de manhãzinha aqui de Bonfinópolis, que está a 30km de Goiânia, 200km de Brasília, e fomos lá para o restaurante.

Estávamos almoçando, sentamos em uma mesa, onde se sentou, do meu lado, o Pastor Gilmar – na minha frente, melhor dizendo. E ali eu percebi uma movimentação do Pastor Arilton em outras mesas. "Olha, aguarda aí que já, já, a gente vai conversar". Eu não conhecia as outras pessoas que estavam ali,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas pude ver que eram Prefeitos que participaram da reunião também lá no ministério e que havia uma conversa em cada mesa.

Quando chegou o Pastor Arilton na minha mesa e me abordou de uma forma assim muito abrupta e direta, dizendo: "Olha, Prefeito, vê aqui que o seu ofício aqui está pedindo a escola mesmo de 12 salas. Essa escola aí deve custar uns 7 milhões o recurso para ser liberado. Mas é o seguinte: eu preciso de 15 mil na minha mão hoje. Você faz aqui uma transferência para minha conta porque esse negócio de que 'para depois' não cola comigo, não, porque vocês, políticos, são um bando de malandros que não tem palavra, se não pegar antes, depois não paga ninguém".

Aquilo me deu ânsia de vômito de ver uma situação daquela naquele momento.

Eu disse a ele: "Pastor, o que o senhor está me dizendo aqui...". Primeiro, eu fiquei sem chão, sem lugar, sem maneira de me comportar do lado da minha esposa, na frente do Pastor Gilmar, que ficou, permaneceu em silêncio.

Falei: "Eu não tenho...". Aliás, corrigindo a primeira pergunta, ele falou: "Olha, é 15 mil porque você está com o Pastor Gilmar, porque dos outros ali eu cobrei foi 30, 40 mil". De onde que veio a história do desconto foi essa daí. Ele falou: "Olha, para você é 15 mil porque está com o Pastor Gilmar porque dos outros eu cobrei mais".

Eu falei: "Pastor, primeiro, que eu não tenho esse dinheiro aqui em mão e também, se eu tivesse, não faria pagar com recursos públicos. E o que o senhor está me dizendo está totalmente o contrário, vai contra o que o Ministro disse na reunião. O discurso do Ministro foi totalmente o oposto que você está me dizendo aqui. Você está dizendo que tem facilidade em liberar esse recurso no ministério e eu acabo de sair de uma reunião onde o Ministro disse que não há necessidade de lobistas, de atravessadores. Então, eu agradeço muito ao senhor, peço desculpas por eu ter que sair agora, mas eu não tenho interesse na conversa com o senhor, no pagamento desses valores. Passar bem".

E fui embora porque, como eu disse, eu fiquei sem jeito de sair do local. Saí do local, entrei no carro novamente e vim embora direto para a nossa, para a minha cidade, com a minha esposa, que presenciou, que foi a única pessoa que presenciou isso, além do Pastor Gilmar e do Pastor Arilton.

E depois de uma semana recebi novamente uma ligação do Pastor Gilmar. Aliás, perdão, do Pastor Arilton: "Olha, Prefeito, você tem interesse ou não de concluirmos o negócio que a gente começou lá?".

Eu falei que não, não tenho interesse, porque não achava que aquilo era a maneira correta.

E por que disso tudo? Eu pensei que aquilo naquele momento... Eu falei: se tratava de um golpe. Isso é uma pessoa, é um golpista querendo ludibriar Prefeitos que estão, entre aspas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nesse aspecto de que era um golpista, o senhor não estava errado, não.

O SR. KELTON PINHEIRO (*Por videoconferência*.) – ... melhor dizendo, Prefeitos de boa vontade. Vão querer ludibriar essas pessoas para tomar um dinheiro aqui, vendendo facilidades que não têm. Vou ali, fico do lado do Ministro, tiro uma foto, tiro uma foto com o Presidente, digo que eu tenho uma boa relação e vou começar a vender isso daí para as pessoas.

Por isso, naquele momento, eu pensei: "Olha, se eu fizer alguma denúncia ao ministério... aliás, ao Ministério da Educação, vai ser a minha palavra contra a palavra deles. Vão dizer: 'Olha, não, isso não aconteceu aqui no ministério. Eles tomaram lá atitude por conta própria'".

Aí depois até fui indagado pela imprensa, por algumas pessoas: "Olha, por que que só agora você falou disso?". Eu falei: "Porque até então eu achava que tratava-se de uma ação isolada de alguém que chega daquela forma, até sem medo de ser gravado, sem medo, sem nenhum pudor em falar de pagamento de um valor, que ele chamou de contribuição, para liberar algum recurso". Eu falei: "Isso aí é uma balela muito da grande". E saí dali.

Inclusive até o ofício que eu protocolei lá, não sei nem o que eu fiz dele, porque não dei nem importância para aquilo, porque eu sei que o trâmite não é aquele. Numa reunião, em que se tratava com o Prefeito que nos antecedeu, falava-se muito do PAR 4, e a gente estava processando ainda o PAR 3, e eu, com um ofício ali, naquela hora, ia ter algum recurso liberado? Era vendendo muita facilidade, na qual a gente não acreditou.

Voltei para casa e nunca mais pensei neste assunto. Só agora, com a denúncia de um colega de uma gravação, que voltou à tona este assunto e que eu fui inteirado e inserido, novamente, no cenário, para dar essas entrevistas, para vir falar com os Senadores e para entender que o que se tratava, naquele momento, não era simplesmente uma ação isolada, que aconteceu só comigo.

Não sei se respondi a todas as perguntas, mas continuo à disposição.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – De minha parte, Presidente, estou satisfeito.

Cumprimento o Prefeito da mesma forma como cumprimentei os demais Prefeitos que se dispuseram a prestar este depoimento aqui à Comissão.

Prefeito, fique tranquilo que o senhor não estava errado na caracterização de quem o abordou: era golpista mesmo. Era golpista!

Presidente, nós estamos diante de um esquema de corrupção mais básico, chinfrim, desqualificado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já fizeram, em outras épocas, neste país, corrupção pelo menos mais elaborada. O que nós estamos assistindo aqui, confirmado pelo depoimento do Prefeito Kelton, é a um esquema chinfrim.

Olhem só o *modus operandi,* que se repete em todos. Primeiro, o Prefeito Kelton relata que isso ocorreu no dia 11 de março. Eles foram para o Restaurante Tia Zélia. Foi no mesmo restaurante em que, anteriormente, no dia 4 de abril, salvo melhor juízo, o Prefeito Gilberto Braga também teve o mesmo tipo de abordagem.

Veja que a metodologia, o *modus operandi* era o mesmo, Presidente

Primeiro, o Ministro reúne, faz um discurso para todos os Prefeitos contra a corrupção. Mas quem está lá, ao lado do Ministro, ladeando? O Sr. Arilton, de um lado, e o Sr. Gilmar, de outro; à direita e à esquerda. Ao centro, o Ministro; ao seu lado, os dois intermediadores.

Aí ele faz, para as telas e para os Prefeitos, um discurso contra a corrupção, mas está lá, qualificando os dois, qualificando os dois intermediadores. Faz um discurso contra o *lobby*, mas os dois lobistas, lá.

Aí tem um encontro com os Prefeitos, via de regra, pela manhã. Ocorre um encontro pela manhã. Sai de lá acompanhado já dos dois lobistas, dos dois intermediadores, dos dois propineiros. Os dois propineiros deslocam-se até o local onde há um almoço. Às vezes, é no Restaurante Tia Zélia ou é no Gran Bittar. Chegando ao Gran Bittar, os leões atacam. Chegam lá e jogam claramente.

Um chegou... O que o Prefeito Kelton relata aqui é de um cinismo atroz. O cara desqualifica os políticos para pedir propina para ele! Ofende a política em nome de uma antipolítica propineira. Ofende a política em nome de uma antipolítica propineira! É essa a chamada nova política? Creio que não.

Então, Presidente, estamos diante de um esquema cínico. Eu vou utilizar todos os adjetivos que cabem neste momento: cínico, nojento, vulgar. Não é nada elaborado: reúnem-se com o Ministro de manhã, depois têm um almoço, e no almoço os dois propineiros vão lá e fazem a abordagem. Um deles ainda se dá ao luxo de fazer discurso contra a corrupção, pedindo propina! É um absurdo, Presidente. A minha vida de Parlamento não é longa – o senhor tem um pouco mais de experiência do que eu –, mas não tenho notícia de ter visto um esquema tão escandaloso quanto esse.

Meus cumprimentos e agradecimentos ao Prefeito Kelton.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pergunto se algum outro Senador ou Senadora gostaria de acrescentar ou perguntar alguma coisa ao Sr. Kelton. (*Pausa.*)

Sr. Kelton, para concluir, eu gostaria de lhe fazer uma pergunta só: depois dessas tratativas, o Município de Bonfinópolis teve algum empenho feito pelo FNDE – creches, escolas, que eram os mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comuns – ou nada foi empenhado no ano de 2021 após V. Exa. se negar a dar a propina que o Pastor Arilton pedia?

O SR. KELTON PINHEIRO (*Por videoconferência*.) – Não tivemos. Todas as propostas nossas no Plano de Ações Articuladas (PAR) estão em análise desde abril de 2021.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Perfeito. Muito obrigado a V. Exa.

Aproveito para parabenizá-lo pela segurança, pela clareza, pela riqueza de detalhes com que V. Exa. tão bem relatou esse acontecido que nos envergonha a todos.

Vamos à oitiva do Sr. Helder Aragão, Prefeito de Anajatuba, Maranhão. (*Pausa.*)

Sr. Helder Aragão não está presente?

O SR. HELDER ARAGÃO (*Por videoconferência*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

Então vamos aos questionamentos.

O Senador Randolfe está vindo aqui...

Senador Alessandro, V. Exa. gostaria de iniciar o questionamento?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Prefeito Helder, eu gostaria que V. Exa. nos informasse qual foi o procedimento que o senhor adotou junto ao ministério para conseguir seis empenhos para o seu município, considerando a dificuldade natural desse tipo de situação. É uma cidade valorosa, mas de apenas 27 mil habitantes, e, salvo engano, a prefeitura não conta sequer com os terrenos necessários para a execução dessas obras.

O senhor pode nos informar como aconteceu esse trâmite, por favor?

O SR. HELDER ARAGÃO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, mais uma vez.

Posso, sim.

Na verdade, não são seis empenhos, são quatro empenhos: uma escola de 13 salas, uma escola de 9 salas e uma creche tipo 1 mais uma creche tipo 2.

Anajatuba é uma cidade que tem aproximadamente hoje 27 mil habitantes. Há mais de 30 anos não se constrói uma escola na sede do município.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estive em Brasília – já que é para juntar todos esses fatos relativos à questão dos pastores – com o objetivo de ir a alguns ministérios e à Codevasf para verificar algumas demandas do município. Eu estava... me hospedei num hotel de frente do Grand Bittar. Eu cheguei a Brasília no dia 13 de abril de 2021, acho que uma quarta-feira, se não me engano. Cheguei pela manhã, fui a alguns ministérios à tarde e, à noite, me convidaram para uma reunião que antecedia uma reunião que iria ocorrer no dia 15 de abril pela manhã no Ministério da Educação.

Eu fui a essa reunião no Hotel Grand Bittar, no salão do restaurante. Lá eu conheci o Pastor Arilton. Havia vários e vários Prefeitos. E o que eu imaginei? Que fosse uma reunião que antecedia a reunião principal, que iria ocorrer no dia seguinte. E, nessa reunião, ele atendeu a todos os Prefeitos, em uma mesa, e perguntava o nome do Prefeito, o município – foi isso que ocorreu comigo. Eu acho que eu fui atendido em conjunto com outro Prefeito, já devido ao adiantado da hora. Acho que já eram quase 11h da noite. E eu fui atendido em conjunto com outro Prefeito.

Ele falou das minhas demandas, e eu falei de uma escola de um padrão maior na sede, falei de um ônibus e falei de reforma de escola. Eu fiz esses três ofícios, a pedido dele, e entreguei na sede do ministério momentos antes de iniciar-se a reunião na sede do Ministério da Educação. Em nenhum momento, o Pastor Arilton me pediu nada, não sei se em razão do tempo, do horário – já estava todo mundo, sabe, super cansado de aguardar. E os meus pedidos, o ofício foi: uma escola, ônibus e reforma de escolas. O pedido de reforma de escolas não foi atendido; o ônibus até agora está em análise.

E eu fui só – sozinho – ao FNDE. E, junto aos técnicos do FNDE, falei de todas as minhas demandas. E há o Sistema PAR, que é o Plano de Ações Articuladas, em que você cadastra todas as suas necessidades do município. Eu me sentei com os técnicos e expliquei, pausadamente e tecnicamente, por que eu precisava dessas obras.

E o que foi empenhado? O empenho é um sinal de que a obra poderá ser executada. O empenho total dessas três obras, até o momento, é de R$360 mil: um empenho no valor de R$100 mil, para uma escola de 13 salas que custa R$7 milhões – R$7,664 milhões; um empenho de R$30 mil para uma creche que custa o valor total de R$1,9 milhão; um empenho de R$30 mil para uma escola que custa R$6,661 milhões; e um empenho de R$200 mil para uma obra que custa R$3.023.917.

Então, veja bem, esses empenhos estão condicionados a vários requisitos; um deles é o terreno. Acho que nenhum Prefeito, em sã consciência, sai comprando terrenos no município sem ter uma destinação para eles. Você, primeiro, aponta a obra conquistada para depois buscar o terreno.

Então, foi isso o que aconteceu. Eu não tive reunião em outro local a não ser no Gran Bittar, na quarta-feira à noite, e uma reunião na quinta-feira pela manhã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – Sr. Prefeito, o senhor pode só me esclarecer como surgiram os empenhos das creches? Porque o senhor se referiu, a todo instante, à solicitação de construção de escola, reforma de escola e ônibus escolar, mas o senhor teve dois empenhos de creche.

O SR. HELDER ARAGÃO (*Por videoconferência.*) – O.k.

Esses foram os ofícios que foram demandados nesse momento lá. Essa demanda foi posterior, feita por nossa equipe, que agiu com muito empenho, dedicação, competência.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – A das creches?

O SR. HELDER ARAGÃO (*Por videoconferência.*) – A nossa equipe do município: a nossa secretária de educação, com os técnicos que trabalham na alimentação do Simec e do PAR.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – Pronto.

Só para deixar aqui registrado, uma vez que a gente está em audiência e, enfim, colhendo essas informações, que são todas importantes para o controle que nós queremos, deixe-me assinalar com o senhor só dois pontos.

O primeiro deles é que não existe nenhum objetivo de se criminalizar a política. Acho que todo Prefeito tem que buscar recursos para a sua cidade – não vejo nenhum problema nisso. Acho que, nesse sentido, o senhor caminha bem. O problema está em alguém, no meio desse caminho, se aproveitar, seja para desviar recursos, seja para cobrar propina. Isso é o que a gente está tentando aqui identificar se aconteceu.

E o segundo ponto – só para confirmar: o senhor fez as solicitações dessas obras sem ter ainda a localidade, os terrenos para poder receber essas obras; e teve a sinalização, através de empenho, empenho de valores essencialmente simbólicos; e esse seria o ponto de partida para que, aí sim, o senhor fizesse a aquisição dos terrenos.

O SR. HELDER ARAGÃO (*Por videoconferência.*) – Exatamente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – Perfeito.

Sr. Presidente Marcelo Castro, se eu não estiver enganado, o procedimento não deveria ser esse para poder se cadastrar no PAR. Ele já deveria ter as condições para receber. Mas tenho a convicção de que o Prefeito atua de plena boa fé, no interesse do cidadão lá da sua comunidade.

Obrigado pelo depoimento, Prefeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eu quero cumprimentar o Prefeito Helder Aragão, de Anajatuba, cidade do Maranhão, cidade de porte médio – médio para o Norte-Nordeste brasileiro –, de 27 mil habitantes.

E gostaria de fazer uma pergunta a V. Exa., Prefeito Helder: se V. Exa. apresentou a documentação necessária. Porque eu pude observar que todos esses empenhos parece, assim, que foram feitos de afogadilho. São do dia 29 de dezembro, dois empenhos... Não, todos os empenhos são do dia 29 de dezembro, quer dizer, nos últimos dias já dos estertores... (*Pausa.*)

Um do dia 29, um do dia 15 e outro do dia 25 de dezembro.

Então, a gente sabe, Sr. Prefeito, que muitos desses empenhos foram feitos, assim, de última hora e que as prefeituras não preencheram os requisitos. Não apresentaram a documentação necessária e, inclusive, alguns deles foram feitos com papéis em branco, como se houvesse a documentação do município.

V. Exa. está seguro de que toda a documentação necessária para os empenhos desses recursos foi prestada pela prefeitura?

O SR. HELDER ARAGÃO (*Por videoconferência.*) – Nobre Senador, nós assinamos um termo de compromisso com o MEC onde estão todos os documentos necessários para que as obras possam ser licitadas. Caso não preencha essa documentação, a escola não sai do papel, a obra não sai do papel.

Inclusive, essa escola de 13 salas, que é a obra mais necessária, é uma escola que foi indicada para a sede do município, assim como as creches e a escola de 9 salas, todas para a sede do município. Dessa primeira escola, o terreno já foi adquirido pela prefeitura, já há registro do terreno. E tudo isso a minha equipe está encaminhando para o MEC, para que se possa destravar e se tenha a possibilidade de licitar a obra.

Esses valores aqui, que estão empenhados, são valores irrisórios para o tamanho da obra, para o valor da obra.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – V. Exa. poderia me responder a mais um questionamento?

O SR. HELDER ARAGÃO (*Por videoconferência.*) – Posso, sim.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – No município de V. Exa., Anajatuba, há obras inacabadas, obras paralisadas do FNDE?

O SR. HELDER ARAGÃO (*Por videoconferência.*) – Sim. Há uma creche tipo 2. É uma obra significativa, que fica num bairro periférico da cidade de Anajatuba chamado Limirique. Essa creche ficou inacabada na gestão anterior. E eu fui ao FNDE sozinho – eu fui só ao FNDE –, conversei com os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

técnicos do FNDE. A obra estava lá como cancelada, e nós conseguimos justificar e mudar o *status* da obra para inacabada. Mas essa obra precisa ainda de várias análises para poder haver a liberação de recursos para dar continuidade à obra.

Além dessa obra do Bairro Limirique, havia mais duas escolas em que nós estamos trabalhando na continuidade, para acabarmos essas obras.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Essas duas escolas estão paralisadas?

O SR. HELDER ARAGÃO (*Por videoconferência*.) – Ainda estão paralisadas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

O SR. HELDER ARAGÃO (*Por videoconferência*.) – Ainda estão paralisadas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Prefeito. Agradeço a colaboração de V. Exa.

Quero dizer aqui aos nobres colegas da Comissão, só para a gente entender bem como é que funciona esse mecanismo, que o Município de Anajatuba, pela própria palavra do Prefeito, tem três obras inacabadas: uma creche e duas escolas.

A Lei de Responsabilidade Fiscal diz textualmente – e é uma lei já antiga – que nenhum recurso deve ser empenhado para obras novas antes da conclusão das obras antigas que estão em andamento. Isso não precisava estar em lei, mas está, porque é o óbvio, é o lógico, é o razoável! O dinheiro público é um só, vem dos impostos com que nós brasileiros contribuímos. Isso é um bem público! Aí, se a obra está em andamento, qual é a lógica de se começar outra antes de terminar a primeira? A não ser que seja um fato assim extraordinário, emergencial, que fique na exceção da regra, e não na regra.

E, como se isso não bastasse, não é só a Lei de Responsabilidade Fiscal que preconiza isso. A LDO de todos os anos também diz isso claramente. Na de agora, deste ano, estará explicitamente escrito: não podemos começar nenhuma obra sem concluir as que já estão em andamento. O relatório do Tribunal de Contas da União sobre obras inacabadas diz isso claramente. Mas, se tudo isso não bastasse, há o próprio estatuto do FNDE!

Quer dizer, eles descumprem o estatuto do FNDE, a decisão do Tribunal de Contas, a LDO, a Lei de Responsabilidade Fiscal, passam por cima de tudo isso e empenham recursos para obras novas quando as obras antigas não foram concluídas.

Agora, aqui há outra malandragem. É completamente impróprio isso que estão fazendo. Em todo empenho para se fazer uma obra, o que as normas preconizam – e que é o lógico, que é o racional, que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o desejável – é que o dinheiro seja 100% empenhado. Quer dizer, se eu quero fazer uma obra num município do meu estado e eu tenho o poder, tenho as emendas individuais, tenho uma emenda de bancada, eu destino aquele recurso... Então, vai fazer um estádio de futebol. Quanto é que custa? Suponhamos que sejam R$2 milhões. Então, destinam-se R$2 milhões para fazer aquele estádio. Quanto desses recursos vai ser empenhado? Os R$2 milhões, que são os recursos necessários. Essa questão de fracionamento de empenho é completamente fora da lógica, do razoável e do que preconizam todas as normas de administração pública.

"Ah, mas há obras que são muito vultosas, são muito grandes, que demandam muito tempo para serem construídas." Por exemplo, a Barragem de Belo Monte, o Açude de Orós, no Ceará, e a Ferrovia Norte-Sul não são obras que são feitas num exercício financeiro; elas são feitas em vários exercícios financeiros, em vários anos, Então, nesses casos, e somente nesses casos, estaria justificado o fracionamento dos empenhos.

Suponhamos, Senadora Soraya, uma obra de R$10 bilhões; que essa obra demorasse cinco anos para ser construída – a previsão de um cronograma de execução da obra. Não haveria a necessidade de empenhar os R$10 bilhões num exercício financeiro só. Como são cinco anos, você poderia empenhar R$2 bilhões por ano. Em cinco anos a obra seria executada e cada exercício financeiro contribuiria com R$2 bilhões. É isso! É para isso que existe o fracionamento.

Mas olhe aqui a esperteza, a malandragem dessa turma do FNDE; a que ponto de refinamento eles chegaram. Eles pegam aqui uma escola de R$3 milhões. Quanto foi empenhado? No dia 29 de dezembro, R$200 mil. Ora, o que é que um Prefeito vai fazer com R$200 mil numa obra de R$3 milhões?

Isso aqui é vender terreno na lua! Isso aqui é passa-moleque, é enganar trouxa!

Esses recursos aqui muito provavelmente jamais serão empenhados. E, se o Prefeito deu a propina, perdeu o dinheiro, porque não tem como, não se justifica, não há a menor explicação para isso acontecer!

Também, no dia 29, uma escola no valor de R$6,6 milhões. Sabe quanto foi empenhado? R$30 mil. Isso corresponde a 0,45% do valor da obra.

Para que fazer isso? Qual é a necessidade de fazer isso? Por que não empenham os R$6,6 milhões? "Ah, não tenho orçamento para empenhar." Pois, então, não empenhe, deixe para o ano que vem. Qual é o problema? Um município, como disse o Prefeito, que tem três obras inacabadas!

Então, Prefeito, Deus queira mesmo que V. Exa. não tenha dado nenhuma propina, porque se deu perdeu a viagem porque...

Outra coisa que chama a atenção aqui: o Prefeito de Anajatuba teve quatro obras empenhadas e nega que tenha dado qualquer contribuição ou que tenha recebido proposta de propina. Ele teve quatro obras empenhadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Prefeito de Rosário, também do Maranhão, teve cinco obras empenhadas. Também nega que tenha recebido qualquer proposta de propina e que tenha dado qualquer propina.

Já o Prefeito de Luís Domingues, no Maranhão, o Sr. Gilberto Braga, que recusou a proposta que foi feita pelo Pastor Arilton, segundo suas palavras, de dar, depositar R$15 mil na sua conta e depois dar um quilo de ouro; como ele se recusou, ele teve zero empenho no ano de 2021. Nada de empenho!

Igualmente o Prefeito de Boa Esperança do Sul, também de São Paulo, o Sr. José Manoel de Souza, que se recusou a depositar os 40 mil propostos pelo Pastor Gilmar para a igreja, também teve nenhum empenho realizado em 2021. Ou seja, todos os Prefeitos...

E o Prefeito de Bonfinópolis, o Sr. Kelton Pinheiro, que fez um relato aí minucioso, que não topou o achacamento do Pastor Arilton, também teve nada empenhado.

Eu quero chamar a atenção aqui de V. Exas. para este fato: todos os Prefeitos que disseram que não aceitaram dar propina não tiveram nenhum recurso público empenhado; todos os Prefeitos que tiveram recursos empenhados negam que tenham dado propina.

E mais, eu quero chamar a atenção: além da Lei de Responsabilidade Fiscal, da LDO, do Tribunal de Contas da União, do próprio estatuto do FNDE, há os princípios constitucionais da administração pública, os princípios que regem a administração pública, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência. Aqui não existe nada disso. Aqui, se você der um quilo de ouro, eu empenho; se você depositar 40 mil na conta da igreja, eu empenho; se você comprar a Bíblia, eu empenho.

Então, gente, eu acho que nós chegamos a um nível muito baixo de degradação da administração pública. Não sou espada do mundo, mas, evidentemente, todos aqueles representantes do povo que têm responsabilidade com a condução do país, com a moralidade pública é evidente que não podem se calar.

Como se tudo isso não bastasse, aí vem ontem a reportagem de *O Estado de S. Paulo*, denunciando uma licitação fraudulenta, com um superfaturamento de 55%.

Gente, eu quero que V. Exas., Srs. Senadores e Sras. Senadoras, pensem bem: nós fazemos compras todos os dias das nossas vidas – nós vamos ao supermercado e compramos, nós compramos sapato, nós compramos roupa, nós compramos carro, uns compram coisas das suas atividades –, e nenhum de nós, em nossas vidas todas, compramos nada superfaturado. Nós temos noção exata do preço das coisas. Aí o camarada, normal como nós, vai para o FNDE e, quando chega lá, perde a racionalidade? Ele não sabe o preço do ônibus? Qualquer pessoa sabe. Se não sabe, telefone para duas ou três revendedoras e, em cinco minutos, você sabe o preço de um ônibus no país. E eles, com a maior cara dura, com a maior cara de pau, sem o menor respeito aos recursos públicos, fazem uma licitação dessa, vergonhosa, com superfaturamento, e o mais grave: com pareceres contrários do próprio corpo técnico do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

FNDE; com parecer contrário da CGU, órgão de fiscalização e controle – com o parecer contrário da CGU!

E eles não estão nem aí! Porque o sentimento que os norteia é o de impunidade; de que eles podem fazer tudo e nada pode impedi-los de alcançarem os objetivos escusos, o que parece estar na determinação do Ministro Walton Alencar, do Tribunal de Contas da União, que acaba de suspender essa licitação para melhor averiguação.

Dito isso, eu quero agradecer a presença de todos os Prefeitos que estiveram aqui: o Sr. Gilberto Braga, Prefeito de Luís Domingues, no Maranhão; o Sr. Kelton Pinheiro, Prefeito de Bonfinópolis; o Sr. José Manoel de Souza, Prefeito de Boa Esperança do Sul, em São Paulo; o Sr. Calvet Filho, Prefeito de Rosário, no Maranhão, e o Sr. Helder Aragão, Prefeito de Anajatuba, também no Maranhão.

Agradecendo a presença de todos e nada mais havendo a tratar nesta audiência pública, declaro encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 08 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia sete de abril de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Carlos Viana, Confúcio Moura, Eduardo Gomes, Esperidião Amin, Flávio Arns, Styvenson Valentim, Carlos Portinho, Plínio Valério, Lasier Martins, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Paulo Paim, Jean Paul Prates, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, e ainda dos Senadores não membros Marcos do Val e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Rose de Freitas, Dário Berger, Mailza Gomes, Kátia Abreu, Izalci Lucas, Roberto Rocha, Alvaro Dias, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves, Zenaide Maia, Fernando Collor, Cid Gomes, Leila Barros e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 23, de 2022** que: "Nos termos do art. 71, inciso VII, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, requer que seja solicitado, ao Tribunal de Contas da União, de acordo ainda com o art. 264, IV de seu Regimento Interno (Resolução-TCU nº 246, de 30 de novembro de 2011), que informe sobre a aplicação da Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021 e o uso dos recursos da União pelos Estados, especificamente sobre os seguintes pontos: 1. O § 6º do art. 3º da Lei nº 14.172/2021 prevê a aplicação excepcional dos recursos de contratação de soluções de conectividade móvel para contratação de serviços de conectividade para as escolas da rede pública de ensino. Considerando a mudança de cenário da pandemia, com o retorno gradual dos estudantes para o ensino presencial, há possibilidade de flexibilização da exceção para que os recursos sejam aplicados prioritariamente para a conectividade das escolas e como deve ser realizada a prestação de contas de estados e municípios para justificar essa flexibilização? 2. Os recursos recebidos em decorrência das transferências previstas na Lei poderão ser utilizados para ampliação de contratos já em andamento para conectividade móvel e conectividade das escolas? 3. Os planos de trabalho fornecidos ao FNDE podem ser alterados após a transferência do recurso, por exemplo, modificando os percentuais de despesas de custeio e capital? 4. Considerando que a lei não definiu os critérios para transferência dos recursos dos estados para os municípios, cada ente federado poderá definir seus parâmetros de transferência? Existe óbice para que o Estado opte por não transferir o recurso para os seus municípios? 5. Considerando a dificuldade em identificar os beneficiados por meio da lista do CadÚnico, uma vez que está desatualizada, existe alternativa para definir os beneficiários das ações ou poderá ser utilizada a lista com os dados desatualizados? 6. Diante do silêncio do Decreto nº 10.952, de 2022, sobre o prazo para que os recursos e os rendimentos não aplicados, os saldos remanescentes e os seus rendimentos sejam restituídos à Conta Única do Tesouro Nacional, como estados e municípios deverão proceder para realizar a restituição?" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 15, de 2022** que: "Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer-se a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater o tema “Como Enfrentar os Problemas da Violência nas Escolas Agravados pela Pandemia”."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/04/07

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Item 1.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 23, DE 2022

- Não terminativo -

Nos termos do art. 71, inciso VII, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, requer que seja solicitado, ao Tribunal de Contas da União, de acordo ainda com o art. 264, IV de seu Regimento Interno (Resolução-TCU nº 246, de 30 de novembro de 2011), que informe sobre a aplicação da Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021 e o uso dos recursos da União pelos Estados, especificamente sobre os seguintes pontos:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. O §6º do art. 3º da Lei nº 14.172/2021 prevê a aplicação excepcional dos recursos de contratação de soluções de conectividade móvel para contratação de serviços de conectividade para as escolas da rede pública de ensino. Considerando a mudança de cenário da pandemia, com o retorno gradual dos estudantes para o ensino presencial, há possibilidade de flexibilização da exceção para que os recursos sejam aplicados prioritariamente para a conectividade das escolas e como deve ser realizada a prestação de contas de estados e municípios para justificar essa flexibilização? 2. Os recursos recebidos em decorrência das transferências previstas na Lei poderão ser utilizados para ampliação de contratos já em andamento para conectividade móvel e conectividade das escolas? 3. Os planos de trabalho fornecidos ao FNDE podem ser alterados após a transferência do recurso, por exemplo, modificando os percentuais de despesas de custeio e capital? 4. Considerando que a lei não definiu os critérios para transferência dos recursos dos estados para os municípios, cada ente federado poderá definir seus parâmetros de transferência? Existe óbice para que o Estado opte por não transferir o recurso para os seus municípios? 5. Considerando a dificuldade em identificar os beneficiados por meio da lista do CadÚnico, uma vez que está desatualizada, existe alternativa para definir os beneficiários das ações ou poderá ser utilizada a lista com os dados desatualizados? 6. Diante do silêncio do Decreto nº 10.952, de 2022, sobre o prazo para que os recursos e os rendimentos não aplicados, os saldos remanescentes e os seus rendimentos sejam restituídos à Conta Única do Tesouro Nacional, como estados e municípios deverão proceder para realizar a restituição?

Autoria: Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE)

Passo a palavra ao nobre Senador para fazer a defesa do seu requerimento.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, esse requerimento tem como objetivo a garantia das informações quanto ao cronograma de implantação dos serviços de conectividade. Acho que todos nós recordamos, os brasileiros recordam dessa batalha, dessa queda de braço que se arrasta, há quase dois anos, com o Congresso Nacional tentando garantir para os jovens e professores condições de trabalhar no meio digital, e o Governo infelizmente retardando esse processo.

Então, a solicitação é muito simples, é o pedido para que o TCU encaminhe ou apresente algum tipo de cronograma de implementação dessas medidas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Em discussão o requerimento do nobre Senador Alessandro Vieira. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão e o submeto à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 2 da pauta.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 15, DE 2022

- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer-se a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater o tema "Como Enfrentar os Problemas da Violência nas Escolas Agravados pela Pandemia".

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO) e outros

Passo a palavra ao nobre Senador para a defesa do seu requerimento.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, esse assunto foi largamente divulgado, principalmente aqui em Brasília, depois da volta às aulas, com uma série – parece que combinada, em muitas escolas – de agressões gravíssimas, com desde uso de arma de fogo, faca, esfaqueamento de aluno... E isso tem acontecido justamente no pós-pandemia, tem-se agravado; em outros estados também. Muitas brigas no pátio das escolas, fora das escolas.

Então, é muito importante ouvir especialistas até para orientar os Prefeitos, orientar os Governadores sobre os procedimentos nesse enfrentamento pós-pandemia. Eu acho extremamente importante esse debate.

É só isso, Sr. Presidente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

Para discutir o requerimento, o nobre Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Para discutir.) – Eu só gostaria, em primeiro lugar, de apoiar o requerimento do Senador Confúcio Moura e também dizer que tivemos, aqui nesta Comissão, a Subcomissão de Educação na Pandemia. E uma das coisas, um dos aspectos que todos os expositores trouxeram é a necessidade do entrosamento da educação com a saúde na área da saúde mental, e V. Exa., inclusive, é profissional psiquiatra dessa área.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já no ano passado, enviamos documento para o Ministério da Educação e para o Ministério da Saúde, através da Subcomissão, para que houvesse essa articulação entre as duas áreas, para atender aspectos de medo, depressão, violência, que sempre aconteceram – é lógico –, mas tudo recrudesceu com a pandemia. Só que, até o momento, não recebemos resposta ainda, meio ano depois de uma dificuldade imensa de se falar com os ministérios.

Então, a iniciativa do Senador Confúcio Moura vem em boa hora para reforçar a conclusão da Subcomissão, que é um trabalho que deve ser permanente. São 50 milhões de alunos no Brasil na educação básica, e certamente vão surgir dificuldades dessa natureza a vida toda, que têm que ser atendidas com a devida competência e qualidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Flávio Arns.

Concedo a palavra ao nobre Senador Wellington Fagundes, para a discussão do requerimento.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar o Senador Confúcio Moura e acredito ser extremamente importante estarmos discutindo isso até de forma permanente.

Eu tenho dito muito, e às vezes há uma certa confusão na sociedade mesmo: qual é o papel da escola e o papel da família? Todos nós sabemos que o papel da escola é promover o ensino e o da família é a educação, mas muitos entendem, querem entender que o papel da escola é educar também os filhos, às vezes, de problemas que acontecem inclusive no dia a dia dentro da própria família.

Por isso, eu tenho defendido, desde o ano passado, inclusive como Relator do Orçamento da Educação, com o apoio tão expressivo de V. Exa., Senador Marcelo, a quem eu quero agradecer pela luta nossa para colocar recurso no orçamento para educação, junto com todos da membros da Comissão, e gostaria muito de estar discutindo – já fui ao MEC – que a gente pudesse ter um programa de integração da família na escola, porque, se a gente tivesse a oportunidade de levar – se as escolas não fecharem no final de semana – a família para a escola para conviver no dia a dia e saber o que está acontecendo com o seu filho lá, promoveria a integração com toda a comunidade da educação – professores, trabalhadores da educação.

Eu penso que neste momento a nossa preocupação é exatamente a retomada das nossas crianças com segurança na escola, e é sabido que a pandemia trouxe muitos problemas, muitos problemas familiares. Com certeza, isso já está acontecendo e, se a gente não tiver um cuidado maior, poderá acontecer muito mais, com agravamento dentro da própria família.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, essa integração família/escola é fundamental, e, inclusive, esse funcionamento aos finais de semana, exatamente para recreação. Nós temos aí o exemplo da associação de pais e mestres, outra evolução que foi muito grande da qual V. Exa. participou, como todos aqui e o Senador Flávio Arns, que é um especialista. A merenda escolar antigamente era comprada aqui em Brasília; depois nós municipalizamos; e hoje já temos muito exemplo de "escolarização" da merenda escolar, ou seja, a decisão de quem compra a merenda escolar é do professor, da comunidade da escola junto com a família. Aí, é claro, se compra na localidade, com um preço muito mais barato, com envolvimento da sociedade. Então, é isto que eu acho que a gente precisa fazer: o envolvimento, que, inclusive, aí passa a haver mais doações, mais integração e evitaria com certeza depredação das nossas escolas, porque os próprios pais estariam ali presentes fiscalizando – e às vezes até pequenas reformas são feitas dessa forma –, porque, quando você vê uma escola que está começando e está abandonada, as coisas quebradas, a bagunça aumenta, não é?

E outro aspecto importante na evolução que... Infelizmente, eu acho que existem coisas que, às vezes, são uma evolução, mas que acabam sendo um retrocesso. Eu fui estudante de uma escola agropecuária. Essa escola era a Escola Agrotécnica de São Vicente, lá em Cuiabá, nas BR-364 e BR-163. É a maior fazenda do Brasil, tem quase cem anos, e o lema da escola é "aprender fazendo". E hoje, infelizmente, pela legislação, o aluno já não pode executar o serviço, porque tem que ser o monitor. Não pode um jovem fazer, executar o serviço, ou seja, pegar no cabo da enxada, plantar uma coisa, lidar com o animal; não, ele tem que aprender fazendo... Aliás, não: ele não pode aprender fazendo, pois tem que ser o monitor fazer para ele ver. Ele pode fazer lá no estágio, fora, na empresa. Então, eu acho que existe muita coisa em que a gente precisa evoluir realmente, principalmente neste momento. E, inclusive, nas escolas militares...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Seria bom se houvesse um simulador, como esses simuladores de voo.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – É, exatamente, tudo em simulador. (*Risos.*)

Aí falta sensibilidade, não é? Deixa de ter a sensibilidade.

Então, nós temos o bom exemplo hoje das escolas militares, em que se cuida principalmente da disciplina. Mas a família é fundamental. Não dá para tirar a família e, principalmente, também a responsabilidade da família.

Então, eu acredito que, com esse requerimento, Senador Confúcio – eu gostaria, inclusive, de subscrevê-lo, com a autorização de V. Exa. –, quem sabe a gente consiga ampliar esse tema aqui, Senador Marcelo Castro.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

Continua em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não mais havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão, e o submeto à votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O requerimento está aprovado.

Nada mais havendo a tratar nesta sessão inicial, declaro, portanto, encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e zero minutos do dia sete de abril de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Marcelo Castro e Carlos Viana, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Dário Berger, Confúcio Moura, Eduardo Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Flávio Arns, Styvenson Valentim, Carlos Portinho, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Zenaide Maia, Paulo Paim, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Leila Barros, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira e Marcos do Val, e ainda dos Senadores não membros Angelo Coronel e Eliane Nogueira. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Rose de Freitas, Mailza Gomes, Kátia Abreu, Roberto Rocha, Alvaro Dias, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves, Wellington Fagundes, Fernando Collor, Cid Gomes e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 11/2022 - CE, de autoria Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Finalidade:** Prestação de esclarecimentos sobre o aparente beneficiamento indevido na destinação de verbas públicas afetas ao Ministério da Educação. **Participante:** Sr. Marcelo Lopes da Ponte, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. **Resultado:** Audiência realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/04/07

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a oitiva, a título de depoimento, para prestação de esclarecimentos sobre o aparente beneficiamento indevido na destinação de verbas públicas afetas ao Ministério da Educação, em atendimento ao Requerimento nº 11, de 2022, da Comissão de Educação, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

Convido o Sr. Marcelo Lopes da Ponte, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para tomar assento à mesa. (*Pausa.*)

Sras. e Srs. Senadores e quem nos ouve no momento, vou fazer uma breve síntese de como chegamos até aqui.

Inicialmente, uma reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, muito circunstanciada, falava da intermediação de pastores evangélicos na liberação de recursos do MEC/FNDE, inclusive com denúncias de pedidos de propina explícitos, tipo: "Se você botar R$15 mil na minha conta, eu protocolo o seu requerimento" – do que não há necessidade, porque o Prefeito pode fazer isso diretamente, pela internet – ; ou "Quando for feito o empenho, você me dá 1kg de ouro"; ou ainda "Você deposita R$40 mil na conta da igreja, e eu empenho o recurso". E vários outros casos que aconteceram.

O mais inusitado foi o relatado pelos Prefeitos que estiveram aqui na terça feira: que o Pastor Arilton teria dito para um Prefeito que ele teria que depositar, naquele dia, a propina de R$15 mil, porque ele não confia em político, os políticos são todos malandros, que não cumprem a palavra. E ele teria que depositar naquele dia.

Bom, são fatos que estão sendo apurados, investigados.

Tivemos, aqui, na terça-feira, o depoimento dos Prefeitos.

O ex-Ministro Milton Ribeiro, convidado, apesar do compromisso assumido com esta Comissão, não veio e não deu nenhuma satisfação, o que nós entendemos que foi, de certa forma, uma descortesia, uma deselegância para com os membros da Comissão.

Os Prefeitos que estiveram aqui, na quinta-feira, deram depoimentos com riquezas de detalhes, mostrando mais ou menos um padrão de comportamento dessas reuniões. Primeiro, com o Ministro: o Ministro falava, às vezes, na presença do Presidente do FNDE, mas sempre ladeado pelos pastores. Depois que terminava o encontro, iam para um almoço, e os pastores, então, de maneira direta e agressiva, faziam a proposta de propinas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou falando aqui do relato dos Prefeitos.

Depois, houve, recentemente já, a denúncia da aquisição de ônibus superfaturados, com sobrepreço, melhor dizendo. E, por intervenção do Tribunal de Contas, do Ministro Walton Alencar, essa licitação teve sua homologação suspensa até o julgamento do mérito da questão.

E hoje foi publicada na *Folha de S.Paulo* denúncia de aquisição de *kits* de robótica para vários municípios no Estado de Alagoas para várias escolas; escolas desprovidas de computadores, de internet, de água encanada, mas houve a aquisição de vários *kits* de robótica para essas escolas.

Então, tudo isso faz parte desse complexo todo de denúncias, e aqui está o Presidente do FNDE, naturalmente para dar os esclarecimentos devidos. A nossa Comissão eu entendo que está fazendo o seu papel, cumprindo o seu dever de esclarecer os fatos. E aqui eu aproveito para agradecer aos membros da Comissão que têm sido muito ativos e participativos na elucidação dos fatos e, naturalmente, na defesa do interesse público e da educação brasileira.

O STF, provocado pela CGU, pela PGR, melhor dizendo, através da Ministra Cármen Lúcia determinou a abertura de um inquérito criminal, e a Polícia Federal já instaurou esse inquérito, que está em andamento. A CGU também instaurou uma investigação preliminar sumária; e o Tribunal de Contas, uma inspeção para apurar essas denúncias. Então, CGU, Tribunal de Contas e Polícia Federal estão todos agindo nesse mesmo sentido.

O FNDE, eu quero frisar aqui, é uma autarquia federal. Como tal, goza de autonomia administrativa, financeira e operacional. Ele é vinculado ao Ministério da Educação. Não há uma relação de subordinação. O FNDE, por sinal, não tem um secretário, tem um presidente, ou seja, os seus atos são feitos dentro do próprio FNDE. Ele tem essa autonomia. Portanto, qualquer interferência de fora já seria, do ponto de vista legal, da administração pública, indevida.

E nós temos a informação, através do Comitê de Obras com Indícios de Irregularidades, que é um comitê que funciona de maneira muito intensa na Comissão Mista de Orçamento, de que, com informações do FNDE, nós temos, segundo esse comitê, 3.665 obras inacabadas, paralisadas, Brasil afora. Dificilmente, a gente encontrará um município do Brasil que não tenha uma obra, uma creche, uma escola que esteja inconclusa, inacabada.

A nossa Lei de Responsabilidade Fiscal, que já não é criança, estabelece a prioridade, como deve ser, na administração pública, de se fazer, de se abrir a construção de uma obra nova depois da conclusão daquelas obras que estão em andamento. É o que diz também a nossa LDO, é o que diz também um parecer do Tribunal de Contas da União, e é o que diz a resolução do próprio FNDE. Então, a rigor, a administração pública deveria priorizar sempre as obras inacabadas. Isso é a lógica, o bom senso, o que é razoável que se está dizendo – concluir primeiro o que está em andamento para depois abrir obras novas –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

, mas, pelas denúncias que têm acontecido e pelos levantamentos feitos, não é exatamente isso que vem acontecendo.

Então, houve municípios – como Prefeitos que vieram aqui declararam – que tiveram cinco empenhos praticamente ao mesmo tempo, abrindo a execução de cinco obras novas nos seus municípios, quando havia duas, três obras inacabadas; e municípios vizinhos sem nenhuma obra, às vezes, com obras inacabadas, sem nenhum recurso dispensado e nem abertura de nenhuma obra nova.

E também houve essas denúncias da aquisição dos ônibus, uma coisa que eu acho que não se justifica. O FNDE compra ônibus, digamos assim, com força de expressão, todo dia; as prefeituras do Brasil compram ônibus escolares todo dia; os estados brasileiros compram ônibus escolares todo dia. Ninguém pode alegar que não sabe o preço de um ônibus, porque é uma coisa corriqueira, que se compra rotineiramente. E aí veio a denúncia, como levantou *O Estado de S. Paulo* – não estou aqui aprovando, mas foi publicado –, de que estariam com um sobrepreço de 55%, o que levou o Ministro Walton a suspender a homologação dessa licitação.

Vêm algumas coisas que chamam a atenção da gente também. Por exemplo: uma escola de R$8 milhões, como, no caso, parece-me, da cidade de Porto Seguro, na Bahia – afirmo isso quase com segurança –, teve o empenho, Senador Flávio Arns, de apenas R$30 mil. Mas por que fazer isso? Ora, se a obra custa R$8 milhões, o empenho deveria ser de R$8 milhões; se custa R$500 mil, deveria ser feito de R$500 mil. Não há motivo para se fazer um empenho de R$30 mil. O que está por trás disso? O que fundamenta isso?

Digamos: vai-se construir um grande açude, como, no tempo de Juscelino Kubitschek, o Açude de Orós, no Ceará, um açude que tinha uma previsão de ser construído em cinco anos. Ora, se vai ser construído em cinco anos, ele transcende o exercício fiscal, o exercício financeiro; não há necessidade de o poder público empenhar todo o recurso daquela obra num ano só. Isso é o óbvio, é o lógico, é o razoável. Então, se vai ser feito em cinco anos, empenha-se um quinto no primeiro ano, um quinto no segundo ano; em cinco anos, empenharam-se os cinco quintos, o inteiro, e a obra foi concluída. É assim que se admitem na gestão pública empenhos parciais, mas, pelo levantamento parcial que foi feito, parece que virou uma norma no FNDE fazer esses empenhos de R$30 mil, de R$100 mil, de R$200 mil para obras de R$2 milhões, R$3 milhões, R$5 milhões, R$8 milhões, o que, numa análise assim ainda sem maior aprofundamento, parece inadequado – no mínimo, inadequado. Não vejo necessidade, porque qualquer uma dessas obras pode ser feita dentro de um exercício financeiro. Uma escola, um colégio se faz em seis meses; fez a licitação, a obra é executada rapidamente. Então, isso é uma coisa que chama a atenção da gente aqui.

Nós vamos dar a palavra ao nosso convidado de hoje, e eu vou estabelecer um tempo generoso de 30 minutos, que ele poderá utilizar, e se precisar daremos mais. O que a gente busca aqui é o esclarecimento dos fatos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero pedir ao nosso convidado, o Sr. Marcelo Ponte, que, na sua fala, procure nos contemplar com três questões genéricas, para a gente ter um balizamento do funcionamento do FNDE.

A primeira pergunta seria a seguinte: qual é o critério que o FNDE utiliza na tomada de decisão para empenhar um recurso para uma determinada obra e um determinado município? Quais são os critérios? Claro que há um critério! Nada pode ser a bel-prazer.

Segunda pergunta: quais os requisitos que um município, por exemplo, deve apresentar para a celebração de um termo de compromisso, de um convênio? O município quer uma obra, mas ele tem que apresentar alguns requisitos: o que é preciso o município apresentar para ter uma obra empenhada em seu favor?

E, por último – são perguntas bem genéricas, não vou entrar nos detalhes –, qual foi a proporção dos recursos utilizados para obras paralisadas ou em andamento, obras inacabadas de anos anteriores? Por exemplo, em 2021, quantos por cento do orçamento do FNDE foram destinados à conclusão de obras inacabadas como preconiza a Lei de Responsabilidade Fiscal, a LDO, o TCU e a própria resolução do FNDE?

No mais, quero dizer ao Sr. Marcelo que se sinta à vontade. Nós vamos tratá-lo aqui com todo o respeito e urbanidade. V. Sa. será tratado aqui com todo o respeito e urbanidade, e, evidentemente, isso é recíproco. Uma Comissão de Educação, mais do que qualquer outra, tem o dever de proceder dessa maneira.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Pela ordem, Excelência.

Pela ordem, pela Liderança do Governo, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pela ordem também, Presidente, eu me inscrevo.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG. Pela ordem.) – Peço ao senhor, Senador Marcelo, que me permita também a sugestão aqui, diante das colocações de V. Exa., que tem uma grande experiência na administração pública, de que, primeiramente, antes de qualquer início, de falarmos de critérios do FNDE, que o nosso convidado explique se a reportagem está totalmente correta ou se ela apresenta suspeitas que não são verdadeiras. Penso que nós temos que, primeiramente, deixar claro se tudo o que foi publicado gerou prejuízo; se tudo o que está lá, realmente, o FNDE cumpriu ou não; quais são os envolvimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, antes de falarmos dos critérios, permita-me a sugestão aqui de que ele nos responda primeiro: a reportagem foi feita antes ou depois que o próprio FNDE descobriu as possibilidades de irregularidade? Dentro do que foi divulgado, algum real foi pago? Nós tínhamos que começar esclarecendo a população – primeiramente – sobre suspeitas dessa narrativa que foi publicada. Quanto aos critérios, posteriormente – V. Exa. está coberto de razão – ele tem que nos dizer sobre os critérios, mas acho que a população que nos assiste primeiro quer saber isto: se o que foi publicado lá foi publicado e, por causa disso, o processo foi parado; ou se, antes mesmo de a reportagem ser publicada, o próprio FNDE e o MEC já haviam colocado em investigação as possibilidades suspeitas.

Permita-me, Sr. Presidente, essa colocação aqui, porque eu penso que esse é o primeiro passo para que a gente possa esclarecer esse assunto de uma forma muito transparente para a população brasileira e para o contribuinte.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente... Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – No caso, Presidente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Como eu já havia solicitado, eu só vou na esteira do que V. Exa. falou sobre obras inacabadas, que eu acho fundamental, e creio que é oportuno sugerir o seguinte: obras inacabadas já foram objeto de mais de uma CPI, inclusive uma CPMI – mista – no século passado. O Relator foi o Senador Casildo Maldaner, de Santa Catarina. Então, isso é histórico.

O que nós precisamos saber em relação ao FNDE é: quantas obras inacabadas havia, data de início e quantas foram concluídas. É isso que eu apenas especifico na correta recomendação que V. Exa. fez.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eu só queria me antecipar aqui um pouco aos Senadores.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Muito obrigado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Vou conceder.

O nosso convidado vai ter um amplo tempo para esclarecer. Aquilo que alguém quiser colaborar, quiser acrescentar, quiser questionar, poderia ser feito depois. Ele vai ter 30 minutos ou mais, se ele precisar, nos quais vai fazer toda a explanação, vai dizer se houve superfaturamento, se não houve, se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

houve interferência, intermediação indevida dos pastores, se não houve, se houve... Ele vai ter todo o espaço.

Eu acho que nós vamos... Eu acho que nós renderíamos mais aqui, seríamos mais efetivos se deixássemos o nosso convidado falar. Ele tem um amplo tempo aí, e nós não vamos impedir; vamos deixar que fale à vontade.

Ainda faz questão?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Olha, eu queria concordar com o raciocínio de V. Exa., porque é importante, na linha que V. Exa. colocou, que se mostre como funciona o órgão, porque isso vai permitir a quem está assistindo e a todos nós podermos, inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – É a nossa intenção.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... desenvolver.

Eu acho que é importante porque, às vezes, há detalhes de como funciona um órgão: como é o critério para se fazer um convênio; se esses convênios ou o processo pode ser estartado por uma ONG ou se tem que ser necessariamente por um município; se pode ser também por uma iniciativa de um professor.

Enfim, eu acho que tudo isso é importante de ser colocado, como V. Exa. colocou já na sua pergunta, Ministro, porque isso ajuda o entendimento, não só o nosso, mas, principalmente, o de quem está nos assistindo que e queira fazer, inclusive, perguntas pelo portal, afinal de contas esta audiência é pública, como todas aqui no Congresso Nacional. O e-Cidadania, inclusive, tem sido um dos portais mais acessados no Brasil. E eu, inclusive, fico feliz de ter sido o autor desse projeto aqui na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito bem.

Senador Marcos Rogério ainda deseja falar?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o meu encaminhamento seria nessa mesma direção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que temos que dar a palavra ao Presidente do FNDE, deixá-lo falar livremente neste início. E, depois, quem tem questionamentos que o faça, mas não é preciso conduzir a fala inicial do Presidente do FNDE, que tem preparo e *expertise* para trazer todos os esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Perfeitamente, estamos de acordo.

E, como o Senador Wellington Fagundes falou no e-Cidadania, já chegaram aqui três perguntas.

Laudice Albuquerque, de Sergipe: "[Se] comprovado o uso indevido das verbas públicas, quais serão as consequências?".

Chegou também a pergunta de Thiago Rafael, do Mato Grosso: "Qual o contexto do vídeo que gerou toda essa dúvida?".

Arísia Maria, do Distrito Federal: "Como está a investigação da suposta priorização na liberação de recursos no Ministério da Educação?"

Feito esse acordo inicial, passo a palavra ao nobre convidado Marcelo Pontes.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE (Para expor.) – Bom dia a todos.

Sr. Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes do Senado Federal, Senador Marcelo Castro, Sras. e Srs. Senadores, gostaria, em primeiro lugar, de agradecer a oportunidade de contribuir com os trabalhos desta Comissão e de me colocar à disposição para prestar os esclarecimentos necessários sobre o objeto do convite para estar aqui no dia de hoje.

Em primeiro lugar eu me apresento. Meu nome é Marcelo Lopes da Ponte. Trabalhei por mais de 20 anos no Congresso Nacional, primeiro como assessor parlamentar e chefe de gabinete na Câmara dos Deputados, por 16 anos; em seguida, trabalhei nesta Casa, no Senado Federal, como chefe de gabinete também, por quase 6 anos. Tenho muito orgulho de ter transitado neste ambiente parlamentar.

Estou à frente da Presidência do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação desde junho de 2020. Antes de assumir o cargo, fui Diretor de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais (Digap), onde tive a oportunidade de dirigir muitos programas e projetos educacionais, sobretudo no âmbito da educação básica.

Atuo ainda como integrante de diversos conselhos e comitês, dentre eles o Comitê Gestor do Financiamento Estudantil (CG-Fies), Conselho Deliberativo do FNDE, que é presidido pelo Sr. Ministro de Estado da Educação; Comitê Permanente de Avaliação de Custos da Educação Básica, do Ministério da Educação; e o Fórum Nacional de Educação, que é a instância permanente de negociação e cooperação entre a União, estados, Distrito Federal e municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se me permitem, Sras. e Srs. Senadores, eu gostaria de apresentar um pouco mais detalhadamente o orçamento do FNDE. Eu acho que isso é importante, ele é sempre muito destacado nos seus números, mas quero um pouco desmistificar esse montante, esmiuçar mesmo. São dados transparentes, mas eu quero tentar, de forma didática, apresentar esses números.

Para o ano de 2022, são R$68 bilhões para atender 40 milhões de alunos e 150 mil escolas. Desses 68 bilhões, 30 bilhões são destinados ao pagamento da complementação da União ao Fundeb, projeto aprovado aqui pelo Congresso Nacional no final de 2020, implementado no ano de 2021, chamado Novo Fundeb. E R$15,4 bilhões são oriundos do salário-educação, uma contribuição social destinada a financiamento de programas, projetos e ações voltados para a educação básica. Esses recursos são repartidos em cotas destinadas à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. Importante ainda dizer que as cotas do salário-educação são repassadas de forma automática, sem necessidade de convênio ou outro instrumento similar, em contas bancárias específicas, e o FNDE atua na repartição e na distribuição desses recursos. E R$7,1 bilhões – e a gente vai somando – são de investimentos no Fies. E R$6,7 bilhões são para o pagamento de programas educacionais, como o Pnae, que é o Programa Nacional de Alimentação Escolar, a merenda escolar; o PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), esse dinheiro que vai direto para a diretora do colégio que tem unidade executora ativa; o Pnate, programa nacional de transporte escolar. São programas de caráter obrigatório e universal. E R$3,5 bilhões são para investimento em conectividade das redes de ensino, projeto aprovado ano passado pelo Congresso Nacional. E R$2,6 bilhões para o Programa Nacional do Livro Didático, que apesar de ser uma despesa de caráter discricionário, é um programa, como todos hão de convir, de execução obrigatória, eu não posso deixar de entregar o livro todos os anos nos colégios. E R$2,8 bilhões estão divididos entre a execução de programas das secretarias do Ministério da Educação, as emendas parlamentares, manutenção da unidade do FNDE, da autarquia, e outras despesas de programas do FNDE; desse total, R$114 milhões apenas são de caráter discricionário, para creche, obras e ônibus.

Então, só para deixar claro, no orçamento do FNDE, existem ações de execução obrigatória e ações de execução discricionária, como em todos os órgãos da Esplanada. Desse orçamento discricionário, 0,016 é o que eu tenho para escola, 0,016%, só para ser mais preciso, é o que eu tenho para pagar obras em andamento, escolas novas, creches, quadras, ônibus, enfim, na Ação 20 RP, que é a ação mais genérica que nós temos para utilização.

Gostaria de informar que eu sempre pautei a minha gestão no FNDE dentro da própria missão institucional da autarquia, que é sempre a de prestar assistência técnica e financeira aos estados, municípios e ao Distrito Federal, para garantir sempre uma educação de qualidade a todos.

Os atendimentos às prefeituras são realizados exatamente para orientar os gestores sobre os nossos programas e como os recursos podem ser investidos. Na minha gestão e nesses encontros nos estados, do FNDE, alguns Parlamentares até estiveram comigo em alguns deles, foram mais de 1.830 municípios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atendidos em 48 encontros eminentemente técnicos presenciais em todas as regiões do país, ou seja, praticamente um terço dos municípios foram atendidos nesses encontros *in loco*. Nesses eventos, realizados sempre em parceria com o Ministério da Educação e os governos locais, as prefeituras, e em alguns casos, dos estados, os técnicos do FNDE fazem o atendimento aos gestores, secretários de educação e técnicos, com o intuito de auxiliá-los no esclarecimento de dúvidas sobre os programas da nossa autarquia.

Friso que no ano passado, 2021, foi ainda um momento de posse de novos gestores municipais, além do lançamento do quarto ciclo do Plano de Ações Articuladas, o chamado PAR 4, que é a grande ferramenta de planejamento e interlocução para o acesso ao cardápio de ações do FNDE. Por lá é que o prefeito consegue cadastrar sua obra, sua creche, seu mobiliário, seus equipamentos.

Dentro do PAR, nós temos hoje 27 iniciativas. A última iniciativa foi inclusive a instalação e compra de energia fotovoltaica para as escolas. São 27 iniciativas de planejamento, que são sincronizadas com as demandas dos entes federados. Ali deve haver o atendimento de critérios técnicos, e são atendidos de acordo com os recursos orçamentários disponíveis e dados fornecidos pelo censo escolar.

Quero dizer aqui o seguinte: eu não posso dar para um município mais carteiras, não posso, o FNDE não pode financiar mais carteiras do que o número de alunos. O censo escolar está sempre balizando o próprio sistema do PAR. Então eu não posso dar mais escola do que o número de alunos. A oferta e a demanda têm que ser casadas para que essa obra, ou esse mobiliário, ou esse *laptop*, *notebook*, equipamento tecnológico possa ser financiado pelo FNDE.

Durante os atendimentos, são realizados ainda esclarecimentos sobre as diligências de obras do PAR de outros ciclos. Cada ciclo tem quatro anos, nós estamos no quarto ciclo, na metade do quarto ciclo. Nós temos aí, pelo menos, de 13 para 14 anos de andamento do PAR. Os técnicos das prefeituras também tiram dúvidas sobre o Fundeb, sobre a prestação de contas dos programas com o Pnae, o Pnate e o PDDE. Apresentamos, também, o nosso painel de investimentos na educação básica, que é público e foi implementado no ano passado para dar maior transparência e efetividade aos recursos repassados pelo Ministério da Educação e FNDE.

No referido painel consolidamos, em um único relatório, os recursos que estão disponíveis nas contas dos estados e municípios, os chamados recursos empossados. Para se ter uma ideia, Senador Marcelo Castro, hoje no país há disponíveis R$15,4 bilhões de recursos nas contas dos municípios, sejam eles de alimentação, de Pnae, Pnate, PDDE, convênios, saldos em conta, salário-educação. Então, hoje a gente consegue... Isso é público, está consolidado em um painel de fácil acesso, seja no *site* do MEC, seja no portal da transparência ou no próprio FNDE.

O painel complementa o nosso esforço de levar informação de qualidade a todos os Municípios em relação aos recursos disponíveis para cada um deles. Esses recursos estão lá para que sejam investidos na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educação. Muitas vezes, os gestores não sabem nem o valor que têm em conta e nem como investir. Por isso, os nossos atendimentos, sejam aqui em Brasília, sejam nos estados, se tornaram tão importantes e necessários. Atendo diariamente prefeitos e deputados. De cada dez prefeitos que eu recebo, Senador Marcos Rogério, muitas vezes os dez não sabem o que há nas contas dos seus municípios.

No primeiro ano do quarto ciclo do Plano de Ações Articuladas, que é quadrienal e vai até 2024, 4.910 municípios concluíram o preenchimento das etapas de diagnóstico e planejamento, ou seja, 88% do total dos municípios já estão aptos a ter algum tipo de interlocução com o FNDE e a aquisição dos nossos equipamentos.

Essas cidades estão habilitadas para terem acesso a todas as opções que constam no PAR. Além disso, com recursos de 2021, foram empenhadas parcelas de obras que estavam em execução e tiveram empenhos cancelados pela Secretaria do Tesouro Nacional por se tratarem de recursos que estavam inscritos em restos a pagar. É um dado importante. Para que V. Exas. tenham ideia, foram concluídas, nesse Governo, mais de 2,8 mil obras, obras escolares. São concluídas no país, hoje, aproximadamente duas obras e meia por dia. Nesse mesmo período, Presidente Marcelo Castro, só foram autorizados o início de 450 novas obras, neste Governo; ou seja, para cada seis obras concluídas, em média, só é iniciada uma, dentro de uma gestão de primeiro acabar o que está começado para depois começar qualquer coisa nova.

Para a realização dos empenhos no PAR há uma análise preliminar da iniciativa planejada pelo município, como, por exemplo, a existência ou não de demandas de alunos para o tipo de creche ou escola pretendida.

Gostaria de destacar, também, alguns pontos em que atuei para a minha governança no FNDE, sempre em parceria com o Ministro de Estado da Educação ou com o MEC.

Atualmente, o FNDE possui cerca de 70% dos cargos em comissão ocupados por servidores de carreira. Na minha gestão, foi criada a assessoria técnica de correição do FNDE, cargo ocupado por uma servidora da CGU, que tem sempre o objetivo de dar mais efetividade, transparência e fiscalização a todos os nossos procedimentos administrativos. Além disso, o FNDE conta com cargos de ouvidor, diretor financeiro e auditor interno, ocupados por servidores de carreira da CGU também. No meu gabinete, minha chefe de gabinete é servidora da casa, minha assessora principal, minha principal assessora, também é servidora da casa.

Durante a pandemia, além dos dez repasses legais para a alimentação escolar, realizamos o pagamento de parcelas extras, uma, em 2020, e outra, em 2021, que representaram um aporte de mais de R$800 milhões para a alimentação escolar, para a merenda escolar por assim dizer. É importante destacar, também, que o FNDE, logo no início da pandemia, com 15, 20 dias da pandemia, permitiu que as escolas distribuíssem *kits* alimentares para os alunos, já que as escolas estavam fechadas, mas foi autorizada, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pronto, a entrega de *kits* alimentares, as cestas básicas para que os alunos recebessem essa questão em casa, os gêneros alimentícios.

Atuamos, também, na renegociação do Fies. A Medida Provisória n° 1.090 foi publicada no último dia 30/12 e pode beneficiar cerca de um milhão de estudantes com um total de R$9 bilhões de prestações ainda não pagas, inadimplentes. A renegociação ainda está disponível até 31 de agosto para os beneficiários que estão na fase de amortização. Os descontos variam de acordo com a situação dos beneficiários, mas pode chegar a até 92%. A expectativa é de, realmente, mitigar os efeitos da pandemia, aliviar o orçamento das famílias, promovendo a retirada do nome desses alunos dos cadastros restritivos de crédito.

Um dado que eu puxei ontem: até agora, já fizeram a renegociação quase 128 mil beneficiários do Fies. Mais de R$100 milhões de recursos retornaram aos cofres públicos, antes tidos como irrecuperáveis, o que vai contribuir para a sustentabilidade do fundo.

Implantamos, ainda, o Malha Fina. Nós adotamos, a partir deste ano de 2022, um novo modelo de análise de prestação de contas dos programas e projetos educacionais. A ideia foi diminuir o passivo existente e aperfeiçoar todo o processo para atuais e futuras prestações de contas por meio de técnicas avançadas de ciência de dados e de inteligência artificial.

Importante destacar que o Malha Fina foi construído em parceria com a CGU, e traz uma enorme economia de tempo e de recursos públicos à administração pública. Só na sua primeira aplicação, Sr. Presidente, que alcançou programas como o Pnae, o Pnate e o PDDE, o Malha Fina homologou mais de 60 mil processos de prestações de contas enviadas para análise do FNDE entre 2011 e 2018. Nessa primeira etapa, foi gerada uma economia de quase R$800 milhões.

Nós sabemos que muitas prestações de contas são R$100, R$50, R$80, mil reais, e o custo para uma análise de uma prestação de contas dentro do FNDE – muitas vezes o técnico tem que alocá-la – custa, em média, R$12 mil. Então, muitas dessas prestações de contas não compensavam ser investigadas e nós não é que renunciamos a dívida, mas as homologamos e já fizemos o deferimento delas. Muitos queriam pagar e não podiam. Então, nós resolvemos essa questão.

Esse modelo está sendo estendido para outros programas e prestações mais recentes e tem uma previsão de economia para os cofres públicos de R$2 bilhões. Como disse, estou à frente do FNDE desde junho de 2020. Desde que assumi essa missão, enviei para o Tribunal de Contas, o TCU, mais de 1.023 prestações de contas de municípios que não tinham comprovação da regular aplicação de recursos repassados pela União. Não para um na minha mesa. São 1.026 no período em que estou lá. Essa é mais uma ação que evidencia a prioridade que o FNDE tem dado para o fortalecimento da integridade no âmbito dessa autarquia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já me antecipando um pouco aos possíveis questionamentos dos senhores, gostaria de informar que minhas agendas são públicas e estão divulgadas todas no *site* do FNDE.

Sempre atendi a todas as pessoas que me procuraram nesses quase dois anos de gestão, sejam eles Prefeitos, secretários municipais de educação, Deputados, Senadores, governadores, e afirmo categoricamente que, hoje, não existe, em meu gabinete, nenhuma agenda pendente de atendimento, de qualquer partido ou de qualquer segmento.

Gostaria de informar que todas as agendas técnicas de atendimento a Prefeitos foram realizadas em parceria com o Ministério da Educação e com os governos locais, quando elas ocorreram fora de Brasília.

Sobre a questão da licitação, do Pregão n° 2, de 2022, informo que a imprensa divulgou o relatório um mês após todas as providências terem sido resolvidas, superadas pela nossa área técnica, e ressalto que o valor final do pregão apresentado foi resultado de pesquisa de preços, realizada conforme previsto na Instrução Normativa n° 73/2020 do Ministério da Economia. Então, foi, sim, realizada a pesquisa com todas as montadoras e *players* do mercado que possam vir a participar desse pregão.

Nós atendemos todas as recomendações apontadas na auditoria preventiva da CGU, realizada em fevereiro de 2022; realizamos os ajustes solicitados pela metodologia de cálculo para a realização do pregão.

Eu reforço, o FNDE reforça, em meu nome, eu como presidente da autarquia, que o pregão vem sendo acompanhado pela CGU em todas as suas fases, e as recomendações apontadas em todas as auditorias realizadas, sejam elas em fevereiro ou em março, relacionadas à metodologia de cálculo dos preços, foram atendidas para a reabertura do pregão, que foi republicado em março.

Posteriormente, ainda assim, depois dessa auditoria preliminar, encaminhamos uma nota técnica para esclarecer a metodologia de preços aplicada, e, somente após – repito, somente após – a análise da CGU, o FNDE republicou o pregão, que ocorreu na última terça-feira.

Nós atendemos todas as recomendações da CGU e seguimos acatando as determinações dos órgãos de controle, em especial do TCU e da CGU, assegurando, dessa forma, a lisura de todos os nossos processos.

Não obstante isso, eu me reuni diversas vezes com as áreas responsáveis pela licitação e tive também a segurança técnica e legal de que o processo percorreu todas as fases previstas na legislação. Dessa forma, acredito sempre no trabalho e na dedicação da minha equipe. E, como resultado desse trabalho, a fase de lances teve um preço abaixo do mínimo estipulado pela CGU.

A fase de lances é a análise da proposta do pregão e não foi suspensa. Essa fase não foi suspensa e ocorreu realmente na última terça-feira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós recebemos o despacho do Ministro Walton Alencar Rodrigues, solicitando cautelarmente que a autarquia se abstenha de homologar o Pregão Eletrônico nº 2, de 2022, até objeto de decisão final do TCU, o que já foi prontamente acatado.

Para concluir, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, coloco-me à disposição deste Colegiado da mesma forma como sempre pautei o meu trabalho, em mais de 23 anos de profissão, com verdade, transparência e trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Bom, agradecendo a explanação do nosso convidado, Marcelo Ponte, vamos, então, aos questionamentos dos inscritos.

Em primeiro lugar, por ser autor do requerimento, está o nobre Senador Randolfe Rodrigues.

Eu queria concordar com V. Exas., Sras. e Srs. Senadores, se nós poderíamos fazer o seguinte procedimento: cada Senador teria o prazo de dez minutos para interpelar o depoente, o nosso convidado; faria a pergunta, a resposta, a réplica, tréplica até concluir o tempo de dez minutos.

É claro que nós seremos transigentes, nós temos tempo suficiente, mas só para ter um norte.

Se V. Exas. estiverem de acordo, a gente, então, já estabeleceria esse procedimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Usaremos, então, a réplica nesses dez minutos?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nesses dez minutos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Os inscritos até aqui são os Senadores Randolfe Rodrigues, Jean Paul Prates, pela ordem, Alessandro Vieira, Wellington Fagundes, Marcos Rogério, Lasier Martins, Eduardo Gomes, Carlos Viana, Carlos Portinho, Esperidião Amin, Confúcio Moura e Flávio Arns.

Então, com a palavra o primeiro Senador, Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Marcelo, meus cumprimentos, bem-vindo a esta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Marcelo, eu inicio perguntando sobre alguns dos personagens que, na verdade, foram citados não em uma matéria da imprensa, mas em várias ao longo destas duas, três semanas que perduram as informações muitas que assustaram os membros desta Comissão sobre o que teria ocorrido ou tem ocorrido no âmbito do Ministério da Educação.

Então, eu inicio lhe perguntando sobre o Sr. Garigham Amarante Pinto. Salvo melhor juízo, ele trabalha também no FNDE com V. Sa.

Eu queria saber de V. Sa. qual a sua relação com o Sr. Garigham e qual a avaliação que V. Sa. faz do trabalho desempenhado por ele.

Aproveito, então, na mesma... no mesmo encaminhamento: a relação que V. Sa. possui ou se o senhor conhece os Srs. Gilmar Santos e Arilton Moura, que, segundo o que chegou a esta Comissão, seriam os intermediários, lobistas e propineiros que pediam vantagens financeiras aos Prefeitos.

Se o senhor conhece, qual é a relação e qual a razão da presença deles em eventos do MEC/FNDE, em eventos em que V. Sa. também estava presente.

Então, de inicial, eu queria saber de V. Sa. a relação, primeiro, com o Sr. Garigham e com esses senhores, Gilmar Santos, Arilton Moura... Qual o papel que desempenhavam no âmbito do Ministério da Educação? Por que nos eventos eles sempre sentavam ladeados do Ministro da Educação? Qual a autoridade que eles tinham? Qual a ascendência que eles tinham sobre V. Sa., se é que tinham algum tipo de ascendência?

Inicio com isso para depois percorrer os demais temas.

Aí eu peço de V. Sa. obviamente tentar ser breve para nós buscarmos cumprir os dez minutos.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE (Para expor.) – Obrigado, Senador pela pergunta.

O Diretor Garigham Amarante é Diretor de Assuntos... de Ações Educacionais do FNDE, um profissional gabaritado que atua conosco lá na sua diretoria, não tenho... minha relação com ele é profissional, mas já estamos juntos há quase dois anos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não existe nenhum tipo de procedimento administrativo que seja em relação ao Sr. Garigham?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Não, nada que desabone a conduta dele até então.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor avaliza o trabalho desempenhado por ele?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Avalizo, perfeitamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E os Srs. Gilmar Santos e Arilton?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Os Srs. Gilmar Santos e Arilton eu os conheci numa agenda no Ministério da Educação. A minha relação foi enquanto convidado para essas audiências.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Desculpe, Presidente.

Uma agenda ou várias agendas?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Tiveram algumas agendas. Não sei precisar o número.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Algumas...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Lopes da Ponte) – ... sobretudo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Algumas? No plural? Foram algumas – algumas?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor os conheceu...

Porque, salvo engano, em algumas agendas, o senhor está à mesa junto com o Ministro da Educação, o Sr. Milton Ribeiro, e com a presença deles.

Em uma mesa de um evento oficial, Presidente, nós imaginamos que estão autoridades para lá convidadas.

O senhor poderia dizer qual o papel dos Srs. Gilmar Santos e Arilton? O que eles representavam? Qual instituição que representavam? Qual o papel que cumpriam naquelas mesas, já que o senhor estava também ladeando eles na mesa desses eventos e em eventos, via de regra, com os Prefeitos?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Isso.

O dispositivo era composto pelo cerimonial do MEC. Eu era convidado a participar, enquanto Presidente do FNDE.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mesmo o cerimonial convidando, o senhor não tinha conhecimento? O senhor não se interessava em saber?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Assim como têm outros eventos que têm inúmeros participantes, são muitos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas, óbvio, então, em algum momento do evento, o senhor falava. Como é que o senhor fazia o cumprimento ao Sr. Gilmar e ao Sr. Arilton: "Cumprimento o Sr. Gilmar, diretor de..."

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Pastor Gilmar...

Normalmente. Protocolarmente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, mas o protocolarmente exige o seguinte: "S. Exa., o Ministro da Educação, Milton Ribeiro". "S. Exa., o Sr. Gilmar Santos, era?".

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Era, conforme estava na nominata, o pastor da congregação... Não me recordo o nome da congregação de que ele participava.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E lhe estranhou, em algum momento, a presença dele em todos os eventos?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Não foram em todos os eventos, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas nos eventos em que o senhor esteve e que o senhor acabou de dizer que eram plural, que foi no plural, foram vários eventos?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Não, eu estive em algumas agendas no MEC. Foram quatro agendas, salvo engano, eu me recordando. Mas não...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E eles não cumpriam nenhum papel? Estavam lá decorando a mesa?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Às vezes faziam alguma fala, alguma oração.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O papel deles, então, era sempre levar uma oração antes do evento ou depois?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Foi o que eu percebi. Foi do que eu tive entendimento. Nada mais além disso que eu tenha percebido, Sr. Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Num evento institucional, então, o papel do Sr. Arilton e o do Sr. Gilmar era levar as orações?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Era o que eles geralmente faziam.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Da segunda parte da abordagem aos Prefeitos o senhor nunca teve conhecimento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – O Ministro Milton, em agosto do ano passado, levou à CGU – como ele já divulgou em várias matérias de imprensa –, como ele disse, uma conversa torta, nesse sentido dessas abordagens. Levou à CGU. Eu fui ouvido, prestei os meus esclarecimentos lá, e o processo corre em segredo de justiça.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E por que os Srs. Gilmar e Arilton não foram, a partir daí, afastados da participação dos eventos, já que tinham – abre aspas: "conversas tortas"?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Eu não me lembro, após isso, de ter estado com eles... Aliás, não estive com eles após esse...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor não; o Ministro sim?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Eu não. Eu não sei da agenda.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas, então, vamos tentar chegar a um ponto.

O Ministro teve acesso a umas conversas tortas. Levou à CGU. A partir daí o senhor não lembra de ter estado presente em mais algum evento com eles?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Eu não estive, não estive.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas o Ministro esteve?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Eu não posso precisar, Sr. Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, assim, nós estamos trazendo essa informação. O Ministro esteve. O Ministro, então, esteve presente em atividades mesmo após as conversas tortas?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Não posso precisar, Sr. Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O senhor tem várias agendas com Prefeitos. Algumas dessas agendas foram a pedido dos Srs. Gilmar e Arilton?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nenhuma das agendas que o senhor teve com os Prefeitos foi pedida pelos Srs. Gilmar e Arilton?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Não.

Inclusive, quero até ressaltar, Presidente Marcelo Castro, que, para todos os municípios ou Prefeitos que foram motivo de oitiva na última quinta-feira, inclusive os que não estiveram presentes, eu determinei, administrativamente, a suspensão de todos os processos até a apuração final de todas essas demandas da CGU, preventivamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Todos os Prefeitos?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Todos os Prefeitos que foram motivo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Inclusive aqueles que já tiveram recursos empenhados?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Inclusive os que tiveram recursos empenhados.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Por conta inclusive disso, de recursos empenhados, eu queria chamar a atenção para a transferência de recursos ao Município de Turilândia, no Maranhão.

Para o Município de Turilândia, houve a liberação de R$4,75 milhões. Há, inclusive, um formulário.

Podem colocar, para mim, o formulário, por gentileza?

Eu quero apresentar para o senhor.

Temos o formulário?

O senhor reconhece este formulário do FNDE, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de liberação de R$4 milhões ao Município de Turilândia?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Se puder subir um pouquinho...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Por favor. Podem colocar o cabeçalho.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Ele é um termo de compromisso com cláusula suspensiva. É oriundo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É aí que está a pergunta: onde está balizado "termo de compromisso com cláusula suspensiva"?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor pode me dizer qual é a resolução do FNDE em que há esta possibilidade: termo de compromisso com cláusula suspensiva?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Ele é balizado tanto na Resolução 3, do PAR, quanto na Plataforma Mais Brasil, para a qual nós estamos migrando.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Lá...

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Isso, Sr. Senador, para ser mais preciso com o senhor, não significa uma ordem de serviço ou uma autorização para construção definitiva.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois é. Perfeito.

Agora, ao que me parece, essa resolução é de 4 de maio de 2020. Certo? Este termo de compromisso é anterior à resolução.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – É de 2021, do exercício de 2021. É posterior.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nessa resolução, há a existência desse termo de compromisso?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Isso. Que não é o definitivo, friso bem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mesmo assim, qual é o papel desse termo de compromisso com cláusula suspensiva?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Porque, neste momento, o município ainda não atendeu aos requisitos técnicos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O município, a cidade de Turilândia, depois, cumpriu os pré-requisitos?

Pode tirar.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Tenho que avaliar dentro do sistema. Eu tenho que avaliar, Senador. Desculpa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Porque esse recurso de R$4 milhões foi executado.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Não foi executado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Foi empenhado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Foi empenhado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito. Empenhada a previsão para execução.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Se cumprir todos os requisitos técnicos.

O FNDE, hoje, não paga nenhuma obra sem execução. Primeiro se constrói, primeiro se faz a medição. Depois...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Neste contexto, qual é a regra? No município X, como Turilândia, existem obras inacabadas e existem pedidos de obras novas. Qual é a prioridade do FNDE?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Obra inacabada – é importante até conceituar isso – é uma obra com termo de compromisso vencido.

Muitas vezes os Prefeitos entram com ações contra os gestores anteriores, porque, antigamente, era pago o recurso integralmente logo de início. Hoje, desde 2016, 2017, a obra só é paga mediante a execução. Primeiro constrói, em média 5%, 10%, 15%, a gente paga.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, pelo que o senhor diz, conforme...

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Ou seja, se ela está inacabada, o município continua sem escola, ou creche, ou quadra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Sem ter o atendimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas a prioridade é executar a obra inacabada.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – A obra inacabada.

Inclusive tivemos uma Resolução, Sr. Senador, a nº 3, de 2021, do ano passado, que permitiu a repactuação.

Nós tínhamos 2.589 obras inacabadas e reabrimos para repactuação... Dessas 2.589, 1.859 pediram a repactuação para concluir essas obras.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nesse município em tela, existiam obras inacabadas de uma creche de educação infantil, uma quadra escolar e uma outra quadra escolar e, mesmo assim, o recurso que foi empenhado foi para obra nova.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Porque o município continua sem escola.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Assim, mas então... Mas tem uma escola...

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – E possivelmente só vai ser aprovado o termo de compromisso...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito, mas a obra nova não era escola, era creche.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Ou creche ou escola, não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, tudo bem, era creche, mas era o seguinte. Havia uma obra de uma escola; havia uma outra obra de uma creche, de uma escola de educação infantil, enfim, de uma creche, que não foi, que estava inacabada, mas se optou por construir uma outra.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – O termo de compromisso não foi aprovado definitivamente. Só vai ser aprovada a autorização da construção, finalmente, se ele atender todos os requisitos técnicos de oferta e demanda de alunos, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Certo. Então, mesmo com essa cláusula... Mesmo com o recurso já tendo sido empenhado?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Se ele não atender aos critérios técnicos, o recurso não vai ser executado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Já concluindo o meu tempo, Presidente, o senhor conhece o Sr. Darwin Leite? Na verdade, Darwin Lima. Ele consta como consultor.

Vamos tentar aqui então...

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Conheço, conheço... Sei quem é.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quem é o Sr. Darwin Lima?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – É um consultor do FNDE.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É um consultor do FNDE. Inclusive temos alguns registros do Sr. Darwin Lima, em vários eventos do FNDE. Ele é um consultor... O senhor tem informações, detalhes sobre ele?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Não. É um consultor, engenheiro ...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É um consultor gabaritado, reconhecido, engenheiro? O senhor avaliza os trabalhos?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Não consigo avalizar, porque está subordinado a uma outra diretoria.

Ele é subordinado à Digap, salvo engano.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Permita-me, Sr. Marcelo: ele é subordinado ao senhor. Se ele é subordinado ao Diretor do FNDE, em última análise, ele é subordinado ao senhor.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Mas o trabalho de engenharia não é subordinado a mim. Ele tem uma diretoria, um coordenador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor tem conhecimento se ele tem algum tipo de sociedade, alguma empresa de construção civil?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Desconheço, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Desconhece? O senhor poderia garantir que não tem?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Não posso, porque eu desconheço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas, assim, o senhor não usa o crivo técnico para consultores que prestam serviço ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, para ver se tem algum outro tipo de relação funcional?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – O processo seletivo de consultores é construído e tem que atender aos requisitos técnicos do edital.

Isso realmente... Não sou eu quem faço a entrevista, quem faz essa avaliação. Eu assino, sim, o documento final, mas passado por todas essas etapas como se fosse um processo seletivo normal de qualquer órgão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Para concluir, de fato, Presidente – o meu tempo já se encerrou: o senhor chegaria a dizer que não existiu ou não existe nenhum tipo de responsabilidade do Ministro Milton Ribeiro com a abertura para as ações do Sr. Gilmar e do Sr. Arilton no âmbito do Ministério da Educação? O senhor poderia, digamos, colocar a mão no fogo – eu não vou pedir para colocar a cara no fogo, eu vou pedir somente a mão, não é? – somente, para não ir tão adiante, pelo Ministro Milton Ribeiro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – O Ministro Milton Ribeiro é pessoa da minha mais elevada estima, cordialidade, respeito. Acredito na conduta dele, acredito na postura que ele tem frente ao Ministério da Educação. Então, nossa relação sempre foi a melhor possível.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, o que o senhor acredita que aconteceu?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Eu acredito que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Que não ocorreu nada? Certo?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – ... terceiros usaram o nome dele, o meu, eventualmente, para se gabaritarem ou para fazerem *lobby* sem a nossa autorização, haja vista que não há nenhum tipo de servidor do FNDE que esteja relacionado nessas reportagens.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A mesma mão o senhor coloca no fogo para afirmar que não houve liberação de nenhum tipo, de nenhum centavo de recurso?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Não houve nenhum. Inclusive, para esses municípios, não houve um real liberado. E todos os municípios que foram aqui citados em reportagens ou foram instados a ser ouvidos por esta Comissão...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Dos outros Prefeitos que foram citados?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Também não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Em nenhuma ocasião, em nenhuma circunstância...

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Nenhum, asseguro veementemente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... houve algum tipo de liberação?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Não, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Insistindo em tentar salvar a sua mão, em relação ao Sr. Darwin Lima – é Darwin Lima, não é? –, o senhor não...

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Eu não sei. O FNDE tem quase 2 mil colaboradores, Sr. Senador. Infelizmente, não consigo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Acredito que sua mão foi preservada, então.

Obrigado, Sr. Marcelo.

Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo ao nobre Senador Randolfe...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Para interpelar.) – ... é só para que... E aí eu não faria essa pergunta depois.

Na Resolução nº 4, Dr. Marcelo, no art. 3º, §6º, está escrito:

> § 6º Excepcionalmente, pelo caráter discricionário e voluntário das transferências de recursos oriundos do PAR, poderão ser beneficiados entes federados que não se enquadrem nos critérios de atendimento elencados neste artigo, conforme definido a seguir:
> I - calamidade pública estabelecida por decreto [que é o caso nosso];
> [...]

Então, os recursos foram empenhados para esses municípios, mas não foram pagos.

Agora, eu gostaria de saber, só para complementar, esses municípios foram excepcionalizados em relação aos critérios ou não? Porque houve a tramitação obviamente de um processo, os municípios deveriam apresentar os documentos todos, e a resolução do FNDE prevê a excepcionalização. É só para saber se eles foram suspensivos lá, como está escrito, e se isso significa excepcionalizado da apresentação dos documentos necessários.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Dr. Marcelo, com o devido acatamento e respeito ao meu colega, a quem tanto admiro, Senador Arns, e aproveitando o ensejo dessa última pergunta dele, ainda sobre Turilândia, faltou uma pergunta.

Para haver o empenho é necessário o cumprimento de todos os pré-requisitos, inclusive de toda a documentação que o município exige. Correto?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE (Para expor.) – Não. O empenho pode ser feito com cadastro no PAR, documentos de posse do Prefeito e conciliação de demanda e oferta de alunos no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

município. A ordem de serviço, ou seja, o termo de compromisso definitivo, só após engenharia, arquitetura, planilha orçamentária, financeira e técnica.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, é...

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Sobre Turilândia, só para não deixar passar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – ... esse termo foi aprovado, inclusive, por nossa Procuradoria do FNDE, e o objeto está em diligência – o município ainda não atendeu – até que seja gerado o termo definitivo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, nesse contexto ainda, é possível ser feito empenho com ausência de documentos? Tipo assim: há uma exigência de documento de engenharia, e aí o município apresenta uma página em branco. Isso é possível? Vai haver o emprenho nesse caso?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Nesse caso, ele vai ser diligenciado, e a ordem de serviço não vai ser emitida, até que ele cumpra todas as diligências.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A ordem de serviço para a execução financeira?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Para a execução, termo de compromisso definitivo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mesmo assim, isso não embarga o empenho, a previsão dos recursos para serem executados?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – O termo de compromisso definitivo só é gerado a partir do atendimento de todos os requisitos, Sr. Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, esse requisito deveria ser cumprido?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Para a emissão do termo definitivo, sim, ele deverá ser cumprido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Só que não é o que a resolução fala, não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Para interpelar.) – A resolução, no art. 3°, §6°, inciso I, diz que, em função da calamidade pública, que é o atual momento nosso, o decreto de calamidade pública que acontecia, não há a necessidade de apresentação dos documentos.

Então, a pergunta que eu fiz é se esses municípios foram excepcionalizados...

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE (Para expor.) – Não.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – ... nesse sentido para terem o valor empenhado?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Mesmo nesses casos, Senador, mesmo com excepcionalização, eles vão ter que apresentar todos os documentos técnicos de engenharia, planta, arquitetura, planilhas para ser emitida a ordem de serviço definitiva ou o termo de compromisso definitivo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Bom, vamos ao próximo inscrito, que é o Senador Jean Paul Prates.

Com a palavra por dez minutos toleráveis.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente. Obrigado, Sr. Marcelo Lopes, pela presença aqui conosco.

Quero reconhecer, inicialmente, que o senhor, de fato, recebe a todos nós quando solicitadas as audiências. Eu mesmo já estive por lá contigo umas duas ou três vezes, inclusive acompanhado da nossa Governadora do Estado, Fátima Bezerra, para tratar de um processo que se arrasta desde 2019. Trata-se de uma emenda no valor de 8,5 milhões referente a ônibus nas cidades de Água Nova, Apodi, Caiçara do Norte, Caraúbas, Carnaubais, Goianinha, Dix-Sept Rosado, Ipueira, João Câmara, Lagoa d'Anta, Lagoa de Velhos, Lagoa Nova, Extremoz, Macaíba, Major Sales, Montanhas, Monte das Gameleiras, Natal, Nísia Floresta, Ouro Branco, Passagem, Patu, Pau dos Ferros, Pedra Preta, Pedro Velho, Porto Alegre, Poço Branco, Riacho de Santana, Rodolfo Fernandes, Santana do Matos, São Bento do Norte, São Fernando, São João do Sabugi, São José do Seridó, São Miguel do Gostoso, São Tomé, Serra de São Bento, Touros e Upanema; todos aguardando, desde 2019, as tramitações desses processos.

Eu queria justamente, focando esse assunto, saber qual é a contaminação que esses processos sofrem, porque aqui não estou falando de emenda de orçamento secreto nem de RP 9, estou falando de emendas impositivas – impositivas – e que prejudicam por demais o desempenho do nosso mandato. Parte do nosso mandato é consistente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sei que o senhor não está me vendo aqui, porque o Senador Alessandro está um pouco reto aqui, mas, se a gente pudesse encarar, seria bom. (*Risos.*)

O Alessandro é um goleiraço, é um goleiraço! Mas está bom!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Vamos liberar o espaço para o nosso colega poder ser visualizado.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, não, Alessandro, com toda vênia, desculpe-me. É porque aqui atrás, ainda mais com esses anteparos aqui... (*Risos.*)

Mas, voltando, quero dizer que são emendas impositivas, então, eu queria um esclarecimento seu – dentro de uma série de perguntas que havia para lhe fazer – sobre qual é o critério de atendimento de fato, se a gente tem... Ademais, fomos atropelados por uma suspeita – essa suspeita badalada aí do sobrepreço – que agora ainda provocou uma denúncia ao TCU e a suspensão da homologação desses 3.850 ônibus escolares. E a questão para quem está nos ouvindo em casa e, obviamente, é mais leigo do que nós nesse assunto, a questão mais óbvia que decorre disso é que, se há sobrepreço, se os ônibus começam a subir de preço, seja por inflação estrutural dos bens em si, seja por sobrepreço praticado deliberadamente por motivos escusos, o fato é que, em todas essas cidades que eu arrolei aqui, nós temos que ir lá explicar por que de 40 ônibus passaram a ser 27 – 27. Ajude-me a explicar esse assunto.

Outra coisa: diante dessas emendas RP 9, qual o critério para alocar? É antiguidade, é necessidade, é o pedido de alguém? Quem faz essa alocação? São vocês, é o Presidente da República, é o Presidente do FNDE, é o Ministro, é a Casa Civil, quem faz isso? Porque, de alguma forma, isso está em conflito aqui com as nossas emendas impositivas, e eu preciso dar satisfação. Vou terminar o mandato e eu não entreguei os ônibus de 2019! Como é que acontece isso? Como é que se explica?

A outra questão, rapidamente, Presidente, tem a ver com o que os dois primeiros Senadores interrogaram, mas eu queria mencionar, claramente, do que se trata: trata-se da figura da autorização condicional. Eu queria que ele confirmasse – sim ou não: essa portaria publicada pelo seu antecessor, Rodrigo Dias, continua em vigor? Sim ou não?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Continua em vigor. Então, podemos falar sobre ela sem problema nenhum.

Muito bem, essa portaria é a que facilita essas escolhas políticas sem critérios técnicos, sem o atendimento da devida burocracia necessária, a ponto de – e aí não vou repetir aqui o meu querido colega Randolfe, mas quem quiser pode percorrer a matéria da *Folha*, que a gente gostaria que fosse confirmada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou não – alguém apresentar um papel branco escrito "falta documentação", o sistema acusa que você cumpriu aquela etapa e o processo segue, Senador Marcelo.

Ora, isso é o velho golpe do: "Não recebi o e-mail... Não entreguei o relatório no prazo porque o e-mail falhou...". Pelo amor de Deus! Eu quero saber se esse sistema é tão frágil e suscetível a esse tipo de coisa porque, gente, todo esse tipo de coisa, além de ser crime – de um lado prevaricação, corrupção ativa, passiva, tudo o mais, com pastor, sem pastor, com intermediário ou não, isso é uma questão que deixo para os demais colegas –, isso atrapalha a nossa *performance* também em relação aos nossos mandatos e a *performance* do próprio Ministério da Educação em relação a essas cidades. E não pode ser desse jeito!

Quer dizer, o Brasil hoje se espanta com a forma com que esses recursos estão sendo alocados: encontros técnicos, 48 encontros técnicos! Eu não tenho notícia e nunca fui convidado para nenhum deles. Existem algum Parlamentar do PT, PSB, PSOL, PCdoB, Rede ou PDT que foi convidado para algum desses eventos técnicos?

Então, eu acho que a gente precisa discutir, de fato, a superfície do processo, que é esse sintoma final que acaba aparecendo no jornal com denúncias daqui e dali.

Certamente é muito grave que a gente tenha intermediários de qualquer tipo, independentemente de ser de igreja, de fazer oração, de fazer macumba, o que quer que faça no ministério, mas intermediar verba... Principalmente porque o que sobra de um lado falta do outro, e isto aqui é uma República; todo mundo tem que ser atendido.

E emenda impositiva, Sr. Marcelo Lopes, eu não preciso ir lá quatro vezes para lhe pedir pelo amor de Deus para me soltar uma emenda impositiva. Estou desde 2019 esperando isso. E esses municípios que listei aqui – e por isso falei o nome de cada um –, é para cada um ouvir lá que a explicação está aí nesse esquemão.

Gostaria que o senhor me ajudasse a explicar isso às cidades, não apenas aos Prefeitos, mas às cidades que não receberam esses ônibus até agora e àquelas que vão ser excluídas, porque o processo vai impedir que os tais quarenta e tantos ônibus cheguem lá. Nós vamos ter que ir lá explicar que vamos ter que escolher – uma escolha de Sofia – para terem 27. Ou o senhor vai completar com recursos do ministério?

Obrigado, Presidente.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE (Para expor.) – Obrigado, Senador Jean Paul.

A questão dos ônibus de emenda impositiva é tratada de forma impositiva para todos os partidos. Eu lhe asseguro, se tiver... No caso dos ônibus, é necessário que se insira a nota fiscal e o contrato e se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

faça adesão à ata. Nós tivemos uma ata, no ano passado, de 7 mil unidades, e realmente eu preciso avaliar se o estado... Mas a adesão é feita pelo estado. Não sei se o estado... O estado ou o município. E após...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Já estava lotada nessa.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Então, por isso é que a gente está com esse procedimento...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Fez-se a segunda, aí a demora da segunda e, agora, a denúncia que suspendeu fizeram com que a gente não conseguisse nem mais adotar essa ata.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Mas existe uma proatividade nossa...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... porque a questão é adotar uma ata com o ônibus no dobro do valor.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Mas o valor, pelo menos nos lances, ficou bem abaixo dos preços iniciais, inclusive dos preços mínimos previstos no edital.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k. Vamos discutir isso especificamente, mas não é bem assim.

Sobre a autorização condicional, como é que funciona isso? Como é que se permite a questão de apresentar um documento em branco e o processo seguir?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – O processo não seguirá se o documento estiver em branco, se não tiver atendido todos os critérios técnicos.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Mas, pelo que está no jornal, seguiu.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Não seguiu porque não foi pago nem um real.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Mas foi empenhado.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Foi empenhado, mas não foi pago, não foi executado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Mas a exigência do critério é para o empenho, não é para liberação.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E, de novo, quando se aloca o recurso de um lado, falta do outro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Você reservou o recurso, entendeu?

Você reservou o recurso com base num documento em branco. Isso é ilegal! Está errado o sistema. A culpa não sei de quem é, mas que está errado está.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – O que estiver errado, Sr. Senador, vai ser suspenso, averiguado e diligenciado pelas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – O senhor pode dizer qual é o amparo legal para esse procedimento?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Do empenho?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, não, do documento em branco.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE (Para expor.) – Um documento em branco, se ele estiver realmente – preciso constatar com a minha área técnica – se ele estiver realmente inserido, o processo não prospera, Senador. É evidente, como não prosperou até agora.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Vamos ao próximo inscrito.

Nobre Senador Alessandro Vieira com a palavra.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – Obrigado, Sr. Presidente.

Já retomando o lugar, com a vênia do Senador Jean Paul. Acho que nós três podemos dizer que baixinho chega mais cedo porque tem que sentar na frente, senão, não enxerga nada, não é? (*Risos.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E o baixinho que senta atrás é o que se lasca.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – Aprendemos essa lição faz tempo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A minha preocupação era se o Senador Styvenson estivesse na frente do Senador Jean Paul Prates. (*Risos.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vou trocar de lugar com o Senador Styvenson, que vai ficar mais adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE. Para interpelar.) – Sr. Marcelo Lopes, bom dia.

Eu peço para retomar um ponto de esclarecimento anterior. O senhor ingressou na Câmara dos Deputados em 1999, correto? E o senhor permaneceu aqui no Congresso Nacional, exercendo funções relevantes, até o ano de 2020, correto? Nesse período todo, o senhor sempre esteve vinculado ao grupo político que hoje se identifica como PP?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE (Para expor.) – Sempre trabalhei com Parlamentares do Partido Progressistas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – O senhor sempre esteve vinculado a Parlamentares...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O que é um excelente currículo! O que é um excelente currículo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – De destaque nacional, diga-se de passagem, e em páginas diversas dos jornais brasileiros, ressalte-se.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sob a tutela do querido amigo Padre José Linhares...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – Muito bom.

O senhor esteve vinculado então a apenas dois...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... campeão de Sobral.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – Eu vou pedir apenas, Sr. Presidente, a reposição do tempo, em respeito ao tempo que o nosso querido Esperidião Amin seguramente vai demandar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Foi só para ilustrar a V. Exa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – É um prazer.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós seremos tolerantes com o tempo de V. Exa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – Sei disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o senhor, nesse tempo todo de Congresso, ficou vinculado apenas ao grupo político do hoje Partido Progressistas, e o senhor citou agora apenas dois Congressistas, é isso? O senhor pode referi-los?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Eu trabalhei com o Deputado José Linhares, do Ceará, de 1999 até janeiro de 2014; e, depois, atuei com o Senador Ciro Nogueira, hoje Ministro Ciro Nogueira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – Perfeito, como Deputado e como Senador, correto? (*Pausa.*)

Perfeito.

E o senhor ingressa no FNDE. Eu pergunto: o senhor tinha experiência prévia na área de educação ou de gestão pública nesse nível de desempenho? Estamos falando de um órgão com orçamento na casa dos R$20 bilhões a R$30 bilhões por ano.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Eu acredito que estava credenciado pelo meu currículo sim, pela minha formação.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – O senhor tinha experiência nessas condições?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Eu trabalhei sempre com orçamento...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – Nos gabinetes o senhor já trabalhava com orçamento?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Trabalhava com orçamento também.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – Perfeito.

Já foi colocado aqui para discussão, e acho que não ficou suficientemente esclarecido, o porquê de não se ter o cumprimento estrito daquilo que está posto na Resolução nº 4, de 2020, de próprio FNDE, que veda a construção de novas obras, salvo nas situações excepcionais mencionadas pelo Senador Flávio Arns, e veda também empenhos muito parciais ou reduzidos. E esse descumprimento é materializado em diversas localidades. Cito duas aqui do meu querido Estado de Sergipe: o Município de Tobias Barreto – o Prefeito é do meu partido de origem, o Cidadania – teve um empenho de R$200 mil para uma obra de uma escola, mas lá nós temos duas obras inacabadas, segundo a relação do próprio FNDE; e o Município de Aquidabã recebeu um empenho de R$30 mil numa obra, salvo engano, de uma creche, e esse empenho equivale a 0,98% do valor da obra. Eu gostaria que o senhor desse para nós todos aqui, para quem acompanha, o sentido real desse tipo de empenho. Qual é a finalidade desse tipo de empenho? Lembro que os Prefeitos que foram ouvidos referiram uma percepção deles para esse tipo de empenho, mas eu queria ouvir a do senhor, pois, afinal de contas, é o responsável por subscrever.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – A boa prática orçamentária também, como até o Presidente Marcelo Castro falou, é que a gente empenhe a anualidade. Realmente, desde que eu cheguei no FNDE, nenhuma creche foi possível de ser construída em um ano. Como eu disse, são 2,8 mil obras. Eu não estou começando mais do que concluindo, então estou cumprindo também.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – Permita-me só fazer um recurso breve à matemática. Usando o seu argumento da anualidade, o município de Aquidabã terá essa creche pronta em cem anos.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Mas é anualidade é para essa construção inicial.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – Em cem anos! Anualidade da porção inicial?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Não, para ele poder licitar, para ele poder iniciar os projetos. Esse recurso serve para isso também.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – Isso foi apresentado como projeto? O FNDE avaliou?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Se não tiver sido apresentado, não vai ser liberado o recurso, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – Não, veja, são etapas diversas. Existe uma confusão, propositada ou não, entre a etapa de liberação de recursos e a etapa de empenho. As duas são extremamente relevantes: relevantes sob o ponto de vista orçamentário; as duas materializam um eventual caso de corrupção – não há necessidade da entrega do dinheiro para que a corrupção aconteça –; e, principalmente, elas têm um grande efeito político, o que talvez esteja na raiz desse problema que avaliamos aqui. Quanto ao efeito político – e a janela partidária acabou de ser concluída, e o senhor, com 20 anos, mais de 20 anos de Congresso, seguramente acompanhou, mesmo que por curiosidade –, existe um impacto muito grande numa pequena cidade quando se anunciam obras na sequência, por exemplo, do meu vizinho Estado de Alagoas.

O meu vizinho Estado de Alagoas teve anúncios e empenhos em volume e montante astronomicamente superiores à média nacional, se eu não estiver enganado – o senhor pode me corrigir. Isso tem um efeito político. E isso eventualmente tem um efeito de corrupção. Não posso fazer essa afirmação, não temos aqui instrumentos para chegar a tanto, mas é muito claro que esse tipo de manipulação política do orçamento, predatória, tem efeitos, e esses efeitos não são positivos.

Então, por favor, pelo menos durante estes parcos minutos que nos faltam, esse argumento do "não foi pago" se mostra profundamente insuficiente. O senhor pode retomá-lo depois, não vejo por que não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazê-lo, mas não faz sentido para o que eu estou lhe perguntando. Eu estou lhe perguntando qual é o sentido de iludir uma população – iludir uma população...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – ... gerar um efeito financeiro, eventualmente atender interesses escusos de atravessadores, com empenhos simbólicos, que seguramente sequer serão confirmados, em grande parte, após o fechamento da janela, após o fechamento das urnas. Isso foi o que o senhor aprendeu na escola de gestão pública para tratar de um orçamento tão importante quanto o da educação, Sr. Marcelo?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Senador, eu tenho sempre o compromisso com a legalidade, com a responsabilidade e sempre me pautei pela gestão pública. E asseguro-lhe: nenhum real sai do FNDE sem atendimento dos critérios técnicos, financeiros e legais. Eu lhe asseguro isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – Perfeito.

O senhor referiu aqui um discricionário, em 2020, de 114 milhões, correto? Segundo o relatório do próprio *site*, só de RP 9 paga nós tivemos 130 milhões, e empenhada, 522 milhões – RP 9, para quem nos acompanha, é o famoso "orçamento secreto"; a gente não tem tempo aqui para tratar muito disso. Esse valor empenhado está na sua conta, o dos 114?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Deste ano? Não é desse ano, não é, Senador?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – Não, isso é de 2020, se eu não estou enganado.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – É, o meu relato foi sobre o ano atual, 2022.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – Ah, 2022. Perfeito.

No final do ano passado...

Desculpe, eram de 2021 esses números que eu falei: 522 milhões de RP 9 empenhados, 130 milhões pagos.

O relatório de transparência do Relator do orçamento anterior, o Senador Marcio Bittar, nosso colega, aponta para Alagoas, no RP 9, FNDE, R$300 mil; as notas de empenho apontam R$60 milhões. O senhor consegue explicar essa discrepância de valores? Será que o Senador Marcio Bittar errou na conta? Será que o FNDE fez empenhos não previstos pelo Relator no seu relatório? Há algum ofício escondido? Esse relatório, enfim, precisa ser complementado? O senhor sabe explicar o que aconteceu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Todos os recursos nesse sentido foram indicados e foram avalizados. Posso apurar de melhor forma para o senhor, mas...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – Indicados e avalizados por quem?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Pelo Relator. Se foi emenda individual, individual; se foi pela bancada, emenda de bancada.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – Em fevereiro de 2022, nós tivemos o empenho de R$6 milhões, novamente RP 9. Esse empenho foi cancelado após questionamento público do atual Relator, o Deputado Hugo Leal. O senhor sabe explicar o porquê dessa diferença, dos R$6 milhões, em fevereiro?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Eu desconheço esse empenho de R$6 milhões, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – Foi anunciado e foi cancelado. Eu faço questão, depois, de encaminhar para que o senhor possa prestar esses esclarecimentos.

Preocupa-me, Sr. Marcelo Lopes da Ponte, que todos possam acompanhar o que está acontecendo aqui e compreender que a atuação dos supostos pastores, que têm um componente histriônico de pedido de propinas de 15 mil e barras de ouro, em almoços e jantares, é um esquema irrelevante – deve ser investigado, mas é irrelevante – perto do tamanho do orçamento e desse tipo de movimentação.

Eu queria que o senhor explicasse o vaivém processual da licitação dos ônibus. Eu fui autor de pedido ao TCU para que se suspendesse essa licitação para esclarecimentos. É evidente que é urgente adquiri-los. Nós temos estudantes aos milhares, aos milhões, que passam o constrangimento de não poderem chegar numa aula porque o ônibus escolar não chega. E vemos aqui que não faltam recursos. Eventualmente, falta critério para a distribuição. O critério não se consegue demonstrar por nenhuma forma, com um mínimo de razoabilidade. Então, peço que o senhor me explique se efetivamente foi assim que aconteceu.

Nós temos o edital oficial. Ele está na casa dos R$2 bilhões, correto? Nós temos uma manifestação da CGU e da área técnica do próprio FNDE apontando um risco de superfaturamento superior a meio bilhão de reais, correto?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – No primeiro parecer.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – Isso.

Nós temos uma revisão desse documento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Uma suspensão preventiva, inclusive.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – Dia 14 de março, a CGU endossa o alerta de sobrepreço. O procedimento fica parado até o dia 14 de março. O senhor tem uma reunião com o hoje Ministro, nosso colega Senador, Ciro Nogueira. O Sr. Garigham Amarante dá um despacho fazendo ajustes no processo, alterando o índice de correção de inflação e rebaixando o preço global da licitação de R$2,08 bilhões para R$1,5 bilhão, correto? Esse cronograma até aqui está correto?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – O edital já vinha pelo menor preço, e, quando foi publicado o edital, já estava com esse valor...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – De R$1,5 bilhão.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – A gente só instruiu ao pregoeiro. É um procedimento administrativo, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – Certo. Então, ele inicia com R$2 bilhões e cai para R$1,5 após a análise técnica, através do despacho do Sr. Garigham Amarante, na mesma data em que o senhor tem a reunião com o Ministro, Senador Ciro Nogueira. Esse despacho encaminha o processo para a Diretoria de Administração, que foi quem fez o primeiro alerta. Esses responsáveis da área pedem para que o Sr. Garigham Amarante justifique detalhadamente a mudança de metodologia no cálculo. E aí, em 17 de março, sem responder a esse solicitação, a Diretoria de Ações Educacionais... É o órgão comandado pelo Sr. Garigham?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Ele é o Diretor dessa diretoria.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – Publica-se um novo termo de referência, novamente em valores globais superiores a R$2,045 bilhões.

Lá em Sergipe, no meu Estado, há um negócio que se chama de dança de rato, que é esse negócio em que o cara fica para um lado e para o outro, para um lado e para o outro, para um lado e para o outro. Por que esse valor voltou para R$2,045 bilhões no termo de referência? O senhor sabe informar?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Não. Sei informar que o despacho final da diretoria e a instrução ao pregoeiro ficou em R$1,567 bilhão e que os lances ficaram abaixo desse valor, inclusive.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – Então, o termo de referência lançado pela Diretoria de Administração, no dia 17 de março, com valores globais de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

R$2,045 bilhões não existe? Ele tem falsidade no conteúdo, uma falsidade ideológica? É um erro de sistema? O que aconteceu aqui?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Senador, o pregão ocorreu na fase de lances. Tá? Não foi homologado ainda.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – Sim, eu estou acompanhando, perfeitamente.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – E está seguindo todos os processos da CGU e recomendações que foram feitas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – Efetivamente, o senhor não consegue responder à pergunta que eu estou lhe fazendo?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Estou respondendo, Sr. Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – Não, o senhor não está. Eu estou lhe perguntando se, após o despacho, em que ocorreria uma redução para R$1,567 bilhão do valor global da licitação, retomou o termo de referência o valor original acima de R$2 bilhões, dia 17 de março?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – O valor total mínimo era R$1,567 bilhão e as propostas que nós recebemos somaram R$1,535 bilhão.

Todos os procedimentos foram de acordo com a CGU, que acompanhou todas as fases do processo, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas parece que não é essa a pergunta.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – É, exatamente. Eu quero entender, porque veja, a gente tem a movimentação, certo? O processo fica parado, escândalo na imprensa, despacho interno.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – E a republicação já foi com um bi e meio também. A republicação já saiu com um bi e meio.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – A republicação... Quando foi feita a republicação?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Salvo engano, em 24, ou 25 de março, oito dias antes do pregão que ocorreu na terça-feira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – Então, na publicação de 17 de março, alguém não tinha recebido alguma orientação? Foi isso?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Não. A republicação já saiu com o valor de um bilhão e meio.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – Veja, na gestão pública, o FNDE já tem um certo histórico.

Me desculpe, Senador Marcelo, por prolongar. É apenas...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Fique à vontade.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – ... para recordar o famoso caso dos *tablets* do início do Governo. O senhor não tinha chegado lá ainda, salvo engano. Um caso muito interessante, em que nós tínhamos a distribuição prevista em edital dum volume tal de *tablets* que havia escolas que teriam alunos com 200, 300, 400 *tablets* cada. Após o escândalo, foi suspenso. Volta, vai, compra.

Da mesma forma, acontece aqui. A nossa preocupação nesta Comissão... Esta não é uma Comissão de investigação. Esta é a Comissão de Educação. A nossa preocupação é que todos possam compreender como se procede e, aparentemente, existe um método. De novo, buscando lá o meu Sergipe para usar um recurso de linguagem, é o jogar o barro na parede; se grudar, grudou. Se eu consigo emplacar R$2 bilhões, um espaço para sobrepeso de meio bilhão de reais é muito bom. Se deu escândalo, eu vou apagando, retificando, corrigindo, retificando, mas eu não corrigi o problema de base. O problema de base está na ocupação predatória política de órgãos que devem ser técnicos na distribuição e manipulação de um orçamento essencial para o futuro do Brasil por critérios absolutamente não republicanos e não transparentes.

Então, para não me alongar mais, em respeito a todos, eu peço que V. Sa., de alguma forma, encontre mecanismos e sugira mecanismos – certamente, esta Comissão o fará –, para que esse tipo de conduta não republicana, pouco técnica, ineficiente não se repita. Ela vem se repetindo como mostram os fatos já narrados – nenhum deles questionado.

Segundo: que não se tenha a ilusão de que só há prejuízo para o cidadão quando você tem, efetivamente, o pagamento de propina para alguém. Essa é uma das últimas etapas desse negócio. O prejuízo para o meu cidadão lá de Sergipe é não receber o ônibus, é não receber a educação de qualidade e a tristeza de saber que existe dinheiro, mas ele não vai para lá, porque, politicamente, é importante inchar partidos, bases, currais eleitorais. É isso que dá essa dor que todos nós sentimos, preocupados com a educação verdadeira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos tentar avançar e cobrar, Senador Marcelo, como Presidente da Comissão, cobrar dos órgãos de fiscalização. Se os órgãos de fiscalização não mostrarem condições de fazer o trabalho, infelizmente, será o Congresso, através de uma Comissão parlamentar que o fará.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito bem.

Agradecendo a participação do nobre Senador Alessandro Vieira, vamos ao próximo inscrito.

Nobre Senador Wellington Fagundes com a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – Sr. Presidente, todos os nossos companheiros, Senadores e Senadoras, e todos que nos assistem, o que nós podemos comentar, Sr. Presidente, é que, realmente e infelizmente, existe aí uma herança maldita.

Como foi falado, do orçamento praticamente sobra 0,1%...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Zero vírgula?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Olhem só: 0,016%!

E é importante também citar – e aqui eu quero falar também como Relator da LDO de 2017... Mas, antes disso, em função da pandemia, o Governo Bolsonaro optou por fazer com que o recurso chegasse na ponta. O maior volume de recursos já distribuído, já entregue para prefeituras e estados, no Brasil, na história do Brasil, foi exatamente no primeiro ano da pandemia, chegando a R$700 bilhões. Isso, sem dúvida nenhuma, foi extremamente importante para que o dinheiro, o recurso chegasse na ponta e até com a condição de os prefeitos e governadores poderem atender, com menos burocracia, a população.

É importante dizer que foi feito toda a rolagem da dívida dos estados, dos municípios, que tinham grandes dívidas. Isso tudo, eu acho, é importante para entendermos o que que é o Orçamento que nós estamos trabalhando nos últimos anos, onde está ficando zero vírgula zero qualquer coisa para investimentos direto pelo Governo Federal. Por isso, inclusive, muitas grandes obras também, hoje, estão sendo realizadas pelos governos dos estados.

E, aqui, eu quero também dizer que, em uma luta que fiz aqui no Congresso há muito tempo, há mais de trinta anos, brigava-se pela regulamentação da Lei Kandir na Justiça, e o Supremo Tribunal Federal cobrava a omissão do Congresso Nacional. Eu fui o autor do projeto, e, como conseguimos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprová-lo, isso representa R$58 bilhões que estão sendo entregues a estados de municípios exportadores. Só para o meu estado serão R$6 bilhões.

E, aqui, como já foi falado, há mais de cem anos, se cobra essa questão das obras inacabadas. E é por isso que eu quero falar aqui em herança maldita ou em uma cultura maldita, que, talvez, exista no Brasil.

Assim, Sr. Presidente, eu quero ler aqui alguns trechos.

Lá, como Relator da LDO de 2017, eu já dizia que o Brasil contabiliza inúmeras obras inacabadas, que geram desperdícios e prejudicam extremamente o cidadão. Essa, a opinião que eu dizia, apontando que a prioridade para o problema no Orçamento público, como alternativa para reverter esse quadro, era exatamente buscar concluir as obras. E eu dizia que as obras paralisadas são um transtorno à sociedade. Já no relatório, lá em 2017, aprovado na Comissão, eu dizia e tentava aprovar que não poderiam ser apresentados projetos para obras, naquela época, acima de R$50 milhões, sem que esteja no Orçamento e com o documento de viabilidade técnica, além da disponibilidade do projeto executivo.

Também é extremamente importante dizer que o problema de muitas dessas obras inacabadas está na origem – às vezes, não se tem um projeto executivo. E, também, o que vivemos hoje, já desde o passado, é a questão das licitações em que não se coloca o critério da experiência técnica e também da melhor capacidade de execução.

Então, o que acontece hoje no Brasil? Obras para tudo quanto é lado, independentemente que sejam recursos diretos do município ou do estado ou da União ou convênio, obras que dão deserta, ou seja, não têm interessado, e neste ano isso se agravou, porque como houve o aumento do aço, do material de construção, nós temos um volume de obras que, primeiro, está o dinheiro parado porque a obra não começou ou, também, muitas empresas construtoras que não tinham habilidade técnica entram na licitação, ganham, começam a obra e depois vem a chantagem sobre o administrador para que ele tenha que fazer a readequação de preços. Aí, entram as denúncias, o Ministério Público. E quem fica com prejuízo? É o cidadão, porque a obra inacabada não serve para nada.

Então, à época, inclusive, como Relator, afirmei que a prioridade proposta no meu relatório era exatamente destinar o recurso para as obras inacabadas.

Também ainda como Vice-Presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado, eu sempre insisti para colocar em debate a possibilidade de o programa de parceria, o PPI do governo, criar mecanismo para enfrentar os milhares de obras inacabadas no Brasil.

E eu, inclusive, pedia, como Relator da Medida Provisória 882, de 2019, que altera o funcionamento do PPI e expande o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já naquela época, Sr. Presidente, eu dizia que são mais de 14 mil empreendimentos paralisados que exigiam, naquela época, 260 bilhões de investimento.

Portanto, há muito tempo que essa situação vem, transcende governo. E aí eu acredito, Presidente, que nós temos que fazer, cobrar mais, inclusive eu sou autor de uma PEC aqui, cobrando exatamente para que a gente tenha mais segurança jurídica e, principalmente, implementação de política de Estado, não política de governo, porque cada governo que entra quer fazer um programa novo, e eu me lembro de vários programas por aí.

Aí o prefeito vem aqui: "O que está tendo aí?" Não é o que ele precisa, é para o quê está tendo recurso, por isso começam muitas obras e depois, inclusive, não são concluídas.

E uma outra situação: muitas dessas obras a prefeitura não tem capacidade depois de manter. E eu falo isso muito como municipalista – sou vice-presidente da frente parlamentar em defesa do municipalismo: Prefeito, preocupe-se bem em saber se essa obra é importante para a sua cidade, porque construir uma obra, principalmente, uma escola, uma creche ou outras obras na área social não é o maior valor, o maior valor é exatamente o custeio da obra. E aí é onde muitas prefeituras começam e, às vezes, fica a obra com 98% de execução, faltando 2%, 10%, 5%, e a obra não é concluída.

Então, eu acredito que é, na verdade, uma cultura brasileira que nós precisamos realmente mudar.

E aí eu ainda quero citar aqui que, como Líder do Bloco Vanguarda, eu afirmei que a retomada das obras públicas paralisadas será o grande diferencial para a geração imediata de empregos. Isso, numa quarta-feira, eu participei em Brasília do lançamento da campanha geração de um milhão de empregos já no Brasil, na Câmara Brasileira da Indústria da Construção.

E ainda disse que a atual legislação deverá seguir empenhada na defesa da retomada das obras públicas. Da forma como estão, essas obras representam um elevado prejuízo à sociedade. Por isso é preciso retomá-las.

E aí, Sr. Presidente, eu quero aqui inclusive, antes de fazer aqui a minha colocação ao depoente, ao convidado, sugerir, Sr. Presidente, para que esta Comissão se debruce aqui na possibilidade de nós fazermos um projeto de lei de iniciativa da Comissão, para que em nenhum local se comece uma obra que, da mesma natureza, tenha alguma inconclusa ou inacabada, porque, se nós tivermos isso em lei, talvez a gente pode começar a mudar essa herança maldita; ou seja, não tem sentido, numa cidade...

Inclusive, eu mandei um requerimento, aqui da própria Comissão, pedindo as informações das obras inacabadas na área do FNDE. E realmente são muitas no Brasil inteiro.

Então, se nós tivermos isso em lei, provavelmente, Sr. Presidente, a gente pode mudar esta situação de, numa cidade, existirem três, quatro creches começadas, inacabadas, e, de repente, se liberam recursos para começar outra creche.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Então, eu vou concluir aqui, até para também ser obediente ao tempo.

E eu pergunto aqui ao Dr. Marcelo, porque não ficou bem claro: há quanto tempo V. Sa. trabalha no Ministério da Educação? É funcionário de carreira? E também: quais as sugestões que V. Sa. poderia fazer, nesta Comissão aqui, para que essa situação pudesse mudar?

Aqui está se discutindo uma licitação que não se concluiu, não é? Ela não se concluiu. Então, também, às vezes, se coloca por uma suspeita – e aí, no passado, pois felizmente o Tribunal de Contas melhorou muito, porque foi aqui no Congresso que nós exigimos isso... Muitas vezes, era determinado pelo Tribunal de Contas que se paralisassem as obras por suspeita de irregularidade e a população ficava lá no prejuízo. Felizmente, o Tribunal de Contas mudou – os Tribunais de Contas, de um modo geral – essa cultura.

Então, veja bem como, no Brasil, a situação é: o prejuízo é da sociedade e do cidadão que fica revoltado lá na ponta. É claro, porque ele vê uma obra inacabada. O filho dele precisa ir para a escola. Ele precisa trabalhar, e aquela obra não é concluída, muitas vezes porque alguém fez uma denúncia de suspeita de irregularidades.

Eu me lembro aqui de uma cidade do Mato Grosso que estava fazendo a manutenção de uma estrada e a construtora fez o desvio. O desvio ali só para poder depois consertar a pista original. E nesse desvio ela colocou toras de madeira – e isso era lá na Região Amazônica – apenas para fazer a drenagem. Aquilo virou o maior escândalo e veio parar aqui em Brasília. Um escândalo de uma coisa que inexistia.

Então, eu penso que sobre isso também é importante a gente fazer essa reflexão, porque muito que está se discutindo aqui não existiu nenhum convênio que fora anunciado. Então, eu quero que o esclarecimento seja feito, Dr. Marcelo, porque realmente a sociedade não pode aceitar o desperdício do recurso público e muito menos o desvio do recurso público. É por isso que nós estamos aqui e vamos, sim, investigar, vamos ouvir outras pessoas que estarão aqui, porque principalmente o Presidente Bolsonaro tem primado por isso. É um Governo que não tem tido escândalo até agora. E isso, infelizmente, não é uma coisa que a gente pode apenas cantar como vitória, mas felizmente é a constatação de um Governo que tem procurado....

Ontem, inclusive, eu estive com o Presidente Bolsonaro. Falamos dessa audiência aqui e ele disse: "Ó, é para cobrar. Se tiver alguém que errou, tem que pagar. Não tem amigo meu que tem direito a errar.". Então, eu acho que essa colocação é extremamente importante. Espero que V. Sa. possa esclarecer, até o final, à sociedade e a esta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Obrigado, Senador Wellington Fagundes.

Enquanto o Senador Marcelo Castro não retorna, só complementando o que V. Exa. disse, por exemplo, eu já vivi situações como esta em vários dos municípios de Minas. No meu estado, há 853.

Às vezes, eu quero ajudar a cidade numa nova creche, num projeto em que eu quero ajudar o município, é uma demanda que me foi trazida, mas há uma obra anterior cujo material não foi correto, cuja avaliação não foi benfeita, que está lá, parada, há oito, nove anos.

É uma situação em que a gente passa a ter uma dificuldade, porque a população é quem fica prejudicada. E as mães vêm até a gente e falam: "Olha, precisa resolver, precisa fazer isso, precisa fazer aquilo".

Então, é um processo em que a gente não consegue resolver uma, e, se começa uma outra, gera uma suspeita.

Cada cidade tem uma característica. Cada processo vai ter a sua característica. E V. Exa. disse bem: tudo deve ser investigado.

Agora, o que há, de fato, de prejuízo à população se não a necessidade de nós mudarmos as regras para que não haja desperdício até de tempo?

Então, por favor, Sr. Marcelo, pode dar sequência à resposta ao Sr. Wellington.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE (Para expor.) – Eu tenho o meu profundo respeito e atenção por esta Casa, porque por aqui passei, e tenho sempre o Parlamento como um instrumento de apoio à nossa atividade no Executivo, sobretudo estando do outro lado.

Há um projeto bem importante que tramita aqui no Senado, o 2.633, que veio da Câmara e foi aprovado, que permite a revisão dessas tabelas. Uma obra de 2012, 2013 não tem o valor de hoje, por exemplo. E obras que estão saneadas não permitem uma adequação dessa planilha orçamentária.

Outra dificuldade é o próprio orçamento. O recurso é finito, para todo mundo, na minha casa, no FNDE, na Câmara, no Senado. Eu tenho uma dificuldade orçamentária, realmente, para poder dar andamento a essas obras.

Mas o Prefeito, muitas vezes, não consegue continuar uma obra com o valor que está pactuado. Uma obra que custava R$1 milhão há dez anos não custa o mesmo valor hoje. Então, o Prefeito, às vezes, não consegue dar contrapartida.

Se a gente puder ter uma revisão de obras que estão saneadas, não obras que estão com tomada de contas no TCU e tudo mais, mas obras saneadas, porque uma obra inacabada não atende. O município

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

continua sem escola, sem a creche, sem a quadra. Ela continua inacabada. Muitas vezes, isso era por conta de que o pagamento era feito integralmente. Então, fazia-se integralmente, mudava gestor, mudava Prefeito, não havia prestação de contas. E isso ficava nessa vala comum. Nós estamos com essa herança. Vamos vencê-la.

O problema, como Presidente do FNDE, é meu. Sou eu quem tenho que responder por isso. Não estou me furtando de responder, mas tenho esta dificuldade tanto de orçamento como de reequilíbrio dessas obras que estão em execução cuja boa-fé é demonstrada. Se puderem me dar esse apoio aqui, será importante.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Faltou responder isto: com a sua experiência profissional, como é...

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Eu ocupo um cargo comissionado, de confiança tanto no Senado quanto na Câmara e, agora, no FNDE também.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Atendido, Senador Wellington?

Eu passo a palavra, então, ao Senador Marcos Rogério, que é o próximo orador.

Senador, com a palavra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu quero cumprimentar o Presidente do FNDE, Marcelo Lopes da Ponte, por sua vinda a esta Comissão, para falar de temas tão importantes e prestar aqui um relato de como funciona o FNDE e, especialmente, sobre obras inacabadas, que foi um questionamento feito pelo Senador Esperidião Amin, logo no começo. E você pontuou sobre esse aspecto.

Em relação a essa questão toda das denúncias que estão sendo veiculadas, com esta história toda, Presidente Marcelo Castro, eu chego à constatação de que alguém andou caindo na história da Carochinha. É impossível não fazer uma associação em relação a esse fato e a um dado da história recente do Brasil. Isso é herança de um Brasil recente, com a cultura de corrupção, corrupção sistêmica, corrupção endêmica, onde presidentes de bancos foram presos, onde dirigentes de estatais foram presos, onde lobistas foram presos, onde empresários foram presos... Cultura de corrupção, aos bilhões...

Não vou especificar aqui o caso da Petrobras, em que dirigente devolveu milhões. Corrupção. E o Brasil começou a ver, e talvez alguns entenderam que o Brasil continuava aquele mesmo Brasil lá de trás, com a cultura de corrupção.

O Governo mudou. É imune à tentativa de fraude? Não. Nenhum Governo é imune à tentativa de fraude. Mas aqui, neste Governo, neste tempo, os órgãos de controle funcionam. Funcionam, sobretudo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

internamente, coisa que não aconteceu nos governos do passado. E aqui, objetivamente falo, nos governos do PT.

O Brasil conhece a história recente. Não tem memória curta. Mas, além do funcionamento pleno dos órgãos de controle interno, também funcionam muito bem o controle externo, seja do Tribunal de Contas da União, seja da CGU, seja do Ministério Público, seja da Polícia Federal.

Espertalhões, certamente que existem em todos os níveis de Governo, tentando tirar vantagem, abuso de confiança, de acesso... Mas, no Governo do Presidente Bolsonaro, até este momento, corrupção zero.

Diga-me uma operação da Polícia Federal que buscou, que apontou para alguma coisa objetiva, com fatos, com evidências apontando para a corrupção neste Governo. Eu não estou aqui fazendo a defesa de que tentativas não aconteceram.

Nós tivemos recentemente uma CPI aqui na questão da pandemia. Narrativas foram construídas aos montes, mas evidências de crimes, de fatos, de condutas típicas, enquadráveis, à luz do Código Penal, não, nenhuma.

Então, quando eu vejo essa situação toda, me vem à mente, justamente, esse dado da história recente, que é lamentável, a cultura de corrupção. Alguém recebe alguém dizendo que "Ah, eu tenho a condições, eu tenho acesso a tal lugar, e se você me oferecer aqui alguma coisa eu vou facilitar o caminho". O Presidente da Comissão, Marcelo Castro, aqui, me deu um dado que me chamou a atenção, de que um Prefeito teria dito: "Não, se você fizer isso, eu lanço no sistema a proposta, para encaminhar à aprovação e à liberação de recurso".

Ora! Isso é de um amadorismo sem tamanho! E aí eu vou perguntar, objetivamente, ao Presidente algumas coisas aqui! É desconhecer como funciona a máquina administrativa, é desconhecer como funciona o PAR, é desconhecer como funciona a administração pública. Então, tentativas podem acontecer em todo momento, mas até este momento não há uma evidência de que tenha havido corrupção neste Governo. E quando há suspeitas, diferente de outros governos que protegiam os compadres, este manda investigar, este manda apurar.

Então, Sr. Presidente, nessa questão que envolve esses pastores, eu não quero aqui fazer uma defesa cega em relação a isso, porque acho que faltou vigilância, sim, em relação a esse episódio, na fala que o ministro fez. Eu gosto do ministro, tenho a maior consideração por ele. Acho, dentro do que eu conheço, não o considero uma pessoa que esteja nesse nível de suspeita. Para mim, é uma pessoa séria. Esteve em Rondônia. Inclusive, lá esteve também o Presidente do FNDE e a equipe toda. Nós nos reunimos lá numa quadra, num ambiente, e os Prefeitos, os secretários foram lá tirar dúvidas sobre o sistema, sobre obras inacabadas, sobre prestação de contas, sobre a alimentação do PAR. O Ministro tinha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– eu vi isso lá em Rondônia, Presidente Marcelo – naquele momento, tem uma linguagem muito... Ele se aproxima das pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – E qual é o presidente a que V. Exa. está se referindo?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agora eu estou falando do Presidente do FNDE. São dois. Ah, são dois Marcelos. Perdoem-me! Então, quando o Ministro e o Presidente do FNDE estiveram lá em Rondônia houve esse acesso. E o ministro, na abordagem dele com as pessoas, tinha uma linguagem de muita proximidade, de simplicidade, de conexão. Quantas vezes nós também, na nossa militância política, em encontros com Prefeitos, com Vereadores, usamos aquela expressão que foi usada lá: "Aqui fulano manda". Depois disso, a gente tem que cuidar com o que a gente fala, porque o tempo passa e uma palavra tirada de contexto ou alguém que faz uso do abuso de confiança, pode de repente estar colocando a gente em situação ruim. Mas o que eu quero dizer aqui é que alguém caiu na história, pelo jeito, pelo que está se apurando, na história da Carochinha, de que... E aí eu pergunto... O Presidente disse agora há pouco: "Olha, se houver aqui o pagamento, alguma vantagem, eu colocar no sistema a proposta, vamos encaminhá-la, empenhá-la e liberá-la. O.k.. Pergunto ao Presidente Marcelo Lopes da Ponte: esses pastores tinham senha de acesso ao PAR?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE (Para expor.) – A senha de acesso ao PAR só é permitida aos gestores municipais. O Prefeito tem uma senha mestra – ou o gestor – para designar os seus...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Esses Prefeitos, será que passaram a senha para...

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Não sei.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... esses personagens? Porque, para fazer essa afirmação... E aí vem uma narrativa pronta aqui: "Não, olha, nós vamos cadastrar no sistema...". Vejam como nascem as narrativas: "Vamos cadastrar no sistema, vamos empenhar e vamos liberar". É desconhecimento de como funciona – desconhecimento de como funciona.

E aí pergunto mais: depois, porque quem cadastra é o Prefeito, ou o secretário de educação, ou um fiscal da Secretaria de Educação – eu conheço o sistema do PAR –, de cadastrar a proposta, esses pastores fizeram reuniões no FNDE para acompanhar o andamento, para pedir empenho, liberação? Teve isso?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Não teve.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Meu tempo está acabando, não é, Presidente?

Quem atua quando uma proposta é cadastrada no PAR? Você tem uma fase de diagnóstico...

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Planejamento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... apresentação de proposta ali dentro do planejamento, até chegar à fase de análise para empenho e, depois, posterior pagamento. Por onde passam essas propostas? Quem é que faz esse filtro?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – A proposta passa por várias áreas dentro do FNDE: das obras é uma diretoria, de ônibus é outra, equipamentos tecnológicos passam, inclusive, pelo MEC também, e é um plano quadrienal – então tem um cadastro para 2021, 2022 e 2023 –, mas transita, se for o caso, inclusive pelas procuradorias e pelos órgãos de controle, inclusive pela diretoria financeira como área finalística.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O.k.

Dessas situações todas, quantas obras ou quantas ações foram pagas pelo FNDE?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Dessas envolvendo os...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Dessas que envolvem esses pastores?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Zero.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Nenhuma foi paga?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Nenhuma foi paga, para nenhuma foi gerado, inclusive, o termo de compromisso ou a autorização para licitação.

Inclusive, Senador, só para reforçar – eu já falei isso na minha fala inicial –, daqueles municípios que foram instados a ser ouvidos e vieram partes – na terça-feira última, estiveram aqui –, eu suspendi cautelar e administrativamente o andamento dos processos até a devida apuração pela minha corregedoria.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu agradeço as suas respostas.

Eu queria concluir, Presidente, apenas dando um dado aqui, em relação à questão das obras inacabadas, um testemunho. O Governo do Presidente Bolsonaro é um governo que tem compromisso em concluir aquilo que desgovernos do passado não concluíram, não deram conta, e, no campo da educação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso aconteceu no meu estado, onde creches e escolas que eram lá obras fantasmas foram tocadas, concluídas, inauguradas e estão servindo à população.

Então, mesmo com esse orçamento vinculado que você apresentou aqui – e, quando se vê o valor total, a gente tem uma impressão de que é o melhor ministério do Governo – e quando você vai ver amiúde quais as vinculações, sobra pouco para a discricionariedade, para se fazerem ações de novos investimentos, mas lá no meu estado, em várias cidades, escolas e creches que estavam paralisadas há anos nós tivemos a conclusão dessas obras.

Então, eu queria cumprimentar você e, ao cumprimentá-lo, fazer esse reconhecimento ao Presidente da República Jair Bolsonaro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Obrigado, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Sr. Presidente, posso só complementar uma pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Para interpelar.) – Só para entender novamente e voltando àquilo que eu perguntei antes sobre a Resolução nº 4, art. 3º, §6º, do FNDE. Eu fico imaginando como é que a coisa teria acontecido em relação aos pastores, porque quanto às outras coisas que foram levantadas é outra discussão, e a gente está aqui para examinar essa situação.

Todos nós sabemos que os Prefeitos e Governadores, os estados e municípios fazem o PAR. A grande dificuldade é liberar o PAR, porque os recursos, obviamente, são finitos também. Então, liberar o PAR é uma dificuldade.

Aí, o que é que deve ter acontecido? O Pastor nem precisaria ter a chave, o código, porque sabe que os municípios fizeram o PAR, lógico, todos fazem. Agora, talvez, não tenham os documentos em ordem e, aí, no final, como o senhor explicou, os documentos têm que estar em ordem, empenhados, para poder liberar. Agora, eu fico imaginando... Não, vocês aqui, Pastores, têm carta branca, podem chegar em um município e vão ser atendidos, quer dizer, foi isso o que foi apresentado. Então, o que é que os Pastores devem ter feito? Chegaram no município e disseram: "Olha, eu tenho a garantia de que isso vai ser liberado. Você me dê 15 mil, você me dê 40 mil; na hora do empenho, 1kg de ouro", e tudo isso.

Agora, para isso acontecer, teria que se furar a fila da parte técnica. Então, eu quero só perguntar ao senhor, em função do que o Senador Marcos Rogério colocou, se foi obedecido o critério técnico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nesses municípios que vieram aqui para denunciar o fato. Porque nós estamos investigando o que aconteceu também além dos transportes e tal, essas coisas... Quer dizer, querendo saber – não investigando porque não é uma Comissão Parlamentar –, mas querendo saber se foi obedecido o critério técnico ou se houve uma furação de fila, se a fila foi furada, se passou disso. "Olha, esse município precisa ser atendido e, naturalmente, ganhando os 15 mil...". Porque a propina ocorre aí, lógico que ocorre aí: são os 15 mil, são os 40 mil, o quilo de ouro... "Olha, se você me der 15 mil, o seu processo vai lá para a frente". Para que isso aconteça, tem que haver alguma anuência de alguém do Ministério, do FNDE, ou coisa semelhante.

Então, a pergunta é a seguinte: foi obedecido o critério técnico ou a fila foi furada e, sendo furada, obviamente, depois eles têm que completar os documentos, porque o dinheiro não seria liberado, o recurso não seria liberado se não houvesse o documento completo... Então, a pergunta é bem simples: furou-se a fila – porque a gente estranharia muito, também, tantos municípios, de repente, de algum estado – ou houve um critério técnico?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE (Para expor.) – Houve critério técnico, sim, Senador. E eu justamente andei o país inteiro, atendendo quase um terço dos municípios em localidade para tirar essa questão de intermediários entre o FNDE e o MEC, entre os Prefeitos e o MEC, de alguém ficar se gabaritando dizendo que tem livre acesso. Eu estava lá, enquanto Presidente, viajava sábado e domingo, trabalhava aqui a semana inteira, para... O FNDE não precisar de nenhum intermediário. Os intermediários legítimos são os Parlamentares, são os próprios Prefeitos, são os Senadores, são os Governadores, que têm livre acesso.

Como eu disse, minha agenda está sempre aberta, não tenho nenhuma pendência de agenda, atendo até a hora que for necessário. Todos os critérios técnicos foram atendidos, sim, Senador. E, não obstante isso, nos casos específicos dos municípios que foram instados a serem ouvidos, eu ainda pedi mais uma segunda verificação e suspendi a execução desses termos até uma pormenorizada averiguação.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Só os critérios técnicos, assim, de documentação sim, mas a fila...

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Todos, todos eles.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Ou: "Eu te coloco na frente na fila, se você me der...".

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Não.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Não, senhor, não é?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Nunca tive nenhum tipo de assédio com relação a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Não o senhor, mas os pastores pediam ali R$15 mil, R$40 mil...

Por que eles colocariam R$15 mil, R$40 mil ou um quilo de ouro? Para dizer: "Olha, você está pedindo uma creche, está em centésimo, milésimo lugar, e eu te boto lá na frente". Agora, para botar lá na frente, claro, depois completando os documentos, "você me dá R$15 mil, R$40 mil".

Olha, eu tenho quase certeza de que era isso que acontecia, sabe?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Muitas vezes acontece...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Não foi isso...

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – E às vezes acontece – os senhores são bem instados a isso – de baterem uma foto com a pessoa, a pessoa chegar lá e dizer: "Olha, sou amigo do Ministro, sou amigo do Senador, sou amigo do Deputado e consigo...".

Se aconteceu isso, não foi comigo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Sr. Marcelo, mas esse, se V. Exa. me permite, não é o padrão.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Não, não é.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – O padrão era o Ministro se reunir com os Prefeitos ou no ministério, ou nas cidades que ele visitava, e discursava, muitas vezes ladeado de V. Sa., e quase sempre ladeado dos dois Pastores.

Então, vamos colocar o caso em si, aqui entre nós. Eu sou o Ministro e falo com um amigo meu aqui de um lado e o outro do outro lado, faço a pregação, depois, esses amigos que estão lá participando da reunião vão conversar com os Prefeitos. É claro, é óbvio, os Prefeitos estão entendendo que eles estão empoderados pelo Ministro. Se V. Sa. estivesse presente também, por V. Sa. também. Só que são pastores que não são funcionários públicos, não exercem cargo comissionado, não têm função pública, são completamente impróprios e alheios a...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E que ninguém sabe nos definir o que faziam na reunião, qual era o papel deles.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Sim, porque eles eram convidados e participavam, pelo menos se não era de todas, da maioria das reuniões. São as informações que chegam.

O próximo inscrito é o Senador Lasier Martins.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente da Comissão, Marcelo.

A razão desta audiência pública, Presidente, sabemos bem, é discutir, é apurar o direcionamento dos recursos do Fundo da Educação. E estamos vendo, pelo andamento da audiência, que ela se presta, ela vai além, ela se amplia além das denúncias de sobrepreço de ônibus, de gabinete paralelo com pastores, de suspeitas de propinas, etc., porque nós estamos, como foi inclusive levantado lá no início pelo Senador Jean Paul... Por que as emendas parlamentares não são pagas ou têm tantos e tantos atrasos e por que as obras inacabadas estão aí prejudicando milhares e milhares de crianças? E, afinal de contas, para onde vai o orçamento do Fundo da Educação? Foi lá para o orçamento secreto? Para uma distribuição completamente alheia à educação, que é o que nós estamos querendo apurar?

Nesse particular, eu abro um parêntese para cumprimentar os jornalistas do *Estadão,* que descobriram e denunciaram os motivos da nossa reunião, e faço esse cumprimento aos jornalistas do *Estadão* justamente no Dia do Jornalista, que hoje se comemora. A função social do jornalismo é prestar um serviço, é uma atividade altamente social.

A pergunta básica é: para onde está indo essa verba? Para o RP 9? Esses R$860 milhões que tiveram outra destinação, verba que deveria ser carreada para essa área tão essencial, verdadeiramente sagrada, que é a educação de jovens e crianças por esse Brasil? Eu acho que esta é a questão fulcral, decisiva: por que as obras não são atendidas? Aí evoco o meu estado, porque lá eu conheço bem a situação. Lá são 89 escolas com obras paralisadas em 74 municípios. E aí o que acontece? Os promotores de Justiça, o Ministério Público, procurando, autuando, cobrando dos Prefeitos que concretizem essas obras, mas o Prefeito não tem recursos. Aí vem explodir a questão onde? Aqui no Congresso Nacional, com uma procissão permanente de Prefeitos nos gabinetes pedindo que os Deputados e Senadores socorram esses Prefeitos, porque eles não têm de onde tirar recursos para acabar aquelas obras das escolas, porque o fundo não chegou lá. Por que não chegou lá?

Então essa é a primeira pergunta que eu quero formular ao Presidente do fundo, Sr. Marcelo: o RP 9 é responsável por essa perda, por essa carência de recursos que deveriam ter ido para as escolas, mas foram desviados para lá, para outras finalidades? Essa é a minha primeira pergunta, Presidente.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE (Para expor.) – Obrigado, Senador, pela pergunta.

Eu respeito a peça orçamentária que é aprovada por esta Casa, então, o que vem determinado na peça orçamentária é aquilo que eu acato. Tenho que me ater aos recursos que tenho de forma discricionária, para atender, nos municípios, os pagamentos das parcelas, mas realmente sempre precisaria de um pouco mais de recursos para poder dar andamento a essas obras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O RP 9, ou emenda de Relator, é um instrumento legítimo aprovado por esta Casa, e eu, enquanto Executivo, acato e respeito a aprovação dela.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Mas o senhor admite que essa destinação para emenda de Relator foi nociva para a área da educação?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Eu não posso concluir isso porque poderia haver recurso no RP 2, por exemplo, entendeu?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Mas o senhor tem no RP 2, só que no RP 2 é bem menor.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – É bem menor.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – É bem menor, são R$260 milhões.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – São R$108 milhões, porque houve um... São R$114 milhões, salvo engano, Senador.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – E o RP 9 são 860!

Então, eu sei que V. Sa. não quer se comprometer, mas eu acho que é inevitável V. Sa. nos dizer. Olha, o RP 9 causou prejuízos enormes para a educação! Causou ou não causou?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – A ausência de recursos em RP 2, para mim, causou. O RP 9 é legítimo; foi aprovado por V. Exas.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – E o senhor não teve como protestar contra isso?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Tive, sim. Fiz várias reuniões com os Presidentes de Comissão, com o Relator setorial, o Relator do orçamento. Isso eu fiz. Tive toda essa proatividade ainda no ano passado. Inclusive apresentei a demanda para a LOA deste ano.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – O senhor é de uma área educacional, portanto o senhor tem uma responsabilidade muito grande com a área educacional. Então, poderíamos concluir que aquilo que é essencial para o país, que é a educação, sofre prejuízo exatamente na sua área. O senhor pode declarar ou não?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Eu preciso de recursos para concluir a obra, sim, mas de onde vem ou qual vai ser a fonte orçamentária...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Sim, porque o senhor veja agora, Dr. Marcelo, a aflição dos Prefeitos. Eles estão sendo embretados, se me permite a expressão, pelo Ministério Público – lá no Rio Grande do Sul, está acontecendo isso –, porque são milhares de crianças que não têm escola. E não têm escola por quê? Porque a obra não foi acabada. São dezenas de escolas. E aí nós estamos nesse impasse.

E o fundo que existe exatamente para fazer obras de escola não existe, porque essa verba foi sequestrada e entregue a algo que não tem nada a ver com educação. E para distribuição discriminatória, seletiva.

Então é por isso que há uma queixa, há um clamor nacional na área da educação, onde o Presidente da República não tem tido sorte com as indicações, pois já são várias indicações que não dão certo. Ele não tem acertado.

Então, lamentavelmente, nós brasileiros estamos pagando tributo ao desapreço pela educação no Brasil. Eu imagino que o senhor enfrente dificuldades lá. Como é que o senhor vai desempenhar o seu trabalho se o senhor sofre adversidades de todos os lados?

Agora eu lhe faço uma outra pergunta: não seria possível, por exemplo, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação publicar mensalmente uma lista cronológica de pagamentos efetuados pelo fundo?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Já é feita. Está disponível já no nosso *site* e no Portal da Transparência também.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Isso é recente?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Não, já existe há um tempo. Mas posso deixar isso mais visível, posso determinar isso também dentro da minha assessoria.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – E agora, diante da circunstância que foi criada e mais as acusações que vêm sendo feitas pelos jornais, como é que nós ficamos? O que é que o senhor pensa fazer? Até aonde o senhor tem alcance para tomar alguma providência?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Estou sempre pedindo o apoio do Congresso, no caso das obras inacabadas e no caso de mais recursos, para que a gente possa dar andamento. Meu foco é sempre acabar o que está começado, mais do que começar coisas novas, tá?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – A sua proposta é que o Congresso busque...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Me ajude orçamentariamente.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Outros recursos?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Em RP 2, para a gente poder dar andamento às obras que estão pendentes de pagamento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Essa é a sugestão que o senhor traz?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Isso.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Está bem. Eu agradeço o tempo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Se V. Exa. ainda quiser utilizar mais algum tempo, a gente tem sido tolerante, Sr. Senador.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Não... Eu sei que V. Exa. é muito tolerante, mas eu acho que o essencial está aí.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Tudo bem.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Nós encontramos limitações nas atribuições do Presidente do fundo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Vamos ao próximo Senador, agradecendo a contribuição do nobre Senador Lasier Martins.

Vamos ao próximo inscrito: Senador Eduardo Gomes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só uma pergunta... Na verdade, não é uma pergunta, é um pedido ao Dr. Marcelo.

Na inquirição do Senador Alessandro Vieira, em relação aos ônibus, quando ele alegou os dois bilhões e tanto, o senhor disse que foi restabelecido em um bilhão e tanto. O senhor alegou haver essa retificação. O senhor tem essa documentação?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Posso pedir à minha assessoria para disponibilizá-la ao senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Agradecemos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – O próximo inscrito é o nobre Senador Eduardo Gomes.

Não se encontra presente, vai para o final da fila.

O outro Senador, Carlos Viana, também, não se encontrando presente, vai para o final.

Senador Carlos Portinho com a palavra.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente Marcelo Castro.

Quero elogiar a firmeza, a segurança e o conhecimento sobre processos e gestão do Presidente Marcelo Pontes, do FNDE. Acho que, por essa razão, até se esvaziou a sala. Gostaria de ter falado com uma plateia maior, mas acho que V. Exa. foi tão bem nas suas respostas! E mostrou que os órgãos de controle do Governo Federal, internos e externos, funcionam.

Eu percebi, Presidente Marcelo Castro, que a grande dificuldade é como comunicar para quem não entende – e é natural que não entenda, eu não entendo de muita coisa – de gestão pública. Porque não é só quem nos assiste, não é só a imprensa que, em cima desse seu desconhecimento sobre gestão pública, traz ilações e suspeitas que se mostram absolutamente infundadas; são também os Senadores, porque é natural. Escutei, desde o primeiro, e percebi isso. É natural porque a função executiva é diferente da função legislativa.

Eu tive a sorte, felizmente, Senador Marcelo, não só de ter me especializado em liderança e gestão pública, mas de ter servido ao meu estado e ao meu município como Secretário em três oportunidades. Conheço um pouco dos procedimentos, dos processos e um pouco de gestão. Mas é natural que Parlamentares que nunca exerceram a função executiva tropecem nas suas dúvidas, como também faz a população. E são esses tropeços que geram desconfiança induzida; induzida nos seus próprios tropeços.

É preciso entender – e fica muito claro – a diferença entre empenho e liquidação. Liquidação é pagamento, empenho é disponibilidade de recursos. Que bom que o Governo Federal não empenha totalmente a verba, no mesmo ano, e acompanha fase a fase a execução do orçamento de uma obra para que possa haver a medição, para que os órgãos de controle interno possam funcionar. E, nesses casos aqui desfilados, sequer a execução da obra se iniciou.

É muito bom entender que, num processo de pedido de recursos, de emenda, seja Parlamentar, seja a própria indicação do ministério de RP 2, o processo é burocrático justamente para que esse recurso não seja liberado sem critério, porque aí, sim, atravessadores poderiam se beneficiar. E neste Governo não acontece, não aconteceu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É muito simples entender, Srs. Senadores, por que o processo é condicionado a uma série de exigências de apresentações de documentação até se chegar à liberação de uma obra para a execução e o seu pagamento. Eu mesmo e todos nós aqui reconhecemos que muitos municípios, até os menores, principalmente, sequer têm corpo técnico especializado para isso. Será que é por isso que, em vez de ele procurar um Parlamentar, como faz a maioria dos Prefeitos... E eu recebo também todos – Prefeitos, secretários, Vereadores – no meu gabinete. Será que é por isso que caem no conto da carochinha, de um zangão que o procura e diz: "Eu coloco no teu sistema". E aí o Prefeito dá a senha dele para o zangão? E vocês vão querer dizer que a atribuição é do ministério se, no sistema, está lá inserido o pedido de uma obra em que o Prefeito, inadvertidamente, por desconhecimento do processo de gestão, caiu na mão de um incauto? Para que essa obra ande, é preciso exigir...

Eu mesmo canso de receber, Senador Styvenson, pedidos de construção de creche e escola, e invisto em educação. E vi que há Senadores que não investem em educação. Desde a primeira fala aqui, eu fui ver lá no FNDE se havia algum recurso, Senador Marcos Rogério, para a educação. Não havia! Então, tem mais dificuldade ainda de entender o processo. Eu mesmo, que recebo e que tenho, dentro das minhas emendas impositivas e mesmo, Senador Lasier, dentro das minhas emendas de RP 9 – porque as minhas são públicas, estão lá no meu *site,* todos podem ver –, eu mesmo recebo pedido para a construção de escolas, e, na hora em que começa o processo, o município descobre que não tem a titularidade da área. Então, ele coloca lá um papel dizendo assim: "A comprovar a titularidade da área". E o processo para, porque não são só obras inacabadas; são recursos represados também, e na grande maioria pela incompetência dos gestores, porque a gestão pública é difícil. Há que se especializar nisso.

Isso explica muita coisa do que a gente ouviu aqui.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Mas V. Exa. teve recurso do RP 9, não é?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ué? Todos os meus estão no meu *site.* Todos os meus foram, inclusive, encaminhados à Ministra do STF. E depois eu vou tratar desse tema, porque nos é comum, inclusive, a sua preocupação.

Mas eu quero voltar aqui ao processo e à gestão.

Os editais, quem foi gestor público sabe quanto tempo demora para se colocar um edital na rua, uma licitação, graças, justamente, aos corretos procedimentos internos. A Controladoria faz exigências; o edital vai para o Tribunal de Contas. Isso é a coisa mais normal do mundo. Só quem nunca sentou numa cadeira de secretário ou de Prefeito pode achar estranho isso. E graças a Deus que vai, porque os órgãos internos e externos, como aqui nesse caso, funcionaram. Não houve liquidação, não houve pagamento. Ninguém se apropriou de recurso nenhum público nos casos que desfilaram aqui, porque, se o Tribunal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Contas da União entender que o preço não é o condizente, ele vai dizer, ou que há algum defeito no edital, ele vai voltar. Isso faz parte do processo todo de gestão e de licitação.

Houve, aqui mesmo, até por aqueles que pediram o requerimento para ouvi-lo, Presidente, o reconhecimento de que não houve pagamento de propina. E funcionaram os órgãos de controle, como V. Sa. diz.

Vão aos ônibus! Muitos Parlamentares, ainda aqueles que não encaminharam recursos para a educação, o que é lamentável, muitos Parlamentares, muitos Senadores, certamente, receberam pedidos de tratores para áreas rurais e encaminharam o valor do trator em 2020. Vá ver quanto é um trator hoje! O que acontece? Respondendo ao Senador Jean Paul Prates: ou o município vai ter que comprar menos tratores, ou vai ter que colocar a sua contraparte.

E vocês acham que isso não aconteceu com os ônibus? V. Exas. acham que isso não acontece com as passagens aéreas da população brasileira e dos próprios Senadores, que têm que ir às suas bases e voltar? E, certamente, pelo preço das passagens aéreas, estão pagando quase que o dobro, se não 40%, 50%, como os jornais dizem.

Então, no meio de um ambiente econômico instável, por conta de uma pandemia que nenhum governo sofreu, por conta de uma guerra que nenhum governo sofreu, ter a variação de preços não me espanta – e ainda bem que funcionaram os órgãos de controle.

Com relação ao ministro, ele mesmo denunciou à CGU o abuso de influência. E, aqui, eu quero dizer que todos nós, não à toa, somos pessoas, politicamente expostas, porque lá, na campanha de muitos, haverá aqueles que estarão ao lado tirando fotos e que, no dia seguinte, dirão que têm acesso, que abusam, mas só quem fala sobre mim, sobre os meus atos sou eu, como, tenho certeza, os outros Senadores aqui, que são pessoas honestas, corretas, também não têm atravessadores nem intermediários. Mas isso pode acontecer.

E, aí, indo ao tema da RP9 e de outras emendas – e todas estão lá no meu *site* –, eu fico até preocupado, porque isso é uma medida de transparência, mas quem vai dizer que alguém não vá lá ao município para onde eu encaminhei uma emenda e vá dizer que é um emissário meu e que vai querer 10%, 15%? E isso por conta dessa cultura de corrupção que se instalou nos últimos anos de governo do governo passado neste país.

E, aí, eu quero endereçar as minhas perguntas.

V. Sa. conhece a Comunidade da Reta, no Rio de Janeiro? Sabe em que cidade fica?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE (Para expor.) – Não; não sei, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pois é, Senador. É justamente por isso que as emendas impositivas, as emendas de Relator, as emendas de bancada têm a sua importância. Quem dera... V. Sa. não tem a menor obrigação, mas é das comunidades mais vulneráveis de Itaboraí, onde, com recursos do FNDE, vamos construir uma escola para aquela comunidade. E, se não é a atuação parlamentar... Porque eu não sei, no seu estado... Se eu fosse ministro, como é que eu iria saber, lá no cantão do seu estado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Já estou caminhando para o final.

A minha outra pergunta: quando falam de ônibus... Eu li uma matéria outro dia, bonita, falando que o ônibus é R$250 mil. Esse ônibus é um micro-ônibus qualquer? Que tipo de ônibus é?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – É importante conceitual; é importante a pergunta, Senador.

Imagina-se que o ônibus é um ônibus urbano pintado de amarelo. Não é; é um ônibus com todas as especificações para transportar crianças, para transportar alunos, com acessibilidade, com critérios de segurança, com cintos de segurança testados e convalidados pelo Inmetro, pelo Contran. Ele tem especificações técnicas, porque participa de um programa, Caminho da Escola, que é aprovado, inclusive, por lei.

No Pnate, existe um repasse às prefeituras, inclusive mensal, para a manutenção desses ônibus. É um tipo de equipamento bem específico...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muitos desses ônibus têm tração 4x4 para a área rural?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – São sete modelos que nós temos: rural, urbano, com mais ou menos lugares, e até uns que atravessam pequenos riachos, não é? Para as comunidades mais...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pois pesquise quem quiser quanto custa um veículo normal e um veículo 4X4 e vão se espantar com a diferença de preço.

E por último, minha última pergunta. Escutei tanto falar de obras inacabadas. A gente não pode esquecer de onde e quando essas obras pararam: foi no governo anterior! Treze anos de governo, imagino o volume de obras inacabadas.

E no meu município eu tenho lá – não é creche, mas é uma obra importante de mobilidade –, o BRT da Avenida Brasil, que participou do projeto – aquilo foi uma plataforma de corrupção chamada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Copa do Mundo e Olimpíada – e até hoje está lá inacabado, com preço variável depois de tantos anos, não se sabe nem como é que se termina aquela obra, tem que se fazer readequação de preço e tudo o mais.

E aí eu pergunto: percentualmente, as obras inacabadas são deste governo ou dos governos passados? Percentualmente representam...

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – São a maioria de governos anteriores.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Está aí respondido. Estou muito satisfeito com essa reunião.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Presidente, a pergunta que o Senador fez... Qual é o preço do ônibus?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE (Para expor.) – De qual modelo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, o que o senhor acabou de descrever.

Custaria 2 bilhões?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Um ônibus, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, o conjunto, a licitação. O valor de todos custaria 2 bilhões?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Tem que fazer a conta, mas a licitação é por menor preço, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas o senhor não sabe o valor?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Eles variam de 330 mil... cada modelo é um preço, Senador. Um modelo quatro por quatro...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas chegaria a 2 bilhões? A mais de 2 bilhões?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Não. Chegaria dentro do termo de referência que foi aprovado e validado...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor tem o documento daquela retificação? Aquele que nós pedimos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Estou providenciando. Entrego já já para o senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor sabe a data em que foi publicado o documento?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Vou passar às mãos de V. Exa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então não, não precisa. Eu lhe informo: o preço foi reduzido dos 2 bilhões que o Senador Alessandro falou para 1,5.

Sabe quando? Na véspera, da véspera, da véspera do pregão, após ter sido veiculado na imprensa e após todas as recomendações – não cumpridas – da CGU.

Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Vamos ao próximo inscrito.

Senador Esperidião Amin, ausente.

Senador Confúcio Moura, ausente.

O Senador Carlos Viana, que já tinha sido chamado, que estava ausente, agora está com a palavra.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, pela paciência.

Eu estava ali na CCT, na Comissão de Tecnologia, e a gente vai tendo que se intercalar – não é? –, porque daqui a pouco vou ter que ir lá na Comissão de Relações Exteriores, onde também sou Relator.

Eu quero, seguindo aqui o meu Líder Portinho, colocar também uma experiência que eu vivi, com relação a atender os municípios.

Eu sou originário de um estado que tem o maior número deles, 853. Tenho regiões do Semiárido, tenho regiões de Mata Atlântica e regiões, Senador Arns, que estavam completamente abandonadas.

Eu tenho Prefeitos que têm 17 mil quilômetros de estradas vicinais para cuidar. Existe uma região de Minas que é o Jequitinhonha – pela qual eu tenho um carinho enorme –, que sempre foi conhecida pela miséria, pela pobreza. Todo político vai lá só para pegar voto; vai lá, canta a miséria do Jequitinhonha e desaparece.

Eu fiz uma proposta de não fazer isso. Eu visito os municípios, rodo nas estradas ruins. Na minha última viagem, por exemplo, perdi três pneus, viajando – do meu bolso, porque isso não é reembolsado – para poder atender os Prefeitos. E em 2019, já no primeiro ano, destinei uma boa parte dos meus recursos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive de RP9, para a compra de máquinas, como tratores, patrols, que são essas máquinas para asfaltamento. Porque era para isto: abastecimento de água, arranjo produtivo. Tenho 650 famílias que hoje recebem, em média, dois salários mínimos com coleta de mel, beneficiamento, exportação para os Estados Unidos, tudo com um projeto nosso, de verba nossa. Para que esse mel possa chegar ao centro de beneficiamento, foram necessárias máquinas para fazer as estradas, porque as Prefeituras vivem do FPM, de um governo combalido, como o de Minas Gerais, e boa parte do estado. E, não é para surpresa, liga um determinado jornal que é o mesmo das denúncias: "O senhor está distribuindo máquinas para os Prefeitos com recursos do FPN". "Estou!" "O senhor acha certo?" "Acho! É isso que as pessoas querem.". As pessoas querem ter dignidade de transportar, querem ter água na torneira. É isso que as pessoas querem.

Ao chegar numa cidade onde você tem uma creche parada há oito anos, e eu não posso, então, destinar um recurso para começar uma nova creche, porque tem uma parada? O que é isso? É uma situação... Cada um tem que ver o seu lado. E vem matéria, foto: "Senador, Líder, Vice-Líder do Governo..." Distribuo, sim. E tanto foi importante que, nessa virada do ano de 2021 ou de 2022, Senador Portinho, as chuvas atingiram fortemente o sul da Bahia e a região de Minas Gerais, isolando os municípios de uma forma impressionante. Temos uma defesa civil estadual que funciona maravilhosamente, mas os Prefeitos, qual foi a única saída que eles tiveram para poder não isolar as comunidades que vivem do leite tirado diariamente? As máquinas que nós distribuímos. As máquinas que estavam lá na reportagem "Tratoraço", aquela coisa toda. De tudo que eu falei nada foi publicado. A narrativa já estava pronta: distribuição dos recursos por critérios políticos. E é isto que nós estamos vivendo aqui hoje: uma narrativa de suspeita de denúncias. Nós vamos deixar claro e o Presidente Marcelo já colocou que, diferentemente de governos anteriores, nenhum real foi pago. Internamente foram descobertas as possibilidades de irregularidades e internamente o próprio governo barrou.

E aqui quero deixar clara a minha absoluta confiança no Ministro Milton Ribeiro, homem digno, reitor de educação. É um homem que veio para a política, deixando a vida dele, particular, inclusive para ganhar muito menos do que ganhava, para vir para a política para servir, e que teve que sair da política dessa maneira porque a própria família não aguentava mais a pressão.

Tantas as conversas com ele em que a família dizia: "Para que você vai mexer com isso?" E ele falando: "Olha, eu tenho aqui, na minha...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Outro, em Santa Catarina, se matou por causa disso.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Nós vivemos um terror que não vem de provas, mas de narrativas, de suspeitas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui, Sr. Presidente, Marcelo Castro, na convivência que tenho, nesses três anos, com o Governo Bolsonaro, que todo mundo pode criticar do jeito que quiser. Eu não vou... Mas se há algo que o Presidente tem colocado para nós é: é preciso esclarecer. Não há uma resposta que do Governo não tenha sido dada, tanto que foram várias as tentativas, e até agora não encontraram nada. E não vão encontrar.

Então, aqui quero dar a minha contribuição para a gente colocar com o Sr. Marcelo.

Sr. Marcelo, eu vou ser bem objetivo nas perguntas, para que as pessoas que estão nos assistindo possam formar a sua opinião, porque investigar é papel do Parlamento, e responder é obrigação do Governo. Então, vamos responder.

A minha primeira pergunta é a seguinte: quando as reportagens foram publicadas, quando os jornais começaram a publicar, dizendo que eles provocaram baixas de preço, as propostas ainda estavam em avaliação? O FNDE suspendeu a tramitação depois da divulgação pelas reportagens, pela imprensa?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE (Para expor.) – Não. As matérias saíram posteriormente aos procedimentos que nós já havíamos tomado, sendo adotadas as providências devidas pela CGU e recomendadas.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – O relatório em que se analisavam as possibilidades suspeitas é anterior, então, à publicação da reportagem?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Anterior.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Houve algum preço a menos por conta dessas reportagens, algum pagamento, alguma licitação a menos, Sr. Fernando? Sr. Marcelo, desculpa.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Não.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Com relação aos valores que seriam pagos ao ônibus escolares, quais os critérios técnicos para que eles sejam adquiridos?

O Senador Portinho já falou sobre isso.

Como esses critérios técnicos influenciam nos preços finais dos ônibus, Sr. Presidente?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Os critérios são... Como eu falei, existe toda uma especificação técnica para a construção desses ônibus sejam eles rurais, sejam urbanos, com mais ou menos lugares, além de critérios de acessibilidade, de cinto de segurança, de altura de poltrona. Por exemplo, o ônibus não fecha a porta se estiver engatado. Então, há uma série de critérios técnicos e de modelos que é imposta pelo próprio edital.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Isso influencia no preço ou não? Porque, normalmente, o ônibus no Brasil é um chassi de caminhão, que ganha uma carroceria para transportar as pessoas.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – É um ônibus especifico para transportar crianças.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – No ano passado, nós tentamos comprar, eu quis comprar, mais máquinas, para distribuir, mas não foi possível, porque os valores tinham chegado a preços muito maiores do que os de 2020, pois a própria lei, o leiloeiro oficial tem um limite. Isso aconteceu também com os ônibus?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Claro. Acho que, para todo tipo de serviço automotivo e maquinário, aconteceu.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Quando os Srs. Gilmar Souza e Arilton Moura foram apontados como suspeitos de usarem da confiança do Ministro Milton Ribeiro para supostas vantagens, quais foram as decisões que o senhor tomou?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Eu, desde que soube que a CGU estaria apurando, prestei o meu depoimento, esclarecimento necessário e nunca mais os atendi no FNDE.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Nunca mais o senhor... Quando foi isso?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Em agosto do ano passado.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Agosto do ano passado.

Então, as denúncias vieram um mês depois que a investigação estava sendo feita. E tudo, suspenso?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Tudo, suspenso.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – É bom que a gente coloque esses pontos aqui.

O senhor não recebeu mais os Srs. Gilmar Souza e Arilton Moura?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Não.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Eu gostaria que o senhor deixasse claro, Sr. Marcelo, para todos os contribuintes brasileiros, para aqueles que nos sustentam e nos pagam aqui, que apoiam ou não o Governo Bolsonaro, algum valor dos impostos, de verbas públicas foi pago aos municípios em que surgiram as denúncias que envolvem os Srs. Gilmar Souza e Arilton Moura?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Posso afirmar, categoricamente, Senador, que não. Não foi nenhum recurso público pago.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Os brasileiros tiveram algum prejuízo com as denúncias feitas pelas reportagens?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Não. Todo tipo de denúncia está sendo apurado ou investigado ou suspenso cautelarmente.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Então, aqui, eu quero encerrar dizendo o meu muito obrigado da diferença que nós temos em relação a Governos anteriores. Quando se descobria, eram bilhões que já haviam sido desviados, e a recuperação não era fácil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Mas, agora, antes mesmo que fossem feitas as liberações, o próprio Governo tomou as decisões e tem a responsabilidade de prestar os esclarecimentos à população brasileira.

Muito obrigado, Sr. Marcelo.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo a contribuição do nobre Senador Carlos Viana, vamos ao próximo inscrito, Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Para interpelar.) – Em relação, Dr. Marcelo, à Resolução 4, já aproveitei as falas dos colegas anteriores para fazer as perguntas, mas eu gostaria de destacar algumas coisas aqui em termos de educação propriamente dita.

Nós temos discutido muito aqui na Comissão e no Plenário a infraestrutura das escolas: um percentual grande de escolas sem banheiro, cerca de 10%, 12% sem saneamento sanitário, sem água potável inclusive, sem quadras de esporte, sem biblioteca; o levantamento oficial aponta para isso. Então, há escolas extremamente precárias.

Eu queria perguntar se o FNDE tem esse levantamento bem detalhado: essas escolas nesses estados não têm água, essas não têm energia elétrica inclusive, esgotamento, banheiro? O FNDE tem?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE (Para expor.) – Existe uma secretaria especial para isso. A Secretaria de Educação especial (Semesp) calcula quantas estão na zona rural, quantas têm banheiro, quantas não têm. Esse levantamento existe, sim, disponível, a gente tem essa conta também. Nós somos o executor dessa política inclusive.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive há o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que é direcionado para isto: para a construção de banheiros, para pequenas reformas e vai direto para o diretor, com vista até a desburocratizar esse repasse, porque, às vezes, uma diretora precisa trocar uma fechadura que seja. Então, ela tem um dinheiro, ela tem um cartão, ela recebe um repasse quase que mensal para esse tipo de ação. Existem o PDDE Água e o PDDE Saneamento também.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – PDDE Água e PDDE Saneamento. Então, há uma secretaria do Ministério da Educação...

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Existe um programa.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – ... não do FNDE.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Isso, que cria a política, e nós a executamos, fazemos os repasses e fiscalizamos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – É, porque essa é uma dificuldade, porque o senhor mencionou antes que o FNDE possui 26 iniciativas...

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Vinte e sete.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – ... 27 iniciativas, ações e se referiu também à questão de energia fotovoltaica...

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Isso.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – ... o que é importante – todos nós vamos dizer que é importante –, mas a gente pensando, assim, na realidade das escolas é mais importante ter água potável em todas, banheiro em todas, energia elétrica, biblioteca, não é?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – E no PAR também, se me permite, Senador, existe também a ação de reforma, ampliação. Então, se for uma coisa maior, existe também; dentro das 27, está incluída essa questão de reforma, ampliação.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – O que eu gostaria de dizer é que o senhor não acha que há uma distorção, nós estamos valorizando algo que deveria vir na sequência; quer dizer, esgotar o número de escolas que não tenham água, que não tenham banheiro, para, depois, você poder aí pensar em outras coisas também? Vinte e sete ações é um número grande de ações, e sempre as mais marginalizadas, as mais vulneráveis vão continuar lá no final da fila.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Eu penso, Senador, que não são ações excludentes. Como eu tenho o PDDE para atuar nessas questões de banheiro, de saneamento, eu posso também ter as iniciativas no PAR. Eu acho que a gente pode caminhar em paralelo com os dois tipos de ação.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – É. Não, eu penso que realmente...

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Como já caminhamos, inclusive.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Pode haver os dois tipos de ação, mas a gente teria o acesso para sabermos, como Comissão, exatamente todas as escolas que apresentam alguma deficiência nessa parte de infraestrutura?

O senhor passaria?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Passo, disponibilizo.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Quer dizer, tais municípios... Nos municípios tais...

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Por município, por estado e até escola, se precisar.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Escolas...

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Até por escola consigo.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – ... que não têm água...

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – E quanto elas recebem de PDDE Água, PDDE Saneamento, pelo menos nos dois últimos anos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Mas quando não tem água, o PDDE Água significaria o quê? Para eles fazerem o encanamento?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – O encanamento, cisternas, poço...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – A própria escola fazer também.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – A própria diretora do colégio fazer isso diretamente com recurso do PDDE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – O Senador Marcelo Castro, no início, mencionou o *kit* robótica e que teria sido mencionado hoje em reportagens também de uma transferência bastante expressiva para o Estado de Alagoas.

O senhor poderia explicar isso?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Senador, todo o recurso que sai do FNDE, no caso de robótica ou de equipamentos mobiliários, sai com a licitação entregue e a nota fiscal.

Todo documento é validado pelas nossas áreas técnicas, pela nossa DIGAP, pela diretoria financeira, então, todo e qualquer recurso que sai, seja de robótica, de ônibus, de escola, de creche, sai com a devida validação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – E qual o critério, Dr. Marcelo?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE (Para expor.) – O critério...

O recurso está empenhado, ser licitado...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tem uma escola lá que não tem água, não tem infraestrutura básica, não tem ar-condicionado, não tem nada...

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Mas penso que o *kit* não foi para a escola.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... pode mandar o *kit* robótica para lá?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – O critério não foi para a escola, ele foi para o município. Não significa que vá para aquela escola que está desenhada no...

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – É o Prefeito que pede.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – É o Prefeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, a culpa foi dos Prefeitos?

Foram vários Municípios de Alagoas, R$14 mil cada *kit*. Foram os Prefeitos os culpados?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Para interpelar.) – Pode me dizer qual foi o valor desses *kits* robótica?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE (Para expor.) – Estou sem esse levantamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Foi só para Alagoas? Ou foram para os outros estados?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Foram R$14 mil, acima do valor praticado no mercado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – O valor total parece que foram R$27 milhões.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Mas o senhor pode especificar se foi só para Alagoas ou foi para os outros estados também?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Não, tem para outros estados também.

Posso verificar isso, mas foram para outros estados também.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Mas no Estado de Alagoas há escolas que não têm aquelas condições básicas que eu mencionei.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Acho que em todos os estados deve ter, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Mas vocês não atentaram para isso? Ou atentaram?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Atentamos, se o recurso estava empenhado, foi designado para atender aos critérios técnicos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Mas o senhor acha que houve critério técnico nesse caso?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE (Para expor.) – Claro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Entregar *kit* robótica para uma escola acima do preço praticado em mercado? Uma escola que não tem infraestrutura básica nenhuma?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor pode me descrever onde está aí o critério técnico?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – ... não foi para a escola, foi para o município.

O município, às vezes, tem dez, quinze escolas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, vários, em quase uma centena dos Municípios de Alagoas, os Prefeitos todos erraram?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Todo o repasse que saiu do FNDE atendeu a critério técnico, seja ele orçamentário ou financeiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas o FNDE não checa isso?

Assim, naquela escola está faltando parede, está faltando quadra, está faltando espaço para as crianças merendarem, está faltando tudo, vamos mandar um *kit* robótica, acima do preço?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Uma escola pode, por exemplo, precisar de carteira e estar nessas condições, carteira e mesa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sim, e aí é o critério técnico?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Também. Se ele tiver aluno lá nessa escola...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, justifica uma escola que não tem carteira e mesa ter um *kit* robótica antes?

O FNDE avalia isso como?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Todas as demandas atenderam esses critérios técnicos. Não foi para aquela escola que está desenhada na matéria.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não. Perfeito.

Eu só quero entender onde está o critério técnico.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Quem faz a licitação não somos nós, FNDE, para essa robótica, é o município.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas quem fornece é o FNDE.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Vocês não têm...

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Não. Nós não fornecemos o *kit* robótica. O município licita com a empresa, e a empresa apresenta essa nota fiscal e ganha a licitação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas essa opção não está no cardápio lá, do FNDE, de *kit* robótica?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Tá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, é do FNDE, não é do município.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Sim, mas o município... Eu empenho; o município licita, faz a contratação com a empresa, recebe, presta contas, e nós fazemos o pagamento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Simples assim.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Não pagamos adiantado também, não, Senador. Não pagamos adiantado também.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – É que na verdade...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas não deixou de estar acima do preço.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Na verdade...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A questão é essa. Não importa se pagou adiantado ou se não pagou, continua acima do preço.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Para interpelar.) – É.

É que, na verdade, Dr. Marcelo, também o município olha lá o *menu* que o FNDE apresenta e lá no meio está escrito que há robótica. É isso? É umas das ações?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE (Para expor.) – É uma das iniciativas.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Umas das 27 ações é o *kit* robótica. Há alguma ação, assim, bem específica para água, luz, saneamento?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Tem. As próprias reformas e ampliações contemplam essas questões de água, saneamento, além do PDDE.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Pois é.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – E contemplam também, assim – o caso que o Senador Flávio perguntou –, aquisição de carteiras?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE (Para expor.) – Mobiliário. Mobiliário. Há essa ação também. Mobiliário escolar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, pelo que o senhor descreve aqui, esses municípios preferiram o *kit* robótica à aquisição de carteiras?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Possivelmente tiveram indicações de recursos para essa ação, indicações parlamentares inclusive.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Importante essa informação. Indicações parlamentares. Provavelmente, então, houve indicação parlamentar de recurso para essa ação. Muito obrigado.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Como há para todas as outras, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Essa informação é muito importante.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Como há para todas as outras, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas obrigado. Essa informação foi muito importante.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Para interpelar.) – E sobre o *kit* robótica, se ele faz a licitação, já existe o modelo definido do *kit* robótica?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE (Para expor.) – Existe. Há as especificações que estão disponíveis no PAR, na própria resolução que o senhor citou tem disponível cada ação.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Vocês não têm mais a ata de preços, no ministério, no FNDE, para a aquisição do *kit* robótica?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Não. Não temos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Antigamente havia uma ata de preços e o próprio FNDE fazia aquisição de carteiras, mesas, dentro de uma licitação nacional para barateamento de custos.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Isso de mobiliário está em andamento. A questão do mobiliário está em andamento, está em estudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Está em estudo ainda.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Está em estudo. Inclusive com a CGU em parceria conosco.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – A controladoria também está observando isso.

Os ônibus entram nessa ata de preços no caso.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – É outra ata, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Como?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – É outra ata. A ata de ônibus é diferente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – É do Programa Nacional de Transporte Escolar.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Isso.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Pnate.

Então, até eu penso, assim – sabe, Dr. Marcelo? –, que a grande dificuldade do ministério é uma dupla chefia. O Ministério da Educação fica, vamos dizer, com a parte pedagógica, currículo, Base Nacional Comum Curricular, e tudo aquilo que se relaciona à infraestrutura, às condições, à escola ser bonita, acolhedora, vai para o FNDE. Existe um duplo comando, eu quero dizer. O senhor acha bom isso?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Não. A política educacional nasce do gabinete do Ministro de Estado da Educação, e a execução e a assistência técnica são papéis do FNDE. São comandos complementares.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – E existe esse diálogo com o Ministro? Porque a gente vê, assim, uma independência bastante grande do... O Ministro concordou com o *kit* robótica, que iria para... antes de ser água, luz, saneamento? Um comando único? Quer dizer, o Ministro determina?

Eu acho que é uma autarquia, como foi dito antes, e há uma presidência. E o presidente é totalmente independente e pode fazer o diálogo com Prefeitos, Vereadores, e faz isso com Senadores, Deputados, como já foi dito. Recebe todas as pessoas, mas, ao mesmo tempo, pode tomar a iniciativa que o FNDE julgar importante, independentemente do que o Ministério da Educação pense. É isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Não, a parceria com o MEC é complementar. Tá? Então, tudo que... Inclusive, as nossas resoluções são... O Presidente do Conselho Deliberativo é o Ministro do Estado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Hum, hum... Então, haveria toda a orientação no sentido de...

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Tudo é feito em parceria.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – ... ser feito em parceria.

Está bem. Eu gostaria só, da minha parte, de receber o material também, para vermos aí, como Comissão, a infraestrutura das escolas que estão penando muito...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – ... com percentuais enormes aí de falta de condições adequadas para o ensino, não é?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – V. Exa. me permitiria complementar aqui os seus questionamentos?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Quer dizer, pelo que eu estou entendendo aqui, se o FNDE não sabe o preço de um *kit* de robótica e não tem um padrão estipulado que o Prefeito deva comprar, eu estou entendendo que, o Prefeito comprando o *kit* por qualquer valor, o ministério pagaria?! Qualquer que fosse o valor? Não há um critério, não há uma crítica? Se o Prefeito chega... Bom, um *kit,* como disse o jornal aqui, custa quatro mil e tantos reais; o Prefeito comprou por 14... Se tivesse comprado por 20, por 30, o ministério pagaria? Não pode ser assim! Deve ter um critério, uma norma! O FNDE não tem um parâmetro para seguir? Então, se repassou...

Como é o processo? Repassa, empenha o recurso em favor do município para *kits* de robótica; o município compra os *kits* e apresenta ao FNDE; o FNDE faz o pagamento de qualquer que seja o valor? Não tem um parâmetro?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, só um caso de uma das escolas que recebeu esse *kit* robótica, esse dito *kit* de robótica: a Escola Municipal Almirante Benjamin Sodré, zona rural de Canapi, em Alagoas. Quem conhece o Nordeste brasileiro deve imaginar as estruturas que deve haver lá para receber. Ela foi contemplada com *kit* robótica, mas a escola não tem água encanada e mistura alunos de séries diferentes. O município de Canapi recebeu R$5,4

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

milhões para a compra de 330 *kits*. Isso é equivalente a R$706,63 por aluno matriculado. Esse município tem 35 escolas, e nenhuma dessas escolas tem laboratório de ciências, e mais da metade nem sequer conta com internet.

Até é curioso: gostaria de saber como o *kit* de robótica funcionava sem internet, sem laboratório de ciências...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Sem computador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sem computador.

Acho que houve alguns saltos civilizatórios tecnológicos neste caso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – O próximo inscrito é o nobre Senador Styvenson Valentim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr. Marcelo Lopes, por estar até esta hora respondendo às nossas perguntas.

Na verdade, eu estava curioso também para saber o que havia no *kit* robótico, mas acho que isso já foi bem esclarecido.

Sr. Marcelo, em relação aos ônibus, eu vou, na mesma linha do Senador Jean Paul, não com uma simples explanação, mas com a busca de uma solução.

Na ocasião em que o recurso foi destinado ao FNDE para a compra dos ônibus, alguns Prefeitos que não tiveram acesso a eles me procuraram e reclamaram que tentaram fazer a inscrição lá no pregão, e esse pregão, pelo sistema Sigarp, não abriu na ocasião. Quando as prefeituras conseguiram reprogramar no FNDE com o valor que foi enviado para a compra daqueles ônibus, já havia uma diferença, e as prefeituras não tinham como dar uma contrapartida. Então, quando abriu o sistema para reprogramação, não havia o veículo e, quando havia o veículo, este já estava com o preço atualizado, devido à inflação e a tudo isso.

A pergunta é: o FNDE não vai suprir, e o Parlamentar que destinou o recurso fica nesse prejuízo? As prefeituras não têm como fazer essa reposição porque o ônibus, de fato, quase dobrou de valor. Qual seria a solução hoje do FNDE para o Parlamentar, para as prefeituras? Porque o dinheiro que foi destinado e está lá.

Uma segunda pergunta, ouvindo tudo o que foi dito aqui entre os Senadores: qual é o sistema que o FNDE tem para evitar justamente isso que o Presidente Marcelo Castro falou e que está sendo discutido? Eu fiz a mesma pergunta para o então Ministro Rogério Marinho no mesmo caso dos tratores. No FNDE,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando houve um sobrepreço ou senão uma identificação dos órgãos externos de fiscalização, não houve uma identificação de que se pagaria um preço maior? Então, nesse caso, não há um dispositivo de identificar e de travar o envio daquele dinheiro?

O nosso Senador do Rio de Janeiro... Eu estou aqui há três anos no Senado, acho que eu sou o mais novo daqui e vi que houve um malabarismo para responder a uma pergunta simples: o critério técnico, o critério de escola que não tem condições sanitárias ou condições mínimas para ter alunos recebendo recursos bem maiores. A condição política ainda é a maior aqui. Então, não há constrangimento nenhum de se falar nisso, como o nobre Senador falou que acessou os recursos RP9. Eu não acessei nada, nenhum, e nem por isso eu questionei. Questiono porque até então não tinha sido mostrado com o que tinha sido gasto.

E talvez a grande dúvida aqui, Sr. Marcelo, é se esse equipamento, mesmo com R$14 mil, vai chegar àquela escola no sertão do Alagoas. Acho que a grande dúvida é essa. A grande dúvida é se, mesmo com aquele superfaturamento, vai chegar ou não.

É interessante falar de um processo de compra de equipamentos eletrônicos porque a gente tem especificação – e eu falo isso porque há R$250 mil no Governo do Estado do Rio Grande do Norte para comprar *tablets*, que têm especificação –, mas há marcas diferentes deles. Então pode ser que um seja de um preço mais baixo, com a mesma especificação, mas não tenha a mesma qualidade de outro. Vou falar de um *smartphone*. Pode ser que um iPhone que tenha as mesmas características seja mais caro que o outro. Talvez seja isso que esteja acontecendo.

Mas a minha dúvida é: o produto vai chegar de fato? Como é que o FNDE identifica isso? Diferentemente, a Secretaria de Segurança Pública, que compra equipamentos balísticos, equipamentos de armas, exige fotos, código de barras, compra. No Ministério da Justiça, para a compra de equipamentos para a segurança pública, há um controle rígido. É só acompanhar isso. Por que não há isso para as outras compras dentro do nosso ordenamento jurídico?

Então, por último, qual é a solução, a primeira solução que o FNDE vai dar para essa discrepância de preços? "Eu não tive culpa, o Prefeito quis acessar, quis fazer a compra e não conseguiu. Houve ali uma burocracia, ou o sistema é que atrapalhou."

Segundo, quanto ao que mencionei em relação à compra de equipamentos, existe essa correlação? Existem especificações? Há um controle prévio do FNDE para que evite... Não é só do TCU, não só da Controladoria, não só do Ministério Público Federal, mas do próprio órgão que vai fazer esse pagamento.

Do critério político eu já falei. Não é uma pergunta. É só uma análise minha, uma observação minha. Não é para constranger o senhor, pelo contrário. Eu já percebi que existe isso aqui. E isso aqui é política. A política é isso mesmo, porque, nos governos que vão suceder ou que foram antecessores a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse, havia os privilegiados. Como eu não participo nem de uma ala nem de outra, estou no limbo aqui, boiando, sem recurso nenhum, só com o que eu tenho.

Então...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas V. Exa. aprovou o orçamento, não é?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Não, eu o aprovei. Mas o fato de aprovar... Eu não critico o senhor, não, Senador. A única crítica que eu tinha...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Esse pecado, no meu caso, eu não cometi.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – É verdade.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – A única crítica que eu tinha sobre o Recurso Primário nº 9 era só sobre a transparência.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Parabéns para o senhor, que teve acesso! Talvez, eu reclame porque eu não o tive. Eu iria fazer bom uso desse dinheiro, eu iria fazer bom uso. O problema não é ter acesso ao recurso, mas é como se vai utilizar esse recurso público. É nisso que está o grande questionamento. Aqui vai haver tratamento diferenciado? Vai haver, sempre vai haver. Vai haver no ano que vem, quando alguém ganhar, quando mudar a cadeira ou se permanecer. Sempre vai haver!

Então, só para concluir, Presidente Marcelo...

Eu até perdi o raciocínio quando o senhor disse que eu votei. (*Risos.*)

Eu tenho que ficar mais atento a essas votações. Mas a gente pensa que vai haver as coisas boas. E está havendo coisas boas neste país. Há coisas ruins? Há também.

Então só cito esse controle, porque fiz uma comparação com a audiência pública que eu fiz com o Ministro do Desenvolvimento Regional na compra daqueles tratores. Parece uma coisa semelhante, que foi identificada a tempo. Mas parece que o próprio ministério ou o órgão pagador não percebem isso.

Obrigado, Senador Marcelo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo a...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – ... contribuição do nobre Senador...

Ah, perdão, Marcelo!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Isso é estratégia. Tem que ficar atento aí.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE (Para expor.) – Senador, obrigado pela pergunta.

A adesão ao Sigarp é pública. É onde se faz a adesão aos ônibus.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Perfeito!

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – É divulgado antes, com oito dias, salvo engano, de antecedência e é aberto àqueles que querem comprar com recursos próprios ou com recursos oriundos de emenda, discricionários.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Só lembro que é público. E os prefeitos alegam que, por estar o acesso congestionado, não houve tempo hábil de fazer isso. Então, o sistema praticamente travou – assim eles alegaram – e eles não puderam fazer essa compra ou esse cadastramento no momento adequado.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – É por isso que a gente... A diferença realmente tem que ser arcada como contrapartida do município, do valor que tem empenhado, ou com o novo aporte de recursos por emendas, enfim.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – As especificações... A SEB define as especificações mínimas dos *kits* de robótica da Secretaria de Educação Básica e a cotação também é feita pela Secretaria de Educação Básica para esse valor, a gente só executa essa ação orçamentária no PAR.

E por último...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Desculpa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Não, as duas coisas. Eu estou aqui lembrando do orçamento.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A questão da diferença dos equipamentos de robótica também. Eu fiquei até curioso. A comparação foi com o iPhone ou com o telefone normal.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – A SEB, a Secretaria de Educação Básica, no Ministério da Educação, é quem define as especificações mínimas de cada *kit* de robótica e é ela quem aprova essa iniciativa também, eu a executo. Então, a Secretaria de Educação Básica tem acesso ao PAR...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Perfeito. A última pergunta é justamente sobre essa execução. O senhor autoriza? Não existe nenhum controle...

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Não, a SEB autoriza.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Certo, o pagamento não é feito pelo FNDE?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – O pagamento a gente faz com licitação. Inclusive há cotações mínimas e máximas lá também, dentro da ação do PAR, e a gente vai, lógico, depois que paga, há a prestação de contas.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Só para ter... Não há nenhum mecanismo que tenha essa prévia, esse alerta de que pode estar com sobrepreço?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Há.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Não paga não?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – A gente não paga mais do que o que está previsto dentro da ação do PAR. Eu só não vou ter esse valor aqui, mas se o pessoal me ajudar...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas nesse caso foi pago.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Não, mas está dentro... Na ação do PAR há um valor mínimo e máximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor não conhece a composição desse *kit*, o que ele tem?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Ele tem... São 27 iniciativas. Se eu fosse saber das obras dos mobiliários de cada um, cada um tem um tamanho, tem uma especificação de computador, de...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Especificamente o *kit*.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Conheço. Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor não conhece?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O *kit*?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – O *kit* eu conheço, são vários modelos, há uma abrangência...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas, assim, é um *kit*, quais são os equipamentos que contém?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Eles traduzem naturalmente o que a criança pode aprender de tecnologia: ligar robô, enfim, fazer procedimento de elétrica e ter essa atividade pedagógica dentro das escolas. Eu já vi alguns modelos, sim.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É público, eu imagino isso, não é? Está disponibilizado?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – É público.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradeço ao Senador Styvenson Valentim.

Antes de passar ao próximo inscrito, eu pesquisei aqui na *Folha de S.Paulo*, que traz aqui, Senador Flávio Arns, Senador Carlos Portinho, Senador Randolfe, Senador Vanderlan, o percentual de recursos que foram distribuídos no Brasil para *kit* de robótica. Então, o campeão de *kits* de robótica é o Estado de Alagoas, que levou, do total dos recursos, 67,6%; o segundo colocado é o Estado de Pernambuco...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Deve ter alguma justificativa razoável para isso, não é possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – ... o segundo foi o Estado de Pernambuco, com 13%; o terceiro, o do Amazonas, com 4,7%.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Qual a diferença, Presidente, de Alagoas para Pernambuco?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Alagoas, 67%, e Pernambuco, 13% do total dos recursos liberados para *kits* de robótica. Depois veio o Amazonas, com 4,7%; depois o Rio de Janeiro, do nosso Carlos Portinho, com 3,7%; depois Mato Grosso do Sul, com 3,5%; depois São Paulo, com 2%; depois Tocantins, com 1,3%; depois Amapá, com 1,2%; depois o Piauí – homenagem aqui ao nosso Piauí –, com 1,1%; depois a Bahia, com 0,7%; depois o Paraná, com 0,3%; depois o Maranhão, com 0,3%; Santa Catarina, com 0,2%; depois Sergipe, com 0,1%; Goiás, 0,1%; Rio Grande do Sul, 0,1%; Minas Gerais, 0,1%; Paraíba, 0,1%; e o Rio Grande do Norte, 0%. Somando aqui dá 100% o percentual.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Chama a atenção...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Isso aqui...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Chama a atenção...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eu duvido que haja uma inteligência humana capaz de estabelecer um critério que justifique...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Chama a atenção aí Alagoas ter 60%, o estado vizinho...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – São 67%. Não diminua a importância de Alagoas, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pronto.

Então, chama a atenção Alagoas ter 67%, o estado vizinho acima ter tido 13% e o estado vizinho abaixo ter 1%.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E o Estado do Rio ter tido 3% só.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Sergipe? Sergipe não tem 1%, não, Senador. Sergipe tem 0,1%.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Deve haver uma grande inovação tecnológica acontecendo em Alagoas de que nós não temos conhecimento, Presidente. Deve haver alguma *expertise* tecnológica em alguma área que nós não conhecemos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Esses dados que eu estou publicando estão na *Folha de S.Paulo*. Eu não me responsabilizo, mas dou o crédito, porque é um jornal conceituado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Deve haver algum diferencial tecnológico presente em Alagoas. Eu não sei se é algum diferencial tecnológico parlamentar, de repente, presente na Câmara dos Deputados e em Alagoas que possibilita essa disparidade de distribuição.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. Pela ordem.) – Senador Marcelo Castro, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – ... só respondendo ao amigo Senador Carlos Portinho, que alegou que eu tinha votado "sim" no PLN 19, de 2021, o Podemos votou contra e eu, especificamente, como Podemos, votei contra também. Ele me induziu a erro duas vezes. (*Risos.*)

Está explicado agora. Valeu.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Vamos ao próximo inscrito, Senador Paulo Paim, que o faz remotamente. (*Pausa.*)

O som... O som do Senador Paulo Paim, por favor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Presidente, vou tentar ser muito rápido, porque eu sou o primeiro orador do Plenário e não tinha como negar, não tinha como não atender a um convite de V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro cumprimento V. Exa. por essa iniciativa. Eu entendo que todos os recursos do povo são intocáveis, mas saúde e educação para mim... É quase que uma violência contra a nossa gente tocar neles.

Cumprimento também o Senador Randolfe, autor do requerimento, e os outros Senadores.

É uma audiência muito prestigiada; por isso é que eu sentei aqui às 9h e vou falar agora.

Presidente, rapidamente eu queria dizer que V. Exa. está correto, os Senadores estão corretos. Priorizar, cuidar da educação em todo o seu universo, olhar o crescimento econômico – sim, olhar o crescimento econômico – social e cultural é respeitar os direitos humanos; olhar para a educação, a diversidade em toda a sua plenitude.

Presidente, o impacto da educação na vida das pessoas é enorme – na vida das pessoas! –: no combate à pobreza, à miséria, na reversão das desigualdades sociais, combater a concentração de renda – tudo passa pelo saber –; na promoção da saúde e do emprego, na diminuição da violência. Eu diria que é um fator decisivo até na preservação do meio ambiente e no fortalecimento da própria democracia. A educação precisa ser tratada globalmente como política de Estado, e não isolada. É preciso total transparência, como V. Exa. e os Senadores estão exigindo neste momento.

Eu diria mais, Presidente: sinceramente, é constrangedor nós termos que estar aqui, neste momento, a tratar de desvios do dinheiro sagrado da educação. Eu diria que é triste estarmos aqui a debater propina, superfaturamento, quem levou mais e quem levou menos. Por isso, os senhores estão cobertos de razão.

Enquanto há esse quadro que vimos aqui na fala de todos, escolas sem as mínimas condições de funcionar, em que faltam cadeiras, faltam materiais de limpeza, escolas sem biblioteca, sem espaço para recreio, para atividade física, sem espaço para lanche e, como foi dito aqui, sem água – sem água! Muitos estados não pagam sequer o piso nacional dos professores. Crianças vão à escola, Presidente, como eu ouvi um relato hoje pela manhã, para comer, porque não têm comida e água em casa, passam fome. É esse dinheiro que nós estamos aqui debatendo corretamente, parabéns a todos! Todos os dias os informes são de violência nas escolas, de jovens sendo agredidos e, enquanto isso, desvio de recurso. É uma situação inaceitável! Eu diria que dói na alma, sim, fere o coração. É um espetáculo terrível! Somente com a educação – sabemos nós todos – que nós podemos transformar o Brasil para melhor. E por isso a importância do orçamento bem usado da educação.

Temos que garantir às nossas crianças e jovens o direito de sonhar, de acreditar na vida, de ser sujeito da sua própria história, no presente e no futuro, mas só se estudarem. A educação é fundamental! A norma número um para vencer na vida é estudar.

Eu diria, para terminar, Presidente, que a educação liberta. É por meio dela que se combatem todas as formas de preconceito e racismo. Como disse Nelson Mandela, Presidente – permita que eu termine

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com esta frase –, como é terrível ensinar uma criança a odiar a outra pela cor da pele. As crianças não nascem racistas. Se alguns pais cometem esse crime – e aqui eu ligo ao nosso tema –, é a educação, é a escola, são os professores que podem combater esse ato hediondo.

Por isso, Presidente, cumprimento V. Exas. por essa bela iniciativa. Esse é um debate que vai continuar.

E falamos tanto em emenda, Presidente. Para terminar, eu digo a V. Exa., com orgulho, que da minha emenda de bancada, que é a mais forte e a mais poderosa, eu mando tudo para o Governo do estado. Não quero saber se é do PSDB, do PL, do PT ou do PMDB. Vai toda para a educação. E das minhas emendas individuais, eu mando o valor igual para os 497 municípios. Tem um programinha: os últimos são os primeiros e os primeiros são os últimos. Não quero saber de quem é o partido.

É com esse olhar que eu queria que nós todos... E parabéns aos senhores que estão aí presentes, com esse grande debate, com uma grande audiência. E estamos aqui defendendo a educação e o futuro da nossa gente.

Obrigado, Presidente. E sinto-me contemplado com as perguntas porque aqueles que apresentaram, até o momento, os requerimentos, fizeram-nas com muita competência, o que mostrou que de fato estamos no caminho certo.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecemos a contribuição do nobre Senador Paulo Paim, como sempre muito afirmativo.

Senador Flávio Arns com a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Para interpelar.) – Eu quero cumprimentar o Senador Paulo Paim. Ele abordou de maneira muito correta e adequada a importância da destinação dos recursos da educação para a educação. E eu, em função inclusive do pronunciamento dele, só queria ainda fazer uma pergunta. O que nós estamos discutindo aqui é se houve corrupção em relação aos pastores, em relação... E os esclarecimentos vêm sendo dados. Mas eu gostaria de saber como o Presidente do FNDE se sente tendo repassado 67% dos recursos para um estado e 0,1%, 0,2%, 0% para os outros estados? Isso, no conceito que a população tem de corrupção, não é corrupção. O que seria isso? Esse desvio de finalidade aí? Essa malversação do recurso público destinando 67% para um estado e zero para o Rio Grande do Norte, 0,1% para Sergipe? Não é um desmando também do FNDE? Um desvio de finalidade, um mau uso do dinheiro público? Uma malversação do dinheiro?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE (Para expor.) – Senador, obrigado pela pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todo esse recurso não foi destinado, não foi empenhado ou sequer foi pago sem o devido atendimento de critério técnico, seja por indicação parlamentar, seja de forma discricionária. Eles foram atendidos, isso eu tenho... Eu não... É impressionante vocês pensarem que eu... Ser Presidente do FNDE para mim não é uma... Não é um bico, não é um lugar que eu vou para...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – A ordem veio de alguém, então, para o FNDE executar.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Se o senhor destinar uma emenda nesse valor para robótica, eu vou... Se ela for impositiva ou se ela for... E tenho que acatar. São suas emendas individuais. É uma peça orçamentária aprovada por este Congresso. Ou como a de qualquer outro Parlamentar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não há emenda individual no valor de 26 milhões, Marcelo.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Sim, mas...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós temos 16 milhões de emendas individuais, a metade, obrigatoriamente, nós temos que colocar... Aliás, este ano foram 17 milhões. A metade, 8,5 milhões, nós temos que colocar obrigatoriamente na saúde, e a outra metade no resto todo. Então, por mais que um Parlamentar fosse colocar de emenda individual, ele colocaria 8 milhões. E eu acho impróprio, com tantas carências, com tantas necessidades, com tantas solicitações dos municípios, ele colocar 8 milhões para robótica, para escolas que não têm água, que não têm internet, que não têm computador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Que não têm carteira.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – ... que não têm carteira. Como é que isso vai funcionar? Não há um critério? Não há um procedimento, quer dizer, tudo vale? Não pode ser assim. É evidente que a administração pública não é assim, nunca foi assim e não pode ser assim. Tem que haver um regramento. Não pode ser diferente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – O Dr. Marcelo disse que foi destinação parlamentar.

O senhor pode reportar quais Parlamentares fizeram essa destinação para Alagoas? (*Pausa.*)

Não sei se ele tem acesso aqui a...

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE (Para expor.) – Acho que isso está disponível no *link* da CMO ou nas emendas individuais e de bancada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E no controle do FNDE também.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Do FNDE também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Se está, então V. Sa. poderia...

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Posso ver.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – V. Sa. poderia declinar aqui só o nome de quais Parlamentares fizeram indicação dos *kits* de robótica?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É de que estado? Desculpa... Perdão, eu me perdi aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Alagoas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Vamos ao próximo inscrito: nobre Senadora Zenaide Maia, que falará remotamente.

Senadora Zenaide Maia com a palavra. S. Exa. está *online*.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, ouvi todas essas perguntas feitas ao Sr. Marcelo Lopes.

Eu queria começar dizendo a V. Sa... Porque o senhor disse: "É interessante os senhores acharem que eu sou responsável por tudo isso". Eu queria dizer que o senhor é o Presidente do FNDE. É ao senhor que a gente tem que perguntar mesmo.

Mas eu queria começar, diante de tanta pergunta, com o seguinte: durante esse tempo em que o senhor...

Está dando uma microfonia, não é, Presidente? Está me ouvindo?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Estou, sim, Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – Melhorou?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Estamos ouvindo bem.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Estou ouvindo bem, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – Eu acho que há alguém com o microfone aberto.

O senhor sabe que... Por exemplo, quantas tomadas de contas especiais o senhor abriu dentro do FNDE, já que é um instrumento administrativo para apurar irregularidades? O senhor fez alguma tomada especial diante de tantas denúncias, como compras de ônibus superfaturadas, como distribuição de *kits* de robótica totalmente discriminada, com 67,6% para Alagoas, e municípios ou estados com 0,1%? Eu acho que há estados que não receberam nenhum. E, mesmo com essa... Por exemplo, o senhor não abriu essa tomada de contas especial mesmo com essas denúncias feitas?

Por exemplo, a Prefeitura de Rosário, no Maranhão, recebeu 15 milhões. Havia duas obras inacabadas, e foram autorizadas mais três obras, ou seja, foi empenhado... Ser empenhado quer dizer que foi feita a reserva orçamentária. Porque eu ouvi muita gente aí dizer "mas não pagou, não mandou o dinheiro". A pergunta é: quais são os critérios utilizados pelo FNDE para essa distribuição? Porque, como falou o nosso Presidente Marcelo Castro, em emenda impositiva, 50% já têm que ficar para a saúde.

E como o senhor explica isso? Chegou a fazer alguma tomada de conta especial? Abriu alguma dentro do FNDE, diante de tanta denúncia?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE (Para expor.) – Desde que cheguei ao FNDE, Senadora, abri 1.023 tomadas de contas especiais para os processos que tiveram algum tipo de irregularidade.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – Alguma para esses que foram denunciados aqui?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Se forem constatadas as irregularidades, serão abertas.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – Olhe, fica difícil. Primeiro, quero dizer o seguinte: nessas denúncias de Prefeito que a gente ouviu aqui, um Prefeito disse que não tinha havido o *lobby* dos Pastores Gilmar e Arilton, e esse foi o que recebeu esses R$15 milhões, mas os outros três que a gente trouxe aqui para falar sobre isso disseram que foram assediados, que não aceitaram e que nos municípios não receberam nada.

Fica difícil a gente acreditar que realmente houve esse *lobby* e que não houve um direcionamento ou uma malversação sobre essa distribuição de recursos no FNDE. Para a população que está nos assistindo, vai haver vários municípios que não vão entender por que não receberam o *kit* robótica, que eu não sei... Como o senhor falou que ainda não sabia qual o valor do preço, e esses valores superfaturados...

E outra coisa: não foi o Congresso que denunciou essa história de superfaturamento. Veio inclusive o TCU, que mandou sustar. Por isso, a pergunta. Queria dizer que, nessa falta de critério de distribuição dessas emendas – esses valores são bem além das emendas que a gente recebe normalmente, emenda impositiva –, é difícil as pessoas acreditarem que não houve essa malversação desses recursos públicos. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quero dizer que não é aqui que são os Parlamentares que tropeçam, que não é a má gestão dos Prefeitos que faz com que o FNDE esteja se comportando assim, botando recurso para onde lobistas indicam. A gente diz que essa malversação vai ter que ser explicada.

E eu quero aqui parabenizar o Senador Randolfe e o Senador Marcelo Castro, porque esse é um assunto que tem que ser esclarecido. Eu acho que o FNDE é uma autarquia, o senhor é o Presidente, e é ao senhor mesmo a que a gente tinha que perguntar, Sr. Marcelo; não haveria outras pessoas. O fato de haver, como foi mostrado aí, obra inacabada de governo anterior não justifica a mudança de critério de haver obra inacabada e empenhar recurso para duas inacabadas e mais três só num município, como foi em Rosário, no Maranhão. O Prefeito confirmou, só que ele disse que não houve *lobby* dos pastores e que foi porque o Presidente da República tem um olhar diferenciado para os municípios.

Era isso.

Eu queria dizer que me sinto contemplada com as perguntas, embora o senhor não tenha justificado tudo.

É importante a população saber que alguns municípios recebem muito; e outros, muito pouco. E botar *kit* robótica para escola que não tem nenhuma condição, nem física, é uma coisa difícil. E esse *kit* robótica sem as escolas serem informatizadas é um negócio bem estranho, no mínimo.

Obrigada, Sr. Presidente.

Vou ouvir o Sr. Marcelo.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Pois não, Senadora.

Como disse já, agora diante da pergunta da senhora: eu instalei 1.076 tomadas de contas especiais e, em toda e qualquer questão irregular referente aos processos dentro do FNDE, é assim que se procede. Diariamente... Eu mando quase três por dia para tomada de conta e, se houver alguma irregularidade nesse ou em qualquer outro processo, é assim que vai ser o encaminhamento.

O valor, Senador Randolfe, até para deixar claro, é determinado pela SEB, é médio. Cada 10 *kits* de robótica custam R$176 mil, ou seja, R$17,6 mil por *kit*, que consta de material de apoio e capacitação, e as especificações são definidas pela Secretaria de Educação Básica; cada *kit* contém aproximadamente 300 peças.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Vamos ao próximo inscrito, o nobre Senador Vanderlan Cardoso.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO. Para interpelar.) – Cumprimento V. Exa., Sr. Presidente Marcelo, assim como o Presidente do FNDE, Marcelo, Senadores, Senadoras, Deputada Angela, que está presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, eu, quando assumi meu mandato aqui no Senado Federal, em 2019, pela experiência e conhecimento do Senador Eduardo Gomes, e ele me falou sobre a Codevasf, o que era a Codevasf, o que representa a Codevasf, que atuava muito no Nordeste brasileiro, principalmente com os arranjos produtivos locais, na produção de frutas – tanto o é que é referência ali no Nordeste brasileiro, Petrolina, Juazeiro, aquela região toda que o senhor conhece muito bem, com produção de mel, produção de frutas, peixes e tudo mais. É uma área de que gosto muito e onde atuo bastante. E eu trabalhei muito para que a Codevasf viesse para o Estado de Goiás, porque, além de tudo isso, Sr. Presidente, ela também dá apoio às prefeituras para a recuperação de nascentes, questão do meio ambiente, máquinas e equipamentos, principalmente para o produtor, para os assentamentos organizados. Eu fui trabalhar para que essa companhia fosse para o meu Estado de Goiás e, ao conhecer essa companhia, Sr. Presidente, eu passei a colocar quase todos os recursos a que eu tinha direito, de emendas impositivas ou de bancada, na Codevasf.

Quando saiu essa denúncia de "tratoraço", disso e daquilo, eu fui exposto, Sr. Presidente. Senador Randolfe. Como fui exposto? Porque ali coloquei *kits* de tratores para a agricultura familiar, para os assentamentos e, como a licitação... E muitos não conheciam, inclusive a imprensa, a grande imprensa, Sr. Presidente, como é feita a licitação via Codevasf, que é para o país todo, onde ela atua. Por isso é que o preço é muito baixo, em conta. Saiu um pagamento lá para uma empresa de Minas Gerais e ali eu fui exposto, disseram que eu tinha liberado recursos de minhas emendas para um município de Minas Gerais.

Imagine eu explicar, Senador Randolfe Rodrigues, tudo isso, até pegar o fio da meada e entender que era a empresa que ganhou uma licitação que era de Minas Gerais que forneceu os tratores, e ali é colocado com o nome do Senador que colocou a emenda.

Eu vejo essa situação agora de preços, falando de ônibus, subfaturamento e não sei o quê. Talvez haja muita gente que às vezes pode não estar acompanhando a evolução dos preços, Senador Randolfe, porque foram veículos, especialmente ônibus, tratores, equipamentos. Eu entreguei patrol, fruto de minhas emendas, Senador, em 2020, que custou R$412 mil. Hoje é um milhão e setenta, e não tem para entregar e ninguém está querendo mais entrar em licitação, não, porque ninguém sabe o preço que ficará o ferro, os componentes eletrônicos. Então, quando se fala que é subfaturamento... Eu entendo um pouco de licitação, como V. Exa. também entende. Quando se joga uma licitação, há o preço-base. Ninguém está querendo mais cotar e o preço está lá. Agora, o preço que vai sair com certeza é outro.

Eu já recebi, fruto de minhas emendas, alguns ônibus para o meu Estado de Goiás. Queria entregar todos, mas há algumas pendências, porque subiram tanto, que as empresas que ganharam, algumas, se eu não me engano – o Sr. Presidente me corrija – parece que não querem entregar ou querem reajuste ou coisa parecida. Ainda de 2019, 2020.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – De 2020, isso.

Com relação ao FNDE, Sr. Presidente, na última audiência que nós tivemos aqui, até requerida pelo Senador Randolfe Rodrigues, chegou a ele a informação de que foram liberados recursos – Senador, o senhor me corrija se eu estiver errado – até para a construção de escolas que não tinham escritura. É muito grave. Eu até disse: é muito grave isso e tem que ser apurado. Mas eu fui Prefeito por dois mandatos, eu sei como é que funciona o FNDE. E agora, como Senador nesses três anos, às vezes a gente fica chateado. Presidente Marcelo, esses dias eu falei para o próprio Presidente: "Nós estamos já, algumas vezes, nesse processo, é tanta burocracia, tanta coisa que pedem que os Prefeitos entreguem, os secretários...". Eu conheço um pouco, como Prefeito e agora como Senador, como é que funciona.

Essa questão que eu estou vendo agora de robótica, esses critérios, tem que ser esclarecida mesmo. Eu acho que tudo que está... Para isso existe essa Comissão. Tem que ser esclarecido. Mas, da minha parte, primeiro eu queria esclarecer isso, que eu fui muito exposto no meu estado com relação a "tratoraço".

Eu coloquei, Senador Randolfe, das minhas emendas, como era muito barato... Hoje não, hoje está difícil colocar dinheiro para comprar trator: saiu de R$96 mil, está trezentos e tantos mil reais, e não está havendo. Mas eu aproveitei a oportunidade, na época, de preço que havia e coloquei acho que uns 50, 60 *kits*. Imagina, Senador, nosso Presidente, 50 tratores, um do lado do outro, com aquela quantidade de implementos. Agora, quando chegou no valor, não deram 5 milhões, e eu concentrei. Então, estou dando este testemunho, primeiro, até em tom de desabafo, porque, às vezes, a gente é exposto tanto, como homens públicos, e depois vai se apurar, não é bem aquilo, mas as páginas que saem para corrigir isso, Senador Randolfe, às vezes, são tão mínimas que ninguém nem nota.

Então, Marcelo, eu quero, primeiro, na sua pessoa agradecer a todos, porque, todas as vezes em que a gente foi lá, levando Prefeitos, secretários – há muitos processos ainda de escolas que estão para terminar, que não acabaram estão sob nossa solicitação lá e desses Prefeitos –, sempre fui muito bem atendido.

Obrigado pela oportunidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não há questionamento... O Marcelo não vai...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Tudo bem.

Vamos, então, para o nosso último e brilhante orador inscrito, Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Um pouco mais brilhante...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É um exemplo claro de que os últimos são os primeiros.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Um pouco mais brilhante do que V. Exa., que ainda tem os acostamentos a prejudicar o brilho externo da sua inteligência por todos nós reconhecida.

Presidente, eu vou ser muito sintético. Eu acho que esta reunião é muito oportuna. Na Comissão de Educação nós não temos feito avaliações periódicas, como é do nosso dever também, de custo-benefício dos recursos investidos por fundos. Não nos preocupamos tanto com o Fundeb porque ele diz respeito a pagamento de salários, e há uma regra de compensação; uma regra até certo ponto injusta, porque o município que paga mais é menos acolhido. Isso repercutiu, Senador Flávio, quando da aprovação do novo piso. Os Prefeitos que já pagavam acima do piso acharam... Eu fui procurado pelo Prefeito de Tubarão, Joares Ponticelli, que já foi Deputado e Líder do meu Governo, um homem com grande experiência: "Eu vou ter que dar 34% de reajuste?". Não, 34% é o reajuste para os casos em que o salário está deprimido. Ele achava que tinha que dar um reajuste no valor do máximo de correção do piso. Ou seja, quem paga menos recebeu mais. Nós não fazemos esta avaliação: se eram condições incontornáveis que determinavam esse *gap* ou se era pela pouca importância que o município dava ao salário do professor.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Isso é um fato.

E outros fundos...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Quero pedir um pouco de silêncio, por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Como?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eu estou pedindo silêncio, porque estavam...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ah, sim.

E há outros casos de fundos nacionais que também merecem, quando a regra é menos evidente, menos óbvia, como é o caso do FNDE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fui na esteira da sua pergunta, e ela não foi totalmente respondida até onde eu acompanhei: "Quantas obras paralisadas nós tínhamos?". Ouvi o número 2.985 creches. É lógico que isso exige uma providência: vamos concluí-las, mesmo que a gente não analise a prioridade efetiva dessas obras que foram elencadas, até para não complicar muito a avaliação. Mas eu creio que o futuro do FNDE vai ser a alocação direta do dinheiro para os municípios, segundo um critério, viu, Dr. Marcelo? Porque nós, que vamos pleitear, junto com o Prefeito, uma obra num município, estaremos agindo indevidamente se nós estivermos puxando a brasa para a nossa sardinha, porque é isso que vão dizer. Cada vez que um Deputado ou Senador vai lá pedir por uma obra para o seu estado ou para o seu município, ele está furando a fila! Ou está agindo indevidamente, quebrando um equilíbrio que eu não sei qual é.

E quero também chamar atenção, parodiando o que disse o Senador Paulo Paim: recursos para agricultura, para equipamento agrícola no meu estado, desde 2011, quando assumi como Deputado, eu aloco para a Secretaria da Agricultura fazer a compra. Por quê? Porque nós ganhávamos. A Secretaria da Agricultura do estado fazendo a licitação conseguia um desconto médio de 8%, 9% por trator, digamos assim. Trator de pneu, estou falando. Então, se tinha 20, o equivalente a 20 tratores, eu ganhava dois, três. Ganhava, que eu digo, uma bonificação, fruto do poder de barganha de quem faz uma compra para comprar 20 coisas e o outro que faz um processo administrativo para comprar uma só. E quero dizer que desde 2020, eu não vi mais trator.

Está aqui a Deputada Angela Amin, porque ela era coordenadora do fórum. Foi feita a primeira licitação para comprar trator? Deserta. A segunda, feita pela mesma Secretaria da Agricultura do mesmo estado, deu uma explosão de preço de 50%. O Governo do estado, pressionado por nós, suplementou a dotação da Secretaria da Agricultura para cobrir a diferença, porque foi auditado e o preço aumentou mesmo!

Quer dizer, eu vou ter de cortar um terço dos municípios? Não. Foi feito um grande esforço e o Governo do estado suplementou a dotação da Secretaria da Agricultura. Foi feita nova licitação e restou deserta, com os preços corrigidos. E eu duvido que alguém tenha recebido trator neste ano, porque não tinha pneu. O particular até pode receber um trator sem pneu e colocar pneus velhos lá da fazenda dele. Então, nós estamos vendo uma crise de suprimento reincidente.

No ano passado, a Volkswagen parou 60 dias por falta de *chip*. E agora todas pararam. Todas! Toda a nossa indústria automobilística praticamente, em termos de fabricar, montar um veículo novo, está parada! Porque a crise do *chip*, do semicondutor é real. O preço das coisas é incerto, é pior do que a inflação isso. Na inflação, você olha e fala: vamos calcular a inflação.

Estou sendo socorrido aqui. O valor do convênio relacionado a 2020, com a Secretaria da Agricultura, era de 23 milhões. O Governo do estado... Perdão: o valor das dotações dos Deputados e Senadores era de 35 milhões, e o Governo do estado suplementou a dotação em 23 milhões, ou seja, dois terços, 60%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Para comprar a mesma quantidade...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Para comprar a mesma, para preservar a quantidade de tratores que nós tínhamos prometido, vamos dizer assim. Então, isso é um fato concreto, auditado. Eu assumo a responsabilidade, dou o número dos convênios, se for necessário. Isso é um fato concreto que mostra o grau de desabastecimento.

Eu também estranho que uma hora eram 2 bilhões; outra hora, era 1,565. Isso é ruim, porque dá margem a essas interpretações, que, no mínimo, geram uma suspeita. E o resultado dessa suspeita sabe qual é? É o algo a mais para dificultar a consecução do objetivo.

Então, minhas observações ao Presidente da Comissão de Educação: eu acho que o que está... Esse assunto de robótica se confunde também com o assunto de informática. Quando você compra *notebook* para todas as escolas, você descobre que, das 142 mil escolas públicas brasileiras, no máximo, 70% pode receber o computador sob o aspecto físico, ou seja, se há energia elétrica; e depois nós vamos ver se alguém sabe lidar com aquilo. Mas do ponto de vista físico – o senhor sabe disso, Senador Marcelo Castro: se há o sinal, ou seja, se aquilo vai funcionar, se há energia elétrica e se há conectividade; e, depois, se o professor vai conseguir manobrar aquilo. Então essa...

Eu fiz um apelo aos dirigentes da Anatel...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – "Eu quero um relatório mensal junto com o Ministério da Educação – fiz agora, anteontem – daquilo que está sendo feito." A média anunciada no ano passado pelo Ministro das Comunicações era de 2,5 mil escolas por mês. O senhor já presidia a nossa Comissão. O Fábio Faria esteve aqui. Eu preciso de uma avaliação disso mensal: se nós vamos ter essa conectividade – eu estou falando só em termos de conectividade, nem falei de energia elétrica, mas, para que haja a conectividade, tem que haver um suprimento de energia elétrica confiável... Então, tudo isso tem que ser investigado, porque todas as compras centralizadas sempre esbarram na realidade.

Mas eu não posso deixar de dizer o seguinte: o futuro do FNDE é alocar os recursos para os municípios e também para os governos estaduais naquilo que compete à educação básica – que ainda é realizada pelos estados e cujo futuro será especialmente para o ensino médio –, mediante critérios de Índice de Desenvolvimento Econômico, de Índice de Desenvolvimento Social e também de competência: é preciso premiar a competência – e nem estou falando em castigar a incompetência! –, mas quem tem melhor desempenho tem que ser valorizado. E o dinheiro vai para lá. É muito melhor do que nós ficarmos aqui avaliando e lamentando um município que tinha duas obras inacabadas, ou três, receber mais duas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por quê? Porque o Deputado foi lá pedir – é isso que foi dito aqui. E, se o Deputado não for, outro irá, essa que é a verdade; se o Senador não for, outro irá, porque é uma demanda do município.

Então, isso é o tipo de recurso... E, aí, me dirijo ao Dr. Marcelo: estude isso, o futuro do FNDE. Eu lido com o FNDE desde 1972, quando fui Secretário de Educação do Estado de Santa Catarina, desde 1972.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não tinham, na verdade...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – O FNDE era recém-criado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É, o gestor se chamava Paulo Brandenburg de Oliveira.

Então, essa centralização sofreu modernidade, mas tem que resultar em algo de mais autonomia. Hoje nós temos um sistema nacional de ensino recentemente aprovado, Senador Flávio, e, com base no sistema, você pode estabelecer regras de rateio do dinheiro nas federativas. E nós vamos evitar não o diálogo, que é necessário, a fiscalização, que é necessária, mas, pelo menos, as ambiguidades de falta de critério com as quais nós nos defrontamos quando a gente faz uma reunião como esta e encontra não apenas o calcanhar de Aquiles, mas estranha as atitudes e decisões.

Eu quero renovar aqui o meu apreço pessoal pelo Dr. Marcelo, pelos dois Marcelos. A V. Exa., eu não preciso ir, não preciso reincidir, mas a ele conheci como Chefe de Gabinete do meu querido amigo Padre José Linhares, Reitor de Sobral. Hoje, não sei se a posição ainda é essa, das cem melhores escolas públicas do Brasil, 34 são de Sobral. Não só o Cid, o Ciro e o outro irmão Gomes...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Cuidado, porque eu imaginei que setenta e tantas são do Ceará.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas 34% das brasileiras são de Sobral. Isso deve ter sido uma bênção do Padre José Linhares. E, aí, eu quero estender a quem ajudou a segurar o turíbulo quente.

Muito obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Como eu havia previsto, brilhante o pronunciamento do nosso querido amigo Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Senador Esperidião Amin sempre o é.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente, só para não passar, para completar a necessidade de esclarecimento acerca do que o Dr. Marcelo traz aqui com toda a paciência com que tem estado conosco, e eu cumprimento por isso, farei só duas perguntas suplementares, se o senhor me permite...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Sinta-se à vontade, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Dr. Marcelo, o senhor conhece a Sra. Nely Carneiro da Veiga Jardim?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE (Para expor.) – Não. Nely?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nely Carneiro da Veiga Jardim.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Pelo nome, não, Senador. Talvez, por foto...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pelo nome ou visualizando. O senhor já a viu em eventos do MEC, do FNDE?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Pelo nome, não... Realmente. Se passar aqui na minha frente, não vou saber quem é.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor também não tem conhecimento de se ela tinha algum tipo de autorização para falar em nome do MEC, do FNDE e intermediar Prefeitos para obtenção de recursos do FNDE?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Quem fala em nome do MEC só é o Presidente ou os seus Diretores.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, não é de conhecimento...

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Do MEC, não: do FNDE. Do MEC, não. Do FNDE. Só posso falar por...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sim, mas essa senhora: o senhor tem conhecimento...

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Nunca passei procuração para ninguém falar em meu nome.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... de algum papel de assessoramento da parte dela?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Não. Não passei nem para ela, nem para ninguém falar em meu nome.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Nem de assessoramento?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Nem de assessoramento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não tem conhecimento.

O senhor disse anteriormente que, em relação ao Sr. Arilton e ao Sr. Gilmar, o senhor só os encontrava nos eventos.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – E algumas vezes no FNDE também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nos eventos e no FNDE.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas...

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Sempre para tratar da logística do evento: quantos técnicos eu precisava levar. Mas eram encontros bem rápidos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas...

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – E estão na minha agenda também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor não tinha detalhes, assim, da atuação específica deles ou do papel que vinham a cumprir?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Não, não tinha, não. Não tinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não sabia qual a função em que eles estavam?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Isso.

Em agosto, com a denúncia do Ministro da Educação de então à CGU, eu prestei os meus esclarecimentos, que correm em sigilo. Consta pela imprensa que o resultado disso foi que não houve desvio de conduta de servidores públicos e que alguma parte foi encaminhada para a Polícia Federal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor saberia se algum dos dois, Gilmar ou Arilton, organizava alguma coisa?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Não. Desconheço, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tem um evento, salvo engano, com o Prefeito de Salinópolis: nesse evento o senhor, salvo melhor juízo, faz uma referência que ou o Gilmar ou o Arilton... O senhor fez uma referência a eles assim: "Que organiza".

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Não, é que ajudaram a organizar. Eu acho que saudei eles na mesa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, eles tinham uma função?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Não, eles ajudaram a organizar porque estavam lá conosco.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Se me permite, Presidente...

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Talvez é o contexto, Senador. Desculpe, mas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Se o senhor me permite, é só para ilustrar. Temos até o vídeo desse evento aí. Por gentileza, vamos ver aí.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É isto: "É que sempre organiza...".

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Organiza no sentido de ajudar a organizar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E assim a gente vê que, nesse vídeo, o Ministro Milton, Presidente, é muito efusivo em agradecer a ambos: ao Sr. Arilton e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao Sr. Gilmar. Então, eles tinham uma função específica de organização dos eventos, que seja, pelo menos.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Nesses encontros eles determinaram, por exemplo, quantos municípios estariam...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eles são de empresa que organiza eventos? E não são servidores públicos, não têm função no Ministério da Educação, não ocupam cargo comissionado. Como é que se pode organizar um evento de um ministro, de um Presidente do FNDE?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Como é que eles organizavam um evento oficial do Ministério da Educação e sentam-se à mesa?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Essa questão, como eu já disse, sentar à mesa, compor dispositivo, não era papel meu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas o senhor é que diz que ajudaram a organizar.

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Porque foi o modo de falar, Senador, que... Ele me dizia, por exemplo, quantos Prefeitos estariam, para eu saber o número de técnicos que precisava levar para esse evento ou para os outros.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eles diziam?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Quantos; qual era o público presente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eram eles que diziam?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – O que justifica o interesse de um pastor de saber quantos Prefeitos vão para uma reunião com o ministro ou com o Presidente do FNDE? Pelo amor de Deus! Isso é completamente fora da administração pública. Isso é inaceitável. Não tem como!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E são eles que diziam quantos Prefeitos estavam ou o que faziam? Era isso?

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Falavam do público que estaria lá presente: "Ó, vai ter 30 pessoas, 30 secretários", enfim. Era a parte logística. Eles é que me passavam. A minha parte era...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, eles estavam cumprindo um papel na parte logística?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO LOPES DA PONTE – Isso. A minha parte era técnica, a de levar o efetivo, os técnicos necessários, para atender o público, como para todos os outros eventos também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Esta parte eu entendi: o seu papel era técnico. O papel deles, então, era organizar a parte logística, era o papel político.

Eu só queria encontrar, Presidente, onde – danado! – no fluxograma do Ministério da Educação está o papel do Sr. Arilton e do Sr. Gilmar. Onde estavam? Como eles pairavam? Por que essa intimidade do Ministro Milton Ribeiro com eles? Por que o próprio...

Dr. Marcelo, eu lhe agradeço. Dr. Marcelo, o senhor confirma que eles ajudavam a organizar, que eles tinham um papel de logística, que eles tinham acesso aos Prefeitos, que eles passavam lá e os Prefeitos estavam presentes?

Parece que o paradeiro deles, Senador Carlos Viana, hoje é incerto e não sabido. Nós já os convidamos. Era para eles estarem presentes hoje aqui. Eles disseram que não podiam vir. Eles desaparecem, não dão satisfação a ninguém, não comunicam a imprensa. Ninguém sabe mais onde está escondido o Sr. Gilmar. Aliás, eu acho que o Brasil tem que ter um chamado agora: "Procuram-se o Sr. Gilmar e o Sr. Arilton". Por onde eles estão neste Brasil? Porque, desde que eles foram pegos oferecendo propinas a Prefeitos, com depoimentos de Prefeitos nesta Comissão, eles não apareceram mais, eles sumiram. E, há bem pouco tempo, eles mandavam muito, Presidente, mas mandavam demais. Estavam lá, logo depois de Milton Ribeiro... Milton Ribeiro os saudando com entusiasmo. O próprio Dr. Marcelo aqui reconheceu que eles ajudavam a organizar evento público com Prefeitos para falar sobre recurso público. Essa é que é a questão, Sr. Presidente. Essa é que é a questão.

Realmente essas perguntas, ao que me parece, estão cada vez mais insuficientemente respondidas no âmbito desta Comissão, pelas limitações constitucionais desta Comissão. Só uma Comissão de investigação tem o poder de quê? De que o Sr. Arildo e o Sr. Gilmar não mais se escusem a prestar explicações públicas.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, concordando aqui com o Senador Randolfe...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

O nobre Senador Carlos Viana com a palavra.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – ... no momento em que a Justiça determinar que esses senhores sejam obrigados a se apresentar, a Polícia Federal livremente irá buscá-los e eles não vão mais se esconder. Se hoje eles não querem responder, naturalmente o inquérito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que foi aberto é que vai nos dizer se há culpa ou se não há culpa deles, até que ponto realmente houve até uma quebra de confiança, se há um crime de abuso... Não sabemos.

O certo, e aqui caminhando dentro das respostas do Sr. Marcelo também, dos dois Marcelos aqui, do Sr. Marcelo do FNDE, é que, da parte do Governo, não houve dano nenhum. Se terceiros decidiram fazer, pegaram a confiança do Ministro Milton e não colocaram, vamos investigar. Nós não podemos é, em cima de suspeitas e narrativas, criar uma condenação antecipada. É um ponto que nós precisamos, no Brasil, colocar com clareza.

Quantos e quantos casos, Senador Randolfe, nós já tivemos de prisões, de pessoas que foram para a cadeia, de políticos que foram denunciados e, no final das contas, a investigação foi arquivada? E como é que volta atrás na vida da pessoa? Como é que volta atrás na vida de um filho numa escola, de um neto que vai fazer uma visita e falam: "Ah, seu avô está sendo investigado na vida pública"? Nós somos pessoas politicamente expostas, mas nós não podemos gerar, desde já, uma condenação antecipada.

O Sr. Marcelo foi muito claro aqui em todas as respostas: não há prejuízo nenhum aos brasileiros, não há qualquer envolvimento... O Presidente da República não ordena despesa, há todo um processo nessas coisas. Daí a nossa discordância em falar em CPIs.

Não é o momento para isso, o país está precisando agora é de retomar o crescimento, como está acontecendo: voltamos à base de emprego de 2020, voltamos ao crescimento da arrecadação, a balança comercial brasileira está voltando a ficar muito forte. Isso, independentemente do governo que ficar ou não no final do ano, é importante para o país. Então, o momento agora é de a gente...

Agora, há um ponto com que concordo: na legislação, há determinadas regras que nós precisamos melhorar? Vamos melhorá-las. Há aqui falhas num processo que envolve tantos bilhões do FNDE, cuja fiscalização a gente precisa tornar mais efetiva ainda, tornar isso mais próximo para o objetivo que é ajudar o aluno? Vamos fazer. É função do Parlamento fiscalizar, e do Governo, responder, como eu já disse aqui.

Nós precisamos limitar ou delimitar essas questões para que a gente permita ao país voltar a crescer, voltar a se desenvolver sem antecipação de culpa de ninguém. É o meu posicionamento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Não, é por isso que a gente quer investigação – investigação, por todos os meios que a investigação puder ocorrer. E investigação parlamentar é um dos meios.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Eu gostaria rapidamente só de dizer o seguinte também. Houve dano, houve prejuízo financeiro? Eu diria que não, pelo que foi apontado. A gente tem que continuar verificando inclusive nas outras áreas também. Mas houve um dano que é enorme pela falta de critério; quer dizer, não existem critérios. Se um estado recebe 67% dos recursos, claro que há dano. Ou, como V. Exa., Senador Marcelo Castro, colocou: pessoas não ligadas à administração pública organizando todos os eventos, as tratativas e os contatos com Prefeitos. Isso é um dano terrível para a ética, para a moral, para a administração pública.

Eu concordo perfeitamente com o Senador Carlos Viana no sentido de que nós não estamos investigando aqui; nós estamos esclarecendo. Mas que a polícia, como foi dito, encontre as pessoas e, se for o caso, que a culpa seja estabelecida.

Eu só quero dizer também, em relação ao que o Senador e amigo Esperidião Amin colocou sobre o Fundeb, que o Fundeb foi um avanço extraordinário, mas há critérios bem objetivos, inclusive colocando que é permanente, mais recursos da União, e também critérios melhorados em relação ao Fundeb anterior. O que é isso? O Vaaf é o Valor Aluno Ano Fundeb, que era o anterior. Agora, nós temos o Vaat, que é o Valor Aluno Ano Total. Olhar a situação de cada município para ver a possibilidade, a capacidade de arrecadação, porque, antes, municípios pobres não eram beneficiados, e municípios ricos eram beneficiados. E nós temos inclusive em Sobral também, com uma experiência que foi feita, o Vaar, que é o Valor Aluno Ano Resultado – resultado. Mas estão lá na Constituição, na organização do Fundeb, todos esses aspectos. Então, isso...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Senador Flávio, em nome da nossa amizade, eu considero o Fundeb atual, que V. Exa. ajudou a escrever, o padrão que deveria nortear o futuro FNDE. Foi isso que eu quis dizer.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – É, exato. E eu concordo. Tornar a coisa, assim, objetiva, tranquila, transparente, porque, quando nós vamos ao FNDE falar com o Dr. Marcelo ou com o ministro, vamos acompanhados de Prefeitos, Vereadores, comunidade. Isso sempre tem que acontecer para haver o diálogo. A grande diferença é de pessoas que vão lá, que abrem portas e que são beneficiadas com recursos de propina. Isso aí é outra coisa, como foi amplamente levantado aqui também.

Agora, eu só quero dizer que tem que melhorar – viu, Carlos Viana? –, porque o Prefeito chega aqui e diz para a gente: "Olha, eu não quero uma creche nova. Eu quero reformar a minha creche, melhorar o banheiro, melhorar a cozinha, melhorar a estrutura da creche". Ou dizia: "Eu quero ampliar a creche, duas salas, três salas e tal". Não sei se mudou isso, mas, numa época, o pessoal dizia: ou é creche nova ou não tem dinheiro para você ampliar, para reformar. Então, por que o Prefeito vir para Brasília para pedir uma creche? Manda o dinheiro para o município, dentro de critérios objetivos, e lá a gente tem a Câmara de Vereadores, o Prefeito, a comunidade, para a gente racionalizar, tornar melhor tudo isso. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesma coisa estamos fazendo lá para Alagoas para o *kit* robótica, 28 milhões para Alagoas para o *kit* robótica. Poxa, se os municípios recebessem recursos para utilizarem... É aquilo que você colocou, Carlos Viana – me desculpe chamar de você –, que o amigo colocou para a necessidade do município.

Então eu acho que nós temos que nos debruçar, Dr. Marcelo, também nessa questão que foi levantada pelo Senador Esperidião Amin de tornar a coisa, assim, concreta, objetiva, e a gente parar com essa confusão também, porque corrupção leva a problemas, mas a malversação leva a problemas também, inclusive criando comportamentos que são absolutamente abomináveis na administração pública e que aconteceram aqui – a gente sabe que aconteceram. Quer dizer, um sujeito... Até a gente sempre usa a expressão "pastor", mas eu quero dizer que eu tenho muitos amigos pastores da mais alta competência, honestidade, tudo, absolutamente, qualquer observação... Porque as denominações religiosas fazem um trabalho extraordinário de terceiro setor. Mas uma coisa é administração pública e outra coisa é o trabalho que a comunidade faz.

Então, Dr. Marcelo, eu conheci o Padre José Linhares, era muito amigo dele, fui Deputado Federal na época dele, éramos, inclusive, do mesmo partido também, e sempre tive, assim, uma relação muito amiga, muito positiva com ele. Mas a gente tem que arrumar a casa. Eu sei que a missão não é fácil também, mas tem que haver isso aí, porque essas coisas que estão acontecendo não podem continuar ocorrendo em nosso país.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Sr. Presidente, me permite aqui um aparte, rapidamente, porque eu sei que o nosso horário já está adiantado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG. Pela ordem.) – Eu estava conversando sobre uma experiência pela qual eu passei nessa questão das estruturas para o ensino e a necessidade das prefeituras e até uma definição de critérios mais claros na utilização dos recursos: uma escola no interior de Minas Gerais, 12 computadores e um programa federal para criação de laboratórios de informática. A escola recebeu – posso até estar enganado no número, mas recebeu os computadores –, separaram lá uma sala e os colocaram lá. Só que a escola tinha uma única ligação de energia elétrica que atendia a geladeira da cantina e atendia os outros sistemas todos de luz. Quando eles ligaram os computadores, houve um curto; oito dos computadores queimaram de imediato, não resistiram. Aí a diretora não sabia se recorria à prefeitura, porque a prefeitura não assumia responsabilidade na despesa; o Governo do Estado também não assumia responsabilidade na despesa; e o Governo Federal, que havia criado o critério pelo MEC, também não se responsabilizava pela manutenção dos equipamentos. Ou seja, o dinheiro, o mérito muito... Chegou, mas não houve resultado porque não havia estrutura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, por exemplo, com relação à Anatel, nós estamos trabalhando num grande programa de fibra ótica para as escolas públicas brasileiras – eu inclusive estou trabalhando nisso assim, com muito afinco porque há uma necessidade muito grande de escolas rurais – para a gente ter condição de levar pelo menos uma internet de qualidade a essas escolas, uma estrutura de funcionamento em que você tenha uma energia elétrica regular.

Concordo plenamente com o Senador Arns, a quem admiro profundamente: nós precisamos fazer com que o recurso chegue de uma maneira mais organizada, mais fiscalizada, mas que atinja o objetivo, que é o que não está acontecendo hoje, e há um critério até de desigualdade entre os municípios.

Obrigado pela paciência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Tendo finalizado os oradores, antes de encerrar aqui a sessão, eu quero aproveitar para fazer o que eu deveria ter feito no início, que é parabenizar os jornalistas brasileiros pelo seu dia hoje, Dia Nacional do Jornalista, que presta uma função social muito importante, de bem informar a sociedade brasileira, trabalhando muitas vezes sob chuva e tudo mais, de dia, de noite, incansavelmente. Então, é um dia significativo.

E, como Presidente aqui da Comissão, nessas oitivas eu tenho tido o cuidado, a prudência de a gente não perder os conceitos, Senador Flávio Arns, fundamentais. Aqui foi dito – não quero contraditar ninguém – por algum outro Senador que não vou nominar que são benéficos esses empenhos parciais. Isso é um equívoco completo, a administração pública não comporta isso. Isso não pode ser assim. Você vai construir uma creche, uma escola de R$8 milhões, de R$5 milhões e você empenha R$100 mil, você empenha R$30 mil? Ou isso é uma burla ou isso é uma farsa ou isso é completamente impróprio, porque o que um prefeito vai fazer com uma escola de R$8 milhões com um empenho de R$30 mil? Qual é a necessidade de fazer isso? Se não tem os R$8 milhões, então não empenha. O mundo não vai se acabar por causa disso. Mas, se um Prefeito sai daqui com um empenho de 30 mil, o que ele vai fazer com isso? Não vai fazer nada! "Não, mas quando for no próximo exercício financeiro, isso vai empenhado!". Quem garante isso? Não pode! O normal – eu quero que fique claro aqui e venho batendo nisto todas as vezes em que eu faço exposição aqui na Comissão –, o normal é você empenhar 100% dos recursos. Não há por que ser diferente!

Senador Carlos Viana, nós vamos destinar... Senador Vanderlan, nós vamos construir um ginásio poliesportivo, e todos nós sabemos o preço: custa 600 mil. Nós pegamos nossas emendas, quanto nós empenhamos? Seiscentos mil. "Ah, não! Este ano eu vou empenhar 30 mil, 3 mil; no outro ano, eu vou empenhar 597!". Isso não existe na administração pública! Isso é uma distorção!

O único parcelamento que é racional, que é lógico, que é razoável é quando você vai fazer uma obra que traspassa vários exercícios financeiros. Uma construção, por exemplo: transposição do Rio São Francisco – uma obra que está aí há mais de dez anos sendo construída; uma obra, digamos, de R$10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bilhões. Ora, se você vai construir uma obra em dez anos, e essa obra custa R$10 bilhões, não é razoável que você empenhe, que você tire de um orçamento R$10 bilhões para esse recurso ficar parado, esperando dez anos a obra ser construída. É para isso que existe o fracionamento de recursos, não é para outra coisa.

Aí, um Prefeito vem aqui, tem um contato com um pastor, conhece o Pastor Arilton, já falou por telefone com o Pastor Gilmar, esteve no apartamento do Ministro – estou contando casos que os Prefeitos relataram – e sai daqui com cinco empenhos novos! Isso não pode! Qual é o critério que existe?

Então, evidentemente que nós estamos nesta linha do Senador Flávio Arns, de que a gente precisa estabelecer critérios para benefício da administração pública, para benefício do país.

Outra coisa: foram muito questionados aqui os preços dos tratores, que aumentaram; os preços dos ônibus, que aumentaram – ônibus que não tem tração dupla, ônibus que tem tração dupla, ônibus rural... Isso não interessa! Esses preços dos ônibus... Há um sobrepreço dos ônibus. Quem diz isso? Não sou eu. Quem diz isso é o FNDE. O FNDE acabou de dizer, anteontem, que ele estava praticando sobrepreço. Por quê? O FNDE havia programado uma licitação de 2 bilhões, veio o parecer do próprio FNDE, voltou para 1,5 bilhão, retornou para 2 bilhões e, só na hora de fazer a licitação, na undécima hora, voltou de novo para 1,5 bilhão. Ora, se o FNDE está com uma licitação para 2 bilhões e volta para 1,5 bilhão, a lógica está dizendo que o próprio FNDE está confessando sobrepreço que ele iria praticar se o Tribunal de Contas não tivesse entrado, se a CGU não tivesse dado o parecer e os próprios técnicos do FNDE não tivessem dado o parecer. Então, é indiferente que o trator tenha aumentado de preço, é indiferente que seja tração dupla, que tipo de ônibus escolar – falei trator, perdão –, isso não interessa. O FNDE abriu uma licitação para comprar com R$2 bilhões e, aí, houve um escândalo nacional e baixou para R$1,5 bilhão: confessou que estava superfaturado! Segundo *O Estado de S. Paulo*, eu acho, em mais de R$700 milhões; segundo o FNDE, pelo menos em mais de R$500 milhões.

Estou aqui só estabelecendo... O nosso espírito aqui não é o de prejudicar ninguém, não é o de fazer prejulgamento; pelo contrário, nós estamos num Estado democrático de direito em que todo mundo tem direito à ampla defesa e ao contraditório. Nós não vamos prejudicar ninguém. Desde o primeiro instante que eu digo que não vamos prejulgar ninguém, vamos dar oportunidade. Convidamos o Pastor Milton para vir... Aliás, convidamos o Ministro Milton para vir, convidamos pastores para virem, convidamos o Dr. Marcelo aqui para vir, e ele veio aqui, os Prefeitos também. E quero agradecer aqui ao Marcelo Pontes, que veio, passou aqui esse tempo todo, se dispôs, respondeu todas as perguntas. Evidentemente que uns ficaram satisfeitos e outros não ficaram, mas pelo menos ele veio aqui, teve a disposição de vir, prestigiou a nossa Comissão com as explicações que ele julgou necessárias. É isto que nós queremos: esclarecer os fatos.

Nós estamos na Comissão de Educação, cujo objeto é o bem maior que uma nação pode ter, que é o conhecimento, a cultura. O progresso de todas as nações do mundo que prosperaram e se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolveram... É só olhar onde estão os prêmios Nobel da ciência do mundo. Por isso é que os Estados Unidos e a Europa prosperaram nesses últimos séculos, estão lá concentrados... Então, é a cultura que leva os países para frente, melhora a qualidade de vida das pessoas. Estamos tratando de coisas sérias, e evidentemente que, com os fatos que nós vimos aqui, nenhuma pessoa de bom senso e de responsabilidade pode concordar.

Quer dizer, vai um Ministro da Saúde, junto às vezes com o Presidente do FNDE, faz uma pregação lá para os Prefeitos, 20 ou 30 Prefeitos, ladeado pelo Pastor Gilmar de um lado, ladeado pelo Pastor Arilton do outro, e, quando saem dali, os pastores vão lá: "Olha, se você botar aqui 15 mil..." Que história é essa? Pelo amor de Deus! Os pastores se sentem... O Prefeito vai sentir, e evidentemente qualquer um de nós sentiria, que os pastores estão falando em nome do Ministro, em nome do Presidente do FNDE, porque não tem como... O que eles estão fazendo ali? Organizando o evento e depois achacando – não tem outro termo – os Prefeitos. E os Prefeitos que se negaram, Senador Flávio Arns, a dar a propina que os pastores pediram tiveram zero real de empenho nos seus municípios! E Prefeito que declarou que conhece o pastor, mas disse que o pastor não pediu e que ele não deu empenho, saiu daqui com cinco empenhos novos! Tudo isso é muito estranho! Então, evidentemente que essas coisas têm que voltar para o eixo da normalidade; o que nós queremos é trazer tudo para a normalidade, fazer as coisas como devem ser feitas.

Então, a notícia que traz hoje a *Folha de S. Paulo*, esses *kits* de robótica: são importantes para a administração, para a educação? São, mas não é concebível que um estado detenha 60% desses recursos, 67%; o segundo colocado, 13%; e os outros, irrisório 1%, 0,1%! Pelo amor de Deus! Tem que haver um mínimo de critério. Não pode ser ao deus-dará, não pode ser uma coisa sem nenhum critério, sem nenhum princípio, de qualquer maneira.

E chamo atenção também aqui, nessa questão dos *kits* de robótica, ao valor por que foi comprado. E o que mais me chamou atenção foi o Marcelo aqui, nosso Presidente do FNDE, não conseguir responder o critério, porque o FNDE evidentemente tem que ter um modelo. O modelo do ônibus urbano é esse. Quanto é que custa? É só perguntar. Com um simples telefonema, todo mundo sabe qual é o preço.

Eu disse aqui outro dia, Senador Vanderlan, que nós passamos a vida inteira comprando, toda a nossa vida. Nós nunca compramos nada superfaturado. Nós compramos tudo pelo preço normal. Aí uma pessoa que passa a vida inteira comprando tudo na sua vida normal pelo preço normal vai ocupar uma função pública e aí, de uma hora para outra, perde a inteligência, não sabe o preço de nada, compra as coisas superfaturadas? É ingenuidade, é insuficiência de lógica? Não, ninguém é ingênuo. Isso é esperteza, isso é malandragem, pelo amor de Deus! Não estou dizendo que aconteceu; não aconteceu nada, não houve, pelo que o Marcelo falou aqui, pagamento de nada, não houve dano ao Erário, mas evidentemente que nós não vamos botar isso no campo da ingenuidade, ninguém vai cair numa história dessa. Como é que não se sabe o preço do ônibus, uma coisa que é comprada todos os dias por todos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estados brasileiros, por todos os municípios brasileiros e principalmente pelo FNDE? Como é que o FNDE baixa uma licitação de R$2 bilhões para R$1,5 bilhão, R$500 milhões a mais?

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG. *Fora do microfone*.) – A menos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Que estavam a mais, não é?

Então, estou falando aqui não é para incriminar ninguém, não é essa nossa intenção. Nós só queremos é esclarecer as coisas. Quem vai fazer essa parte aí de incriminar, de investigar, de abrir o inquérito criminal é a Polícia Federal, o que não nos compete; o que nos compete é uma educação de qualidade, que os recursos públicos do FNDE, do Ministério da Educação realmente cumpram a sua função com a sociedade e que possam chegar à sua finalidade, aos estados e aos municípios, para nós termos uma educação de melhor qualidade. É isso que nos interessa somente.

Então, dizendo isso aí e nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 14 horas e 19 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e treze minutos do dia doze de abril de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Dário Berger, Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Flávio Arns, Carlos Portinho, Roberto Rocha, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Paulo Paim, Jean Paul Prates, Leila Barros, Fabiano Contarato, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Carlos Viana, Mailza Gomes, Kátia Abreu, Styvenson Valentim, Alvaro Dias, Vanderlan Cardoso, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves, Fernando Collor e Cid Gomes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 24, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, da Constituição Federal e do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a tomada de depoimento dos seguintes senhores no bojo desta Comissão, a fim de que prestem as informações devidas sobre o aparente beneficiamento indevido na destinação de verbas públicas afetas ao Ministério da Educação e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação: Garigham Amarante Pinto - Diretor de Ações Educacionais (Dirae) do FNDE; Gabriel Vilar - Diretor de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais (Digap) do FNDE; Odimar Barreto; Nely Carneiro da Veiga Jardim; Luciano de Freitas Musse; Crezus Ralph Lavra Santos; Darwin Einstein Arruda Nogueira Lima; e Jorge Guilherme da Silva Souza." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Aprovado. Registraram voto contrário os Senadores Carlos Viana, Carlos Portinho e Esperidião Amin. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número legal, declaro aberta a 10ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Esta...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, pela ordem, para V. Exa. compreender...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Peço também, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador Randolfe; depois, Carlos Portinho; depois, Izalci Lucas, com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só peço que V. Exa. reitere junto à Mesa Diretora o conteúdo de alguns requerimentos que nós já aprovamos nesta Comissão com pedidos de informações, para podermos, dentro dos limites desta Comissão de Educação... Repito, esta Comissão de Educação não é uma Comissão de investigação. Portanto, tem limites do que pode fazer, mas é tarefa constitucional desta Comissão de Educação buscar esclarecer esse esquema absurdo e tenebroso de corrupção que se estabeleceu no âmbito do Ministério da Educação.

Então, no âmbito da Comissão de Educação, nós aprovamos requerimentos solicitando o seguinte: o encaminhamento da íntegra dos processos relativos à ação de controle que teria sido instaurada no Ministério da Educação a respeito das irregularidades no FNDE – nós já os aprovamos nesta Comissão, mas carecem de um despacho da Mesa Diretora desta Casa. Eu solicito a V. Exa. que faça diligência junto à Mesa Diretora para checar se esse encaminhamento já ocorreu –; segundo, o encaminhamento da íntegra dos processos administrativos autuados no Ministério da Educação e pelo FNDE para transferência de recursos orçamentários, incluindo a solicitação inicial, o parecer dos órgãos técnicos instrutórios, a decisão das respectivas autoridades competentes, os valores transferidos e os controles ou convênios firmados com os entes municipais em relação às seguintes prefeituras: Rosário, no Maranhão; Anajatuba, no Maranhão; Ijaci, em Minas Gerais; Dracena, em São Paulo; Ceres, em Goiás; Centro Novo do Maranhão; Três Corações, em Minas Gerais – Rosário, no Maranhão, já foi destacada –; Luís Domingues, no Maranhão; Boa Esperança do Sul, em São Paulo; Guarani d'Oeste, em São Paulo; Bom Lugar, no Maranhão; Salinópolis, no Pará; e outras prefeituras em que surgiram denúncias de irregularidades sobre as denúncias ou uso de verbas públicas do Ministério da Educação.

Eu reitero, Presidente, que esses requerimentos já foram aprovados por esta Comissão em data outrora e carecem obviamente do despacho da parte da Mesa Diretora para o Ministério da Educação. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que eu solicito a V. Exa. é perguntar, questionar à Mesa Diretora: 1 - se o despacho ao Ministério da Educação já foi feito; 2 - se já foi feito, por que ainda esta Comissão não obteve essas respostas?

É a solicitação que faço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Randolfe.

Na semana passada, eu estive com o nosso Secretário-Geral da Mesa, Sabóia, e falei com ele sobre esses requerimentos que nós havíamos aprovado aqui na Comissão de Educação. Na oportunidade, ele me disse que esses requerimentos seriam postos em votação na reunião da Mesa da quinta-feira. Minha secretária tentou conseguir essa resposta ontem e não conseguiu falar com ele. Ela está tentando agora, mas estava previsto ser aprovado para, então, a Mesa do Senado enviar. Acredito que, até o final desta sessão, a gente possa ter uma informação mais precisa sobre esses fatos que realmente dependem da Mesa Diretora da Casa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Com a palavra o nobre Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, fazendo um *flashback* aqui da última sessão para poder fazer o meu encaminhamento pela ordem, na última sessão, o Presidente do FNDE esteve aqui, e, de tudo o que foi demonstrado com relação aos pastores, o próprio ministro denunciou o abuso de acesso à CGU – isso foi ainda no ano passado –, notícia, então, de que ele fez o que deveria ser feito.

Com relação à licitação dos ônibus, que são seis tipos de ônibus – não é um micro-ônibus qualquer, e há inclusive veículos 4x4, com acessibilidade, dentre outros requisitos especiais –, entendemos que os órgãos de controle interno e externo neste Governo funcionaram, coisa antes não vista em governos passados. Quem tem um mínimo de conhecimento de processo de gestão do processo administrativo sabe muito bem que, quando o edital vai à rua, é preciso fazer uma reserva orçamentária, mas ele ainda sofre a análise – graças a Deus, nessa forma, funcionou – dos órgãos de controle interno e externo. A licitação se deu pelo preço que determinou a CGU, e o lance final, inclusive, foi com uma economia de R$30 milhões, se comparado com o valor do edital.

Só para fazer os últimos capítulos dessa história, eu vi aqui, inclusive, que, no requerimento que o Senador Randolfe apresenta para deliberação hoje, aqui nesta Comissão, o assunto do ônibus já ficou naturalmente para trás, porque ele já deve estar convencido de como é um processo administrativo na gestão pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, Sr. Presidente, pela ordem, exatamente, o requerimento com relação aos dois diretores do FNDE é para que eles justifiquem por que e como – origem – eles compraram carros, um negócio particular pessoal. É lógico que todo homem público tem o dever de prestar contas, é lógico que é competência desta Comissão a fiscalização dos atos do poder público federal, por mais que isso seja constrangedor. Imagino que as declarações de Imposto de Renda dele já estejam disponíveis.

E trago a V. Exa., ao Marcelo e aos meus pares a informação de que já foram protocoladas, com documentação própria, as justificativas de origem dos recursos particulares de que esses servidores se utilizaram para comprar um carro próprio: como todo brasileiro, só se consegue comprar hoje de forma parcelada e com outros recursos de venda de veículo, de previdência privada e outras questões. Essas informações foram prestadas já à CGU, e eu as trago aqui para que todos tenham conhecimento.

Em razão disso, até consulto o Senador Randolfe, e, se não for o caso, vamos colocar em votação, sobre a conversão do convite – já que essa era a única justificativa para chamá-los aqui, segundo o requerimento – em requerimento de informações. E já antecipo que, da mesma maneira que voluntariamente prestaram à CGU, não se escusarão, de forma alguma, de prestar a esta Comissão de Educação. Esse é o meu primeiro pedido.

Aí, sim, a partir da documentação, se é só pela documentação – se houver mais algum esclarecimento que seja necessário, seguiremos –, acho que o requerimento de informações é suficiente, se é essa a justificativa.

Há outro cidadão chamado Darwin, que é um técnico do Ministério, no FNDE, cuja justificativa é porque ele sai na foto com os outros dois funcionários na sua publicação do Instagram. Ora, um técnico convive com outros servidores... Eu tenho várias fotos com a minha equipe aqui no meu gabinete e não acho que essa seja, com todo respeito, justificativa para convidar o Sr. Darwin a comparecer.

E quero ainda acusar que, nesse requerimento, embora sejam relacionados oito convites logo no início, só há justificativa para sete. Para o Sr. Crezus – eu não sei nem qual é a sua função e nem a motivação –, não há justificativa – eu não sei nem quem é, Sr. Presidente, com toda sinceridade –, não há nem a justificativa para a sua convocação.

Então, feito o registro desses três pontos – a conversão do convite em requerimento de informações, porque foi prestada à CGU e não será negada a prestação certamente aqui da origem, como todo brasileiro faz, parcelando, naturalmente, a compra de veículos, uma questão pessoal inclusive; a questão do Sr. Darwin, porque, realmente, ninguém pode ser chamado porque saiu uma foto, isso não é justificativa, nunca vi isso, que é técnico, inclusive, com os seus colegas; e o Sr. Crezus, uma coisa assim, para o qual não há nem a justificativa. E aí se puder ser emendado e reparado para que a gente possa seguir aí dentro do devido processo, como cabe a esta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, me parece que...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Só um instante aí. É porque eu pensei que o Senador Carlos Portinho, como o Senador Izalci, como V. Exa., tivesse pedido pela ordem, porque eu acho que o mais próprio é a gente ler primeiro o requerimento...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – ... o autor fazer a defesa e, depois, haver a contradita.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Perdão, Sr. Presidente. É que eu tenho a CAS ali. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, a minha questão é pela ordem mesmo.

Eu tenho sido cobrado e questionado muito sobre a questão da CPI da educação com relação a esse episódio. E eu tenho colocado assim: a gente não pode, em momento algum – e eu participei de todas as CPIs quando fui Deputado e agora como Senador; e é um instrumento muito importante que o Legislativo tem para exercer –, banalizar qualquer CPI, porque, de fato, a gente acaba perdendo a credibilidade de um instrumento que é muito importante para o Parlamento.

Então, nós demos aqui o primeiro passo. Na Comissão de Educação, foi feito aqui requerimento de informação, foi feito requerimento de convite – convocação, depois, transformada em convite. Então, o que aconteceu aqui? No primeiro momento, vieram os Prefeitos, sendo que a grande maioria dos que vieram confirmaram o episódio. Depois nós chamamos aqui os pastores, juntamente com o Presidente do FNDE. O Presidente do FNDE compareceu, fez o seu depoimento; e os pastores não compareceram, alegaram que estão tratando disso na Justiça. E nós não temos aqui na Comissão de Educação competência regimental ou constitucional de convocá-los aqui. E agora estamos chamando o ministro – também era uma convocação, que transformamos em convite. Ainda não sabemos se virá ou não. Espero que venha, bem como outros pedidos de informações ou convites aqui.

Evidentemente, esgotado isso, se a gente não conseguir chegar àquilo que a gente pretende, que é esclarecer a transparência, dar a satisfação para a população com relação a isso, aí nós temos outros instrumentos. Acho que a gente... Eu não assinei ainda em função disso. Se a Comissão de Educação resolver o problema, não justifica criar a CPI; se não resolver, se a gente não tiver convicção de que o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ocorreu aqui com relação a esse episódio não foi correto, nós temos o nosso instrumento... Exatamente temos que ter muito cuidado, inclusive neste ano eleitoral, de não transformar também essa CPI... Em todas elas, em todas as CPIs, eu apresentei um voto separado: da Petrobras, do Carf, da Lei Rouanet, agora da Chapecoense, mesmo a CPI da Covid, de que eu não participei como membro, mas participei como ouvinte e fiz um relatório.

Então, é um instrumento importantíssimo e que a gente precisa, inclusive, aperfeiçoar para a gente ter mais elementos para esclarecimentos. Por isso é que eu não assinei ainda a CPI. Se a Comissão de Educação esclarecer, ótimo, bola para frente. Senão, é um instrumento que nós temos ainda e que vamos avaliar.

Era isso, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Perfeitamente, nobre Senador Izalci Lucas.

Vamos ao item 1, e único, da pauta de hoje, que é o Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte nº 24 de 2022.

Aliás, antes de eu ler o requerimento, quero dar a informação ao Senador Randolfe – minha assessoria é que me traz – de que já foi enviado à CGU o pedido de informações aprovado pela Mesa do Senado. Nós o aprovamos aqui na Comissão, foi para a Mesa do Senado, e a Mesa do Senado o aprovou na quinta-feira e já enviou à CGU para informações. Mas o do MEC ainda não foi, ainda vai ser aprovado para poder ser enviado. É essa a informação que eu posso dar para V. Exa. aqui no momento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) –

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 24, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, da Constituição Federal e do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a tomada de depoimento dos seguintes senhores no bojo desta Comissão, a fim de que prestem as informações devidas sobre o aparente beneficiamento indevido na destinação de verbas públicas afetas ao Ministério da Educação e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Garigham Amarante Pinto - Diretor de Ações Educacionais (Dirae) do FNDE; Gabriel Vilar - Diretor de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais (Digap) do FNDE; Odimar Barreto; Nely Carneiro da Veiga Jardim; Luciano de Freitas Musse; Crezus Ralph Lavra Santos; Darwin Einstein Arruda Nogueira Lima; e Jorge Guilherme da Silva Souza.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP).

Passo, então, a palavra ao nobre Senador para fazer a defesa do seu requerimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, as pessoas aqui elencadas são necessárias para esclarecimento ao trabalho que esta Comissão está fazendo sobre, reitero, o esquema tenebroso de corrupção no âmbito do Ministério da Educação. Ainda não encontrei justificativa razoável, nada que justifique sobrepreço – vou ser mais claro: superfaturamento – de quase 70% para compra de ônibus. Ainda não encontrei justificativa razoável para a compra de *kits* de robótica em que 70% deles foram destinados a um único estado da Federação, para escolas em municípios do interior que sequer internet, água potável, carteira escolar tinham. Ainda não encontrei... Ninguém do Governo conseguiu chegar a mim e dizer: "Olha, aquela propina que o tal do Gilmar estava pedindo para o prefeito daquela cidade era fictícia". Não, não encontrei.

Presidente, nesta Comissão, nós iniciamos esta reunião perguntando para o senhor sobre o encaminhamento de informações sobre quais procedimentos internos o Ministério da Educação havia tomado em relação a este esquema conhecido como "bolsolão do MEC". Essas informações, sequer essas informações chegaram a esta Comissão. Pode ser dito que o requerimento não chegou lá. Ora, se o interesse era tão grande do Governo em esclarecer, por que não tomaram a iniciativa, "Presidente Marcelo Castro, Senadores, estão aqui os procedimentos que já tomamos"? Alguma coisa, pelo amor de Deus, nesse sentido já chegou a esta Comissão? Ao que me parece, não.

Concordo com o meu querido colega Senador Izalci: esta Comissão tem que cumprir o seu papel. O Senador Izalci está certo. E ele aqui deixou claro: se os esclarecimentos não vierem para a Comissão, não resta outra alternativa senão uma Comissão Parlamentar de Inquérito. O Senador Izalci está certo. CPI é isto, é a última *ratio*. Nós estamos caminhando para a CPI, porque os mecanismos não estão funcionando. Quais são os órgãos de controle? Cadê as auditorias internas do Ministério da Educação? Cadê os esclarecimentos que poderiam ter vindo automaticamente para cá? Cadê? Onde estão?

Nós não estamos convidando o Sr. Garigham ou os senhores do FNDE, porque eles compraram CUV – SUV, melhor dizendo – de quase meio milhão de reais. Eu gostaria até de saber onde está esse rendimento além que possibilitou... Mas não é somente por isso. Se fosse só isso, razão boa já o seria, porque um dos indícios para qualquer investigação de corrupção é sinal exterior de riqueza. Eu estou aqui em Brasília, Presidente, há dez anos, como Senador, e eu não tive dinheiro para comprar uma mansão de R$10 milhões, de R$6 milhões. Alguns conseguem rapidamente isso. Deve ser algum tipo de talento que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente não conhece, que a gente não possui, mas, enfim, deve haver algum tipo de talento aí, quem sabe uma herança, alguma coisa desse tipo. Eu ainda não descobri qual é. Então, sinal exterior de riqueza a boa jurisprudência já diz que é sinal o bastante para investigar corrupção.

A outra questão é o Sr. Darwin. O nome dele condiz com a teoria evolucionista, só que numa situação distinta: a evolução da categoria de consultor para estar na outra ponta, como representante de uma empresa de construção civil, recebendo a partir da consultoria para a qual ele prestou o serviço público. É a teoria evolucionista numa nova versão do século XXI. É a nova versão da teoria evolucionista do século XXI. O nome condiz com a pessoa. Então, é isto que a gente quer saber aqui, a explicação dele.

Agora, com a devida vênia e respeito, o Governo já não quer CPI, trabalhou para danar esse final de semana, rapaz! Trabalharam... Se o esforço que o Governo teve para tirar assinatura dessa CPI tivesse sido colocado na pandemia, a gente não tinha 600 mil mortes neste país. Se o esforço que o Governo teve para retirar assinatura da CPI tivesse sido para se dedicar à economia, não haveria gente na fila do osso no Brasil. Se o esforço que o Governo teve tivesse sido dedicado à economia, não havia carestia de alimentos nos supermercados.

Tá! O Governo não quer CPI, e agora há a nova: não quer que as pessoas citadas venham à Comissão; querem que bote no papel para explicar. Minha avó já dizia, Presidente, "papel tudo aceita, até a mentira" – papel tudo aceita, até a mentira! Não querem, sequer, isto: não querem que venha a esta Comissão. Esta Comissão, pelo amor de Deus, não tem nem o poder de exigir a verdade. Só uma Comissão, Senador Confúcio, de Inquérito pode ter esse poder de fazer. Nem o poder, conforme o Código de Processo Penal, de exigir a verdade tem! E não quer que venha à Comissão de Educação! Rapaz, tem muita coisa aí escondida que precisa de esclarecimento, mas muita coisa mesmo!

O que nós estamos – e eu apelo aos colegas Senadores – votando aqui é para convidar – e é convidar! – funcionário público a vir a uma Comissão do Congresso Nacional dar explicação. É convidar, não é nem convocar, porque esta Comissão não pode.

Então, o Sr. Gilmar, nós o convidamos: paradeiro incerto e não sabido, está perdido em algum lugar, a gente não sabe nem se no Brasil está. Então, esses poderes, esta Comissão não tem. Então, até para convidar... Querem trocar por um requerimento para o cara dizer o que quiser nesse requerimento, escrever o que quiser? Não, Sr. Presidente! E eu concordo com o Senador Izalci: vamos insistir nessa comissão, vamos trazer... Repito: é convidar; se não vierem... É que eu acho que tem coisa aí que está sendo mais escondida do que deve.

Presidente, nesses termos, eu apelo aos colegas da Comissão: é convidar para esta Comissão como *ratio* anterior, como disse o Senador Izalci, para cumprir um papel constitucional e regimental de tentar esclarecer esse esquema absurdo que se estabeleceu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente, agora sim.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, com a palavra o nobre Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Muito obrigado.

Vejo que o Senador ainda não se recompôs.

O que acontece é que existe um procedimento, meus colegas; para a gente requerer o convite para a presença de alguém, deve haver uma justificativa. Se não, ao contrário, não precisaria de papel. O Senador usa o seu palanque, a sua narrativa, e a gente não precisa nem do papel do requerimento. Se há papel para requerimento, se há um procedimento formal, Sr. Presidente, é preciso que seja justificado o convite, porque convidar nós podemos convidar qualquer servidor público, desde que haja razão para ele estar aqui.

A razão que está no requerimento... Não sei se o Senador vai fazer outro, mas a razão que está no requerimento não fala de ônibus, não fala de pastor. Ele quer saber, como ele mesmo colocou, de sinais aparentes de riqueza. Por que é que um servidor comprou um carro? A gente pode chamar aqui? Imagino que servidores comprem carros todos os dias em algum lugar do país. Então a gente pode chamar qualquer um por isso? Ainda que seja assim, ele precisa vir aqui para dizer por que comprou um carro? Ou o que nós queremos é documentação, que ele preste informações por documentos relativos à compra e venda do carro, à origem dos recursos, a seu imposto de renda? E eu repito: foram apresentados espontaneamente à CGU.

Então vamos receber primeiro as informações aqui, vamos ver a documentação, se é essa, e é, a única justificativa para trazê-los. Vamos ver a documentação e, se persistir alguma dúvida, se ele poderia ou não comprar um carro em 18 ou 36 vezes, se ele poderia usar recursos próprios da venda de outro carro, de sua previdência privada, ou seja, do que for para comprar um carro... Se ficar alguma dúvida, que o convide.

Agora, o que é, com todo respeito? O Senador não quer nem abrir a CPI, o que ele quer é só o palanque, até porque, se abrir uma CPI, ele vai estar em campanha com o candidato dele; aliás, como a grande maioria dos Senadores – com todo respeito – que assinaram. Eu não, não sou candidato e estarei aqui, não tenho medo nenhum.

Fui o 14° a dar presença hoje aqui para poder abrir esta Comissão, mas vamos ser corretos. Chamar um servidor para explicar a compra de um veículo... O que explica, demonstra e comprova são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

documentos, não é a presença dele aqui, não é ele dizer como ele comprou o veículo, é ele provar que ele tinha origem para comprar o veículo.

Por isso eu submeto aos meus colegas sem nenhum problema. Vamos a fundo nisso, até porque ele já apresentou para a CGU, os dois já apresentaram a justificativa. Vamos requerer informação. Vamos converter o requerimento de convite em requerimento de informação, que ele traga a documentação condizente com a compra do veículo, a sua origem, o seu Imposto de Renda inclusive, e tudo mais que puder dar embaso a essa compra do veículo. E, se, por acaso, não ficar suficiente, serei o primeiro aqui a dizer: "Pode convidar". É um dever desta Comissão. Temos que prestigiar esta Comissão. Não aqueles que começam a partir de uma CPI para fazer palanque. E, se tiver que haver uma CPI, farei inclusive um requerimento de informações, porque a coisa mais importante, Senador Confúcio, do último depoimento do Presidente do FNDE é o atraso em 2 mil obras de escolas, de creches e de universidades, 98% delas no período de 2006 a 2018, no Governo do PT. Isso é um absurdo, porque são crianças, alunos, universitários que não podem desfrutar do ensino, porque a obra parou. Vamos saber se o dinheiro foi desviado, vamos saber se o dinheiro foi mal investido ou se, no processo, como acontece muitas vezes – falei aqui na semana passada –, a prefeitura, o governo pediu recurso para construir, não tinha o domínio do terreno, se ela não pagou a contrapartida dela, se a obra parou, enfim, por alguma razão que não seja má-fé, pode ser também. Mas a única coisa de concreto foram 2 mil obras paradas no Governo do PT de 2006 a 2018, e isso tem que ser investigado. Inclusive perdemos tempo aqui discutindo se devemos mandar recurso para municípios e estados que têm obras paradas e, para isso, temos que entender por que que essas obras estão paradas. E aí, sim, se for para haver uma CPI, essa eu assino, Senador. É uma CPI para investigar 2 mil obras, 98% dessas 2 mil obras no Governo do PT. Isso não é palanque, isso é concreto no depoimento, e farei o requerimento de informações para o MEC, para que ele informe ao FNDE a relação dessas 2 mil obras paradas, porque sei, Senador Marcelo Castro, que o senhor também ficou preocupado como eu.

Então, aos meus colegas eu venho aqui requerer em relação aos dois Diretores, em vez do convite, porque não adianta ele vir aqui falar, que seja convertido o requerimento em pedido de informações, com documentação da origem dos recursos para compra do veículo, porque essa é a justificativa, não outra.

E, só para terminar, com relação ao Sr. Darwin, a justificativa que está ali no requerimento é a mais esdrúxula. É um palanque em que se quer constranger servidores públicos com intuito eleitoral, porque a justificativa que está ali para chamar o rapaz Darwin é que ele saiu numa foto no Instagram com outros dois colegas de fundo. Não há a ilação na narrativa que trouxe aqui o Senador. O que há é, na justificativa, o pedido de convite, porque ele saiu numa foto, e, se nós agora vamos convidar servidor porque saiu em foto com outro, vocês me desculpem, aí nós vamos desmoralizar esta Comissão e nós também com o nosso mister aqui como Senadores. E, só para concluir mais uma vez, o Sr. Crezus não sei nem quem. Até fiz a pesquisa, até no Wikipédia fui. Não sei quem é. Não sei nem por que está sendo chamado, não sei nem se existe, não tem nem justificativa. Há oito relacionados e sete justificativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Randolfe falhou.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Presidente Marcelo, pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Sobre o requerimento de CPI, eu aceito o aditivo aí.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, não é aditivo. É a CPI própria.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Já concedo, nobre Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – A minha assessoria aqui também, Senador Carlos Portinho, teve dificuldade de encontrar informações sobre o Sr. Crezus Ralph Lavra Santos. Eles conseguiram colocar aqui que ele é Assessor de Projetos na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, é a coisa que conseguiram encontrar do Sr. Crezus.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu posso justificar, Presidente, a convocação do Sr. Crezus? Ele é o nome que é citado como tendo participado na intermediação dos recursos entre o Sr. Gilmar, o Sr. Arilton e os Prefeitos, sobretudo do Maranhão. É esta a razão. Acho que é razoável.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador Carlos Viana; depois, a Senadora Zenaide Maia.

Com a palavra, Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG. Pela ordem.) – Primeiramente, obrigado, Presidente.

Meu bom dia a todos os colegas Senadores.

Estou aqui com uma tossezinha me incomodando muito, mas, graças a Deus, sem covid, nada. Apenas um princípio de pneumonia que me acometeu este final de semana e de que agora estou cuidando.

Sr. Presidente Marcelo Castro, primeiramente, quero dar os parabéns a V. Exa. e dizer da minha alegria em poder compartilhar este mandato no Senado com os senhores – com o senhor, com o Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Randolfe, pessoa com quem eu aprendo. O senhor é o Presidente desta Comissão e, apesar de saber do seu posicionamento pela imprensa, foi colocado que o senhor chega a ser a favor de uma CPI, o senhor tem sido muito democrático e ético conosco, porque aqui tem valido o que é informação de fato, não informação de discurso e narrativa.

Na semana passada... E é bom que a gente deixe claro para quem está nos assistindo que tudo isso aqui se destina a esclarecer quem paga os nossos salários, que é o povo. Eles é que precisam saber, precisam ter informações, que é algo que eu persegui com muita firmeza 23 anos como jornalista, para não enganar ninguém com discurso eleitoreiro, o que é muito comum nesta época do ano, tudo ganha uma repercussão gigante.

Vou começar aqui, Senador Izalci, por matérias que eu tenho lido: "Uma empresa do Maranhão ganhou asfaltamento no Brasil inteiro", parará, parará. Aí, há lá um parágrafo assim: "Contraria todos os pareceres com relação a asfaltamento"... Agora repórter virou especialista em asfalto. Não tem ninguém lá falando que aquilo é... Virou especialista em asfalto. Porque o repórter... Não tem lá quem disse o que escreveu, não tem: "O professor da universidade tal, o fulano disse, especialista em"... Não! Está lá um parágrafo solto dizendo que aquilo contraria todas as normas técnicas. Eu não entendo nada de asfaltamento. Sinceramente, se eu for escrever, eu vou escrever falando: "Olha, segundo fulano de tal, que é especialista nisso, isso aqui não é bom". A matéria vem metendo o cacete, desculpe: "São 680 milhões para asfaltamento, a empresa cresceu"... Aí, lá embaixo...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Isso aí é em relação ao Ministério do Desenvolvimento Regional.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Isso. Aí, lá embaixo...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não, só para esclarecer, da Codevasf.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Da Codevasf.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não, tranquilo.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Aí, Sr. Presidente, lá embaixo, está assim: "O procedimento, antes de ser aplicado, foi aprovado pela plenária do TCU".

A matéria vem o tempo todo falando. Aí, lá embaixo, está assim: "O procedimento foi totalmente aprovado pelo TCU", que, inclusive, agora vai deixar um comunicado público – eu estou tendo informação – de que isso economizou dinheiro para o país. Mas, primeiro, se vem com a narrativa toda do discurso, para, depois, você explicar à população que o órgão máximo do Brasil para controle de contas públicas, que é o TCU, aprovou. Quem não foi a favor foi o Ministério Público de Contas, que está dando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a opinião dele. Liberdade de fiscalização é liberdade de documento. Então, a gente tem que começar a publicar documento, para que as pessoas em casa não sejam enganadas. Essa história de que os controles de fiscalização do Governo não funcionaram, me perdoem, é uma falácia política.

O relatório da Corregedoria do FNDE, feito 30 dias antes da publicação pela imprensa, trazia todas as informações sobre a investigação no MEC. A imprensa publicou e fez o papel dela 30 dias depois que o Governo publicou, num relatório, para a Controladoria-Geral da União. Vamos deixar isso claro aqui. Está tudo funcionando. Tudo o que o senhor tem em mãos hoje, que está sendo colocado aqui pelo nosso colega Senador Randolfe, já está sendo controlado pelo Governo. Esses senhores – e aqui, com muita humildade – têm que dar a informação é para a Polícia Federal.

Eu fui Relator de uma CPI aqui do meu estado, de Brumadinho. O STF não nos dá poder de polícia. Uma CPI só vem quando o Governo não presta declarações corretas e, aí, a gente vai investigar. Não é o caso aqui, Sr. Presidente. Se tem servidor público que adquiriu um bem, seja do jeito que for, nós, primeiramente, estamos expondo uma vida particular aqui. Pode ser um servidor que tenha suspeita de corrupção? Pode. Mas pode ser, Senador Portinho, Senador Confúcio, um servidor que tenha 25, 30 anos de trabalho, cuja esposa trabalhe também diretamente, que seja uma mulher trabalhadora, junto com ele, um companheiro que trabalhou com... Aí não, "ele comprou uma SUV". Pelo amor de Deus, gente! Vamos começar... Esta pergunta me foi feita quando eu virei Senador. Um colega jornalista virou para mim e falou assim: "Como é que você conseguiu comprar um apartamento de 2,5 milhões?". Eu falei: "Trabalhando 35 anos, desde os 12, como engraxate. Quanto mais trabalho, mais sorte eu tenho". Alguém veio falar para mim isso?

Então, hoje eu coloco para o senhor aqui o seguinte: o Governo tem colocado todas as informações, o Governo foi quem encontrou... O próprio Ministro Milton denunciou esses senhores que estavam fazendo intermediação em agosto do ano passado. Foi ele quem denunciou. Agora, eu... E aqui vou colocar com muita clareza, acompanhando meu colega Portinho. Como Senadores, temos aqui uma relação excepcional. Eu tenho uma admiração por cada um, todos os senhores, porque, na hora do debate legislativo, há inteligência, há firmeza, mas, quando o assunto é atacar o Governo, o que está aqui é um dos organizadores da campanha da Oposição, que já foi a público dizer que é parte do planejamento da campanha da Oposição. E isso aqui está sendo trazido como planejamento de campanha da Oposição.

Nesse ponto, mais uma vez, eu quero dar os parabéns a V. Exa., porque tem sido democrático, ético, para que a gente possa mostrar com clareza o que está acontecendo aqui. Se vier CPI... Sexta-feira passada saiu a notícia: "Temos 27 assinaturas". Nós já sabíamos que não tínhamos. Por quê? Porque os Senadores não trabalham só com essa lógica de: "Eu lhe dou obra, e você tira a assinatura". Não! Senador é uma pessoa madura. A maioria de nós aqui, com exceção de mim, porque sou novato aqui, já passou por cargos de governo e sabe o que é administrar. V. Exa., Senador Marcelo, sabe o que é administração pública, sabe a dificuldade que é você ser ordenador de despesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quando ele vem para cá, quando vem o Presidente do FNDE, que desmonta toda a história, acabou! O pessoal tirou a assinatura, e outros vão tirar também. Sabem por quê? Ninguém quer fazer o país parar num ano eleitoral. Nós queremos que o país cresça, continue. E há um compromisso aqui do Governo, com muita... Todas as informações, Senador Izalci, serão prestadas, todas! São informações que já estão sendo investigadas há muito tempo.

Então, a minha colocação é a de pedir a V. Exa. que a gente transforme o requerimento em requerimento de informações e que a gente possa dar sequência realmente aos assuntos da educação de que nós precisamos hoje no país, para discutir as obras paradas, para a gente rediscutir o financiamento, saber como estão os índices dos nossos alunos. Acho que é isto que os pais e as mães, em casa, estão esperando de nós, uma contribuição para tornar a educação pública mais efetiva no Brasil, e não um palanque pré-eleitoral, como estão tentando fazer.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Continua em discussão o requerimento.

Vou passar a palavra à nobre Senadora Zenaide Maia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... só troco com a base de apoio ao Governo: deixo de integrar a CPI, e os Senadores liberam o requerimento de CPI. Eu não faço questão de integrá-la, só quero a investigação.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, porque V. Exa. está em campanha, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É fato. Por isso, estou dizendo que não integro a CPI. Vocês permitem a CPI, e eu não a integro. Feito o acordo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não! Eu não a integro, e vocês a fazem. Fazem a CPI. Eu não a integro. Fechado!

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Não, Excelência, nós desejamos o senhor na campanha! O senhor é inteligente!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – O senhor é um adversário de discurso à altura.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu estou fazendo o seguinte acordo...

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Faça a campanha!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu não estarei na CPI.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – A CPI nem começou ainda!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois é!

Eu não estarei na CPI, e vocês dão as assinaturas de que precisam.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – E o clima já está desse jeito.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Com a palavra a nobre Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos os colegas e ao Sr. Presidente!

Eu queria dizer o seguinte: eu sei que existe essa defesa; agora eu não gostei de ouvir os colegas dizerem, como foi dito aqui pelo Senador Carlos Portinho, que quem assinou a CPI o fez porque estaria num palanque eleitoral. Eu não sou candidata a nada. Mas, quando a gente vê que o Estado brasileiro está esmagando literalmente a educação deste país – não sei o que ocorre nos outros estados, mas deve ser a mesma coisa –, retirando recursos das universidades públicas, dos institutos federais... Aqui a gente reúne a bancada e tenta deixar funcionando essas instituições. Isso não é discurso de palanque eleitoreiro! Eu sempre ouvi dizer: se não tem nada a temer, por que não faz a CPI?

A Zenaide não subscreveu, até porque nem sou muito a favor de CPI. Mas, quando eu vi a CPI da covid-19 salvar milhares de vidas de brasileiros e brasileiras... A CPI, infelizmente, foi que obrigou o Governo a comprar as vacinas. As vacinas já existiam no Instituto Butantan desde dezembro de 2020, mas a questão de briga com o Governo de São Paulo e com coisa que vinha da China matou muita gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso a gente não pode tirar. Eu acho que assinar a CPI não quer dizer que a pessoa é antiética ou que é porque está num palanque eleitoreiro. Assinar a CPI é para a gente apurar o que houve.

Não fomos nós Parlamentares que fomos atrás e descobrimos que havia pessoas, como os pastores, intermediando a liberação de verbas. Quando veio aqui, aquele que disse que não tinha intermediário, mas que tinha filmagens de tudo foi o que recebeu 15 milhões de uma cidade, apesar de ter obra inacabada. Deixo claro aqui que eu não estou aqui defendendo quem deixou obra inacabada ou não deixou, mas eu queria lembrar, gente, eu não sou nem do PT, eu defendo aquilo que é correto, faço a defesa da população brasileira. O que eu quero dizer é que desde 2015, quando afastaram a Presidente Dilma, que não é mais esse partido que tomou conta deste país, ou seja, estão esquecendo que em 2016 ela foi afastada definitivamente e que a gente já está em 2022. Então, essa história...

Tudo bem, vocês estão no Governo e têm que defender o Governo. Agora, querer dar a entender que o Senador que assina é para fazer um palanque com discurso eleitoreiro, eu garanto aos senhores que a maioria não é. Eu acho isso, assim, uma falta de respeito. E essa história de que as pessoas não querem por que não acreditam em política, por que não politizar? As decisões são políticas. Quando o Governo resolveu que não tinha cortado 20% do orçamento do SUS, isso foi uma decisão política, sim. Está aqui uma que, independentemente de quem seja o governo, se está na defesa da educação pública, da saúde pública, da segurança pública, que a gente não está vendo aqui...

Aí tudo é antiético. Só se cobra ética e moral dos menores, dos menores é cobrado. Mesmo aqueles que estão, 20 milhões, com fome, debaixo de um viaduto, aqueles têm que ter ética e moral, agora o resto não. O Governo precisa urgente, em vez de estar se preocupando em barrar uma CPI que vai mostrar que o Senado Federal não vai ficar omisso diante de denúncia... Não fomos nós que denunciamos. Não fomos nós que criamos a denúncia. Há vídeos, há tudo. Vamos parar com essa história que é por causa de palanque, porque o Senador Randolfe é coordenador disso ou daquilo.

Assinei, sim, a CPI. Assinei, porque acho que a gente tem que investigar. As denúncias vieram, e nós temos que acabar com essa história de se omitir. Está lá. E fomos nós que vimos aqueles pastores 90 vezes viajando com o Ministro da Educação. Estou vendo a educação sendo esmagada neste país por este Governo. Entendeu? E aqui não ia nem falar – viu, Presidente? –, mas quando eu ouvi dizer que era discurso de palanque, que era de quem era candidato, quem não é candidato não assinou, não é por aí, gente. Nós não podemos nos omitir. A população não permite mais isso.

Então, cuidar é gerar emprego e renda. O Governo... Cuidar é investir na saúde, na educação, na segurança pública, independentemente de quem errou lá trás. Se houve alguém que errou, e aí?

Aí eu vou ficar no espelho retrovisor o tempo todo? Não é por aí. E, se for para investigar obra inacabada, vamos lá também. Agora, se denuncia, e a gente aqui se cala, porque, senão, é um discurso eleitoreiro? Não sou candidata a nada, viu? E assinei a CPI, sim. Acho que a gente não pode se omitir. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não estou desmerecendo os colegas que querem conseguir que não haja essas assinaturas. A gente respeita quem não quer assinar, mas vou assinar, e não é porque estou num palanque eleitoreiro.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Sr. Presidente, pela ordem. Só um instante.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG. Pela ordem.) – Eu tenho certeza de que o meu Líder Carlos Portinho em momento algum tentou desprestigiar quem quer que seja.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – Tentou.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – À Senadora Zenaide o meu abraço.

São dois pontos que eu gostaria de colocar, Presidente.

Primeiro, o Governo Bolsonaro, o atual, nós aqui tivemos o prazer de votar recentemente um aumento de 100% no Fundeb. Nós votamos. Tornamos o Fundeb definitivo e o aumentamos em 100%. Isso não é esmagar a educação. O Governo tem dado toda a colaboração. O Governo foi a favor de fazer... Inclusive, o Ministro Milton Ribeiro foi um dos grandes defensores de que o Fundeb fosse total.

A questão do dinheiro das universidades é um outro debate que a gente pode em um momento mais oportuno trazer para cá. Quando a gente vai olhar os gastos das universidades brasileiras, a gente percebe, Senadores, que até 30% em determinadas situações não são gastos com aluno. Num país que precisa respeitar uma lei de um teto fiscal, que precisa usar bem o dinheiro que os brasileiros nos dão, nós temos que começar a rediscutir como esse dinheiro é gasto. Então, esse é um outro assunto que gera... Toda vez que o Governo fala assim: "Olha, vamos aumentar o gasto por aluno, diminuir gasto com o administrativo", aí vem representação dizer "o Governo é contra as universidades". Nada disso. Então, esse é um ponto.

E o último, Presidente, à Senadora Zenaide. Nenhum real das propostas sob suspeita foi liberado. A palavra "liberado" no contexto público quer dizer: o projeto deu sequência. A palavra "liberado" no nosso dicionário popular é dinheiro em caixa: "Olha, eu liberei para você cem mil. Estão lá na sua conta". O Governo não depositou um real de qualquer proposta sob suspeita. Isso ficou muito claro aqui nesta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o meu posicionamento – permita-me aqui o Senador Portinho –, tenho certeza, nós em momento algum... E respeitamos quem quer manter a assinatura, mas agradecemos, em nome da educação brasileira, àqueles que tiveram a coragem de retirar quando perceberam o verdadeiro intento do que nós estamos discutindo aqui com relação às denúncias do MEC, as quais deveriam estar agora só na Polícia Federal.

Obrigado, Presidente.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pela ordem. Eu fui citado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Pois não, nobre Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para explicação pessoal.) – A Senadora Zenaide é uma Senadora muito atuante. Eu tenho um carinho muito grande por ela e não poderia deixar de dizer que não quis me referir a ela de forma pessoal. Apenas, como disse bem aqui o Senador Carlos Viana, que digam onde foi pago sobrepreço, porque não houve pagamento. E quem não conhece a gestão pública confunde empenho com liquidação. Empenho é reserva, liquidação é pagamento. Não houve pagamento. Então, esse argumento, eu acho, cai por terra.

E, com relação aos pastores, ficou claro que o próprio ministro, lá atrás, no ano passado – notícia requentada, inclusive –, denunciou o abuso de acesso.

E eu não tenho dúvida, Senadora Zenaide... Só aqui na relação inoficiosa – porque eu vou requerer a esta Comissão a relação das obras inacabadas de 2006 a 2018 –, só no seu estado, são mais de 20. E eu não tenho a menor dúvida de que a Senadora Zenaide, então, deve estar preocupada e deve assinar o meu pedido de CPI para apurar as obras do PT inacabadas, de 2006 a 2018, porque tem a preocupação com o seu estado, porque lá são mais de 20, numa conta rápida que eu fiz aqui.

Então, vou encaminhar, inclusive, o pedido de assinatura à Senadora Zenaide.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

Vamos ao próximo Senador inscrito para discussão do requerimento, o nobre Senador Izalci Lucas. Em seguida...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – Presidente, pela ordem. Eu fui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – O colega, mesmo sem querer...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senadora Zenaide Maia. A prioridade aqui é para V. Exa.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para explicação pessoal. *Por videoconferência*.) – O colega Portinho, mesmo sem querer, com todo respeito que eu tenho por ele, disse que só quem não conhece a administração pública... Eu gostaria de dizer que já fui secretária de saúde da quarta maior cidade do município e sei, sim, como é que se conhece a administração pública. O senhor, sem querer, disse que "só quem não conhece...".

Dois. Empenhado é uma grande coisa, porque não se paga nada que não esteja empenhado. O recurso fica... Quando chega o empenho, isso quer dizer que está tudo pronto para pagar, entendeu? Então, é aquela história. Eu não tenho nada contra investigar obras inacabadas. Isso não tem nada a ver, e, gente, é aquela história, como dizem, deve ter mais do que 20 aqui... Deve ter mais do que 20 obras. Se tiver a sorte de ter um pastor para intermediar, com certeza vai chegar esse dinheiro todinho e mais para obras novas, como a gente está vendo aí.

Vou encerrar a minha participação aqui, mas mais uma vez, Carlos Portinho, o senhor, com todo respeito, disse que só quem não conhece administração pública... Acredite, eu conheço de bem perto e não é fácil. Não estou dizendo que é fácil e também não estou tirando aqui o direito de cada um defender o que acha; só não acho que se deve sempre dizer que é palanque eleitoral. Eu assinei porque achei... Nem sou muito, como eu falei aqui, mas depois da CPI da covid, eu tive esse olhar diferenciado. Acho que esses recursos só não foram repassados porque houve as denúncias. Provavelmente iriam ser repassados porque estavam empenhados. Para empenhar é preciso estar com os papéis todos direitinho.

Obrigada. E sem desrespeitar nenhum colega. Acho que cada um tem o direito – e isso é uma democracia – de achar, defender.... Agora só não admito que digam que é um discurso eleitoreiro e muito menos por falta de conhecimento de administração pública.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Com a palavra o nobre Senador Izalci Lucas, inscrito para discutir o requerimento do nobre Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para discutir.) – Presidente, mais uma vez reforçando, eu costumo levar muito a sério essa questão de apuração de CPIs e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tudo. E, por formação, eu sou contador, sou auditor mas acho que a gente precisa obedecer ao rito. Primeiro, você obtém as informações. Se as informações não forem suficientes, você faz os convites. Se o convite não for suficiente, faz a convocação. Se não houver convocação, faz a CPI. É o caminho natural.

Preocupa-me muito, eu que fui também secretário algumas vezes... Atualmente, a gente tem uma preocupação muito grande com os gestores. No Brasil hoje o incentivo é não fazer nada. Ninguém quer fazer mais nada, ninguém quer assinar mais nada, exatamente pela forma como se vê o serviço público e o servidor. Então, eu não gostaria de fato de convocar ou convidar essas pessoas sem antes obter as informações relacionadas a todo o material, ao episódio que aconteceu.

Então, eu gostaria muito de pedir assim... E olha que eu sou... Eu não sou Governo, não sou base de Governo, mas eu gostaria que a essas pessoas fossem solicitadas as informações, que elas mandassem as informações. Como foi dito aqui pelo Senador Portinho, se as informações não forem satisfatórias, aí a gente faz, então, o convite ou até a assinatura da CPI.

Mas a informação que V. Exa. deu no início é de que as informações solicitadas à Mesa – porque passam pela Mesa Diretora do Senado – já foram encaminhadas aos órgãos competentes. Então, eu prefiro...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Foi encaminhada a da CGU. A do Ministério da Educação não foi encaminhada.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Certo.

Então, que também sejam transformadas essas questões todas em requerimento de informação. Se não forem suficientes, então a gente aprova o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Tudo bem.

Eu quero só esclarecer aqui ao Senador Izalci Lucas, ao Senador Carlos Portinho e a todos a nossa Constituição, no seu art. 50:

> A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões [é o caso aqui], poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada.

O §2° diz o seguinte:

> As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no *caput* deste

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não-atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

Então, eu sou socorrido aqui pela nossa assessoria, nós não podemos, pela Constituição, fazer um requerimento diretamente dirigido ao Sr. Garigham – ou a outro – para ele prestar informações. Nós temos que fazer isso através da Mesa do Senado para o Ministério da Educação, para o Ministério da Educação... É só para esclarecer que, se tivermos que fazer, o rito terá que obedecer a isso aqui, como foi feito no caso da informação da CGU.

Então, vou ao próximo inscrito, que é o Senador Jean Paul Prates, para discutir o requerimento de autoria do nobre Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Temos quantos inscritos, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Por enquanto, esse é o último.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidente, Senadores e Senadoras, eu entrei também, como a Senadora Zenaide – eu não estava até inscrito para falar, mas entrei aqui –, para socorrer, digamos a mim, o nosso colega Randolfe, que não pode, com todo o respeito aos demais Senadores que falaram, absolutamente não pode ser desqualificado para as atividades e para os recursos pedidos que está fazendo. Isso aí é absolutamente covarde. Isso é impróprio e é até desrespeitoso. Com todo o respeito aqui me dirijo a quem intenta fazer isso, mas, se essa moda pega, acabou a nossa função aqui.

O Senador Randolfe tem todo o direito – independentemente de coordenar, de fazer parte de qualquer atividade política – de solicitar o que está solicitando. E nós apreciamos, aprovamos ou não, desde CPI até convite ou convocação de autoridade. É uma prerrogativa nossa. Eu não abro mão dela e não quero que ninguém abra. Então, acho impróprio esse debate sobre a qualificação ou a desqualificação de um Senador ou Senadora para fazer um requerimento dessa natureza.

Em relação a obedecer ao rito, ora, o rito está sendo obedecido. Há vários graus diferentes de aceleração de um processo como esse. É claro que, diante de fatos aparentemente mais normais ou fatos menos relevantes, os requerimentos de informação podem servir. Acontece, Presidente e demais Senadores e Senadoras, que nós todos sabemos que os requerimentos de informação estão empilhados na Mesa Diretora aguardando aprovação, porque há esse passo burocrático, necessário ou não – não vou entrar nessa questão agora –, de passar pela Mesa Diretora e ter que ser aprovado por lá. Então, não são só os 30 dias para responder. Às vezes, é um ano, um ano e meio para que seja aprovado. Há requerimentos de informação que nós fizemos em 2019 que já perderam até a razão de ser. Eu tenho requerimentos da época da Comissão de investigação do óleo das praias que ainda estão aguardando ir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para lá. Nós, quando criamos a Comissão Temporária Externa, tivemos o condão de fazer essas inquisições diretamente e recebemos respostas competentemente dos órgãos, mas, em outros casos, simplesmente nem passou pela Mesa Diretora ainda, nem foi aprovado. Então, essa é uma alegação protelatória.

O Senador Randolfe e qualquer um de nós temos o direito de saltar essa possibilidade e ir para um grau acima, que é convocar ou convidar autoridades. E nós todos também, como Minoria e como Senado, temos o direito de propor uma CPI se for coletado o número de assinaturas regulamentar, e o Presidente tem o direito e o dever até de abri-la. Então, não há que se contestar isso, porque está com um candidato ou outro.

Eu também posso alegar que os ministros estão todos fazendo campanha por aí. Todos os ministros, ao serem alçados à imprensa, seja para se defender de acusações, seja para usar horário gratuito de televisão – horário gratuito de televisão! Estão requerendo horário gratuito para fazer campanha, para falar do Dia da Água. Quando se requereu horário gratuito para falar do Dia da Água, pelo amor de Deus? Então, se for por essa senda, nós vamos debater aqui até de noite.

Política é isto: o que não é proibido está admitido. Está admitido, por certo, o Senador Randolfe ser coordenador do que ele quiser, do candidato que ele achar necessário e que o partido dele estiver apoiando. Da mesma forma, os demais Senadores que estão aqui vão apoiar candidatos governistas ou não. Isso não impede absolutamente... Inclusive, peço ao Senador Randolfe que não retire o seu nome de CPI alguma. Ele tem todo o direito de participar. Pelo contrário, são Senadores que não vão fazer campanha, como eu inclusive, que vão poder estar em Brasília para se dedicar a esse trabalho, como a Senadora Zenaide acabou de dizer também. Então, não tem absolutamente...

Tudo bem se achar que isso ajuda na questão da aprovação e tal. Eu acho válido, mas eu acho que nós perdemos isso aí. Imagine, então, quem é que vai ser membro da CPI. Os que são candidatos nos seus estados e não estarão em Brasília? Não faz o menor sentido, não é? Então, não faz, inclusive, sentido discutir isto: se ele pode ou não ser membro, se pode ou não requerer uma CPI, se pode ou não convidar autoridades.

Esses casos são graves. Nós estamos diante de um fio da meada que começou nada menos que com uma gravação evidente com a voz do ministro. Não estou falando de qualquer caso, de um sujeito que comprou um carro e de quem se suspeita no terceiro estalão do Governo, não. Isso está vindo agora, está se subvertendo a ordem das coisas. A opinião pública está estarrecida com a voz do ministro falando sobre esse assunto.

Nós temos depoimentos espontâneos das pessoas que eram interlocutores do Ministro, que não estão sob regime de delação premiada ou qualquer coisa dessa que induza acusações levianas. Prefeitos também foram aí à Comissão fazer depoimentos espontâneos, entregando a situação. Qual é o ganho que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eles teriam com isso? Serem execrados pelo Governo? Perderem tudo que têm ou que teriam direito até o fim do Governo? Então, não faz sentido nenhum dizer que isso é politiqueiro, é eleitoreiro; isso é uma capacidade, é o direito e o dever que nós temos de investigar um fato ou fatos estarrecedores como esse, que são fatos concretos.

A questão dos ônibus eu mencionei aí. O Senador Carlos Viana, com todo o respeito, diz que o rapaz do FNDE desmontou a história. Desmontou que história? A minha história não desmontou nada. Meus ônibus continuam esperando lá – emenda impositiva! Eram quarenta e tantos e viraram vinte. O dinheiro evaporou por conta do superfaturamento das atas que o FNDE fez. Aí, depois que o escândalo saiu, vem com uma ata dizendo que agora o preço é mais baixo. Quer dizer, este Governo, quando é pego no pulo, volta atrás e... "Não, não era nada disso, vamos corrigir, não aconteceu o crime". Isso não existe! É o ladrão que entra na casa e, quando se chama a polícia e a polícia está chegando, sai sem levar nada e diz que não entrou na casa, não foi crime. Não é assim. Quantas outras coisas estão acontecendo e nós não estamos pegando no ar desse jeito? Isso vai aparecer. Essas investigações de corrupção, todo mundo sabe, não se dão no mesmo ano ou em dois anos, em três anos; às vezes, aparecem cinco anos depois. Mas, quando são pegas no ato assim, têm que ser investigadas, independentemente de ser período eleitoral ou não.

Obras paradas de Governo até 2016? Francamente! Isso é cortina de fumaça. Quer fazer? Coloque as obras paradas também, não há problema nenhum. Eu vou querer particularmente saber por que elas continuam paradas. Após seis anos de Governo, depois que Dilma foi retirada do Governo com o golpe do *impeachment*, elas continuam paradas, continuam sem resultado? Não há problema, coloca lá no bolo, mas não é esse o cerne da questão. O cerne da questão é o Ministro confessando coisas graves, pessoas pedindo propina, ônibus escolares superfaturados pelo menos nas atas, e o fato de que impediram emendas impositivas de Parlamentares de Oposição e de Governo, mas principalmente mais da Oposição, como é o meu caso, de entregarem esses ônibus. Se eu soubesse que era assim, nem teria destinado. Teria explicado aos Prefeitos: "Olha, peça a um aliado seu ou a um pastor para pedir os ônibus porque, do meu lado, não vão sair". Isso nunca aconteceu em Governo do PT. Eu desafio alguém a vir dizer aqui que Governo do PT não pagou emenda impositiva de Deputado e Senador na época em que nós éramos Governo. Então, não é questão de PT ou não PT, questão de campanha ou não campanha. É preciso investigar.

Fundeb? Pelo amor de Deus, o Governo não apoiou Fundeb nenhum, o Governo atrapalhou o Fundeb, Senador Carlos Viana. O Governo tentou com medidas, no final da votação lá na Câmara dos Deputados, atrapalhar o quanto pôde. O Senador Marcelo sabe disso. Quem discutiu nesta Comissão de Educação – Senador Flávio Arns e outros – sabe perfeitamente disso.

O Governo veio com um negócio chamado Future-se, que a gente perdeu tempo para tentar discutir e não vinha ninguém discutir. O próprio Ministro anterior a esse e que propôs isso não aparecia para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discutir e não sabia nem o que era. Era mero instrumento de atrapalhação do processo do Fundeb. Tumultuou até a última hora. Aliás, como sempre, não é? Tudo o que se faz aí no Congresso, a própria questão do auxílio emergencial, agora, os projetos do combustível, o Governo atrapalha e, quando sai lá na frente, que conseguimos fazer passar a duras penas, o Governo tenta se creditar do processo, dizer que foi ele que fez.

Então isso aí a gente já está acostumado a ver. Agora, eu acho bastante preocupante essa questão de tentar interditar, Senador Randolfe, nas iniciativas dele.

Então, eu queria deixar isso aqui registrado e colocar aqui o meu apoio total, mais uma vez, com todo respeito aos Líderes. Acho que o Líder Carlos Portinho e o Líder Carlos Viana têm missão difícil aqui, como foi a missão do Senador Fernando Bezerra ao longo dos anos em que ocupou essa Liderança. É difícil defender este Governo. Eu admiro V. Exas., mas vamos também aqui aceitar os nossos argumentos e não exagerar, porque vamos criar precedentes aqui bastante preocupantes.

Obrigado, Presidente.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Presidente, pela ordem, por gentileza. Fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG. Pela ordem.) – Primeiro, quero agradecer ao Senador Jean Paul e, aqui, ao próprio Senador Randolfe da possibilidade de um debate respeitoso, um debate republicano, de posicionamentos que são muito claros. O Senador Jean Paul e eu já trabalhamos juntos em vários projetos aqui e conseguimos chegar bem.

Mas vamos colocar alguns pontos sobre o Fundeb. Eu participei das discussões do Fundeb pelo Governo. O que nós colocamos – e eu volto a dizer: contrários ao Fundeb – foi que nós aumentamos o investimento, porque educação não é gasto, em 100%, mas nós não criamos mecanismos de avaliação novos para saber se os alunos estão aprendendo, se os professores estão devidamente qualificados, qual a importância dessa qualificação que nós poderíamos apoiar pelo Governo. Isso nós não fizemos. Nós só colocamos mais dinheiro num sistema que, a eu ver, falhou, é falido. O Brasil é o quarto país no mundo em PIB na educação; e, em 150, nós somos o de número 83 em resultados. Então está errado! Essa era a discussão na época do Fundeb. E nós fomos atropelados, porque o discurso era: temos que apoiar a educação – temos –, precisamos investir na educação – precisamos, mas nós precisamos valorizar o dinheiro do contribuinte. O aluno está aprendendo? Essa foi a discussão do Governo à época.

Acabou que – e aqui eu falo com muita clareza – *lobby* dos sindicatos de professores, que têm uma força muito grande pela importância da categoria, conseguiu impor o Fundeb do jeito que quiseram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chegou a pandemia no ano passado, e o que foi que aconteceu no seu estado? A maioria dos Prefeitos não tinha nem onde colocar o dinheiro, porque as crianças não foram para a escola e não tinham merenda escolar, as contas todas. Começaram a distribuir dinheiro para os professores. Era isso que eles queriam. É justo, justíssimo. Mas é a forma correta? Não é. Esse é um dinheiro para se investir no aluno. Não é para se investir na mão de obra. Para isso existe a forma correta de a gente fazer.

A questão sobre o FNDE que eu coloquei aqui: o que é que se desmontou aqui? Não foram as denúncias, não. Sobre as denúncias, a Polícia Federal tem que nos dar uma resposta. Qual foi o envolvimento desses senhores? Como eles conseguiram chegar lá? Isso existe, mas está no âmbito da Polícia Federal. O que o FNDE, o que o Sr. Marcelo Ponte desmontou foi a alegação de que o Governo não investigou, de que os mecanismos internos do Governo não funcionam. Não é verdade! O Governo, 30 dias antes da publicação do relatório, já tinha todas as informações que vieram para a imprensa. É isso que foi colocado, Senador, e que eu estou colocando aqui.

Vou encerrar colocando o que falei semana passada: investigar é papel do Parlamento; responder é obrigação do Governo. O Governo está respondendo a tudo. Nessa questão do pedido de informações que nós estamos transformando agora, o Senador Izalci foi muito claro: vamos, primeiro, saber. Se a pessoa tiver a confirmação lá de como ele pagou – se ele fez um consórcio, se ele se endividou por 36 meses –, nós não temos que expor aqui a vida da pessoa, não, gente! Vamos tomar cuidado com isso. É um denuncismo, que é um negócio impressionante! Isso aqui, Senador Portinho... A gente está vivendo uma outra coisa: alguém vaza uma informação, essa informação é publicada e, em nome de quem vazou, pede-se investigação. Espera aí, ué!

Quem é que quer hoje, por exemplo, na área do meio ambiente... Vamos citar aqui um problema sério no país, que nós precisamos sentar e rediscutir. Um servidor hoje, de secretaria de meio ambiente não assina mais nada. E o senhor sabe por quê? Porque eu já sentei em debate sobre reforma de lei de meio ambiente que as pessoas pediam em que determinado representante do Ministério Público disse assim: "Eu notifico todo mundo! Independentemente de estar certo ou não, eu notifico todo mundo". Era uma senhora... Eu falei: "Mas espera aí, a senhora...". "Eu notifico, porque tem que me dar esclarecimentos". "Não, mas espera aí!". E sabem o que acontece? Os projetos todos ficam lá parados; a gente não consegue avançar em praticamente nada numa questão delicada; e o assunto, quando gera repercussão internacional, prejudica a imagem do Brasil. Por quê? Porque nós não temos tido capacidade de sentar para discutir isso sem o viés ideológico, sem o viés político.

Então, aqui, na CPI, na Comissão de Educação, vamos transformar o requerimento de informações, vamos dar direito a esses servidores de terem sua vida preservada, até que tenhamos tudo aqui à mesa de V. Exa. Se eles não disserem para nós como eles conseguiram comprar um carro de R$500 mil num país onde um carro popular está custando 100 mil, aí partimos para cima! Agora, fora isso, Sr. Presidente, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sinceridade, vamos... Nós temos muita coisa ainda neste semestre pelas quais nós podemos ajudar o país na questão da educação. Esse é o meu posicionamento.

E, sobre as nossas possibilidades de ser ou não ser, é bom esclarecer sempre aqui o posicionamento de cada um para que entendamos... Eu estou convidado para ser Líder do Governo e ainda nem sou Líder, nem foi publicada a minha nomeação, nem está publicada ainda. Eu estou aqui exercendo o papel de Vice-Líder e Líder emprestado aqui. Como é o nome certo? É um Líder... Outro dia usaram uma expressão aí que eu achei até interessante: "O senhor é um Líder...". *Ad hoc?* Não, era uma expressão aí...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Se é Vice e não há o titular, então é o Líder!

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Então, eu sou o Líder...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pronto!

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – ... e estou aqui fazendo o meu papel. É uma decisão do Presidente. O dia em que ele quiser...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É o nosso Líder! É o nosso Líder, Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Não, não é, esse é discricionário do Presidente. O dia em que ele quiser, ele... Se ele quiser retirar o convite também, ele tem toda a liberdade. Ele é o Presidente da República!

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Deixe-me só, na sequência, concluir objetivamente.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Pode! Só para encerrar isso aí. Obrigado, Presidente!

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Perdão, só aproveitando o Senador Jean Paul, que também me citou.

Se esses servidores, Senador Jean Paul, já apresentaram à CGU a origem – documentação –, vale mais do que palavra. É de onde veio: "Quero vender um carro para comprar outro", pegou um financiamento, baixou uma aplicação... Se eles já apresentaram à CGU, tenho certeza de que V. Exa. vai concordar com esse pedido de conversão em requerimento de informações. Podemos até combinar aqui. Eu mesmo faço a diligência ao ministério e peço que eles apresentem ao Presidente Marcelo Castro, na sessão da semana que vem ou quando for, o que eles apresentaram à CGU, porque entendo também, como o Senador Jean Paul disse, que trazê-los aqui por convite é expô-los desnecessariamente. Aí fica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parecendo palanque, Senador! E eu sei que V. Exa., além de ser um excelente Senador, competente, é um Senador razoável.

Então, reforço o pedido de conversão em requerimento de informações porque já prestaram à CGU. Por que não prestariam aqui?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Vamos ao próximo inscrito: a nobre Senadora Leila Barros.

Com a palavra a nobre Senadora.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - DF. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Sr. Presidente! Cumprimento o senhor e todas as Senadoras e Senadores.

Sr. Presidente, eu vou me juntar ao Senador Jean Paul, à Senadora Zenaide e ao Senador Randolfe. Aqui nós não estamos fazendo ações eleitoreiras nem acusações levianas. Nós estamos promovendo ações de acordo com uma gravação feita, uma gravação do Ministro da Educação falando sobre interferência de pastores, sobre a ação de pastores dentro do Ministério da Educação. E estamos aqui cumprindo o nosso dever constitucional, fazendo o nosso trabalho. Então, eu peço ao senhor que, mesmo diante dos apelos dos nossos colegas Senadores governistas, que façamos a votação do requerimento do Senador Randolfe para que cada um vote de acordo com a sua consciência.

Aqui nós estamos acompanhando o que vem acontecendo diariamente pela mídia e aqui dentro da própria Casa, nós acompanhamos as ações do Governo sendo oposição ou sendo base do Governo. É muito sério o que está acontecendo, independentemente da condição de cada Senador, se virá ou não para campanha, nós estamos exercendo os nossos direitos e os nossos deveres. Então eu peço ao senhor que ponha, sim, o requerimento em votação, mais uma vez lembrando que essas acusações não são levianas, elas têm fundamentação, e o fundamento está na apresentação de uma gravação em que nós acompanhamos a voz do Ministro falando dessa interferência. Nós devemos, sim, conforme nosso dever constitucional e como Senadores da República, investigar.

Então já externo aqui meu total apoio ao requerimento feito pelo Senador Randolfe. Espero que sigamos aqui nosso papel como Senadores desta Comissão, Sr. Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senadora Leila Barros.

Não havendo mais quem queira discutir o requerimento, vamos declarar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – O Senador Jean Paul pede a palavra para uma réplica.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Não, não, Presidente, nem é para réplica não, é apenas para aquele momento didático. É para nós lembrarmos que, na Câmara dos Deputados, a sistemática desses requerimentos de informação é diversa, os requerimentos não ficam represados por inação de alguma comissão. A nosso ver – inclusive é uma coisa para a qual eu peço o apoio de todos –, o Regimento do Senado deveria ser alterado por nós para seguir a mesma dinâmica: a comissão decidiu, vai direto para a autoridade. A questão de ter que passar pela CDIR tem represado, como eu disse aqui, vários requerimentos.

Então, há aqui duas coisas que quero aduzir. Primeira: o meu protesto já ficou aqui, assim como minha defesa do nosso direito de convocar, convidar e aprovar quem a gente achar que é necessário, CPI etc. Agora, em relação a requerimento de informação, eu quero aproveitar o ensejo para justamente reforçar uma visão que eu já tenho expressado ao Presidente Rodrigo, como já tinha expressado ao Presidente Davi Alcolumbre no passado: esses pedidos têm ficado retidos lá por falta de deliberação pela CDIR, e não há a menor previsibilidade quanto à periodicidade dessas reuniões da Mesa Diretora. Portanto, eles ficam represados lá até que Deus dê bom tempo.

Então, isso prejudica esse instrumento, e é por esta razão que eu reforço que às vezes é importante, no frigir das situações, das circunstâncias, que a gente acabe convidando as pessoas, porque os requerimentos ficam simplesmente represados.

É apenas isso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não havendo mais quem queira discutir o requerimento de autoria do nobre Senador Randolfe, eu declaro... O Senador Esperidião Amin entrou aqui na hora exata pedindo a palavra. Pois não, Senador Esperidião Amin, com a palavra V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente (*Falha no áudio.*)...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – A internet de V. Exa. não está boa, não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Eu fui... (*Falha no áudio.*)... ...participar, pela última participação (*Falha no áudio.*)... ...dado o Regimento que temos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há uma razão. Há, por exemplo, a proposta do Senador Lasier, o Projeto de Resolução do Senado (PRS) n° 11, que faz com que haja não um empoçamento de requerimentos na mesa do Presidente da Casa, quando a competência para deliberar no caso aquele projeto de resolução é pela Constituição do Senado. E, neste caso, a justa ponderação do Senador Jean Paul me parece também pertinente. Nós somos excessivamente concentradores no presidencialismo de competências que são do Plenário, seja da Comissão, seja do Senado Federal.

Eu concordo, portanto, com a colocação muito lúcida do Senador Jean Paul, contudo o que tem acontecido historicamente e tem sido produtivo é que, sempre que se propõe uma convocação, a gente segue aquele princípio jurídico da correção da condução coercitiva. Nós todos conhecemos casos; o mais flagrante é o do Presidente Lula, uma medida, na minha opinião, abusiva, praticada pelo Judiciário, que o conduziu coercitivamente, quando não tinha sido convidado ainda a depor. Foi um caso flagrante de extrapolação de atribuição, de abuso de poder. E eu disse isso ao próprio então Ministro da Justiça quando ele esteve aqui no Senado Federal.

Então, eu acho que, sempre que se desejar um esclarecimento, a gente pode lançar mão de mais do que um recurso para isso, desde que o objetivo seja obter a informação. No caso presente, é assim que eu vejo. Há várias maneiras de obter a informação. Primeiro, o controle do patrimônio e da situação financeira de todo servidor público comissionado está regulado hoje, portanto uma movimentação patrimonial ou financeira discrepante em relação seja ao salário, seja à remuneração do cargo, seja de outras fontes é transparente hoje na República, de forma que não há necessidade, na minha opinião, de levar a este ponto a polêmica sobre o pedido de informação, que é cabível. Agora, a forma de fazê-lo, me permitam os companheiros, é política. A forma, se eu quero convocar alguém, é porque eu tenho um juízo de valor: essa pessoa tem que ser cobrada aqui, porque eu acho que ele cometeu uma irregularidade. É isso que é imanente à convocação.

Por isso eu acho que foi justa – foi justa – a discussão. Acho que o Senador Randolfe Rodrigues tem o direito de obter a informação através do meio que seja eficaz, não do que seja o mais controverso ou que suscite mais debate.

Por isso, se V. Exa. vai concluir a discussão, eu achei que era importante fazer esse apelo a uma conciliação para obter a informação, o que, como disse a Senadora Leila, faz parte da nossa competência e da nossa responsabilidade.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, é só...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, só... Posso esclarecer? É um rápido esclarecimento. É só para deixar claro para os colegas Senadores que não se trata de convocação, mesmo porque não teria esse poder esta Comissão – convocação só se pode fazer, conforme os termos regimentais e constitucionais, a um Ministro de Estado – se trata de convite. Então, só para que não reste dúvida sobre a natureza dos requerimentos que aqui apresentamos.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Sim.

Sr. Presidente, só para uma informação importante: nós, em contato com o Ministério da Educação... Os dois servidores se predispõem a trazer pessoalmente as informações hoje à V. Exa. Eles colocam... Toda a documentação entregue à CGU, pessoalmente, hoje, estará na mesa de V. Exa. na Comissão de Educação para que, na nossa próxima reunião, o senhor já possa apresentar os dados. É um compromisso que está sendo feito aqui para que a gente possa transformar em requerimento de informações. Eles trazem, hoje à tarde – o Senador Portinho pode complementar –, as informações que estão sendo pedidas pelo Senador Randolfe e Oposição. Está colocado, Presidente.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E só para complementar, Sr. Presidente, eu fiz uma pesquisa rápida, o valor do carro não são 500 mil, são 300, e a documentação que será enviada hoje a V. Exa. comprovará.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Bom, não havendo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Desculpe, Presidente, mas só um último esclarecimento: é que, às vezes, a gente faz também leitura seletiva da justificativa, não é? Na justificativa, nós esclarecemos que os servidores em tela são responsáveis, junto com o Sr. Marcelo Ponte, pela aprovação do termo de referência e prosseguimento de licitação para aquisição dos ônibus. Então, não se trata dos carros, não se trata, assim... Há as atribuições destes servidores, há as atribuições deles, e isso está em tela aqui na justificativa do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Tudo bem.

Então, não havendo mais quem queira discutir o requerimento, declaro encerrada a discussão.

Pergunto ao Senador Randolfe Rodrigues se aceita a proposta do nobre Senador Carlos Portinho de transformar o convite, o requerimento de convite em pedido de informação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, reiterando, trata-se de convite. E, veja, o papel acaba aceitando tudo, até papel registrado em cartório acaba aceitando tudo. Não custa esses senhores... E eu repito: têm função de assessoramento e de deliberação sobre as decisões do Sr. Marcelo Ponte, acompanharam, tanto eles quanto o cara lá da teoria evolucionista, tanto quanto Darwin, acompanharam os procedimentos todos...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador Randolfe, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... estavam nos eventos todos. Então, mantenho o convite, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não compare o nosso Darwin...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Darwin e Einstein ainda por cima. (*Risos.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Aceito. Aceito. É porque a teoria evolucionista do novo Darwin é de outro patamar, Presidente. É de outro patamar e em outros fatores, Presidente. Então, tanto o cara da teoria evolucionista moderna, aí, em relação a essas histórias, quanto esse, pela função de assessoramento que tem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Brincadeira.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente, a questão do Sr. Crezus só. Talvez o Senador Randolfe possa reformular...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não... Obrigado, Senador.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Em outro requerimento, porque não há justificativa realmente ali.

E com relação ao Sr. Darwin, por sair numa fotografia – gente, por favor! –, eu acho que caberia uma reformulação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não é isso. Não é isso.

Eu entendo a tentativa de obstrução das medidas, mas veja: o Sr. Darwin – e aqui eu faço a retificação de que não é o da teoria evolucionista que nós conhecemos – aqui em tela foi objeto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questionamento nosso ao Sr. Marcelo Ponte, quando ele compareceu aqui – e não foi esclarecido. Não são as fotos. As fotos são material de testemunho, são material fático. Não são as fotos. É, sobretudo, o papel dele em prestar consultoria e as informações que temos de ele depois participar em sociedade em empresas de construção civil que obtiveram sucesso em licitações no Ministério da Educação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Que ele teria elaborado...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Que ele teria, inclusive, elaborado o parecer favorável de consultoria.

Quanto ao senhor, é de conhecimento, Presidente, que é rotineiro nas Comissões desta Casa que, se a justificativa não está acostada aos termos do requerimento, ela ser exposta oralmente pelo Senador proponente. Não precisa a medida protelatória, embromatória de atrasarmos.

O último, o Sr. Crezus, é assessor da Assembleia Legislativa do Maranhão e participou das consultorias de que o Sr. Gilmar e o outro lá participaram para abordagem dos Prefeitos, com depoimento dos Prefeitos nesta Comissão. Então, está aqui acostada a justificativa para a presença desse senhor.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – A discussão está encerrada.

O Senador Randolfe não aceitou transformar o convite em pedido de informação.

O Senador Esperidião Amin pede a palavra? (*Pausa.*)

Então eu vou submeter à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo com o requerimento de autoria do nobre Senador Randolfe Rodrigues permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento, com os votos contrários dos nobres Senadores Carlos Portinho e Carlos Viana. (*Pausa.*)

Desculpe, voto contrário do nobre Senador Esperidião Amin.

Senador Esperidião, com a palavra V. Exa.

Pois não.

Houve uma confusão se V. Exa. estaria pedindo a palavra ou não, mas está claro agora.

V. Exa. tem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Eu estou pedindo a palavra.

Primeiro, eu queria lembrar a todos que, na semana passada, nós uma sessão solene em homenagem a um catarinense por exercício, nascido na Alemanha, chamado Fritz Müller, que foi o homem 97 vezes citado pelo Charles Darwin para legitimar a teoria da evolução, de forma que eu não posso concordar com essa promiscuidade de nomes de Darwin com Darwin. Segundo, eu fiz um apelo para que houvesse o pedido de informação separado do convite, e, pelo que eu vejo, é um requerimento só, que confunde o pedido de informação com o convite para comparecimento. É isso que nós votamos?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não. Senador Esperidião Amin, o Senador Carlos Portinho apresentou uma proposta ao Senador Randolfe para transformar o pedido de informação, o requerimento de convite, melhor dizendo, em pedido de informação. Mas o Senador Randolfe não aquiesceu, não concordou. Por isso, nós votamos e aprovamos o requerimento de convite. Então, são essas oito autoridades que o Senador Randolfe apresentou para serem convidadas a comparecerem a esta Comissão, para prestarem esclarecimentos e virem depor nesta Comissão. Então, está aprovado o requerimento de convite.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – O.k.! Entendido! Obrigado.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Por quantos votos, Sr. Presidente? É só para deixar registrado. Por quantos votos? É só para deixar registrado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – A votação é simbólica. A gente anuncia os votos contrários, que foi o voto de V. Exa., Senador Carlos Portinho, o do Senador Carlos Viana...

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Excelência, então, antes...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – ... e o do Senador Esperidião Amin. Perdão!

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Antes de V. Exa. anunciar isso, então, como ficou confuso, o senhor poderia verificar a participação, o quórum, por favor. Eu faço um requerimento aqui para identificar...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – O quórum está no painel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A votação já ocorreu.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Já que houve essa dúvida na questão da formulação, eu peço a verificação de quórum.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, já foi proclamado o resultado. Não cabe pedido de verificação após a proclamação do resultado.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Não, não foi! Agora é que está sendo colocada a forma como o resultado está sendo colocado. Temos que verificar o quórum, então, Presidente.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Presencialmente, está 3 a 1.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – É! São 3 a 1.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não, Senador, nós temos 16 Senadores presentes, que deram presença. Submetemos... Os requerimentos de informação são simbólicos, não são nominais. Nós o submetemos à votação. A votação foi feita simbolicamente. Então, foram três votos contrários. Eu disse o seguinte: "Aqueles Senadores que estejam de acordo com o requerimento permaneçam como se acham". Só três se manifestaram contrariamente. Então, quanto aos outros 13, a gente deduz que se manifestaram favoravelmente, senão teriam se manifestado.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Então, nós temos direito à verificação, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não, passou da hora.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Não, nós temos direito à verificação. A regra não foi votada antes.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador, eu teria o maior prazer em dar a verificação...

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Não, não...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – ... mas já proclamei o resultado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Se V. Exa. tivesse colocado isso, eu teria pedido – estava o Portinho ali: "Olha, vamos nos manifestar todos". Peço a verificação a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não pode, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, os termos regimentais... Eu peço a devida vênia aos colegas. Os termos regimentais me parecem claros: a verificação é pedida antes da proclamação do resultado. Ora, o Sr. Presidente Marcelo Castro...

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Não, não, não! Nós temos o direito de pedir. O Presidente pode nos dar essa deferência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... fez a proclamação do resultado anteriormente, antecipadamente.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Não! O Presidente pode nos dar essa deferência. Eu faço o requerimento pela verificação, Senador.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pela verificação!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para questão de ordem.) – Presidente, é só uma questão de ordem, nos termos do art. 293 do Regimento da Casa, sobre a votação, sobre o processo de votação:

> Art. 293. No processo simbólico observar-se-ão as seguintes normas:
> I - os Senadores que aprovarem a matéria deverão permanecer sentados, levantando-se os que votarem pela rejeição [conforme ocorreu];
> II - o voto dos líderes representará o de seus liderados presentes, permitida a declaração de voto em documento escrito a ser encaminhado à Mesa para publicação;
> III - se for requerida verificação da votação, será ela repetida pelo processo nominal;
> IV - o requerimento de verificação de votação só será admissível se apoiado por três Senadores.

Então, os termos previstos aqui do art. 293, da verificação, são esses.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Então, há três Senadores. Os três votos. Nós temos razão. Há três votos aqui: o meu, o do Portinho e o do Senador Esperidião Amin.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tem que ser apoiado por três.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Está apoiado por três.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – É o requerente mais três.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O Regimento é para presencial. A gente está fazendo híbrido, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É o requerente mais três.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Nós temos três votos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É o requerente mais três. São esses os termos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Aqui é matéria vencida. Eu não teria nenhuma dificuldade de colocar em votação nominal. Farei isso tantas vezes apareça aqui. Para mim... Qual o interesse que eu tenho de impedir uma votação nominal? É simplesmente porque eu quero seguir o rito que nós aprovamos. Proclamei o resultado, não houve nenhuma contestação, não houve pedido de votação nominal. Agora, o pedido veio extemporaneamente. Então, nós não vamos desmanchar o que já está feito. Mas já fica o alerta aqui para, em outra oportunidade, proclamado o resultado: "Olha, peço verificação nominal". Na mesma hora, a gente faz com todo o prazer, sem nenhuma dificuldade.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Nós temos os votos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas reuniões anteriores.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

E nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 49 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e trinta e oito minutos do dia vinte e sete de abril de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Dário Berger, Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Izalci Lucas, Flávio Arns, Styvenson Valentim, Carlos Portinho, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Maria do Carmo Alves, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Paulo Paim, Jean Paul Prates, Humberto Costa, Paulo Rocha, Leila Barros, Fabiano Contarato e Randolfe Rodrigues, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Carlos Viana, Mailza Gomes, Kátia Abreu, Roberto Rocha, Alvaro Dias, Vanderlan Cardoso, Jorginho Mello, Fernando Collor e Cid Gomes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 25, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2o, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a execução de programas do Ministério da Educação destinados à assistência a estudantes do ensino médio e do ensino superior. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério da Educação (MEC); representante da União Nacional de Estudantes (UNE); representante da Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Técnico (FENET); representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES); representante do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF); representante do Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE); representante União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES)." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 26, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 50, § 2o, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro Interino da Educação, Sr. Victor Godoy Veiga, informações acerca das obras públicas iniciadas e não concluídas, no período de 2006 até o ano de 2018." **Autoria:** Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 27, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, da Constituição Federal e do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a tomada de depoimento da servidora federal Vanessa Reis Souza, a fim de que preste informações sobre os supostos pedidos de vantagem indevida feitos a terceiros pelo Pastor Arilton Moura, conforme depoimento à Controladoria-Geral da União, em troca de destinação de verbas públicas afetas ao Ministério da Educação e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 28, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, da Constituição Federal e do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a tomada de depoimento do Sr. Abraham Weintraub no bojo desta Comissão, a fim de que preste as informações devidas sobre ter recebido ordem do Presidente da República, enquanto Ministro da Educação, para “entregar” o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ao “Centrão”,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bloco parlamentar que reúne o atual partido do Presidente da República (PL) e a sigla do Ministro-Chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira (PP), também envolvido em recentes denúncias relacionadas ao desvio de verbas do FNDE." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 29, de 2022** que: "Requer, nos termos dos arts. 50, caput e § 2º, e 58, § 2º, da Constituição Federal, bem como dos arts. 90, 216, 397, § 1º, e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a prestação de informações e a remessa de documentos pelo Gabinete de Segurança Institucional sobre as visitas feitas pelos Srs. Gilmar Santos e Arilton Moura ao Palácio do Planalto, incluindo: a relação de todas entradas e saídas dos Srs. Gilmar Santos e Arilton Moura, incluindo respectivos horários e agenda; todos os registros que tiveram como destino o gabinete do Presidente da República e outros gabinetes no Palácio do Planalto; registros das reuniões e agendas, quando houver." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 30, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 90, incisos IX e X do Regimento Interno do Senado Federal, a prestação de informações e a remessa, pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, dos documentos entregues pelo Sr. Abraham Weintraub, ex-Ministro da Educação, sobre indícios de irregularidades no Ministério da Educação durante a sua gestão." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Retirado pelo autor. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 32, de 2022** que: "Requer, nos termos dos arts. 49, X, 50, § 2o, e 144, § 1o, I, da Constituição Federal, bem como do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, a prestação de informações e a remessa, pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, dos documentos entregues pelo Sr. Abraham Weintraub, ex-Ministro da Educação, à Polícia Federal, sobre indícios de irregularidades no Ministério da Educação durante a sua gestão." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 33, de 2022** que: "Requer, nos termos dos arts. 127, caput, e 129, VII e VIII, da Constituição Federal, a prestação de informações e a remessa, pelo Ministério Público Federal, a título de cooperação com esta Comissão, dos documentos entregues pelo Sr. Abraham Weintraub, ex-Ministro da Educação, sobre indícios de irregularidades no Ministério da Educação durante a sua gestão." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 36, de 2022** que: "Requer, nos termos dos arts. 50, caput e § 2º, e 58, § 2º, da Constituição Federal, bem como do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, a prestação de informações e a remessa de documentos pelo Ministério da Educação sobre as obras públicas custeadas com recursos do referido Ministério, e de todas as entidades da administração pública a ele vinculadas pela pertinência temática da educação, e iniciadas e não concluídas entre 2006 e os dias atuais, incluindo os motivos técnicos de essa obras não terem sido continuadas, bem com a prestação de informações detalhadas de todas as medidas tomadas pelo Ministério desde 2019 para a conclusão de obras inacabadas de anos anteriores." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Aprovado com alterações. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/04/27

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião se destina à deliberação dos itens de 1 a 8.

Comunico que recebemos o Ofício nº 23, de 2022, da Câmara Municipal de Criciúma, que encaminha requerimento aprovado na referida Casa questionando sobre a criação de um programa de apoio à formação médica.

Comunico, ainda, que recebemos os seguintes avisos:

– Aviso nº 464 - GP/TCU, que encaminha, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 629, de 2022, que trata do acompanhamento do Plano Nacional de Educação 2014-2024;

– Aviso nº 490 - GP/TCU, de 2022, que encaminha o Acórdão nº 714, de 2022, que trata da audiência realizada na Agência Nacional do Cinema com o objetivo de verificar a conformidade da nova metodologia denominada Ancine + Simples, empregada para análise das prestações de contas dos recursos públicos destinados a projetos de audiovisuais apoiados por meio de incentivos fiscais previstos na lei, fomento indireto, ou de repasses provenientes da Ancine e do Fundo Setorial do Audiovisual, fomento direto.

Os documentos se encontram disponíveis por 15 dias para consulta no *site* da Comissão.

Passamos aos itens da pauta.

Item 3. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O item 1 é de autoria do Senador Jean Paul, que está ausente.

O Senador Paulo Paim pede a palavra. Pois não, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente Marcelo Castro, primeiro, meus cumprimentos pelo trabalho que V. Exa. tem feito no Senado, que é um orgulho para a nossa Comissão.

O Jean Paul, de fato, está no exterior, está numa missão oficial nos Estados Unidos, e ele pediu que eu fosse signatário também do requerimento do item nº 1. É um requerimento simples. E se V. Exa. permitir, eu faço só a leitura rápida aqui. É uma folha praticamente, o resto é justificativa, e poderíamos começar já votando o item 1.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Tranquilo, Senador. Pois não.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 25, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2o, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a execução de programas do Ministério da Educação destinados à assistência a estudantes do ensino médio e do ensino superior. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério da Educação (MEC); representante da União Nacional de Estudantes (UNE); representante da Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Técnico (FENET); representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES); representante do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF); representante do Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE); representante União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES).

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN).

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Item 1.

Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, §2o, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

execução de programas do Ministério da Educação destinados à assistência a estudantes do ensino médio e do ensino superior.

É uma proposta que eu entendo propositiva.

Proponho, para a audiência, a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério da Educação (MEC); representante da União Nacional de Estudantes (UNE); representante da Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Técnico (Fenet); representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes); representante do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif); representante do Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (Fonaprace); e representante da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes).

A justificativa... Só vou ler o primeiro parágrafo – porque ele já explica tudo, Presidente – do Senador Jean Paul.

Historicamente, o Brasil reproduziu um círculo vicioso no qual a população de maior renda, com uma formação de base mais sólida, ocupava os ambientes universitários e, por conseguinte, assegurava as condições objetivas para que os seus filhos pudessem percorrer a mesma trajetória. O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) e o Programa Universidade para Todos (Prouni), surgidos em 1999 e 2004, respectivamente, marcaram o início de uma nova era do processo de reversão dessa lógica até então dominante.

Esse é o requerimento, Sr. Presidente. É para debater, ampliar e melhorar, claro, os nossos convidados, nesta Comissão que só tem especialistas no tema sobre a educação no Brasil

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Em discussão o requerimento de autoria do nobre Senador Jean Paul Prates, assinado também pelo Senador Paulo Paim, que entra como também autor do requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão, e o submeto à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

O requerimento do item nº 2, que é de autoria do Senador Carlos Portinho, não será votado, pela sua ausência.

Item 3.

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 27, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, da Constituição Federal e do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a tomada de depoimento da servidora federal Vanessa Reis Souza, a fim de que preste informações sobre os supostos pedidos de vantagem indevida feitos a terceiros pelo Pastor Arilton Moura, conforme depoimento à Controladoria-Geral da União, em troca de destinação de verbas públicas afetas ao Ministério da Educação e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP).

Passo a palavra ao nobre Senador para a defesa do seu requerimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, a Sra. Vanessa Reis, segundo informações noticiadas, acompanhou e tem conhecimento do eventual tráfico de influência cometido e realizado no âmbito do Ministério da Educação pelo Sr. Arilton Moura. A Sra. Vanessa, que conduz o cerimonial do Ministério da Educação, em depoimento à Controladoria-Geral da União chegou a afirmar que achava e considerava estranha a presença do Sr. Arilton Moura nos eventos promovidos pelo Ministério da Educação. Esse depoimento foi prestado, reitero, à Controladoria-Geral da União, e seria de importância para as investigações que esta Comissão conduz para esclarecer o esquema de corrupção e como ele se instalou no âmbito do Ministério da Educação a tomada de depoimento dessa senhora.

É nesses termos, Presidente, que eu peço deferimento da Comissão para apreciação e aprovação deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Em discussão o requerimento de autoria do nobre Senador Randolfe Rodrigues. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão, e o submeto à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Requerimento aprovado.

Vamos ao item 4.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 28, DE 2022

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, §2°, da Constituição Federal e do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a tomada de depoimento do Sr. Abraham Weintraub no bojo desta Comissão, a fim de que preste as informações devidas sobre ter recebido ordem do Presidente da República, enquanto Ministro da Educação, para "entregar" o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ao "Centrão", bloco parlamentar que reúne o atual partido do Presidente da República (PL) e a sigla do Ministro-Chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira (PP), também envolvido em recentes denúncias relacionadas ao desvio de verbas do FNDE.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP).

Passo a palavra ao nobre Senador para a defesa do seu requerimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para encaminhar.) – (*Falha no áudio.*) ... noticiou recentemente que o Senhor Presidente da República reivindicou dele, na época em que era Ministro da Educação, que a condução do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação fosse entregue ao chamado centrão, o bloco parlamentar que, na prática, dirige esse espaço do Ministério da Educação, de onde originaram o conjunto das denúncias, cuja investigação esta Comissão, com os instrumentos que tem, tem conduzido no último período.

Essa informação tem coincidência com esses acontecimentos, e o que nós estamos percebendo, Presidente, é que se instalou, no âmbito do Ministério da Educação, um balcão de negócios com todos os seus requintes: de um lado, a atuação de lobistas, como é o caso do Sr. Gilmar e do Sr. Arilton; e, de outro, um processo continuado de fraudes em licitações. Então o FNDE, diante dos elementos que nós temos, foi transformado num balcão de negócios de interesses políticos, de interesses eleitoreiros, de interesses desses senhores e de atuação de lobistas.

Diante desses fatos, Sr. Presidente, e diante da declaração do Sr. Weintraub de que isso já foi reivindicado pelo Senhor Presidente da República desde muito antes, eu creio que seria importante ouvirmos o Sr. Weintraub no âmbito desta Comissão de Educação, para que S. Exa. – S. Sa., no caso: ex-Ministro da Educação – confirme o que disse publicamente, já reiteradas vezes publicamente, e traga novas informações sobre os fatos que esta Comissão já tem acompanhado na investigação.

É nesses termos, Presidente, que pedimos deferimento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Em discussão o requerimento de autoria do nobre Senador Randolfe Rodrigues. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão, e o submeto à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ao item 5 da pauta.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 29, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 50, caput e §2º, e 58, §2º, da Constituição Federal, bem como dos arts. 90, 216, 397, §1º, e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a prestação de informações e a remessa de documentos pelo Gabinete de Segurança Institucional sobre as visitas feitas pelos Srs. Gilmar Santos e Arilton Moura ao Palácio do Planalto, incluindo: a relação de todas as entradas e saídas dos Srs. Gilmar Santos e Arilton Moura, incluindo respectivos horários e agenda; todos os registros que tiveram como destino o gabinete do Presidente da República e outros gabinetes no Palácio do Planalto; registros das reuniões e agendas, quando houver.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP).

Passo a palavra ao nobre Senador para a defesa do seu requerimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, originalmente houve, da parte do Senhor Presidente da República e do Palácio do Planalto, um temor enorme sobre essas informações. Veja, Sr. Presidente, que o Senhor Presidente da República chegou a estabelecer um sigilo de cem anos sobre as visitas do Sr. Arilton Moura e do Sr. Gilmar Santos no âmbito do Palácio do Planalto.

Presidente, segundo a Lei de Acesso à Informação, sigilos dessa natureza só devem ser concedidos para matérias de relevante interesse nacional e de segurança nacional. Não sei, causa-me espanto, e eu gostaria muito de saber qual seria o interesse de segurança nacional que teria sobre as visitas do Sr. Gilmar Santos e do Sr. Arilton Moura. Depois, como intempestiva era essa medida, e de acordo com a Lei de Acesso à Informação, o Palácio do Planalto teve que divulgar, tornar público que os Srs. Gilmar Santos e Arilton Moura visitaram o Palácio do Planalto mais de uma dúzia de vezes.

Parece-me, Sr. Presidente, que a presença do Sr. Gilmar Santos e do Sr. Arilton Moura no Palácio do Planalto era até muito mais frequente do que a de muitos Parlamentares da base governista. Aliás, parece-me que o Senhor Presidente da República tinha mais hábito em receber o Sr. Gilmar Santos e o Sr. Arilton Moura do que Parlamentares da base governista. Isso imagino que é de causar inveja para muitos Parlamentares, que devem ansiar, desejar ansiosamente uma visita ou um diálogo com o Presidente da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaríamos, nesta Comissão, de saber por que dois lobistas envolvidos em tantas mutretas, como esses, tinham tanto acesso ao Palácio do Planalto; frequentavam tanto a sala do Presidente da República; tinham tanto passe livre junto ao Sr. Jair Bolsonaro.

É por essa razão que justificamos este requerimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

Em discussão o requerimento do nobre Senador Randolfe Rodrigues. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão, e o submeto à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

O requerimento será encaminhado para a Mesa, para seguir a tramitação.

Temos aqui o requerimento do item de nº 7.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 32, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 49, X, 50, §2o, e 144, §1o, I, da Constituição Federal, bem como do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, a prestação de informações e a remessa, pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, dos documentos entregues pelo Sr. Abraham Weintraub, ex-Ministro da Educação, à Polícia Federal, sobre indícios de irregularidades no Ministério da Educação durante a sua gestão.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP).

Passa ao nobre Senador a palavra para a defesa do seu requerimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para encaminhar.) – A ementa já justifica, Presidente, e faz parte do conjunto de denúncias que veio a público da parte do ex-Ministro da Educação, o Sr. Abraham Weintraub. Além do que ele disse, de que houve um pedido do Presidente da República de que o FNDE fosse entregue ao centrão, especificamente a algumas lideranças políticas do centrão, como foi nominado pelo Sr. Weintraub, também existem notícias de que o Sr. ex-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro fez entrega à Polícia Federal de irregularidades que teria encontrado no âmbito do Ministério da Educação. Creio que seja de interesse desta Comissão ter acesso a essas informações.

Dessa forma, justifica-se tal requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Em discussão o requerimento do nobre Senador. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão, e o submeto à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

O requerimento será encaminhado para a Mesa, para prosseguimento da tramitação.

Item 8 da pauta.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 33, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 127, caput, e 129, VII e VIII, da Constituição Federal, a prestação de informações e a remessa, pelo Ministério Público Federal, a título de cooperação com esta Comissão, dos documentos entregues pelo Sr. Abraham Weintraub, ex-Ministro da Educação, sobre indícios de irregularidades no Ministério da Educação durante a sua gestão.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP).

Passa a palavra ao nobre Senador Randolfe Rodrigues, para defesa do seu requerimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para encaminhar.) – Presidente, é de igual sorte, similar ao requerimento anterior, só que um está direcionado à Polícia Federal; e o outro, ao Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Perfeitamente.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão, e o submeto à votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O requerimento foi aprovado.

O requerimento será encaminhado ao Ministério Público Federal, para as providências.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Com a palavra o nobre Senador Esperidião Amin, cuja presença hoje aqui nos honra muito, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Eu é que fico honrado sempre que participo desta reunião, presidida com prudência, temperança e sabedoria por V. Exa., que já tinha, até de origem, todas essas qualidades; elas foram aprimoradas com a sua formação na área da psiquiatria. E fico mais satisfeito ainda por estar aqui ombreando o Senador Randolfe Rodrigues neste momento, ainda separados por este muro da pandemia.

Mas eu queria ocupar a sua atenção, Presidente, e a do Senador Randolfe. Eu já falei sobre este assunto, e não estou apresentando ainda o projeto, mas ele já está formulado.

Senador Randolfe, o senhor está com que idade?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Até novembro, 48.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu fui Secretário da Educação de Santa Catarina em 1972. Estávamos aguardando o seu nascimento ainda. Em 1972, por uma série de circunstâncias, eu respondi pela Secretaria da Educação de Santa Catarina, que é um estado que tem bons indicadores – e já tinha – e foi o pioneiro no Brasil na implantação do ensino obrigatório de oito séries. Foi uma lei estadual de 1969, enquanto a nacional é da década de 70.

Então, eu participei dessa aventura de transformar as quatro séries primárias que eu fiz, que o senhor fez, em oito séries básicas, que hoje são nove, e alguns já pensam em fazer dez. E o FNDE era a nossa terra da promissão, o FNDE foi criado em 1968 – 1968, seis anos antes de o senhor nascer. De lá para cá, ele recebeu umas reformulações, mas o que nós estamos assistindo aqui... Tanto que, quando se fala – e nós participamos de um debate muito civilizado e construtivo – em obra inacabada, ninguém ainda analisou a origem disso. Por que um Prefeito não termina uma obra? E por que tantos Prefeitos estão aqui em Brasília, Vereadores, 3,6 mil Vereadores? Se eles lhe pedirem para ir ao FNDE, talvez o senhor não queira ir, mas, se fosse – se tivesse que disputar uma eleição, iria –, iria pedir o quê? Pedir para... Vamos atender... "Mas eu estou com a dotação quebrada..." "Mas uma parte, pelo menos para iniciar".

Do ponto de vista orçamentário – o senhor conhece isso –, isso se chamava "emenda-janela". Não dá para fazer obra de 1 milhão, abre mil, só para começar. Isso foi abolido em 1993. Eu participei, junto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com o Aloizio Mercadante, da edição da primeira – ele era Deputado, eu era Senador – resolução. São várias; tem o n° 1, porque, a cada vez, recebe o n° 1, que regula a questão orçamentária, e o nosso Senador Marcelo conhece isso melhor do que eu.

Do ponto de vista orçamentário é proibido, há 30 anos, "emenda-janela", mas do ponto de vista da gestão pública não é, porque eu não sou obrigado a licitar a obra toda. Eu posso dividir uma obra em fases e posso licitar a fase 1. Então, do ponto de vista orçamentário eu não posso, mas do ponto de vista de gestão eu posso. Então...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Um exemplo, Senador: uma estrada de 100km, pode fazer 20km em um ano...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu posso fazer 1km.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Tranquilo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas aí é uma emenda para aquilo. Mas essa obra não vai terminar: quando se estiver pavimentando o 90° quilômetro, o primeiro já acabou, já se deteriorou. A dimensão da estrada tem que ser repensada. O tipo de caminhão que passa por lá é outro, não é mais o trucado, é o bitrem.

Então, nós estamos tendo problemas por condutas que devem ser investigadas. Não estou dizendo que não devem ser investigadas, estou dizendo que nós temos que consertar o sistema.

Alguém de vocês já recebeu denúncias sobre o Fundeb? Não. Por quê? Porque o Fundeb tem critérios. Não é perfeito. Está aí quem conhece, o Izalci. Ainda tem que aperfeiçoar, porque ele está pecando ainda pela falta de meritocracia, que foi aprovada por nós. Quer dizer, quem tiver um bom desempenho melhora. Não é só repassar mediante critérios. Já é uma evolução o indicador de desenvolvimento econômico e de desenvolvimento social para beneficiar os que precisam mais, tudo certo. Mas, se eles continuarem como eram, também não merecem. Você tem que dar um estímulo. "Mas eu consegui melhorar o meu indicador, eu fiz um gol". Então, eu melhoro. "Eu fiz uma pequena Sobral", até para homenagear o Cid Gomes, que faz aniversário hoje. Sobral é um exemplo: das 100 melhores escolas públicas, 34 são de Sobral. Será que foi por acaso ou teve um encanto na gestão? Deve ter tido. Então, se ele melhorou, segundo o Ideb, por exemplo, ou segundo qualquer indicador que você queira, ele melhora.

Então a minha ideia que está tomando corpo neste projeto de lei complementar é, à semelhança do Fundeb, criarmos 27 fundos estaduais, incluindo o Distrito Federal – a soma nacional – de desenvolvimento da educação, segundo parâmetros. Então, ele passa a ser não uma repartição pública

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aonde a gente vai pedir dinheiro... E é obrigado a pedir, Senador. O Senador tem uma vida pública diferente, mas quem lida com a vida pública brasileira sabe: se o Prefeito vier te pedir, o senhor vai dizer que o Prefeito está errado? Você vai procurar corrigir: "Não, mas você está com três obras inacabadas, e isso não pode acontecer. Vamos destinar o dinheiro para acabar as três ou explicar por que uma não precisa ser feita [às vezes, ela tem um erro de destinação ou de localização]".

Enfim, eu queria trazer essa palavra de alento, sem inibir a investigação.

Mas o sistema está errado, o sistema pode ser 27 contas gráficas. O que gere o Fundeb? Critérios, indicadores, índices... Tem que corrigir? Corrige, mas não tem essa pletora, essa petição permanente, essa reivindicação muito justa. E tudo é justo num país que tem as nossas necessidades.

Então, eu queria anunciar – hoje não vou apresentar ainda, mas ele já está escrito; eu já tinha conversado com o Izalci – um projeto assemelhando, vamos dizer assim, o FNDE do Fundeb, ou seja, critério, conta gráfica. Tem que debater é o critério e falar: "Olha, você esqueceu o que eu já investi. Vamos computar. Eu fiz com recurso próprio..." – no caso, estadual. Ou seja, mas a assistência financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, para o desenvolvimento das redes de ensino básico, ficará condicionada à comprovação de emprego de recurso destinado à educação – gastou os 25%?

Nós aprovamos ontem, e com o meu voto: temos que suspender a obrigação nos anos da pandemia. Por quê? Porque não teve aula, mas temos que repor esse dinheiro e os respectivos planos, relatórios físicos, contábeis... O desempenho fundamentalmente é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, que é o que nós temos – não precisa criar outro índice; começa por esse. Considerando a média dos resultados do ensino fundamental, você tem que procurar o quê? Melhorar a qualidade no final, não só fisicamente, que é uma grande... E, aí, considerando o Índice de Desenvolvimento Econômico, aliás, o Índice de Desenvolvimento Humano, e a sua evolução, como é o Fundeb. Repito: isso quer dizer que não vai haver corrupção? Não sei, mas não vai haver a centralização do erro, que é o que existe hoje. E não é só deste Governo, não é só a este Governo que se atribui; a meu ver, é a engenharia da coisa, que foi criada em 1968, quando nem se falava em indicadores... (*Risos.*)

Nem de trânsito!

Eu queria trazer esse anúncio e dizer que vou ultimá-lo nesta semana e que pretendo apresentá-lo na semana que vem. E faço questão de, na apresentação, distribuí-lo aqui, na Comissão de Educação, porque acho que é uma derivação positiva desse esforço que se está fazendo para coibir, responsabilizar, enfim, como falamos no nosso debate – e concluo –, atemporalmente, sobre coisas que estão se reincidindo.

O último número que foi divulgado foram 2.985 escolas e creches não concluídas... É bonito isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – De acordo com o relatório do COI, que é o Comitê sobre Obras com Indícios de Irregularidades, que inclui obras inacabadas, paralisadas, são 3.665 obras inacabadas, paralisadas, no Brasil, só no FNDE.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quer dizer, junto com a investigação...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – E no ano passado foram feitos 2 mil novos empenhos dessa modalidade de janela, que não tem mais. Por quê? Porque...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É um "empenho-janela", vamos dizer assim.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Um "empenho-janela", porque o que existe na administração pública? A Funasa faz isso já há muito tempo: você vai fazer uma adutora no município, vamos dizer, para beneficiar dez povoados. Que isso custasse, vamos supor, R$10 milhões. Não tem esse dinheiro, mas tem R$1 milhão. Com R$1 milhão, dá para botar no primeiro povoado. Então, é o que a Funasa chama de etapa útil. Então, empenha-se R$1 milhão...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Que vai ser usada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Que vai ser usada. Você botou água no primeiro povoado, então fez uma etapa útil. Você não pode é botar um recurso que não tenha uma finalidade social, que não tenha um retorno social, que é o caso desses empenhos que estão fazendo aqui, que o *Estado de S. Paulo* chamou adequadamente de "escolas *fake*".

Eu vi um caso, foi publicado ontem no jornal, Senador Esperidião Amin, de uma cidade do Paraná, de uma creche de R$3,2 milhões em que foram empenhados R$5 mil. Mas por que a pessoa faz isso? O que é que...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Para dizer: "Vou começar a creche". (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Vai começar como? Não tem como começar. Uma creche é uma creche, você não pode fazer uma etapa útil de uma creche. Vai fazer o banheiro da creche? Vai fazer a sala da creche? Isso não existe. Então, esses empenhos são um desvirtuamento, uma deformação da administração. Na verdade, isso é uma burla, uma fraude. Eles estão enganando os Prefeitos: "Olha, Prefeito, você fica do meu lado, você me dá o apoio, eu lhe dou uma escola aqui de R$8 milhões", e empenham R$200 mil. Eu estou falando de casos concretos, dezenas, centenas que tem, espalhados pelo Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O nosso Felipe Salto fez um artigo, acho que foi na *Folha de S.Paulo*, ou no *Estado de S. Paulo* – no *Estado de S. Paulo* –, mostrando como estão desvirtuando isso daí. Quer dizer, já tem empenho para R$6,7 bilhões, com um orçamento de R$110 milhões. Isso é impossível! Estão parindo orçamento que não existe. Nenhuma obra dessas, Senador Esperidião Amin, nenhuma vai começar, porque ninguém pode começar uma escola de R$8 milhões com R$200 mil, como tem no...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Tudo isso aí, Senador, foi criado pela expressão "bolsa de mercadorias e futuros". (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Em Porto Seguro, na Bahia, foi feito um convênio de uma escola de oito milhões e duzentos e oitenta e tantos mil, e sabe quanto foi empenhado, Senador Randolfe? R$30 mil. O menor que eu tinha visto era de R$30 mil, agora, ontem, eu vi um de R$5 mil, mas o padrão são R$50 mil, R$100 mil, R$200 mil.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Cinco mil não dá nem para o banheiro da creche.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não pode, você não pode fazer um banheiro. Está fazendo uma creche? Não está fazendo creche.

O que existe na administração pública, que é permitido? Você vai fazer a transposição do Rio São Francisco, que é uma obra, digamos, que foi projetada para ser construída em dez anos. Vamos supor que custe R$10 bilhões. É necessário empenhar os R$10 bilhões num exercício só? É claro que não. A lógica está dizendo, é racional: se você vai fazer em dez anos, Izalci – você, que é especialista nisso daí –, você empenha um décimo dos recursos por ano. Quando chegar no décimo ano, você empenhou um inteiro. Pronto, concluiu a obra. É para isso que existe o fracionamento do recurso. O que eles estão fazendo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E tem que botar no plurianual.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Tem que estar no plurianual, claro, evidentemente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, todo o estado tem então; no município tem.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Presidente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Tem que colocar no orçamento plurianual de investimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Presidente, art. 14. V. Exa. citou o meu nome. Eu gostaria de me inscrever.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador Izalci, que é o nosso professor aqui nessa área, viu?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para discutir.) – Bem, primeiro, nós fizemos isso muito bem nas emendas de bancada. V. Exa. lembra que qualquer projeto estruturante...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Eu falei sobre isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Não, mas é só para iniciar a minha conversa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Já falei sobre emenda já...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Então, nessa emenda de bancada, nós colocamos: em qualquer projeto estrutural, a bancada teria que bancar isso nos anos seguintes. Então, não adianta você construir uma...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Então, acho que é isso; V. Exa. tem razão.

Agora, nós temos aí os vetos, porque nós colocamos 700 milhões, e baixou para 400 depois, no Orçamento deste ano, na LOA, e que foi vetado, exatamente para dar continuidade às obras paralisadas. Tem obra com 80% praticamente, quase pronta.

O problema no Brasil é que você não tem política de estado, você tem política de governo. Então, cada governo que entra acaba com tudo e não faz exatamente o dever de casa de concluir as obras ou de dar continuidade aos projetos que estão funcionando.

Agora, a coisa mais fácil para o governo é construir tanto creche, quanto hospital, quanto escola. O duro de tudo isso aí é manter, porque o custo de uma creche hoje... O FNDE estava dando a contrapartida de 1,9 milhão. Aqui em Brasília, você conseguia fazer com 3,8. Hoje, com o aumento do ferro, essas coisas, vai chegar a 4,5 por aí. Agora, você construiu uma creche de 4,5, ela te custa pelo menos 50% ao ano de custeio, como hospital. Você constrói um hospital hoje com 200 milhões, mas ele vai te custar... V. Exa. que foi ministro...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – O mais barato é construir o hospital.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – É. Por isso é que as obras ficam aí, quer dizer, às vezes, no segundo mandato, os Prefeitos começam a creche para deixar para o sucessor manter. Então, essa é uma coisa.

O Esperidião falou aqui no projeto que ele está apresentando... Eu tive oportunidade de conhecer agora, até porque ajudei na construção, um projeto da UnB de avaliação da educação, da saúde em termos de custo. Como a gente aprovou o CAQ (Custo Aluno Qualidade) aqui, e não usamos o Custo Aluno Qualidade inicial, porque a gente está entrando direto no Custo Aluno, hoje aqui no DF, por exemplo, a gente já tem condição de fazer – não no GDF, mas no projeto que a UnB concluiu – e está disponível no Ministério da Educação. Você tem o mapa da cidade, onde estão as escolas, você aperta nas escolas e você sabe quantos professores tem, quantos funcionários, qual é o custo daquela escola, qual é o Ideb da escola... E você tem de todas elas. Então, você faz o comparativo: por que eu tenho uma escola com mil alunos que custa 1 milhão e tem um Ideb tal...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E depois... Desculpe interromper, Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – E você tem uma outra maior com custo muito maior e o Ideb menor, então você compara.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Senador, e o mais importante: você vai poder fazer a série histórica e ver quem é que está melhorando, quem é que está estagnando e quem está até...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – É, mas exatamente: você passa a responsabilidade para o gestor na ponta. Ele vai ter acesso, sabendo que a escola vizinha dele lá tem mais aluno, custa um valor menor e o Ideb é melhor. Então, você passa essa... Porque no Brasil falta isso, essa fiscalização, essa avaliação para comparação, o que faz... É a mesma coisa na área de saúde, em todas as áreas. O problema é que o Brasil hoje é analógico, você não tem controle de nada.

Eu estava agora na Frente Parlamentar do Comércio e Serviços e Empreendimentos, que também não tem... Quer dizer, estão tentando simplificar as obrigações acessórias, porque você tem 500 mil obrigações e não tem nada informatizado, não tem ligação com nada. Então a gente precisa, de fato...

Eu destinei alguns recursos para o Ministério da Saúde, que tem lá o ConecteSUS, mas só da União, na ponta tem lá... É tripartite, não é? Você tem estados e municípios; se você não tiver os dados, você não consegue fazer um sistema de avaliação. Mas eu acho que é isso, a gente está avançando.

Bem, tem essa sessão agora. Já aprovamos os requerimentos?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Já.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Tem uma daqui a pouco também, de oitiva de alguém? Ou não?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Do Sr. Júnior Garimpeiro.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Mas está marcado para daqui a pouco, não é isso, Presidente?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Seria agora.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Está marcado para agora.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Pois é, para agora, mas está confirmado? Ele está aí já?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Bom, então deixa eu...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Qual é...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Júnior Garimpeiro, que é o Prefeito de Centro Novo se não me engano.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Garimpeiro?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Garimpeiro, Júnior Garimpeiro.

Presidente, antes de darmos sequência...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... e ouvirmos o Sr. Garimpeiro, só uma rápida consideração, só para cumprimentar o Senador Esperidião Amin pela iniciativa.

Eu acho que o grande adversário e inimigo da corrupção é a descentralização, a transparência e a fiscalização. Acho que V. Exa. apresenta essa solução na iniciativa que acabou de expor. Eu o exorto a apresentá-la o quanto antes aqui para que esta Comissão possa, Presidente – eu já reitero essa necessidade –, apreciá-la e dialogar com o Presidente Pacheco para ser uma das prioridades.

Eu acredito que não baste somente o que esta Comissão está fazendo, que é muito virtuoso, que é o trabalho de investigação e de aprofundamento das informações; é fundamental termos mecanismos do ponto de vista do Estado brasileiro, porque uma lei aprovada reformatando a estrutura do FNDE resolve um problema... Impedir a corrupção me parece ser uma tarefa diária dos regimes republicanos, muitas vezes inglória, mas criar mecanismos para combatê-la é uma tarefa possível e realizável. Então, não poderia deixar de fazer este registro e cumprimentar o Senador Amin. E reitero, Sr. Presidente: tão logo S. Exa. apresente o projeto, que nós possamos apreciá-lo nesta Comissão.

Vamos ouvir agora o Sr. Garimpeiro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Bom, eu quero também me somar às palavras do Senador Randolfe para parabenizar o nobre Senador Esperidião Amin pela iniciativa. Eu acho que essa confusão toda, essas audiências e a ação aqui da nossa Comissão... Se sairmos com este projeto daqui formatado e fizermos um trabalho para aprová-lo no Congresso Nacional, eu acho que nós teremos dado um passo muito significativo no sentido da melhoria da aplicação dos recursos públicos, porque, como está, Senador Esperidião Amin, nós vamos concordar aqui que não é possível continuar.

Não estou aqui fazendo crítica a ninguém, mas, se nós temos *kits* de robótica para o Brasil e só um estado leva 67% desses recursos, e não é o maior estado do Brasil, é evidente que alguma distorção há. Recurso público tem que ter um mínimo de critério para poder ser aplicado, para poder dar a eficácia que, evidentemente, tem que ter toda ação administrativa pública.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ou, então, os Senadores desse estado devolvem as suas emendas para os outros, não é?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Então, nós temos hoje aqui marcada a oitiva do Sr. Júnior Garimpeiro, Prefeito de Centro Novo, no Maranhão, que havia confirmado a sua presença hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Garimpeiro sumiu, Presidente? O Garimpeiro sumiu?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – O nosso assessor...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A gente vai ter que garimpar o Garimpeiro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – O Thiago, até há pouco, tentou falar com ele; não conseguiu. E agora há pouco conseguiu falar com a chefe de gabinete da Prefeitura e esta informou que havia enviado um *e-mail* em nome do Prefeito pedindo para remarcar a sua oitiva. Vamos, então, fazer isso daí.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele chegou a entrar no *online*?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não, ele não apareceu hoje, não foi contatado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, havia outros convidados também para hoje que não compareceram, não é?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Sim, o Sr. Darwin Einstein Arruda Nogueira Lima. Só tem...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Alguém com um nome tão pomposo, Darwin e Einstein, causa espécie não estar presente. (*Risos.*)

Ele contraria os nomes tanto da teoria do evolucionismo quanto da teoria da relatividade.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Aqui se estivessem Darwin, Einstein e Newton, nós estaríamos com os maiores cientistas da história da humanidade numa pessoa só.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas, pelo que nós sabemos dos feitos que eles têm feito, é algo a ser estudado pela ciência, Presidente. A habilidade dele de estar em dois lugares ao mesmo tempo tem significado diagnóstico com as teorias de Einstein, entendeu? Ele consegue estar em dois lugares. Ele está como consultor e, ao mesmo tempo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, o senhor me perdoe, ubiquidade é dom de Santo Antônio, não tem nada a ver com o cientista. Santo Antônio estava

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pregando em Padova, se ausentou para tirar o pai da forca em Lisboa, e terminou, depois, o sermão em Padova. O dom da ubiquidade não é de nenhum desses, é de Santo Antônio...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nem do Darwin, nem do Einstein.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... que tanto é de Padova quanto é de Lisboa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois, Senador Randolfe, uma pessoa que tem um nome desses...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Direito canônico...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – De uma pessoa que tem um nome desses nós não podemos duvidar de nada, viu? Com Darwin e com Einstein.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – De onde é?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Ele é consultor do FNDE.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele é consultor do FNDE e, segundo o que foi noticiado – e é por isso que nós queríamos ouvir o nobre candidato a cientista –, segundo o que foi divulgado, ele atuava como consultor, Senador Esperidião Amin, e, ao mesmo tempo, atuava na outra ponta, junto aos Prefeitos, para que as consultorias dele e a indicação de obras fossem empenhadas.

Por isso eu até pergunto ao Presidente Marcelo se por acaso também não tem Antônio, porque o Senador Amin está correto: além das teorias evolucionistas e da relatividade, eu acho que cabe aí o dom da ubiquidade de estar em dois cantos, inclusive tão contrários, ao mesmo tempo. Pena que ele não veio para nós descobrirmos aqui quais são os talentos de S. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O sonho do Gabigol: bater o *corner* e fazer gol de cabeça.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – E há também – ou havia – o convite da Sra. Nely Carneiro da Veiga Jardim, que foi citada pelos Prefeitos como a secretária que fazia intermediação com os pastores, mas a Sra. Nely teve a delicadeza e a cortesia de comunicar a esta Comissão que não viria. Então, sendo assim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Darwin... O Darwin desapareceu, conforme a Teoria da Relatividade também, a do espaço e tempo?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – O Darwin não...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não temos notícia de Darwin Einstein nem no espaço nem no tempo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – O Darwin não se comunicou com a Comissão aqui, não disse que viria nem que não viria. Não está presente. Está ausente, então.

O Senador Carlos Portinho pede a palavra.

Pois não, nobre Senador, com a palavra V. Exa.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador Marcelo.

Meus colegas, não sei se a internet está boa, porque estou distante aqui, a trabalho, num seminário grande sobre as eólicas *offshore*, projeto do Senador Jean Paul Prates, que eu relato, inclusive. Ontem, na sessão, minha internet não estava boa, e não sei se está das melhores agora.

Mas é uma pena não poder participar, porque seria divertido: um Senador chamado Carlos Francisco, como eu, o Senador Esperidião e o Senador Randolfe Rodrigues, que está rindo do rapaz que tem o nome de Darwin... Sinceramente, não achei muita graça.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Darwin Einstein!

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência*.) – Exatamente! Mas eu acho que a gente tem que ter respeito também, não é? Afinal, é a Comissão de Educação.

Além dessas pessoas, existe alguma outra presente que a gente vai escutar, Senador Marcelo? Senão, eu vou pedir licença. Naturalmente, eu estava aqui aguardando, interrompendo a minha programação do seminário, para poder contribuir com esta sessão. Então, esse é o meu questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador Carlos Portinho, V. Exa. poderia repetir? Nós não entendemos. (*Pausa.*)

Nós não entendemos a pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência*.) – Há outra pessoa presente?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não. Os convidados... Nenhum dos convidados veio aqui.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência*.) – E nós temos requerimento ainda a aprovar?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Temos o requerimento de autoria de V. Exa., que, como V. Exa. não estava presente, não foi colocado em votação. Mas podemos colocá-lo agora, com a presença de V. Exa.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência*.) – Então, vou aguardar, porque eu interrompi minha participação aqui no evento para poder contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Então, vamos ao item 2 da pauta.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 26, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro Interino da Educação, Sr. Victor Godoy Veiga, informações acerca das obras públicas iniciadas e não concluídas, no período de 2006 até o ano de 2018.

Autoria: Senador Carlos Portinho (PL/RJ).

Passo a palavra ao nobre Senador para a defesa do seu requerimento.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Falando em recurso público, são mais de 2 mil obras inacabadas. Como já sustentei, é o que importa realmente do depoimento do Sr. Marcelo, do FNDE, algo que surpreendeu a todos. Aparelhos de robótica surpreendem, sim. Mas há mais de 2 mil obras há mais de 15 anos paradas. E a gente não vai se interessar nisso?

A gente está falando de um recurso bilionário que está estacionado ou que foi malgasto, como o das obras lá no Ceará, que o Senador Girão já denunciou. Uma universidade pública está com quatro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

blocos inacabados, sem acesso. Começou em 2010, em 2010! Os alojamentos estão prontos – prontos! –, esperando os universitários. Mas não fizeram a rampa de acesso, não fizeram o muro de contenção, e não há como essa universidade começar. Então, acho que... A gente quer saber.

Eu já oficiei, Senador Marcelo, pelo meu gabinete, mas acho que oficialmente é importante que esta Comissão tenha o conhecimento até dos estados onde estão essas obras inacabadas, porque é em todo o Brasil – em todo o Brasil.

Então, é lógico que já há um pedido de CPI protocolado. Agradeço aos Senadores que se preocuparam e consideraram importante mais de 2 mil obras inacabadas, porque mais de 2 mil obras inacabadas importam. Então, eu sustentei. Acho que a CPI vai ter o seu trabalho quando começar, mas esta Comissão de Educação como está avançando até em temas em que não há CPI instalada ou nem protocolada, eu acho que a gente deveria realmente ter a noção de onde estão essas 2 mil obras inacabadas e que recursos estão lá dispostos e não foram executados.

Acho que essa é a razão. Espero a compreensão de todos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Qual requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – É o requerimento nº 26, Senador Esperidião. É o item 2 da pauta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, é sobre o requerimento de S. Exa.

Sobre o requerimento de S. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Em discussão o requerimento de autoria do nobre Senador Carlos Portinho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para discutir.) – Presidente, em primeiro lugar, em relação à CPI, eu acho importante a consideração do Senador. E, assim, nós não obstaculizamos e não obstamos nenhuma CPI. Fico feliz com o entusiasmo do Senador pela sua CPI, mas temos uma outra CPI para a qual faltam duas assinaturas, inclusive sobre as denúncias que têm sido noticiadas pela imprensa. Já que tem entusiasmo para uma, poderia ter para a outra também ser instalada.

Também nós da Oposição, Presidente, não obstamos nenhum pedido de informação sobre obras inacabadas. Votaremos favoravelmente. Só que causa espécie, Senador Humberto, que lá está colocado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

até 2018. Eu não sei, o Ministério da Educação foi extinto em 2019? Tacitamente parece-me que sim. Mas o Ministério da Educação me parece que continuou a partir de 2019.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Formalmente continua existindo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Formalmente continuou o Ministério da Educação. Continuou e funcionou o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Não tem continuidade depois disso? É curioso. Até 2018, depois de 2018 não mexe, deixa quieto, ou seja, nós queremos saber mais do que está explícito no requerimento. Queremos saber até 2018, não tem problema, vamos apoiar, mas queremos saber também 2019, porque as obras inacabadas continuaram inacabadas e, em alguns municípios, foram feitas outras, muitas intermediadas pelo Sr. Gilmar...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E estão inacabadas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... e pelo Sr. Arilton. E continuam inacabadas as novas que foram feitas.

Então, é curioso o requerimento, Presidente: "Queremos informações sobre todas as obras inacabadas até 2018". Aliás, só faltou colocar: "Até 1° de janeiro de 2019, até essa data. Depois de 1° de janeiro de 2019, não precisamos mais das informações".

Nós estamos propondo ao Senador completar o requerimento. Vamos pedir as informações de todas até o dia de hoje, completa-se a informação ainda mais. Por que, quando tinha obras inacabadas, foram iniciadas ainda obras novas e as inacabadas não foram concluídas? E por que o Sr. Arilton e o Sr. Gilmar tiveram participações em algumas obras novas em alguns municípios?

São os termos que nós pedimos para completar o requerimento. Obviamente, se S. Exa. não quiser, nós faremos um outro requerimento com essas informações que estamos apresentando aqui, para ele ser completado, porque é bom querer o esclarecimento inteiro, Presidente, e não pela metade.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Bom, eu então perguntaria ao autor do requerimento, Senador Carlos Portinho, se S. Exa. concordaria com a sugestão, a solicitação do Senador Randolfe Rodrigues de incluir todas as obras inacabadas de 2006 até os dias atuais.

Não é essa a proposta de V. Exa.?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – O Senador Carlos Portinho com a palavra, por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Antes de...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Por favor, eu vou aditar. Eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador Esperidião Amin, o Senador Carlos Portinho tem... Espere um pouco aí.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O conceito de obra inacabada é o de que estava prevista a sua conclusão antes do momento em que eu faço a pergunta, porque uma obra iniciada ontem não é inacabada. É inacabada uma obra que tinha o seu prazo de conclusão previsto... Por exemplo – até para ir ao foco da questão –, estava previsto que a conclusão fosse em março de 2021, e não concluiu. Essa é uma obra inacabada. Agora, se a previsão é concluí-la no fim deste ano, ela não é uma obra inacabada, ela está em andamento. Obra inacabada é aquela cujo prazo previsto de conclusão já passou. E, ainda assim, sabe-se lá quantas justificativas poderão ser obtidas...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador Esperidião, só para contribuir...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... de obras inacabadas durante a pandemia.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – A gente entende que obra inacabada é uma obra que, por um motivo ou por outro, não teve continuidade, e não uma obra que está em execução.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, não... Ou o prazo de conclusão já passou...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – É, exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... e não foi revigorado, ou seja, é o conceito de obra inacabada. Senão, nós vamos estar falando sobre obras inacabadas que começaram no mês passado. Isso não é obra inacabada. Aí, talvez, com base nesse enquadramento, eu acho que o autor do requerimento, o nosso querido amigo Senador Portinho, poderia se manifestar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

Nobre Senador Carlos Portinho, com a palavra V. Exa.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador Marcelo. E muito obrigado, Senador Esperidião Amin, porque trouxe o conceito correto de obra inacabada: obra que tinha um prazo para se concluir e não foi concluída.

O que a gente pode dizer, até para explicar – talvez o Senador Randolfe não tenha compreendido; não ouvi o Senador Humberto, mas, com todo o respeito –, é que não faz sentido um governo que ainda está no seu período de mandato ser inquirido sobre obras inacabadas, a não ser que fosse uma obra que demorasse um ano. A gente teve um ano de governo, dois anos de pandemia. Então, não vamos perder tempo. A gente estava falando de obras que terminaram em mandatos que acabaram. A gente está falando em obras que começaram em 2006 e não terminaram em 2010. E todos aqueles que já exerceram alguma vez a gestão pública sabem que, se há obras inacabadas há tanto tempo, é porque houve, na sua grande maioria, provavelmente, desvio, porque o secretário, o ministro que chegou depois não vai botar a caneta dele numa obra em que teve desvio. Então, ele prefere abrir a sindicância, abrir ajuste de contas no tribunal de contas. Isso para quem tem o mínimo de conhecimento em gestão pública. Então, como é que eu vou botar aqui obras de um governo que mal começou, não é?

Ainda teve o problema da pandemia... Estou falando de mais de 2 mil, isso já é suficiente ou não? Então, eu estou falando de obras em governos que já concluíram, e não é só governos...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador Carlos Portinho, só para contribuir...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência*.) – Senador Marcelo, já estou concluindo...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não, é só para contribuir com um esclarecimento.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência*.) – Não é só Governo Lula ou Dilma; é Temer também. Então, assim, são governos que concluíram. Essa foi a minha lógica e a lógica daqueles que assinaram a CPI.

Desculpe, Senador Marcelo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador Carlos Portinho, só para contribuir com um esclarecimento. Há denúncias inúmeras de Prefeitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de que as obras estão aptas a receber o recurso, de que as etapas estão sendo executadas e o FNDE não está pagando, não está mandando os recursos. E, ao invés de pagar as faturas...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É inacabada. É inacabada. Depois de recebermos a relação, nós vamos saber qual foi a causa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois é o que eu estou dizendo. O meu raciocínio é no sentido – eu estou defendendo aqui pela lógica – de que essas obras precisam entrar, deveriam ser investigadas também, porque, se nós dermos o corte em 2018, nós vamos deixar de fora inúmeras obras que estão aptas a serem executadas, que não têm nenhum desvio e que simplesmente não estão andando porque o MEC alega que não tem recurso para dar continuidade a essas obras.

Então, evidentemente, se nós vamos fazer um trabalho aqui em favor do benefício público, da administração pública, essas obras precisam ser analisadas também. Se nós damos um corte em 2018... Mas aí o Senador Portinho é que vai dizer se aceita ou não a solicitação do nobre Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência*.) – Senador Marcelo, eu não tenho conhecimento de que há obras aptas e que não estão recebendo recurso. Talvez eu tenha faltado alguma sessão, peço desculpa, pode ser um erro meu. Sei que tem obras em que o Prefeito não entregou a propriedade, o RGI, tem obras em que depois se descobre que elas são uma obra de reforma e se descobre que a escola foi construída com recurso municipal e estadual e não pode receber recurso federal, não é?

Esses casos eu sei, porque, no meu gabinete, eu já recebi pedido de Prefeito, que é, sim... O Prefeito pode e deve buscar o seu Parlamentar. Essa é a regra. Então, está tendo a Marcha dos Prefeitos... Infelizmente não estou aí, mas depois vou receber a todos, não é? Então, o Prefeito recebe o seu Parlamentar, o seu Senador e o seu Deputado, e pede. Já me pediram obra que não tinha RGI. Já me pediram obra que era uma escola estadual e não podia receber o recurso federal para reforma, não é? Então, não é só má-fé, não, gente; tem fatos.

Mas o que eu entendo é que obras neste Governo, o Governo está em curso. A gente está falando de obras que têm mais de 15 anos, não é? Talvez, na próxima legislatura, a gente possa fazer, inclusive, uma comissão permanente para que a gente possa acompanhar, porque eu não vejo problema nenhum, Sr. Senador, municípios que têm obras inacabadas receberem recurso. Por quê? Se a obra inacabada é de uma escola, não vai construir uma creche? Se a obra inacabada é num bairro onde houve corrupção, todos os alunos estão condenados?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, olhe só, Senador Marcelo Castro, a minha lógica é um período de mandato encerrado. Mandato que está em curso não faz sentido, porque ainda está em curso. A obra demora um, dois, três, quatro anos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Está claro.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência*.) – Então, na legislatura seguinte, fazemos. E lógico que, com respeito aos meus colegas, aqueles que quiserem fazer outro requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Perfeito.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência*.) – ... fiquem à disposição, como aqueles que quiserem fazer outra CPI fiquem à disposição e entrem na fila.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Então, a posição de V. Exa. está mais do que clara.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eu passo a palavra, inicialmente, para o Senador Flávio Arns, depois para o Senador Humberto Costa.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, quero, em primeiro lugar, cumprimentar V. Exa. e todos os Senadores que estão presentes.

Eu quero dizer que este Governo tem 2 mil obras inacabadas. Por que este Governo tem 2 mil obras inacabadas? Porque um Governo assume com os bônus e os ônus. O mundo não acabou em 2018, o mundo continua em 2019. Então, eu gostaria de saber do Governo quais as providências que foram tomadas em relação ao estoque de 2 mil obras inacabadas deste Governo, dizendo: " Olhem, 500 foram por malversação de recursos e estão no Tribunal de Contas da União; 200 estão aqui...". Quais as providências que este Governo está tomando, então, junto ao Tribunal de Contas da União, junto ao Governo, para dar vazão às 2 mil obras inacabadas deste Governo? Porque o Ministério da Educação tem que dar conta.

Eu já fui Secretário de Educação do Paraná também. E, no começo do Governo, nós olhamos quais as obras inacabadas, quais com problemas na Justiça, no Tribunal de Contas, porque é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsabilidade de quem está de plantão – de plantão! – no Governo dar conta daquilo de que o Brasil precisa.

É muito fácil dizer: "Olhe, isso aí é do Lula, é do FHC, é do Temer, é da Dilma, não tem nada a ver comigo". Como é que não tem nada a ver comigo? Assumimos o Brasil! "Ah, o Parlamentar tem que vir aqui para falar com seu Parlamentar. O Prefeito tem que vir aqui para falar com seu Parlamentar." Esta é a política com a qual a gente quer acabar, no Brasil: comer na mão do Parlamentar, comer na mão do Senador, do Deputado. Vamos colocar as coisas mais transparentes, mais possíveis.

Nós queremos educação de qualidade no Brasil! Queremos obras acabadas, com banheiro. "Ah, não, porque a construção foi sem banheiro, no Governo lá atrás, sabe, lá do Itamar Franco; não é responsabilidade nossa." Como é que não é responsabilidade nossa? É responsabilidade, sim. Tudo aquilo que acontece no Brasil hoje é responsabilidade do atual Governo. Culpa do Governo, não. É culpa do Governo se o Governo não estiver tomando providência nenhuma em relação a essas obras.

Eu acho, para a população, argumentos vergonhosos a gente dizer: "Olha, o Brasil de antes e o Brasil de hoje". O Brasil é hoje, amanhã e o tempo todo! E vamos tomar as atitudes corretas o tempo todo!

Envergonha a discussão de uma Comissão de Educação dizer: "Olha, eu quero pegar o que os Governos anteriores fizeram e quero isentar aquilo que o Governo atual pode apresentar". Seria vergonhoso que uma Comissão de Educação fizesse isso! Nós temos que, na minha opinião, no meu voto, tirar datas. Quero saber sobre obras inacabadas, mas quero também saber a situação de cada uma delas, o que vai ser feito, o que foi feito e o que deve ser feito. Vamos pensar no Brasil, na escola, nas crianças, nos jovens, não é? E queremos... Claro, se há problemas, vamos responsabilizar quem tem o problema.

Ontem eu vi uma reportagem de um Prefeito do Rio Grande do Sul que está fazendo uma obra de saneamento já faz seis anos. Deveria ter acabado essa obra já faz três anos, quatro anos. Por que não acabou? Porque um engenheiro da Funasa que tem que ir lá para dizer que a fase inicial da obra foi realizada, foi concretizada, não apareceu até hoje. E o Prefeito dizendo: "É uma novela, tem que vir aqui falar com o Parlamentar, com o Senador, que ele vai lá no Ministério do Desenvolvimento Regional resolver". Isso é uma vergonha, uma política atrasada, retrógrada, comer na mão das pessoas! Vamos falar com esse Prefeito; com a escola a mesma coisa. Então: tirar a data, gente. O Brasil precisa de educação, de escolas concluídas. Vamos olhar todas as escolas.

E este Governo tem, sim, responsabilidade. Repito: não tem culpa, mas terá culpa se não tiver tomado providência nenhuma em relação ao que está acontecendo em relação a cada uma das obras. É isso que a gente quer escutar.

Então, esse requerimento tem que ser revisto, tirando-se a data, e dizendo-se a razão, o porquê de cada obra e o que o Governo atual fez em relação a cada uma dessas obras. Aí eu, como sociedade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também, estaria satisfeito para que nós, como Comissão de Educação, fiscalizemos isso. Chega de colocar a educação em segundo plano, terceiro plano, quarto plano. Nós queremos que a nossa educação fiscalize tudo isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Flávio Arns. Como sempre, V. Exa. colocando aí os termos nos devidos lugares.

Passo a palavra então, agora, ao nobre Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, em primeiro lugar é obrigação de qualquer governo dar continuidade a obras que eventualmente tenham sido interrompidas, que não tenham cumprido os prazos determinados. Obviamente que essa continuidade, especialmente no que diz respeito a repasse de recursos, depende da existência ou não de algum tipo de irregularidade e de que tipo de irregularidade, não é? Então, trata-se, para quem governa com a visão de Estado, de se ter a obrigação de concluir e oferecer à população aquela obra, porque ela não é propriedade do governante de plantão.

Então, antes de simplesmente alardear que há 2 mil obras inacabadas... Eu não sei se isso é verdade; eu não sei se é verdade, porque este Governo mente tanto, mente tanto, é tanta mentira que a gente não sabe o que é...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Então, Senador Humberto Costa...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não. Na Comissão de Orçamento tem o COI, que é o Comitê de Obras com Indícios de Irregularidades, que inclui essas obras inacabadas e paralisadas. Então, o relatório deste ano, que foi feito pelo Deputado Paulo Azi, da Bahia, diz lá no final, com os dados que ele pegou no FNDE, que nós temos no Brasil 3.665 obras paralisadas/inacabadas no país.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois é. Então, nós temos que saber...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – E com mais 2 mil que foram empenhadas no ano passado, você veja o que nós estamos criando: é um cemitério de obras inacabadas no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Exatamente.

Então, é papel de quem assume o governo, porque é o responsável pelo Estado, dar continuidade a essas obras, tentar corrigir os eventuais problemas que, às vezes, são problemas meramente de ordem técnica ou burocrática, e fazer com que essas obras tenham continuidade.

E, como nós temos que saber também por que é que essas obras a que o Senador se referiu no seu requerimento não foram continuadas, é que nós estamos apresentando um adendo, o Senador Randolfe e eu, para que esse requerimento possa incluir as obras não concluídas também entre 2019 e 2022.

Essa é a nossa proposição.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, como acréscimo ao requerimento do Senador Humberto: para que sejam explicadas as razões técnicas para essas obras não terem sido continuadas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós vamos decidir primeiro sobre o requerimento do Senador Carlos Portinho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não havendo mais quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Submeto o requerimento do nobre Senador...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, só queria perguntar o seguinte: houve acordo?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não, não houve acordo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu queria fazer...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A Comissão, parece-me, Senador Amin, vai construir o acordo, porque o Senador Portinho...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ele já saiu?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não sabemos, senhor.

Mas o Senador Portinho não aceitou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Ele está presente, o Senador Carlos Portinho.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Mas, Senador, eu gostaria até, em nome da nossa amizade...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Com a palavra o nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Em nome da nossa amizade, gostaria de dizer o seguinte.

O próprio requerimento de V. Exa. diz o seguinte: no último dia 7 de abril, o Sr. Marcelo Lopes da Ponte, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação afirmou que a maioria – mas não a totalidade – das obras inacabadas são de governos anteriores. Mas é a maioria; não são todas. Algumas foram iniciadas neste Governo, tiveram prazo de conclusão não cumprido, e essas são inacabadas, porque uma creche pode ser construída em menos de três anos. Pode? Pode, até mobiliada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Dentro da ordem de serviço, pode ser construída em três meses, seis meses.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, vamos dizer que tem que comprar equipamento. Ela pode ser.

Então, a própria justificação do requerimento diz que pode haver... aliás, que há um número minoritário – mas é um número – de obras inacabadas.

Eu acho que se forem inacabadas dentro do conceito que V. Exa. aceitou... O que é inacabado? Havia prazo de conclusão, e o prazo de conclusão não foi legalmente adiado. Até isso, eu acho, porque, se uma obra teve problemas, mas já se recuperou e está andando normalmente, não é inacabada também, se o prazo for modificado. Ou seja, ela está regularizada. Eu posterguei em três meses, então está em andamento ainda.

Eu faço uma sugestão: que, respeitado esse mandamento, esse conceito, ser for obra inacabada, tem que botar na lista, senão – acho que todo mundo sabe aqui a minha posição política, o meu partido é da base do Governo – eu quero saber também as que estão inacabadas e que foram iniciadas no atual Governo ou na transição do anterior para o atual, porque são obras inacabadas. Eu acho que, se o conceito é ser inacabada, se o nosso Senador Carlos Portinho aceita o "inacabada", eu peço que ele concorde que se coloque no requerimento, senão eu vou sugerir que nós aprovemos um requerimento complementar para incluir todas as que são inacabadas, dentro desse conceito. Também não sou estúpido de querer considerar inacabada uma obra que começou, sei lá, no final do ano passado, mas, se é inacabada segundo esse conceito, acho que é correto. Aí, de certa forma, não com a veemência que não é usual do meu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coestaduano *in pectore* Flávio Arns – coestaduano *in pectore* –, aí eu acho que é do interesse da educação. Esta aqui não é Comissão Parlamentar de Inquérito: é a Comissão de Educação. Como é que estão as obras inacabadas?

Isso interessa até para o meu projeto. Estava conversando agora com a consultora para fazer o "burilamento" do projeto de lei. Quero ver se o apresento até semana que vem. Eu vou mencionar as obras inacabadas – hoje inacabadas.

Esse é o apelo que faço, senão já ofereço alternativa: se não for possível, a gente aprova um complementar. Está o.k.?

Muito obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Se eu entendi...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para discutir.) – De qualquer forma...

Presidente Marcelo, desculpe-me interrompê-lo.

De qualquer forma, o acordo terá, porque é o seguinte: se o Senador Portinho aquiescer às sugestões do Senador Humberto, nossa, do Senador Amin e do Senador Flávio Arns, perfeito, ficando só o requerimento. Se não aquiescer, já tem requerimento nesse sentido. Então, o pedido de informações será o eivado do conjunto do pedido da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Então, eu pergunto ao nobre Senador Carlos Portinho sobre a proposta feita por último pelo Senador Esperidião Amin. Se eu entendi bem, a proposta do Senador Esperidião Amin é nos seguintes termos: as obras inacabadas de 2006 para cá.

V. Exa., Senador Carlos Portinho, concordaria com essa modificação no seu requerimento? V. Exa. coloca no seu requerimento de 2006 a 2018; a proposta do Senador Esperidião Amin é que fossem as obras inacabadas de 2006 para cá. V. Exa. concorda ou não?

Com a palavra o nobre Senador Carlos Portinho. (*Pausa.*)

Não estamos ouvindo V. Exa.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência*.) – Agora desbloqueou aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Antes, Senador Marcelo Castro, eu não sei se o meu colega que está aqui na mesma cidade que eu para o mesmo evento e que é autor do projeto, o Senador Jean Paul Prates, quer falar antes a respeito disso. Só para melhor ordem de fala.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Tudo bem!

Com a palavra o nobre Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Era justamente... Senador Portinho, obrigado, realmente estamos aqui juntos nessa empreitada de promover esse novo horizonte de investimentos e de fronteiras que é o *offshore* eólico, o *offshore* energético em geral, com a lei que vai dar ensejo a isso.

Mas eu entrei aqui justamente para fazer o papel que o Senador Esperidião já desempenhou hoje. Então, é apenas para corroborar aí, pedir e solicitar, Senador Portinho, que adite o requerimento, afinal de contas estamos falando justamente, e este é o meu argumento, de um requerimento – a palavra "mero" aí vem entre aspas garrafais –, de um "mero" requerimento para que a Comissão saiba, de fato, a lista ou de que obras se trata. Evidentemente, se o conceito é amplo o suficiente para abranger obras que eventualmente tenham sido também abandonadas ou paralisadas num período de três anos, é razoável que elas estejam na lista. Não é mais do que isso. Inclusive, isso deverá ajudar a instruir a situação das duas CPIs.

Aliás, quero comentar também isso. No início, eu tinha pedido a fala para corroborar a fala do Senador Randolfe, do Senador Humberto, em relação... E acho até que não houve, não chegou a haver desrespeito com ninguém aí em relação aos nomes das pessoas, é apenas a nossa forma. A gente tem às vezes que descontrair um pouco porque a coisa é feia. Então, a gente precisa, de fato, evoluir no sentido de ter essas pessoas chamadas às falas. Veja que agora, em tempos em que nem sequer se cumpre decisão judicial, de indultos e graças contestáveis para proteger pessoas, todo mundo se acha protegido também e vai deixar de vir à Comissão.

A Comissão de Educação chamará essas pessoas, e cada uma delas – algumas, mais educadamente; outras, menos – vai nos enrolar. Esta que é a palavra: vai nos "enrolar", não vai comparecer. Cada uma delas não vai comparecer, vai dar uma banana para a Comissão de Educação. É isso que vai acontecer.

Então, nesse sentido, eu acho que é importante – tão importante quanto a CPI que já coletou as assinaturas – que a outra também colete e que, eventualmente, se façam os dois objetos juntos. Já que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tudo é educação, vamos colocar tudo num rodo só. Agora, precisamos, de fato, investigar o que aconteceu, afinal é uma gravação de um Ministro, que, aliás, esses dias, deu tiro no aeroporto de Brasília. É um cara que anda armado no aeroporto. É uma pessoa completamente despreparada, absolutamente... Precisamos investigar quem é essa pessoa, inclusive, o que ela fazia e como fazia para gerir a educação do país dessa forma. Então, isso é urgente!

Eu não passo pano para obra inacabada, para o que quiserem investigar de passado recente, etc., inclusive deste Governo. Agora, este Governo é inédito na humilhação e no tratamento de desdém que tem com a educação brasileira. Três ou quatro ministros se sucederam... Tem um lá que é considerado meio Ministro, porque mentiu no currículo, mas os outros dois eram totalmente caóticos, e esse agora provou-se desastroso. Então, isso precisa ser investigado, precisa ser trazido aqui às falas. E, pelo jeito, o instrumento que temos é a CPI, porque, do jeito que vai, por bem, não vai; por mal, irá.

É isso. Obrigado, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Com a palavra...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, um apelo que a gente faz ao Senador Carlos Portinho é que ele atenda, se ele não atendeu aos apelos aqui dos membros da Comissão, ao apelo do Senador Jean Paul Prates, porque, ao que me parece, ele está se dirigindo a nós de um hotel *art nouveau*, característico do séc. XIX, do alto de um trono que me parece que deve ter sido ocupado por alguns dos monarcas absolutistas do séc. XVIII. Então, tem razões de sobra para, agora, o Senador Carlos Portinho atender ao apelo. O engraçado, Presidente, é que ambos estão no mesmo lugar, nos Estados Unidos, parece-me que o Senador Jean Paul em um local mais imponente do que onde está o Senador Carlos Portinho. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador Carlos Portinho, V. Exa. está com a palavra para se posicionar sobre a proposta do nobre Senador Esperidião Amin, que seria uma modificação no requerimento de V. Exa.: V. Exa. coloca de 2006 a 2018, e a proposta do Senador Esperidião Amin seria de 2006 aos dias atuais, todas as obras inacabadas. V. Exa. concorda ou não?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir. *Por videoconferência*.) – A minha lógica inicial, Senador Marcelo Castro, como eu deixei claro, era abranger obras em governos encerrados, porque o Governo atual tem condições, ainda na sua gestão, de concluir. Chegarei lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação ao que disse o Senador Flávio Arns, ele tem toda razão. Inclusive, as informações vieram do próprio Governo, não é? A gente soube do Governo que eles estão lá com mais de 2 mil obras, e exatamente essa relação que eu estou pedindo é que vai nos levar a compreender quais obras, por que razão e onde, estão inacabadas.

Com relação ao período que o Senador Esperidião Amin menciona, ele bem pontua o conceito de obra inacabada: é aquela cujo prazo de execução venceu e ela não foi entregue. Pode haver alguma nesse Governo? Pode, embora praticamente dois anos de CPI... A gente já entende muita coisa. Nem a gente conseguiu produzir da maneira que a gente gostaria, embora sejam certamente dos anos que mais se produziu neste Senado. Mas tudo bem.

Dentro desse conceito, a minha única sugestão, Senador Marcelo Castro, que eu acho que vai facilitar muito a observação, é que ela venha separada. Se tiver que ser um requerimento separado, eu voto a favor, não tem problema algum. Mas eu acho que é muita informação para a gente poder depurar. Então, se puder ser separada de acordo com os anos – o meu requerimento até 2018 e o requerimento do Senador Randolfe referente a 2018 em diante –, voto a favor dos dois.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Está clara a posição de V. Exa.: V. Exa. não aceita a sugestão do Senador Esperidião Amin.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência*.) – De juntar, não, mas eu voto a favor dos dois requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Tudo bem. O.k.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Quer dizer, V. Exa. não aceita.

Agora eu queria fazer só uma observação aqui, Senador Carlos Portinho. V. Exa. sabe o carinho, a atenção, o respeito, a admiração que eu tenho por V. Exa. e o seu trabalho aqui, mas o que o Senador Flávio Arns disse foi frontalmente contra o posicionamento de V. Exa., e V. Exa. pega a palavra e diz: "O Senador Flávio Arns tem razão". Foge à lógica. Ou V. Exa. está com a razão ou o Senador Flávio Arns está com a razão, mas ele não pode ter razão se ele confrontou a sua posição. Evidentemente, se V. Exa. não voltou atrás, não deveria concordar com ele. Mas é só uma observação aqui pela lógica, porque eu sou psiquiatra, mas eu já fui professor de física, e quem é professor de física e de matemática tem que agir pela lógica. Quando foge a lógica, a gente se espanta.

Então, vamos submeter o requerimento do nobre Senador Carlos Portinho à votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terminada a discussão, submeto à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo com o requerimento do nobre Senador Carlos Portinho permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do nobre Senador Carlos Portinho.

Agora...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, nos mesmos termos, eu diria que é um requerimento coletivo, apresentado nos termos do Senador Esperidião Amin, do Senador Humberto Costa, nos termos deste Senador, só completando, incluindo os motivos técnicos de as obras não terem sido continuadas, bem como a prestação de informações detalhadas de todas as medidas tomadas pelo ministério desde 2019. Só com esse rápido acréscimo, mas nos termos apresentados por S. Exa. o Senador Esperidião Amin.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Então, vamos ao requerimento extrapauta, que é um requerimento, pelo que eu estou entendendo, de consenso aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Adite-se...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois é.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Adite-se...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, é que essa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... 2018, e as obras inacabadas até o momento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A ordem dos fatores, ao que me parece, não altera o produto. O resultado final, aqui tendo acordo...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Claro, mas como já foi aprovado o requerimento do Senador Carlos Portinho, eu acho que agora, regimentalmente, impõe-se que a gente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Tudo igual.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Exato, sem dúvida. Então...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – De 2006 até o momento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Consulto os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É a mesma redação...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – ... sobre a inclusão extrapauta... Estão de acordo?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Estão de acordo: 2006 até o presente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pronto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... inacabadas. Pode botar entre parênteses "inacabadas", obras não concluídas...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – ... no prazo estabelecido...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... no prazo previsto quando contratadas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Perfeitamente.

Deixe-me ler o requerimento aqui para ver se V. Exas. concordam.

Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte nº 36, de 2022.

Requer, nos termos dos arts. 50, *caput* e §2°, e 58, §2°, da Constituição Federal, bem como do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, a prestação de informações e a remessa de documentos pelo Ministério da Educação sobre as obras públicas custeadas com recursos do referido ministério, e de todas as entidades da administração pública a ele vinculadas pela pertinência temática da educação, e iniciadas e não concluídas entre 2006 e os dias atuais, incluindo os motivos técnicos de essas obras não terem sido continuadas, bem com a prestação de informações detalhadas de todas as medidas tomadas pelo ministério desde 2019 para a conclusão de obras inacabadas de anos anteriores.

Senador Esperidião Amin, está de acordo com esse requerimento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só a parte final, só a última linha.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – "... as medidas tomadas pelo Ministério desde 2019 para a conclusão de obras inacabadas de anos anteriores."

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, aí não é desde 2019, porque pode ter... Ninguém subestime nem o atual, nem...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Vamos, então, tirar esse parágrafo final.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É. Por quê? Porque imagine o Prefeito que assumiu em 2017 – teve eleição em 2016 –: ele regularizou uma obra inacabada no Governo anterior. Então, também no Governo anterior pode ter havido solução completa ou não. Eu conheço caso de creche iniciada em 2015 que teve problema na execução e não terminou ainda. Então não é "desde 2019", mas "providências que tenham sido tomadas para a regularização" – e elas continuam inacabadas!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Claro!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – De pleno acordo com o complemento apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Então vamos tirar esse parágrafo final aqui, viu, Thiago?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Vamos esquecer um pouquinho transição de governo, senão daqui a pouco vamos começar a ver o que foi da Presidente Dilma e o que foi do Temer!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Lógico, não interessa isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu acho que os termos que o Senador Amin coloca, "as providências que foram tomadas", resolvem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – As providências podem ter sido tomadas pelo FNDE e não terem sido realizadas pela prefeitura.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Em discussão o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sem a data, só isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão e submeto à votação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas eu queria, se o senhor permite... Eu não posso deixar terminar esta sessão sem mais uma vez expressar o meu sentimento de admiração pelo psiquiatra Marcelo Castro...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Ou pelo físico! (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... e quero lhe dizer que é possível, sim, que as duas partes tenham razão. (*Risos.*)

Vai ficar como parte lúdica final de encerramento desta reunião, que foi um pouquinho acidentada, uma fábula lageana. Como todos sabem, a maior figura política de Santa Catarina, depois de Anita Garibaldi e depois de Lauro Müller, foi Nereu Ramos, que foi Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – É verdade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Nereu Ramos é considerado, pela sua austeridade, pela sua correção, um homem rigorosíssimo consigo mesmo, mas atribuem a ele, os lageanos, que, na terra dele, numa urna em especial, onde agora é município – e aí não vou dizer qual é o local –, duas famílias praticamente dominavam a região – não vou dizer o nome. Então a família A foi lá depois da eleição para dizer: "Viu, Dr. Nereu, o senhor conseguiu 100% dos votos das nossas urnas aqui, mas o outro lado estava querendo trair o senhor". "Ah, eu sei, sei do esforço de vocês e vou levar isso em conta", e pediu para a esposa servir um cafezinho para o pessoal da delegação da família A. Saiu a família A, entrou a família B, que disse a mesma história: "O senhor sabe que o pessoal do A queria trair, mas nós não deixamos, asseguramos todos os votos". "É verdade, estou sabendo disso, vocês têm razão, e eu vou levar isso em conta. Um cafezinho para os nossos amigos da família B". A esposa foi lá e levou o cafezinho. Quando saiu a família B, ela se dirigiu a ele: "Nereu, você disse para o A que eles tinham razão e disse para o B que eles tinham razão. Você está ficando sem-vergonha, hein?". Aí ele disse: "Você tem razão". Ou seja, os três tinham razão! É possível, portanto, pelo menos nessa fábula, que os três lados tenham razão, não só os dois lados, mas os três lados.

Essa o senhor vai guardar porque nem em Oeiras, capital histórica do seu estado...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Oeiras a que S. Exa. está se referindo não é Oeiras de Portugal não, é Oeiras do Piauí, que foi capital.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Esperidião Amin, não sei o que seria desta Comissão sem a presença inspiradora de V. Exa. contando essas histórias!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Na verdade...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O caso do Nereu...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... nós não saberíamos o que seria desta Comissão sem um psiquiatra a dirigindo! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Então vamos submeter o requerimento à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

O nosso Prefeito Júnior Garimpeiro mandou aqui um *e-mail*:

> Considerando o convite para prestar informações, conforme o Ofício 43, de 2022, da Comissão de Educação, eu, Prefeito Municipal Joedson Almeida dos Santos, venho através deste solicitar remarcação, pois o horário inicialmente informado da reunião era às 9h30. Com a mudança do horário para às 10h30, não poderia participar pois já havia outros compromissos na minha agenda.
> Por fim, que a nova data seja informada com antecedência.

Então, vamos remarcar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, poderíamos fazê-lo na próxima quarta-feira, no horário que V. Exa. achar mais adequado. Acredito que pode ser às 9h30, na próxima quarta.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eu vou marcar proximamente, mas vou levar em consideração essa posição de V. Exa.

Então, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 25 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE MAIO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e sete minutos do dia quatro de maio de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Rose de Freitas, Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Flávio Arns, Roberto Rocha, Plínio Valério, Nelsinho Trad, Maria do Carmo Alves, Wellington Fagundes, Paulo Paim, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Leila Barros, Eliziane Gama e Randolfe Rodrigues, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Carlos Viana, Dário Berger, Mailza Gomes, Kátia Abreu, Styvenson Valentim, Carlos Portinho, Alvaro Dias, Vanderlan Cardoso, Jorginho Mello, Zenaide Maia, Fernando Collor, Cid Gomes e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 27/2022 - CE, de autoria Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), e REQ 24/2022 - CE, de autoria Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Finalidade:** Tomada de depoimento para prestação de informações sobre o aparente beneficiamento indevido na destinação de verbas públicas afetas ao Ministério da Educação e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Participante:** Sra. Vanessa Reis Souza. **Resultado:** Reunião realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e hum minuto. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/05/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a tomada de depoimento para a prestação de informações sobre o aparente beneficiamento indevido na destinação de verbas públicas afetas ao Ministério da Educação e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, em atendimento aos Requerimentos nºs 24 e 27, de 2022, desta Comissão, ambos de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

A Presidência concederá a palavra à Sra. Vanessa Reis Souza, pelo prazo de 30 minutos, prorrogáveis se houver necessidade. A Sra. Vanessa já se encontra aqui à mesa. Damos-lhe as boas-vindas e agradecemos a sua cortesia e presteza em atender ao nosso convite. Ela não tinha obrigação de comparecer, não é nossa convocada, ela é nossa convidada, e nós nos sentimos honrados e prestigiados com a sua presença.

Vamos, então, passar ao depoimento da nobre convidada. Para isso vamos ao autor do requerimento, Senador Randolfe Rodrigues, para fazer os seus questionamentos.

Com a palavra o nobre Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Presidente, não sem antes, obviamente cumprimentar Dra. Vanessa pela disposição de estar presente e contribuir com esta Comissão. A atitude da Dra. Vanessa aqui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado.

A atitude de Vanessa aqui – permita-me assim tratá-la – destoa de vários outros integrantes do próprio Ministério da Educação, que nós já convidamos para estarem presentes aqui e não compareceram. Não conheço ainda seus trabalhos como Chefe de Cerimonial, mas já eu estou muito impressionado pela postura sua, que é digna de protocolo e cerimonial. Ao receber o convite de uma Comissão do Senado Federal para prestar esclarecimentos sobre fatos de que teve conhecimento, de imediato se dispôs sem dificuldade alguma de estar presente.

Então, queria só, Presidente, na preliminar, agradecer muito à Vanessa por conta disso, fazer esse registro, sobretudo porque é um tipo de registro dos brasileiros que nós referenciamos, dos brasileiros que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dia a dia cumprem a sua função pública com dedicação e com zelo; e, por cumprirem somente com o seu ofício, não têm nada a dever a ninguém.

Vanessa, passo diretamente às perguntas.

O objetivo desta Comissão é descobrir, entre outros assuntos, entre outras razões, o porquê da atuação do Sr. Arilton e do Sr. Gilmar Santos no âmbito do Ministério da Educação, visto que eles não possuíam cargo algum e tinham uma atuação no mínimo muito próxima do Sr. Ministro de Estado da Educação, com uma participação ativa nos eventos organizados pelo ministério.

Eu inicio, então, perguntando à senhora o seguinte: esses senhores participavam de quais reuniões no âmbito do Ministério da Educação? No que a senhora conseguia perceber, qual era a natureza da participação deles? O que eles relatavam ao participar dessas reuniões? E a senhora, na condição de Chefe do Cerimonial, quando os convidava para integrar dispositivo de honra ou dispositivo de algum evento, qual era a natureza em que eles eram convidados para constar no dispositivo? E lhe pergunto ainda: quem autorizava a participação deles nos dispositivos dos eventos promovidos pelo Ministério da Educação?

Posso prosseguir? Quer responder essa ou...

A SRA. VANESSA REIS SOUZA (*Fora do microfone*.) – Posso responder.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, para...

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Eu respondo a essas e aí...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, pronto. Acho que fica.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Acho que fica melhor assim, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Fica melhor assim.

Então, essa é a primeira pergunta. Conforme a senhora for respondendo, eu vou prosseguindo com as demais.

A SRA. VANESSA REIS SOUZA (Para expor.) – Bom dia.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Presidente da Comissão, na pessoa de quem eu cumprimento todos os Senadores presentes. Agradeço toda a receptividade.

Bom, sobre a participação dos pastores, a minha área é extremamente técnica e é uma área muito mais finalística. Então, nas reuniões de que eu participei em que os pastores estavam presentes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

geralmente eles estavam acompanhados de alguma outra autoridade, em geral, Prefeitos, para convidar o Ministro oficialmente para o evento de atendimento aos Prefeitos no município. Então, nas reuniões que eu acompanhei, eles falavam mais na questão de o Ministro ir até o município, levar os técnicos do FNDE, para atender o máximo de Prefeitos da região.

Sobre a questão do dispositivo, em geral quem é o organizador oficial do evento é o município. O ministério e o então Ministro da Educação Milton Ribeiro iam na condição de convidados. O que nós fazíamos era tentar adequar as necessidades do que eles pediam nessa composição de dispositivo com a regra de protocolo, com a Lei. 70.274, se não me engano, que rege o protocolo de cerimonial público. Então, era um acordo. Em geral, essa participação era mais demandada pelos Prefeitos, pelos municípios – e cada prefeitura tinha o seu núcleo de organização –, do que pelo Ministério. E aí a gente sempre sentava as duas equipes, tanto do Ministério da Educação quanto da prefeitura, e, se eles achassem pertinente, eles participariam.

Sobre a reunião, as poucas reuniões mesmo de que eu participei e que eles estavam era mais nesse sentido de: "Olha, tal dia a gente acharia interessante que o evento se fosse realizado".

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quantas reuniões foram, Vanessa? Lembra?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – De cabeça eu não vou lembrar, mas não foram muitas. De cabeça realmente eu não lembro, Senador. Eu acho que eu, Vanessa, devo, de entrega de convite, claro, umas três ou quatro. Eventos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas dessas três ou quatro de que você se recorda constava a participação de ambos, tanto do Sr. Arilton quanto do Sr. Gilmar.

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Não, nem sempre; nem sempre.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Quando constava, via de regra, era por indicação do município, do Ministério da Educação, do Ministro?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Geralmente do município. Não do Ministério nem do Ministro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Das reuniões de que você se recorda, quantas contaram com a participação dele e, nestas, quais foram os Prefeitos ou os municípios que chegaram a fazer a indicação para a participação?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Posso beber água?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Claro, fique à vontade. (*Pausa.*)

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Olha, pelo que consta no meu registro, para entrega de convites de que eu, Vanessa, participei foram três, mas eu acredito que tenha tido reuniões no Ministério de que talvez eles tenham participado e que eu não tenho acompanhado. Eu posso responder pelas que eu acompanhei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Salvo engano, parece que, no depoimento na Controladoria-Geral da União, a senhora chegou a relatar que teve notícias, ou ouviu alguma coisa sobre pedidos desconfortáveis feitos pelo Sr. Arilton Moura no evento em Nova Odessa, não é? Já respondeste de quais eventos o Sr. Arilton e o Sr. Gilmar participaram?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Não, espere aí, deixe-me só fazer uma pequena correção, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Existiam os eventos em si, nos municípios e nos estados, e as reuniões em Brasília, em que eles levavam o Prefeito para poder apresentar esses convites. Dos que eu falei que participei, que são três, foram esses aqui em Brasília em que eles trouxeram os convites.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ah, nos municípios não chegaste a participar de nenhum?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Participei, sim. Aí eu vou corrigir o número para não causar nenhum tipo de problema. Ao todo, em minha gestão como Chefe da Assessoria de Cerimonial, eu acompanhei – não todos *in loco* –, mas foram feitos aproximadamente 45 atendimentos a Prefeitos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Certo.

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Por vários demandantes: Prefeitos, Deputados, Senadores. Dos que eu...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Estes você acompanhou?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Quase todos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Estes a senhora acompanhou?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Não todos, porque a agenda do Ministério da Educação é muito intensa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E se recorda em quantos destes o Sr. Arilton e o Sr. Gilmar participaram?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Olha, aqui eu registrei rapidamente que eles participaram de aproximadamente nove.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nove?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Nove. Desses 45 que foram organizados ao todo, eles participaram de 9. Eu não participei de todos, mas ou eu ou alguém da minha equipe sempre estava presente na organização do evento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nestes eventos, o Sr. Arilton e o Sr. Gilmar foram todos chamados a participar do dispositivo? Tem notícia de qual era a atuação deles, o que eles faziam nesses encontros?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Nem todos. Isso eu falo, assim, porque, por exemplo, em alguns que foram aqui em Brasília, eu me lembro de eles não comporem mesa. Quanto a outros eu já não posso responder, porque eu não estava presente oficialmente, então eu prefiro não comentar.

Eu me lembro desse de Nova Odessa, em que eles compuseram o dispositivo, porque eu estava lá. Acho que um em Brasília...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Desculpe. Especificamente esse de Nova Odessa...

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – De Nova Odessa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Por qual a razão eles compuseram o dispositivo?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – A pedido da prefeitura.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A pedido da prefeitura...

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Porque geralmente eles se apresentavam como representantes dessas prefeituras. Então, as prefeituras, na construção do protocolo, pediam para que eles compusessem o dispositivo. Agora, do acerto específico entre a prefeitura e pastores do porquê de eles estarem no dispositivo eu não entro no mérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

Chegaste a ter conhecimento... Chegou ao teu conhecimento pedidos que haviam sido feitos pelo Sr. Arilton ou pelo Sr. Gilmar dirigidos a Prefeitos, dirigidos a participantes, interlocutores dessas reuniões?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – O que aconteceu especificamente, até respondendo a pergunta do senhor sobre Nova Odessa... Nós fomos ao Município de Nova Odessa. Eu cheguei para o evento...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E voltando a Nova Odessa, desculpe...

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Imagina.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Parece-me que um interlocutor seu chegou a dizer que ficou desconfortável com...

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Não, vou justificar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Vou contextualizar porque eu acho que fica melhor para o senhor entender.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito. Perfeito. Fique à vontade.

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Sempre que o Ministério da Educação organiza um evento fora de Brasília, a gente manda alguém para fazer essa precursora do evento e acompanhar a montagem, os ensaios e tudo mais.

Uma pessoa da minha equipe foi antes; eu cheguei na sexta-feira à noite; e o evento, se eu não me engano, era no sábado de manhã. Após o evento, eu fui procurada por um senhor que era interlocutor da prefeitura e ajudou na montagem do evento, que falou assim: "Vanessa, você tem um minutinho para conversar?". Eu falei: "Claro, à disposição". Aí ele falou assim: "Olha, eu estou muito feliz de ter conhecido a equipe do ministério, porque destoou bastante de uma equipe que veio antes".

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Este que a procurou quem era?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Sr. José Evaldo Brito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tinha relação com a prefeitura?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Com a prefeitura; não com o ministério.

E aí ele falou: "Eu fiquei muito feliz de conhecer a equipe do ministério, porque a conduta do ministério foi diferente da equipe que se apresentou antes". Aí eu perguntei: "Uai, mas que equipe que se apresentou antes?". "Não, algumas pessoas vieram antes para acompanhar a montagem do evento e eles fizeram alguns pedidos que me deixaram desconfortável".

E aí eu até relato que, como pegaram trecho da minha entrevista que foi divulgada nos canais de comunicação, quem se sentiu desconfortável foi ele. Eu não presenciei esses pedidos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – E aí eu perguntei: "Mas que tipo de pedido?".

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Desculpe, ele se sentiu... Para ficar claro para Comissão...

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Sim, claro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele se sentiu desconfortável...

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Com o pedido que foi feito a ele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Que essa pretensa equipe...

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... do Ministério da Educação teria feito a ele na visita anteriormente.

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Isso. Exatamente. E aí ele...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sabe me informar qual era o cargo dele na prefeitura?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Não, não sei; até porque, pelo que eu entendi, ele tinha uma empresa que prestava serviço para a prefeitura. Ele não era servidor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – E aí eu perguntei: "Mas só pra eu reforçar, esses pedidos foram feitos por integrantes da comitiva do Ministro, do MEC?". Ele falou: "Não. Inclusive, foram pedidos que realmente me tiraram um pouco essa paz de espírito", que ele fala. Aí eu falei assim: "Desculpa, que tipo de pedido foi feito?". Aí ele falou assim: "Olha, pediram emissão de passagem, hospedagem e alguns outros que eu não gostaria de entrar no mérito". Aí eu falei assim: "Vou reforçar de novo: algum servidor do MEC ou do FNDE fez algum pedido pro senhor que não fosse dentro do escopo para a realização do evento?". Ele falou: "Não, vocês não". Aí ele: "Inclusive, eu gostaria de conversar com o Ministro da Educação e relatar esses pedidos". Eu falei: "Olha, eu recomendo que você formalize uma denúncia. Se você tem como provar e tudo mais, acho que é o correto". Aí ele falou: "O Ministro pode me receber?". Falei: "Olha, eu não cuido da agenda do Ministro, mas eu posso perguntar a ele. Se ele puder, sem nenhum problema". Eu levei o que me foi relatado, dessa mesma forma que eu estou contando ao senhor, ao Ministro da Educação Milton Ribeiro. Aí ele falou: "Pode marcar uma agenda. Pede pra minha assessora de agenda marcar uma agenda que eu faço questão de receber esse senhor".

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Hã-hã.

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Então, esses foram os pedidos, a princípio.

Eu não me aprofundei no que ele queria porque eu não sou órgão de controle e fiscalização. E, justamente porque eu acho que ele tinha que formalizar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Teve conhecimento se chegou a ocorrer esse encontro?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Segundo a agenda pública do ministério, sim, esse encontro foi realizado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Não participei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, perfeito.

Mas, por óbvio, ele deve então ter, nessa agenda com o Ministro, relatado o que também tinha relatado anteriormente para você, né?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Eu acredito que sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Por dedução.

Desculpe-me, essa agenda com o Ministro ocorreu quando?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Se eu não me engano, em setembro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Em setembro do ano passado.

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Qual agenda? A do Nova Odessa ou do Sr. Brito com o Ministro?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Em Nova Odessa foi em setembro.

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Deixe-me pegar a data.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mais importante, do Sr. Brito com o Ministro?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Nova Odessa foi dia 21 de agosto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – De agosto.

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E a agenda do Sr. Brito com o Ministro?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Segundo a agenda pública do ministério, ela foi realizada em 16 de setembro, se eu não me engano.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Dezesseis de setembro?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Do ano passado.

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Do ano passado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Acho – me permita, Presidente – que é uma informação muito importante para esta Comissão. Parece que o que estava em curso no âmbito do Ministério da Educação, já então se tinha conhecimento da parte do Ministro com bastante antecedência de quando nós desta Comissão tivemos conhecimento dos fatos.

Eu queria... Não sei se a Ana tem aí um vídeo que nós tínhamos pedido, eu queria, com a sua permissão, com a permissão do Presidente e a sua, Vanessa, pedir a sua atenção para o vídeo que aqui temos. (*Pausa.*)

Enquanto se ajusta aí... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está o.k. já aí? Está ótimo. (*Pausa.*) (*Falha no áudio.*) ... do Sr. Gilmar Santos, com a presença do Ministro Milton Ribeiro e do...

O Júnior Garimpeiro se encontra no vídeo, não é? (*Pausa.*)

O Júnior Garimpeiro também se encontra no vídeo e já foi convidado, por duas vezes, a vir a esta Comissão.

Nesse vídeo, pela descrição que temos, o Sr. Gilmar aparece, junto com o Ministro, informando sobre um evento que seria realizado no Município de Centro Novo, governado pelo Sr. Júnior Garimpeiro. O que chama a atenção nesse vídeo é que o Sr. Gilmar, claramente, aparece falando em nome do Ministério da Educação. Ele conduz a reunião. Ele bate o martelo sobre a data do evento. Ele bate o martelo sobre a distribuição de tarefas, inclusive para a prefeitura. Enfim, ele aparece como um posto de comando nessa reunião.

Vamos lá! Vamos ao vídeo!

Vamos ao vídeo? (*Pausa.*)

Então, vamos lá! (*Pausa.*)

Temos? Não temos? (*Pausa.*)

Temos!

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito. Pode...

Vanessa, deixe-me lhe perguntar: esse tipo de procedimento é comum, assim, um terceiro, estranho à estrutura do ministério, falar em nome do Ministro, acertar datas de evento, conduzir reunião? Primeiramente, se não lhe parece incomum esse tipo de procedimento de evento; segundo, se situações como estas, você chegou a presenciar se repetirem mais algumas vezes no âmbito do ministério.

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Olha, o que eu vejo ali foi um acordo da data que a prefeitura gostaria com a agenda do Ministro. Como foi feito esse acordo eu não sei, eu não acompanho, porque a Assessoria de Cerimonial já recebia da Assessoria de Agenda os compromissos previamente marcados. Então, a gente entrava na execução, e não nessa negociação. Então, pedidos de agenda e como eles são feitos, eu não posso falar, mas até onde eu sei, qualquer cidadão, qualquer pessoa pode solicitar uma agenda com o Ministro. Agora, como isso é ou não atendido, eu não sei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chegava... Esse tipo de condução do Sr. Gilmar, você chegou a presenciar com alguma frequência no âmbito do ministério?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tem conhecimento de qual tipo de autoridade o Sr. Gilmar tinha sobre a realização de eventos nos municípios e se o ex-Ministro Milton Ribeiro ou algum outro funcionário do alto escalão do MEC em alguma ocasião chegou a solicitar atenção especial ou acompanhamento cerimonial em deferência ao Sr. Gilmar e ao Sr. Arilton?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Perdão, repete a pergunta. Não entendi.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tem conhecimento de qual era o tipo de autoridade que o Sr. Gilmar e o Sr. Arilton tinham...

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... para a realização de eventos, para conduzir datas, por quem estava delegado?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Não, não tenho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Que tipo de autoridade tinham para isso?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Não, não tenho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Alguém do MEC chegou em algum momento a pedir uma atenção especial às demandas para eventos reivindicadas pelo Sr. Arilton e pelo Sr. Gilmar?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – A mim, não. É como eu disse: quando a gente recebe a solicitação de que a agenda vai ser realizada, nós entramos para cuidar da parte de logística, para saber exatamente qual o formato do evento e adequar isso às realidades de cerimonial público. Agora, a mim não chegou nenhum pedido de atenção especial.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Chegou a receber algum tipo de demanda, de pedido ou, abro aspas – não entenda mal –, "ordem", fecho aspas, do Sr. Gilmar e do Sr. Arilton, diretamente a você?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Às vezes, em alguns eventos, o Pastor Arilton, como via que nós éramos organizadores, perguntava sobre como seria o protocolo e ele queria interferir, mas eu sempre deixei muito claro que a gente tem uma regra de precedência a ser cumprida e que, se ele não estivesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

satisfeito em relação a isso, que ele procurasse diretamente o Ministro, porque eu me reporto diretamente – me reportava, desculpe – diretamente ao Ministério da Educação. O que ele queria, às vezes, era maior tempo de fala: "Ah, por que eu vou falar antes ou depois?". Esse pedido ele já perguntou a mim, porém, como eu disse, todas as vezes em que ele fazia esse tipo de pergunta, eu falava que nós tínhamos uma regra de precedência a ser seguida pelo decreto e, se ele não gostasse, falava: "Então, o senhor reclame ou com o Prefeito, ou com o próprio Ministro da Educação. Por enquanto, esse é o rito da cerimônia".

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nessas vezes em que ele assim se comportava e você assim respondia, profissionalmente, inclusive, falando, pelo que a cumprimento, ele mostrava insatisfação pelo cumprimento do rito?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Não pessoalmente comigo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Você disse "às vezes". Quantas vezes essa circunstância ocorreu?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Se eu não me engano, em Nova Odessa, ele não ficou satisfeito com isso. Mais em Nova Odessa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Especificamente em Nova Odessa, ele não ficou satisfeito com o quê?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Porque nós tivemos algumas manifestações em frente ao local onde o evento estava sendo realizado, e o ex-Ministro Milton sempre foi muito pontual. Então, quando nós estávamos prestes a começar o evento, o Sr. Gilmar ainda não tinha chegado, e o Ministro Milton deu a ordem para que a gente começasse, em respeito a todos os convidados que estavam presentes. E ele não queria conversar sem o Pastor Gilmar ter chegado. O Ministro gentilmente falou: "Olha, começa o evento. Não precisa esperar ele chegar para começar o evento". E aí ele ficou um tanto quanto insatisfeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Qual era o objetivo do Sr. Gilmar e do Sr. Arilton na participação desses eventos?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Eu não posso responder por eles. Infelizmente, eu não sei qual o objetivo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, deixe-me refazer a pergunta, se me permite, Vanessa.

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Na sua percepção, o que eles objetivavam? Qual o papel deles ali no dispositivo? O que faziam?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Geralmente, as falas deles eram voltadas a uma oração. Realmente, eu não tenho com responder qual o objetivo de uma pessoa. Isso é muito subjetivo, não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sim, sim!

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Mas as falas deles eram no sentido de fazer uma oração pelo evento ou pela presença do próprio Ministro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Como Chefe de Cerimonial, chegava a estranhar a influência e a participação deles nesses eventos, a condução, o papel? Chamava a atenção?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Influência não, porque, pelo menos na minha parte técnica, eles não influenciavam. Eu não posso falar sobre o universo político e social, mas na parte técnica do cerimonial não existia influência. Estranhar... Só de atendimentos a Prefeitos foram 43, e cada evento tem a sua particularidade. Então...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Vanessa, só para esclarecer... Com licença, por favor, e Randolfe também.

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Sim, claro!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Você falou que foram 43 atendimentos a Prefeitos, foram promovidas 43 reuniões em 43 municípios do Brasil?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA (Para expor.) – Não, porque algumas foram promovidas em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Sim, mas foram 43 reuniões?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Eventos. Eventos/reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pronto. É para ficar claro, porque atendimento a Prefeitos...

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Aproximadamente, pode ser que seja um pouco mais. Desculpa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Atendimento a Prefeito poderia ser atendimento a um Prefeito, não é?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Não... Sim, claro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não, eventos.

Me diga uma coisa aqui, para tentar ajudar nas perguntas do Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – A senhora fala que os pastores normalmente faziam uma oração. Eles só promoviam, então, essa reunião com os Prefeitos, com o Ministro, o Presidente do FNDE, os técnicos do... Nas falas deles, eles não prometiam recursos para os Prefeitos, não? Para os Municípios?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Olha, primeiro eu acho que eles não promoviam. Para nós, o proponente do evento sempre era a prefeitura. Agora, sobre as...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não, nós estamos dizendo que eles promoviam porque o Presidente do FNDE esteve aqui e disse claramente que o papel dos pastores era promover os eventos nos municípios.

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – É, eu não sei até que ponto qual era a relação do Presidente do FNDE com eles. Para nós, eles se apresentavam como esses representantes de prefeituras, mas nós sempre tentávamos tratar dos eventos e organizá-los com as prefeituras em si, e não com intermediários. Então, nesse sentido, talvez o que tenha acontecido em algum momento, como a gente não conhece todos os Prefeitos e todas as prefeituras, tenha sido eles terem mostrado quem seriam os nossos interlocutores.

Agora, quanto a falas e eles prometerem discursos, eu não me recordo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Perfeito.

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Mas, assim, lembrando que, às vezes, durante um evento, eu não tenho tempo também de ficar acompanhando fala a fala, porque eu tenho que fazer nominata para o Ministro de quem são as autoridades presentes, a gente acompanha o pessoal de som, logística, passa vídeo. Então, nem sempre também eu consigo acompanhar as falas dos eventos 100%.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – No seu depoimento à CGU, chegou a relatar que nem o MEC – me corrija se estiver errado –, nem o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

FNDE arcavam com as despesas ou diárias do Sr. Gilmar e do Sr. Arilton. Tinha conhecimento, se nem o MEC, nem o FNDE arcavam, de quem arcava, a custo de quem ficava?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA (Para expor.) – Não, não tinha. Exceto Nova Odessa, que eu imagino que, quando o Sr. Evaldo Brito falou sobre esses pedidos de diária e passagem, pode ser que a própria prefeitura tenha arcado. Mas, assim, o que acontece? Dentro da administração pública, nós temos um regimento que, se você desloca da sua sede de trabalho, a administração pública arca com pedidos de diária e de passagem. Então, pelo menos, que eu saiba, a administração pública nunca pagou diária e passagem para eles.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Dessas reuniões, que foram 45, em nove me parece que você chegou a presenciar a presença de ambos, do Sr. Arilton e do...

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Não cheguei a presenciar porque eu não acompanhei todas as 45, mas três ou quatro foram em Brasília, em que eles estavam presentes...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E outras seis nos municípios?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Sim, isso. Cinco.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Acho que são quatro...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E você não tinha conhecimento de quem chegava a arcar com as despesas de ambos, não é?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Para a gente sempre chegou que... Ah, desculpa, de ambos, não. Eu ia falar que quem arca com a despesa de montagem de palco, de som, para a gente sempre chegou que era a prefeitura.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Agora, com esses deslocamentos deles, infelizmente eu não sei informar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Você trabalha no MEC desde quando, Vanessa?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Eu fui nomeada no MEC em novembro de 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Novembro de 2019.

A partir de quando começou a perceber, a acompanhar, a verificar, a ter conhecimento da participação desses senhores, do Sr. Gilmar e do Sr. Arilton?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Olha, a primeira vez em que eu tive conhecimento de eles estarem presentes no MEC foi em janeiro de 2021, se eu não me engano.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Em janeiro de 2021.

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Eles participaram de... Eles se apresentaram...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Foi a primeira vez os viu, percebeu a presença deles?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Sim. A primeira vez.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Que você os viu?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A partir daí, de janeiro de 2021... O Ministro Milton assumiu o cargo em?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Se eu não me engano, foi em julho... Final de julho, início de agosto de 2020.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – De 2020. A partir de janeiro, então, você começou a ver a presença de ambos e, pelo menos pelo seu relato, parece-me que começou a ser frequente, não é?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Olha, eu não acompanho todas as agendas do Ministro. Geralmente é assim, as audiências...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas pelo nesses, pela natureza desses eventos que você relata, em que pelo menos em nove deles, eles teriam participado?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Nove, de atendimento a Prefeitos, a princípio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Sabe informar... Assim, você se deslocava para os eventos em avião de carreira ou nas aeronaves da Força Aérea, com o Ministro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Na aeronave da Força Aérea?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Depende. Porque teve evento em que o Ministro já foi de aeronave de carreira, alguns ele já foi de FAB. Então... Às vezes, eu ia antes. Depende muito do evento...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Da circunstância.

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Do tamanho, da circunstância.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Em alguns momentos, você ia na aeronave da Força Aérea?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Sim, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Em algum momento, chegou a ver, na aeronave da Força Aérea, a presença do Sr. Arilton e do Sr. Gilmar?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Não. Nunca.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sempre, assim, nos eventos que você presenciou a presença deles, eles já estavam lá quando você chegava? Ou eles chegavam depois?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Em alguns eventos eles já estavam e, em outros, eles chegavam depois. Muito relativo isso. Mas conosco, na mesma aeronave, nunca presenciei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Você estava no evento, a senhora estava no evento, na organização do evento do FNDE em Salinópolis, no Pará?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Estava.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Foi nesse evento que foram distribuídas as Bíblias que levavam as fotos do Ministro e também do Sr. Gilmar e do Sr. Arilton. Os Srs. Gilmar e Arilton estavam presentes nesse evento, em Salinópolis?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Estavam.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A equipe do MEC, em algum momento, tinha conhecimento das Bíblias com a ação promocional do Ministro e deles?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Não. Não tínhamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só tiveram conhecimento lá, no momento?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – É. Eu falo por mim própria e pela minha equipe de cerimonial. Mas não tínhamos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vocês não tinham conhecimento de que essas Bíblias seriam distribuídas no evento também?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E pela informação que tinha é que essas Bíblias foram produzidas pela Prefeitura de Salinópolis? Pelo Ministério da Educação?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Não faço a menor ideia. Agora, só uma correção.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Durante o evento de atendimento a Prefeitos, as Bíblias não foram distribuídas. O que acontecia...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eram quantos prefeitos, nesse evento?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Deixe-me ver...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas tudo bem. Eram os Prefeitos da região, certo?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Era mais de um Prefeito da região?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Eu já pego essa informação para o senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Aqui consta que foram atendidos 59 municípios.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Isso não representa o público, porque, às vezes, cada município leva um, dois ou três representantes. Mas o registro que eu tenho é de que foram 59 municípios atendidos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Você estava relatando aí que as Bíblias não foram distribuídas durante o atendimento aos Prefeitos?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Foram distribuídas depois?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Depois.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não tem conhecimento se...

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Só para eu contextualizar, depois do atendimento aos Prefeitos, o Ministro foi até o hotel, ele tomou um banho, trocou de roupa e houve um culto em ação de graças pela presença do Ministro no município.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sim.

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – E ele participou desse culto. As Bíblias foram distribuídas durante o culto, não durante o atendimento a Prefeitos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Você não tinha conhecimento de... Não teve conhecimento de quem foi o responsável pela produção das Bíblias...

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... se foi o Ministério da Educação ou se havia sido, tinha sido a prefeitura?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Bom, que eu saiba, pelo Ministério da Educação elas não foram emitidas. Pelo menos ninguém, nem chefia de gabinete, nem área de logística, que é responsável por contratos me informou sobre produção e distribuição de Bíblias.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vanessa, a senhora conhece a Sra. Nely Carneiro da Veiga Jardim?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Conheço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Já a viu em eventos, em reuniões do MEC, do FNDE?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Eu a conheço porque ela esteve presente em alguns eventos de atendimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ela trabalha no FNDE, no Ministério da Educação?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Não que eu saiba. Ela não se apresentou para mim como servidora nem do MEC, nem do Ministério, nem do FNDE, desculpa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Você a conhece porque você a viu nos eventos do FNDE e do Ministério da Educação?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Eu a vi nos eventos promovidos para atendimento a Prefeitos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sempre nos eventos com a presença do Sr. Gilmar e do Sr. Arilton?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Não posso... Eu não lembro, mas, em geral, ela estava acompanhada ou ia um pouco antes dos Srs. Arilton e Gilmar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ah, perfeito. Ela fazia uma espécie de, como você chama no cerimonial...

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Precursora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... precursora. Perfeito. Ela estava sempre antes da presença de...

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Como eu disse, como eu não vou sempre antes, eu não posso precisar. Eu sei que já a vi em alguns eventos de atendimento a Prefeitos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Teve conhecimento de mensagens... Teve conhecimento de algum Prefeito de mensagens da Sra. Nely oferecendo algum tipo de vantagem indevida, algum tipo de atuação em conjunto em nome do Sr. Gilmar e do Sr. Arilton?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Chegou a ouvir alguma coisa em relação à participação da Sra. Nely nesses eventos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Não. Não ouvi.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas a senhora a conhece dos eventos que presenciou?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Em todos os eventos que o Gilmar e o Arilton estavam ela estava junto?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Não sei informar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – É porque tem eventos desses que tinham um público de 200, 300 pessoas. Então, não posso precisar isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Sr. Darwin a senhora conhece?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Conheço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tem conhecimento de qual era o cargo dele no âmbito do Ministério da Educação, do FNDE? E de onde o conhece?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – O Darwin, se não me engano, em alguns eventos – também não vou saber precisar quais, porque eu não tenho a lista de comitiva de cada evento –, ele era técnico do FNDE e prestava atendimento nos eventos de atendimento a Prefeitos, nem em todos também. Se eu não me engano, eu acompanhei, aliás, o Sr. Darwin nos acompanhou em umas duas ou três viagens, que, assim de cabeça, eu não sei precisar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Junto como vocês? Junto com o Ministro?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Eu falo junto no atendimento, mas, assim, geralmente, quando o Ministro ia de FAB ou voltava de FAB, se tivesse vaga na aeronave, até para minimizar o custo para a administração pública, boa parte da comitiva ia dentro da aeronave.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Hã-hã!

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Então, assim, eu lembro que nós já viajamos juntos umas duas ou três vezes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Com o Sr. Darwin?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Com o Sr. Darwin.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Você se recorda para onde?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Eu acho que Maranhão, se eu não me engano, numa viagem que nós fizemos ao Maranhão; e Nova Odessa, eu acho que o Darwin estava na viagem de Nova Odessa. Mas, além disso, eu prefiro não responder, porque de cabeça, realmente, são as de que eu me lembro: Nova Odessa e Maranhão, Nova Odessa, em São Paulo, e Maranhão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Em cidades do interior do Maranhão?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Em algum momento, chegou a ter conhecimento, teve notícias de que o Sr. Darwin possuía uma empresa?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só o conheceu como...

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Só o conheci como técnico do FNDE.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... técnico, como funcionário do Ministério da Educação.

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Não, do FNDE.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Do FNDE.

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

É importante, Presidente – obviamente que a Vanessa não tem essa informação –, destacar que um dos objetivos das investigações desta Comissão em relação ao Sr. Darwin é a participação dele não somente como consultor, não somente como técnico do FNDE, mas, na outra ponta também, operacionalizando contratos e convênios do FNDE, através de uma empresa que consta em seu nome.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a sua informação nesse sentido, obviamente a informação dentro do conhecimento que você tem, que você assinalou aqui, é muito importante para esta Comissão.

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – É porque eu realmente não sabia que o Darwin tinha uma empresa. Para nós, ele sempre foi um dos técnicos destinados a atender os municípios no atendimento a Prefeitos. (*Pausa.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Salvo melhor engano, o nome da empresa do Sr. Darwin é...

Bom, enfim, eu peço para passarem o nome da empresa.

Mas da existência dessa empresa você não tinha conhecimento?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – V. Sa. não tem conhecimento?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – V. Sa. conhece o Sr. Odimar Barreto?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele frequentava as reuniões do MEC (Ministério da Educação)?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Bom, aí eu não sei porque, como eu disse, eu conheço o Sr. Odimar Barreto porque ele foi nomeado Assessor Especial do ministério. E eu o conheci, se não me engano, na posse do Ministro Milton Ribeiro. Agora, quais as reuniões ele frequentava ou não do ministério eu não posso precisar porque eu não acompanhava as audiências.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obviamente você não tem conhecimento de qual era o papel dele nos eventos e nas reuniões?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – V. Sa. sabe me informar se o Sr. Odimar chegou a ser exonerado do cargo logo após o início dessas notícias de que se tem conhecimento no âmbito do Ministério da Educação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Eu me lembro de ter visto a exoneração dele, mas a causa da exoneração e o período de cabeça eu não lembro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Também não lembra... Não sei se chega a lembrar do papel dele nos encontros entre o Sr. Gilmar e o Sr. Arilton, qual o papel que ele cumpria.

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Não. Não porque realmente eu não participei de todos os encontros dos denominados pastores com o Ministro Milton. Dos que eu participei, sempre foram para entregar convite e tentar marcar essa data de atendimento aos Prefeitos, no estado ou no município.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O Sr. Odimar, nesses eventos de que você participou, que você acompanhou, você chegou a presenciar a presença dele, o papel dele?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – O Sr. Odimar participou de alguns eventos em São Paulo. Em Nova Odessa ele não estava. Eu lembro que ele acompanhou, se eu não engano, um atendimento que nós fizemos em Taubaté, Ourinhos e São Vicente, todos em São Paulo, todos municípios de São Paulo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nesses eventos, coincidiu a presença do Sr. Gilmar e Arilton?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Não. Não que eu me lembre.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A empresa do Sr. Darwin era Nogueira Lima Serviços e Construções. Chegou a ouvir falar dessa empresa?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Chegou a ter conhecimento dela em algum momento?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Não. Nunca.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Chegou a ter alguma notícia em relação a isso?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Não. Não tive.

Como eu disse, para nós o Sr. Darwin sempre foi um técnico do FNDE que era destinado para acompanhar ou não alguns atendimentos a Prefeitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas a presença dele, V. Sa. poderia defini-la como frequente nos eventos?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Não, frequente não, porque, realmente, nesses 45 atendimentos a Prefeitos aí – não vou precisar de cabeça –, eu me lembro do Sr. Darwin em cinco ou, talvez, em seis.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Repetindo, qual era o papel dele, o de que V. Sa. tinha conhecimento?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Ele ia como técnico, para prestar atendimento.

O que é que acontece? É só para explicar um pouco...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sim.

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – ... como funcionava o atendimento a Prefeitos.

A gente tinha um momento solene com posição de expositivo, com falas do Ministro, do Prefeito e do Secretário de Educação, e, paralelamente a isso, o FNDE... A gente colocava... Eu falo "a gente" porque eu só acompanhava essa montagem de logística. Os técnicos ficavam em um local público, aberto, recebendo os participantes, para tirarem dúvidas específicas de seu município. Então, assim, em cada viagem, o FNDE montava a equipe que viajaria ou não. Então, eu sei que o Sr. Darwin acompanhou algumas dessas viagens.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Chegou a ter algum evento ou a participar de alguma atividade no Município de Gonçalves Dias, no Maranhão?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Gonçalves Dias? De cabeça, não. Eu acredito que, no Maranhão, eu participei...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Gonçalves Dias é um nome inesquecível, não é?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – É, não é?

Eu me lembro de que, no Maranhão, se não me engano, eu participei em Rosário e em São Luís.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O evento de Centro Novo foi com municípios próximos, não foi?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Foram vários municípios.

Sabe me dizer se o Município de Gonçalves Dias estava entre os municípios...

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... que foram atendidos em Centro Novo?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Não, não sei. Por quê? O que é que acontece? Quem fazia o convite e o controle dos participantes...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Permita-me... O Sr. Darwin, nesses eventos no Maranhão, chegou a participar?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Eu acredito que, no atendimento de Centro Novo, Darwin estava.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito!

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Mas eu também não... Assim, o que é que aconteceu na viagem ao Maranhão? O Ministro não fez somente evento em Centro Novo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Hã-hã!

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Se eu não me engano, ele participou de uma obra ou de uma cerimônia de retomada de obras no Município de Rosário, se eu não me engano, e ele participou de uma reunião em São Luís, no Instituto Federal de São Luís.

Então, quando essa logística fica muito...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Onde se reuniram os demais municípios do Maranhão? Foi em Centro Novo?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Em Centro Novo. Aí eu não estava em Centro Novo. Eu acompanhei em Rosário e essa reunião do Instituto Federal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nesses encontros, o Sr. Darwin esteve?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Não. Em Rosário e em São Luís do Maranhão, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E em Centro Novo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Ele esteve em Centro Novo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Em Centro Novo, ele esteve?

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, veja...

Muito obrigado, Vanessa...

A SRA. VANESSA REIS SOUZA – Imagine!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... por todas as informações, em especial por essa.

Presidente, eu quero chamar a atenção desta Comissão para o seguinte: o Sr. Darwin, conforme a Sra. Vanessa, que acabou de relatar, esteve no evento de Centro Novo. Dias depois do evento, é firmado um contrato de prestação de serviços entre a Prefeitura Municipal de Gonçalves Dias e a empresa Nogueira Lima Serviços e Construções, que é a empresa que tem a participação do Sr. Darwin. Um desses contratos foi firmado com o Município de Gonçalves Dias. Obviamente, a Vanessa não tem a informação se Gonçalves Dias era um dos municípios que estavam presentes no encontro em Centro Novo.

Mas veja, Presidente – aí, Vanessa, é da nossa parte, é da nossa dedução –, é totalmente impróprio e inadequado um servidor público que presta serviços de consultoria, como foi confirmado nesta Comissão, para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação atuar também na outra ponta, na empresa, na prestação de serviços, e veja, Presidente: com contratos firmados a municípios que foram atendidos pelo FNDE. Chama mais atenção ainda, Presidente, o fato de, até agora, da parte do Ministério da Educação, não ter tido nenhuma informação de providência em relação à atuação do Sr. Darwin.

Eu queria, Presidente, agradecer muito, Vanessa, a sua participação nesta Comissão, a sua coragem, as informações que prestou – todas, inclusive, contribuem e só reforçam o caminho da investigação que esta Comissão está fazendo. Toda vez que me perguntam por que se tem que acreditar no Brasil, eu olho para servidores públicos que fazem o seu serviço com dedicação, amor e zelo e, sobretudo, com compromisso com a coisa pública, com a honestidade. Isso distingue as pessoas e isso é motivo de enorme admiração, não somente minha, mas desta Comissão, à sua coragem, à sua disposição para contribuir. Muitíssimo obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eu pergunto às Sras. e Srs. Senadores que estão participando da Comissão remotamente se gostariam de fazer alguma pergunta à Sra. Vanessa. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por enquanto, não tem nenhum inscrito.

Então, não havendo quem queira mais questionar a Sra. Vanessa, eu quero fazer minhas as palavras do nobre Senador Randolfe Rodrigues e dizer que nós agradecemos a colaboração de V. Sa., que veio aqui a convite. V. Sa. não tinha obrigação de vir, mas veio prestar os esclarecimentos que julgou serem necessários para o esclarecimento desses fatos tão graves que maculam a administração pública, com desvios de recursos da educação, que é o bem maior, o patrimônio maior que qualquer nação pode ter. E quando a gente vê os recursos sendo desviados e jogados no ralo dessa maneira, evidentemente todos nós nos indignamos. E ficamos muito agradecidos de ver a disposição de V. Sa. de vir aqui a esta Comissão e colaborar para os esclarecimentos desses fatos, dentro das limitações, evidentemente. Mas acreditamos que tenha sido muito esclarecedora a contribuição de V. Sa.

Sendo assim, nada mais havendo a tratar hoje, nós declaramos encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 01 minuto.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e quatorze minutos do dia cinco de maio de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Veneziano Vital do Rêgo, Esperidião Amin, Flávio Arns, Styvenson Valentim, Plínio Valério, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Paulo Paim, Fabiano Contarato e Randolfe Rodrigues, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Carlos Viana, Dário Berger, Mailza Gomes, Kátia Abreu, Confúcio Moura, Izalci Lucas, Carlos Portinho, Roberto Rocha, Alvaro Dias, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves, Fernando Collor, Cid Gomes e Leila Barros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 11/2022 - CE, de autoria Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), e REQ 24/2022 - CE, de autoria Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Finalidade:** Tomada de depoimento para prestação de informações sobre o aparente beneficiamento indevido na destinação de verbas públicas afetas ao Ministério da Educação e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Participante:** Sr. Jorge Guilherme da Silva Souza. **Resultado:** Reunião realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/05/05

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a tomada de depoimento para a prestação de informações sobre o aparente beneficiamento indevido na destinação de verbas públicas afetas ao Ministério da Educação e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, em atendimento aos Requerimentos de nºs 11 e 24, de 2022, da Comissão de Educação, ambos de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211.

Convido o Sr. Jorge Guilherme da Silva Souza para tomar assento à mesa. (*Pausa.*)

Agradecemos aqui ao Sr. Jorge Guilherme da Silva Souza pelo seu comparecimento, observando que ele foi convidado; ele não foi convocado – a Comissão não tem poderes para isso. E ele tinha o direito de vir ou não, mas gentilmente ele atendeu ao nosso convite com presteza, e nós lhe agradecemos e o parabenizamos pela sua disposição em esclarecer esses fatos que nós reputamos da mais alta gravidade: o desvio de recurso público qualquer que seja ele, em especial de uma área tão sensível e tão necessária como a educação.

Eu consulto ao Sr. Jorge se V. Sa. gostaria de usar a palavra por algum tempo ou se prefere ir direto às indagações para responder.

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Sim, ilustre Senador. Eu gostaria de fazer o uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não. Pois, então, fique à vontade aí. Use o tempo que V. Sa. julgar necessário para os devidos esclarecimentos. E lhe agradecemos mais uma vez pela sua presença.

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA (Para expor.) – Muito obrigado.

Primeiramente, gostaria de saudar a todos os presentes, o Senador Marcelo Castro, Presidente dessa Comissão, e o Senador Randolfe Rodrigues, que me fez o convite, ao qual eu atendi também prontamente não só pela admiração que eu tenho por esta Casa, mas também pelo comprometimento que eu tenho com o trabalho que o Grupo JG desenvolve.

E até, quebrando um pouco o protocolo, eu queria manifestar a minha satisfação de estar aqui nesta Casa por ter sido um telespectador assíduo, durante a CPI da Covid-19 – e não só eu fui telespectador, mas também acho que a maioria da população brasileira o foi –, do trabalho brilhante que foi conduzido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelos ilustres Senadores à época. E eu tenho certeza de que esse trabalho vai se repetir nessa ilustre Comissão, que tem por objetivo esclarecer coisas muito importantes para esse país sobre a educação. E eu, Jorge Guilherme, Diretor do Grupo JG, tenho a maior satisfação em poder contribuir com esse tão ilustre trabalho.

Dessa forma, eu me coloco à disposição às indagações de V. Exas. e espero contribuir – mais uma vez repetindo –, espero contribuir para que a educação nesse país melhore, porque acho que o grande viés aqui não é só a destinação do Erário, mas, sim, salvaguardar também a melhoria e a qualidade do ensino, sobretudo nas populações mais longínquas.

Eu me coloco à disposição dos ilustres Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, Sr. Jorge.

Passo a palavra, então, ao nobre Senador Randolfe Rodrigues, autor do requerimento, para fazer os seus questionamentos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente. Bom dia.

Sr. Jorge, bom dia. Seja bem-vindo à Comissão de Educação.

De imediato, queria também o cumprimentar, tal qual ontem fizemos, pela sua disposição em atender o convite, fato distinto dos demais e de boa parte dos convidados, aliás, da maioria dos convidados que vieram, sobretudo oriundos do Ministério da Educação.

Mas, agradecendo e já passando diretamente às questões, Sr. Jorge, a razão do nosso convite ao senhor é que, segundo nos foi informado aqui nesta Comissão durante o depoimento do Sr. Calvet Filho, Prefeito do Município de Rosário, no Maranhão, ele, em depoimento a esta Comissão, teria informado, teria trazido a informação de que uma empresa dirigida pelo senhor, a JG...

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Consultoria.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... Consultoria e Assessoria, era uma das gerenciadoras no trato e liberação de verbas com o FNDE, não é?

Eu vou... Nós não conseguimos recortar a tempo para trazer aqui o trecho do depoimento do Prefeito Calvet em que ele faz a citação. Então, se o senhor me permitir, eu vou reproduzir aqui esse trecho do depoimento.

Disse o Sr. Calvet: "Respondendo a uma das perguntas, eu estive, sim, no dia 5 de janeiro, lembrando que é uma data em que praticamente todos os Deputados e Senadores estavam de férias,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estavam nos seus lares. Mesmo assim, eu tenho uma equipe que trabalha conosco em Brasília, captando recursos – trabalham conosco na cidade de Rosário, mas também estão em Brasília". Prosseguiu o Sr. Calvet: "E nós conseguimos essa agenda para falar com o Ministro. Não foi uma agenda formal, não foi uma agenda em que ele nos receberia no ministério. Onde ele estivesse, ele iria nos receber, para nós conversarmos, para adiantarmos nossa conversa, para eu pleitear, para continuar pedindo para ele. Eu me humilhei, realmente, para o Ministro. Por quê? Porque Rosário precisa".

Eu prossegui na indagação ao Sr. Calvet, no que ele disse... Eu perguntei: "O senhor poderia informar quem é essa equipe?". O Sr. Calvet respondeu: "Eles trabalham conosco aí em Brasília". Insisti na pergunta: "Quem são?". Ele reiterou a resposta: "É uma consultoria, que trabalha conosco em Brasília. Eu posso encaminhar aos nobres Senadores". Insisti na pergunta: "Perfeito. Mas tem nome a consultoria? Quem são?". Ele, por videoconferência, respondeu: "Tem, sim. A gente pode encaminhar tudo para o senhor". Eu insisti: "Então, qual é o nome?". E aí foi que ele, o Prefeito Calvet, declinou o nome de sua... suponho que seja da consultoria que V. Sa. conduz, dirige: "JG Consultoria, que é do Jorge, que é da JG Consultoria".

Eu, então, quero iniciar, assim, perguntando sobre isso: o senhor pode declinar para nós do que se trata a consultoria? Se V. Sa. de fato dirige essa consultoria, a JG Consultoria? Que tipo de serviços são prestados e quais são os tipos de clientes? Se, entre esses clientes, constou o Sr. Calvet Filho, Prefeito do Município de Rosário?

Ainda, segundo o Prefeito Calvet Filho, a sua empresa, a sua consultoria, a JG Consultoria, atua em Brasília, captando recursos e conseguindo reuniões com autoridades. Eu lhe pergunto, procede essa afirmação da parte do Sr. Calvet? E que tipo de recursos são captados? E essas reuniões, se conseguem essas reuniões, como as conseguem?

Há mais algumas perguntas, mas eu acho que fica melhor e mais dinâmico não as fazer todas de uma vez, para lhe possibilitar a oportunidade de ir respondendo e de aqui nós irmos conversando.

Quer que eu repasse novamente essas primeiras perguntas ou tudo bem?

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Não, perfeitamente, a gente vai desenvolvendo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, fique à vontade.

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Se eu esquecer de responder alguma, V. Exa. fique à vontade para fazer todo o necessário.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Fique à vontade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA (Para expor.) – Excelência, primeiramente é necessário explicar o que é o Grupo JG, o que é a JG Consultoria, como nós atuamos, sobretudo na área da educação.

Na área da educação, o FNDE, os recursos do FNDE todos são provenientes de um Plano de Ações Articuladas, que é o PAR. V. Exas. já devem ter escutado essa palavra em alguma oitiva anterior à minha. Em que consiste o PAR? É o Plano de Ações Articuladas, no qual, a comunidade pedagógica, a comunidade escolar do município... Ele elenca as necessidades as quais o município demanda. A partir daí, é elaborado um Plano Municipal de Educação. Aliás, ele antecede o PAR, porque ele deriva do Plano Nacional de Educação, que é uma determinação da Câmara de Educação Básica. A partir daí, se faz um diagnóstico, um planejamento e desse planejamento é que o FNDE disponibiliza e atende às demandas dos municípios.

Ele é subdividido em quatro dimensões. A primeira dimensão é a de capacitação de docentes, capacitação de alunos, enfim. A dimensão dois, salvo engano, é de infraestrutura física, de equipamentos, mobiliários, *kit*s de robótica, o que está tão falado aqui, nesta Comissão. A terceira dimensão é a que atribui transportes. E a quarta dimensão é a de construção.

Como é que o Grupo JG atua? No Grupo JG, nem eu nem ninguém da minha equipe está autorizado a, de forma alguma, mencionar para nenhum cliente nosso que vamos dar algum jeitinho para resolver determinadas coisas. O Grupo JG é muito taxativo nisso. Tampouco promove nenhum tipo de aproximação com os entes que fazem as liberações desses recursos por outro viés que não seja o técnico.

Como é que nós atuamos? Tanto na elaboração do Plano Municipal de Educação, orientando a comunidade pedagógica e a comunidade educacional nas pontas, na elaboração desse diagnóstico, que é parte acessória e é pré-requisito para atender às demandas do município e na elaboração do planejamento, que é outra premissa final, a qual, na fase de planejamento, são encaminhadas as demandas para a análise do FNDE.

Respondendo à outra pergunta do Senador, a questão...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Desculpe, Jorge.

Então, a JG não trabalha com captação de recursos?

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Não, não, não. Captação de recursos... É porque, geralmente, os Prefeitos, sobretudo os do interior, entendem que, por as assessorias estarem em Brasília, elas são captadores de recursos.

Não, nós não trabalhamos diretamente na captação de recursos. Nós trabalhamos de modo a colocar o município apto a receber os recursos. Certo? Por isso é que nós não temos nenhuma influência na agenda de Parlamentares, tampouco na agenda de ministros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós também nunca fizemos... Aí estou até, de certa forma, contradizendo o depoimento do Prefeito, mas não no sentido de ele ter errado no dolo. Mas, talvez, ele tenha outras pessoas na equipe dele, na equipe parlamentar pela qual ele é assistido, aqui em Brasília, que promovam esses encontros. E, quando ele falou que a equipe de Brasília tem uma assessoria que promove essas agências, certamente ele falou de forma genérica, mas não do Grupo JG. Nós não temos nenhuma proximidade nem com nenhum ente desse Governo nem com nenhum de outro governo. Talvez, V. Exas. tenham até acesso às visitas que as pessoas porventura fazem aos ministérios, e nós nunca fizemos nenhuma dessas.

A atuação nossa é tão somente para estreitar o *link* entre as pontas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, nem V. Sa. nem o Grupo JG... Desculpa por interromper!

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nem V. Sa. nem o Grupo JG têm qualquer tipo de relação com agentes do Governo, com o ministério, para intermediar encontros, audiências?

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Em absoluto, nenhuma relação nesse sentido. Certo? O que nós fazemos é tornar o município apto a receber os recursos. Então, muitas vezes, os nossos clientes até confundem isso. E, talvez, isso aí, para nós, para mim, como empresário, pode até facilitar quando um Prefeito entende dessa forma, porque ele, às vezes, fecha algum tipo de contrato imaginando isso. Mas, quando vê o nosso trabalho técnico, muitas vezes, não sei se isso aí nos beneficia, porque nós oferecemos só o trabalho de capacitar as equipes.

A JG Assessoria, o Grupo JG Assessoria é um grupo composto por oito elementos. São oito consultores que fazem...

Pois não!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Existe desde quando o grupo?

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – O Grupo JG existe desde 2018, a empresa vem desde 2018.

Então, nós atuamos não só na parte de educação, mas em educação e saúde.

Um breve relato da saúde, só para explicar a V. Exa. como é feito o nosso trabalho na saúde, porque, às vezes, a ponta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vocês são oito consultores?

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – É. Eu sou o diretor, e os demais são colaboradores, consultores que trabalham por projetos, de acordo com as demandas das prefeituras. Como é que são feitas essas demandas?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E a sede é em São Luís?

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Não, não! A sede é em Brasília. É em Brasília, no Edifício Prime, no Setor Bancário Sul.

Então, como é que funciona isso aí? Eles demandam... Eles elencam as demandas deles por um grupo de WhatsApp, que é um grupo técnico, que nós criamos. Participam do grupo técnico as pessoas afetadas pelas demandas que são desempenhadas, ou seja, dos grupos técnicos são os técnicos que participam. Acho que, muitas vezes, o Prefeito confunde. Às vezes, ele nem está participando desse grupo. A gente sustenta muito o quê? O Prefeito tem que fazer o lado político. Se o Prefeito fizer o lado político e largar o lado político para se meter com a área técnica, muitas vezes ele não faz a política, e a coisa acaba não evoluindo. Então, a proposta nossa é essa.

Na saúde mesmo, às vezes eles confundem, dizendo que a gente trabalha para a liberação de recursos, mas não é. A saúde... A liberação de recursos na saúde é composta por meritocracia de indicadores. Certo? Então, quanto mais produção, quanto mais atendimento temos na saúde, quanto mais gerarmos produção na ponta, mais isso vai ficar visível para o ministério, para que o ministério desempenhe o recurso.

Da mesma forma é a educação. A educação... O PAR justamente veio nesse sentido. Ele começou em 2011. São ciclos de quatro anos. O último ciclo, agora, que é o PAR 4, vai de 2020 a 2024, nos quais o município elenca, a partir do diagnóstico e do planejamento, as demandas do município, e essas demandas são atendidas de acordo com o critério técnico e pela conveniência também da administração, que é o FNDE.

Até uma sugestão que eu faço a V. Exas., no sentido de visualizar a questão do mérito de cada município de receber os recursos, é que se faça uma análise nos diagnósticos desses municípios que estão sendo mencionados nesta Comissão, se de fato eles realmente condizem ao recurso que recebem ou não.

Ainda nesse paralelo, eu acho que essa pergunta até seria de V. Exa., quando o Prefeito... É porque eu escutei o depoimento do Prefeito Calvet, em que ele fala da questão dos empenhos que foram destinados ao município. E mais uma vez o Prefeito, eu acho que no alvoroço de fazer análise no sistema Simec e não ter a *expertise* de entender o que está empenhado e o que está em análise, ou seja...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Empenhado da Prefeitura de Rosário, que é a prefeitura à qual a JG também presta assessoria, ele tem empenhado apenas 200 mil; em análise, é uma fração de quase perto de oito milhões. Então, eu acho que houve essa confusão, quando ele foi indagado pela Senadora, nessa questão aí do que foi empenhado e do que foi – caiu a tampa aqui, mas depois eu tenho, não é problema, não – efetivamente pago. Então, muitas vezes há essa dissonância de análise dos Prefeitos nesse sentido. Nesse sentido, eu acho que houve essa fala de liberação de recurso pela JG, porque isso aí de fato não ocorre.

Eu espero ter respondido às perguntas de V. Exa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – No caso então de Rosário tinha uma discrepância de... Tinha só 200 mil empenhados...

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... e quanto em análise?

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Eu tirei aqui o relatório direto do Simec. Rosário tem duas situações: ela tem o PAR 4 e o PAR 3. Do PAR 3, ela tem 300 mil empenhados, uma obra é uma creche no valor de um R$1.903.216,37, que foi pactuada em 2018 e foi retomada agora, em 2022; e tem o valor empenhado aqui de R$300 mil. No PAR 4, ele tem uma soma mais vultosa aqui: em análise, está chegando a 13.001.595,49, em análise, desse valor apenas o valor de uma creche tipo 2, uma pré-escola tipo 2, que tem 200 mil empenhados. Isso aí foi pactuado em 2021. Certo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Jorge, a especialidade da JG Consultoria é só relacionada ao Ministério da Educação ou tem atuação também com outros ministérios?

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Não, como eu mencionei anteriormente a V. Exa., nós atuamos no Ministério da Educação e no Ministério da Saúde nessas questões aí de melhoria de indicadores para que o município tenha melhor desempenho na busca de recursos em Brasília.

E, por estarmos sediados em Brasília, muitas vezes as prefeituras pedem para que a gente acompanhe algum processo, seja no MDR... Por quê? Em que consiste o nosso trabalho? Eu acho que tem uma grande vantagem por estar em Brasília e por ter mais proximidade dos órgãos no sentido de acompanhar a tramitação de processo, porque muitas vezes, por exemplo, essas creches que estão empenhadas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Desculpe, a carteira de clientes da JG inclui municípios...

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... em quais estados?

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Inclui municípios do Maranhão, municípios do Pará e municípios de Pernambuco.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Nós temos um total de oito municípios.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Oito ao todo?

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Ao todo. Oito municípios ao todo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Junto a esses três estados?

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Isso. Junto a esses três estados. Estão distribuídos nesses estados.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, a captação... A captação não, perdão, você corrigiu. A atuação, a ação é junto ao Ministério da Saúde e ao Ministério da Educação?

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Isso. Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – No âmbito do Ministério da Educação, V. Sa. e a JG tiveram atuação desde qual ministério, desde qual ministro?

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Nós nunca tivemos atuação por ministro, Excelência. Nós tivemos atuação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas, assim, existe desde 2018, então...

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Isso, de 2018 para cá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vou ser mais preciso na pergunta: quais gestões já passaram, tanto do Ministério da Educação quanto do Ministério da Saúde?

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Nessa gestão de... Olhe, a JG se criou como empresa em 2018, mas eu já fazia trabalhos de assessoria antes disso. Foi a partir daí que eu vi a necessidade que os municípios têm.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Você particularmente atua nessa assessoria desde quando?

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Isso. Desde 2006, 2008, mais ou menos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Desculpe perguntar, a sua formação é?

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Administrador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É administrador. Os seus sócios também têm a mesma formação? Têm formação diversa?

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Não, eu tenho um que é da parte jurídica... Como se distribuem os nossos quadros? Eu tenho uma assessora que é da parte técnica da saúde, a formação dela é em enfermagem e ela já foi diretora de hospital, diretora de produção e faturamento. Por isso é que ela tem essa especialização em melhoria dos indicadores dos municípios nessa área de saúde. Eu tenho uma assessora de campo, que é formada em Direito, ou seja, essa assessora... De campo, o que eu digo? É porque ela vai aos ministérios buscando a tratativa das demandas que, às vezes, só são resolvidas *in loco*. Por exemplo, no FNDE mesmo, nós temos lá o atendimento institucional. Muitas vezes, a ponta, a prefeitura, não consegue ter acesso às informações pelo atendimento institucional. Então, essa técnica vai até lá levando as demandas e tentando suprir as necessidades. Nós temos um jurídico que também atua nessas questões das demandas jurídicas dos municípios. Temos uma assessora que lida também com a parte de licitações e contratos, porque nossos contratos passam por licitações. E temos mais dois assessores que atuam também na questão pedagógica, melhoria do censo, melhoria pedagógica, na formação de conselhos educacionais, ajudam os municípios nesse sentido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nos Municípios do Maranhão... Em quais municípios do Maranhão e do Pará a JG prestou ou presta consultorias?

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – No Maranhão, nós prestamos no Município de Ribamar Fiquene e no Município de Rosário – no Maranhão. No Pará, Município de Castanhal e Município de Portel.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Os dois municípios do Maranhão chegaram, tanto Rosário... Qual é o outro?

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Rosário e Ribamar Fiquene.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Os dois municípios estiveram nessa reunião promovida pelo Ministro Milton Ribeiro no Município de Centro Novo, onde me parece que vários municípios já estiveram reunidos ou se encontraram?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Sim. Eu não tenho conhecimento, Excelência. Eu tenho conhecimento da mídia de que eles faziam esses encontros itinerantes. Parece que o FNDE ia às localidades nas quais eles reuniam os municípios, mas de encontro entre esses Prefeitos e as pontas, conforme eu expliquei a V. Exa., nós não participamos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Deixe-me te perguntar: assim, pela tua experiência, pelo que me relatas, a JG existe desde 2018 e você, particularmente, como consultor atua desde de 2013, em torno disso.

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Sim, Excelência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Esse tipo de procedimento que o Ministério da Educação, na gestão do Ministro Milton Ribeiro, tem feito, de reunir vários municípios em um município determinado, como ocorreu em Centro Novo, já ocorria anteriormente, já tinha algum precedente?

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Não, não; não foi uma prática habitual, eu nunca tive conhecimento disso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A primeira vez de que tivestes notícias foi a partir da gestão do Ministro Milton Ribeiro.

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Isso, exatamente, até porque os repasses do FNDE, em gestões anteriores, eram muito centralizados, direto do fundo para as pontas. Certo? A partir de agora é que está mais...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Por curiosidade, hoje, desculpe-me te interromper.

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, hoje não é assim?

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Hoje...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Anteriormente, pelo que você me relata, se eu não estiver entendendo, por favor, corrija-me...

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ...o FNDE faria a transferência direto para pontas, para os municípios, não é, para o destino do recurso? Hoje você percebe uma diferença?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Isso. Eu percebo a diferença no seguinte sentido: o FNDE tem várias modalidades de recursos. Tem a modalidade de recursos que são os de repasses diretos, como o do Programa Dinheiro Direto da Escola (PDDE), do PNAE, da alimentação escolar, e do Pnate, que são recursos mensais ou recursos pontuais anuais, e esses demais recursos que são beneficiados pelo PAR, ou seja, que são atribuídos ao PAR. Esses recursos agora estão condicionando todos a emendas parlamentares, o que não acontecia em outras épocas. Quando eu falo, quando eu menciono que era de ponta a ponta é porque a influência de emendas parlamentares não era tão determinante como é agora. Então, isso aí é que a diferença que eu falo que, antigamente, ia de ponta a ponta e hoje tem mais a condição de uma indicação por emendas parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Essas emendas parlamentares V. Sa. identificaria como emendas de relator?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A natureza.

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Eu não sei identificar por isso. Eu não sei identificar, até porque, por exemplo, a emenda de bancada não aparece no sistema Simec.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas, pelo que V. Sa. relata, anteriormente não era tão comum as chamadas emendas parlamentares para, digamos, abastecer o FNDE para abastecer as prefeituras.

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – De fato.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Agora se tornaram mais comuns.

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Tornaram-se mais comuns porque para os recursos do PAR mesmo, em sua maioria, eu não posso precisar um percentual, mas eu afirmo que, na sua maioria, são provenientes de emenda parlamentar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – É, atualmente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Atualmente. Anteriormente...

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Anteriormente não; anteriormente se dirigiam direto do FNDE para os municípios.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então essa, digamos, modalidade nova de reuniões organizadas em um município, de chamar outros, e o ministro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estar presente, o FNDE estar presente, V. Sa. só testemunhou isso, na sua experiência como consultor, agora recentemente?

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – É excelência. Eu, só corrigindo, eu nunca testemunhei, eu nunca fui a essas reuniões...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito. Mas, antes, teve notícias?

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Não, não, nunca tive notícias disso, somente agora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Chegou ao seu conhecimento, pela atuação que V. Sa. e a JG têm, alguma informação sobre a atuação do Sr. Arilton e do Sr. Gilmar em nome do Ministério da Educação, algum Prefeito chegou a fazer algum comentário com V. Sa. ou notícias sobre isso chegaram ao conhecimento da JG?

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Não, nunca chegou ao conhecimento da JG, até porque...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Desculpe, os seus clientes, o Prefeito de... O Calvet, o Prefeito de Rosário, chegou a comentar algo dessa natureza?

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Não, não comentou nada dessa natureza, até porque o contato que eu tenho com o Prefeito é muito pouco. Se eu conversei com o Prefeito umas duas vezes foi muito. Tenho mais contato com a equipe técnica, da qual se geram as demandas por esse canal de comunicação que eu informei a V. Exa., que é o grupo de WhatsApp. Eles geram as demandas, e eu distribuo as demandas por esse grupo, para que a equipe técnica possa atendê-lo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pelo que eu entendi, então, a função, sua e da JG, é eminentemente técnica, ou seja...

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... o município não está habilitado, não está preparado para receber recursos. Então, presta consultoria necessária para que o município possa ser habilitado para atuar e para receber.

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Exatamente, Excelência. Exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ou seja, não há nenhum tipo de atuação, intermediação ou um diálogo com autoridades do Ministério da Educação, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

FNDE, não há nenhum tipo de atuação para o recurso ser captado, mas somente para habilitar o município para poder receber os recursos.

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Exatamente, Excelência. Quando o Prefeito fala "captar recurso", eu creio que ele tende a explicar nesse sentido, porque nós não temos nenhuma... Nem eu, nem ninguém da minha equipe eu autorizo para que seja feito dessa forma.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, a rigor, nem V. Sa. nem a JG tiveram qualquer tipo de participação para buscar alguma audiência do Prefeito Calvet Filho com o Ministro Milton Ribeiro.

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Exatamente, nenhum tipo de atuação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nem V. Sa., nem um...

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Ninguém.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... conhece o ministro?

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Não, não, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A assessoria do ministro?

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Não tenho a menor proximidade com nenhum ente deste Governo nem de nenhum outro governo. A gente não trabalha dessa forma, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – V. Sa. nunca teve contato, nem com o Ministro Milton Ribeiro, nem com nenhum outro ex-Ministro da Educação.

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Não, em absoluto. Nenhum ex-Ministro da Educação, nem com o Dr. Milton Ribeiro, nem de outros mandatos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Por óbvio, então, a audiência que o Sr. Calvet conseguiu, obviamente – é por óbvio, deduzo assim pela afirmação que V. Sa. aqui está prestando –, foi por outras fontes, por outros contatos ou diretamente com o ministro, mas não pela JG consultoria nem com V. Sa.

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Perfeitamente!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Bom, reitero: nenhum tipo de informação sobre a atuação do Sr. Arilton, do Sr. Gilmar, nenhuma... V. Sa. nem alguém da JG ouviu falar, conhece sobre a atuação da Sra. Nely Carneiro da Veiga?

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Não, também não conheço, nem de fisionomia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não tem notícias sobre ela?

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Não, não conheço, não. Não sei quem são essas pessoas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A empresa também não conseguiu nenhuma reunião de Prefeitos com autoridades de algum outro ministério ou com alguma outra autoridade do Ministério da Educação?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, Excelência. Reafirmo: a nossa empresa, a nossa forma de atuação não é promover aproximação com essas unidades, porque nós entendemos que o nosso trabalho é técnico e, de fato, o Prefeito deve ter a assessoria parlamentar dele, a assessoria técnica, a assessoria política dele, a qual deva promover essas reuniões, mas não pelo Grupo JG.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – V. Sa., então, pelo que eu estou deduzindo, nunca chegou a participar de reuniões do MEC, de reuniões do FNDE, sejam reuniões mais técnicas, mais separadas, sejam reuniões como essa, ditas itinerantes, que foram promovidas, organizadas, da qual me parece que o seu cliente, o Prefeito de Rosário participou.

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Certo, nunca participei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E, por óbvio, em decorrência disso, não tem conhecimento da Sra. Nely, do Sr. Arilton...

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Não, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... e do Sr. Gilmar?

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Não, não. Não conheço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nem também tem conhecimento sobre mensagens de alguns desses personagens com Prefeitos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Também não tenho conhecimento, Excelência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Do Sr. Odimar Barreto V. Sa. ou alguém da JG tem conhecimento? Conhece? Ouviu falar dele?

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Não, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Presidente, eu não tenho mais perguntas. Aliás, eu tenho uma constatação, Presidente. Parece-me que quem não deve aceitou os convites para vir a essa Comissão. É a constatação que eu tenho pelo depoimento ontem da nossa querida chefe do cerimonial e pelo depoimento hoje do Sr. Jorge Guilherme. Quem não deve nada, quem não tem nada a ver com esse processo, quem não tem rolo, para ser mais... topou vir. Topou vir, topou... Por que quem não deve, Presidente, não tem que temer a verdade. O maior testemunho que tem é a verdade. Aí a Sra. Nely não aparece, o Sr. Darwin não aparece por aqui.

Aliás, eu me esqueci de perguntar sobre ele. Do Sr. Darwin também não ter conhecimento?

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Também não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Dessa empresa que ele atua?

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Não, não. Também não conheço, Excelência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, o Sr. Darwin não aparece aqui. A Sra. Nely não aparece. O Sr. Milton Ribeiro não veio. Do Sr. Arilton e do Sr. Gilmar o paradeiro continua incerto e não sabido.

Eu acho, Presidente, que, enquanto essa Comissão estiver atuando nessa investigação, o Sr. Arilton e Sr. Gilmar vão estar bem escondidos. Acredite: se a gente parar de tocar alguma coisa de dessa investigação, aí o Sr. Arilton e o Sr. Gilmar aparecem.

A propósito, Presidente, notícia de hoje. Veja o que nos estarrece. Notícia de hoje na imprensa: "Atual Ministro da Educação tentou nomear...". Tentou nomear quem para o Ministério da Educação, Presidente? O Sr. Arilton Moura. Depois de tudo, depois de toda a história com o Milton Ribeiro, não o antigo, o atual Ministro da Educação... E a matéria, salvo engano, da *Folha*... Constam, inclusive, os documentos...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Mas ele tentou antes de ser Ministro ou agora?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Agora.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – É inacreditável.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Agora. A notícia...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Foi em 2020, perdão. Obrigado pela correção.

É matéria da *Folha de S.Paulo* do dia de hoje?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A matéria de hoje da *Folha de S.Paulo* dá conta de que, antes de ser Ministro, o atual Ministro tentou nomear o Sr. Arilton para o Ministério da Educação. Tentou institucionalizar a atuação lobista do Sr. Arilton, o que não se concretizou. Aí me parece o seguinte: tentou fazer a nomeação e, em seguida, resolveu... compreenderam que era a melhor atuação extraoficial dos vídeos que nós sabemos, o que ficou patente para nós.

Então, Presidente, eu reitero, eu acho que mais uma vez aquela célebre frase é significado e diagnóstico à condução das investigações que essa Comissão tem feito: quem não deve, quem não teme topou vir aqui de peito aberto, falou a verdade, falou tudo de que tem conhecimento – a chefe do cerimonial, ontem, do Ministério da Educação; hoje, o Sr. Jorge. Quem não tem nada a dever topou vir para cá. Os que devem sumiram, desapareceram. É o caso de D. Nely, o caso do Sr. Arilton, o caso do Sr. Gilmar, o caso do Sr. Odimar, o caso do Sr. Darwin. Esses não apareceram, o que demonstra... E agora eu entendo o porquê do desespero dos colegas de Governo, aliás dos colegas que apoiam o Governo, Sr. Jorge. Deixe-me lhe contar uma coisa: rapaz, quando vem alguém que deve, correm a esta Comissão, vêm desesperadamente. Ontem, como veio a nossa querida Chefe do Cerimonial do Ministério da Educação, como não devia ter problema nenhum para eles, não ia ter problema nenhum para o Governo, eles nem apareceram aqui. Ficou só eu e o coitado do Presidente Marcelo Castro por aqui na Comissão. Hoje, como veio o senhor, é o seguinte: como não ia ter problema nenhum para eles, como não ia ter nenhum risco de deslize, porque realmente não tem nenhum tipo de relação, não apareceram, não é? No danado do dia em que o Sr. Arilton resolver aparecer, esta Comissão vai estar cheia, Presidente Marcelo Castro – no danado do dia.

Isso só mostra o porquê de que esta Comissão, com esforço seu, Presidente Marcelo Castro, tem procurado fazer muito, mas tem limite. Esta Comissão não tem poder coercitivo para vir o Sr. Arilton, não tem poder coercitivo para vir o Sr. Gilmar, não tem poder coercitivo para vir o Sr. Darwin, não é? O limite desta Comissão... E por isso é que nós, eu e o senhor, propusemos e estamos tentando uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão Parlamentar de Inquérito e por isso eu entendo por que o Governo tão desesperadamente tenta impedir que essa Comissão Parlamentar de Inquérito seja instalada.

Sr. Jorge, eu só desejo êxito ao senhor e à sua consultoria. Se tem algo que, inclusive, eu possa reiterar nesta Comissão e que V. Sa. traz é que quem não tem o que dever, quem não tem medo da verdade não tem medo de atender qualquer tipo de convite para vir falar a esta Comissão. Exulto e desejo sucesso ao senhor e ao trabalho que o senhor e a sua consultoria desempenham.

Eu não tenho mais perguntas, Presidente.

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Randolfe.

Vou passar a palavra agora ao Senador Flávio Arns, que a solicita.

Com a palavra, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Marcelo Castro.

Eu quero cumprimentar o Senador Randolfe Rodrigues e cumprimentar também o Jorge Guilherme, que está fazendo os esclarecimentos como convidado da Comissão de Educação.

Eu queria, em primeiro lugar, solicitar ao Jorge Guilherme que pudesse, assim, detalhar um pouco mais o que a empresa faz, se o Sr. Jorge Guilherme é proprietário, se tem sócio. Já foi feito isso, não é? Eu estou acompanhando desde o início, mas se pudesse repetir e detalhar um pouco mais... (*Pausa.*)

Estão me escutando?

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA (Para expor.) – Pois não, Senador, escutei perfeitamente.

Excelência, como eu informei anteriormente, na empresa, eu não tenho sócios, certo? A empresa está em meu nome tão somente. O trabalho nosso, como eu expliquei anteriormente, é um trabalho técnico, no qual as pontas geram as demandas por um grupo de WhatsApp e nós atendemos a essas demandas. Cada prefeitura tem um grupo de trabalho e, nesse grupo de trabalho, estão contidas as pessoas que são afetadas, de cada pasta, para que sejam geradas demandas.

Em especial da educação, como eu fiz a explicação, a atuação nossa vai desde o acompanhamento da execução do recurso até a prestação de contas. Explicando mais detalhadamente, o que seria isso? Vamos colocar um exemplo dessas questões mesmo do Plano de Ações Articuladas. O Plano de Ações Articuladas (PAR) tem como pré-requisito o Plano Municipal de Educação e o diagnóstico levantado a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

partir desse Plano Municipal de Educação. No Plano Municipal de Educação são oferecidas as metas e a situação atual na qual o município se encontra e as metas que ele visa a atender, e a partir daí tem os indicadores. Certo? Então, a partir dessas informações é elaborado um diagnóstico, desse diagnóstico é concluído um planejamento, e esse planejamento é encaminhado ao Ministério da Educação, ao FNDE, que no caso é o agente financeiro que conduz o repasse dos recursos.

O Grupo JG atua em todas essas etapas. Um exemplo, sobre o Plano Municipal de Educação, tem municípios nossos que não tinham ainda o Plano Municipal de Educação para esse último quinquênio, para esses últimos cinco anos. Certo? Então, o que a gente faz? A gente promove as reuniões pedagógicas no município, a gente orienta quanto aos indicadores que atualmente tem o município e o que ele quer alcançar. Certo? E tudo isso aí é relatado nesse plano municipal, e desse plano municipal evolui-se para um diagnóstico. Nesse diagnóstico nós também atuamos orientando as pontas de como devem ser feitos os pedidos ao FNDE, ou seja, a equipe técnica do FNDE deve se valer dessas informações que são fornecidas nos indicadores da fase atual do município até o que ele quer alcançar para a elaboração desse diagnóstico, e a partir daí fazer um planejamento – nós também atuamos nesse sentido. Tudo isso é feito pelo sistema chamado Simec, nesse sistema nós atuamos no sentido de capacitar as pontas a alimentar esse sistema.

Feito isso, eu entendo isso como sendo a fase de habilitação e execução, atuamos também na parte de acompanhamento. Como é que seria esse acompanhamento? Por exemplo, foi solicitada uma determinada obra, e essa obra, nessa fase de execução e acompanhamento, caiu numa certa diligência. Diligência é o quê? A ausência de alguma documentação que ficou pendente, ausência de uma planilha orçamentária – nós temos engenheiros na nossa equipe que orienta o engenheiro da ponta na elaboração dessa planilha orçamentária –, algumas diligências referentes a terrenos, que é uma grande constante que nós estamos tendo, porque no interior dificilmente, sobretudo até em terras indígenas... Nós atuamos também na região de Roraima, esse estado eu me esqueci de mencionar. Então, como lá tem muita terra indígena, nós não temos escrituras nos terrenos. Então, tem que atuar junto à Funai justamente para conseguir sanar essas diligências que são pré-requisitos para que o recurso flua à outra ponta. Certo? Finalizando isso, nós atuamos na parte de prestação de contas, ou seja, o recurso foi disponibilizado, o recurso foi utilizado, a partir daí tem a fase de prestação de contas.

Então, o Grupo JG acompanha todos esses preâmbulos aí até a finalização da prestação de contas, não só no PAR, mas também na execução dos repasses diretos, que é o PDDE, merenda escolar, que é o Pnae, o Pnate, que é o transporte escolar. Então, tudo isso nós acompanhamos. Quando há uma inadimplência... Um exemplo: o FNDE demora às vezes para analisar uma prestação de contas, e, às vezes, o município está aqui em 2022 e surgiu uma pendência de 2019, ou seja, a análise foi feita agora e impactou num bloqueio de recurso. Quando há esse bloqueio de recurso, toma-se a devida providência cabível, que é a questão de instituir uma tomada de conta especial em face do ex-gestor, judicializar e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer a denúncia ao Ministério Público para que cause o efeito suspensivo, para que esse município não seja prejudicado com o bloqueio do recurso. E, a partir daí, nós atuamos também nessa parte. Entendeu?

Então, eu espero ter sido claro com V. Exa. Qualquer dúvida que tiver também no transcorrer do nosso trabalho é porque a gama de trabalho e de demandas que surgem, por estarmos aqui em Brasília, é muito grande, ou seja, a gente trabalha a fim de contribuir para que o *link* dos municípios mais longínquos – é por isso que nós atendemos municípios tão longe – não seja tão longo com o Governo Federal, que são essas questões de informação e de tramitação de documentações.

Eu creio que deva ser do conhecimento de V. Exa. que tem municípios no extremo norte do país que nós atendemos que têm uma dificuldade tremenda, sobretudo de internet, e, como tudo no Governo Federal é sistematizado, tudo é por internet, tudo é via sistema, muitas vezes eles têm dificuldades com isso. Então, é mais cômodo para o município gerar a demanda por um grupo de WhatsApp, encaminhando, em anexo, a documentação que nós estamos requerendo, e nós mesmos nos encarregamos de inserir no sistema de modo a sanar as pendências que porventura vão aparecendo.

Espero ter sido claro com V. Exa. e espero também ter respondido a todas as perguntas.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Eu gostaria de continuar fazendo algumas observações. A gente tem uma dificuldade maior porque eu estou remotamente. Eu não sei, inclusive, se existe a possibilidade de deixar o meu microfone aberto. Não sei se os dois, ao mesmo tempo, podem estar abertos. Eu acho que não, não é?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pode sim, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Pode. O.k.

Então, eu gostaria de perguntar ainda para o Jorge Guilherme... Eu entendi bem e acho legítimo um trabalho, uma ocupação de assessoria, de consultoria, de ajuda a prefeituras. Eu acho, assim, uma atividade que, sem dúvida, é legítima. Se bem que eu sempre tenho orientado as prefeituras para que cada prefeitura tenha uma ou duas pessoas altamente especializadas em projetos para que possam dar conta de toda a sequência explicada pelo senhor. Realmente há detalhes, há dificuldades – que o Ministério da Educação e outros ministérios investissem na formação de pessoas –, mas, independentemente disso, é uma atividade profissional que é desenvolvida.

Eu só gostaria de saber, se for possível, como é que as prefeituras fazem o pagamento da JG, porque há um limite para as prefeituras fazerem sem licitação, um certo valor. Estados e municípios não podem ir além de um determinado valor para pagar as empresas. Então, como é que as prefeituras fazem esse pagamento? É um contrato que vocês assinam? Desculpe-me falar também no outro sentido, mas a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente tem que fazer a pergunta. É um percentual sobre as verbas liberadas? É um contrato sobre cada uma das etapas que estão sendo colocadas? Como é que isso acontece?

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Excelência, nós não atuamos por percentual de verba liberada. Nós firmamos um contrato com os nossos clientes. É um contrato de repasse mensal. Certo? Então a gente atende o cliente independentemente do fluxo de recursos financeiros que ele receba, nós não trabalhamos por percentuais. Nós firmamos um contrato, esse contrato é submetido, obviamente, à Lei de Licitações e Contratos, nós firmamos o contrato e os repasses são mensais.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Os repasses são mensais.

E para liberação de recursos, o senhor já explicou que não existe, assim, um contato direto da empresa com os ministros, seja da Educação, seja da Saúde, mas existe uma facilitação por parte de funcionários, dentro dos órgãos, para que as verbas sejam liberadas?

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Excelência, não há nenhuma proximidade da JG com nenhum, vamos dizer, ente que tenha poder de desempenhar alguma facilitação de pagamento. Ou seja, o nosso trabalho, como eu venho reafirmando, é um trabalho técnico. Nós não trabalhamos no trato da liberação de recursos, nós colocamos o município apto a receber o recurso. Como é do conhecimento de V. Exa., tudo, atualmente, é via sistema. É o que eu costumo falar com os nossos Prefeitos: existe a forma certa e a forma errada de trabalhar. Nós atuamos sempre pela forma certa, que nós entendemos ser certa, por estar sistematizada, amparada por resoluções, e é dessa forma que nós seguimos na parte de alimentação de sistemas. Ou seja, nós não temos nenhuma proximidade com nenhum agente no sentido de facilitar a liberação de recursos. É puramente técnico. Na educação é junto ao sistema Simec, é junto ao sistema SiGPC, que é o de prestação de contas, é junto aos sistemas de habilitação que, às vezes, o PDDE habilita, enfim, são todas essas gamas aí. Nós não atuamos diretamente com nenhum servidor do FNDE ou de qualquer outro órgão que seja.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Anteriormente, o senhor havia afirmado que havia uma dificuldade do atendimento institucional – usou essa expressão – e eu entendo por atendimento institucional uma dificuldade de a prefeitura acessar, no caso, os sistemas, colocar os dados, e por isso a empresa ia diretamente lá no MEC para colocar o que fosse necessário. Por que há essa dificuldade também para as prefeituras terem acesso? Você não acha um pouco estranho isso também, de as prefeituras terem dificuldades e alguém, particular, ter que ir lá para colocar os dados?

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Certo, excelência. Quando eu falei em institucional, é porque no FNDE tem um setor, logo ali no térreo, que é aberto ao cidadão, chamado Atendimento Institucional, certo? Então, isso aí não é pela palavra em si, mas, sim, um setor cujo nome é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse. Esse atendimento institucional que existe no FNDE é uma triagem, e os entes procuram se submeter a essa triagem para tirar as dúvidas. Muitas vezes se resolve a tratativa das demandas lá mesmo por eles fazerem contato direto com os setores. No FNDE, dificilmente, nós mesmos não temos o hábito de ir direto ao setor, a gente vai ao atendimento institucional e, se há a necessidade de ir a algum setor, de promover alguma agência, é o atendimento institucional, esse que fica lá no térreo, que faz, que nos conduz no sentido de ir, eventualmente, a um setor. Mas, se me recordo, esse ano, nós nunca fomos a nenhum setor diretamente. Quanto à dificuldade de atendimento dos entes, eu não sei se é provocação de alguma corrente ou se é por falta de pessoal mesmo.

Um exemplo. Eu não sei se eu estou enganado, mas, para análise das obras do FNDE, eu creio que hoje o FNDE deve contar com uma média, salvo engano, de cinco ou seis engenheiros para analisar projetos do Brasil inteiro, ou seja, é pouca gente. Então, muitas vezes, atrasam um pouco essas análises, justamente por falta de pessoal mesmo.

Então, quando eu falo da dificuldade, muitas das vezes, é a ponta lá, do município, tentar fazer contato, nem que seja telefônico, com o atendimento institucional. Isso é uma dificuldade que nossos clientes relatam, e é por isto que eles contratam nossos serviços, por nós estarmos mais próximos e podermos ir *in loco* ao setor Atendimento Institucional, que é onde se resolvem 80% das demandas do FNDE.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Foi mencionado – e o senhor foi muito claro nisso – que nunca houve um contato pessoal por parte da empresa, seja seu ou dos funcionários, em relação à liberação dos recursos. Como nós estamos tratando do caso dos pastores e daquilo que foi divulgado pelos meios de comunicação – que o Senador Marcelo Castro sempre expõe de uma maneira muito didática no início –, o senhor pode afirmar para a gente que não acontecia de, depois de o processo estar pronto, o pastor tomar conhecimento e ajudar a liberar o recurso para o determinado município, que foi organizado adequadamente pela empresa?

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Não, eu não tenho conhecimento da atuação desses pastores em nenhuma atuação nossa, que nós tenhamos auxiliado nenhum tipo de município, não. Até porque nenhum dos nossos Prefeitos nunca mencionou os nomes dessas pessoas. Eu só tenho conhecimento dos nomes deles a partir do que foi noticiado pela mídia.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – E como é que o senhor explica... Eu entendi antes que o Município de Rosário, do Maranhão, foi beneficiado – está sendo, assim, negociada a situação – com R$13 milhões. É isso mesmo?

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Isso. O que acontece, Excelência. Não só Rosário, mas todos os municípios... Veja bem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – E, só para completar, é um município, vamos dizer, que contratou o escritório do senhor também? Rosário, do Maranhão, foi dito que contratou o escritório.

Eu penso, assim, R$13 milhões é algo impossível, a não ser que haja alguma interferência nesse sentido, porque sempre são R$200 mil, uma creche, R$1 milhão, R$1,5 milhão, R$2 milhões, mas R$13 milhões foge a qualquer tipo de referência. Por isso que eu achei muito estranho que o senhor tenha mencionado Rosário, do Maranhão, com R$13 milhões. Poderia haver alguma explicação para isso?

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Certo, Excelência. A explicação é a seguinte. Todos os municípios que fazem esse Plano de Ações Articuladas têm que pedir por um plano de quatro anos, é um ciclo de quatro anos. Então, alguns municípios têm três, outros devem ter 50... Enfim, não necessariamente esses municípios serão atendidos. Como eu falei, são R$13 milhões em análise; está em análise pelo FNDE. A partir dessa análise... O FNDE vai criar uma análise a partir do diagnóstico e do planejamento para ver se o Plano Municipal de Educação tem como meta e tem como demanda reprimida essas benfeitorias, que são essas creches e essas escolas que somam esses 13 milhões. Reafirmo: isso aí não é um recurso que... Eu não posso afirmar que vai ser destinado pelo FNDE ou não, se vai ser atendido ou não. Ou seja, o município pede. O município pode pedir 13, pode pedir 50. Agora, há uma condicionante para que se peçam as obras: desde que o município comprove que tenha, primeiro, demanda reprimida para essas localidades e que tenha também documentação completa de terreno. Então, tudo isso é objeto de análise. A partir dessa análise aí desses 13 milhões, pode ser que o FNDE atenda só com uma creche ou com uma escola, porque esse valor aí é quantificado de acordo com o projeto do FNDE. Cada obra, cada projeto tem um valor estipulado.

Deixe-me até verificar aqui, nos valores deles aqui, em especial... Um exemplo aqui: essa obra aqui que tem 200 mil empenhados trata-se de uma creche pré-escolar tipo 2, no valor total de 1,903 milhão, que foi que foi pactuada em 2021. Agora, em 2022, o FNDE já estima o valor de uma unidade escolar de cinco salas de aula: o valor preestabelecido pelo projeto é de 5,55 milhões. Então, o município pediu tão somente duas escolas dessas de cinco salas de aula – duas de 5 milhões somariam um montante de pouco mais de 10 milhões – e mais essa creche tipo 2, de 1,901 milhão, ou seja, são três obras somente que o município pediu. Isso está em análise, está aguardando a análise do FNDE. E, nesse procedimento que está em análise, nada garante que o município vá ser atendido, entendeu?

Então, é uma discricionariedade do município pedir, agora há uma discricionariedade também do ministério de atender. E ele vai atender de acordo com critérios de análise técnica, ou seja, o município pode pedir até 50, pode pedir 100 – ele sabe pedir –, mas vamos ver se vai ser atendido. É isso aí que a gente deixa muito claro nessas questões aqui quando colocam valores muito altos.

E lembrando que esse ciclo aí é de cinco anos, é um plano de trabalho que é desempenhado durante cinco anos, ou seja, passa o mandato, e esse plano ainda tem vigência. Então, esse montante é para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atender a necessidade do município por cinco anos. Então, eu não vejo também que seja um valor também tão alto, mas é um valor que ninguém pode garantir que vá ser atendido a não ser após a análise técnica do FNDE. Desse valor todo, só o que tem empenhado de fato é 200 mil, que é de uma creche pré-escolar. As duas escolas de 5 milhões sequer foram empenhadas.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – É. E esse plano que o senhor está mencionando – eu não tenho acesso aqui – de Rosário, do Maranhão, é o plano de cinco anos. Então, 13 milhões para os cinco anos?

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Exatamente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – É isso?

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Exatamente, Excelência. Exatamente. Ele é o plano de ações articuladas. Esse plano...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Eles não colocaram nada, além das escolas, para ônibus, também robótica, carteiras, mesas, armários? Só construção de escola?

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Ah não, não, não, eles colocaram, deve ter outras ações também, porque eu coloquei, eu só trouxe aqui para esta Comissão, na questão das obras, o que foi indagado na última oitiva do Prefeito de Rosário. Então...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Eu só quero dizer também para o senhor, Sr. Jorge Guilherme, que entendo as explicações, mas eu só quero dizer para a Comissão e para todos os que nos acompanham que eu diria que seria altamente estranho uma liberação R$13 milhões, por mais justiça, por mais necessidade que o município tenha, considerando que todos os municípios do Brasil fazem o PAR, e o PAR é uma dificuldade, como foi relatado aqui, são etapas e mais etapas, e documentos e tudo, e só o fato de estarem em análise, em análise, significa estar se vendo a situação do município. Quando o pessoal liga para o MEC, para o FNDE, procura obter informações sobre o PAR dos municípios, na verdade estão na fila, esquecidos, porque há anos não acontece nada.

Então, estar em análise, analisando-se R$13 milhões só para a construção, quer dizer, R$13 milhões só para a construção – quer dizer, 13 milhões só para a construção, fora as outras ações do MEC –, eu diria que liberar R$13 milhões é impossível, a não ser que haja contatos especiais. Contatos especiais não necessariamente com o ministro, a minha desconfiança é nesse sentido; não com o ministro, mas com funcionários, ou orientados, obviamente, pelos pastores, como foi mencionado; dar um atendimento prioritário, não tem como, não existe como fazer isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu lamento tudo isso porque, quanto mais burocracia, quanto mais dificuldades... Existe um ditado popular que diz: "plante dificuldades para colher facilidades.". Então, como foi mencionado, prefeituras pequenas lá do Norte, municípios que não atendem, que têm até dificuldades de internet... Quer dizer, o poder público tem que chegar a um novo denominador comum, porque senão isso é um facilitador para desvio de finalidade.

Então, eu acho que nós vamos ter que acompanhar bem também, Sr. Presidente, essa questão especificamente do PAR 4, porque, realmente, é impossível, num determinado momento... Quantos habitantes tem Rosário do Maranhão, poderia me dizer, Sr. Jorge?

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Gira em torno de 70 mil habitantes; uns 60, 70 mil habitantes, eu não sei especificamente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência*.) – Setenta mil. Mas isso não querendo dizer que Rosário do Maranhão não mereça; merece, como os outros municípios merecem, porque a gente tem que ter acesso a uma educação de qualidade. Mas, nesses processos todos, eu já, por inúmeras vezes, me manifestei dizendo por que o Prefeito tem que vir a Brasília para pedir uma creche. Quer dizer, tem que vir a Brasília, gastar dinheiro de passagem, de hotel, de documentos e tudo, quando um processo descentralizado atenderia de uma maneira também efetiva, mais barata, mais próxima.

Mas eram as perguntas que eu tinha a fazer. Obrigado ao Sr. Jorge Guilherme também.

O SR. JORGE GUILHERME DA SILVA SOUZA – Excelência, só uma correção.

Sobre essa questão aí do processo estar em análise, o que acontece? Quando o ente sana todas as questões documentais, o sistema já coloca automaticamente em análise. Entendeu? Então, isso aí já é uma questão de automação do sistema, ou seja, no caso das obras mesmo, quando ele coloca a planilha orçamentária, a planta de situação, a planta de localização, documentos do terreno e o estudo de demanda e envia, automaticamente ele já vai para a análise. Entendeu? Então, não há nenhuma interferência de nenhum técnico do FNDE, não. Só para deixar clara essa questão aí.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Bom, agradecendo aqui a colaboração de todos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eu acho que, com a interferência do nobre Senador Flávio Arns, fica patente, nobre Senador, que se precisa fazer um movimento para modificar essa maneira arbitrária, discricionária que o FNDE trabalha com os recursos públicos. Nós vimos vários casos aqui que não se justificam. Um município, quer dizer... Os pastores vão e fazem um encontro num determinado município de um estado brasileiro, aí vão para aquele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encontro os municípios daquela região; aqueles municípios recebem recursos, muitos deles vultosos, às vezes até superior a R$20 milhões de convênios; outra região do mesmo estado ou de um outro estado em que não houve esse encontro, porque não tinham pastores achacando os prefeitos, essas regiões não recebem nada, nenhum recurso. Nós temos milhares de obras inacabadas. Não vão recursos para essas obras inacabadas, vão para obras novas que vão fazer parte, muito provavelmente, desse cemitério de obras inacabadas.

E uma coisa também que chama a atenção – eu gostaria até de ver a opinião do nobre depoente, Sr. Jorge Guilherme – é essa modalidade nova de multiplicação dos pães, de multiplicação dos peixes, que só Jesus Cristo conseguia fazer, mas que o FNDE agora está fazendo. Ele pega um orçamento de 110 milhões e transforma esse orçamento em vários bilhões. Isso é uma coisa completamente esdrúxula, anômala, inadequada. O Sr. Jorge Guilherme aqui relatou como é que o FNDE vai fazer uma obra no município, por hipótese Rosário, uma obra no valor de R$3 milhões ou de R$6 milhões ou de R$8 milhões e empenha 200 mil, empenha 100 mil, empenha 50 mil, empenha 30 mil?

No estado de V. Exa., Senador Flávio Arns, eu vi o caso mais grave de todos que eu consegui levantar: num município do Estado do Paraná, para fazer, se não me falha a memória, uma creche, eles empenharam R$5 mil – um, dois, três, quatro, cinco; R$5 mil. É um absurdo uma coisa dessa. Isso é completamente inaceitável. Isso precisa ter um termo. A maneira que o FNDE lida com recurso público é uma catástrofe. Não pode ser desse jeito.

Nós vimos o caso dos *kits* de robótica. Que coisa mais injustificável! Como é que se vai levar *kits* de robótica para escola, Senador Flávio Arns, que não tem água encanada? Pelo amor de Deus! O FNDE não tem critério nenhum? Bota o dinheiro para onde quiser, para onde lhe vier na telha, sem nenhum compromisso com o regramento que o próprio FNDE tem? Não é possível. O que um *kit* de robótica vai fazer numa sala de aula, numa escola que não tem internet? Como é que esse robô vai funcionar? Que não tem computador! Que não tem água encanada! Não há critério nenhum. O recurso público não pode ser assim. Tem que haver um regramento, tem que haver um critério.

O Senador Esperidião Amin está apresentando uma proposta para a gente modificar esse regramento do FNDE. Eu acho que, desse escândalo todo que está acontecendo, é evidente que alguma providência nós podemos e nós devemos tomar, porque como está eu acho que é uma situação insustentável.

E mais: me parece que, nesses empenhos parciais que eles estão fazendo, que o Estado de São Paulo está chamando de escolas *fakes*, a sorte – digo aqui com ironia – é que o valor é tão irrisório, tão irrisório que não vai dar felizmente para os Prefeitos começarem as obras. Porque já pensou: nós temos 3.665 obras inacabadas, paralisadas no FNDE. No ano passado, foram feitos 2 mil convênios novos. Já pensou uma escola de R$8 milhões ter 200 mil empenhados? Se tivesse empenhados 4 milhões, 3 milhões, 2 milhões, 1 milhão, poderia começar; e seria mais uma obra inacabada, paralisada. A sorte é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que eles estão botando 100 mil, 200 mil, que não dá nem para começar. Graças a Deus. Não começa e não vai causar o prejuízo.

Só que aqueles Prefeitos, se, por acaso, deram propina a esses pastores que foram achacar – como disseram, como os Prefeitos fizeram o depoimento aqui –, perderam o dinheiro, porque qual é a garantia que nós temos que esses recursos vão continuar sendo empenhados? Nenhuma garantia; nem que o próprio Bolsonaro, que é o Presidente atual, fosse reeleito. Não há nenhuma garantia.

O orçamento de 110 milhões do FNDE do ano passado pariu um orçamento de vários bilhões de reais. Isso não existe na administração pública. As pessoas, evidentemente, que fizeram isso precisam ser responsabilizadas, precisam responder pelos seus atos... tresloucados não, por atos adredemente planejados para causar o prejuízo ao Erário, aos recursos públicos. Isso não existe.

Já falei dezenas de vezes aqui nesta Comissão: só se justifica fazer empenhos parciais quando a execução da obra ultrapassa vários exercícios financeiros como, por exemplo, a construção da barragem de Belo Monte, a transposição do Rio São Francisco, a construção do açude de Orós, que foi feito por Juscelino Kubitschek ainda. Então, se uma obra tem uma previsão de ser construída em cinco anos, não é razoável que se exija que todo recurso seja empenhado num exercício só. Você pode empenhar um quinto do recurso até você completar o inteiro e concluir a obra. Mas uma creche de R$2 milhões, de R$3 milhões, uma escola de R$6 milhões, depois de dada a ordem de serviço, não há uma obra dessa aí que uma construtora não possa fazer em seis meses, que não possa fazer em um ano. Não há a menor necessidade de se fazer... Na verdade, esses recursos parciais são um engana-trouxa – eu entendo assim. Eles estão enganando os Prefeitos numa ação política para dizer: vote em mim que eu vou lhe dar aqui R$8 milhões – eu estou citando casos concretos –, eu vou lhe dar um convênio aqui de R$8 milhões e empenha R$200 mil. O Prefeito está sendo feito de besta, de trouxa, porque ele nunca vai ver essa escola construída na sua cidade, mesmo que o atual sistema continuasse, com o mesmo presidente, com o mesmo diretor do FNDE, com o mesmo ministro da saúde. Não há dinheiro para isso. A prova de que não há dinheiro é que as obras estão inacabadas. Quantos Prefeitos, Senador Flávio Arns, há no Brasil que estão com as obras em andamento, que estão com recursos faturados e que não recebem porque o FNDE não tem dinheiro? São centenas de milhares. E as obras não estão andando porque o FNDE não tem dinheiro. Como é que não tem dinheiro para pagar o que deve e está fazendo novos contratos, novos convênios para novas obras?

É claro que isso precisa ter um termo, precisa ter um fim. Eu acho, Senador Randolfe, Senador Flávio Arns, juntamente com o Senador Esperidião Amin, que está trabalhando esse projeto de lei nesse sentido aí, que nós temos que dar essa contribuição ao país e botar um regramento, uma norma mais rígida para que o FNDE não possa fazer essa bagunça que está fazendo.

Passo a palavra a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, só para duas informações complementares de interesse desta Comissão.

Eu recebi a comunicação de que o Ministério da Educação acabou de emitir uma nota, comunicada inclusive pelo Ministro Victor Godoy, de que a pretensa nomeação, que não se concretizou, do Sr. Arilton foi uma indicação do ex-Ministro Milton Ribeiro. Então, um aviso ao Ministro Milton Ribeiro: ele está botando a cabeça dele na forca. Era melhor ele vir prestar esclarecimentos, dar maiores informações, porque já estão... Parece-me que essa nota dá claro, dá como certo que estão jogando somente a responsabilidade para ele. Então, era essa a primeira informação a esta Comissão.

A segunda questão, Presidente, que me chamou a atenção, porque no depoimento aqui do Jorge, a quem mais uma vez quero agradecer, veja, o Jorge integra uma empresa de consultoria, a JG, e nós ouvimos aqui o seu depoimento... Eu reitero o que eu disse anteriormente: quem não tem o que dever não tem o que temer, vem aqui, fala e presta as informações de que esta Comissão necessita. Mas o depoimento do Jorge, e não pelos méritos dele, me fez lembrar o nosso simpático Darwin Einstein. Nós estamos ansiosos para, em algum momento, ouvi-lo, porque há algumas habilidades do Sr. Darwin que estou muito curioso em querer conhecê-las.

Ele tem uma empresa de consultoria, mas a única semelhança com a JG Consultoria, do Jorge, é essa. Veja: por vários depoimentos vindos a esta Comissão – ainda ontem, a Chefe do Cerimonial prestou um depoimento – e, inclusive, por vídeos que nós temos em que o Presidente do FNDE faz referência a ele... Em aeronave da Força Aérea Brasileira, deslocando-se com o Ministro Milton Ribeiro, faz referência a ele como integrante de um – abro aspas – "time *top*", ou seja, à primeira vista, a impressão é a de que ele é um técnico, um consultor do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, um consultor, inclusive, com acesso ao alto escalão do Ministério da Educação, porque, para se deslocar, inclusive, em aeronave da Força Aérea, nos deslocamentos com o Ministro, não é qualquer servidor, é um técnico indispensável. Para ser tido e tratado como integrante de um chamado "time *top*", não é algum qualquer na estrutura. Só que não consta a existência do Sr. Darwin Einstein seja como servidor do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, seja como assessor, enfim em nenhuma dessas circunstâncias. Restaria uma alternativa, a de ele prestar uma consultoria ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Aí é a única semelhança que tem com a JG. Só que também isso não bate, porque ele estaria prestando consultoria para o FNDE, mas nós temos prestação de serviços dele, como consultoria, às prefeituras.

Aí veja: qual é a consultoria ou empresa dele? Nós percebemos que não é uma consultoria. Ao checar o CNPJ, na busca por CNPJ na Receita Federal, nós descobrimos que a empresa da qual ele é sócio – isso já confirmamos –, que é a empresa Nogueira Lima Serviços e Construções – veja! –, não é uma consultoria, mas é uma empresa de serviços de engenharia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, Presidente, veja o que causa mais espanto! Ao buscar a descrição das atividades da Nogueira Lima Serviços e Construções, do Sr. Darwin Einstein, que, segundo o Presidente do FNDE, é um dos integrantes do "time *top*" do FNDE, que se desloca em aeronave da Força Aérea e que presta serviço às prefeituras... Veja só os serviços da Nogueira Lima Serviços e Construções: atividades relacionadas a esgoto, coleta de resíduos não perigosos, coleta de resíduos perigosos, construção de edifícios, construção de rodovias e ferrovias, obras de urbanização em ruas, praças e calçadas, preparação de canteiro e limpeza, perfurações, instalação e manutenção elétrica, obras de acabamento, administração de obras, perfuração – e continua! –, comércio varejista de bebidas, comércio varejista de produtos alimentícios, comércio varejista especializado, comércio de artigos, comércio de outros artigos, consultoria.

Ou seja, eu me imagino conversando com o Sr. Darwin Einstein: o que é que o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – É uma faz-tudo!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O que é o que o senhor faz? O senhor faz construção? "Nós temos." O senhor fornece *kit* robótica? "Nós temos." O senhor presta consultoria? "Nós temos." Faz de tudo!

Esse homem é uma sensação! Ele tem que vir aqui, Presidente! A gente tem que fazer a CPI para ouvi-lo! Eu estou ansioso para ouvir o Sr. Darwin Einstein. Ele é fabuloso! Ele atua no Ministério da Educação! Ele vai, na aeronave do Ministro da Educação Milton Ribeiro, para todo canto! Ele é conhecido, é do "time *top*" do FNDE! Na outra ponta, ele está prestando consultorias às prefeituras, trabalhando junto com as prefeituras. Ele tem uma empresa que faz de tudo! Não é à toa o nome dele, ele é um gênio! A gente tem que ouvir esse homem o quanto antes!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Bom, eu quero mais uma vez aqui agradecer a presença cortês do nosso Jorge Guilherme da Silva Souza, que veio aqui, com o espírito desarmado, prestar todos os esclarecimentos, respondeu, dentro do seu conhecimento, a tudo aquilo que lhe foi questionado, lhe foi perguntado. Está de parabéns a conduta de V. Sa.

E lhe digo aqui: se algum dia eu fosse Prefeito e precisasse de uma empresa de consultoria, eu me sentiria seguro em contratar de V. Sa., porque acho que estaria em boas mãos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A JG já ganhou um *merchandising* de graça aqui nesta Comissão. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Então, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 37 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e cinco minutos do dia onze de maio de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Carlos Viana, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Flávio Arns, Styvenson Valentim, Carlos Portinho, Plínio Valério, Wellington Fagundes, Paulo Paim, Paulo Rocha, Fabiano Contarato e Randolfe Rodrigues, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Rose de Freitas, Dário Berger, Mailza Gomes, Kátia Abreu, Confúcio Moura, Roberto Rocha, Alvaro Dias, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves, Zenaide Maia, Fernando Collor, Cid Gomes e Leila Barros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 24/2022 - CE, de autoria Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Finalidade:** Tomada de depoimento para prestação de informações sobre o aparente beneficiamento indevido na destinação de verbas públicas afetas ao Ministério da Educação e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Participante:** Gabriel Vilar, Diretor de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais do FNDE. **Resultado:** Reunião realizada. Fica adiada a oitiva do Sr. Garigham Amarante Pinto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/05/11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a tomada de depoimento para prestação de informações sobre o aparente beneficiamento indevido na destinação de verbas públicas afetas ao Ministério da Educação e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, em atendimento ao Requerimento de nº 24, de 2022, da Comissão de Educação, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania ou pelo telefone da Ouvidoria.

Participam desta reunião o Sr. Garigham Amarante Pinto, Diretor de Ações Educacionais do Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional (FNDE), por meio de videoconferência, e o Sr. Gabriel Vilar, Diretoria de Gestão Articulação e Projetos Educacionais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), de forma presencial.

Convido o Sr. Gabriel Vilar para tomar assento à mesa.

Dando os agradecimentos ao Sr. Gabriel por ter aceito o nosso convite, faço aqui a observação de que ele não estava obrigado a vir, foi um convite que foi feito. A Comissão de Educação não tem meios para convocar a não ser Ministro e, por isso mesmo, queremos dar esse crédito ao Sr. Gabriel por ter comparecido, ao tempo em que fazemos o agradecimento para prestar os esclarecimentos desses fatos que estão sendo vinculados por toda a imprensa nacional.

Vou passar a palavra ao Sr. Gabriel, que, pelo que informa a assessoria...

Pois não, Senador Omar?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Senador Marcelo, primeiro cumprimento todos na Comissão e cumprimento os convidados. Eu vou ter uma outra reunião agora e eu vou ter que sair, mas volto, mas eu queria sugerir a V. Exa. que convocasse o Ministro da CGU.

É importante, Senador Marcelo Castro, que a gente tenha conhecimento de quais são as providências que a CGU vem tomando em relação ao que está acontecendo hoje dentro do Ministério da Educação, principalmente, fatos que V. Exa. traz a público de obras em que não estão sendo empenhados nem 2% do valor da obra. É um negócio em que o Tribunal de Contas, lógico, vai agir no momento certo, quando chegar, mas quem tem que estar de olho nisso é a Controladoria-Geral da União, que precisava vir aqui explicar para esta Casa e esta Comissão e, diga-se de passagem, V. Exa. está fazendo um trabalho esclarecedor à população, em uma área em que nós temos uma carência enorme, principalmente em regiões mais afastadas. Não é diferente o que está acontecendo no Piauí do que acontece no Amazonas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em outros estados: a pessoa está anunciando dez escolas no município e está colocando lá 20 mil reais, 30 mil reais de empenho, como se fosse fazer. Primeiro, que você tem que empenhar uma obra, você não empenha um pouco.

Então, o Ministério da Educação muda inclusive leis; muda a segurança de uma pessoa que participa de uma licitação e coloca o Prefeito numa situação muito difícil. Vários Prefeitos do meu estado já foram condenados, Senador Marcelo, porque se dá um valor... "Olha, tem 500 mil para fazer um ginásio." Só que 500 mil não dá para fazer o ginásio. Aí o cara começa a obra, não termina a obra, dá problema e, depois, ele fica o resto da vida respondendo no Tribunal de Contas da União, no Tribunal de Contas do Estado, é execrado da vida pública e sai como bandido, quando, na verdade, muitas vezes, ele, na boa-fé, por falta de técnicos para orientá-lo ou coisa parecida, ele entra nessa.

Mas isso não acontece dentro do Ministério da Educação. O Ministério da Educação tem uma equipe técnica que analisa. Tem emendas minhas, para o senhor ter uma ideia, que estão lá há três anos, desde 2019, analisadas, e até hoje não foi liberado um real. Na educação. Eu não entro nem no detalhe, não vou nem falar que pode ser questão política ou não, mas eu não entro nisso. Eu sempre acredito na boa-fé dos homens. Até me provarem o contrário, todo mundo tem boa-fé na função que está exercendo.

Então, eu acho, Senador Randolfe, que era importante o Ministro da CGU, que, aliás, esteve com a gente, e ele é o Controlador-Geral da União, ele tem a obrigação de saber o que está se passando dentro do Ministério da Educação... Não é favor, não. Não é favor. Você vê hoje que você tem a AGU que é um... A Advocacia-Geral da União, hoje, defende o Presidente da República. É um advogado do Bolsonaro. A AGU, hoje... O Presidente Bolsonaro não precisa pagar advogado; ele já tem um advogado, que é o da AGU, da pessoa física do Bolsonaro. Ele não é do Presidente da República, mas do Bolsonaro.

Então, eu creio, Senador Marcelo Castro, no trabalho de V. Exa. Eu não sei se já há esse pedido feito por alguém, mas eu acho que a Controladoria-Geral da União teria que vir aqui dar explicações sobre esses três anos e pouco já de administração no Ministério da Educação.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente, para conciliar.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Muito obrigado, Senador Marcelo Castro.

Eu ouvi atentamente o Senador Omar Aziz. Embora haja uma pequena divergência do ponto de vista técnico, de gestão, acho que exatamente o comparecimento da CGU aqui é importante, não só para este assunto, mas para outros, que dizem respeito até aos nossos convidados. Eu só iria buscar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conciliação, Senador Omar, para, num primeiro momento, fazer o convite, um convite, não convocação. Estou de pleno acordo.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Veja bem: se ele se oferecer para vir, melhor ainda. Agora, a Comissão aqui pode fazer o convite. Caso ele não venha, tem que convocar, até porque ele tem que esclarecer ao Senado Federal e aos brasileiros o que está acontecendo, o que a CGU, quais foram as providências tomadas em relação a vários deslizes que houve dentro do Ministério da Educação. Alguém tem que esclarecer isso para a gente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Bom, sem dúvida, é um assunto para a gente debater e tomar a decisão.

Eu vou conceder a palavra ao Sr. Gabriel, pelo prazo de 15 minutos, dizendo, antecipadamente, que nós seremos tolerantes. Se houver necessidade de maior esclarecimento, V. Sa. sinta-se à vontade.

Eu soube que V. Sa. quer fazer uma apresentação. Fique à vontade então.

Pode iniciar com a palavra V. Sa.

O SR. GABRIEL VILAR (Para expor.) – Bom dia a todos!

Eu queria cumprimentar e agradecer pelo convite dos nobres Senadores e do nosso Presidente Marcelo Castro, agradecer o convite na pessoa do Senador Randolfe Rodrigues, a quem eu cumprimento, cumprimentar o Líder Carlos Portinho e o Senador Izalci, que estão aqui presentes, e os demais Senadores que, por acaso, possam estar presentes de maneira remota também.

Senador Marcelo Castro, Senador Izalci, eu queria iniciar a minha fala trazendo um pouco do meu currículo se os senhores me permitirem.

Eu tenho 27 anos e estou no Governo Federal há um pouco de tempo. Eu sou graduado em Ciência Política, comecei minha carreira lá em 2013, no Ministério da Cultura, com a Ministra Marta Suplicy, passei também pelo Ministro Juca, passei pela Presidência da República, trabalhei com os Ministros da Justiça Eugênio Aragão e Alexandre de Moraes e, após convite do Ministro Mendonça Filho à época, lá em 2016, fui para a Educação e, em 2019, recebi o convite do então ministro, um convite técnico, para assumir a Diretoria de Gestão do FNDE.

Prometo, Senador, que serei rápido, não tomarei o tempo dos senhores para que a gente possa, de fato, seguir com os questionamentos técnicos.

Senadores, eu queria primeiro trazer para os senhores um pouco do histórico do FNDE.

Como funcionam os repasses de recursos para os municípios no FNDE? Bom, lá em 2007, o FNDE sistematizou várias ações articuladas buscando uma educação de boa qualidade para todos. Em conjunto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com o Plano de Desenvolvimento da Educação, Senador, em 2007, foi criado o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e, então, foi criado o PAR, que é o Plano de Ações Articuladas.

O PAR – eu acho que os senhores já sabem – é um ciclo plurianual onde os municípios, através das suas secretarias de educação, colocam as suas demandas de maneira plurianual. Então, lá em 2007, foi feito o primeiro ciclo do PAR, Senador, que foi de 2007 a 2011. Atualmente nós estamos no quarto ciclo do PAR, e o PAR é formado por quatro dimensões: a primeira, gestão educacional; a segunda, formação de professores e dos profissionais de serviço e apoio escolar; a terceira, práticas pedagógicas e avaliação; e a quarta, infraestrutura física e recursos pedagógicos.

Só lembro para os senhores, Senadores, que o FNDE é um pouco diferente dos outros órgãos que utilizam a Plataforma +Brasil, por exemplo. Na plataforma, os ministérios abrem um programa e o município cadastra uma proposta. O FNDE, não: através do seu comitê gestor, ele aprova iniciativas preexistentes, como se fosse um cardápio de opções, para que os municípios façam propostas em cima desse cardápio de opções. É ali que o município coloca o mobiliário, é ali que ele coloca um utensílio de cozinha, um instrumento musical, um ônibus escolar e, nesse ciclo, outras 28 iniciativas preexistentes.

É importante ressaltar, Senador, que o FNDE trabalha diariamente com os órgãos de controle. No quarto ciclo do PAR, nós trouxemos, a pedido do TCU, a Plataforma +PNE, que é, após a aprovação do Plano Nacional de Educação, como é que está de fato a execução e a implementação do Plano Municipal de Educação em cada município.

Só para os senhores terem noção: o município não consegue pedir recursos ao FNDE se ele não tiver finalizado anteriormente o Plano Nacional de Educação, as informações ao FNDE e também uma etapa que nós chamamos de Diagnóstico. O que é o Diagnóstico? É onde ele diz como está a situação das suas escolas, a situação da sua infraestrutura escolar e, de fato, do que ele vai precisar para o seu planejamento. Então, só para os senhores saberem: em 2022, Senadores, no quarto ciclo do PAR, nós temos hoje 564 municípios – eu posso mandar a lista para os senhores depois – que ainda não estão podendo receber recursos do FNDE por não finalizarem essas etapas preliminares.

Bom, dando continuidade, Senador, eu trouxe aqui um dado público de quantas obras hoje nós temos no sistema. O PAR, Plano de Ações Articuladas, é manuseado através do Simec.

Então, hoje nós temos um sistema, Senadores, de 29.910 obras, das quais: 16.397 obras foram concluídas; 3.002 obras estão em andamento, Senador Randolfe; 773 obras estão em processo de licitação; 2.581 obras estão inacabadas. Um pouco mais à frente eu falo sobre essas obras, Senador.

E, aqui, preciso ressaltar aos senhores: o que é uma obra inacabada? Uma obra inacabada é quando o instrumento entre o município e o FNDE está vencido e não existe uma legislação que permita que nós retomemos a execução dessa obra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existem também 1.081 obras paralisadas. O que é uma obra paralisada? Aqui, a gente precisa separar o conceito de inacabada para paralisada. Uma obra paralisada é quando há um instrumento entre o município e o FNDE, mas não há um instrumento provavelmente entre o município e a empresa que estava em execução, então houve um distrato. Então, o município informa ao FNDE que paralisou essa obra, Senador Marcelo Castro, e nós aguardamos a tomada de providência, por parte do município, para que ele volte essa obra à execução.

Eu queria cumprimentar, aqui, o nosso Ministro João Roma, agradeço a presença.

E também existem mais 6.076 obras canceladas. Mais para frente eu falo um pouquinho sobre elas também, Senador.

Muito tem se falado sobre o que o FNDE tem feito para que não haja mais obras inacabadas no Brasil, e aqui eu preciso trazer para os senhores que, desde 2018, como eu disse anteriormente, não existem legislações que permitam que o FNDE tragam essas obras de fato à execução novamente. Então, desde 2018 o FNDE tem publicado resoluções aprovadas pelo Comitê Gestor do FNDE e do PAR, do qual o Ministro é o Presidente, os Secretários do MEC são membros e o Presidente do FNDE, e, através dessas resoluções, nós criamos possibilidades – quero cumprimentar o Senador Styvenson também: bom dia, Senador! –, Senador Marcelo, de o município ter essa obra repactuada. Senadores, lembro que, para ter essa obra repactuada, ele precisa solicitar ao FNDE, um pouco mais à frente eu falo sobre isso para os senhores, e também precisa apresentar documentações mínimas.

Trago aqui ao detalhe a última resolução que publicamos ano passado, em setembro de 2021, que vigorou até 30 de dezembro de 2021, último prazo de possibilidade de uma repactuação. Nós pedimos: obras com execução acima de 20%, documento de propriedade do terreno, declaração da possibilidade de consecução da obra e declaração de funcionamento. Por que, Senadores? Isso, inclusive, foi um pedido do Ministro Victor, à época, porque os senhores sabem que hoje a grande dificuldade que nós temos no país é, ao se concluir uma obra, não haver custeio para aquela obra. Então, quando nós pedimos para o município: "Município, você quer fazer a repactuação? Então você tem que falar para mim também que vai ter recurso na sua fonte para que você mantenha o custeio daquela obra quando for concluída". Desde 2018, Senador, nós trabalhamos para que haja oportunidade de que os municípios tenham a possibilidade de fazer a repactuação.

Trazendo números para os senhores, só em números nós temos hoje as 2.581 obras. Eu trago esse eslaide para os senhores. Desculpa, Senador Marcelo, não sei se os Senadores estão com a apresentação, perdoem-me por isso. Mas nós temos obras de 2007 inclusive até hoje em municípios, ou seja, Senadores, nós temos hoje, 15 anos depois, obras que ainda não foram concluídas. E a gestão vem trabalhando, vem se modernizando para que a gente possa tentar juntos concluir essas obras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu trago aqui outro detalhe para os senhores sobre os pagamentos dessas obras inacabadas, o que acho que é muito importante.

Senador Marcelo, hoje nós temos, do rol de 2.581 obras, 352 obras – e aqui eu trago detalhes para os senhores – que, às vezes, nem se iniciaram. Nós temos casos de obras que não foram iniciadas, mas às quais, à época, foi pago 100% do recurso.

Um dos detalhes por que o FNDE não permite a repactuação hoje são as obras de que já tenham sido pagos os 100% do recurso, porque eu não vou pagar duas vezes pelo mesmo serviço e não tenho o saldo em conta. Então, em relação a essas 352 obras, mesmo que o município queira, ele não poderá ter a possibilidade de repactuar. Mais para a frente, eu falo um pouco sobre isso também.

As outras 481 obras, Senadores, nós já pagamos entre 71% e 99% dos recursos pactuados àquela época. Os senhores observem que, a 32% dessas obras, nós já pagamos mais da metade do recurso.

Então, a gente tem trabalhado em conjunto com os municípios, para que a gente crie alternativas também, com base nesses pagamentos que já foram feitos, Senador, para que essas obras não fiquem inacabadas. Como eu disse para os senhores, são 2.581 obras inacabadas, e, com base em todas as resoluções publicadas, nós temos 1.587 obras cujos municípios procuraram o FNDE para que houvesse uma repactuação, e existem outras 994 obras cuja repactuação não foi solicitada.

Senadores, eu brinco com os gestores que eu atendo, dizendo que os órgãos de controle falam o seguinte para o FNDE: "Gestor, nós temos hoje duas possibilidades e somos bem claros quanto a isso, para essas 994: infelizmente, ou você devolve o recurso para o FNDE – lembrando que o recurso devolvido não vem para a conta do FNDE, mas volta para a conta do Tesouro, corrigido, acho que os senhores sabem desse trâmite –; ou você conclui com recurso próprio". Infelizmente, em relação a essas 994 obras, enquanto não houver uma nova resolução ou alguma legislação que permita, o FNDE não poderá hoje fazer nada, a não ser orientar que o município conclua ou devolva o recurso. Eu acho que é importante ressaltar isso. (*Pausa.*)

Pronto.

Aqui eu trago dados para os senhores.

Das 1.587 obras cujos municípios já nos procuraram para que houvesse a repactuação, Senador Marcelo, nós já indeferimos 743 solicitações.

E por que o FNDE indefere uma solicitação? Senador, eu trouxe anteriormente para os senhores as documentações mínimas que são exigidas. Muitos municípios – e eu vou trazer um pouco mais para a frente dados para os senhores – não possuem ainda a dominialidade desses terrenos onde estão essas obras. Para outras, como eu disse, já houve o pagamento de 100% da obra, não tem saldo em conta ou, às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vezes, não tem 20% de execução. Então, todos os detalhes das resoluções, nós utilizamos aqui para indeferir.

Nós deferimos – ou seja, repactuamos obras inacabadas que se tornaram em execução novamente – outras 214 obras; 291 obras foram analisadas e diligenciadas para que os municípios apresentassem a documentação necessária ou faltante; e outras 339 obras estão sendo analisadas enquanto nós estamos conversando aqui – a minha equipe já tem analisado outras obras também.

Eu trago aqui para os senhores os anos em que foram feitas essas repactuações: em 2019, foram feitas 35 repactuações; em 2020, foram feitas, naquele momento, 56 repactuações; em 2021, 53 repactuações; e, em 2022, até o presente momento, nós já repactuamos, ou seja, já tiramos de inacabada e já tornamos em execução novamente, outras 70 obras.

Um outro detalhe que eu acho que deve ter chamado a atenção dos senhores na apresentação foi a quantidade de obras canceladas que o FNDE possui. Se os senhores observarem, nós temos muitas obras canceladas ali, principalmente a partir de 2018. Em 2018 há um número bem chamativo: 2.441 obras.

Por que isso, Senadores? Essas obras, quase todas, são oriundas do PAC. Então, na época, Senador Marcelo, o Comitê Gestor do PAC ficava atrelado ao Ministério da Economia, e as obras cujas execuções não tinham se iniciado o Comitê Gestor do PAC solicitou que fossem todas canceladas. O FNDE, atendendo à decisão do Comitê Gestor do PAC, à época vinculado ao Ministério do Planejamento, atendeu à solicitação.

Lembrando que as obras não são canceladas somente por falta de execução, são canceladas também porque, às vezes, o próprio município fala para o FNDE que não quer mais aquela obra – existem casos como esse também, Senador. Então, por isso que existem tantas obras.

Se os senhores repararem, no próximo eslaide eu falo um pouco mais sobre isso, nas 6 mil obras, foi pactuado um valor de R$5 bilhões, Senador Marcelo, e o FNDE chegou a pagar R$893 milhões nessas obras. O que acontece? Esses valores precisam ser restituídos ao erário. Lembrando, mais uma vez, que o valor, infelizmente, não volta à educação, ele volta para o caixa do Tesouro Nacional. O FNDE, desde 2017, tem trabalhado em conjunto com estados e municípios para que a gente possa retomar esses valores. Já foram devolvidos R$222 milhões até o momento, e nós continuamos trabalhando para que haja novas devoluções.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GABRIEL VILAR – Senadores, a nossa preocupação é sempre aquela: há obras canceladas ou de outros *status* de cujos municípios a gente vai atrás, mas o dinheiro não está em conta. Existem casos como esse também, e, nesses casos, Senador Randolfe, a gente tem contado com o apoio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos órgãos de controle, Ministério Público, TCU, CGU e todos os outros órgãos, para que a gente possa, de fato, judicializar até contra gestores para que possa haver a devolução ao erário de forma definitiva.

Senadores, aqui eu quero trazer um penúltimo ponto, Senador Marcelo, sobre a maturidade que a gestão do FNDE vem tendo nos últimos anos, principalmente, Senador Marcelo, em relação às análises documentais.

À época foram aprovadas várias obras – eu acho que os senhores já viram – com uma declaração do Prefeito. O FNDE fornece o projeto estrutural, acho que é importante ressaltar isso, e o município só deveria apresentar para nós, FNDE, além do projeto executivo, a locação do terreno – do projeto FNDE no terreno – e o documento de propriedade.

À época, Senador, foram aceitas várias obras nas quais os municípios apresentavam apenas uma declaração do gestor: "Olha, FNDE, até o final da prestação de contas, nós, os municípios, iremos apresentar o documento de propriedade para vocês". Tudo bem.

O que eu quero mostrar para os senhores em relação à maturidade que a gestão teve nessa evolução anual, inclusive com o apoio dos órgãos de controle? Agora nós estamos fazendo a prestação de contas dessas obras e nós já reprovamos – ou seja, glosamos 100% do recurso, já pedimos 100% de devolução – 558 obras até o momento. Nós só não conseguimos analisar até agora 1.602 obras, Senador.

Então, o senhor imagine, eu já pedi R$348 milhões de volta para o caixa. De novo: não volta para o FNDE, volta para o caixa do Tesouro Nacional!

Há de se notar que o FNDE hoje não libera nenhuma obra definitiva sem que haja uma documentação mínima: uma documentação de propriedade e uma exigência, com base no censo do Inep, do mínimo de alunos que aquela região pode atender. Então, há uma maturidade, sim, em relação às análises feitas pelo FNDE. Esse número mostra que o FNDE vem cobrando o que foi liberado naquela época e os municípios, infelizmente, não têm conseguido comprovar, a dominialidade desses terrenos.

Só para finalizar, Senadores, e não tomar mais o tempo dos senhores para ouvir os questionamentos necessários, eu acho que nas últimas semanas foi falado que o FNDE nunca tinha ido à ponta realizar eventos com os municípios. Aqui eu trago dados que eu consegui no FNDE com os servidores de que, desde 2016, nós atendemos mais de 12.071 municípios, com vários atendimentos *in loco.*

Aqui, eu queria saudar o Senador Flávio Arns – acho que ele está de maneira remota –, que disse, na última semana, que considera que todo município tem que ter dois técnicos, pelo menos, para que capacitem as suas equipes. Aqui no FNDE, Senador Flávio Arns, se o senhor estiver nos ouvindo, nós pedimos, quando um município cadastra os seus técnicos, pelo menos três técnicos, para que seja transmitido esse conhecimento para toda a equipe dos municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eventos como esse servem para capacitar e auxiliar, porque a lei do PAR é bem clara, a lei do FNDE é bem clara: o FNDE não prestará somente assistência financeira, prestará, também, assistência técnica. Então, quando o FNDE realiza esse tipo de atendimento, também presta assistência técnica.

Para finalizar, com dados que não estão no eslaide, Senador Marcelo, existem também outras formas como o FNDE realiza a sua assistência técnica. Por exemplo, quero trazer para os senhores os dados do PAR Fale Conosco. O PAR Fale Conosco é um sistema pelo qual o município entra em contato com o FNDE, é como se fosse um *e-mail*. Desde 2019, o FNDE, só através da Digap, já respondeu a mais de 187 mil demandas, através do PAR Fale Conosco.

Quero ressaltar aos senhores também sobre as obras inacabadas. Desde 2020, o FNDE tem feito encontros com os municípios – de forma virtual por conta da pandemia do covid – e tem se colocado à disposição deles para que o FNDE os apoie na elaboração dos documentos para que essas obras voltem à repactuação. Somente encontros como esses foram feitos com mais de 700 municípios, Senador Marcelo.

Queria agradecer, mais uma vez, o convite da Comissão. Senador Randolfe, obrigado pelo convite! Senador Marcelo Castro, obrigado pela oportunidade!

Coloco-me à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que os senhores queiram apresentar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradeço ao Sr. Gabriel, que fez sua explanação inicial.

Vamos passar, agora, à fase dos questionamentos.

Passo a palavra ao nobre Senador Randolfe Rodrigues, que é o autor do requerimento de convite feito ao Sr. Gabriel Vilar, Diretor de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais do FNDE.

Com a palavra o nobre Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente, Gabriel, todos os ouvintes.

Primeiramente, Sr. Gabriel, quero registrar os agradecimentos desta Comissão por sua disposição de atender o convite. Não era obrigação sua; o senhor não estava vinculado ao convite. E reitero sempre que isso contrasta com a disposição de muitos outros personagens nessa história que não se dispuseram a comparecer. Então, inaugurando isso, esta Comissão tem procurado, Sr. Gabriel, esclarecer o que veio à lume, o que veio ao conhecimento de toda a sociedade brasileira a partir da atuação de dois senhores no âmbito do Ministério da Educação: o Sr. Gilmar Santos e o Sr. Arilton Moura. A partir, inclusive, da atuação desses senhores é que várias outras notícias vieram à tona sobre supostas irregularidades no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

âmbito da gestão não só do Ministério da Educação, mas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Eu queria iniciar, perguntando sobre isso. Até agora, nós temos vários depoimentos nesta Comissão, muitos prestados por Prefeitos, que denunciaram e falaram que esses senhores, o Sr. Arilton e o Sr. Gilmar, se portavam, na política da educação, possuindo influência e poder de decisão na escolha de quais municípios seriam beneficiados e atendidos com recursos do FNDE. Nos eventos, até com a presença dos Prefeitos, participavam, sempre, o ex-Ministro Milton Ribeiro e temos registro da presença de V. Exa.

Então, eu queria iniciar, perguntando: o senhor conhece ambos? Tem notícia? Se os conhece, como os conheceu? Tem conhecimento, notícia da atuação desses senhores no âmbito do MEC, do FNDE? Tem conhecimento de que eles tinham algum tipo de representação institucional do FNDE, do MEC? Qual o papel que eles vinham a cumprir no âmbito desses eventos?

Nesse contexto, só para nós nos atermos ao núcleo relacionado ao Sr. Arilton e ao Sr. Gilmar, como o senhor também descreveu na apresentação inicial, o senhor é responsável por cuidar do PAR, especificamente. O PAR é o... (*Pausa.*)

Obrigado.

Melhorou agora? (*Risos.*)

Sensivelmente.

Não sei se... Acho que, para todos ouvirem, eu vou refazer as perguntas.

Eu tinha iniciado saudando e agradecendo, tal qual o Presidente Marcelo Castro, a presença do Sr. Gabriel, algo que contrasta com a ausência de outros que também foram convidados a esta Comissão.

O Sr. Gabriel, reitero, não estava vinculado ao convite, mas a participação é uma faculdade da parte dele. Eu sempre, assim como o Presidente, faço questão de ressaltar isso e agradecer, porque demonstra disposição para aqui prestar esclarecimento.

Então, retornando, reiterando o roteiro que estava aqui apresentando. Esta Comissão iniciou esta investigação a partir das notícias de que se teve conhecimento da atuação do Sr. Gilmar Santos e do Sr. Arilton Moura que, de acordo com depoimentos prestados no âmbito desta Comissão, sobretudo por parte de Prefeitos, tinham ampla influência no âmbito do Ministério da Educação e, sobretudo, no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Tem notícia de que, em vários eventos, participavam... Aliás, tem notícia, tem registro de que, nos eventos, com a presença do Ministro Milton Ribeiro, tinha a participação dos Srs. Gilmar Santos e Arilton

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Moura, inclusive participando e, de acordo com vários testemunhos aqui, fazendo a intermediação de recursos.

Nesse sentido, as perguntas que fiz para o Sr. Gabriel – eu quero reiterá-las – são as seguintes: 1) se o senhor conhece esses senhores, o Sr. Gilmar Santos e o Sr. Arilton; 2) se conhece, exatamente como os conheceu; 3) se conhece ou os conheceu, se tem conhecimento da atuação de ambos no âmbito do Ministério da Educação; 4) se eles representavam, eles atuavam no âmbito dos eventos do Ministério da Educação, compondo os dispositivos de honra, como representantes de que, de quem; 5) e qual o papel institucional que tinham, visto que, em vários eventos, foi presenciada e testemunhada por Prefeitos, tinha a presença deles sempre nos dispositivos de honra dos eventos e, segundo o testemunho nesta Comissão de vários Prefeitos, tinha o papel deles na intermediação. Então, qual era o papel, afinal de contas, do Sr. Gilmar Santos e do Sr. Arilton Moura?

Eu também indaguei... O Sr. Gabriel é responsável pelo PAR. Ele, inclusive, acaba de reiterar isso aqui na apresentação. Então, obviamente – e me corrija se eu estiver errado –, a sua responsabilidade no PAR é a de indicação dos recursos que são liberados e são desembolsados por parte dos municípios.

O senhor, diante disso, já chegou a receber alguma influência dos Srs. Gilmar e Arilton para que os municípios com os quais eles atuavam, em uma ação escancarada de tráfico de influência, tivessem priorizada a liberação de recursos?

Enfim, eu acho que sobre o Sr. Arilton e sobre o Sr. Gilmar são essas as perguntas iniciais que eu considero importantes. Eu não sei se o senhor pegou todas elas. Eu tenho um segundo núcleo de perguntas, mas eu acho que vamos começar com esses esclarecimentos sobre a atuação desses senhores no âmbito do Ministério da Educação e do FNDE.

O SR. GABRIEL VILAR (Para expor.) – Bom, obrigado, Senador. Quero agradecer mais uma vez o convite e colocar a equipe do FNDE, a equipe da Digap à disposição da Comissão de Educação, Senador Marcelo Castro, para, sempre que houver necessidade, a gente vir debater a política pública com os senhores, não só em momentos de crise como este. Então, já nos colocamos à disposição para atender os senhores sempre que preciso.

Senador Randolfe, primeiro, é um prazer mais uma vez. Não conheço os Pastores Gilmar e Arilton. Creio que a interlocução deles, se eu não me engano, era toda com o Ministro.

O senhor fez uma pergunta, quando o microfone estava desligado, sobre as viagens. Então, faço questão de responder-lhe aqui também, com o microfone ligado. Eu não participei de nenhum evento no qual estavam presentes os pastores. E digo ao senhor: eu participei com o Ministro Milton – eu não tinha uma relação próxima a ele; não despachava diariamente com ele – de duas viagens, se eu não me engano: uma ao Piauí, em Teresina; e outra para o Goiás. Foram as únicas duas viagens para as quais eu fui convidado a participar tecnicamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Os Srs. Gilmar e Arilton não se encontravam...

O SR. GABRIEL VILAR – Não, não, não lembro... Eu tenho quase certeza de que eles não estavam presentes nessas agendas.

Bom, o senhor me perguntou se eu os conheço. Não os conheço. Como não os conheço, então, eu não posso falar sobre isso.

A atuação deles eu desconheço, porque não era através de mim.

A composição deles, no núcleo dos eventos, Senador Randolfe, eu desconheço também. Eu acho que era responsabilidade do Cerimonial da época do Ministro e eu acho que a Vanessa veio à Comissão e falou brilhantemente de tudo que foi feito em relação à composição de eventos e tudo mais.

Indicação e influência, Senador, eu nunca recebi influência de nenhum pastor ou de qualquer pessoa que fosse para quaisquer indicações de recursos. A nossa diretoria é uma diretoria técnica, eu cheguei ao FNDE de maneira técnica, e a gente tem trabalhado de maneira técnica para que todos os municípios possam receber recursos mediante as indicações existentes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor está no FNDE desde quando?

O SR. GABRIEL VILAR – Fui nomeado, Senador Randolfe, se eu não me engano, no dia 24 de dezembro de 2019, e tomei posse em janeiro de 2020.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A gestão era do Ministro...

O SR. GABRIEL VILAR – Se eu não me engano, do Ministro Abraham.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Do Ministro Abraham Weintraub.

O SR. GABRIEL VILAR – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, após o Ministro Weintraub assumiu...

O SR. GABRIEL VILAR – Assumiu, se eu não me engano, o Ministro Decotelli, que ficou por algumas horas, e depois o Ministro Milton, e agora o Ministro Victor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A partir da ascensão do Ministro Milton Ribeiro, em nenhum momento o senhor chegou a perceber a atuação desses senhores, chegou a diagnosticar, a encontrar, a saber, a ter conhecimento sobre a atuação destes, sobre o comparecimento deles no âmbito do Ministério da Educação?

Bom, o senhor, enfim, é vinculado ao FNDE...

O SR. GABRIEL VILAR – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... ao Presidente do FNDE, mas o senhor tem a responsabilidade sobre o PAR. Eu imagino que despacho do Presidente do FNDE com o Ministro da Educação deve ocorrer e, em vários desses despachos, imagino – e não é incomum, não tem nada de errado nisso –, o senhor deve participar.

No âmbito do gabinete do Ministério da Educação, em algum momento, chegou a acompanhar ou presenciar a atuação desses senhores, porque nós temos vídeos e temos um vasto material que indica, inclusive, em alguns encontros, no caso, o Sr. Gilmar noticiando que o Ministro vai estar presente a um evento e noticiando que, nesses eventos, vai ter a liberação de recursos.

Não é do seu conhecimento?

O SR. GABRIEL VILAR – Senador, por mais comum que pareça um despacho entre o Ministro, o Presidente e um diretor, eu não era convidado para fazer despachos com o Ministro. Eu acho que, até mesmo na agenda oficial, eu fiz um despacho ou dois com o Ministro e, enfim, sobre outros assuntos, que não sobre liberações de recursos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Avançando, o senhor, então, já destacou que não conhece nem o Sr. Arilton, nem o Sr. Gilmar...

O SR. GABRIEL VILAR – Só para... Desculpe, Senador, perdão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não, fiquei à vontade.

O SR. GABRIEL VILAR – Mesmo a nossa diretoria sendo a que cuida do PAR, nós, digo novamente, fazemos o critério técnico. Então, mesmo que venha uma demanda do Ministro, o nosso critério é técnico. E desconheço até o momento o Ministro ter falado até mesmo para o Marcelo – porque o Marcelo, Presidente, não falou nada para mim – que fosse qualquer demanda em relação a pastores ou a qualquer outra que não fosse um Parlamentar ou Prefeitos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor já destacou aqui que não conhece nem o Sr. Arilton e nem o Sr. Gilmar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Sra. Nely Carneiro da Veiga Jardim, o senhor a conhece? Ela já esteve em algum tipo de reunião no FNDE?

O SR. GABRIEL VILAR – Senador, eu só soube da existência da Sra. Nely após o noticiado de fatos via imprensa, mas não lembro de a ter conhecido, quase certeza que não. Não, acho que nunca estive com ela.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nos processos de licitação do FNDE, qual a sua responsabilidade?

O SR. GABRIEL VILAR – Em quais licitações, Senador? Me perdoe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, em todas as licitações.

O SR. GABRIEL VILAR – A minha diretoria não cuida de nenhum processo licitatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só da liberação dos recursos...

O SR. GABRIEL VILAR – Do PAR.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... do PAR.

O SR. GABRIEL VILAR – Isso. A minha diretoria não...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não acompanha nenhum processo licitatório.

O SR. GABRIEL VILAR – Nós somos área demandante também, mas não acompanhamos nenhum processo de licitação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E, por óbvio, também não participa dos processos licitatórios? Não está entre....

O SR. GABRIEL VILAR – Não, não é minha diretoria a responsável por acompanhar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – .... suas responsabilidades.

O SR. GABRIEL VILAR – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor conhece o Sr. Darwin Lima?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GABRIEL VILAR – Conheço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Qual a relação dele no âmbito do FNDE? Qual a relação dele? Qual o escopo do contrato do Sr. Darwin com o FNDE? Enfim, qual o tipo de relação.

O Sr. Darwin, também quero lembrar, foi convidado a esta Comissão, e não compareceu – e aqui o contraste mais uma vez, ao contrário do senhor. Ele é um personagem especial sobre cuja atuação, sobre cujo papel que cumpre nós da Comissão queremos ter maiores conhecimentos.

Qual a atuação dele no âmbito do FNDE?

O SR. GABRIEL VILAR – Senador, primeiro, ele era um consultor, e eu acho que é importante ressaltar como os consultores são contratados no FNDE: não há indicação dessas pessoas para serem contratadas. Todo consultor – somente na minha diretoria são 74 consultores hoje – é contratado através de processos seletivos, em parceria entre o FNDE e organismos internacionais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Desculpe, Gabriel.

Ele é consultor. Explique para nós como um consultor é contratado.

O SR. GABRIEL VILAR – Claro. Eu posso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – No caso específico do Darwin, se V. Sa. tiver o contrato dele com o FNDE, poderia disponibilizar para esta Comissão?

O SR. GABRIEL VILAR – É claro, com certeza. Disponibilizarei. Não tem problema. Não o contrato dele, Senador; eu disponibilizarei todo o processo licitatório – do que não for vedado – para a Comissão, sem problema algum, posteriormente.

Bom, o processo de contratação de consultor é feito da seguinte forma: a diretoria descreve o perfil de que ela precisa... Acho que é importante ressaltar que o FNDE não possui servidores engenheiros. Possuía até a última semana: o FNDE possuía 12 engenheiros como contratos temporários da União, e os contratos dos 12, Senador Marcelo, se encerraram. Então, os consultores nos ajudam com a mão de obra do FNDE. O senhor imagine: nós temos 26 mil obras hoje no sistema, então a mão de obra de que o FNDE precisa hoje é extensa.

Bom, dando continuidade: o FNDE, com algum organismo internacional parceiro, divulga essa seleção que foi aberta em jornais de grande noticiário, de grande rodagem, e através do seu *site*. As pessoas que se interessam pela vaga fazem a inscrição nesses processos seletivos. É feita a seleção por currículo e a posterior entrevista, lembrando que nessa entrevista participam servidores do FNDE e desses organismos internacionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O caso do Sr. Darwin é este: ele foi contratado...

O SR. GABRIEL VILAR – Sim, através...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... de uma seleção.

O SR. GABRIEL VILAR – ... de uma seleção de um organismo internacional para o FNDE.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Desculpe-me.

Ele foi contratado quando? De quando foi o contrato dele?

O SR. GABRIEL VILAR – Senador, eu não vou ter aqui de cabeça dados de contratação dele. Se o senhor me permitir, eu encaminharei posteriormente à Comissão...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. GABRIEL VILAR – ... o processo seletivo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quando ele foi contratado, o senhor já estava...

O SR. GABRIEL VILAR – Já estava no FNDE.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... já estava no FNDE.

O senhor disse que... Assim, obviamente, o senhor disse que conhece o Sr. Darwin.

O SR. GABRIEL VILAR – Conheço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor o conhece de onde?

O SR. GABRIEL VILAR – Do FNDE. Um pouco antes. Se não me engano, do MEC... Não, do FNDE. Do FNDE, a partir dos contratos de consultoria.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não tinha nenhuma relação, nenhum contato anteriormente com ele.

É comum, na contratação dos consultores, os consultores também, depois, participarem de contratos, para execução de recursos do FNDE, junto às Prefeituras de onde se tem a destinação dos recursos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GABRIEL VILAR – Senador, de novo, na minha diretoria são 72 pessoas. Eu não tenho como acompanhar o que, só na minha diretoria, cada consultor...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quantos desses são consultores?

O SR. GABRIEL VILAR – 72.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ah, são 72 consultores?

O SR. GABRIEL VILAR – Consultores. Isso, 72 consultores.

Eu não consigo acompanhar o que cada consultor faz na sua vida pessoal ou privada. O que a gente conversou com os organismos internacionais, à época, é que não havia naquele momento alguma vedação em relação a isso, mas, com certeza, trabalhando agora em novas legislações, em uma nova resolução, se os órgãos de controle entenderem por bem, nós iremos mexer, melhorar a nossa avaliação. De novo, a maturidade da gestão será melhorada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ainda em relação ao Sr. Darwin, o senhor o conheceu a partir...

O SR. GABRIEL VILAR – Do FNDE.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Do FNDE.

O SR. GABRIEL VILAR – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor sabe me informar o endereço dele, onde ele mora?

O SR. GABRIEL VILAR – Sei, porque já fizemos confraternizações, não só em sua residência, mas em outras. É comum que a gente faça confraternizações de trabalho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele é seu vizinho?

O SR. GABRIEL VILAR – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, ele não... A residência dele não é próxima...

O SR. GABRIEL VILAR – Eu moro com os meus pais atualmente, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele não...

A residência dele não é próxima da sua e o senhor não o conhecia antes, como relata?

O SR. GABRIEL VILAR – Antes não.

Assim, só para o senhor saber...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

O SR. GABRIEL VILAR – Explicando um pouco da minha história privada, tá?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Claro.

Fique à vontade. É facultativo ao senhor.

O SR. GABRIEL VILAR – É claro. É porque ele já foi meu vizinho, por seis meses. Eu não sabia que ele seria meu vizinho, mas, no contrato de aluguel que eu tive, e eu me divorciei, Senador. Então, a partir do meu divórcio, eu voltei a morar com os meus pais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ah, perfeito.

Mas ele já foi então, em algum momento, já foi seu vizinho?

O SR. GABRIEL VILAR – Já foi meu vizinho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Isso antes da função do FNDE?

O SR. GABRIEL VILAR – Não. Posterior.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Posterior.

O SR. GABRIEL VILAR – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Essa circunstância de ele ser consultor e depois ter sido seu vizinho foi coincidência nesse tempo, nesse período...

O SR. GABRIEL VILAR – Coincidência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – As informações que temos do Sr. Darwin é que ele atendia a pessoas, em seu nome, na sala do FNDE.

Há relatos de servidores de que o Sr. Darwin atendia às pessoas se apresentando como assessor do FNDE; portanto, deduzo, como assessor seu, e sem comunicar, ignorando que o contrato dele era somente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para elaborar pareceres técnicos de projetos de engenharia. Isso ocorreu? Ele chegou a despachar na sua sala? Chegou a atuar como seu assessor? Chegou a falar em seu nome?

O SR. GABRIEL VILAR – Senador, eu acho que é importante, mais uma vez: o FNDE tem uma equipe muito reduzida. Então os consultores também, não só o Darwin, mas outros consultores que lá estão também atendem aos Prefeitos. Então, não foi só ele. Outros consultores também fizeram atendimentos, quando necessário, aos Prefeitos que iam para o FNDE procurar informações técnicas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Sr. Darwin ainda está no FNDE?

O SR. GABRIEL VILAR – Não. Ele saiu porque venceu o contrato dele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O contrato dele venceu quando?

O SR. GABRIEL VILAR – Senador, não vou ter essa informação na cabeça agora, mas posteriormente encaminho à Comissão, conforme dito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Porque as informações, aliás, as informações e o material que nós temos aqui dão conta de que o Sr. Darwin atuava como consultor, perdão, no âmbito do FNDE, sob a sua gestão. Então, ele era um consultor vinculado a V. Sa. e participava... E a empresa dele, Nogueira Lima Serviços e Construções, participava de contratos junto a prefeituras. Tem pelo menos um contrato junto à Prefeitura de Gonçalves Dias, para a execução de recursos do FNDE. Ou seja, ele, de um lado, atuava como consultor para o FNDE; do outro, na ponta, ele fazia a execução de contratos para a prefeitura com uma empreiteira, para uma empresa dele, que nós já descrevemos, inclusive, a razão social dessa empreiteira... Aliás, é uma empresa, Senador Izalci, que fazia do parafuso ao foguete, um tipo de empresa fenomenal, que fazia do parafuso ao foguete.

Esse tipo de procedimento – eu reitero a pergunta – é comum entre os consultores do FNDE? O senhor considera correto esse tipo de procedimento, um consultor atuar junto ao fundo, prestar consultoria ao fundo, e depois, com a execução do recurso, uma empresa dele, uma empreiteira dele fazer a execução dos recursos que foram destinados pelo fundo?

O SR. GABRIEL VILAR – Senador, mais uma vez, só na minha diretoria são 72 consultores. Eu não consigo saber o que cada consultor faz na sua vida particular ou empresarial e afins. Naquele momento, na contratação, não havia vedações. Mais uma vez: caso a gente entenda ou os órgãos de controle nos orientem de que há uma vedação... Eu não estou aqui para julgar ninguém. Eu acho que não cabe ao Gabriel julgar se é certo ou errado. Naquele momento não havia vedação. A gente espera o fim das investigações dos órgãos competentes para que a gente possa avaliar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas esse procedimento, na sua avaliação, esse procedimento que eu descrevo aqui, o senhor acredita que é um tipo de procedimento que pode ser amparado por lei, é um tipo de procedimento correto, um procedimento adequado?

O SR. GABRIEL VILAR – Senador, mais uma vez...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Essa atuação em duas pontas, o consultor atuar na liberação do recurso, depois atuar na execução do recurso?

O SR. GABRIEL VILAR – Senador, mais uma vez: eu não estou aqui para fazer julgamento de valores sobre ninguém. Os órgãos competentes estão trabalhando sobre isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sim, mas me permita, Sr. Gabriel, não é um juízo de valor dele. É um juízo de valor... Aí, como o senhor é agente público, tem função pública, é um juízo de valor que eu lhe peço como agente público, como Diretor de Gestão e Articulação de Projetos do FNDE. Chegando uma denúncia dessa natureza: "Olha, o consultor fulano [que não seja o Darwin], o consultor fulano de tal prestou consultoria aqui para o fundo, atuou para liberar o recurso, a empresa dele está lá executando o recurso". Chegando para sua diretoria essa informação, qual o procedimento que V. Sa. adotaria?

O SR. GABRIEL VILAR – Senador, lembrando que hoje eu não sou contratado para fazer julgamento ou avaliação de valores. Caso chegasse uma denúncia como essa sobre a minha mesa, eu não deixaria parada. Encaminharia para os órgãos de correição ou órgãos de controle, conforme foi feito após as notícias. E não tinha chegado anteriormente para mim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Por óbvio, embora o senhor não tenha conhecimento de cada uma das atuações dos 72 consultores que lá estão, o senhor, então, considera que esse tipo de procedimento é inapropriado, é inadequado? Essa informação chegando, o senhor deveria instaurar um procedimento?

O SR. GABRIEL VILAR – Se chegasse ao meu conhecimento, encaminharia aos órgãos competentes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não tem nenhum mecanismo de controle da atuação, assim, os 72 consultores, como V. Sa. disse, estão sob a sua responsabilidade...

O SR. GABRIEL VILAR – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... estão diretamente vinculados. Não tem nenhum tipo, enfim, de fiscalização, de acompanhamento sobre a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atuação deles? Não existe um código de conduta sobre como esses consultores podem atuar para que impropriedades como essa não venham a ocorrer?

O SR. GABRIEL VILAR – Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Existe algum tipo de fiscalização para que isso não venha a acontecer?

O SR. GABRIEL VILAR – Senador, mais uma vez...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Desculpe.

O SR. GABRIEL VILAR – Claro!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Sr. Darwin, o contrato dele encerrou quando?

O SR. GABRIEL VILAR – Como eu disse para o senhor, não tenho conhecimento neste momento. Encaminharei à Comissão, posteriormente, os dados necessários, conforme o senhor está solicitando.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Já encerrou o contrato?

O SR. GABRIEL VILAR – Já encerrou o contrato.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele não está mais?

O SR. GABRIEL VILAR – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Porque as informações da atuação do Sr. Darwin, salvo engano, até recentemente, até janeiro, fevereiro deste ano, parece-me que temos registros fotográficos da presença dele com o ex-Ministro da Educação Milton Ribeiro, em evento onde estavam o Sr. Gilmar e o Sr. Arilton. Logo depois veio à cena essa informação que eu relato para o senhor. Quando essas informações vieram a público, vieram a lume, teve algum tipo de procedimento instaurado no FNDE pelo senhor ou pelo seu superior para identificar isso e para, eventualmente, punir...

O SR. GABRIEL VILAR – Teve. Os órgãos de controle competentes, CGU e TCU também, já estão em avaliação com o FNDE sobre o que poderá ser tomado de decisão, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tem informação de quando se concluirá a parte da CGU?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GABRIEL VILAR – Senador, infelizmente, eu acho que... Conforme até o convite do próprio Senador Omar e do Senador Portinho, a gente tem dado todas as informações necessárias aos órgãos de controle, não estamos segurando nenhuma informação. Então, conforme eles solicitam, nós encaminhamos e eu não sei quanto tempo demorará. Acho que o senhor sabe que um processo de tamanha responsabilidade pode demorar mais um pouquinho de tempo ainda.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Esse procedimento da CGU foi proposto pela própria CGU ou teve um pedido ou uma providência encaminhada por parte do FNDE?

O SR. GABRIEL VILAR – Veio da CGU para o FNDE.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, eu reitero: diante da informação que se teve de atuações como essa do Sr. Darwin, no âmbito do FNDE, tanto o senhor quanto o seu superior não consideraram esse tipo de procedimento atípico e não tiveram interesse em pedir a instauração de algum tipo de investigação, de algum tipo de procedimento?

O SR. GABRIEL VILAR – Senador, é porque as notícias foram tão rápidas que, antes mesmo que eu e o Marcelo pudéssemos tomar qualquer providência – tomaríamos –, os órgãos de controle já estavam nos questionando. Então, o que é que acontece? Se nós também tomássemos alguma providência, se eu não me engano, seriam abertos dois processos distintos em cada órgão de controle. Eu acho que não é de interesse que haja dois processos, e sim um só, para que a gente tenha uma celeridade o mais breve possível.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O senhor tem alguma informação sobre o paradeiro do Sr. Darwin, onde ele se encontra, onde ele está?

O SR. GABRIEL VILAR – Senador, não, para auxiliá-lo, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Por que ele não aceitou os convites da Comissão, não foi procurado...

O SR. GABRIEL VILAR – Não sei dizer ao senhor, Senador. Perdoe-me.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Por fim e já concluindo, Presidente, o Ministro Weintraub disse, em entrevistas, que "o Presidente Bolsonaro o mandou entregar o FNDE ao Centrão", abro e fecho aspas. Essa foi a declaração do ex-Ministro Weintraub. O senhor ascendeu ao FNDE em...

O SR. GABRIEL VILAR – Em 2019, com ele na gestão ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Em 2019, ainda sob a gestão do Ministro Weintraub. Aliás, o Ministro Weintraub assume o Ministério da Educação em março, abril, maio, se eu não me engano.

O SR. GABRIEL VILAR – Eu estou no Ministério, Senador, conforme eu disse no meu currículo, desde a época do Ministro Mendonça Filho. O senhor conheceu toda a equipe do Senador Mendonça Filho. Foi um convite que eu recebi da ex-Chefe da Assessoria Parlamentar, Elaine Gontijo, e, desde então, eu estou na assessoria do Ministro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor está desde esse período na assessoria do Ministro. No FNDE está desde...

O SR. GABRIEL VILAR – Eu fui nomeado no dia 24 de dezembro. Eu posso encaminhar também o termo de nomeação para o senhor depois. Se eu não me engano, eu tomei posse em janeiro de 2020. Eu preciso só pegar a data certinha para mandar para o senhor também, se o senhor quiser.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, só para contextualizarmos em relação ao Ministro Weintraub: Weintraub assume o FNDE... Aliás, ele assume o Ministério da Educação em maio de 2019. O senhor ascende ao FNDE em dezembro de 2019...

O SR. GABRIEL VILAR – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Existe alguma relação...

O SR. GABRIEL VILAR – Senador, só lembrando o seguinte: eu acho que nós precisamos recapitular toda aquela...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. GABRIEL VILAR – ... aspas, "confusão" que foi feita.

À época, nós tínhamos um Presidente, e não sei de quem foi a indicação. O Ministro Weintraub o demitiu, colocou uma servidora, uma semana antes, no dia 22 de dezembro, se eu não me engano, uma servidora técnica do FNDE, na Presidência, a servidora Karine Santos, e, numa decisão técnica, ele me colocou, me alçou à diretoria do FNDE.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Então, é exatamente sobre isso que eu lhe pergunto: essa declaração do Ministro Weintraub não tem relação nenhuma com a realidade, com os fatos, na sua opinião?

O SR. GABRIEL VILAR – Senador, eu não vou saber...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Porque a alegação, a declaração dele diz que... O que dá a entender da declaração da parte do Sr. Weintraub é que ele quis estabelecer uma direção técnica da parte do FNDE, e o Presidente da República disse para ele "não, tem que entregar para o Centrão, tem que entregar para as pessoas que forem indicadas pelos Parlamentares do Centrão". É isso que deixa claro a declaração do Sr. Weintraub.

Na sua avaliação, essa declaração do Sr. Weintraub não corresponde à verdade e não teve nenhum tipo de interferência política na indicação ou interferência parlamentar do Centrão ou de quem quer que seja. É isso?

O SR. GABRIEL VILAR – Senador, eu posso falar sobre a minha nomeação à época. Minha nomeação foi uma nomeação técnica. No contexto político de nomeações futuras, eu não posso dizer para o senhor o que pode ter sido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor ascendeu junto com o Sr. Marcelo?

O SR. GABRIEL VILAR – Não. Na verdade, eu entrei no lugar do Marcelo no FNDE, na Digap.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ah, perfeito. O Sr. Marcelo era o Diretor de Gestão.

O SR. GABRIEL VILAR – Era o diretor, e eu entrei no lugar dele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Marcelo foi promovido à Presidência?

O SR. GABRIEL VILAR – Não, o Marcelo foi indicado a outra diretoria. Ele não pôde ficar, infelizmente, e a Karine Santos, servidora à época, foi indicada à Presidência. Servidora à época, ela era coordenadora do Pnae, do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não há, então, na sua... Ao contrário do que diz o Sr. Weintraub, não há, na sua indicação, nenhum tipo de interferência política de qualquer Parlamentar, seja do Centrão...

O SR. GABRIEL VILAR – Naquele momento, não havia nenhuma decisão política mais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – No atual momento existe?

O SR. GABRIEL VILAR – Não. Não que a gente... Eu posso falar para o senhor: dizem – eu acho que a sua assessoria tem acompanhado as notícias –, dizem que eu sou indicação do Republicanos e tudo o mais. Senador, eu sou técnico. Eu acho que, no meu currículo, eu pude mostrar para o senhor que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu permaneci em governos. Eu saí do Governo PT, da Presidente Dilma, Ministra Marta Suplicy, e estou hoje no Governo do Presidente Bolsonaro. Eu não faço política, eu faço técnica. Então, a minha decisão é: enquanto os governos me quiserem, enquanto eu estiver à disposição dos governos e eles quiserem a competência do Gabriel ou pelo menos a parte técnica, eu permanecerei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – V. Sa., então, refuta qualquer alegação de indicação política, seja do Republicanos, seja de qualquer Deputado, seja do chamado Centrão, como foi dito pelo ex-Ministro Weintraub.

Da mesma forma, a ascensão do Sr. Marcelo, que é o Presidente do FNDE hoje, teve algum tipo de interferência nesse sentido?

O SR. GABRIEL VILAR – Aí eu não sei informar ao senhor. Eu acho que o Ministro Weintraub vem à Comissão, e, se o senhor me permitir – claro que não quero ser desrespeitoso com o senhor, perdoe-me –, mas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Por favor, fique à vontade.

O SR. GABRIEL VILAR – ... eu acho que seria melhor perguntar a ele qual é opinião dele sobre as indicações futuras.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O que tem de perguntas, Sr. Presidente... Eu acho que sobretudo tem uma lacuna aqui que a gente não consegue responder com as limitações da Comissão de Educação – só com uma Comissão de inquérito conseguiríamos ir a fundo –, que é sobre a atuação desse senhor, ex-consultor do FNDE, que é o Sr. Darwin Einstein.

Pelo próprio relato do Sr. Gabriel, ao qual reitero o agradecimento por ter se disposto a estar presente, ele é contratado como consultor e tem uma atuação atípica: de um lado ele atua prestando consultorias e, do outro, atua na ponta, sendo sócio de uma das empresas que executavam os recursos do FNDE. Reitero: é um procedimento totalmente impróprio, totalmente atípico, qualquer noção de administração pública deixa claro esse tipo de procedimento.

Lamentavelmente, nós não conseguimos trazer o Sr. Darwin aqui, pela circunstância de que esta Comissão não tem poder de convocação sobre ele, não tem poder coercitivo para a impor a sua presença. É uma das limitações que nós temos, em que pese a boa vontade que tem tido esta Comissão de Educação para esclarecer esses fatos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mais, eu quero mais uma vez somente agradecer a disposição do Gabriel, de livremente – reitero, era uma faculdade da parte dele – vir aqui prestar esses esclarecimentos, mas, sobretudo sobre essa atuação do Sr. Darwin, continua uma lacuna não esclarecida por esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – O que o Senador Randolfe está dizendo, numa analogia futebolística, é que ele bateria o *corner* e cabecearia a bola...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Faria o gol.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Passo a palavra ao primeiro inscrito, o nobre Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, primeiro eu quero cumprimentar o Gabriel. Quem não deve não teme. Então, a sua presença aqui demonstra que você realmente, sempre que for necessário, esclarece as questões.

Eu acho que essa questão que o Randolfe levantou... É óbvio, quem contrata não pode executar, não é? Então, evidentemente, em função da denúncia, que não sei se já foi feita oficialmente, cabe à AGU tomar suas providências, e a gente pode, inclusive, se é que já existe a denúncia na CGU, cobrar essas informações, o que já foi feito até agora, se é que eles sabiam disso. Mas, de fato, como foi colocado aqui, os editais não restringiam com relação a ter empresa ou a ter algum negócio na contratação, e aí, de fato, é incoerente você ser contratado como consultor e, na ponta, executar. Mas cabe aí, evidentemente, à CGU tomar as providências e ao TCU também. E de imediato, porque, se demorar cinco anos ou dez anos, já não resolve.

Mas eu quero aproveitar, Presidente, tendo em vista que foram esclarecedoras as informações, aproveitar este momento... V. Exa. sabe, tanto V. Exa. quanto eu e quem atuou na Comissão Mista do Orçamento, que o tema principal da Comissão passada foi exatamente as obras inacabadas e as obras paralisadas no Brasil, e a gente pôde perceber, na apresentação, em torno de 3,5 mil obras entre paralisadas e inacabadas, que é a mesma coisa, cada uma com seus motivos.

É lamentável que não haja muita conexão entre União, estados e municípios. As pessoas moram nos municípios, ninguém mora na União, mas o recurso e o poder estão todos aqui. Então, a gente fica muito à mercê dos Prefeitos, que, muitas vezes, trabalham sem planejamento, sem viabilidade das coisas. Então eu fico preocupado.

Primeiro, nós sabemos que construir hospital, creche e escola é a coisa mais fácil do mundo, construção é muito simples. Só o que dificulta é a manutenção, o custeio. O custeio de uma escola ou de um hospital custa, no mínimo, um terço da obra por ano. Então, é como se construíssem um hospital de três em três anos. Então, irresponsavelmente, muitos Prefeitos que estão no fim do mandato começam a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obra para dizer que começaram e deixam o abacaxi do custeio para o outro, que, muitas vezes, sem condição de pagar, de manter, paralisa a obra, e a população perde com isso.

Nós temos aqui, e foi bom ter colocado isso, que metade da população do Brasil, em Brasília inclusive, mora em áreas irregulares, sem escritura. Não foi à toa que eu presidi a Comissão de Regularização Fundiária e inclusive apresentei mais de 20 emendas que foram acatadas, exatamente para proporcionar, com as áreas regulares, a construção. Então, é muito ruim dizer que o Prefeito pediu uma creche e foi impedido porque não tem o título da terra, e 90% dessas terras são da União também, da SPU, que é terra da União e poderia ser articulado com o próprio município para regularizar isso. O que não pode é a população perder com isso.

Então, eu vejo, como está aqui na apresentação, primeiro, reforçando, porque eu sempre disse que o Brasil é craque, é *expert* em arrecadação. A Secretaria da Receita Federal tem o sistema de arrecadação mais perfeito do mundo há muitos anos. O que nós não temos neste país é controle de nada, dos gastos. Se tivesse uma secretaria da despesa nacional com a mesma eficiência da arrecadação, o Brasil estaria em outra situação. Então, gasta-se muito e gasta-se mal.

E essa questão de devolução não adianta. Depois de dez anos, o Prefeito já foi embora, não sabem nem onde ele está, não tem como ele devolver aquilo que... Você viu aqui várias obras que foram 100% pagas, empenhadas e pagas, e a obra está inacabada. Não adianta dizer que vai correr atrás da devolução, vai para o Tesouro, se grande parte deles já se foi, não têm nem como pagar isso. E muitos nem têm advogado, como aconteceu agora na pandemia. O custo do ferro, do material de construção subiu, dobrou o preço, e muitas obras em função disso.

O que eu defendo, há 500 anos que falo isso, é que a gente tinha que ter um acompanhamento físico e financeiro, com auditoria independente, para facilitar. Não adianta reclamar depois o leite derramado daqui a dez anos. Se você for ao TCU olhar esses acórdãos do TCU e dos TCs de cada estado, há muita coisa que foi levantada com déficit, com prejuízo, mas, na prática, não tem como receber de volta. Está aqui na apresentação, o Senador Portinho falando aqui da soma dos valores restituídos: 222 milhões, mas o valor pago foi 893. Isso aqui, provavelmente, o dinheiro estava lá e não chegou nem a começar a obra e devolveram, porque não dava para construir, alguns devolvem. Então, a gente precisa realmente, Presidente, construir uma legislação em que a gente realmente possa acompanhar o físico e financeiro.

E evidentemente, quando se aprova uma obra, no projeto tem que ter essa viabilidade. Vai ter condições de custear, de manter a obra, manter aquilo, ou escola, ou creche, ou hospital, não sei o quê? Porque muitas vezes a gente aprova, a gente bota emenda aqui inclusive, muitos Deputados colocam emenda...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você lembra, eu conheci o Gabriel ainda no governo lá, quando eu fui o Presidente da Comissão do Novo Ensino Médio, depois fui do orçamento setorial da educação, em 2019... Então, a gente trabalhou muito essa questão da educação, não é? Mas é uma questão que a gente precisa resolver, não é? Por exemplo, a legislação. Não se admite mais. Eu me lembro, eu tinha lá 15 creches para construir, e até hoje não construíram. Por quê? Por causa do custeio dela, não é? Tem várias escolas para que a gente botou emenda, não construíram porque não tinha projeto...

Então, eu acho assim, para liberar esses recursos, tem que ter a garantia de que a coisa vai ter início, meio e fim. Agora, quando você diz, "ah, não, tem vários municípios que estão inadimplentes ou estão com problema, e aí não vão receber mais recursos". Quem perde não é o Prefeito, é a população, é o cidadão, é a criança que está lá e que não vai ter escola.

Então, a gente precisa mudar esse modelo de gestão, compartilhar um pouco melhor essa questão do município, porque infelizmente não é só na educação; é na saúde, na educação, na cidadania, principalmente nas questões que têm tripartite, que é o SUS, que tem que ter estados e municípios. Não tem controle, cara, não tem informação, é um negócio, assim, maluco, não é?

Mas a gente... Inclusive sugeri agora, passei inclusive tanto para a saúde quanto para o e-Cidadania, um mecanismo para fazer realmente uma informatização do sistema que faça de ponta a ponta, lá do município até aqui e tal.

Então, essa questão nós temos que resolver.

Aqui em Brasília mesmo, quando a gente trouxe as escolas técnicas para cá – porque aqui não tinha nenhum instituto federal, e muitas terras aqui não tinham escritura –, a gente simplesmente pegou na Terracap, que é o órgão responsável pelas terras, e deu lá uma declaração de que era do governo, independente de escritura. Porque, se for esperar escritura, tem muitos municípios que não têm escritura. Então a gente precisa flexibilizar nesse sentido. Lógico, ninguém vai construir um negócio em terra particular e tal, mas se o Prefeito está assinando, se os Vereadores estão dizendo que aquela área é do governo, tem que ter um documento para também não impedir que haja a obra e que as crianças não tenham aula.

Agora, eu, Senador Marcelo, quero aproveitar aqui para dizer o seguinte: eu tenho acompanhado, depois da pandemia, o que está acontecendo na educação – aqui em Brasília; não estou falando do interior do Brasil não. Nós tivemos dois anos de paralisação com a pandemia, Senador Portinho, dois anos. Então, quem estava fazendo o primeiro ano do ensino fundamental, que estava começando a alfabetização, ou no segundo ano, porque ainda tem isso, porque o Plano Nacional de Educação permite isso, aí ele tem mais dois anos da pandemia, ele foi promovido, porque não tem reprovação... Então, o cara que estava no segundo ano do ensino fundamental foi para o quarto e agora está no quinto ano. Então você tem aluno hoje no quinto ano que não sabe ler e escrever, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E pior: não tem nenhuma assistência aos professores. Eu estou vendo, aqui em Brasília, eu fiz agora, domingo, uma entrevista com um orientador de educação, não tem professor de matemática desde o início do ano. Nós estamos em maio. Então teve dois anos sem aula sem professor de matemática.

Cara, os professores estão numa situação, viu Gabriel? A gente tem que montar um... Vocês cuidam aqui, está aqui no planejamento, de formação de professor, está aqui no programa do PAR: formação de professores e profissionais de serviço de apoio escolar.

Se não fizermos um programa agora de recuperação desse negócio da pandemia e essa situação da saúde mental dos professores, que está todo mundo com pânico, todo mundo querendo sair de sala de aula, a gente não vai recuperar esses alunos. Então, a União, que tem recurso, precisa criar um programa para que a gente possa dar uma amenizada nessa situação da pandemia, porque, nas escolas, a situação da educação está em um estado de calamidade pública.

Então, Presidente, agradeço.

E parabenizo a sua vinda aqui, de peito aberto e, evidentemente, a gente reconhece o trabalho que você fez no ministério e agora no FNDE.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

Com a palavra o Sr. Gabriel para comentar as palavras do Senador Izalci.

O SR. GABRIEL VILAR (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Senador Izalci, quero cumprimentá-lo mais uma vez e agradecer os comentários que o senhor teceu.

Eu acho que não é só Brasília, Senador, que sofre de problemas de regularização de terra. O Senador Randolfe tem acompanhado também os ex-territórios. O Amapá, por exemplo, também é um exemplo de estado que tem problema de território, de dominialidade de terrenos.

Então, o que acontece?

Senadores, mais uma vez: é a maturidade da gestão. Quando foram liberadas tantas obras, o TCU determinou ao FNDE – e eu posso encaminhar a minuta dessa determinação – que cobrasse a dominialidade dos terrenos. É claro que, se houver alguma legislação, e eu acho muito pertinente os ex-territórios, Brasília, com os problemas particulares e peculiares de cada estado, o FNDE está à disposição para, junto com a equipe técnica, vir falar com os senhores, para que a gente possa construir um texto que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja flexível na aprovação de possíveis novas obras para estados tão peculiares, como os ex-territórios, que eu consigo lembrar de cabeça, e Brasília, com o problema com o entorno, por exemplo.

Então, obrigado pelas palavras.

E, sobre a capacitação dos gestores, o MEC constrói a política pública, mas levarei com certeza à Secretaria de Educação Básica a cópia da nossa reunião, para que a gente possa pensar juntos uma forma de melhorar a capacitação desses gestores pós-pandemia.

Muito obrigado, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Além da capacitação, é cuidar da saúde dos professores que estão em um estado deprimente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Com a palavra, o nobre Senador Carlos Portinho, o próximo inscrito.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Muito obrigado, Senador Marcelo Castro.

Quero agradecer a presença do Gabriel.

O Gabriel reúne, e todos aqui puderam testemunhar, além de juventude, experiência. Fiquei até curioso quando você disse que tem 27 anos. Se puder dizer quando você entrou, acho que você disse que foi na gestão da ex-Ministra Marta Suplicy, que idade você tinha? Porque o Brasil também, Izalci, tem uma carência muito grande de técnicos que entendam o sistema. Imagine... Com essa carência, que muitas vezes se reflete no Governo Federal e no governo dos estados, imagine nos municípios?

Então, quando você fala da capacitação de exigir três técnicos para que esse conhecimento seja difundido, isso é de suma importância. Fico imaginando lá um município, Senador Carlos Viana, como um de seus 853 municípios de Minas Gerais, o lado do, com todo respeito o lado, cantão, lá da fronteira, a dificuldade que tem inclusive de remunerar bons técnicos com a arrecadação de municípios que muitas vezes vivem de repasse.

E você mostrou... Já faço essa pergunta, deixo cair quieto, só para entender, porque eu fiquei curioso quando você falou que tinha 27 anos, e está aqui junto de gente tão experiente como o Senador Marcelo Castro, como o Senador Randolfe, como o Senador Carlos Viana, explicando tecnicamente e de forma muito esclarecedora... Você reúne isso, a juventude, a técnica... E depois queria saber, no Governo da Marta, quantos anos você tinha. Fiquei curioso.

Queria começar no tema principal, mostrando aqui... Às vezes, a gente começa a discussão pelo lado errado, pelo lado do embate, da disputa política. E é lógico que todos os assuntos aqui – e me refiro ao Senador Randolfe, com quem tive aqui alguns embates, no bom sentido – importam a todos, importam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a esta Comissão, não tenho a menor dúvida disso. Quando nós recolhemos... Eu iniciei a assinatura das obras inacabadas, porque me chamou atenção. Muitos falaram: "Ah, mas você só vai olhar as obras do Governo passado, dos Governos passados?". A planilha apresentada mostra... Eu até falei: "Não, vamos dar um corte, porque o Governo que está ainda em gestão, nessa gestão, ainda tem tempo". Realmente me chamou a atenção: 15 anos; algumas obras inacabadas.

Eu estava vendo aqui na planilha, a gente tem, na verdade, se não me engano, três obras que estão – em 2019 aqui – inacabadas, há apenas três. E certamente devem estar sendo aí, dentro dos processos administrativos cabíveis, como tantas outras de Governos passados que o FNDE mostra aqui, avaliadas. E quero deixar claro para que não politizemos: obra inacabada tem várias razões, tem desde o sumiço do recurso, o empenho de 100% do recurso de uma obra que não está na conta – e, certamente, isso obriga a devolução do recurso para a União. A prefeitura vai ser instada e, de oitocentos e tantos milhões, a gente já vê que o Governo atual já recuperou 222, então, o processo está andando, eles estão correndo atrás desses recursos. Tem também nesses casos tomada de contas, muitas vezes necessária para entender, tem as investigações dos órgãos de controle. Mas, se a gente pega... E não foi politizando, porque eu tinha essa desconfiança que se reflete aqui. Há apenas três obras inacabadas do atual Governo, com o tempo aí de correr atrás, de entender a razão e tudo mais.

Mas isso importa. Importa a todos os Parlamentares, independentemente de partido, de ideologia, porque são obras inacabadas que afetam, lá na ponta, crianças, jovens, universitários, como no caso que o Senador Girão denunciou lá no Ceará, que tem uma obra pronta, alojamento, prédios para uma universidade que não tem acesso e cuja obra está paralisada por alguma razão.

Há obras que estão paralisadas ou inacabadas e eu já havia alertado isso aqui na minha primeira participação, porque não há dominialidade do terreno. E isso também não é má-fé, é por várias razões; eu posso dizer, a maioria é burocracia. O Gabriel citou a situação dos territórios – o Senador Randolfe conhece bem – e eu vou dar uma situação do meu estado. Queimados e Nova Iguaçu eram o mesmo município, eram o município de Nova Iguaçu. Queimados se emancipou. Até hoje há discussão de terrenos que hoje, no desenho, estão em Queimados, mas no RGI estão em Nova Iguaçu. Então, imagine um Prefeito de Queimados, que queira construir uma escola, uma UBS, às vezes, é para saúde, e está com o mesmo problema da dominialidade. É um problema burocrático de transferência de cartório pós-emancipação. E fiquei feliz porque alertei sobre isso. Não é má-fé. Às vezes, o problema é esse, é muito comum, e vejo que é corriqueira a ausência da titularidade do terreno. Se você colocou, empatou milhões de reais para construir uma escola, esse equipamento tem de estar registrado em nome da prefeitura; não é uma mera burocracia, porque incorpora ao patrimônio da prefeitura.

Então, sem dúvida, é importante a gente entender – e até o Senador Omar colocou aqui no início – que diz respeito, muitas vezes, à questão dos repasses. Eu vi aqui obras que foram empenhadas, a que foram repassadas 100% dos recursos e que não foram nem começadas. Então, Senador Marcelo Castro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entendo a sua preocupação também externada com toda razão, em várias audiências: empenhar a totalidade do recurso é comprometer o orçamento e acontecer isso que aconteceu com algumas obras em que 100% dos recursos foram empenhados, transferidos, e a obra não acontece.

Quando eu disse aqui no início que eu tenho alguma divergência técnica e de gestão com relação ao Senador Omar Aziz e posso dizer também com o Senador Marcelo, que se posicionou da outra vez, e é técnica de gestão, não é política, é porque eu, como fui Secretário, conheço um pouquinho. Você passar 100% dos recursos antes de medir, antes de avaliar se a obra está sendo executada é um risco ao orçamento público, você vai comprometer o orçamento público. Então, às vezes, é melhor empenhar um pedaço pequeno e, depois que começar a obra, faz-se a medição; se cumpriu, vai para a segunda etapa e empenha mais um pedaço, do que empatar 100% do recurso de uma vez só e depois o município ou o estado não executa a obra e você tem que correr atrás de 800 milhões. No processo anterior era assim: você passava 100% dos recursos e aconteceu...

Então, esses empenhos parciais... Até concordei aqui não com a convocação, mas com convite à CGU para que a gente entenda, porque, pelo que eu entendi do depoimento do Gabriel, isso veio sendo aperfeiçoado a partir desses exemplos negativos do passado e que estão obrigando o Governo Federal agora a buscar 800 milhões. Já recuperou 200 milhões, mas ainda tem 600 milhões voando, dinheiro meu, seu, nosso e de quem nos assiste. Então, eu só discordo da convocação, e a sua presença aqui, Gabriel, reforça isso. V. Sa. foi convocado a vir, e eu briguei aqui, discutimos que fosse convidado, porque eu não tinha dúvida de que nenhum técnico, servidor público... A melhor forma, primeiro, é o convite; se não veio, convoca. Estou de pleno acordo.

Obrigado por sua participação e por esses esclarecimentos.

Eu tenho uma questão que gostaria que fosse respondida até para que quem nos assiste entenda. E eu falei também em uma reunião passada que tanto o Ministério da Educação, o FNDE, tem um sistema onde as prefeituras fazem a sua demanda via sistema – se precisa de uma creche, precisa de uma escola – e, pelo sistema, vai alimentando as informações para que sejam avaliadas pelos técnicos quanto é função principalmente do Parlamentar, porque representamos os nossos eleitores, as nossas cidades, buscar os ministérios, demandar os ministérios de recursos e necessidades, porque, às vezes, o ministro que está lá deste grande Brasil não consegue enxergar um municipiozinho menor lá de Minas Gerais, Senador Carlos Viana. E é papel do Parlamentar fazer isso, e se espera que o Parlamentar faça da maneira proba, republicana, não é? Essa é a regra – quero deixar claro aqui.

Então, quando um Prefeito diz que procurou uma terceira pessoa para intermediar um pedido – desculpa –, está errado na origem, lá no Prefeito. Ele pode buscar o recurso pelo sistema, ele pode buscar o recurso pelo seu representante. O seu representante é o Parlamentar. E a gente aqui recebe, não à toa, a Caravana dos Prefeitos todo ano, buscando emendas para a educação, muitas para a construção desses equipamentos que talvez o ministro não enxergue, lá da sua cadeira, do seu gabinete, neste grande país – e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é nossa função. Então, quando buscam atravessadores, eu acho que o problema já está lá, com todo respeito, Senador Marcelo, lá no Prefeito. Porque qual é o partido dele? Tem representatividade na Câmara? Tem representatividade?

Sempre que recebo uma demanda de um Prefeito, eu procuro ir à cidade e ver se aquela é a demanda fundamental dele. Houve uma vez que eu fui ao município que me pediu – não me lembro – uma determinada demanda e, quando eu fui lá, eu vi: "Cara, mas você precisa de asfalto antes do que você está me pedindo". Porque a gestão nesses municípios menores é complicada – muitas vezes é incapacitação mesmo.

Então, a primeira pergunta é: quais são os meios de acesso ao Ministério para demandar uma obra, um equipamento, um mobiliário, os meios tradicionais, regulares, republicanos e legais?

Com relação ao Sr. Darwin, mais uma vez, eu acho que – e quero fazer de forma construtiva; já havia me posicionado na última reunião – a gente errou nesse convite. Eu aprendi que, quando a gente convida alguém, a gente trata bem essa pessoa, o convidado. E eu quero fazer a crítica construtiva que já fiz. A gente convocou um convidado e já iniciou a convocação com deboche sobre o nome dele – isso intimida. O que é mais importante: o discurso, a narrativa ou ter ele aqui sentado? Porque isso também me importa, também importa saber se tinha alguém, por interesses pessoais... Está muito claro que, se houve isso que falou o Senador Randolfe – e a CGU está investigando se houve –, é por interesse pessoal, não é do Governo.

Se o rapaz era contratado por um órgão internacional, num processo de seleção público e transparente, pela sua qualificação técnica e se aproveitou desse cargo, também agindo na ponta, embora ficou claro... E o próprio órgão internacional faria a restrição, mas não há restrição. Eu acho que isso é um instrumento que devemos, sim, a partir desse caso, aperfeiçoar também – aqui concilio com os meus colegas Senadores. Mas a gente deveria ter convocado, convidado e tratado bem o nosso convidado e não o intimidado, porque eu confesso que eu não sei... Se eu não tenho obrigação de vir – porque ele não é servidor público – e depois de tanto deboche com o nome, de tanta intimidação, de tanta prática de pressão psicológica a que eu assisti aqui nas últimas reuniões e denunciei, eu não sei se viria, se não sou obrigado. Erramos, e num assunto que me interessa também, quero deixar claro. Porque da mesma forma que não podemos desprezar 2,5 mil obras inacabadas – e acho que todos aqui deveriam, quem não assinou, assinar o pedido, aí, sim, da CPI, para a gente entender...

Isso está claro, os dados aqui são transparentes, a gente tem informações, e eu acho até que o Senador Styvenson, Gabriel, havia aqui... Acho que não está presente, deve estar acompanhando remotamente, mas ele havia pedido, e se V. Exa. puder espontaneamente desdobrar em estados – ou municípios, melhor ainda – essas situações do que é inacabado, do que é paralisado, porque nós Parlamentares também temos o interesse, ao tomar esse conhecimento, de buscar os Prefeitos, de buscar os Governadores e entender. Foi por má-fé? Não, foi por falta de documento da propriedade, foi porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não deu a contrapartida, não é? Toda obra tem uma contrapartida do município e do estado e, às vezes, ele pede a obra, mas na hora de dar contrapartida ele não coloca. Então, é um dever nosso como Parlamentar, dentro do exercício do papel de fiscalização. E V. Exa. traz dados que importam, sim, ao nosso exercício e também a uma investigação que possa contribuir com que a CGU, o TCU, que certamente já está aí investigando aqueles casos em que houve desvio, investiguem outros em que V. Exa., através do FNDE, mostre que conseguiu a repactuação para aquela obra ser retomada.

Para concluir, minha única pergunta até o momento é como é esse acesso para aquele que tem interesse na demanda. Eu agradeço a participação de V. Exa. e peço, se puder, destrinchar e encaminhar informalmente para essa Comissão – e o Senador Marcelo certamente vai compartilhar conosco – essas informações, para a gente entender dos nossos estados, porque realmente me chamou a atenção, e me importa e acho que importa a todos aqui, mesmo àqueles que não assinaram o pedido de CPI já protocolado, a gente entender essas duas mil e quinhentas e tantas obras inacabadas, 66 há 15 anos pelo menos, além de outras há 14, 13, 12, e a maneira como o FNDE... Que mostrou aqui: o FNDE não está de braços cruzados, o que se pode repactuar está buscando repactuar, nas suas carências de pessoal – isso também é evidente quando você vai buscar através de organismos internacionais consultores porque não há quadros que deem conta dessa enormidade de processo, 2,5 mil é muito relevante.

E a nós também importa – quero deixar claro – a atuação, sim, do Sr. Darwin, importa a mim, e fico feliz que tenha sido denunciado, ou a CGU tenha imediatamente respondido, que seja por iniciativa dessa Comissão. Já é um resultado, Senador Marcelo, de sua gestão: a CGU já abriu o processo administrativo. Só acho que a gente não deveria politizar uma questão que está sendo investigada já por um órgão, e certamente dali os desdobramentos levarão ao Ministério Público, Polícia Federal, etc.

E como resultado, inclusive, da sua contribuição, Gabriel, devemos, talvez por lei, aperfeiçoar a norma para que impeça, sem dúvida nenhuma, quem está numa ponta de agir na outra, por interesse pessoal – se foi o caso. Também não posso aqui julgar ninguém, não conheço, a CGU é que tem o papel.

Então, são só essa pergunta que eu peço para responder e as informações por estado que eu peço para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Com a palavra o nobre convidado Gabriel.

O SR. GABRIEL VILAR (Para expor.) – Obrigado, mais uma vez, Presidente Marcelo. Obrigado, Senador Portinho.

Eu brinco muito que o que eu tenho de idade os senhores têm de experiência, de tão experientes que são. Eu comecei com 17 anos, no Ministério da Cultura, como estagiário, e com 18... Eu era muito chato, Senador. Então, eu gostava muito de trabalhar, continuo gostando muito de trabalhar, e me deram a minha primeira oportunidade naquele momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Reforçando o que o senhor disse, Senador, os senhores são, sim, os representantes legítimos dos Prefeitos. Nós votamos nos senhores para que os senhores briguem pelos nossos interesses nos ministérios, não só no FNDE, mas também nos outros, na saúde e em todas as áreas que tragam recursos para os nossos municípios.

Para um Prefeito poder receber recursos do FNDE... Eu preciso recapitular um pouco a minha apresentação. Esse ano, nós mudamos um pouco, inclusive com orientações dos órgãos de controle. Um município não apresenta uma demanda por apresentar, ele precisa nos apresentar primeiro como está o Plano Municipal de Educação dele, através de uma plataforma chamada +PNE, e o seu diagnóstico. Só assim ele poderá, de fato, apresentar uma proposta ao FNDE, dentro de um cardápio já preexistente, como eu já havia dito antes: instrumentos musicais, mobiliários, climatização, ônibus, e, dentro desse rol, outras 28 iniciativas já existentes.

Sobre os empenhos parciais, Senador, eu acho que é importante destacar que esses empenhos não começaram agora, Senador Marcelo, esses empenhos já são... E aí, mais uma vez, maturidade de gestão – já são feitos desde 2016. Eu trago um dado aqui para os senhores. Das obras canceladas... As obras canceladas, se eu não me engano... Deixe-me só buscar no meu eslaide. Peço perdão, porque são alguns. São R$5 bilhões de obras pactuadas, Senador Marcelo. Nós havíamos empenhado, até aquele momento, R$3 bilhões – obras com 100% de empenho, outras com possíveis empenhos parciais. O que nós notamos? E aí, mais uma vez, maturidade de gestão.

O FNDE percebeu que muitas vezes se empenha uma obra e o município não apresenta documentação para que aquela obra vá para frente. Então, Senador Marcelo Castro, desde 2016 é adotado esse tipo de procedimento no FNDE. E, é claro, estamos à disposição para que os órgãos competentes, os órgãos de controle nos orientem a melhorar os nossos processos. Os procedimentos são melhorados a cada ano, a cada momento. O FNDE não está fechado para permanecer dessa forma, Senador Marcelo. Então, nós vamos melhorar, sim, os nossos procedimentos caso os órgãos de controle achem necessário.

É importante destacar que há um desperdício quando nós empenhamos um recurso de... Pensem só, se uma obra foi cancelada, eu perdi R$3 bilhões, Senador. Eu cheguei a pagar R$800 milhões, só recuperei R$200 milhões e tenho R$600 milhões perdidos. Em alguns casos – eu posso apontar depois para os senhores, se a gente puder encaminhar posteriormente à Comissão – o dinheiro não está mais na conta. Onde está esse dinheiro? Nós estamos instaurando procedimentos. Só que o FNDE não pode judicializar contra um ex-gestor, contra a sequência de ex-gestores que foram responsáveis por aquilo.

Então, o FNDE tem acompanhado, tem corrido atrás, quer executar a política pública.

E sim, Senador Portinho, posteriormente nós encaminharemos a esta Comissão a lista dos 2.500 municípios, separada por estado, porcentagem de execução, valor do termo, tipologia da obra e quanto foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pago em cada uma dessas obras, para que os senhores também tenham conhecimento e nos ajudem trabalhando com a ponta, para que eles possam fazer uma repactuação com o FNDE.

Só quero lembrar, Senadores, que eu acho que o Senador Izalci foi muito feliz na fala dele quando falou o seguinte: "Na covid, os preços aumentaram". Então, pense o senhor que, em Brasília – que é onde eu tenho a realidade – um milheiro do tijolo saiu de R$300 para R$1 mil. É uma elevação, é um custo que o FNDE não paga. Então, se eu pactuei uma obra de R$2 milhões com o município e aquela obra hoje custa R$4 milhões, Senador, eu não posso pagar aquela diferença.

Nós temos acompanhado um projeto de lei do Deputado Ricardo Barros – posso passar o número para o senhor depois, Senador Marcelo, para que o senhor possa acompanhar também – que permite que, se for de anuência do Congresso Nacional, claro, a gente possa fazer a atualização dessas planilhas.

Os senhores imaginam que o município que vive de FPM vai ter dinheiro para isso? Eu creio que não. Então, essa obra ficará inacabada para sempre. Ele vai ter o dinheiro para devolver ao FNDE o que eu já paguei corrigido? Provavelmente, também não. Então, ou nós criamos segurança jurídica ou nós criamos legislações que permitam que ele faça isso, ou essas obras, infelizmente, mesmo com todo o conteúdo do FNDE e todo o acompanhamento, continuarão inacabadas, Senador Marcelo.

Senador Portinho, encaminharei, quando possível, à Comissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

Vamos ao próximo inscrito.

O nobre Senador Carlos Viana com a palavra.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Obrigado.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Seria bom V. Exa. mudar de microfone, porque isso já aconteceu com o Senador Randolfe. (*Pausa.*)

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG. Para interpelar.) – Bom dia. Bom dia, Presidente Marcelo. Bom dia, Senador Randolfe, Líder Portinho, que estava aqui há pouco. Agradeço ao Sr. Gabriel Vilar pela gentileza de estar aqui nos trazendo todas as informações.

Olhe, um dos pontos que eu tenho observado e que busco sempre, seja na vida profissional, por 35 anos, em vários setores, ou como professor universitário, como jornalista, é objetividade. Nós temos uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cultura que, se ela puder, enche de papel, enche de inícios, mas o objetivo mesmo a gente muitas vezes não atinge, porque a gente vem dando vazão a outras visões e outras possibilidades.

No caso de propostas de CPI, Presidente Marcelo – e aqui já fui claro muitas vezes nesses assuntos –, CPIs perdem muito tempo quando se desviam do próprio foco. Você tem uma possível investigação e precisa transformar essa investigação num aprendizado. Vou ser mais claro, eu gosto de sempre fazer uma analogia, Sr. Gabriel. Por exemplo, num acidente aéreo, quando o nosso Cenipa, que é um centro de investigações e prevenção de acidentes aéreos, vai lá fazer a investigação – isso é no mundo todo –, primeiro ele determina as causas daquele acidente e verifica as falhas que levaram àquele acidente, e normalmente não é uma, são várias falhas. E, por último, o mais importante de um relatório, Senador Portinho, é dizer como aquele acidente pode não acontecer novamente.

Então, por exemplo, no caso do avião da TAM em Guarulhos, há um piloto com pressa; um avião superlotado; uma pista que já deveria ter entrado em manutenção, para dar mais garantia aos aviões; um dia chuvoso; um controlador aéreo sobrecarregado, no momento em que todos ali estavam sob estresse. O piloto faz o seu pouso, não é avisado sobre a pista, não é avisado sobre a necessidade de mais espaço e de mais força de empuxo, porque não havia como segurar. Resultado: morreram aquelas centenas de pessoas. Então, ficou muito claro que era preciso rever todo o sistema para que novas tragédias não acontecessem. E, de lá para cá, se os senhores observarem bem, o espaço aéreo brasileiro está entre os mais seguros do mundo. Por quê? Porque nós praticamos prevenção, treinamento.

As nossas CPIs deveriam ter este objetivo: como nós vamos fazer para que não aconteça de novo?

Vamos ao covid, por exemplo. O Senador Randolfe foi muito atuante. Era uma CPI, o tempo todo, caçando um culpado, um culpado político, o Presidente da República, o Ministro. Não achou ninguém. Sabe por que não achou ninguém? Porque o sistema é todo errado. E nós perdemos uma grande oportunidade de entregar para a CPI...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Carlos, achou! Achou!

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Achou quem? Quem?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Achou!

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Quem, Senador Randolfe, além das vítimas? Quem é culpado daquilo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Bom, capacidade a gente tem de dizer quem é culpado.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Quem é culpado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Brasil teve 11% dos mortos por covid no planeta, com 3% da população. Não houve ninguém culpado por isso?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Na verdade, acho que o Senador está querendo dizer que tão ou mais importante – nem vou entrar no mérito, Randolfe – é a gente aperfeiçoar os processos.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Não, não achou culpado. O senhor sabe por quê? Porque ninguém sabe nada sobre a doença até hoje. Eu participei de um evento agora, recentemente, com médicos em Minas Gerais: até hoje, não se sabe nada sobre a doença. Os médicos têm procedimentos que foram desenvolvidos. Mas se a intubação era certa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sabe-se que a vacina resolve a doença.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Não, a vacina resolve.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Resolve, é verdade!

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Disso aí eu não tenho dúvida, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, sabe.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Não tenho dúvida. Mas os médicos ainda dizem: "Nós não sabemos nada sobre a doença". Então, nós vamos dizer que há culpados pelo mal da questão da covid?

E qual era, vamos dizer assim, o grande aproveitamento que nós poderíamos ter? Vamos analisar o SUS? Como é que nós podemos melhorar o SUS? Como é que, em casos futuros que possam acontecer, a gente reage com maior rapidez, com mais objetividade, para que a gente consiga entregar à população brasileira melhores soluções? O que nós entregamos foram discussões políticas. Nós entregamos alguma solução para um SUS melhor? Nós entregamos alguma solução para usar melhor o orçamento da saúde? Não. Nós fizemos o embate, cada um defendeu o seu lado, e, no final das contas, ficou um relatório e a sensação de que nós não avançamos.

A vacina veio. Hoje nós estamos aí com a população protegida. Mas perdemos uma grande oportunidade de dizer o seguinte: quais foram as falhas que o nosso sistema de saúde teve; onde nós podemos corrigir para que elas não tenham uma questão de decisão individual e para que haja uma política pública até nisso; onde as decisões têm que ser tomadas. Então, que não passe por uma pessoa. Como é que a gente discute isso? Perdemos essa oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na questão do MEC, nós temos deixado muito claro que pessoas, realmente, usaram da confiança do Ministro de forma errada. Eu já deixei muito clara a minha confiança no Ministro Milton Ribeiro, pelo que eu conheço, pela trajetória dele como pessoa, como meu irmão na fé. Qualquer um de nós está passível de infelizmente alguém lá na ponta virar e falar assim: "Ah, o Senador mandou...", como já aconteceu várias vezes. Aconteceu de a pessoa chegar na cidade e falar assim: "Eu estou aqui em nome do Senador para resolver isso, isso e isso". Aí alguém liga, fala assim: "Olha, o senhor tem aqui um assessor de nome tal?". E eu: "Não, não tenho a menor ideia de quem seja essa pessoa". "Não, mas ele está aqui dizendo que ajuda." Então eu digo: "Ele está mentindo". E se isso cai aqui numa CPI, vão falar assim: "O Senador usou um, usou outro". Essa falta de objetividade é que nós precisamos... E eu gostaria... Acho que a gente pode colocar.

Vamos transformar essa discussão sobre a questão do FNDE numa discussão em como nós podemos torná-lo mais transparente, mais efetivo, e o dinheiro público ser bem usado. Não podemos começar uma obra nova porque tem outras obras na cidade. Então, vamos colocar isso em legislação: "Olha, a cidade já tem três obras" – como tem em diversas que eu visito. Dos 853, eu já visitei 450. Eu chego, Presidente Marcelo, a determinados lugares e tem três creches paradas, numa cidade que tem 100 mil habitantes, IDH baixíssimo – três creches paradas. E aí você vai ver: numa é material de baixa qualidade, da outra o estudo não foi bem feito, para a outra a prefeitura não deu contrapartida, e para a obra; aí eles roubam janela, roubam porta, arrancam vaso. Quando a gente vai tentar retomar a obra, está tudo destruído outra vez. É uma das coisas mais absurdas do mundo. A gente chega numa cidade às vezes de 10 mil habitantes e tem uma creche lá para 600 alunos, as mães lá na porta esperando a gente: "Poxa! Podia resolver a creche. Resolve a creche para nós". Aí você vai ver, e a creche já não pode mais porque já tem oito anos que a creche está parada. Pelo menos o TCU hoje já libera para que a obra possa ser tocada pela prefeitura. Nós fizemos um acordo lá em 2019 e o TCU liberou, a gente pelo menos pode mandar o recurso para terminar a creche.

Então, a minha fala principal aqui, Sr. Gabriel, é que isso se esclareça, traga os dados todos. O Governo não tem nenhuma preocupação sobre os dados do FNDE. Traga todos. O Parlamento tem que exigir mesmo, e o Estado tem que responder. Agora vamos incluir, Sr. Presidente Marcelo, uma discussão sobre como é que a gente vai fazer, como é que este Senado vai fazer para o FNDE se tornar a ferramenta importante que ele é no Brasil, na questão da educação pública, que para nós é tão cara. E a gente usa... Tão cara no sentido de tão importante. E não é por falta de orçamento, nós somos o quarto país no mundo em PIB e investimento em educação. Nós não somos efetivos nessa educação. Vamos criar uma discussão nesse sentido? Nós vamos virar essa página de MEC, de informação. Isso acabou. Não tem mais sentido isso. Vamos partir para uma discussão mais produtiva com relação a isso.

Sr. Gabriel, eu gostaria que o senhor comentasse sobre essa questão dessas obras paradas, que o senhor fizesse um comentário sobre isso. Existe um índice de qual é a maior parte? Por quê? Se nós criarmos uma legislação que impeça o início de uma nova obra enquanto as outras não ficarem prontas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso seria importante? O FNDE entende que isso poderia ajudar a melhorar o sistema em relação a isso? Ou a gente vai... Ou nós vamos prejudicar? Mas qual é a opinião do senhor, como técnico que está lá no dia a dia, para que a gente possa trazer uma discussão efetiva sobre isso, objetiva e que valorize o contribuinte?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Com a palavra o Sr. Gabriel.

O SR. GABRIEL VILAR (Para expor.) – Bom, obrigado, Presidente Marcelo Castro, mais uma vez.

Senador Carlos Viana, eu acho que o senhor foi no ponto.

Primeiro, quais são os problemas que nós, como gestão, verificamos que são os grandes problemas que os municípios enfrentam hoje? Primeiro, o gestor assume, e o recurso que foi pago e que deveria estar na conta rendendo – e o FNDE autorizaria depois o uso daquele rendimento – não está na conta. Então, ele precisa criar uma judicialização contra o ex-gestor. Então, o senhor imagine, com todo esse trâmite judiciário, o que pode ocorrer.

E o segundo, Senador Carlos, é a falta de recursos. Como eu disse anteriormente, o senhor imagine um município que vive de FPM. O município precisa aportar às vezes, em uma obra de R$2 milhões, por estar tão defasada – e por conta do impacto da covid, teve um aumento nos preços; foi natural –, às vezes, precisa orçar, colocar do seu próprio orçamento R$1 milhão, R$2 milhões a mais, do seu orçamento, de contrapartida em cima daquela obra.

Mais uma vez, o FNDE apoia e, claro, se for de anuência do Congresso Nacional, não precisa ser esse projeto específico, mas tem um projeto em tramitação, se eu não me engano, o 2.633, de 2021, de autoria do Deputado Ricardo Barros, que permite que eu atualize a planilha da obra. Eu não quero pagar duas vezes pelo mesmo serviço; eu quero permitir que o município conclua aquela obra. Então, digamos que o município tem uma obra com 75% de execução. Ele não recebeu os 25% faltantes ainda e não vai ter dinheiro para a contrapartida. Poxa, se tiver uma legislação que permita que o FNDE atualize aqueles 25%, isso já diminui o impacto orçamentário no município, e a gente entende que ajuda a concluir a obra.

Sobre a questão de melhoria, Senador Carlos Viana, Senador Portinho, mais uma vez, nós estamos numa maturidade de gestão. Nenhum processo vai ficar como ele é se ele for errado ou se ele for ruim. Iremos, com o auxílio dos senhores e com o auxílio dos órgãos de controle, melhorá-los. O entendimento que o FNDE tem hoje...

E aí eu acho que o Senador Marcelo Castro deve me questionar sobre isto: por que o FNDE dá uma obra inacabada... dá uma obra nova, perdão, para um município que tem uma obra inacabada? Vejam, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sou de um município chamado Santa Luzia, na Paraíba. Meu município tem 14 mil habitantes, e eu vou usá-lo como exemplo, Senador Randolfe. Digamos que o atual gestor pegou uma obra inacabada no bairro Santa Teresinha. Poxa, aquele bairro tem a demanda, mas o bairro Santa Teresa, o outro Santa Teresa, também tem uma demanda de alunos que depende de creche, depende de escola. Aquele bairro também precisa ser atendido. Então, o entendimento que o FNDE vem tendo hoje é: eu não posso parar a política pública, eu não posso deixar de dar oportunidade para que a criança entre na escola, entre na creche. Então, caso contrário, caso alguma legislação venha vedar, aí tudo bem: o FNDE não vai dar mais obra nova para aquela creche.

Lembrando aos senhores: o FNDE não aprova nenhuma obra sem as documentações mínimas. Então, se o município de Santa Luzia, que é o meu caso, Senador Marcelo Castro – eu uso a minha cidade como exemplo –, apresentar uma creche nova... Se ele tem uma inacabada para o bairro Santa Teresinha e ele quer uma creche nova no bairro Santa Cecília, por exemplo, ele tem que apresentar para mim, em dados oficiais do Inep, que aquele bairro também tem a demanda, que aquele bairro vai ter alunos de outros lugares. Então, eu não vou aprovar uma escola hoje sem o mínimo de documentação e sem que ele comprove que há uma demanda mínima de alunos. E aí reforço: nós temos padrões de creche; nós damos os projetos executivos. Então, nós já temos obras que dizem quantos alunos comporta aquela sala de aula em tempo integral ou em dois turnos.

Então, Senador Carlos Viana, o FNDE mais uma vez, como eu disse no começo da minha apresentação, se coloca à disposição tanto para apresentar os dados necessários quanto para melhoria da legislação. Espero que a nossa diretoria seja convidada mais vezes para que a gente possa, junto com os senhores, se os senhores entenderem dessa forma, vir ajudar a construir a política pública, que é o que a gente quer, é a criança na escola, e é isso.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – O senhor me permite mais uma pergunta, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, com todo o prazer, Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Uma experiência aqui, Gabriel... Até o Senador Marcelo está acompanhando lá pelo Piauí. Nós tivemos uma mudança na forma de contratação que está gerando muita polêmica. Inclusive, tem um jornal que faz matéria todo dia, todo dia, todo dia, de que empresa ganhou e há possibilidade disso, há possibilidade daquilo, aí vai lá, entrevista quem não concordou e tal. Mas é o seguinte, o sistema sempre foi: faz-se um projeto, estabelece-se um valor de obra e abre-se uma licitação. Não é isso, Senador Marcelo? Agora, o TCU aprovou um sistema mais rápido. As empresas... Abre-se um trecho para ser asfaltado. A empresa vai lá, faz o projeto dela, a empresa vai lá, faz a identificação e apresenta o preço para o ministério. O TCU aprovou isso de forma ampla. Antes de começar, foi feita uma consulta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, hoje, por exemplo, se eu tenho um trecho de asfalto lá no Piauí, não precisa mais fazer o projeto, não é? A empresa vai lá, faz tudo e traz o preço. Se o preço estiver dentro da regra, do metro quadrado correto, do quilômetro, a empresa é autorizada a fazer a obra com todo o custo dela. Isso gerou polêmica. Está aí uma confusão, eu não vou entrar...

Mas, no caso das creches, por exemplo, se nós identificamos que uma cidade tem uma demanda para uma determinada região, não seria melhor também uma empresa ou empresas interessadas irem lá, elas fazerem o projeto, elas dizerem com quanto tempo, quanto vai custar e o FNDE comprar isso já pronto? Do que, ao contrário, o FNDE... Porque aí nós evitaríamos fiscalização de material de baixa qualidade, problema de terreno. O que o senhor acha? Qual é a sua opinião sobre isso?

O SR. GABRIEL VILAR – Pode, Senador Marcelo?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pode responder.

O SR. GABRIEL VILAR – Obrigado, Presidente.

Senador, qual é a didática do FNDE? Isso também não é novo, nós só aperfeiçoamos o projeto. O FNDE hoje dá projetos executivos aos municípios. Então, nós temos projetos próprios hoje. Nós temos projetos de creche Tipo 1, creche Tipo 2, e aí a gente muda o tamanho da creche, tá? Escolas de treze, nove, cinco salas e até menores. Por exemplo, no Amazonas, nós temos escolas de uma sala, que são para regiões mais afastadas.

Por que que o FNDE fez isso, Senador? O nosso entendimento à época é que isso reduzia o custo. O senhor imagina a prefeitura ter que pagar – eu vou chutar – R$100 mil num projeto executivo de uma obra... Então, o FNDE já dá o projeto para o município e facilita a vida dele e facilita a nossa vida também, porque, imagine só, eu já tenho uma dificuldade de análise por falta de técnicos. E são os meus projetos, os meus projetos nós analisamos mais rápido. Se cada prefeitura começar a apresentar um projeto diferente, vai tornar o processo mais moroso, mas, mais uma vez, essa é a opinião de quem está na gestão hoje – mais uma vez, maturidade de gestão. Se precisar melhorar e se os senhores entenderem que dessa forma será mais prático, não seria difícil também o FNDE se adaptar a essa alternativa, Senador Carlos.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Sinto-me satisfeito, Marcelo. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eu me sinto no dever, Senador Carlos Viana, de fazer aqui um pequeno esclarecimento, porque, por coincidência, dos assuntos que V. Exa. abordou aí, em um, eu fui Ministro da Saúde e sou médico; no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outro, eu fui o Presidente da Comissão do Apagão Aéreo. V. Exa. abordou esses dois assuntos, e eu gostaria de melhor esclarecer como isso foi encaminhado.

O Cenipa fez o levantamento do acidente em Congonhas com o avião da TAM que vitimou aquelas pessoas todas, inclusive um colega nosso Deputado do Rio Grande do Sul, e o Cenipa chegou a uma conclusão. O Cenipa, quando analisa um acidente aéreo, levanta os fatores contribuintes e os fatores determinantes. Sabe-se que, em um acidente aéreo, como V. Exa. disse muito bem, nunca há uma causa só; são várias que se somam para se chegar ao acidente. Então, naquele dia, tinha chuva, o Aeroporto de Congonhas sempre é um aeroporto com trânsito muito intenso, mas o fator determinante do acidente sobre o qual o Cenipa chegou à conclusão não foi a chuva, não foi a pista... Isso pode ter entrado como fatores contribuintes, mas, na verdade, foi o manete do avião que o piloto colocou no lugar errado. Então, não foi por causa da pista que estava molhada, porque não havia ranhuras. Se V. Exa. prestar atenção, quando o avião bateu no solo, quando ele aterrizou, o avião pegou velocidade. Por quê? Porque o piloto colocou um manete do avião, que estava com o reverso pinado, no lugar errado, e o computador do avião leu que o avião queria arremeter e não parar. Como uma turbina forçou, disparou, e a outra não, o avião fez a curva, saiu da pista e terminou entrando no prédio da Varig. Então, essa é a conclusão a que o Cenipa chegou. Na verdade, foi um erro humano, infelizmente. Era um piloto experiente, mas isso acontece. Nós somos seres humanos.

No caso da covid, Senador Carlos Viana, nós já estamos com dois anos de estudos, quer dizer, um médico hoje não pode se dar a liberdade de dizer que nós não sabemos nada. Talvez não saibamos tudo, mas já sabemos muita coisa sobre a covid. Quando iniciamos, realmente se pensava que era simplesmente uma enfermidade respiratória, que atingia o trato respiratório, e se viu que não, que a covid ataca todos os órgãos: ataca os rins, ataca o coração, ataca o cérebro, ataca os processos mentais, as pessoas ficam esquecidas.

Há casos extraordinários que eu acompanhei, como o de um colega nosso lá no Piauí. Ele pegou covid e disse que dava uma sede e que, se ele pudesse, beberia um tambor de água, quer dizer, é o vírus atacando o centro cerebral da sede. Está entendendo? Esse mesmo camarada disse que, à noite, estando com covid, ele foi dormir e que, quando fechava os olhos, se lembrava de um amigo dele que havia pedido um salão dele para fazer um evento lá. Então, o amigo ficava pedindo, e ele ficava concedendo; o amigo pedia, e ele concedia; o amigo pedia, e ele concedia. A noite toda, ele estava nessa loucura. Ele teve que acordar a mulher dele: "Eu estou ficando louco!". Então, a doença está influenciando nos processos mentais dessa pessoa. Isso é uma obsessão, ela causou uma obsessão na pessoa.

É claro que é uma doença muito complexa, mas nós evoluímos muito. A maior evolução de todas, além do tratamento... No começo, não era recomendado dar corticoide, pelo contrário. Ninguém dá corticoide para tratar virose, porque a virose é combatida pelo sistema imunológico, e o corticoide baixa o sistema imunológico e, então, não é recomendado. Aí, com o aprendizado, se diz: "Na fase inicial, na fase de virulência da doença, você não dá o corticoide, mas, depois que isso se completa e que vem a fase

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inflamatória, você tem que dar o corticoide para desinflamar". Isso tem salvado muitas vidas, felizmente. Depois, vieram os remédios modernos, anticorpos monoclonais, Remdesivir, e outros mais modernos ainda. E o Trump fez isso aí. O Trump é um grande esperto: ele defendeu a cloroquina a torto e a direito, dizendo que cloroquina salva, mas, na hora em que ele adoeceu, ele não tomou cloroquina, não! Só os bestas a tomaram! Ele tomou o Remdesivir, os anticorpos monoclonais! Ele fez tratamentos modernos, com corticoide.

É só para colocar as coisas nos termos: hoje um médico não pode dizer que não se sabe nada sobre a doença. Não! Sabe-se muito, evidentemente, agora, não se sabe tudo. É uma doença realmente nova, e ainda há muita coisa para a gente aprender.

Agora, eu quero voltar aqui para o nosso Gabriel, para a gente encerrar a nossa primeira parte.

Sr. Gabriel, V. Sa. está aqui, porque fatos muito extraordinários aconteceram.

Primeiro, houve inúmeras reuniões do Ministro da Educação e do Presidente do FNDE, em vários locais do país, em que eles discursavam e apresentavam os Pastores Arilton e Gilmar. Digamos que eles empoderavam os pastores; depois, terminavam e botavam os Prefeitos com os pastores. E a denúncia que os Prefeitos fizeram é a de que os pastores iam, digamos assim, na maior cara dura, achacar os Prefeitos e pedir propina para liberarem os recursos.

Depois dessa parte aí, que já estarreceu todo mundo, veio a questão dos ônibus escolares. Eu acho que esse é um assunto que já está mais do que esclarecido, porque o próprio FNDE, que colocou o valor de R$2 bilhões para comprar 3.850 ônibus... (*Pausa.*)

O próprio FNDE baixou os recursos de R$2 bilhões para R$1,5 bilhão. Então, quem é que está confessando que havia sobrepreço? O FNDE. Se não havia, por que baixou? Baixar por que se os preços eram adequados?

Depois vieram os *kits* de robótica, que, segundo a *Folha de S.Paulo*, eram comprados por R$2,7 mil e eram vendidos por R$14 mil. E esses *kits* foram concentrados, na sua grande maioria, em 67% dos recursos, num estado só do país – que não é o maior estado do país –, em escolas que não tinham estrutura para ter equipe de robótica. Não tinham informática, não tinham internet, não tinham computador... E muitas escolas não tinham nem água encanada.

Então, todos esses fatos são da mais alta gravidade, porque nós estamos tratando de recursos públicos. Mas tem um, em especial, em que eu venho batendo aqui desde o início. Eu tenho alguma intimidade com orçamento. Já participei de algumas Comissões do Orçamento. Já fui Presidente da Comissão de Orçamento; agora eu fui indicado Relator Geral. E o FNDE vem utilizando uma prática absolutamente inusitada: todas as obras que são feitas no Brasil, todos os recursos que são empenhados... Nós estamos aqui há 23 anos. Eu tenho 23 anos que, todo ano, religiosamente, eu corro atrás de recursos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o meu estado. Nunca, em nenhuma oportunidade, eu fiz ou vi alguém fazendo o empenho parcial. Isso não é uma prática usual. Todos os empenhos que são feitos são no valor total. Se você vai fazer uma obra que custa R$1 milhão, você empenha R$1 milhão. Se a obra custa R$500 mil, você empenha R$500 mil. Não pode ser diferente. O que justifica – e aí cabe a pergunta – o FNDE fazer empenhos num valor 0,X% do valor total da obra?

Vou dar um exemplo aqui concreto. O Município de Porto Seguro, na Bahia, teve um contrato de recursos lá, um convênio, no valor de oito milhões, duzentos e não sei quantos mil, em que foram empenhados R$30 mil. Eu fiz o cálculo. Isso dá exatamente 0,36% do recurso. Como justificar isso aí? Para que essa prática? Por que o FNDE faz isso? O que ele atinge? Eu gostaria que V. Sa. me respondesse o que o FNDE procura atingir, alcançar. Para que faz isso? Ora, quando nós sabemos que nós temos a Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina textualmente que devemos priorizar a conclusão das obras que estão em andamento. Existem várias denúncias de Prefeitos de obras que estão em andamento, de recursos faturados, aprovados e não pagos, com a justificativa de que o FNDE não tem dinheiro.

Como é que tem três mil e tantas obras, Senador Portinho, paralisadas no Brasil? A Lei de Responsabilidade Fiscal manda priorizar a conclusão das obras em andamento. O Tribunal de Contas manda a mesma coisa. A LDO determina a mesma coisa. A própria resolução do FNDE determina a mesma coisa. E o FNDE rasga a sua resolução, a Lei de Responsabilidade Fiscal, a LDO, o parecer do Tribunal de Contas, passa por cima de tudo isso aí.

Felipe Salto, que é uma pessoa que merece crédito nosso aqui, que foi nomeado agora Secretário de Fazenda de São Paulo e que era aqui o Diretor do Instituto Fiscal Independente, disse que no ano passado o FNDE empenhou, abriu 2 mil novos convênios, 2 mil novas obras no Brasil. Com R$110 milhões, eles conseguiram parir um orçamento, Senador Carlos Portinho, de mais de R$6 bilhões. Meu Deus! Para que isso? Onde é que há uma justificativa disso?

Nós queremos, todos nós aqui, assim entendo, ver a eficiência administrativa, que é um dos princípios da gestão pública. O FNDE tinha 110 milhões. Se tem 110 milhões, vamos aplicar esses 110 milhões como manda a Lei de Responsabilidade Fiscal, para concluir as obras que estão em andamento. Se quer abrir alguma obra nova, que abra, mas por que empenhar 6 bilhões com 100 milhões? Qual é a justificativa disso? Eu não consigo captar o sentido disso aí. O que é que o poder público ganha com isso?

Eu podia citar aqui "n" casos. Tem um caso que me chamou a atenção, no Paraná, de uma cidade que recebeu uma creche, de R$3,2 milhões o convênio, e foram empenhados, Sr. Gabriel, R$5 mil. Isso é uma piada! Não tem outro nome para isso! Como justificar uma situação dessa? Para que fazer isso? Se tem o dinheiro para fazer a creche, faz; se não tem, não faz. Antes, pelo contrário, por que não conclui as que estão em andamento? Se fosse fazer, que faça, agora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu estou dizendo? A sorte é que o valor empenhado foi tão irrisório, tão insuficiente que as obras não vão começar, porque, se começassem, Senador Marcos Rogério, além das 3.665 obras inacabadas, paralisadas, nós íamos ter mais 2 mil. Só que, dessas 2 mil, talvez nenhuma comece, porque você não vai começar uma obra de R$8 milhões com R$30 mil empenhados. Você não vai começar uma obra de R$3 milhões com R$5 mil empenhados.

E isso não é exceção; isso é a prática do FNDE. Está aqui o Diretor; que me desminta se eu não estou dizendo a verdade. Tornou-se uma prática do FNDE. Dificilmente você encontrará no FNDE um recurso correspondente à obra que vai ser executada. Normalmente é um percentual que vai em torno de 1%, uma coisa insignificante. Agora, qual é a finalidade? Por que o FNDE faz isso? Eu não entendo. E posso entender se houver uma motivação política ou se houver uma motivação de enganar a população, se houver uma motivação de enganar o Prefeito.

Vamos supor, por hipótese, que um pastor, uma pessoa qualquer intermediasse um recurso: "Prefeito, você bota 40 mil na minha conta, você me dá um quilo de ouro, e eu te empenho um recurso aqui de 6 milhões". E ao invés de empenhar os 6 milhões, faz o convênio de 6 milhões e empenha 100 mil. O Prefeito já perdeu dinheiro, porque esse dinheiro não volta mais e a obra também não vai ser feita.

Senador Carlos Portinho, nós somos Senadores e nós temos responsabilidade com o nosso país e com a nossa educação! O que justifica você empenhar um recurso de uma creche de R$3,2 milhões, você empenhar R$5 mil? Isso é uma brincadeira de mau gosto! Isso é um desrespeito! Isso não tem explicação!

"Ah, mas isso é uma exceção!" Não! É a regra do FNDE. Sou capaz de afirmar aqui que quase todos os recursos que foram empenhados o ano passado pelo FNDE foram feitos de maneira parcial, que não se justifica. O Senador Carlos Portinho disse: "Não, é bom que seja parcial, depois faz...". Não, Senador Carlos Portinho! Todo recurso público tem que ter uma finalidade.

Senador Marcos Rogério, V. Exa. que foi meu colega Deputado Federal, tem experiência, V. Exa. sabe que só se justifica empenhar parcialmente um recurso quando a obra ultrapassa vários exercícios financeiros. Por exemplo, vai-se construir transposição do Rio São Francisco. No planejamento, suponhamos, por hipótese, que a obra passe dez anos para ser concluída? Estão no projeto, no planejamento, dez anos. Para que você empenhar tudo num ano só? Não precisa. Você empenha um décimo por ano, até você concluir em dez anos. Mas uma creche em que depois da ordem de serviço a construtora faz em seis meses, em três meses ou em um ano, para que empenhar 1% do valor, 0,1% do valor? Onde é que está? Onde é que está a lógica disso daí?

Outra coisa, a Funasa... Eu já vi a Funasa empenhar, fazer empenhos parciais, mas levando uma etapa útil. Suponhamos que se vá colocar água em cinco povoados de um determinado município, porque para colocar água nesses cinco municípios se precisasse de R$5 milhões. Mas para colocar água no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

primeiro povoado só precisasse de R$1 milhão? A Funasa, às vezes, faz isso, ela empenha 1 milhão dentro de um projeto de 5 milhões para atender ao primeiro povoado. Aquilo ali é uma etapa útil. Então, botou água no primeiro povoado. Cumpriu a sua obrigação. Se não houver povoado no meio e tiver só de A a B, e o final forem 5 milhões, ele tem que empenhar os 5 milhões, porque não pode deixar o cano no meio da estrada, no meio do tempo, sem finalidade social, Senador Randolfe. Só nesses casos é que se justificam empenhos parciais. É quando você cumpre uma etapa útil ou quando é um projeto muito grande que transcende um exercício financeiro.

Então, fazendo aqui esse resumo geral de como nós chegamos até aqui hoje, eu gostaria de ouvir o Sr. Gabriel, que nos parece um técnico muito competente e dedicado à sua função, para eu entender a lógica do FNDE de, com R$110 milhões, fazer convênio de R$6 bilhões, quando nós temos as obras inacabadas, não priorizar essas obras e abrir novos convênios com obras que não vão iniciar.

Não há possibilidade de um Prefeito iniciar uma obra com R$5 mil, uma obra de R$3 milhões. Não há possibilidade de um Prefeito iniciar uma obra de R$8 milhões com R$30 mil empenhados. Eu estou falando de casos concretos; não é exceção, é a regra – de 100 mil, de 50 mil, de 200 mil, é a regra. Dificilmente você vai encontrar um valor empenhado no FNDE no ano passado, no valor da obra. Não começa. Como é que você vai começar uma obra de 8 milhões com 200 mil, Senador Carlos Portinho? Você não limpa o terreno. (*Risos.*)

Quem entende de ordem de construção sabe que é assim. Quando é que vai ser empenhado o restante? Ora, se não tem o dinheiro agora para empenhar, por que fazer isso? Qual é a lógica disso? Só se for uma outra lógica fora da gestão pública, aí eu não posso e ninguém pode se responsabilizar. Então...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Marcelo, desculpa, é só porque acho que eu posso acrescentar, antes da resposta. Esse é um ponto de uma divergência técnica de gestão nossa até. E falo com todo o respeito a V. Exa., que também é um grande gestor público, já teve a experiência executiva. Eu acho sua pergunta muito pertinente, porque é uma divergência inclusive nossa.

Eu posso dar outros dois casos meus, com todo o respeito. Tem uma obra numa comunidade muito carente, a mais vulnerável de Itaboraí, que é a escola da Reta, talvez será a maior grande obra naquela região de Itaboraí. Eu vou usar os meus dois primeiros anos aqui de mandato de emenda impositiva para poder suprir essa obra, que não é uma obra de uma creche realmente, não sei se alguma termina em seis meses, aí é desconhecimento meu, mas sei que uma obra de uma escola do porte do modelo do FNDE transpassa alguns anos. E aí a questão de você bloquear o orçamento que poderia estar sendo dirigido para outras necessidades de outros estados e tudo mais e empenhar todo o recurso de uma obra que você sabe que vai demorar mais tempo... E, mesmo naquelas, Senador, que não demore...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador, o tempo...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu vou dar o meu outro exemplo.

Desculpa, Senador, porque V. Exa. deu exemplo concreto, eu também tenho a mesma dúvida. Isso não é político, isso é uma divergência técnica, de gestão.

Eu tenho em Três Rios um colégio para o qual encaminhei recurso para a reforma, e eu tenho que montar uma equipe dentro do meu gabinete para ficar cobrando as prefeituras para que entreguem a documentação. Aí eu pergunto: vale o FNDE – a prefeitura está devendo há um ano, era emenda impositiva, a documentação – bloquear o recurso de um orçamento que ainda está aguardando a entrega de documentação? Então, nessa questão da rotina de orçamento eu tenho total interesse. Não quero dizer quem está certo ou errado, mas eu tenho uma visão de gestão um pouco diferente. Respeito a sua. Respeito, mas eu tenho uma visão um pouco diferente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador Carlos Portinho, o recurso empenhado tem que ter uma finalidade.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Tem que fazer uma etapa útil.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A finalidade de que aquela obra foi admitida, está aguardando uma documentação, está aguardando a conclusão do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não tem nada com documentação, são todas as obras assim. Não é exceção, não; é uma regra.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas, com todo o respeito, acho que eu só quis fazer esse acréscimo para mostrar nossa divergência de entendimento técnico. Isso não é político, não é? É de gestão. Eu tenho uma outra visão. Respeito e queria entender também...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Como é que se começa uma creche de R$3 milhões com R$5 mil empenhados?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E como é que a gente tem tantas obras paralisadas ou inacabadas com o empenho total já dado, bloqueando o orçamento, e ela nem começou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – O que tem uma coisa a ver com a outra?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ué, total. É a mesma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vamos esperar o FNDE. É só uma divergência técnica nossa. Desculpa, Senador Marcelo, eu não quero ter razão nem tirar a razão de V. Exa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, se V. Exa. me permite uma rápida questão de ordem antes da resposta de Gabriel, eu estou preocupado... Nós temos ainda mais um convidado que estaria participando de forma *online*. A participação do Sr. Gabriel aqui se iniciou, e eu acho que teve o aproveitamento aqui por parte de todos os colegas Senadores, mas iniciamos às 9h30 e já estamos ao meio dia e trinta, duas horas – não é? – de depoimento aqui da parte do Sr. Gabriel, e ainda temos perguntas a responder.

A questão de ordem que eu faria para sua aquiescência e a dos demais, e com a concordância também do próximo que nós iríamos ouvir, que era o Sr. Garigham, se não seria possível ouvir o Sr. Garigham amanhã, visto que nós ainda temos Senadores a serem ouvidos, a indagar, nós temos na sequência ainda a Ordem do Dia hoje e temos ainda eu acho que a agenda de todos os Srs. Senadores a ser cumprida. De minha parte, inclusive, que fui autor do convite tanto ao Gabriel quanto ao Sr. Garigham, eu tenho um compromisso daqui a pouco na Embaixada francesa que acabará, pela exiguidade do tempo, comprometendo a participação.

Então, era a sugestão que eu trago a V. Exa., aos colegas Senadores, para que nós pudéssemos ouvir o Sr. Garigham ou na semana que vem ou na quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eu proporia aos colegas na semana que vem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Podemos marcar para a próxima quarta-feira, não é? Porque amanhã não dá, pois nós temos sabatina de autoridades, que vão ser sabatinadas amanhã na Comissão, e já temos a convocação. Então, a gente poderia suspender a audiência do Sr. Garigham e deixaria para a próxima quarta-feira, então.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não gosto de divergir, não. Eu sou da conciliação, da construção... (*Risos.*)

Mas eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Fique em paz, que nós aqui somos da conciliação, do entendimento, da paz e da harmonia, viu?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Não, mas é só uma questão... A gente sabe que o Sr. Garigham, inclusive, está de férias, já agendadas antes, muito antes. Soube, inclusive, que ele comprou sua passagem com recurso próprio no ano passado, porque ele foi visitar a filha que mora em outra localidade. E ele está também, desde a manhã, ali, aguardando. E eu estou... Assim, em que pese o tempo, eu acho que está sendo muito produtivo, porque a gente está construindo, dessa vez, em cima de...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Sem dúvidas.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... de fundamentos.

Em princípio, eu tendo a não... a divergir. Vou dizer, assim, não vou dizer não aceitar, mas é divergir o meu colega, porque a gente tem um outro servidor que está nas férias, está aguardando, está lá do outro lado para fazer remoto. Também é um pouco de sensibilidade nossa aqui. Enfim, eu também tenho outros compromissos que eu estou aqui adiando, perdendo. É só uma colocação, ouvindo os outros pares, naturalmente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eu também tenho outros compromissos, acho que muitos aqui temos.

O planejamento era que a gente terminasse os dois por volta de meio-dia – não é? –, mas felizmente a presença aqui do Dr. Gabriel foi muito esclarecedora: ele contribuiu muito, foi muito solícito e foi muito demandado. Evidentemente o tempo expirou, ficou difícil agora de fazer a audiência também do Sr. Garigham, que eu julgo ser de grande importância.

Senador Wellington Fagundes.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Nós vamos... Portinho...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu tenho uma outra questão: se é necessário ouvir o próximo, que o Senador Carlos Viana, tendo em vista que a gente pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aproveitar... Acho que a questão que importa mais, salvo melhor juízo, Senador Randolfe – e aí com toda a sinceridade –, do convidado Garigham é a questão dos ônibus, que, se eu não me engano... Mas, pelo que eu entendi, acho que o Gabriel pode falar a respeito. Se a gente, assim... Porque eu ia inclusive pedir para que fosse só um, mas, para não parecer que a gente estava aqui jogando contra, eu falei: "Não, então vão os dois". Até falei para o rapaz que está lá do outro lado: "Cara, faz aí remoto, atende a Comissão", e ele está lá para atender a Comissão.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – É, e terminamos aqui...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Senador, é porque... Vejam, colegas Senadores, sobre esse assunto perguntado ainda há pouco para o Gabriel, se ele puder responder sobre os temas relacionados ao Sr. Garigham, tudo bem, só que, sobre esse assunto já perguntado, o Sr. Gabriel nos informou aqui que não é da alçada dele, não é da área dele, e de fato não é, e de fato não é da área dele. Então, já foi... Por conta dessa circunstância é que vejo a necessidade de, na circunstância mais adequada, porque, reitero, já temos duas horas e meia de depoimento do Sr. Gabriel, que eu considero que também foi proveitoso...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não concluímos ainda, porque o Sr. Gabriel ainda tem as...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E não concluímos, não concluímos.

Então, até pela circunstância, eu acredito que nós temos que ouvir o Sr. Garigham.

Se tem circunstância, se ele está em férias, enfim, nós podemos ajustar uma nova data, um novo momento para isso, mas a única circunstância que impõe a necessidade de ouvi-lo é porque as perguntas relacionadas a ele já feitas ao Gabriel o Gabriel destacou aqui que não são – e de fato não são – da alçada dele.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG. Pela ordem.) – Estamos todos aqui para ajudar.

Então, no caso das férias do servidor, Sr. Presidente, verificamos com ele uma nova data que respeite inclusive o período...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – De mim, perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – De mim, perfeitamente. De pleno acordo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador, tranquilo, tá?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não precisa ser necessariamente semana que vem. Na outra...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Só acho que estamos com a dívida com o Sr. Garigham, porque ele ficou esse tempo todo aí...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Exatamente, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – ... à nossa disposição. Infelizmente, o que aconteceu é que o tempo expirou. Não estava na nossa vontade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tenho pleno acordo com o encaminhamento proposto pelo Senador Carlos Viana.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – Sr. Presidente, nosso companheiro, Senador Marcelo Castro, eu quero aqui agradecer a oportunidade de estarmos aqui com o meu Líder também, o Senador Portinho, com todos os Senadores.

Primeiro, eu preciso aqui falar na condição de Relator do Ministério da Educação na Comissão de Orçamento para este ano. E aí já inicialmente eu quero agradecer a V. Exa., Senador Marcelo Castro, pela sua experiência em atuação longeva lá na própria Comissão de Orçamento, mas também aqui na Casa e como Presidente da Comissão de Educação do Senado. Aí eu também tenho que enaltecer o trabalho da Senadora Rose de Freitas, que tomou quase como obsessão que nós tivéssemos que alocar mais recurso para o Ministério da Educação de onde tivesse. Inclusive propus a realocação de R$1 bilhão do fundo eleitoral para a educação, e conseguimos 800 milhões, aproximadamente, com o orçamento de R$145 bilhões, a aprovação do novo Fundeb por todo esse Congresso Nacional, o que vai duplicar os recursos da educação para os próximos anos, valorizando, acima de tudo, os professores, a estrutura para a educação brasileira e também com o foco de voltar as nossas crianças com segurança para a escola, não ter nenhuma criança fora de sala de aula. Temos de recuperar o tempo perdido. Afinal de contas, foram praticamente dois anos perdidos, e isso para uma geração representa muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que nos traz mais conforto é saber que o Brasil hoje já é detentor de quatro pesquisas 100% com tecnologia nacional para fabricação de vacinas contra a covid e vamos fabricar vacinas suficientes para imunizar a população brasileira e ainda exportar vacina. Eu digo isso, porque todo o nosso trabalho com V. Exa., com toda a Comissão, Deputado Hugo Leal, foi também no meu relatório fazer um relatório lincado como Ministério da Ciência e Tecnologia, exatamente em função da pandemia, e os resultados já estão aí, com essas pesquisas já prontas e que trazem, com certeza, muita esperança para toda a população. Além do que o Brasil foi o país que mais vacinou no mundo, mas a gente sabe que temos de nos preparar para isso, e as nossas crianças e os nossos estudantes que tanto sofreram...

Por exemplo, conseguimos aprovar a renegociação do Fies, atendendo a mais de um milhão e duzentos mil estudantes com a renegociação da dívida do Fies, que pode chegar a 94%. Também fui Relator no novo Prouni, e vamos atender aproximadamente 300 mil bolsas de estudos para os estudantes do Brasil. Só no meu Estado serão quase 50 mil.

Eu quero agradecer a todo o Senado da República, a todos os companheiros que se empenharam tanto para aprovar esses projetos. E fiquei mais feliz nesta semana, quando conseguimos aprovar também que o programa Auxílio Brasil não seja mais um programa de governo e, sim, um programa de Estado. Isso traz perenidade e traz a certeza que aqueles que estão desamparados e desempregados... Como hoje o Presidente Bolsonaro está atendendo a mais de 17 milhões de pessoas, independentemente de quem seja o Presidente futuro, terá que fazer o mesmo, ou seja, cumprir esse trabalho social em ajuda a quem mais precisam.

Agora vamos especificamente ao Gabriel, porque eu quero fazer um elogio a esse jovem. Eu o conheço há muito tempo trabalhando no Ministério da Educação, é um menino brilhante, que, com certeza, no FNDE não está sendo diferente. Então, o Gabriel sempre nos atendeu com muita educação, com muita presteza e até com muita energia, própria de um jovem que quer vencer na vida, que quer crescer e quer ajudar o Brasil.

Na verdade, fico aqui, Sr. Presidente, muito mais indagando internamente a todos nós, porque discutimos muito isto na Comissão de Educação, o foco de concluir as obras inacabadas. V. Exa. me ajudou muito na alocação desses recursos, recursos genéricos para que a gente possa concluir... E aí nós temos uma herança maldita, que são mais de duas mil creches inacabadas no Brasil. Eu sempre falo que uma obra inacabada não serve para nada; obra inacabada é desperdício do recurso público. E o cidadão que está lá na ponta fica revoltado mesmo, porque, se ele está ali e precisa levar o seu filho para a creche para trabalhar e hoje a mulher também está à frente trabalhando e buscando a renda para o sustento da família, a gente não pode ficar com obras inacabadas pelo Brasil afora.

Eu, inclusive, fui autor de um projeto para que, na mesma localidade em que tivesse uma obra inacabada, não pudesse começar outra obra inacabada. E aí eu queria até indagar aqui ao Gabriel, porque isso eu tenho como herança maldita, como está essa situação das nossas obras inacabadas no FNDE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olhe, eu, agora há pouco, recebi uma ligação do Prefeito de General Carneiro, uma cidadezinha pequena, lá no meu Estado de Mato Grosso, próximo a Barra do Garças, na divisa com Goiás praticamente, onde 50% da população é de índios, principalmente os xavantes. Então, há muita comunidade rural, uma extensão de uma reserva indígena muito grande e obras que começaram há oito, dez anos. O Prefeito quer concluir a obra e infelizmente há dois problemas que acontecem hoje, Sr. Presidente. Primeiro, o recurso o FNDE não está conseguindo liberar a contento. Por isso é que eu gostaria da explicação do nosso Gabriel. Se possível, até eu gostaria com foco também no Mato Grosso.

Mas também o que aconteceu, Presidente? Muitas dessas obras começaram há muito tempo e o custo do material de construção subiu muito. Então, a maioria das empresas não querem concluir, estão abandonando ou abandonaram essas obras também, porque foi feita a licitação lá muito no passado, deu ordem de serviço, começou e depois não houve a liberação de recurso. Por isso, eu digo que o Presidente Bolsonaro recebeu, sim, uma herança maldita.

Então, um comentário assim mais específico, Gabriel, V. Sa. podia passar para o Brasil. Nós temos esperança de concluir quantos por cento dessas creches ainda neste ano? Como está a programação orçamentária? O que nós aqui do Congresso podemos fazer, inclusive na atuação lá na Comissão de Orçamento ou junto ao Governo, para créditos suplementares?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Qual percentual de recurso do FNDE foi destinado para concluir as obras que estão em andamento? Qual percentual foi alocado para obras novas?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Olhe como é bom ter um Presidente competente, que ajuda o desenvolvimento do nosso raciocínio. É exatamente isso. O Senador Marcelo Castro realmente tem muita experiência não só nessa área, na área de infraestrutura, na área orçamentária, que é importante.

Então, Gabriel, eu gostaria que fosse assim de forma simples, a gente quer exatamente como o Presidente Marcelo colocou. O que será possível a seu ver? Quantas obras dessas não poderão ser concluídas por outros problemas? Porque temos problemas também em que, às vezes, houve desvios, está na Justiça. Então, dê um quadro separado do que é possível, que não tem embaraço judicial, não tem embaraço no Tribunal de Contas, daquelas que estão livres. E o que tem de recurso realmente, como foi aqui colocado pelo Senador e também Ministro da Saúde Marcelo Castro?

Então, eu fico feliz de poder estar aqui. Terei realmente também agora um encontro ali com o Ministro Anastasia, vamos ter uma reunião no Bloco Vanguarda, Presidente Marcelo Castro, enquanto V. Exa. conclui aqui. Se puder dar uma passada lá... Inclusive, o nosso Presidente do Senado vai passar lá também. Se V. Exa. puder estar lá conosco, será um prazer.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Bem, o Sr. Gabriel com a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Bem, mas concluo, parabenizando a vinda desse servidor, porque o conheço há muito tempo e tenho certeza de que é uma pessoa preparada e principalmente que trabalha muito, dá de si muito; é essa juventude que o Brasil hoje está tendo e que com certeza vai ajudar muito para que o Brasil possa vencer essa crise maldita também dessa doença que foi a covid.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Com a palavra o Sr. Gabriel.

O SR. GABRIEL VILAR (Para expor.) – Obrigado pelas palavras, Senador Wellington. É sempre muito importante a gente ter figuras tão experientes do nosso lado; então, parabenizo o senhor também, Senador Marcelo Castro, que não à toa foi Ministro da Saúde e não à toa é o atual Relator do Orçamento.

Se o senhor me permitir deixá-lo por último, responderei aos questionamentos do Senador Wellington, e aí, Senador Wellington, se o senhor me permitir também, enviarei relatórios posteriores à Comissão, porque eu preciso analisar, obra a obra, as que possuem problemas, as que já foram pagas. Então, se o senhor me permitir, encaminharei à Comissão relatório com as obras inacabadas.

O que eu acho importante destacar? Nós conseguimos, junto ao Tribunal de Contas, analisar para tentar repactuar também as obras que estão em prestações de contas especiais, Senador Marcelo. Essas obras não eram possíveis serem analisadas até o cumprimento da decisão final pelo Tribunal de Contas. Então, hoje corre o processo em paralelo e, se o município tiver, quiser e caso tenha feito a repactuação, caso tenha solicitado a repactuação, nós também conseguimos que esses processos sejam encaminhados e sejam repactuados e que essa obra volte também à execução – é claro, não podendo deixar de lado qualquer outra judicialização ou qualquer apuração relativa a gestores anteriores ou a secretários que possam ter vindo a incorrer em fatos ilícitos.

Senador Marcelo Castro, o senhor roubou um exemplo que eu ia dar para o senhor. A Funasa também já fez empenhos parciais, e mais uma vez é a maturidade da gestão. Por que o FNDE fez empenhos ou faz empenhos parciais desde 2016? A experiência do FNDE demonstra: quando nós empenhávamos o recurso completo, essa obra não era concluída, podendo ser até cancelada. Senador, mais uma vez: hoje, essas 2 mil obras que foram empenhadas não foram liberadas para licitação, todas elas estão com um termo de compromisso condicional – eu acho que o senhor deve conhecer a cláusula suspensiva no Siconv, na Plataforma +Brasil –, não só documental, mas orçamentário também, lembrando aos senhores que o FNDE não dispõe hoje de orçamento próprio, o orçamento do FNDE hoje é de outra fonte.

Então, encaminharei posteriormente também, e acho que o senhor tocou num ponto decisivo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – De outra fonte como?

O SR. GABRIEL VILAR – De emenda, Senador. Então, hoje o FNDE não tem nenhuma ação orçamentária que seja própria para poder fazer esses pagamentos.

Encaminharemos também posteriormente, se o senhor me permitir...

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Sr. Gabriel, e o senhor está na boca do cofre a partir de agora. (*Risos.*)

O SR. GABRIEL VILAR – É isso.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – É o homem mais poderoso da nação. (*Risos.*)

O SR. GABRIEL VILAR – Não...

E posteriormente, Senador, também encaminharemos, se o senhor me permitir, o que foi usado para utilização em obras novas e utilizado para pagamentos.

O que o FNDE sempre recomenda para utilização de emendas? Vamos concluir obras. Senador Marcelo, para obras inacabadas, por exemplo; não tendo um instrumento vigente com o FNDE, infelizmente eu não posso empenhar um recurso. Então, eu preciso que o município tenha feito a repactuação para que eu possa continuar executando e empenhando recursos provenientes. Se não for assim, infelizmente... E aqui eu quero até trazer, e mando para os senhores também posteriormente: mais de cento e cinquenta obras inacabadas, os próprios municípios já concluíram com recurso próprio, sem precisar de recursos do FNDE. Então, a gente vê também a boa vontade de gestores para a conclusão de obras.

Senador Marcelo, mais uma vez, os processos do FNDE não estão estagnados. Nós estamos num processo de evolução. Com o apoio do senhor na relatoria do Orçamento, com o apoio do futuro Relator Setorial, com o apoio dos órgãos de controle, nós iremos, sim, aperfeiçoar os nossos processos.

Então, a gente se coloca...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Mas, no ano passado, vocês tinham 110 milhões de recursos RP 2...

O SR. GABRIEL VILAR – Hã-hã.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – ... que vocês podiam destinar para onde quisessem, e, em vez de vocês colocarem em obras para concluir, vocês

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fizeram 2 mil novos empenhos, 2 mil obras novas, empenhando valores simbólicos irrisórios, com os quais não se consegue, regra geral, começar uma obra.

O SR. GABRIEL VILAR – Hã-hã.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Qual a justificativa para fazer isso? O que é que o FNDE busca quando, em uma creche que custa 3,2 milhões, empenha 5 mil? Em uma escola que custa oito milhões duzentos e tantos mil, ele empenha 30 mil? – como foi o caso de Porto Seguro. Em uma escola que custa 8,2 milhões, ele empenha 200 mil? – como é o caso de Riacho Frio, no Piauí.

O SR. GABRIEL VILAR – Hã-hã.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – O que é que o FNDE visa, busca? Qual é a finalidade, o objetivo, o fito do FNDE em empenhar 200 mil, 100 mil, 30 mil, 5 mil para fazer uma obra de 3 milhões, 6 milhões, 8 milhões? Para que isso?

O SR. GABRIEL VILAR (Para expor.) – Senador, só complementando então – eu estou com um pouco dos dados do nosso orçamento aqui –, nós tínhamos até um pouquinho mais disponível em RP 2, e todo o resto disponível em RP 9. Posteriormente, se o senhor me permitir... O FNDE tem feito, sim, pagamento de obras. E, assim, só para o senhor saber: em 2019, as obras do FNDE nunca tinham feito, nunca tinham sofrido do decreto do Tesouro Nacional que cancela os empenhos, o RAP. Em 2019, foram cancelados mais de 6 bilhões de orçamentos de obras do FNDE que estavam em execução. Então, esses recursos do RP 2, que disponibilizarei ao senhor posteriormente, se o senhor me permitir, foram utilizados também para pagamentos de obras. Essas 2 mil novas obras que o senhor tem mencionado vieram mais das emendas que estão indicadas à Comissão do que da RP 2. A RP 2, a prioridade do ministro, na época, e do Presidente sempre foi pagar e manter essas obras em dia.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eu estou falando do orçamento do FNDE de 110 milhões do ano passado.

O SR. GABRIEL VILAR – Não, só para o senhor entender: nós tínhamos até um orçamento maior. Eu encaminharei ao senhor posteriormente, se o senhor me permitir, tudo o que a gente empenhou da RP 2, mostrando para o senhor que o FNDE efetuou o pagamento de obras em execução e não só liberou obras novas com a RP 2. Não me lembro, pelo menos na RP 2, de ter feito empenhos novos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Sim, a minha pergunta é bem simples: qual a finalidade de o FNDE pegar seu recurso para construir uma creche que custa 3,2 milhões e empenhar 5 mil? Estou falando de caso concreto.

O SR. GABRIEL VILAR – Não, claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – O que é que o FNDE busca com isso aí?

O SR. GABRIEL VILAR – Senador, só retomando: na RP 2, a gente fez o pagamento de obras. As emendas indicadas à Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não, eu estou falando de RP 2...

O SR. GABRIEL VILAR – Não, é isso. É porque, na RP 2 – eu indicarei ao senhor posteriormente, se o senhor me permitir –, a gente fez pagamento de obras, não se executou coisa nova. Nas emendas de Comissão, que estão indicadas à Comissão é que vieram esses valores abaixo, lembrando que o FNDE não vai liberar nenhuma obra nova que não tenha pelo menos, seguindo a resolução, o critério físico-financeiro de pelo menos 15%, que é seguindo o que o senhor disse. E agora eles não tinham que ter liberado nenhuma obra nova.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Bom, agradeço a presença do Sr. Gabriel, que muito gentilmente atendeu o nosso convite e prestou aqui os esclarecimentos que estavam sob a sua responsabilidade.

Nada mais havendo a declarar... (*Risos.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pela ordem, Senador Marcelo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Como é que ficou a data do Sr. Garigham? – acho que ele ainda nos assiste, não sei. Mas é que fiquei curioso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Vamos construir... Eu peço ao Senador Carlos Viana que entre em contato com o Sr. Garigham. Agora, vai ficar a critério dele, porque nós o fizemos esperar. Eu peço desculpas a ele. Ele está assistindo. Não foi intenção nossa, mas, infelizmente...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Foi o interesse na matéria.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Claro. Então, vamos entrar em entendimento com ele e ver uma data conveniente para ele. Ele está com crédito aqui conosco. Nós pedimos desculpas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Declaro encerrada, então, a presente sessão.

(*Iniciada às 10 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 50 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e trinta e seis minutos do dia doze de maio de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Marcelo Castro, Izalci Lucas e Jorginho Mello, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Carlos Viana, Rose de Freitas, Confúcio Moura, Eduardo Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Esperidião Amin, Flávio Arns, Styvenson Valentim, Carlos Portinho, Roberto Rocha, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Eduardo Girão, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Marcos Rogério, Zenaide Maia, Paulo Paim, Fabiano Contarato e Eliziane Gama. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Mailza Gomes, Kátia Abreu, Alvaro Dias, Maria do Carmo Alves, Fernando Collor, Cid Gomes e Leila Barros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridade**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 16, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 23 da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, o nome do Senhor JOÃO PAULO MACHADO GONÇALVES, para exercer o cargo de Ouvidor-Geral da Agência Nacional do Cinema - ANCINE." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina adiada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1560, de 2021 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Zilda Arns Neumann no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2568, de 2019 - Terminativo -** que: "Denomina Travessia Paixão Côrtes a segunda ponte sobre o rio Guaíba na BR-290, no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3941, de 2021 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Logística Humanitária." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado nos termos do relatório. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3764, de 2021 - Terminativo -** que: "Denomina Passarela Hermínio Pertel a passarela construída na BR-101, Rodovia Governador Mário Covas, na localidade de Guatemala, Município de Ibiraçu, Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 5062, de 2020 - Terminativo -** que: "Institui o Mês Nacional de Prevenção ao Suicídio." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Relatoria:** Senador Izalci Lucas (*Ad hoc*), substituiu Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado nos termos do relatório. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 428, de 2021 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Lauro Nina Sodré e Silva no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1269, de 2019 - Terminativo -** que: "Denomina Viaduto Antônio de Pádua Perosa o viaduto localizado no Km 71 da BR-153, no perímetro urbano do Município de São José do Rio Preto, no Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** Pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovação do projeto com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3778, de 2021 - Terminativo -** que: "Declara o Presidente Tancredo de Almeida Neves Patrono da Redemocratização Brasileira." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado nos termos do relatório. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 614, de 2022 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Maria Beatriz Nascimento no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Flávio Arns (*Ad hoc*), substituiu Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado nos termos do relatório. **ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 209, de 2017 - Terminativo -** que: "Denomina Rodovia Deputado Themístocles Sampaio o trecho da rodovia BR-222 compreendido no Estado do Piauí." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senadora Mailza Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 3537, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.447, de 9 de maio de 2002, para instituir a Semana Nacional da Adoção." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 4319, de 2019 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de Gaspar, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Moda Infantil." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorginho Mello. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado nos termos do relatório. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 4584, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para criar cadastro nacional de crianças e adolescentes fora da escola." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, da emenda n.º1 e com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - Projeto de Lei n° 570, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, que "institui a Bolsa-Atleta", para incluir na destinação da Bolsa-Atleta as modalidades surdolímpicas e atualizar termos utilizados nessa norma." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - Projeto de Resolução do Senado n° 73, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Institui o Prêmio de Integridade Anadyr de Mendonça, a ser conferido, anualmente, pelo Senado Federal." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - Projeto de Lei n° 6555, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Denomina Viaduto Ademir Barros o novo viaduto localizado no Km 102 da rodovia BR-040, na entrada do Distrito de Xerém, Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - Projeto de Lei n° 3984, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para possibilitar a dedução integral dos pagamentos de despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas." **Autoria:** Senador Irajá (PSD/TO). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 18 - Projeto de Lei da Câmara n° 13, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Nacional de Incentivo ao Atendimento Voluntário para Alunos com Baixo Rendimento Escolar." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com o acatamento da emenda n.º 1, nos termos de substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 19 - Projeto de Lei n° 1984, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Denomina Ponte Jaime Lerner a nova ponte de integração Brasil – Paraguai." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório com alterações no texto do substitutivo. **ITEM 20 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 31, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1837/2021, que "institui o Dia Nacional da Saúde Única". Propõe-se para a audiência a presença dos seguintes convidados: • representante do Conselho Federal de Medicina; • representante do Conselho Federal de Medicina Veterinária; • representante do Ministério da Saúde; • representante da Fiocruz; • representante da One Health Commission." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 37, de 2022** que: "Requer a inclusão de convidada na Audiência proposta pelo REQ 2/2022, para instruir o PLC 158/2017." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 22 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 38, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 2/2022, com o objetivo de instruir o PLC 158/2017, que "permite a criação de fundo patrimonial nas instituições federais de ensino superior" seja incluído o seguinte convidado: - representante ABRUC - Associação Brasileira das Universidades Comunitárias." **Autoria:** Senador Jorginho Mello (PL/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 23 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 39, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3984/2019, que "altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para possibilitar a dedução integral dos pagamentos de despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas"" **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/05/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Esta sessão de hoje tem a finalidade de aprovar autoridades aqui da Ancine e também a nossa pauta normal.

Como não há segurança ainda do quórum – nós ficamos aguardando aqui uma definição –, enquanto isso, nós vamos tocar a nossa pauta normal e, quando houver segurança do quórum, então, iniciamos a sabatina.

Então, vamos para o item três.

2ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 3941, DE 2021

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional da Logística Humanitária.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra ao nobre Senador Flávio Arns para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Eu agradeço, Sr. Presidente.

Quero cumprimentá-lo e dizer que retomamos também nosso trabalho da Subcomissão da Educação na Pandemia. Já tivemos, na segunda-feira, às 10h da manhã, audiência pública com a Fundação Lemann e também com o Unicef, uma audiência pública muito boa. E quero, inclusive, dizer para as pessoas que, a cada semana, nós teremos uma audiência pública para discutirmos o que foi também debatido no ano passado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao projeto, ao item nº 3 da pauta, Sr. Presidente, quero dizer que está de acordo com a legislação pertinente e passo diretamente à análise para dizer que a escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei complementar. Assim sendo, em todos os aspectos, verifica-se a constitucionalidade da iniciativa.

Em atendimento à determinação de que a apresentação de proposição legislativa que vise a instituir data comemorativa deve vir acompanhada de comprovação da realização de consultas e/ou audiências públicas que atestem a alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira – em atendimento a essa determinação –, foi realizada audiência, no dia 27 de agosto de 2021, na sede da Confederação Nacional do Transportes, em celebração ao Dia Nacional do Voluntariado, quando se debateram a "Logística Humanitária no Brasil" e a apresentação de projeto de lei que crie o Dia da Logística Humanitária no Brasil.

A audiência contou com a presença de Deputados e Senadores, especialistas no tema e representantes da sociedade em geral. No evento, vários dos presentes defenderam a criação da data, ressaltando sua importância para chamar a atenção da sociedade sobre a necessidade da participação de todas as pessoas no socorro às vítimas de desastres.

Registre-se, em adição, no que concerne à técnica legislativa, que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que respeita ao mérito, há que ressaltar a importância ímpar da iniciativa.

Logística humanitária é o processo de planejar, implementar e controlar de forma eficiente o fluxo e o armazenamento de bens, materiais e informações relacionadas do ponto de origem até o ponto de consumo, com o intuito de aliviar o sofrimento de pessoas em situações vulneráveis. E nós temos tido muitos exemplos disso pelo Brasil em função de chuvas, deslizamentos e tantos problemas que ocorrem.

Recentemente, o mundo tem presenciado um aumento no número e magnitude do impacto de desastres naturais. Infelizmente esse padrão não é considerado uma anomalia: é esperado um crescimento dos desastres naturais da ordem de cinco vezes nos próximos 50 anos, principalmente devido à degradação ambiental e à rápida urbanização.

Com a crescente ocorrência de catástrofes, é necessária uma resposta mais rápida e esforços de ajuda humanitária mais bem coordenados, para prover às populações em situação de crise a ajuda de que precisam. Uma logística rápida, ágil e flexível é, portanto, capaz de reduzir o impacto dos desastres e salvar vidas, razão pela qual é, sem dúvida, pertinente, oportuna e meritória a iniciativa de instituir o Dia Nacional da Logística Humanitária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.941, de 2021, dizendo da importância nesse sentido e parabenizando, inclusive, o nosso amigo Senador Wellington Fagundes, que também faz parte da Subcomissão da Educação na Pandemia, assim como a Senadora Zenaide Maia e o Senador Confúcio Moura. Quero dizer que o voto é favorável, enaltecendo a iniciativa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Flávio Arns.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Como tem outras matérias também para a gente votar, eu vou apresentar outro projeto para a gente poder votar em bloco.

Vamos para o item 12 da pauta.

2ª PARTE

ITEM 12

PROJETO DE LEI Nº 4319, DE 2019

- Terminativo -

Confere ao Município de Gaspar, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Moda Infantil.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jorginho Mello

Relatório: Pela aprovação.

A iniciativa é do Deputado Federal Rogério Peninha Mendonça.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jorginho Mello para a leitura do seu relatório.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Muito bem. Muito bom dia, nosso Presidente. Bom dia a todas as Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores.

Permita, Sr. Presidente, que eu vá já para a análise da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma matéria meritória do Município de Gaspar, em que tive o privilégio de residir, uma região têxtil que muito contribui para o crescimento de Santa Catarina.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Risf, compete à Comissão de Educação opinar sobre matérias que versem acerca de homenagens cívicas.

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição à Comissão de Educação, cabe, igualmente, a esta Comissão apreciar os aspectos de constitucionalidade e de juridicidade da proposição.

No que diz respeito à constitucionalidade, a proposição obedece aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa e não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna.

Quanto à juridicidade, a matéria não afronta o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que tange à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando o mesmo de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Assim sendo, o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

No que se refere ao mérito, cabe observar o que bem destaca o autor da matéria:

> A cidade de Gaspar, integrada ao polo têxtil de Blumenau, sedia mais de 1.300 estabelecimentos fabris, entre indústrias de confecções de vestuário, facções e tecelagens, gerando mais de 8 mil empregos diretos. A produção do Município é concentrada na moda infantil e de bebê, tendo atingido em 2018 nada menos [...] [do que a] impressionante [soma de] 1,5 bilhão de peças.
> A pujança deste nicho produtivo reflete-se no fato de que Gaspar apresenta, atualmente, a 15ª maior movimentação econômica de todo o Estado [de Santa Catarina]. Como corolário natural, o turismo de compras, negócios e eventos na cidade tem experimentado crescimento expressivo, inclusive com a criação da Rota da Moda Infantil. Desta forma, o Município confirma sua vocação de produção especializada neste segmento.

Dessa forma, concordo com a iniciativa ora proposta, sendo justa e meritória.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.319, de 2019.

Esse é o voto e o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Presidente, eu quero me congratular com o Senador Jorginho Mello pelo seu relatório, que exalça e ressalta a importância econômica e social do Município de Gaspar, em que ele próprio teve a oportunidade de trabalhar, e me congratulo também com o proponente, nosso querido Deputado Peninha, e, antes de dar o meu voto a favor, salientar dois outros aspectos para mim muito relevantes. Gaspar sempre foi um município de exemplo de trabalho comunitário, de muito vigor comunitário nas suas reivindicações e na mobilização da sociedade. Destaco que popularmente o gasparense é considerado, é denominado "quebra-tigela", por força de uma lenda a respeito de um desentendimento a partir de uma partida de futebol contra o Olímpico, de Blumenau. Mas isso faz parte da lenda. E algo que eu não posso deixar de destacar é o fato de que a minha sogra era de Gaspar, de família bastante conhecida lá, Hostin.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Parente do Jorginho ou não?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, o Senador Jorginho é de uma latitude superior – latitude, eu falei, não é de atitude – e de longitude posterior. Eu sempre brinco, como eu tenho... Não sei se o senhor tem. O senhor tem a fotografia da sua sogra na carteira?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Eu tinha.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pois é, se o senhor não tem, o senhor não é uma pessoa de integral confiança... Eu tenho a fotografia da minha sogra. Aliás, tenho duas fotografias da minha sogra na carteira. Mas o que eu quero, além desse pequeno momento de humor e de desafio também, porque eu tenho certeza de que o senhor, que é um chefe de família exemplar, carrega a fotografia da sogra na carteira, é dizer que é uma homenagem justa. É parte do mérito de Gaspar, ou seja, Gaspar tem muitos outros atributos, mas essa circunstância de Capital da Moda Infantil é absolutamente devida, e o peso econômico dessa atividade na região e no Município de Gaspar tornam muito meritória não apenas a tramitação, como também a aprovação do projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Ainda em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Item 9.

Vamos votar em bloco depois.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 614, DE 2022

- Terminativo -

Inscreve o nome de Maria Beatriz Nascimento no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação.

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro. Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, para leitura do relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Agradeço, Sr. Presidente Izalci Lucas. Quero destacar sempre o seu papel importante na área da educação, como também Presidente da frente parlamentar pela educação na área de ciência e tecnologia, e é uma alegria sempre convivermos com o seu trabalho, a sua experiência também no Senado Federal.

Eu estou relatando este projeto de maneira *ad hoc*, como foi dito, de autoria do Senador Paulo Paim, cuja relatoria é da Senadora Daniella Ribeiro.

Eu passo diretamente à análise, Sr. Presidente.

Maria Beatriz Nascimento nasceu em Aracaju, Sergipe, em 17 de julho de 1942. Filha do pedreiro Francisco Xavier do Nascimento e da dona de casa Rubina Pereira do Nascimento, teve nove irmãos. Em 1949, migrou com sua família para um bairro do subúrbio do Rio de Janeiro, como ocorria com tantas famílias nordestinas à época.

Em 1971, graduou-se em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. No mesmo período, fez estágio em pesquisa no Arquivo Nacional, sob orientação do historiador José Honório Rodrigues.

Tempos depois, tornou-se professora da rede estadual fluminense.

Aliou sua vida acadêmica à militância em prol dos direitos das pessoas negras. Junto a pesquisadores e pesquisadoras negras, fundou o Grupo de Trabalho André Rebouças na Universidade Federal Fluminense. Nessa mesma instituição, em 1981, concluiu o curso de pós-graduação *lato sensu* em História do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entre os anos finais da década de 70 e o início dos anos 80, foi presença constante na retomada dos movimentos sociais negros organizados.

Como pesquisadora, dedicou-se ao estudo das formações dos quilombos no Brasil. Produziu diversos artigos científicos, abordando temas como o abolicionismo, o conceito de quilombo e a resistência cultural negra, racismo, democracia racial, culturalismo e contracultura, entre outros.

Trabalhou, ainda, na produção do texto e narração do documentário Ôrí, dirigido pela cineasta Raquel Gerber e lançado em 1989. O filme recupera os percursos dos movimentos negros que emergiram no Brasil entre 1977 e 1988, entrelaçados pela diáspora africana, tendo os quilombos como fio condutor.

Sua obra também foi fundamental para o entendimento das práticas discriminatórias que pesavam sobre os corpos das mulheres negras, sendo um dos expoentes do que hoje é conhecido como feminismo negro.

Iniciou o curso de mestrado na faculdade de Comunicação Social da UFRJ, sob a orientação do jornalista e sociólogo Muniz Sodré. Todavia, não chegou a defender sua dissertação.

Em janeiro de 1995, Maria Beatriz Nascimento foi morta a tiros pelo companheiro de uma amiga, a quem havia aconselhado terminar o relacionamento em razão das violências domésticas que sofria. Foi sepultada no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, com a presença da família, amigos e militantes do movimento negro.

Pela história de vida, superação e exemplo dessa mulher negra, acadêmica e militante, entendemos ser de grande justiça a homenagem proposta, de inscrever seu nome no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 614, de 2022, de autoria do Senador Paulo Paim, relatado pela Senadora Daniella Ribeiro e por mim, na condição de Relator *ad hoc*.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Senador Flávio Arns. V. Exa. é para nós uma referência na área de educação e também na área social. Obrigado pela leitura do relatório.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão.

Senador Jorginho Mello, V. Exa. poderia assumir para que eu possa ler o relatório *ad hoc* também de um projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Item 5, de que é Relator *ad hoc* o Senador Izalci.

2ª PARTE

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 5062, DE 2020

- Terminativo -

Institui o Mês Nacional de Prevenção ao Suicídio.

Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)

Relatoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

O PL 5.062, de 2020, institui o Mês Nacional de Prevenção ao Suicídio.

Peço a V. Exa. para ir direto à análise.

Nos termos do disposto pelo inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre a instituição de datas comemorativas, a exemplo da proposição em debate.

Conforme estabelecido nos incisos I dos arts. 49 e 91 dessa norma, foi confiada a esta Comissão a competência para decidir terminativamente sobre a matéria quanto ao mérito.

Por outro ângulo, em razão do caráter exclusivo do exame da matéria, cabe à Comissão de Educação pronunciar-se também em relação à constitucionalidade, à juridicidade, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e à regimentalidade.

Relativamente à constitucionalidade da proposição, verifica-se ser concorrente com os Estados e o Distrito Federal a competência da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Carta Magna também determina que a iniciativa do projeto de lei compete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, *caput*, por não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, segundo estabelecido no §1° do art. 61, nem de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, à luz dos arts. 49, 51 e 52.

A escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei complementar.

Assim sendo, em todos os aspectos, verifica-se a constitucionalidade da iniciativa.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da Lei n° 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que estabelece critérios para a instituição de datas comemorativas. De acordo com essa Lei, a apresentação de proposição legislativa que vise a instituir data comemorativa deve vir acompanhada de comprovação da realização de consultas e/ou audiências públicas que atestem a alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira.

Em atendimento a essa determinação, foram realizadas, no âmbito do Senado Federal, duas audiências públicas interativas para o debate da temática do suicídio.

A primeira audiência pública ocorreu em 18 de setembro de 2019, na Comissão de Assuntos Sociais, e tinha como temas a automutilação e o suicídio. Os convidados apresentaram dados estatísticos sobre o suicídio e, juntamente com os Senadores e Senadoras presentes, defenderam o uso de tecnologia como aliada, a adoção de estratégias proativas de prevenção, o fortalecimento das políticas públicas e a criação de serviços mais eficientes para atendimento aos cidadãos.

A segunda audiência pública foi realizada no dia 26 de setembro de 2019, na Comissão de Direitos Humanos. Na ocasião, os convidados apresentaram dados relevantes sobre o suicídio e debateram a importância do fortalecimento do movimento Setembro Amarelo, campanha nacional de conscientização sobre a prevenção do suicídio.

Registre-se, em adição, no que concerne à técnica legislativa, que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar n° 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que respeita ao mérito, há que ressaltar a importância ímpar da iniciativa. De acordo com dados da Organização Pan-Americana de Saúde, aproximadamente 800 mil pessoas cometem suicídio anualmente em todo o mundo, e um número ainda maior de indivíduos tenta pôr fim à própria vida. Cada uma destas mortes afeta, em média, 135 pessoas adjacentes, o que totaliza 108 milhões de pessoas afetadas anualmente por esta triste realidade, que chega a ser a segunda maior causa de morte entre jovens com idades de 15 a 29 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse grave problema de saúde pública, ao contrário do que se costuma acreditar, não é exclusivo de países desenvolvidos. Em 2016, por exemplo, 79% dos suicídios aconteceram em nações de baixa e média renda. O Brasil ocupa a oitava posição em números de suicídios, com aproximadamente 12 mil casos anuais.

Embora alguns países tenham colocado a prevenção do suicídio no topo de suas agendas, muitos permanecem não comprometidos. Atualmente, apenas 38 países são conhecidos por terem uma estratégia nacional de prevenção do suicídio. Trata-se de um grave problema de saúde pública, que, no entanto, pode ser evitado em tempo oportuno, com base em evidências e com intervenções de baixo custo.

Por essas razões, é, sem dúvida, pertinente, oportuna e meritória a iniciativa de instituir o Mês Nacional de Prevenção ao Suicídio a fim de aumentar a conscientização sobre a prevenção do suicídio em todo o mundo.

Voto.

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.062, de 2020.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo o obséquio do Senador Izalci, que foi Relator *ad hoc*, coloco a matéria em discussão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador Girão, com a palavra para discutir a matéria.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. Para discutir.) – Em primeiro lugar, muito obrigado, Sr. Presidente, Marcelo Castro, do nosso estado vizinho, do Piauí.

Mais uma vez, e nada é por acaso, o Senador Izalci Lucas está fazendo essa gentileza de relatar aqui esse projeto, que é muito caro, porque é um projeto em favor da vida. Eu acredito que esse Mês Nacional de Prevenção ao Suicídio é mais do que necessário.

O senhor é psiquiatra, e nós acabamos de sair, Senador Marcelo Castro, de uma pandemia mundial que nos está fazendo olhar com mais ênfase para uma nova pandemia que já está há algum tempo, mas que se agravou muito nesses últimos dois anos, que é a pandemia da automutilação de nossas crianças e jovens e do suicídio. Então, é o desespero tomando parte de muita gente, a falta de esperança, por várias situações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acredito que uma campanha nacional... E o Brasil tem este símbolo da fraternidade, da solidariedade, da ajuda ao próximo. Então, o Mês Nacional de Prevenção ao Suicídio – tenho certeza de que vai ser aprovado por unanimidade pelos colegas aqui, hoje – vai unir todos numa corrente do bem, para mostrar que sempre há uma luz, que sempre há uma saída, por mais que o fim do túnel a gente não consiga perceber.

Então, eu agradeço, mais uma vez, a sensibilidade dos colegas e faço este pedido por esse voto, para que a gente possa trabalhar fortemente numa campanha nacional em favor da vida, contra o suicídio, que tem afligido os que são próximos de nós. Quem já não conheceu alguém ou alguma família ou algum amigo que tenha passado por essa tragédia social?

Então, vamos preservar a vida. O Brasil é um país de esperança, de fé. Eu tenho certeza de que a gente vai conseguir fazer um grande trabalho a partir dessa legislação.

Muito obrigado, mais uma vez, meu querido amigo, meu irmão, Senador Izalci Lucas, e meu Presidente Marcelo Castro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Passo a palavra...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Sanador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Também quero ter a oportunidade de discutir a matéria, se V. Exa... Se não houver outro inscrito...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Tem a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) – Eu não poderia também deixar de registrar a importância dessa matéria. Nós temos um tabu no Brasil de não discutir esse tipo de tema, que hoje é rotina, infelizmente. Os dados que estão no relatório são de 2016, mas, com certeza, os dados de 2022 são assustadores. Acontece isso na Polícia Federal, na Polícia Militar, na Polícia Civil, com professores agora, com alunos de 11 anos, de 12 anos. Crianças com 11, 12 anos também estão se suicidando. É muita gente!

Então, é uma medida importante. Acho que essa iniciativa do Senador Girão é de suma importância, para que a gente possa, de fato, discutir aqui políticas públicas, para poder evitar isso, ainda mais depois de um período de pandemia, em que, realmente, muitos profissionais, inclusive, estão com problema mental, em que há violência doméstica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero aqui ressaltar isso e parabenizar pela iniciativa o Senador Girão.

Realmente, temos que nos debruçar, aqui, na Comissão de Educação, sobre isso, para implementar isso, um programa, para que, de fato, possamos evitar essa tragédia que acontece não só com quem se suicida, mas também com todos os familiares, conhecidos e amigos.

Parabéns, Senador Girão!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Presidente, se eu puder fazer um complemento rápido...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, Senador Girão, V. Exa. tem a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Rapidamente, quero só complementar o que o Senador Izalci Lucas colocou com muita propriedade: essa tragédia transcende a pessoa que atenta contra a própria vida, pelo desespero; isso impacta na família e nos amigos, por gerações. Por gerações, fica essa marca.

Eu tenho que agradecer também ao Senador Rodrigo Cunha, que foi o Relator dessa matéria. Ele, ontem, fez aniversário. Olhem as coincidências, não é? Ontem foi aniversário da vida dele. Conversamos ontem, agradecendo a Deus pela vida dele. Que ele aproveite a família nesse dia. E ficam meus parabéns aqui para ele, que tem filhos lindos, uma família maravilhosa, e que fez um excelente relatório, muito bem aqui relatado presencialmente pelo nosso querido Senador Izalci Lucas.

Então, muita gratidão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Passo a palavra à próxima Senadora inscrita, Senadora Zenaide Maia. Em seguida, Senador Esperidião Amin.

Senadora Zenaide Maia, com a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, na verdade, eu queria pedir ao senhor para botar para aprovação esse requerimento extrapauta que está aí solicitado por mim e pelo Senador Jean Paul, para a gente discutir esse projeto de lei, que está aqui para votação, cujo Relator é Veneziano.

Eu acho que essa questão – já explicando porque eu estou pedindo – de deduzir integralmente despesas gastas com educação, que hoje são R$3.561, para o contribuinte e seus familiares, independentemente do valor... Por isso é que eu queria que a gente debatesse mais esse assunto, porque, na verdade, quando a gente deduz integralmente, esse recurso do Imposto de Renda vai para educação pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se é integral, eu estou aqui propondo essa votação extrapauta desse requerimento se o senhor puder incluir aí.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senadora Zenaide Maia. Depois, no final, a gente faz a extrapauta aí.

Com a palavra o nobre Senador Esperidião Amin para discutir a matéria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Sobre a discussão da matéria, eu me permito apenas cumprimentar esse esforço humanitário, eivado de humanidade realmente, que move o Senador Girão. Acho que a grande contribuição que ele nos dá no Senado é que, a par da discussão do mérito das matérias, ele sempre contribui com esse viés da humanidade das coisas. As leis não são papéis; as leis são matérias de espírito também, que movem a sociedade. Então, queria me congratular com o Senador Girão por esta contribuição permanente e neste caso também.

Aduzo a essa informação as estatísticas instigantes sobre suicídio que o Yuval Noah Harari interpreta – ele não apenas enuncia. Os livros do Harari têm dezenas e, eu poderia dizer, quase que centenas de referências a informações disponíveis e não disponíveis – em muitos países, não disponíveis – sobre suicídio.

Então, é só isso que eu gostaria de dizer sobre o projeto, portanto me solidarizando.

Mas eu quero aproveitar esse minuto que o senhor me dá para cumprir uma obrigação minha. Esta questão do FNDE, que suscitou várias audiências públicas, que suscitou indignações, desconfianças, acusações e, acima de tudo, preocupação, me fez apresentar aqui, na Comissão de Educação, uma ideia, que era muito ambiciosa, de transformar o FNDE em algo assemelhado ao Fundeb, ou seja, o repasse das dotações, Senador Confúcio, seria por critério, sem a pletora, sem a obrigação de o Senador, de o Deputado ir lá pedir para liberar um dinheiro para uma creche, para uma escola. Quem é que não vai fazer isso? Quem é que não vai pedir para o Relator-Geral do Orçamento mais recursos para o seu estado? Isso é pecaminoso? Não. Só que, na forçação de barra, começa-se a recriar – os mais antigos conhecem – a emenda de janela. Lembram o que era isso, antes das resoluções orçamentárias?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Eu lembro que eu tinha...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – "Uma janelinha! Olha, essa obra custa 2 milhões, mas vamos botar, então, 5 mil, 10 mil para começar a obra." Quer dizer, isso é uma coisa que já foi debelada, mas não foi debelada na prática.

Então, eu lamento, eu não consegui produzir uma coisa igual ao Fundeb. Mas eu queria salientar três aspectos, porque eu vou distribuir essa proposta. É uma proposta de projeto de lei muito mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

modesta do que aquela que eu sonhava, que eu sonho ainda, mas que evolui. Isso aqui vai ser disponibilizado na Comissão; eu não vou apresentar o projeto. O que eu quero é que o senhor abra um espaço para, em uma sessão da Comissão de Educação, a gente passar um pente fino, ou grosso – eu não entendo muito de espessura de cabelo... Passar um pente fino. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Sem...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E o senhor também está entendendo cada vez menos, cada vez mais lateralmente, *a latere*, como se diz, porque o seu frontispício... O senhor não tem a perseverança do Jorginho Mello, não é? (*Risos.*) Ele é um determinado, um inconformado.

Então, tirando o aspecto do pente fino... O Confúcio, por exemplo, tem o segundo melhor penteado da Casa. (*Risos.*) O mais importante é o meu.

Então, para nós podermos discutir o projeto, eu queria só salientar duas coisas: vocês sabem de que ano é o Fundeb, aliás, o FNDE?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Mil, novecentos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É de 1968.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – É verdade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Um, nove, meia, oito.

Ele foi criado em 21 de novembro de 1968, como Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa. O que é que ele faz? Assistência financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para o desenvolvimento das redes de ensino de educação básica, nas modalidades de transferência, nos programas específicos.

Aí, Izalci, os programas específicos foram sendo acrescentados, como se fosse um panelão de sopa em que você vai colocando mais coisas. Então, não dá para simplificar dramaticamente isso, que foi se complicando ao longo do tempo. Ele era...

Eu fui Secretário de Educação em 1972. Então, o Fundeb, aliás... Eu sempre confundo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nesse tempo aí o Senador Izalci não era nascido ainda, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, não; mas eu estava representando... (*Risos.*)

O Senador Izalci? Ele já era o contador do FNDE. (*Risos.*)

E não era contabilidade criativa, era contabilidade veraz.

Então, ele é assim como se fosse... Lembra daquele programa do Sílvio Santos, a Porta da Esperança? Ele era a porta da esperança de todos nós: "Vai lá no FNDE buscar isso, buscar aquilo". Ao longo desses 50 anos... Ora, no mínimo criar algum critério para isso.

Então, o que o projeto de lei pretende é simplesmente determinar que a distribuição desses recursos, nos vários programas... Não dá para citar todos e nem todos serão tratados igualmente. Comprar ônibus é uma coisa, e remeter recurso para creche tem que ter algum critério dos municípios, tem que ter alguma noção sobre o esforço do município, sobre a boa aplicação. Estamos aí com 13 mil obras paradas no Brasil, das quais pelo menos 2.985 são escolas e creches não concluídas – de acordo com aquele requerimento de informação que nós pedimos – no prazo determinado nem no prazo repactuado – preste bem atenção! Quer dizer, nem no prazo previsto inicialmente, nem naquele que foi repactuado. É isso que é considerado atraso. Então são 2.985. Se eu for lá pedir mais uma, como é que faz? Que haja critério!

Eu não escrevi tudo que queria, mas eu desejo, agradecendo pela oportunidade, dizer o seguinte: o projeto de lei será socializado, viu, Thiago? Nós vamos entregar à Comissão, o senhor distribui para os membros da Comissão, quem quiser opinar, opina; quem não quiser opinar, não opina, mas pelo menos fica sabendo que eu vou apresentar o projeto de lei. Pode ser em meu nome e pode ser em nome da Comissão, porque ele não está concluído como ideia. Agora, que é uma ideia boa, é. Quer dizer, colocar mais critérios, mais indicadores, mais desempenho do município, mais cadastro positivo.

Se o município está fazendo um esforço bem-sucedido, merece ser premiado. A nossa cultura do cadastro ainda é a do cadastro de quem não paga. Nós estamos começando a pensar naquele que é adimplente. Então, acho que esse projeto pode inaugurar uma proposição positiva a respeito de um instrumento que é fundamental para o país e que ficou abalado por essa série de notícias até sobre a... Ficou abalado também sob o ponto de vista de continuidade da sua ação.

Esse é o sentido. Peço desculpas se eu me alonguei. Está distribuído. Acho que a Comissão pode se manifestar ou não, também. Eu vou apresentar, agora...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Vamos passar um pente fino, Presidente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Agora, se tiver uns 15 dias, quem quiser passa o pente fino, quem não quiser passa uma escova.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Mas eu só quero lembrar, Presidente, o seguinte: que nós vivemos... As pessoas moram no municípios, ninguém mora na União nem no estado. Então, essa centralização no FNDE, como tinha inclusive, até pouco tempo, na merenda escolar... Era aqui em Brasília que se comprava merenda escolar para o interior do Piauí.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Então, acho que questões como essa deveriam ser descentralizadas para o município, porque é lá que as pessoas moram e de lá cobram. Mas é só, é uma pequena contribuição.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O sentido era esse. Eu queria criar 27 FNDEs estaduais, mas os programas são tão diversificados que não dá para fazer. Então, vamos primeiro começar no critério e depois a gente aplica a variedade de programas.

Essa é a minha conclusão, mas o que eu queria era isto: transformar, como é o Fundeb, em 27 fundos estaduais; e eles aumentam ou diminuem de acordo com o mérito também e com os indicadores.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós entendemos ser meritória a iniciativa do Senador Esperidião Amin, principalmente para uma resposta que a Comissão de Educação possa dar a esse descalabro administrativo que nós estamos vendo no FNDE: a liberação de recursos sem nenhum critério. Aliás, isso foi dito pelo próprio Ministro, que foi gravado no áudio lá, num áudio que foi publicado, em que ele diz que os recursos do FNDE iriam, em primeiro lugar, para os municípios mais carentes e, em segundo lugar, para todos os amigos do Pastor Gilmar. Se o Ministro, a autoridade máxima da educação no país diz uma barbaridade dessa, você imagina o que não se está fazendo, não é? Então, é evidente que nós precisamos de critérios. Não pode ter recursos públicos aplicados sem nenhum critério, como estão sendo.

Mas nós estamos aqui discutindo a matéria de autoria do nobre Senador Eduardo Girão, com a relatoria do Senador Rodrigo Cunha, o Relator *ad hoc* é o Senador Izalci. E eu pergunto se mais alguém gostaria de discutir essa matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão e a submeto... (*Pausa.*)

Como está presente aqui o Senador Confúcio Moura, nós vamos passar ao item 8 da pauta, porque todas essas matérias que nós estamos aqui discutindo vão ser votadas em globo. São projetos terminativos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 3778, DE 2021

- Terminativo -

Declara o Presidente Tancredo de Almeida Neves Patrono da Redemocratização Brasileira.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação.

A iniciativa é da Comissão de Legislação Participativa.

Concedo a palavra ao nobre Senador Confúcio Moura para a leitura do seu relatório.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, demais Senadores presentes, eu vou solicitar de V. Exas. a não leitura da introdução do relatório, para entrar na análise, para os tópicos de interesse.

Eu vou saltar aqui e entrar no quinto parágrafo.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da Lei nº 12.458, de 26 de julho de 2011, que estabelece critérios mínimos para a outorga do título de patrono ou patrona.

De acordo com o parágrafo... Saltando...

No que respeita ao mérito, há que ressaltar a importância ímpar da iniciativa. Nascido na cidade de São João del Rei, Estado de Minas Gerais, em 4 de março de 1910, Tancredo de Almeida Neves bacharelou-se em Direito em 1932 pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte.

Iniciou sua carreira política no Partido Progressista, por cuja legenda foi eleito Vereador de São João del Rei. Depois foi eleito Deputado Estadual, Deputado Federal por seguidos mandatos, Senador e Governador de Minas Gerais.

Participou da campanha Diretas Já pela aprovação da Emenda Dante de Oliveira, que propunha a realização de eleições diretas para Presidente da República em 1984. Após a derrota da emenda, foi lançado candidato à Presidência por uma coligação de partidos de oposição, tendo como Vice o Senador José Sarney. Foi eleito Presidente da República pelo Colégio Eleitoral em 15 de janeiro de 1985, vencendo o candidato governista Paulo Maluf.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A eleição de Tancredo, apesar de indireta, foi recebida com grande entusiasmo pela maioria dos brasileiros. Afinal, ele seria o primeiro Presidente civil do país depois de mais de 20 anos. O Presidente eleito, no entanto, jamais assumiu o Governo. Na véspera da sua posse, foi internado no Hospital de Base, em Brasília, com fortes dores abdominais. O seu Vice, José Sarney, assumiu a Presidência interinamente no dia seguinte, 15 de março.

Todos nós conhecemos muito bem a história de Tancredo, e eu vou aqui para o último parágrafo.

Declarar o Presidente Tancredo de Almeida Neves Patrono da Redemocratização Brasileira será uma medida de justiça em relação à relevância de sua trajetória política e promoverá a instituição de um símbolo para as futuras gerações brasileiras, que certamente nele se inspirarão para a permanente luta pelo fortalecimento da democracia no Brasil.

Em vista do exposto, não há dúvida de que o projeto sob exame é meritório.

E o voto, conforme a argumentação exposta, é pela aprovação do Projeto de Lei 3.778, de 2021.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Confúcio Moura.

A matéria está em discussão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Presidente, eu, como...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador Izalci, com a palavra para discutir a matéria.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para discutir.) – Eu, como mineiro, não poderia deixar de manifestar também a importância de se reconhecer realmente Tancredo Neves pelo seu trabalho. A gente ainda teve a oportunidade de acompanhar toda essa trajetória, inclusive este momento angustiante aí: foram 39 dias, e ele acabou morrendo exatamente no dia 21 de abril, que é uma data simbólica para todos nós. Então, quero parabenizar a iniciativa e também a relatoria aí do nosso querido Confúcio Moura.

Era só um registro em homenagem ao nosso querido Tancredo Neves.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador.

A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não tendo mais quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Vou fazer a votação aqui em bloco. Então, são os itens da pauta 3, 5, 8, 9 e 12, nos termos dos relatórios apresentados.

Peço à Secretaria para abrir o painel para votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Vamos lembrar ao pessoal que depois tem outra votação – secreta, inclusive –, para os Senadores aguardarem aqui. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Peço à Secretaria que exiba no painel o resultado da votação, por favor.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Votaram SIM 13; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

Foram aprovados os projetos que estavam sendo votados em bloco.

Requerimento extrapauta.

Consulto os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras sobre a inclusão, extrapauta, do Requerimento nº 38, de 2022, da Comissão de Educação, apresentado pelo Senador Jorginho Mello. (*Pausa.*)

Não havendo óbice, vamos à aprovação do requerimento.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 22

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 38, DE 2022

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 2/2022, com o objetivo de instruir o PLC 158/2017, que "permite a criação de fundo patrimonial nas instituições federais de ensino superior" seja incluído o seguinte convidado: - representante ABRUC - Associação Brasileira das Universidades Comunitárias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Jorginho Mello (PL/SC)

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 20 da pauta.

2ª PARTE

ITEM 20

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 31, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1837/2021, que "institui o Dia Nacional da Saúde Única". Propõe-se para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Conselho Federal de Medicina; representante do Conselho Federal de Medicina Veterinária; representante do Ministério da Saúde; representante da Fiocruz; representante da One Health Commission.

Autoria: Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR)

Passo a palavra ao Senador Flávio Arns para a defesa do seu requerimento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Nós estamos propondo, Sr. Presidente, audiência com a presença dos seguintes convidados: representantes do Conselho Federal de Medicina, do Conselho Federal de Medicina Veterinária, do Ministério da Saúde, da Fiocruz e da One Health Commission.

A Lei 12.345, de 2010, estabelece que a instituição de datas comemorativas deverá obedecer ao critério da "alta significação", a ser comprovado mediante a realização "de consultas e audiências públicas", "devidamente documentadas, com organizações e associações legalmente reconhecidas e vinculadas aos segmentos interessados".

A saúde única é uma abordagem que considera como humanos e animais interagem ecologicamente em um ambiente, onde qualquer alteração nessas relações provocará desequilíbrios e, consequentemente, a propagação de doenças. O conceito de saúde única está se tornando cada vez mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhecido como a incorporação, em uma abordagem única e integrada, da saúde humana, animal, vegetal e ambiental, reconhecendo sua interconexão e profundas dependências umas das outras.

O Dia Mundial da Saúde Única é celebrado no dia 3 de novembro. A data foi criada com o objetivo de conscientizar a sociedade para a relação indissociável entre as saúdes animal, humana e ambiental.

Agora, mais do que nunca, a abordagem da saúde única é fundamental para proteger a saúde e os meios de subsistência de todas as pessoas do planeta. A persistente pandemia de covid-19 demonstrou quão eficazes podem ser as parcerias multidisciplinares, ao mesmo tempo em que destacou a necessidade de que o conceito e a abordagem da saúde única se expandam e se desenvolvam em face das inevitáveis ameaças futuras.

Cientes da importância da matéria, contamos com o apoio dos colegas Senadores e Senadoras para a aprovação do requerimento.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Em discussão o requerimento de autoria do nobre Senador Flávio Arns. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Submeto-o à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O requerimento foi aprovado.

Vamos ao item 21.

ITEM 21

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 37, DE 2022

- Não terminativo -

Requer a inclusão de convidada na Audiência proposta pelo REQ 2/2022, para instruir o PLC 158/2017.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO/AL)

Em discussão o requerimento do Senador Rodrigo Cunha. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submeto-o à votação.

As Sras. e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento extrapauta.

Consulto aos nobres Senadores e nobres Senadoras sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 39, da Comissão de Educação, de 2022, apresentado pelo Senador Jean Paul Prates e pela Senadora Zenaide Maia. (*Pausa.*)

Não havendo óbice, o Requerimento nº 39, de 2022, da Comissão de Educação.

EXTRAPAUTA

ITEM 23

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 39, DE 2022

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3984/2019, que "altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para possibilitar a dedução integral dos pagamentos de despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas".

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

Em discussão o requerimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para discutir.) – Presidente, nós vamos discutir o mérito na audiência, pois, de fato, isso merece realmente um debate forte, até porque muita gente hoje sacrifica a vida toda para poder botar o filho numa escola melhor. Como a rede pública infelizmente não tem oferecido essa qualidade, muitos sacrificam muito e acabam pagando Imposto de Renda numa questão como essa, mas isso aí acho que no debate nós vamos...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Perfeitamente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – É a intenção.

Não havendo mais quem queira discutir...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Zenaide, com a palavra para discutir o seu requerimento ou para a defesa do seu requerimento.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – É só para dizer que, como o Senador Izalci, o que a gente tem que discutir, porque a isenção, o pagamento de despesas, isenção total... A gente sabe que essa isenção de Imposto de Renda, quando se isenta o Imposto de Renda, é retirada da educação pública, mas eu acho que tem que ter um bom debate sobre isso. Instrução quer dizer qualquer tipo – graduação, pós-graduação – e tirar tudo... Então, é por isso que eu acho que a gente tem que debater. E a proposição é justamente para haver um representante do Ministério da Economia, do Ministério da Educação, de... É como está proposto aí no requerimento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Com a palavra o nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – É a segunda vez que a Senadora Zenaide Maia fala sobre esse assunto, e eu quero dizer que ela tem razão.

Quando eu dispenso... A alguém que prefere e pode preferir um serviço privado, nada contra, mas eu tenho que reconhecer que, se eu permito que todas essas despesas voluntárias, ainda que o mérito da finalidade seja indiscutível, quando eu permito que isso tudo se reverta em redução do tributo que eu tenho que pagar e que, em última análise, vai conduzir a questão pública do atendimento, realmente eu estou privando a execução de uma política pública daquela contribuição integralmente – eu não estou falando parcialmente.

Então, eu louvo a intervenção da Senadora Zenaide e acho que, sem que haja um equilíbrio, pura e simplesmente se descontar tudo, eu acho que é uma balança irregular, é uma balança desregulada. Então, o que a Senadora Zenaide coloca e com que eu concordo é a busca do equilíbrio, não é desconsiderar todas as despesas. Mas considerar todas eu acho que é produzir um desequilíbrio em algo que tem que funcionar em regime de balança, ainda que se bote aquele pesinho a mais de um lado, mas não integralmente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Eu acho que é um tema, Presidente, que merece realmente um debate. Primeiro o seguinte, o Brasil gasta muito e gasta mal. E segundo, o Imposto de Renda não vai todo ele para a educação, vai parcialmente, parte vai para a educação. Mas é isso aí, o debate é para isso, para a gente ponderar isso, evidentemente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – É a audiência pública que está sendo solicitada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – É isso aí. Nós vamos entrar no debate lá na audiência, mas merece realmente uma discussão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Busca do equilíbrio, essa que é a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Perfeitamente.

Não havendo mais quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Submeto à votação.

A Sras. e Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O requerimento foi aprovado.

Senador Izalci, faça-me o obséquio de presidir essa sessão aqui, mais uma vez. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) –

2ª PARTE

ITEM 19

PROJETO DE LEI Nº 1984, DE 2021

- Não terminativo -

Denomina Ponte Jaime Lerner a nova ponte de integração Brasil – Paraguai.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo que apresenta.

Iniciativa do Deputado Federal Roman.

Passo a palavra ao Senador Marcelo Castro para a leitura do relatório.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Como Relator.) – Parecer da Comissão De Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei nº 1.984, de 2021, do Deputado Roman, que "denomina Ponte Jaime Lerner a nova ponte de integração Brasil-Paraguai".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se V. Exa. permitir, Sr. Presidente, eu vou logo diretamente à análise.

Nos termos do disposto no inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que tratem, entre outros temas, de homenagens cívicas, a exemplo da proposição em debate.

Em razão do exame em caráter exclusivo por esta Comissão, incumbe a ela pronunciar-se também em relação à constitucionalidade, à juridicidade, à técnica legislativa e à regimentalidade do projeto.

No tocante à constitucionalidade, verifica-se ser concorrente com os estados e o Distrito Federal a competência da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Constituição Federal.

A Constituição, por igual, franqueia a iniciativa do projeto de lei a Parlamentar, por não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, segundo estabelecido no §1° do art. 61.

A escolha de projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está constitucionalmente reservada à esfera da lei complementar. Constatamos, desse modo, a constitucionalidade da iniciativa.

No que concerne à juridicidade, destacamos que a atribuição de nomes a infraestruturas constantes do Sistema Federal de Viação é regulada pela Lei n° 6.682, de 27 de agosto de 1979, que dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação. Desse jeito, a proposta observa os preceitos da mencionada lei, especialmente o disposto no art. 2°, que propugna que homenagens como a ora em exame devem ser instituídas por lei especial, devendo a honraria designar "fato histórico ou [...] nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à nação ou à humanidade".

A iniciativa encontra amparo, ainda, na Lei n° 6.454, de 24 de outubro de 1977, que dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos e veda, em todo o território nacional, a atribuição de nome de pessoa viva ou que tenha se notabilizado pela defesa ou exploração de mão de obra escrava, em qualquer modalidade, a bem público pertencente à União ou às pessoas jurídicas da administração indireta. Como indicado na justificação do PL, o homenageado faleceu em 27 de maio de 2021.

Em relação ao mérito, é manifesta a relevância da proposta.

Jaime Lerner foi um dos grandes arquitetos e urbanistas mundiais, reconhecido internacionalmente por sua prática profissional inovadora e ousada. Nesse sentido, recebeu inúmeros prêmios pelo reconhecimento de sua importante trajetória de vida – por exemplo, United Nations Environmental Award, 1990; Child and Peace Award, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), 1996; World Technology Award for Transportation, do National Museum of Science and Industry, Londres, 2001; e Sir Robert Mathew Prize for the Improvement of Quality of Human Settlements, 2002.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, trata-se do único brasileiro eleito Presidente da União Internacional dos Arquitetos (2002/2005). Em 2010, Lerner foi escolhido pela revista *Time* como uma das 25 personalidades mais inovadoras do mundo e, em 2017, pela revista *Planetizen* como o segundo urbanista mais influente de todos os tempos, além do único brasileiro a figurar na lista dos cem urbanistas mais importantes do planeta.

Ao longo da vida, Lerner mostrou que arquitetura e política podem andar juntos. Três vezes Prefeito de Curitiba, tornou a cidade mundialmente conhecida por seu planejamento urbano, sistema de transporte público, programas socioambientais e projetos urbanos transformadores. Duas vezes Governador do Paraná, adotou política de atração de investimentos produtivos para transformar o estado em novo polo industrial, mas sem descuidar do lado social.

Por sua história pública, bem como pelo legado que mudou a vida de muitas pessoas e a paisagem urbanística de inúmeras cidades, a homenagem em apreciação é medida de justiça à carreira desse notável brasileiro, bem como de louvor ao seu legado.

Ocorre que o projeto em questão visa atribuir nome a ponte internacional para cuja construção foi necessário entendimento bilateral consubstanciado no Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para a Construção de uma Segunda Ponte Internacional sobre o Rio Paraná, firmado em Montevidéu, em 8 de dezembro de 2005, que foi incorporado ao nosso ordenamento jurídico por meio do Decreto nº 6.676, de 4 de dezembro de 2008.

As chamadas pontes internacionais são objeto de tratado bilateral que determina sua construção. Em geral, esses atos não atribuem nome próprio à edificação. Eles determinam o erguimento de "ponte internacional"; "ponte binacional"; "ponte da amizade"; "ponte da integração" etc. Esse modo de proceder é compreensível. Salvo hipóteses de concordância mútua quanto ao eventual homenageado, é difícil encontrar personalidade que tenha a mesma projeção em ambos os países.

Sendo assim, experimentamos dificuldade em aprovar – da maneira como se encontra – a proposta que concede, de maneira unilateral, nome à referida ponte. Entretanto, o legislador pátrio pode atribuir nome à edificação até a divisa entre os dois países. Nesse sentido, a denominação é válida até o trecho em que a ponte se encontra no território nacional, que, pelo critério da linha da equidistância das margens, é o meio do curso d'água.

O motivo é sabido, não há que se falar em aplicação extraterritorial da lei doméstica. Estamos em que o ideal para situações futuras seria que os países envolvidos, ao deliberarem sobre a construção de obra binacional, ajustassem no tratado o nome a ser atribuído à edificação.

Com isso e à vista dos considerandos do acordo bilateral mencionado – que fala do interesse recíproco em promover a integração física dos territórios, bem como da prioridade atribuída à integração sul-americana – e da Declaração Presidencial Conjunta Brasil-Paraguai sobre Integração Física, de 21 de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dezembro de 2018, em que os Presidentes Michel Temer e Mario Abdo Benítez sublinham a necessidade de interconexão viária entre os dois países para o aprofundamento da integração regional, propomos denominar a referida obra, no trecho localizado em território nacional, como "Ponte da Integração - Jaime Lerner". Então, nós não tiramos a denominação inicial, continua sendo Ponte da Integração, traço, Jaime Lerner. Estamos aqui adotando uma posição salomônica que possa atender a todos.

Por fim, visando a maior precisão topográfica, aproveitamos para esclarecer no texto o nome das cidades, bem como as respectivas regiões em que estão inseridas.

Voto.

Pelo exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.984, de 2021, nos termos do seguinte substitutivo:

> EMENDA Nº - CE (SUBSTITUTIVO)
> PROJETO DE LEI NA 1.984, DE 2021
> Denomina "Ponte da Integração - Jaime Lerner" o trecho localizado em território nacional da ponte sobre o Rio Paraná entre Foz do Iguaçu e Presidente Franco, na divisa da República Federativa do Brasil com a República do Paraguai.
> O CONGRESSO NACIONAL decreta:
> Art. 1º Denomina-se "Ponte da Integração - Jaime Lerner" o trecho localizado em território brasileiro da ponte sobre o Rio Paraná entre Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná, e Presidente Franco, no Departamento do Alto Paraná, na divisa da República Federativa do Brasil com a República do Paraguai.
> Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sr. Presidente, esses eram o relatório e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Em discussão a matéria.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Presidente, o nosso Presidente Marcelo Castro está se revelando não propriamente um grande engenheiro de pontes, o que ele é também – do ponto de vista orçamentário, ele tem sido. No seu estado, por exemplo, ele participou, acho que no ano passado, da inauguração de uma ponte.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Exatamente. O Presidente Bolsonaro esteve lá, inaugurando essa ponte sobre o Rio Parnaíba, unindo o Estado do Piauí ao Maranhão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Em que ponto?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Em Santa Filomena, a última cidade ribeirinha do Piauí, com o Alto Parnaíba, a última cidade ribeirinha do Maranhão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ou seja, a última...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – A que fica mais próxima da nascente, com relação...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ao sul?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Ao sul.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A última ao sul. Assim como, certamente, V. Exa. estava no início e na inauguração da ponte em Timon.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – A Ponte da Amizade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ele é um especialista no assunto.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Construída pelo grande Presidente José Sarney, do MDB.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E eu conheci antes da construção.

Então, o Senador Marcelo Castro traz soluções salomônicas para questões que têm duplo interesse ou duplo viés, digamos assim.

Eu só não tenho certeza de se nós, apesar da explicação ter sido dada... Aliás, da parte em inglês, eu só posso dizer que só Shakespeare supera o meu querido amigo Marcelo Castro, mas o que eu queria dizer é o seguinte: eu não sei se "trecho localizado em território nacional", como está escrito na ementa... Eu não sei. Já disse, o senhor eu respeito por várias razões, inclusive pela sua experiência em pontes com interesses de duplo viés, digamos assim. No caso mencionado, eram Maranhão e Piauí; aqui é Paraguai e Brasil. Então, temos que respeitar o interesse do parceiro. Mas eu não sei se nós disséssemos "trecho brasileiro da ponte" não seria mais simples, porque "localizado em território nacional", quando se trata de uma divisa imaginária no meio de um rio, não é território, é trecho brasileiro. Ainda que se use a expressão "mar territorial", "mar territorial brasileiro", "interesse brasileiro", "zona de interesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

econômico", são expressões... No caso, se V. Exa. analisar a hipótese de "trecho brasileiro", o entendimento fica mais simples.

Se é referido ao meio do rio, se o meio do rio é o meio da ponte, e, às vezes, não é... Nesse caso, também não é, o meio do rio não é o meio da ponte, ou seja, não há uma coincidência em que a porção da água do rio seja igual de um lado e de outro. Isso depende da profundidade, depende de haver um barranco ou uma superfície mais suave de aproximação. Enfim, uma ponte pode ter... Uma ponte de 2km pode ter 1,3 mil metros no que seria o território brasileiro e 700m no território paraguaio. Portanto, não há uma simetria entre ser binacional ou biestadual, interestadual, e a extensão da ponte. Essa é uma colocação.

Com a solução que o senhor der eu vou concordar, porque o importante é que nós vamos homenagear o Jaime Lerner. Eu o conheci e tive a oportunidade de privar com ele, na condição de vizinho, no Estado do Paraná. Ele prestou serviços também em Santa Catarina. Tudo que foi dito aqui sobre o mérito dele eu subscrevo com muita alegria, acima de tudo porque ele era um homem de paz, era um conciliador, era um homem que falava cordialmente. Dessa forma, o mérito da questão já tem o meu voto. Agora...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador Esperidião Amin...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Essa lei é nacional. Evidentemente, o Paraguai poderá também, a critério dele, criar uma lei com outro nome lá.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim, podem colocar outro nome lá.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Isto aqui, para o brasileiro...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Isso é emancipação...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Até o meio da ponte, fica Ponte de Integração Jaime Lerner; do meio da ponte para lá, para o Paraguai, fica Ponte de Integração...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas o meio da ponte não é o meio do território. É isso.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois é! Então, V. Exa., Senador Esperidião Amin...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Senador Marcelo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu sugiro trecho...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Ponte de Integração Jaime Lerner...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Em vez de "trecho localizado em território nacional da ponte", pode ser "trecho brasileiro da ponte".

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pronto! Estou de pleno acordo. Então, vamos fazer...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se o senhor concordar com isso, eu vou colocar no meu currículo!

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eu concordo: "trecho brasileiro da ponte".

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Tem que ver...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Tranquilo!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – V. Exa. já definiu? Acho que o nome da ponte, independentemente de o pedaço ser no Brasil ou no Paraguai...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – O Senador Marcelo Castro, com sua concordância...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Tira só a expressão "localizado em território". Fica "trecho brasileiro da ponte sobre o Rio Paraná". Perfeito, Senador Esperidião Amin!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Olha, vou colocar no meu currículo.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Acolhido! (*Risos*.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Obrigado por sua concordância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – É a sua sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Olha, quero só informá-los...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Sim!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – E basta!

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Tranquilo! Perfeito!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Eu vou... Alguém...

Está em discussão ainda. (*Pausa.*)

Eu vou encerrar, então, a discussão.

V. Exa. já acatou a sugestão.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1.

O substitutivo da matéria vai, então, ao Plenário.

Eu informo que já foi aberta a sessão no Plenário. Ela já foi aberta. Então, eu vou declarar...

Aliás, Senador Marcelo Castro, vou devolver a Presidência para V. Exa., mas é só para comunicar que o Plenário já foi iniciado.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Tem um projeto de V. Exa., mas...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É, pode ser na próxima sessão, até porque a gente, por Regimento, tem que interromper.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Nós temos também a sabatina... Como a sessão... Como vai ter um esforço concentrado não na semana que vem, na outra semana, a gente, Senador Marcelo, vai colocar a sabatina para terça-feira, na reunião ordinária, e a gente...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu só peço, se possível, se esse meu projeto pudesse ser o primeiro da pauta da próxima.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Por favor. Não, o segundo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Se me permite, Senador Marcelo Castro, eu vou encerrar, então, a sessão. V. Exa. quer reassumir?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Então, declaro encerrada a reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 05 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e cinquenta e seis minutos do dia vinte e nove de março de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Reguffe, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Eliane Nogueira, Renan Calheiros, Mara Gabrilli, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Wellington Fagundes e Fabiano Contarato, e ainda do Senador não membro Plínio Valério. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho, Rodrigo Cunha, Marcos do Val, Irajá, Paulo Rocha, Telmário Mota, Randolfe Rodrigues e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 5, de 2022** que: "Requer, nos termos dos arts. 50, caput , e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Antônio Leite dos Santos Filho, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), a comparecer a esta Comissão, a fim de que preste as informações devidas sobre as obras para construção do terminal portuário IP4 de Santana/AP e sobre as obras de manutenção e melhoramento das rodovias federais que passam pelo Estado do Amapá, em especial a BR-156 e a BR-210." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 10, de 2022** que: "Requer, nos termos dos arts. 50, caput , e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Milton Ribeiro, Ministro da Educação do Brasil, a comparecer a esta Comissão, a fim de que preste as informações devidas sobre o aparente beneficiamento indevido na destinação de verbas públicas afetas ao Ministério da Educação." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 11, de 2022** que: "Requer, nos termos dos arts. 50, caput , e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Milton Ribeiro, Ministro de Estado da Educação, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações e esclarecimentos sobre as denúncias de suposta priorização na liberação de recursos da pasta, de maneira indevida, a alguns municípios, em desacordo com a legislação." **Autoria:** Senador Reguffe (PODEMOS/DF). **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei da Câmara n° 153, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 11.975, de 7 de julho de 2009, para possibilitar a emissão de segunda via do bilhete de passagem no transporte coletivo rodoviário interestadual e internacional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei da Câmara n° 207, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, para aditar formas de afixação de preço de bens e serviços para o consumidor." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Retirado de pauta pelo relator. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 178, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 19 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir instrumentos que garantam que a equidade regional seja princípio norteador para a aprovação dos projetos apreciados pela Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania e que a divulgação das informações dos projetos aprovados, no âmbito da Lei, seja ampla e irrestrita." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 68, de 2013 - Terminativo -** que: "Altera o Código de Defesa do Consumidor para atribuir a natureza de título executivo extrajudicial ao acordo celebrado perante órgãos de defesa do consumidor." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação, com duas emendas que apresenta, e pela rejeição das emendas 1 e 2 da CCJ. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 134, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar o custo econômico estimado na concessão de seguro de crédito à exportação, por operação de crédito, em sítio público, e disponibilizar ao Tribunal de Contas da União, a metodologia de cálculo e os parâmetros utilizados." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n° 135, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar em sítio público informações sobre as decisões de concessão de seguro de crédito à exportação." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do PLS 134/2016, nos termos do substitutivo, e pelo arquivamento do PLS 135/2016. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 374, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir como cláusula abusiva aquela que obrigue o pagamento de fatura de compra de produtos exclusivamente no estabelecimento do fornecedor." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (MDB/TO). **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 3183, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para dispor sobre a divulgação do valor das mensalidades dos cursos financiados pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 3614, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 31-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para determinar que as concessionárias de serviços públicos ofereçam aos seus usuários a opção de inclusão, nas faturas para cobrança, de nome de cônjuge, companheiro ou outra pessoa, para efeito de comprovação de residência." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 4290, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) para determinar que a multa por infração às normas de defesa do consumidor seja graduada de acordo com a condição de vulnerabilidade do consumidor com deficiência." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 5544, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para prever a penalidade de reembolso do valor do frete a empresas que descumpram o prazo de entrega de produtos acordado em contrato." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Reguffe
Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/03/29

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 6ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da última reunião. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Leitura de avisos, ofícios e demais documentos recebidos na Comissão.

Recebida uma proposta de fiscalização e controle, de autoria do Senador Jader Barbalho, destinada a apurar, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, a diminuição dos investimentos do Ministério da Saúde na cobertura vacinal, de acordo com o Programa Nacional de Imunizações. A proposta será distribuída para a relatoria prévia, nos termos do art. 102-B, inciso II, do Regimento Interno.

Aviso também aos membros da Comissão que a convocação do Sr. Ministro da Saúde para vir a esta Comissão foi respondida pelo ministério, e será feita aqui a audiência no dia 20 de abril, uma quarta-feira, às 14h, aqui mesmo neste plenário.

Infelizmente, não temos quórum para deliberação. Não tendo quórum, não podemos deliberar nada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tendo em vista a ausência de quórum, encerro esta presente sessão, antes convocando sessão deliberativa ordinária neste mesmo plenário para a próxima terça-feira, às 14h30, aqui mesmo neste plenário, ao tempo em que faço um apelo já recorrente aqui aos Senadores membros desta Comissão: que deem presença aqui, que estejam aqui presentes. Volto a dizer: reconheço que a atividade parlamentar não tem como única função estar presente no Plenário e nas Comissões, mas também é uma obrigação dos Parlamentares estar presente no Plenário e nas Comissões, para cumprir as suas obrigações. Então, faço um apelo aqui, para que tenhamos quórum na semana que vem, para podermos votar a pauta aqui e cumprir com a nossa função de responsabilidade com a sociedade brasileira.

Nada mais havendo a tratar, muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 59 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE ABRIL DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quinze horas e sete minutos do dia cinco de abril de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Reguffe, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Eliane Nogueira, Rodrigo Cunha, Marcos do Val, Styvenson Valentim, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Paulo Rocha, Telmário Mota, Flávio Bolsonaro e Luis Carlos Heinze. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho, Mara Gabrilli, Irajá, Randolfe Rodrigues e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 11, de 2022** que: "Requer, nos termos dos arts. 50, caput , e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Milton Ribeiro, Ministro de Estado da Educação, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações e esclarecimentos sobre as denúncias de suposta priorização na liberação de recursos da pasta, de maneira indevida, a alguns municípios, em desacordo com a legislação." **Autoria:** Senador Reguffe (PODEMOS/DF). **Resultado:** Prejudicado. **ITEM 2 - Proposta de Fiscalização e Controle n° 1, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre Proposta de Fiscalização e Controle, solicitando ao Tribunal de Contas da União auditoria na área de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela admissibilidade da proposta e por sua aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório prévio. **ITEM 3 - Projeto de Lei da Câmara n° 153, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 11.975, de 7 de julho de 2009, para possibilitar a emissão de segunda via do bilhete de passagem no transporte coletivo rodoviário interestadual e internacional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Retirado de pauta pelo relator. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 178, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 19 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir instrumentos que garantam que a equidade regional seja princípio norteador para a aprovação dos projetos apreciados pela Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania e que a divulgação das informações dos projetos aprovados, no âmbito da Lei, seja ampla e irrestrita." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta pelo relator. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 68, de 2013 - Terminativo -** que: "Altera o Código de Defesa do Consumidor para atribuir a natureza de título executivo extrajudicial ao acordo celebrado perante órgãos de defesa do consumidor." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação, com duas emendas que apresenta, e pela rejeição das emendas 1 e 2 da CCJ. **Resultado:** Lido o relatório e adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 134, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar o custo econômico estimado na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concessão de seguro de crédito à exportação, por operação de crédito, em sítio público, e disponibilizar ao Tribunal de Contas da União, a metodologia de cálculo e os parâmetros utilizados." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n° 135, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar em sítio público informações sobre as decisões de concessão de seguro de crédito à exportação." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do PLS 134/2016, nos termos do substitutivo, e pelo arquivamento do PLS 135/2016. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 374, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir como cláusula abusiva aquela que obrigue o pagamento de fatura de compra de produtos exclusivamente no estabelecimento do fornecedor." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (MDB/TO). **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3183, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para dispor sobre a divulgação do valor das mensalidades dos cursos financiados pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Lido o relatório e adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 3614, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 31-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para determinar que as concessionárias de serviços públicos ofereçam aos seus usuários a opção de inclusão, nas faturas para cobrança, de nome de cônjuge, companheiro ou outra pessoa, para efeito de comprovação de residência." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 4290, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) para determinar que a multa por infração às normas de defesa do consumidor seja graduada de acordo com a condição de vulnerabilidade do consumidor com deficiência." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 5544, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para prever a penalidade de reembolso do valor do frete a empresas que descumpram o prazo de entrega de produtos acordado em contrato." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Reguffe
Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/04/05

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. UNIÃO - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 7ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da última reunião. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

O item 1 é um requerimento de convocação do Ministro de Estado da Educação Sr. Milton Ribeiro.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 11, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 50, caput , e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Milton Ribeiro, Ministro de Estado da Educação, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações e esclarecimentos sobre as denúncias de suposta priorização na liberação de recursos da pasta, de maneira indevida, a alguns municípios, em desacordo com a legislação.

Autoria: Senador Reguffe (PODEMOS/DF)

O requerimento é de minha autoria, e eu o dou como prejudicado, até porque o Ministro não é mais Ministro e, regimentalmente, não pode ser convocado, por conseguinte. Portanto, dou como prejudicado o item 1 da pauta, a convocação do ex-Ministro de Estado da Educação. Agora, ele não é mais Ministro, por isso, o dou como prejudicado.

O item 2 da pauta é a Proposta de Fiscalização e Controle nº 1.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 1, DE 2019

- Não terminativo -

Dispõe sobre Proposta de Fiscalização e Controle, solicitando ao Tribunal de Contas da União auditoria na área de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: Pela admissibilidade da proposta e por sua aprovação.

Com a palavra o Relator Rodrigo Cunha.

Senador Rodrigo Cunha.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AL. Como Relator.) – Presidente Senador Reguffe, boa tarde. Boa tarde a todos que estão nos acompanhando.

Este projeto de extrema importância foi apresentado pela Senadora Leila. Em momentos como este que nós estamos vivendo, inclusive nesta semana, justifica-se cada vez mais a nossa função de fiscalizador, e a solicitação de que esta Comissão atue diretamente em ações de fiscalização junto ao Ministério da Educação se faz necessária. Então, dessa forma, passarei à leitura do relatório.

Parecer da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor sobre a Proposta de Fiscalização e Controle nº 1, de 2019, da Senadora Leila Barros, que solicita ao Tribunal de Contas da União auditoria na área de planejamento e orçamento do Ministério da Educação e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Sr. Presidente, para dar celeridade, solicito ir diretamente para a leitura da análise.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. UNIÃO - DF) – Permissão concedida, Senador Rodrigo Cunha.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AL) – Conforme previsto no art. 102-A, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão, além da aplicação, no que couber, do disposto no art. 90 e sem prejuízo das atribuições das demais Comissões, exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, podendo, para esse fim, apreciar a compatibilidade da execução orçamentária com os planos e programas governamentais e destes com os objetivos aprovados em lei, além de solicitar ao Tribunal de Contas da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

União que realize inspeções ou auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas da União e nas demais entidades da administração indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal.

No que tange particularmente à apresentação, o art. 102-B do nosso Regimento assegura o direito a qualquer Senador, sendo ele membro ou não desta Comissão. Em adição, o art. 49, inciso X, da Constituição Federal prevê como competência exclusiva do Congresso Nacional fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

Ainda na Constituição Federal, o art. 70 estabelece que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

O art. 71 da Constituição Federal arremata essa previsão com a prescrição de que o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União.

Fica evidenciado que as motivações que levaram à apresentação do projeto guardam consonância com as competências desta Comissão, em especial aquelas previstas pelo inciso I, alíneas "b" e "e", do art. 102-A do Regimento, e com a Constituição Federal, inclusive quanto à participação da Corte de Contas.

Desse modo, não há impedimento à proposta de fiscalização sob análise do ponto de vista constitucional e regimental.

Em face do que dispõe o inciso II do art. 102-B do nosso Regimento, o projeto deve ser analisado ainda no tocante à oportunidade e conveniência da medida e ao alcance jurídico, administrativo, político, econômico, social ou orçamentário do ato impugnado, devendo-se definir ainda, nesta assentada, o plano de execução e a metodologia de avaliação.

No que concerne particularmente ao juízo de oportunidade e de conveniência, é de se cogitar que a decisão de contingenciamento na área educacional, por menor que seja, tem implicação direta na qualidade do ensino e no planejamento educacional como um todo, afetando as perspectivas de realização de objetivos de médio e longo prazo do país.

De fato, os contingenciamentos operados ao longo deste exercício impactaram negativamente em especial a educação pública, mas também a educação privada, em todos os níveis, da creche à pós-graduação em nível de doutorado. E isso sem falar na ameaça de interrupção de atividades das instituições de ensino, especialmente no âmbito das universidades, que já vinham operando com orçamento crítico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, tendo em mente a determinação do inciso II do art. 102-B do nosso Regimento, no que respeita ao exame do alcance do projeto em relação aos aspectos jurídico, administrativo, político, econômico, social ou orçamentário do ato questionado, eles estão presentes na proposta.

Nesse sentido, cabe destacar o aspecto da legalidade à vista do que dispõe o art. 55 da Lei 9.394, de 1996, segundo o qual caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas.

Por fim, é forçoso relembrar que a crise sanitária decorrente da pandemia de covid-19 ensejou a paralisação das atividades letivas presenciais nas instituições de ensino nos anos de 2020 e 2021. Todavia, parte das despesas dessas instituições são fixas e até crescentes, de modo que não justificaria a redução de repasses de custeio nesse período que continuou a ser noticiada.

Nesses termos, em relação à metodologia de avaliação, propomos que seja fundamentada nos seguintes termos: 1) análise do arcabouço legal relacionado às competências e incumbências do MEC e do FNDE na definição das condições e dos limites do contingenciamento de recursos orçamentários e na garantia de funcionamentos das instituições de ensino; 2) estimativa dos impactos do contingenciamento nas políticas educacionais afetadas; 3) identificação de eventual desvio de finalidade nas decisões colimadas; 4) identificação de medidas mitigadoras das irregularidades ou impropriedades porventura verificadas.

Para efeito da execução, propomos: solicitar ao Tribunal de Contas da União que promova a fiscalização pertinente para aferir o requerido pelo projeto, no que tange à razoabilidade e à adequação dos critérios adotados para orientar a decisão de contingenciamento de recursos do MEC e do FNDE, nos exercícios de 2019 e 2020; realizar as diligências ou outros procedimentos de instrução que se fizerem necessários ao longo dos trabalhos; apresentar, discutir e votar o relatório final desta proposta de fiscalização e controle.

Indo ao voto, Sr. Presidente, diante do exposto, nossa manifestação é pela admissibilidade da Proposta de Fiscalização e Controle nº 1, de 2019, com voto pela sua aprovação nos termos do parecer aprovado por esta Comissão.

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. UNIÃO - DF) – Obrigado, Senador Rodrigo Cunha.

Em discussão o parecer do Senador Rodrigo Cunha. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está aprovado o relatório prévio pela admissibilidade da proposta e sua aprovação nos termos do relatório.

O item 3 e 4 da pauta foram retirados a pedido do Relator, Senador Telmário Mota.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 153, DE 2015

- Não terminativo -

Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 11.975, de 7 de julho de 2009, para possibilitar a emissão de segunda via do bilhete de passagem no transporte coletivo rodoviário interestadual e internacional.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Telmário Mota

Relatório: Pela aprovação com duas emendas

Observações:

- A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 9/11/2021, 16/11/2021, 23/11/2021, 30/11/2021, 14/12/2021, 15/02/2022, 22/02/2022, 08/03/2022, 15/03/2022, 22/03/2022 e 29/03/2022.

- Posteriormente, a matéria segue ao Plenário.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 178, DE 2020

- Não terminativo -

Altera o art. 19 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir instrumentos que garantam que a equidade regional seja princípio norteador para a aprovação dos projetos apreciados pela Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania e que a divulgação das informações dos projetos aprovados, no âmbito da Lei, seja ampla e irrestrita.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Telmário Mota

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação

Observações:

- A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 28/09/2021, 05/10/2021, 19/10/2021, 26/10/2021, 9/11/2021, 16/11/2021, 23/11/2021, 30/11/2021, 14/12/2021, 15/02/2022, 22/02/2022, 08/03/2022, 15/03/2022, 22/03/2022 e 29/03/2022.

- Posteriormente, a matéria será apreciada pela CE.)

Nós vamos agora, numa inversão de pauta solicitada pelo Senador Telmário Mota, para o item 8 da pauta ter precedência, se todos concordarem. (*Pausa.*)

Com a aprovação de todos, o item 8 da pauta.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 3183, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para dispor sobre a divulgação do valor das mensalidades dos cursos financiados pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

Relatoria: Senador Telmário Mota

Relatório: Pela aprovação com uma emenda

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 16/11/2021, 23/11/2021, 30/11/2021, 14/12/2021, 15/02/2022, 22/02/2022, 08/03/2022, 15/03/2022, 22/03/2022 e 29/03/2022.*

Com a palavra o Relator Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, obrigado pela inversão de pauta. E, como V. Exa. já leu o preâmbulo, o projeto é de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que tem este propósito.

Neste sentido, o art. 1º da proposição estabelece que a supracitada Lei passa vigorar com o seguinte art. 3º-A, acrescido ao seu Capítulo I:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Art. 3°-A. As instituições de ensino cadastradas no Fies encaminharão ao FNDE, no período mínimo de quarenta e cinco dias antes da data final para matrícula, o valor total e o valor das mensalidades de cada curso com financiamento do Fies, nos termos desta Lei.
> Parágrafo único. O FNDE tornará públicos os valores mencionados neste artigo, com vistas a assegurar o monitoramento e a transparência do Fies.

Por seu turno, o art. 2° registra a cláusula de vigência a partir da publicação da lei que se pretende adotar.

Na correspondente justificação, entre outras ponderações, anota-se que o Fies é um programa do Ministério da Educação (MEC) que visa a conceder financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores presenciais não gratuitos e com avaliação positiva, sendo que, de 2010 até hoje, o fundo já financiou mais de 2,4 milhões de contratos, sendo responsável por grande parte das matrículas na educação superior no Brasil.

A justificação segue registrando que o Fies é regulado pela Lei n° 10.260, de 2001, que estabelece as condições para os empréstimos, as receitas, a gestão, a forma de financiamento e suas garantias, além das responsabilidades e penalidades das instituições e dos contratantes. E, entre as responsabilidades das instituições participantes, é determinado que o valor total do curso financiado será discriminado no contrato de financiamento, com o valor da mensalidade no momento da contratação e sua forma de reajuste para todo o período do curso.

Nos termos da justificação, isso resulta em que a lei determina a especificação dos valores das mensalidades nos contratos de financiamento sem, porém, estabelecer a previsão de sua divulgação para toda a sociedade. Por sua vez, a Lei n° 9.870, de 23 de novembro de 1999, que dispõe sobre as anuidades escolares, estipula, em seu art. 2°, que o estabelecimento de ensino deverá divulgar, em local de fácil acesso ao público, o valor das anuidades ou das semestralidades, no período mínimo de 45 dias antes da data final para matrícula. Assim, embora a legislação já tenha a previsão de divulgação, essa se resume ao âmbito das próprias instituições, para acesso dos respectivos alunos.

A justificação conclui anotando que a proposição pretende determinar que as instituições participantes do Fies encaminhem o valor das mensalidades ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia do MEC que opera o financiamento estudantil, e o FNDE, por sua vez, fica responsável por tornar públicas essas informações, de forma a garantir maior transparência e controle sobre o programa, com vistas a assegurar a sua sustentabilidade e eficácia.

A análise, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

Compete à CTFC decidir terminativamente sobre o presente projeto de lei, nos termos do previsto no art. 58, §2°, I, da Constituição Federal e do art. 91, combinado com art. 102-A, do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que concerne ao exame da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, conforme entendemos, em princípio não há óbice à livre tramitação do PL nº 3.183, de 2019.

Com efeito, no que diz respeito à constitucionalidade cabe consignar que o presente projeto de lei trata de matérias relativas simultaneamente a acesso à educação, a crédito e a publicidade de contratos públicos, sobre as quais a União detém competência para legislar.

Com efeito, o art. 22, inciso VII, da Lei Maior, preceitua que compete à União legislar privativamente sobre política de crédito. O art. 23, inciso V, também do Estatuto Magno, estabelece a competência comum da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, para proporcionar os meios de acesso à educação e o art. 24, inciso IX, preceitua a competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre educação.

Outrossim, o art. 37 da Lei Maior estabelece o princípio da publicidade entre os princípios a serem observados nas atividades em que tenha participação a administração pública.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, sob quaisquer dos ângulos pelos quais pode ser examinada a presente proposição, compete à União, por meio do Congresso Nacional (art. 48), dar-lhe o regramento legislativo.

No que se refere ao mérito, somos plenamente favoráveis à presente iniciativa.

Com efeito, na medida em que determina que as instituições de ensino encaminhem ao FNDE, até 45 dias antes da data final para matrícula, o valor total e o valor das mensalidades de cada curso com financiamento do Fies, a proposição sob análise contribui para um maior grau de informação e de previsibilidade para todos os interessados.

Ademais, ao tornar públicos esses valores, o FNDE, além de prestar informações das mais relevantes para os interessados, também estará assegurando a transparência que necessariamente tem de abranger todos os negócios em que o poder público tenha participação. Quando eu li a palavra transparência, eu me lembrei do Senador Reguffe, ele gosta disso: transparência nas coisas públicas.

Estamos apenas promovendo algumas alterações na proposição, que resultaram de entendimento com todos os interessados na matéria, com o objetivo de aperfeiçoar a regulamentação proposta, de modo a efetivar uma interface mais detalhada com a legislação que rege o Fies, nos termos da emenda que apresentamos abaixo.

Voto.

Em face do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PL nº 3.183, de 2019, e, no mérito, pela sua aprovação, com a seguinte emenda:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dê-se ao art. 3°-A que o art. 1° do PL n° 3.183, de 2019, acrescenta à Lei n° 10.260, de 12 de julho de 2001, a seguinte redação:
"Art. 1°
.....
'Art. 3°-A. As instituições de ensino cadastradas no Fies encaminharão à instituição de que trata a alínea "c" do inciso I do art. 3°, no período mínimo de quarenta e cinco dias antes da data final para matrícula, o valor total e o valor das mensalidades de cada curso com financiamento do Fies, nos termos desta Lei, observado o seguinte:
I – serão encaminhados os valores das semestralidades escolares de cada semestre que compõem o curso, considerando a grade cheia, indicando:
a) o valor bruto fixado com base na Lei n° 9.870, de 23 de novembro de 1999; e
b) o valor fixado, observados todos os descontos aplicados pela instituição de ensino superior, regulares ou temporários, de caráter coletivo, ou decorrentes de convênios com instituições públicas ou privadas, incluídos os descontos concedidos devido ao seu pagamento pontual, respeitada a proporcionalidade da carga horária, nos termos de regulamento do Ministério da Educação e de regulamento do CG-Fies;
II – a instituição a que se refere o *caput* tornará públicos os valores mencionados neste artigo, com vistas a assegurar o monitoramento e a transparência do Fies.'
....."

Esse é o relatório e é o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. UNIÃO - DF) – Muito obrigado, Senador Telmário.

Como é um projeto terminativo, tanto a discussão quanto a votação do projeto ficarão para quando tivermos quórum para votação de projetos terminativos, o que não temos neste momento.

Eu volto ao item 5 da pauta, que é uma relatoria do Senador Rodrigo Cunha, que está aqui presente.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 68, DE 2013

- Terminativo -

Altera o Código de Defesa do Consumidor para atribuir a natureza de título executivo extrajudicial ao acordo celebrado perante órgãos de defesa do consumidor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: Pela aprovação, com duas emendas que apresenta, e pela rejeição das emendas 1 e 2 da CCJ

Observações:

- A matéria constou na pauta da reunião do dia 29/03/2022.

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir como cláusula abusiva aquela que obrigue o pagamento de fatura de produtos exclusivamente no estabelecimento do fornecedor.

Com a palavra o Senador Rodrigo Cunha, Relator do projeto.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AL) – Sr. Presidente, só para acompanhar aqui pelo sistema, é o item...?

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. UNIÃO - DF) – Item 5 da pauta, Projeto de Lei nº 68, de 2013.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, passarei à leitura do relatório do projeto, que vai fortalecer ainda mais a defesa do consumidor, vai fortalecer também os órgãos de proteção e defesa do consumidor, que realizam a maioria dos acordos, as conciliações do nosso sistema nacional de defesa do consumidor.

Projeto de Lei do Senado nº 68, que altera o Código de Defesa do Consumidor para atribuir a natureza de título executivo extrajudicial ao acordo celebrado perante órgãos de defesa do consumidor.

Solicito ao Presidente passar diretamente para a leitura da análise do parecer.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. UNIÃO - DF) – Perfeitamente, Senador Rodrigo Cunha.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AL) – Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, nada há a opor ao PLS nº 68, de 2013, tendo em vista que: i) compete à União legislar, de modo privativo, sobre direito processual, a teor do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição Federal (CF); ii) cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União (CF, art. 48, caput e inciso XIII); iii) os termos da proposição não importam em violação de cláusula pétrea; e iv) não há vício de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna.

No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura correto, porquanto o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos é o adequado; a matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico; possui o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atributo da generalidade; é consentâneo com os princípios gerais do Direito; e se afigura dotado de potencial coercitividade.

Nos termos do art. 102, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do consumidor.

Quanto ao mérito, o PLS nº 68, de 2013, é louvável, haja vista seus objetivos de abreviar o périplo que o jurisdicionado hoje deve percorrer para ter efetivados direitos seus anteriormente já reconhecidos e formalizados, em termo de acordo intermediado por órgão público, e, ao mesmo tempo, de contemplar os órgãos jurisdicionais com uma medida cuja consequência potencial mais imediata é reduzir a quantidade de ações de natureza consumerista ajuizadas, as quais estão, afinal, entre aquelas que mais contribuem para o assoberbamento do Poder Judiciário.

Não obstante, cremos que também nós estamos aptos a contribuir para o incremento do teor da proposição.

Embora estejamos de acordo com a maioria dos reparos opostos pelo Relator do projeto na CCJ, não podemos nos furtar a esposar aqui nosso entendimento de que, diferentemente do que ele afirma, a Emenda nº 02-CCJ não apenas se presta a aprimorar a técnica legislativa empregada no dispositivo ora alvitrado para o CDC, como também consiste em flagrante emenda de mérito, pois, ao adicionar o termo "especificamente" ao texto do art. 89-A ventilado para o código consumerista, impedirá a interpretação segundo a qual seriam considerados títulos executivos extrajudiciais acordos celebrados perante todo e qualquer ente público destinado à defesa dos interesses e direitos protegidos pelo CDC.

Com efeito, ao exigir que esse ente público seja especificamente destinado à defesa dos interesses e direitos afetos às relações de consumo, a Emenda nº 02-CCJ fará com que, na prática, se revistam de natureza executória tão somente os acordos celebrados perante os PROCONs, que são, afinal, as únicas entidades públicas dirigidas exclusivamente à defesa do consumidor. Outros órgãos e entidades da administração, como o Ministério Público, a Defensoria Pública e as agências reguladoras, conquanto igualmente importantes para a persecução dessa defesa, não se dedicam de modo exclusivo a tal finalidade.

Assim, caso o PLS 68, de 2013, venha a ser aprovado nos termos exatos da Emenda nº 02-CCJ, será provável a compreensão de que os termos dos eventuais acordos intermediados por essas outras instituições não se revestirão da qualidade de título executivo (salvo, evidentemente, no caso particular da transação, nos termos previstos no art. 784, inciso IV, do CPC), o que não nos afigura a solução mais apropriada para o caso, tampouco o que o proponente do PLS sob exame precisa é exatamente esse ajuste.

Assim, cogitamos a apresentação de emendas, a fim de explorar ao máximo o raio de incidência da lei porventura resultante da proposição em análise, bem como adequar sua ementa a essa nova disposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Indo ao voto.

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela rejeição das Emendas nº 01-CCJ e nº 02-CCJ, mas pela aprovação do PLS nº 68, de 2013, na forma das seguintes emendas apresentadas:

> EMENDA Nº - CTFC
> Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2013:
> "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para atribuir a natureza de título executivo extrajudicial ao acordo celebrado perante órgãos ou entidades de administração pública com atribuições referentes à proteção e defesa do consumidor".
> EMENDA Nº - CTFC
> Dê-se a seguinte redação ao art. 89-A da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, na forma do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2013:
> "Art. 1º
> .....
> 'Art. 89-A. O acordo celebrado entre fornecedor e consumidor perante entidade ou órgão da Administração Pública com atribuições referentes à proteção e defesa do consumidor'".
> Sr. Presidente, é este o relatório.
> Passo a palavra a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. UNIÃO - DF) – Muito obrigado, Senador Rodrigo Cunha.

Quero apenas dizer a V. Exa. que tinha razão quando perguntou. Houve uma confusão aqui na pauta entre o item 5 e o item 7, na ementa do projeto. Então, é apenas para ler aqui a ementa, o número está correto, assim como o relatório de V. Exa. É o projeto que altera o Código de Defesa do Consumidor para atribuir a natureza de título executivo extrajudicial ao acordo celebrado perante órgãos de defesa do consumidor, assim como V. Exa. leu. Já que houve uma confusão entre o item 5 e o item 7 da pauta.

Como esse projeto também é terminativo, precisaria ter quórum de projeto terminativo e nós não temos, todavia, ficam a discussão e também a votação adiadas para quando tivermos quórum para a deliberação de projetos em caráter terminativo. Com isso, o que poderia ser feito na pauta já foi feito.

Quero agradecer aqui a presença de V. Exa., como também a dos demais Senadores que estão aqui presentes ou que estiveram aqui.

E, antes de encerrar a presente sessão, convoco sessão deliberativa desta Comissão para a próxima terça-feira, às 14h30, aqui mesmo neste Plenário.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 15 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 37 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e dois minutos do dia vinte e quatro de março de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Esperidião Amin e Chico Rodrigues, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Jarbas Vasconcelos, Kátia Abreu, Carlos Viana, Mara Gabrilli, Roberto Rocha, Flávio Arns, Marcos do Val, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Giordano, Nelsinho Trad, Jaques Wagner, Paulo Rocha, Marcelo Castro e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Nilda Gondim, Zequinha Marinho, Humberto Costa, Cid Gomes e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 557, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, que dispõe sobre o Serviço Militar, para conceder prioridade a jovens egressos de instituições de acolhimento na seleção para o serviço militar." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Lido o relatório. **Observação:** Votação adiada. **ITEM 2 - Projeto de Resolução do Senado n° 89, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Cria a Frente Parlamentar de Apoio à Corte Penal Latino-americana e do Caribe Contra o Crime Organizado (COPLA)." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senador Plínio Valério (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 406, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo de Cooperação Antártica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, assinado em Santiago, em 26 de janeiro de 2013." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **Observação:** Aprovado regime de urgência para a Secretaria Geral da Mesa. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 86, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola no Domínio da Defesa, assinado em Brasília, em 23 de junho de 2010." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **Observação:** Aprovado regime de urgência para a Secretaria Geral da Mesa. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 228, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel sobre Cooperação em Questões Relacionadas à Defesa, assinado em Jerusalém, em 31 de março de 2019." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **Observação:** Aprovado regime de urgência para a Secretaria Geral da Mesa. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 385, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Grão-Ducado de Luxemburgo sobre Troca e Proteção Mútua de Informação Classificada, assinado em Nova York, em 25 de setembro de 2018." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **Observação:** Aprovado regime de urgência para a Secretaria Geral da Mesa. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Defesa Nacional n° 2, de 2022 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA, Ministro de Estado das Relações Exteriores, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações no âmbito de suas competências, em atendimento ao disposto no art. 103, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PP/TO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 1, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor ANATOLIY TKACH, encarregado de negócios da Embaixada da Ucrânia no Brasil, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a invasão russa à Ucrânia e suas consequências, bem como sobre a ajuda humanitária solicitada pelo governo ucraniano ao Brasil por intermédio da Embaixada da Ucrânia em Brasília." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PP/TO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 6, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor ALEXEY KAZIMIROVITCH LABETSKIY, Embaixador da Rússia no Brasil, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a crise internacional entre Rússia e Ucrânia e suas consequências." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PP/TO). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Esperidião Amin
Presidente Eventual da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/03/24

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Fala da Presidência.) – Eu gostaria de, em primeiro lugar, registrando aqui a presença do querido amigo Senador Marcos do Val, agradecer à Senadora Kátia Abreu pela honra de me designar para esta missão.

Como eu sei que ela está *online*, se ela tiver alguma advertência, pode fazê-la publicamente, porque isso não me constrange. Vou procurar fazer aqui da melhor maneira possível. (*Pausa.*)

Como me informaram que ela efetivamente está *online*, eu lhe concedo a palavra.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senador Presidente Esperidião Amin, um dos mais assíduos (*Falha no áudio.*) ... e que contribui com esta Comissão é V. Exa. E eu, como Presidente eleita da Comissão e aqui, hoje, como assistente, como Senadora-membro, eu quero lhe agradecer por me substituir e dirigir tão bem esta Comissão, como é do seu feitio. Eu agradeço muitíssimo a sua compreensão e a dos colegas Senadores.

Estou aqui no Tocantins, em Palmas, e com alegria me dirijo a todos vocês.

Quero que o senhor tenha um bom trabalho hoje e que nós possamos apresentar esses requerimentos, da maior importância para o Brasil, que o Senado Federal não pode se furtar de debater.

Na hora em que abrirem os trabalhos, no primeiro item da pauta, eu gostaria de me manifestar sobre os requerimentos, mas neste momento é somente para agradecer a V. Exa. pela Presidência, pela condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Muito bem. Nós já estamos em sessão.

O item 1 da pauta é o Projeto de Lei nº 557, de 2019. Se houver alguma manifestação no sentido de inversão da pauta, ela deve ser apresentada.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 557, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, que dispõe sobre o Serviço Militar, para conceder prioridade a jovens egressos de instituições de acolhimento na seleção para o serviço militar.

Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Marcos do Val

Relatório: Pela aprovação com emendas.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Concedo a palavra ao Relator do projeto, o Senador Marcos do Val, para proferir o seu relatório.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Bom dia a todos.

Vou dar início à leitura do relatório ao projeto proposto pelo nosso querido amigo, o Senador Eduardo Girão.

Análise.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 103, V, do Regimento Interno do Senado Federal, emitir parecer sobre as Forças Armadas, o que é o caso.

A motivação do ilustre Senador é de grande sensibilidade social, ao pretender dar uma via de seguimento de acolhimento social a quem é egresso de instituições dedicadas à assistência às crianças e aos adolescentes.

A proposição está em consonância com o art. 223, incisos II e III, da Constituição Federal, quando dispõe que a assistência social deve ser prestada a quem dela necessitar, amparando adolescentes carentes, com a promoção da integração ao mercado de trabalho; e preenche os objetivos do art. 227, *caput*, que determina ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

De outro lado, não vislumbramos ofensa ao art. 61, §1º, inciso II, alínea "f", da Constituição Federal, segundo o qual é do Presidente da República a iniciativa de propor as leis que disponham sobre militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.

Não há dúvidas de que as Forças Armadas estão conectadas com os anseios e as agruras sociais, basta verificarmos as inúmeras ações cívico-sociais das Forças Armadas.

Apesar de as Forças Armadas exercerem um papel relevante na melhoria das condições de vida de parcela de nossa juventude, o propósito do serviço militar não é, tão somente, formar jovens brasileiros e tirá-los da miséria e da criminalidade, mas, sim, o de formar jovens brasileiros em soldados capazes de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exercer atividades específicas, desempenhadas nas Forças Armadas, compreendendo a mobilização de todos os encargos relacionados com a defesa nacional. Não se pode, portanto, desviar o serviço militar obrigatório de sua função, que é a defesa nacional.

Nesse sentido, a proposição poderá ter a sua redação aperfeiçoada para manter o espírito que animou o ilustre autor e prever alguma atenção especial e preferencial aos jovens egressos de instituições de acolhimento familiar ou institucional.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 557, de 2019, com as emendas já apresentadas.

Assim, eu finalizo o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Prezado Senador Marcos do Val, nós não vamos colocá-lo em votação, porque falta um Senador comparecer. Eu sei que na Comissão de Educação pode ser que seja encontrado – está havendo uma votação ali agora. Então, vamos ter que aguardar que haja o quórum. Consequentemente, não fica retirado...

O Senador Girão já marcou presença? (*Pausa.*)

Há algum pedido de inversão?

O item 2 é esse aqui. (*Pausa.*)

De qualquer maneira, eu passo ao item seguinte da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 89, DE 2019

- Não terminativo -

Cria a Frente Parlamentar de Apoio à Corte Penal Latino-americana e do Caribe Contra o Crime Organizado (COPLA).

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação

Consulto se o Senador Flávio Arns se encontra entre nós e lhe concedo a palavra. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Flávio Arns deve estar na Comissão de Educação, como eu já frisei há pouco, de forma que nós vamos suspender e passar para o item 3, que é o projeto de decreto legislativo...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem. Desculpe incomodar.

Seria possível passar esse relatório *ad hoc* aos Senadores que chegaram? Ao Nelsinho Trad, ao nosso querido amigo...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu pedi à assessoria para saber se o Senador Flávio Arns estaria na sala seguinte.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) – Ah, o.k.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se ele não estiver...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) – O.k. Está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, voltarei ao item 2. Fique tranquilo.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) – Coitado. O Nelsinho Trad acaba de chegar e eu já... Ele nem senta e já...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhor é um homem com muitas armas, por isso tem que manter a sua serenidade. (*Risos.*)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Item 3.

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 406, DE 2019

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Antártica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, assinado em Santiago, em 26 de janeiro de 2013.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: pela aprovação.

O Relator é o Senador Plínio Valério, a quem concedo a palavra, com muita satisfação. Eu gostaria que ele fizesse em prosa ou em verso a leitura, mas...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Mas não pode, não é?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... como vier será aplaudida.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – O Regimento Interno não permite.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Permite!

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Permite?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim, senhor!

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – No próximo...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O Senador Ronaldo Cunha Lima despachou o nosso requerimento para a realização de uma sessão sobre o centenário da morte de João da Cruz e Sousa em poema.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Então, quando a sua assessoria...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Consta dos *Anais* da Casa.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Então, você faz um, e eu assumo, eu assino, dizendo que fui eu. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O seu talento é insuperável.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 406, de 2019, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Antártica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, assinado em Santiago, em 26 de janeiro de 2013.

O relatório, Presidente, Senadores e Senadoras, é com a análise da Comissão, repetindo tudo que a gente fez ali na ementa.

O acordo em questão contém dez artigos.

A exposição de motivos interministerial endereçada ao Presidente da República registra que esse ato internacional está inserido "no âmbito dos Artigos II e III do Tratado da Antártida, que ressaltam o papel fundamental da cooperação internacional para o desenvolvimento da pesquisa e da preservação antártica".

O preâmbulo do acordo recorda, de um lado, "a importância da Antártida para a investigação científica, particularmente no âmbito do meio ambiente global, bem como a necessidade de reduzir ao mínimo os impactos das atividades científicas e humanas no meio ambiente antártico e nos seus ecossistemas dependentes e associados"; de outro, ressalta ainda a "[...] vontade de ambos os países em fortalecer seus vínculos bilaterais de amizade e cooperação na Antártida, particularmente em assuntos relativos à cooperação científica internacional, à observação científica e à investigação de processos de importância global e regional ao sul do Círculo Polar Antártico".

Eu vou resumir aqui os artigos, falando um pouquinho de cada um.

O Artigo I assinala que as partes envidarão seus melhores esforços, visando otimizar o emprego de recursos humanos e materiais no aperfeiçoamento do trabalho de pesquisa científica na região da Antártica.

O Artigo II especifica, no âmbito do Sistema do Tratado da Antártida, as áreas de cooperação objeto do acordo.

Em continuação, o Artigo III indica os órgãos designados para coordenar as atividades de cooperação, sendo, no caso brasileiro, o Ministério das Relações Exteriores.

O Artigo IV trata das ações a serem incentivadas, fomentadas, promovidas e coordenadas pelos órgãos designados de modo a atingir os objetivos previstos.

O dispositivo seguinte (Artigo V) versa sobre o custeio dos gastos para a execução das atividades descritas.

O Artigo VI, por seu turno, ocupa-se da possibilidade de ampliação do ajuste bilateral junto a terceiros países.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O dispositivo subsequente (Artigo VII) cuida do exame antecipado das condições existentes no início de cada temporada antártica visando facilitar e otimizar as atividades previstas no acordo.

Os dispositivos restantes aludem à solução de eventuais controvérsias (Artigo VIII); à data de entrada em vigor do texto (Artigo IX) e seu prazo de validade (indeterminado), bem como à possibilidade de denúncia, via diplomática, com seis meses de antecedência (Artigo X).

Aprovado o projeto de decreto legislativo na Câmara dos Deputados, a matéria foi encaminhada para esta Casa e despachada para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde me coube relatar.

Vamos à análise.

Falei do que compete, já falei da parte. Eu quero ver se eu chego logo ao voto, Presidente.

É nesse escopo que se insere o acordo em comento. Ele visa, como visto, estimular a cooperação bilateral em prol do desenvolvimento conjunto e mutuamente ajustado entre as partes, visando o preenchimento dos objetivos mais amplos do regime jurídico internacional da Antártida. Desse jeito, é válido recordar, por igual, que Brasil e Chile têm superlativo histórico de cooperação no continente antártico. Para tanto, é suficiente recordar que o acesso aéreo à Estação Antártica Comandante Ferraz é feito por meio do aeródromo chileno localizado naquele continente.

Voto.

Presidente, Senadores, Senadoras, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 406, de 2019.

É o nosso voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Muito obrigado, Sr. Relator.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Indago se já temos...

Já tendo quórum, eu posso colocar em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voltamos, portanto, ao item 1 da pauta. (*Pausa.*)

Então, voltamos ao item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 89, DE 2019

- Não terminativo -

Cria a Frente Parlamentar de Apoio à Corte Penal Latino-americana e do Caribe Contra o Crime Organizado (COPLA).

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Pela aprovação

Como nós não conseguimos o contato com o Senador Flávio Arns, designo, como Relator ad hoc, o Senador Plínio Valério. Pelo seu bom desempenho no anterior, recebe como prêmio...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Se você não existisse, a gente teria que inventar. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sem gaguejar.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM. Como Relator.) – Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 89, de 2019, do Senador Marcos do Val – grande Marcos do Val, aqui presente. E você está sabendo, não é? Logo mais, daqui a uns dias, o Sr. Marcos do Val...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Será reincidente. (*Risos.*)

Logo depois do dia da aparição de Nossa Senhora de Fátima, será reincidente. (*Risos.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Esta Comissão examinará o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 89, de 2019, do Senador Marcos do Val, que cria a Frente Parlamentar de Apoio à Corte Penal Latino-americana e do Caribe contra o Crime Organizado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste Colegiado, foi inicialmente designado Relator o Senador Angelo Coronel, o qual chegou a apresentar relatório. Porém, o Senador deixou de fazer parte dos quadros desta Comissão, e a matéria foi então distribuída ao Senador Flávio Arns, que acabou sendo substituído por mim como Relator *ad hoc*.

Dito isso, tomo a liberdade para aproveitar e ir ao teor daquele relatório.

O art. 1º, *caput*, do projeto institui a Frente Parlamentar de Apoio à Corte Penal Latino-Americana e do Caribe Contra o Crime Organizado. Segundo o parágrafo único, as reuniões deverão ocorrer nas dependências do Congresso Nacional, preferencialmente no Senado Federal.

A frente, que se regerá por estatuto próprio, detém caráter político suprapartidário e tem como finalidades:

I - apoiar a criação da Copla, que é o título do objeto aqui;

II - realizar encontros para discutir temas associados à Copla;

III - divulgar suas atividades;

IV - acompanhar campanhas, ações e políticas públicas que digam respeito à Copla (arts. 2º e 3º).

O autor da proposição, invocando o art. 6º da Resolução do Senado nº 14, de 2015, o qual oferece regramento para a criação das frentes parlamentares internacionais, assinala que a Frente Parlamentar de Apoio à Corte Penal Latino-Americana e do Caribe contra o Crime Organizado pretende dar suporte à criação, por tratado, dessa instituição, cujo objetivo é reprimir, na região, o crime transnacional organizado.

O autor destaca, ainda, que não há como negar que o crime transnacional organizado tem afetado a região de modo gravíssimo, gerando violência e corrupção e afetando a democracia, sobretudo mediante o tráfico de drogas, tráfico de armas, tráfico de pessoas e a lavagem de dinheiro.

A matéria, após apreciação da CRE, seguirá para ser examinada pela Comissão Diretora do Senado Federal.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise e voto.

Vou resumir a análise, para a gente ir direto então ao voto, Presidente.

Desse modo, podemos dizer que essa iniciativa se coaduna com as preocupações mais recentemente externadas por nossos cidadãos, refletidas, sobretudo, nos resultados das eleições de 2018. Experimentamos um momento de exacerbada inquietação com a escalada da violência em nosso país, e não há como ignorar o fato de que o crime organizado se nutre da fluidez imposta pela globalização às fronteiras físicas entre os países.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, o combate ao crime transnacional organizado passa necessariamente pela adoção de ferramentas e estratégias em nível regional e global. A criação da Corte Penal Latino-Americana e do Caribe contra o Crime Organizado seria, certamente, medida de extrema importância para a repressão da criminalidade na região. É evidente que a busca de ações interestatais integradas e eficientes no combate a crimes, como os de lavagem de dinheiro, tráfico de drogas e de armas, levará à redução da criminalidade interna nos países da região, uma vez que os agentes criminosos se valem de recursos obtidos mediante essas práticas ilícitas transnacionais.

Desse modo, a matéria merece prosperar, de forma a garantir que o Parlamento acompanhe o processo de criação da Copla, bem como seu posterior funcionamento.

Do voto, Presidente.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 89, de 2019.

Eis aí o nosso voto, Presidente, o nosso relatório, o relatório do Flávio Arns, que eu li como Relator *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Perfeitamente.

Eu concedo, neste momento, a palavra ao Senador Flávio Arns, que naturalmente quer, em primeiro lugar, avaliar a qualidade da relatoria *ad hoc* e, depois, aduzir colocações que são da sua responsabilidade.

Com a palavra um dos "quartos" Senadores de Santa Catarina, Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Eu agradeço, Senador Espiridião Amin, sempre muito gentil, dizendo que eu sou um dos quatro Senadores ou o quarto Senador do Estado de Santa Catarina, e isso certamente numa referência à origem da família, tanto da parte da mãe como da parte do pai. Do meu pai, todos: D. Paulo Evaristo, Dra. Zilda, o meu pai, Osvaldo Arns, todos de Forquilhinha. O meu avô, Gabriel Arns, abriu picadas lá em Forquilhinha, construindo as primeiras casas, escola, igreja. Hoje é um município extremamente desenvolvido, próspero. E a minha mãe é de Brusque. Então, eu sempre faço a minha homenagem ao Estado de Santa Catarina.

Quero agradecer o Senador Plínio Valério, com quem a gente sempre tem tido um entendimento muito bom. Participamos de muitas iniciativas em conjunto, por ter sido relator *ad hoc*.

E eu só quero agradecer e parabenizar também o Senador Marcos do Val pela proposta de criação dessa Frente Parlamentar de Apoio à Corte Penal Latino-Americana e do Caribe contra o Crime Organizado (Copla). Ele enfatizou muito bem que, nessa área, não existem fronteiras, são fronteiras transnacionais, ultrapassam as fronteiras brasileiras. Toda iniciativa que tenha por objetivo criar segurança, combate ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crime, à violência – e isso gera corrupção, desmandos, desvios de toda natureza –, todas as iniciativas devem ser apoiadas. Então, o Marcos do Val, que é uma pessoa muito ligada à área da segurança também, merece todo apoio nessa iniciativa, agora sendo submetida à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Então, muito obrigado, Sr. Presidente. Eu não fiz o relatório, mas estava presente antes e, como V. Exa. estava acompanhando, fui à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, onde, inclusive, relatei um projeto de lei e onde outros debates estão acontecendo, por isso acabei vindo um pouco depois do relatório.

Obrigado, Senador Plínio Valério.

Obrigado, Sr. Presidente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – V. Exa. pede a palavra?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) – Não, não. Se tiver mais relatório...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só vou dar sequência aqui.

Em discussão o relatório, com a complementação muito legítima por parte do Senador Flávio Arns. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, pela aprovação do projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral para prosseguimento da tramitação.

Foi requerida a inversão de pauta.

Nós passamos para o item 7.

ITEM 7

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL N° 2, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA, Ministro de Estado das Relações Exteriores, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações no âmbito de suas competências, em atendimento ao disposto no art. 103, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Autoria: Senadora Kátia Abreu (PP/TO)

Antes de passar a palavra para a Senadora Kátia Abreu, que vai complementar o requerimento e certamente vai aduzir aos itens do Requerimento 1 e do Requerimento 6, eu gostaria de informar a todos que o Senador Nelsinho Trad aqui esteve e está se deslocando para o Plenário do Senado, onde – não sei se já chegou – o Ministro das Relações Exteriores se encontra juntamente com a Ministra Tereza Cristina para uma sessão temática relacionada a fertilizantes e às consequências até aqui da operação especial desenvolvida pela Rússia que nós chamamos de guerra contra a Ucrânia.

Concedo a palavra à Senadora Kátia Abreu com muita satisfação.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Cumprimento os colegas Senadores para dizer da importância dos três requerimentos de um modo geral. Eu tenho sido bastante solicitada a respeito desse debate para que nós possamos ouvir o que essas autoridades têm a dizer. Além do que nós estamos acompanhando na imprensa, na televisão, nos rádios, nos blogues, nas redes sociais, é muito importante que esses representantes que estão à frente dessas questões acompanhando de perto essa guerra da Ucrânia com a Rússia venham até o Senado Federal, através da CRE, para colocar, de viva voz, as condições e o que o Brasil tem feito até agora – no caso do Ministro França, é para que ele coloque ou compartilhe com esta Comissão os principais temas que constam da agenda política externa nesse caso específico.

Então, o Ministro França comandou todo o processo na ONU, na votação, nos fóruns internacionais com relação a não admitir... E de certa forma se posicionou com o voto brasileiro contra a guerra. Então, nós gostaríamos... É que, a partir disso, ficou uma imagem um tanto dúbia com relação ao Governo brasileiro: embora formal e legalmente o Brasil tenha tomado uma atitude correta com relação à guerra da Rússia contra a Ucrânia, a invasão, tivemos comentários de algumas autoridades do Brasil em sentido contrário. Então, nós gostaríamos que o Chanceler, mais uma vez, se posicionasse e tivesse a oportunidade também de comentar sobre a ajuda humanitária, sobre todos essas questões e esses votos, sobre o que significa em termos de prejuízos para o Brasil no que diz respeito principalmente a fertilizantes e trigo, as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossas importações que são vitais para o Brasil. Nós somos altamente dependentes da importação de trigo, especialmente da Rússia, mas somos fortemente dependentes de fertilizantes desse mesmo país.

Então, nós estamos vivendo diante de um quadro muito preocupante – sem querer causar nenhum terrorismo com relação a isso, mas é muito preocupante –, e os produtores do Brasil, essa grande agricultura exportadora, estão em polvorosa e com razão, não só por conta do fertilizante, mas diante da guerra com todo o aumento do petróleo. Apesar de sermos autossuficientes em petróleo, isso afeta o preço internacional e afeta o preço dos produtos em todos os países.

Então, eu gostaria que o nosso Chanceler, o Ministro das Relações Exteriores Carlos Alberto Franco França, pudesse, de viva voz, vir debater conosco e tirar todas as dúvidas a respeito do assunto mais grave e mais importante que atinge o mundo inteiro hoje, que é a guerra da Rússia contra a Ucrânia.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Acho que as palavras da Senadora Kátia Abreu resumem a própria discussão do tema, ou seja, que esta Comissão convide o Ministro das Relações Exteriores, que, eu repito, deve estar chegando, não sei se chegou... Já se encontra no Plenário da Casa, debatendo esse assunto em sessão temática, nada mais justo do que na Comissão Permanente específica da Casa, que é a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, presidida pela própria Senadora Kátia Abreu, nada mais justo do que convidá-lo para, até de maneira mais abrangente e pormenorizada, tratar do assunto também.

Informa aqui à assessoria que a Senadora Kátia Abreu solicita que, simultaneamente a essa outra ação, apreciemos o Requerimento nº 1, que é o item 8, e o Requerimento nº 6, que é o item 9 da pauta.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Por videoconferência*.) – Exatamente, Sr. Presidente.

Se me permite fazer um comentário...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu vou fazer apenas a leitura do teor da ementa do requerimento para facilitar as suas colocações, Senadora. Pode ser?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Por videoconferência*.) – Pois não. Com certeza!

ITEM 8

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 1, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor ANATOLIY TKACH, encarregado de negócios da Embaixada da Ucrânia no Brasil, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a invasão russa à Ucrânia e suas consequências, bem como sobre a ajuda humanitária solicitada pelo governo ucraniano ao Brasil por intermédio da Embaixada da Ucrânia em Brasília.

Autoria: Senadora Kátia Abreu (PP/TO)

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 6, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor ALEXEY KAZIMIROVITCH LABETSKIY, Embaixador da Rússia no Brasil, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a crise internacional entre Rússia e Ucrânia e suas consequências.

Autoria: Senadora Kátia Abreu (PP/TO)

Esses são os teores de ambos os requerimentos, sobre os quais a Senadora Kátia Abreu vai argumentar.

Com a palavra a Senadora.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Colegas, da mesma forma, eu acho que é muito democrático e civilizado que possamos ouvir também esses países.

Quando nós falamos Embaixador da Rússia no Brasil e, com relação à Ucrânia, Encarregado de Negócios – só para esclarecer o e-Cidadania e os que nos acompanham –, é porque no Brasil não existe ainda a figura do Embaixador da Ucrânia, e o seu substituto sempre é o Encarregado de Negócios da Embaixada. Então, ele tem *status* de embaixador. Dos Estados Unidos hoje, na Embaixada americana, nós também não temos oficialmente um embaixador; também é o Encarregado de Negócios da Embaixada que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responde por ela. Então, é apenas a título de explicação, para ninguém imaginar que o embaixador ucraniano não quisesse vir à nossa Comissão. Então, é o Embaixador ucraniano que está sofrendo na pele, o seu país, o seu povo com essa invasão, com mortes de milhares de pessoas. E nós gostaríamos, sim, que ele pudesse nos colocar a gravidade da situação, dizer com que o Brasil ainda pode contribuir, não só no que diz respeito à ajuda humanitária, mas ao Congresso brasileiro, que está totalmente à disposição para ajudar em qualquer interlocução que for necessária de nossa parte, da América Latina como um todo. Eu acho que é de interesse de todos os países nós nos manifestarmos e tentarmos acabar com essa guerra insana, motivada até hoje ninguém entende por que, se a Otan é um organismo internacional que já não deveria praticamente nem existir desde do Pacto de Varsóvia. Então, por que há tanta importância nessa questão de a Ucrânia entrar na Otan?

E, ao mesmo tempo, o Embaixador russo... Nós precisamos compreender esse mecanismo para também não sermos usados levianamente apenas pela opinião pública da realidade que estamos vivendo hoje. Sem nenhuma razão, o Presidente Putin, a partir do momento em que deu o primeiro tiro de canhão, na maneira de dizer, lançou o primeiro míssil, a primeira bomba – eu acredito – mudou muito de posição as suas convicções e a sua razão. Acho que até o primeiro tiro, a primeira bomba de canhão, a primeira bomba de qualquer outra coisa ser dada, ainda havia interlocução e condições e a posição dele estava correta no que diz respeito à defesa do seu país. A partir do momento em que iniciou a guerra, é como se tivesse perdido toda essa condição e essa capacidade de apoio e de interlocução.

Por outro lado, nós também estamos vendo, por parte dos americanos, um ataque muito frontal aos russos, desnecessário para quem quer fazer acordo. A gente não faz... Na roça, Sr. Presidente, aqui, de maneira bem simples, mas muito fácil de entender: no dia do domingo, quando o senhor quer pegar uma ave para fazer para o almoço, você não diz "xô", você diz palavras amigáveis, joga um milho para atrair para perto de você. Então, quando o Biden agride e ataca o Presidente Putin, em que pese as suas razões sejam todas justificadas por conta da questão humanitária, da agressão à Ucrânia, ao mesmo tempo eu vejo um distanciamento e uma dificuldade ainda maior, um distanciamento no que diz respeito ao acordo.

Então, não existe santo nessa história. Putin está totalmente equivocado, errou fortemente, na minha opinião, modesta opinião, mas não estamos aqui para receber o Embaixador da Rússia para atacá-lo ou para agredi-lo, nós queremos conversar, nós queremos dialogar, nós queremos ouvir as suas posições, os seus argumentos e saber onde também nós poderemos ser úteis, o Congresso brasileiro, a Comissão de Relações Exteriores. O que os Parlamentares do mundo inteiro poderiam fazer, com seus representantes de cada país, para ajudar nessa interlocução da Rússia com a Europa, Estados Unidos, Ucrânia? Eu tenho certeza de que todos têm boa vontade e experiência que podem ajudar nessa situação.

Então, com muito prazer, nós gostaríamos de receber o Sr. Anatoliy Tkach, encarregado de negócios da Ucrânia, e também o competente Embaixador da Rússia no Brasil, o Sr. Alexey Kazimirovitch, uma simpatia, fala português quase fluentemente. Temos uma relação muito cordial aqui na Comissão com ele,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é um experiente Embaixador e que com certeza irá contribuir muito com a nossa Comissão para nos contar a versão russa; e a Ucrânia, a versão ucraniana.

Com a posição do Brasil através do Chanceler, eu acho que esta Comissão e os Parlamentares terão uma visão geral, assim como a imprensa que nos acompanha e, pelo e-Cidadania, também pessoas do Brasil inteiro que nos acompanham fortemente em todas as nossas Comissões, para que a gente possa tirar as dúvidas e clarear, diante dos nossos olhos, a real situação e, principalmente, o que poderemos fazer, se é que seremos capazes de ajudar.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sra. Senadora Kátia Abreu, longe de mim querer emitir juízo de valor sobre a sua iniciativa; o que me cabe é lhe dar oportunidade de argumentar, e a senhora o fez, mas eu não posso deixar de considerar aqui que seja do meu dever como Senador cumprimentá-la pela iniciativa, dizer que o Brasil, pela sua tradição de buscar a negociação, tem autoridade moral e política no mundo para se colocar à disposição, no mínimo, para ouvir o nosso próprio Chanceler e as partes, porque nós temos relação de profunda amizade tanto com a Ucrânia quanto com a Rússia, e acho que isso nos dá o *status* para fazer, desses seus requerimentos, requerimentos construtivos.

É isso que eu posso dizer, antes de colocar em votação conjuntamente os itens 7, 8 e 9 da nossa pauta.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 2, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA, Ministro de Estado das Relações Exteriores, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações no âmbito de suas competências, em atendimento ao disposto no art.

103, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Autoria: Senadora Kátia Abreu (PP/TO).

ITEM 8

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 1, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor ANATOLIY TKACH, encarregado de negócios da Embaixada da Ucrânia no Brasil, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a invasão russa à Ucrânia e suas consequências, bem como sobre a ajuda humanitária solicitada pelo governo ucraniano ao Brasil por intermédio da Embaixada da Ucrânia em Brasília.

Autoria: Senadora Kátia Abreu (PP/TO).

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 6, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor ALEXEY KAZIMIROVITCH LABETSKIY, Embaixador da Rússia no Brasil, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a crise internacional entre Rússia e Ucrânia e suas consequências.

Autoria: Senadora Kátia Abreu (PP/TO).

E a respeito de todos, eu digo: em discussão os três itens. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passo à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão, pois, aprovados os itens 7, 8 e 9 da nossa pauta.

A Senadora Mara Gabrilli, que ontem estava em Genebra, pede-nos a palavra. Não sei se ela está *online.*

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SP. *Por videoconferência*.) – Estou.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pela ordem, concedo a palavra a nossa querida Senadora Mara Gabrilli, que ontem estrelou – não estreou, estrelou –, ou seja, brilhou na nossa sessão deliberativa semipresencial do dia 23 de março.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SP. *Por videoconferência*.) – Estou aqui. Está me ouvindo, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Estou ouvindo com muita alegria.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SP. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Senador, queria cumprimentá-lo, cumprimentar a Senadora Kátia Abreu e dizer que eu continuo aqui em Genebra, inclusive em contato com a Embaixadora Filipenko, a Embaixadora da Ucrânia, que está superdisposta a receber toda a colaboração que o Brasil puder dar. O Embaixador Tovar aqui também colocou o Itamaraty à disposição, assim como o próprio Chanceler.

A gente vem tentando angariar suprimentos para mandar para hospitais que nos pediram, suprimentos básicos para ajudar hospitais na Ucrânia. Isso veio através de voluntários, através de iniciativas de organizações não governamentais. E o maior entrave que a gente está passando hoje – e que eu acho que podemos tratar caso essa reunião aconteça e o Embaixador russo vá – é conseguir entradas na Ucrânia, porque tem sido muito difícil encontrar locais seguros para entrar com suprimentos brasileiros.

Então, mesmo os alimentos que já foram enviados, tentando o corredor humanitário, continuam fora da Ucrânia, porque não se está conseguindo entrar. E a gente tem arrecadado vários suprimentos para ajudar, principalmente, as pessoas idosas, as crianças, as mulheres e pessoas com deficiências, que têm passado situações bastante dilacerantes para o coração de qualquer um, e estamos com essa dificuldade de ter um corredor humanitário que seja seguro para a entrada dos suprimentos brasileiros.

Segundo o Chanceler e segundo o Embaixador Tovar aqui da missão ONU, o menor problema é o avião, por exemplo, que está à disposição para ir. E a gente já tem muitas doações acontecendo. Então, a gente precisa da liberação do caminho, e, com certeza, esse embaixador pode nos ajudar a fazer a liberação do caminho para os suprimentos brasileiros chegarem. A gente está trabalhando nisso junto ao Médicos sem Fronteiras, junto à Cruz Vermelha, junto a outras organizações, junto à Unicef e junto à Acnur. Então, a gente precisa simplesmente de alguém que consiga abrir as portas para os nossos suprimentos entrarem.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Prezada Senadora Mara Gabrilli, eu creio que as suas palavras reforçam e endossam os requerimentos que nós aprovamos.

Claro que outras providências poderão decorrer tanto do encontro que está havendo agora no Plenário, que eu não posso acompanhar, mas eu sei que a Ministra Tereza Cristina e o Ministro França se encontram no Plenário. O Senador Nelsinho Trad, inclusive, saiu daqui para participar da reunião. É possível que o Ministro França tenha até alguma notícia a respeito disso, mas, aqui na Comissão de Relações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exteriores, ao aprovarmos os requerimentos da Senadora Kátia Abreu, nós nos movimentamos nesse sentido.

Eu acho que o propósito do Brasil – e falei há pouco sobre a nossa autoridade moral e política – é ser facilitador de um entendimento. Não podemos ter a pretensão de sermos mediadores, mas temos autoridade moral e política para sermos, porque o Brasil sempre teve esta postura de procurar, através da negociação, fazer aquilo que, quando nos falta inteligência, a gente faz depois de nos destruirmos, porque, depois de uma guerra, tem que haver entendimento. Então, se for possível fazer um entendimento sem guerra ou com uma guerra o menos prolongada possível, essa é a postura do Brasil.

Eu queria agradecer muito a sua contribuição, mas lhe dizer que eu a considero, de alguma forma, atendida pela aprovação dos requerimentos apresentados aqui pela Senadora Kátia Abreu.

Aguardo uma manifestação sua no sentido de concordar ou discordar dessa avaliação que eu faço.

Não sei se a Senadora Mara Gabrilli ainda se encontra conectada. (*Pausa.*)

Bom, o nosso próximo item é o item 4, mas o Senador Chico Rodrigues, que é um cavalheiro, certamente, ao perceber que a Senadora Soraya está aqui, vai abrir mão do quarto pelo quinto, até porque eu conheço o Senador Chico Rodrigues. Concorda? Concorda, não é? (*Pausa.*)

Com a palavra, portanto, para relatar, a Senadora Soraya Thronicke...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSL - MS) – Sob pressão.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... por espontânea iniciativa do Senador Chico Rodrigues.

Seja breve, portanto.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSL - MS) – Por espontânea pressão do Senador Esperidião Amin.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Por absoluta e espontânea pressão do Sr. Presidente Amin, que é muito jeitoso nas suas palavras e na verdade nos dá um *knockdown* impiedoso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, é nocaute mesmo. Com o *knockdown,* o senhor se recupera e depois volta.

E quero registrar que eu estou com sorte com as mulheres hoje, porque a Senadora Mara Gabrilli voltou ao ar e concordou com as minhas palavras. Então, eu estou no bom caminho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSL - MS) – Ainda é o mês das mulheres, e a gente fica o resto do... São onze meses sem ser mês das mulheres; então, agora a gente tem um pouquinho mais de preferência.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É porque eu sou de Santa Catarina, Senadora...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSL - MS) – Santa Catarina...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... Catarina de Alexandria...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSL - MS) – ... é o estado mais feminino...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... o estado mais feminino do Brasil.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSL - MS) – ... do país.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O maior homem da nossa história ao vulto...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSL - MS) – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... foi a Anita Garibaldi.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSL - MS) – Então, é isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Nós somos desse lado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSL - MS) – É isso aí. Ele é bem... A Angela Amin controla, não é? A gente sabe, a gente sabe quem exerce controle aqui.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Nem discuta isso, tá? (*Risos.*)

ITEM 5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 228, DE 2021

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel sobre Cooperação em Questões Relacionadas à Defesa, assinado em Jerusalém, em 31 de março de 2019.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Pela aprovação

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSL - MS. Como Relatora.) – Muito obrigada, Senador Chico Rodrigues. Obrigada.

O relatório é sucinto, então não vai demorar, não vai nem doer. Vamos lá.

Vem para análise do Senado Federal o Projeto de Decreto Legislativo nº 228, de 2021.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 371, de 2019, submeteu-se ao crivo do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel sobre Cooperação em Questões Relacionadas à Defesa, assinado em Jerusalém, em 31 de março de 2019.

Aprovado o projeto de decreto legislativo na Câmara dos Deputados, a matéria foi encaminhada para esta Casa e despachada para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde me coube a relatoria.

Na proposição, além de aprovar o texto, determina-se a já tradicional cláusula para resguardar os poderes do Congresso Nacional quanto à celebração de tratados:

> Art. 1º [...].
> Parágrafo único. Nos termos do inciso I do *caput* do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Não foram recebidas emendas no prazo regimental.

Passo à análise, Sr. Presidente.

Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre as proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No tocante ao acordo, inexistem defeitos em relação à sua juridicidade. Não há, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, considerando que ela observa o disposto no art. 49, inciso I, e no art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal.

Sobre o mérito, o tratado, versado em dez artigos, pretende estreitar as relações bilaterais entre Brasil e Israel na temática de defesa.

A refletir o conteúdo do artigo 1 do acordo, a exposição de motivos anexa pelos Ministros da Defesa e das Relações Exteriores assim sintetiza:

> O Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel sobre Cooperação em Questões Relacionadas à Defesa buscará promover a cooperação mútua em assuntos relativos à Defesa, com ênfase no intercâmbio de tecnologias, treinamento e educação em questões militares, bem como na colaboração em questões que tangem a sistemas e produtos de defesa e transferência para terceiros países ou partes. O Acordo também buscará promover a cooperação nos campos de aquisição, pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico e mobilização, assim como troca de conhecimento e experiências nas áreas operacional, científica e tecnológica, além da cooperação em quaisquer outros campos relacionados à Defesa que possam ser de interesse mútuo para as Partes.

O acordo segue padrão dos documentos que formalizam cooperação bilateral de defesa. Versado em dez artigos, expõe em seu artigo 2 as formas como pode ser implementada a cooperação, nomeadamente mediante visitas, encontros, intercâmbios, capacitação, eventos culturais e desportivos, iniciativas comerciais, aquisição de materiais e serviços de defesa, programas e projetos de tecnologia de defesa.

O artigo 3 ressalta que nada será posto em prática sem antes serem consultadas as respectivas leis, regulamentos e políticas nacionais, caso a caso. Quanto às responsabilidades financeiras, cada parte arcará com seus próprios custos, segundo impõe o artigo 4. Além disso, serão protegidas as informações classificadas e materiais que serão usados, transmitidos, armazenados, manipulados e salvaguardados por ocasião da implementação do presente acordo, como consta do artigo 5.

Os artigos 6 a 10 tratam de cláusulas típicas de tratados, dispondo sobre: o modo de solução pacífica de controvérsias, no caso por meio de negociações e consultas diretas em idioma inglês; as autoridades de contato, que serão o Ministério da Defesa de Israel, pelo Vice-Diretor do Departamento Político-Militar, e o Ministério de Defesa do Brasil, pela Subchefia de Assuntos Internacionais; a possibilidade de serem feitos ajustes complementares, emedas, revisões e programas; a entrada em vigor, vigência de cinco anos prorrogáveis e denúncia; além da formulação de denúncia.

O voto, Sr. Presidente, é o seguinte: por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 228, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2021, enaltecendo os laços entre Brasil e Israel, que, a cada vez, estão mais estreitos. Essa é uma alegria para todos nós.

Quero abraçar aqui o Presidente Davi Alcolumbre.

Quero abraçar também os judeus, a Ilana, daqui do Senado...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O Senador Jaques Wagner.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSL - MS) – ... o Senador Jaques Wagner e toda a comunidade judaica.

Hoje eu vim aqui com uma Hamsá e com uma Estrela de Davi, em homenagem a esse acordo bilateral. É tão importante para todos nós essa troca de informações! Acredito que Israel vai conseguir contribuir conosco de uma forma ímpar. Para nós, é uma alegria indizível, que eu sinto neste momento, poder estreitar ainda mais esses laços.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu queria cumprimentar a Senadora Soraya Thronicke até porque S. Exa., depois da nossa estada compartilhada em Barcelona por ocasião do Mobile World Congress, dirigiu-se a Israel, o que, naturalmente, a deixou mais motivada ainda para esse relatório.

E queria lhe pedir, por caridade, que a senhora estendesse essa simpatia a nós outros, que somos primos. Afinal, o pai é o mesmo: Abraão. (*Risos.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSL - MS) – É verdade. (*Fora do microfone.*) Eu nutro essa simpatia. É porque hoje o tema é Israel.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A confusão foi criada pelas mulheres.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSL - MS) – Ah, não!

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Agar e Sara.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSL - MS) – Não comece! Nem comece!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, nós somos "brimos".

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSL - MS) – Nem comece, porque a minha agenda está cheia. Eu não vou conseguir, Senador, discutir com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Somos "brimos". V. Exa. pode me incluir. Meu pai é libanês. Eu sou a primeira geração. E a maioria dos Senadores levantinos aqui são sírio-libaneses.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSL - MS) – Se o senhor nutrir o mesmo...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Tasso Jereissati, Nelsinho Trad, Omar Aziz; a turma é grande. Acho bom a senhora estender o seu abraço aos primos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSL - MS) – Eu estendo o meu abraço aos "brimos" e também gostaria que o senhor estendesse o seu abraço aos germânicos, da sua esposa e minhas raízes também. *Why not*?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Isso eu faço diariamente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSL - MS) – Senador, eu gostaria de pedir, após a aprovação, perdão, urgência regimental para que vá ao Plenário...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Perfeito.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSL - MS) – ... na data de hoje.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Aliás, graças à sua sugestão, faremos isso extensivo a todos os acordos semelhantes.

Com a palavra o nosso querido Senador Chico Rodrigues para relatar o item 4.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 86, DE 2020

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola no Domínio da Defesa, assinado em Brasília, em 23 de junho de 2010.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação

Quer que eu bote...

Então inverto para dizer o seguinte: em discussão o relatório da Senadora Soraya Thronicke. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, em regime de urgência, conforme requerido e aprovado.

Com a palavra, enfim, o Senador Chico Rodrigues.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSL - MS. *Fora do microfone*.) – Obrigada, Senador Chico.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Esperidião Amin, vamos apresentar o relatório da Comissão de Relações Exteriores e Defesa sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 86, de 2020, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola no Domínio da Defesa, assinado em Brasília, em 23 de junho de 2010.

Vem para análise desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 86, de 2020, que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola no Domínio da Defesa, assinado em Brasília, em 23 de junho de 2010.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 75, de 15 de fevereiro de 2018, submeteu-se ao crivo do Congresso Nacional o texto desse tratado, acompanhado de exposição de motivos firmada pelo Chanceler e pelo Ministro da Defesa, cujo excerto destacamos:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> O referido Acordo estabelece as bases normativas que regulamentarão a cooperação militar entre Brasil e Angola, permitindo, sob a coordenação de um Comitê de Trabalho Conjunto, a expansão dos vínculos ora existentes entre os dois países sobre essa matéria. Áreas específicas contempladas no Acordo incluem formação militar, ciência e tecnologia de defesa, operações de paz, e exercícios militares conjuntos. O Acordo inscreve-se, portanto, no marco da prioridade africana da política externa brasileira e segue a orientação estratégica de intensificar o intercâmbio com as Forças Armadas das nações amigas, inscrita na Política de Defesa Nacional de 2005.

Aprovado o projeto de decreto legislativo na Câmara dos Deputados, a matéria foi encaminhada para esta Casa e despachada para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde me coube a relatoria. Na referida proposição, além de aprovar o texto do tratado, o parágrafo único que se segue define esse acordo.

> Parágrafo único. Nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Não foram recebidas emendas no prazo legal.

Análise.

Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Inexistem defeitos em relação à juridicidade do projeto. Não há, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que ela observa o disposto no art. 49, inciso I, e no art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal.

Sobre o mérito, diga-se que o Acordo de Cooperação bilateral entre Brasil e Angola segue a linha de outros congêneres, na área da defesa, em especial na área técnico-militar, conforme ressalta seu Artigo 1º.

No artigo seguinte exemplifica-se esse objetivo como sendo política de defesa; ensino e instrução; inteligência militar; equipamentos e sistemas militares; missões de manutenção de paz; operações humanitárias; busca e salvamento; saúde e assistência médica; legislação militar; desporto e cultura; ciência e tecnologia de interesse militar; relações civil-militar; pesquisa e desenvolvimento; apoio logístico e aquisição de produtos e serviços de defesa.

Essa cooperação se dará de diversas formas, tais como visitas mútuas, inclusive a navios de guerra e aeronaves militares; reuniões; formação de quadros e pessoal; intercâmbio de instrutores, estudantes ou delegações; exercícios militares conjuntos ou como observadores; consultoria no domínio da potenciação;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emprego do armamento e técnica militar; implementação e desenvolvimento de programas e projetos de aplicação de tecnologia de defesa; fornecimento, manutenção, reparação e modernização de armamento e técnica militar; pesquisas científicas; e iniciativas comerciais (art. 3º)

Conforme o Artigo 4º, fica estabelecido um Comitê Conjunto de Cooperação de Defesa Angolano-Brasileiro (doravante denominado "Comitê"), a fim de implementar o referido acordo.

Quanto às obrigações materiais e financeiras, a princípio cada parte se responsabiliza por suas despesas, salvo se acordado pontualmente de outra forma, por escrito (Artigo 5º).

As responsabilidades de caráter civil não deverão ser objeto de ações judiciais entre as partes, devendo cada parte assumir seus encargos derivados de danos causados em atividades sob a égide do Acordo, conforme a legislação do anfitrião (Artigo 6º).

Além disso, veda-se a reexportação a terceiros de armas e material bélico ou outros equipamentos ou dados recebidos ou adquiridos nos termos do acordo, sem a autorização prévia por escrito da outra parte (refere-se ao Artigo 7º).

Igualmente, resguarda-se o direito de propriedade intelectual recebida, nos termos da legislação das partes e dos tratados que os vinculem (Artigo 8º).

Comprometem-se as partes, ademais, em celebrar um acordo suplementar que proteja a informação sigilosa trocada ou gerada, porém, mesmo antes da celebração desse instrumento, as partes já devem zelar por tal informação, quanto à sua difusão, classificação, finalidade e acesso (Artigo 9º).

É afastada a responsabilidade desse quando configurada força maior, que é assim conceituada no Artigo 10: "acontecimento ocorrido à revelia da vontade de qualquer das partes e que seja de tal forma poderoso que, por isso, lhe exclua qualquer culpa, incluindo guerra declarada ou não declarada, eventos produzidos pela natureza, como terramotos, tempestades, inundações, raios e trovões, ou qualquer outro evento impossível de ser previsto, quando da assinatura do presente Acordo pela parte que solicita o respaldo, fundamentado em caso de força maior".

O direito interno da parte anfitriã deve sempre ser respeitado pelas partes visitantes.

Por fim, o tratado fixa regras típicas desse tipo de acordo, como a de resolução de controvérsias pela via diplomática (Artigo 12), emendas por consentimento mútuo (Artigo 13), entrada em vigor por troca de notas cientificando a ratificação (Artigo 14), possibilidade de suspensão ou denúncia do acordo mediante notificação prévia de noventa dias (Artigo 15), e vigência, que será de cinco anos, prorrogável por períodos sucessivos de um ano.

O voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 86, de 2020.

Portanto, Sr. Presidente, esse Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola no Domínio da Defesa se reveste da mais relevante importância. Por serem países irmãos, por nós determos uma tecnologia bem mais avançada, pelo interesse expresso nas discussões diplomáticas e militares com o Governo de Angola, nós entendemos que será de relevante alcance, tanto para a projeção de poder do Brasil no cenário das grandes nações, quanto para a cooperação técnico-militar com aquele país importante, inclusive, na formação da nossa nacionalidade também.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Esse é o relatório.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É verdade.

Eu não apenas aplaudo o seu relatório, mas digo: isto faz parte de um estreitamento de uma relação que não se pode dizer que tenha nascido espontaneamente ou voluntariamente, mas que a história criou, e nos cabe colorir essa história com amizade. Então, cumprimento-o pelo seu relatório.

Em discussão. Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria seguirá para a Secretaria-Geral, em regime de urgência.

Eu peço a V. Exa. que assuma a Presidência e me trate com a mesma lhaneza, amizade e carinho com que eu o tratei. E eu fico aqui, sentado ao seu lado. (*Pausa.*)

Todos os PDLs encaminhados serão com urgência. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Item 6 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 385, DE 2021

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Grão-Ducado de Luxemburgo sobre Troca e Proteção Mútua de Informação Classificada, assinado em Nova York, em 25 de setembro de 2018.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, querido amigo Chico Rodrigues, este relatório, este tratado deveria ter sido assinado em Santo Amaro da Imperatriz, Santa Catarina, porque foi descoberta recentemente uma grande comunidade de cidadãos de Luxemburgo na região da Grande Florianópolis. Por uma linha jurídico-genealógica, nós devemos ter hoje lá uns 5 mil cidadãos, por direito, do Grão-Ducado de Luxemburgo.

Passo, depois dessa colocação, porque eu vou solicitar a nossa assessoria que complemente com informações da imprensa local para incorporá-las ao meu relatório, a dizer que o acordo segue o padrão normal.

A análise dos seus diversos tópicos o coloca em condição de absoluta normalidade, respeitados os direitos de cada uma das partes e a respectiva soberania, com destaque para que os contratos classificados, criando e definindo direitos e obrigações exigíveis entre as partes, que contêm ou fornecem acesso a informação classificada, devem ser seguidos de garantias escritas de que o contratado possui Habilitação de Segurança de Instalação e Credencial de Segurança Pessoal, respectivamente necessárias.

As Autoridades Nacionais de Segurança responsáveis pela implementação e supervisão do presente acordo serão, pelo Brasil, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e, por Luxemburgo, o Service de Renseignement de l'Etat.

Deve haver auxílio mútuo entre as autoridades, ou seja, cooperação sobre os procedimentos de Habilitação e Credenciamento de Segurança, e, caso haja violação de segurança relacionada a Informação Classificada, deve haver a comunicação entre as Autoridades Nacionais de Segurança.

Quantos aos custos, cada parte arcará com suas próprias despesas de implementação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, por estar absolutamente dentro do padrão de contratos tais e por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, sendo ainda constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto Decreto Legislativo nº 385, pedindo que a Comissão, ao encaminhar com urgência à Mesa, acrescente ao relatório essas informações que serão acostadas aqui de natureza circunstancial que mencionei e que dizem respeito ao Estado de Santa Catarina, que V. Exa. também admira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Nós queremos aqui, mais uma vez, aplaudir o conhecimento universalista do nosso Senador Esperidião Amin, que sempre, nas suas manifestações, enriquece as discussões, e obviamente não seria diferente nessa sua relatoria em relação ao Grão-Ducado de Luxemburgo. Então, deverá ficar o registro nos Anais desta Comissão.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Com urgência, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Com urgência...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Junto com os outros.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – ... assim como os demais projetos que foram aqui aprovados hoje.

Gostaria de devolver os trabalhos ao Senador Espiridião...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – V. Exa. pode encerrar. Eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Bom, não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e encerro a presente sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado e bom dia a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 14 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE ABRIL DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e onze minutos do dia seis de abril de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Kátia Abreu, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Esperidião Amin, Eliane Nogueira, Flávio Arns, Marcos do Val, Plínio Valério, Mecias de Jesus, Nelsinho Trad, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Fernando Collor e Paulo Rocha, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Jarbas Vasconcelos, Nilda Gondim, Mara Gabrilli, Roberto Rocha, Jaques Wagner, Humberto Costa, Cid Gomes e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa com o Ministro das Relações Exteriores**, atendendo ao requerimento REQ 2/2022 - CRE, de autoria Senadora Kátia Abreu (PP/TO). **Finalidade:** Ouvir, na qualidade de convidado, o Excelentíssimo Senhor Carlos Alberto Franco França - Ministro das Relações Exteriores, para prestar informações no âmbito de suas competências, conforme disposto art 103, § 2º do RISF. **Participante:** Excelentíssimo Senhor Carlos Alberto Franco França, Ministro de Estado das Relações Exteriores. **Resultado:** Audiência Pública Interativa Realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 8, de 2022** que: "Requer, com fundamento no disposto no Art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do RISF, audiência pública nesta Comissão em conjunto com a CMA e CRA para tratar sobre os principais desafios, restrições e condicionantes ambientais da produção doméstica e importação de fertilizantes por parte do Brasil." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PP/TO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 9, de 2022** que: "Requer, com fundamento no disposto no Art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do RISF, audiência pública para tratar do anexo C do Tratado de Itaipu" **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PP/TO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 10, de 2022** que: "Requer, com fundamento no disposto no Art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do RISF, audiência pública para atualizar o cenário mais recente sobre o conflito entre Rússia e Ucrânia e os seus desdobramentos no âmbito nacional e internacional." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PP/TO). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Kátia Abreu
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/04/06

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos. Declaro aberta a 3ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente audiência pública tem como objetivo receber como convidado o Exmo. Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Carlos Alberto Franco França, acompanhado do Senador Collor de Melo, que foi fazer a recepção – por favor, Embaixador – para prestar informações no âmbito de suas competências, conforme disposto no art. 103, §2º, do Regimento Interno, em atendimento ao Requerimento nº 2, de 2022, da CRE, de minha autoria, aprovado no dia 24 de março último.

Quero agradecer a presença dos Srs. Senadores e Senadoras, cumprimentar e dar bom dia ao e-Cidadania, a todos aqueles que estão nos acompanhando. É uma das Comissões com maior audiência na Casa, isso nos alegra muito.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 0612211.

Quero registrar a presença – e agradecer-lhes – de todo o corpo diplomático, todos os que acompanham o nosso Chanceler.

Esclareço a todos as diretrizes que seguiremos. Inicialmente, será dada a palavra ao Exmo. Sr. Ministro, pelo tempo que julgar necessário, para a sua exposição inicial. Em seguida, abriremos a fase de interpelações pelas Sras. Senadoras e Srs. Senadores inscritos, pelo prazo de cinco minutos, em bloco de até cinco interpelantes. O Embaixador terá, em seguida, o prazo de cinco minutos para a resposta. Poderá ser concedida réplica e tréplica.

Dando continuidade à iniciativa de um debate em torno da crise da Ucrânia, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional tem o prazer de receber hoje o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Carlos França. Na verdade, não é crise da Ucrânia; hoje é uma crise do mundo inteiro, que reflete no mundo inteiro.

Quero relembrar que o Senado Federal é, por sua própria natureza, um espaço democrático e plural, onde convivem diferentes vozes e opiniões. Tenho muita satisfação em dizer que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional cultiva e respeita essas diferenças, que são parte integrante de nosso convívio democrático.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O objetivo desta sessão é o de acrescentar elementos que permitam à sociedade brasileira ampliar a compreensão das questões em jogo, levando em conta as perspectivas e preocupações de cada uma das partes envolvidas e dos interesses nacionais.

Ontem tivemos o Embaixador da Federação Russa e, logo mais à tarde, na parte da tarde, ainda hoje, teremos o Encarregado de Negócios da Ucrânia, apenas para esclarecer àqueles que nos seguem no e-Cidadania que nós não temos a figura do embaixador da Ucrânia no Brasil. Nesse caso, quando não há o embaixador, é sempre o encarregado de negócios que representa a embaixada, assim como a Embaixada dos Estados Unidos também ainda não tem embaixador e está representada pelo encarregado de negócios.

Observo com satisfação que o Executivo e o Legislativo brasileiro apresentam visões estritamente convergentes em defesa do cessar fogo imediato e de negociações que conduzam a uma paz duradoura e sustentável. Em pleno século XXI, nenhum motivo pode justificar uma guerra. Em que pesem todas as diferenças, só há espaço para que prevaleça a diplomacia e o diálogo como mecanismos de solução de controvérsias. A morte de populações civis e indefesas, crises humanitárias e ameaças à paz e à segurança internacional são intoleráveis nos dias de hoje.

De igual, a ação dos estados no concerto das nações deve ser pautada em favor do desenvolvimento econômico, da busca da prosperidade com justiça social, do fortalecimento da segurança alimentar e do pleno funcionamento dos setores financeiros e de serviços.

Esperamos que durante esta sessão o Ministro de Estado das Relações Exteriores possa nos trazer informações atualizadas sobre as negociações pela paz e sobre a maneira como o Brasil se associa a essas negociações, sobre a retirada e o apoio a cidadãos brasileiros da região, sobre outras ações de ajuda humanitária e sobre os impactos econômicos que essa crise impõe ao nosso país.

Mais uma vez, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional cumpre com empenho sua missão de proporcionar debates que melhor informem brasileiros e brasileiras, permitindo, assim, o bom fluxo de informações sobre os mais importantes acontecimentos do mundo, mas que são de interesse de todos.

Bom debate!

Dando continuidade, concedo a palavra ao Exmo. Sr. Carlos Alberto Franco França, Ministro de Estado das Relações Exteriores, pelo tempo que julgar necessário.

Com a palavra, Embaixador.

O SR. CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente Kátia Abreu, Senadora Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento também aqui, na pessoa do Presidente Fernando Collor de Mello e do Senador Esperidião Amin, os Senadores e as Senadoras que integram esta Comissão.

Agradeço também aos diplomatas que aqui estão presentes. Eu o faço em nome do Ministro Paulo Uchôa, que agora integra os quadros da Comissão, e do nosso Embaixador Bruno Bath, Assessor de Relações Federativas e Parlamentares do Itamaraty – se o nome não for esse exatamente é porque eu ainda não decorei o novo organograma que foi anunciado no dia 31 de março e que entra em vigor no dia 20 de abril, Dia do Diplomata.

Antes de mais nada, eu gostaria de agradecer o convite para falar novamente na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal. Esta sessão praticamente coincide com o transcurso de um ano de minha gestão no Ministério das Relações Exteriores após o honroso convite do Presidente Bolsonaro e também de minha primeira visita a esta Comissão na qualidade de Chanceler. Se meu calendário estiver certo, hoje realmente faz um ano que tomei posse e acho que a primeira visita aqui foi no dia 25 de maio – posso estar enganado, mas acho que foi em 25 de maio, portanto há cerca de um ano.

Antes de passar aos temas que motivaram minha vinda hoje a esta Casa, eu não poderia deixar de aproveitar a oportunidade para fazer um breve balanço desses doze meses em que tive a honra de estar à frente do Itamaraty.

O diálogo permanente entre o Itamaraty e o Congresso Nacional é essencial, sobretudo com esta Comissão. Esta é a quarta vez que me dirijo a esta Casa, com a qual eu tenho mantido interlocução constante e muito proveitosa. Proveitosa não apenas para a formulação da política externa, que deve responder aos anseios e necessidades da sociedade brasileira, mas também para o Ministério das Relações Exteriores como instituição do Estado brasileiro.

Como todos sabemos, esses últimos doze meses foram um período particularmente desafiador para o mundo e, naturalmente, também para o Brasil. Como indiquei em meu discurso de posse, o Presidente Bolsonaro instruiu-me a enfrentar três urgências internacionais, de ordem sanitária, de ordem econômica e de ordem climática. Em suma, tivemos que concentrar nossos esforços no combate à pandemia de covid-19, na promoção da recuperação da atividade econômica e nas questões relativas ao desenvolvimento sustentável. A esse contexto, por si só desafiador, vieram somar-se mais recentemente os desafios resultantes da crise na Ucrânia, com todos os seus impactos geopolíticos, econômicos e humanitários.

Apesar dessa conjuntura excepcional em que vivemos, o Governo brasileiro foi capaz de mobilizar recursos diplomáticos, econômicos e humanos de maneira a responder a esses desafios com êxito em benefício do Brasil e dos brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me permito registrar, Presidente Kátia Abreu, Sras. e Srs. Senadores, algumas das principais realizações do Brasil neste período, muitas das quais com o concurso e apoio direto desta Casa e muito especialmente desta Comissão.

Por meio da diplomacia da saúde, trabalhamos para assegurar, junto a atores centrais das cadeias de produção de vacinas, como China, Estados Unidos, Índia e Reino Unido, o fornecimento de imunizantes e ingredientes farmacêuticos ativos (IFAs). Tais insumos foram essenciais para a bem-sucedida campanha de vacinação da população brasileira que está hoje entre as que apresentam maiores taxas de imunização no mundo.

Em paralelo, envidamos esforços, no âmbito da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização Mundial do Comércio (OMC), para aprimorar as suas capacidades e para remover barreiras ao comércio de imunizantes e insumos.

Ao mesmo tempo, coube à Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores coordenar a recepção pelo Brasil de doações internacionais para o combate à pandemia – equipamentos, medicamentos, vacinas e insumos – em benefício do SUS e de estados e municípios. A ABC também administrou as doações do Brasil a mais de 20 países da América Latina, África e Ásia, em linha com a nossa tradição de cooperação humanitária e de solidariedade no enfrentamento de emergências globais.

No âmbito de nossa diplomacia econômica, eu destacaria, em primeiro lugar, o convite formalizado em janeiro último pela OCDE para que iniciemos o processo de adesão à organização, uma das prioridades da política externa do Presidente Jair Bolsonaro. Trata-se, sem sombra de dúvida, de passo de grande significado que confirma as credenciais diplomáticas e econômicas do país e ratifica o nosso compromisso com os princípios do livre mercado, os nossos objetivos de modernização econômica e os nossos valores de fortalecimento da democracia e da proteção do meio ambiente e dos direitos humanos.

No G20 e na Organização Mundial do Comércio, defendemos o fortalecimento do sistema multilateral de comércio mediante a valorização dos três pilares da OMC: negociações, solução de controvérsias, monitoramento e transparência.

Temos nos empenhado pela adoção de normas mais rígidas contra medidas de caráter protecionista e contra subsídios distorcivos ao comércio de bens agrícolas, bem como pela adoção de acordos de facilitação de investimentos, entre outros.

Em nossa região, empreendemos o esforço de modernizar o Mercosul por meio de redução gradativa da Tarifa Externa Comum (TEC) e da celebração de novos instrumentos que aumentarão a previsibilidade e a segurança jurídica nas transações entre os parceiros do bloco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Brics, que esteve sob a Presidência da Índia em 2021, o Brasil teve participação ativa e contribuiu para os principais resultados alcançados no período, dentre os quais se destacam a ampliação do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), além de outros avanços em áreas como cooperação em saúde, contraterrorismo e ciência e tecnologia.

Nas nossas relações com a Ásia, que têm passado por um processo de expansão, formalizamos, no ano passado, nossa adesão ao Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (AIIB, na sigla inglês).

Trata-se de uma instituição financeira com forte potencial para ampliar a carteira de investimentos no Brasil, sobretudo na área de conectividade física. Apresentamos, ademais, nossa candidatura a parceiro de diálogo setorial com a Asean (Associação das Nações do Sudeste Asiático).

No caso das relações com a China, principal destino de nossas exportações, trabalhamos conjuntamente com os parceiros chineses para adotar um novo plano estratégico que oriente as relações bilaterais nos próximos dez anos e o novo plano executivo, que serão aprovados na próxima reunião plenária da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban), programada, em princípio, para o primeiro semestre deste ano.

As visitas do Senhor Presidente da República em novembro de 2021 aos Emirados Árabes Unidos, Catar e Bahrein constituíram um marco importante no estreitamento das relações bilaterais com os países do Golfo. O foco da visita não foi apenas comércio e investimentos: incluiu também novas frentes de cooperação, como defesa, energia, agricultura, ciência, tecnologia e inovação. Marcamos presença ativa na Expo Dubai, o maior evento do planeta em termos de duração e de público, encerrado na semana passada. O pavilhão do Brasil, pelo qual passaram cerca de 2,5 milhões de visitantes, mostrou ao mundo um país moderno, aberto, sustentável e pleno de potencialidades. Estima-se que a agenda de negócios coordenada pela ApexBrasil resulte em US$500 milhões em exportações, US$10 bilhões em investimentos estrangeiros e na geração e na manutenção de 120 mil empregos diretos.

Na terceira urgência de nossa atuação externa, a do desenvolvimento sustentável, devo destacar ativa participação do Brasil na COP 26, em novembro passado, que representou um marco importante para o regime multilateral de mudança do clima. Na ocasião, anunciamos a determinação de levar a ambição dos nossos compromissos em matéria climática: antecipamos de 2060 para 2050 a nossa meta de neutralidade de carbono; elevamos de 43% para 50% a nossa Contribuição Nacionalmente Determinada (iNDC) até 2030; aceleramos em dois anos, de 2030 para 2028, nossa meta de eliminação do desmatamento ilegal; e nos somamos ao compromisso global para redução das emissões de metano, bem como à Declaração sobre Florestas e Uso da Terra.

Eu até me permitiria, Presidente Kátia Abreu, aqui fazer o registro da contribuição: tudo isso aconteceu graças ao trabalho feito pelo Presidente Fernando Collor de Mello em 1992, quando permitiu que o Brasil lançasse na Conferência do Rio o conceito de desenvolvimento sustentável. Nossa estrada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

começou ali, Presidente. E também, ao ler aqui e falar da antecipação da nossa meta de Contribuição Nacionalmente Determinada, me lembro muito, Presidente Kátia Abreu, dos inúmeros telefonemas que recebi de V. Exa., sempre muito preocupada com essa questão, dando uma contribuição muito positiva do Congresso ao Executivo na formulação dessas políticas. Saiba que a voz da senhora foi sempre muito ouvida pela minha casa, pelo Ministério do Meio Ambiente, pelo Ministério da Agricultura.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, embora o combate à pandemia, a recuperação econômica e o desenvolvimento sustentável tenham estado no topo das prioridades de nossa agenda externa neste último ano, outros temas continuaram ou passaram a ser relevantes para a nossa política externa.

Destaco, nesse contexto, a eleição do Brasil, com votação expressiva, para assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas no biênio 2022/2023, e eleições que foram realizadas na Assembleia Geral em junho de 2021. A eleição, eu penso, é fruto do reconhecimento das credenciais do Brasil como ator relevante do sistema internacional e de nossa histórica contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacionais.

A nossa presença desde 1º de janeiro deste ano no principal órgão das Nações Unidas para a paz e a segurança internacionais nos dá, mais uma vez, a oportunidade de contribuir com nossa voz, nossos princípios e nossa visão de mundo frente a uma das mais graves crises do passado recente, sempre em favor de um encaminhamento negociado e da solução pacífica de conflitos, conforme preconizado em nossa Constituição Federal.

Ainda sobre a nossa presença em organismos multilaterais, logramos eleger candidatos brasileiros para importantes cargos: o Dr. Rodrigo Mudrovitsch, como Juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos, foi o candidato mais votado; o Embaixador Santiago Mourão para a Presidência da Conferência-Geral da Unesco; e o Prof. George Galindo, Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores, como membro da Comissão de Direito Internacional da ONU.

No campo dos direitos humanos, além da eleição à Corte Interamericana de Direitos Humanos, o Brasil ratificou a Convenção Interamericana contra o Racismo, contra a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância da OEA, em cuja elaboração tivemos papel destacado. Também aderimos à Aliança Internacional em Memória do Holocausto, num sinal inequívoco de nosso compromisso com o combate a todas as formas de racismo, intolerância e xenofobia, inclusive o antissemitismo.

Gostaria de dizer uma palavra muito especialmente sobre a prestação de serviços às nossas comunidades no exterior, pilar fundamental do Serviço Exterior Brasileiro. Neste período recente, iniciamos a implementação do e-consular, plataforma que permite o atendimento totalmente digital em 75 embaixadas e consulados. Além dessa inovação, que trouxe sensível melhora nos serviços prestados a nossos concidadãos, estamos ampliando nossa rede de postos consulares com abertura dos consulados-gerais em Edimburgo, na Escócia, em Chengdu, no centro da China, em Marselha, no sul da França, e dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vice-consulados em Orlando, nos Estados Unidos, e Cusco, no Peru, além da embaixada em Manama, no Bahrein, esta última já em pleno funcionamento.

Sei da atenção muito especial que os membros desta Comissão dedicam ao fortalecimento institucional do Ministério das Relações Exteriores e agradeço o empenho de todos, de cada um das Sras. Senadoras e Srs. Senadores pelo nosso Itamaraty.

Por esse motivo, eu desejo registrar neste breve balanço alguns dos importantes avanços na gestão e na modernização do Ministério. O objetivo tem sido não apenas conferir maior eficácia à nossa atuação em todas as nossas vertentes de ação, mas também proporcionar melhores condições de trabalho aos membros do Serviço Exterior Brasileiro. A maioria dessas realizações, eu devo frisar, não teria sido possível sem o decidido apoio do Congresso Nacional, sem o apoio que recebi também do Ministro Ciro Nogueira, da Casa Civil.

Sem querer ser exaustivo, eu me permito citar:

- a recomposição do orçamento do ministério, que permitirá uma melhor atenção às comunidades brasileiras no exterior;

- a organização de ações de promoção comercial, investimentos e cultura;

- o fortalecimento da cooperação técnica e da assistência humanitária;

- a reformulação de nossa estrutura organizacional, com a recriação do importante Departamento de Promoção Comercial, com o reforço da área de mudança do clima, com a criação do Instituto Guimarães Rosa, que congregará todas as ações culturais do Itamaraty, numa justa homenagem ao grande escritor e extraordinário diplomata, e com a reorganização de nossa unidade de Planejamento Diplomático, responsável pela reflexão estratégica, fundamental neste contexto de grandes transformações da ordem internacional;

- a reforma do Palácio Itamaraty, no Rio de Janeiro, que é um inestimável exemplo de nosso patrimônio histórico e artístico nacional; e

- a reestruturação da carreira diplomática, que permitirá superar gargalos persistentes na progressão funcional.

Nesse particular, eu gostaria de registrar o empenho do Secretário-Geral das Relações Exteriores, o Embaixador Fernando Simas Magalhães, e, por intermédio dele, o de toda a área de administração do Itamaraty nesse esforço de reorganização de nossa casa.

Devo até dizer, Presidente Kátia Abreu, que, ontem, à noite, eu falei com o Secretário-Geral, o Embaixador Fernando Simas Magalhães. Ele queria vir aqui, e eu pedi que ele ficasse trabalhando no ministério. Mas ele estava com muita vontade de vir. Eu sempre digo, repito a cada dia e gostaria de fazê-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lo aqui, em público: é um privilégio para esta administração do Itamaraty contar com o concurso do Embaixador Fernando Simas Magalhães como Secretário-Geral das Relações Exteriores. A ele, em público, meu muito obrigado neste dia em que completamos um ano de gestão.

Sra. Presidente Kátia Abreu, sei do seu empenho pessoal e da liderança de V. Exa. no que diz respeito à igualdade e equilíbrio de gênero. Neste período de minha gestão, tenho me empenhado pessoalmente nessa questão. Como sabemos, trata-se de situações históricas estruturais que, obviamente, não poderiam ser resolvidas no curto período de um ano. Estamos de acordo, no entanto, que o que importa é avançar.

Temos tido sensibilidade e atenção crescentes, por exemplo, no que tange à promoção nas diversas carreiras do ministério, a começar pelas classes superiores da carreira de diplomata. E tenho tido a satisfação de contar com o talento de mulheres diplomatas na chefia de importantes áreas do Itamaraty.

Eu me permito citar, particularmente, e com isso estender meu reconhecimento ao conjunto das mulheres que integram o Serviço Exterior Brasileiro, as chefias do nosso Instituto Rio Branco, da Fundação Alexandre de Gusmão e do Instituto Guimarães Rosa. São órgãos fundamentais para o Itamaraty, responsáveis pela formação dos nossos diplomatas, pela difusão e aprofundamento de estudos sobre a política externa brasileira e, no que toca ao novo instituto, pela promoção de nossa língua e de nossa cultura no exterior.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, feito esse balanço, passo agora à nova urgência no cenário internacional: a crise na Ucrânia e seus desdobramentos políticos, econômicos e humanitários.

Em meu discurso ao Plenário do Senado em 24 de março passado, eu já havia tido a ocasião de apresentar a posição do Brasil perante o conflito, bem como as medidas tomadas pelo Governo com vistas a mitigar os impactos econômicos e a prestar auxílio aos nossos cidadãos que se encontravam em zona conflagrada. Desde então, o Brasil teve a oportunidade de se manifestar na Assembleia Geral e no Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre o tema da situação humanitária na Ucrânia.

Reiteramos, em ambos os fóruns, nossa grave preocupação com os impactos humanitários do conflito. Defendemos, em linha com nossa tradição diplomática, a imediata cessação de hostilidades com vistas a uma desescalada e a uma solução negociada que busque a paz duradoura. E recordamos as obrigações de todos os Estados perante o direito internacional humanitário, inclusive a proteção de civis e da infraestrutura civil e a garantia do acesso à assistência humanitária.

Nas Nações Unidas, bem como em outros fóruns, temos alertado para os efeitos deletérios e indiscriminados de sanções unilaterais e seletivas, em consonância com os princípios escritos na Constituição. Além de serem ilegais perante o direito internacional, as sanções podem agravar os efeitos econômicos do conflito e impactar as cadeias de suprimento de produtos essenciais, como alimentos e insumos básicos. Por sua seletividade, as sanções tendem a preservar os interesses imediatos de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pequeno grupo de países, prejudicando, ao mesmo tempo, a larga maioria sobretudo do mundo em desenvolvimento, em geral mais dependente da importação de alimentos e outros insumos básicos, e, claro, com uma menor capacidade financeira para suportar as medidas econômicas restritivas que foram impostas por outros países.

No caso específico dos interesses do Brasil, preocupa-nos, em particular, assegurar o fornecimento contínuo de fertilizantes, que são indispensáveis para a nossa agricultura e para a segurança alimentar de nossa população – eu diria para a segurança alimentar do mundo. Temos monitorado atentamente as sanções e outras medidas restritivas, de modo a avaliar seus potenciais impactos e definir novos custos de ação. Ao mesmo tempo, temos buscado identificar fontes alternativas e sustentáveis para o fornecimento de fertilizantes naquilo que a então Ministra Tereza Cristina qualificou como diplomacia dos fertilizantes. Temos, por exemplo, mantido diálogo com diversos países produtores, como Arábia Saudita, Canadá, Irã e Nigéria. O Presidente Jair Bolsonaro empenhou-se pessoalmente nesse tema, inclusive em telefonema que manteve com o príncipe herdeiro da Arábia Saudita, país que é um grande exportador de fertilizantes.

Eu também conversei por telefone com o Secretário de Estado dos Estados Unidos da América, Antony Blinken, e exploramos a possibilidade de emissão de uma licença especial para importação de fertilizantes de países sob sanção, como o Irã e como a própria Rússia. Não temos poupado esforços para equacionar essa questão de importância vital, de forma a preservar o nosso agronegócio dos efeitos da crise e garantir a segurança alimentar de nossa população.

Por último, mas não menos importante, eu gostaria de atualizar as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores sobre a assistência prestada a cidadãos brasileiros no contexto do conflito. Ao todo, o Itamaraty já auxiliou 230 brasileiros a deixarem a Ucrânia; destes, 43 retornaram ao Brasil no voo da Força Aérea Brasileira que partiu da Polônia no último dia 9 de março, operação que tive orgulho de acompanhar pessoalmente. Ainda há 17 brasileiros na Ucrânia, dos quais 11 manifestaram a intenção de, por enquanto, permanecer por lá. Os demais são jornalistas que cobrem o conflito.

Para nosso grande alívio, foi possível localizar a cidadã brasileira que estava desaparecida na cidade ucraniana de Mariupol. Ela se encontra com saúde, em segurança e deverá retornar em breve ao Brasil.

Eu tenho orgulho de dizer que não deixamos nenhum dos nossos concidadãos para trás. Todos aqueles que desejaram encontraram, nos postos avançados do Itamaraty na região, o apoio e a assistência necessários para uma partida em segurança e para o retorno para casa.

Finalmente, sobre os vistos de acolhida humanitária que o Brasil instituiu em benefício de nacionais ucranianos afetados pelo conflito, foram emitidos, até o dia 4 de abril, um total de 81 vistos. Essa política de acolhida coaduna-se com a tradição brasileira de solidariedade e de defesa dos direitos humanos, a exemplo de iniciativa de Parlamentares, empresas e cidadãos brasileiros em prol não apenas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de nossos conacionais, mas também das populações afetadas pelo conflito, as quais merecem nosso apoio e o nosso reconhecimento.

Agradeço, uma vez mais, às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores a oportunidade, que muito me honra, de voltar a esta Comissão.

Coloco-me, Presidente Kátia Abreu, à disposição para responder as questões de V. Exa. e de S. Exas. os Srs. Senadores e, sobretudo, para intercambiar ideias que possam servir ao contínuo aperfeiçoamento da política externa e da ação diplomática brasileiras.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Chanceler França, pelas suas exposições. Eu gostaria que, se fosse possível, passasse o seu pronunciamento. Apesar de estar gravado, facilita-me muito o arquivo físico.

Vamos iniciar as questões, a participação dos colegas Senadores.

Lembro que ontem, Chanceler, durante a audiência com o Embaixador russo, 350 pessoas estiveram presentes na sala, através do e-Cidadania, e, de ontem até agora, houve 5 mil visualizações desta audiência. Isso demonstra o quanto o povo brasileiro, a sociedade, está atento e acompanhando os desdobramentos desta questão tão vital para a Europa, para a Ucrânia e para o Brasil.

Então, iniciamos pelo Senador Esperidião Amin...

Desculpe-me, o Senador Presidente Fernando Collor, primeiro, e, depois, o Senador Esperidião Amin.

Com a palavra.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB - AL. Para interpelar.) – Exma. Sra. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senadora Kátia Abreu; Exmo. Sr. Ministro das Relações Exteriores, Carlos França; Exmo. Sr. Senador Esperidião Amin; Exmas. Sras. Senadoras; Exmos. Srs. Senadores; todos os caros telespectadores desta audiência de hoje, as minhas palavras são, em primeiro lugar, de me congratular com S. Exa. o Sr. Ministro Carlos França, que hoje completa um ano no exercício da função honrosa de Ministro das Relações Exteriores do Brasil, com uma série de êxitos. Aqui já foram relatados vários deles no seu discurso introdutório desta nossa audiência pública, mas eu realçaria as grandes vitórias alcançadas nas tratativas de sermos aceitos, na sua primeira fase, para membro efetivo da OCDE.

Temos o outro largo passo que foi dado, qual seja, a indicação do Brasil para membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Num momento em que alguns diziam que o Brasil estava isolado do resto do mundo, utilizando até um termo pejorativo como "pária no mundo", a imensa maioria dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

membros da Assembleia Geral das Nações Unidas, para não dizer a quase unanimidade, referendaram o nome do Brasil como membro integrante desse Conselho de Segurança, graças ao trabalho exercido sob o seu comando, de acordo com a diretriz do Presidente Jair Bolsonaro para que isso pudesse acontecer.

O episódio da atuação do Ministério das Relações Exteriores junto com os ministérios coordenados pela Defesa do Brasil foi também de extremo êxito. A prova aí está: o Brasil hoje está em terceiro ou quarto lugar em termos de vacinação da sua população, o que demonstra a preocupação e o trabalho efetivo exercido por esses dois ministérios e pelo nosso Brasil.

Passando da pandemia, nós temos agora esse novo evento que conturba a vida planetária, com essa desinteligência havida entre líderes, ou entre ou a partir de um líder específico, qual seja, a crise criada pela invasão da Rússia ao território ucraniano. A participação do Ministério das Relações Exteriores, novamente em conjunto com o Ministério da Defesa, foi fundamental para o resgate dos cidadãos brasileiros que estavam dispostos e desejosos de voltar em segurança ao seu país. E isso foi providenciado graças às iniciativas tomadas com presteza pelo Ministério das Relações Exteriores, criando postos avançados na região do conflito, de modo a trazer de volta todos aqueles que assim desejassem.

Lembra-me esse fato algo ocorrido também em 1990, quando exercia eu a Presidência da República e tivemos um problema parecido quando o Iraque invadiu o Kwait. E, naquela oportunidade, uma centena de brasileiros morava, estava trabalhando no Iraque – mais de uma centena, eram várias centenas de brasileiros –, trabalhando com empresas brasileiras que atuavam no território iraquiano, e havia também várias pessoas dedicadas ao desporto, sobretudo futebol. E nós tivemos, graças às providências tomadas pela Casa de Rio Branco, que tinha à frente, à época, o Ministro Francisco Rezek e que teve no então Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima o seu principal ator no teatro do conflito, a possibilidade de repatriar todos esses brasileiros que lá estavam, desejosos também de voltar.

Isso me dá a possibilidade de comparar o esforço que foi feito agora, sob a coordenação de V. Exa., para que, de forma tão positiva, pudesse chegar a concluir essa missão com o êxito que foi alcançado.

Temos ainda algumas dificuldades a enfrentar, sobretudo na questão que ocorre entre a Rússia e a Ucrânia, com uma dificuldade muito grande de solução. Nós, lamentavelmente, estamos vendo que as Nações Unidas, infelizmente, estão podendo muito pouco realizar para a solução desse conflito, em função do voto ou do veto que um dos cinco com direito a esse mesmo veto tem no Conselho de Segurança, que é a Federação Russa. Então, qualquer tentativa com vistas a um cessar fogo e a voltar a inteligência e o bom senso a prevalecerem numa negociação para a cessação desse conflito de forma imediata, com essa crise humanitária que vem sendo criada, vem sendo colocada com muita dificuldade dentro das Nações Unidas, apesar dos esforços meritórios que o Secretário-Geral António Guterres tem feito para que alguma coisa possa ser realizada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acredito que o Brasil, sempre chamado como ator nos processos de conciliação entre desiguais, num processo de busca de acordos, de consensos em áreas em conflito – o Brasil sempre foi um grande mediador –, poderia participar desse processo, naturalmente, com a ajuda, se fosse possível, do governo americano, que, no meu entender, vem também, por intermédio do seu Presidente, Biden, prejudicando bastante toda e qualquer possibilidade de se sentarem à mesa os principais atores do lado do Ocidente, especificamente aqueles que fazem parte da Otan, e, aí, ressalte-se a posição absolutamente majoritária dos Estados Unidos em relação aos outros países que fazem parte dessa organização. Mas o nosso Presidente Biden não vem ajudando com essas suas declarações absolutamente intempestivas, fora de hora, fora de momento, extremamente agressivas. Não é com esse linguajar que nós haveremos de conseguir avançar num processo, que todos nós desejamos, de cessar fogo e de busca do estabelecimento da paz entre as partes em conflito. Naturalmente, é uma situação extremamente difícil, extremamente complicada, que nos dá muito pouca possibilidade de vislumbrarmos, num horizonte de curto e médio prazos, uma solução, um início de solução para acabar com esse fragor que vem atingindo aquela região. Mas o Brasil, eu tenho certeza, sempre estará se colocando ao dispor das partes e ao dispor de todos aqueles que buscam a paz para ser um interlocutor positivo, proativo, no sentido de nós ajudarmos a trazer de volta à normalidade o que está acontecendo naquela região da Europa e da Ásia.

Enfim, Sr. Chanceler, eu queria deixar aqui o meu abraço e o meu reconhecimento à Casa de Rio Branco pelo trabalho excepcional de todos os seus integrantes na defesa dos interesses nacionais, na defesa dos interesses do Brasil, sobretudo agora nesse período em que, como foi aqui relatado por V. Exa., temos dificuldades na importação de produtos absolutamente essenciais, sobretudo para o nosso agronegócio. É de fundamental importância que nós consigamos substituir o percentual elevado que temos de importação da Rússia, no caso de fertilizantes, por outros países produtores desses insumos, do que V. Exa. já está tratando, conforme também relatado aqui no seu pronunciamento, e fazer com que o Brasil possa superar essas dificuldades também no plano econômico, além de superar, sobretudo em solidariedade ao planeta, à questão humanitária, no nosso caso específico, superar também as dificuldades econômicas que se avizinham.

Portanto, o meu reconhecimento e os meus cumprimentos a V. Exa. pelas suas palavras e que este ano de exercício à frente da Casa de Rio Branco se repita por outros anos a seguir. Muito obrigado a V. Exa.

Muito obrigado, Sra. Presidente Kátia Abreu.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senador Collor de Mello.

Passo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Sr. Ministro, eu gostaria de reiterar as minhas boas-vindas.

Cumprimento a Senadora Kátia Abreu, que preside sempre com muito dinamismo a nossa Comissão. Saúdo os Senadores, Senadoras e demais participantes tanto remotos quanto presencialmente.

Eu também quero me perfilar ao lado do Presidente, do Senador Fernando Collor, ao me congratular com este ano de seu aniversário, que é um aniversário de boas iniciativas e boas atitudes tomadas pelo nosso Ministério das Relações Exteriores.

Eu disse ainda hoje, em uma outra reunião de caráter internacional, que eu tenho muito orgulho do nosso Instituto Rio Branco. Acho que a evolução da nossa diplomacia... Até para comparar com o período a que se referiu o Presidente Collor, dos anos 90 para cá é perceptível a modernização da atitude da nossa diplomacia, especialmente em relação a questões como meio ambiente, como desenvolvimento comercial sustentável e o interesse do Brasil.

Eu gostaria de extrair do pronunciamento do Presidente da Ucrânia de ontem, perante o Conselho de Segurança da ONU, uma frase para a nossa reflexão: "Vocês querem fechar a ONU ou querem salvá-la?". O que nós fizemos nos últimos 30 anos foi fechar a ONU. Cresceu a Otan e decresceu o Conselho de Segurança da ONU, que, como falou o Senador Collor, vale tanto quanto um veto, porque basta que um dos cinco sócios preferenciais vete para que não aconteça nada. E ainda se apregoa que a Assembleia da ONU vai tirar a Rússia do Conselho de Direitos Humanos. Não há piada de mau gosto maior do que essa. Isso é um embuste que os proponentes estão passando para o mundo. Isso não vale nada e não representa nada. Isso é uma retaliação. E essa política de mandar mais armas para Ucrânia é coisa de vampiro. É para que a guerra se prolongue.

Senadora Kátia Abreu, não é só o Embaixador da Rússia, que ontem falou que só vão parar... O que ele disse aqui ontem? Só vão parar quando ganharem. O Embaixador da Rússia disse isso aqui ontem, com outras palavras. Mas o sentido é esse. Quando é que os senhores vão parar? Foi a pergunta que eu fiz. "Vamos parar quando ganharmos". E vai se prolongar porque, segundo o Presidente Biden, vamos dar 1 bilhão de armas, US$1 bilhão em armas para a Ucrânia. Então, não vai faltar combustível dos dois lados. Isso é o legítimo apaga incêndio com gasolina de alta octanagem, que é para fazer explosões também, não só incêndio.

Então, nós estamos colhendo o saldo disso, mais Otan e menos ONU. A Otan se expandiu, os países que faziam parte do Pacto de Varsóvia estão sendo seduzidos para ingressar na Otan. Para quê? Para amedrontar a parte que se fragilizou com a erosão da União Soviética. É isso que está acontecendo. Cão danado, todos a ele! Esta é a política que já nos levou a isto: que já nos levou ao desmantelamento do Iraque como país, à destruição do Iraque. Até o Tom Zé já disse isso em música. Destruíram o país, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

norte da África, a Síria, que eu visitei em 2018. O Senador Fernando Collor também visitou, no mesmo ano. Então, é uma política para a guerra.

Eu ontem trouxe aqui um dado que eu quero me permitir repetir: essa fuga de ucranianos – viu, Senador Fernando Bezerra? – mexe muito comigo, porque os meus avós maternos fugiram da Itália durante a Primeira Guerra Mundial, passaram por um "morrinho" chamado Alpes, do norte da Itália para a Suíça. E a minha mãe nasceu em Aadorf, que é a primeira cidade do abecedário suíço. Chegaram de bicicleta a Aadorf. A minha mãe, no útero da sua mãe, e a irmã mais velha, o pai e a respectiva mãe.

Então, essa cena que nós estamos presenciando eu não vi, mas consigo sentir. E também nisto a nossa ética está sendo acossada, porque a nossa maneira de enxergar o êxodo dos ucranianos não é a mesma de enxergar o êxodo dos africanos, dos orientais e do Oriente Médio. Nós somos mais sensíveis para os europeus que estão emigrando. A ONU já detectou isso.

Então, eu gostaria de me congratular com a posição que o senhor tem defendido na ONU e que o Ministério das Relações Exteriores tem defendido na ONU, que é pela paz; não é pela vitória de um lado e pela humilhação de outro nem vice-versa, e muito menos pela destruição da vítima.

Acho – e a Senadora Kátia, para alegria minha, concorda – que Presidente Putin, é meu modo de achar, tinha muita razão para defender a posição russa até dar o primeiro tiro. Depois do primeiro tiro, não existe mais razão. Acho que as palavras do Presidente Biden, como já disse o nosso Senador Collor, não ajudam, porque elas fulanizam a agressão quando atacam a pessoa. Isso vale na política também: quando eu quero desqualificar o oponente, eu entro numa outra.

E as retaliações, além de onerosas, são de um radicalismo brutal. Nós já vínhamos sofrendo com retaliação ao Irã e não podíamos sequer abastecer navio que trazia ureia para o Brasil. A Petrobras ficou com medo de abastecer, no largo da costa de Santa Catarina, um navio iraniano que transportava ureia, de que necessitamos, com medo da retaliação da Bolsa de Valores de Nova York sobre as ações da Petrobras. Medo! Nós estamos sofrendo a interdição de portos da Bielorrússia há muito mais tempo do que a guerra e estamos nos defrontando agora com a perda de outros 24% de suprimentos de fertilizantes – 19% da Bielorrússia, 24% da Rússia –, e nosso plano de fertilizantes é para daqui a 30 anos reduzir em 50% a nossa dependência. Então, nós temos é que correr, como V. Exa. já relatou, atrás de substitutos imediatos.

Sobre retaliação, eu quero dizer o seguinte: tão séria quanto a guerra é a retaliação a uma nação, a um povo. Eu cheguei a escutar que devíamos retaliar o Balé Bolshoi. É sério ou ninguém escutou isso? Foram suprimidas apresentações artísticas de cantores e, casualmente, Santa Catarina, por iniciativa do ex-Governador Luiz Henrique da Silveira, justiça seja feita, tem a única filial, digamos assim, do Balé Bolshoi do mundo – em Joinville, Santa Catarina. Então, essa, entre aspas, "guerra total contra a Rússia" não é o melhor caminho para se chegar ao equilíbrio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, eu enalteço mais uma vez a posição do Itamaraty, repito o que falei em outras ocasiões, inclusive hoje, que eu não coloco uma vírgula a mais e não retiro nenhuma vírgula das atitudes, votos e declarações que o Brasil, por meio tanto do Presidente da República, quanto especialmente do Ministério das Relações Exteriores, tem proclamado no cenário internacional.

Não tenho nenhuma pergunta a lhe fazer. Só peço: prossiga neste caminho.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Com a palavra, inscrito pela ordem de chegada, Senador Francisco Rodrigues.

Obrigada.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para interpelar.) – Obrigado, Sra. Presidente Kátia Abreu, Sr. Ministro Carlos França, Sras. e Srs. Senadores presentes, nós acompanhamos parte da apresentação do Ministro e algumas ponderações feitas aqui pelo Senador Fernando Collor de Mello e pelo Senador Esperidião Amin.

Na mesma linha, nós gostaríamos de fazer alguns questionamentos ao Sr. Ministro, até porque o Ministro tem ganhado aqui no Congresso Nacional uma medalha de competência, pela sua ação na diplomacia brasileira, de atendimento ao Congresso de uma forma plena, e isso na verdade nos alegra e demonstra exatamente essa capacidade que V. Exa. tem de entender a importância e o poder político como instituição moderadora.

Eu gostaria de fazer quatro perguntas a V. Exa., mais ou menos na linha do que já havia falado, mas talvez pormenorizando essas questões.

A primeira é qual o papel do Itamaraty na chamada diplomacia do fertilizante, que objetiva assegurar o fornecimento de fertilizantes para o agronegócio brasileiro? Inclusive, num momento extremamente importante em que vivemos, porque graças aos quase 70 milhões de hectares cultivados no nosso país, mesmo assim nós sabemos das dificuldades que poderão advir com a carência desses fertilizantes, disponibilizados no tempo próprio. A agricultura tem o seu tempo.

Então, em função de toda essa crise, nós verificamos que é importante que esse insumo, fundamental para o desenvolvimento da agricultura, esteja disponibilizado.

A segunda pergunta é, considerando a dura realidade da geopolítica e da geoeconomia global, em que cada país busca assegurar seus interesses, de que forma a alta cúpula do Ministério das Relações Exteriores, comandada por V. Exa., considera o redesenho das relações internacionais no mundo pós-guerra da Ucrânia e de que maneira se daria a inserção do Brasil nesse contexto?

Ainda, retornando à questão anterior, o Governo brasileiro tem conversado com o governo americano com relação à licença especial para que possa importar de países com sanções. No caso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especificamente, do Irã, que tem realmente abundantes reservas minerais que nos interessam, quais são essas negociações atualmente se V. Exa. acha que haverá êxito.

Tendo em conta o drama humanitário da guerra da Ucrânia e considerando a bem-sucedida missão coordenada por V. Exa. de resgate de brasileiros fugidos do conflito, queria saber, no plano do Governo, quais as articulações que estão sendo feitas para além dos que já foram trazidos para o Brasil, qual é o trabalho que a embaixada em que Kiev está articulando para que, nesse momento de extrema preocupação, os brasileiros tanto os da embaixada, quanto os diplomatas, os funcionários e os brasileiros que ali vivem, possam realmente ser transportados para o nosso país ou outro país da Europa que possa abrigá-los?

E a quarta e última questão – gostaria até de dizer para V. Exa., talvez, talvez, não, é a terceira vez que trato sobre ela e V. Exa. já sabe exatamente a que eu me refiro – é com relação à importância com que vemos, nós que somos o Estado de Roraima, a abertura da embaixada em Caracas, na Venezuela, porque, na verdade, como já disse antes, nós temos mil quilômetros de fronteira com a Venezuela, nós dormimos todos os dias com os nossos irmãos venezuelanos ali, apenas afastados por uma linha imaginária de fronteira.

E, sobre o comércio entre o Brasil... Eu digo sempre que a China está para o Brasil, em termos de comércio, assim como a Venezuela está para o nosso estado. São mais de 3 mil carretas de 40 toneladas que entram naquele país para atender exatamente à demanda de alimentos. E, com essas dificuldades, sem a nossa embaixada, sem os nossos consulados, realmente dificulta-se a vida de mais de 25 mil brasileiros que ali estão. Entendo que até os Estados Unidos estão quebrando os embargos contra a Venezuela, então, o Brasil não pode ficar a reboque dessa discussão. Eu acho que isso é fundamental, é questão política, mas, de qualquer forma, entendo que, quanto à Venezuela, por ser um país irmão, por ser um país nosso vizinho e parceiro estratégico de economias complementares, poderia realmente ser trabalhada, o mais brevemente possível, essa nossa proposição para que realmente nós pudéssemos voltar a conviver de forma diplomática, independentemente do regime que seja, mas a diplomacia existe para isso.

Então, eram essas perguntas Sr. Ministro.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senador Francisco Rodrigues.

Passo a palavra ao Chanceler França e, na medida do possível, para dinamizar um pouco mais a nossa reunião, a brevidade nas respostas.

Muito obrigada.

Nós estamos sendo acompanhados por 480 brasileiros pelo e-Cidadania, *online*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente Kátia Abreu.

Antes de mais nada, eu gostaria – talvez faça pela ordem aqui dos comentários e perguntas – de agradecer a generosidade dos seus comentários, Senador Presidente Fernando Collor de Mello, é o papel que temos desempenhado.

E, sim, posso garantir que a Casa de Rio Branco toda está realmente empenhada em conduzir a nossa política externa sob a orientação do Presidente Jair Bolsonaro, dentro das melhores tradições daquela casa. Quando eu tomei posse um ano atrás, eu terminei meu discurso dizendo que eu tinha consciência do imenso desafio de sentar naquela cadeira, cadeira que foi do Barão do Rio Branco, mas eu dizia, e eu acho que eu estava certo em dizer, que, maior do que os desafios, era a nossa vontade coletiva de acertar. E nisso eu tenho o apoio de muitos embaixadores e, realmente, de todos os diplomatas mais jovens e dos outros funcionários e integrantes do Serviço Exterior Brasileiro.

Eu penso que o senhor, que V. Exa., Presidente Collor, comentou aqui aspectos muito importantes, que vão na direção da modernidade que o Brasil busca. O processo de ascensão à OCDE é o êxito do Brasil na eleição para o Conselho de Segurança das Nações Unidas, onde nós tivemos, penso que, de 190 votos, 181 ou 182, mais uma abstenção. Um voto, acho que há outro país candidato, mas foi realmente uma votação bastante expressiva.

Quero dizer que pudemos, realmente, nos unir ao Ministério da Saúde e ao Ministério da Defesa na garantia, no ano passado, da chegada do insumo farmacêutico ativo, para que pudéssemos ter a produção de vacinas aqui, seja sob licença, seja agora, através do que eu chamo de uma produção soberana e independente de vacinas, feita pela Fundação Oswaldo Cruz, dependente do Ministério da Saúde, que produz, da célula mãe, ao insumo farmacêutico ativo, até o produto final, que é a vacina., a vacina licenciada para a AstraZeneca.

Recordando que é curioso o mundo global, porque o Brasil faz um acordo, celebra um acordo de produção de vacinas, mais do que isso, de transferência de tecnologia, da anglo sueca, Oxford/AstraZeneca, para descobrir que o insumo farmacêutico ativo estava na índia e na China, não estava nem no Reino Unido, nem na Suécia, muito menos no Brasil. E foi preciso então nos empenharmos numa verdadeira diplomacia da saúde para garantir o fluxo normal e intenso naquele momento desse material.

Hoje eu acho que nós temos muita vacina norte-americana sendo aplicada, mas, naquela ocasião, não havia. Nós começamos com a vacina chinesa, depois com a Coronavac, a Oxford/AstraZeneca, mas para isso dependemos desse fluxo regular intenso, naquela ocasião. E nisso o Itamaraty, realmente, se somou ao Ministério da Saúde, aos esforços do Ministério da Defesa, para garantir que nós tivéssemos esse êxito da política de vacinação brasileira, mas acho que o Governo Bolsonaro distribuiu, penso eu, mais de 600 milhões de vacinas, ou adquiriu mais de 600 milhões de vacinas, e está em processo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entrega, de modo que eu penso que, realmente, é um êxito do qual eu me orgulho de ter dado uma modesta contribuição.

Eu não poderia deixar de comentar o episódio de 1990, sob a Presidência de V. Exa., o resgate dos brasileiros, das várias centenas de brasileiros, do Iraque: engenheiros, operários, atletas, numa operação cujo brilhantismo se deveu ao Chanceler Francisco Resek e ao engenho e simpatia do Embaixador Paulo Tasso Flecha de Lima e D. Lúcia Flecha de Lima, que o acompanhou a Bagdá naquela ocasião, sob circunstâncias muito complicadas; ao Embaixador Amaral Sampaio, infelizmente já falecido, e ao então Ministro Sérgio Tutikian, um dos maiores especialistas em Oriente Médio que tinha o Itamaraty, hoje dando aulas em Porto Alegre, já aposentado, mas é uma equipe... O trabalho que eu fiz em Varsóvia não se comparou, realmente, com a grandeza desse episódio, mas seguiu essa tradição e foi um modelo inspirador, o senhor tenha certeza sobre isso.

Aqui o senhor menciona sobre o papel da ONU. Eu me permitiria comentá-lo aqui quando for comentar as observações do Senador Esperidião Amin, e o farei agora.

Eu agradeço a menção, Senador Esperidião Amin, ao trabalho que temos realizado no Itamaraty. Seguramente ele não é isento de erros, mas, como eu disse, há uma vontade imensa e uma vontade coletiva de acertar.

A menção que o senhor faz ao Instituto Rio Branco é muito importante porque, desde 1945, a única maneira de se ingressar na carreira de Diplomata é através do Instituto Rio Branco, com um muito seletivo exame de provas, onde depois, no Instituto Rio Branco, o diplomata tem a sua competência aferida. Na minha ocasião foram em dois cursos; agora são três cursos: o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas; depois um segundo, que fará o diplomata agora quando estiver no nível de Primeiro Secretário, o que equivale, mais ou menos, a tenente-coronel nas Forças Armadas; e depois o Curso de Altos Estudos, que é um curso que tem nível de doutorado e que é a condição necessária para a promoção a Ministro de Segunda Classe e, portanto, ao acesso ao mais alto escalão da carreira, que é a classe de Embaixador.

E eu me permito fazer essa menção aqui porque, realmente, foi no Instituto Rio Branco que eu fui pela primeira vez, muito tempo atrás, em 1990, enfim, submetido a essa questão da igualdade de gênero. Talvez ela não fosse tão comum como é hoje – e a Senadora Kátia Abreu me ensina muito a esse respeito –, mas eu tive uma diretora, uma diretora mulher, a Embaixadora Thereza Quintella, que foi a primeira mulher diplomata formada pelo Instituto Rio Branco a chegar a Embaixadora. Ela teve uma carreira brilhante, foi Embaixadora em Moscou e até hoje deixa uma marca. O Embaixador Labetskiy, que esteve aqui ontem, era o Terceiro Secretário, cuidava dos assuntos do Brasil e me disse da admiração que ele tinha, naquela ocasião, pelo trabalho que foi feito pela Embaixadora Quintella e por como a Embaixadora Quintella, como Embaixadora do Brasil na Rússia, pôde naquele momento ajudá-lo a entender o que era o nosso país. E, naquela ocasião, ela foi Embaixadora também em Viena, foi Cônsul-Geral em Los

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Angeles, foi Diretora da Fundação Alexandre de Gusmão, e tinha já essa preocupação com a questão da participação das mulheres na carreira.

O concurso é um concurso de provas, ele não é um concurso identitário. Então, nós encontramos até alguma dificuldade para poder fazer esse equilíbrio dentro das carreiras – há estudo sobre isso. Como eu disse, desde o início da carreira eu já era sensibilizado por essa questão, e a Senadora Kátia Abreu realmente me trouxe ainda mais sensibilidade. Temos estudos sendo feitos. Conseguimos agora substituir no Instituto do Rio Branco a direção, que era da Embaixadora Maria Stela e que agora é nosso Cônsul no Porto, por outra mulher, a Embaixadora Glivânia, que também, com grandes credenciais acadêmicas e grandes experiências como Embaixadora, ela que foi Embaixadora no Panamá e foi Cônsul-Geral em Boston, fará, tenho certeza, um grande trabalho.

Senador Esperidião Amin, o senhor, ao comentar aqui a exposição do Presidente da Ucrânia nas Nações Unidas, por videoconferência, e tendo feito perguntas de que queriam fechar a ONU, queriam que a ONU funcionasse, eu acho que nós temos que ter aqui neste momento uma autocrítica talvez – ou pelo menos uma constatação – de que o conselho de nações parece ter falhado nas Nações Unidas ao não resolver a crise da Ucrânia, quando ela poderia ser resolvida – e eu me refiro a 2015 – com a celebração dos Acordos de Minsk. As Nações Unidas emitiram duas resoluções – e aparentemente no Conselho de Segurança e digo o mesmo na Assembleia Geral – e aí eu acho que não eximo o Brasil, que faz parte do conserto das Nações, desse exercício. Vejo que deveríamos ter insistido com as partes, Rússia e Ucrânia, com apoio naquela ocasião muito importante da Alemanha e da França no chamado Formato da Normandia, a que se sentassem à mesa essas partes e pudéssemos, então, fazer um plano muito concreto de implementação desses acordos.

No entanto, parece que o concerto de Nações entendeu que a celebração do acordo, por si só, era suficiente, a ponto de os compromissos de integridade territorial serem lidos pelas duas partes, por ser, de um lado, a Ucrânia, e, de outro, de maneira diferente. Isso talvez devesse ter servido, Presidente Kátia Abreu, de alerta para que nós pudéssemos realmente insistir no diálogo.

Então, esse momento passou. E eu acho que, hoje, o que o Conselho de Segurança não pode é abdicar do seu papel primordial na manutenção da paz e da segurança mundiais. É por isso que nós insistimos, no Itamaraty, em que aquele é o fórum, por excelência, para tratarmos dessa questão. É lá que, pelo estatuto da ONU, nós temos que tratar. É complicado tratar desse assunto na OCDE, na Unesco, na OMC, como se tem insistido. O importante é que se faça isso lá, porque eu acho que lá é que estão dadas as condições. É preciso ter coragem de atacar esse problema no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Por fim, o senhor falou aqui das retaliações e sanções. Eu entendo o uso de sanções pela Europa e pelos Estados Unidos – realmente, entendo. Eram, vamos dizer assim, o instrumento, a arma que eles tinham naquele momento para se contrapor ao conflito. No entanto, eu não posso deixar de estranhar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fato da seletividade das sanções e os comentários de embaixadores europeus, aqui mesmo no Brasil, que dizem que, se o Brasil aderir logo às sanções, como os outros países, nós vamos ter o fim mais rápido do conflito. A própria Alemanha sofre, hoje em dia, com a possibilidade de, por exemplo, deixar de contar com energia, com o combustível russo para as suas indústrias, para o aquecimento da sua população, para a geração de energia. De modo que eu penso que, se até esses países têm dificuldade, que dirá um país como o Brasil, que depende dos fertilizantes para manter girando o motor muito pujante do agronegócio.

Eu acho, realmente, lamentável que essas retaliações cheguem ao campo da cultura e dos esportes. V. Exa. mencionou aqui a escola Bolshoi em Joinville. Está de parabéns Santa Catarina. Eu me recordo de que, em 1998, Terceiro-Secretário, pude acompanhar o Presidente da República da ocasião em uma viagem que, para mim, foi uma aula de diplomacia, porque: ele veio de Brasília; pousou em Navegantes, onde encontrou o então Senador Bornhausen, acho que era o Governador, e inauguraram um trecho da rodovia; fomos até Joinville, o Presidente dormiu lá, era Prefeito o Luiz Henrique, que tinha sido Parlamentar, inaugurou o Centreventos Cau Hansen e se anunciou ali a Escola Bolshoi, a primeira, única fora da Rússia; depois, no dia seguinte, era um sábado, ele acordou, foi a Jaraguá do Sul, onde, na presença de V. Exa., Senador Esperidião Amin, participou de uma solenidade e a presidiu na associação comercial e industrial daquela cidade, naquele ano de 1998, quando V. Exa. foi eleito Governador do Estado de Santa Catarina.

Então...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Da memória não foi apagado. Não foi a coisa mais importante, não, mas foi muito bom.

O SR. CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA – Foi muito importante.

Senador Chico Rodrigues, de Roraima, muito obrigado pelas quatro perguntas que V. Exa. me fez.

Qual o papel do Itamaraty na chamada diplomacia do fertilizante? É uma situação muito grave. A Presidente Kátia Abreu, que vem de um Estado como o Tocantins, que também é líder no agronegócio, poderia falar muito melhor do que eu sobre a importância desse produto para o agro. Não é um produto – infelizmente eu descobri – que se pode comprar ali na prateleira, quer dizer, é preciso que venha o produto, têm que vir os nitrogenados, os fosfatados, a ureia, a amônia. Isso vem ao Brasil, tem que ser misturado, tem que ser embalado, tem que ser distribuído.

Parece que nós temos muito tempo para repor os nossos estoques, mas, na verdade, o tempo é contadinho, sobretudo num momento em que as retaliações e as sanções à Rússia e à Bielorrússia impedem uma logística mais eficiente no transporte dessa importante matéria-prima.

O papel do Itamaraty aqui é ser o braço longo desse grupo que inclui a Secretaria de Assuntos Estratégicos, do meu amigo Almirante Flávio Rocha, e o Ministério da Agricultura, que a meu ver deve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ter a liderança desse assunto, porque ninguém entende mais de fertilizantes do que o Mapa, agora com o Deputado Marcos Montes na sua chefia. E o papel do Itamaraty é buscar oportunidades, e nós temos capilaridade, nós estamos no mundo todo. Então me liga o Embaixador Julio Bitelli, do Marrocos, e me diz "olha, há aqui a oportunidade de um excedente". Nós, então, entramos em contato. Quer dizer, recebo da Nigéria informação de que se está criando lá uma nova planta de fertilizantes do grande homem de negócios, o grande *trader* da África, o nigeriano Aliko Dangote. Procurei-o, e tivemos uma videoconferência com ele e sua equipe: há possibilidade de vir o excedente. Estamos buscando aqui, junto ao Departamento do Tesouro norte-americano, e esse foi o objeto da minha conversa com o Secretário de Estado Antony Blinken, a possibilidade de conseguir um *waiver* para que nós, os importadores brasileiros, possamos fazer negócio com segurança com o Irã, que tem muitos produtos para nos enviar. Nesse sentido – no Canadá também temos trabalhado –, trata-se de apoiar, na verdade, as iniciativas que tem tido esse grupo liderado pelo Ministério da Agricultura com a participação da Secretaria de Assuntos Estratégicos e, também, às vezes até identificando alguma oportunidade que não se enxergou. O caso da Nigéria era claro, não se havia tido ainda essa possibilidade. Então, esse é o nosso papel.

Como a alta cúpula do Itamaraty considera o redesenho da política internacional do mundo? Essa é uma pergunta que eu teria dificuldade de responder para o senhor na sua totalidade, porque é uma pergunta que demanda uma reflexão que nós ainda estamos fazendo. É uma pergunta complexa, mas nós temos já algumas certezas, e uma delas já havia surgido quando nós estávamos já nos preparando para sair da pandemia.

Há um movimento que se iniciou na pandemia da covid-19 e que eu acho que o conflito na Ucrânia exacerba, que é o fato de que nós vamos ter uma alteração na geografia das cadeias produtivas, nas cadeias integradas de valor, com possível ganho para o continente sul-americano e para o Brasil. Há um movimento agora, que nos Estados Unidos é chamado de *nearshoring,* que é para atrair para o hemisfério ocidental a produção de ativos como, por exemplo, semicondutores, insumos farmacêuticos e outros. Então, eu penso que, se nós formos nesta ocasião, aqui e agora, capazes de entender e aproveitar essa oportunidade de ampliar aqui a nossa atuação econômica nesses setores, nós vamos poder contribuir para a segurança na produção desses bens, quer dizer, desses insumos, inserindo o Brasil de uma forma muito mais dinâmica e positiva nas cadeias integradas de valor.

Nesse sentido, eu volto à observação do Presidente Collor de Mello de que é muito importante a inserção do Brasil na OCDE, pelo que ela traz de melhoria de ambiente de negócios, de aumento na transparência, dos valores de combate à corrupção, na melhoria da governança pública, mas também privada, na adoção das melhores práticas e no incremento da competitividade. Para nos incluirmos nessas cadeias produtivas com êxito – aí não podemos nos enganar –, não é preciso só estar aqui na localização que temos, num continente que por si só é autossuficiente em energia, que por si só é exemplo no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimento sustentável, que por si só tem o orgulho de poder ostentar a credencial de continente livre de armas nucleares e, portanto, muito seguro.

É preciso que nós sejamos, no Brasil, competitivos. E, por isso, me preocupa tanto, Presidente Kátia Abreu, a questão dos fertilizantes, porque ela está ligada – a senhora sabe muito melhor que eu – à questão da produtividade no campo e, então, afeta a nossa competitividade. Então, temos que melhorar a logística, tudo isso precisamos fazer, mas eu penso que, nesse sentido, como redesenho, essa seja talvez a consequência, que temos neste momento aqui, principal.

A operação de resgate dos brasileiros, o que está sendo feito para continuar a dar apoio. Nós mantemos nosso posto avançado na cidade de Lviv, que fica cerca de 50km, 60km da fronteira com a Polônia. A Embaixada do Brasil em Varsóvia continua com a lotação reforçada, acho que eu tenho hoje aqui pelo menos oito funcionários do Serviço Exterior Brasileiro apenas cuidando da emissão de vistos humanitários. Estamos nos preparando para, agora, do dia 10 até o dia 12, receber um voo com 250 pessoas que devem sair de lá, trazidos aqui por um movimento evangélico, um movimento cristão. Então, estamos dando todo o apoio.

O Embaixador Norton está na Moldova, mas já se preparando, dadas as condições em breve, para retornar a território ucraniano – penso que, a princípio, em Lviv –, de modo que ele continuará fazendo as análises dele, trará os equipamentos de comunicação e os arquivos mais sensíveis da Embaixada para o território ucraniano, porque ele está na Moldova, onde ele também é Embaixador credenciado. E por que Varsóvia? Por conta do apoio que nos deu o Governo polonês e porque, naquela região, é a única Embaixada onde nós temos adido militar. Nós não temos adido militar na Romênia, não temos adido militar na Moldova, não temos adido militar na Hungria, não tínhamos adido militar na Ucrânia.

O viés talvez seja também uma consequência dessa mudança geopolítica. Nós achamos que, tendo na Polônia e tendo na Rússia, se podia cobrir, o conflito mostrou que não. Eu até já comentei, na ocasião, com o Ministro Braga Netto, não tive oportunidade de fazê-lo ainda com o novo Ministro da Defesa... Eu sei que os recursos investidos na Defesa são... Enfim, o cobertor é curto, os recursos são escassos, mas seria muito importante se nós pudéssemos ampliar a presença dos nossos adidos militares no exterior, não apenas para o que eles fazem ali, com o trabalho de conversar com seus pares, de nos sensibilizar por essa dimensão militar das relações internacionais, da diplomacia, mas também para poder, em um momento deste, nos ajudar. Para o senhor ter uma ideia, na Ucrânia, quem cuidava ou quem fazia o apoio militar era a nossa Embaixada na Turquia. Foram eles que ajudaram a fazer o plano de contingência. Eu ficaria mais tranquilo se nós pudéssemos ter ali um adido militar, mas isso eu entendo, há um planejamento, é lento mesmo, porque nós lutamos aqui com recursos, temos o teto de gastos.

E, por fim, sobre a Venezuela – com isso, vou terminar, Presidente Kátia Abreu, muito obrigado pelo tempo e pela paciência de V. Exa. –, no momento em que os Estados Unidos analisam uma exceção ao embargo às exportações venezuelanas de petróleo, realmente, me parece que nós poderíamos pensar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em reavaliar essa questão do relacionamento diplomático. O normal é ter relações diplomáticas, V. Exa. está coberto de razão, no entanto, há questões... E eu já tive oportunidade de conversar com V. Exa. a respeito e colher a sua opinião da importância que tem a relação da Venezuela, da Guiana e do Suriname com o seu Estado de Roraima. Eu acho que nós temos a ganhar quando pudermos normalizar essas relações. Seria muito importante também que houvesse de parte do Governo Maduro uma sinalização de que vamos ter maior liberdade de imprensa, de que vamos ter liberdade de imprensa, de que vamos poder liberar os presos políticos e poder assumir um compromisso inequívoco com eleições livres e com democracia.

Sem isso, fica realmente muito, muito complicado. Então, nós temos com o Presidente Guaidó as relações hoje, mantemos com ele, nós não conversamos mais com o Governo Maduro. Se, em algum momento, for possível, acho que nós podemos começar pelo restabelecimento das relações consulares, mas eu realmente tenho dúvida de que isso seja possível. É um grande drama humanitário que a Venezuela hoje nos coloca, pressiona o Estado de Roraima. O Brasil dá um exemplo com a Operação Acolhida, interiorizando depois nossos irmãos venezuelanos que buscam refúgio, buscam um novo início de vida aqui no Brasil. Sei, como disse, da imensa importância.

Hoje a Venezuela realmente é um foco de desestabilização, porque o crime organizado, pessoas, realmente grupos, enfim, dedicados a ilícitos transnacionais encontram abrigo no território venezuelano, porque o Governo Maduro já não controla mais a inteireza do território daquele grande país.

Desse modo, eu penso que, sim, é uma questão que nos preocupa e é objeto de reflexão, tenha certeza, Senador, diária sobre esse respeito.

Integração, eu tive oportunidade de dizer a V. Exa., e aqui eu concluo: nós no Itamaraty, no Governo do Presidente Jair Bolsonaro, fazemos na prática. Não é apenas aqui no Mercosul, com Uruguai, com Paraguai, com Argentina, mas também com o Suriname, que o Presidente visitou recentemente, e a Guiana, país que o Presidente agora, com a aquiescência das autoridades guianenses, eu posso aqui já dizer, visitará agora no dia 6 de maio. Há um imenso leque de oportunidades, e ganha o Brasil se estiver integrado a esses países no chamado Arco Norte.

Muito obrigado, Senador.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Chanceler.

Eu gostaria agora de dar continuidade e passar a palavra para o Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero aqui cumprimentar o Ministro Carlos França e começar agradecendo, porque, todas as vezes que a gente precisa, nos recebe muito rapidamente, de maneira muito pronta, atendendo as demandas mesmo que no varejo. Gratidão sempre.

Ministro, primeiro faço minhas as palavras do Presidente Collor, também do Senador Esperidião Amin, com relação à questão do conflito entre Rússia e Ucrânia, porque a situação não é confortável. E aí eu me junto aqui ao Senador Chico Rodrigues com relação à preocupação na questão dos fertilizantes, que são essenciais ao agro brasileiro. Aqui na Casa, sou o Vice-Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária e estamos trabalhando diuturnamente para que se evite o pior.

V. Exa. já respondeu praticamente ao que eu gostaria de perguntar, mas lá atrás, quando tivemos algumas reuniões aqui com a Secretaria de Agricultura, Senador Acir Gurgacz, nós combinamos alguns grupos de trabalho, entre eles pedindo à Ministra e também ao Itamaraty e a V. Exa. que fizessem um trabalho junto com outros países que são fornecedores também, como o Canadá, China.

Eu só queria que V. Exa. comentasse como andam essas negociações no sentido de aumentar a cota para o Brasil da importação de mais fertilizantes.

Canadá, por exemplo, e tantos outros, como é que está indo esse entendimento ou esses entendimentos com países que também nos vendem ou poderiam nos vender mais fertilizantes?

Minha pergunta basicamente é exatamente esta: onde V. Exa. tem conversado com a Ministra Tereza, que saiu, e agora com o Marcos, que entrou, para que a gente possa ir saindo dessa dependência da confusão ali da Rússia e buscando alternativas para que a agricultura brasileira não seja tão penalizada, até que a gente possa ter, num futuro próximo – se Deus quiser, eu sou otimista –, o Brasil recomeçando a sua exploração e saindo, pouco a pouco, da dependência da importação de fertilizantes e também de pesticidas que possam nos ajudar aqui a tocar, de forma tranquila, o agro brasileiro?

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Senador Zequinha Marinho, eu gostaria de complementar com algumas perguntas do e-Cidadania.

Thiago Vilella, do Mato Grosso: "Qual é a visão de outros países quanto ao posicionamento do Brasil sobre o conflito entre Rússia e Ucrânia?".

Pedro Henrique Paiva Araújo, de Pernambuco: "Nós vamos assumir algum protagonismo na mediação e promoção da paz?".

Matheus Alcides de Araújo, de São Paulo: "Como estão as relações exteriores do Brasil com os dois países em guerra, Rússia e Ucrânia?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

João Alcântara, do Distrito Federal: "Existe algum plano para suprir o grande déficit de servidores do Ministério das Relações Exteriores?". Já é uma questão administrativa.

Com a palavra o Chanceler. Gostaria que pudesse abreviar nas respostas para mais dinamizar a nossa audiência.

Obrigada.

O SR. CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora.

Senador Zequinha Marinho, eu queria agradecer. O senhor menciona aqui que a minha disposição, como o senhor disse aqui, abre aspas, "é de atender o Congresso no atacado e no varejo". Para mim é um prazer, viu? A porta da casa está aberta. Eu falei no meu discurso de posse e repito sempre: o Itamaraty, eu julgava, estava com os canais de contato com o Congresso não vou dizer interrompidos, mas eu acho que ainda precisavam ser alargados. Eu acho que, talvez, eu tenha conseguido ampliá-los e meu desejo é ampliar ainda mais.

O senhor sabe que, em Ribeirão Preto, eu era criança – eu fui criado em Ribeirão Preto, apesar de ter nascido em Goiânia, sou conterrâneo da Senadora Kátia Abreu –, a gente ouvia rádio, não tinha internet. E tinha lá uma loja chamada Boa Compra, que era de um gaúcho, cujo lema era o seguinte: "preço justo no atacado e no varejo". Então, no atacado e no varejo, o Congresso pode sempre contar comigo.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA. *Fora do microfone*.) – Muito bem, obrigado.

O SR. CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA – Bom, sobre a preocupação dos fertilizantes – e o senhor recomenda bem aqui sobre a questão da Frente Parlamentar da Agricultura. Qual o trabalho que nós temos feito? Eu tenho desenhado... O Presidente Bolsonaro, num primeiro momento, instrui o Governo a formar um grupo multidisciplinar. O grupo é formado por Economia, pela SAE, pelo Ministério da Agricultura, Meio Ambiente e outros tantos. E eu advoguei, naquele momento – quer dizer, foi até um trabalho de médio e longo prazo, mas também com uma ação no curto prazo feita pela Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos, do Almirante Flávio Rocha –, eu advogo, advoguei ali...

É importante, eu acho, a agricultura ter a liderança, porque a agricultura tem contato direto com o agro e consegue captar realmente as necessidades, as carências. Eles têm os tempos, e acho que, sem o Ministério da Agricultura, é muito difícil a gente seguir nessa linha. Mas, aí, eles dão o *lead* e todos correm atrás.

Qual é o papel do Itamaraty? É justamente alinhavar o trabalho que tem sido feito pelo Mapa e por outras autoridades do Governo na busca de excedentes de fertilizantes, firmando contratos e identificando oportunidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, por exemplo, a Ministra Tereza Cristina esteve no Canadá. O Canadá tem pouco excedente para mandar para a gente, ainda que, na verdade, qualquer excedente neste momento seja importante. Mas a verdade é que o Canadá está direcionando a sua produção para a Europa. Então, com isso, sobra muito pouco excedente para o Brasil. Há empresas ali com as quais nós temos contratos, e os contratos estão sendo honrados, justiça seja feita, mas ali não há espaço, penso eu, Senador Zequinha Marinho, para uma busca de muito excedente.

O Irã mereceu a visita, no ano passado, da Ministra Tereza Cristina. Lá há um grande excedente. Qual é o problema? É que os importadores brasileiros têm dificuldade para fazer negócios, porque não se pode enviar recursos, fazer câmbio. Há uma conta de escambo, que na verdade tem o nome técnico de *barter,* dos *incoterms,* que no fundo é uma conta em que se deposita o dinheiro aqui em reais – dólares convertidos em reais no Brasil –, e o governo iraniano usa esse dinheiro para compra, aqui no Brasil, de insumos médicos, de equipamentos médicos e de alimentos, porque isso está fora do embargo. O que eu pedi ao Governo dos Estados Unidos através do Secretário Antony Blinken? Que nós pudéssemos ter um *waiver* do Departamento do Tesouro, porque eles têm lá um escritório que cuida desses ativos e penaliza empresas que furam o embargo. Então, o que eu pedi a ele foi o seguinte: eu queria uma garantia, eu queria um *waiver*, de que a empresa pode fazer negócio com uma empresa iraniana e não ser sancionada depois. É que os negócios com o Irã normalmente são mínimos em relação a essas empresas; elas querem, todas, poder fazer negócio com a Europa e com os Estados Unidos e têm receio... Acho que aqui foi o Senador Esperidião Amin que comentou a dificuldade que a Petrobras tinha de abastecer – imagina! – de diesel um navio iraniano. Então as pessoas preferem, porque o volume de negócio ainda é reduzido, não fazer negócio com o Irã para não serem penalizadas amanhã por seu *compliance.* Eu acho que essas regras são talvez muito rígidas, e eu pedi ao Governo americano, através do Secretário Blinken, que analisasse a possibilidade de conseguirmos um *waiver*, uma licença, para, neste momento extraordinário, poder atuar nessa área. O Irã, sim, tem muito excedente para nos exportar, porque o mercado deles é hoje fechado.

Na Nigéria nós temos um mercado basicamente privado, e há uma ampliação em Lagos na fábrica desse grupo Dangote, grande *trader* da Nigéria. Eu fiz uma videoconferência... O Aliko Dangote, um homem de negócios realmente muito atarefado, teve a gentileza de me atender. Pudemos fazer ali nessa videoconferência, com apoio do Ministério da Agricultura, uma boa conversa, e ele também garantiu que tem excedentes para nos exportar.

Marrocos e Argélia. Os nossos embaixadores trabalham também na busca de uma pouco mais de produto. Esses países já têm uma exportação relativamente grande para o Brasil, e, com isso, nós pensamos que vamos poder, vamos dizer assim, diminuir esse fosso entre a demanda e a oferta.

Mas nós não desistimos também da Rússia não. A Rússia e um produtor com o qual temos contrato, e o que nós estamos tentando fazer agora é vencer as dificuldades logísticas e garantir também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao importador brasileiro que nós não teremos problema, quer dizer, eles não terão problema em negociar com a Rússia, apesar das sanções.

Eu entendo que, assim como alimentos, assim como energia para a Alemanha é fundamental, fertilizantes para o Brasil é fundamental. E não é fundamental apenas para o Brasil, Senador, é fundamental para que nós possamos combater a insegurança alimentar no mundo. O Brasil hoje é o supermercado do mundo. Em nossa produção, se houver uma quebra, afeta inclusive os contratos internacionais. Há um receio hoje no mundo de que grandes exportadores de alimento, até porque a Ucrânia deve sair de linha nessa primeira safra aqui, tenham, enfim, dificuldade de honrar os compromissos, porque, claro, as pessoas vão primeiro abastecer seu mercado interno e depois o mercado dos outros países.

Então, nesse sentido é que eu acho que o Governo americano entendeu... O Secretário Blinken foi muito gentil comigo, positivo e assertivo, na nossa conversa que nós tivemos coisa de 15 dias atrás, de que eles vão tentar achar uma solução. Nisso eu tenho também o apoio do Ministro Paulo Guedes. Ele se comprometeu e se ofereceu a falar com a Secretária do Tesouro norte-americano, de modo que esse esforço é integrado. Então, é isso aí.

Presidente Kátia Abreu, sobre as perguntas que a senhora me passa aqui pelo e-Cidadania, eu agradeço aqui.

"Qual visão os outros países têm sobre a posição do Brasil?".

Nós temos recebido elogios. Eu recebi lá um comentário muito positivo do Presidente de Portugal sobre o voto. Ele tinha lido o voto do Brasil no Conselho de Segurança e elogiou a postura do Brasil de, vamos dizer assim, repulsa a automatismos, de evitar repetir no Conselho de Segurança a lógica da guerra fria e uma preocupação sempre baseada no direito internacional e nos princípios que nós temos aqui de solução pacífica de controvérsias. O ataque imediato que nós precisamos ter agora eu acho que é cessação das hostilidades, é o cessar fogo. Há, sem dúvida alguma, uma tragédia humanitária que precisa ser mitigada, precisa ser, enfim, a todo custo evitada. Então, acho que esse tem que ser o nosso objetivo número um, primeiro; e depois, claro, tratar de trazer de novo à mesa de negociação as partes, para que nós possamos encontrar uma solução que seja duradoura, uma solução que possa dar condições àquela região para voltar a viver em paz.

Nessa questão humanitária, temos tido inclusive o voto ontem... No discurso ontem nas Nações Unidas, fui muito elogiado pela Cruz Vermelha, que identificou no Brasil os elementos justamente de independência das investigações, de necessidade que as duas partes permitam a entrada de grupos de apoio de monitoramento, mas também de atenção à população civil, que, de novo, é lamentável isso, é uma verdadeira tragédia, que a população civil naqueles países sofra, sobretudo da Ucrânia, os efeitos desse conflito. Acho que isso é que tem que ser evitado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pergunta-se aqui também se o Brasil poderia ser um país mediador.

O Brasil tem essa tradição. Do ponto de vista econômico e financeiro, a guerra hoje – a Senadora Kátia Abreu tem razão – é um conflito global, ainda que o teatro de operações, o que os norte-americanos chamam de guerra cinética, ocorra no território da Ucrânia. Mas o Brasil tem, sim, credenciais: nós somos membros do Brics, nós somos um ator global, nós estamos aqui no hemisfério ocidental, temos uma identidade de valores com países como, por exemplo, os Estados Unidos. Sem dúvida alguma, aqui se cultiva uma tradição democrática. Esta Casa é um exemplo claro aqui e muito valoroso disso. E temos, eu acho, uma diplomacia que se construiu ao longo desses 200 anos como uma formadora de consensos e como uma voz sempre respeitada, penso eu, nas Nações Unidas.

"Como está a relação do Brasil com os dois países?".

Eu penso que está bem, e isso aqui talvez me dê uma possibilidade, Senadora Kátia Abreu, de falar sobre a visita que o Presidente Bolsonaro fez a Moscou neste ano.

Foi uma visita que foi planejada no ano passado. Foi uma visita de três Ministros de Estado: eu mesmo, a Ministra Tereza Cristina e o Ministro Bento, de Minas e Energia. Havia sido precedida da do Comandante da Marinha, em seguida à minha visita, em dezembro do ano passado, e à do Secretário Especial de Assuntos Estratégicos, o Almirante Flávio Rocha.

Desse modo, as visitas não ocorrem por impulso. Nós temos um planejamento. Achávamos que era um momento maduro. Fazia tempo que os Presidentes não se encontravam em um encontro bilateral. Achávamos que era importante. E ela aconteceu uma semana ou dias antes desse conflito. Não obstante, eu me recordo de que, no dia em que embarquei para a Rússia acompanhando o Presidente da República, eu tive um contato com o Chanceler da Ucrânia. Antes disso, eu já tinha tido três contatos telefônicos com o Chanceler americano, em janeiro. Desse modo, a nossa posição é concertada. Nós conversamos com os dois lados, conversamos com a Ucrânia.

Havia, naquele momento – é importante que se diga –, sinais tranquilizadores do lado da Ucrânia, que julgava que era um exagero retórico do Ocidente a possibilidade de um conflito local, um conflito militar, eu digo, que atingisse o território. Esse era o discurso ucraniano. O Encarregado de Negócios da Ucrânia, que será ouvido hoje à tarde aqui, como me diz a Senadora Kátia Abreu, nesta Casa – e é bom que o faça, porque é importante dar voz a todos os atores –, outro dia, numa declaração pública, disse: "É verdade o que o chanceler falou no Plenário do Senado. Nós ali não tínhamos ideia de que isso fosse acontecer. Nossa visão era, naquele momento, outra, pelo menos naquele momento". Não estou dizendo que não houvesse uma preocupação deles em relação a um possível conflito. Mas assim foi feito naquela ocasião.

Há um fato interessante que a imprensa noticiou, a imprensa mundial – não sei se, no Brasil, foi muito noticiado: o chefe da Inteligência do Governo alemão estava, no período de 23 a 25 de fevereiro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em Kiev, na Ucrânia, e se disse surpreendido com o conflito. É claro que, se ele soubesse que ia haver o conflito, ele não estaria ali naquele momento.

Então, eu acho que, realmente, houve uma grande dose de imprevisibilidade. A história olhada pelo retrovisor parece sempre mais clara, muito mais cristalina. No entanto, naquele momento, nós não tínhamos nenhuma indicação de que pudéssemos ter... E achávamos até que a presença do Presidente Bolsonaro lá, nesse diálogo, seria importante para reforçar justamente estes valores brasileiros de defesa da paz e de respeito ao direito internacional.

A última pergunta aqui, Senadora – com isso, eu vou concluir –, é sobre se o número de funcionários no Serviço Exterior é adequado.

Eu não o acho adequado. Nós vamos até tentar agora, no próximo orçamento, conversar com o Ministro Guedes, da Economia. Há o desejo do Itamaraty de renovar aqui, porque nós temos muitos claros de lotação, com um novo concurso para Oficial de Chancelaria e/ou Assistente de Chancelaria, que são duas carreiras que integram o Serviço Exterior Brasileiro. E nós temos represado aqui o número de 400 diplomatas. Nós somos hoje cerca de 1,4 mil. E com esses 400...

Eu pretendo também conversar com o Ministro Paulo Guedes. Eu acho que nós não teríamos condição de absorver isso da noite para o dia, de abrir um concurso para 400 vagas, mas, de alguma maneira, podemos ampliar esse número, de modo que nós possamos ter, a cada ano, um número um pouquinho mais elevado de alunos no Instituto Rio Branco, de modo, então, a poder ampliar os quadros da diplomacia brasileira, do Serviço Exterior Brasileiro. O mundo parece que, de uma hora para a outra, ficou grande demais. Então, é preciso que a gente tenha presença nele, e presença adequada.

A Presidente Kátia Abreu já fez – com isso, vou concluir mesmo – um esforço aqui muito interessante de ver, por exemplo, até interesses comerciais e lotação de embaixada.

Eu tenho vontade, se o tempo me for possível... Não sei se conseguiremos neste ano, mas eu acho que nós precisaríamos duplicar ou triplicar o número de funcionários na embaixada na China, na nossa embaixada em Pequim. Nós precisaríamos realmente até ter uma nova sede lá, e há lugares onde eu gostaria de poder encontrar as condições materiais para adotar maiores recursos humanos, postos que são sempre muito importantes. Tomara Deus que sigamos nessa linha.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Para interpelar.) – Obrigada, Chanceler.

Eu apenas reitero que a Ásia – modestamente, é a minha contribuição – deveria ser o nosso foco para a lotação da diplomacia brasileira em primeiríssimo lugar. Hoje, as possibilidades, as perspectivas, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mundo real de comércio com a Ásia já é muito maior do que com todos os países da Europa. E nós temos um déficit impressionante em todos os países, principalmente na China.

Ministro, eu gostaria de fazer alguns questionamentos agora de minha própria autoria. Eu sou a autora do requerimento que convida V. Exa. para o dia de hoje.

Chanceler, a guerra foi considerada pela Assembleia Geral da ONU como uma agressão, e o Brasil assinou junto e tem todo o meu aplauso. Inclusive, eu disse aqui ontem – se a sua assessoria acompanhou – que o Itamaraty se postou adequadamente, na minha visão, em todos os dois votos que deu no Conselho de Segurança e na Assembleia Geral da ONU. Então, foi um ilícito internacional, que é considerado por todos os países inadmissível, inclusive pelo Brasil. Ao mesmo tempo, o senhor disse aqui, por várias vezes, não só uma, que está havendo sanções seletivas. Então, num momento, o senhor dá um grito alto contra a invasão, concorda com o fato de que é um ilícito internacional – a Corte Internacional de Justiça já estabeleceu isso –, e depois o senhor acha... "Não, ele cometeu um crime, mas não precisa ser preso. Vamos só colocar a tornozeleira", algo desse tipo, certo? Cometeu um crime hediondo que é matar pessoas, jogar bomba nas cidades, destruir tudo... E depois achar que sanções seletivas estão sendo feitas. Então, eu queria só que o senhor explicasse para todos nós e para a nossa audiência que nos acompanha como se convive com isso?

Eu respeito muito a posição brasileira de que nós temos delicadezas para resolver. Nós somos grandes importadores da Rússia, de fertilizantes... Então, é um no cravo e outro na ferradura? Ou é um bate e o outro assopra? Eu acho que, por essa posição que aparenta dubiedade, é que veio a pergunta do e-Cidadania: "O que o mundo pensa do Brasil sobre a posição com a guerra?".

Então, o senhor respondeu adequadamente do ponto de vista técnico: acudiu, fez, tirou os brasileiros, assinou, participou das assembleias, assinaram tudo, mas, por outro lado, verbalmente manifesta-se de forma, às vezes, dúbia. É por isso que está causando, às vezes, uma má interpretação em boas atitudes do Itamaraty. E, de repente, vocês mesmos trabalham contra essa atitude boa que o Itamaraty teve.

A outra questão, parecida com o que nós dissemos agora nesse início, é a seguinte: nós iniciamos o processo formal de adesão do Brasil à OCDE. É um sonho brasileiro entrar na OCDE. O Brasil, inclusive, não assinou a quebra de patentes da vacina temendo ser excluído ou mal visto pela OCDE. Também é um sonho meu o Brasil entrar na OCDE.

Agora, em que pesem todas essas posições, que eu acabei de dizer, na Assembleia Geral da ONU e no Conselho de Segurança – cessar-fogo, início imediato de ligações de paz –, o Brasil se absteve de votar no âmbito da Unesco na condenação dos ataques russos. Então, é essa a questão que, novamente, o Brasil, os brasileiros têm o direito de entender, de compreender essa posição dúbia: por que não assinou junto à Unesco a condenação aos ataques russos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem, aqui, nós dissemos – e eu pessoalmente – que a Rússia tinha todos os motivos do mundo para vencer essa batalha, antes de ter dado o primeiro tiro. Depois que deu o primeiro tiro, depois que avançou, agrediu, descumpriu acordos internacionais gravíssimos, para mim, ela perdeu toda a razão. E, antes disso, a minha tendência era compreender melhor a situação da Rússia. Então, ela perdeu a batalha publicamente, a batalha de comunicação, que é uma batalha importante, não é uma batalha sangrenta, mas, causada pela batalha sangrenta, a Rússia está acabando por perder a batalha de comunicação. É realmente uma pena que tenha tomado essa atitude.

Sr. Ministro, essa abstenção levou, inclusive, o Secretário-Geral da OCDE a dirigir uma carta ao representante brasileiro junto ao organismo em Paris, cobrando uma definição do Brasil sobre de que lado nós estamos. Então, nós não podemos deixar de discutir, com clareza, aqui, no Congresso Nacional, Sr. Ministro, o que, mais uma vez, deixa o Brasil em posição dúbia. O que fazer? De que lado estamos? Queremos a OCDE, levamos uma bronca na OCDE, porque não assinamos o pedido de cessar-fogo na Unesco. E ainda nós precisamos não tomar uma decisão... Quem toma decisão é juiz, a diplomacia justamente é para tentar articular e, com maestria, que é o grande segredo da diplomacia – embora não seja uma, infelizmente, diplomata, tenho uma admiração profunda pela diplomacia –, justamente fazer esse jogo sem sair chamuscado e ferido dele.

Então, nós somos um bloco anti-Rússia ou nós somos do Bric, que é outra aliança poderosíssima para o Brasil? Não espero aqui que o senhor vá dizer – não tenho a inocência – nem deve dizer de que lado nós estamos com um tiro certeiro. É apenas para reflexão. Então, o que pesa mais para o povo brasileiro? O que me interessa é o povo brasileiro em primeiro lugar. É claro que todos os povos do mundo que estiverem sendo agredidos, mortos, atacados devem interessar a toda a humanidade. São reflexões importantes. O Brasil vai sofrer a médio e a longo prazo. É a OCDE? É anti-Rússia? É Otan? É Brics? Então, eu acho que esse é um ponto de fundamental importância para que o senhor possa esclarecer para toda a audiência.

Em seguida – acabou sendo uma pergunta só em todos esses comentários –, com relação ao que disse o Senador Francisco Rodrigues, dos embargos, da questão da Venezuela, os Estados Unidos estão pensando em tirar o embargo à Venezuela, porque estão interessados no petróleo da Venezuela. Eu pergunto se, graças a isso, também não se pode flexibilizar o embargo contra o Irã.

Nós não temos embargo contra o Irã, mas nós sabemos das ameaças às empresas que negociarem com um país embargado. Então, nesse afã de resolver os problemas e salvar a sua pele, os americanos estão querendo baixar os embargos. E eu pergunto se não poderia ter a mesma atitude numa negociação, numa questão, num questionamento brasileiro sobre os embargos com o Irã, que é um potencial vendedor de fertilizantes para o Brasil. Então, seria uma belíssima troca de cada um salvar sua pele, e nós temos aqui os nossos interesses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós sabemos, Chanceler – o senhor mais do que todos nós aqui –, que os Estados Unidos e a Rússia, acho, estão na pior, segunda li de alguns especialistas. Eu não sou especialista em nada disso; apenas na roça, eu sou até um pouquinho entendida nas questões do campo. Mas os Estados Unidos e a Rússia nunca tiveram uma crise tão grave igual a que nós estamos vivendo hoje, e atiçado o fogo por ambos; Biden, de forma mais educada, mais sorridente, mas tão truculento como o ex-Presidente, na forma de tratar essa questão. É um país muito importante, uma grande potência mundial que não pode, na minha avaliação, para tentar amenizar um conflito de vulto internacional, prejudicando principalmente os países em desenvolvimento, partir para essa agressividade, como se não tivesse nenhuma noção de diplomacia. Então, desde Kennedy e Kruschev, acho que é pior do que naquela época, por conta daqueles mísseis que eles queriam, aquela crise dos mísseis na época do Presidente Kennedy.

Então, eu pergunto a V. Exa.: será que a China, talvez a Alemanha, a Turquia e o nosso próprio Brasil não seriam os países adequados para propor uma grande concertação em torno desse conflito que não é de Rússia e Ucrânia, ninguém aqui é criança; esse conflito é entre Rússia e Estados Unidos? Então, será que nós não poderíamos, esses países ou outros, eu imaginei aqui, escrevi esses nomes China, Turquia, pensei em Alemanha, e por que não o Brasil a mediar uma grande concertação? Alguma coisa precisa ser feita, e o Brasil tem tradição, o Brasil tem um exército de diplomatas que, às vezes, podem até não ser reconhecido por muitos, mas eu reconheço o trabalho da diplomacia brasileira, que é de excelência. Nós não perdemos em nada para a diplomacia desses países aqui que eu mencionei. Então, por que não um protagonismo em direção a essa concertação? Esperar que os americanos se aproximem dos russos e os russos se aproximem dos americanos é o mesmo que sonhar com o quê? Não sei... Ganhar na Mega-Sena sozinho, talvez, mais de R$100 milhões. É muito difícil!

Então, nós precisamos tomar atitude, nós precisamos sair desse conforto de esperar as coisas acontecerem sozinhas. Eu acho que o Brasil pode tomar essa iniciativa de convidar; não é acabar com a guerra. Nós não estamos aqui com essa ousadia e com essa prepotência, mas pelo menos precisamos ter a consciência tranquila de que alguma coisa se tentou fazer, porque nós brasileiros estamos sendo altamente afetados por isso. Quanto ao preço dos alimentos, dos fertilizantes, vocês ainda aguardem a próxima safra sobre o que vai acontecer com o Brasil e com o mundo. Então, eu penso que alguma coisa deve ser feita.

No episódio da covid, eu falei até com o Papa; até para o Papa eu mandei uma cartinha de próprio punho, porque eu quis fazer alguma coisa, eu precisava fazer alguma coisa como cidadã, como Presidente da CRE. A gente não pode se acomodar: "Não, isso aqui não é para nós; isso aqui é para gente grande". Nós somos gente grande, Chanceler.

Podemos até ter complexo, mas nós somos gente grande e poderíamos, sim, articular um grande encontro para dar o primeiro passo para essa concertação e acabar com essa monstruosidade dessa guerra, que até agora não entendi quem é que está ganhando. Conflitos especiais, próprios, individuais estão pautando o mundo com egoísmo hipócrita, que não faz bem a ninguém.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E ainda encerro, Chanceler, dizendo que eu fico por vezes chocada com a hipocrisia com relação a fertilizante. Eu fico impressionadíssima, Presidente Collor. O Brasil tem água, solo, temperatura, tecnologia de ponta para produzir uma das melhores agriculturas do planeta, e não pode produzir fertilizantes, certo? Não podemos produzir fertilizante, absolutamente. Nós temos que impor, estamos impondo a nós mesmos uma insegurança alimentar monstruosa, quando nós não temos o principal insumo, que é jogar tudo na terra maravilhosa, com a tecnologia maravilhosa, sem os fertilizantes.

Então, agora, eu vejo alguns ambientalistas – e muitos são importantíssimos para o Brasil e para o meio ambiente – desconsiderarem a possibilidade de nós sermos autônomos na produção de fertilizantes onde quer que ele esteja. O alimento é mais importante do que tudo. O meio ambiente é muito importante, mas sem comida não se vive. Sem comida, não se vive. E o Brasil não pode fazer de conta de que não está acontecendo nada. É um absurdo nós, que fazemos parte de uma elite política neste país, permitirmos que o povo brasileiro fique à deriva sem fertilizantes e sem agroquímicos. Isso eu debato em qualquer fórum do mundo inteiro. É porque é terra desse, é porque é terra daquele, tecnologia existe é para isso, para você contornar os danos e, quando o dano é impossível de ser praticado, você compensá-lo em outro lugar; agora, ficar sem adubo não podemos, não. Isso não podemos. Toda a guerra, todo o mal vem às vezes para o bem. Então, espero que esse seja o grande alerta. E o pior de tudo é que esses que querem proibir a produção de fertilizantes no Brasil nem perguntam de que jeito está sendo produzido na Rússia. Em que condições ambientais? Nunca vi ninguém perguntar: "Vamos lá ver? Vamos lá ver se é na mesma exigência que é feita no Brasil?". Não, mas a gente pode comprar. "Compra. Não olha, não. Vamos ver como é que eles estão produzindo, não. Compra, compra, compra de qualquer lugar do mundo". Só Deus sabe o que foi destruído ambientalmente para produzir esse fertilizante. E nós, os maiores compradores do mundo... É falta de estratégia, é falta de planejamento, é falta de inteligência um país ficar à mercê de outros países – de qualquer um, não importa – do insumo mais importante da economia nacional, que é o fertilizante para produzir essa gigante agropecuária brasileira.

Obrigada.

Com a palavra o Chanceler.

O SR. CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA (Para expor.) – Presidente Kátia Abreu, ouvindo a senhora agora, eu queria agradecer de novo o convite, a oportunidade de estar aqui. Esse debate aqui, os pontos que a senhora levanta são de suma importância. E quero dizer que sua voz é sempre ouvida e fica aqui na mente da gente quando eu saio daqui. Fica ali quando tomo as decisões. Eu concordo com a senhora que nós precisamos de mais diplomatas na Ásia. É por isso que nós estamos nos aproximando como parceiro de diálogo da Asean, é por isso que nós estamos abrindo um consulado no centro da China focado em ciência e tecnologia. A China hoje é uma potência na área de ciência, tecnologia e inovação, na cidade de Chengdu. Para minha tristeza, dos cinco consulados que eu abri, o que mais demorou a nos responder foi a China, o Governo chinês, mas eu entendo lá as condições; talvez por conta da pandemia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, talvez seja o último consulado a abrir neste ano. Nós abriremos antes o de Orlando, o de Cusco, o de Edimburgo, o de Marselha, mas eu espero, na minha gestão, ainda poder inaugurar pessoalmente esse Consulado em Chengdu. É uma diretriz nossa poder acentuar as relações que nós temos com a Ásia.

Eu, como disse aqui, fui criado em Ribeirão Preto. E Ribeirão Preto tem um grande jurista, que já não está mais conosco e que, apesar de ter nascido em Brodowski, dizia-se que era de Ribeirão Preto: Saulo Ramos, que foi Consultor-Geral da República e um brilhante advogado. Conta-se uma história em Ribeirão. Não sei se é verdade, Presidente Collor, mas parece que ele foi convidado a ser Ministro do Supremo Tribunal Federal e teria dito: "Olha, eu prefiro declinar do convite, porque eu sou um advogado, minha alma é de advogado. Quando vejo uma causa, quero logo assumir um lado e não posso ser juiz, não posso ser magistrado". Dizem até que ele teria indicado ao Presidente que queria nomeá-lo o nome do Ministro Celso de Mello, a que o Presidente então teria dito: "Olha, eu acho que ele é muito jovem". E Saulo Ramos com a verbe que só ele tinha, disse assim: "Não, mas isso o tempo resolve". (*Risos.*)

Foi também o Ministro Celso de Mello um excelente Ministro, como tenho certeza de que seria o Ministro Saulo Ramos.

Eu, que sou advogado e até hoje tenho minha carteira da OAB Seccional de Ribeirão Preto, desde 1990, antes até de entrar no Itamaraty, advogava. Vim para o Itamaraty e cheguei um pouco com essa alma de advogado, eu olhava as questões e queria achar um lado. De que lado tem que estar aqui? Então, me dei conta de que não, de que o trabalho que nós temos que fazer ali é justamente, primeiro, ter um lado muito claro, que é o lado do Brasil. E, no caso desse conflito, nós temos um lado claro, que é a paz mundial.

V. Exa. tem razão, Presidente Kátia Abreu, a agressão é inadmissível. No momento em que há o conflito armado, a invasão do território, nós entendemos que a Rússia cruzou uma linha vermelha. Quanto a isso não há dúvida em relação à posição do Brasil. Eu acho que não pode ficar a impressão, porque ela seria errônea, de que nós temos ali uma dubiedade. Eu penso que tanto isso é verdade que, nesta manhã, falando à Frente Parlamentar da Agricultura, o Encarregado de Negócio norte-americano – a senhora até mencionou o nome dele aqui –, Douglas Koneff, me mandou a apresentação que ele fez ali, o discurso inicial em português. Ele elogia – até generosamente o faz na minha pessoa – a posição do Governo brasileiro nas Nações Unidas e no Conselho de Direitos Humanos da ONU; ele elogia. O Secretário Blinken, com quem eu falei há menos de 15 dias, também agradeceu o apoio que o Brasil tem dado. Então, eu acho que o lado do Brasil está muito claro: é a defesa do interesse nacional e a busca pela paz. E essa, eu penso, é uma posição que é respeitada aí fora.

A senhora me perguntou: por que nós nos abstivemos na resolução da Unesco? Por que nós não assinamos essa ou aprovamos aquela resolução? Por que não foi aprovado com o nosso voto? Por que essa resolução foi aprovada? Porque, na verdade, era uma matéria estranha àquela organização. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estávamos tratando de um assunto que era ligado à arte, à educação, à Ucrânia, sem dúvida alguma, mas nenhum dos temas relacionados ali ao mandato da Unesco justificava a inclusão de alguns parágrafos. Eu queria dizer que nós tivemos uma resolução que foi aprovada por 33 votos, mas que teve um grande número de abstenções, 24 abstenções. Quer dizer, 23 países pensaram como o Brasil.

Qual o melhor fórum para cuidar do conflito da Ucrânia? É o Conselho de Segurança. Por que isso? Primeiro, porque eu acho que é muito perigoso o sistema multilateral em que as organizações passem a tratar e a legislar sobre matérias que são estranhas à sua competência, porque, senão, amanhã, talvez, não sei, a Organização Mundial do Trabalho ou a Organização Mundial da Propriedade Intelectual podem querer fazer também uma resolução condenando o Brasil no meio ambiente. Eu não acho que seja justo e, mais que isso, não acho que isso seja produtivo.

Do que nós não podemos nos afastar, penso eu, Presidente Kátia Abreu, é do compromisso que temos de ter agora com a construção da paz mundial. E nisso há um fórum em que, graças a Deus, o Brasil tem hoje uma presença, com assento não permanente, que é o Conselho de Segurança. Eu acho que é lá a arena em que nós temos realmente de trabalhar essa questão com um foco muito claro: cessar fogo e tratar da questão humanitária, em primeiro lugar; depois, claro, conseguir encontrar soluções duradouras para a construção da paz e do acordo naquela região.

Em relação à OCDE também aconteceu isso. Nós tivemos uma reunião agora de meio ambiente em que havia ali uma condenação à Rússia em relação ao conflito com a Ucrânia. Eu penso que isso acaba desvirtuando o mandato da OCDE. De novo, tem que ficar claro para a OCDE, porque, se nós votamos duas ou três vezes no Conselho de Segurança – uma vez na Assembleia Geral e no Conselho de Direitos Humanos –, a nossa posição é clara, e a OCDE deveria entendê-la, porque o nosso compromisso neste momento em que nós não somos membros plenos não pode ser de exceção política; tem que ser primeiro de exceção econômica. E, no momento em que nós, então, fizemos parte do clube, nós podemos falar de valores, mas os valores que o Brasil compartilha são conhecidos de todos e são valores defendidos nesta Casa: respeito à democracia, liberdade de imprensa, que aqui é total no Brasil, é a postura do Brasil de independência nas relações exteriores de rejeitar o automatismo ou de replicar – e aí teremos de tomar um lado – uma lógica de guerra fria que nos desobrigaria de manter um juízo crítico. A política externa, eu penso, é uma linha de continuidade por conta dos valores e princípios que nós reconhecemos no Ministério das Relações Exteriores, mas que nós precisamos atualizar de tempo em tempo. Se eu faço um automatismo, como eu vou atualizar?

Há países aqui na região que adotaram uma moeda estrangeira – o dólar, por exemplo – como moeda nacional. Por que o Ministro Paulo Guedes não faz isso aqui também? Porque ele quer manter a independência da política econômica. Então, se amanhã eu deixo de ter o real para ter outra moeda que eu atrelo a outro país, esse país passa a ter o controle da política monetária. Então, na verdade, eu acho que é por isso que nós aqui também não podemos nos alinhar a um automatismo no Itamaraty, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estaríamos abdicando – e esse patrimônio não é meu; é do Estado brasileiro, da nação brasileira, do povo brasileiro, do Congresso – da condução da política externa. Eu acho que isso nós não podemos fazer.

Eu concordo com V. Exa. O Brics é uma organização poderosa, é uma posição que nós temos do Brasil como *global player* para poder justamente, nesse novo jogo geopolítico que se redesenha, influir. Estamos ao lado da China, ao lado da Índia, estamos ao lado da África do Sul, estamos ao lado da Rússia. Podemos, sim, ter uma posição de ponderação para poder participar. Da Otan eu já tenho alguma dúvida, porque... Eu gostaria de lembrar... Muito se fala que o Brasil poderia ceder a ser um parceiro chave, um *key partner*, como eles dizer em inglês, da Otan.

Eu queria lembrar que o Iraque e o Afeganistão eram *key partners*, e aquilo não ajudou esses países no momento em que eles precisaram ali resolver essa questão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA – Talvez, muito pelo contrário.

Qual o desafio que eu acho que nós temos aqui? Realmente é partir do momento, enfim, dessa posição do Brasil como um conciliador e como facilitador de consensos para uma postura, vamos dizer assim, mais proativa ou mais, enfim, decidida, vamos dizer assim, para uma concertação. Era preciso um pouco mais de diálogo com a China, com a Índia, com a Turquia. Eu vou ter, ainda este mês, a alegria de receber o Chanceler da Turquia aqui. Eu havia estado com ele em outubro do ano passado, em Roma, e acertamos a vinda dele aqui. Nesse caso, é uma vinda que vem, inclusive, em bom momento, porque ele vai poder me contar aqui qual o papel da Turquia, brilhante nessas negociações, e talvez nós possamos ali, eu possa falar com ele, se tiver autorização do Presidente Bolsonaro – tenho certeza de que ele não me a negará –, para poder também colocar a diplomacia brasileira a serviço da paz. Esse seria o maior sonho que pode ter o Brasil.

Eu estive na Europa, na Polônia, recentemente, no voo, passei em Portugal. Ouvi – estive lá com altas autoridades, como o Presidente também do Governo húngaro – que as negociações continuam. A França, pelo que eu sei, tem feito o seu trabalho de mediação. Sobre a Alemanha, eu não tenho dados, mas eu imagino também que estejam fazendo e estarão sempre dispostos a um trabalho de articulação com os dois lados nesse momento ali do conflito.

E, por fim, sem prejuízo que a senhora me inquira mais vezes aqui sobre esses temas ou outras questões, realmente V. Exa. está coberta de razão: o ambientalismo foi a outra vítima desse conflito. Invadiu-se a Ucrânia e se abateu o ambientalismo. Hoje, a geração de energia no mundo desenvolvido desconsidera as fontes renováveis. A transição energética sofrerá o processo, porque hoje existe uma desaceleração. Não haverá como evitar esse tipo de movimento, quer dizer, haverá esse retardo ali no avanço desse processo e também na questão agrícola, porque até áreas que já estavam protegidas na Europa vão ser utilizadas para a produção de alimentos tamanho é o medo de que a fome volte ou a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

insegurança alimentar volte a atingir o mundo. E isso vai acontecer se nós não tivermos acesso a fertilizantes. É por isso que nós estamos tratando com os Estados Unidos para conseguir um *waiver* na relação, por exemplo, com o Irã, que tem muito excedente de produto para nos passar, porque nós estamos também buscando outras fontes.

Para terminar aqui, Presidente, eu quero dizer que concordo também com V. Exa. No agro – e eu disse isto no meu discurso de posse –, quem compra alimentos do Brasil compra tecnologia. Nós temos que ter muito orgulho do trabalho feito pelos nossos agricultores, na agricultura familiar, os grandes, imensos produtores que nós temos aí no Mato Grosso, no Mato Grosso do Sul, no seu estado, no seu Tocantins, no Maranhão, no Piauí e em outros tantos, no sul do país; a Embrapa é realmente uma líder; o trabalho do nosso povo, a inventividade, a engenhosidade do brasileiro; os recursos naturais que nós temos aqui de água e sol, que ajudam muito, mas realmente era preciso trabalhar nessa questão dos fertilizantes. Isso é tão fundamental. Nós temos muita plantação no Cerrado. São terras que não são férteis, que precisam de correção do solo – a senhora sabe disso melhor do que eu, pois a senhora é produtora. Então, era preciso nós realmente avançarmos sobre isso aí.

Em 2015, a Petrobras tomou a decisão de fechar ou descontinuar duas plantas: uma, inclusive, é em Três Lagoas.

Naquela ocasião, eu tinha acabado de chegar da Bolívia e via que havia ali o gás natural que podia servir de matéria-prima para esta planta ali, em Três Lagoas. Não foi assim que aconteceu, e hoje talvez nós precisemos realmente repensar. E que tempo vai tomar, se vai dar para a próxima safra, possivelmente não, pelo que a senhora me conta. Mas são esforços que nós não podemos, agora, numa estratégia de médio e longo prazo, desconsiderar.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Chanceler, por suas respostas.

Eu acho que isso é importante, o Brasil se colocar nas oportunidades que tem, o porquê disso e o porquê daquilo. Então, são essas explicações que nós queremos ouvir do Chanceler, para esclarecer o povo brasileiro a respeito de uma possível dubiedade. Ele fez as suas explicações para reflexão de todos, para tirarem as suas conclusões se realmente essa é a posição correta. Eu me sinto satisfeita com sua resposta.

E fertilizante é simples: é licença ambiental e recurso, crédito para financiar o setor privado. Não tem outra coisa a fazer. Uma licença ambiental correta, certa, protetora, mas não impeditiva de exploração. Ela tem que proteger o meio ambiente, e não impedir a produção de fertilizantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Algum dos dois colegas Senadores ou dos que estão remotamente tem mais alguma questão a respeito de Ucrânia e Rússia? (*Pausa.*)

Eu gostaria, Chanceler, se o senhor me permite... Não está no arcabouço da nossa audiência, mas é uma preocupação, se o senhor quiser responder ou talvez mandar depois algum comentário: eu tenho lido e acompanhado algumas questões sobre a comercialização da energia de Itaipu e eu vi algumas críticas a respeito da posição brasileira sobre essas negociações, como se não houvesse outra oportunidade, que o senhor terá, para explicar ao povo brasileiro o que de fato está sendo feito. Porque há controvérsias, dizendo que o Brasil não está levando muito a sério essas negociações com Itaipu.

O que acontece? Só para lembrar os que estão nos acompanhando, a energia produzida é metade brasileira, metade paraguaia. O Brasil usa os seus 50% e ainda compra 30% do Paraguai. É o direito de preferência. E o Paraguai usa 20%. Então, caso o Brasil não quisesse comprar, aí o Paraguai poderia vender para outros países. Qual é o clamor do Paraguai? Eles acham que esses 30% vendidos ao Brasil estão a preço de banana e que eles estão tendo prejuízos.

O que significa Itaipu para o Brasil? Do ponto de vista do PIB é pouco. Do ponto de vista de energia, é muito: Itaipu representa 10% do consumo da energia brasileira. Mas, do ponto de vista do PIB, para o Paraguai, significam 7% esses recursos; então, é muito! A gente tem que entender a angústia do outro país, que isso tem um peso, essa comercialização tem um peso, e eles cobram essa defasagem nos preços e querem uma atualização e o direito de vender para outros países com um preço mais elevado. E ainda cobram uma dívida de quase US$4 bilhões dessa defasagem de preços.

Então, eu gostaria de lhe dar a oportunidade... Isso tudo está no tal do acordo de Anexo C. É uma coisa técnica, que não importa muito. Inclusive, eles contrataram um dos maiores economistas do mundo para defendê-los, e esse economista, de Columbia, não quer nem cobrar do Paraguai, porque tem a convicção de que o Paraguai está do lado da razão, que é o Jeffrey Sachs.

Então, nós precisamos ouvi-los, se for possível hoje ou, se quiser, em uma outra oportunidade, não gostaria de pegá-lo de surpresa nem de constrangê-lo, mas gostaria que pudesse nos falar alguma coisa que possa diminuir a nossa preocupação com relação a essa negociação.

Obrigado, Ministro.

O SR. CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA (Para expor.) – Presidente Kátia Abreu, é muito importante esse tema.

Itaipu é um motivo de orgulho para os paraguaios e para os brasileiros. Em certo sentido, é a vitória da cooperação sobre a rivalidade. O que havia ali sobre um possível conflito de limites foi superado com o engenho, a determinação e a coragem de dois países que, díspares no seu desenvolvimento naqueles anos 60, souberam se unir para construir esse portento que é a Itaipu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem não conhece Itaipu, eu recomendo que faça uma visita. Há lá um turismo guiado. Realmente é algo que nos enche de orgulho. É uma usina cuja engenharia é tão poderosa... Ela tem um fator de carga, quer dizer, a quantidade que gera de energia a partir da capacidade instalada, que é muito difícil de se superar. Diziam-me os barragistas, que são os engenheiros que constroem as usinas: aqui, na Venezuela, a Hidrelétrica de Guri, muito bem construída; Itaipu vem em seguida, com fator de carga que passa dos 92%; e mesmo Três Gargantas, que foi feita ali a partir de visitas que os chineses fizeram, hoje não tem a capacidade de produção, a eficiência energética que tem em Itaipu.

Isso tudo eu digo para dizer que eu tenho absoluta convicção de que, se nós fomos capazes de construir Itaipu há tanto tempo, sem ter recursos, com financiamento externo, sem ter um arcabouço jurídico que nos permitisse entender como que era a binacional, porque ela não é só uma usina, é um empreendimento binacional, e toda a regulação, e estender linhas de Foz do Iguaçu até Furnas, num momento em que não se sabia direito como fazer linhas com aquela extensão geográfica... Hoje nós temos aí o Linhão do Rio Madeira até Araraquara, que são quase 2 mil quilômetros. Hoje já se tem a tecnologia, mas naquela ocasião não havia. Quando a gente conversa com os engenheiros de Furnas, eles contam a verdadeira epopeia técnica que foi, naquele momento, fazer aquele empreendimento. Então, eu tenho certeza de que, se os dois países conseguiram construir a hidrelétrica, não será agora que nós vamos deixar de encontrar um acordo.

As negociações são realizadas pelo Ministério de Minas e Energia. Eu tenho uma familiaridade porque o Itamaraty tem um assento no Conselho de Itaipu, não como conselheiro, mas como representante da alta parte brasileira, que é o Estado brasileiro; então, o Itamaraty tem, por força do tratado, um assento lá. E eu trato com a chancelaria Paraguaia sobre a questão do Anexo C, que vence agora em 2023. Em 2023, então, nós vamos já iniciar a negociação, já respondi ao Chanceler paraguaio nesse sentido. Houve, no ano passado, um desejo paraguaio de iniciar as negociações, nós dissemos que queríamos fazer de forma presencial, porque as negociações são realmente delicadas e intrincadas. O Paraguai achou, então, que ainda não era o momento, mas aí, quando se abrem as fronteiras pelo fato de a pandemia ter sido superada, nós vamos dar início, agora, à negociação.

No momento, o que nós estamos tratando – e aí quem conduz as negociações é o Almirante Risden, que é o Diretor-Geral brasileiro, junto com o Embaixador Manuel Cáceres, que é o Diretor- Geral paraguaio – é da questão da tarifa. E essa negociação é uma negociação... É um problema bom, e o senhor sabe por que, Presidente Collor? Porque significa que nós conseguimos pagar o empréstimo e agora nós temos um custo financeiro muito menor, o que vai se refletir na tarifa. Então, nosso objetivo agora é conseguir a tarifa do tratado, que é mais justa, e portanto será mais baixa, porque agora nós já amortizamos praticamente todo o empréstimo internacional e sem descuidar daquilo que Itaipu tem que fazer, que são os impactos positivos que ela tem que gerar no desenvolvimento regional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma segunda ponte com o Paraguai foi feita com recursos de Itaipu, está praticamente concluída, eu acredito que agora em maio ela estará 100% feita, e houve o lançamento da pedra fundamental, com recursos também de Itaipu, de uma ponte que vai ligar Carmelo Peralta, no Paraguai, a Porto Murtinho, no Mato Grosso do Sul. Tudo isso é com dinheiro de Itaipu, dinheiro fruto do trabalho dos brasileiros. Nesse sentido, eu acho que há muitas possibilidades de acordo.

O Presidente Bolsonaro fala frequentemente com o Presidente Mario Abdo sobre o assunto. Eu estive com o Presidente – acho que foi na quinta-feira da semana passada –, e ele mesmo me havia dito que havia conversado. Há um interesse tanto do lado paraguaio quanto do lado brasileiro de chegar a um bom acordo, e eu não tenho dúvida de que isso acontecerá. Agora, tudo isso é feito dentro do marco legal. O Ministério de Minas e Energia tem realmente uma posição bastante técnica sobre o assunto, são contas muito complicadas de se fazer. Eu sei que o Presidente Limp, da Eletrobras, também tem um diálogo muito fluido com a estatal paraguaia de eletricidade, que é a Ande, e tudo isso precisa se ajustar para que nós possamos chegar a esse acordo. Eu não tenho dúvida de que nós vamos fazê-lo, e, ainda que isso não tenha acontecido, Itaipu segue funcionando, há um acordo operativo, as diretorias têm muita comunhão no trabalho – a cada dois meses há uma reunião do conselho –, e no dia a dia a usina é muito bem tocada.

Houve um relatório realmente, Senadora, do economista Jeffrey Sachs, mas eu tenho dúvida de que isso tenha sido feito pelo Governo paraguaio. A imprensa deu muita divulgação a esse resultado, e o que eu posso dizer à senhora é que há esse estudo, mas ele não é utilizado como base das negociações. A base das negociações é o tratado e esse trabalho técnico de formiguinha que têm tocado os engenheiros e técnicos da Eletrobras e os economistas do Ministério de Minas e Energia. A diretoria de Itaipu neste momento tem toda a confiança... Aos paraguaios que me procuram, eu sempre digo "olha, o mandato agora é do Almirante Risden, que ouve sempre o Ministro de Minas e Energia, consulta-se com o Itamaraty e recolhe, é claro, do Presidente Bolsonaro as orientações maiores".

Itaipu é um exemplo de êxito e de sucesso. Nós temos que nos orgulhar dele, e ele continuar sendo assim.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Ministro, por todas as suas manifestações. É sempre uma oportunidade que V. Exa. tem não de explicar, mas de contextualizar a situação para o país e para nós, Senadores da República.

Eu gostaria de colocar três requerimentos extrapauta, aproveitando o quórum, depois nós passamos ainda para o sistema à distância. Aí eu preciso de outra audiência para aprovar requerimento, para nós fazermos as audiências *online*.

A primeira delas é uma audiência conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, com a Comissão de Agricultura e com a CRE sobre a produção própria e importação de fertilizantes no Brasil. A minha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ideia seria a de nós fazermos uma audiência pública conjunta para encontrar uma solução viável para fazer uma forma especial de licenciamento e de financiamento dos empresários nessa área, para, junto com o Ministério do Meio Ambiente, com a Comissão de Meio Ambiente do Senado, com a Comissão de Agricultura, com o Ministério da Agricultura e com o das Relações Exteriores, nós encontrarmos uma forma especial, um capítulo ou um anexo emergencial – não é feito às pressas, mas é emergencial, pela questão estratégica –, para debatermos sobre a produção própria de fertilizantes e sobre os riscos da ausência de produtos para a importação.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 8, DE 2022

Requer, com fundamento no disposto no art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II, do RISF, audiência pública nesta Comissão, em conjunto com a CMA e CRA, para tratar sobre os principais desafios, restrições e condicionantes ambientais da produção doméstica e importação de fertilizantes por parte do Brasil.

Autoria: Senadora Kátia Abreu (PP/TO).

Eu o coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

O segundo requerimento seria justamente sobre o Anexo C do Tratado de Itapu, para que nós pudéssemos convidar o Ministro de Minas e Energia e também o Ministério da Economia, os representantes de Itaipu e do Paraguai, da Embaixada do Paraguai no Brasil, ou autoridades de lá, para que pudéssemos debater e mostrar para os brasileiros e para o Paraguai que nós estamos acompanhando de perto a reformulação desse acordo, que, em 2023, vence. Na verdade, faz aniversário de 50 anos. Esse acordo Itaipu e Brasil não tem vencimento, mas o Anexo C, sim, faz 50 anos de aniversário e pode ser reformulado.

2ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 9, DE 2022

Requer, com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II, do RISF, audiência pública para tratar do anexo C do Tratado de Itaipu.

Autoria: Senadora Kátia Abreu (PP/TO).

Então, eu o coloco em discussão, deixando em aberto autoridades e especialistas, caso os Senadores queiram sugerir, para participarem dessa audiência pública.

Eu o coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

E, no terceiro e último, deixamos ainda em aberto as discussões sobre a guerra da Ucrânia e Rússia e todo o envolvimento mundial e brasileiro, para que possamos continuar acompanhando. Os colegas Senadores podem sugerir novos nomes de acordo com o andar da guerra, com os novos passos e expectativas, e espero que as melhores possíveis possa haver. Mas que a CRE fique habilitada a fazer novas audiências públicas, como a que estamos fazendo aqui, até mesmo com os mesmos participantes ou com novos participantes, para atualizar o Senado e o povo brasileiro sobre a guerra.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 10, DE 2022

Requer, com fundamento no disposto no art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II, do RISF, audiência pública para atualizar o cenário mais recente sobre o conflito entre Rússia e Ucrânia e os seus desdobramentos no âmbito nacional e internacional.

Autoria: Senadora Kátia Abreu (PP/TO).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agradeço, mais uma vez, a participação das Sras. Senadoras e Senadores e das autoridades aqui presentes, em especial o Exmo. Sr. Ministro Carlos Alberto Franco França, pela sua presença.

Quero cumprimentar e dar as boas-vindas ao Ministro Paulo Uchoa, da nossa diplomacia, do Itamaraty, que hoje nos assessora aqui, nesta Comissão. Muito obrigado pela confiança.

Muito obrigado ao Chanceler pela cessão desse técnico, desse diplomata de altíssimo nível.

Agradecendo a todos pela presença, declaro encerrada a presente reunião.

Às 14h, teremos, então, audiência com o Embaixador da Ucrânia no Brasil.

Muito obrigado a todos. Estão todos convidados.

(*Iniciada às 10 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia sete de abril de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Kátia Abreu, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Esperidião Amin, Carlos Viana, Veneziano Vital do Rêgo, Flávio Bolsonaro, Eliane Nogueira, Mara Gabrilli, Roberto Rocha, Flávio Arns, Marcos do Val, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Soraya Thronicke, Giordano, Mecias de Jesus, Nelsinho Trad, Chico Rodrigues, Jaques Wagner, Telmário Mota, Cid Gomes, Paulo Rocha e Rodrigo Cunha, e ainda dos Senadores não membros Angelo Coronel e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Jarbas Vasconcelos, Nilda Gondim, Zequinha Marinho, Humberto Costa e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 4 (quatro) reunião anterior, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de Autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 5, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação da Senhora CLAUDIA DE BORBA MACIEL, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Guiné-Bissau." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner (*Ad hoc*), substituiu Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 13, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora PATRÍCIA MARIA OLIVEIRA LIMA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Cameroun e, cumulativamente, na República do Chade." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner (*Ad hoc*), substituiu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 47, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe da Síria." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 70, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FÁBIO VAZ PITALUGA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Armênia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 5 - Mensagem (SF) n° 84, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS HENRIQUE MOOJEN DE ABREU E SILVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 6 - Mensagem (SF) n° 56, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado Plurinacional da Bolívia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 7 - Mensagem (SF) n° 85, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor OCTÁVIO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Japão." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 8 - Mensagem (SF) n° 64, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor SÉRGIO EUGÊNIO DE RISIOS BATH, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, na República do Iêmen." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Tasso Jereissati. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 9 - Mensagem (SF) n° 66, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor BERNARD JORG LEOPOLD DE GARCÍA KLINGL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Belarus." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 10 - Mensagem (SF) n° 9, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor PAULO FERNANDO DIAS FERES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular do Bangladesh." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 11 - Mensagem (SF) n° 89, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor JOÃO TABAJARA DE OLIVEIRA JÚNIOR, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Albânia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pronto para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 11, de 2022** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de tratar da retomada das relações diplomáticas do Brasil com a Venezuela" **Autoria:** Senador Chico Rodrigues (DEM/RR). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Kátia Abreu
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/04/07

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos!

Declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciar, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das quatro reuniões anteriores.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas aprovadas serão publicadas no *Diário do Senado Federal*. (*Pausa.*)

Conforme a pauta publicada, a presente reunião destina-se à apreciação de indicações de duas embaixadoras e nove embaixadores para postos no exterior, segundo as seguintes diretrizes.

A votação será obrigatoriamente presencial, por meio das duas urnas de votação secreta, sendo uma em frente a este plenário e a outra em seu interior. Para otimizar os trabalhos e com a concordância dos colegas presentes, nós vamos ler inicialmente os onze relatórios, vamos abrir a votação e depois iniciar as inquirições. (*Pausa.*)

Nós vamos ler os relatórios, cada diplomata fará a sua apresentação e as perguntas e as inquirições ficarão para o final da sessão. Deverão ser usados, durante esse período, 16 minutos para cada diplomata, tanto para a leitura do relatório como para a sua apresentação, que eu gostaria que fosse focada no seu plano de trabalho. Eu gostaria que fosse mencionado, por parte do diplomata, o que achou de mais importante no posto de que está saindo, onde esteve trabalhando, e, claro, o seu plano de trabalho sucinto, porque já estão nas mãos de todos os Senadores os planos apresentados, conforme regra nova desta gestão aqui na CRE, que prevê a apresentação do plano de trabalho para o novo posto.

Convido as Embaixadoras – inicialmente as mulheres – Patrícia Maria Oliveira Lima e Claudia de Borba Maciel. Convido todos os demais diplomatas a se sentarem a partir da segunda fileira, deixando a primeira para os Senadores e Senadoras. (*Pausa.*)

A reunião está sendo transmitida ao vivo e é aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211.

Damos as boas-vindas às indicadas e aos indicados para as arguições de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Compõem comigo a mesa nossas duas primeiras sabatinadas, a Sra. Embaixadora Claudia de Borba Maciel e a Embaixadora Patrícia Maria Oliveira Lima. Nós temos aqui uma grande empreitada desta Comissão, que é aumentar o número de mulheres nas embaixadas pelo mundo. Hoje, dos onze, nós temos duas mulheres e nove homens. Na próxima arguição, nós já combinamos com o Chanceler que nós queremos metade, metade.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 5, DE 2022

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação da Senhora CLAUDIA DE BORBA MACIEL, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Guiné-Bissau.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pronto para deliberação

Passo a palavra ao Relator *ad hoc*, Senador Jaques Wagner, pelo prazo de cinco minutos, para as suas considerações e leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Como Relator.) – Bom dia, Senadora Kátia, Presidenta desta Comissão. Queria cumprimentar as duas diplomatas, a Sra. Claudia de Borba Maciel e a Sra. Patrícia Maria Oliveira Lima. Ao mesmo tempo em que parabenizo a sua obstinada militância em favor das mulheres, rogo a Deus que V. Exa. não chegue ao ponto de nos excluir da diplomacia brasileira. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz da Sra. Claudia de Borba Maciel, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do MRE, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Guiné-Bissau.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. Nesse sentido e observando o preceito regimental para a sabatina, o MRE elaborou o currículo da Diplomata.

A indicada é filha de Alcedo Maciel e Albertina de Borba Maciel. Nasceu em Porto Alegre, em 1962. É graduada em Jornalismo Gráfico e Audiovisual pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ainda no âmbito acadêmico, a indicada obteve o título de Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília. Iniciou sua carreira como Terceira-Secretária em 1996, após conclusão do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata no Instituto Rio Branco, em que foi agraciada com o Prêmio Rio Branco, medalha de prata, dedicado ao segundo colocado do curso. Ascendeu a Segunda-Secretária em 2002; a Primeira-Secretária em 2006; a Conselheira em 2008; e a Ministra de Segunda Classe em 2013, sempre por merecimento. Em 2008, concluiu o Curso de Altos Estudos do mesmo instituto, em que teve aprovada a tese intitulada, aspas: "Principais aspectos da atuação da Petrobras na Venezuela e seus reflexos sobre a evolução recente das relações bilaterais".

Entre as funções desempenhadas, destacam-se: assessora da Secretaria-Geral das Relações Exteriores (2008/2009); chefe de Gabinete do Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (2009/2010); chefe da Divisão de Recursos Energéticos Novos e Renováveis (2010/2011); Conselheira na Embaixada em Quito (2011); chefe da Coordenação-Geral de Desenvolvimento Sustentável (2011/2013); chefe da Assessoria Internacional do Ministério do Desenvolvimento Social (2013/2015); Ministra-Conselheira na Embaixada em Paris (2015/2017); Ministra-Conselheira na Delegação Permanente junto à Unesco (2017/2020); cônsul-geral adjunta no Consulado Geral em Munique (2020 até o momento).

Além do currículo, o Itamaraty fez constar da mensagem informações gerais sobre Guiné-Bissau, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, do qual extraímos resumo para subsidiar os membros da Comissão em sua sabatina à Diplomata.

Localizada na costa ocidental da África, a República da Guiné-Bissau tem a maior parte de seu território formada por terrenos baixos e pantanosos, bem como pelo arquipélago de Bijagós. O país possui reservas de bauxita e fosfato e tem como destaque na agricultura a castanha-de-caju. Trata-se, segundo dados do Banco Mundial, de um dos países mais pobres do mundo, que ocupa a 178ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Nações Unidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sua população, estimada em 2 milhões de habitantes e com expectativa de vida de 58 anos, tem como idioma oficial o português. Nesse sentido, o país integra a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

A história da Guiné-Bissau está, de início, ligada à do arquipélago de Cabo Verde, ambos ex-colônias portuguesas. Em 1956, o intelectual Amílcar Cabral (bissau-guineense de família de imigrantes cabo-verdianos) fundou, no exílio, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), cujo objetivo era promover a independência da Guiné-Bissau e sua união a Cabo Verde. Em 1973, Amílcar Cabral foi assassinado e os bissau-guineenses proclamaram a independência, reconhecida pelo Governo português em 1974. Luís Cabral, irmão de Amílcar, assumiu a presidência e instituiu regime de partido único, de orientação marxista, liderado pelo PAIGC. Em 1980, Cabral foi deposto por golpe de estado, chefiado pelo General João Bernardo "Nino" Vieira. O golpe selou a separação entre o PAIGC da Guiné-Bissau e o de Cabo Verde, malogrando, com isso, o processo de unificação dos dois países.

O Brasil foi o primeiro país fora do então bloco socialista a reconhecer a independência da Guiné-Bissau, ainda em 1974. A embaixada brasileira na Guiné-Bissau foi aberta naquele mesmo ano. A embaixada da Guiné-Bissau em Brasília foi aberta em 2011, com financiamento brasileiro, por intermédio da CPLP.

Após o golpe de estado de abril de 2012, sob o comando do então Chefe do Estado-Maior Geral das Forças Armadas, a Guiné-Bissau foi submetida a virtual isolamento pela comunidade internacional. O Brasil não reconheceu o Governo provisório e as relações bilaterais ficaram praticamente paralisadas até as eleições gerais de 2014, que marcaram o retorno à democracia.

A cooperação técnica bilateral tem como marco o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau, de 1978. No momento presente, a cooperação abrange diversas áreas, como saúde, agricultura, educação, formação profissional e fortalecimento das instituições do Estado. Nesse sentido, o Brasil apoiou, por exemplo, os últimos processos eleitorais na Guiné-Bissau e enviou técnicos para participar das missões de Observação Eleitoral da CPLP para os pleitos legislativos e presidenciais de 2019.

No âmbito da pauta de cooperação técnica trilateral, atualmente são desenvolvidas iniciativas em parceria com países como o Japão e organizações internacionais, como a Unesco, a FAO e a CPLP, nas áreas de educação, segurança alimentar e segurança pública.

A quase totalidade do comércio bilateral com a Guiné-Bissau corresponde às exportações brasileiras, em torno de US$4 milhões em 2020. Em 2015 e 2016, o Brasil chegou a importar castanhas, sob a rubrica "cocos, castanha do Brasil e castanha de caju, frescos ou secos, mesmo sem casca ou pelados". Os principais produtos exportados pelo Brasil foram açúcar e confeitaria (21%), produtos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pastelaria (16%), bebidas (14%) e carnes (12%). Não há registro de investimentos brasileiros diretos na Guiné-Bissau.

A rede consular brasileira na Guiné-Bissau restringe-se ao setor consular da embaixada em Bissau. As informações prestadas pelo Itamaraty não indicam o número de brasileiros residentes atendidos por esse setor. Não há empresas brasileiras em operação no país.

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

É esse o relatório, Sra. Presidente, preparado pelo Senador Humberto Costa, que pede vênia à senhora e às duas diplomatas. Por ter se deslocado, ele me pediu que eu o fizesse.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Senador Jaques Wagner.

Concedo a palavra à Sra. Claudia de Borba Maciel, indicada para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Guiné-Bissau.

Informo à Sra. Embaixadora que o tempo destinado à exposição é de dez minutos.

A SRA. CLAUDIA DE BORBA MACIEL (Para expor.) – Muito obrigada.

Sra. Presidente da CRE, Senadora Kátia Abreu, a quem parabenizo pelo excelente trabalho que vem desenvolvendo à frente desta Comissão; Srs. Relatores, Senador Humberto Costa e Jaques Wagner, a quem agradeço pela preparação e leitura do relatório; Sras. e Srs. Senadores; prezados colegas que também serão sabatinados hoje; todos que participam desta sessão pelo portal e-Cidadania; senhoras e senhores; é com muita honra que submeto ao exame da sociedade brasileira, por meio do Senado Federal, o programa de trabalho que pretendo executar à frente da Embaixada do Brasil na Guiné-Bissau, caso venha a ser aprovada por esta Casa.

Agradeço a indicação pelo Senhor Presidente da República e pelo Ministro das Relações Exteriores para cumprir esta difícil missão.

O Relator apresentou as principais informações sobre a Guiné-Bissau e me permita acrescentar apenas que a pobreza atinge 70% da população, que vive com apenas US$2 por dia, o índice de alfabetização é de somente 55% e há enormes desigualdades de gênero no país. Não existe telefonia fixa, nem móvel, apenas internet. A rede elétrica é instável. Malária, febre amarela, esquistossomose e disenteria ainda matam.

Mas eu gostaria de enfatizar também que, pelas potencialidades econômicas e políticas, a Guiné-Bissau é um grande país. Desde a independência, o Brasil é um parceiro confiável e bem-vindo. Em 2024, completaremos 50 anos de relações diplomáticas profundas e ininterruptas. Espero poder realizar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nessa ocasião, um evento de promoção comercial e de cooperação, com a presença e a colaboração da ApexBrasil, da Agência Brasileira de Cooperação do MRE, para o qual eu gostaria, desde já, de convidar a senhora, Sra. Presidente, e os demais Senadores a comparecerem, esperando que até lá tenhamos podido retomar um pouco os níveis de comércio, que já estiveram mais altos, antes de 2020, e também incrementar os investimentos diretos do Brasil no país.

Duas visitas presidenciais em anos recentes reforçaram ainda mais essa amizade: o Presidente Lula visitou Bissau em 2005, e o Presidente Embaló esteve no Brasil no ano passado, em agosto.

Ontem, aqui, nesta mesma CRE, o Ministro Carlos França mencionou vários cargos para os quais o Brasil foi eleito no âmbito das Nações Unidas nos últimos anos. O fato de a Guiné-Bissau, apesar de ser um pequeno país, ser um membro pleno e soberano das Nações Unidas significa que, com sua voz e com seu voto, eles têm apoiado e podem apoiar sempre tanto as nossas candidaturas quanto os nossos pleitos substantivos em temas multilaterais.

Eu gostaria de mencionar, apenas porque é um tema objeto de interesse desta Comissão, que, no voto da última resolução sobre a Rússia, sobre a guerra da Rússia na Ucrânia, a exemplo de outros países africanos, a Guiné-Bissau se ausentou da sala no momento da votação para marcar a sua neutralidade, evitando, assim, condenar a Rússia.

O Brasil retribui esse apoio que a Guiné-Bissau nos presta no plano multilateral dando um caráter prioritário às demandas de cooperação técnica para o desenvolvimento que nos são feitas constantemente por esse país.

E, pessoalmente, Sra. Presidente, considero também que o fato de a Guiné-Bissau ter, neste momento, uma Ministra de Relações Exteriores mulher valoriza ainda mais o momento atual das relações bilaterais.

Mas é preciso que todos nós compreendamos que, para abrir portas aos produtos, serviços e investimentos brasileiros num país com todas essas características socioeconômicas que o Relator mencionou, a cooperação técnica precisa ser prestada de forma contínua, sem condicionalidades, ajudando o país a criar a infraestrutura dos sistemas de transporte e de energia, a adequar o potencial agrícola que eles têm às demandas do mercado mundial, a promover o ecoturismo nos seus parques naturais e a explorar os recursos minerais.

Aqui também, inspirada pelo debate que a senhora conduziu ontem, Sra. Presidente, nesta Comissão, eu gostaria de lembrar que a região de Farim, na Guiné-Bissau, tem reservas de mais de cem milhões de toneladas de fosfato, matéria-prima essencial para a produção de fertilizantes, tão necessários à nossa agricultura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui, deixo um convite aos membros da Frente Parlamentar da Agricultura para que estudemos juntos as possibilidades de promover investimentos brasileiros nesse setor da mineração do fosfato na Guiné-Bissau.

Eu gostaria de dar também mais um exemplo de como a cooperação técnica pode criar condições para que os investimentos privados cheguem. Por exemplo, a Guiné-Bissau exporta castanha-de-caju. Noventa por cento das exportações do país são de castanha-de-caju. É um produto caro no mercado mundial, mas não tem muito valor agregado. Até recentemente, eles desprezavam a fruta, porque não havia uma unidade de processamento, uma tecnologia capaz de aproveitar a fruta. Então, na ABC, junto com a Embrapa, fizemos um projeto de cooperação, e foi possível instalar uma capacidade para passar também a produzir frutas doces a partir do caju. Hoje em dia, há uma empresa do Piauí que criou uma subsidiária, a Arrey África, que se instalou na Guiné-Bissau para processar o caju, que hoje já emprega 400 pessoas e que se tornou a maior empresa beneficiadora de caju na Guiné-Bissau. Muitas empresas brasileiras podem fazer o mesmo, seguindo o veio aberto pela cooperação desinteressada, digamos assim, do Brasil.

Outro tema em que nós atuamos fortemente é na cooperação educacional, recebendo estudantes da Guiné-Bissau em todas as nossas universidades, em particular na Unilab, que é a universidade lusófona, que tem sede no Ceará, mas também atua na Bahia, estado do nosso Senador Jaques Wagner, que certamente conhece o trabalho da Unilab, que já recebeu centenas de estudantes da Guiné-Bissau.

Esses estudantes que têm a oportunidade de se formar no exterior se tornam a elite intelectual do país. E formam uma rede importantíssima para que nós continuemos a manter contatos com eles e, assim, acessemos a informação sobre o que o Brasil pode oferecer em termos de complementaridade econômica, inovação para o país.

Mas agora, voltando, assim, ao plano de trabalho que os senhores devem ter recebido, vou tentar resumir em quatro pontos as prioridades da gestão.

Naturalmente que a primeira é o acompanhamento da situação política interna e o seu impacto sobre a segurança internacional para bem informar o Governo brasileiro sobre o que acontece lá; a segunda, essa que já mencionei brevemente, é a promoção das exportações dos investimentos e da marca Brasil; a terceira é a divulgação da língua e da cultura brasileiras; e, finalmente, o bom atendimento consular à comunidade brasileira residente.

A Guiné-Bissau é um país com grave histórico de instabilidade econômica, como o Senador mencionou. E somente em 2014, 40 anos depois da independência, o primeiro Presidente eleito completou o seu mandato. O primeiro Presidente a completar seu mandato foi depois de 40 anos da independência. E o Presidente que assumiu em janeiro de 2020, Presidente Embaló, já denunciou este ano ter sofrido uma tentativa de golpe, de assassinato, agora, no dia 1º de fevereiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, por tudo isso, a ONU mantém uma atenção especial dedicada à Guiné-Bissau. Há um grupo em Nova York que acompanha o processo de consolidação da paz, e o Brasil preside esse grupo. Não por acaso é o Brasil, nosso representante permanente da ONU, que preside esse grupo. Por isso, há uma expectativa de que o Brasil contribua para o fortalecimento institucional da Guiné-Bissau.

Nós temos cooperação na área de Justiça Eleitoral, para preparar e fiscalizar eleições. O TRE de Minas Gerais tem feito missões com esse objetivo. O Ministério Público está com projeto para formação de procuradores. E um dos projetos mais importantes no país é com a Polícia Federal, para a criação de um centro de formação das forças de segurança da Guiné-Bissau.

Os vizinhos da Guiné-Bissau são igualmente instáveis. A Guiné-Conacri, francesa, sofreu um golpe de estado também há pouco tempo. E o Mali, a leste, embora não faça fronteira, é um país também que, inclusive, tem problemas com grupos considerados terroristas, não é?

Na fronteira atlântica, do Atlântico – embora fique no Atlântico Norte, nós consideramos que eles são do Atlântico Sul –, a Guiné-Bissau tem um problema de patrulhar suas águas territoriais, uma vez que faz parte da rota do tráfico de drogas entre a Europa e a América do Sul – América do Sul e Europa, digamos assim. A presença de barcos de pesca clandestinos também prejudica o desenvolvimento do potencial econômico da região costeira do país.

Portanto, a presença da Marinha do Brasil em operações navais na região seria de grande valia, tanto para as relações bilaterais quanto para a garantia da segurança internacional. Por isso, quando o Presidente Embaló esteve no Brasil, ele pediu ao Comando da Marinha e ao Ministro da Defesa que iniciássemos tratativas para fazer um acordo de cooperação também nessa área.

Aliás, ontem o Ministro de Estado também mencionou aqui a importância dos adidos de defesa para a boa execução da política externa. Então, eu também tenho como um dos objetivos da minha gestão conseguir que o Ministério da Defesa e o Governo brasileiro, com o apoio desta Casa, indiquem um adido de defesa para apoiar o trabalho da embaixada em Guiné-Bissau.

Hoje em dia, os principais produtos da Guiné-Bissau na área econômica... A Guiné-Bissau importa de Portugal, do Senegal, que é vizinho, do Paquistão e da China.

Eu tenho certeza de que, com a nossa competitividade do agronegócio brasileiro, com a proximidade geográfica relativa em relação a alguns desses parceiros e a nossa aproximação cultural, o Brasil poderia muito bem ocupar uma parte desse espaço econômico, integrando-se melhor às cadeias de valor do país.

Um estudo elaborado já há alguns anos, que precisaria ser atualizado, já identificou que, por exemplo, produtos como cerveja, barras de ferro ou aço, cimento Portland, caminhões e peças, preparados alimentícios à base de farinha, medicamentos e vinhos poderiam ser exportados pelo Brasil. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contamos também com a ApexBrasil para reeditar esse estudo e, quem sabe, com o apoio desta Casa para uma emenda parlamentar para financiamento desse estudo.

Gostaria também de reforçar a importância do papel que a cooperação...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Mais dois minutos para encerrar, concluir.

A SRA. CLAUDIA DE BORBA MACIEL – ... interparlamentar pode ter também para reforçar a Assembleia Nacional de Guiné-Bissau, que também sofre problemas com instabilidade política.

Enfim, pretendo realizar então – e gostaria muito de poder realizar ainda este ano – eventos comemorativos aos 200 anos da independência no Brasil, aos 100 anos da Semana de Arte Moderna e, como mencionei, aos 50 anos da relação bilateral, em 2024. Seria uma oportunidade também para fazermos eventos de promoção da nossa economia criativa, da hotelaria, do turismo brasileiro, que são os setores em que pode haver uma complementariedade.

E, finalmente, o atendimento à comunidade brasileira, que é formada basicamente de missionários esparsos ao longo do país, o que nos exige um serviço consular regular – emissão de passaportes, de certidões... –, e este ano teremos que realizar eleições presidenciais com uma estrutura extremamente precária. Gostaria só de comentar que o embaixador, na Guiné-Bissau, trabalha sozinho. É o único funcionário do serviço exterior no país. Todos os demais são apenas contratados locais.

E, finalmente, Senadora – depois, se for possível, eu complemento um pouco mais sobre os projetos de cooperação –, eu gostaria de me referir aos laços profundos que nos unem a Bissau. A tragédia colonial trouxe de lá pessoas escravizadas, principalmente para o Maranhão e o Pará, mas, de outro lado, essas pessoas contribuíram para a formação da nossa identidade.

Até hoje, diante das dificuldades e crises, é muito comum se ouvir uma visão preconceituosa, uma frase que se diz muito: "Mas isto não tem jeito. Isto é África". Isso se fala muito em relação aos países da África. Mas, na língua local, eles têm um dito que é assim: "Djitu ten ku ten", que quer dizer que tem que haver um jeito. É a resposta do país a essa má vontade. E eu considero que é nossa responsabilidade, Sra. Presidente, Srs. Senadores, encontrarmos um jeito brasileiro de associar a Guiné-Bissau, nossa companheira na CPLP, a um projeto de desenvolvimento com democracia e inclusão social.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Embaixadora Claudia. E a frase que eu uso comumente é: "Só não há jeito para a morte".

A castanha-de-caju representa 90% das exportações e 15% do PIB. E, depois que a democracia se implantou, em 2014, até 2019, o PIB cresceu 4,5% na Guiné-Bissau – interessante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 13, DE 2022

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora PATRÍCIA MARIA OLIVEIRA LIMA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Cameroun e, cumulativamente, na República do Chade.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Pronto para deliberação

Relator: Senador Humberto Costa; e *ad hoc*: Senador Jaques Wagner, pelo prazo de cinco minutos.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. Pela ordem.) – Pela ordem, Sra. Presidente.

Enquanto o Senador se prepara, é apenas para completar a frase de V. Exa. Uma vez eu disse essa frase e um espírita convicto disse que para a doutrina espírita tem jeito, sim, que é a passagem de uma dimensão para outra. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – E depois voltar. Muito bem.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Como Relator.) – Vou ler o relatório, Sra. Presidente.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Nesse sentido, esta Casa é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz da Sra. Patrícia Maria Oliveira Lima, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Cameroun e, cumulativamente, na República do Chade.

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo da diplomata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A indicada é filha de José Francisco de Lima e de Helena Maria de Oliveira Lima e nasceu no Rio de Janeiro, em 1964. Graduou-se em História pela Universidade de Brasília em 1988. Iniciou sua carreira diplomática como Terceira-Secretária em 1989. Ascendeu à Primeira-Secretária em 2004; à Conselheira em 2008; e à Ministra de Segunda Classe em 2014, todas as promoções por merecimento. Em 2014, após concluir o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, teve aprovada a tese intitulada "A diplomacia brasileira e a gestão de oportunidades no Sudão".

Entre as funções desempenhadas, destacam-se: chefe da Assessoria Internacional da Controladoria-Geral da União da Presidência da República (2003/2006); assessora do Departamento de Direitos Humanos do Ministério das Relações Exteriores (2006/2007); coordenadora do Departamento de Estrangeiros (2007/2009); conselheira na Embaixada em Lima (2009/2011); assessora técnica do Departamento da África do MRE (2011/2014); conselheira e ministra na Embaixada no Kuaite (2014/2017); chefe da Divisão de Seguimento de Cúpulas (2017); atuou em 2018 no Grupo de Assistência Operacional e Administrativa. Desde 2019, é Embaixadora na Embaixada em Cartum.

Além do currículo da diplomata, o Itamaraty fez constar da mensagem informações gerais sobre o Cameroun e o Chade, suas respectivas políticas externas e relacionamento com o Brasil, do qual extraímos resumo para subsidiar os membros desta Comissão.

Situada na costa oeste da África, a República do Cameroun é uma das nações de maior diversidade cultural do continente. O país abriga 230 grupos étnicos, que falam 250 línguas, bem como dialetos nativos. A população, estimada em 26 milhões de pessoas, tem o francês e o inglês como idiomas oficiais.

Cuida-se de república semipresidencialista, cujo Chefe de Estado, Presidente Paul Biya, está no poder desde 1982. Seu Índice de Desenvolvimento Humano está em 0,563, o que o coloca na posição 153ª em 188 países.

Historicamente estável, o Cameroun convive hoje com alguns fatores de instabilidade, como a atuação do grupo terrorista Boko Haram no norte e as demandas secessionistas de duas regiões anglófonas, situadas no noroeste do país. A população anglófona do país queixa-se de marginalização e opressão. O Grande Norte (regiões de Adamaoua, Norte e Extremo Norte) do país é, por sua vez, a área que mais sofre com os ataques do grupo Boko Haram, cuja base está na Nigéria. Para fazer face a esse desafio, Cameroun, Nigéria, Níger e Chade constituíram a Força-Tarefa Conjunta Multinacional, atuando de maneira coordenada no combate ao terrorismo.

O Brasil reconheceu a independência do Cameroun em 1960 e, em 1982, inaugurou sua Embaixada em Iaundê. Em 1984, o Cameroun abriu sua Embaixada no Brasil. Restrições orçamentárias levaram, contudo, o Governo brasileiro a desativar, em 1999, sua representação na capital camaronesa. A partir de meados dos anos 2000, novo impulso ao relacionamento bilateral foi dado. O incremento de visitas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oficiais de alto nível proporcionou a reabertura da Embaixada brasileira em Iaundê e demonstra a solidez do relacionamento diplomático.

Os projetos de cooperação técnica com o Cameroun têm como amparo legal o Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Cameroun, assinado em 14 de novembro de 1972 e promulgado em 20 de setembro de 1973.

O Governo camaronês vem manifestando preferência por diversificar sua cooperação internacional em matéria de defesa de modo a evitar dependência dos tradicionais parceiros. Nesse sentido, as relações em matéria de defesa entre Brasil e Cameroun apresentam boas perspectivas. A criação, em 2013, da Adidância Militar na Embaixada do Cameroun em Brasília representou demonstração clara do interesse do país em ampliar a cooperação com o Brasil nesse domínio. A Marinha do Brasil, por sua vez, tem se mostrado disposta a considerar formas de apoiar os esforços do Governo do Cameroun para combater a pirataria marítima no Golfo da Guiné, prestando apoio técnico para a operacionalização do Centro Regional de Coordenação da Luta contra a Pirataria no Golfo da Guiné, sediado no país.

O Cameroun é um dos países em situação de insegurança alimentar e nutricional beneficiados por doações de alimentos do Governo brasileiro, por meio do Programa Mundial de Alimentos, previstas na Lei 12.429, de 2011, que autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos para cooperação humanitária internacional, o que tem sido feito por meio do Programa Mundial de Alimentos em benefício de refugiados centro-africanos e camaroneses em situação de vulnerabilidade na região do Extremo Norte.

Há ainda atividades de cooperação nas áreas policial, educacional, jurídica, energética, cultural, esportiva e de serviços aéreos, além de empréstimos e financiamentos oficiais.

Em relação ao comércio bilateral, o saldo comercial tem sido favorável ao Brasil. Em 2020, o superávit foi de aproximadamente US$39 milhões. Nesse ano, exportamos o equivalente a US$42 milhões. A pauta centra-se em açúcares, álcool etílico, sal e cloreto de sódio, coque de petróleo, veículos automóveis para transporte de dez ou mais pessoas, peixes congelados e embalagens de papel ou cartão. Importamos borracha natural e pasta de cacau, totalizando pouco mais de US$3 milhões.

No tocante à comunidade de brasileiros no Cameroun, ela é estimada em 70 pessoas, que são atendidas em suas demandas consulares pelo setor respectivo da Embaixada em Iaundê.

Sobre a República do Chade, destaque-se que o país é uma ex-colônia francesa e que se tornou independente em 1960. Situado no centro-norte africano, na área de transição entre a África árabe, ao norte, e a negra, ao sul. Esse contexto alimenta conflitos internos que se intensificam ao longo dos anos, por conta da exploração de ouro e petróleo. Inobstante essas riquezas, sua população é das mais pobres do mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relacionamento diplomático bilateral foi formalmente estabelecido no ano de 1996, em caráter cumulativo com a Embaixada em Iaundê. Desde então, as relações vêm se intensificando aos poucos, principalmente em decorrência da cooperação técnica no campo da cotonicultura.

A importância do comércio bilateral é marginal para os dois países.

Não há registro de brasileiros residindo em território chadiano.

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

É o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senador Jaques Wagner.

Concedo a palavra à Sra. Patrícia Maria Oliveira Lima, indicada para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Cameroun e cumulativamente na República do Chade.

Informo à Sra. Embaixadora que o tempo destinado à exposição é de dez minutos e gostaria de pedir o rigor no tempo, não por mim – eu ficaria aqui, hoje, amanhã; eu não tenho nenhum problema –, é apenas para que todos possam ter a oportunidade de serem votados ainda hoje, no Plenário do Senado, e posteriormente todas... Às 14h, começa a sessão no Plenário; portanto, a sessão aqui é derrubada. Posteriormente, nós podemos ficar informalmente, debatendo sobre outras questões, como fizemos ontem, no meu gabinete, sobre a guerra da Ucrânia, para que todos possam dar a sua visão sobre a Ucrânia, a Rússia, essa geopolítica que nós estamos vivendo hoje.

Então, por favor, Embaixadora Patrícia.

A SRA. PATRÍCIA MARIA OLIVEIRA LIMA (Para expor.) – Bom dia a todos!

Saúdo a Presidente da Comissão de Relações Exteriores; saúdo todos os Senadores presentes, caros colegas que estão aqui para serem sabatinados.

Eu vou começar pelo Cameroun, com alguns dados. Há uma população de aproximadamente 28 milhões de habitantes, uma grande população urbana para os padrões africanos, de 58%; um índice altíssimo de alfabetização da população, de 71%; um PIB modesto de US$40 bilhões e um PIB *per capita* de aproximadamente US$1,5 mil.

As relações entre Cameroun e Brasil são antigas, o que permite considerar, em consonância com o planejamento estratégico, algumas ações que, caso aprovada por esta Comissão e pelo Plenário do Senado, eu tentarei levar adiante, ações que visam a consolidar a pauta já existente em termos, sobretudo, de reuniões bilaterais. Então, poderemos convocar a 4ª Comissão Mista entre Brasil e Cameroun, e a 2ª

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Reunião de Consultas Políticas. Além de tudo, temos dois acordos já prontos para assinatura, o Acordo-Quadro em Matéria de Defesa e um memorando de entendimento entre a Anatel e a sua homóloga camaronesa. Além disso, temos projetos bilaterais também pendentes de aprovação, projetos de cooperação levados a cabo pela ABC (Agência Brasileira de Cooperação), um que diz respeito à modernização do sistema de registro civil e outro ao aumento da produtividade da cultura do algodão.

Então, à luz da retomada do planejamento estratégico, uma importante ação de consolidação da imagem da cultura do Brasil no Cameroun é a execução da segunda etapa do projeto de apoio à candidatura do sítio arqueológico do Porto de Bimbia à lista de Patrimônio Mundial da Unesco. Esse projeto é desenvolvido pelo antropólogo brasileiro Milton Guran, que está à frente. Já foi vencida a primeira etapa, e deverá ser dado seguimento à segunda etapa.

Com vistas, então, a conferir dinamismo e inovação à agenda de cooperação bilateral, a embaixada buscará, na medida do possível, atender as manifestações de interesse do Cameroun em obter cooperação do Brasil nas áreas de capacitação de formadores para o ensino profissional rural, de formação na área policial, de economia social e artesanato, além do turismo. Também deverão ser aperfeiçoados e se possível ampliados os programas já desenvolvidos, como um importante seminário sobre agronegócio brasileiro, cuja terceira edição deverá ser realizada ainda em 2022, em Douala; o Programa de Capacitação para Militares, que é muito bem-sucedido; e esportes – a área de esportes é interessante, uma área inovadora de cooperação: atualmente há equipes camaronesas de voleibol e *handball* femininos, além de basquetebol masculino, que efetuam treinamento no Brasil. Temos também participado ativamente na área de cinema e música, na Mostra de Cinema Itinerante e no Festival de Cinema de Bafoussam, além de uma participação ativa do Brasil no Festival de Jazz de Iaundê. Importante item do programa de trabalho do ciclo em Iaundê será a busca de parcerias com vistas ao potencial representado pelo Porto de Douala como um dos principais *hubs* logísticos da África. Então, são inúmeras as oportunidades que o Cameroun pode oferecer.

A vertente agrícola comum entre os dois países pode estabelecer parcerias importantes em áreas como cacau, algodão, café, banana, borracha. Além de tudo, também podemos pensar na vertente agrícola como fomentadora de projetos de cooperação inovadores do ponto de vista rural, como, por exemplo, projetos desenvolvidos pela Embrapa, como fossas de bananeiras em quintais produtivos; de alguma maneira, é um combate à fome e à pobreza. São projetos interessantes.

Além de tudo, o Governo camaronês ofereceu isenção fiscal e alfandegária para importação de bens, equipamentos e insumos para apoiar a agricultura, pesca e pecuária no Cameroun. Empresas brasileiras eventualmente poderão ser sondadas, com a ajuda da chancelaria nossa, de câmaras de comércio, de agências de comércio, para que tudo isso seja levado a cabo.

Passo, então, a analisar o Chade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Chade é conhecido como o coração negro da África. É um país gigantesco, é o quinto maior país do continente africano, mas 75% do território estão cobertos pelo Deserto do Saara. A população é de aproximadamente 17 milhões de habitantes; uma taxa de alfabetização de aproximadamente 23% da população; expectativa de vida que não ultrapassa 53 anos; uma população extremamente jovem, 50% da população está abaixo dos 15 anos; índice de desnutrição altíssimo, 39% das crianças; 47% da população estão abaixo da linha de pobreza; 20% das crianças não atingem a idade de cinco anos e 40% das crianças sofrem de nanismo.

Então, a nossa cooperação humanitária também... E há projetos da Embrapa que visam exatamente à correção ou pelo menos a minimizar esse impacto tão negativo, e a gente poderá empreender alguns desses projetos.

O PIB do Chade é de aproximadamente...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – Desculpe. Quantos morrem antes dos cinco anos? Quantos por cento das crianças morrem antes dos cinco anos?

A SRA. PATRÍCIA MARIA OLIVEIRA LIMA – São 40% que sofrem de nanismo, e 20% não chegam a cinco anos.

O PIB é de aproximadamente US$10 bilhões, e o PIB *per capita* é de US$635.

Diante desse quadro triste e à luz do planejamento estratégico, seria oportuno pensar e estabelecer novas parcerias de cooperação, sobretudo com vistas ao fortalecimento das relações bilaterais e à cooperação humanitária prestada pelo Brasil, além de projetos inovadores na área de agricultura – por exemplo, agricultura rural em comunidades.

Assim sendo, diante da relevância do setor primário do Chade, seria fundamental desenvolver ações voltadas para o fortalecimento exatamente da agricultura, que ocupa cerca de 80% da população, e da pecuária. Poderiam também ser exploradas possibilidades de incremento do comércio de máquinas e implementos agrícolas do Brasil para o Chade, de forma a aperfeiçoar e a aumentar a produtividade da produção chadiana em suas culturas principais: algodão, arroz e trigo.

Nesse mesmo sentido, também poderia ser retomado o diálogo já aberto entre empresas brasileiras, o setor aviário e o Governo do Chade, para exploração de projetos relativos à construção de abatedouros e frigoríficos. Já foi dado o passo inicial nesse sentido pela empresa Globoaves, do Paraná, que tentou se estabelecer no Chade, e, por circunstâncias políticas, o projeto não foi levado adiante. Mas poderá ser retomado, não é?

Em consonância ainda com o planejamento estratégico, podemos também vislumbrar – e a embaixada procurará – desenvolver projetos que já tenham o bem-sucedido Cotton-4, mais o Togo, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

área de meio ambiente, com ênfase no combate à desertificação e na cooperação em temas de defesa, em função da posição geopolítica do Chade e na crescente participação do país no diálogo regional sobre segurança e paz.

Algumas oportunidades que poderão ser aproveitadas pela Embaixada em Iaundê, mas com vistas ao Chade, é eventualmente o desenvolvimento de cooperação trilateral. O Chade é hoje o país-alvo dos investimentos dos Emirados Árabes. Então, poder-se-ia, em várias ocasiões, os Emirados Árabes manifestarem o interesse em desenvolver uma cooperação trilateral com o Brasil: poderia, então, ser estabelecido um diálogo com vistas a ser o Chade essa terceira parte da cooperação.

Projetos na área de combate à desertificação. A Embrapa desenvolve inúmeros projetos nessa área que poderiam servir de base para propostas a serem apresentadas ao Governo chadiano. Alguns exemplos: quintais produtivos, sistemas agroflorestais, cisterna-calçadão, programa de fogões ecoeficientes – que inclusive ganhou um prêmio em 2018. Há essa abertura, já solicitada pelo Governo chadiano, a que empresas brasileiras possam se estabelecer e construir abatedouros e frigoríficos no Chade.

Um último ponto a mencionar seria a renovação: uma das vertentes de trabalho da embaixada será renovar a apresentação das propostas de memorando de entendimento do mecanismo de consultas políticas, que foi apresentado e ainda não tem resposta; e o acordo de cooperação técnica, também já apresentado e ainda sem resposta.

Eu encerro a minha apresentação aqui e estou à disposição para eventuais perguntas.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Embaixadora Patrícia, por sua apresentação.

Eu agradeço a presença das duas na mesa e convido os próximos Embaixadores.

Convido o Sr. Embaixador Carlos Henrique Moojen de Abreu e Silva – estou substituindo, com a concordância do Mecias de Jesus – e o Sr. Embaixador Bernard Jörg Leopold de García Klingl, para a República de Belarus.

ITEM 5

MENSAGEM (SF) Nº 84, DE 2021

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CARLOS HENRIQUE MOOJEN DE ABREU E SILVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Pronto para deliberação

O Senador Jaques Wagner com a palavra por cinco minutos.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Passo ao relatório.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Carlos Henrique Moojen de Abreu e Silva, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do MRE, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá.

A Constituição atribui competência privativa a este Senado Federal para examinar previamente, e por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministro das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

O indicado é filho de Antonio Carlos de Abreu e Silva e Maria Helena Moojen de Abreu e Silva, nasceu no Rio de Janeiro/RJ, em 12 de junho de 1958. É bacharel em Ciências Econômicas pelo Centro de Ensino Universitário de Brasília. O diplomata iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário em 1983, após conclusão do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco. Ascendeu a Conselheiro em 2000; a Ministro de Segunda Classe em 2005; e a Ministro de Primeira Classe em 2012, sempre por merecimento. Em 2002, após concluir o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, teve aprovada a tese intitulada "O dilema cambial argentino e os interesses brasileiros".

Entre as funções desempenhadas destacam-se: Conselheiro nas embaixadas em Buenos Aires (1999/2002) e em La Paz (2003/2005); Chefe da Divisão de Acesso a Mercados (2005/2007); Ministro-Conselheiro na Embaixada em Washington (2007/2009); Chefe da Coordenação-Geral de Assuntos dos Estados Unidos da América e do Canadá (2009/2011); Diretor do Departamento dos Estados Unidos, Canadá e Assuntos Interamericanos; bem como Cônsul-Geral nos Consulados-Gerais de Sydney (2013/20218) e Atlanta (de 2018 até o momento).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da mensagem informações gerais sobre o Panamá, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, do qual extraímos resumo para subsidiar os membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.

O Panamá está situado no ponto mais estreito da parte continental da América Central, no istmo que se estende até a América do Sul. O país é dividido ao meio pelo Canal do Panamá, que liga os Oceanos Atlântico e Pacífico. Cerca de 14 mil embarcações, 5% do comércio marítimo mundial, cruzam os 82km do canal por ano. A economia do país está baseada nas atividades financeiras, nas rendas obtidas com a zona de livre comércio de Colón, na exploração do canal e no registro de navios mercantes.

Nos últimos anos, o país tem se destacado pelo rápido crescimento econômico. Esse contexto está baseado em uma economia aberta com crescentes fluxos internacionais, bem como em um superlativo investimento em infraestrutura, com destaque para a inauguração, em 2016, do novo canal ampliado. Some-se a isso o rápido desenvolvimento do Aeroporto internacional de Tocumen como importante *hub* de conexões para voos regionais.

No tocante às relações bilaterais, elas remontam a 1904, data do reconhecimento pelo governo brasileiro da independência do Panamá. Em 1907, ocorre a entrega de credenciais ao governo panamenho pelo primeiro representante brasileiro, então residente em Havana. No ano seguinte, é nomeado o primeiro representante diplomático panamenho junto ao governo brasileiro, o Sr. Belisário Porras, que posteriormente seria, em três ocasiões, Presidente da República.

O relacionamento bilateral, apesar de tradicionalmente amistoso, só adquiriu maior projeção no romper deste século com as visitas oficiais dos Presidentes Mireya Moscoso ao Brasil, em 2001, e Fernando Henrique Cardoso ao Panamá, em 2002. Desde então, têm sido frequentes encontros presidenciais, bem como de autoridades de elevado escalão de ambos os países.

Esse cenário tende a se ampliar à vista da circunstância de o Panamá possuir economia cada vez mais dinâmica e, até o advento da pandemia, em franco crescimento, para além de ser base logística de comércio e serviços. No tocante ao comércio bilateral, ele oscila entre crescimento e retração, mas é historicamente superavitário em relação ao Brasil.

Do total de US$770,6 milhões apurados em 2021, as exportações brasileiras respondem por 84,4% desse valor. Nossa pauta exportadora é composta, sobretudo, por produtos manufaturados (maquinário para impressão, ladrilhos e placas/lajes, elevadores de ação contínua para mercadorias, álcool etílico, medicamentos contendo compostos nitrogenados). Importamos cobre e seus concentrados, mas também resíduos de alumínio, peixes congelados e despojos de fundição, ferro e aço.

Em relação aos assuntos consulares, a comunidade brasileira no Panamá, estimada em 4,5 mil pessoas no início da pandemia, teve redução drástica. Esse contexto é inferido a partir da expressiva

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

queda nos serviços consulares fornecidos pela Embaixada do Brasil no Panamá. De toda forma, essa comunidade é composta majoritariamente por brasileiros em situação migratória regular.

Tendo em vista a natureza da matéria, esta apreciação cinge-se ao caráter de relatório, não cabendo serem aduzidas outras questões.

É o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senador Jaques Wagner.

Concedo a palavra ao Sr. Carlos Henrique Moojen de Abreu e Silva, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá. Informo ao Sr. Embaixador que seu tempo destinado à exposição é de 10 minutos.

O SR. CARLOS HENRIQUE MOOJEN DE ABREU E SILVA (Para expor.) – Bom dia, Exma. Sra. Senadora Kátia ABreu, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, e Exmo. Sr. Senador Jaques Wagner, Relator da minha indicação, a quem expresso minha gratidão por sua gentileza e generosidade.

Senhoras e senhores, antes de tudo, o meu agradecimento aos Srs. Presidente da República e Ministro de Estado das Relações Exteriores pela minha indicação como Embaixador na República do Panamá.

Vou falar primeiramente sobre o Panamá para dedicar-me, em seguida, ao plano estratégico. Apenas ressaltarei rapidamente duas características do Panamá valendo-me das pertinentes considerações já apresentadas no relatório.

Em primeiro lugar, o Panamá conta com uma rede de 20 acordos comerciais e com 14 zonas de livre comércio (ZLCs) em seu território. Os acordos comerciais com os Estados Unidos e com a União Europeia entraram em vigência em 2012 e 2013, ou seja, dez anos atrás. O Panamá não tem acordo com o Mercosul e está negociando com a China.

A balança comercial de bens tende a apresentar elevadíssimo déficit, que é compensado por expressivo superávit na balança de serviços, por saldo decorrente de exportações das LCs, sobretudo para países do seu entorno geográfico e pela entrada de investimentos estrangeiros.

Uma segunda característica é que o Panamá, como outros países em desenvolvimento, enfrenta desafios, como a necessidade de fortalecimento das suas instituições, a luta contra a corrupção e a existência de elevadas desigualdade e pobreza, sobretudo em áreas rurais.

Quanto ao plano estratégico, uma prioridade da minha gestão, seria garantir a prestação eficiente de serviços consulares aos brasileiros residentes, em trânsito ou necessitados de assistência humanitária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em torno de 4 mil brasileiros residem no Panamá e cerca de 100 mil nacionais passam anualmente pelo aeroporto internacional do país.

Pretendo, ainda, zelar pela boa organização das eleições de 2022. Essa é a essência do meu trabalho como Cônsul-Geral em Atlanta. Apenas na região metropolitana de Atlanta há 70 mil brasileiros e o Aeroporto Internacional de Atlanta é o mais movimentado do mundo. E Atlanta é um *hub*, é um *hub* nos Estados Unidos. A coincidência é que o Panamá também é um *hub* para América Central e Caribe.

Outra prioridade seria um projeto que vai além das relações bilaterais, tendo a ver com a competitividade das nossas exportações para a Ásia, com a localização estratégica do Panamá. Pretendo intensificar esforços para interessar a autoridade do Canal do Panamá e outros atores locais relevantes quanto a benefícios mútuos na utilização da via interoceânica para escoamento de exportações brasileiras; apoiar autoridades e representantes de entidades, associações e portos brasileiros interessados na utilização do Canal do Panamá e desenvolver esforços de divulgação, mediante seminários e mesas de diálogo da magnitude da produção de grãos dos estados da Região Norte e Nordeste, inclusive do Matopiba, e dos volumes exportados por meio dos portos do Arco Norte, acima do Paralelo 16 – mais de 42 milhões de toneladas por ano.

As relações bilaterais são tradicionalmente amistosas, construídas ao longo de 118 anos de relacionamento diplomático. No entanto, o relacionamento econômico, de comércio, investimento e geração de emprego entre o Brasil e o Panamá está aquém do seu potencial e a cooperação bilateral tem histórico e tradição, mas poderia ser incrementada.

O Panamá, em 2021, ocupou o 50º lugar entre os destinos das nossas exportações e o 59º lugar entre os nossos parceiros comerciais. Nos últimos dez anos, desde 2012, nossas exportações aumentaram 39%. O combustível mineral constitui de longe o item mais dinâmico das nossas vendas para o Panamá desde 2017, tornando-se o principal produto, 56% do total – o combustível importado pelas zonas de livre comércio de combustíveis, destinando-se ao abastecimento de embarcações que transitam pelo Canal do Panamá, assim como à reexportação, até mesmo para o próprio Panamá.

O Panamá tornou-se o maior parceiro comercial do Brasil na América Central e Caribe. Contudo, nos últimos dez anos, as exportações dos outros produtos da pauta experimentaram redução de 27%; bens agropecuários, -42%; e demais bens majoritariamente manufaturados, -25%. A participação do setor agropecuário caiu de 14% para 11%.

No tocante a investimentos, em 2020, o Brasil encontrava-se em 22º lugar entre os parceiros do Panamá, com US$392 milhões, aumento de apenas 3% sobre 2012. O Panamá encontrava-se em 33º lugar entre os parceiros do Brasil em investimentos diretos, com US$1,3 bilhão, redução de 43% sobre 2012. Há um grande potencial aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os principais segmentos eram atividades imobiliárias, comércio e reparação de veículos, construção e indústria de transformação. Nesse contexto, também priorizaria, na minha gestão, a busca da viabilização da proposta já apresentada pelo Mercosul ao Panamá de início de diálogo sobre o acordo de livre comércio. O objetivo consiste em aumentar a competitividade das nossas exportações inclusive quanto a medidas sanitárias e fitossanitárias, que são um grande obstáculo.

Pesquisa da Confederação Nacional da Indústria identificou 126 produtos com oportunidade, 29 do setor agropecuário, dos quais 15 com maior relevância, 3 do setor agropecuário.

Eu vou me permitir deixar com a Comissão uma cópia do estudo. Não sei se poderia entregar para a senhora...

No tocante ao setor agropecuário, pretendo manter e aprimorar rotinas para obtenção tempestiva de habilitação, certificados e licenças para exportadores brasileiros de produtos como carnes e miúdos comestíveis, carne bovina termoprocessada, embriões bovinos, sêmen de bovinos, ovinos e caprinos, hemoderivados para alimentação animal, proteína hidrolisada de vísceras de aves, ovos férteis, pintos de um dia e animais de companhia.

Ainda na esfera econômica, buscaria criar uma câmara de investimentos e comércio Panamá/Brasil, na cidade do Panamá, para atuar em sinergia e somar esforços com a sua congênere, localizada em Palmas, Estado do Tocantins.

Eu vou me permitir também deixar com a senhora, com a Comissão o *Guia do Empreendedorismo: Oportunidade no Sudeste Norte-Americano*, que é uma iniciativa do setor consular do Itamaraty, cuja elaboração foi feita basicamente com a ajuda da nossa Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, do Sudeste dos Estados Unidos. Aliás, essa é uma publicação que visa a capacitar nossos imigrantes a se tornarem empreendedores, sobretudo empreendedores que possam fomentar as nossas exportações e trazer investimentos para o Brasil.

Pretendo igualmente finalizar o guia *Como Exportar para o Panamá*. Vou deixar o exemplar dos Estados Unidos e também vou deixar o exemplar...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – Já ia pedir esse aí. (*Risos.*)

O SR. CARLOS HENRIQUE MOOJEN DE ABREU E SILVA – É a nova edição.

Assim como estudos de mercado sobre vinhos, espumantes, pedras, porcelanatos e mobiliário, como a senhora sempre ressalta, Senadora, ou seja, a importância desses estudos.

Estimular a continuidade do diálogo entre a ApexBrasil e sua congênere panamenha, a ProPanamá, com vistas à adoção de instrumentos de cooperação; apoiar a participação do Brasil nas principais feiras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anuais panamenhas, nas áreas de comércio, turismo e logística; incentivar, oportunamente, a realização de missões empresarias de parte a parte; dar continuidade ao apoio que tem sido prestado às três empresas brasileiras presentes e àquelas interessadas no Panamá; apoiar os contatos da Embraer junto a órgãos de segurança do Panamá, a Autoridad Aeronáutica Civil e a Copa Airlines; promover, com o apoio da Embratur e de estados e municípios, ampla divulgação, junto a panamenhos e estrangeiros visitando o Panamá, da oferta turística brasileira de destinos tradicionais e não tradicionais, incluindo o turismo gastronômico. Eu imagino...

A cooperação tem sido aspecto importante nas relações bilaterais, particularmente em educação e cultura, desde a assinatura do Convênio Cultural entre o Brasil e o Panamá. Em cooperação técnica, há histórico de experiências exitosas bilaterais, com a participação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e da Embrapa, em saúde e proteção animal, agricultura e pecuária.

No tocante à ciência e tecnologia, acompanharia e estimularia iniciativas de capacitação, no Brasil, de gestores de entidades do ecossistema panamenho. Em dezembro de 2021, uma missão panamenha esteve no Brasil, com o apoio da ABC. Uma prioridade do Panamá consiste em *startups* da economia digital. Tendo em vista a sua relevância, pretendo apoiar a realização da segunda reunião do Mecanismo de Consultas Políticas bilaterais, se possível, em Brasília, em 2022, e incentivar intercâmbio de visitas e reuniões entre os grupos interparlamentares de amizade da Câmara dos Deputados, do Senado Federal do Brasil e da Assembleia Nacional do Panamá, onde o Congresso é unicameral. Naturalmente, a embaixada continuaria dando todo o apoio às atividades do grupo parlamentar do Brasil junto ao Parlamento Latino-Americano. Oportunamente, pretendo incentivar e propor a realização de visitas de autoridades.

Uma consideração final: caso esta Casa me venha a honrar com a aprovação de minha indicação, buscaria permanentemente reforçar a imagem do Brasil como parceiro do Panamá no fortalecimento da democracia e na promoção do desenvolvimento sustentável e da equidade.

Muito obrigado a V. Exas. pela atenção. Estou, inteiro, à disposição para responder a perguntas e fazer todos os esclarecimentos que se façam necessários. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Embaixador Carlos Henrique, pela sua apresentação.

Nós estamos com essa agenda apertada porque o Senado Federal ainda não estabeleceu o retorno total das sessões presenciais. Esta semana foi destinada para as sessões presenciais. E, como a aprovação de embaixadores é por voto secreto, só pode ser presencial. Então, quero só explicar a todos que nos seguem no e-Cidadania que, a partir do momento em que o Senado retornar a sua rotina, nós teremos mais tempo para fazer essas sabatinas, porque, na verdade, são aulas, verdadeiras aulas de história, de conhecimento, que só têm a acrescentar para nós Senadores. Eu fico pesarosa pelo desperdício de tanto conteúdo que nós poderíamos ter a oportunidade de ouvir, pelo preparo dos nossos diplomatas, mas, pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bem da diplomacia no mundo todo, da nossa diplomacia no mundo, como há postos que precisam ser ocupados, por isso, essa pressa, a nosso ver, ao ver da Comissão, a importância de acelerar esse processo para que os postos não fiquem vagos ou pendentes de aprovação.

Então, mais uma vez, desculpe pela pressa, pela urgência.

Obrigada.

Agora é a indicação do nome do Sr. Bernard.

Antes disso, a votação já está aberta. Nós já temos quórum.

Eu peço aos Srs. Senadores que votem aqui na Comissão e aos que estão em situação remota que também possam se manifestar, para que eles possam ser enviados rapidamente ao Plenário do Senado.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Indicação do nome do Sr. Bernard Jorg Leopold de García Klingl, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Belarus.

ITEM 9

MENSAGEM (SF) N° 66, DE 2021

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor BERNARD JORG LEOPOLD DE GARCÍA KLINGL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Belarus.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Pronto para deliberação.

O Senador Mecias de Jesus tem o prazo de cinco minutos para apresentar o seu relatório.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Sra. Presidente, querida Senadora Kátia Abreu, primeiro, obrigado pela honra de me designar como Relator da indicação do Sr. Bernard.

Passo ao relatório.

Chega ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Bernard Jorg Leopold de García Klingl, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Belarus.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente e deliberar, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Sendo assim, e atendendo ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), o Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo do diplomata.

O indicado concluiu os cursos de Administração de Empresas com Habilitação em Comércio Exterior, no Centro Universitário de Belo Horizonte (1990), e de Direito, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 1991. No Instituto Rio Branco (IRBr), frequentou o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática (1995/1996); o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (2002); e o Curso de Altos Estudos em 2013, ocasião em que apresentou e teve aprovada com louvor a tese "A evolução do processo de tomada de decisão na União Europeia e sua repercussão para o Brasil", posteriormente publicada pela Fundação Alexandre de Gusmão (Funag).

O diplomata tornou-se Terceiro-Secretário (1996) e Segundo-Secretário (2001). Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário (2006); a Conselheiro (2010); e a Ministro de Segunda Classe em (2015).

O currículo enviado pelo Itamaraty dá notícia de que o Sr. Bernard Klingl serviu, entre outros, como Primeiro-Secretário na Missão do Brasil junto à União Europeia (2006/2009); como Conselheiro na Embaixada em La Paz (2009/2011); e como Ministro-Conselheiro na Embaixada em Berlim (2016 até o momento). Para além disso, foi assessor especial da Presidência da República (2011/2015), bem como assessor do Secretário-Geral do MRE (2015/2016).

Ainda em atenção às normas regimentais, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Itamaraty sobre a República de Belarus. Há informações acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos desse país, suas políticas interna e externa e economia.

A República de Belarus está localizada na Europa Oriental e faz fronteira com Rússia, Ucrânia, Polônia, Lituânia e Letônia. Conta com população de aproximadamente 10 milhões de pessoas. Esse contingente humano compartilha dois idiomas oficiais: o bielorrusso e o russo. O país possui Índice de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,823 (53ª posição). Essa ex-república soviética, que não tem saída para o mar, tem aproximadamente 40% do seu território coberto por florestas. Na esfera econômica, sobressaem a agricultura e a indústria manufatureira. Há, ainda, forte presença na produção de insumos para o setor agrícola, com destaque para fertilizantes potássicos.

Em relação ao sistema político bielorusso, ele é extremamente centralizado, tendo o Presidente a prerrogativa de nomear todos os membros do Conselho de Ministros, bem como de dissolver o Congresso e designar os governadores das províncias. O Legislativo, por sua vez, caracteriza-se como órgão de legitimação dos projetos do Executivo. Inexiste, assim, espaço para atividade da oposição.

As relações diplomáticas entre Brasil e Belarus foram estabelecidas em 1992. A Embaixada de Belarus em Brasília, no entanto, só foi aberta em 2010; e a brasileira em Minsk, apenas no ano seguinte. Entre as visitas bilaterais de alto nível, destaca-se a visita ao Brasil do Presidente Lukashenko, em 2010.

O comércio bilateral apresenta expressivo déficit para o lado brasileiro. Importamos sobretudo grandes quantidades de cloreto de potássio e exportamos, de modo destacado, tabaco e açúcar. O Brasil é o principal parceiro comercial de Belarus na América do Sul.

Ainda no campo do intercâmbio comercial, chama a atenção a venda de aeronaves da Embraer para a Belavia, empresa aérea bielorrussa. A empresa brasileira, no entanto, suspendeu o fornecimento de peças, manutenção e suporte técnico aos seus clientes afetados pelas sanções impostas pela comunidade internacional à Rússia, mas também a Belarus, por conta da invasão da Ucrânia.

As informações não noticiam o tamanho da comunidade brasileira no país. De toda maneira, nossos nacionais são atendidos pelo setor consular da embaixada, aberto em 2019.

Tendo em vista a natureza da matéria, Sra. Presidente, não cabem outras considerações neste relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senador.

Com a palavra o... Concedo a palavra ao Sr. Paulo Fernando Dias Feres, indicado para...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Perdão, está errado.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR) – É o Dr. Embaixador Bernard.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Com a palavra o Embaixador... Desculpe. Eu estava lendo sobre Belarus aqui, a possibilidade com a Ucrânia, e me distraí.

Concedo a palavra ao Bernard Jorg, pelo prazo de dez minutos e acrescento mais cinco, para que ele possa falar sobre o conflito, pela proximidade de Belarus da Ucrânia, para que ele use cinco minutos além para comentar sobre o conflito.

Muito obrigada.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. BERNARD JORG LEOPOLD DE GARCÍA KLINGL (Para expor.) – Senadora Kátia Abreu, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; cumprimento também o Exmo. Senador Mecias de Jesus pelas generosas palavras, por ter relatado a minha tese; Exmas. Senadoras, Exmos. Senadores, colegas, amigos aqui presentes, eu gostaria de agradecer, inicialmente, a indicação do Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro, do Ministro Carlos França, o apoio do Secretário-Geral, Embaixador Fernando Simas, e comentar que é com humildade que eu recebo essa missão, caso aprovado aqui por esta Comissão e pelo Plenário. Com sentido de responsabilidade, pretendo exercer as funções futuras lá na embaixada da Belarus.

Eu não poderia também deixar, Senadora, de agradecer aqui o convite que me foi estendido para participar desta cerimônia, porque é a primeira vez que eu retorno a esta Casa. Trabalhei aqui por quatro anos, com o Senador José Sarney, e eu faço menção a isso porque foi um período de formação na minha carreira, uma formação importante, porque esta Casa é a Casa que tem, de fato, uma relação quase que telúrica com o povo brasileiro. É uma relação muito forte, e...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – E um professor classe A. (*Risos.*)

O SR. BERNARD JORG LEOPOLD DE GARCÍA KLINGL – Classe A. E que nos proporciona esse sentido de urgência e de objetividade, que a senhora tanto menciona, e que impôs, na gestão da senhora, por intermédio, inclusive, da introdução do planejamento estratégico.

O planejamento estratégico é um guia, é um norte para o embaixador não se perder e conseguir alcançar o objetivo principal da nossa política externa, que é a geração de riqueza, proporcionar emprego para o povo brasileiro, uma melhor inserção nacional, mas, em última instância, quem está, de fato, nos nossos objetivos é o cidadão. Então, também a participação do e-Cidadania aqui, por intermédio de perguntas, é um elemento que nos estimula a fazer reflexões e nos ajuda a formular esse plano estratégico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Belarus está ultimamente presente no centro das atenções, e ela foi para o centro das atenções em razão do conflito regional que ocorre em seu entorno, envolvendo a Rússia e a Ucrânia. Ela compartilha uma região comum, a geografia une esses países, mas também uma cultura – faz parte da história conjunta, junto com os demais países que reivindicam, como ela, por intermédio da Rússia, Kiev –, a mesma origem, participaram os três também do Império Russo, da União Soviética, então, existem muitos elementos de aproximação, tanto culturais quanto políticos, geográficos, étnicos, e esses elementos não podem deixar de estar presentes na análise que nós fazemos para a elaboração de uma atuação brasileira na região.

Além disso, esses elementos acrescentam uma nova dimensão à nossa relação com Belarus, porque eles agravam um movimento que já vinha acontecendo, Senadora, de sanções que têm grande impacto para o Brasil, porque são sanções que atuam sobre um produto que é estratégico para a agricultura brasileira.

Eu menciono esses aspectos pelo seguinte: a conclusão a que chego é que essa relação tem duas grandes dimensões de importância e atenção para a diplomacia brasileira. A primeira é porque ela está diretamente relacionada e ligada à questão da paz e da estabilidade internacional. Hoje, todas essas questões perpassam por esta região, e nós já sentimos os efeitos disso diariamente nas nossas vidas, na inflação, na carestia, na dificuldade de acesso – na Europa, sobretudo –, no transporte, porque várias rotas foram suprimidas em função desse conflito. Então, é algo que tem um impacto direto nas nossas vidas.

A segunda dimensão, que acho que é ainda mais importante e mais grave e que nos atinge diretamente, é a questão da segurança alimentar mundial. Essa dimensão tem a ver com as sanções que são impostas sobre o cloreto de potássio, no nosso caso, sobretudo – na verdade, são sanções contra empresas, grandes empresas, sobretudo a Belaruskali e a Belarusian Potash Company, mas também outras –, e que criam grandes dificuldades para países como o Brasil.

Muito bem, diante desse cenário e entrando diretamente nas ponderações que a senhora sempre muito oportunamente levanta a respeito do impacto para o Brasil, no que isso tem impacto? O que a diplomacia brasileira pode fazer em relação a esse assunto? Então, eu lhes digo o seguinte, Senadoras e Senadores: a primeira prioridade da minha atuação na Belarus é tentar, de alguma forma, contornar ou buscar soluções que permitam mitigar as dificuldades do acesso brasileiro ao cloreto de potássio. Não é uma tarefa fácil, é uma tarefa muito difícil, porque o cenário internacional está fechado. Tanto a União Europeia quanto os Estados Unidos têm sido bastante severos na relação com Belarus. Como eu disse, essas sanções precedem, inclusive, à guerra, elas estão sendo agravadas com a guerra, mas o fato é que as sanções têm sido seletivas, Senadora.

Eu venho da Alemanha, a minha experiência é de trabalho na Alemanha, há seis anos eu acompanho o setor político lá e o debate interno a respeito do que está acontecendo. É evidente que há muita sensibilidade em relação à guerra, mas, como a Alemanha é dependente do gás e do petróleo, evita-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se de toda forma que esse acesso ao gás e ao petróleo seja objeto de sanção. Por quê? Porque isso tem um impacto imediato não só na economia alemã, mas no bem-estar de vida do cidadão alemão. Ele depende do gás para o aquecimento, ele depende do gás para a indústria, para a locomoção. Então, o que eu vejo lá é que a atuação deles é bastante severa, mas modulada, de forma a evitar que o impacto sobre o país seja muito grande.

Mas nós estamos sofrendo com esse impacto, nós aqui estamos sofrendo, e com um produto que é estratégico, é essencial, que diz respeito à produção de alimentos. A segurança alimentar é mais importante do que qualquer coisa. E, tradicionalmente, não se impõe sanções sobre alimentos. Acho que, por extensão, a gente tem que levar em consideração que o insumo que gera o alimento também não deve ser objeto de sanções.

O Itamaraty tem desenvolvido nesse âmbito uma ação muito coordenada, nós temos empregado o termo, que foi utilizado pela ex-Ministra Tereza Cristina, de "diplomacia do fertilizante". Essa diplomacia visa utilizar toda a nossa capilaridade por meio das nossas embaixadas para tentar de alguma forma ou buscar alternativas ou tentar contornar de alguma forma as existentes.

No meu caso particular, caso aprovado por V. Exas. e estando lá em Minsk, eu acho que vou ter que me concentrar nessas alternativas. Eu tenho conversado já com alguns colegas. Nosso Embaixador Paulo Feres, que está aqui, está em Minsk e me passou dados muito importantes das dificuldades que ele enfrenta a respeito desse assunto. São dificuldades que também se somaram, porque nós estamos saindo de um período de pandemia. Então, o acesso ao Governo já ficava muito limitado durante este período. Agora, com a questão do conflito, as coisas se precipitaram, porque nós não temos mais acesso ao cloreto de potássio. E, até onde eu saiba, o último carregamento já chegou da Belarus. A importância dele em relação aos demais deriva do fato de que nós comprávamos em torno de 20% – acho que os registros do Governo brasileiro são de que são 18%, mas daria entre 18% e 20% –, a um preço 40% mais barato que o do concorrente canadense e 45% mais barato que o do concorrente russo. Hoje, nós já estamos percebendo um aumento enorme do valor, é um aumento que realmente ameaça...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. BERNARD JORG LEOPOLD DE GARCÍA KLINGL – Chegou ao meu conhecimento, Senador Esperidião Amin, que já batia quase US$800, quando estava na faixa de US$350. Então, é um assunto extremamente difícil.

E não há acesso, porque esse acesso era feito pelo Porto de Klaipeda, na Lituânia, e a Lituânia fechou o acesso. Era um porto muito especial, porque, como o volume de exportações, Senadora, era muito elevado, ele foi preparado para isso. E a Belarus mandava essencialmente para três países: China, Índia e Brasil. São navios especiais, um porto especial, 30% do porto são de propriedade da Belarus, mas essa via está fechada, e nós estamos impossibilitados de utilizá-la.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existem alternativas? Existem, existem alternativas que são muito complexas de fazer da noite para o dia, porque teríamos de escoar hoje pela Rússia, de alguma forma, em algum porto, ou pelo Báltico ou por Barents, mas é difícil, porque o acesso...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Embaixador, e há um detalhe grave: não adianta ir pela Rússia, porque as empresas de navegação, de transporte estão proibidas, estão suspensas, elas não estão embarcando produtos nos portos da Rússia. Então, mesmo que o potássio, que os nossos insumos fossem... Não há como sair.

O SR. BERNARD JORG LEOPOLD DE GARCÍA KLINGL – A senhora tem toda a razão. É uma dificuldade adicional que nós estamos tentando contornar de todas as maneiras. Várias ideias estão surgindo de também criar um corredor humanitário de escoamento, porque isso é um bem essencial, ou, então, avaliar a possibilidade de trabalhar com empresas que não tenham sido sancionadas. Mas, além disso, existem essas dificuldades relacionadas ao crédito, ao transporte que agregam um problema muito grande.

Estou vendo que o tempo vai se esvaindo, e eu não quero deixar de mencionar outra coisa: o nosso comércio com a Belarus é, como o Senador mencionou, deficitário. E eu acho que um dos objetivos nossos, neste momento, é o de preparar o futuro da relação do Brasil com a Belarus. Por quê? Porque a Belarus tem sofrido, de fato, com a guerra. Ela é um país aliado muito próximo da Rússia; ela participa de uma união econômica que está sendo implementada, aos poucos, com a Rússia, mas também de um acordo de defesa envolvendo ex-países da União Soviética, países da CEI (Comunidade dos Estados Independentes). Então, ela tem, em função de toda essa proximidade, sofrido com sanções e estabelecido, por outra parte também, retaliações às sanções que tem recebido.

Eu digo isso, porque 50% do comércio deles é com a Rússia, mas 25% é com a União Europeia, e conosco, Senadora, é quase nada; nós vendemos recentemente US$16 milhões. A senhora vai se surpreender, mas até o Equador vendeu mais para a Belarus do que o Brasil. O Brasil ocupou o lugar número 41º na lista de exportadores para a Belarus, sendo que nós temos capacidade – eu analisei a pauta de importação deles – de entrar não só com frutas, como a senhora mencionou ontem, o que é muito pouco, mas entrar com produtos farmacêuticos, maquinário, produtos derivados do petróleo, plásticos; são produtos que a Belarus compra da União Europeia. Quer dizer, o momento é de preparar, só que nós não dispomos de meios para isso. O Embaixador Paulo Feres sofreu com muita dificuldade, porque nós não temos um Secom no posto, nem capacidade de fazer um trabalho de inteligência.

Infelizmente eu vou ter que encerrar, mas eu queria dizer isto: outra grande preocupação é instalar o Setor de Promoção Comercial, com inteligência comercial, para nós aproveitarmos esse momento e criarmos uma estrutura que nos habilite a entrar, de fato, no país, porque o país tem a dimensão geográfica do Paraná, mas tem um Produto Interno Bruto semelhante, ou parecido, ao de Minas Gerais ou Rio Grande do Sul – é incrível, quer dizer, nós não podemos negligenciar um mercado desse tamanho. E o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PIB *per capita* deles em Paridade do Poder de Compra chega a US$20 mil, quer dizer, nós temos que aproveitar e para isso temos que criar as estruturas.

Olha, eu estarei à disposição. Agradeço muito, entendo que os nossos colegas também estão com tempo corrido. Então, eu encerro por aqui. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Embaixador.

Por isso que é muito importante nós termos mais tempo, porque o Embaixador deveria, na verdade, falar sobre o trabalho do país em que ele está atualmente, o que foi desenvolvido, o que era e como modificou. Claro que há crises, pelo meio do caminho, que atrapalham o trabalho, tudo isso – aqui, nós temos esse entendimento –, mas é muito importante essa prestação de contas para o povo brasileiro do que foi feito, do que avançou e por que não avançou e o plano de trabalho para o futuro posto. Pretendo aprovar em reunião, brevemente, também essa prestação de contas do posto anterior.

Bom, muito obrigada, Embaixadores.

Quando ele fala em prospecção, em potencial, como o Embaixador nos entregou aqui, feito pela CNI, o guia como exportar para o Panamá, para vários lugares do mundo, na verdade os americanos trabalham muito assim. A diplomacia americana, a estrutura faz pesquisas constantemente de prospecção de mercados para os empresários do seu país. Então, para isso deveria haver uma plataforma no Itamaraty, que é o Ministério das Relações Exteriores, unido ao de Paulo Guedes, que é o antigo Mdic, que está lá, e atualizar uma plataforma constante de estudos. E não é anual, porque isso modifica. Então, eu acho que esse é um investimento, não é um gasto, que daria muito retorno ao país. Facilitação de comércio não é só a burocracia; facilitação de comércio é encontrar quem quer comprar. Então, há essa prospecção na China, por exemplo, que eu sei que os americanos fazem, e há empresas chinesas – eu peguei o nome de seis com o Embaixador de lá – que fazem esses estudos, eles fazem esses estudos. Então, é importante, porque, com o número de habitantes da China, às vezes uma única província que deseja comprar frutas é muito maior do que muitos países a que nós fornecemos fruta, por exemplo.

Então, quanto a essa prospecção, nós vamos formalizar esse nosso desejo pela Comissão de Relações Exteriores para essa plataforma, com a ajuda do Serpro, do Mdic, de todos os mecanismos que nós temos e com principalmente recursos para o Itamaraty para fazer esses estudos constantemente. Isso é tudo terceirizado, praticamente, com empresas que fazem e atualizam o tempo todo. Seria muito prático se isso fosse feito.

E, de acordo com o mercado, imagine que há quatro meses do ano em que a China não produz fruta, e eles compram tudo de fora. Imagine o volume disso. Então, diante dessa perspectiva, nós já facilitaríamos do ponto de vista sanitário, do ponto de vista tributário, do outro ponto de vista burocrático;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós melhoraríamos a *performance* de exportação para aquele país baseado já na perspectiva de venda, para otimizar o trabalho. Eu imagino que isso ajudaria muito o nosso país.

Muito obrigada aos dois Embaixadores pela contribuição.

Eu convido Paulo Fernando Dias Feres e João Tabajara de Oliveira Junior, porque todos os dois serão relatados por Mecias de Jesus, que já tinha iniciado e paralisado pelo relatório do Jaques Wagner. (*Pausa.*)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Presidente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

A senhora está seguindo uma ordem na chamada que não é exatamente a ordem...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – O Mecias de Jesus tem três. (*Fora do microfone.*)

Então, eu já estou fazendo os três dele, porque ele também tem um compromisso. O Nelsinho tem dois...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quer dizer, não é a ordem do item na pauta...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Não. E até não tenho a...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O.k. Está perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Mas, se precisar ir adiantando, por conta de viagens, nós estamos aqui para...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, não, é porque eu tenho uma outra Comissão que está em atuação, com apresentação e eu vou precisar sair...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Mas o senhor eu não posso liberar, porque a sua presença aqui é sempre marcante, o senhor eu não posso liberar porque senão fico só aqui. (*Risos.*)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Presidente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR) – Isso, Presidente.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. *Fora do microfone*.) – Não tem terceiro, não.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Não?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR) – Só tenho dois indicados.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Presidente Kátia...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Ah, porque aqui o que me entregaram... Ah, era Nelsinho Trad...

Então, você tem dois.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. *Fora do microfone*.) – Isso.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Presidente...

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. *Fora do microfone*.) – O outro é Luís Henrique ...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – É, eu vi aqui.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Pois não, Chico Rodrigues – Francisco Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Pela ordem.) – Presidente Kátia Abreu, este momento é muito oportuno para tratarmos de uma questão que é extremamente recorrente para a vida nacional e principalmente para a nossa diplomacia: eu venho insistentemente solicitando para que possamos reabrir a Embaixada do Brasil na Venezuela.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – Muito bem.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Desde o início me coloquei literalmente contra aquele fechamento porque, por questões políticas, a diplomacia não pode se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fechar. Pelo contrário, é ela na verdade que faz o contraponto de todos esses entendimentos políticos, sociais, econômicos, enfim, não é?

Eu gostaria de solicitar a V. Exa. que fosse convocada uma audiência pública para que pudéssemos deliberar sobre essa importante questão, até porque V. Exa. acabou de se exprimir aí de uma forma claríssima em relação à importância desses estudos que deverão ser desenvolvidos pelo Itamaraty no sentido de atualizar o nosso empresariado das necessidades de cada país. Só para dar um exemplo em relação à Venezuela: mesmo em todo este momento de crise, este momento de inconsequente fechamento dessa embaixada, eu diria que pelo nosso estado passam mais de 3 mil carretas – e eu me referi a isso ontem – de mercadorias, principalmente de gêneros alimentícios para atender a Venezuela. Isso dá mais de 1,2 milhão de tonelada por mês. E nós não temos embaixada, não temos consulados, não temos absolutamente nenhuma instituição da diplomacia brasileira que possa fazer esse contraponto. Por isso é que eu deixo aqui essa sugestão e esse pedido a V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Senador Francisco Rodrigues, que é representante de Roraima, um dos estados que mais tem sofrido mudanças e desacertos por conta dessa ausência da Embaixada na Venezuela: imigração, emigração, suporte na área de saúde, na área de educação. Então, esse conflito e essa situação precisam ter um ponto de partida na Venezuela.

Eu tenho conversado com vários diplomatas, e, deles todos, não encontrei nenhum até agora que justificasse o fechamento da Embaixada da Venezuela.

Ontem aqui o Chanceler explicou que o fechamento da embaixada foi porque lá não tem liberdade de imprensa nem eleições democráticas. Então, nós vamos ter que fechar a embaixada em mais de 50 países se nós formos por essa tese, certo? A gente não faz diplomacia só com amigos; a gente faz diplomacia, sim, com as adversidades. Essa é a nossa prioridade. Se a cada conflito o Brasil fechar as portas e sair correndo, nós vamos ser um país de covardes. Nós temos que estar lá, fincar o pé e colaborar. Venezuela está aqui, na América Latina, na América do Sul, e é nosso vizinho importante, nosso consumidor importante, exportador importante. E nada pode justificar... Então, nós vamos, sim, ao final desta reunião, aprovar o seu requerimento, Senador Francisco Rodrigues.

Em aberto aos palestrantes e aos convidados, para que a gente possa pensar com calma quais as pessoas que nós gostaríamos de ouvir a respeito da justificação do fechamento da Embaixada na Venezuela. Inexplicável!

Muito obrigado.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR) – Sou eu, Sra. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) –

ITEM 10

MENSAGEM (SF) N° 9, DE 2022

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor PAULO FERNANDO DIAS FERES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular do Bangladesh.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Pronto para deliberação

Senador Mecias de Jesus, V. Exa. tem o tempo de cinco minutos para leitura do seu relatório.

Muito obrigada.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Sra. Presidente Kátia Abreu, eu inicio dizendo que fui duplamente privilegiado por V. Exa., porque os dois indicados que eu relato hoje, o Embaixador Paulo Feres e o Embaixador Bernard, conhecem o meu Estado, conhecem as nossas riquezas e as nossas dificuldades. Então, para mim foi uma honra conversar mais com eles, saber o que eles sabem do nosso estado, do Brasil e do mundo. E sabem muito! Portanto, é uma honra para mim relatar as indicações dos nomes deles.

Vem ao exame desta Comissão a indicação pelo Presidente da República do nome do Sr. Paulo Fernando Dias Feres, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular do Bangladesh.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, e por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata, que é filho de José Amim Feres e Eloisa Helena de Carvalho Dias Feres. Nasceu no dia 14 de outubro de 1957.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 1982, concluiu o Curso de Direito pela Pontifícia Universidade Católica-RJ.

No Instituto Rio Branco, concluiu os Cursos de Preparação à Carreira Diplomática (1985); de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1997); e de Altos Estudos (2009), ocasião em que defendeu a tese intitulada: "Os biocombustíveis na matriz energética alemã: possibilidades de cooperação com o Brasil".

Iniciou sua carreira, no ano de 1986, como Terceiro-Secretário. Em 1993, tornou-se Segundo-Secretário. Por merecimento, em 1999, chegou a Primeiro-Secretário; em 2005, a Conselheiro; em 2009, a Ministro de Segunda Classe; e, em 2017, para o Quadro Especial.

Entre as atividades exercidas pelo diplomata ao longo de sua trajetória profissional, destacam-se: Chefe de Gabinete do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Secretaria de Assuntos Internacionais (2000); Chefe da Divisão de Programas de Promoção Comercial (2000-2006); Conselheiro da Embaixada em Berlim (2006-2009); Ministro-Conselheiro da Embaixada em Santiago (2009-2010); Ministro-Conselheiro da Embaixada em Lisboa (2010- 2016); Embaixador em Minsk desde 2019.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República Popular do Bangladesh.

A partir de movimentos nacionalistas no Paquistão Oriental, deu-se a independência do Bangladesh, a qual foi proclamada em 26 de março de 1971. Com cerca de 167 milhões de habitantes e com território exíguo, o Bangladesh é o oitavo país mais populoso do mundo.

No ano de 2018, o Bangladesh cumpriu requisitos para deixar a classificação de país de menor desenvolvimento relativo passando a país em desenvolvimento. Porém, levando-se em conta a pandemia de covid-19, o Comitê de Políticas de Desenvolvimento das Nações Unidas recomendou período de transição de cinco anos, entre 2021 e 2026.

As relações diplomáticas entre Brasil e Bangladesh foram estabelecidas em 1972.

Encontram-se em vigor acordos bilaterais nas áreas de comércio, cultura e educação. No mês de março de 2017, foi criado mecanismo de consultas bilaterais. Na primeira reunião, discutiram-se possibilidades de adensamento das relações bilaterais.

Também em 2017, no âmbito da 136ª Assembleia da União Interparlamentar (UIP), o país recebeu, pela primeira vez, representantes do Poder Legislativo brasileiro (11 Deputados e assessores brasileiros).

O Bangladesh tem demonstrado interesse na cooperação em agricultura e pecuária, em especial com o fim de ampliar sua produtividade de carne e leite. Um acordo bilateral de cooperação técnica vem sendo negociado. Também na área de defesa vem sendo negociado acordo-quadro bilateral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convém destacar que, em 2020, o Governo brasileiro doou de US$50 mil, via Programa Mundial de Alimentos, para a aquisição, pelo Bangladesh, de *kits* de teste de covid-19.

O intercâmbio bilateral experimentou significativo crescimento na última década: superou US$1 bilhão a partir de 2011, com recorde em 2017 (US$1,75 bilhão). Tradicionalmente o Brasil é superavitário.

O principal produto exportado pelo Brasil é o açúcar (em 2020, correspondeu a 41% das exportações brasileiras ao país). Somos o maior fornecedor do produto para o Bangladesh, com cerca de 83% do mercado local. Algodão (21%), soja (16%) e milho (9%) são outros dos principais produtos brasileiros vendidos para o Bangladesh.

Importamos do Bangladesh sobretudo artigos de vestuário (mais de 90% em 2020). Destaque-se que, em outubro de 2020, foi instituída em Daca, capital do Bangladesh, a Câmara de Comércio Brasil-Bangladesh, com o fim de fomentar o intercâmbio bilateral.

Sra. Presidente, tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senador Mecias de Jesus.

Concedo a palavra ao Sr. Paulo Fernando Dias Feres, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular do Bangladesh.

Informo ao Sr. Embaixador que ele terá destinado o tempo de dez minutos para sua apresentação.

O SR. PAULO FERNANDO DIAS FERES (Para expor.) – Sra. Senadora Kátia Abreu, muito obrigado. Sras. e Srs. Senadores, Senador Mecias, eu queria agradecer pelas palavras bondosas que o senhor me dirigiu.

Eu quero dizer o seguinte: o Bangladesh não é um país que apareça muito na imprensa ocidental. Sabe-se pouco do que se passa lá. Eu vou dar aos senhores três números para traçar um quadro bem rápido do que está se passando no Bangladesh. Quando da independência do Paquistão, atual Paquistão, o Bangladesh era 70% mais pobre do que o Paquistão, hoje ele é 40% mais rico. Eles dobraram o PIB deles nos últimos anos, rapidamente. Eles saíram de... Quando da independência, era US$30 bilhões. Nos últimos anos, chegou a trezentos e poucos bilhões de dólares. Hoje eles estão em US$400 bilhões de PIB nominal. Calculado pela paridade de poder de compra, o PIB já chega a um trilhão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As agências internacionais de desenvolvimento e os bancos internacionais de desenvolvimento, quando o país se emancipou, julgavam Bangladesh um país inviável, seria um país que necessitaria para sempre de ajuda internacional ou ele não sobreviveria. A história que eles estão contando é muito diferente. A Senadora disse que só não tem jeito a morte – não, é, Senadora? –, então o resto tem.

Eles têm mais ou menos a área do Ceará, com uma população de 170 milhões – e nós temos algumas estatísticas que chegam a 180 milhões já –, e uma população muito jovem. A média etária da população bengalesa é entre os 20 e os 30 anos, ou seja, existe muita gente moça no país.

Eles não têm recursos naturais, não têm recurso algum. Eles têm reservas de gás, alguma reserva de gás, e mais nada. Então, o que eles tinham para poder tentar sair daquela miséria e daquela pobreza? O país era associado a ciclones, tufões, desastres naturais e a uma total impossibilidade de percorrer qualquer caminho de desenvolvimento. O único ativo deles era a população. E eles acertaram ao investir no povo. Eles não fizeram isso sozinhos – eles hoje são os segundos maiores exportadores de vestuário do mundo –, eles não chegaram a essa posição do nada, o que aconteceu foi que, no final dos anos 70 e início dos anos 80, o conglomerado coreano Daewoo, que já tinha passado por essa fase de fabricar roupa e já estava dedicado a atividades muito mais sofisticadas, viu um potencial no Bangladesh, resolveu investir lá, ensinou a primeira leva de bengaleses a produzir roupa e a fazer bordado, pesponto – essas coisas que a indústria exige – e, a partir daí, eles cresceram.

Então, isso hoje, lá, é uma coisa consolidada. O que está ocorrendo hoje é o seguinte: as mesmas agências que consideravam Bangladesh um país inviável, impossível, começam a enxergar nele um possível quinto tigre asiático, a seguir de Hong Kong, Singapura, Coreia do Sul e Taiwan. Por quê? Porque eles começam a deixar essa fase da produção de confecções e iniciam os investimentos em infraestrutura e na produção de bens com maior valor agregado.

Eles não chegaram lá também... Quer dizer, apesar da pequena ajuda, bem pequena ajuda que a Coreia deu, eles têm méritos em vários pontos. Por exemplo, eu comentei com o Senador Mecias, quando conversei com ele que, se eu tivesse R$1 para investir na educação ou na saúde, eu investiria na educação, porque, no longo prazo, a educação melhora a saúde, mas a saúde nem sempre melhora a educação, não é uma coisa automática. A saúde melhora tudo, como disse o Senador Mecias. E foi o que eles fizeram. Eles fizeram pesados investimentos em educação e saúde, prepararam a população deles para o projeto que eles tinham em curso, que era a indústria de vestuário, que vem... Como a população deles cresce, eles podem repor as pessoas. Mas essa fase está esgotada. Eles agora começaram a educar a população para esta outra fase: para a produção de bens de maior valor agregado, infraestrutura, etc. E, com isso, eles estão recebendo cada vez mais apoio de diversos parceiros internacionais.

Então, por exemplo, eles têm planos ambiciosos. O metrô de Dacar, que não sei se a China vai financiar, ou o Japão... Eles têm a ideia de construir o terceiro terminal do aeroporto de Dacar, que vai permitir que o aeroporto opere não com 2 milhões, mas com 8 milhões, enfim, e várias outras coisas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como um porto de águas profundas que vai transformar completamente a Marinha deles. Enfim, é um país consolidado.

No caso do Brasil, as nossas relações com eles são excelentes. O Senador Mecias já deu aí as dicas. E eu acho assim: o plano de trabalho da Embaixada é muito simples. Quer dizer, simples de você identificar, não sei se é simples de a gente realizar. Primeiro o agronegócio, porque já há atividade lá de cooperação com eles nessa área, nós já estamos presentes; na área do vestuário, há 30 empresas do Brasil; e, na área do agronegócio, há um contato crescente, dado o interesse que eles têm nisso e também a necessidade que eles têm, por exemplo, de carne bovina e de carne de frango, de que o Brasil tem os certificados para exportar para os países muçulmanos.

Há um problema técnico sobre o qual eles dizem o seguinte... Os nossos exportadores exigem que eles aceitem a certificação que eles têm. Eles dizem que não precisam aceitar nada, que o Brasil pode exportar para lá. Não é assim. Sem a certificação, os exportadores não exportam, eles têm medo de o produto chegar lá e não entrar no país. Esse é um problema que tem que ser resolvido. O João, que está aí, está lutando com isso lá, há quatro anos. Agora o problema não é mais dele, agora é meu, vamos tentar ir para frente.

As áreas de cooperação são várias. Por exemplo, no processo de crescimento deles, o Prof. Muhammad Yunus criou, por exemplo, o microcrédito. Ele criou um banco, o Banco Grameen, que possibilitou, agregou ao processo, fornecendo pequenas quantidades de dinheiro. Esse programa centrado nas mulheres – como é o Bolsa Família aqui no Brasil ou era, não sei se continua – permitiu a elas criar *pools*, algumas oficinas de trabalhos paralelos para agregar à indústria do vestuário. Então, a Caixa Econômica está negociando um convênio com eles para poder absorver a experiência deles com microcrédito, e vai dar em contrapartida a tecnologia da informação bancária do Brasil, que é muito boa.

A Câmara de Comércio, que existe aqui e existe lá, não tem nos ajudado muito nisso, nós estamos já empenhados... Hoje, inclusive, vou... Obviamente se a Comissão me aprovar e o Plenário também, eu tenho um jantar marcado hoje com o Embaixador João, a Embaixadora de Bangladesh aqui, o Presidente e o Vice-Presidente da Câmara de Comércio, para a gente já começar eventualmente a traçar os planos de como nós vamos fazer para superar esse problema e eventualmente alcançar outras metas. Então, por exemplo, já há, na área farmacêutica, também uma *joint-venture* que está a caminho, a Anvisa já aprovou. Eu não me lembro do nome do laboratório. Enfim, é um laboratório bangladense que vai fornecer fármacos ao Brasil. Nós estamos procurando já o melhor parceiro deles aqui no Brasil para que eles possam fazer a distribuição.

Outra área que é importante é a área da defesa, por exemplo. Então, eles têm um orçamento já separado. A ideia da Primeira-Ministra é, até 2030, dotar Bangladesh de uma força de combate efetiva. Quer dizer, quando digo força de combate, são as três armas: Marinha, Aeronáutica e Exército. Segundo me contou o João, eles têm três divisões que precisam equipar. Eles gostariam de vir ao Brasil para poder

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhecer a indústria bélica brasileira. Precisariam de um convite do Ministério da Defesa para poder mandar aqui os comandantes, para eles poderem ver o que o Brasil tem. Esse pedido foi feito, mas o convite não chegou lá, nunca foi feito. A gente vai ter que retomar o assunto. No caso da Força Aérea, disse-me também o Embaixador Tabajara que ele foi procurado pelo comandante da força, que queria comprar caças Gripen, mas não queria comprar da Suécia, ele quer comprar do Brasil. Então, existe uma vontade, é preciso que haja as duas para a gente avançar.

São muitas as áreas. O que eu penso é o seguinte: a transformação de Bangladesh é tão grande que não dá para falar aqui em dez minutos, eu teria que ficar aqui muito tempo para poder explorar todas as áreas. Mas o que eu imagino é o seguinte: este é o momento adequado, indicado para o Brasil aumentar a sua presença naquele país, porque já há as empresas brasileiras que estão trabalhando lá. Você pode usar os contatos que eles têm de base e expandir a cooperação e o comércio. Então, isso está lá. Você já tem uma base para trabalhar. A minha tarefa nesse ponto já está adiantada, porque a embaixada trabalhou bem. E nós vamos ver o que mais nós podemos fazer para alcançar os objetivos que são traçados para a política externa brasileira e atender o que a Senadora Kátia Abreu tanto preza, que é alcançar a diplomacia de resultados – não é, Senadora? –, você ter resultados positivos.

Eu vou encerrar aqui os dez minutos, mas eu me coloco à disposição dos senhores para a gente conversar.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – A perspectiva em Bangladesh é enorme realmente. E a população é muito grande, quase do tamanho da população brasileira, próxima à população brasileira. Isso nos diz respeito.

Eu estava pensando, enquanto o senhor falava sobre defesa agropecuária, sobre produtos, a exportação de produtos para lá, que as normas estão ainda... Os exportadores não sabem como agir. Eu fico imaginando em quanto o Brasil avançou em tecnologias públicas de serviços, na nossa experiência em pesquisa agropecuária, extensão rural, assistência técnica e defesa agropecuária. Nós temos cooperações muito interessantes a fazer, principalmente nesse sistema de defesa agropecuária. E isto nos interessa: o Brasil ser uma referência no mundo por ser um grande exportador. Ele já é uma referência de sistema agropecuário, senão não exportava. Agora, esse sistema precisa ser disseminado, essa cooperação disseminada porque nos privilegia. O que nós praticamos no Brasil vai ser exigido em outros países, então vai ser quase que automático, sem dificuldade, minimizaria as dificuldades, se nós oferecêssemos essa cooperação de defesa agropecuária, de assistência técnica, extensão rural.

Bangladesh tem uma população que 60% está no campo, é rural. E, apesar de ser um país pequeno, está ali entre dois grandes países com um mercado enorme. Ele tem livre comércio com a China, sem imposto nenhum praticamente. Então, de fato, é um país a se observar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO FERNANDO DIAS FERES – Senadora, só quero citar que tudo que a senhora disse se aplica a Bangladesh. A embaixadora deles aqui, quando apresentou credenciais ao Presidente Bolsonaro, sugeriu que o Brasil assinasse um acordo de livre comércio com eles e, eventualmente, depois, um acordo com o Mercosul. Talvez nem seja preciso esse acordo. Um acordo tarifário, se você eliminar as barreiras técnicas, já adiantaria muito ao comércio e é mais fácil de fazer.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) **–** E mesmo um Acordo SPS. Com o Acordo SPS, não precisava de Mercosul, e nenhuma dificuldade nós teríamos. É apenas sanitário e fitossanitário.

Indicação do nome do Sr. João Tabajara de Oliveira Júnior, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Albânia.

ITEM 11

MENSAGEM (SF) N° 89, DE 2021

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor JOÃO TABAJARA DE OLIVEIRA JÚNIOR, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Albânia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: pronto para deliberação.

O Senador Nelsinho Trad está com a palavra para deliberar sobre o seu relatório.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. Como Relator.) **–** Sra. Presidente, chega ao exame desta Comissão a indicação feita pelo Presidente da República do nome do Sr. João Tabajara de Oliveira Júnior, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Albânia.

O indicado é filho de João Tabajara de Oliveira e de Anna Maria Fragelli Tabajara de Oliveira – abro aqui um parêntese para saudar a família Fragelli, de Mato Grosso do Sul; um parente da mãe do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indicado foi Presidente do Congresso Nacional, o Senador José Fragelli, uma pessoa de renomada biografia no nosso estado e na carreira política brasileira –, nascido em 14 de março de 1959, em Beirute, no Líbano. É brasileiro nato, de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição de 1946.

Em 1983, concluiu o curso de Direito pela Universidade de Brasília (UnB). No Instituto Rio Branco, concluiu os Cursos de Preparação à Carreira Diplomática, em 1985; de Aperfeiçoamento de Diplomatas, em 1996; e de Altos Estudos, em 2009, ocasião em que defendeu a tese "Do Legado da Era Bush à Política Transformacional de Barack Obama".

Iniciou sua carreira, no ano de 1986, como Terceiro-Secretário. Por merecimento, em 1993, tornou-se Segundo-Secretário; em 1999, chegou a Primeiro-Secretário; em 2005, a Conselheiro; e, em 2012, a Ministro de Segunda Classe. Em 2019, passou a integrar o Quadro Especial.

No Brasil, o diplomata serviu no Departamento Consular e Jurídico do Itamaraty, como Assessor do Chefe do Departamento, bem como no Gabinete do Subsecretário-Geral da Presidência da República em 1990. Foi Chefe da Coordenadoria-Geral de Assuntos dos Estados Unidos e do Canadá em 2007. Exerceu a chefia da Divisão de Inteligência Comercial em 2009 e, em 2012, assumiu o cargo de Diretor Adjunto da Agência Brasileira de Cooperação.

No exterior, serviu na Missão do Brasil junto à União Europeia em Bruxelas e nas embaixadas em Praga, Paris, Kuala Lumpur e Luanda. Foi também encarregado de negócios nas embaixadas brasileiras em Paramaribo e no Kuwait. Atualmente, é embaixador do Brasil em Daca, Bangladesh.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República da Albânia.

Cuida-se de república parlamentarista, cujo anseio de se tornar membro da União Europeia tem pautado, de forma considerável, as decisões governamentais mais relevantes, nos âmbitos interno e externo. O país tornou-se independente do Império Otomano em 1912. Ao final da Segunda Guerra, com a saída dos alemães e a vitória da resistência albanesa, prevaleceu o regime comunista por quase meio século, o qual se caracterizou por seu extremo isolamento.

Assim, apesar de Brasil e Albânia manterem relações diplomáticas desde 4 de abril de 1961, haja vista essa política de isolamento albanesa, somente em 1985, o governo brasileiro concordou com a troca de embaixadores, a título cumulativo. A Embaixada albanesa residente em Brasília somente foi instalada em 2009. No ano seguinte, foi instalada Embaixada do Brasil em Tirana.

A Albânia tem manifestado o interesse em ser uma "plataforma para o Mediterrâneo" para que os produtos brasileiros alcancem os mercados da região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O documento informativo do Itamaraty destaca que o avanço, nos últimos anos, da cooperação e da integração interbalcânica é fonte de oportunidades para empresas brasileiras em vários setores, como construção civil (infraestrutura), agrícola (mecanização), têxtil, energético, alimentício e outros.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2022.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senador Nelsinho.

Concedo a palavra ao Sr. Embaixador, pelo prazo de dez minutos, para fazer a sua fala.

Por favor.

O SR. JOÃO TABAJARA DE OLIVEIRA JÚNIOR (Para expor.) – Muito obrigado, Sra. Senadora Kátia Abreu, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Obrigado, Sr. Senador Nelson Trad, Relator do país pelo qual eu fui indicado. Relatores, Senadores, colegas... E também aproveito para agradecer ao Senhor Presidente da República e ao Ministro de Estado das Relações Exteriores pela minha indicação para ocupar o cargo de Embaixador na Albânia.

É uma satisfação e honra enormes estar aqui pela segunda vez – a primeira vez, quando fui aprovado para Bangladesh.

Conforme já mencionado aqui, a Albânia é um país singular, muito especial na Europa, que tem uma certa complexidade. É um país pequeno, mas, ao mesmo tempo, é um país que exerce influência, uma influência positiva na região, que é uma região historicamente explosiva de conflitos, inclusive, de duas guerras mundiais, guerra da sucessão da Iugoslávia. Enfim, eles exercem uma influência em prol da paz, da estabilidade política e de prosperidade para a região e têm um comportamento, externo, enfim, muito similar ao Brasil, que também é um país que tem compromisso com a promoção da paz.

Muito do que a política externa deles manifesta reflete bastante as principais características nacionais do seu povo, que é a hospitalidade e tolerância religiosa. Esses dois elementos têm ajudado realmente a estabelecer relações muito profundas com seus países vizinhos, o que faz com que seja um país cordial, aberto ao diálogo, ao entendimento, portanto. É um país que pertence a importantes organizações internacionais europeias, como a Otan, pertence, inclusive, à Organização para a Segurança e Cooperação na Europa e à Organização de Cooperação Econômica do Mar Negro, que inclui onze países da região, inclusive a Turquia, Azerbaijão, Armênia.

Então, é um país que também tem se aberto muito ao Brasil, um país onde agora o Brasil está ocupando uma posição estratégica, não só no âmbito comercial, mas também político. Nesse biênio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2022-2023, os nossos dois países ocupam um assento não permanente no Conselho de Segurança da ONU, o que já abriu uma grande perspectiva de cooperação nessa área, em prol de entendimento entre os países para a resolução de conflitos, enfim... Quem sabe poderemos, durante essa gestão, influir inclusive para uma paz entre Ucrânia e Rússia? Há matérias importantíssimas a serem discutidas durante o biênio corrente, e a Albânia poderá ser um parceiro importantíssimo para avançar essa agenda positiva.

Caso seja indicado por V. Exas. também para o cargo de Embaixador na Albânia, eu pretenderia investir muito das minhas prioridades no comércio. Há já um importante comércio que começa a se desenhar, especialmente resultando da agroindústria brasileira. Um dos principais produtos que o Brasil tem exportado nos últimos anos são carnes aviárias, carnes bovinas, suínas, e há uma margem enorme para aumentar ainda mais, em vista dos mercados vizinhos. Como V. Exa. já mencionou, eles pretendem ser uma plataforma, por sua posição muito especial e estratégica no Mediterrâneo e na Península Balcânica, para penetrar outros mercados, mercados vizinhos. Já há indicações de que a província separatista do Kosovo já está importando bastante carne proveniente do Brasil, e, quanto a outros mercados, como o da Macedônia do Norte e Montenegro, há possibilidades de se expandirem ainda mais as nossas exportações do agro para esses países também.

Há uma grande oportunidade também de as empresas brasileiras do setor alimentício estabelecerem investimentos localmente para aumentar ainda mais a presença e exportação de produtos alimentícios brasileiros provenientes de carnes para além desses mercados, com uma presença física lá. Inclusive, em função da eventual adesão da Albânia à União Europeia, proporcionaria ainda mais vantagens para essas empresas brasileiras e para nossas exportações como um todo na União Europeia. Estando empresas brasileiras com o pé já num país-membro, futuramente membro da União Europeia, acrescenta ainda mais vantagens para a nossa indústria do agro.

Outra prioridade que eu daria e que, certamente, iria estreitar ainda mais as relações entre os nossos países seria a cooperação técnica. Sendo eles também um país de origem agrária, seria importantíssimo os nossos programas da Embrapa favorecerem a agricultura local deles com muito mais produtividade, o que inclusive lhes proporcionaria poder exportar mais e reduzir o que se chama de déficit crônico que eles têm na balança comercial. É um país que exporta cerca de US$5 bilhões, porém, tem um déficit comercial de cerca de US$3 bilhões, que é um pouco atenuado pela remessa de moeda forte de albaneses residentes no exterior, na Europa e em outros países; atenua um pouco, na faixa de 15% do PIB deles. Então, esses programas da agricultura que a Embrapa tem chegam a aumentar a produtividade em quatro a cinco vezes mais a produção por hectare. São números espetaculares, que podem ajudar, e muito, o país inclusive a reduzir esse déficit comercial. Então, já existe um memorando de entendimento que resultou da visita do Ministro da Agricultura do Brasil, em 2012, em que eu gostaria, uma vez aprovado por V. Exas., de fazer um *upgrade* para um acordo de cooperação técnica abrangente em que se poderia incluir cooperação em diversas outras áreas que seriam benéficas para os nossos dois países.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há muito ainda a ser explorado lá também em outras áreas. Na área política, conforme eu já mencionei, há muito a ser desenvolvido juntos para promoção da paz e do entendimento não só no âmbito do Conselho de Segurança da ONU, mas também nos outros fóruns dos quais participamos, como OMC, Conselho de Direitos Humanos etc.

Vou também reforçar o setor de atendimento a brasileiros, o setor consular, porque há uma expectativa de que, como a Albânia está se tornando um importante destino turístico, com certeza, irão aparecer muitos turistas brasileiros para os quais a embaixada tem que estar aparelhada para dar o melhor atendimento possível – há uma pequena comunidade brasileira local que também contará com todo apoio da embaixada –, inclusive jogadores de futebol. E vou promover também o Brasil como destino turístico. É importante que a gente desenvolva um turismo maior aqui, no Brasil.

Resumindo, entendo que quanto mais estreitas e diversificadas forem as relações bilaterais mais oportunidades de negócios, investimentos e comércios surgem para os nossos dois países. Portanto, é importante investir nas mais diversas áreas do relacionamento bilateral.

Dado o exíguo tempo que temos, eu encerro aqui a minha apresentação.

Estou à disposição de V. Exas. para o que precisarem.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Embaixador, se for possível...

O SR. JOÃO TABAJARA DE OLIVEIRA JÚNIOR – Sim, senhora.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Em vários documentos que eu estou lendo de cada país cujo Embaixador está sendo sabatinado, vez ou outra, eu vejo: país tal aderiu à Organização da Conferência Islâmica, país tal não aderiu. O que significa, em breves palavras, em breve explicação, a Organização da Conferência Islâmica? O que significa estar ou não filiado?

O SR. JOÃO TABAJARA DE OLIVEIRA JÚNIOR – É uma organização muito grande, porque são mais de 50 países islâmicos. Na Albânia, a maioria da população é islâmica, cerca de 50% a 60%, mas é um país em que, como há muita tolerância religiosa em função da história e da evolução cultural deles, eles não são, digamos, radicais em suas religiões, convivem pacificamente com cristãos católicos, que estão também historicamente presentes em grande número nesse país. Então, há países que preferem ser observadores e há países que realmente querem promover oficialmente a religião islâmica. E esses países são mais voltados para serem membros efetivos, outros são apenas observadores e, eventualmente, não tão comprometidos com a causa islâmica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Nessa Organização da Conferência Islâmica, há algum ganho comercial entre esses países que aderem a essa organização? Há alguma preferência comercial?

O SR. JOÃO TABAJARA DE OLIVEIRA JÚNIOR – Eu acredito que não. É mais uma união entre eles, mais de defesa e de...

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. *Fora do microfone*.) – Sociocultural.

O SR. JOÃO TABAJARA DE OLIVEIRA JÚNIOR – Exato.

É mais para promover a religião e a união entre eles como bloco capaz de influir na evolução da história das relações internacionais.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada aos dois Srs. Embaixadores.

Eu convido agora o Sr. Luís Henrique Sobreira Lopes e o Sr. Fábio Vaz Pitaluga. (*Pausa.*)

ITEM 6

MENSAGEM (SF) Nº 56, DE 2021

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado Plurinacional da Bolívia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pronto para deliberação

Convido o Senador Nelsinho Trad para fazer a apresentação do seu relatório.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. Como Relator.) – Presidente, Senadora Kátia Abreu, o Sr. Luís Henrique Sobreira Lopes, nascido em 28 de setembro de 1958, na cidade do Rio de Janeiro, é filho de Jair Baptista Lopes e Rita Vilela Sobreira Lopes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concluiu o curso de preparação para a carreira diplomática do Instituto Rio Branco em 1979 e ingressou na carreira, no posto de Terceiro-Secretário, no ano seguinte. Ainda no âmbito do Instituto Rio Branco atendeu os cursos de aperfeiçoamento diplomático e de altos estudos, tendo defendido, neste último, a tese intitulada "O Brasil e a febre aftosa na América do Sul: um chamado concreto à liderança".

O diplomata indicado tornou-se Primeiro-Secretário em 1989; Conselheiro, em 1996; Ministro de Segunda Classe, em 2005; e Ministro de Primeira Classe, em 2014; todas essas promoções por merecimento.

Ao longo de sua carreira, desempenhou diversas funções. Merecem destaque as de Segundo e Primeiro-Secretário na Embaixada em Ottawa; Conselheiro na Embaixada em Washington; Conselheiro e Encarregado de Negócios na Embaixada em Montevidéu; Conselheiro na Embaixada em La Paz; Coordenador-Geral de Ensino e Diretor-Geral Adjunto do Instituto Rio Branco; Ministro Conselheiro e Encarregado de Negócios na Missão junto à CEE, em Bruxelas; Ministro Conselheiro e Encarregado de Negócios na Missão junto à União Europeia, em Bruxelas; Chefe de Delegação na III Reunião do Conselho de Governadores da Fundação EU-LAC, em Bruxelas; Ministro Conselheiro e Encarregado de Negócios na Embaixada em Roma; Assessor Especial da Secretaria-Geral das Relações Exteriores; Coordenador-Geral do Grupo de Trabalho de Organização de Eventos; Diretor do Departamento da África; e Embaixador em Seul até o presente momento. Foi ainda Chefe de Delegação de diversas e importantes missões brasileiras ao longo de sua profícua carreira.

O Sr. Luís Henrique Sobreira Lopes fez jus a importantes condecorações, a saber: Ordem Alauita, do Marrocos, grau de Cavaleiro; Ordem de Isabel, a Católica, da Espanha, grau de Cavaleiro; Insígnia da Ordem da Águia Azteca, do México; Ordem do Infante Dom Henrique, de Portugal, grau de Oficial; Ordem Nacional do Mérito, da França, grau de Cavaleiro; Ordem de Rio Branco, do Brasil, grau de Cavaleiro e Grã-Cruz; Ordem ao Mérito da República, da Itália, grau de Oficial; Ordem Militar de Cristo, de Portugal, grau de Cavaleiro; Ordem do Mérito Federal, da Alemanha, grau de Oficial; Ordem do Mérito Aeronáutico, do Brasil, grau de Oficial; Ordem da Rosa Branca, da Finlândia, grau de Comendador; Medalha Mérito Tamandaré, do Brasil; Ordem do Mérito Aeronáutico, grau Oficial; e Medalha do Exército brasileiro.

Ainda em observância às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a Bolívia, o qual informa acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados.

O Estado Plurinacional da Bolívia ocupa uma superfície de 1,1 milhão de quilômetros quadrados e possui população de 11 milhões de habitantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sua sede de governo é La Paz, e Sucre é a capital constitucional. Seu sistema de governo é uma república presidencialista unitária, e o Poder Legislativo é exercido por uma Assembleia Legislativa Plurinacional, bicameral.

O Produto Interno Bruto nominal foi de US$39,38 bilhões em 2020. Seu Índice de Desenvolvimento Humano foi de 0,718 em 2020, o que a coloca na 107ª posição. Tem índice de alfabetização bastante significativo (92,5%) e expectativa de vida de 71,5 anos. Naquele país, há uma população brasileira de quase 40 mil pessoas.

Os primeiros contatos diplomáticos entre o Brasil e a Bolívia ocorreram na primeira metade do século XIX, no contexto da independência dos dois países. Em 1903, foi firmado o tratado que é considerado marco fundamental nas relações bilaterais: o Tratado de Petrópolis, negociado pelo Barão do Rio Branco, que pôs fim às disputas pelo Acre, estabelecendo as atuais fronteiras entre Brasil e Bolívia. A Bolívia é o país com o qual o Brasil compartilha sua maior fronteira terrestre: 3.423 quilômetros.

Nossas importações da Bolívia concentram-se em gás natural (93% do total em 2020), enquanto vendemos ferro e aço, produtos comestíveis e preparações, produtos da indústria de transformação, papel e cartão, máquinas agrícolas, calçados e veículos automóveis de passageiros. Em 2020, nosso saldo comercial foi deficitário em US$53,6 milhões.

Além disso, segundo documento enviado pelo Itaramaty:

> O Brasil mantém com a Bolívia extenso programa de cooperação técnica. As iniciativas em execução abrangem, por exemplo, as áreas de segurança pública, agricultura, metrologia e meio ambiente, com destaque para a gestão de recursos hídricos. O [...] [país] também tem prestado assistência humanitária ao país vizinho, por meio de doações humanitárias financeiras, de alimentos e medicamentos. No contexto da pandemia do novo coronavírus, o Governo brasileiro autorizou, em caráter humanitário, exportações de oxigênio líquido medicinal para uso na rede de hospitais públicos bolivianos.

Lá no meu estado, nós temos uma divisa com Puerto Suárez junto com Corumbá, situação essa que me deixa bastante à vontade de proferir esse relatório.

Tendo em vista a natureza da matéria apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório.

Sala da Comissão, 7 de abril de 2022.

Senador Nelsinho Trad.

É isso, Senadora Kátia Abreu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Realmente o Embaixador Luís Henrique enfrentará grandes diferenças saindo da Coreia do Sul e indo para a Bolívia. Tenho certeza de que a experiência vai ser muito interessante para aquele país.

Concedo a palavra a V. Exa. pelo prazo de dez minutos.

O SR. LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES (*Fora do microfone*.) – Senadora Kátia Abreu, Presidente desta Comissão...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – E mais uma questão, Sr. Embaixador: nós tivemos uma redução muito significativa de comércio de 2019 para cá no intercâmbio com a Bolívia. Se o senhor puder fazer algum comentário a respeito, se é só a covid...

O SR. LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES – Ah, sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Vai morar muito mais perto de Campo Grande, que é o centro do mundo. (*Risos.*)

O SR. LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES (Para expor.) – Muito bem.

Então, Senadora Kátia Abreu, Presidente desta Comissão; Senador Nelsinho Trad, Relator da minha designação; Sras. Senadoras; Srs. Senadores; membros desta Comissão; meus caros colegas, os meus agradecimentos iniciais ao Sr. Ministro de Estado pela confiança de indicar meu nome ao Senhor Presidente da República para essa importante missão de chefiar a missão diplomática em La Paz.

A localização ou a situação geográfica da Bolívia no centro da América do Sul, sendo tanto um país amazônico como platino, e a longa história diplomática que nós compartilhamos também com a Bolívia é que determinam o plano de trabalho, a importância, a densidade do plano de trabalho que a embaixada em La Paz necessariamente terá de seguir – quem quer que chefie aquela missão diplomática. E eu tenho o privilégio de suceder a um grande Embaixador, que é o nosso Octávio Côrtes, que também aqui está presente hoje para ser sabatinado. De modo que a Bolívia é simultaneamente um membro da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica e do Tratado da Bacia do Prata, e nós compartilhamos com eles também essa participação nessas duas organizações tão importantes no contexto da integração sul-americana.

Agora também eles decidiram participar e se candidatar a membro pleno do Mercosul; portanto, mais uma iniciativa que inclui o Brasil como um participante e colega de iniciativas de integração.

O Brasil e a Bolívia já compartilham também, dentro desse esquema de relações intensas, de uma série de...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES – Perdão? (*Pausa.*)

... de uma série de mecanismos de diálogo, de instrumentos de diálogo que nos garantem sempre possibilidades de intercâmbio de pontos de vista e mesmo de diálogo, como dizem esses mecanismos, nos mais diversos setores – em todos os setores. Para citar alguns, enfim – e isso faz parte do nosso plano de trabalho –, nós vamos continuar a incentivar a participação e a acompanhar a participação do Brasil, por exemplo, no campo da energia, no Comitê Técnico Binacional que discute tanto o acompanhamento das importações brasileiras de gás – agora mais especialmente no contexto da desregulamentação desse setor no Brasil e das decisões da Petrobras de venda dos seus ativos na Bolívia – e também, do outro lado da questão, da integração energética entre os dois países, que é um aspecto que interessa aos dois países – interessa muito à Bolívia, mas interessa também ao Brasil.

E nós já temos discutido nesse Comitê Técnico Binacional: houve reuniões dos subgrupos desse comitê mais recentemente, em 2021, em que puderam discutir aspectos sobre o inventário hidrelétrico da Bacia do Rio Madeira em todos os seus aspectos, inclusive rendimento energético, aspectos logísticos, ambientais, de navegabilidade do Rio Madeira, enfim, todos os aspectos ligados ao aproveitamento da hidrovia do Madeira.

Outra área muito importante que merece figurar no nosso plano de trabalho – e vai – é a de combate a ilícitos transnacionais. Nós dispomos do Gabinete Binacional de Segurança, que se reuniu pela última vez em 2017, mas que deve ser incentivado a voltar a reunir-se, e da Comissão Mista sobre Drogas e Crimes Conexos, cuja última reunião foi agora em fevereiro – foi a 11ª reunião dessa comissão mista. Vamos continuar a incentivar a discussão desses temas tão importantes durante a gestão do novo embaixador.

Em defesa também temos uma cooperação muito profícua com a Bolívia. A Força Aérea mantém um escritório, uma missão técnica em Cochabamba, dedicada principalmente à implantação de um sistema de controle de tráfego aéreo boliviano. É um sistema que também tem uma função de assessorar, apoiar atividades de cooperação de combate ao narcotráfico e de capacitação e formação de pessoal militar boliviano, aliás, funções também que tanto a Marinha quanto o Exército desempenham em suas áreas específicas em relação a militares bolivianos.

Como mencionou o Senador Nelsinho Trad, a integração fronteiriça é muito importante. Quatro estados brasileiros têm fronteiras com a Bolívia. Como ele disse, é a mais extensa fronteira que nós compartilhamos com qualquer país vizinho. E mantemos comitês de fronteira com cidades gêmeas fronteiriças nos quatro estados. Esses comitês são, naturalmente, de importância fundamental. Houve mais recentemente, no contexto da pandemia, entendimentos especiais para garantir que o trânsito vicinal fronteiriço não fosse afetado por restrições de circulação no contexto da pandemia. Enfim, a linha de frente do nosso relacionamento, independentemente de qualquer situação outra, mesmo em situação de crise sanitária, como a que estamos enfrentando agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A cooperação técnica tem avançado bem em vários setores. Pretendemos continuar a incentivar a manutenção dessas iniciativas.

O comércio, como apontou a Presidente Kátia Abreu, se ressentiu sobretudo no início da pandemia. Houve uma queda em 2019, mas houve já – e é uma boa notícia – uma recuperação no ano passado, e o comércio voltou a crescer. Houve um crescimento, no ano passado em relação a 2020, de quase 37%; o intercâmbio total alcançou quase US$3 bilhões, US$2,87 bilhões nos dois sentidos, com um superávit para o Brasil de mais de US$170 milhões. É uma boa notícia.

O nosso comércio com a Bolívia no lado das importações, como se sabe e como foi apontado no relatório, é concentrado nas importações do gás, quase 90% – houve já uma pequena redução nessa proporção –, mas as nossas exportações para a Bolívia são mais diversificadas. Nós também temos exportado outros produtos e pretendemos incentivar essa diversificação por meio da promoção de entendimentos crescentes envolvendo empresários brasileiros no contexto dessa Câmara Nacional de Comércio Brasil-Bolívia que existe já, está disponível.

Enfim, para cumprir com o nosso prazo, eu gostaria de mencionar várias iniciativas que podem beneficiar diretamente as comunidades brasileiras. Vamos dar continuidade às tentativas de garantir reciprocidade de tratamento a essas comunidades em relação à assistência médica que elas podem ter lá e que é dada aos bolivianos que visitam e residem no Brasil pelo SUS.

E eu gostaria só de mencionar, para concluir, que, caso eu seja aprovado para essa missão, na verdade eu vou estar retornando à Bolívia e vou poder dar continuidade ao tratamento das relações Brasil-Bolívia, já que servi lá como Conselheiro da Embaixada entre 2003 e 2005. Assim, posso voltar a tratar das relações mais diretamente e, acompanhado sempre de minha mulher e, eventualmente, de algum dos filhos, poderei dar continuidade a esse trabalho, agora em outro nível. Enfim, é muito importante isso.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Embaixador.

Poderia responder em poucos minutos, Embaixador, qual é, na sua visão, o maior desafio do Brasil hoje em relação aos países vizinhos da América do Sul? Qual é o ponto fundamental que nós deveremos observar?

O SR. LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES – Eu acho que é importantíssimo nós procurarmos evitar a ideologização das nossas relações com os países vizinhos. É importante sempre manter a profissionalização das nossas relações e da manutenção do dia a dia das nossas relações.

Eu sei que isso é cada vez mais difícil, já que, como nós temos muita intimidade com a vizinhança, a realidade é que, além das relações oficiais, intergovernamentais, há relações interpessoais inevitáveis, não só entre as populações das comunidades fronteiriças, mas também, e é normal, entre os partidos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

políticos, porque há um relacionamento muito íntimo também, e muito saudável, aliás, entre os Parlamentos desses países e o do Brasil. As relações interparlamentares são uma tendência mundial – lá na Coreia também, onde estou agora, há um grupo parlamentar muito ativo para desenvolver as relações interparlamentares entre o Brasil e a Coreia –, de modo que, no caso mais específico dos países da nossa região, é uma tendência também crescente.

Enfim, talvez isso seja, na minha opinião, uma coisa que poderia ser considerada.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Embaixador, qual é a posição do Brasil com relação ao pleito da Bolívia, muito antigo, de acesso ao Pacífico? Nós apoiamos ou somos pragmáticos, responsáveis? (*Risos.*)

Isso foi uma aula que eu recebi ontem deles.

O SR. LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES – Não, o Brasil não tem uma posição direta de apoio ou não. Nós temos, sim, recebido, às vezes... Enfim, tivemos já a ocasião de sediar encontros entre os Presidentes dos dois países, por ocasião de eventos realizados aqui, posses presidenciais ou eventos multilaterais. Nós facilitamos a realização desses encontros presidenciais e sempre houve grande expectativa pelos resultados desses encontros, mas nós não tomamos uma posição em relação a essa disputa entre os dois países.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – O.k. Muito obrigada.

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 70, DE 2021

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FÁBIO VAZ PITALUGA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Armênia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pronto para deliberação

Seu lugar de origem hoje é a Síria, seu posto de origem hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Espiridião Amin, concedo a palavra para a leitura do seu relatório.

Obrigada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Sra. Presidente, quero lhe agradecer pela deferência da designação e fazer aqui dois comentários ao Dr. Luís Henrique Sobreira Lopes. Primeiro, eu sou de um estado que foi muito influenciado pelo início das obras do Gasbol. Acompanhamos as renegociações havidas especialmente no Governo do Presidente Lula. Eu próprio debati isso na Universidade Federal de Santa Catarina e eu gostaria de transmitir essa preocupação, que eu acho que é comum ao Estado do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, nessa sua nova missão e dizer que gostei muito da palavra "intimidade". Isso às vezes nos prejudica.

Uma vez o Jânio Quadros disse para o Mino Carta que intimidades geram filhos e aborrecimentos e com ele, Mino Carta, ele não queria nem uma coisa nem outra. (*Risos.*)

Foi um debate célebre na nossa televisão. Então, eu lhe faço essa recomendação na condição de brasileiro, desejando sucesso para a sua missão e de todos os seus colegas.

Eu recebo a missão de relatar a saída do Embaixador Fábio Vaz Pitaluga da Síria, país que eu tive a honra de visitar, Senador Tasso, em 2018, num momento muito difícil. Visitei cidades como Maaloula, onde o povo fala aramaico, destruída impiedosamente pelo Estado Islâmico. Visitei Saidnaya, onde eles não conseguiram entrar, na companhia do então Deputado Carlos Melles e do Deputado Arlindo Chinaglia. Foi certamente a viagem mais ousada da minha vida, porque nas ruas de Alepo, aliás, de Homs, ainda havia minas terrestres depositadas em metade da rua, e nós estávamos na metade de cá, mais ou menos na fronteira. E o senhor vai para um outro país que, ainda que com uma população radicada no Brasil menor, não é menos importante: a Armênia.

Aos que gostam de história, vou recomendar... A Senadora Kátia Abreu é a única pessoa aqui que assistiu duas vezes a série Resurrection, com 456 capítulos de 45 minutos cada um. (*Risos.*)

Eu assisti uma vez. É sobre o nascimento do Império Otomano. E virou, na época, fã do Ertugrul.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Sabe quem me recomentou essa série? O falecido Senador Arolde. É claro que eu assisti só uma vez, gente. Se eu assistisse pela segunda, o marido iria separar-se de mim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – São 456 capítulos.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – É espetacular. Maravilhoso! Tem que assistir devagar, com calma, sem pressa. Não pode fazer aquela maratona no final de semana, porque aí... Mas eu recomendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas eu queria recomendar, então, um filme que só se encontra eu acho que no YouTube: Mayrig, que em armênio quer dizer mãe. E para um saudosista, como o Senador Tasso Jereissati ou o Chico Rodrigues, é com Gina Lollobrigida e Omar Sharif. Relata o êxodo forçado, na Primeira Guerra Mundial, que hoje gerou uma grande celeuma, com cenas dramáticas. O êxodo dos armênios tangidos pelo Império Otomano, por causa da desconfiança de, sendo a maioria ortodoxa, terem vínculos com a Rússia czarista.

Não se sabe hoje... Há uma celeuma: a não aceitação, ainda hoje, da Turquia na União Europeia decorre de ter havido ou não um genocídio... Esse é um assunto muito complexo. Mas o fato é que o senhor vai para uma civilização muito importante para todos nós, do ponto de vista histórico. O senhor vai vislumbrar a Arca de Noé, ou seja, o Monte Ararat, que seria da Armênia, mas agora pertence à Turquia. Não é isso?

O SR. FÁBIO VAZ PITALUGA (*Fora do microfone.*) – Isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, biblicamente, também o senhor vai estar bem guarnecido.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Senador Amin, apenas um...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Por isso a missão dele. Está justificada. São 40 mil armênios no Brasil. Ele apresentou um plano de trabalho que é voltado para a cultura, mas é voltado para a habilitação da nossa relação comercial, com números muito bem expressos.

Sobre o seu currículo, nós já o conhecemos desde a ida para a Síria. Ele esbanja qualificação, como todos os egressos do Instituto Rio Branco.

O relatório já está apresentado desde a semana passada. Eu só quero dizer o seguinte, eu fico muito sereno e tranquilo quando faço relatório de servidores de carreira do Itamaraty que vão ser remanejados, como a própria carreira implica.

E concluo dizendo o seguinte: além das suas preocupações com a relação comercial, que realmente é muito pequena – as nossas trocas somam US$27 milhões de exportações e apenas US$100 mil de importação –, acho que é importante que o senhor aborde singelamente esse assunto e nos traga também alguma informação sobre o seu vizinho do norte, Geórgia. Geórgia, Bósnia e Ucrânia são os três países supostamente candidatos a integrarem a Otan, possibilidade essa que tanto tem sido mencionada para justificar reações que hoje resultam no conflito entre Rússia e Ucrânia.

Então, com base nesse relatório, eu acho que nós estamos em condição de ouvi-lo e deliberar com muita informação e com razoável certeza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senador Amin.

Eu comunico que estamos servindo um pequeno almoço, porque nós vamos tocar direto até terminar a nossa sessão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Isso naturalmente tem o copatrocínio do Tasso Jereissati, do Chico Rodrigues...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Não. Absolutamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não acredito que ele não tenha cometida essa...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – É patrocínio da Kátia Abreu mesmo. (*Risos.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE) – Senadora Kátia, permita-me uma observação. Eu sabia que o Senador Amin era do tempo da Gina Lollobrigida, que foi apaixonado por ela, mas da Arca de Noé eu não sabia. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – É, essa foi demais.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Senador, eu fiz a inspeção dos bichos que entraram.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Ele fez a ata da Santa Ceia, da última.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A arca foi uma herança do Absalão, que não conseguiu fazer.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Concedo a palavra ao Sr. Fábio Vaz Pitaluga, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Armênia, pelo tempo de dez minutos.

O SR. FÁBIO VAZ PITALUGA (Para expor.) – Muito obrigado.

Sra. Presidente, Senadora Kátia Abreu, Srs. Senadores, é com prazer que cumprimento V. Exas., Sr. Relator, Senador Esperidião Amin, a quem muito agradeço as palavras tão gentis e generosas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Recordo-me sempre, com grande prazer, da ótima conversa que tivemos em maio de 2019, quando o senhor comentou da sua excelente viagem à Síria, em janeiro de 2018, ocasião em que eu ainda não havia assumido a embaixada, mas eu tive ocasião, sim, de receber o Senador Presidente Fernando Collor na Síria, em novembro de 2018, onde ele fez uma visita absolutamente intensa, extraordinária e deixou grandes amigos na Síria e uma maravilhosa impressão entre os sírios.

Cumprimento ademais todas as Embaixadoras, os Srs. Embaixadores que também participam desta sabatina. Cumprimento o Embaixador Bruno Bath, Chefe da Assessoria de Relações com o Congresso do Itamaraty, por meio de quem cumprimento todos os demais amigos e colegas do Itamaraty hoje aqui presentes.

Senhoras e senhores, retorno hoje com prazer, depois de três anos, a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, desta feita para submeter à apreciação de V. Exas. o meu nome para assumir a função de Embaixador do Brasil junto à República da Armênia.

Muito agradeço ao Senhor Presidente da República, pela designação e pela confiança, e ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, por todo o apoio.

Pretendo, Sra. Presidente, dividir a minha apresentação em dois pontos principais. Primeiramente, eu ressaltarei alguns elementos da relação bilateral entre o Brasil e a Armênia e, logo a seguir, ressaltarei alguns aspectos do planejamento estratégico para a Embaixada do Brasil em Ierevan, que pretendo levar adiante caso venha, naturalmente, a merecer o apoio e a confiança de V. Exas.

Sra. Presidente, as relações diplomáticas entre o Brasil e a Armênia são absolutamente fluidas, são relações cordiais, marcadas por importante intercâmbio de visitas e marcadas também por importantes instrumentos normativos.

Há uma importante comunidade armênia aqui no Brasil, estimada em torno de 40 a 50 mil pessoas, que formam um elo de ligação fundamental entre o Brasil e a Armênia. É uma comunidade intensa, muito ativa, que tem sabido preservar e fortalecer, ao longo dos anos, ao longo das gerações, um sentimento de armenidade e tem tido um papel e uma influência muito positiva nos mais variados setores da vida nacional, tanto no setor privado, como no setor público, e na vida política nacional também.

Já houve três visitas de Presidentes da Armênia ao Brasil, sendo que a mais recente ocorreu em agosto de 2016, quando aqui esteve o Presidente Serzh Sargsyan. Na ocasião, foram assinados importantes instrumentos normativos, como, por exemplo, o Memorando de Consultas Políticas, o Acordo Básico de Cooperação Técnica, o Acordo de Cooperação Educacional, o Memorando de Entendimento entre as Academias Diplomáticas.

Ponto importante a ser ressaltado foi a visita do então Ministro de Estado das Relações Exteriores Senador Aloysio Nunes Ferreira à Armênia, em novembro de 2017, que foi a primeira visita de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chanceler brasileiro à Armênia. Na ocasião, ele foi recebido pelo então Presidente da Armênia, teve uma reunião muito construtiva com o seu homólogo armênio e assinou um importante acordo, que é o Memorando de Entendimento sobre Comércio e Investimentos entre o Brasil e a Armênia.

Passo agora, Sra. Presidente, a mencionar rapidamente a questão do comércio bilateral entre os dois países.

O comércio bilateral é majoritariamente superavitário em favor do Brasil. É um comércio que conhece determinados momentos de expansão e outros momentos de contração, mas é um comércio que, como nós vemos, tem crescido desde o início das relações diplomáticas, estabelecidas em fevereiro de 1992 – aliás, completamos 30 anos recentemente –, e, sobretudo, a partir do momento em que os dois países abriram suas respectivas embaixadas. No ano 2000, por exemplo, esse comércio foi da ordem de US$1,6 milhão, tendo crescido, em 2014, para US$39,7 milhões, o momento mais importante do fluxo bilateral de comércio entre os dois países. Como mencionou o Senador Esperidião Amin, esse comércio decaiu em 2020 para US$27,1 milhões, com exportações brasileiras de US$27 milhões e exportações armênias de tão somente US$100 mil. Decaiu mais ainda em 2021, com uma redução importante das exportações brasileiras, que caíram para tão somente US$9 milhões, mas houve um aumento das exportações da Armênia para algo em torno de US$273 mil.

O que vemos quando se analisa esse comércio, quando se analisa o perfil das exportações brasileiras? O que se percebe é que, no primeiro momento, as exportações brasileiras de carne cresceram e que, ao mesmo tempo, começaram a crescer as exportações brasileiras de tabaco, que, logo, ultrapassaram as de carne. Passou a ser o tabaco o produto mais importante de exportação brasileira para a Armênia, tendo atingido, em 2019, o valor de US$17 milhões. Mas, no ano passado, em 2021, como eu mencionei, houve um decréscimo, uma redução importante desse comércio: as exportações brasileiras de tabaco caíram muito, para tão somente US$4,29 milhões, tendo subido as exportações de carne suína para algo em torno de US$3,09 milhões. Os dois produtos em conjunto respondem por cerca de 86% das exportações brasileiras para a Armênia.

O que vemos, portanto, quando analisamos o comércio exterior entre os dois países é que esse comércio, hoje em dia, ainda não está tão solidamente estabelecido. Ainda há muito trabalho para ser feito para tornar o fluxo de comércio muito mais sustentável e mais diversificado. Há que se incorporar, sim, novos produtos na pauta das exportações brasileiras.

Há dificuldades? Sim. Há obstáculos? Evidentemente que há. A Armênia é um mercado muito pequeno, são somente 3 milhões de habitantes. Há uma importante distância geográfica entre o Brasil e a Armênia. A Armênia é um país fechado, não tem acesso ao mar. Por questões políticas, tem até hoje fronteiras fechadas a leste com a Turquia, a oeste com o Azerbaijão, tendo tão somente fronteiras abertas ao norte com a Geórgia e ao sul com o Irã. Tudo isso, evidentemente, tem custos logísticos para o incremento do comércio bilateral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo rapidamente a mencionar um outro aspecto importante que tem a ver com a promoção da cultura brasileira na Armênia, que é um outro aspecto altamente importante. Na cultura, o Brasil é muito bem visto, o Brasil é muito bem recebido. Filmes brasileiros participam de festivais internacionais de cinema na Armênia. A embaixada tem feito um grande trabalho de promoção da cultura. Esse vai ser um dos aspectos que eu vou procurar levar adiante.

Um outro ponto importante tem a ver com a cooperação educacional. A Armênia recebe muito bem a iniciativa brasileira de oferecer a estudantes armênios a possibilidade de estudar em universidades brasileiras no âmbito do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação e no âmbito do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação.

Passo rapidamente a mencionar alguns aspectos do planejamento estratégico para a Embaixada do Brasil em Ierevan. Um dos pontos importantes é trabalhar na diversificação e na dinamização do comércio bilateral. Assim sendo, no momento julgado mais oportuno, solicitarei ao Itamaraty os recursos necessários para a elaboração de um guia de como exportar para Armênia.

Verifiquei que até o momento não existe esse guia para exportar para a Armênia. Já trabalhei em guias assim em outras embaixadas e, mais recentemente, na Embaixada do Brasil na Síria, onde eu sou Embaixador. Juntamente com a equipe da embaixada, elaboramos esse guia e apresentamos ao Itamaraty um guia de como exportar para a Síria, em outubro de 2020. Pretendo usar essa experiência para levar adiante um guia de como exportar para a Armênia, que será uma espécie de um mapa do caminho – um mapa do caminho melhor, a fim de melhor orientar o exportador brasileiro, as empresas brasileiras sobre o ambiente de negócios na Armênia, sobre as possibilidades, os desafios e as oportunidades existentes. Esse guia servirá para uma apresentação de elementos sociopolíticos sobre Armênia, questões relacionadas ao comércio exterior, finanças, questões relacionadas a canais de distribuição, questões relacionadas a acesso ao mercado, legislação, enfim, vai prover ao exportador brasileiro informações adequadas e as demais recomendações às empresas brasileiras que queiram exportar para a Armênia.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Embaixador, com licença.

O Itamaraty dispõe de recursos para fazer estudos para vários países ou seria uma coisa específica esse orçamento? Só para poucos países?

O SR. FÁBIO VAZ PITALUGA – Eu solicitarei os recursos ao Itamaraty. Se o Itamaraty tiver os recursos, eu espero poder recebê-los. De qualquer forma, eu já conversei com a área competente do Itamaraty e me disseram que pode ser.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Não é uma coisa rotineira. Tem que haver pedidos. Esses estudos e essa prospecção não são algo comum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FÁBIO VAZ PITALUGA – O que eu vi é que, na Armênia, por exemplo, esse estudo nunca foi feito. Nunca foi feito.

Um outro aspecto... Se a senhora me der só mais dois minutos, Senadora, por gentileza...

Um outro aspecto que eu considero importante é trabalhar para a implementação do mecanismo de cooperação em comércio e investimentos entre o Brasil e a Armênia. Até o momento não foi criado um grupo de trabalho de cooperação em comércio e investimentos, não foram designados até o momento os altos representantes que irão copresidir esse grupo de trabalho. Vejo isso como de fundamental de importância, pois esse grupo de trabalho será a plataforma para a discussão da cooperação econômica entre o Brasil e a Armênia e será a plataforma, ademais, para a discussão de possíveis projetos de cooperação conjuntos em áreas tais como energia, infraestrutura, transporte, comunicações, etc.

Um outro ponto importante, já que o tempo está finalizando, é trabalhar para o fortalecimento do diálogo político e diplomático entre o Brasil e a Armênia. Para tanto, considero muito importante a implementação do mecanismo de consultas políticas, que é a moldura para a sistematização do diálogo de alto nível entre o Brasil e a Armênia. Esse mecanismo foi assinado em agosto de 2016, já houve reuniões em 2012 e em 2013, mas, desde então, nunca mais houve reuniões. E o considero muito importante, pois é a plataforma essencial para o grande diálogo político entre o Brasil e a Armênia.

Um outro ponto que eu considero importante será trabalhar para o estreitamento do diálogo parlamentar entre o Brasil e a Armênia. Aliás, Sra. Presidente, fui informado de que, no último dia 25 de outubro de 2021, a Assembleia Nacional da Armênia, o Parlamento Unicameral, criou o Grupo Parlamentar de Amizade Armênia-Brasil, o que bem demonstra o interesse dos Parlamentares armênios em ter um estreito contato com seus pares brasileiros.

Sra. Presidente, para finalizar, comento que um outro aspecto fundamental é a cooperação em ciência e tecnologia entre o Brasil e a Armênia. Para tanto, pretendo trabalhar para projetar a imagem do Brasil como um ator responsável e qualificado na exportação de bens e serviços e processos tecnológicos inovadores e ator interessado em cooperação em ciência e tecnologia e atração de investimentos. Pretendo, para tanto, fazer um mapeamento do setor de ciência e tecnologia da Armênia, os seus atores principais, a fim de verificar a possibilidade de cooperação na área de ciência e tecnologia, o que poderá gerar, no futuro, a assinatura de um acordo em ciência e tecnologia entre o Brasil e a Armênia. Pretendo, para tanto, levar adiante e dar seguimento à visita feita pelo Secretário-Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia à Armênia em outubro de 2019, Sr. Julio Francisco Semeghini Neto. Na ocasião, ele foi à Armênia para participar de um fórum global sobre tecnologia da informação e teve importante reunião com a sua contraparte e também com o Secretário do Conselho de Segurança na Armênia, ocasião em que foram exploradas possibilidades de cooperação em áreas tais, como tecnologia aeroespacial, satélites de comunicações, tecnologias da informação e alguns elementos da área de segurança e de defesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, Sra. Presidente, para concluir – não quero tomar mais o tempo, temos outros colegas –, vejo a importância de se ampliarem os espaços, criar as oportunidades, gerar novos estímulos, a fim de que a relação bilateral entre o Brasil e a Armênia possa ganhar, cada vez mais, densidade, substância e dinamismo.

Sra. Presidente, muito agradeço a gentileza. Srs. Senadores, muito agradeço a atenção de V. Exas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sra. Presidente, eu preciso de um minuto.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Eu quero, Sra. Presidente, dizer que hoje, desde cedo – eu, inclusive, atrasei um pouquinho o início da sessão –, nós estamos vivendo, em Santa Catarina, um momento de grande tensão. Perdeu-se um avião com três amigos meus a bordo, um deles neto do ex-Governador Celso Ramos, no sul da Argentina – um avião pequeno. Foram quatro aviões do Aeroclube de Santa Catarina, situado em São José, ao lado de Florianópolis, e um deles se perdeu ontem.

Eu quero registrar aqui, junto com a minha apreensão e solidariedade aos familiares, tanto eu quanto a Deputada Angela Amin, que estamos desde hoje de manhã em contato com o chanceler, e eu tenho que registrar a presteza da atenção tanto do Chanceler França quanto do Achilles, Chefe de Gabinete, e do assessor Bruno Bath, porque eu acho que tudo aquilo que o Itamaraty pode fazer, para pelo menos recepcionar os parentes que já estão se deslocando para a Argentina e designando o adido aeronáutico para contribuir na busca de informações, está sendo feito.

Então, eu faço aqui o registro, em meio a essa tristeza e ansiedade, de agradecimento ao profissionalismo e à dedicação do Itamaraty como um todo, a começar pelo ministro e pelas pessoas aqui designadas.

Agradeço à senhora pela oportunidade de fazer esse registro, porque eu acho que é devido como cidadão e como Senador.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Registrado, Senador Esperidião Amin. Nós também queremos transmitir, a Comissão de Relações Exteriores, à família a nossa preocupação, a nossa torcida completa, total e a fé de que possam ser encontrados todos com vida.

Mensagem nº 64, de 2021. Indicação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por gentileza, eu gostaria de agradecer aos dois diplomatas, aos dois embaixadores.

Eu vou convidar então Sérgio Eugênio de Risios Bath e Octavio Henrique Dias Garcia Côrtes.

O Senador Cid Gomes pediu para ficar por último.

O Embaixador Eugênio vai estar a distância. Nós abrimos essa exceção – aqui obrigatoriamente é presencial –, porque ele testou positivo de covid. Então, eu convido também para sentar aqui à mesa André Luiz Azevedo dos Santos. São os últimos três embaixadores a serem sabatinados.

Sérgio Eugênio está *online*? Vamos colocar...

ITEM 8

MENSAGEM (SF) N° 64, DE 2021

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor SÉRGIO EUGÊNIO DE RISIOS BATH, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, na República do Iêmen.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Tasso Jereissati

Relatório: Pronto para deliberação

Com a palavra o Senador Tasso Jereissati para deliberar o seu relatório.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE. Como Relator.) – Sra. Presidente Senadora Kátia Abreu, Srs. Embaixadores e futuros Embaixadores, eu queria também me solidarizar com o Senador Amin e com todos os familiares e desejar que brevemente esse avião seja encontrado com seus passageiros com vida e bem, com muita saúde. Então, nossa solidariedade e nossos votos.

Eu queria colocar – a Senadora Presidente já colocou – que o Embaixador Sérgio Eugênio Bath está em Sydney e foi testado com covid nas vésperas de viajar para o Brasil. Por essa razão, a nossa Presidente, excepcionalmente, aceitou que o seu depoimento fosse feito via vídeo para esta Comissão. E quero desejar também um pronto restabelecimento do nosso Embaixador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, atendendo também à orientação da nossa Presidente, o Embaixador Sérgio Eugênio Bath tem um longo currículo, um vasto currículo, mas eu fiz aqui um resumo em função da aglomeração de sabatinados no dia de hoje.

O Embaixador Sérgio Eugênio de Risios Bath é Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores e está sendo indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, na República do Iêmen.

Nascido em fevereiro de 1958, em Tóquio, Japão, é brasileiro e tem 64 anos. Entrou na carreira diplomática em 1980. Sua tese de formatura foi "Crise e transformação do sistema financeiro internacional: o papel do FMI e os interesses brasileiros". Tornou-se Ministro de Primeira Classe em 2009.

Na Secretaria de Estado, ocupou diversos cargos de assessoria, passando pela Divisão de Energia e Recursos Minerais, pela Divisão de Política Comercial e pela Secretaria-Geral de Assuntos Econômicos. Atuou no Departamento de Política Comercial Internacional, no Departamento Econômico, na Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, e, mais recentemente, de 2015 a 2018, exerceu o cargo de Secretário na Secretaria de Controle Interno. No Poder Executivo, trabalhou no gabinete do Ministro de Estado da Fazenda entre 2003 e 2015 na posição de Chefe da Assessoria Especial do Ministro.

No exterior, atuou na missão junto à CEE, em Bruxelas, entre 1984 e 1988; em nossa Embaixada em Bogotá, de 1988 a 1991; foi Conselheiro na Embaixada em Washington de 1999 a 2003; e, desde 2018, ocupa o cargo Cônsul-Geral, em Sydney, na Austrália.

Como determina o Regimento Interno do Senado, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo sobre a Arábia Saudita e o Iêmen, com informações acerca da realidade política e social de cada país, bem como das relações bilaterais do Brasil, como fluxo comercial, suas oportunidades e dificuldades. Registre-se que o Brasil tradicionalmente tem sido o maior exportador de carne de aves para a Arábia Saudita. Porém, desde 2018, vem sendo alvo de diversas e crescentes restrições; nossas exportações de carne de aves caíram de 1,35 bilhão, em 2017, para 680 milhões em 2020.

Finalmente, eu gostaria aqui de destacar uma observação feita ontem pelo Chanceler França nesta Comissão. Ele mencionou as negociações que estão sendo desenvolvidas com a Arábia Saudita relativas à compra de fertilizantes neste momento de crise causada pela guerra da Rússia com a Ucrânia. Por se tratar de um país produtor importante, essas negociações, principalmente para o agro, de que a nossa Presidente aqui é uma grande especialista e conhecedora, são fundamentais para o nosso país, em vista da alta dependência de nossa agricultura desses insumos e da atual situação conflituosa internacional.

Este é o resumo, Sra. Presidente, do meu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senador Tasso Jereissati.

Para registro, a sabatina será feita por videoconferência, em razão de S. Sa. ter testado positivo para covid no início deste mês.

Concedo a palavra, por dez minutos, ao Sr. Sérgio Eugênio de Risios Bath, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, na República do Iêmen.

O SR. SÉRGIO EUGÊNIO DE RISIOS BATH (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde!

Muito obrigado, Exma. Sra. Senadora Kátia Abreu, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Antes de mais nada, eu quero agradecer à senhora a oportunidade de estar participando por videoconferência. Quero também cumprimentar o Exmo. Sr. Relator, Senador Tasso Jereissati, e agradecer as palavras generosas; cumprimentar também as Exmas. Sras. Senadoras, os Exmos. Srs. Senadores, os colegas do Itamaraty, os demais presentes nesta Comissão e aqueles que nos acompanham pela TV Senado e pelo e-Cidadania. Eu também não posso deixar de agradecer ao Senhor Presidente da República por ter submetido meu nome à apreciação do Senado e ao Ministro Carlos França por ter indicado meu nome ao Presidente.

É uma grande honra estar aqui nesta Comissão e poder apresentar as principais diretrizes da proposta do plano de trabalho que tenciono executar à frente da Embaixada do Brasil em Riade caso meu nome venha merecer a aprovação desta Comissão. Eu ficaria muito honrado também em receber as orientações e recomendações de V. Exas.

Sra. Presidente, como o tempo é curto, eu vou passar diretamente para as principais diretrizes do planejamento estratégico da embaixada.

Algumas ações indicadas no caso do Iêmen dependerão naturalmente da normalização da situação naquele país, que está imerso, há sete anos, num grave conflito. Na área comercial, o foco de atuação na embaixada estará na diversificação da pauta de exportações e na abertura do mercado saudita para novos produtos.

O elevado grau de complementaridade entre as economias dos dois países e o avanço do plano de reformas na Arábia Saudita, conhecido como Visão 2030, são fatores que favorecem o aumento da participação do Brasil no fluxo bilateral de comércio e a diversificação da pauta.

No ano passado, o valor do intercâmbio bilateral alcançou US$4,9 bilhões, o maior nível nos últimos sete anos, e apresentou uma forte recuperação em relação a 2020, o ano anterior, quando havia sofrido uma contração de 20%, em consequência da pandemia.

A Arábia Saudita é um mercado importante para o Brasil, sobretudo para o agronegócio brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O comércio bilateral, na perspectiva de maior prazo, atingiu o seu auge entre 2011 e 2014, quando esteve acima de US$5,8 bilhões, e a Arábia Saudita chegou a ser o 17º principal mercado para as exportações brasileiras, na frente de países como Paraguai, Uruguai, Colômbia, Bolívia e Equador. Entre 2015 e 2019, o intercâmbio se manteve na faixa de US$3,8 bilhões a US$4,7 bilhões.

As exportações brasileiras são tradicionalmente concentradas em poucos produtos agropecuários. Os quatro principais itens da pauta – frango, açúcar e melaço, carne bovina e soja – representaram cerca de 70% do total exportado em 2021; o agro, como um todo, 84%.

Apesar do bom desempenho das exportações nesses setores, no *market share*, a participação do Brasil ainda é muito reduzida, apenas 1,6%. O Brasil é o 13º fornecedor para o reino da Arábia Saudita. Para se ter uma ideia, a China representa 20%; e os Estados Unidos, 10%.

Além de consolidar os ganhos nesses setores, entendo que seria importante promover a diversificação da pauta de exportações e identificar novos nichos de mercado para produtos brasileiros, de modo a ampliar a participação brasileira no mercado saudita.

Nesse sentido, caso meu nome venha ser aprovado pela Comissão, eu pretendo trabalhar em duas frentes. Em primeiro lugar, ampliar a participação de outros setores do agronegócio em que já estamos habilitados a exportar e que apresentam expressivo potencial de expansão, como é o caso de frutas, sucos de frutas, castanhas, ervagem, ovos, mel, grãos, cafés crus especiais, pescados e alimentos industrializados. Para tanto, será realizado um trabalho, em conjunto com a Apex em Dubai e o adido agrícola na Embaixada, junto aos canais de distribuição à disposição dos grandes importadores, das grandes redes de varejo alimentar, bem como a promoção desses produtos em feiras especializadas em alimentos e bebidas.

A propósito, eu faço parênteses aqui para lembrar que a CNA abriu recentemente um escritório em Dubai com o propósito de promover as pequenas e médias empresas do setor agrícola na região.

Em segundo lugar, eu também pretendo trabalhar para aumentar, para ampliar a participação de manufaturados e produtos de maior valor agregado à pauta de exportações. Além de apoiar a participação do Brasil em feiras, com as ações, o setor de promoção comercial da embaixada deverá realizar estudos sobre mercados específicos que podem apresentar oportunidades de negócios para empresas brasileiras, como é o caso de equipamentos médicos e hospitalares, calçados, móveis e bebidas alcoólicas. Outros segmentos com potencial de expansão no mercado saudita e que serão priorizados são: fármacos, equipamentos de transporte, máquinas e equipamentos, tratores e máquinas de terraplanagem, materiais elétricos, rochas ornamentais, revestimentos cerâmicos, complexo moda e produtos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adicionalmente, a embaixada também vai trabalhar em parceria com a Apex e as entidades setoriais para reforçar as ações e as estratégias de *branding,* de fortalecimento das marcas brasileiras e de promoção dos produtos brasileiros no mercado local, especialmente aqueles de maior valor agregado.

Também temos o caso do setor de aviação. Além da possibilidade de venda, na área de defesa, do cargueiro KC-390 e do A-29 Super Tucano, também existe um grande potencial em termos de aviação regional, tanto no interior da Arábia Saudita quanto em seu entorno geográfico. A demanda pela aviação tem aumentado muito nos últimos anos e a Embraer tem aeronaves, como o EC-95, que representam excelentes alternativas para atender essa demanda. Além disso, há também a versão executiva, que também apresenta uma grande expansão, dadas as distâncias entre os centros urbanos e a elevada demanda do setor privado local.

Outro setor que eu pretendo também promover em conjunto com a Apex é o de empresas do setor de economia criativa, sobretudo as pequenas e médias empresas. A Arábia Saudita é importante importador de bens e serviços do setor dos países do Golfo, Europa e Estados Unidos, sobretudo dos setores de produtos artesanais e intensivos em *design*.

Outras áreas que poderiam ser exploradas, no caso do mercado saudita, são videogames, produção audiovisual, *softwares*, artes visuais, gastronomia, serviços de arquitetura.

Como o tempo é curto, eu vou passar aqui diretamente para a área de investimentos, sobretudo no que diz respeito ao fortalecimento dos investimentos recíprocos. Os investimentos árabes, sauditas no Brasil ainda são muito modestos, e há grande potencial para se ampliarem os fluxos de investimentos nos dois sentidos.

Na visita presidencial de outubro de 2019, é bom recordar, foi aprovada a Declaração Conjunta sobre Parceria Estratégica para Investimentos, com a previsão de um aporte de US$10 bilhões em projetos de infraestrutura no Brasil. Em função disso, foi criado o Comitê Interministerial para a Promoção de Comércio e Investimentos entre o Brasil e a Arábia. Um dos desafios do embaixador em Riade será justamente tentar materializar esses investimentos e também discutir possibilidades de envolvimento do BNDES em projetos de parceria público-privada em setores como energia, saneamento, mobilidade urbana, transporte e logística.

Também cabe assinalar aqui que há significativas oportunidades para investimentos privados brasileiros na Arábia Saudita, sobretudo em setores nascentes, como mineração, indústria de defesa e energias renováveis.

No setor do agronegócio, merece menção especial o caso da BRF. A empresa já havia adquirido a primeira unidade de processamento de carne em 2020; em 13 de janeiro último, a empresa BRF anunciou o estabelecimento de uma *joint venture,* com o Fundo de Investimento Público saudita, o fundo soberano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saudita, no valor de US$350 milhões para produção de frango – a cadeia toda, produto fresco, congelado e processado.

Enfim, também é necessário, para continuar a estimular esses investimentos, prosseguir com a negociação do acordo para eliminar a dupla tributação e o acordo para cooperação e facilitação de investimentos, que deverão propiciar um arcabouço normativo e jurídico mais atrativo para investimentos sauditas na economia brasileira.

Eu acho que fico por aqui. Estou às ordens para responder a perguntas e indagações dos Srs. Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Embaixador, obrigada por sua manifestação. Eu lhe desejo uma ótima recuperação.

Queria fazer duas observações; não são perguntas.

Eu vejo uma perspectiva muito grande na Salic – talvez o nome tenha mudado; parece que mudaram o nome do fundo soberano da Arábia Saudita, que, me parece, é o segundo ou o primeiro maior do mundo. Quando Ministra, eu estive visitando esse fundo. Eles têm grande interesse em investir no agronegócio no Brasil. Então, eu imagino que nós poderíamos preparar, logo da sua chegada lá, assim que for aprovado, um *road show* com essa agência, com empresários – podemos fazer até remoto –, com perspectivas desses investimentos pela Salic.

O segundo ponto que é preocupante é que, apesar de a Arábia Saudita ser a maior parceira comercial do Brasil nos países árabes, nós tivemos uma redução muito brusca na venda de aves. Eles estão estimulando a produção própria num preço exorbitante, porque nós sabemos o que custa o milho para chegar até lá. Então, nós precisamos, de alguma forma, tentar recuperar esse espaço perdido, que não foi pouco, foi muita coisa que nós perdemos. E vão criando aquelas barreiras não comerciais que não se justificam.

Então, acho que esses dois pontos merecem a nossa preocupação, e sugiro a V. Exª observar sempre esses dois aspectos.

Mais uma vez, obrigada.

O SR. SÉRGIO EUGÊNIO DE RISIOS BATH (*Por videoconferência.*) – Obrigado à senhora e aos Senadores e Senadoras.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) –

ITEM 7

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

MENSAGEM (SF) N° 85, DE 2021

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Japão.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Pronto para deliberação

Ele agora vai sair da Bolívia e vai para o Japão. Essa troca de experiências será muito interessante!

Passo a palavra ao Senador Carlos Viana para proferir o seu relatório.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Kátia.

Chegou em muito boa hora a gentileza que V. Exa. fez conosco nesta Comissão: servir aqui um salgado. Nessa correria... Com um café, está uma delícia! Muito obrigado, Senadora!

É com muita satisfação que sou Relator do Sr. Octavio Henrique Dias Garcia Côrtes, um dos quadros mais competentes e preparados das nossas Relações Exteriores, do nosso Itamaraty.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República fez do Sr. Octavio Henrique Dias Garcia Côrtes, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Japão.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. Nesse sentido e observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

O indicado é filho de Marcos Henrique Camillo Côrtes e Vera Dias Garcia Côrtes. Nasceu no Rio de Janeiro/RJ, em 13 de dezembro de 1959. Concluiu em 1984 o curso de Engenharia Elétrica na Universidade Federal do Rio de Janeiro/RJ. Iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário em 1986, após conclusão do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco (IRBr). Ascendeu a Conselheiro em 2003; a Ministro de Segunda Classe em 2008; e a Ministro de Primeira Classe em 2017,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sempre por merecimento. Em 2008, após concluir o Curso de Altos Estudos do IRBr, teve aprovada a tese intitulada "A política externa do Governo Sarney: o início de reformulação de diretrizes para a inserção internacional do Brasil sob o signo da democracia".

Entre as funções desempenhadas, destacam-se: assessor do Gabinete do Ministro de Estado (2000/2003); assessor de Relações Internacionais da Presidência do Senado (2003/2005); assessor especial de ex-Presidente da República (2005); Conselheiro na Embaixada em La Paz (2005/2008); Ministro-Conselheiro na Embaixada em Tóquio (2008/2011); chefe de Gabinete do Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (2011/2014); encarregado de negócios em missão transitória nas embaixadas em Amã (2014) e Bagdá (2014/2015); Embaixador do Brasil na Etiópia (2015/2018) e na Bolívia (de 2018 até o momento).

Para além disso, o diplomata indicado foi agraciado com distintas condecorações ao longo da carreira.

Além do currículo, o Itamaraty fez constar da mensagem informações gerais sobre o Japão, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, do qual extraímos resumo para subsidiar os membros desta Comissão na sabatina ao diplomata.

Localizado no extremo leste da Ásia, o Japão conta com território de aproximadamente 378 mil quilômetros quadrados – equivalente ao Mato Grosso do Sul – e uma população de cerca de 126 milhões de habitantes – a décima primeira população do mundo. O país tem a terceira maior economia do planeta e a segunda maior da Ásia, após a da China. Some-se a isso o fato de que os japoneses ocupam a 19ª posição, entre 188 países, no Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas.

O estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão se deu em 1895 com a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, que permitiu a abertura recíproca de representações diplomáticas em 1897 e abriu caminho para o início da imigração japonesa, em 1908.

A despeito da distância geográfica, a dimensão humana aproxima hoje, de forma singular, os dois países. O Brasil abriga a maior comunidade de descendentes de japoneses no exterior (perto de 1,9 milhão de pessoas); e o Japão, a terceira maior comunidade brasileira fora do País, estimada em cerca de 206 mil brasileiros. Segundo dados do Governo japonês, esse contingente humano constitui a quinta maior comunidade estrangeira, atrás da chinesa, sul-coreana, vietnamita e filipina.

Para atender nossos nacionais, o Brasil mantém consulados-gerais em Tóquio, Nagoia e Hamamatsu. O Japão, por sua vez, tem consulados em Belém, Curitiba, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, além do setor consular da Embaixada em Brasília.

O Japão é um dos principais parceiros do Brasil na Ásia. Desde 2014, os dois países mantêm parceria estratégica e global, marcada pelos tradicionais laços humanos, pelo interesse do Brasil em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprofundar a cooperação em ciência e tecnologia e inovação, pela importância dos fluxos bilaterais de comércio e investimentos, bem como pela coordenação em temas globais.

O relacionamento bilateral foi, nas últimas décadas, de especial relevância em pelo menos dois aspectos econômicos: o fortalecimento do complexo minerador de ferro no Brasil, a partir dos anos 50, e a evolução tecnológica que contribuiu para o desenvolvimento da agricultura tropical no Cerrado, em particular da soja, a partir de 1970, com o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer) – "Prodecêr".

Só um minutinho.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – "Prodecér". (*Risos.*)

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – É como "escôlta" e "escólta". Está "escôltado", mas, não, a palavra é "escólta".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Vamos lá. "Prodecêr" ou "Prodecér". Como é?

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – "Prodecér".

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – "Prodecér".

O Japão é, na Ásia, o terceiro maior parceiro comercial do Brasil. Por sua vez, o Brasil é o principal parceiro comercial do Japão na América Latina e ocupa posição de relevo como fornecedor de minério de ferro e produtos alimentícios ao país.

O intercâmbio comercial Brasil-Japão tem sido, com raras exceções, superavitário para o Brasil. O país ocupou o sexto lugar nas exportações brasileiras em 2020. Os principais produtos da nossa pauta são minério de ferro, milho, frango *in natura*, café em grão não torrado, alumínio, ferroligas, soja em grão, farelo de soja, celulose, sucos de frutas. Importamos sobretudo plataformas flutuantes e embarcações, autopeças, compostos químicos, instrumentos de medição e controle, automóveis, motores a pistão, máquinas e aparelhos elétricos.

Somos o segundo parceiro comercial japonês na América Latina (atrás do México) e o 25º no mundo. Ocupamos, ainda, a posição de primeiro fornecedor de bens na América Latina e 20º no mundo. Representamos, por igual, o terceiro mercado comprador de produtos nipônicos em nossa região (atrás do México e do Panamá). Para além disso, o Japão é o sexto maior investidor no Brasil, com estoque de cerca de US$25 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Recorde-se, por fim, no âmbito do Congresso Nacional, a existência de dois grupos parlamentares dedicados ao Japão: o Grupo Parlamentar Brasil-Japão, criado em 1994, e a Frente Parlamentar Brasil-Japão, lançada em 2015, ambos presididos pelo Deputado Luiz Nishimori, que é do PR, do Paraná.

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

É o nosso relatório, Excelência, com muita satisfação.

Ontem, tivemos uma boa conversa com o Embaixador Octavio. Estava revelando a ele a minha experiência, na visita que fizemos pelo Senado, em 2019, tanto ao Japão quanto à Coreia. E me impressionou, Senador Esperidião Amin, a situação dos filhos de brasileiros que nasceram no Japão. São brasileiros por sangue dos pais, mas não são cidadãos japoneses, que vivem num limbo. Eles têm o direito a permanecer, podem estudar, trabalhar, mas não são cidadãos daquele país. E nasceram lá, não têm referência com o Brasil, falam o português por uma questão familiar, mas vivem um desconforto numa sociedade. Temos até um Senador japonês, que fala português, no Brasil. E aqui, Embaixador Octavio, seria muito interessante que nós fizéssemos esforços para que o Governo japonês, numa mudança, quem sabe, liderada pelo Brasil, permitisse a esses jovens que são nascidos lá também a cidadania japonesa. É um esforço que eu acredito que as famílias dos quase 300 mil que vivem no Japão apreciariam, da parte do nosso Ministério das Relações Exteriores.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – É, nesse problema. São 300 mil brasileiros, filhos nisseis, sanseis ou brasileiros que foram para lá trabalhar, casados com japonesas ou com japoneses, que vivem lá e não têm cidadania. O Japão não a dá a eles.

Até interessante, estendendo um pouquinho aqui, Senadora Kátia: visitei a escola de um nissei brasileiro que levou mão de obra para o Japão. As crianças ficavam em casa, sem nenhum tipo de estudo, porque não dominavam o japonês e não eram aceitas nas escolas japonesas, e ele criou uma creche, voluntariamente, para receber essas crianças. Elas aprenderam o japonês, o português, o inglês. Isso foi alvo de uma grande matéria na época, uma discussão que os japoneses fizeram, e a municipalidade acabou financiando a escola. Então, ela é uma escola pública japonesa para os brasileiros. Só que agora o número de brasileiros vem diminuindo e o de vietnamitas, malaios vem aumentando, e a escola foi instada pelo município a receber também essas crianças estrangeiras, ou seja, os estrangeiros continuam não indo para as escolas japonesas, são separados em uma escola própria para estrangeiros. É um posicionamento que...

Quem sabe o senhor, com toda a sua habilidade, possa levar essa sensibilidade aos japoneses com relação a esses jovens, não só aos brasileiros, mas aos que estão chegando de outras partes da Ásia em busca dos benefícios de uma vida melhor no Japão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – É uma excelente observação, Senador Carlos Viana, porque são brasileiros de certa forma e merecem toda a nossa proteção, filhos de brasileiros. Vamos imaginar alguma ação da Comissão de Relações Exteriores num debate com o Embaixador do Japão no Brasil e o nosso próprio Chanceler.

Com a palavra o Sr. Octavio Henrique Dias Garcia Cortês, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Japão. O senhor tem o prazo de dez minutos. E eu já gostaria de solicitar a V. Exa. que comentasse – não sei se está nas suas anotações – qual é a disposição do Japão, se é que o senhor sabe, a respeito dos reiterados convites do Brasil para que nós pudéssemos fazer um acordo de livre comércio com o Mercosul.

Obrigada.

O SR. OCTAVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTES (Para expor.) – Boa tarde!

Muito obrigado, Senadora. Minhas palavras iniciais são de agradecimento à senhora, Presidente desta Comissão, e às demais Senadoras e Senadores desta Comissão pela oportunidade de poder vir falar nesta sabatina. Um agradecimento muito especial ao Senador Carlos Viana, meu Relator, pelas generosas palavras, depois de uma excelente conversa que nós tivemos numa visita ontem. Ao Chanceler Carlos França agradeço a confiança e amizade de ter levado meu nome ao Senhor Presidente da República para o honroso cargo de Embaixador no Japão. E ao Senhor Presidente da República o meu agradecimento por ter encaminhado meu nome para este Senado Federal. Eu gostaria ainda de agradecer aos colegas do Itamaraty que auxiliaram na confecção das informações tanto do planejamento estratégico quanto para a preparação desta sabatina: meu querido amigo Embaixador em Tóquio, Eduardo Saboia, e as Embaixadoras Márcia Donner e Cecília Ishitani, que cuidam da área de Ásia e de Japão especificamente. Por último, gostaria de agradecer a toda a equipe da Assessoria Federativa do Itamaraty, na pessoa do Embaixador Bruno Bath.

E passaria agora... Caso obtenha o beneplácito desta Comissão e do Senado, servir no Japão, para mim, vai ser um desafio honroso e motivo de grande realização profissional, pois já tive, como o senhor já expôs, a oportunidade de servir em Tóquio entre 2008 e 2011, que é uma experiência única.

Eu vou inverter a ordem aqui da minha exposição.

O senhor já fez tantas referências à importância do Japão no mundo, ao peso do Japão no mundo: é a terceira maior economia, é o terceiro maior país que registra patentes no mundo, é o quinto orçamento militar, ou seja, em várias áreas o Japão se destaca, é o maior investidor estrangeiro no mundo também.

Mas eu queria abordar diretamente a questão dos brasileiros no Japão, porque isso é uma das metas que nós temos num planejamento estratégico, é um desafio recorrente que já vem de muitos anos, desde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os anos 90, quando a legislação japonesa foi alterada para permitir a migração – na verdade, eles não chamam de migração – e a viagem de brasileiros ao Japão foi sendo expandida. Nos anos 90, nós chegamos a 350 mil brasileiros que se radicaram para trabalhar no Japão, basicamente na indústria automobilística. Ao longo dos anos, essa comunidade foi se reduzindo; hoje em dia, nós temos pouco mais de 200 mil.

Mas há uma série de problemas que ainda precisam ser enfrentados, e um deles é exatamente esse que o senhor mencionou. A legislação japonesa permite a imigração de filhos de japoneses, nisseis, que estão no Brasil e de sanseis, que são os da terceira geração, mas ainda há dificuldades, muitas limitações para a quarta geração. Hoje em dia, o senhor tem... Quanto aos brasileiros que retornaram para o Japão e que têm filhos lá, o Governo japonês não tem a obrigatoriedade de dar escola para as crianças, o Governo Federal; a obrigatoriedade é municipal, mas depende de verbas federais japonesas para isso. Com isso e com a dificuldade da língua, essas crianças ficam, muitas vezes, desamparadas e acabam sendo acolhidas nessas creches, nessas escolas que, normalmente, são montadas por brasileiros que já estão no Japão.

Uma das tarefas recorrentes da embaixada e dos consulados é conversar com o Governo japonês para flexibilizar essas normas de concessão de visto. Quanto às de naturalidade, é uma conversa antiga, mas é mais difícil, porque o Brasil... No momento em que foi a terceira comunidade estrangeira no Japão, atrás da China e da Coreia... Os chineses e coreanos nascidos há várias gerações no Japão não possuem nacionalidade japonesa; a legislação não permite isso. O direito japonês é baseado em *jus sanguinis*, ou seja, depende da nacionalidade dos pais, não do território onde eles nasceram. Mas essa conversa, essa demanda nossa é recorrente. Nós vamos insistir nisso.

Nós estamos... Inclusive, uma das tarefas que a embaixada terá, se eu for aprovado, é marcar a realização do 8º Foro Consular, que não se reúne desde 2018, onde vários desses assuntos vão ser abordados. Um deles, o segundo tema diz respeito, inclusive, à concessão de vistos de curta duração. O Brasil, em 2019, concedeu ao Japão a possibilidade de ingresso no país sem visto, o que facilita muito o turismo. Essa é uma medida de grande impacto no turismo, que, infelizmente, naquele momento, acabou sendo prejudicado pela pandemia, pelas limitações que nós tivemos de ordem sanitária. Mas estamos em conversa com o Governo japonês – vou dar continuidade ao trabalho que já está sendo feito – para que os brasileiros também possam ingressar no Japão sem visto para visitas de curta duração.

Eu vou passar diretamente... Eu não vou me deter aqui... Acho que a importância do relacionamento do Brasil com o Japão é conhecida, é largamente conhecida por toda a população brasileira, por todas as autoridades brasileiras. É o parceiro mais tradicional que o Brasil possui na Ásia. Hoje, no momento em que os eixos de importância, de peso econômico e político estão se alterando, passando do Atlântico para o Pacífico, é bom recordar que o Japão é, antes inclusive da China, o parceiro mais tradicional do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos comemorar daqui a pouco 130 anos de relacionamento bilateral, temos a maior comunidade japonesa, no Brasil. As empresas brasileiras... Desculpe. As empresas japonesas tiveram uma participação fundamental no processo de industrialização do Brasil nos anos 60, 70. As empresas são conhecidas de todos, o nome das empresas, todas – Mitsubishi, Panasonic, Mitsui. Eu não vou dedicar muito tempo a nomear isso, mas todos são cientes disso.

E um segundo, que foi mencionado aqui pelo senhor e lembrado também pela Presidente Kátia Abreu, é a importância do Prodecer, que foi um dos principais e mais simbólicos projetos de cooperação técnica do Japão com o Brasil, entre Embrapa, Jica. É o que na verdade impulsionou toda a revolução agropecuária que transformou o Brasil atualmente numa potência agropecuária. Então, nós devemos muito isso ao Japão.

A presença também dos 2 milhões de descendentes de japoneses no Brasil cria esse elo, esse substrato humano, que é fortíssimo e que, na verdade, faz com que o Brasil tenha sangue japonês nas suas veias. Então, eu não posso, não encontro palavras para enfatizar a importância dessa relação.

No que se refere às metas, o Prodecer representa, é o simbólico de um leque de acordos de cooperação que nós temos e que continuamos desenvolvendo. Todos esses projetos, encontros de autoridades, infelizmente, tiveram limitações sérias com a pandemia, com a suspensão de voos, mas uma das tarefas agora da embaixada será retomar todas essas visitas e conferências.

Na questão fundamental de promoção de comércio e investimentos, a Senadora bem recordou que é um dos pontos focais do programa de trabalho voltar a enfatizar a necessidade de assinatura de um acordo de parceria econômica Mercosul-Japão. Nós estamos em entendimentos há alguns anos com as autoridades japonesas sobre isso.

O Brasil, que é... Desculpe, Senador. O Brasil, que já foi o terceiro, está caindo de posição em termos de participação no mercado japonês, porque o Japão tem assinado uma série de acordos comerciais, basicamente com seus vizinhos, e isso é um movimento dos últimos anos. Está regionalizando a abertura do seu comércio. Assinou com os americanos, assinou com a Austrália, assinou a Parceria Transpacífica e recentemente assinou – está entrando em vigor daqui a pouco, com um prazo de vigência que ainda vai se estender – um acordo econômico regional de parceria que vai se transformar no maior mercado comercial do mundo.

O que isso provoca para o Brasil? É a perda de vantagens comparativas dos nossos produtos. Então, na área agrícola, especificamente, em que o Brasil já tinha menos de 5% da participação das importações japonesas... E aqui é bom lembrar que o Japão importa 60% da proteína animal que consome, ou seja, ele é altamente dependente dessas importações.

Nós estamos vendo os números brasileiros subirem em volume, mas caírem em participação em *market*, em mercado, e esse acordo seria um instrumento fundamental para que nós possamos recuperar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossa tradicional parceria com eles e competir no mercado japonês, que é um dos maiores mercados do mundo, um mercado riquíssimo, e em igualdade de condições. E aí podemos nos valer das vantagens que nós temos com a nossa produção, e aqui eu falo especificamente da área agropecuária.

Um segundo tema ainda relacionado a essa questão de exportações agropecuárias são as dificuldades que nós enfrentamos para a abertura de mercado de carne suína e carne bovina no Japão.

O Japão é o terceiro maior importador de carne bovina do mundo. Nós temos já iniciado um processo de reconhecimento de território livre de aftosa somente para Santa Catarina e estamos no processo agora de ampliar isso. A Organização de Saúde Animal reconheceu várias outras áreas no Brasil, inclusive Goiás, Tocantins, livres de aftosa sem vacinação, que é uma exigência muito rigorosa japonesa, e uma das prioridades da embaixada vai ser agilizar esse processo, para que nós possamos abrir esse mercado tão importante para nós.

Em termos de atração de investimentos, obviamente a embaixada vai se esforçar para divulgar o ambiente de negócios no Brasil, a melhora do ambiente de negócios no Brasil, para revitalizar o interesse japonês e voltar a investir no Brasil em áreas estratégicas, como já aconteceu no passado. Para isso, há basicamente quatro mecanismos de diálogo, que estavam prejudicados com a pandemia, mas que devem ser retomados agora, que são o Grupo de Notáveis, o Comitê Conjunto em Comércio e Promoção de Investimentos, o grupo de promoção de investimentos em infraestrutura e o Conselho Empresarial Brasil-Japão, que coloca frente a frente a CNI com o Keidanren, que é o homólogo japonês para isso, e a grata notícia é que eles já devem fazer uma primeira reunião, ainda que exploratória, no mês que vem. Então, são notícias positivas nessa área.

Eu já ultrapassei. Agradeço, Senadora, a generosidade da sua extensão do meu prazo aqui.

Eu queria, por último, mencionar dois aspectos ainda que faltam: é a coordenação estreita que nós temos com o Japão em organismos multilaterais. Por exemplo, na reforma da OMC, apesar de visões muito distintas, nós temos um desejo comum de reformar o organismo. Na OCDE, o Japão tem sido um apoiador constante do Brasil, no seu pleito de ingresso, no seu processo de ingresso agora. E nós, nas Nações Unidas, participamos conjuntamente do G4, que reúne, além de Brasil e Japão, Alemanha e Índia, que trabalham para uma ampliação do conselho, uma reforma do Conselho de Segurança que preveja a sua ampliação de membros permanentes e não permanentes e que preveja, na ampliação para os permanentes, assentos para os quatro membros desse grupo. Ultimamente, com a crise na Ucrânia, nós sabemos a importância que o conselho tem em todo o mecanismo multilateral.

No que se refere ainda à cultura, o Japão estabeleceu, em 2017, uma das únicas três Japan Houses em São Paulo – as outras duas estão em Londres e em Los Angeles – e é uma experiência, eu estou programando visitá-los para explorar a possibilidade de se abrir uma casa do Brasil no Japão que fosse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financiada por empresas privadas com interesse no país e que pudesse difundir a cultura brasileira e os valores brasileiros num país tão amigo.

Por último, eu queria mencionar, o que está relacionado ainda com a questão de meio ambiente, a questão de agricultura, a cooperação que nós temos com o meio ambiente. Há mais de 15 anos o Brasil e o Japão copresidem um diálogo informal com os países mais relevantes na questão de combate à mudança do clima, e essa última reunião deu-se imediatamente antes de Glasgow, e isso tem sido um mecanismo não só de aproximação, apesar das realidades de meio ambiente serem absolutamente distintas. O Brasil tem uma matriz majoritariamente limpa; o Japão, pelo contrário, importa praticamente 90% da energia que consome e, desses 90%, praticamente outros 90% são de combustíveis fósseis. Então, eles, com as metas de neutralidade de carbono, com as quais eles se comprometeram para 2050, e de redução de emissões de praticamente 46% até 2030, eles terão grandes desafios para descarbonizar a sua economia. E o Brasil, nesse ponto, nesse quesito, pode apresentar soluções imediatas vindas de etanol, ferro gusa verde, aço verde, até o etanol funcionando como elemento para a produção de combustível sustentável de aviação. Então, essa conversa é uma conversa importante e está relacionada também às nossas exportações.

Senadora, eu vou me deter aqui, porque o desafio maior é falar em tão pouco tempo de uma pauta tão extensa.

Muitíssimo obrigado pela sua generosidade.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Imagina, obrigada, Embaixador, pelas suas explanações.

É tentador, não é? O Japão financiou, em 2019, investiu US$227 bilhões no mundo, e, no Brasil, US$25 bilhões; 10% dos investimentos japoneses foram no Brasil. Será que dá para aumentar isso? O senhor acha que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – É. O grande problema alegado pelo Japão é o regime tributário e a insegurança jurídica.

Eu tenho uma boa amizade com o Presidente da Honda para a América Latina – ele até se aposentou agora –, o Sr. Issao. Então, é Zona Franca de Manaus, e ele vive ali, convivendo com aquilo tudo. Ele disse que não há uma reunião do Conselho – ele fala português muito bem – da Honda no Japão em que ele consiga explicar o sistema tributário. Ele já se cansou. Ele está aposentando e não conseguiu explicar. E nem eles querem entender mais: "Está vendendo moto?"; "Está"; "E o lucro é menor por quê?". Então, o sistema é complexo e confuso. Para os asiáticos, que são muito metódicos e organizados, isso cria, de fato...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, a reforma tributária eu acho que vou morrer sem ver feita, Carlos Viana, porque eu nunca vi um tema que todo mundo quer, mas que ninguém faz! As corporações tomam conta, assumem o comando de tudo, ninguém quer mexer em nada. E nós vamos perdendo espaço para o mundo todo, com essas diferenças exorbitantes. Mesmo brasileiros que têm empresa aqui e empresa lá, multinacionais nos Estados Unidos, por exemplo, também são horrorizados com a equipe que eles precisam ter para cuidar do sistema tributário, comparando uma empresa do Brasil com a mesma empresa nos Estados Unidos. É algo inimaginável.

Embaixador, um último comentário que eu gostaria do senhor antes de encerrar. O Japão depende muito da força militar americana para se proteger ali em torno de tantas complicações com a China e a Coreia do Norte. Ao mesmo tempo, as empresas multinacionais japonesas têm uma preferência especial pela China – há 30 mil empresas japonesas na China. Como é que...

O SR. OCTAVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTES (*Fora do microfone*.) – O Japão é o maior investidor na China.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Como é que essa relação militar, com tantas dificuldades, com tantos riscos e as empresas que querem ir para lá investir? Como é que o senhor poderia dar uma explicação, uma impressão sobre isso?

O SR. OCTAVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTES – Senadora, é uma realidade. O Japão possui um acordo de proteção com os americanos, que o coloca sob o guarda-chuva protetor norte-americano na Ásia, da mesma forma que acontece com a Coreia do Sul, e enfrenta desafios de segurança bastante sérios não só com a Coreia do Norte, onde é clara a disputa, mas também com a China, com que disputa uns rochedos chamados Senkaku pelos japoneses e Diaoyu pelos chineses, e ainda com a Rússia. Eles estavam no processo... Nunca tinha sido assinado um acordo definitivo de paz depois da guerra, e esse acordo estava sendo negociado desde então, na verdade, e foi interrompido agora com a crise ucraniana. Os russos, depois que os japoneses aplicaram sanções às transações financeiras da Rússia no Japão, interromperam ou cancelaram as negociações do acordo, que basicamente dizia respeito a uma cadeia de ilhas ao norte da maior ilha mais ao norte, Hokkaido, que são as Curilas, que são territórios do norte, como os japoneses chamam. Esperava-se que chegassem a uma divisão de ficar... Basicamente, são quatro ilhas, duas ilhas ficariam com o Japão, duas ilhas ficariam com a Rússia. Isso foi interrompido. Isso sem falar no mar do sul da China.

As questões de segurança são temas muito presentes no imaginário japonês e, paradoxalmente, o Japão se aproveitou da abertura comercial e econômica da China 20 anos atrás, e, hoje em dia, é o maior investidor, como a senhora bem disse, direto na China. É uma relação que muitos outros países vão enfrentar, e a política vai definir como é que vai resultar o arranjo final disso, mas é uma realidade – é uma realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – O.k., muito obrigada, Embaixador.

E, agora, vamos para a nossa última mensagem.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) N° 47, DE 2021

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe da Síria.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Pronto para deliberação

Convido o Senador Cid Gomes para proferir o seu relatório.

O SR. CID GOMES (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - CE. Como Relator.) – Bom, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Diplomatas, nosso querido Dr. André Luiz Azevedo dos Santos, primeiro minhas desculpas, embora o senhor fosse o terceiro item da pauta, acabou ficando para o final, mas os últimos serão os primeiros.

Submete-se a exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do Sr. André Luiz Azevedo dos Santos, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe da Síria.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente e deliberar, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. Para tanto e em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo do diplomata.

O Sr. André Luiz Azevedo dos Santos, filho de Robiran José dos Santos e Ana Elvira de Azevedo dos Santos, nasceu em 16 de setembro de 1961, no Rio de Janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ingressou na carreira diplomática como Terceiro-Secretário, em 1993, após o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática. Anteriormente, em 1983, havia se graduado em Pedagogia, pela Universidade Santa Úrsula, do Rio de Janeiro, e, em Ciências Sociais, em 1989, pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Na carreira, ascendeu a Segundo-Secretário em 1998; a Primeiro-Secretário em 2005; a Conselheiro em 2008; a Ministro de Segunda Classe em 2014. Em 2021, passou para o Quadro Especial.

O diplomata indicado desempenhou diferentes funções ao longo da carreira. Entre elas, destacam-se as de Ministro-Conselheiro na Embaixada em Abuja, entre 2006 e 2009; Cônsul-Geral adjunto no Consulado-Geral em Paris, de 2009 a 2011; Ministro-Conselheiro na Embaixada em Riade, de 2011 a 2013; Embaixador em Monróvia, de 2013 a 2018; e Embaixador em Kinshasa, de 2018 até o presente momento.

O Embaixador André Luiz Azevedo dos Santos recebeu a Ordem do Mérito do Governo da Itália, em 1997; a Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco, em 1998 – aqui colocaram em 1918, V. Exa. não tinha nascido ainda –; e a Grã-Cruz da Ordem do Pacificador, do Exército Brasileiro.

Ainda em observância às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República Árabe da Síria, o qual informa acerca das relações bilaterais do Brasil com esse país, inclusive com cronologia e menção a acordos e dados básicos da organização.

Brasil e Síria mantêm laços históricos, culturais e familiares, que se fortalecem em razão da presença de significativa comunidade de origem síria no Brasil. As estimativas variam, mas é possível dizer que existiriam no Brasil cerca de 4 milhões de descendentes de sírios, que aqui chegaram entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX.

Em junho de 2010, o Presidente Bashar al-Assad visitou o Brasil, ocasião em que foram assinados cinco acordos de cooperação bilateral, nas áreas de cooperação técnica, assistência jurídica em matéria penal, transferência de pessoas condenadas, saúde e agricultura.

Decorridos mais de dez anos do início da crise, em março de 2011, ainda não se vislumbra o equacionamento do conflito na Síria. A situação de segurança no país permanece instável e volátil, notadamente no nordeste, no norte, no noroeste e nas províncias do sul. Embora não se tenham registrado recentemente ofensivas militares de grande porte, os embates nas diversas regiões do país prosseguem, com alto grau de violência.

O Brasil tem manifestado preocupação com a contínua violência na Síria, reiterando sempre a expectativa de que a crise seja equacionada pela via do diálogo inclusivo, liderado pelos próprios sírios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nossa diplomacia reconhece e apoia os esforços das Nações Unidas na Síria e, em particular, os trabalhos do Comitê Constitucional, que poderá abrir caminho para a solução sustentável para o conflito.

No que concerne aos direitos humanos, o Brasil condena as violações cometidas por todas as partes do conflito.

Os números recentes mostram a dimensão do impacto exercido pelo conflito sobre as trocas comerciais sírias e, especialmente, sírio-brasileiras. Em 2010, antes da eclosão da crise, o fluxo de comércio havia atingido o recorde histórico de US$594,8 milhões. Atualmente, o volume de comércio é de cerca de US$60 milhões.

A pauta exportadora para o mercado sírio concentra-se em produtos primários básicos. Em 2019, foram US$38 milhões as exportações de café em grãos, o que correspondeu a 60,25% das nossas exportações totais, e US$22 milhões de açúcar, 35,29%. Esses dois produtos, juntos, representaram, portanto, em 2019, cerca de 96% de nossas exportações para a Síria. Já as exportações da Síria para o Brasil não apresentam escala comercial relevante.

Tendo em vista a natureza da matéria, por se tratar de votação secreta, essa apreciação cinge-se ao caráter de relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senador.

Concedo a palavra ao Sr. André Luiz Azevedo dos Santos, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe da Síria. Informo que o senhor dispõe de dez minutos para fazer as suas considerações.

Obrigada.

O SR. ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS (Para expor.) – Exma. Sra. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senadora Kátia Abreu; Exmo. Sr. Senador Cid Gomes, Relator dessa indicação ao posto de Embaixador do Brasil em Damasco; Exmas. Sras. e Srs. Senadores integrantes desta Comissão; ilustres membros do corpo diplomático acreditado em Brasília; caros colegas; queridos amigos; senhoras e senhores, é para mim uma honra e um motivo de grande satisfação pessoal e profissional me apresentar diante desta Comissão pela terceira vez. E, nesse sentido, gostaria de expressar meu profundo agradecimento a Sua Excelência o Presidente da República, Jair Bolsonaro, e ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, o Embaixador Carlos França, pela minha indicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero igualmente agradecer ao Exmo. Sr. Cid Gomes, pela sua relatoria, e à Senadora Kátia Abreu, pela oportunidade que meus colegas e eu tivemos de participar de um debate instigante e muito interessante sobre o papel da diplomacia brasileira.

Antes de passar à apresentação propriamente dita, eu gostaria também de agradecer aos Embaixadores Achilles Zaluar, ex-encarregado de negócios na Embaixada em Damasco, e ao colega Fábio Pitaluga, que aqui se encontra, atual chefe daquela missão diplomática, pelas muitas horas de conversa sobre os diferentes aspectos do trabalho que me espera caso esta Casa me honre com a aprovação da minha indicação como Embaixador do Brasil junto à República Árabe da Síria.

Por fim, uma nota pessoal. Registro o meu agradecimento à minha esposa, a Sra. Arlinda Soares Lameirão dos Santos, cujo apoio incondicional nos momentos mais difíceis da minha trajetória diplomática foi fator determinante para que eu hoje pudesse estar aqui como indicado para tão prestigiosa função.

Exmas. Sras. Senadoras, Exmos. Srs. Senadores, a fim de contextualizar o meu plano de trabalho à frente da nossa representação diplomática em Damasco, caso esta Comissão assim decidir, cito alguns aspectos mais significativos da conjuntura síria e da relação bilateral. Quero destacar, quero sublinhar o fato de o Brasil ter ligações históricas com o Estado sírio moderno, em função do fluxo migratório a partir do século XIX, da segunda metade do século XIX, como foi citado aqui, e início do século XX. Esse fluxo migratório acabou por se constituir numa das diásporas mais importantes do país, cujo vasto legado pode ser facilmente identificado nos planos econômico, político e cultural, para citar apenas os mais importantes.

Infelizmente o segundo ponto a salientar é o fato de que a Síria hoje continua em estado de guerra, tendo partes do seu território ocupado por tropas estrangeiras e por grupos armados terroristas. A Síria também se encontra sob pesadas sanções econômicas, comerciais e financeiras que prejudicam seus esforços de reconstrução da sua infraestrutura, de reconstituição dos fluxos comerciais – o caso do Brasil foi apontado aqui – e de retomada dos seus projetos de desenvolvimento, tendo sua população civil sendo punida continuamente nos seus aspectos mais cotidianos de vida.

Levando em conta essas três situações, esses três aspectos, eu gostaria de passar diretamente, até em função do tempo, à questão das metas estabelecidas para o posto e para o meu trabalho frente à embaixada.

Faz-se mister que, diante de uma situação de guerra, o Brasil empenhe todos os seus esforços no sentido de ajudar a Síria a reconquistar a estabilidade política e econômica. Essa condição é fundamental para que a normalidade das nossas relações, inclusive comerciais, volte a atingir os níveis obtidos pré-conflito. Nesse sentido, também foi mencionado aqui o apoio que o Brasil dá no âmbito do Comitê Constitucional, que é uma iniciativa de negociação para a transição política tocada pelas Nações Unidas e que vem provocando reuniões tripartites, da sociedade civil sociedade síria, dos partidos e movimentos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oposição e, evidentemente, de representantes do atual Governo sírio. Há muitas críticas a esse exercício, mas devemos, sobretudo, considerar que é a única iniciativa neste momento que ainda tem uma atração do ponto de vista diplomático. Então, até que surja... Houve a iniciativa em Astana, defendida pelos russos, mas que ainda não conseguiu avançar da mesma maneira que se conseguiu avançar com o Comitê Constitucional.

Em relação à situação do conflito, para mim é muito importante não só que o Brasil continue no seu trabalho de informar a nossa representação junto às Nações Unidas, principalmente neste momento, neste biênio de 2022 e 2023, quando o Brasil ocupa um assento no Conselho de Segurança da ONU, porque a questão síria é uma questão continuamente em pauta naquele órgão. Por isso as informações e as análises produzidas e repassadas pela Embaixada em Damasco para nossa representação em Nova York revestem-se de significativa importância, para que os nossos colegas, a partir de informações e análises feitas por diplomatas brasileiros na Síria, *in loco*, possam defender os interesses brasileiros de uma forma mais detalhada, de uma forma mais eficaz e identificar, naquele órgão, quais são os diferentes interesses dos demais participantes *vis-à-vis* a questão síria.

Repito que é de importância vital para o Brasil, e não só para o Brasil, mas para o mundo inteiro, que a Síria seja recebida novamente no âmbito do concerto das nações, e é com felicidade que eu menciono que já há sinais muito fortes nessa direção. Recentemente o Presidente Bashar al-Assad realizou visita aos Emirados Árabes Unidos, e essa visita é de grande importância quando se leva em consideração que, há alguns anos, os Emirados eram um dos principais fomentadores da oposição armada ao regime sírio. Voltando à nossa conversa de ontem: essa atitude, a meu ver extremamente pragmática do Presidente Bashar al-Assad e das autoridades dos Emirados, mostra que, apesar de todo um passado recente muito conflitivo, esses dois países foram capazes, suas lideranças foram capazes, de superar esse passado recente difícil e, nesse sentido, avançar para uma solução diplomática para esses antagonismos existentes. Acredito que esse seja o caminho, não só do ponto de vista pessoal, mas também da diplomacia brasileira, que defende essa posição de que o problema deva ser negociado no âmbito diplomático, no âmbito do diálogo entre as nações.

Na parte específica dos interesses comerciais brasileiros, eu tenho uma boa notícia: todo trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Embaixador Pitaluga foi acrescido nessa semana de uma ajuda essencial, que foi a chegada de uma nova diplomata ao posto que vai trabalhar exclusivamente no setor comercial. Hoje o nosso Embaixador vai poder praticamente dobrar o seu efetivo de diplomatas. Nesse sentido, acredito que à produção, à proteção dos interesses das empresas brasileiras, à promoção dos interesses comerciais brasileiros, à expansão da nossa pauta de exportações, que é muito concentrada em dois produtos, o café e o açúcar, a tudo isso, caso atendida a indicação por esta Comissão e depois pelo Plenário do Senado, eu poderia me dedicar também, com muito mais atenção, na medida em que eu conte com recursos humanos para atender às mais diversas necessidades da embaixada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No plano cultural, eu quero dizer que temos o programa PEC-G, que oferece bolsas a estudantes sírios para que venham ao Brasil. Esse programa não só tem um impacto pessoal na vida desses estudantes, mas também tem um impacto no sentido de fortalecer os laços que unem o Brasil e a Síria. Então, é um programa de extrema importância para o crescimento e o aprofundamento dessas relações.

Há também a ideia de ampliar, com a maior atenção possível e na medida em que tenhamos maiores recursos humanos e materiais, o nosso atendimento consular para os cerca de 2,6 mil brasileiros que vivem, que residem na Síria e que demandam do serviço consular brasileiro toda uma atenção especial, em função das características de conflito que hoje perpassa toda a sociedade síria.

Excelência, eu gostaria, se tivesse mais tempo, de entrar em detalhes sobre as consequências do conflito para o Brasil e de qual o interesse que nós teríamos nesse conflito. Como não há esse tempo e eu não quero abusar da sua generosidade, vou apenas mencionar que nós devemos prestar muita atenção ao que está acontecendo não só na Síria, mas também, em decorrência do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, à questão das sanções econômicas, porque nós devemos estar preparados para nos defendermos dessas sanções econômicas. Cada vez mais as sanções econômicas unilaterais têm sido um instrumento de pressão muito forte e, no atual estado de dependência tecnológica que o Brasil tem, no sistema financeiro, desse arranjo, seja o sistema Swift de transferência bancária e todo o sistema de trocas comerciais, o uso do dólar como a moeda de trocas comerciais por excelência, essa situação de dependência é uma situação em que nós, como funcionários do Estado brasileiro, devemos pensar do ponto de vista estratégico e saber que medidas nós poderíamos tomar para reduzir esse grau de vulnerabilidade em que hoje nos encontramos. Para isso, a experiência síria é uma experiência que nos dá muitas informações e que pode nos mostrar o que nós devemos evitar, da mesma forma que a situação russa no conflito com a Ucrânia, mas também a China, que sofre sanções pesadíssimas, sem mesmo estar numa situação de conflito.

É isso que eu tenho a dizer por hora. Coloco-me à disposição de todos os Senadores e também dos brasileiros que por acaso nos assistirem pelo Portal e-Cidadania, para comentar, de forma mais detalhada, não só o plano de trabalho, mas qualquer outro assunto relacionado às relações bilaterais Brasil – Síria.

Muitíssimo obrigado a todos vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Embaixador.

Agradeço a presença dos diplomatas presentes, na pessoa do Embaixador Bruno de Risios Bath, Chefe da Assessoria Parlamentar do Itamaraty.

Gostaria de solicitar ao Sr. Embaixador Bruno de Risios que nos envie um relatório com o número de mulheres embaixadoras até agora, do dia 31/12/2020 até 7/4/2022, após essa aprovação – mulheres embaixadoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

Seguindo aqui a sugestão do Embaixador André Luiz, nós vamos solicitar aos grupos das confederações de agricultura, de indústria, de comércio, de serviços, da Febraban, para que possamos simular: se todas as sanções aplicadas à Rússia fossem aplicadas ao Brasil, o que aconteceria, quais são as sanções e a consequência de cada uma delas. Eu acho que é um exercício inteligente, de planejamento, saber o quanto e como aguentaríamos, se fôssemos a Rússia. É uma maneira de nos preparar, de nos precaver. Deus livre e guarde o Brasil de sanções dessa natureza! Claro, nós vamos precisar da ajuda do Mdic, do Ministério da Economia – o Mdic hoje está lá dentro; a Secretária, Ministra, é a Daniella e, com certeza, vai colaborar – e do Itamaraty.

Quero aprovar, ainda, o Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 11, de 2022, de autoria do Senador Chico Rodrigues.

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL N° 11, DE 2022

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de tratar da retomada das relações diplomáticas do Brasil com a Venezuela

Autoria: Senador Chico Rodrigues (DEM/RR).

Para resgatar a nossa embaixada, reabrir a nossa embaixada na Venezuela. Vamos abrir um belo debate aqui.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passo à votação.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Serão tomadas as devidas providências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de encerrar, abrir a votação e, depois disso, convidar todos os embaixadores para fazermos uma foto aqui dos 11 sabatinados – as meninas, em separado, porque tenho uma lembrança para elas. (*Pausa.*)

Determino à Secretaria que proceda à apuração.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Tenho que ler um por um? (*Pausa.*)

É necessário? (*Pausa.*)

Então, 15 votos, sendo que, praticamente... Receberam SIM: Claudia, 15; Patrícia, 15; André Luiz; 14, Fábio, 14; Carlos Henrique, 15; Luís Henrique, 15; Octavio Henrique, 15; Sérgio Eugênio, 14.

Eu votei? (*Pausa.*) (*Risos.*)

Dezesseis, tá, gente? Um voto a mais para todos, me perdoem. Eu não votei; vou me lembrar de votar.

Então, eu quero dar parabéns a todos.

Nós vamos encaminhar agora as mensagens à Secretaria-Geral da Mesa para o prosseguimento da votação no Plenário.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença das autoridades, desejando-lhes êxito.

Declaro encerrada a reunião.

Mais uma vez, muitíssimo obrigada aos Srs. Embaixadores.

(*Iniciada às 09 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e quarenta e três minutos do dia onze de maio de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Kátia Abreu, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Nilda Gondim, Esperidião Amin, Carlos Viana, Flávio Bolsonaro, Eliane Nogueira, Mara Gabrilli, Roberto Rocha, Flávio Arns, Marcos do Val, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Mecias de Jesus, Daniella Ribeiro, Sérgio Petecão, Marcos Rogério, Jaques Wagner, Paulo Rocha e Izalci Lucas, e ainda dos Senadores não membros Confúcio Moura e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Jarbas Vasconcelos, Nelsinho Trad, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Humberto Costa, Cid Gomes e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de Autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 94, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora VERA LUCIA DOS SANTOS CAMINHA CAMPETTI, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil em Antígua e Barbuda e, cumulativamente, na Federação de São Cristóvão e Névis e em São Vicente e Granadinas, sem prejuízo das atribuições do cargo de Embaixadora do Brasil em Barbados." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Nilda Gondim. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 4, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor ADEMAR SEABRA DA CRUZ JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Moçambique e, cumulativamente, no Reino de Essuatíni e na República de Madagascar." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 12, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor PEDRO LUIZ DALCERO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de São Tomé e Príncipe." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin (*Ad hoc*), substituiu Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 10, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor VILMAR ROGEIRO COUTINHO JUNIOR, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Zimbábue." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Nilda Gondim (*Ad hoc*), substituiu Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 5 - Mensagem (SF) n° 88, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor JANDYR FERREIRA DOS SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Democrática Federal da Etiópia e, cumulativamente, na República do Djibouti e na República do Sudão do Sul." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin (*Ad hoc*), substituiu Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 6 - Mensagem (SF) n° 6, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor LUIZ EDUARDO DE AGUIAR VILLARINHO PEDROSO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de El Salvador." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin (*Ad hoc*), substituiu Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 7 - Mensagem (SF) n° 41, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JULIANO FÉRES NASCIMENTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 13, de 2022** que: "Requer o convite do Exmo Sr. Carlos Alberto Franco França, Ministro das Relações Exteriores, para comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os critérios de promoção para os diplomatas no Brasil." **Autoria:** Senador Renan Calheiros (MDB/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 14, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que seja convocada a audiência pública, com os convidados que indica, sobre o potencial agrícola dos países do continente africano e a importância da agricultura brasileira, bem como a trajetória do país na agricultura tropical ao longo das últimas décadas." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PP/TO). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Kátia Abreu
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/05/11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Declaro aberta a 8ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciar, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 7ª Reunião, ocorrida ontem.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata aprovada será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Conforme a pauta publicada, a presente reunião destina-se à apreciação de indicação de uma embaixadora e de seis embaixadores para postos no exterior, segundo as seguintes diretrizes.

A votação será obrigatoriamente presencial, por meio das duas urnas de votação secreta, sendo uma em frente a este plenário e a outra em seu interior.

A reunião é interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800-0612211.

A Comissão de Relações Exteriores é uma das Comissões que contam com o maior número de acompanhantes na internet assistindo aos nossos trabalhos, interessados pelas relações exteriores do Brasil, a função dos nossos embaixadores, as suas metas. E isto nos dá muita alegria: que a excelência, o público brasileiro possa nos observar, nos fiscalizar, nos acompanhar. Todos têm o direito, pois todo o custeio desta Casa e de todos os órgãos institucionais do Brasil são mantidos pelo imposto dos brasileiros. Então, nada mais justo que cada um nos acompanhe no dia a dia. É uma honra e uma alegria.

Damos boas-vindas à indicada e aos indicados para a arguição de hoje.

Compõem a mesa nossos dois primeiros sabatinados: a Sra. Embaixadora Vera Lucia dos Santos Caminha Campetti, que eu convido para a mesa; e o Sr. Embaixador Ademar Seabra da Cruz Junior.

Cumprimentos os colegas Senadores aqui presentes, Senadora Nilda, Senador Esperidião Amin, e os que estão remotamente aqui nos acompanhando.

Ontem, como de costume, eu recebi todos os indicados em meu gabinete. Sempre os recebo um dia antes para que a gente possa conversar calmamente, ouvi-los, porque cada diplomata e cada embaixador que nós temos e que são destinados para algum posto para representar o Brasil representam um poço de conhecimento, de história, de todos os mecanismos dos países com o Brasil e representam para nós um grande aprendizado. Humildemente, recebo com muita alegria a cada embaixador e embaixadora, que têm sempre muito a nos ensinar.

Eu agradeço a nossa reunião de ontem, que foi maravilhosa. Não só falamos sobre os países para que eles pretendem ser aprovados pelo Senado para estarem, mas as suas opiniões sobre pontos críticos no mundo afora, como a guerra da Ucrânia com a Rússia; como a questão da Venezuela e a nossa embaixada, que foi fechada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

recentemente. E hoje, inclusive, nós estamos recebendo, essa semana, vários diplomatas, vários Parlamentares da Venezuela, justamente nos pedindo o apoio para que essa embaixada possa ser reativada, pois não há justificativa plausível para o seu fechamento. Justamente nos momentos de maior crise, de maior dificuldade, é que a embaixada brasileira tem que estar presente, tem que estar atenta justamente para tentar contornar conflitos e dificuldades desses países. E não é um histórico da diplomacia brasileira fechar as portas e correr para o país, dando as costas àquele país vizinho, que faz parte, inclusive, da América do Sul.

Então, eu quero dar as boas-vindas aos diplomatas venezuelanos, a alguns Parlamentares venezuelanos que nos visitam aqui no Brasil e no Congresso Nacional.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 94, DE 2020

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora VERA LUCIA DOS SANTOS CAMINHA CAMPETTI, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil em Antígua e Barbuda e, cumulativamente, na Federação de São Cristóvão e Névis e em São Vicente e Granadinas, sem prejuízo das atribuições do cargo de Embaixadora do Brasil em Barbados.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Nilda Gondim

Relatório: Pronto para deliberação

Não terminativo, porque tem que ir a Plenário para voto secreto e aprovação dos Senadores. Para aqueles que nos acompanham no e-Cidadania é uma prerrogativa do Senado Federal a aprovação dos embaixadores indicados para os postos. Isso significa que eles poderão ser aprovados ou não pelo Senado Federal. Por isso, a sabatina é importante para que cada Senador possa ouvi-los e entendê-los sobre as metas que pretendem, sobre o seu plano de trabalho em cada país.

Quanto a essa questão do plano de trabalho, nós incluímos nessa legislatura, nessa Presidência, desde o ano passado, que cada diplomata, além de fazer a sua apresentação de currículo, tem a obrigatoriedade de apresentar o seu plano de trabalho. Fizemos isso em parceria com o Itamaraty, colocando os pontos com a opinião de vários diplomatas, para que nós pudéssemos ter um plano de trabalho e que a sociedade brasileira e os Senadores pudessem acompanhar a evolução desse trabalho no exterior.

Eu quero deixar claro que nós temos postos que, aos olhos da população, podem parecer postos diminutos, países pequenos, que não representam grande significação comercial, mas a função da embaixada nos países não é só comercial; é também comercial, mas existe a relação com esses países de amizade, de permanência, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

influência do nosso país. E há muitos desses países que sempre apoiam o Brasil em demandas em organismos internacionais, com os quais nós temos que manter uma grande interlocução.

Indicação do nome da Sra. Vera Lucia dos Santos Caminha Campetti, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil em Antígua e Barbuda e, cumulativamente, na Federação de São Cristóvão e Névis e em São Vicente e Granadinas, sem prejuízo das atribuições do cargo de Embaixadora do Brasil em Barbados.

Deixo, mais uma vez, claro que o fato de a Embaixadora Vera Lucia estar nominada como Ministra de Segunda Classe não diminui o seu *status*.

Quando se fala em segunda classe, isso se refere apenas a patamares da carreira da Diplomacia, que vão evoluindo ao longo do tempo. Eu, particularmente, acho o nome bastante inadequado. Por isso, protocolei um projeto de lei para tirar a "segunda classe", porque quem nos ouve, especialmente o grande público contribuinte, pode imaginar que – como segunda classe no inconsciente popular – é algo inferiorizado, e não é o caso da diplomacia brasileira. Então, é sempre bom usar as palavras exatas que estão no inconsciente dos brasileiros.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O que ocorre à senhora para substituir essa expressão? – com o que eu concordo, porque ela é depreciativa para todo mundo. Seria substituída por qual?

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – O projeto de lei... Podiam pegar a cópia?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu tenho uma sugestão para dar: use algarismos romanos. Ministro...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Ministro Conselheiro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ou I, II, III. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Como? Como, Senador?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Ministro e o algarismo romano.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – O Itamaraty nos mandou uma sugestão elaborada por alguns embaixadores. (*Pausa.*)

Nós já encaminhamos ao Itamaraty, e o Itamaraty vai fazer o reconhecimento.

Então, aproveito a oportunidade para dizer que o nome será Ministro Conselheiro.

E eu aproveito a representação do Itamaraty aqui, os representantes do Chanceler, para que, na nossa próxima sabatina, o Itamaraty já possa mudar essa denominação, como é a intenção dos Senadores. E acho que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

uma questão de justiça com os nossos diplomatas. Então, por favor, encaminhem ao Chanceler que não esqueça a nossa demanda.

Antes de passar a palavra para nossa Relatora, Senadora Nilda Gondim, da Paraíba, eu quero lembrar a nossa propositura de aumentar o número de mulheres nas embaixadas do Brasil no mundo. Não é um ato feminista, ativista, mas apenas de oportunidade. Nós temos os gêneros – 50% de cada – masculino e feminino, e nós queremos que essa oportunidade seja alcançada pelas mulheres. Nós estamos observando ao longo de décadas as mulheres com pouco espaço. E, assim mesmo, quando têm esse pouco espaço, vão para embaixadas com baixo desafio. Nós queremos as mulheres nas embaixadas com alto desafio, porque elas são capazes de executar.

Essa não é uma crítica pessoal ao Chanceler, absolutamente. Foi ao longo de décadas que isso foi posto, mas nós estamos aqui, aproveitando a minha Presidência nesta Comissão, como a primeira mulher do Brasil a presidir a CRE – em mais de quantos anos? Não sei, vou ver. Enfim, nunca uma mulher presidiu a CRE, e eu preciso aproveitar esta oportunidade para alavancar essa oportunidade às mulheres. Então, esse é o papel.

E nós não queremos apenas a nomeação de qualquer jeito e porque a Senadora quer. Não, não é a Senadora que quer; é a CRE, é o Senado Federal. E nós queremos compreender por que as mulheres têm tão pouco apetite pela carreira como demonstram os números. Alguma coisa errada há de haver, porque a carreira combina muito com o gênero feminino. Não há justificativa para esse desinteresse. Nós temos que estudar, aprofundar. E o Ministro Paulo Uchoa, um diplomata de carreira que está à disposição da CRE, está com essa missão de compreender o porquê disso tudo, aprofundando-se no histórico daquela casa.

Com a palavra a Relatora, Senadora Nilda Gondim, pelo prazo que achar conveniente para suas considerações e seu resumo do relatório, por favor.

Obrigada.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Como Relatora.) – Obrigada.

Sra. Presidente Kátia Abreu, meus cumprimentos. Cumprimento todos os embaixadores e todos os que vão realmente se submeter a essa sabatina também.

Então, falo agora da nossa Embaixadora Vera Lúcia dos Santos Caminha Campetti.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, autoridades presentes, ouvintes das mídias desta Casa, senhoras e senhores, o relatório já está disponibilizado na página desta Comissão, razão pela qual faço apenas um breve comentário sobre a indicada.

A Embaixadora Vera Lucia dos Santos Caminha Campetti, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, foi indicada para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil em Antígua e Barbuda e, cumulativamente, na Federação de São Cristóvão e Névis e em São Vicente e Granadinas, sem prejuízo de suas atribuições como Embaixadora do Brasil em Barbados.

A Embaixadora ingressou na carreira diplomática em 1977. Possui um extenso e belo currículo que a credencia a assumir o posto para o qual foi indicada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero enaltecer e louvar a riqueza do seu histórico – que tive a oportunidade de ouvir ontem, conosco lá no nosso gabinete –, alcançado pelos valorosos méritos pessoais. Ressalte-se que a diplomata exerce atualmente o posto de Embaixadora na Embaixada do Brasil em... em Bridgetown – quase que eu não dizia essa palavra.

Sobre Antígua e Barbuda, o país é geograficamente um arquipélago situado entre o Mar do Caribe e o Oceano Atlântico, com destaque para duas grandes ilhas, distantes 40km entre si: Antígua (onde se localiza a capital, Saint John's) e Barbuda.

Os demais dados sobre a situação política e econômica de Antígua e Barbuda, bem como sobre São Cristóvão e Névis e São Vicente e Granadinas constam no relatório publicado nesta Comissão.

Em breve resumo, Sra. Presidente, atendendo ao pedido dessa Presidência para celeridade no andamento desta reunião, essa é apenas uma síntese do seu relatório, que é extenso, porque os méritos também são extensos.

Obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senadora Nilda.

Concedo a palavra à Sra. Vera Lucia dos Santos Caminha Campetti, indicada para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil em Antígua e Barbuda e, cumulativamente, na Federação de São Cristóvão e Névis e em São Vicente e Granadinas, sem prejuízo de suas atribuições do cargo de Embaixadora do Brasil em Barbados.

Informo à Sra. Embaixadora que o tempo destinado a exposição é de até 15 minutos.

A SRA. VERA LUCIA DOS SANTOS CAMINHA CAMPETTI (Para expor.) – Obrigada, Sra. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senadora Kátia Abreu.

Muito obrigada também – agradeço a gentileza de suas palavras – à minha querida Relatora, excelente Relatora, a Senadora Nilda Gondim, que muito me honrou com ter aceitado essa relatoria da minha sabatina.

Sras. Senadoras – só estamos nós, não é? –, Sr. Senador, membros desta Comissão, caros colegas, senhoras e senhores, inicialmente agradeço ao Senhor Presidente da República e ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores esta minha indicação. Aliás, esta sabatina se diferencia por examinar a indicação do meu nome para três Embaixadas: Antígua e Barbuda, São Vicente e Granadinas e São Cristóvão e Névis, em caráter cumulativo com o cargo que já desempenho desde 2020 de Embaixadora do Brasil em Barbados. Para a nomeação para Barbados, estive nesta Casa em sabatina em 2019 e é com satisfação que aqui eu retorno. Aprecio muito esta nova possibilidade de interlocução e agradeço também a oportunidade de apresentar perante esta Comissão a minha proposta de trabalho. Aliás, o planejamento estratégico, Sra. Senadora, foi-me muito útil para organizar ideias e para organizar as propostas de trabalho. Ajuda a organizar o pensamento.

Comecemos situando o assunto pelo Decreto nº 10.348, de 2020, que fechou as Embaixadas do Brasil em Saint John's, Basseterre e Kingston, transferindo a representação junto a esses países para a Embaixada em Bridgetown, em caráter cumulativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Barbados foi uma escolha lógica também assumida pela embaixada dos países mais relevantes da região: Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, União Europeia, todas essas embaixadas representam os países nessas diversas outras ilhas do Caribe, que ficam no cerco de barbados.

São países afins com Barbados na região do Caribe. Têm em comum a proximidade geográfica, a condição de ex-colônias do Reino Unido, país do qual herdaram o sistema político e com qual mantém vínculos especiais, fazendo parte da Commonwealth. São monarquias constitucionais parlamentaristas os três países. A Rainha Elizabeth II é a sua Chefe de Estado, representada por governadores-gerais. Os chefes de governo são os respectivos primeiros-ministros.

Notemos que há uma tendência no Caribe de revisar o relacionamento com a Inglaterra.

Barbados, por exemplo, se transformou de monarquia em república parlamentar no último dia 30 de novembro de 2021, em uma guinada de motivação nacionalista. A Primeira-Ministra Mia Mottley justificou a medida com a necessidade de ter uma cidadã barbadiana como Presidente e para isso ela indicou a então Governadora-Geral, a representante da Rainha Elizabeth II, Dame Sandra Mason, para o cargo.

Nessa mesma linha, no dia 25 de abril último, por ocasião da visita do Príncipe Edward do Reino Unido e de sua esposa Sophie a Antígua e Barbuda, o Primeiro-Ministro Gaston Browne informou sobre os planos do país de um dia vir a se transformar em república e exortou os cônjuges de Wessex a utilizar sua influência diplomática para advogar em favor da concessão de reparações a Antígua e Barbuda pelo colonialismo e escravidão.

No caso de São Vicente e Granadinas, a população rejeitou a transformação em república, qualquer mudança constitucional nesse sentido, em um plebiscito realizado em 2009 pelo Primeiro-Ministro Ralph Gonsalves. Houve apenas manifestação de pequena monta por parte de ativistas.

Essa herança histórica e a proximidade geográfica com Barbados, ademais dos interesses comuns e dos objetivos compartilhados, geram coincidências também no tratamento diplomático e consular a ser dado ao relacionamento bilateral com as três ilhas, sem deixar de atender naturalmente as especificidades.

Vamos ressaltar rapidamente só alguns dados para situar esses países no contexto dessa política comum, na qual se baseia o programa de trabalho que estamos propondo para os próximos anos.

Enfoquemos, primeiramente, alguns aspectos atinentes aos três países, que constituem mais propriamente arquipélagos, como bem mencionou a nossa excelente Relatora.

São todos países de pequenas dimensões. Antígua e Barbuda com área de 440 quilômetros quadrados, também já foi dito, e uma população de pouco menos de 98 mil habitantes. Repito aqui só para enfatizar o tamanho das ilhas e a redução da população, que é uma população pequena. São Vicente e Granadinas tem 389 quilômetros quadrados e cerca de cento e onze mil habitantes. E São Cristóvão e Névis é o menor Estado soberano das Américas, tanto em extensão territorial quanto em número de habitantes. Para se ter ideia do que representam essas dimensões, vamos comparar com o Distrito Federal, que tem mais de cinco mil quilômetros quadrados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Os três países têm economias pequenas e são centradas no turismo e no setor financeiro, basicamente na captação de empresas *offshore* e na atuação como paraísos fiscais. A economia e as condições sociais dos três países são particularmente afetadas por suas localizações na zona de furacões.

São Cristóvão e Névis está em processo de desenvolvimento de pequenas indústrias, e São Vicente, entre suas particularidades, tem uma situação bem complexa, porque em São Vicente há um vulcão chamado La Soufrière. Ele entrou em erupção em abril de 2021, desalojou mais de duas mil pessoas e destruiu a principal área de cultivo da ilha, o norte da ilha, responsável pelo abastecimento alimentar e pelas exportações de alimentos do país – produtos muito básicos, como banana e algumas outras coisas mais simples e algum café. Essa situação se agravou com a passagem, dois meses depois, do furacão Elsa em junho de 2021, que praticamente impediu a rápida recuperação da região.

A falta de diversificação de recursos econômicos levou a que a pandemia da covid tivesse um impacto profundo na entrada de recursos, os empréstimos do FMI, doações internacionais e recursos médicos provindos do exterior têm sido essenciais para a própria sobrevivência econômica desses países.

Quanto ao programa de trabalho que desejo propor caso venha a ser aprovada por esta Comissão, a necessidade de me ater ao tempo estabelecido me faz concentrar esta exposição nas propostas centrais dos respectivos planejamentos estratégicos e procurar reunir comentários em torno dos elementos comuns aos três países.

Primeiramente, destaco o interesse em redinamizar mecanismos e instrumentos bilaterais existentes, já informados e detalhados nos documentos relativos à sabatina que foram encaminhados pelo Itamaraty, assim como aprofundar o relacionamento em áreas onde temos interesses comuns. Tenciono também reexaminar possibilidades à luz do interesse mútuo e identificar iniciativas que possam promover novos entendimentos. Isso de modo geral.

Na área de comércio e investimentos, não identifiquei maiores interesses das empresas brasileiras com que estivemos falando diante do reduzido tamanho dos mercados locais e também das dificuldades no transporte de mercadoria, porque não há uma linha de transporte ordenada, sistemática, e também na área de investimentos não há iniciativas relevantes do Brasil. No entanto, essas são duas áreas que precisam ser consideradas. Embora seja pequena a dimensão das ilhas, embora os países sejam também de uma economia reduzida, eles são basicamente importadores de alimentos, que é uma produção na qual o Brasil tem excelência. E há vendas a serem feitas no Caribe, assim como há interesse de compra por parte desses países, principalmente por razões de segurança alimentar.

Esse tema da segurança alimentar, aliás, tem crescido em importância nos meios caribenhos dadas as dificuldades causadas pela covid-19 e a preocupação gerada com o abastecimento pela guerra da Ucrânia. Isso tem ocorrido em todas as áreas de trabalho da Embaixada em Bridgetown. Na verdade, ela não se atém somente a Barbados e agora a São Vicente e Granadinas, São Cristóvão e Névis e Antígua e Barbuda, caso eu venha a ser aprovada aqui nesta Comissão, mas também nós temos, na nossa área de atuação da Embaixada em Barbados, Granada e Dominica, as Ilhas Virgens Britânicas, Anguilla e Montserrat. Estas últimas ainda continuam sob o domínio inglês; no entanto, a parte consular ainda cabe à Embaixada do Brasil em Barbados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à questão comercial, embora o Brasil não esteja exportando diretamente para os países do Caribe Oriental, o produto brasileiro está sendo intermediado para a região pelos Estados Unidos. A carne produzida pelo Brasil, por exemplo, encontra-se entre as principais importações de Antígua e Barbuda; em seguida, a questão do petróleo é a principal importação de Antígua e Barbuda; e a carne é exportada via Estados Unidos. Em praticamente todo o Caribe, nas prateleiras dos supermercados, nós vemos corte de bife brasileiro, vemos panelas de aço e outros produtos fabricados pela Tramontina procedentes do Brasil, e outros diversos produtos que vêm do Brasil são todos exportados via Estados Unidos. Acredito que essa intermediação tenda a reduzir as possibilidades de expansão e diversificação de nossas vendas. Lembro, por exemplo, que há possibilidades de fazermos uma promoção de exportações diretas.

Em 2018, o Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA) organizou uma missão de países caribenhos ao Brasil para avaliar a possibilidade de compra de insumos, alimentos e produtos básicos de fornecedores brasileiros – uma ideia que não teve sequência infelizmente, porque houve uma série, uma sucessão de problemas de ordem política e essa iniciativa não teve sequência. Esse tipo de iniciativa eu acho que poderia ser retomado de modo que nós possamos estabelecer canais para a venda de produtos agrícolas e pecuários e de outra natureza, porque, como eu disse, eles importam todo tipo de mercadorias, não têm produção própria. Há muito pouca produção própria e é muito específica.

Do ponto de vista consular, também há poucos brasileiros residentes nas três ilhas registrados na Embaixada. São onze, em São Vicente e Granadinas; são só oito brasileiros residentes em São Cristóvão e Névis; e dois, em Antígua e Barbuda. Barbados tem um pouco mais, Barbados tem em torno de 31.

Antes da pandemia, havia um turismo esporádico de curta duração, ou seja, muitos brasileiros visitavam em turismo, assim como também havia um grande número de profissionais de turismo brasileiros trabalhando em navios de cruzeiro. Esse era o público que costumava ir buscar nossos serviços consulares no Caribe, principalmente em casos de desastres naturais. Quando tinha um furacão, quando tinha alguma dificuldade maior, eles nos buscavam.

No começo da crise da covid, por exemplo, cerca de 400 cidadãos brasileiros ficaram presos, isolados na região, a maioria tripulante de navios de cruzeiro. Foi a Embaixada em Bridgetown que centralizou os trabalhos de repatriação desses nacionais. Com a atividade turística agora retornando à normalidade e os navios de cruzeiro voltando a circular no Caribe, essa assistência já começa a ser retomada. É um público relativamente grande em relação às ilhas.

Contudo, esses países têm para o Brasil uma importância que vai além da materialidade dos laços econômicos, vai além da fragilidade do comércio bilateral e além do limitado atendimento consular. Em primeiro lugar, nós temos laços de amizade com a região, temos em comum a herança cultural africana, temos os antecedentes do processo de colonização e da monocultura do açúcar. Esses fatores constituem um substrato importante para as ações de divulgação e de promoção cultural. Daí a nossa proposta, que nós colocamos no plano estratégico, de fortalecimento da imagem do Brasil nos meios culturais locais e entre a população em geral, preferencialmente via internet, dada a distância entre as ilhas e a falta de comunicações rotineiras.

Seria a ideia de aproveitar, por exemplo, datas especiais, como o Sete de Setembro, para a realização de eventos culturais virtuais, como filmes, músicas, danças típicas, mostras fotográficas, inclusive de arquitetura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

brasileira. Nós mesmos fizemos uma exposição sobre a arquitetura de Brasília lá na embaixada e foi muito concorrida. Isso antes de começar a covid, ou seja, foi em 2020, começo de 2020.

Na área dos esportes, temos também uma abertura importante, já que futebol é muito popular no Caribe e os times brasileiros são admirados, congregando grande número de fãs.

Já estou terminando?

Seria interessante procurar identificar eventual interesse dos clubes brasileiros para o oferecimento de cooperação para as organizações esportivas locais. Um outro projeto que estamos trabalhando também para promover a cultura brasileira é o de procurar reunir os interesses das instituições brasileiras para o oferecimento de cursos *online* da língua brasileira falada no Brasil.

Também temos a iniciativa dos programas de estudantes de convênio de graduação e de convênio de pós-graduação que já vêm sendo divulgados em Barbados e que considero poderiam ser estendidos a esses três países mediante divulgação virtual ou em uma visita presencial que eu me proponho a fazer às universidades e instituições de ensino, de modo a reforçar a cooperação na área da educação e dar maior visibilidade à iniciativa.

Em segundo lugar, mas não menos importante, é o fator que efetivamente valoriza a presença das embaixadas brasileiras no Caribe, assim como a manutenção de nossas representações, ainda que cumulativas, que é o objetivo de ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais pelo fortalecimento das relações bilaterais e com os blocos regionais com que compartilhamos interesses, como é o caso do Caribe.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VERA LUCIA DOS SANTOS CAMINHA CAMPETTI – Assim, manter... Posso continuar?

Assim, manter o diálogo fluído e construtivo com as autoridades dos três países, colaborando para a manutenção dos laços de amizade e cooperação política, é importante para ampliar a capacidade de articulação brasileira com as nações caribenhas nos foros regionais e multilaterais.

Na região caribenha não é só o Brasil que desenvolve essa política de aproximação, todos os demais países o fazem: Reino Unido, União Europeia, Estados Unidos, Canadá, China, Taiwan e também Cuba e Venezuela. Nesse contexto, é importante considerar o fato de que os países da região têm na integração regional sua prioridade externa. Eles se coordenam no âmbito da Caricom para votarem geralmente em bloco. Daí a importância de nós termos esses 15 votos nos fóruns multilaterais. A cooperação é essencial como mecanismo de apoio às pautas, causas e candidaturas brasileiras nos fóruns internacionais.

Temos uma série de áreas nas quais seria de muito interesse e de muita importância a gente procurar obter cooperação.

O nosso tempo se esgota e nós temos de interromper, mas estamos dispostos a seguir, caso se tenha alguma dúvida, caso seja feita alguma questão, alguma pergunta, sobre esses outros assuntos.

Muito obrigada, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Embaixadora.

Eu recomendo aos Srs. Embaixadores sabatinados que observem o cronômetro do tempo de V. Exas. que está à frente, naquela parede, para que vocês possam controlar o tempo de acordo com o cronômetro. Claro que quanto ao rigor a gente pede para que todos possam ter a oportunidade, mas nada que não possa ter mais alguns minutos de prorrogação. É apenas para que todos possam cooperar e, quem sabe ainda, serem votados hoje, no Plenário do Senado, na melhor das hipóteses, pelo que eu torço bastante.

Eu gostaria de fazer um comentário, aproveitando, um comentário muito importante. A nossa assessoria prepara um resumo, um sumário de todos os sabatinados, com algumas características principais, alguns detalhes importantes desses locais.

Nós estamos ultimamente, nos últimos anos, nos últimos três, quatro anos, sempre ouvindo uma crítica destrutiva com relação ao fato de o Brasil financiar infraestrutura, no passado, em países outros, inclusive mencionando países outros de regime comunista, de regime ditatorial – não importa.

Então, eu aproveito para dizer, neste momento, que Antígua e Barbuda é considerado um país do Caribe Oriental, e a China é o maior investidor em infraestrutura no país; financiou a construção do novo aeroporto de Saint John's, US$200 milhões, e, claro, exigiu em contrapartida que uma empresa chinesa fizesse a obra. Além disso – nós podemos exigir a mesma coisa: a contrapartida –, aportaram US$50 milhões para a construção da Universidade de Antígua, recurso chinês, e ainda recebeu uma doação de 19 milhões no âmbito de ações de cooperação na área de emergência de desastres naturais.

Eu até não pretendo entrar no mérito de valores, do quanto, da contrapartida. Eu só quero chamar a atenção daqueles que nos acompanham de que países financiarem outros é uma coisa normal no mundo inteiro. Então não pode confundir empréstimo com doação. Podemos, sim, emprestar, devemos emprestar, porque mesmo o Brasil vive atrás do Banco do Brics, do NDB, do Banco Mundial, do Bird, do BID, do CAF... No meu Tocantins, duas cidades tiraram o financiamento do CAF.

Então, eu só quero aproveitar esta oportunidade para dar a minha opinião pessoal de que as trocas de financiamentos internacionais são uma questão normal entre países que pretendem, inclusive, exercer influência. Quando eu financio, eu exerço influência sobre aquele país. E eu, como brasileira, pretendo e quero ver sempre o Brasil despontando e tendo autoridade diplomática institucional em vários lugares do mundo. Eu quero ver o meu país importante. É claro que a nossa prioridade é o Brasil e os brasileiros, mas nada disso impede que os bancos que sejam brasileiros possam emprestar recursos para outros países.

Eu agradeço à Embaixadora Vera pela sua exposição.

Nós temos aqui perguntas do e-Cidadania. Eu vou, primeiro, acumular essas perguntas e também as dos colegas ao final do tempo.

Ainda continue aqui, Embaixadora, por favor.

Vamos para o item 2 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 4, DE 2022

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor ADEMAR SEABRA DA CRUZ JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Moçambique e, cumulativamente, no Reino de Essuatíni e na República de Madagascar.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Pronto para deliberação

A Senadora Mara Gabrilli está a postos? (*Pausa.*)

A Senadora Mara Gabrilli vai participar de forma *online.*

Passo a palavra à Senadora Mara para a apresentação do seu relatório, por favor.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SP. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Presidente Kátia. Eu gostaria de parabenizá-la pela realização de mais...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Consertou a cadeira e piorou o visual. (*Risos.*)

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SP. *Por videoconferência*.) – Quer que eu mude, Senador? Eu volto para lá. (*Risos.*)

Eu a cumprimento pela realização de mais uma ilustre sabatina, Senadora, nesta Comissão. É sempre um prazer escutar e aprender com os embaixadores e as embaixadoras que nos representarão no exterior.

Bom, vem ao exame desta Comissão a indicação feita pelo Presidente da República do nome do Sr. Ademar Seabra da Cruz Junior, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Moçambique e, cumulativamente, no Reino de Essuatíni e na República de Madagascar.

Foi um prazer conhecê-lo! Pelo telefone, já pudemos conversar.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Cumprindo exigência regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O indicado é filho de Adhemar Seabra da Cruz e de Benedita Aguida da Silva Seabra da Cruz. Nasceu em 2 de outubro de 1965 – é um libriano –, em Petrópolis/RJ.

Em 1987, graduou-se em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). Em 1995, concluiu o mestrado em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB) e, em 1999, o mestrado em Filosofia, Lógica e Método Científico pela *London School of Economics and Political Science* (LSE), no Reino Unido. Finalmente, no ano de 2001, concluiu o doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo, aqui na USP.

No Instituto Rio Branco, concluiu os Cursos de Preparação à Carreira Diplomática (1991); de Aperfeiçoamento de Diplomatas (2001); e de Altos Estudos (2009), no qual defendeu a tese intitulada "Diplomacia, Desenvolvimento e Sistemas Nacionais de Inovação: Estudo Comparado entre Brasil, China e Reino Unido".

Iniciou sua carreira, no ano de 1991, como Terceiro-Secretário, passando, em 1996, a Segundo-Secretário; em 2005, a Primeiro-Secretário; em 2009, a Conselheiro; e, em 2014, a Ministro de Segunda Classe.

No Brasil e no exterior, o diplomata serviu: de 2003 a 2006 na Embaixada em Lima, como Segundo-Secretário, Primeiro-Secretário e Encarregado de Negócios; de 2006 a 2009, na Embaixada em Montevidéu, como Primeiro-Secretário; de 2009 a 2015, como Chefe da Divisão de Ciência e Tecnologia; de 2015 a 2016, como Assessor Especial do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); em 2016, como Coordenador-Geral de procedimentos disciplinares da Corregedoria do Serviço Exterior; de 2016 a 2021, no Consulado-Geral em Toronto, como Cônsul-Geral Adjunto e Encarregado do Consulado-Geral; desde 2021, na Embaixada em Varsóvia, como Ministro-Conselheiro.

Também em observância às normas do Regimento Interno do Senado, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República de Moçambique, o Reino de Essuatíni e a República de Madagascar.

Brasil e Moçambique mantêm relações diplomáticas desde a independência desse país no ano de 1975. Na ocasião, o Brasil foi a primeira nação a reconhecer a autodeterminação moçambicana, comprovando a relevância e a densidade das relações bilaterais. A identidade cultural, de língua e de passado colonial aproximam os povos de ambos os países.

A frequência das visitas de alto nível revela o caráter estratégico desse relacionamento. Nessa linha, em maio de 2017, foi firmado o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Políticas. Ademais, o país é o maior beneficiário em destinação de recursos da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Essa parceria alcança áreas diversas, como saúde, agricultura, educação, formação profissional, entre outros, e projetos estruturantes, além do âmbito humanitário, a exemplo da assistência brasileira, inclusive com equipes de resgate, após o ciclone Idai assolar a nação africana em 2019.

Além disso, destacam-se ações no campo da cooperação técnica, a exemplo da capacitação de diplomatas e militares moçambicanos por meio de programas existentes no Instituto Rio Branco e Ministério da Defesa e via ABC, e de projeto executado em parceria com a Embrapa, cujo objetivo é ampliar a capacidade institucional e de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

recursos humanos nacionais, do Malawi e de Moçambique, no que se refere ao uso e difusão de tecnologias de produção do algodão em pequenas propriedades.

Vale ainda lembrar que as vultosas reservas de gás natural no norte do país poderão colocar Moçambique entre os maiores exportadores mundiais de gás, com surgimento de oportunidades para empresas brasileiras, bem como de intercâmbio de experiências. Um dos maiores desafios reside, contudo, nos conflitos entre grupos jihadistas no norte, notadamente na região de Cabo Delgado, que já acarretou milhares de mortes e o deslocamento de mais de 1 milhão de moçambicanos que necessitam de assistência humanitária.

Destaque-se que, de acordo com o Ministério da Planificação e Desenvolvimento de Moçambique, o Brasil é hoje o maior investidor estrangeiro no país. Em 2021, a corrente de comércio bilateral foi de US$30,8 milhões, com superávit para o Brasil. Na pauta exportadora brasileira, prevalece a venda de uma variedade de produtos da indústria de transformação, com destaque para carnes de aves; móveis, colchões e semelhantes; e calçados. Já as importações, no entanto, foram extremamente concentradas no tabaco moçambicano, representando 90% das compras brasileiras.

O Reino de Essuatíni, antiga Suazilândia, mantém relações diplomáticas com o Brasil desde 1978.

O Acordo de Cooperação Técnica, firmado em 25 de janeiro de 2008, ratificado pelo Brasil em 23 de dezembro de 2008, constitui o marco jurídico das relações na área da cooperação bilateral. No entanto, as iniciativas nesse campo ainda estão aquém das potencialidades.

Brasil e Madagascar estabeleceram relações diplomáticas em 1996. No entanto, a suspensão do país da União Africana (UA) em 2009, devido a rupturas institucionais, paralisou esse relacionamento, o qual foi normalizado apenas com a plena reintegração de Madagascar ao organismo regional, em 2014.

Inexiste acordo de cooperação técnica bilateral, tampouco há registro de ações de projetos e ações simplificadas de parte do Governo brasileiro em favor de Madagascar. Salientam-se as atividades de cooperação que ocorrem sobretudo no âmbito trilateral, em parcerias executadas pela ABC e sua contraparte japonesa, a Jica.

No campo da cooperação humanitária, o Brasil faz doações por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA).

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Mas eu queria fazer perguntas. Aproveitando, inclusive, esta oportunidade que temos de hoje estarmos diante de futuros representantes em dois países lusófonos e na CPLP, aproveitando também o fato de que o Dia Internacional da Língua Portuguesa ocorreu na quinta-feira passada, dia 5 de maio, eu gostaria de fazer duas perguntas.

A primeira: considerando que a promoção da língua é um dos objetivos centrais da CPLP, quais são as iniciativas que os senhores pretendem desenvolver, especificamente o Embaixador Ademar, seja na CPLP, seja nas suas respectivas embaixadas, para promover as nossas línguas de sinais? É claro que cada país tem um sistema próprio, mas não consigo vislumbrar um melhor mecanismo de cooperação cultural e educacional de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

línguas de sinais que não seja a CPLP. Todos os nove países da comunidade reconhecem suas respectivas línguas de sinais como idiomas oficiais? Há iniciativas da CPLP nessa área para a inclusão de pessoas com deficiência?

Muito obrigada.

Faço só mais uma perguntinha. Eu queria falar sobre os próximos passos para a execução do acordo de mobilidade entre os países de língua portuguesa, já aprovado por esta Casa em fevereiro e ratificado pelo Governo brasileiro. Quais serão as próximas etapas? Como podemos fortalecer ainda mais a livre circulação de pessoas, o comércio, o turismo, a educação e as oportunidades entre os nossos países lusófonos, sobretudo com Moçambique, Embaixador? Temos muito, muito potencial para crescermos juntos.

Parabéns pela indicação! Muito sucesso para todos vocês!

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Senadora Mara Gabrilli. O relatório e as perguntas são muito pertinentes.

Eu ainda aproveito... Lendo aqui o meu relatório de Moçambique, percebo que, nos últimos cinco anos, houve uma queda brutal, muito grande, muito expressiva nas exportações do Brasil para aquele país. E, também do ponto de vistas das importações, nós tivemos uma queda drástica no comércio, no fluxo de comércio com aquele país.

O Embaixador atual é Carlos Alfonso Iglesias. Ele está saindo de Portugal, embaixador, e indo ser cônsul em Marselha. Portanto, para ser cônsul, não é sabatinado; ele vai direto para o consulado. Nós gostaríamos de um relatório dele, bastante específico, tentando nos explicar, para o Senado Federal, por que dessa queda tão brutal na corrente de comércio com Moçambique. Com certeza, haverá de ter explicações a respeito. E queremos saber o que a embaixada fez durante o período dele lá, nesses três anos – ele está lá desde 2018. Quais foram as providências tomadas pelo Embaixador e a nossa embaixada com relação a essa queda brusca no comércio bem antes da pandemia? E, pós-pandemia, nós observamos que houve o contrário: com muitos países houve um aumento da corrente de comércio, e com Moçambique, um país de língua portuguesa, nós estamos assistindo a esse quadro. Com certeza haverá de ter explicações.

E quero também comunicar ao Itamaraty que, a partir da próxima sabatina, nós não teremos mais do que cinco embaixadores sabatinados, justamente porque nós queremos que o embaixador sabatinado preste contas do seu posto com relação a comércio ou a outras questões, como participação em eleições, como a representação da Embaixadora Vera, que tem cinco votos. O que ela representa hoje, os países em que ela está hoje representam cinco votos na OMS, e isso é importante para o Brasil. Nós temos uma vaga lá, com o apoio desses países – ela está lá, neste momento. Então, justifica, inclusive, o seu trabalho de ter conquistado esses votos para o Brasil junto com o Itamaraty, e nós estamos na recondução desse mesmo personagem, e esses cinco votos serão preciosos. Estou dando um exemplo da atuação.

O comércio com esses países não é tão significativo. Então, nós queremos, a partir da próxima sabatina... Por exemplo, se ele aqui estivesse, Carlos Alfonso, pleiteando uma outra embaixada, ele já deveria estar nos explicando por que essa corrente de comércio fraquejou tanto nesses últimos anos. É um item que o Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Federal não abre mão de entender. Aqui não é só um lugar de promoção ou de mudanças de postos; nós precisamos prestar contas ao povo brasileiro do que está acontecendo. Tenho certeza de que as explicações são todas importantes, confio nessas explicações, mas nós queremos tê-las.

Então, se o novo embaixador, que vai para lá, saindo da Polônia, indo para Moçambique, puder nos explicar, superficialmente – embora não tenha a obrigação, porque não estava no posto –, se souber o porquê dessa queda tão brusca... Provavelmente saberá, porque está indo para o posto; deve ter estudado detalhadamente para fazer o seu plano de trabalho, certo? Então, se puder nos dizer a respeito, eu agradeço.

E gostaria de que o senhor, então, fizesse a sua apresentação, de olho no tempo, lá no painel, para dar oportunidade a todos.

Bom, o relatório foi.

Concedo a palavra ao Sr. Ademar Seabra da Cruz Junior, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Moçambique e, cumulativamente, no Reino de Essuatíni e na República de Madagascar, pelo tempo de 15 minutos, por gentileza.

O SR. ADEMAR SEABRA DA CRUZ JUNIOR (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu. Eu queria fazer uma saudação especial a V. Exa., na qualidade de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e também uma outra saudação à Senadora Mara Gabrilli, quem tive a grande honra de ter como Relatora. Também saúdo aqui os colegas que estão na sessão de hoje, os Srs. Senadores, as Sras. Senadoras – presencialmente e que nos acompanham também de maneira digital e remota –, demais colegas, senhoras e senhores.

Eu também tomei nota bastante cuidadosa e totalmente interessada das questões apresentadas pela Senadora e também por V. Exa. no que diz respeito à questão do comércio entre Brasil e Moçambique. Conforme for, na medida do possível, durante a minha apresentação já algumas indicações eu trarei sobre esses pontos, sobre esses aspectos e também, naturalmente, durante uma possível fase de debates e discussões, na qual eu procurarei aprofundar, caso haja oportunidade.

Faço um agradecimento especial, naturalmente, também ao Senhor Presidente da República e ao Ministro de Estado das Relações Exteriores pela honra, distinção e confiança dessa indicação, que também muito me honra e muito me envaidece.

Uma questão inicial que gostaria de abordar é que, conhecer, entender, conviver com Moçambique... Naturalmente tratar dos três países, mas com uma ênfase diferenciada em Moçambique, por todas as características históricas, culturais, políticas e diplomáticas que nos vinculam a esse país da África Oriental, país índico, e também pela preeminência que Moçambique teve em relação às demais cumulatividades que dizem respeito ao reconhecimento das suas respectivas independências e também da instalação da nossa missão, da nossa representação permanente nesses lugares.

Mas conhecer, conviver e entender Moçambique é uma forma inicialmente de nós reconhecermos a nossa própria identidade cultural brasileira. É uma forma privilegiada de nós nos conhecermos melhor a nós mesmos, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil é recorrentemente mencionado em Moçambique como país irmão, tanto pelo Governo, pelas altas autoridades governamentais quanto pela sociedade civil, pela população de modo geral.

Eu vou expor sucintamente a V. Exas. os temas e propostas voltados para esse aprofundamento, tendo ainda uma condição crucial: este ano de 2022 é o ano do bicentenário da independência brasileira. Então, acho que é um ano estritamente necessário e fundamental para que essas raízes, essas origens que nos vinculam ao país lusófono, ao país-irmão, como os moçambicanos gostam de dizer também, sejam ainda bem mais exploradas.

São manifestas – eu procurarei também, à guisa de programa de trabalho ou, pelo menos, pontos principais de programa de trabalho que poderão ser desenvolvidos – essas possibilidades de Brasil-Moçambique de integração, de cooperação política, cooperação econômico-comercial, promoção de investimentos, cooperação técnica e científica, parcerias em energia, infraestrutura, desenvolvimento agrário, integração produtiva.

Moçambique tem aproximadamente 10% do território nacional brasileiro – um pouco menos – e cerca de 15% da nossa população. Uma grande parcela da população brasileira inclusive tem descendência moçambicana direta.

O PIB moçambicano é de cerca de US$38,5 bilhões em poder de qualidade de compra e US$15 bilhões em termos de conversão cambial direta, o que corresponde mais ou menos entre um 1,5% e 2% do nosso PIB brasileiro.

É um grande produtor de carvão, de titânio, de gás natural, como foi mencionado pela Senadora Mara Gabrilli, com um potencial imenso de exploração na Bacia do Rovuma, no Norte do país, província de Cabo Delgado. E já se estima algo em torno de US$19 bilhões, num período que varia entre 20 e 25 anos, o potencial econômico de exploração dessas reservas.

Energia hidrelétrica. Um mineral, que não é exatamente uma terra rara, mas se aproxima, é o tântalo, que é um insumo essencial para a indústria aeroespacial, para a indústria automobilística e de eletrônicos; e grafite também, que é um elemento fundamental para, digamos, as nascentes indústrias de nanotecnologia na nova economia.

Moçambique conta com uma relativa estabilidade monetária. Tem média de inflação apurada de 5,7% contra uma média de 8% da África Subsaariana.

Um outro aspecto também... Aí eu faço uma espécie de pequena digressão para explicar um pouco a metodologia da minha apresentação: eu vou fazer algumas apresentações de bases atuais e factuais da caracterização do Estado moçambicano e das minhas duas combatividades, quando couber, de modo que sirvam de base e elemento comparativo do plano de trabalho, do programa e das ações que podem ser desenvolvidas a partir dessas bases atuais e factuais que eu pretendo sucintamente apresentar.

Cinquenta e seis por cento das terras moçambicanas são terras consideradas agricultáveis ou aráveis, das quais apenas 15% vêm sendo aproveitadas, o que já indica também claramente o imenso potencial de investimento, de cooperação econômica, de cooperação técnica, de desenvolvimento produtivo, de pesquisa e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimento. Esse é um potencial também que nos chama muita atenção quando se pretende desenvolver um programa de trabalho na embaixada em Maputo.

É um país também... Uma outra característica fundamental que deve ser e que há de ser levada em consideração num programa de trabalho, em ações concretas de desenvolvimento econômico e de parcerias políticas, científico-tecnológicas e técnicas com Moçambique é o fato de ser um país demograficamente muito jovem, onde cerca de metade da população moçambicana tem menos de 16 anos e dois terços de todo o país, de toda a população tem menos de 24 anos. Esse é um elemento fundamental, e nós vamos tentar mencionar como também isso impacta e favorece determinadas perspectivas e ambições brasileiras de aproximação, de estreitamento das relações bilaterais.

É um país que vinha crescendo entre 6% a 8% na década de 2005 a 2015. Houve uma desaceleração importante quando começaram os indícios de recessão, por exemplo, naturalmente a pandemia foi a partir de 2020, mas aí eu já aporto também um primeiro elemento, digamos assim, indicativo do porquê do arrefecimento de certos aspectos das relações econômicas e, especialmente, do comércio bilateral, que é justamente a partir de 2017, 2018, quando começam os primeiros sinais da insurgência jihadista dos grupos terroristas do Al-Shabaab no norte de Moçambique, especificamente na província de Cabo Delgado, justamente onde se encontram essas grandes jazidas de gás, esses grandes empreendimentos de hidrocarbonetos, que são apresentados em relação ao Moçambique.

Eu pretendo também, nestes minutos que me restam, fazer uma breve e pontual indicação de elementos cruciais de política externa moçambicana de interesse direto do Brasil. E pretendo falar também – isso na qualidade de ter sido a nossa principal representação... Aliás, também, a independência de Moçambique ocorre no momento também histórico de grande importância para diplomacia e para as relações internacionais com o Brasil, por ser um momento, na década de 70, quando nós tínhamos como mote a figura... nós tínhamos os princípios do desarmamento, do desenvolvimento, da descolonização, o que engendrou o Itamaraty, naquela época, naqueles idos dos anos 70, a já manter relações e manter contatos com os líderes rebeldes, líderes que lutavam pela independência de Moçambique, antes mesmo da independência em 1975. Então, houve um encontro histórico, por exemplo, do então Chefe do Departamento da África no Itamaraty na época, o Embaixador Ítalo Zappa, com o líder da insurgência moçambicana da época, o líder revolucionário moçambicano Samora Machel, já antes da Independência, e trazendo apoio brasileiro à causa da descolonização.

Além da política externa, mencionarei naturalmente a questão das oportunidades em comércio e investimentos, perspectivas mais de curto e de longo prazo; no que diz respeito à cooperação técnica e científica também, elementos de curto prazo e elementos mais de longo prazo; e, finalmente, algumas considerações sucintas sobre cooperação humanitária, um elemento absolutamente crucial, que é um elemento chave, central dos princípios de política externa brasileira, tal como estão insculpidos no art. 4º da Constituição Federal – a cooperação humanitária, a solidariedade, a aproximação, a integração. Isso se caracteriza e se corporifica muito nas oportunidades que Moçambique gera nessa área.

A difusão cultural, naturalmente, é um elemento absolutamente crucial para o trabalho de Moçambique, para as relações com Moçambique, Essuatíni e Madagascar, já particularmente por conta do mencionado Bicentenário da Independência brasileira e de o quanto isso poderá ter rebatimentos, poderá ter desdobramentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nos anos subsequentes, com uma esperada ampliação da presença cultural, do poder brando brasileiro nesses países.

E, finalmente, abordarei questões referentes à assistência consular também, brevemente.

Quanto à questão da política externa, quero só mencionar a participação fundamental de Moçambique na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e da União Africana. Moçambique é candidato a membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas para o período que se inicia no ano que vem – é uma candidatura que já conta com o apoio da União Africana e da CPLP. E, naturalmente, quero ressaltar também as relações especiais de Moçambique com seus vizinhos mais imediatos, no seu entorno geográfico, que é o caso da Tanzânia, o caso do Zimbábue, o caso da Zâmbia, de Malawi, da própria Essuatíni e da África do Sul, sobretudo. A África do Sul é um país fundamental porque cerca de um terço do comércio e das cadeias produtivas, das relações econômicas são realizadas com a África do Sul.

Essa comunhão entre Brasil e Moçambique é conspícua e é notável também pelo fato de registrar esse apoio mútuo em fóruns internacionais, nos quais há uma enorme incidência de apoios recíprocos.

Há o mecanismo de consultas políticas, que foi mencionado pela Senadora Mara Gabrilli. Ele não se concretizou com mais afinco, como nós gostaríamos, justamente – e aí eu entro em um segundo elemento que também impactou muito negativamente as relações comerciais entre Brasil e Moçambique – pela incidência dos dois ciclones, o Idai e o Kenneth, que vitimaram milhares de pessoas e desestruturaram, quebraram a infraestrutura, desestruturaram as cadeias produtivas, interromperam uma série de elementos que vinham sendo considerados como forma de expansão de investimentos e de negócios entre Brasil e Moçambique.

Isso se juntou também... Quer dizer, a covid teve um impacto menor nesse aspecto, mas o jihadismo e as ações terroristas no norte de Moçambique paralisaram uma série de empreendimentos para os quais a economia do país vinha se dirigindo recentemente.

Embora o Brasil tenha tido esse arrefecimento importante do comércio bilateral, nós contamos com expressivo estoque de investimentos diretos, como também mencionou a Senadora Gabrilli. Menciono, por exemplo, a área de mineração do carvão, que era uma atividade na qual a Vale ficou no país por mais de 11 anos ou por cerca de 11 anos. Isso representou cerca de 1 bilhão de impostos, uma participação grande na infraestrutura, capacitação e qualificação. Há diversas outras empresas brasileiras ali, na área de cimentos, na área de cervejas, por exemplo – nós sempre estamos presentes nesse setor –, e outras empresas de porte médio também.

O grande desafio para o Brasil é de posicionar o setor privado para a retomada plena das atividades econômicas nesse contexto pós-pandemia.

Então, justamente com isso, nós gostaríamos que as empresas brasileiras... E este é um desafio que eu pretendo assumir, que é falar com as associações empresariais, com as federações, falar com os segmentos e setores onde haja complementariedade econômica entre os interesses brasileiros e as possibilidades de desenvolvimento econômico de investimento em Moçambique, para estimular e reforçar essas atividades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Outro aspecto crucial também é esse mencionado bônus demográfico. Esse bônus demográfico vai engendrar ou vai exigir um enorme esforço de capacitação, qualificação profissional, desenvolvimento educacional. Isso entra também diretamente numa questão que a Senadora Mara Gabrilli levantou, que são duas questões fundamentais: a questão da difusão da língua portuguesa, através, por exemplo, de linguagem de sinais; a disseminação dos nossos valores, dos nossos princípios junto justamente à juventude. Nós temos que lembrar que Moçambique é um país que foi assolado durante 15 anos, 16 anos por uma guerra civil. Moçambique passou pelos processos das insurgências jihadistas. Então, a questão da acessibilidade, o impacto que isso teve na população foi notável, foi dramático, isso é algo que precisa ser considerado também em termos de acessibilidade, em termos de comunicação, de formação e de qualificação. E isso também fundamentalmente em outro aspecto que ela mencionou, a questão da mobilidade: mobilidade acadêmica, mobilidade estudantil, mobilidade técnica, mobilidade de capacitação, tudo isso são elementos fundamentais que se vinculam diretamente com o aspecto do bônus demográfico, o perfil que a estratificação demográfica moçambicana oferece.

Como foi mencionado, a questão da exploração do gás na Bacia do Rovuma e o perdão, o equacionamento da dívida externa moçambicana com o FMI também constituem elementos importantes, em que se abrem novas perspectivas recentes para a expansão do investimento brasileiro nos dois países.

Essa questão do bônus demográfico é que nós temos uma comparação muito interessante de vários países do continente africano – mas muito particularmente de Moçambique –, em que nós vamos verificar que os diversos indicadores sociais, indicadores econômicos de Moçambique hoje correspondem muito, são muito parecidos aos indicadores que eram de países da Ásia-Pacífico, por exemplo, na década de 90 ou, mais recentemente, até o ano 2000 mais ou menos. Então, indicadores sociais básicos, como mortalidade infantil, por exemplo, mortalidade materna, alfabetização, eram índices parecidos com os que determinados países da Ásia-Pacífico dispunham há cerca de 25 anos, e também os indicadores econômicos gerais: renda *per capita*, por exemplo, nível de emprego. Isso, para alguns analistas – por exemplo, o Banco Mundial tem um estudo sobre isso e também alguns centros de pesquisa privados na área econômica –, poderá se reverter exatamente em grande oportunidade de crescimento para esses países nos próximos anos.

Os três pontos fundamentais.

O Brasil tem uma liderança tecnológica absolutamente evidente e conhecida em temas como energias renováveis, petróleo e gás, agricultura, agroalimentos e agroenergia – como sabemos, não é? –, saúde pública, vacinas, imunobiológicos, fármacos e medicamentos, e isso corresponde a uma série de oportunidades que nós podemos ter para desenvolver um plano de trabalho e uma ação mais dinâmica com Moçambique nos próximos anos.

Um ponto de vista que imediatamente nos chama a atenção é buscar o envolvimento de diversas associações brasileiras de pesquisa e desenvolvimento na área agrícola, na área de pesquisa e desenvolvimento na agricultura – naturalmente ressalta-se aí sempre a Embrapa, mas nós temos diversas outras entidades. Nós gostaríamos sempre de poder mobilizar essas entidades de modo a ter projetos de pesquisa e desenvolvimento conjuntos para a ampliação da produção. Por que a ampliação da produção moçambicana interessa ao Brasil? Porque nós estamos em contexto de pós-pandemia, nós estamos em contexto de conflito armado na Ucrânia. Isso tudo tem levado a um impacto muito grande no preço dos agroalimentos, em índice de inflação e na oferta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dos alimentos. Então, à medida que o Brasil possa ter uma preeminência na exploração de oportunidades de cooperação técnica e desenvolvimento econômico e comercial nessa área, isso é algo de grande interesse para nós.

Ressaltaria também, já terminando, a questão do biogás. Eu acho que é também um elemento, uma energia renovável muito promissora, na qual existe uma grande experiência brasileira a partir, por exemplo, de iniciativas do Parque Tecnológico de Itaipu e de outras que nós podemos também desenvolver com Moçambique. E a questão da cadeia produtiva moçambicana do gás natural enseja certamente grandes oportunidades para pequenas e médias empresas brasileiras, já com toda a experiência que a Petrobras galvanizou ao longo das suas décadas de experiência. E me lembra muito, me vem muito a mente, nesse aspecto, o trabalho do Centro de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes), da Petrobras. Eu acho que nós temos que ver quais são as oportunidades a partir não só desse centro de pesquisa e desenvolvimento, mas de diversos outros para essa oportunidade de cooperação comercial.

Naturalmente, fortaleceremos esse trabalho na área de cooperação humanitária. O Brasil tem uma experiência grande também através do Cemaden (Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais), que é algo em que nós podemos intensificar a nossa presença com Moçambique a partir da nossa *expertise* nesse campo. E, no campo das relações culturais, eu queria fazer uma menção especial ao trabalho que o Centro Cultural Brasil Moçambique, em Maputo, já desenvolve, que é um centro de referência cultural na cidade, que realiza, Sra. Senadora Kátia Abreu, em alguns anos, até mais cem eventos. Neste ano, mesmo em contexto de pandemia, já tem algumas dezenas previstas, com ampla presença da cultura brasileira, do modo de pensar brasileiro, das nossas tradições, da nossa cultura, da nossa culinária, da nossa gastronomia, dos nossos programas de televisão, do nosso cinema, e é uma referência grande de aproximação, de amizade, de integração e de irmandade, como dizem os moçambicanos em relação a isso.

Sobre assuntos culturais, terminando, só menciono que, antes da pandemia, isso também reflete, tem uma certa relação também com esse arrefecimento de determinados aspectos econômicos, sobretudo de comércio nas relações bilaterais. Antes da pandemia, nós tínhamos, em Moçambique, cerca de 5 mil brasileiros, inclusive uma presença importante em determinados aspectos centrais da administração, da sociedade civil, da igreja. Tinha uma presença importante e, logo após a pandemia, esse número decresceu para menos de 1,5 mil. Então, isso é um aspecto importante.

No que diz a Essuatíni e Madagascar, é um trabalho que pretenderemos realizar para buscar junto às áreas do Itamaraty talvez a abertura de um consulado honorário, em Antananarivo, na capital de Madagascar, e possivelmente também em Mbabane, em Essuatíni, como forma de buscar um adensamento das relações bilaterais e buscar essa expansão.

Termino, então, fazendo um agradecimento, além de todos os que foram citados inicialmente, ao meu amigo e colega Embaixador Carlos Alfonso Iglesias Puente, com quem eu aprendi muito durante esse processo todo de preparação para esta sabatina em que meu nome vem sendo submetido ao Plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – um agradecimento especial a ele –, também reconhecendo o trabalho da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) numa variedade, num leque riquíssimo de ações, que foi impossível mencionar aqui. São mais de 30 projetos de impacto direto, de grande resultado e rebatimento para o Brasil, e esse é um trabalho do qual nós temos que muito nos orgulhar e ao qual eu pretendo dar continuidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Embaixador Ademar.

Passo às perguntas do e-Cidadania.

Tem uma pergunta para V. Exa., de Fábio Coura, do Distrito Federal: "Qual será a atuação do Brasil junto à insurgência de Cabo Delgado? O Brasil como país líder da CPLP não pode se omitir nesse conflito." – a opinião é dele.

E, para a Embaixadora Vera Lucia, Brenno Felipi, do meu Tocantins – muito obrigada, Brenno Felipi –: "Quais serão as suas estratégias diplomáticas para aproximar os dois países na economia, cultura, turismo e biodiversidade?".

Felipe Gonzales, do Rio de Janeiro: "Como fará a aproximação da indústria nacional de defesa do Brasil para oferecer produtos e/ou parcerias ao arquipélago?".

Wilson Bicalho, de São Paulo: "Existe uma receptividade quanto aos produtos brasileiros nos países que a Embaixadora nos representa?".

Mateus Augusto, de Goiás: "Qual será a sua estratégia para garantir bons interesses econômicos ao Estado brasileiro?".

José Barbosa, do Mato Grosso: "Quais contribuições podem ser identificadas no curto e longo prazo em relação à educação e ao comércio exterior com os países caribenhos?".

Algumas perguntas a Embaixadora Vera Lucia colocou durante a sua apresentação. Então, eu lhe concederei cinco minutos para fazer um comentário geral sobre todas essas perguntas, que eu posso aqui lhe repassar.

E, depois, cinco para o Embaixador Ademar, mas antes pergunto aos colegas Senadores se têm alguns questionamentos a fazerem aos dois diplomatas, Senadora Nilda, Senador Esperidião ou Senadora Mara, que está *online*. (*Pausa.*)

Então, com a palavra, Embaixadora Vera, por cinco minutos.

A SRA. VERA LUCIA DOS SANTOS CAMINHA CAMPETTI (Para expor.) – Obrigada, Srs. Brenno Felipi, Felipe Gonzales, Wilson Bicalho, Mateus e José Barbosa, do Mato Grosso. Obrigada pelas perguntas.

Na verdade, o nosso relacionamento com o Caribe, na parte comercial, é altamente prejudicado pela dimensão daqueles países e pela situação econômica em que eles vivem.

O Brasil é um país querido no Caribe, porque nós temos uma aproximação cultural, uma aproximação mais do que cultural, porque é uma aproximação de povo para povo. Nós temos uma herança comum. A nossa aproximação, o nosso entendimento com o Caribe está mais na base da amizade, da possibilidade de cooperação, e cooperação fornecida pelo Brasil no âmbito dessa nossa política humanitária. Na verdade, a cooperação é o principal elemento de aproximação nossa com o Caribe. Essa nossa cooperação tem que ser utilizada também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

como uma alavanca de venda de produtos, uma alavanca de obtenção de apoios, uma alavanca de obtenção de aproximação maior do Brasil com os países do Caribe.

Com relação à educação, nós temos dois projetos mais específicos: um projeto é da língua portuguesa, oferecer cursos *online* de língua portuguesa, porque isso é do interesse deles e é do nosso interesse. O caribenho é muito receptivo ao Brasil e muito receptivo à nossa cultura. A divulgação que nós fazemos também é importante nesse mecanismo de aproximação. A receptividade é total, só que cabe a nós fazer esse trabalho, e é um trabalho que requer algumas vezes recurso e muita dedicação. E é isso que nós estamos dispostos a tentar alavancar.

Espero que tenha respondido todas as questões, porque muitas coisas já foram ditas antes.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada. (*Falha no áudio.*)

... algum comentário mais aprofundado sobre a redução do comércio e se o senhor tem informações de quanto representou esse investimento da agência brasileira, a ABC, em Moçambique, nos últimos dez anos. Se não puder informar agora, nós gostaríamos que o Itamaraty pudesse, o Ministro Paulo Uchôa, nos informar desses investimentos, em quais áreas tem investido nessa cooperação.

O SR. ADEMAR SEABRA DA CRUZ JUNIOR (Para expor.) – Perfeito, Senadora.

Primeiro, respondendo à pergunta relativa à insurgência jihadista em Cabo Delgado. Na verdade, esse caso, o problema do terrorismo em Cabo Delgado está relativamente equacionado, inclusive simbolicamente, nos dias recentes, esta semana ainda, houve uma espécie de presença do estado moçambicano, uma retomada plena de uma cidade localizada em Cabo Delgado, chamada Mocímboa da Praia, que foi a mais afetada, que foi arrasada pelos ataques terroristas, em que há uma normalização já da vida nisso. Não que haja... Não que a questão do terrorismo tenha sido completamente debelada ou desbaratada, mas em mais de dois terços esses ataques já foram reduzidos, e com uma cooperação ampla que naturalmente o Governo de Moçambique buscou imediatamente com seus vizinhos, com que havia, digamos assim, uma convergência, uma interlocução, uma inteligência melhor de terreno com os países parceiros, sobretudo da organização multilateral, regional, da qual participa Moçambique, que é a SADC, que estipulou uma força especial junto com as forças moçambicanas e também com a participação do Governo de Ruanda.

Então, é um caso que está bem equacionado, embora tenha havido também algumas notícias de que a insurgência tenha ido mais para o sul. O Brasil participou diretamente, mediante ajuda aos deslocados, com programas, com recursos inclusive. Não são recursos assim, digamos, muito vultosos em termos relativos ao que a guerra, digamos assim, representa. Essa insurgência jihadista, há estimativas, custa US$1 milhão por dia ao Governo moçambicano e aos países que estão envolvidos para que seja debelado esse flagelo. Mas nós temos apoiado com o dinheiro, com cerca de US$100 mil em alguns programas, outro tanto também para realocação e também para assistência humanitária, nós tivemos uma doação recente de 4 mil toneladas de arroz também para Moçambique, que são formas indiretas com que nós apoiamos os deslocados pelo conflito.

A questão também, eu queria só fazer um comentário também da pergunta da Senadora Mara Gabrilli, da acessibilidade. Acho que é uma questão de grande interesse e grande prioridade que nós podemos considerar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que é, junto com a CPLP, entender qual seria uma espécie de banco de boas práticas dos países lusófonos no que diz respeito a essa questão da acessibilidade, no que diz respeito, por exemplo, à comunicação aqui mencionada na questão da língua de sinais.

Na questão do comércio bilateral, obviamente que todas essas questões... Eu vou até relacionar a questão do comércio também com a questão de catástrofes naturais. Quando passaram o ciclone Idai e o ciclone Kenneth, esse é um outro aspecto da presença brasileira conspícua, manifesta de grande envergadura, porque nós, em muitos momentos dessas duas catástrofes naturais, éramos o único país presente no terreno, com apoio de quase cem bombeiros de brigadas militares brasileiras também, bombeiros militares brasileiros, participando de operações de resgate, de apoio e de salvamento de populações que foram atingidas por isso.

Então, Moçambique passou de todo modo, de 2017 para cá, Sra. Senadora, por várias situações assim. Como eu vinha lhe dizendo, até 2016, Moçambique tinha um crescimento exponencial, vinha crescendo 6% a 8% ao ano. Alguns países africanos também tinham esse tipo de desempenho. Alguns países eram conhecidos inclusive como os novos Tigres Africanos.

Havia esse deslocamento do eixo de desenvolvimento, que foi passado pelos países da Ásia-Pacífico, nos anos 80, por exemplo, para algo que era muito promissor, para a África, mas isso foi interrompido, em grande medida, pela questão, no caso específico de Moçambique, dessas enormes catástrofes naturais, que desestruturaram completamente o país, os ataques jihadistas, a questão da covid, que não foi a principal, mas intensificou também essa questão, quer dizer, foi o primeiro ano que Moçambique teve... Moçambique vinha com o crescimento sustentado desde praticamente a independência. Perdão, desde praticamente a celebração do acordo de paz entre a oposição e o governo em 1992, mas observou uma recessão expressiva em 2020, o que, naturalmente, impacta os índices de comércio.

A questão do Brasil era justamente porque também nós tivemos uma outra dificuldade, que foi no caso da Vale. Quer dizer, por exemplo, de importação de hulha. A hulha representava um elemento fundamental da pauta comercial bilateral Brasil-Moçambique, mas a Vale tomou uma decisão estratégica importante, que é fazer uma espécie de desligamento progressivo da exploração mineral em fontes, digamos, poluentes, para um outro perfil produtivo e um outro perfil de adensamento tecnológico no seu programa de atividades. Isso impactou negativamente a agenda comercial brasileira, tema que, caso eu venha a ser considerado favoravelmente pelos Srs. Senadores na Comissão e no Plenário, eu pretenderei retomar, com essas duas imensas oportunidades, que são justamente a retomada da fase pós-covid e a questão de uma aproximação do Brasil, do benefício desse bônus demográfico que está na raiz do crescimento moçambicano e africano, a partir do início deste século, até 2015, 2016.

Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada.

Eu convido os dois para sentarem-se no Plenário e para vir à Mesa o Sr. Pedro Luiz Dalcero e o Embaixador Vilmar Rogeiro Coutinho Junior. (*Pausa.*)

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

MENSAGEM (SF) N° 12, DE 2022

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor PEDRO LUIZ DALCERO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Pronto para deliberação

A Relatora, Senadora Soraya Thronicke, não se encontra presente no país. O nosso Relator *ad hoc*, Senador Esperidião Amin, fará, então, a apresentação do relatório.

Muito obrigada, Senador Esperidião.

Declaro que a urna de votação já está aberta para iniciar os votos.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Por favor, Senador, com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Quero agradecer pela oportunidade e dizer que vou procurar me desincumbir dessas tarefas tanto as inicialmente estabelecidas por V. Exa. da melhor maneira possível, mas dentro de algumas limitações de tempo que eu já tinha exposto à sua assessoria.

Trata-se, portanto, da indicação do Sr. Pedro Luiz Dalcero para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de São Tomé e Príncipe. Ontem eu aprendi que o príncipe em questão é Santo Antônio, e o São Tomé é o meu padroeiro, porque eu nasci no dia de São Tomé, o que me faz ser muito cioso de acreditar em alguma coisa, exigindo alguma comprovação fática.

O seu currículo é, como de todos os que eu tenho visto nos egressos do Instituto Rio Branco, uma demonstração da qualidade formal, além da qualidade prática e fática, do nosso corpo diplomático. Como o relatório está distribuído, eu me dispenso de repetir.

No que diz respeito às relações brasileiras, o documento encaminhado a esta Casa pelo Itamaraty ressalta que a cooperação técnica é o aspecto que se destaca – e naturalmente o seu plano de trabalho vai realçar esses aspectos – em educação, saúde, informatização, agricultura... Eu acrescento, depois da nossa entrevista de ontem, aquicultura, com ênfase a algumas habilitações do meu próprio estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à cooperação técnica e humanitária, cinco projetos estão em execução: apoio ao Programa de Luta contra a Tuberculose; Centro de Formação Profissional, já na sua Fase II; capacitação jurídica de magistrados; desenvolvimento de gestores; e reforço institucional do Banco Central de São Tomé e Príncipe.

O Brasil coopera com São Tomé e Príncipe em matéria de defesa, tendo a Marinha brasileira ali instalado um Núcleo de Missão Naval, em 2014.

No tocante ao comércio bilateral, os valores, ainda que muito modestos, dizem respeito, especialmente, a exportações de arroz, conservantes e açúcares.

Finalmente, na expectativa de que o plano de trabalho seja apresentado de maneira satisfatória pelo Sr. Pedro, eu creio que o relatório já distribuído e agora resumido por mim bem descreve a habilitação do Sr. Pedro Luiz Dalcero para a missão que lhe está proposta pelo Governo brasileiro.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Senador Esperidião, que, a pedido da Senadora Soraya, fará hoje três relatórios de três diplomatas, pela sua viagem ao exterior. E eu agradeço ao senhor pelo apoio, pela cooperação, pela consideração aos nossos amigos diplomatas.

Passo a palavra, então, ao sabatinado Sr. Pedro Luiz Dalcero pelo tempo de 15 minutos.

O cronômetro está equivocado, já está com 11; zera para 15 para ele começar.

O SR. PEDRO LUIZ DALCERO (Para expor.) – Muito obrigado, Sra. Presidente, Senadora Kátia Abreu.

Agradeço também à Senadora Soraya Thronicke, minha Relatora, e ao Senador Esperidião Amin, Relator *ad hoc*, com quem eu tive o privilégio e a honra de poder conversar ontem, por intermédio de quem saúdo a todos os demais Senadores e Senadoras, colegas aqui presentes, senhoras e senhores.

Primeiramente, desejo agradecer ao Senhor Presidente da República e ao Ministro das Relações Exteriores por haverem me concedido a honra de indicar meu nome ao cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de São Tomé e Príncipe.

O país tem um território de 964km^2 e população de 215 mil habitantes. É o segundo menor país do continente africano, mas tem um PIB de US$53 bilhões e foi recentemente elevado à categoria de país com Índice de Desenvolvimento Humano de nível médio.

São Tomé e Príncipe é considerado um caso de êxito de políticas sociais de combate às mazelas do subdesenvolvimento. Continua, entretanto, apresentando graves problemas econômicos, sociais e sanitários.

O país possui a mais alta taxa de alfabetização entre os países africanos de língua oficial portuguesa: 92% da população acima de 15 anos sabe ler e escrever. Em 1975, quando da Independência, 80% da população adulta era de analfabetos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Outro bom exemplo de avanço é a queda nas taxas de mortalidade infantil. Em 2000, havia 70 óbitos para cada mil nascimentos, número que evoluiu para 40 óbitos a cada mil nascimentos em 2019. Foi realmente notável o esforço do país nas últimas décadas.

Pode-se afirmar que a estabilidade política foi o principal fator que permitiu esses avanços sociais. Nos últimos 30 anos, o país tem se notabilizado como uma das democracias mais resilientes do continente africano.

A prioridade da política externa são-tomense é atrair recursos de cooperação que permitam viabilizar o desenvolvimento econômico do país. O Brasil é sempre visto como um parceiro confiável e com histórico de cooperação em várias áreas. Na verdade, como já foi antecipado pelo Senador Esperidião Amin e consta do relatório do Itamaraty, a cooperação técnica é o eixo central das relações Brasil-São Tomé e Príncipe.

Caso meu nome seja aprovado por esta Casa, meu programa de trabalho como Embaixador em São Tomé e Príncipe terá quatro vertentes principais: relacionamento econômico-comercial, cooperação técnica, cooperação em defesa e o que denominei agenda político-diplomática.

Na primeira década do século XX, STP era a colônia mais rica do antigo Império Colonial Português, provendo a metrópole com rendimentos muito superiores aos de Angola. As exportações de cacau, de excelente qualidade no período colonial, continuam sendo o principal item da pauta exportadora do país no século XXI, havendo interesse manifesto do Governo são-tomense em procurar diversificar suas exportações.

A promoção comercial de bens e serviços brasileiros, assim como o fomento a investimentos brasileiros, será foco prioritário do meu programa de trabalho. O Brasil tem condições de oferecer como país parcerias econômico-comerciais que levem ao aumento de nossas exportações, assim como contribuam para o esforço são-tomense de diversificar exportações.

O Relator já indicou pontos da pauta comercial. Foram 3,27 milhões de exportações ano passado: basicamente, açúcares, arroz, conservas de carne e peças de mobiliário. Porém, no primeiro trimestre de 2022, as exportações já atingiram US$1,1 milhão. Houve um crescimento de 99% a mais do que no mesmo período do ano anterior, o que aponta para a perspectiva de as exportações superarem US$4 milhões este ano.

O país São Tomé e Príncipe tem a peculiaridade de possuir uma zona econômica exclusiva (ZEE) 160 vezes maior do que o seu território. São evidentes, portanto, as potencialidades de investimentos na chamada economia azul. A propósito, a principal autoridade econômica em São Tomé e Príncipe é o Sr. Engrácio da Graça, Ministro do Planejamento, Finanças e Economia, título oficial do Ministro da Economia de São Tomé e Príncipe.

Os trabalhos de prospecção já constataram a existência de reservas de petróleo e gás na ZEE de São Tomé e Príncipe e na área que compartilha com a Nigéria. Caso essas reservas venham a ser exploradas, haverá certamente uma transformação do perfil econômico do país, o que poderá gerar oportunidade de negócios para empresas brasileiras.

Há um outro setor de investimentos na economia azul que são de maturação mais rápida, que são exatamente a pesca e a aquicultura, sobre as quais eu tive o privilégio ontem de intercambiar algumas ideias com o Senador Esperidião Amin – conversa que tivemos ontem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Pretendo fazer contatos com empresas brasileiras desses setores para explorar a possibilidade de se estabelecerem em São Tomé e Príncipe. Essas me parecem ser possibilidades de comércio e investimento exequíveis no curto e médio prazo e com grande potencial de retorno para os interesses comerciais brasileiros e como opção de desenvolvimento para a economia de São Tomé e Príncipe.

Também a fim de diversificar a pauta exportadora para São Tomé e Príncipe, já fiz contato e pretendo me encontrar nas próximas semanas em São Paulo com o Diretor-Presidente da empresa Vela Bikes. É uma empresa brasileira, fabricante de bicicletas elétricas. No contato inicial que tivemos, conversamos sobre a possibilidade de exportação de bicicletas elétricas brasileiras para transporte de pessoas e prestação de serviços em unidades especialmente voltadas para o setor de turismo, uma atividade que apresentou forte crescimento na última década.

Com o objetivo também de ampliar o engajamento do setor privado na discussão de políticas voltadas para expandir o comércio bilateral, incluí no meu planejamento estratégico a ideia de criação de uma Câmara de Comércio Brasil-São Tomé e Príncipe. Seria o veículo natural para o engajamento do setor privado nessa aproximação comercial e de investimento entre os dois países.

A cooperação técnica é considerada o eixo central do relacionamento bilateral Brasil-STP. Temos com o país experiências muito bem-sucedidas que podem servir de modelo para outras iniciativas brasileiras em outros países.

Entre os cinco projetos mencionados pelo Senador Esperidião Amin, eu gostaria de destacar três. O projeto Apoio ao Programa de Luta contra a Tuberculose, o Centro de Formação Profissional Brasil-STP e o Programa de Formação de Gestores na Região Autônoma de Príncipe.

No âmbito do projeto Apoio ao Programa de Luta contra a Tuberculose, foi inaugurado em 2018 o Laboratório Nacional de Referência da Tuberculose – o laboratório foi montado com recursos brasileiros, é um laboratório resultado da cooperação brasileira. O laboratório foi instrumental para o combate à pandemia de covid-19, uma vez que detém capacidade para detecção e diagnóstico do SARS-CoV-2. A excelente qualidade de uma estrutura prevista para um determinado fim foi decisiva para enfrentar a emergência sanitária nos dois últimos anos. As últimas informações são de que a pandemia de covid-19 se encontra sob controle.

O Centro de Formação Profissional Brasil-STP é uma parceria da ABC com o Senai. A fase II do projeto prevê a implantação de cursos de nível médio, ao qual estará acoplado o ensino técnico. Pretendo explorar junto ao Senai a possibilidade de incluir cursos sobre pesca e aquicultura como um dos cursos técnicos oferecidos pelo centro de formação.

A vertente do programa de trabalho relativo à cooperação e defesa é de especial importância para os dois países. O Golfo da Guiné faz parte do entorno estratégico brasileiro, definido pela Política Nacional de Defesa, e a incidência de ações de pirataria afeta a dinâmica geopolítica do Atlântico Sul. Nos primeiros nove meses de 2020, ocorreram, no Golfo da Guiné, 95% dos sequestros de embarcações registrados em todo o mundo. Os principais crimes perpetrados são roubo e sequestro de embarcações que transportam *commodities* e outras mercadorias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Há algumas diferenças entre a pirataria que era praticada no leste da África, próximo à costa da Somália, e a que se pratica hoje no Golfo da Guiné. Na costa oriental africana, os piratas tinham um raio de ação limitado, mas estavam próximos de uma das áreas marítimas de maior fluxo comercial do planeta, que são o Canal de Suez e o Golfo Pérsico. O problema daquela área só foi debelado com o engajamento de praticamente todas as potências militares. No Golfo da Guiné, os piratas têm um raio de atuação muito mais amplo, navegam num raio muito mais amplo do que navegavam na costa da Somália, e os países desenvolvidos mobilizaram-se apenas mais recentemente.

Desde 2009, o Ministério da Defesa, em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação, apoia a formação de militares são-tomenses por meio de cursos nas escolas das Forças Armadas brasileiras. Entre 2009 e 2021, foram contemplados, nesse programa de capacitação, um total de 50 militares são-tomenses. Em 2014, a Marinha do Brasil estabeleceu o Núcleo da Missão Naval do Brasil em São Tomé e Príncipe, posteriormente transformado em grupo de assessoria técnica, com o objetivo de apoiar a formação de militares por meio de cursos e treinamentos e auxiliar na organização e estruturação da guarda costeira do país. Atualmente fuzileiros navais são-tomenses são formados em cursos ministrados com apoio e supervisão de militares brasileiros.

Nesta vertente do programa de trabalho, pretendo apoiar e oferecer todas as condições para que se aprofunde a cooperação já existente. A cronologia dessas iniciativas que eu acabei de mencionar, que remontam há mais de uma década, demonstram que, em virtude de nosso profundo compromisso com São Tomé e Príncipe, o Brasil se antecipou no enfrentamento de problemas, nós já estávamos lá apoiando a guarda costeira são-tomense quando o problema surgiu.

Em 2021, aconteceu a operação Guinex-I, coordenada pela Marinha do Brasil, em que a Fragata Independência atuou conjuntamente com as Marinhas da costa africana, inclusive com a de São Tomé e Príncipe. Em julho e agosto de 2022, será realizada a Guinex-II, com outro grupo de países. São Tomé e Príncipe será o único país que voltará a integrar a operação e será visitado por outra fragata.

Neste momento, Sra. Presidente, é importante falar sobre a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas), que foi criada em 1986, a partir de uma proposta brasileira, por uma resolução da Assembleia Geral da ONU. A Zopacas reúne Brasil, Uruguai, Argentina e 21 Estados da costa ocidental africana. A Zopacas é o foro ideal para elaboração e execução de medidas de cooperação, a fim de prevenir e mitigar os riscos à segurança marítima no Atlântico Sul. Por suas características insulares e proximidade da costa, São Tomé e Príncipe ocupa uma posição estratégica e será fundamental para implementar quaisquer medidas aprovadas no âmbito da Zopacas.

Quanto à agenda político-diplomática, incluí no planejamento estratégico explorar a possibilidade de se constituir um grupo parlamentar Brasil-São Tomé e Príncipe. Nesse sentido, permito-me convidar V. Exas. a refletirem sobre essa ideia, convite de reflexão que, obviamente, também se estende à Câmara dos Deputados.

No plano estritamente diplomático, na agenda propriamente diplomática, eu pretendo consultar sobre o interesse do país, o interesse de São Tomé e Príncipe em negociar um Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI). Esse é um modelo de acordo elaborado e desenvolvido pelo Brasil que visa aprofundar os fluxos de investimentos bilaterais. Negociar esse acordo é um complemento lógico da proposta de atrair investimentos brasileiros para São Tomé e Príncipe. Necessitaremos de uma moldura jurídica. Essa moldura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

jurídica bilateral não superaria todos os desafios, mas seria um instrumento útil para oferecer conforto ao investidor brasileiro.

Cabe ainda uma nota sobre a cooperação educacional com São Tomé e Príncipe: o Centro Cultural Brasil-São Tomé e Príncipe, que foi renomeado agora, como todos os centros culturais do Brasil no exterior. Nossa rede foi renomeada pelo Instituto Guimarães Rosa.

Nessas duas áreas há um trabalho que foi desenvolvido pelos anteriores Embaixadores. Enfim, o que eu pretendo é apenas, se for aprovado por esta Casa, dar continuidade ao excelente trabalho que foi desenvolvido pelos meus predecessores, inclusive pelo meu colega com quem compartilho a mesa, o Embaixador Vilmar Coutinho.

Desde o ano 2000, quase 400 estudantes são-tomenses se formaram em universidades brasileiras; 15 são-tomenses obtiveram o título de mestre e doutor no Brasil. Quando nós pensamos na população de São Tomé e Príncipe, vocês podem imaginar o impacto que isso tem na sociedade local, 400 pessoas com títulos universitários obtidos no Brasil atuando na sociedade são-tomense.

O Instituto Guimarães Rosa é o principal polo cultural do país. Nele está instalado o único cinema, onde se fazem amostras regulares do cinema brasileiro, cursos de línguas, exposições e outras atividades culturais.

Nesse campo também, o meu desafio seria manter o bom trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Embaixador Vilmar Coutinho.

Para finalizar, Sra. Presidente, o sentido geral do meu programa de trabalho em São Tomé e Príncipe parte de uma inspiração no passado do país. Como apontou o historiador Luiz Felipe de Alencastro, a partir do século XVI, o arquipélago de São Tomé e Príncipe serviu como laboratório para a expansão colonial portuguesa. Formas de exploração colonial assim como algumas tecnologias foram, primeiramente, desenvolvidas em São Tomé e depois levadas para a colônia americana de Portugal, como o caso das técnicas utilizadas nos moinhos de açúcar. O mesmo acontecia com as pessoas escravizadas, que, antes de seguirem para o Brasil, eram forçadas a passar um período em São Tomé e Príncipe, onde se familiarizavam com as técnicas de plantio e processamento de cana-de-açúcar.

No século XXI, temos que inverter essa equação. São Tomé e Príncipe pode se tornar uma plataforma de inserção para empresas brasileiras que desejem comerciar e investir no continente africano. As condições particulares do país – mercado pequeno, estabilidade política e econômica – o tornam ideal para aferir a receptividade a determinados produtos, bem como planejar estratégias de marketing que poderiam ser posteriormente usadas em mercados maiores, mas com características similares de renda e cultura.

Encerro assim, Sra. Senadora, Sra. Presidente, a minha exposição e me coloco à disposição para eventuais perguntas.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Embaixador, pelas suas explicações com bastante conteúdo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

De fato, tem uma questão importante em São Tomé e Príncipe pela sua grande produção e exportação de cacau, que uma boa cooperação podia ser feita com a Embrapa, que está evoluindo bastante em espécies novas, resistentes inclusive à seca, e também em técnicas de irrigação. Um investimento muito alto hoje no Brasil é em produção de chocolates finos, coisa que o Brasil não fazia no passado. Hoje nós já temos uma grande produção – Senador Tasso Jereissati, seja bem-vindo! –, hoje nós já temos muitos produtores chocolateiros ousados fazendo chocolates maravilhosos e já se atrevendo aí até a vender chocolate para a Suíça. Eu acho isso o máximo. Então, São Tomé e Príncipe poderia contar com essa cooperação, se fosse possível.

Eu passo a palavra...

Item 4.

ITEM 4

MENSAGEM (SF) N° 10, DE 2022

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor VILMAR ROGEIRO COUTINHO JUNIOR, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Zimbábue.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pronto para deliberação

Com a palavra o Relator, o Senador Chico Rodrigues. Ele está *online*? (*Pausa.*)

Ah, Nilda. É a Nilda.

A Senadora Nilda Gondim fará essa gentileza...

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – O Relator não pode comparecer, eu sou a Relatora *ad hoc*.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Isso.

Está muito bem representado, Senadora Nilda.

Então, com a palavra, para apresentar o seu relatório, a nossa competente Senadora Nilda, da Paraíba, por favor.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Como Relatora.) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Sra. Presidente, Srs. Embaixadores, senhores presentes aqui, todos, chega ao exame desta Comissão a indicação feita pelo Presidente da República do nome do Sr. Vilmar Rogeiro Coutinho Junior, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Zimbábue.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Cumprindo exigência regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata, que é filho de Vilmar Rogeiro Coutinho e Olga Bernardo Coutinho, tendo nascido em Santos, São Paulo, em 2 de setembro de 1959.

Seu ingresso no Instituto Rio Branco ocorreu em 1982, ano em que frequentou o Curso de Preparação à Carreira Diplomática. Em 1990, concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e, em 2005, Curso de Altos Estudos, com a dissertação "A Política Automotiva do Mercosul: Um Novo Exercício de Equilíbrio de Interesses Estratégicos".

Em 1989, obteve o diploma in Economics da London School of Economics.

Entre as funções desempenhadas pelo diplomata indicado, no Brasil, destacam-se as de Chefe da Divisão de Inteligência Comercial (2001-2002); Coordenador-Geral do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior (2002); Chefe da Divisão de Coordenação Econômica e Assuntos Comerciais do Mercosul (2005-2007); Assessor Especial do Ministério das Minas e Energia (2010-2013); Assessor do Ministério do Esporte (2013-2015); e Chefe da Divisão da Ásia Central (2015-2016). No exterior, serviu, entre outros postos, na Embaixada em Londres, por duas vezes (1986-1989 e 1993-1996), na Embaixada em Pretoria (1996-2000); na Embaixada em Havana (2007-2010); e na Embaixada em São Tomé e Príncipe (desde 2017).

Foi, ainda, agraciado com a Ordem de Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores, no grau de Grande Oficial (2010).

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República do Zimbábue.

Brasil e Zimbábue estabeleceram relações diplomáticas em 18 de abril de 1980. A embaixada residente em Harare foi aberta em 1987. Em Brasília, o Zimbábue estabeleceu sua primeira representação residente na América do Sul, em 2004.

Desde 1991, ocorreram visitas de alto nível de autoridades zimbabuanas ao Brasil. A I Comista Brasil-Zimbábue aconteceu no ano de 2009 e a segunda edição no ano de 2012.

Aspectos do cenário econômico do Zimbábue, marcado por infraestrutura precária, barreiras técnicas ao comércio, medidas sanitárias e fitossanitárias, constituem entraves para as trocas comerciais com o Brasil. Assim, em 2020, a corrente de comércio entre os dois países foi de US$4 milhões e, em 2021, foi de US$9 milhões, basicamente composta de exportações do Brasil para o Zimbábue.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vale, porém, o registro do potencial econômico do Zimbábue: o país, cuja posição central no sul do continente pode torná-lo um *hub* em termos de transporte, telecomunicações e comércio, conta com mais de 40 jazidas de minerais estratégicos, terras férteis e bem irrigadas.

Ademais, detém ampla infraestrutura que pode vir a ser recuperada em curto prazo, bem como parque industrial que pode ser renovado e população com bom nível de instrução e qualificação.

Importante lembrar que atualmente as relações bilaterais são marcadas sobretudo pelas ações de cooperação desenvolvidas pela ABC, nos campos técnico e humanitário, com destaque para projetos voltados para o fortalecimento dos setores da pecuária de corte e do algodão no Zimbábue.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Senadora Nilda, pela cooperação neste relatório importante para a nossa diplomacia.

E eu passo a palavra ao Embaixador Vilmar Rogerio Coutinho Junior pelo tempo de 15 minutos.

O SR. VILMAR ROGEIRO COUTINHO JUNIOR (Para expor.) – Muito obrigado, Exma. Sra. Senadora Kátia Abreu, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

Eu gostaria de cumprimentar as Sras. Senadoras, os Srs. Senadores e meus colegas aqui presentes também acompanhando esta sessão e dizer que é com muita honra que eu me apresento novamente a esta Comissão para ser sabatinado com vista à nomeação para o cargo de Embaixador do Brasil num país no exterior. Em 2016, eu tive a oportunidade de ter a minha primeira experiência quando fui justamente nomeado para ser Embaixador do Brasil em São Tomé e Príncipe.

E aproveito, inclusive, para agradecer as simpáticas palavras do meu colega que vai me substituir com relação à minha atuação lá. Nas conversas que nós tivemos, eu espero que tenha conseguido transmitir a ele algumas boas dicas e orientações para o bom desenvolvimento do seu trabalho em São Tomé e Príncipe.

Trata-se de uma indicação que muito me orgulha, que muito me honra. E eu gostaria de agradecer a confiança que me foi depositada pelo Sr. Ministro das Relações Exteriores e pelo Senhor Presidente da República com vistas a esta indicação. E eu espero merecer também a aprovação de V. Exas. hoje nesta Comissão.

Vou fazer uma breve exposição sobre o Zimbábue.

O Zimbábue é um país que se situa na porção austral do continente africano. É uma região de planalto, com altitudes entre 1 mil e 1,5 mil metros, e está delimitado por dois grandes vales, o Vale do Rio Zambeze ao norte e o Vale do Rio Limpopo ao sul. Tem uma superfície de aproximadamente 390 mil quilômetros quadrados, que é aproximadamente ou um pouquinho maior do que o Estado de Goiás. Aliás, a comparação é boa, porque as características geológicas do Estado de Goiás e do Zimbábue são relativamente parecidas, o que faz deles – tanto do Estado de Goiás como do Zimbábue – áreas de mineração e de agricultura forte.

É um país que conta com 15 milhões de habitantes, com dois grupos étnicos predominantes, que são os xonas e os ndebeles. A maioria da população se declara cristã, cerca de 87% da população. E ela está muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

espalhada em pequenas cidades por todo o país. Há apenas três cidades de maior porte, que são Harare, a capital, com 1,5 milhão de habitantes, Bulawayo, com 700 mil habitantes, e Chitungwiza, com 350 mil.

Há vestígios de presença humana no planalto que hoje constitui o Zimbábue desde a antiguidade, mas geralmente eram povos nômades, que só viviam passando por ali. Só a partir do início da era cristã, com as migrações bantus, de povos que vieram da região central da África e que ocuparam toda a África Austral, é que começaram a surgir algumas comunidades sedentárias agrícolas. Algumas delas evoluíram para formar grandes reinos e chegaram a ser grandes potências comerciais lá atrás, na Idade Média. A principal dessas civilizações foi o Reino do Zimbábue, que é justamente o que dá o nome atual ao país, que floresceu entre o século XIII e o século XV e era baseado no controle do comércio de ouro e de marfim da região, que era comercializado com navegadores árabes que frequentavam a costa oriental da África nessa época.

Em 1890 um grupo de investidores britânicos liderado por Cecil Rhodes, que era um empresário britânico que vivia na África do Sul, obteve uma Carta Régia da Coroa Britânica para fazer a exploração de recursos minerais e agrícolas dessa região. Aí se formou a *British South Africa Company*, que justamente começou a colonização dos territórios que hoje correspondem ao Zimbábue, à Zâmbia e ao Malawi.

Em 1923 o país se tornou oficialmente uma colônia britânica, com o título de Rodésia do Sul. E o Governo colonial decidiu estabelecer uma estrutura política assemelhada àquela que já vinha se firmando na África do Sul, baseada na segregação racial. Uma lei fundiária de 1930, por exemplo, dividiu o país em áreas, determinando quais as áreas em que apenas fazendeiros brancos, colonos brancos poderiam ser proprietários de terra.

Em 1953 houve uma tentativa do Reino Unido de promover uma federação entre o que são hoje o Zimbábue, a Zâmbia e o Malawi, mas essa federação não foi muito adiante e acabou com o reconhecimento da independência da Zâmbia e do Malawi. A partir desse momento, o que era a Rodésia do Sul, então, passou a se denominar somente Rodésia. E, como estava sob pressão crescente do Governo britânico e de vários outros governos europeus, ou seja, do mundo inteiro, por conta das suas políticas discriminatórias, acabou que a minoria branca lá da região decidiu, então, partir para uma Declaração Unilateral de Independência, que se efetivou em 1965.

Com isso, surgiram movimentos de libertação, que lutaram, promoveram uma Guerra de Libertação, uma Guerra Colonial, que coincidiu em parte – ontem a senhora me perguntava, Sra. Senadora, sobre isso... Parte da guerra do Zimbábue coincidiu com a Guerra Colonial na África e, depois, na parte final já, com a Guerra Civil de Angola, depois da independência de Angola. A Guerra Civil durou até 1980, quando então foi feito um acerto, e o país voltou a ser brevemente uma colônia britânica apenas para que a independência pudesse ser formalmente concedida em 1980.

De 1980 até 2017, aliás, até hoje, a política interna do país é dominada pelo Zanu, que é a União Nacional Africana do Zimbábue, principal partido político do Zimbábue, que era liderado com mão de ferro pelo histórico líder Robert Mugabe, que foi um dos grandes personagens da luta contra o *apartheid* na África do Sul. Houve, durante esses anos todos, muita acusação de perseguições políticas, de práticas antidemocráticas, autoritarismo, violações de direitos humanos, e tudo isso levou o Zimbábue a uma situação de isolamento internacional, sofrendo, inclusive, sanções por parte da União Europeia e dos Estados Unidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

No final dos anos 90, começo dos anos 2000, houve uma tentativa desastrada de corrigir uma injustiça histórica, que era justamente aquela questão das terras reservadas a fazendeiros brancos. Alguns veteranos da Guerra de Libertação reclamavam que não tinham sido suficientemente recompensados pelos seus esforços, e o Governo embarcou numa reforma agrária desastrada, que incentivou, inclusive, violência de vários grupos contra os fazendeiros brancos. Muitos deles foram assassinados, alguns tiveram que fugir, abandonaram suas propriedades, e tudo isso provocou uma desestruturação do setor agrícola no Zimbábue, que era o principal setor econômico do país, levando o país a uma situação econômica muito séria, muito difícil, que perdurou do começo dos anos 2000 até praticamente agora. Digamos que o Zimbábue ainda sofre um pouco os efeitos de toda essa desorganização da sua economia que ocorreu com esse episódio. Chegou a haver até uma tentativa de um governo de união nacional para ver se resolvia essa situação, mas infelizmente não funcionou muito.

Em outubro de 2017, o Robert Mugabe foi afastado do cargo por um movimento interno do seu partido político, a Zanu, justamente porque, como o líder já tinha uma idade bastante avançada e não revelava quem seria seu sucessor, começou a haver disputas políticas internas dentro do seu partido. Isso acabou levando a um movimento que derrubou o antigo líder, e passou a ser Presidente do país o que era o então Vice-Presidente, o Sr. Emmerson Mnangagwa, e depois, em julho de 2018, houve novas eleições legislativas no país que confirmaram a permanência da maioria parlamentar da Zanu e do Sr. Emmerson Mnangagwa como Presidente do país.

O Zimbábue foi bastante afetado pela pandemia de covid-19, tendo registrado queda de 6% do seu PIB em 2020; no entanto, sobretudo à vista de uma boa safra agrícola e da retomada das atividades econômicas, o país mostrou bom desempenho em 2021, crescendo 5,8%, e as perspectivas para 2022 são de crescimento de pelo menos 3,5%.

Embora já tenha sido um dos países mais ricos da África, todas as dificuldades das últimas décadas fizeram com que o país obviamente enfrentasse um problema agudo de pobreza, crescimento da pobreza. O que se espera agora é que, com o novo governo e com a recuperação econômica, o Zimbábue possa, pouco a pouco, retomar o seu lugar na comunidade internacional, conseguir um levantamento das sanções que até hoje são aplicadas contra o país, para poder, então, promover o seu crescimento de maneira mais fácil.

O Brasil tem relações diplomáticas com o Zimbábue praticamente desde a independência do país. Houve trocas de visitas de alto nível. O então Presidente Fernando Collor visitou o Zimbábue em 1991. O Presidente Robert Mugabe, por sua vez, esteve no Brasil em 1992 para a Conferência Rio 92 e depois vem novamente em 1999, quando ele visitou as instalações da Embraer em São José dos Campos, porque naquela altura o Brasil fez uma venda de aviões para o Zimbábue. Também o Vice-Presidente Marco Maciel participou em Harare da sexta cúpula do G15 em 1996, e o Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim visitou Harare duas vezes: uma em 2003 e outra em 2008. A Vice-Presidente do Zimbábue Joice Mujuru esteve na cerimônia de posse da Presidente Dilma Rousseff.

O Brasil e o Zimbábue, justamente por serem países em desenvolvimento, com características semelhantes e problemas semelhantes também, tendem a ter muita coincidência nas suas visões e posições nas questões internacionais. Então, isso faz do Zimbábue também um parceiro interessante para nós.

A corrente do comércio entre os dois países é que tem sido bastante limitada: com exceção de alguns picos em que, em alguns anos, por alguma razão específica, o comércio sobe a US$20 milhões, às vezes até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

acima de US$20 milhões entre os dois países, normalmente ele fica em US$10 milhões ou abaixo disso. E isso é porque, digamos, não houve historicamente uma tentativa efetiva de desenvolver uma aproximação real entre os dois países, porque, pela situação de isolamento político do Zimbábue, é de uma certa forma não recomendável que houvesse esse tipo de esforço. Mas o potencial é muito grande, o potencial de comércio entre os dois países é muito grande, sobretudo na área agrícola e na área de mineração, não só de comércio, mas também de cooperação, de cooperação técnica e de parcerias, inclusive.

Atualmente o que o Brasil exporta para o Zimbábue são produtos químicos, carne de frango e basicamente equipamentos agrícolas, máquinas e equipamentos agrícolas. De lá para cá, as importações são muito reduzidas: no ano passado, ficaram em torno só de US$500 mil, e basicamente o que vem de lá é tabaco cru, que é o principal produto agrícola do Zimbábue, e algumas ligas de metais.

O Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty já fez vários levantamentos indicando que há um potencial muito grande para a inserção no mercado zimbabuano de vários produtos brasileiros, como medicamentos, veículos automotores, aparelhos elétricos, óleo de soja, arroz, adubos, fertilizantes, ou seja, nós temos um potencial de comércio bastante grande com o Zimbábue e temos que, digamos, fazer disso uma realidade que, pelas razões que eu expliquei, até hoje não foi possível fazer.

Também há uma cooperação muito forte entre os dois países, que eu acredito que tem bastante espaço para crescer. E, no momento, há três projetos de cooperação que estão em andamento no Zimbábue, projetos de cooperação bilateral entre Brasil e Zimbábue, todos os três na área da agropecuária justamente: um relativo ao fortalecimento do setor de pecuária de corte no Zimbábue; outro de fortalecimento do setor algodoeiro zimbabuano; e o terceiro sobre a integração africana para melhoramento genético sustentável do algodão, que é um projeto que envolve a ABC, a Embrapa e 15 países africanos, entre os quais o Zimbábue. Além desses projetos, o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) também participa de iniciativa em parceria com o Programa Mundial de Alimentos na área de alimentação escolar.

Então, como se vê, o Zimbábue, por ser um país que tem recursos muito fortes, pode ter uma economia bastante forte, já foi uma economia bastante forte na África e está pouco a pouco se recuperando, está em condições políticas melhores do que esteve no passado. Eu acredito que agora, sim, chegou um grande momento para que o Brasil e o Zimbábue possam aprofundar as suas relações. E é justamente nisso que eu pretendo trabalhar muito.

No meu programa de trabalho, está previsto basicamente multiplicar, intensificar contatos com o setor empresarial, institutos de pesquisa, órgãos governamentais, tanto aqui como lá, justamente para tentar ver essas possibilidades de promover maior aproximação entre os dois países em termos de comércio, de investimento, de cooperação técnica. Também pretendo desenvolver e evidentemente, claro, manter a atividade normal que todos as embaixadas fazem, de uma boa informação política, até porque, como eu indiquei, Brasil e Zimbábue têm muita coincidência de ponto de vista em termos internacionais e, portanto, podem ser grandes parceiros em várias instâncias. Pretendo também, dentro da medida do que for possível... Aí eu vou precisar contar um pouco com a ajuda do meu colega Ademar Seabra, que estará em proposto vizinho, em Moçambique, porque ele tem o Instituto Guimarães Rosa lá, um centro cultural brasileiro, e eu não tenho em Harare. Eu vou provavelmente contar com a ajuda da Embaixada do Brasil em Maputo para tentar desenvolver alguma ação mais de promoção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

da imagem da cultura brasileira no Zimbábue. Há muita simpatia pela imagem do Brasil, muita simpatia pelo Brasil, mas há muito pouco conhecimento. Como são dois países que historicamente não tiveram lá muito contato, a simpatia não é corroborada exatamente num grande conhecimento do Brasil, e eu gostaria de dar uma contribuição para ver se conseguimos melhorar um pouco essa questão.

E, finalmente, um outro ponto que é interessante notar é o fato de que os dois países têm uma série de políticas sociais que são assemelhadas.

Então, uma frutífera troca de experiências sobre essas políticas poderia ser interessante e poderia, inclusive, digamos, até ajudar um ou outro a, digamos, aperfeiçoar essas políticas, que têm a ver sobretudo com o combate à pobreza.

Então, era basicamente isso, Senadora, que eu tinha a apresentar. Espero que tenha sido a contento e, sim, permaneço à disposição para maiores esclarecimentos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Embaixador Vilmar.

De fato, é muito interessante observar a volatilidade, a inconstância na corrente de comércio.

Em 2013, nós tivemos grande exportação – nunca mais recuperamos, nunca mais tivemos nada semelhante –; e as exportações de 2014 foram as de maior volume. Agora, de 2018 para cá, já houve uma recuperação, mas ainda não chega nem perto de 2013 e 2014, exatamente por essa questão.

E, vendo o mapa ali da África – pode colocá-lo lá de volta –, a importância para o mundo desses países, como Zimbábue e Moçambique, uma área da África do Sul, e Angola, o que isso significa na produção de alimentos? São países muito parecidos, do ponto de vista climático, com o Brasil, têm terras também fracas como o Brasil tem, mas, depois de fertilização, não existe mais terra fraca – sendo terra plana, isso ajuda muito. Então, é importante demais a participação do Brasil em cooperação com esses países, principalmente os demarcados ali de verde, no que diz respeito à agricultura. Nós temos as nossas pesquisas muito similares e adaptáveis à África, um papel que o Brasil fez adaptando tudo o que a Europa tinha. Nós já tropicalizamos. Então nós temos esse *know-how* enorme de repassar essa tropicalização das culturas europeias para os países tropicais da África, países com IDH baixíssimo, muita pobreza, PIB *per capita* baixíssimo, mas com terras agricultáveis, sem tecnologia e também com dificuldade de mão de obra.

Mas eu fico olhando aquele mapa e dá vontade de fazer muita coisa, dá vontade de uma aproximação muito forte, porque alimento ninguém vai deixar de fazer e comprar, não é, gente? Às vezes você até economiza em roupa, mas com comida não tem jeito. Serão 2 bilhões de habitantes até 2050, e estão contando só com o Brasil – estão contando só com o Brasil –, porque o Brasil, além da tecnologia, tem infraestrutura, tem cadeias de produção e de distribuição, o que é muito importante. Não adianta você produzir e não saber distribuir, não ter a logística, não ter a infraestrutura. Então ali, talvez algum período ainda longo, será o último celeiro do mundo depois do Brasil. O que sobra para o mundo são esses países. Tudo o que a gente puder fazer para cooperar é importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores têm alguma pretensão de alguma pergunta, por favor? (*Pausa.*)

Não.

Então, eu gostaria de agradecer aos dois Embaixadores e convidar os dois próximos sabatinados – o Sr. Jandyr Ferreira dos Santos e o Sr. Luiz Eduardo de Aguiar Villarinho Pedroso –, por gentileza, para se encaminharem até a mesa para que nós...

Só um minutinho. A Senadora Daniella está *online*? (*Pausa.*)

E quem vai ser *ad hoc*? Tem alguém? É o Esperidião? (*Pausa.*)

É, o Esperidião vai salvar a pátria hoje, e a Nilda.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – O.k. Obrigada, Senadora. Já ajudou bastante. Obrigada, Sr. Embaixador.

Eu peço a todos os Embaixadores, como faço de costume, os que estão nos acompanhando agora *online*, acompanhando os colegas a serem sabatinados, que não se esqueçam do estímulo ao turismo brasileiro, a vinda de turistas para o Brasil. Nós temos turismo de todos os preços. Nós sabemos que as passagens aéreas não estão de brincadeira pelo mundo todo, especialmente no Brasil, que está pela hora da morte, mas o turismo e a economia criativa do Brasil eu peço encarecidamente que esteja no foco de todos vocês, o estímulo do turismo ao Brasil. É difícil ter um país igual ao nosso, partindo desse ponto de vista das belezas naturais, do turismo sustentável, da economia criativa, um Brasil tão vibrante. Então, eu espero poder, principalmente nos meses de outubro, novembro e dezembro, fazer várias missões a embaixadas do Brasil e no mundo todo divulgando a gastronomia, o artesanato, o turismo, através de nossas embaixadas, com os *player*s que fazem os roteiros turísticos dos países, convidando a imprensa especializada. Nós fizemos isso em Portugal e deu muito certo, e nós pretendemos, no segundo semestre, implementar em vários países essa proposta, em parceria com o Sebrae, com o Senac, com o Sesc, em parceria com a Apex, para que nós possamos divulgar esse turismo e essa economia criativa, para atrair turistas. Desde 2003, o Brasil não altera o número de turistas, nós estamos estagnados com um número bastante baixo.

Então, vamos lá.

Item 5.

ITEM 5

MENSAGEM (SF) Nº 88, DE 2021

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor JANDYR

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

FERREIRA DOS SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia e, cumulativamente, na República do Djibouti e na República do Sudão do Sul.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Pronto para deliberação

A Relatora, Senadora Daniella Ribeiro, pediu gentilmente ao Senador Esperidião Amin que cumprisse aqui o seu papel.

Por gentileza, Senador, tem a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Sra. Presidente, eu não sou o salvador da pátria (*Fora do microfone.*) mas eu acho que eu tenho sido colaborador eficiente, disciplinado. Então, eu quero fazer um pedido: em homenagem à minha ancestralidade não europeia, que seria italiana, em homenagem ao Féres, que não é o alferes, mas é uma palavra árabe, eu queria que a senhora permitisse que eu lesse as três próximas mensagens.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Pois não. Hoje infelizmente não posso lhe negar absolutamente nada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu acho que a senhora tem pouco poder de barganha.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Eu tenho pouco poder de barganha.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas eu não sou abusado. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Então, vocês estão assistindo ao vivo e em cores uma pressão tão delicada e tão maravilhosa. O senhor tem todo o direito. Só tenho que lhe agradecer pela consideração com os nossos diplomatas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A senhora sabe que eu sou um admirador do rito que a senhora adotou na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... porque esta missão que nós travamos aqui é uma missão de Estado. E a senhora tem realçado isso, o que me faz admirador da sua dedicação a esta Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O que eu peço, portanto, é apenas a deferência. Já que eu vou ler...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Com certeza.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... dois, eu posso ler três.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Pode.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E aí pediria que o inicialmente designado para mim, que é o Juliano Féres, também ouvisse o meu relatório. Pode ser?

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Com certeza! Com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Muito obrigado.

Então, vamos lá.

O Ministro Jandyr Ferreira dos Santos vai assumir uma tríplice missão – Etiópia, Djibouti e Sudão do Sul – da maior importância na minha opinião.

Uma das perguntas que eu já deixo para o senhor é: quando é que a Etiópia vai ter mais de 300 milhões de habitantes? Mais 300 milhões de habitantes, a previsão. É um pedido que eu lhe faço para demonstrar a incrível curva demográfica da África. Incrível e, portanto, um cenário de oportunidades que fez com que, algum tempo atrás, um famoso publicitário brasileiro, denominasse – naquela época, inexplicavelmente – a sua agência de publicidade de África. Não é por acaso.

Então, é com essa primeira pergunta que eu cumpro a missão de substituir a minha querida amiga Daniella Ribeiro. Saliento com essa pergunta a grande missão que o senhor tem.

Sobre o seu currículo, eu digo o que sempre falo sobre os egressos do Instituto Rio Branco, mas não custa mencionar a sua participação como integrante da Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis. Isso é uma coisa muito importante, especialmente na incrível guerra cibernética que se desenvolve no mundo. Quando falo em tecnologia sensível, não posso deixar de mencionar Santa Catarina como um dos polos geradores de tecnologia sensível, referindo-me especialmente à empresa Dígitro, que tem alguns Fórmula 1 produzidos por ela, que eu não vou mencionar aqui. Participou da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República como Diretor de Relações Públicas no Exterior, na Divisão da Sociedade da Informação e na Divisão de Operações de Promoção Comercial, como chefe. Portanto, eu acho que, como síntese, como resumo, como parte da sua carreira diplomática, eu estou salientando o que tem mais a ver com a minha pergunta original também.

Brasil e Etiópia estabeleceram relações diplomáticas em 1951. Em 1961, a representação brasileira foi elevada à categoria de Embaixada, com sede em Adis Abeba. Não custa lembrar que, em 1961, o Imperador Haile Selassie estava no Brasil quando o derrubaram – e o Presidente da República era o Jânio Quadros, portanto, foi um período bastante marcante na nossa vida. Ele voltou e recuperou o poder. E o mais curioso é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que, historicamente, a Etiópia é cristã, encravada no seio de uma forte maioria islâmica. O senhor pode até nos falar que, na história, o famoso Rei Preste João provavelmente existiu e foi um dos ídolos das Cruzadas no seu tempo mais remoto.

O comércio bilateral está descrito aqui no relatório.

Em um contexto de estratégia de desenvolvimento que inclui grandes obras de infraestrutura...

Muito bem. Eu até ia fazer uma sugestão geral: todos nos digam quem é o maior investidor no país onde vão servir.

O Egito e o Canal de Suez eu já estudei até academicamente. As negociações do Egito para conseguir o financiamento para o Canal de Suez e para a Represa de Assuã, que é triplamente internacional, porque começa no Sudão do Sul, passa pelo Sudão do Norte e irriga o Egito, torna o Egito terras férteis... E já abasteciam a Grécia, o Império Romano, Cleópatra, etc. Então, quem é o maior investidor?

Senadora, por que o financiamento de Volta Redonda decidiu a posição do Brasil na Segunda Guerra Mundial? Era Alemanha ou Estados Unidos. Getúlio Vargas teve sorte, escolheu os Estados Unidos. Isso não foi só sorte, isso foi uma conjuntura de relações internacionais, de comércio e de financiamento de uma obra pública que precisava de muito dinheiro e tecnologia siderúrgica. Imagina isso no final da década de 1930.

Neste caso, eu acho que a colocação da Senadora Kátia Abreu deveria valer para o senhor e para os próximos. Quem é o maior parceiro de investimentos? Não só parceiro comercial; de investimentos, porque é aí que mora...

Por que a Inglaterra está sendo substituída pela China ali na Antígua, D. Vera? Por quê? Não é por acaso. A China está voltando a ser o que já foi. Ela respondia, com a Rússia, com a Índia, aliás, por 25%, 30% do comércio internacional no século XV e está já ultrapassando essa marca no século XXI. Mas está voltando, ela já foi isso.

Então, o maior investidor é o que eu deixo como pedido.

E creio que, com a assinatura do Acordo Brasil-Etiópia, que foi ocorrido em abril de 2018, isso vai elevar muito as nossas trocas, cooperação, especialmente na área de segurança alimentar, energia e saneamento básico.

Sobre o Djibouti, o país está separado do Iêmen por apenas 30km pelo Estreito de Bab el-Mandab – está certa a pronúncia? Tem que justificar, não é? –, que é chamado também de Portal das Lágrimas – nome romântico até –, ponto de passagem obrigatório da movimentada rota marítima que liga a Ásia e o Oriente Médio ao continente europeu via Mar Vermelho e Canal de Suez. Essa é uma região estratégica, onde a pirataria, inclusive, é um fato recorrente, infernizando a vida da navegação e do comércio e assustando a todos nós – estou falando sobre o Djibuti. E acho que essa participação, veja bem, como está assinalada, é a boca do Mar Vermelho.

Eu não sei se alguém aqui já esteve no Mar Vermelho. A Senadora, já esteve?

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pois programe.

O Mar Vermelho é de solo absolutamente calcário. Como paraíso de mergulho de observação – não estou falando de caça submarina, não – tem 30m, 40m de visibilidade, ou seja, não tem poeira. Então, esse Mar Vermelho, desembocando no Canal de Suez, já foi crucial para o mundo e continua sendo importante para o mundo; continua sendo para o futuro, que é a Rota da Seda. E a Etiópia sempre cumpriu, junto com o Sudão, um papel crucial na rota do comércio da África – leia-se África do Norte.

Então, já estou chegando ao Sudão do Sul, que é o país mais jovem do mundo, talvez onde haja mais oportunidades, e deve representar para nós também uma grande oportunidade.

O conflito de que resultou o Sudão do Sul deve ter custado a vida de 2,5 milhões a 3 milhões de pessoas, então é uma área crucialmente conflagrada.

E todos eles têm o bem ou o mal do petróleo – porque é um bem e é um mal –, de sorte que eu acho que a sua missão é, como a de todos, particularmente importante. Esse comércio bilateral pode, bem administrado, explodir, no bom sentido da palavra. Nos três países nós temos interesses muito importantes, o que caberá ao indicado, o nosso Embaixador Jandyr, tocar.

Por essa razão, eu resumo dessa forma o relatório, com as questões que eu considero mais substanciais no muito bem elaborado relatório, na verdade, subscrito pela Senadora Daniella Ribeiro.

Passo, com a autorização da Senadora Kátia, a abordar o relatório da indicação do Sr. Luiz Eduardo de Aguiar Villarinho Pedroso, para o cargo de Embaixador do Brasil na República de El Salvador, também substituindo aqui a Senadora Soraya Thronicke.

Como bom egresso do Instituto Rio Branco, desempenhou missões que o credenciam, como de regra é o caso dos nossos diplomatas, a bem cumprir esta missão.

Quanto às nossas relações bilaterais, elas são tradicionais. Em 2021 completou 115 anos – 115 anos! – o estabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e El Salvador. Portanto, isso por si só define a consistência e até, digamos, a relação pétrea, no sentido de tempo, não de solidez material.

No campo de cooperação técnica, as relações bilaterais sobressaem, uma vez que El Salvador é o maior beneficiário da cooperação técnica brasileira na América Central, baseada no Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre os governos, celebrado em 1986 e promulgado – ou seja, aprovado – em outubro de 1998.

Os seguintes projetos encontram-se em andamento: fortalecimento institucional para a gestão de recursos hídricos; fortalecimento na área de vigilância e regulação sanitária; fortalecimento da promoção de doação de sangue voluntária ou altruísta, que é o modelo de sucesso no Brasil – quero destacar que a cidade brasileira com maior doação de sangue *per capita* é a cidade de Canoinhas, em Santa Catarina, há muitos anos, e isso é uma ação crucial para a segurança da saúde das pessoas –; fortalecimento das capacidades de equipe multidisciplinar de saúde para abordagem integral de doenças não transmissíveis priorizadas; apoio técnico para a implementação do Programa de Certificação da Qualidade da Rede Global de Bancos de Leite Humano em El Salvador – está aí uma cooperação que não custa muito dinheiro, mas que tem um grande sentido humanitário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Uma das coisas de que eu me orgulho é que, independentemente do cargo que eu ocupava, como a D. Angela era muito bem-dotada nessa coisa, eu levava, às quartas e sábados, o isopor com a nossa contribuição para o banco de leite. Eu era pelo menos o correio do banco de leite, e isso acho que é uma ação humana muito importante. Eu era o leiteiro; a produtora era outra.

Por outro lado, o comércio bilateral necessita ser revigorado. Nós todos estamos emergindo de uma pandemia terrível.

E, como tópico final, eu registro a assinatura de Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas durante a XI Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica, havida em 2017.

Com a sua autorização, eu passo à leitura do terceiro relatório consecutivo, para me referir à indicação do Sr. Juliano Féres Nascimento. É no Féres que mora a questão levantina que eu mencionei.

Ele vai cumprir uma tarefa que eu considero uma tarefa de estado inteligente, que é de nosso representante permanente junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Nós temos que valorizar muito esta missão.

A língua portuguesa – e eu só fiquei sabendo disso recentemente – é a mais falada no Hemisfério Sul, mais do que a espanhola. Então, nós, pelo menos na parte sul, ao sul do Equador, do Brasil, temos essa distinção.

Eu acho que, dos grandes legados que Portugal nos deixou, o insuperável é o fato de – por exemplo, nós temos, no Zimbábue, 16 milhões de habitantes e 16 dialetos; nós temos, no Zimbábue, um dialeto para cada milhão de habitantes –, no Brasil, com esse território continental, os portugueses nos deixarem o grande patrimônio de termos uma língua só, falarmos português, claro que com alguns regionalismos, mas é uma língua, mesmo muito cercados pelos espanhóis, que eram proporcionalmente muito mais poderosos do que Portugal. Eu acho que esse é um patrimônio que nós temos que valorizar.

E somos, do ponto de vista de importância econômica, social e demográfica, o país mais importante da língua portuguesa. Nós vamos valorizar o quê? A língua inglesa? Nós vamos utilizar a ferramenta, mas temos que valorizar a nossa língua. Inculta e bela, mas a última flor do Lácio, não é? Isso é o que nos vale. Então, eu acho que é uma missão de Estado.

Sobre a sua biografia eu não vou acrescentar nada ao que está escrito. Tem a boa experiência dos egressos do Instituto Rio Branco, que eu não canso de mencionar, tem um currículo de atuação muito importante.

O próprio sumário executivo menciona que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa foi criada em 1996, na cimeira constitutiva de Lisboa, e é integrada por Angola; Brasil; Cabo Verde; Guiné-Bissau; Guiné Equatorial; Moçambique, hoje também analisado aqui; São Tomé e Príncipe – agora nós já sabemos que o príncipe é Santo Antônio; não vou dizer que é Santo Antônio dos Anjos da Laguna, mas é menos controverso do que perguntar se ele é de Lisboa ou de Pádova; Santo Antônio representa também o dom da ubiquidade –; Portugal; e Timor-Leste. Vale destacar que ele teve atuação na criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Creio que, pelo que eu soube, o Presidente atual é de Angola. Há um sistema de rodízio, não é assim? E o Brasil, ao participar desta Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, tem uma missão não apenas cultural, mas de estabelecer uma comunidade de interesses tão convergentes quanto possível e certamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

necessários, que será a missão do Sr. Juliano Féres Nascimento, missão para qual ele está, sem dúvida, qualificado e, uma vez aprovado pelo Senado, terá todas as condições de bem cumpri-la.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Senador Esperidião.

Temos aí a oferta do nosso pequeno almoço para os nossos convidados...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Prometo que vou ficar alguns minutos sem falar.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Não, pode falar o quanto quiser, porque V. Exa. sempre contribui.

Agora, há aqui um desafio para os economistas. Eu tenho um consultor que eu gosto de falar que é meu professor, na verdade, há muitos anos, de macroeconomia. A gente vê aqui que a Etiópia tem um IDH muito baixo, de 0,48 – vamos lá –, está em 173º na classificação de 180 países, apenas 51% da população são alfabetizadas, o desemprego é de 2, porque o crescimento, nos últimos dez, do PIB é de 9,5. Qual é o desafio dos economistas? Com 50% de um país alfabetizados, nós temos que considerar que a mão de obra tem uma baixa qualificação. E um dos itens que eu aprendo e ouço todos os dias os economistas dizerem é que exatamente a falta de produtividade da mão de obra brasileira é um dos pontos importantes para explicar o não crescimento do Brasil, entre outros tantos. E aqui nós temos um crescimento absurdo desse país, com pobreza elevadíssima e mão de obra não qualificada. Então, são coisas para se discutir, para refletir, para entender, compreender, para os estudiosos e especialistas. É um país extremamente cristão, cuja população é a metade do Brasil, quer dizer, um potencial extraordinário e admirável. Mas o meu professor, na próxima aula, vai ter que me explicar isso aqui.

Então, vamos lá!

Com a palavra o Sr. Jandyr Ferreira dos Santos, pelo período de 15 minutos, por favor.

O SR. JANDYR FERREIRA DOS SANTOS (Para expor.) – Muito obrigado.

Exma. Senadora Kátia Abreu, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; Exmo. Senador Esperidião Amin, responsável *ad hoc* pela minha relatoria, por meio de quem cumprimento as demais Senadoras e os demais Senadores; estimados colegas; senhoras e senhores...

Sra. Presidente, se a senhora me permite, em primeiro lugar, eu gostaria de registrar o meu agradecimento ao Senhor Presidente da República e ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores pela indicação do meu nome, sujeito, é claro, à aprovação pelo Senado Federal, para exercer o cargo de Embaixador na Etiópia e, cumulativamente, no Djibuti e no Sudão do Sul. Saiba, Sra. Presidente, que recebi a indicação com muita alegria e senso de responsabilidade, nesta que é, para o meu grande orgulho, a primeira vez que compareço a esta Comissão. Agradeço também ao Senador Esperidião Amin não apenas pelas generosas palavras a meu respeito,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

mas também pela apresentação de um relatório tão completo que me permite passar diretamente ao planejamento estratégico do posto.

De fato, Sra. Presidente, a Etiópia é um país singular. Orgulhosa do seu passado, trata-se de uma república multiétnica e multiconfessional – são mais de 90 grupos étnicos –, que possui a segunda maior população da África, na faixa de 115 milhões de habitantes, mas, de fato, com um potencial de crescimento muito acelerado, em um território equivalente ao nosso Estado do Pará.

Trata-se do país sede da União Africana, principal organização do continente; base da maior empresa aérea de aviação civil da África, a *Ethiopian Airlines*; e, além disso, um dos dois únicos países do continente africano a possuir uma mulher como Chefe de Estado. Trata-se, portanto, de um interlocutor indispensável sobre temas regionais e continentais africanos e que tem conquistado destaque na esfera multilateral.

Porém, antes de passar ao planejamento estratégico e com vistas a contextualizar o plano de trabalho do posto, permito-me rapidamente abordar um tema de particular relevância no país recentemente. A Etiópia foi palco, há poucos meses, de um complexo conflito civil com origem na região norte do país, a região de Tigré, que possui raízes na histórica desconfiança mútua entre diferentes grupos étnicos etíopes. Felizmente, as informações mais recentes dão conta de um gradual processo de distensão do conflito e interrupção das hostilidades, que parece criar as condições para um acordo de paz duradouro e o início dos esforços de reconstrução do país.

Ao passar agora para o planejamento estratégico do posto, relembro que a Etiópia é um país que vê na cooperação com o Brasil um instrumento para tornar viável o seu projeto de desenvolvimento, em particular na área agrícola, de energia, de infraestrutura, além de identificar o Brasil como parceiro de destaque para o fortalecimento de suas políticas públicas, em especial na área social.

O país de fato tem experimentado um crescimento econômico vigoroso, superior a 10% do PIB em alguns anos, ao longo dos últimos 15 anos, interrompidos somente pela pandemia, o que possibilitou a redução da pobreza e das desigualdades sociais, ou seja, Sra. Presidente, a Etiópia atual em muito difere da percepção ainda vigente em alguns círculos, que insiste em associar o país à fome endêmica e à pobreza dos anos 80. Trata-se da segunda maior economia do leste da África, a sétima maior do continente, com o PIB da ordem de US$110 bilhões e um modelo de desenvolvimento calcado na forte presença do Estado na economia, associado, sim, de fato, como mencionado pelo Senador Esperidião Amin, a grandes projetos de infraestrutura. E o maior parceiro de investimento da Etiópia é a China, justamente a China. O país, contudo, ainda depende da importação de derivados de petróleo, trigo e também de fertilizantes, razão pela qual a disrupção na cadeia internacional de fornecimento desses produtos, por conta do atual conflito na Ucrânia, certamente deverá impactar a economia etíope. Embora a Etiópia não possua um complexo industrial para produção de fertilizantes, o país busca investimento para extração de suas reservas de fosfato de superfície, que é uma matéria-prima para fertilizantes, oportunidade que poderia ser eventualmente avaliada por investidores brasileiros.

No que se refere ao relacionamento com o Brasil, conforme apontado em meu relatório, nosso comércio bilateral segue fortemente desequilibrado em favor do Brasil, ou seja, o Brasil exporta muito mais para a Etiópia do que importa daquele país. As nossas exportações mais recentes, da ordem de US$11 milhões a US$12 milhões, por outro lado, têm se mantido constantes ao longo dos dois últimos anos, apesar da pandemia e do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

conflito civil etíope; e caracterizam-se, ao contrário do que ocorre no nosso comércio com outros países africanos, pelo predomínio de produtos industrializados e de maior valor agregado, cerca de 90% da pauta, principalmente tratores e maquinário agrícola.

De fato, o Governo etíope deu início recentemente a um plano de desenvolvimento econômico de dez anos, de 2021 a 2030, no qual a modernização do setor agrícola está no topo dos setores prioritários. E, para concretizar esse plano, a importação de máquinas agrícolas é a prioridade máxima, o que confirma o potencial de negócios no país.

Sra. Presidente, embora a África possua grandes extensões de terra disponíveis para a agricultura, a produtividade agrícola é muito baixa. Portanto, estima-se que o crescimento da produção agropecuária não conseguirá acompanhar o ritmo da demanda, resultando na necessidade de um aumento das importações de produtos alimentares. No caso da Etiópia, não será diferente, razão pela qual o mercado etíope apresenta e continuará a apresentar excelentes oportunidades para os produtos agrícolas brasileiros, que intenciono explorar com empenho. Um estudo mais detido sobre tais oportunidades aponta que a carne bovina e a de frango brasileiras teriam condições de ampliar ainda mais a sua participação no mercado local.

Tendo em vista justamente tal cenário, pretendo, de forma concreta, trabalhar em parceria com a ApexBrasil e com entidades setoriais para promover, para além do bom trabalho que já vem sendo realizado no posto pelo meu colega Luiz Villarinho, aqui presente, as seguintes ações: atividades de inteligência comercial, para a identificação de novos nichos de mercado, em particular para o agronegócio brasileiro; elaboração de estudos exploratórios sobre a complementaridade das economias do Brasil e da Etiópia, sobretudo no setor agrícola; e, não menos importante, apoio a missões empresariais, realização de missões empresariais de lado a lado, o que é algo essencial, que, infelizmente, tem sido dificultado nos anos mais recentes em função justamente da pandemia.

Outro setor a ser priorizado, Sra. Presidente, é o setor aeronáutico. A companhia aérea estatal do país, a *Ethiopian Airlines*, constitui, a partir do lançamento em 2015 da rota aérea direta, sem escalas, entre Adis Abeba e São Paulo, um dos principais vetores do relacionamento comercial. A companhia foi uma das poucas, senão a única, a não interromper as suas operações durante a pandemia de covid-19 e, por tal razão, foi peça fundamental no esforço de repatriação dos nacionais brasileiros. A Ethiopian possui um ambicioso plano de expansão, sendo, portanto, potencial cliente da Embraer. Inclusive, a empresa brasileira já identificou a Etiópia como mercado de grande interesse, tendo em conta a perspectiva de forte incremento do tráfego aéreo regional africano, decorrente do acelerado crescimento econômico nos países do continente.

Há também oportunidades a serem exploradas no setor de transportes, haja vista a previsão de expansão da rede rodoviária etíope em cem mil quilômetros nos próximos dez anos – é muito ambiciosa –, razão pela qual a empresa brasileira Marcopolo participou de recente licitação internacional para o fornecimento de 3 mil ônibus à Prefeitura de Adis Abeba.

O país apresenta também atrativas oportunidades no campo das energias renováveis, em particular solar, eólica e geotérmica, e tem oferecido robustos incentivos para investidores estrangeiros nesses setores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, é importante destacar que o Governo etíope tem manifestado forte interesse em atrair investimentos brasileiros. Nesse contexto, a expectativa é a de que a entrada em vigor do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos Brasil-Etiópia, assinado em 2018, que deverá ser deliberado nesta Comissão, poderá contribuir para elevar o interesse de empresas brasileiras em investir na Etiópia.

Ao passar agora para a vertente de cooperação no planejamento estratégico, cabe relembrar que a Etiópia é um país que compartilha com o Brasil desafios semelhantes no processo de desenvolvimento, em particular o combate à pobreza e a promoção da segurança alimentar. Por tal razão, Sra. Presidente, tenciono priorizar, à frente da Embaixada em Adis Abeba, o fortalecimento da cooperação técnica capitaneada pela Agência Brasileira de Cooperação, sobretudo no campo agrícola. De fato, como a senhora bem sabe, o Brasil possui um grande conhecimento acumulado em agricultura tropical, que pode ser facilmente adaptado à realidade africana, em virtude das similaridades naturais. Quem já teve a oportunidade de viver e de trabalhar no continente africano, como é o meu caso, sabe que a excelência da agricultura brasileira segue sendo admirada como modelo a ser replicado. E, de fato, a cooperação técnica nesse setor, para além de gerar dividendos políticos, abre portas para o adensamento do relacionamento comercial e cria oportunidades de investimento.

De forma mais específica, intenciono dar continuidade e aprofundar os projetos bilaterais que já estão em execução nas áreas florestal e de cotonicultura, cultura de algodão, bem como alguns projetos trilaterais dedicados à segurança alimentar e ao saneamento básico.

Por fim, no último ponto do planejamento estratégico relativo à Etiópia, o que eu gostaria de destacar refere-se à vertente multilateral do trabalho da Embaixada em Adis Abeba, no contexto da nossa participação como país observador da União Africana.

Sra. Presidente, a capital da Etiópia, Adis Abeba, justamente por ser a sede da União Africana – uma organização que procura encontrar soluções africanas para desafios e problemas africanos –, além também de vários fundos, programas e agências especializadas das Nações Unidas, é considerada a Capital Diplomática da África, por onde passam e são discutidas as principais questões do continente. É justamente por tal razão que a cidade oferece aos países aí representados, como o Brasil, uma oportunidade ímpar para dialogar e realizar gestões, por exemplo, com vistas a promover temas de interesse do Brasil, obter apoio a candidaturas para cargos em organismos internacionais e mesmo divulgar a realização de eventos internacionais no Brasil. Tal vertente do trabalhar torna-se particularmente mais importante neste biênio 2022-2023, quando o Brasil ocupa um assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Para encerrar, apresento, muito brevemente, as principais oportunidades para o Brasil, no relacionamento tanto com Djibouti quanto com o Sudão do Sul, embaixadas cumulativas do posto.

Conforme mencionado pelo Senador Esperidião Amin, Djibouti é um dos menores países do Continente Africano em termos populacionais – apenas 1 milhão de habitantes num território equivalente ao Estado de Sergipe –, mas que possui uma localização, de fato, estratégica, como o senhor mencionou, Senador Esperidião Amin, como um ponto de passagem da rota obrigatória que liga a Ásia, o Oriente Médio e a Europa por meio do Mar Vermelho. Estima-se que 30% de todo o comércio marítimo internacional passe por esse estreito e, conforme mencionado, é justamente por causa disso, dessa localização estratégica que o Djibouti abriga bases

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

militares de vários países – dos Estados Unidos, da China, da França –, em virtude do risco de pirataria, como o senhor mencionou.

O país serve também de porta de entrada e saída para o comércio da Etiópia, porque a Etiópia não possui litoral. O relacionamento comercial com o Brasil é ainda muito incipiente, da ordem de apenas US$9 milhões, dominado pelas exportações brasileiras, sobretudo de carne de aves e de açúcar. Há, contudo, oportunidades para o Brasil no setor aeronáutico, uma vez que a companhia aérea do país, Air Djibouti, também está interessada na aquisição de aeronaves brasileiras da Embraer no seu plano de ampliação.

Por sua vez, o Sudão do Sul, a outra embaixada cumulativa com Adis Abeba, conforme mencionado pelo meu Relator *ad hoc*, é o país mais jovem do mundo – se tornou independente apenas em 2011 – e que possui justamente uma população de 11 milhões de habitantes, num território equivalente ao Estado de Minas Gerais. Após a independência, contudo, o país segue enfrentando instabilidade política, razão pela qual foi estabelecida a Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (Unmiss), da qual participam militares e policiais brasileiros.

A agricultura e a pecuária são apontadas como as áreas mais promissoras da economia, tendo em vista a grande disponibilidade de terras férteis. O comércio bilateral com o Brasil também é incipiente, apenas da ordem de US$4 milhões, e resume-se à exportação brasileira de carne de aves. O Sudão do Sul, contudo, identifica justamente o desenvolvimento agrícola como vetor da promoção da sua segurança alimentar, razão pela qual certamente há oportunidades para aquisição de maquinário e tecnologias agrícolas brasileiras.

Enfim, Sra. Presidente, com isso eu encerro a minha apresentação. Certamente há outros elementos que não foram abordados por falta de tempo, mas permaneço à disposição de V. Exas. para eventuais perguntas.

Agradeço, uma vez mais, a oportunidade de ter comparecido a esta Comissão.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Embaixador Jandyr. Parabéns pela sua apresentação.

Passo agora a palavra ao Embaixador Luiz Eduardo de Aguiar Villarinho Pedroso, que pretende assumir a embaixada na República de El Salvador, pelo tempo de 15 minutos.

O SR. LUIZ EDUARDO DE AGUIAR VILLARINHO PEDROSO – Muito obrigado, Exma. Sra. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Com licença, só um minutinho.

Senador Esperidião, que é muito curioso, assim como eu, atencioso nos dados: os três países da África que nós avaliamos aqui hoje, Etiópia, Zimbábue e Moçambique, tiveram um *boom* na corrente de comércio em 2013 com o Brasil. Não aconteceu nada muito especial aqui, porque nós crescemos dois ponto alguma coisa. Mas houve essa característica e depois uma queda brusca – alguns recuperaram –, e 2013 foi um marco de muito crescimento na corrente de comércio. O Itamaraty, quem sabe, pode nos explicar, com os seus estudos, esta perspectiva: justo África, os três países da África.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada e desculpa interromper, porque nós vamos mudar de região agora e aí eu queria falar esse dado que eu observei aqui. Em 2013 a corrente de comércio da Etiópia é 62 milhões; Zimbábue, 69; e Moçambique, 148. Depois, uma queda vertiginosa.

Obrigada.

O SR. LUIZ EDUARDO DE AGUIAR VILLARINHO PEDROSO (Para expor.) – Muito obrigado, Exma. Sra. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senadora Kátia Abreu, Exmo. Sr. Senador Esperidião Amin, a quem agradeço pela leitura *ad hoc* do relatório, na impossibilidade de ser apresentado pela Senadora Soraya Thronicke, senhoras e senhores embaixadores, demais colegas aqui presentes, o restante do público que prestigia esta sessão, inclusive de forma virtual, uma boa-tarde a todos.

Tendo sido indicado pelo Senhor Presidente da República para desempenhar o cargo de Embaixador junto à república de El Salvador, agradeço tanto àquela alta autoridade como ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores pela confiança em mim depositada para mais essa nova missão, na qualidade de chefe de representação diplomática do Brasil no exterior, caso venha a ser aprovado por esta Comissão, à qual compareci em 2018, quando de minha sabatina para assumir meu atual posto, que vem a ser a Adis Abeba, justamente.

El Salvador, país localizado na América Central, é o menor em termos de extensão territorial em todo o continente, com um pouco menos de 21 mil quilômetros quadrados. É equivalente, em termos de dimensão, ao Estado de Sergipe, porém aquele com maior densidade demográfica, ao albergar aproximadamente 6,7 milhões de habitantes. A despeito de um baixo crescimento de sua população, é o segundo menor depois do Uruguai no continente.

Trata-se de país que faz fronteira à noroeste com a Guatemala e na parte norte e leste com Honduras. O restante de seu território é banhado pelo Oceano Pacífico, em sua porção mais oeste e sul. Uma particularidade: é o único país da América Central que não é banhado pelo Mar do Caribe.

Grande parte de seu território é bastante acidentada e tem a maior concentração de vulcões ativos no continente: tem 23 vulcões ativos no país. Então, uma característica, também em termos relativos: é a maior concentração de vulcões em termos mundiais também, globais, dado o pequeno território que possui. E, enfim, por estar também situado numa região como cinturão de fogo do Pacífico, há também uma grande atividade sísmica em El Salvador. Essa particularidade propicia a El Salvador significativa produção de energia geotérmica, responsável por 20% do consumo do país. Figura entre os dez maiores produtores desse tipo de energia temos mundiais.

Em sua porção interior, o país possui um planalto central com elevação que varia de 400m a 800m de altitude e uma estreita planície costeira, que se estende ao longo da franja litorânea, que atinge o máximo de 25km de largura na foz do Rio Lempa, que vem a ser o principal rio do país.

A região fronteiriça com a Guatemala e Honduras é caracterizada por uma cordilheira com elevações que podem alcançar 2,7 mil metros de altitude.

Apesar de ser o menor país da América Central em termos geográficos, El Salvador possui a terceira maior economia da região, com um PIB de US$24,7 milhões – são dados de 2020 – e uma renda *per capita* de US$7,3 mil. O crescimento econômico, no entanto, é tradicionalmente baixo: tem sido ao redor de 2% ao ano, ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

longo dos últimos 20 anos. É um elemento que figura entre os principais problemas do país e que estimula as correntes migratórias, ao ponto de possuir uma diáspora que equivale a quase 50% de sua população, sobretudo implantada nos Estados Unidos da América, que é responsável por remessas que equivalem a 20% do PIB, algo em torno de US$2,5 milhões anuais. Essa particularidade constitui uma fragilidade diante das recentes tendências de endurecimento da política migratória norte-americana. Ademais, o país apresenta contínuos déficits fiscais e de conta corrente, o que constitui um desafio adicional.

O IDH é considerado médio, de 0,67, estando o país a ocupar a 124ª posição entre 188 países.

Outra característica desafiadora da economia estaria traduzida num desequilíbrio na distribuição de renda, com 20% da população ao acumular mais de 45% das riquezas do país.

Ao não possuir riquezas minerais, sendo, portanto, dependente da importação de insumos energéticos e para o seu setor industrial, El Salvador tem sua economia baseada no setor agrícola, que tampouco lhe dá autossuficiência alimentar, com uma produção mais expressiva de café – isso, enfim, é uma grande tradição; inclusive, o Brasil sempre acertou posições com El Salvador –, algodão, cana-de-açúcar, arroz e milho e alguma atividade pecuária. E também há uma indústria têxtil e de calçados, essa voltada sobretudo para exportação. Uma outra atividade econômica de alguma importância seria a atividade pesqueira, que também é dedicada em grande parte a exportações de especificidades de camarões.

Os principais parceiros comerciais vêm a ser os Estados Unidos, para onde o país exporta mais de 60% de sua produção doméstica, e os demais países da América Central, de onde provém as necessidades de importação de alimentos.

O sistema político de El Salvador é o presidencialismo, com Chefe de Estado eleito para mandato de cinco anos; possuindo sistema legislativo unicameral composto por 84 Parlamentares eleitos para mandatos de três anos, que seria a Assembleia Legislativa do país; e uma Corte Suprema cujos membros são nomeados pela própria Assembleia Legislativa.

Ao longo de quase 12 anos, o país ficou conhecido, basicamente entre 1979 e 1991, por uma longa guerra civil, que agravou sobremaneira os seus problemas sociais e estimulou ainda mais a imigração dos seus nacionais, notadamente em direção aos Estados Unidos, como já havia mencionado. Desde então, o advento dos Acordos de Chapultepec, que foram assinados em 1992, no México, o país retomou a normalidade política, com alternância no poder dos dois principais partidos que emergiam naquele momento – a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional, que reúne mais, enfim, o espectro à esquerda, e a Aliança Republicana Nacionalista (Arena), mais à direita; isso até o ano de 2019.

Em 2019, o atual Presidente Nayib Bukele foi eleito por uma nova agremiação política que foi criada, naquele momento, de nome Gran Alianza por la Unidad Nacional, que foi formada por dissidentes da Arena. E ele se apresentou com uma plataforma política que pregava o livre mercado, mas numa ótica, algo distinto do neoliberalismo e numa interlocução voltada sobretudo para as camadas mais jovens da população mediante o uso recorrente de mídias sociais.

Ao assumir o governo, em junho daquele ano, o Presidente Bukele teve como principais bandeiras uma abertura econômica para o mundo, uma maior integração regional, a tentativa de erradicação da corrupção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

endêmica no país e o combate ao crime organizado, representado por gangues que são conhecidas por maras – isso é um problema sério no país –, que se dedicam sobretudo à extorsão e fazem com que o país figure entre aqueles com maior violência urbana no mundo, com altas taxas de homicídios; em determinados momentos, a taxa chega a 50 óbitos por 100 mil habitantes.

Nessa abertura econômica para o mundo proposta pelo Presidente Nayib Bukele, entra justamente a questão do maior investidor que já foi suscitado nas sessões prévias, que vem a ser a China também, que é um novo parceiro com o qual o país estabeleceu relações diplomáticas, há cerca de cinco anos, e já vem a ser o principal investidor em obras de construção civil e em outras atividades também.

Nesse ímpeto reformista do atual Presidente, ele vem enfrentando resistências políticas internas, apesar de possuir um elevado índice de aprovação popular e em função do seu particular estilo de condução política, enfrentamentos com os demais poderes constitucionais. Já no poder, criou o seu próprio partido político de nome Nuevas Ideas, que logrou obter maioria no Parlamento nas eleições que ocorreram no ano passado e, assim, um maior apoio para as suas novas ideias reformistas. Com essa nova legislatura, decidiu adotar uma particularidade, o bitcoin, em junho do ano passado, em 2021, como moeda de curso legal, em paralelo ao dólar norte-americano, que já circulava como moeda oficial do país, desde 2002. O bitcoin passou a circular oficialmente – uma curiosidade – no dia 7 de setembro do ano passado; então, é uma data fácil de ser recordada por nós.

No corrente ano, diante da ameaça de que essas gangues, o crime organizado, estavam causando ao país, foi decretado um estado de emergência agora em 27 de março último, o que permitiu a detenção de mais de 20 mil supostos integrantes desses grupos de contraventores em menos de dois meses de duração desse estado de exceção. Isso acabou também propiciando fortes críticas por entidades que se ocupam de direitos humanos.

Passando agora à parte do relacionamento com o Brasil, como já mencionado pelo Senador Esperidião Amin na leitura do relatório, as nossas relações bilaterais foram estabelecidas em 1906 e celebramos a efeméride de 115 anos de relacionamento bilateral no ano passado. Apesar de sólidas e bastante cordiais...

Enfim, são relações sólidas e bastante cordiais, e a maior aproximação foi marcada, vamos dizer assim... O marco seria a visita do então Chanceler Gibson Barboza, em 1971, que foi a primeira que uma alta autoridade brasileira fez àquele país, e naquele momento foi concedida uma linha de crédito de US$1 milhão para importação justamente de produtos nacionais.

Desde então, essas relações, que são caracterizadas como sólidas e bastante cordiais, tiveram um momento de tensão recente, nos anos de 2016 e 2018, em função de críticas salvadorenhas ao contexto político interno no Brasil experimentado naquele momento, mas já retornaram ao curso normal, muito em função do importante nível de cooperação técnica prestado àquele país, que vem a ser o segundo maior beneficiário no continente americano de nossos programas, levados a cabo pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) em coordenação com a Agência de El Salvador para a Cooperação Internacional (Esco). Como já havia mencionado o Senador Esperidião Amin, ele é o principal beneficiário na América Central e o segundo no continente americano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Desde 1986, quando foi justamente assinado nessa área o Acordo de Cooperação Técnica, mais de 70 projetos já foram levados a cabo nas áreas de saúde, agricultura, temas sociais, segurança alimentar, ciência e tecnologia e de formação de quadros, inclusive, por exemplo, de bombeiros e policiais, que têm sido objeto de formação recente. E existem também – o que mostra o adensamento, enfim, do relacionamento bilateral – 60 acordos bilaterais atualmente em vigor entre ambos os países.

E outro elemento que de alguma forma traduz essa importância da cooperação técnica brasileira prestada ao país é que El Salvador decidiu adotar, em 2017, o sistema nipo-brasileiro de televisão digital. Então, é um dos poucos países que usam a tecnologia brasileira para a televisão digital.

Há também uma tradicional cooperação entre as Forças Armadas dos dois países, com presença ininterrupta de instrutores militares brasileiros em El Salvador desde 1996, portanto já há mais de 25 anos, sobretudo instrutores do Exército e da Aeronáutica. Há expectativa de que seja também iniciada uma cooperação entre as Marinhas dos dois países. E seria, do ponto de vista, enfim, de análise do meu predecessor lá, de tudo conveniente a criação de uma adidância militar brasileira em São Salvador. Eu digo isso, inclusive, por experiência própria: ao estar agora na Etiópia, fecharam a adidância militar. É algo que faz falta e é muito importante para entendermos, em termos estratégicos, um país.

Mantemos também, desde a década de 1980, um centro de estudos em São Salvador, o Centro Cultural Brasil-El Salvador, que propicia anualmente o ensino do português a cerca de 500 alunos; 250 aproximadamente por semestre, já tendo esse número chegado a 600 por semestre em momentos tópicos, como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos.

Esse contexto favorável faz com que o Brasil seja considerado por El Salvador como um parceiro incontornável para o desenvolvimento do país, o que gera um capital de simpatia permanente em relação ao nosso país por parte da população e do Governo salvadorenhos.

Temos uma comunidade reduzida no país, com cerca de 300 membros, composta sobretudo por cônjuges de salvadorenhos que vieram estudar no Brasil nas quatro modalidades de programas de bolsa de estudos mantidas já há várias décadas com o país, que vêm a ser: PEC-G, PEC-PG, Unila e Bolsas Brasil.

Além de manter e estimular novas modalidades de cooperação com El Salvador nas reuniões bienais da comissão bilateral para tal finalidade, um dos maiores desafios que certamente terei ao longo de minha missão, caso venha a ser obviamente aprovado por esta Casa, seria o de reverter a tendência gradual de redução do comércio bilateral entre os dois países, o qual diminuiu em cerca de 50% entre 2012 e 2020: o intercâmbio passou de US$102 milhões anuais para US$90 milhões; e nossas exportações, de US$173 milhões para os atuais US$85 milhões.

Segundo pude apurar, as razões que levaram a essa tendência estariam parcialmente relacionadas com os recorrentes déficits em conta-corrente em El Salvador. E há também discrepâncias entre os órgãos estatísticos dos dois países, havendo, por exemplo, o Banco Central indicado que as exportações brasileiras representaram, em 2020, US$153 milhões e não US$85 milhões, como já havia sido registrado. Então, essas discrepâncias têm muitas vezes a ver com transbordo de mercadorias, etc. Isso seria algo a verificar *in loco,* caso, repito, aprovado por esta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E outra vertente que eu acho que seria interessante trabalhar seria um estímulo aos investimentos brasileiros naquele país. Como exemplo, já há uma empresa de nome Petenatti que atua no setor têxtil, que já investiu US$80 milhões e já gerou aproximadamente 800 empregos no país, localmente no país. Diversas outras oportunidades foram identificadas, no estudo que fiz, na área de construção civil e de fornecimento de material aeronáutico também, em que há um interesse já manifestado. Enfim, há diversas possibilidades que se apresentam.

Enfim, estou aqui à disposição dos Srs. Senadores para qualquer esclarecimento que se faça necessário nessa questão de tentarmos ampliar o nosso intercâmbio comercial com o país.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Embaixador. Parabéns pela sua apresentação!

E eu convido, finalmente, para se sentar à mesa comigo, o Embaixador Juliano Féres Nascimento. Por favor.

Muito obrigada, Embaixador Jandyr.

Embaixador, o senhor pode ficar aqui comigo, para a mesa ficar mais completa.

Você não quer levar seu sanduíche? (*Pausa.*)

Para efeito de registro, eu vou ter que ler as últimas... Eu li a primeira mensagem; eu li a quinta, do Jandyr; e o Senador leu os três juntos. Então, eu vou apenas ler para registro e gravação.

ITEM 6

MENSAGEM (SF) N° 6, DE 2022

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor LUIZ EDUARDO DE AGUIAR VILLARINHO PEDROSO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de El Salvador.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Pronto para deliberação

A relatoria é da Senadora Soraya Thronicke, representada pelo Senador Esperidião.

E a Mensagem nº 7, da indicação... Não, desculpem-me: a Mensagem nº 41, de 2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 7

MENSAGEM (SF) Nº 41, DE 2022

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JULIANO FÉRES NASCIMENTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pronto para deliberação

Então, os últimos três relatórios já foram lidos, dois Embaixadores já fizeram a sua apresentação, e agora o último Embaixador Juliano Féres Nascimento com a palavra por 15 minutos.

O SR. JULIANO FÉRES NASCIMENTO (Para expor.) – Muito obrigado.

Exma. Sra. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senadora Kátia Abreu; Exmo. Sr. Relator, Senador Esperidião Amin; senhoras e senhores, muito boa-tarde a todos.

Espero contar com a aprovação desta Casa para exercer pela primeira vez a chefia de uma missão diplomática. Por isso que, com a sua devida licença, Sra. Presidente, antes de começar minha apresentação, gostaria de registrar meu agradecimento a algumas pessoas que tornaram possível que eu chegasse até aqui.

Primeiramente, minha gratidão à minha mulher, Sandra, companheira, parceira nessa jornada de vida; aos meus pais, Maria Esmeralda e Luiz Geraldo; aos meus filhos, Bernardo, João e Alice; aos familiares; aos amigos; aos colegas de trabalho – muitos aqui presentes –; ao Senhor Presidente da República e ao Sr. Ministro das Relações Exteriores, pela confiança na indicação do meu nome para chefiar a missão brasileira junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); e, em especial, ao Sr. Vice-Presidente da República, pela generosidade, respaldo que recebo diariamente no desempenho das minhas funções atuais. Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sr. Relator, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, integrada por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Portugal e Timor-Leste, foi fundada em 17 de julho de 1996 e, no ano passado, celebrou seu jubileu de prata.

A CPLP possui três órgãos deliberativos: a Conferência de Chefes de Estado e de Governo, com reuniões bienais; o Conselho de Ministros, formado pelos Ministros das Relações Exteriores e Negócios Estrangeiros, com reuniões ordinárias anuais; e o Comitê de Concertação Permanente, que congrega os representantes dos Estados-membros junto à organização, com reuniões mensais, na sede da CPLP, em Lisboa. Além disso, desde 2002, integram a estrutura da CPLP as Reuniões Ministeriais Setoriais e a Reunião de Pontos Focais de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Cooperação. A organização inclui, ainda, um Secretário-Executivo permanente, sediado em Lisboa, cujas principais funções são implementar as decisões emanadas dos órgãos deliberativos, assegurar a execução dos programas de cooperação, além de representar a CPLP em instrumentos firmados com outros entes internacionais.

A Presidência do grupo é exercida de forma rotativa, como disse o Senador Esperidião, com mandato de dois anos. O Brasil ocupou o cargo no período de 2002 a 2004 e, mais recentemente, entre 2016 e 2018.

Além das instâncias deliberativas e executivas, a CPLP possui uma Assembleia Parlamentar, instalada em 2009, de caráter consultivo, que visa a promover o diálogo e a integração entre os Parlamentos dos Estados-membros. Nesse sentido, tomo a liberdade de convidar as Sras. e Srs. Senadores a se engajarem cada vez mais nesse foro parlamentar.

No dia 5 de maio – faz exatamente uma semana ou praticamente uma semana –, comemoramos o Dia da Língua Portuguesa. Nossa língua comum é a razão de ser da CPLP, mas é também o ponto central da nossa identidade brasileira, como o Sr. Senador mencionou, da nossa cultura compartilhada. A língua constitui uma referência fundamental em nossa marcha civilizatória pelo reconhecimento mútuo, levando em conta a diversidade, ao passo que valorizamos as características e virtudes individuais.

Parafraseando o trabalho apresentado por um diplomata no curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, a promoção do idioma específico – o português, no nosso caso – significa fortalecer, no plano interno, e difundir, no plano externo, uma determinada visão de mundo, ao mesmo tempo em que se busca aprimorá-la pelo diálogo com a alteridade. Esse esforço veicula costumes, preferências e sensibilidades, tornando mais conhecida a forma de ser de um povo, seus hábitos e suas aspirações. Nesse processo, além de promover a imagem do país, contribuímos para a superação das barreiras entre os povos, ao estimular a compressão mútua, gerar familiaridades e espraiar uma atmosfera que favorece a concórdia.

Para o cidadão brasileiro, a CPLP e seu vasto repertório de ações e iniciativas para promoção e divulgação da língua portuguesa representam simultaneamente um instrumento de projeção da cultura nacional e uma ferramenta de autoconhecimento.

Naquele fórum, podemos expressar nossos anseios como sociedade, em busca do desenvolvimento material e intelectual e reafirmar os traços característicos que nos singularizam no concerto das nações.

São os valores compartilhados e os sentimentos de pertencer a um grupo de países unidos pela língua e pela cultura que fazem da CPLP um espaço privilegiado de diálogo e cooperação multilateral.

Os debates internos são pautados pela busca permanente do entendimento nas temáticas mais variadas. A partir desse entendimento, dessa união de propósito, construímos propostas que são levadas a outros espaços de discussão mais amplos, como a ONU e seu sistema de agência, e criamos mecanismos que visam ao bem-estar de nossa população.

Sra. Presidente, conforme indiquei no plano de trabalho que submeti a esta Comissão e à apreciação de V. Exas., existe um número considerável de frentes nas quais o Estado brasileiro tem muito a oferecer e mais ainda a ganhar no âmbito da CPLP. Para o Brasil, maior país da comunidade em termos de território, PIB e população

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de língua portuguesa, a CPLP constitui uma plataforma estratégica de projeção nacional, além de espaço de coordenação de posições políticas, de desenvolvimento da cooperação e de valorização da língua portuguesa.

A organização possui, consoante seus estatutos, três objetivos centrais que pautam a sua atuação: a concertação político-diplomática, a cooperação em todos os domínios e a promoção e difusão da língua portuguesa. A esses três pilares somou-se a cooperação econômico-comercial entre os Estados-membros, a partir do lema "Construir e fortalecer um futuro comum e sustentável", escolhido pela presidência de turno angolana, iniciada no ano passado.

Conforme destacado pelo Senhor Vice-Presidente da República em seu discurso, na XIII Reunião da CPLP, em Luanda, em junho de 2021, "A CPLP tem um potencial econômico enorme: nossos países encontram-se inseridos em diferentes blocos comerciais; nossas populações representam um mercado consumidor significativo; e somos todos países costeiros, contemplados por uma vasta e rica plataforma continental de recursos marinhos e minerais".

Na vertente econômico-comercial, portanto, uma das metas prioritárias da missão brasileira será acompanhar a implementação da agenda estratégica para a consolidação da cooperação econômica na CPLP 2022-2027. As diretrizes emanadas da reunião de Ministros da Economia, Comércio e Finanças permitem traçar as linhas mestras para a promoção do comércio, dos investimentos e o intercâmbio das boas práticas na administração pública. Contudo, o diálogo na temática comercial não se limita às reuniões ministeriais. Outras instâncias, tais como o foro de agências de promoção comercial, o Conselho de Diretores-Gerais das Alfândegas e os encontros entre os bancos centrais da comunidade também contribuem para a superação de obstáculos à circulação mais livre de bens e serviços e na identificação de oportunidades para os agentes econômicos privados.

Nesse sentido, a Confederação Empresarial da CPLP, outro órgão também da comunidade, na qualidade de observador consultivo da organização, cumpre um papel fundamental no diálogo entre o setor produtivo e o setor público. Essa articulação promove a necessária dinâmica para ampliar o conhecimento sobre os gargalos que dificultam o empreendedorismo de maneira que os Estados possam criar instrumentos de promoção e facilitação da iniciativa privada.

Como mencionado pela Senadora Gabrilli, no início desta sessão, o Acordo sobre a Mobilidade entre os Estados-Membros da CPLP é o exemplo mais atual de um instrumento dessa natureza, isto é, aquele que atende diretamente ao cidadão, eliminando entraves, reduzindo burocracias e promovendo o turismo. Fruto de negociação promovida durante a presidência cabo-verdiana, o acordo de mobilidade toma por base os princípios da flexibilidade e da autonomia do controle migratório de cada país para alcançar um denominador comum que facilite o trânsito de nacionais da CPLP em nosso espaço comum.

Ainda no campo da cooperação econômica, é fundamental mantermos, no centro do debate, a promoção do desenvolvimento sustentável em seu tripé de viabilidade econômica, responsabilidade social e preservação do meio ambiente. As parcerias internacionais, inclusive no âmbito da CPLP, devem, portanto, voltar-se para o desenvolvimento permanente de sistemas produtivos mais sustentáveis e também seguros, com especial atenção para a segurança alimentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Além do uso sustentável dos recursos naturais, a questão energética talvez seja um dos temas mais críticos no cenário mundial deste momento. Entre os múltiplos aspectos que se abrem à cooperação da CPLP sob a nova ênfase econômica, vale recordar que os diversos países de nossa comunidade têm potencial destacado na expansão da bioenergia, inclusive já mencionado pelo meu colega Embaixador Ademar. Nesse aspecto, a missão brasileira procurará explorar sinergias entre os países, tanto por parte de agentes públicos quanto privados, na busca de soluções modernas que incorporem tecnologia e inovação. A economia verde, que se desenha cada vez mais aceleradamente em razão das preocupações ambientais e climáticas, dependerá de um fornecimento de energia limpa e renovável que nossos países têm condições de fornecer.

Em outras áreas da cooperação promovida ao amparo da CPLP, gostaria de citar apenas algumas ações em curso para que façam uma ideia do leque de oportunidades e desafios que serão acompanhados e impulsionados pela nossa missão: Projeto Ripes (Rede de Instituições Públicas de Educação Superior) promove um intercâmbio de conhecimento, mobilidade acadêmica no espaço da comunidade – estudantes, docentes, coordenadores de cursos, gestores e técnicos de instituições públicas de ensino superior são os principais beneficiários, mais ainda com o nosso acordo de mobilidade –; o mencionado mecanismo de cooperação entre as aduanas de língua portuguesa teve início em 1983 – quer dizer, antes mesmo da CPLP – e propicia a facilitação do comércio de bens entre nossos países; o projeto Apoio à Gestão e ao Monitoramento de Recursos Hídricos nos Países da CPLP, por sua vez, mapeia essa importante fonte de vida e de riqueza, ao mesmo tempo em que reforça a vertente energética e sustentável da nossa cooperação; o plano Fortalecimento da Capacidade Política e Institucional de Agentes Governamentais e Não Governamentais para Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência – e nesse campo em particular quero realçar a inclusão como valor compartilhado por nossa sociedade –; e, por fim, não poderia deixar de mencionar a cooperação na área de saúde, uma das mais expressivas linhas de atuação do Brasil na CPLP, talvez como exemplo mais feliz nessa vertente tem sido a implementação da rede de bancos de leite humano na CPLP, que estende aos nossos parceiros lusófonos um programa de indiscutível sucesso que o Brasil já promove em mais de 20 países. Além disso, no contexto do combate à pandemia, o Brasil efetuou diversas doações humanitárias em favor dos países da CPLP.

Sra. Presidente, o Brasil exerce uma liderança natural na organização, não por imposição nem pela força, mas pela capacidade de ajudar e de apoiar no processo de desenvolvimento conjunto e sustentável de nossos parceiros. Além da língua, compartilhamos interesses comuns e visões de mundo nas quais procuramos promover a qualidade de vida de nossas populações, não só do ponto de vista material, mas também nas relações humanas e nas atividades culturais. Não podemos esquecer que a cultura também é um negócio, uma atividade produtiva que gera empregos, movimenta recursos e possui um efeito multiplicador significativo.

Finalmente, no plano institucional, temos alguns exemplos de iniciativas bem-sucedidas e outras ainda em gestação que serão acompanhadas de perto pela missão brasileira junto à CPLP, de maneira a potencializar seus efeitos positivos.

O Instituto Internacional da Língua Portuguesa, sediado em Cabo Verde, ligado diretamente ao secretariado, tem por encargo coordenar as políticas e desenvolver os projetos de difusão da língua. O Museu da Língua Portuguesa, motivo de orgulho para todos os brasileiros, embora não esteja incluído no marco institucional da CPLP, constitui-se em ambiente de encontro e descoberta, com uma abordagem multifacetada do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

conceito mais amplo da língua. Nele se combinam variadas formas de linguagem, expressões de arte, música e até gastronomia, que resultam em uma experiência única e cativante.

Não menos importante é a iniciativa do Itamaraty de criação do Instituto Guimarães Rosa – em homenagem a um dos maiores nomes da cultura brasileira, o novelista, romancista e Diplomata João Guimarães Rosa –, que deve ganhar corpo no futuro próximo e distinguir ainda mais a atuação do Brasil no campo da diplomacia cultural. O novo instituto buscará fortalecer o planejamento estratégico da política externa na área cultural de maneira a garantir governança integrada e sistêmica, que reúna promoção da língua portuguesa, difusão cultural e cooperação educacional.

Gostaria de concluir esta apresentação expressando de forma sintética a ideia de que ao afirmar a língua portuguesa no cenário internacional não só acumulamos prestígio político como também multiplicamos oportunidades de negócios e avançamos na promoção do desenvolvimento do nosso país.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Muito obrigada, Embaixador, por suas palavras, por sua apresentação.

De fato, nós vimos ao vivo e a cores esse encontro em Portugal dos países da língua portuguesa, promovido pelo IDP, do Ministro Gilmar Mendes. O Senado Federal e a Câmara contribuíram enormemente para essa comemoração da CPLP.

Eu gostaria apenas de, antes de encerrar, fazer duas propostas. Eu gostaria muito – o senhor fez uma bela apresentação, está nos nossos arquivos também – que nós pudéssemos listar qual é o conjunto de acordos de cooperação dos países da CPLP que pudessem atender os estados. O que os Governadores e os seus secretários deveriam conhecer desses acordos para se fazer valer deles, utilizar isso mais intensamente, porque isso fica muito em nível de governos centrais, e os Governadores têm pouco acesso a tudo isso. Eu estou falando de saúde, educação, no sentido de intercâmbios entre países, tecnologia, cultura, arte, história, o que pode ser alcançado pela população que mora – não é na União, não é? – nos estados, nas cidades, nos municípios. As capitais e os Prefeitos podem se interessar.

Nós queremos, inclusive, antes de terminar o nosso mandato nesta Comissão, tentar fazer, de todos os blocos, de todos os continentes, dos grupos de países, essas cooperações para que nós possamos divulgar, para os 27 estados, com um manual impresso pelo Senado Federal e CRE. Então, o Itamaraty pode nos ajudar enormemente para dar acesso ao interior do Brasil, que é um dos pilares que foi aprovado aqui na Comissão. Um dos pilares, uma das diretrizes do nosso trabalho é interiorizar a política externa brasileira, como fazer isso virar verdade na vida das pessoas e elas se sentirem que a política externa pode influir na sua vida. Então, o nosso Ministro Paulo Uchôa vai estar encarregado de compor, com a Itamaraty, a construção desse manual para nós distribuirmos, antes do final do ano, para Governadores e grandes cidades, enfim, dar divulgação ao Brasil inteiro.

Esse museu da língua portuguesa pode ser móvel? Ele tem mobilidade para percorrer o Brasil? Ele poderia ser construído de alguma forma que percorreria, tipo transformá-lo em eletrônico, que, às vezes, uma sala de aula possa receber esse museu, que não tenha que carregar nada, que não tenha maiores dificuldades, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

democratização desse museu, que nós espalharíamos por todos os nove países. E, claro, nós nos encarregaríamos dos nossos 27 estados para que as escolas públicas, principalmente, no ensino médio, fundamental e curso superior, pudessem ter acesso a esse museu da língua portuguesa.

E o terceiro e último: o que nós poderíamos fazer com relação à gastronomia especificamente, à economia criativa? Eu não conheço todos os outros sete países – conheço bem Portugal e o meu país, claro –, mas a gente sabe que a comida brasileira, a gastronomia brasileira é fortemente influenciada pelos portugueses. A minha avó é filha de português, a minha bisavó era portuguesa. Então, isso trouxe a nossa família toda para esse lado. Hoje, em casa, o bacalhau português é uma coisa muito apreciada pelos brasileiros – não fosse o preço, poderia até avançar um pouco mais. Eu penso que o Senado Federal pode patrocinar isso no sentido de publicações. O Senado tem interesse, a CRE tem interesse de nós construirmos a história dessa gastronomia, não só a gastronomia, mas a economia criativa como um todo, em que entra o artesanato, a religiosidade, as festas culturais, que nós pudéssemos juntar tudo isso para dar concretude... Talvez eu esteja desinformada e já exista esse trabalho. Eu não conheço. Então, vai a sugestão. Se já existir, ótimo, e eu quero acesso para divulgar. Eu acho que seria uma grande contribuição de V. Exa. à frente da CPLP. E não faltarão parceiros para que nós possamos construir esse grande e rico material.

Bom...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Pois não. Eu lhe devolvo a palavra.

O SR. JULIANO FÉRES NASCIMENTO (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente.

Essa iniciativa do conjunto do acordo certamente vai ter um panorama muito interessante para ser desenvolvido.

No que diz respeito à interiorização, óbvio que esse esforço é permanente, mas essa iniciativa da rede de universidades incluiu, obviamente, todas as universidades federais dos estados brasileiros. Então, aí, no campo acadêmico, a gente já tem essa vocação para levar, através das universidades públicas federais, os trabalhos e essa integração da CPLP.

Quanto ao museu, ele fica em São Paulo, mas é um museu onde há um investimento muito elevado em tecnologia, é um museu que leva muito adiante a questão da interatividade com os visitantes. Então, eu acho que um contato com a direção do museu para que a gente possa levar exposições itinerantes, para que a gente possa levar esse conhecimento e essas exibições para escolas e outros estados da União é, sem dúvida, uma possibilidade que se abre.

E, no último quesito, na questão gastronômica, muito recentemente – eu acho que isso tem algumas semanas –, por uma parceria do Itamaraty com vários chefes brasileiros, foi lançado, no Museu do Inhotim, em Minas Gerais, o chamado Brasil em Sabores. Essa iniciativa, justamente, visa formar chefes não só no Brasil, como nos demais países da CPLP também, para que a gente possa fazer essa divulgação. E o apoio do Senado, sem dúvida, vai ser excepcional para essa iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Era isso.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Eu que agradeço. E deixo o meu Estado, o Tocantins, totalmente à disposição para receber esse museu virtual nas escolas públicas do Estado, nas grandes cidades, nas pequenas cidades. Eu tenho certeza de que seria muitíssimo bem-vindo.

Bom, a pedido do Senador Esperidião, nós faremos aqui agora um pequeno resumo, a formalização ao Itamaraty, ao Ministro Paulo Uchôa, para que nós possamos incluir nas sabatinas os países maiores investidores nos países de destino de cada embaixador. E por que não incluir também o maior investidor do país de origem, de que você está vindo? Eu acho que isso é um trabalho de inteligência importante de que os Senadores precisam ter conhecimento.

Inclusive, vou propor à Abin – já tive essa conversa anterior com a Abin, porque a gente imagina que a Abin tem um trabalho muito específico de investigação apenas determinado, direcionado para um lugar, mas pode fazer um trabalho maravilhoso de estudos, de investimentos – saber onde as pessoas estão investindo, onde elas estão propondo, por que assim estão fazendo, por que os países estão investindo em outros lugares. A Abin pode nos ajudar bastante nesse planejamento estratégico e a entender por que a China é tão presente na África – a gente imagina, mas não tem os dados para poder trabalhar. Então, nós vamos formalizar esses novos detalhes, que são os investidores, os exportadores. Eu vou passar ao Paulo Uchôa o que eu fiz aqui agora. E nos interessa muito também saber quais são os países que estão vendendo, principalmente, alimentos para os países a que vocês vão. Por que não somos nós? Quem é que está na nossa frente naquilo em que nós somos os melhores? Quem está nos *bypassando* aí? Apenas para alertar, chamar a atenção e tentar focar.

E nós vamos então destinar, da próxima sabatina, dez minutos contados no cronômetro para a apresentação do trabalho no país de origem, e começaremos de novo quinze minutos para a apresentação do país de destino.

Eu primeiro encerro a sessão para aprovar os requerimentos? (*Pausa.*)

Não, só depois. Está bom.

Eu gostaria de oficializar requerimento do Senador Renan Calheiros para que nós possamos fazer uma audiência pública, a marcar, com o Itamaraty, porque ele pretende que seja apresentado aqui... (*Pausa.*)

Pois é. Tem que encerrar para votar. Mas não tem necessidade, pode ler os requerimentos primeiro e depois abrir a votação.

Se eu abrir a votação, aí eu vou falar só para as paredes.

Então, é uma audiência pública para que o Itamaraty possa apresentar à CRE e ao Senado Federal quais são os critérios de promoção dos diplomatas do Brasil. E, se possível, nós gostaríamos de um comparativo. Esse modelo de promoção dos diplomatas brasileiros é um modelo copiado, acertado de algum lugar? É a criatividade própria? Porque eu não tenho o menor problema de copiar nada que dá certo dos outros lugares. É uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

criatividade brasileira? É uma tradição internacional? Qual é o *modus operandi* claro e específico, regras claríssimas, das promoções dos diplomatas desde o início da formação da comissão até as escolhas?

Coloco em votação e em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, aprovado.

Marcaremos a data de comum acordo com o Itamaraty, sem nenhum problema.

O outro requerimento é esse de minha autoria. Eu gostaria de fazer aqui uma audiência pública com os embaixadores dos países da África no Brasil. Estou devendo isso a eles. Eles já tinham me pedido isso. O Itamaraty fez já trabalho nesse sentido recentemente, mas eu gostaria de fazer aqui, principalmente com os países da África, que têm a vocação e o potencial agrícola.

Gostaria de deixar aqui em discussão, para os Srs. Senadores e Sras. Senadoras, uma audiência pública com os países da África vocacionados para a agricultura, em que nós incluiremos os diplomatas, o Itamaraty, a Embrapa, as universidades, o que está sendo feito, o que poderemos fazer, como colaborar para o Brasil estar presente nos países da África, principalmente, aqui destaco, nos países de língua portuguesa. É impossível nós deixarmos esse vazio, nós temos que preencher. Eu já sei que o Itamaraty faz esse trabalho ao longo dos anos, principalmente através da ABC. A ABC também deve participar dessa audiência pública que nós marcaremos posteriormente.

Em discussão e em votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, aprovado.

E, enfim, um requerimento também de minha autoria, agora formalizando, para que nós possamos levantar o conjunto de acordos e cooperações para interiorizarmos esses benefícios que o Itamaraty vem fazendo ao longo de décadas e para tentar dar concretude a isso e utilização por parte dos governos dos estados, das prefeituras, das capitais, grandes cidades, enfim, para todos os gestores públicos municipais e estaduais que possam querer participar e utilizar desses acordos feitos.

Podemos fazer, iniciando com a CPLP e com esses países – mas também com a Europa podemos ver o que é pode ser feito, sempre na área de tecnologia, de educação, de saúde, sempre imaginando um gestor público lá do interior do Brasil –, coisas que serão factíveis a esse público. Não adianta nós elaborarmos cooperações a que eles não terão alcance. Então, vamos fazer uma coisa bem prática, apenas para ajudar o trabalho laborioso que vocês fazem mundo afora a chegar à vida real do povo brasileiro, com mais pessoas, com mais gente beneficiada.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. (*Pausa.*)

Aprovada a constituição desse resumo, desse conjunto de acordos, para que nós possamos elaborar uma publicação do Senado Federal em parceria da CRE com o Itamaraty e até mesmo com o instituto do Itamaraty. Fugiu-me o nome dele agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa
(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Não, não é a ABC.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – É o instituto... Não há um que faz seminários, discussões?

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – É a Funag. Pronto! Desculpa! Perdão! É a Funag.

Então, vamos ampliar, colocar todos para participarem, porque eu acho que será de grande valia.

Agora, por fim, vamos abrir a votação, para sabermos se todos os sabatinados foram aprovados. Eu quero adivinhar que sim. Fizeram grandes apresentações.

Na última sabatina, eu não votei; simplesmente, eu me esqueci de ir lá.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Todo mundo está aprovado por unanimidade.

Palmas para os nossos embaixadores e para a nossa embaixadora. (*Palmas.*)

Convido a todos para que nós possamos tirar a foto oficial.

Agradeço formalmente a participação de todos.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença das autoridades, desejando-lhes êxito, e declaro encerrada a sessão.

Até vamos tentar, quem sabe, uma aprovação. Mas, ontem, o Senador Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado, quando eu reclamei a ele sobre a aprovação dos embaixadores, disse: "Kátia, não se preocupe, eu marcarei um esforço concentrado rapidamente, porque temos muitas autoridades a serem aprovadas". Então, eu obtive essa palavra dele ontem, durante a sessão. Vamos aguardar, para que nós possamos cumprir com nossa obrigação cívica, constitucional, de servidores públicos, a de fazer o nosso trabalho e aprovar os nossos diplomatas, para que eles possam trabalhar.

Muito obrigada a todos, mais uma vez. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 22 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA (5ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (8ª REUNIÃO), EM 05 DE MAIO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e dezenove minutos do dia cinco de maio de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Carlos Viana, reúnem-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura e a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Esperidião Amin, Eliane Nogueira, Veneziano Vital do Rêgo, Luis Carlos Heinze, Giordano, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Paulo Paim, Flávio Arns e Nelsinho Trad, e ainda do Senador não membro Lucas Barreto. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Gomes, Izalci Lucas, Roberto Rocha, Alexandre Silveira, Mecias de Jesus, Marcos Rogério, Jayme Campos, Jean Paul Prates, Fernando Collor, Acir Gurgacz e Weverton. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 15/2022 - CI, de autoria Senador Carlos Viana (PL/MG), e REQ 16/2022 - CAE, de autoria Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Finalidade:** Discutir o impacto do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2022, (Medida Provisória nº 1089, de 2021) para o setor aéreo, consumidores e sociedade brasileira; debater a questão relativa ao preço de passagens aéreas, franquia de bagagens, pagamento para marcação antecipada de assentos e abertura de mercado do setor aéreo nacional. **Participantes:** Ronei Saggioro Glanzmann, Secretário Nacional de Aviação Civil; representante do Ministério da Infraestrutura; Juliano Alcântara Noman, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil - Anac; Eduardo Sanowicz, Presidente da Associação Brasileira de Empresas Aéreas – Abear; Fábio Rogério Carvalho, Presidente da Associação Nacional das Empresas Administradoras de Aeroportos – ANEAA; Ondino Dutra Cavalheiro Neto, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas – SNA; Bruno Conde Caselli, Superintendente de Defesa da Concorrência da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP; Walter Faiad, Advogado do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - Idec; Gustavo Augusto Freitas de Lima, Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade; Paulo Nei da Silva Junior, Coordenador de Monitoramento de Mercado / Ministério da Justiça; Edson Sobrinho, Subsecretário de Regulação do Ministério da Economia; e Diogo Gonçalves Bezerra, Gerente de Previsão de Preços, Mercado e Vendas da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Fazem uso da palavra os Senadores Nelsinho Trad e Carlos Portinho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e zero minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Carlos Viana
Presidente eventual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/05/05

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às oito horas e três minutos do dia vinte e oito de abril de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Luis Carlos Heinze, Rose de Freitas, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Rodrigo Cunha e Wellington Fagundes, e ainda dos Senadores não membros Plínio Valério e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Esta Presidência comunica o recebimento das seguintes manifestações externas: 1 – Ofício n° L 174/2022 da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, que encaminha moção de Repúdio ao PL 2633/2020. 2 – Moção Legislativa n° 006/2022, da Câmara de Vereadores de Maravilha/Santa Catarina, em APELO à grave situação de estiagem na região. Conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa, os referidos documentos ficarão à disposição na página da Comissão na Internet. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Audiência Pública Interativa (Req 8/2022-CRA), atendendo ao requerimento REQ 8/2022 - CRA, de autoria Senador Acir Gurgacz (PDT/RO). Finalidade: Debater a utilização de remineralizadores como alternativa de manejo e uso de solos. Participantes: Rogério Vian, Presidente do Grupo Associado de Agricultura Sustentável - GAAS; Reginaldo Lopes Minaré, Diretor Técnico Adjunto da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; Sebastião Pedro da Silva, Chefe-Geral da Embrapa Cerrados; Antônio Alexandre Bizão, Agrônomo, mestre em fertilidade do solo e pesquisador na área de transferência de tecnologia. Especialista em Rochagem; Antonio Galvan, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja - Aprosoja Brasil. Resultado: Reunião realizada. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 9, de 2022 que: "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Ciclo de Palestras e Debates, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA - do Senado Federal, no dia 6 de maio do corrente ano, sexta-feira, a partir das 14 horas, durante a 23ª edição da Fenasoja, que se realizará na cidade de Santa Rosa, estado do Rio Grande do Sul, entre os dias 28 de abril a 8 de maio. O evento tem por objetivo debater a grave estiagem que atingiu os estados do Sul, com destaque para os prejuízos causados aos produtores rurais do Rio Grande do Sul. Também constará na pauta o projeto de lei 1.282/19, de minha autoria, que dispõe sobre a construção de reservatórios d'água em Áreas de Proteção Permanente – APP. Por fim, também serão apresentadas alternativas para irrigação. Sugiro que sejam convidados a representação dos seguintes órgãos, entidades e especialistas, entre outras que possam ser indicadas por este plenário: 1. Representação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; 2. Comissão de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados; 3. Comissão de Agricultura, Pecuária,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pesca e Cooperativismo da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul; 4. Representação do Instituto Espinhaço; 5. Representação da empresa Fockink Sistema de Irrigação, de Panambi/RS; 6. Claudio Oliveira – Diretor da Hidrogeo Poços Artesianos; 7. Geólogo Rogério Ortiz Porto; 8. Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul – Farsul; 9. Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul - Fetag/RS; 10. Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado do Rio Grande do Sul (FecoAgro/RS); 11. Federação das Associações de Arrozeiros do Rio Grande do Sul – Federarroz; 12. Associação dos Produtores de Soja do Rio Grande do Sul – Aprosoja/RS; 13. Associação Brasileira de Proteína Animal – ABPA; 14. Associação das Empresas Cerealistas do Rio Grande do Sul – Acergs; 15. Representação do Ministério Público Federal – MPF. 16. Representação do Ministério Público Estadual – MPE." Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e um minutos. Usam da palavra o Senador Esperidião Amin e o Senador Acir Gurgacz Presidente da Comissão. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR ACIR GURGACZ

Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/04/28

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Esta Presidência comunica o recebimento das seguintes manifestações externas:

1. Ofício nº L 174/2022, da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, que encaminha moção de repúdio ao PL 2.633/2020; e

2. Moção Legislativa nº 006/2022, da Câmara de Vereadores de Maravilha-SC, em apelo à grave situação de estiagem na região.

Conforme instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa, os referidos documentos ficarão à disposição na página da Comissão na internet.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a utilização de remineralizadores como alternativa de manejo e uso de solos, em atendimento ao Requerimento nº 8, de 2022, da CRA, de iniciativa desta Presidência.

Os nossos convidados são:

- Dr. Rogério Vian, Presidente do Grupo Associado de Agricultura Sustentável;

- Dr. Reginaldo Lopes Minaré, Diretor Técnico Adjunto da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA);

- Sebastião Pedro da Silva, Chefe-Geral da Embrapa Cerrados;

- Antonio Galvan, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil); e

- Antônio Alexandre Bizão, Pesquisador na área de Transferência de Tecnologia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Remineralização de solos.

A guerra entre a Rússia e a Ucrânia escancarou a nossa dependência externa em relação aos fertilizantes do agronegócio brasileiro. Antes mesmo do conflito, já alertávamos a sociedade e o Governo Federal para essa situação de vulnerabilidade de nossa agricultura. No ano passado, realizamos duas audiências públicas sobre o tema aqui, na Comissão de Agricultura, enviamos relatório dessas audiências ao Governo Federal, com uma série de recomendações e sugestões ao Governo.

Neste ano, após o início do conflito no Leste Europeu, realizamos nova audiência pública para tratar dos encaminhamentos que estão sendo dados pelo Governo Federal para fazer frente à crise dos fertilizantes e vamos continuar discutindo, sempre trazendo contribuições concretas para os agricultores, para subsidiar as ações do Governo e a elaboração de políticas públicas. Entre as medidas sugeridas no documento que enviamos ao Governo Federal, estava um estudo de alternativas de insumos para correção e adubação do solo.

Portanto, de modo a contribuir para a ampliação do uso de insumos alternativos, estamos realizando esta audiência pública, que tem como tema específico a utilização de remineralizadores como alternativa de manejo e uso de solos.

Já é do conhecimento do setor agrícola que a Embrapa, junto com o Ministério da Agricultura e outras instituições parceiras, está desenvolvendo ações em sua programação de pesquisa para ajudar a diminuir a dependência brasileira de fertilizantes importados, e os bioinsumos e remineralizadores estão entre as alternativas mais viáveis. A expectativa da Embrapa e do Mapa é de reduzir em 25% a demanda por fertilizantes importados até 2030.

Nesse sentido, foram priorizadas cinco frentes de pesquisas: os biofertilizantes, os organominerais, os fertilizantes nanoestruturados, a agricultura de precisão e os condicionadores de solo com pó de rocha.

Na categoria de pó de rocha, podemos destacar os remineralizadores de solo. Segundo estudo da Embrapa, os remineralizadores de solo são uma espécie de evolução dos pós de rocha, já utilizados pelos nossos agricultores. O princípio do uso de remineralizadores é o de recuperar as propriedades químicas, físicas e biológicas no solo através de aplicação de uma ou mais rochas finamente moídas.

Vou deixar para os especialistas explicarem o que realmente são e como funcionam esses remineralizadores, mas o fato é que eles já estão sendo usados por muitos agricultores.

Portanto, os remineralizadores se apresentam de fato como uma alternativa complementar às adubações com os fertilizantes solúveis tradicionais, podendo até aumentar a eficiência dessas fontes quando em combinação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro aspecto importante é o potencial que os remineralizadores de solo possuem de reduzir a dependência de fertilizantes importados, seja fornecendo nutrientes, seja aumentando a eficiência das adubações.

Portanto, além de recomendar ao Governo Federal que estimule a exploração das jazidas nacionais de potássio, fosfato, nitrogênio, calcário e outros minérios usados tradicionalmente na indústria de fertilizantes, reforçamos a necessidade do estímulo à produção de bioinsumos por fabricantes nacionais, assim como a produção de pó de rocha para a remineralização dos solos, numa aproximação dos setores agrícola e de mineração, a fim de expandir a oferta desses produtos.

Nós já discutimos por várias vezes esse tema aqui na nossa Comissão e vamos continuar debatendo, discutindo e dando sugestões, ouvindo a sociedade e criando sugestões para o Governo, mas é fato que nós precisamos de uma política de Estado. Nós precisamos ver o Governo como um todo gastando as suas energias em algo positivo, em algo que venha a ajudar o desenvolvimento do nosso país. E nada mais importante, neste momento, do que o Governo fazer uma política de Estado e gastar todas as suas energias para que possamos produzir os nossos fertilizantes aqui no Brasil.

Para isso é importante nós aprovarmos o projeto de lei de licenciamento ambiental, que está aqui no Senado, para diminuir a burocracia a fim de que a gente possa extrair do solo esses minerais tão importantes. Nós brasileiros, no nosso país, temos com abundância esses minerais, mas precisamos de autorizações do Meio Ambiente, do Ibama, para que possamos extraí-los do solo e tornar o Brasil autossuficiente na produção de fertilizantes para a nossa produção agricultura, até exportando o excedente. Para isso, temos que ter de fato uma energia muito forte de Governo, uma energia muito forte de posições de Estado, para que possamos avançar, através de pesquisa – nós já temos a Embrapa – e de financiamentos, através do BNDES. Há empresas que precisam e querem fazer a transformação de minerais em fertilizantes, mas precisam de um apoio do Governo.

Portanto, fica aqui mais uma vez a nossa sugestão para que haja uma ação forte. Quem sabe se nós mudarmos o foco de eleições e colocarmos o foco em gestão, colocarmos o foco em trabalho? Já temos problemas de infraestrutura para escoar a nossa produção. As nossas estradas estão a cada ano diminuindo a sua capacidade de transporte, o que deveria ser ao contrário, pois, se aumentamos a produção, teríamos que aumentar a capacidade de transporte, mas infelizmente o Governo esquece de investir em infraestrutura.

É com prazer que eu passo a palavra ao Senador Esperidião Amin, que sempre está junto conosco e, principalmente nesse caso, também sempre muito atento a esses debates e a essa discussão tão importante. No seu Estado de Santa Catarina, como no nosso Estado de Rondônia, nós somos dependentes da agricultura, e positivamente, não é? Positivamente. Isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem trazido desenvolvimento para os nossos estados, com o aumento da produção e a melhoria da qualidade de vida da nossa gente.

Passo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discursar. *Por videoconferência*.) – Presidente, muito bom dia, meu prezado amigo.

Bom dia a todos os que já estão conectados e os que vão se conectar e vão participar desta reunião.

Eu ontem participei da sessão de audiência pública levada a cabo pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e praticamente toda ela convergiu para essa questão dos fertilizantes. Fiz questão de frisar, enfatizar as reuniões pioneiras que V. Exa. presidiu nos dias 21 e 28 de outubro do ano passado – o nosso querido Senador Carlos Viana presidiu a sessão da Comissão de Relações Exteriores, na ausência da proponente da reunião, que foi a Senadora Kátia Abreu.

Presidente, em resumo, a sessão de ontem colocou luz, e luz muito atualizada, sobre esse assunto que V. Exa. já levou ao Plenário. V. Exa. apresentou ao Plenário esse relatório das sessões de 21 e 28 de outubro, até por sugestão de minha parte. Foi feito o registro, mas não o relatório síntese dessas duas importantes reuniões que a Comissão de Agricultura levou a termo, no ano passado, antes da crise da guerra; portanto, antes do lançamento do Plano Nacional de Fertilizantes. Foi uma iniciativa precursora e de muita densidade, atualizada agora pelos números da crise. A gente espera que essa guerra acabe logo, mas os problemas de logística foram ontem muito bem assinalados pelo representante da Abiquim, da indústria química brasileira, e de outros setores da iniciativa privada.

Então, o que eu pedi ontem na reunião, em síntese, foi o seguinte: que sejam transferidas para a Comissão de Agricultura todas as informações que ontem foram colhidas e vice-versa. E tomo a liberdade de sugerir que V. Exa. converse com a Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e promova uma reunião conjunta para dar um termo final à questão. Um termo final que eu digo é um entrosamento dessas informações, porque os dados são muito, muito, muito preocupantes.

Primeiro, o acesso ao mar e a portos pelos nossos tradicionais fornecedores hoje está obstaculizado. Por exemplo, a Bielorrússia não tem como chegar aos portos, inclusive ao porto onde o país Bielorrússia é o acionista majoritário, porque as represálias e contrarrepresálias – por exemplo, da Lituânia – impedem esse acesso. O Mar Negro está vivendo esse drama terrível da guerra mais diretamente. Então, a própria Rússia tem dificuldade de acesso ao mar ao sul, só ao Báltico. E movimentos estratégicos que estão ocorrendo envolvendo Suécia e Finlândia podem também representar dificuldades. Então, o cenário é muito, muito preocupante a curto prazo – a curto prazo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para concluir, o senhor lembra que a então Ministra Tereza Cristina fez um esforço junto ao Canadá antes de deixar o cargo. Então, deve-se fazer um balanço geral da situação e da perspectiva que nós vamos enfrentar a curto, a médio e a longo prazo, porque o plano de fertilizantes, que é um plano ousado, prevê o seguinte: em 30 anos, reduzir para metade a nossa dependência. Os quadros que foram apresentados ontem são assustadores. Nós somos o país mais dependente do mundo. A China tem uma dependência de insumos agrícolas de 4%; nós temos de 90% – 90% –, ou seja, a nossa grande coluna do agronegócio tem os pés de barro, muito fragilizada.

Então, resumindo, me congratulo mais uma vez com a iniciativa de hoje que V. Exa. leva a termo e sugiro, depois da troca dessas informações, de documentos, de anais, de reuniões entre a CRA e a CRE, que o senhor organiza uma sessão conjunta, juntamente com a Senadora Kátia Abreu, para fazermos um balanço e extrairmos, no mínimo, advertências que hoje temos – nós temos essas advertências, mas elas estão esparsas, produzindo conhecimento muito difuso – e no sentido de termos uma atitude mais pragmática junto ao Governo para essa política de Estado, que ontem foi mencionada como necessária, e o senhor mencionou agora de manhã uma política de Estado. Isso é de sobrevivência da nossa competitividade em um setor que mais sustentação tem dado ao país. Eu sugiro essa reunião conjunta como próximo passo – pode até não ser o definitivo, mas, pelo menos, para unirmos forças, conhecimento e informação e advertências e sugestões.

Muito obrigado.

E quero só aproveitar, Sr. Presidente, e fazer minhas as palavras da nossa gente de Maravilha, do nosso Município de Maravilha, que fez essa ponderação, e dizer que, graças a Deus, a chuva atenuou o problema de estiagem que era referido, e mesmo com as nossas dificuldades, apesar do grande esforço feito pelo Governo do Estado de Santa Catarina, pelas prefeituras, acho que São Pedro foi decisivo mais uma vez.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

Enquanto V. Exa. falava, eu aqui pensava se não era o caso de nós fazermos um simpósio nacional aqui no Senado Federal, com a participação da sociedade organizada, da Presidência da República, Ministério da Agricultura, as nossas Comissões de Meio Ambiente, Relações Exteriores, a CRA, convidando todos os segmentos da sociedade, a imprensa principalmente, para nós colocarmos para toda a sociedade essa preocupação e o momento delicado que estamos vivendo.

Entendo que, se nós não temos a caneta para definir e colocar em prática as ações que nós entendemos que são importantes, nós podemos mostrar à sociedade a preocupação que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós temos, que é real, e a dificuldade que enfrentaremos em futuro próximo se não tivermos ações concretas de Governo do Estado para tentar amenizar essa questão. Depois conversaremos, Senador Esperidião Amin. Talvez seja oportuno nós fazermos um simpósio daqueles a que realmente vem toda a sociedade organizada, para que a gente possa informar o Brasil sobre as dificuldades.

E vamos conversar com a Senadora Kátia, com o Senador Jaques Wagner, com o Presidente Rodrigo Pacheco para ver se não é o caso de fazermos, então, um movimento bem maior do que nós já fizemos, para realmente alertar a sociedade brasileira.

Iniciaremos, então, a participação dos nossos oradores.

Convido Rogério Vian, Presidente do Grupo Associado de Agricultura Sustentável, para fazer as suas colocações.

Pergunto se o Rogério já está conectado. (*Pausa.*)

Então, com a palavra o Rogério Vian.

O SR. ROGÉRIO VIAN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Acir. Muito obrigado pela oportunidade de estar falando com os senhores no Senado. Infelizmente, eu não pude estar presencialmente aí hoje, a gente está finalizando um evento aqui que a gente fez em Rio Verde, Goiás, de três dias, hoje é o último dia. Estávamos discutindo justamente essas questões que estão afligindo tanto o Brasil neste momento. Um abraço ao Senador Esperidião Amin, por sua fala também, e a todos os participantes que estão nessa audiência pública.

Eu gostaria de falar que a gente tem muitas alternativas. Inclusive, o nosso grupo trabalha especificamente com isso, especificamente com os remineralizadores, que são uma fonte alternativa aos fertilizantes importados. A gente já trabalha há bastante tempo com isso. Eu, no meu caso, sou agricultor, sou engenheiro agrônomo e trabalho já com os remineralizadores há nove anos, utilizando nas minhas propriedades em Goiás.

Então temos bastantes alternativas. Nós discutimos durante dois dias e hoje vai ter um dia de campo em duas fazendas grandes daqui da região de Rio Verde, discutindo e mostrando os resultados dessas tecnologias que envolvem não só os remineralizadores, mas também bioinsumos. A gente usa de maneira bastante ampla os bioinsumos regionais, os compostos, os estercos para, junto com os remineralizadores também... Há muito uso de biológicos – bactérias e fungos – para poder extrair o que tem nos nossos solos já naturalmente. Então, a gente tem muitas alternativas.

O Grupo Gaas, do qual eu faço parte, sou o atual Presidente, tem 720 associados no Brasil inteiro. Inclusive, temos fora do país também: Argentina, Bolívia e Paraguai. E agora também temos um associado da África, de Angola. E a gente desenvolve no Brasil todo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhos relacionados justamente a isso. A Embrapa já tem 23 anos que vem pesquisando os remineralizadores de solo, na pessoa principalmente Dr. Éder Martins, da Embrapa Cerrados, e também a UnB e várias outras instituições pelo país.

A gente vem colocando em prática essa tecnologia, que não é nova. Isso já vem sendo discutido desde 1890, na Alemanha. É uma tecnologia que é secular já e a gente vem colocando em prática aqui no Brasil. O Brasil é muito rico em rochas, em remineralizadores. Depois o Sebastião Pedro e outros vão falar sobre os dados, mas o Brasil tem remineralizadores no Brasil todo; assim como tem calcário no Brasil todo, que também é um pó de rocha, a gente também tem os remineralizadores, que são rochas potássicas, silicáticas, ricas em potássio.

Na minha região aqui, para dar um exemplo, a gente tem uma mineradora aqui, a 250km da minha área, por exemplo, que tem 10,5% de potássio na sua formulação. Além de silício, cálcio, magnésio e vários outros nutrientes minerais, tem 10,5% de potássio. E assim a gente tem rochas distribuídas no Brasil inteiro, em todas as regiões agrícolas que podem estar suprindo uma parte – claro, não tem como substituir de imediato toda importação, principalmente do KCL –, mas que dá para a gente fazer bastante trabalho aqui no Brasil. Hoje já são mais de 5 milhões de hectares no Brasil usando remineralizadores de solo. Então, a gente tem como fazer um trabalho benfeito, claro que não rápido, mas dá para a gente fazer um trabalho com apoio governamental, com apoio do Senado, com apoio da Embrapa e da própria Aprosoja. Estou vendo o Galvan, o pessoal da Aprosoja também é muito parceiro, também tem muitos associados da Aprosoja, inclusive presidentes da Aprosoja usando os remineralizadores.

Então, a gente tem muita coisa para mostrar e para ajudar nessa questão da imensa dependência que o Brasil tem, como o Senador falou. O Brasil depende em quase 90% de importação de insumos, principalmente dos adubos, os adubos solúveis, o NPK. A gente consegue, a gente já não usa quase nada de nitrogênio no caso da soja, porque a gente consegue fazer a fixação biológica de nitrogênio, com o uso de bactérias *Bradyrhizobium*. Também no milho a gente consegue suprir uma boa parte, com uma matéria chamada *Azospirillum*, que também é desenvolvida aqui, pela Embrapa, pela nossa Embrapa, tanto as *Bradyrhizobium* quantos as *Azospirillum* conseguem substituir uma boa parte do nitrogênio do milho. No caso do sódio e do potássio, a gente tem os remineralizadores, tanto os fosfatos naturais, como os silicatos de potássio, que são os remineralizadores à base de potássio.

Inicialmente essa era a minha fala.

Não sei se há alguma pergunta, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Pois não, Rogério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão é a seguinte: de fato, o que é preciso para que a gente possa utilizar esses remineralizadores na nossa produção? Uma ação governamental? Falta de legislação? Ou são de difícil aplicação esses remineralizadores, Rogério?

O SR. ROGÉRIO VIAN (*Por videoconferência*.) – Boa pergunta, Senador.

Na verdade, o que mais trave esse processo é a tal de licença ambiental. Então, é um problema sério a questão das licenças ambientais. Há muitas mineradoras tentando licenciamento ambiental para iniciarem seus trabalhos, e é travado porque, às vezes, o licenciamento ambiental é estadual, não depende do Governo Federal.

Então, assim, a gente hoje tem 30 mineradoras trabalhando, fornecendo esses pós de rocha em variadas regiões, mas a gente precisaria, sei lá, de dez vezes mais, no curto prazo, para poder começar a atender a demanda, porque a demanda é muito, muito grande. Eu estou vendo toda hora as mineradoras falando: "A gente não tem produto para entregar. A gente não tem produto para entregar". O pessoal querendo comprar, mas há muitos problemas com o licenciamento ambiental principalmente.

E também há a questão do crédito. A gente precisa fomentar também o crédito, tanto para o produtor, para que ele adquira esse remineralizador, como também para as mineradoras. É um investimento realmente. São investimentos pesados para se fazer de início, para poder rodar, para poder fazer com que as mineradoras produzam esse material. Ele não é tão somente um pó de brita, como, às vezes, as pessoas chamam, mas é preciso realmente um processo industrial, de um peneiramento, para que se deixe o material o mais fino possível, para poder ser utilizado nas nossas lavouras.

Então, tem que ter crédito, tem que ter licenciamento ambiental e, claro, mais apoio. O Plano Nacional de Fertilizantes já contempla os remineralizadores, mas a gente precisa realmente de bastante investimento nesse setor, dinheiro do BNDES, dinheiro do Governo Federal, e que agilize também... A lei dos remineralizadores já existe, já foi feita no Governo passado, inclusive com a ajuda da Senadora Kátia Abreu. Então, já existe a lei, já existe a normatização, já existem muitos materiais registrados. Quando eu comecei a usar, para se ter uma ideia, tinha uma pedreira que foi certificada durante o processo. Agora, já existem 30.

Então, precisa-se de um trabalho muito grande do Ministério de Minas e Energia, do próprio Ministério da Agricultura, para agilizar a questão desses registros, mas o que está mais travado é a questão ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito bem, Rogério. Então, o problema é nosso mesmo, governo contra governo, licenciamento ambiental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos aqui um projeto de lei que está para ser votado que é para desburocratizar os licenciamentos ambientais. Nada mais importante neste momento do que nós avançarmos na aprovação dessa matéria.

Tivemos ontem uma reunião com a Frente Parlamentar da Agricultura, com os setores produtivos do Brasil e com o Presidente do Senado, no sentido de nós avançarmos na aprovação, discussão, no debate... Aliás, o debate já foi feito. Nós já fizemos debate da Comissão de Agricultura com a Comissão de Meio Ambiente e várias audiências públicas fizemos. Estamos prontos para votar aqui na Comissão de Agricultura e, eu creio, que também na Comissão de Meio Ambiente.

Portanto, é um tema importante para que a gente possa avançar e contribuir. O Senado estará contribuindo, assim como a Câmara dos Deputados também contribuiu, e vão continuar contribuindo, para que a gente possa tirar muito a burocracia; não é liberar a exploração de minerais, mas diminuir a burocracia, para que a gente possa avançar.

Muito obrigado, Rogério.

O SR. ROGÉRIO VIAN (*Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós vamos continuar com os nossos oradores.

Passo a palavra agora ao Reginaldo Lopes Minaré, da CNA, para fazer as suas colocações, mais uma vez agradecendo a sua presença junto conosco, Minaré.

O SR. REGINALDO LOPES MINARÉ (Para expor.) – Bem, bom dia, Senador Acir.

Eu que agradeço, em nome do Presidente da CNA, o convite e a oportunidade de participar aqui dos trabalhos da Comissão, com um tema atual, importante, principalmente para o futuro.

Cumprimento os colegas expositores que aqui estão.

De forma muito simples, principalmente para os nossos ouvintes, o uso de remineralizadores é basicamente uma aceleração do processo natural de formação do solo. O Sebastião até depois me corrija se eu estiver invadindo a área dele e me equivocando, mas basicamente é isso.

O solo é formado pela ação do tempo, dissolvendo essas rochas e espalhando pela área os minerais que elas contêm. A remineralização, ao propor triturar essas rochas de maneira célere e espalhá-las pelo campo, basicamente vai ao encontro daqueles que têm a pretensão de produzir, de construir um solo melhor, enriquecendo-o com esses nutrientes que são necessários para a prática da agricultura, pastagens e tudo o mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa é a base do que leva a pensar e a ter a remineralização como uma ferramenta interessante de melhorar o solo e reduzir a necessidade de fertilizantes químicos.

É um processo que melhora as características químicas e físicas do solo, melhora a microbiota do solo, e, quando ele é associado a ferramentas da biotecnologia, seja da biotecnologia clássica ou da biotecnologia moderna – e aí falo dos micro-organismos solubilizadores, principalmente de fosfato e de potássio –, ao se ter esse nutriente no solo, ele nem sempre está disponível para a planta, mas, ao se utilizarem esses micro-organismos – e eles podem ser naturais ou até mesmo modificados por meio dessas novas técnicas de rearranjo de genes, por exemplo, a CRISPR –, esses micro-organismos poderiam ajudar a solubilizar esses nutrientes e facilitar a absorção deles pela planta. Então, é uma ferramenta importante. A biotecnologia está avançando muito, temos muitos investimentos em pesquisas em micro-organismos e certamente teremos mais.

Agora, embora esse processo de remineralização venha na mesma linha e objetivo do uso de fertilizantes químicos, ele tem uma logística comercial e de produção muito diferente dos fertilizantes químicos. De fertilizantes químicos somos hoje dependentes de 90% do que nós utilizamos. E temos um custo absurdo de março de 2020 até março de 2022: a fórmula NPK, tanto nitrogênio, potássio e fosfato, aumentou mais de 200% – 220%, 240%, até 260% no caso do potássio. No final do ano passado, começou a ter uma redução, algo em torno de 18%, 20%, dependendo do componente, mas veio a guerra e começou a aumentar novamente. Então, houve aquela pequena redução no custo dos fertilizantes que a reorganização da cadeia logística começou a proporcionar, veio a guerra, e o aumento já até superou a queda que teve. Então, no ano passado, nós tivemos uma safra provavelmente... Provavelmente não, foi a mais cara do século a safra passada, e provavelmente esta safra vai ser tão cara quanto ou mais. Nós não trabalhamos com a expectativa de termos uma safra mais barata do que a do ano passado. Isso impacta margem de renda do agricultor, preço de alimentos, e o uso de remineralizadores é algo que poderia amenizar essa dependência, principalmente no médio e longo prazos, com o melhoramento dos solos. Esse é um fato.

Mas o modelo de negócio do remineralizador é diferente. O fertilizante a gente põe no navio, vem, passa no porto, pega caminhão, que o leva... Ele é economicamente viável nessa cadeia longa. O remineralizador vai até 300km aí, talvez com a ferrovia um pouco mais, mas ele tem uma modelagem muito parecida com a do calcário, como Rogério Vian observou. Então, ele precisa ser produzido localmente. É uma economia regional; não é uma economia globalizada, como no caso dos fertilizantes. Essa é uma diferença importante que nós temos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. REGINALDO LOPES MINARÉ – Senador, eu observo como positiva dentro desse modelo. Só que ele não pode ser tratado dentro da fórmula de soluções para o fertilizante clássico. Ele exige uma formulação, uma modelagem de negócio diferente porque ele é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diferente, embora os objetivos sejam semelhantes. Mas eu considero interessante. Por quê? Porque o fertilizante clássico, o potássio e o nitrogênio da forma como a gente acostumou a comprar, nós ainda não conseguimos produzir no Brasil. E o Plano Nacional de Fertilizantes espera que a gente reduza até 50% da nossa dependência – num dos melhores quadros – até 2050. Então, continuaremos dependentes de muito fertilizante por muito tempo ainda.

Nesse caso dos remineralizadores, o trabalho da Embrapa e do Serviço Geológico do Brasil já identificou que, no Brasil inteiro, nós temos disponibilidade de produzir remineralizadores, estando até 300km de distância do produtor do remineralizador, ou seja, é um mercado que nós sabemos que já temos condições de produzir no nosso território, totalmente ambiente doméstico, no Brasil inteiro. Então, é uma boa notícia. É uma boa notícia e é um grande filão tanto para a agricultura, quanto para a mineração brasileira, mas ele vai exigir, como o Rogério observou, melhorar licenciamento ambiental, talvez até pensar numa fórmula jurídica – isso é perfeitamente possível, é só desenhar a lei – de separar os agrominerais das demais minerações.

Talvez isso seja uma boa alternativa, não dispensando licenciamento de maneira alguma, mas fazendo de uma forma mais racional e objetiva, modelada para esse negócio efetivamente, porque, como observamos, é uma aceleração basicamente do processo natural que ocorre. Então, não podemos dizer que a dispersão do remineralizador tenha um impacto negativo, ele tem um impacto positivo para o meio ambiente. E, no espaço da mineração, fazendo o licenciamento ambiental desse espaço, com os cuidados, com as compensações necessárias, é muito tranquilo você ter um processo mais célere e, principalmente, previsível. O que é difícil no processo de licenciamento é não ter previsibilidade. É uma área que tem um aporte de capital relevante, que precisa ter um investimento principalmente privado, pois o Governo, como a gente está vendo, desde 2014, não consegue cobrir o que gasta – isso é fato. Então, não tem muito espaço de investimento do Governo. E a iniciativa privada tem disponibilidade para investir, mas tem que ter essa segurança, porque não dá para investir alguns milhões de reais e ficar dependendo de um licenciamento que pode sair em um, dois, dez... Ou nem sai. Então, é uma situação que precisa realmente ser equacionada essa questão do licenciamento ambiental. Acredito que talvez separar... A imagem da mineração, quando vem, é a imagem do garimpo, daquela situação que a imprensa mostra, daquela destruição, e com isso pode a opinião pública...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. REGINALDO LOPES MINARÉ – Não é o caso. É algo totalmente diferente. Então, eu acredito que seria muito justa uma lei separando a mineração de agrominerais das demais minerações. Tivemos essa infelicidade na área de mineração de ferro do rompimento de barragens. Isso também cria uma imagem muito negativa na população, mas também não é isso. A mineração para remineralização não tem nada a ver com a produção, por exemplo, de minério de ferro. Então, essa modelagem normativa é interessante que seja feita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao Plano Nacional de Fertilizantes, na p. 65 e nas seguintes, tem um bom diagnóstico do estado da arte: número de produtos – em 2021, tinha 25 produtos registrados –, as regiões, os estados brasileiros onde mais tinha esses produtos – não tem muito produto, por exemplo, no Rio Grande do Sul, no Mato Grosso, no Nordeste de uma forma geral... Então, temos muito espaço para esse desenvolvimento. É uma produção 100% nacional. Podemos produzir por longo prazo. E, conforme o solo vai melhorando, vamos reduzindo a necessidade de dependência de fertilizantes químicos.

Nós participaremos do Confert, que é o conselho criado pelo Plano Nacional de Fertilizantes que vai procurar formatar as ações efetivas para colocar em prática o Plano Nacional de Fertilizantes. Acredito que ali teremos um espaço interessante para discutir.

Até seria interessante esta Comissão acompanhar de perto o trabalho do Confert, porque muito do que o Confert produzir – a gente já vislumbra – vai precisar ser referendado por esta Casa, pela Câmara e pelo Senado. Talvez seja até uma forma de dar uma maior dinâmica para esse conselho: uma participação mais próxima da Comissão de Agricultura do Senado.

Nesse conselho, eu acredito que será interessante debater, por exemplo, a questão relacionada à assistência técnica e gerencial, porque o uso dos remineralizadores, principalmente com microorganismos, ou sem, ou com compostos orgânicos, leva a uma mudança de cultura do agricultor. É muito importante que isso seja feito, porque ele é que é o usuário final desse produto.

É preciso levar uma discussão para as universidades para, talvez, atualizar alguns currículos da área de agronomia, assim como de cursos técnicos, para que o profissional já saia com essa visão um pouco mais aberta e não com uma visão mais fechada nos químicos. Talvez seja o caso de se dar um equilíbrio de horas-aula, tanto do químico, que é importante, mas também dessas cadeias emergentes, que são tão importantes quanto. Eu acredito que essa seja uma outra ação importante no médio e longo prazos que poderá ajudar a mudar um pouco a cultura da agricultura brasileira. Todas essas tecnologias emergentes... E esse remineralizador nem é tão emergente assim, ele já é antigo, ele só não é utilizado, mas é desconhecido... Então, para quem não conhece, é novidade, não é? Eu acredito que esse arranjo normativo, essa melhoria de assistência técnica, de preparação dos nossos técnicos, tanto na área de agronomia como de técnica agrícola, tudo isso vai enriquecer a utilização dessa nova ferramenta.

E deve haver um diálogo muito grande com os secretários de estado. Talvez seja o caso, Senador, até de ter uma audiência pública aqui com os secretários de estado daqueles estados que estão mais desenvolvidos nessa produção de remineralizadores e com aqueles que ainda têm dificuldade para implementar isso. É uma ferramenta regional, e é importante que o gestor regional, o gestor do estado, tenha consciência da relevância da construção de boas ferramentas para que a coisa se desenvolva lá também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acredito que, para um primeiro momento, Senador Acir, seriam essas as considerações que eu teria em nome da CNA. Fico à disposição para algum questionamento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito bem! Nós é que agradecemos, Minaré.

E vamos fazer o seguinte: todas as falas que acontecerão aqui hoje serão transpostas para um caderno que enviaremos para todos os cursos de agronomia do país e também para os secretários estaduais e municipais de agricultura. Vamos fazer esse trabalho no sentido de informar e de dar a nossa parcela de contribuição para que a gente possa trazer mais pessoas para junto de nós, trazer mais adeptos para que a gente possa levar essas informações a todo o país de uma forma bem dinâmica. Acredito que, dessa forma, nós possamos contribuir.

Passo a palavra agora ao Sebastião Pedro da Silva, que é Chefe-Geral da Embrapa Cerrados, mais uma vez agradecendo, Sebastião, a sua presença junto conosco.

O SR. SEBASTIÃO PEDRO DA SILVA (Para expor.) – Bom dia a todos! Eu trago, Senador, o cordial abraço do Presidente da Embrapa, Celso Moretti, ao mesmo tempo em que agradeço o senhor pelo requerimento desta sessão em que nós temos a oportunidade de expor aqui, junto com outros entendidos, como o Rogério Vian, o Prof. Antônio Bizão e o Reginaldo Minaré, que acabou de dar uma aula sucinta aqui sobre o tema. Nós na Embrapa temos 13 anos de pesquisas. Essas pesquisas nos permitiram passar pelas fases básicas, geológicas de avaliação das fontes; as pesquisas em vasos, em estufas, onde decifamos a forma como as plantas conseguem absorver os nutrientes que vêm pelos remineralizadores; detectamos a importância de ter ali atividade biológica junto, para que a planta consiga aproveitar o remineralizadores; detectamos também a melhoria da qualidade na CTC do solo e na atividade biológica. Isso traz um aumento de fertilidade dos solos e, consequentemente, uma menor dependência de NPK, de fertilizantes solúveis.

Nós, nos últimos anos, atendendo a uma demanda da Aprosoja Brasil – gostaria até de externar aqui o agradecimento ao Presidente Antonio Galvan por ter dado o sinal à Embrapa de pesquisar –, há cinco anos, intensificamos as pesquisas no sentido de colocar à disposição da sociedade essa tecnologia, que é uma tecnologia brasileira, que é sustentável e que é regional, é a economia regional. Nós, através dos remineralizadores, podemos ativar a economia regional.

Então, eu trouxe algumas lâminas aqui e gostaria de apresentar somente para ilustrar o tema e enriquecer a discussão.

Nós temos 13 anos de pesquisa na Embrapa, principalmente na Embrapa Cerrados, localizada aqui em Planaltina, DF. Detectamos aí – e eu pretendo mostrar – aumento do CTC, aumento da capacidade de retenção de água, aumento da eficiência do uso de nutrientes, aumento da atividade biológica, mitigação dos gases de efeito estufa, tudo isso pela adoção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

correta dos remineralizadores, que são uma tecnologia nova. Como o Minaré falou, precisamos rever todos os conceitos. Por quê? É um modelo de agricultura diferente, é uma agricultura baseada mais em processos do que em insumos. O agricultor vai ter que fazer uma agricultura muito mais sustentável, mais benfeita, conhecer realmente a sua atividade para aproveitar o máximo.

Então, aí a história. O remineralizadores são ricos. Desde 1800, nós temos o uso dessa tecnologia, porém, com a Revolução Industrial e a revolução verde, parou um pouco e agora há retomada no âmbito da Embrapa, em 1999, chegando até os dias de hoje com essa intensificação, encontrando o país agora num momento muito especial, em que a dependência de fertilizantes solúveis é muito grande – e essa tecnologia vem mitigar essa dependência.

Próximo, por favor. Próximo eslaide.

Então, nós temos aí agrominerais, que são um grupo dos silicatos, em que nós temos, na última linha, a possibilidade de ver os silicatos que trazem consigo, principalmente, potássio, cálcio e magnésio, mas também muitos outros, principalmente micronutrientes. Qual é a característica? A solubilidade é baixa em água, porém, os nutrientes são biodisponíveis; as plantas conseguem aproveitar.

Próximo.

Esse aí é um quadro. Não dá para ler, mas eu queria só mostrar que existem grandes estudos e, principalmente, fonte de potássio acompanhada de silício. Esse acompanhamento do silício muda as características de carga do solo de uma forma benéfica, aumenta as cargas negativas e torna o solo com uma melhor CTC.

Próximo.

Então, o aproveitamento da planta ao remineralizador acontece de duas formas. A concentração de potássio, por exemplo, no remineralizador é baixa, não é alta, como no cloreto de potássio. Porém, ao ter atividade biológica, a planta, a rizosfera tem condições de aproveitar esse potássio e outros nutrientes que, às vezes, estão indisponíveis para a planta. Então, o remineralizador, além de fonte, também melhora a característica do solo e coloca disponíveis para a planta outros elementos que não vêm no remineralizador, mas que estão no solo.

Próximo.

Então, essa aí é uma síntese. Nós temos no Brasil ampla disponibilidade de rochas boas para remineralizadores. Então, nós temos, primeiro, que selecionar a rocha e, depois, moer a rocha, com uma moagem a mais fina possível, para que a atividade biológica consiga disponibilizar no solo os nutrientes. E, na camada superficial, onde nós temos atividade biológica, onde se é colocado da mesma forma como se coloca um calcário, por superfície, nós temos o aumento de carga negativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo.

Isso é muito importante. Por quê? Os nossos solos no Brasil são solos velhos, solos muito intemperizados, que são ricos em cargas positivas, característica de solos ácidos e não tão férteis, como, por exemplo, o solo do Cerrado. Quando nós colocamos remineralizadores, nós aumentamos a carga negativa, e esse solo passa a ter uma atividade parecida com a de solos de climas temperados, que são solos muito mais férteis. Aí aumenta a disponibilidade de cátions e até também de ânions, como o fósforo, que fica preso nas partículas de argila. Ao adicionar uma quantidade de cargas negativas muito alta pelo silício, esse fósforo é disponibilizado. Então, o remineralizador tem o potencial, inclusive, de disponibilizar fósforo, além de fornecer potássio, cálcio, magnésio e outros micronutrientes.

Próximo.

Então, é uma indústria que já está em andamento. Novas indústrias precisam de licenciamento ambiental, mas grande parte das pedreiras já tem licenciamento ambiental, porque elas exploram brita e outros produtos. É preciso somente, às vezes, estudar a rocha, ver se ela serve e, industrialmente, reduzir o tamanho da partícula e, depois, aplicar como se aplica um calcário, que também é um pó de rocha.

Próximo.

Então, essa foto é muito característica, porque nós vemos ali uma partícula de agromineral, sendo atacada por uma hifa de fungo. O fungo se alimenta ali do agromineral e o metabolismo desse fungo, do micro-organismo, vai liberar no solo nutrientes que poderão ser aproveitados pelas raízes da planta. Então, é uma interação muito forte do agromineral com a atividade, com os micro-organismos que estão no solo. É importante ressaltar que o solo é formado por uma parte física, uma parte química, mas por muito micro-organismo, muita atividade biológica, formando ali uma cadeia alimentar específica que, além de nutrir esses micro-organismos, no metabolismo deles, libera elementos, nutrientes para as plantas. Então. essa foto caracteriza o que acontece do ponto de vista microscópico.

Próximo.

Então, esse biointemperismo nada mais é do que a ação dos micro-organismos nos remineralizadores liberando nutrientes.

Próximo.

Então, aí, por exemplo, um remineralizador clássico, a biotita que, ao ser atacada por um micro-organismo se transforma em vermiculita e libera potássio, silício e magnésio. Esse é um quadro resumido. Potássio, silício e magnésio são nutrientes, e vermiculita é uma argila dois para um, de extrema atividade, característica de solos jovens e férteis da Europa, que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos pouco aqui no Brasil. Então, os remineralizadores, inclusive, aumentam a quantidade de argila expansível, argilas dois para um, tipo vermiculita.

Próximo.

Esse aí nada mais é do que uma expansão do eslaide anterior, em que além da liberação dos elementos potássio, silício, magnésio e ferro, que estão ali, mostra, na terceira coluna, a expansão da argila, abrindo espaços para retenção de água, inclusive. Isso melhoraria as condições do solo para que as culturas se tornassem, inclusive, mais tolerantes a estresse hídrico.

Próximo.

Então, essas são algumas fotos, só para ilustrar, dos experimentos feitos pela Embrapa que nos permitem fazer as afirmações que fazemos aqui. Isso não foi tirado de nenhum, não foi por mágica, não caiu do céu. É resultado de muita pesquisa, pesquisa não só brasileira, pesquisas internacionais também, mas pesquisas que o Brasil hoje lidera, por quê? Porque nós temos um ambiente tropical onde isso funciona, nós temos atividade biológica o ano todo. Isso funciona no ambiente tropical melhor do que num ambiente temperado. Onde? Durante a estação fria, a neve cai, a temperatura cai e a atividade biológica vai a zero. No Brasil isso não acontece. Então, nós temos aqui uma condição climática que nos permite utilizar essa tecnologia. E o Brasil hoje lidera as pesquisas em remineralizadores.

Próximo.

Então, só para ilustrar, vamos passar mais rápido para ter mais tempo para a discussão.

Próximo.

Próximo.

Então, são dados de pesquisa. Então, a remineralização do solo, como bem disse o Minaré, nós vamos rejuvenescer o solo. Trazer ao solo, através dos remineralizadores, condições de ele ter atividade biológica melhor e mais cargas negativas, aumentar CTC. Isso é característica de solo fértil e o solo fértil depende de menos NPK.

Próximo.

Então, existe uma legislação, o Brasil tem a legislação desde 2013, já está normatizado, já temos hoje cerca de 30 produtos registrados. E as exigências, não é qualquer rocha que serve. Isso precisa de um estudo, ela tem que atender soma de bases de 9%, um mínimo de 1% de dióxido de cálcio, limites máximos de metais pesados. Não há o risco, por exemplo, de a remineralização de solo trazer metais pesados para o solo. Por quê? Porque nós temos normas que impedem isso. Sílica livre menor que 25%. Temos que ter comprovação de eficiência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agronômica, ensaios que mostrem que essa rocha funciona agronomicamente e agronometria. Tem que ser fino para funcionar bem.

Próximo.

Então, existe aí um critério. Isso o Ministério da Agricultura tem e tem usado essa norma para registrar. Então, primeiro, vem uma caracterização química, depois uma caracterização mineralógica, depois físico-química e depois agronômica. Só depois que o ministério libera.

O próximo.

Um trabalho importante é saber onde estão essas rochas, quais são elas, qual a utilidade que elas têm. Então, isso nós já fizemos. A Embrapa e o Serviço Geológico do Brasil, o CPRM, têm feito e intensificado as pesquisas para ver onde estão essas rochas, quão distante elas estão das zonas agrícolas para que a logística de frete não torne o processo inviável economicamente.

Próximo.

Mas eu digo: todo o Brasil tem. E esse estudo aí é um resumo, é um quadro resumo. Ali, onde está em vermelho, nós temos disponibilidade e proximidade de zonas agrícolas. Então, praticamente todo o Brasil. O resto ali que não está colorido não é que não tenha remineralizadores, tem, só que nesse estudo aí se procurou verificar a proximidade da jazida da região agrícola. Então, nós tivemos ali a região de Vilhena que está contemplada por quê? Porque tem agricultura ativa. Então, ali o mapa está contemplando agricultura e proximidade de jazida. Mato Grosso, Goiás, toda a região praticamente centro-sul está contemplada. O Nordeste tem também, mas ali está a coloração verde e azul porque a atividade agrícola ainda é pequena.

Próximo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO. *Fora do microfone*.) – Onde está em preto...

O SR. SEBASTIÃO PEDRO DA SILVA – Opa!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Só voltando um pouquinho, onde está em preto não tem ou não foi pesquisado?

O SR. SEBASTIÃO PEDRO DA SILVA – Não, é porque nesse mapa nós mostramos a presença do remineralizador e proximidade de zona agrícola. Mas ali onde está escuro tem também. Infelizmente, eu não trouxe a foto. Eu vou mandar, mas tem praticamente em todo o Brasil. Inclusive, nós estados da Região Norte nós sabemos aí pela mídia que temos as jazidas de potássio. Roraima, o Presidente da República fala que é uma tabela periódica; de fato, é. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não está ali, porque esse mapa não contemplou dessa forma. É questão da abordagem que foi feita nesse mapa aí.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SEBASTIÃO PEDRO DA SILVA – Pois não.

O SR. ANTÔNIO ALEXANDRE BIZÃO – Mas nós vamos trazer o presente para o Senador do trabalho que nós já desenvolvemos.

O SR. SEBASTIÃO PEDRO DA SILVA – Exatamente.

O SR. ANTÔNIO ALEXANDRE BIZÃO – Nós já estamos com o pé quietinho lá, em Rondônia, porque o mineiro vai caladinho, mas a gente já tem surpresa boa para o Senador. (*Risos.*)

O SR. SEBASTIÃO PEDRO DA SILVA – É isso aí.

O SR. ANTÔNIO ALEXANDRE BIZÃO – Então, você vai ficar muito feliz com o que a gente vai te mostrar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito bem.

O SR. SEBASTIÃO PEDRO DA SILVA – Então, mostrando aí a questão da eficiência agronômica, no caso do potássio, ali comparando com o cloreto de potássio, que é a fonte clássica de potássio, nós vemos que, dependendo da rocha, temos eficiência variando de 20% até 100%, quando comparado com o cloreto. Então, como eu disse antes, não são fontes solúveis, são fontes que têm menos concentração, mas são biodisponíveis; na planta, as raízes conseguem enxergar.

E aí, Senador e pessoas que nos assistem pelas redes sociais e pela TV Senado, é preciso ressaltar: remineralizador não é NPK, não é solúvel, não substitui o NPK; remineralizador precisa de atividade biológica. O bom solo sempre tem atividade biológica, e os remineralizadores aceleram o processo. Então, essas pesquisas mostram isso. Nós temos, através de remineralizadores, condição de, ao comparar com a fonte solúvel, quase ou totalmente – ali, no caso de uma rocha ultramáfica – ser da mesma forma disponível como uma fonte solúvel.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Ele pode substituir de uma outra forma o NPK?

O SR. SEBASTIÃO PEDRO DA SILVA – Ele aumenta a eficiência do NPK, não o substitui sozinho. Por exemplo – a sua pergunta é importante –, se nós entrarmos num solo novo, num solo de cerrado, ácido, ele praticamente não tem fósforo, tem pouco potássio. Então, nós não podemos entrar com remineralizador, que tem baixa concentração desses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

elementos, e achar que vai resolver. Nós precisamos, normalmente, como a tecnologia agrícola atual determina, usar o NPK para subir os níveis de nutrientes do solo, mas, com os remineralizadores, nós vamos aumentar a eficiência, ou seja, vamos precisar usar menos NPK. Não é questão de substituir, mas usar melhor.

Próximo.

Então, aí estão várias curvas. Eu não vou explicar isso, não é o objetivo nosso, mas para mostrar que existe pesquisa técnico-científica de alto padrão baseando essas recomendações. Fala-se que não tem pesquisa, que não tem informação; tem muita informação, mas, como o Minaré falou, pouco divulgada. Por quê? Porque nós vivíamos confortavelmente usando NPK ao longo dos últimos 50 anos, e, agora, a necessidade faz o sapo pular, e aparecem as pesquisas que estavam engavetadas, graças a Deus, que foram feitas no passado.

Então, próximo.

Próximo.

Aí, eu queria chamar a atenção, por exemplo – próximo –, no café. Comparando a coluna de cloreto de potássio com a do F2, que é uma fonte de remineralizadores, inclusive aumenta a produtividade no caso do café, quando comparado com a fonte de cloreto de potássio. Ali, nos dois casos, houve aumento. A rocha aí é o fonolito.

Próximo.

A produtividade aumenta com o fonolito.

Próximo.

Ali é um trabalho feito com o milho. Eu queria mostrar o seguinte: ao se colocar os remineralizadores, aumenta-se a qualidade do grão. Ali aumentou o N, aumentou o potássio no grão. Então, nós temos visto, na prática – o Rogério Vian e o Prof. Bizão podem falar melhor –, as cargas de soja colhidas onde há remineralizadores pesam mais. O mesmo caminhão, às vezes, não sobe a mesma subida, não sobe a mesma ladeira, é mais pesado, mais denso. Isso é muito interessante porque a qualidade do alimento também melhora.

Próximo.

Aí está uma foto de um experimento de longa duração feito, aqui na Embrapa Cerrados, com a cultura da soja, onde nós estamos testando e percebendo três remineralizadores em quatro fontes de bioinsumos e seis genéticas diferentes de soja. Nós percebemos também que o melhoramento genético melhora a eficiência da planta em aproveitar os remineralizadores.

Então, como o Minaré falou, nós temos que levar isso para os currículos da pesquisa e do ensino, mostrando um novo momento na agricultura em que nós temos que ter processo, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entender melhor a genética, o melhoramento genético, temos que nos voltar para essa área. O processo, do ponto de vista da lavoura, de dentro da fazenda, tem que ser mais intenso em trabalho e em agronomia e, menos, em insumos. Felizmente, o trabalho na agronomia é barato, comparado com o insumo, que vem de tão longe.

Próximo.

Ali está uma foto desse experimento aqui na Embrapa Cerrados. Eu convido a todos, é fácil de olhar. Vocês veem aquelas faixas centrais de colorações com tons diferentes. São seis variedades diferentes, cada tom é uma variedade. Do princípio ao fim, são 500m e, de dez em dez metros, temos tratamentos diferentes. Ali no centro, tem o tratamento com NPK. Se nós observarmos a coloração, não há diferença. A planta não distingue entre a fonte NPK e a fonte de remineralizadores, então, é só uma forma didática e visual de mostrar o funcionamento desse insumo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Mas qual delas está com NPK? E qual delas...

O SR. SEBASTIÃO PEDRO DA SILVA – Ali temos tratamentos diferentes.

No eslaide anterior, por favor.

Ali nós temos... Ali não dá para ver, infelizmente, mas a quarta coluna, sempre a quarta coluna, iniciando da direita para a esquerda, é o tratamento químico e os demais são doses diferentes de rochas potássicas. Não se vê diferença. Esta é uma foto de *drone*, usando um comprimento de onda, buscando detectar biomassa. A biomassa correlaciona com produtividade. Não se vê diferença. Aí muitas pessoas falam: "Então, não funcionou, não tem diferença...". Aí que funcionou, porque está comparando com o NPK, quer dizer, vai produzir a mesma coisa ou melhor, gastando-se menos, então, funcionou. Ser igual, neste caso, é resultado positivo.

Próximo.

Então, o aumento da atividade biológica. Nós percebemos aí os indicadores biológicos de atividade do solo e, aqui neste caso, o crescimento de raiz. A raiz cresce mais e, se a raiz cresce mais, é porque ela está encontrando condições boas para crescer, então, é só uma ilustração.

Ali também, em soja, em eucalipto e em braquiária, a quantidade de raiz – o Prof. Bizão pode depois reforçar essa característica –, é muito mais raiz. Quando tem mais raiz, nós temos mais capacidade de absorção de água e mais fixação de carbono no solo. Ou seja, aumenta-se a matéria orgânica e tira-se o carbono que está poluindo o ar e joga-se para o solo. Então, é uma prática altamente sustentável neste momento em que o Brasil precisa comunicar ao mundo que faz uma agricultura sustentável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É exatamente isso aí: o sequestro de carbono é potencializado com o uso dos remineralizadores.

E aí publicações de grande impacto feitas em periódicos internacionais com corpo editorial.

Próximo.

Então, nós temos aí a chance de aproveitar não só para mitigar a dependência tecnológica que nós temos de adubos, como também de melhorar a qualidade da nossa agricultura, trazendo para a agricultura um papel de melhoramento do ambiente, diminuindo os gases de efeito estufa, tão importantes e tão falados hoje.

Próximo.

Ah, eu gostaria só de... Ali, a equação em cima mostra que duas moléculas de CO_2 são retiradas nesse processo aí. A equação básica é essa. E vai lá para o solo. Então, sequestra o carbono que está no ar.

Próximo.

Outra importante função: os remineralizadores aumentam a atividade biológica e aumentam, melhoram os microagregados do solo. Isto é importante para aumentar a absorção de água, a estrutura do solo.

Próximo.

Próximo.

Próximo.

Bom, questão de adoção. Esse aí é um anuário estatístico do setor de mineração.

Próximo.

Nós temos aí, hoje, esses pontos em vermelho sendo explorados já em vários estados. São pedreiras que estão normatizadas no Ministério da Agricultura fornecendo remineralizadores.

Próximo.

E aí, praticamente, os estados... Goiás é o estado que tem liderado, Minas também, São Paulo, praticamente todos os estados.

Próximo.

Novamente, por estado aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo.

A distribuição de pedreiras produtoras hoje, ali, em tom roxo.

Seiscentas empresas ativas, quinhentas com potencial agrícola. A demanda potencial hoje seria de 75 milhões de toneladas por ano. Nós não temos capacidade, hoje a indústria não tem capacidade de suprir. Então, é uma política pública que precisa ser incentivada, a montagem, a estruturação do setor para aumentar a disponibilidade.

Próximo.

Próximo.

Está no PNF como cadeia emergente, mas, como vocês ressaltaram, os remineralizadores talvez tenham o potencial de mais rapidamente atender aos anseios do agricultor.

Próximo.

Próximo.

E aí o...

O anterior, por favor.

E aí é um trabalho que a Embrapa fez. O que motiva o agricultor? Nós temos 5 milhões de hectares usando remineralizadores hoje no Brasil. O que motiva? Será que o agricultor vai usar um produto que não funciona? Ele vai voltar a repetir o uso? Não. E ali a motivação inicial é a redução de custo. Toda a teoria que eu falei, de benefícios, se resume ali na redução de custo. Então, isso é sustentabilidade econômica também, além de ambiental e social, porque ativa a economia regional.

Próximo.

Esse é também um resultado de trabalho de adoção feito no sudoeste goiano com o universo amostral de 33 produtores que adotam há mais de cinco anos. A seta amarela indica a média nacional de produtividade, que é em torno de 57 sacos no ano passado.

As pessoas que adotam remineralizadores produzem mais que a média. Isso também é uma pista importante.

Próximo.

Ali, novamente, 70%. Comparando-se: cada pontinho é um produtor que tem área com remineralizador e tem também uma área padrão de NPK, onde ele deixa na propriedade para comparar a viabilidade. O produtor rural, Senador, tem sido um pesquisador dentro da fazenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele tem nos ajudado e mostrado os sinais. Por isso, a Embrapa está cada vez mais próxima do agricultor, buscando respostas que venham a ser bem adotadas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Dá para explicar melhor esse quadro para a gente?

O SR. SEBASTIÃO PEDRO DA SILVA – Sim.

Cem por cento ali seria a média.

Cada pontinho é uma área, é uma fazenda, e, ali, 70% das fazendas produziram mais quando usaram remineralizadores, inclusive 2 com mais de 20 sacas de diferença em relação...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO. *Fora do microfone*.) – A mais.

O SR. SEBASTIÃO PEDRO DA SILVA – A mais.

Em relação ao padrão de lavoura usando NPK.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO. *Fora do microfone*.) – Que percentual dá isso mais ou menos?

O SR. SEBASTIÃO PEDRO DA SILVA – De...?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO. *Fora do microfone*.) – De aumento.

O SR. SEBASTIÃO PEDRO DA SILVA – De aumento.

As estatísticas mostram o seguinte: normalmente produz mais, um pouco mais ou igual, raramente menos. Ali, mais ou menos, 70% produziram mais.

A quantidade a mais vai depender muito do manejo de cada propriedade. E aqui, nesse caso, temos que esclarecer: os agricultores normalmente não retiram o NPK totalmente, eles vão usar menos. Ali não estou comparando uma coisa com outra.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Menos quanto percentualmente?

O SR. SEBASTIÃO PEDRO DA SILVA – Em termos de fósforo, 50%.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Metade.

O SR. SEBASTIÃO PEDRO DA SILVA – Metade produz a mesma coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Com a possibilidade de aumentar a produtividade.

O SR. SEBASTIÃO PEDRO DA SILVA – Com a possibilidade de aumentar a produtividade...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Possibilidade.

O SR. SEBASTIÃO PEDRO DA SILVA – Possibilidade.

Depende muito da realidade de cada um, melhorando a qualidade do grão, melhorando a infiltração de água, etc., etc.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – E sequestrando o gás carbônico.

O SR. SEBASTIÃO PEDRO DA SILVA – Exatamente.

Então, é uma solução muito positiva que o Brasil tem nas mãos.

Próximo.

Aí um dado apresentado anteontem no encontro do grupo de agricultura sustentável em Rio Verde.

Um agricultor com dez anos de comparativa. A linha verde vertical é o antes e o depois. Ele tem crescido, depois que começou a usar os remineralizadores, em produtividade, que é a linha azul, e diminuído nos custos, que é a linha laranja. Esse é um dado de produtor, de fazenda.

Próximo.

Então, resumidamente, o processo de biointemperismo é acelerado, libera nutrientes para a planta. Os fenômenos aí são positivos, como eu já lhe disse. Não precisamos nem ler esse resumo aí.

Próximo.

Muito importante. O remineralizador precisa ter atividade biológica. Então, a política de bioinsumos, o Plano Nacional de Bioinsumos vem ao encontro da política de uso de remineralizadores.

E também a questão do manejo. Ter o solo sempre coberto, nas entressafras colocar plantas de cobertura. Para quê? Porque as raízes nutrem a rede de micro-organismos benéficos, que vão depois liberar os nutrientes presentes nos remineralizadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo.

Então, do ponto de vista da pesquisa, começa com a agrogeologia, depois vem a pedologia, agronomia.

Próximo.

E resultando aí em segurança alimentar, biodiversidade, segurança hídrica. Tudo. São resultados que são positivos do ponto de vista da sustentabilidade econômica, ambiental e social.

Próximo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito bem. Muito obrigado, Sebastião, pelas suas colocações.

Eu estou aqui um pouco ansioso para ouvir o Bizão, que diz que tem novidades.

O SR. ANTÔNIO ALEXANDRE BIZÃO – E boas para o Estado de Rondônia. Alô? Novidade muito boa para o seu estado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Boa para a nossa indústria brasileira. E, claro, quando se fala na Amazônia e de Rondônia, isso tem uma atenção especial pelo menos minha. Mas é importante.

O Brasil avança, e, como diz o Sebastião, essa questão de sustentabilidade econômica e ambiental é muito importante. Nós estamos aqui com um momento histórico do nosso país em que uma dificuldade mostra para nós uma solução que estava adormecida, e nós temos a possibilidade de trazer um desenvolvimento regional para todas as regiões do país ao invés de nós estarmos mandando dólar para fora – vamos continuar tendo que mandar um pouquinho, mas será menos –, e de distribuir toda essa riqueza brasileira entre os brasileiros através de economias regionais. Então, é realmente uma solução importante. É onde nós vamos ainda melhorar a qualidade do que nós produzimos.

Então, eu passo a palavra agora ao Prof. Bizão para fazer as suas colocações, mais uma vez agradecendo a sua presença conosco.

O SR. ANTÔNIO ALEXANDRE BIZÃO (Para expor.) – Eu é que agradeço a oportunidade que nos está sendo oferecida. E a gente está aqui para falar um pouquinho sobre esse sistema em que a gente está inserido.

Como muito bem citou o nosso amigo aqui, o Minaré, rochagem não é uma coisa nova. Rochagem era o jeito de produzir alimento até 1860. Até 1860, nós tínhamos só a agricultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

biológica. A partir de 1860, quando o Liebig criou a Lei do Mínimo, foi que começou a agricultura química.

Então, vejam os senhores, eu gosto muito de citar dois exemplos que estão aqui nesse livrinho do Julius Hensel, que é o *Pães de Pedra*. E eu faço a seguinte pergunta para os senhores. Vamos dar uma volta de 80 graus no que nos cerca aqui: quantas coisas que tem aqui que foram inventadas em 1860? Vocês conseguem identificar aqui? Por que é que a Lei do Mínimo, a lei que rege todo o fertilizante que nós usamos na nossa agricultura atravessou o tempo? – foi feita em 1860 e até hoje está do mesmo jeito.

Então, senhores, para mim, isso não é ciência, isso é um dogma, porque se inventou essa lei para o adubo quando ainda não tinha o motor, quando ainda não tinha o avião, quando ainda não tinha o rádio, quando ainda não tinha a televisão, só existia o motor a vapor. Então a lei que nos rege, do adubo químico, que nos garante a vida, que nos faz sobreviver, que leva para a nossa mesa o alimento de cada dia que nós estamos comendo não é uma lei científica, ela é um dogma. Vejam vocês, nós somos presos a um dogma comercial.

Mas nós também não podemos chutar o balde de que nós nos alimentamos, porque foi essa agricultura química que fez com que tivesse oportunidade de derrubar a lei do Malthus, porque a humanidade tinha dificuldade de produzir alimento. Então a precisão de produzir alimento foi o que fez entrar a agricultura química.

E por que foi que entrou a agricultura química? Porque vocês pensem como era complicado, em 1860, produzir pó de rocha, que eu tinha que fazer na marreta. Não tinha inventado o britador, mas o pessoal já usava pó de rocha. E produzir alimento usando pó de rocha e esterco, que era a agricultura biológica, era um processo muito caro.

Então, quando surgiu o fertilizante químico, em que o Liebig pegava o potássio que tinha na Alemanha, buscava o nitrogênio que tinha no Chile, o salitre do Chile, ou então buscava o salitre de Bengala e buscava o fosfato do Marrocos, eles já tinham o primeiro motor a vapor, porque primeiro surgiram os navios a vapor, e ficou muito barato produzir alimento.

E hoje nós estamos fazendo a contrarrevolução da agricultura química com a agricultura biológica. E é por causa de quê, meu amigo Galvan? Exatamente por causa do custo que essa coisa tomou, porque houve o grande monopólio dos produtores de fertilizante químico e da indústria química.

Também existe o aspecto bélico, que nós não podemos esquecer, porque todo o material usado como fertilizante químico também é matéria-prima para o fortalecimento dos exércitos. Então a mesma matéria-prima com que eu faço fertilizante, que é o nitrato, eu a uso para fabricar explosivo. Então, para o estado militar que nós tínhamos antes, no pré-Primeira e no pré-Segunda Guerra Mundial, quando eu expandia a indústria produtora de fertilizante, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estava também tendo a oportunidade, perante os tratados internacionais, de aumentar a minha importação de matéria-prima para a produção de armamentos e explosivos.

Isso é mais ou menos uma síntese histórica para a gente se posicionar como foi que surgiu a coisa. Então eu gosto de lembrar muito isso. Então, em 1860, quantas coisas que tem aqui nesta sala foram criadas em 1860? Da nossa atual sociedade, o que atravessou esse tempo todo, de 1860 até 2022, é somente o fertilizante químico.

E ele foi muito importante para a humanidade. Nós não podemos deixar de considerar isso. Mas nós temos que considerar também que ele trouxe muitas mazelas para nós hoje. Se nós olharmos sob o aspecto de saúde populacional, nós estamos com sobrepeso. Se a gente vai ao médico, o médico joga a culpa na gente e ainda chama a gente de preguiçoso, fala que tem que fazer exercício, que tem que parar de comer, que tem que comer menos. Essa revolução que está aí fez com que nós produzíssemos alimento em quantidade. Como mostrou o Sebastião Pedro ali no eslaide, o que foi que aconteceu? A perda de qualidade foi diretamente proporcional à produção.

Então, hoje, nós passamos a quê? Sócrates, um filósofo lá da Grécia – não sei se foi o Sócrates ou um desses homens aí lá na Grécia antiga –, já falou: "Faça do seu remédio o seu alimento e do seu alimento o seu remédio".

E hoje para o que estamos olhando? Nós vemos, em cada esquina, uma farmácia. Ela tem lá meia dúzia de medicamentos para curar doenças e 94 produtos para repor, para completar a nossa dieta. É complemento disso, complemento de uma coisa, complemento da outra. Isso por quê? Porque o fertilizante químico não dá conta de suprir a nossa demanda, porque precisamos de alimento.

O nosso alimento... Nós fomos criados... O Criador para nos criar, para criar a nossa vida como ela é, usou toda a tabela periódica. E o que a química agrícola fez? Ela passou a usar, para produzir alimentos, apenas seis elementos, os macro, que estão em porcentagem: nitrogênio, fósforo, potássio, cálcio e magnésio. Ela criou mais outra meia dúzia, identificou meia dúzia de micro, que estão em PPM: estão aí o zinco, o cobre, o ferro, o manganês. Então, quer dizer que o Criador foi um tonto? Para nos criar ele gastou toda a tabela periódica, 96 elementos! Aí vem um artista, em 1860, e descobre que não se precisa dos 96 elementos, que para produzir comida para a sociedade basta usar só 16 elementos. Uai, há um negócio aí que está muito errado! É esse o problema que nós enfrentamos hoje.

Hoje, quando nós enfrentamos a crise – e passamos por ela – de obesidade, o problema é do nosso alimento, porque o nosso alimento, hoje, tem a capacidade de nos saciar, mas não consegue mais nos nutrir. O alimento produzido com química não nutre mais, ele só sacia, por isso é que há o problema da obesidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O alimento com que nós alimentamos hoje tem excesso de potássio, como bem disse Voisin, em 1966. Hoje, em nossa dieta, estamos comendo 2,5 vezes mais potássio do que deveríamos comer. Está aí um problema de saúde pública. O excesso de potássio aumenta a retenção de líquidos no nosso organismo e, automaticamente, a nossa pressão sobe. É o mesmo no caso inverso, quando a pessoa tem pressão baixa. Todo mundo aqui sabe qual é o remédio quando se tem um companheiro com problema de pressão baixa. Eu tenho certeza de que todos aqui sabem que é só pôr uma pedrinha de sal debaixo da língua que se restabelece o equilíbrio do potássio e a pressão volta ao normal. E o excesso de pressão, que consome milhares de reais? E o Governo tem que dar, fornecer para a sociedade o medicamento para o controle da pressão. Por que para o controle da pressão? Porque nós estamos comendo excesso de potássio. Nós estamos comendo 1,8 mais fósforo do que deveríamos comer, porque nós desbalanceamos na hora de produzir o alimento, nós desrespeitamos a lei do Criador de todas as coisas. E foi esse desrespeito que levou o próprio Liebig, que criou a Lei do Mínimo, que inventou o fertilizante químico, a cometer suicídio. Olha como uma coisa tem a ver com a outra.

Dando sequência a isso, nós vemos hoje o problema do diabetes. O diabetes se tornou um inferno na nossa sociedade. O que é o diabetes? Diabetes é a deficiência de cromo no nosso alimento. Agora, perante a agricultura convencional, se eu falar que vai ter cromo no alimento, é perigoso até eu ser preso, porque cromo é um elemento altamente tóxico. O cromo é um elemento altamente tóxico – e nós não sabemos disso –, mas ele é extremamente necessário para uma dose de PPB. Os senhores têm ideia do que é um PPB? Um PPB é uma parte por bilhão, mas é necessário que o cromo esteja lá.

O outro terror que nós temos é o arsênio, mas, se nós não tivermos arsênio na quantidade adequada de alguns PPBs na nossa alimentação, nós vamos ter vários distúrbios sanguíneos.

Outro terror que nós temos, porque a sociedade nos imputou isso mediante a adubação, é o temor que nós passamos a ter do flúor. Flúor é altamente tóxico! Cuidado com o flúor! O cara vai transportar flúor, precisa de todo um esquema, como se fosse o Exército transportando uma arma letal. Mas, se eu não tiver flúor em quantidade suficiente dentro do meu organismo, o meu organismo não consegue transportar o cálcio da minha corrente sanguínea para a minha coluna vertebral. O que vai fazer? Eu vou sofrer de osteoporose. Então, as pessoas sofrem de osteoporose não por falta de cálcio. As pessoas sofrem de osteoporose por falta de flúor, que é quem carrega o cálcio da nossa corrente sanguínea para a nossa coluna vertebral, que é onde é sintetizado o cálcio para que as pessoas não venham a sofrer com problemas de osteoporose.

Outro problema que hoje assola a humanidade é o problema do Alzheimer. Alzheimer é o quê, gente? Alzheimer é deficiência de lítio. Mas o lítio precisa estar nessa proporção de parte por bilhão na nossa alimentação. Quando eu coloco essa grande quantidade de fertilizante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

químico que nós colocamos no solo, o nosso alimento não tem mais o lítio. Se eu não tenho o lítio em parte por bilhão, eu vou, automaticamente, ser um sofredor do mal de Alzheimer. E, assim, todas as doenças modernas a que nós estamos correlacionados vieram do uso desse fertilizante.

O fertilizante químico que nós estamos usando foi muito bom para a humanidade, mas eu posso dizer que ele foi um barco que atravessou o Oceano Atlântico igual a quando descobriram o Brasil. As caravelas do Cabral serviram para carregar os portugueses de Portugal até aqui na Bahia, até lá em Ilhéus, só que, na hora em que chegaram aqui, eles tiveram que abandonar os barcos e arrumar um outro jeito de se locomoverem. É o que nós temos que fazer.

Então, até aqui, a agricultura química nos trouxe muito bem, mas não significa que ela vai dar conta de levar a humanidade para os próximos passos, porque ela é um negócio restritivo e ela se tornou uma ferramenta de monopólio internacional.

Outra coisa que nós não podemos esquecer é da qualidade do alimento. Eu faço a seguinte pergunta para todos que estão aqui nesta sala: quantos dias nós vamos suportar comendo sopa? Vocês têm ideia? Há algum nutricionista aqui? Nós vamos viver de sopa? Nós vamos dar conta de passar, comendo sopa, um mês, dois meses, só sopa, sopa, sopa, sopa? Sopa é o quê? Sopa não é os nutrientes dissolvidos na água? Eu não solubilizei os nutrientes da carne, os nutrientes da batata na água? É. Ué, mas como eu pego os nutrientes? A comida da planta, que devia estar na argila, que devia ser sólida, eu dou de forma solúvel para a planta, eu estou alimentando a minha planta com sopa. Esse é o grande problema que existe e que, às vezes, nós nos esquecemos de mostrar. A planta... Tem que separar as coisas. Uma coisa é a planta transpirar e absorver a água do solo. Outro processo da fisiologia que existe é a planta sentir necessidade de comer um átomo de potássio, ela ir lá na minha argila do solo, entregar um átomo de hidrogênio e chupar, fazer a troca por um átomo de potássio. Outra coisa: a minha planta comer sólido, ela sentir necessidade de comer um átomo de cálcio com duas cargas positivas.

O que a planta tem que fazer? Ela tem que ir lá na argila entregar dois hidrogênios para a minha argila para ela comer um cálcio, que tem duas cargas positivas. Então, nós invertemos o processo. É isso que começou a gerar os problemas que nós temos aí.

Por favor, o próximo, o primeiro eslaide.

Aqui a rochagem já é uma realidade. Hoje, eu estou completando 23 anos de trabalho com a rochagem. Primeiro, eu trabalhei dentro da UnB; depois da UnB, quando o Dr. Éder terminou o doutorado e foi para a Embrapa, eu fui convidado a ir para Embrapa para trabalhar lá com o Dr. Éder. Então, nesses 23 anos, todo tempo, eu já vinha acompanhando o Dr. Éder

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dentro da UnB, o qual, quando foi para a Embrapa, me levou para Embrapa, e a gente vem trabalhando.

Aí, eu estou falando para vocês: aqui, a rochagem já é uma realidade. Só para vocês verem, aí está uma sonda na pedreira lá em Boa Vista. Nós prestamos consultoria já para a pedreira em Boa Vista.

Aí ao lado é o meu filho numa lavoura de cenoura tratada com pó de rocha. Isso aí é um caso que a gente precisa citar, a função é mostrar o que existe de prática. Isso aí é um agricultor aqui em Campo Alegre de Goiás que plantava cenoura. Ele tinha um pequeno plantio de cenoura, porque o forte dele era produzir cebola, produzir alho. Quando ele passou a pôr pó de rocha na cenoura, a melhoria na qualidade do produto foi tão grande que hoje a Ceasa de Goiânia paga para ele 20% a mais no preço de uma caixa de cenoura, porque uma caixa de cenoura produzida com remineralizador de solo é uma cenoura que tem uma longa permanência na prateleira.

Levada para a prateleira, a caixa de cenoura dura lá duas semanas, enquanto a produzida só com químico dentro de uma semana começa a apodrecer, começa a se deteriorar, porque é aquilo que o Sebastião Pedro mostrou, que a pesquisa refinada mostrou, porque existem alguns nutrientes a mais que estão lá dentro daquela cenoura que não tem na outra cenoura.

A caixa de cenoura que esse moço produz hoje aqui em Campo Alegre de Goiás pesa 26 quilos, enquanto uma caixa de cenoura produzida somente com fertilizante químico pesa só 24 quilos. Então, a densidade do produto faz aumentar a densidade nutricional, porque aí eu tenho alimento que não só sacia como nutre as pessoas.

Então, os distúrbios que nós temos na sociedade hoje de saúde são todos oriundos disso aí, desse distúrbio alimentar, porque a gente tem que ir fazendo as conexões de uma coisa com a outra.

O próximo, por favor. O próximo eslaide.

Bom, gente, isso aí é só para ver as nossas referências. O que nós temos? Nós temos o livro *Pães de Pedra* – eu tenho aqui uma cópia dele. Esse livro está aí na internet, está à disposição; é só entrar na internet e pedir o *Pães de Pedra* que vocês vão encontrar esse livro. Esse livro é a nossa cartilha de cabeceira. O Sr. Julius Hensel foi quem tabulou isso. A primeira edição do livro desse pesquisador, desse cientista é de 1890, e o Império Austro-Húngaro, que tinha necessidade de manter a importação das matérias-primas para produzir explosivos, foi atrás da edição desse livro, comprou todas as edições e mandou incinerá-las para que as ideias contidas aqui não se espalhassem, mas a Providência tomou a decisão certa e sobraram dois exemplares: um está na biblioteca central de Nova York e o outro permanece perdido aí

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo mundo, porque eram os que já tinham sido comprados antes de o Exército comprar todos os livros e incinerá-los.

Então, vocês vejam que já faz muito tempo que o pessoal sabia da ferramenta que eles tinham na mão. Eles já tinham conhecimento. E, se hoje a Alemanha é o que é, é porque a Alemanha foi o primeiro país a criar uma escola nacional de química, e os caras já sabiam o que eles tinham pela frente. Por isso que, coincidentemente, o maior avanço da química no mundo está lá na Alemanha. Então não precisa ir muito longe para entender porque isso acontece. Então está ali o livro *Pães de Pedra,* que é o nosso livro de cabeceira.

E agora em janeiro nós tivemos a oportunidade de também ver aquele livro que está ali. Depois, eu estarei brindando todos os senhores aqui presentes com um livro desse. É de um cientista brasileiro, o Sr. Bernardo Knapik, um pesquisador que, há 40 anos, vem pesquisando pó de rocha lá em União da Vitória, no Estado do Paraná. Então, nós temos aqui o nosso alemão também. A Alemanha teve o alemão Julius Hensel e nós temos aqui no Brasil o alemão Bernardo Knapik, que continua a pesquisa do outro. Há quem diz até que Bernardo Knapik possa ser a reencarnação do Julius Hensel. Não sei... Mas ele fez o trabalho.

O próximo, por favor.

Bom, quem somos nós? Nós somos a Agrobizão, uma empresa que tem... A gente já carrega uma experiência de 23 anos na especialização da pesquisa e gestão estratégica de mineradoras para produção e comercialização do pó de rocha em diversas regiões do Brasil.

Hoje nós já temos atuação em sete estados brasileiros, com atendimento, inclusive, para cada produtor rural que deseja ter um cultivo mais sustentável e rentável.

O próximo, por favor.

Então, estão aí os estados em que nós já temos atuação, onde nós já trabalhamos: no Estado de Santa Catarina, no Estado do Paraná, no Estado de São Paulo. Em São Paulo, a gente já atende 12 pedreiras; no Estado do Rio, uma pedreira; em Goiás, nós trabalhamos hoje com três pedreiras; no Tocantins, três pedreiras; em Roraima, uma pedreira; no Estado do Ceará, nós estamos em andamento com uma pedreira; e, no Estado de Rondônia – ainda não consta ali porque nós não temos um contrato –, nós já temos diversas incursões, que têm nos gerado gratas surpresas.

O próximo por favor.

Bom, aí está um exemplo no primeiro eslaide: a gente de capacete na pedreira lá de Boa Vista. Em Boa Vista, nós já temos o convênio. E no eslaide da direita é uma pedreira – é onde mesmo, Álvaro, secretário? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É ao lado de Vilhena, aquela próxima cidade depois de Vilhena lá. É Ariquemes. Não, não é Ariquemes. É Pimenta Bueno. Essa pedreira de Pimenta Bueno é uma pedreira de granito. Inclusive o granito era uma rocha que não se enquadrava para aplicação em remineralização, o que a gente tinha até agora. E essa pedreira de granito lá de Pimenta Bueno se enquadrou e se encaixa perfeitamente para o uso como remineralizadora, sendo que é a primeira pedreira de granito no país de que a gente teve conhecimento que se enquadra perfeitamente e atende a todas as exigências do Mapa para ser usada como remineralizadora. Então lá pode ser uma grande fonte de riqueza e uma grande fonte de alegria para o povo lá do seu estado. Então está aí, existe, é uma realidade.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTÔNIO ALEXANDRE BIZÃO – Lá tem em outros municípios. A gente fez algumas incursões ali em Alta Floresta D'Oeste. Alta Floresta D'Oeste tem coisas maravilhosas. No Cabixi, existem rochas maravilhosas. Lá naquela região das terras roxas, Santa Luzia D'Oeste, existe um rochedo que é uma coisa maravilhosa. Está lá para ser explorada. Está esperando só nós colocarmos as nossas mãos em ação para que aquilo venha a virar riqueza para o povo daquele estado. Então, só falta nós começarmos a trabalhar.

O próximo, por favor.

Bom, os nossos números hoje. Nessa safra que passou, que passou pelas nossas mãos, nós já conseguimos colocar 300 mil toneladas de pó de rocha no campo, com o principal fornecedor sendo o Estado de Goiás. E nós temos um atendimento direto a 150 agricultores que fizeram a opção de praticar esse novo modelo de agricultura.

O próximo.

Bom, isto daí é muito importante. No prefácio do livro *Pães de Pedra*, existem várias perguntas que o Julius Hensel procurou responder, mas eu fiz questão, para não ser muito enfadonho, de tomar somente esta daí, que é a quarta premissa do livro *Pães de Pedra*: o que se conseguirá ao fertilizar com as farinhas de rocha? Vejam os senhores o que é clarividência, o que é iluminação de um cientista. Ele escreveu isto em 1893: tornar a agricultura, novamente, um ofício rentável e economizar grande soma de dinheiro gasto hoje em dia com fertilizantes que, em parte, são prejudiciais ou inúteis. Vejam que havia só 40 anos, trinta e poucos anos que eles tinham inventado o adubo. E esse cientista o Julius Hensel escreveu isso nos *Pães de Pedra*. Ele era um bioquímico e já tinha visto o tamanho do prejuízo que o adubo químico já tinha gerado para a sociedade. Então, a outra premissa que ele tem e que, talvez, se torne importante era: produzir alimentos completos e prevenir epidemias e enfermidades entre homens e animais. Era um cara que tinha uma visão de longo alcance, um *long-term look*.

E, hoje, nós estamos enfrentando este problema. Qual é o problema que o Brasil enfrenta hoje na produção de grãos? Qual é o problema que o mundo enfrenta hoje na produção de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grãos? O problema da falta de fertilizantes não é só do Brasil; é do planeta inteiro, porque a subida do fertilizante químico está diretamente relacionada à escassez da energia fóssil. O fertilizante químico, o que tem lá dentro? O fertilizante químico é uma coisa material. A coisa invisível que tem atrás do fertilizante químico é a exaustão da energia fóssil, da pouca que ainda resta no planeta.

Então, se acabar a energia fóssil, vai começar o apocalipse? Nós estamos fazendo essa pergunta. Hoje, nós fazemos essa pergunta. Mas nós temos certeza, nós temos confiança, quando nós vemos pessoas como o Sebastião Pedro, da Embrapa, quando nós vemos pessoas como o Galvan, que já usou, que é meu cliente, que já comprou pó de rocha, que viu que o pó de rocha funcionou e sabe que é importante. Essas pessoas são as ilhas, são ícaros para mostrar para a sociedade que nem tudo está perdido, que existe um outro caminho, que não podemos nos deixar ser dominados pela síndrome do cachorro do rabo fino. Nós somos cachorro do rabo grosso, porque, se o Brasil é o maior exportador de soja, hoje, do planeta, não se deve à química. E, sim, se deve a quê, meu amigo Sebastião, que é um pesquisador?

O SR. SEBASTIÃO PEDRO DA SILVA – Fixação biológica de nitrogênio.

O SR. ANTÔNIO ALEXANDRE BIZÃO – Nós devemos à biologia.

A agricultura química, o fertilizante químico, como você mostrou naquela imagem, é um produto próprio e adequado para ser usado no Hemisfério Norte, onde tem argila dois para um, onde o solo tem CTC. Mas, no nosso solo, que não tem CTC, que só tem CTA, nós não poderíamos ter usado aquele fertilizante. Aquele fertilizante foi muito bom, porque ele nos trouxe até aqui, mas não existe mais garantia de que ele dá conta de nos levar aos próximos saltos.

E a agricultura nossa, biológica... Nós temos uma agricultura parecida com o que existia antes do advento do fertilizante químico. Então, nós assustamos o mundo. E tem muito americano preocupado, gastando dinheiro com muita ONG, para nos prejudicar, porque, no dia em que eu jogo um grãozinho de semente no meu plantio de soja, e o americano está jogando na dele lá, agora, ele já sai devendo seis barris de petróleo para cada hectare que ele planta. E nós, quando usamos a biologia, como bem disse o Sebastião Pedro, usamos a nossa matéria orgânica, usamos recursos locais que nós temos, já ganhamos deles é na partida. Nós não ganhamos do americano no porto. Nós perdemos para eles no porto, nós perdemos para eles no transporte, nós temos mais doenças do que eles...

E como é que nós damos conta de produzir soja? Nós damos conta de produzir soja por causa da parte biológica. Então, o adubo importado, quando eu exporto uma tonelada de soja, lá dentro tem o quê? Tem 8kg de P2O5. Lá dentro tem 13kg de K2O, que vem da Rússia, que veio passear aqui e vai voltar para lá, vai voltar para o Canadá, mas lá dentro tem 60kg de nitrogênio, que as bactérias brasileiras, que foram criadas pela Johanna Döbereiner

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguem, para cada tonelada, pegar 60kg do ar que nós respiramos. Isso gente, isso tinha que ser... Em toda cidade que planta soja, tinha que ter uma estátua com o busto dessa mulher, porque essa mulher foi a responsável pelo que está acontecendo agora. Se nós tivéssemos que colocar seis barris de petróleo, igual o americano tem que pôr, igual um russo tem que pôr, igual um francês tem que pôr, porque ele planta num ambiente de clima temperado, não tinha jeito de ter soja no Brasil.

Então, nós temos soja aqui é por causa da biologia. E o próximo salto que nós vamos dar, que eu tenho convicção disso, isso é a energia que me move, que me mantém de pé, é a certeza de que nós vamos tornar a nossa agricultura independente do potássio que vem de fora. Por quê? Nós temos aqui no Brasil. A quantidade de potássio que nós temos é fantástica. Em todos os lugares, igual eu mostrei para vocês aí, eu já tenho mais de mil análises de solo. Nas mil análises de solo, têm, no máximo, cem análises que não têm potássio. Então, o potássio que nós precisamos, para produzir alimento, tem. Ele está aqui nas nossas rochas. Nós só temos que fazer aquilo que muito bem falou Sebastião Pedro, é mudar a nossa ótica, mudar o nosso centro de observação.

Nós temos que entender uma coisa. O fertilizante químico é um remédio para a gente produzir alimento. E o pó de rocha, a remineralização de solo é a matéria-prima que faz dar reinício no solo. Então, quando eu aplico o pó de rocha no meu solo, se todo o solo que existe veio da degradação da rocha, a rocha apodreceu, desmantelou, virou pó e esse pó virou a terra que nós temos... E a biologia entrou em jogo. Aí virou o solo que nós temos, criou-se a pedosfera. Na hora em que nós tivermos isso dominado, que nós estivermos sabendo isso, que nós tivermos 10% da agricultura nacional não tendo que importar potássio, os outros 90, para mudar de modelo, vão ser num passe de mágica, porque aí todo mundo vai ver que nós vamos tornar a nossa agricultura novamente um ofício rentável, porque a coisa tem que ser rentável.

Existem só dois tipos de pessoas no planeta, tem só duas categorias com relação a dinheiro: tem o povo que gosta de dinheiro, eu gosto de dinheiro, eu preciso de conforto, eu gosto de dinheiro; e tem um outro grupo que mente que não precisa de dinheiro, a grande hipocrisia do mundo. Então, nós temos que ser rentáveis. A nossa agricultura... Nós vamos continuar produzindo alimento se for rentável. Quem de vocês se meteria a plantar soja para ter prejuízo? Só porque é bonito? Então, é essa premissa que nós temos que estar atentos a ela.

Então, o meu negócio, tudo aqui que nós falamos é para quê? É para conduzir para isso. Então, se a nossa agricultura hoje está no nível que está, nós devemos isso a quê? Nós devemos isso a homens ilustres que vieram antes de nós. Nós devemos isso à Embrapa, nós devemos isso às nossas universidades que muito bem souberam fazer o papel. Essas universidades agora nós temos que convidá-las a virar a chave, porque hoje o momento é outro, hoje o jeito de produzir tem que ser outro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E como é que nós provamos isso? É o que nós vamos continuar na nossa palestra mostrando os exemplos bem-sucedidos. É aquilo que muito bem mostrou o Sebastião Pedro no gráfico – que 70% dos agricultores que usaram pó de rocha continuaram usando. E os outros que não usaram foi, porque aconteceu algum erro dentro da propriedade que fugiu do nosso controle, porque nós ainda somos muito poucos para defender essa ideia.

Quando um agricultor aplica um fertilizante químico importado e ele é malsucedido, de quem é a culpa? É de quem fabricou ou a culpa é do fertilizante? Não a culpa é do agricultor que usou indevidamente. Isso é a primeira coisa que é falada. A empresa sai logo. Diz: "Não, ele usou inadequadamente. Ele não plantou na hora exata. Ele plantou a semente inadequada". Ela arruma um monte de coisas para transferir a responsabilidade para o agricultor.

E a gente tem que entender uma coisa, aquilo que o Sebastião Pedro mostrou muito bem ali, que esse número de agricultores que começa a tomar contato com o pó de rocha vê que onde tinha pó de rocha a lavoura demorou mais para completar o ciclo, o caminhão não quis subir a ladeirinha, parou de subir a ladeirinha, porque o produto ficou mais pesado, a lavoura tem mais vitalidade. Então, começa um despertar, começa a surgir o empoderamento do agricultor, porque ele começa a dominar a situação. Ele fala: "Olha, eu tive uma pequena atitude, que foi usar o remineralizador, e olha como mudou a minha lavoura, olha como está a saúde da minha lavoura. Os insetos não andam gostando mais da minha lavoura. O meu vizinho está fazendo cinco aplicações de fungicida. Eu pus o pó de rocha na minha lavoura e eu fiz só duas e ela está produzindo mais do que a dele".

Então, existem coisas que nós ainda precisamos explicar. Nós ainda não damos conta de explicar, porque eu já fui pesquisador e me tornei um empirista. Pesquisador é o Sebastião. Então, é esse pessoal... A Embrapa está aí para nos dar as respostas, porque nós estamos aqui na mesma posição. Eu estou igual ao Chicó: "Só sei que foi assim", aplicou e deu resultado, melhorou. Agora, quem vai explicar isso para a sociedade? Cabe à Embrapa. Esse é o detalhe que nós vivemos com ele. Perfeito.

O próximo, por favor.

Então, eu só quero dizer uma coisa. A engenharia genética, hoje se fala muito na engenharia genética. Como é que se chama essa ciência de que o povo tanto tem medo aí? Eu tiro um pedaço do meu dedo aqui e mando me duplicar. Como é que se chama isso aí?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTÔNIO ALEXANDRE BIZÃO – Clonagem! A remineralização de solo é eu clonar o solo novamente, gente. Olha a simplicidade! Se foi essa rocha que deu origem ao solo, aí o intemperismo atuou sobre essa rocha, o intemperismo fez essa rocha desagregar, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

intemperismo a transformou em solo, o intemperismo pegou o meu solo, que era jovem, e o transformou num solo velho.

Muito bem! Então, se foi o intemperismo que desmantelou a rocha e a fez virar pó, se a rocha virou solo fértil, se no solo fértil foi o mesmo intemperismo que estragou a rocha e se os solos americanos e os europeus são de alta fertilidade – porque lá tem seis meses de neve e não tem intemperismo... Então, se eu pego a rocha, faço-a virar pó e a aplico no solo – eu tenho um intemperismo, que é o limão com que eu faço uma limonada –, o intemperismo vai fazer com que essa rocha imediatamente comece a regenerar o meu solo, comece a rejuvenescer o meu solo. Existem alguns religiosos que até brigam com a gente: "Mas vocês estão se metendo a Deus criando solo novo?". Não, nós temos o entendimento da ciência de que a rocha desmantelou, desagregou e virou um solo fértil. Essa máquina foi tocada pelo intemperismo, e a base do intemperismo é quem? É a energia solar, é o calor e é a umidade. Por que o solo deles lá permanece mais tempo? Porque existe uma época do ano em que não tem atividade biológica.

Então, quando falam assim: "O problema do Brasil é falta de matéria orgânica. O Brasil não guarda matéria orgânica". Nós não queremos matéria orgânica para ter aquele solo negro igual ao que os caras têm lá, que é matéria orgânica inativa. Nós precisamos de matéria orgânica que seja dinâmica. Eu preciso de matéria orgânica. Eu coloco o pó de rocha, coloco a matéria orgânica, coloco planta de cobertura para fazer aquilo ficar dinâmico. Não adianta eu ter matéria orgânica parada; é igual eu ter uma Ferrari com o tanque vazio, não resolve a coisa. Então, o que resolve é a dinâmica da natureza, são os microrganismos trabalhando em sintonia com as plantas que eu quero produzir.

Próximo, por favor.

Então, as culturas que nós já atendemos – volte, por favor –, e de que nós já temos algum conhecimento por esse Brasil afora é a cultura da soja, a do milho, a do feijão e a da cana de açúcar. Nós temos trabalhado muito forte em HF, porque o pessoal do HF tem entendido que, quando se coloca o pó de rocha, a redução de inseticida, de fungicida e de agrotóxico é, no mínimo, de 50% em relação à agricultura convencional. Por quê? Porque eu coloco o pó de rocha no meu solo. O que o pó de rocha tem de maravilhoso? Não, o pó de rocha tem, no mínimo, 60% de silício, e o silício é um elemento que foi desprezado da agricultura, porque lá, no Hemisfério Norte, onde existe solo jovem, eles não têm falta de silício. Mas nós temos aqui solo velho, que se chama latossolo, e, para que o nosso solo se tornasse um latossolo, o primeiro evento geológico que teve que acontecer foi o intemperismo lavar o silício do nosso solo.

Então, quando eu falo nas minhas andanças que o pó de rocha não é um produto, que o pó de rocha é uma caixa de ferramenta, é porque ele vai interferir nas argilas do solo, vai interferir na estrutura da planta, vai interferir no sistema celular, vai interferir no metabolismo da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

planta diretamente. Por quê? Porque o nosso solo se tornou um solo velho, é latossolo, e a maior perda que aconteceu aqui foi a perda de silício, e o pó de rocha traz de volta esse silício que o nosso solo perdeu.

O próximo, por favor.

Aí nós temos o exemplo da soja. Olha que maravilha de soja, na Fazenda Brejinho, no Tocantins, em Pedro Afonso! Olha essa outra da direita, a mesma soja que nós cultivamos com Olivo Simoso, em Mogi Guaçu, São Paulo. Olivio Simoso é agricultor lá em São Paulo. Ele planta soja lá em São Paulo e tem pedreira aqui em Rio Verde. Ele é produtor de remineralizador na Briteng, em Goiânia.

Próximo eslaide.

Laranjal Paulista. Está lá o MR4, um produto ao qual a gente dá assistência, produzido em Limeira, São Paulo. Isso aí já é a evolução da rochagem. MR4 já é a mistura de quatro rochas distintas, quatro rochas juntas. O que é que acontece, gente? Na conta financeira, dois mais dois é quatro – é o sistema cartesiano. Quando eu misturo quatro rochas diferentes, dois mais dois mais dois mais dois não é oito, é mais do que oito, porque eu trabalho no sistema holístico, existe interação positiva entre as rochas.

Então, cabe a nós estarmos muito cientes porque, às vezes, eu pensava que tal rocha é fraca nisso... Não, nós temos como torná-la mais forte, torná-la evoluída, aplicando mistura de rochas, e nós já fazemos essas misturas de rocha, porque todo mundo no Brasil... No Brasil, a grande área do Cerrado foi ocupada por quê? Por quê, Sebastião? Por causa do pó de rocha, do pó da rocha calcária! Agora, como que vem o cientista dizer para mim que as rochas silicáticas não funcionam? É isso o que incomoda! É isso que, às vezes, nos assusta, tão bem montada que foi a estrutura para impedir que a rochagem viesse a prosperar. Mas isso é culpa do modelo, porque o modelo lá fora é esse.

Aí nós temos outro exemplo, de Flávio Faedo, em Rio Verde. Essa foi a segunda venda de pó de rocha que eu fiz, e ele já está há 16 anos produzindo soja. Aquele pneuzinho que vocês veem lá é o marco que ele tem: à esquerda, soja com fertilizante químico; à direita, soja com pó de rocha.

E, como diz muito bem o Sebastião Pedro, nós queríamos que fosse somente igual. E o que é que aconteceu? Todo ano, essa área do pó de rocha vem produzindo um, dois a três sacos a mais por hectare. Isso também é a experiência que o nosso amigo Galvan viveu lá no Mato Grosso: "Uai, mas eu pus o pó de rocha e era só para dar igual e deu mais...". Ele viveu essa experiência lá e me fez esta pergunta: "O que é que está acontecendo?"

Próximo, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí está outro exemplo de soja em Gameleira, aqui em Goiás, ao lado da Brahma. Este é um agricultor que hoje já consome 20 mil toneladas de pó de rocha por ano. Já tem quatro anos que o preço do potássio da Rússia não tira o sono dele, gente! Deixem esse "converserê" para lá, abaixem a cabeça e vamos trabalhar! Esse agricultor que está aí é o Ivan Araújo. Nós podemos sair daqui, nós vamos andar 50km, no quintal da nossa casa, e, o cara, já tem quatro anos que ele está tendo essa experiência bem sucedida!

Eu pergunto só uma coisa: onde está a dificuldade para nós podermos transferir isso, levar essa boa nova para mais pessoas? É isso o que nós estamos fazendo, mas somos poucos ainda, nós precisamos aumentar o nosso exército. O nosso exército está muito pequeno.

Aí ao lado, soja em Tatuí, São Paulo, estão aí esses dois agricultores de camisa azul e de camisa vermelha. Eles mexem com telefonia, esse negócio de internet rural. É o primeiro ano que eles estão plantando soja, mas seguiram a nossa recomendação. Eles começaram e eles queriam fazer uma soja diferente, porque eles viram a nossa proposta e se interessaram pela nossa proposta: lavoura de primeiro ano com rochagem, lá em Tatuí, São Paulo.

Próximo, por favor.

Vamos ver o milho.

Olha aí o milho!

Está aí o nosso herói. Na primeira imagem nós temos o Rogério Vian, que passou aqui pela primeira palestra. Por ele plantar ao lado do Parque Nacional das Emas, ele tem sérias restrições. O Rogério Vian foi para quem eu fiz a minha primeira venda de pó de rocha. Para esse eu bato no peito com muito orgulho. Fiz a ele a primeira venda de pó de rocha. E ele se encantou tanto com o pó de rocha, que nós juntamos ele e mais o Dr. Eder, eu e mais alguns colaboradores e criamos o Gaas (Grupo Associado de Agricultura Sustentável), que nós estamos divulgando. O Gaas, que hoje nós temos como Presidente o Rogério Vian, é um movimento que não começou do topo para a base, mas começou da base e está indo para o topo.

Ontem, nós estávamos encerrando, lá em Rio Verde, o 8º Encontro de Agricultura Sustentável, e nós tínhamos lá 800 agricultores dos vários rincões do país, que estavam reunidos lá em Rio Verde para ver a troca de experiência. Na terça-feira, à noite, o Sebastião Pedro foi lá fazer a palestra dele como representante da Embrapa. Então, lá estavam todos os segmentos organizados da sociedade vendo as alternativas, as opções que nós temos para oferecer e mostrar para a sociedade que a rochagem – é aquilo que eu falei no começo – não está só na pesquisa, não, mas já está no quintal de todo o mundo. Então, está aí o milho.

Esse outro milho aí é de um cliente nosso lá de Paragominas, no Pará...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O país não tem limite para nós.

Em setembro, eu peguei uma picape nova. Hoje, eu já estou fazendo a revisão de 80 mil quilômetros. Nós estamos dando conta ainda, mas nós precisamos ter mais gente, porque o fôlego está acabando.

O próximo, por favor.

Aí, um exemplo de milho. Milho com pó de rocha. Sidnei Berk, em Pirassununga. Na direita nós temos um milho sem pó de rocha, só com químico; na esquerda, o milho com pó de rocha.

A outra: milho em Rio Verde. Olha lá o milho, com cinco toneladas por hectare de pó de rocha, lavoura produzindo mais de 110 sacos por hectare na safrinha. Enquanto um americano tem que esperar um ano inteiro para plantar uma lavoura de milho, nós vamos lá e colhemos 50, 60 sacos de soja, vimos e depois colhemos 100 a 150 sacos de milho por hectare. Isso assusta o mundo, gente! Todo mundo está preocupado, porque nós vamos acabar com a agricultura do planeta desse jeito. Vai ser o monopólio do agricultor brasileiro. A hora em que nós estivermos usando corretamente os remineralizadores e cortarmos o cordão umbilical do potássio da Rússia e do fosfato do Marrocos, nós vamos dominar a agricultura mundial. Isso é claro, porque nós conseguimos fazer duas safras por ano. Se nós temos a irrigação, nós fazemos duas safras e meia por ano. Então, o país que tem isso é só o Brasil. Nós não temos seis meses de *freezer* na nossa terra, não, nós não temos um metro de gelo para acabar com a nossa biologia. A nossa biologia é intensiva, nosso sol brilha todos os dias. Então, nós temos que aproveitar isso, porque um grão de soja ou um grão de milho é o quê? Um grão de soja ou um grão de milho é só energia que nós pegamos do sol e pusemos na folha, que passou para o grão. É só isso que nós fazemos.

O próximo, por favor.

Feijão. Olha aí que coisa linda! Está aí na direita o Gilberto Yuki, que é um grande entusiasta, e hoje já faz 14 safras que está plantando, sete safras em que parou de perder o sono por causa do preço do adubo. Ele mostrou isso na reportagem do Globo Rural que nós fizemos na propriedade dele há 30 dias.

Outra lavoura de feijão, em Santa Helena de Goiás. Olha aí que coisa linda! Por causa do pó de rocha. Isso é uma lavoura que deu menos doença, deu menos inseto. Então, ela precisou usar menos agrotóxico, e isso prejudica até a Bayer.

O próximo.

O trigo, olha aí a lavoura de trigo, outra vez do Gilberto Yuki. Olha que coisa linda, aqui em Ipameri, de Goiás, nosso vizinho. Nós produzimos trigo aqui para concorrer com o trigo da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ucrânia, para concorrer com o trigo da Argentina. Simplesmente fazendo o quê? Fazendo a coisa como precisa ser feita, usando a tecnologia que nós já temos.

O próximo, por favor.

Na cana-de-açúcar, olha aí que coisa linda. Aí nós temos o exemplo da flexibilidade do pó de rocha. O pó de rocha pode ser aplicado antes do plantio, como você vê na imagem da direita, pode ser aplicado na cana-soca, como está aí na imagem da esquerda, e assim por diante.

O próximo, por favor.

Nós temos aí o agricultor de Casa Branca, lá em São Paulo, Paulo Pollini. Esse é um agricultor que a gente tem. Ele produz cana-de-açúcar como? Usando só pó de rocha e usando azospirillum, que é um recurso biológico. Essa cana ali não consumiu potássio importado, essa cana não consumiu nitrogênio, que gastou seis barris de petróleo por tonelada. Ele usou as bactérias, que é o azospirillum. Então, esse é um modelo que a gente tem e está divulgando e que está lá em São Paulo.

Ao lado, nós temos em Conchal, em São Paulo, produção de MPB (muda pré-brotada) de cana feita com pó de rocha, substituindo um substrato caro que tinha que ser importado. Então, é isso que já existe, que nós só precisamos divulgar para a população, divulgar isso para os agricultores, divulgar isso para os mineradores.

Eu tenho um caso – a gente gosta muito de caso –, mas dessa mineradora aqui de Goiânia, a Briteng, do Olivo Simoso que é aquele agricultor. No ano de 2021 agora, com a venda do pó de rocha, ele já pagou todo o custo operacional da pedreira. Então, ele já começou... Mas, espera aí, eu estou fazendo brita e eu tenho quantos concorrentes na brita? No pó de rocha eu estou meio que sozinho. O cara que me compra brita, ele compra uma brita e nunca mais volta para comprar brita para fazer outro prédio. O do pó de rocha todo ano ele vem na minha pedreira me comprar. Olha que negócio bom, trabalhinho de formiguinha! Essa é a diferença do processo.

O próximo, por favor.

Aí nós temos outro exemplo. Cana em Jandaia, no Estado de Goiás. Isso aí nós estamos fazendo o quê? Um campo de avaliação de produtividade, cada montinho desse é um tratamento, a gente tem que ir lá medir. Se a gente não for lá medir, o agricultor não vai saber.

Como muito bem disse o Fernando Penteado, o criador dos adubos Manah, nós, no Brasil, somos um povo que "achamos" muito, nós "achamos" tudo. Nós não observamos nada e muito menos medimos, nós temos a mania de não medir: "Ah, eu acho...". Com o pó de rocha é muito comum, às vezes, você vender o pó de rocha, e se não der uma devida assistência, você volta no agricultor e fala assim: "Eu vim aqui para ver a área que você aplicou o pó de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rocha". Ele: "Ihhhh, sei não, quem aplicou o pó de rocha foi o Joaquim de Souza. O Joaquim de Souza foi embora, eu não sei onde ele pôs". "Mas como é que você vai saber se o pó de rocha funcionou ou não funcionou se você não sabe onde ele está aplicado?"

Então, às vezes, a gente precisa do fator humano para ir lá para comprovar para o cara, para mostrar, porque, muitas vezes, para o nosso agricultor, o vendedor do químico não deixa enxergar as evidências que estão lá na lavoura dele. Nós temos esse tipo de pressão também.

O próximo.

Então, a outra lá, por favor, voltando só mais uma vez. Volta.

Aquilo ali, cana, em Lençóis Paulistas. Então, nós temos informação de cana-de-açúcar com pó de rocha em Jandaia; cana-de-açúcar em Pedro Afonso Tocantins; com cana-de-açúcar em Laranjal Paulista. Tudo está aí, os resultados da coisa.

Por favor, o próximo.

E hortifrutigranjeiro, está aí o caso da cenoura que eu contei para vocês.

Nós temos ali, em Paracatu, Minas Gerais, um caso de produção de mamão orgânico. Olha que coisa linda: esse mamão pega viagem, pega o avião em Belo Horizonte, no outro dia ele é comido lá na Europa a preço de dólar.

Então, uma oportunidade de negócio que nós temos é a aplicação do pó de rocha na fruticultura. Isso é um grande mercado que nós temos, com a oportunidade de trazer dólar para nós, exportando fruta também – não é só soja. Então, sobre o pó de rocha, nós já temos informações para quem for produzir fruticultura de alta qualidade, o efeito do pó de rocha sobre esse produto.

Próximo, por favor.

Nós temos ainda a cultura da batata. Isso é em Campo Alegre de Goiás.

O problema do alho em Campo Alegre de Goiás. O Brasil tem um dreno muito grande de importar alho da China. O alho que é produzido lá vem cheio de metal pesado porque a gente não sabe o que eles usaram para produzir aquilo, porque é tudo segredo. Nós temos aí o alho produzido com pó de rocha. Um alho cuja caixa fica faltando 10cm para completar, de tão mais pesado que é esse óleo. Tem que ir lá atender reclamação do dono do supermercado: "Ó, eu vim aqui reclamar porque a caixa está faltando um tanto para encher". "Escuta, meu amigo, você já pesou a caixa para ver o peso que ela tem?" Então, o material fica mais denso. É a prova da densidade. Agora falta a pesquisa vir e medir para nós, porque a gente sabe que é dessa maneira.

Próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí nós temos outro exemplo da cebola. Esse caso da cebola de Campo Alegre, três anos atrás, deu um problema de um prejuízo na cebola. Todo mundo teve que cortar a cebola. Esse agricultor aí de Campo Alegre, o pessoal do Paraguai comprava a cebola dele. O caminhão ficava três dias esperando ele colher para carregar porque os paraguaios queriam a cebola dessa propriedade, enquanto na propriedade ao lado, vizinha de cerca, estava sendo destruída a lavoura porque o paraguaio não queria a cebola daquele outro vizinho. Queria dessa aí porque era uma cebola que durava seis meses na prateleira. Por quê? Porque ela veio do pó de rocha, porque o pó de rocha deu para essa cebola que nós vamos comer alguma coisa que com os químicos não está dando.

Outra coisa que nós temos trabalhado muito bem é o pó de rocha na cultura do tomate. O pó de rocha na cultura do tomate provoca a redução da quantidade de inseticida, da quantidade de fungicida que tem que pôr na lavoura.

O próximo, por favor.

Citros, nós temos aí grandes trabalhos em citros. Lá em Conchas, em São Paulo, aquele agricultor que está ali naquele laranjal, aquilo ali é um laranjal de 30 anos. Enquanto o *greening* está destruindo uma lavoura no Estado de São Paulo, laranjal de seis anos, de sete anos torna-se inapto. Esse agricultor aí tem 15 anos que ele pulveriza pó de rocha ali naquela lavoura de citros, a lavoura tem 30 anos e está produzindo bem, obrigado, e pondo dinheiro, fazendo com que essa citricultura se torne lucrativa, com que essa citricultura não seja dependente das flutuações da produção de citros do Estado da Flórida. Por quê? Porque ele tem um baixo custo de produção.

Esse aí é um outro exemplo de produção de citros em Mogi Mirim com o pó de rocha também.

O próximo, por favor.

Na pecuária nós temos resultados fantásticos. Nós olhamos ainda o Brasil... Então, por que nós temos problema na pecuária? Porque o nosso entendimento, culturalmente... O que os nossos bisavôs, os nossos avôs faziam? Derrubavam a mata, plantavam lá 20, 30 anos, plantavam café, plantavam milho, plantavam soja.

Nós temos aqui no Estado de Minas, no Estado de Goiás muito lugar que derrubou a mata, e onde era mata, a rocha era bem superficial. Na calha do Rio Paranaíba, na calha do Rio Piracanjuba, na calha do Rio Claro, os barrancos aí, a pecuária, a agricultura era toda nos barrancos de lugares quebrados. Por quê? Porque lá a rocha era bem superficial. Aí, eles faziam agricultura lá 10, 20 anos, 50 anos plantando o alimento. O dia que a terra enfraquecia, dava pastagem. Ainda deu pastagem mais 100 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então hoje nós estamos aí trabalhando com o pó de rocha na pastagem. Isso lá em Mogi Mirim, em São Paulo; aqui em Hidrolândia, no Estado de Goiás. Para fazer o quê? Porque o gado, gente, tem um poder de destruição do ambiente – pior do que ele é só o cabrito –, porque vai brotando o capinzinho, vai comendo o capinzinho, vai ficando fraco, vai até degradar a pastagem. Então o pó de rocha tem o poder de recuperar essas pastagens por um custo muito barato, por um custo muito econômico.

O próximo, por favor.

Esse aí é outra tecnologia que nós temos, que é colocar o pó de rocha no piso do confinamento para produzir o fertilizante organomineral. Esse agricultor aí foi fazer a palestra ontem lá em Rio Verde. E os números que ele mostra são os seguintes: cada boi que ele tem no confinamento... E ele colocou o pó de rocha no piso, colocou o pó de rocha silicática, colocou o pó de rocha fosfática, colocou o gesso, ele tira um fertilizante completo. Aí, como a gente coloca uma tonelada, 1,3 mil quilos de pó de rocha, mil quilos de rocha silicática, 300kg, 200kg de rocha fosfática e 100kg de gesso, nós temos um fertilizante completo, de alta qualidade. Inclusive na soja não se podem usar mais do que 3 toneladas, senão a soja não produz, ela só vegeta por excesso de nitrogênio. O milho, com 8 toneladas desse produto aí, nós conseguimos produzir. Isso é a produção do fertilizante organomineral. Criação de quem? Isso aí veio dos Estados Unidos, veio da Alemanha? Não. Isso é criação do Sr. Edson Martins e do Sr. Eduardo Martins, e a gente está repassando isso para os agricultores. Então nós estamos pegando...

Vejam os senhores: em um confinamento nos Estados Unidos, na hora em que eu tiro o boi do curral, o que é que eu vou fazer com aquela montanha de esterco? Uai, mas, na hora em que tirou o boi, terminou o ciclo do confinamento, a terra já ficou gelada, não adianta eu jogar. É a mesma coisa de eu pegar o esterco e colocar no freezer. Nós aqui, não. O nosso rejeito do boi, que é o passivo ambiental, que é o lixo que gerou, ele é o quê? Ele é o adubo para eu recomeçar o ciclo. Olha o tanto que o nosso negócio é diferente. Nós não podemos comparar a nossa agricultura com a agricultura do clima temperado.

Aí o outro confinamento, em Urutaí, em Goiás também, que reaproveita tudo o que o boi entrega.

E ontem o agricultor queria falar. Ele chegou lá ao meu estande e falou assim: "Bizão, eu posso falar a verdade sobre confinamento?". Porque esse esterco que ele tira aí vale R$800. Então ele consegue fabricar. Cada boi entrega para ele 2,5 toneladas de um fertilizante organomineral com que, se eu for ao mercado comprar, eu gasto R$800. Ele falou assim: "Bizão, eu ganho muito mais dinheiro com a bosta do que com a carne". Essa é a conclusão do agricultor. Olha que coisa fantástica! E a gente jogava tudo isso fora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Talvez essa crise de fertilizante não seja um alerta, uma luzinha vermelha para mostrar o tamanho do nosso desperdício, o tanto que nós desperdiçamos as coisas? Eu não tenho medo dessa crise de fertilizante, não. Essa crise de fertilizante vai nos fazer realinhar, readequar, reaprender a viver sem isso. E nós vamos superar. Isso, para nós, vai ser uma coisa... Dentro de dez anos, nós vamos colher resultados fantásticos com isso.

O próximo, por favor.

Aí outro exemplo da produção, também o confinamento de Urutaí. Está lá o monte de esterco que foi produzido por essa boiada, porque o boi come, ele faz a digestão, ele tira a energia da silagem, mas os minerais permanecem todos no esterco, para eu ir lá e jogar na terra, para o sol vir e pôr outra energia naquela sementinha, e assim eu vou continuando. Isso é sustentabilidade. Isso é ter uma agricultura sustentável. Eu vou lá e entrego os minerais para o boi, os bois tiram energia da silagem, eu torno a fazer outra silagem com o esterco, volta lá. Eu fecho o círculo. É a economia circular. É isso o que nós, no Brasil, temos condição de fazer, e os caras do resto do mundo não têm ambiente para isso.

O próximo.

Transferência de tecnologia. Isso aí é um exemplo. A nossa tecnologia não tem partido, a nossa tecnologia não tem bandeira, a nossa tecnologia não tem tamanho de agricultor. Femec, em Uberlândia, agricultura de altíssima tecnologia, agricultura de alto nível, agricultura toda feita na base do computador. Nós estamos lá com o pó de rocha.

No outro lado está Campo Novo dos Parecis, os indígenas lá do Parecis produzindo alimentos dentro da reserva indígena, com alta tecnologia, usando pó de rocha.

O próximo, por favor.

Nós temos um encontro sobre pastagem lá em Botucatu, transferindo tecnologia, e está ao lado o assentamento em São João d'Aliança.

Então, todo mundo pode usar o nosso produto. O nosso produto não é só para o agricultor rico, tecnificado, não; é para o assentamento, é para o índio, é para o pecuarista. Então, é um negócio tremendamente democrático, é um bem nacional para todos os brasileiros, isso é muito importante.

O próximo.

Está aí mais uma vez uma alusão ao Rogério Vian, que foi o primeiro cara que comprou o pó de rocha. Ele fundou o Gaas (Grupo Associado de Agricultura Sustentável). Hoje a gente congrega isso, essas práticas, para levá-las para os agricultores. Como nós não temos mais a Embrater, que era quem teria que levar, fazer a transferência de tecnologia, o Gaas tem sido um sucesso, porque esse espaço da associação dos agricultores do Gaas era antes feito pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Embrater, que era uma empresa brasileira de transferência de tecnologia e extensão rural, que foi fechada. Ela faz falta. Se hoje tivéssemos uma Embrater daquela, o nosso negócio estava muito mais na frente. Mas, às vezes, são as coisas que acontecem.

O próximo, por favor.

Está aí, gente... Peguem esse homem aí. Quem é o nosso amigo aí? É o Alysson Paulinelli, ex-Ministro da Agricultura. Do que temos hoje, nós devemos muita coisa a esse homem. Esse homem talvez seja o responsável por acontecer o que aconteceu.

Em 1964, eu estava no banco escolar da minha cidade, lá em Sacramento, Minas Gerais, e a merenda que a gente tomava lá vinha das duas mãozinhas da Aliança para o Progresso. Mas, esperem aí, na escola em que eu estudava no primário o lanche vinha da Aliança para o Progresso? Para vocês verem o tanto que nós éramos um povo pobre. E hoje nós estamos alimentando um quarto do Planeta. Para muitas coisas, nós precisamos de homens iluminados como esse, que teve a ousadia, que teve a lucidez de fazer o que ele fez. Então, é um ícone que nós temos na nossa agricultura. Nós temos que aproveitar enquanto ele está vivo. Não vamos deixar para homenagear esse homem depois que ele morrer, porque ele representa a diferença que houve neste país. Se eu vejo hoje o país alimentando um quarto da população planetária, eu que vivi numa escola comendo lanche vindo dos Estados Unidos, da Aliança para o Progresso, para a gente, como ser humano, não tem explicação a revolução que esse homem deu conta de fazer no país.

O próximo, por favor.

Está aí o meu muito obrigado. Mas o que eu quero dizer a vocês é o seguinte: nem tudo está perdido, nós somos só a ponta do *iceberg*, tudo está aí para ser feito. Uma convicção eu tenho: esse é o caminho. Uma convicção eu tenho: nós vamos produzir alimento para o mundo não é buscando remédio, na forma de adubo, para pôr na terra, não; é pondo remineralizante no solo, reconstruindo o solo, fazendo uma nova gênese de solo. É isso que nós estamos buscando.

Então, eu não aceito, eu não admito comparar pó de rocha com adubo. Em termos de dinheiro, tudo bem. Adubo é uma coisa, adubo é o remédio, é para remediar a minha produção, e a remineralização de solo é para eu reconstruir o solo, pegar uma base, onde eu tenha um solo velho, muito antigo, deteriorado, que perdeu todo o silício, que é um solo de carga positiva, e eu colocar o meu pó de rocha e, devagarzinho, reconstruir o nosso solo. No dia em que eu tiver uma camada do nosso solo – solo são 20cm – de 5cm do meu solo com cargas negativas, aí nós vamos fechar a agricultura americana. Isso vocês podem escrever.

Valeu! O meu muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Prof. Bizão, pelas suas colocações.

De fato, nos deu uma aula sobre remineralizarão. Isso é importante. Vamos levar à frente e vamos mostrar ao Brasil todo esse potencial que tem o Brasil, que tem o país, para que a gente possa diminuir essa dependência de fertilizantes internacionais.

O SR. ANTÔNIO ALEXANDRE BIZÃO – Senador, se eu puder, se me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – É claro, por favor.

O SR. ANTÔNIO ALEXANDRE BIZÃO – ... uma colocação do Dr. Éder, que eu achei, assim, genial.

O Dr. Éder é o nosso guru. Ele falou assim: "Vocês acham que Deus ia criar um lugar como o Brasil, mas já ia decretar a nossa eterna dependência do adubo importado?". Olha a falta de lógica que isso representa. Isso é subestimar a sabedoria do Criador. As coisas estão aqui. Então, depende só de nós. E essa dependência surgiu de 50 anos para cá.

Então, se nós pegarmos 50 anos atrás, como é que se vivia no Brasil? O que se comia em Rondônia 60 anos atrás? Comia-se o que se produzia lá, com o recurso que tinha lá. O que se comia aqui no Brasil 60 anos atrás? Comia-se o que tinha aqui, com o recurso que tinha aqui. Lá no Nordeste, comia-se o que tinha lá, com o recurso que tinha lá. Lá no Rio Grande do Sul, comia-se trigo. Por quê? Porque trigo era uma erva daninha no Rio Grande do Sul. Mas nós aqui tínhamos a mandioca, que é um produto muito superior. A fécula de mandioca é superior à do trigo.

Então, nós tínhamos as alternativas. Nós abandonamos o caminho, que nunca deveria ter sido abandonado. E agora cabe a nós reconduzir a nossa locomotiva para os trilhos, de onde ela não deveria ter saído. Eu acredito nisso. E é essa energia que me move. Quando deixei tudo, há 23 anos, e me lancei nessa campanha, a gente era motivo de *bullying*: "Olha o doido aí, que quer moer pedra para produzir alimento! Isso aí é um maluco!".

Hoje, não. Hoje, eu estou aqui. Para mim, é uma vitória estar aqui na capital do país, falando isso para um Senador e para o grupo de pessoas que têm o poder de decidir, que se encontram aqui nesta sala.

Valeu!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Prof. Bizão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Continuando com as nossas falas, passo a palavra ao nosso amigo Galvan, Presidente da Aprosoja.

Muito obrigado pela sua presença mais uma vez, Galvan, você que tem estado conosco, já por várias vezes, defendendo os interesses dos produtores brasileiros, preocupado não só com os produtores do seu estado, mas com os produtores de soja do Brasil inteiro. Temos tido várias agendas positivas no intuito de nós melhorarmos o nosso país. Como muito bem colocou o Prof. Bizão, nós temos que estar sempre dialogando, conversando e levando à população brasileira o que tem de bom para o futuro da nossa produção de alimentos de todo o nosso país.

V. Sa. tem a palavra, Galvan.

O SR. ANTONIO GALVAN (Para expor.) – Obrigado, Senador Acir, por, mais uma vez, estar aqui nesta Comissão de Agricultura. E, quando nós falamos de agricultura, falamos em alimento, nada mais do que aquilo que a gente precisa no dia a dia.

Ver aí o Bizão falando emociona as pessoas, sim, Bizão. Sei que é um trabalho difícil. Mas uma aula dessas eu ainda não tinha escutado dele – e olha que eu já falei uns pares de vezes.

Realmente, quando a gente, às vezes, vai lá e compra um sal mineral para dar para o gado e enche a traseira com um saco do que tem lá dentro, e o nosso alimento, que nós comemos, na prática, é o básico do básico realmente.

Das necessidades que se fazem para o organismo... Se para o animal você coloca tudo aquilo, por que o ser humano é tão carente, vamos dizer, de "n" situações? Eu acredito que há muito para evoluir nisso, sim, e se poderiam evitar, com certeza, situações de doenças que se instalam no nosso organismo.

Uma aula aqui... Eu já não sei mais se ele é médico, o que ele é, enfim, Bizão, mas eu sei que é meio tudo – não é, Bizão? – pelo que trouxe aqui dentro. Realmente, são as etapas que nós temos aí para poder ajudar dentro dessa situação criada.

Quero agradecer a participação também do Esperidião Amim, sempre preocupado com essa situação, que esteve aqui também na outra audiência que nós tivemos, falando também com relação aos assuntos, com certeza, sobre a própria agricultura; do Rogério Vian, como ícone aqui, o primeiro cliente – não é, Bizão? – dos que acreditaram sobre essa situação; do Sebastião Pedro, aqui, como chefe da Embrapa Cerrados – eu acho que foi muito bem feita a homenagem aqui do Bizão ao Éder Martins, outro pesquisador também que conhece de rocha, sabe o que tem e o que deixa de ter –, do Minaré, também pelas suas colocações, Minaré. É o que a gente já discutiu ontem também aqui na Comissão de Relações Exteriores, onde eu frisei muito bem frisado. Então, nós estamos muito engessados pela nossa legislação brasileira,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando eu cobrei ontem pesadamente. Pena que a Senadora Kátia Abreu, que toca essa Comissão de Relações Exteriores, não estava aqui presente por ter tido um mal-estar, mas ela está aí com um grande PL na mão para ser definido – já faz mais de oito meses. A gente espera que realmente, depois dessa conversa que tivemos ontem novamente com o nosso Presidente Pacheco, aqui do Senado – é a terceira de que eu participo –, pedindo que se agilize aí – são diversos os PLs... Porque o licenciamento ambiental é uma das características que trava tudo, seja para fazer exploração até, Bizão, dos fertilizantes que vão se tornar químicos pelo processo que é feito após a extração dele também das próprias rochas, para a gente poder agilizar de toda forma.

Falamos bastante ontem aqui com o próprio Presidente também sobre esse PL dos defensivos, a questão fundiária nossa e assim sucessivamente.

Então, são várias as situações que nós temos aqui, e também precisamos aí de mais recursos, com certeza, para poder buscar outras formas.

Ontem até eu ia comentar aqui também da novidade, que já também não é tão novidade, mas vai ter uma disposição no mercado: o Lithothamnium, que é um dos dispositivos que hoje está sendo extraído de dentro do mar, a 580km daqui, uma jazida muito grande, também vem auxiliar dentro desse processo todo. O Rogério Vian também disse que já utilizou. Era outro modelo de extração, esse parece que é uma concentração alta, que nos pediram ajuda também. Acho que o Sebastião Pedro já entrou em contato com esse pessoal e também vai levar para pesquisa. Mas já está liberado, já tem pesquisa, mas vamos aprofundar. Já está liberado, inclusive, para fazer a extração. Vamos dizer que fosse um vento, uma poeira que o mar, também a água, produz e naquela região tem assentado e tem propriedades extremamente necessárias para a produção de alimentos, que também é uma forma organomineral. Também ela pode ser utilizada.

Agora, sempre – não é, Senadores, sei que bastante presentes? –, nós temos que trabalhar muito em cima dessa questão da legislação, para podermos agilizar, porque são "n" os processos de que nós precisamos.

Agora, como falei ontem e também aqui nesta audiência, o que nós estamos discutindo aqui num todo não é usar o remineralizador, ou usar o adubo químico, ou usar não sei o quê; nós estamos aqui buscando uma garantia alimentar. Nós estamos aqui buscando a segurança alimentar. Isso é o que está mais preocupante.

O SR. ANTÔNIO ALEXANDRE BIZÃO (*Fora do microfone*.) – Eu posso te interromper?

Eu me esqueci de um detalhe: não é só a segurança alimentar, como a soberania nacional. Essa palavra nós não podemos esquecer para trás também, não, porque as duas coisas andam juntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO GALVAN – Com certeza, Bizão, não tenho dúvida nenhuma. Isso aí faz parte do negócio, sem dúvida nenhuma.

Então, acho que é tudo o que se busca hoje. A gente viu aí recentemente essa diretora da OMC que esteve aqui preocupada: o Brasil tem que fornecer, tem que dar um jeito, tem que arrumar, tem que se fazer mais alimento. O mundo está precisando. Já existem números que a FAO colocou, que a ONU colocou aí. Mas como a gente vai conseguir produzir mais alimentos com um Código Florestal igual o nosso, extremamente restrito? E ainda vem a tal da moratória da soja, vem moratória do boi, vem moratória do milho, vem moratória do escambau a quatro, imposta por grandes multinacionais hoje que estão ligadas à Abiove, principalmente a ela. Outras já aderiram, por força maior, a essas multinacionais, que nos obrigam, que fazem gato e sapato do produtor na hora da compra, na hora da classificação, fazem da forma como querem praticamente e nós vamos aumentar a nossa produção? De que forma? Se até aquela que hoje o nosso Código Florestal nos permite usar: uma conversão nova de área. E sabemos aí, principalmente no Matopiba, que está no Cerrado – iniciou-se com a Amazônia e hoje está no Brasil inteiro.

Quando nós atendemos o nosso Código Florestal tão restrito, Bizão, aí entram esses protagonistas no meio do processo e falam: "Não, de você eu não compro mais". Mas não é que ele deixa de comprar daquela área, a qual você converteu, a autorizada. Nós estamos falando aqui, Senador, de quando é legal. Ele para de comprar daquele CPF. Não interessa se ele fez esse desmatamento, fez essa abertura de área autorizada lá em Sinop, no Mato Grosso, ou se ele fez lá em Rondônia, em qualquer estado, ou se ele fez essa abertura de área lá em Matopiba. Ele interrompe a compra e a comercialização com aquele produtor, pelo CPF, em qualquer lugar do país. Olha o absurdo e o abuso! Isso é soberania nacional? É má intervenção.

Aí vem uma questão aqui das grandes empresas. Todo mundo sabe que quem nos fornece os insumos, tanto faz nos defensivos, como no próprio fertilizante, dá para se dizer que é meia dúzia de fertilizantes grandes, hoje têm alguns menores. E aí uma meia dúzia ou menos até, porque quem domina o mercado mundial hoje são três ou quatro empresas em cima dos defensivos. Isso é vergonhoso!

Estamos aí com o PL dos defensivos, de que falamos ontem também lá com o próprio Presidente Pacheco, e está aqui na Casa também para ser aprovada. Para quê? Ninguém está pedindo licenciamento ambiental e que você não olhe para a realidade, mas que tenha agilidade dentro do processo.

A mesma coisa é com os defensivos. Como é que se pode esperar boa vontade de um órgão estadual ao dizer que você pode levar dez anos? É igual temos em um caso específico. Até foi feita uma carta para ele entregar ao Presidente da República, mas nós vamos encaminhar pela Aprosoja. Um produtor lá de Feliz Natal, no Mato Grosso, esperou 13 anos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para ser autorizado o desmatamento dele. Quis fazer legal. Aí ele entrou no período de 2008, quando as empresas boicotaram, 22 de julho de 2008. Agora, ele não pode comercializar com nenhuma dessas grandes *trades* porque ele fez uma abertura de área, porque a Europa não quer. O europeu não aceita, o europeu não sei o quê. Nós deixamos de ser colônia de europeu faz tempo. Se não me engano, faz um par de ano, faz uma centena e meia de anos. E parece que eles não desmamam de cima de nós. E temos de ser submissos até quando?

Agora, muito recentemente, preocupada com a falta de alimento, com a insegurança alimentar, a Alemanha está autorizando que se mexa nas florestas dela, nas áreas que, em termos, estariam lá para garantir esse tal de não ter aquecimento global, de não sei o quê, bonitinho. Dizem que já há autorização para fazerem novas conversões de áreas, que estariam lá como uma segurança climática, que estariam lá como uma reserva legal, como uma unidade de conservação. Lá, na Europa, estão autorizando que se faça conversão dessas áreas para produção de alimentos. E, aqui no Brasil, nem o nosso Código Florestal, não estamos restritos a respeitar, Senador.

Então, nós temos que atender a soberania nacional. É vergonhoso o que essas *trades* fazem com o produtor rural brasileiro. Acredito que, como a Alemanha já deu passo inicial para isso e como já temos, fechando agora, dez anos da promulgação do Código Florestal, o 12.651, está na hora de revermos, sim, e usarmos mais o nosso território nacional.

Por mais tecnologia que usamos, por mais que aumentemos a produtividade, sabemos que não vai ser suficiente para suprir a demanda, que cresce com a população mundial. E não adianta você dizer: vamos deixar morrer de fome. Dos genocídios que houve neste mundo, houve muito mais morte por falta de alimento, que a história conta, do que houve nas guerras. Agora, estamos preocupados com a guerra da Ucrânia, com a guerra com a Rússia. É claro que temos que nos preocupar. Quem gostaria de guerra? Mas, se a Ucrânia não puder produzir nada – deve estar produzindo lá uns 80 milhões de toneladas –, isso já vai representar 3% a 4% do que se produz no mundo, será que vai muito mais gente morrer por falta de alimento que vai deixar de ser produzido na Ucrânia do que os que realmente estão morrendo lá pela guerra, pelos tiros, pelas bombas?

Então, acredito, Senador, que a Alemanha já deu o pontapé inicial para isso. E acho que nós temos todo o direito de fazer isso. Temos todo o direito. Nós temos um território, mais do que comprovado, com dois terços dele, hoje, na forma natural, como foi colocado ontem pelo Presidente Pacheco, na nossa reunião com eles, onde estava a FPA. Nós estávamos lá representando várias entidades que representam vários segmentos da nossa economia do Brasil.

Há que se rever essa situação. Vai haver uma guerra, vem ideologista, vem ambientalista, mas a gente tem que pensar que o alimento está caro hoje pela demanda que existe, pelo custo que tem de produção. Mas esse cidadão que está ganhando um salário, dois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

salários, três salários sabe o quanto está saindo do suor dele para poder garantir o feijão, garantir o arroz, uma lata de óleo, enfim, esse alimento. E isso é preocupante. E nós não podemos aceitar uma situação dessas.

Ontem, quando o Senador que substituiu a Kátia Abreu, por ela não estar bem, o Carlos Viana, citou os dados, os números, falou no percentual em que aumentou o fertilizante. Eu até o corrigi, dizendo: "Eu não sei de onde o senhor buscou esses números", mas, de um ano, um ano e pouco para cá, por exemplo, o potássio, eu tenho compra e estou com problema de recebimento, porque o cara comprou dentro da Bielorrússia, que também é embargada, não por tiro, não por guerra, nem por nada, mas pela prisão de um ex-Presidente da República de lá. Qual o motivo? Não cabe a nós aqui discutir, nem a ninguém. Eu acho que é coisa interna. Simplesmente a Otan boicotou qualquer carregamento, qualquer produto que saia da Bielorrússia, ou que entra na Bielorrússia. E a Bielorrússia depende dos portos da Lituânia, e virou esse exagero que está aí dos valores.

Eu tenho potássio comprado no final de 2020, a US$325 para entregar agora, e a empresa não consegue retirar. Comprou lá. E, se formos no mercado, cotei anteontem, US$1.400 essa mesma tonelada de potássio.

E daí? Como é que nós vamos fazer para colocar um feijão barato? Porque, queira ou não queira – não é, Bizão? –, uma coisa nova, o remineralizador, a gente depende do adubo químico. Acredito que a vida inteira, isso é uma coisa, Bizão, que não sai mais, é do mercado, mas você pode reduzir, você pode diminuir, você pode buscar várias alternativas. Então, não tem como. Você vai comprar um MAP, você vai pagar US$1.300, US$1.400, que sempre foi mais caro que o próprio KCL. O próprio adubo formulado, que eu paguei, já paguei, era para me entregarem, US$310; hoje está próximo a US$1 mil. Então, como você vai produzir alimentos baratos dessa forma? E vem aqui a OMC dizer que o Brasil precisa pegar...

Aí vêm essas grandes empresas e nos engessam através de moratórias, que isso é soberania nacional, isso não tem lei que protege uma empresa para dizer isso. A pedido de quem? Do europeu. Infelizmente, reelegeram o tal de Macron de novo, porque ele vai querer ficar enchendo o saco, batendo... Ele devia lá reflorestar, no mínimo, as beiras de rios deles, para mostrar a intenção, alguma coisa, não é, Minaré? Mas gosta de bater nos outros, gosta de falar, de explorar o mundo, a vida inteira. Agora que se buscou a emancipação da grande maioria dos países do mundo, saímos da colônia, mas eles não deixam de olhar para nós como ainda dependentes deles.

Isso o Brasil teria que rever, porque a balança comercial da França e do Brasil é muito grande, desproporcional. Se eu não estou enganado cinco ou seis vezes, mas nós importamos da França ainda, ao invés de vendermos para eles, e ficamos ouvindo as besteiras de um Presidente agora, ainda por azar, reeleito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem muita coisa assim... Os monopólios, como eu coloquei. É meia dúzia que vende fertilizantes, meia dúzia que vende defensivos, meia dúzia que compra a nossa produção. Somos reféns de todo lado. Tem que ter uma ação mais dura do próprio Ministério da Agricultura e do Governo Federal. Estamos cobrando isso muito forte.

O Bizão citou também a questão aqui – quero dizer, Bizão, sobre o seu conhecimento – da qualidade das coisas. Por exemplo, hoje se fala em soja de 100 sacas por hectare. Sabe-se que a média geral não saiu ainda dos 60, nem chegou nos 60. Dependendo do que acontece, são 55 sacas, nós já vimos serem 50 sacas. Há 25, 30 anos, já havia materiais com que se produziam 70 sacas. Só que produziam com 40% de proteína, 42%, 44%, não é, Bizão?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTONIO GALVAN – Eram 20%, 21% e 2% de óleo.

Hoje estão falando, e as média continuam iguais. Uma dificuldade imensa para atingir o mínimo que o mercado exige de proteína no farelo. Hoje se fala em soja de 100 sacas, mas com proteína de 30%, 32%, 33% no grão. O que se quer do grão de soja? O grão, porque é bonitinho? Ou você quer tirar de dentro do grão o que nós precisamos? E a pesquisa só quer fazer quantidade, quantidade e quantidade!

Eu culpo aqui, sim, o Ministério da Agricultura sobre esse assunto. Eles têm culpa, porque eles podem regulamentar para aceitar que uma variedade de soja vá para o mercado, atingindo um mínimo de proteína e um mínimo de óleo. E cai o óleo dentro desse grão de soja e caí a proteína. Já cobramos isso por diversas vezes do Ministério da Agricultura. Inclusive, nós vamos fazer isso oficialmente, não é, Fabrício? É o nosso Diretor-Executivo, porque nós vamos aceitar que fique até quando?

De que adianta você fazer grão se aquele grão está sumindo de dentro daquilo que você mais precisa que é a proteína e que é o óleo, Senador? Acredito que o Senado pode agir, através da própria Comissão, juntamente com o próprio ministério, porque a gente percebe, às vezes, nesses grandes monopólios, um domínio muito grande sobre isso e sobre o Ministério da Agricultura. A gente percebe isso, e a gente defende os enfrentamentos, não é, Minaré? Vocês percebem isso lá pela CNA também? E praticamente muito pouco foi feito sobre essa área. Então, nós temos que pegar apoio, Minaré, em todo o sentido, de todo lado, da própria CNA. Tem que se instalar qualquer variedade de soja, ou milho, ou qualquer produto que vire grão, que ele tenha um mínimo que ele tenha que atingir do que se pode ser extraído.

Você não come um grão de trigo só porque é trigo. Você come pelo que ele te fornece. Assim, é o milho. Agora, com a soja é escandaloso o que vem acontecendo. E a indústria e a pesquisa não querem saber. A pesquisa simplesmente: "Vamos empurrar grão, é grão, é grão!". E as placas que se enxergam, *outdoor* para todo lado. "A minha soja produziu 80 sacos." "A minha produziu 90, a outra produziu 75." E a proteína quanto é que está produzindo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmo naquele grão de soja? Quanto está produzindo de óleo? Então, nós temos que dar uma atenção muito especial sobre esse assunto.

Senador, acho que aqui é a Comissão correta para cobrar providências, sim, para nos ajudar a cobrar. O pessoal é muito gentil dentro do Ministério da Agricultura. Temos amizade com todo mundo, mas parece que o trem não anda e não flui. O porquê a gente não sabe, não sabe! Porque quem domina a semente hoje dá para dizer que são duas ou três empresas no mundo, que são obtentores dela e a grande maioria é multiplicador.

E a Embrapa tem um desafio grande que nós colocamos para o Sebastião Pedro aqui também. Eu posso dizer que é vergonhoso o *market share* da Embrapa hoje, porque ela dominava isso 30 anos atrás. De repente, deu uma decadência tão grande. Temos a Embrapa Soja, em Londrina, mas, sinceramente, tenho crítica a fazer, sim, sobre ela. E hoje temos uma parceria grande aqui com a Embrapa Cerrados para nós simplesmente começarmos a mudar essa história.

A Embrapa tem obrigação de aumentar o *market share* dela, e muito, num país extremamente produtor, Sebastião. Isso é uma missão. Fizemos essa parceria. Agora, tem que trabalhar também com materiais onde a gente tenha opção de ficar livre desses *royalties*, que são outra vergonha, porque, da forma como estão nos cobrando e os implantando na marra, Senador, na marra, a forma política dessas multinacionais, ou você compra, ou você compra, porque eles vão tirando tudo do mercado. Essa foi uma das críticas, Sebastião, que a gente fez muito na Embrapa Soja de Londrina, é que eles seguem a doutrina dessas multinacionais e não fazem, por ser uma empresa hoje financiada com recursos públicos, nossos impostos, onde você tem a alternativa...

O que faz produzir um grão não é a biotecnologia colocada lá dentro – o Sebastião é prova disso, qualquer pesquisador –, e, sim, o que você tem na genética daquele grão. Agora, ela foi junto, ela está junto, não pode. Então, nós temos que voltar com a pesquisa muito da própria Embrapa, em cima de sojas convencionais, são nichos de mercado e manter até hoje uma proteína mais alta, um óleo mais alto. Soja que tenha tecnologia RR, que é livre de *royalty* hoje, foi a grande revolução, e com isso concordo plenamente, que biotecnologia foi a grande revolução, com a resistência ao glifosato. Nós tínhamos problemas sérios de fazer o controle de ervas daninhas, no decorrer das produções, principalmente no sul do Brasil, que foi quando ela surgiu, solos mais antigos; hoje temos esse problema também em Mato Grosso e está no Brasil inteiro, o controle de ervas daninhas.

Então, eu quero deixar aqui e pedir esse apoio, sim, Senador Acir, para a gente voltar a buscar essa parceria que fizemos aí com a Embrapa Cerrados – hoje o Sebastião tem o *status* de chefe lá dentro; eu falei lá que ele é o diretor hoje dessa unidade, mas, se eles tratam assim, eu acho que assim tem que ser respeitado –, e voltar a ter mais oferta de sementes e de grãos que sejam livres dessa biotecnologia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero falar, como eu coloquei na outra reunião, dessa porcaria desse produto chamado Dicamba, que hoje estão enfiando goela abaixo do produtor. Ele vai trazer guerra entre produtores, vai trazer morte entre produtores por conta da volatilidade dele e vai acabar, sim, com as nossas fruteiras: vai acabar com a produção de morango, vai acabar com a produção de uva, vai acabar com tudo. Esse é um produto extremamente volátil, foi banido do mercado há mais de 50 anos aqui no Brasil. Hoje o inseriram dentro do gene também para ter resistência, para empurrá-lo na marra, e o produtor tem que ir nessa marra. Nós não podemos aceitar. Você lembra bem o que falei na outra audiência sobre esse assunto também.

E só um alerta quanto à questão aqui dos remineralizadores. Por mais que tenha sido bem colocado aqui pelo Bizão, tem que se cuidar com certas jazidas. Tem muita gente vendendo lebre e entregando gato, e gato bem feio. Não é toda jazida que produz esse remineralizador que atinge os mínimos hoje já legislados pelo próprio Ministério da Agricultura.

E o que preocupa muito também e é outra coisa aqui para dizer é que até hoje, Bizão, nós só estamos fazendo aproveitamento das rochas de onde se extrai a pedra brita. Acho que não existe hoje uma mineradora ainda específica para fazer só o pó de rocha, não é?

O SR. ANTÔNIO ALEXANDRE BIZÃO (Para expor.) – E o problema que eu enfrento hoje é que eu falo assim para os produtores de equipamentos: qual a contribuição que os senhores já deram para esse processo? Ninguém mudou uma arruela de lugar. Todos os produtores de equipamentos só estão pegando e empurrando também os equipamentos goela abaixo, e a gente sabe que eles não têm a eficiência, eles não são capazes de produzir o que a gente precisa. Então, a gente tem encontrado muito... Eu tenho queda de braço com algumas empresas produtoras de equipamentos que querem que eu mude a granulometria para eles poderem vender o equipamento.

Então, com o estudo que nós fizemos ao longo desse tempo, de que participou toda a sociedade científica do Ministério de Minas e Energia e do Serviço Geológico do Brasil, chegamos à conclusão de que para um pó de rocha funcionar, se for uma rocha ígnea, 80% têm que ser passante na granulometria de 0,3mm, e os fabricantes de equipamentos buscam a legislação do calcário, que é uma rocha sedimentar, e querem empurrar goela abaixo nossa um equipamento que produz de 0,2mm para baixo! Então, o equipamento que eles querem empurrar serve para a produção de rocha sedimentar. E a rodovia? Na hora em que eu vou fazer uma rodovia ou uma fundação de prédio, eu uso uma rocha sedimentar ou eu uso uma rocha silicática? Eu não uso a sedimentar, eu uso a silicática. Então, por que eles insistem em fazer com que se use para a rocha silicática a mesma regulamentação da rocha sedimentar, que é o calcário? É um negócio que eles sabem. Então, eles querem empurrar goela abaixo.

Às vezes, a gente é mal visto, é mal entendido e é tido como boicotador do processo, por quê? Quem faz o pó de rocha silicática funcionar é a granulometria de moagem. Se eu não tiver 80% de granulometria, não funciona. E o vendedor de equipamento quer que agora nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mudemos a regra do jogo para aceitar um pó de rocha que tenha uma grande quantidade de produto da fração areia, que não funciona.

O SR. ANTONIO GALVAN – Quer dizer que, na verdade, eles não estão levando em consideração a pesquisa, porque onde ela atinge o potencial de produção, porque ela tem que dissolver, seria no tamanho da granulometria. Então, vejam o absurdo disso.

Obrigado, Bizão.

Mas eu quero dizer que, realmente, o que também inibe um pouco hoje é ter jazidas próximas, por conta do frete. Hoje, ficou muito caro o frete, o combustível é caro. Então, tem que se buscar alternativa, ele tem que estar próximo, com certeza absoluta.

A gente tem muita coisa acontecendo no campo, tem pesquisador junto, mas eu sempre falei: o verdadeiro pesquisador é aquele que vai colocar, na prática, o que chegou até ele. Vai funcionar? É igual a um carro. Pode fazer o teste que você quiser nas pistas deles, lá na indústria, mas, realmente, na hora em que ele cair na mão daquele que sabe dirigir bem, daquele cuidadoso ou daquele que atropela, aí começa a se diferenciar um do outro, e assim são os próprios produtos.

O SR. ANTÔNIO ALEXANDRE BIZÃO – Galvan, eu gostei de que você tenha dito isso aí. (*Fora do microfone.*)

E digo para o Senador que nós precisamos ter normas, nós precisamos ter regras, nós precisamos ter parâmetros definidos, mas qualquer um de nós, em sã consciência, que seja o consumidor da ponta da linha, que seja o minerador, que seja o agricultor, nós compramos porcaria só uma vez.

O SR. ANTONIO GALVAN – Você sai fora.

O SR. ANTÔNIO ALEXANDRE BIZÃO – O próprio mercado é soberano. Então, a gente tem que ter normas, preceitos e regras que evitem que a pessoa sofra o dano da primeira experiência, porque só se compra uma vez.

Acontece que, na agricultura, se eu comprar um produto que vai dar errado só uma vez, ele pode me tirar da atividade.

O SR. ANTONIO GALVAN – Com certeza, Bizão.

O SR. ANTÔNIO ALEXANDRE BIZÃO – Esse é o problema que a gente enfrenta, sabe?

O SR. ANTONIO GALVAN – Com certeza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para encerrar, já alongamos bastante... Se eu usar todo o tempo que o Bizão usou... Mas também foi uma aula, não é? Foi uma aula, com certeza. Acho que valeu a pena, sim, a gente saber que o que ele está falando e colocando tem fundamento, com certeza absoluta.

Agora, isso tudo que foi colocado também é um projeto que está aqui na Casa, Senador, a questão da produção *on farm* dos biológicos. Todo mundo sabe, como foi colocado muito bem pelo Bizão, que você tem que reativar a questão biológica hoje da terra, porque ela consumiu muito com esses produtos químicos. Então, tem que se reestruturar o solo. O nosso solo hoje... Você pode buscar a própria bactéria que você tem na lateral da sua área, seja numa beira de um córrego que está no meio da mata, nas nossas reservas legais, para você multiplicar no nível de fazenda *on farm*.

Estão aqui dentro do Congresso também as grandes multinacionais, que gostam de vender só os químicos, estão aqui batendo o contrário, porque se deu direito ao produtor.

Porque esses remineralizadores aqui só vão funcionar na parceria com esses biológicos; caso contrário, esse biológico é que vai fazer, fomentar ainda. Essa rocha, além de ser moída bem fininha, tem que ter o processo biológico dentro disso, a proteção do solo, para poder isso funcionar.

Então, a Casa tem que ficar atenta a isso aí – isso está aqui para ser aprovado também e nós estamos em cima disso aí – se nós pensamos em ter uma população com alimento mais em conta, um pouco mais barato, e trazer de volta esse custo, porque, para quem ganha esses níveis de salário que eu citei, o alimento é caro. Agora, para quem tem 20, 30 salários mínimos, que os ganha mensalmente, com certeza, o alimento não é caro. Mas a grande massa tem abaixo de três salários mínimos o seu salário, no nível de Brasil, e eu acredito que para a maioria dos países do mundo também isso fica caro.

O SR. ANTÔNIO ALEXANDRE BIZÃO – Galvan, só para te colocar uma coisa. Eu tenho uma apresentação...

O SR. ANTONIO GALVAN – Para todos está colocando. Tem bastante gente nos vendo.

O SR. ANTÔNIO ALEXANDRE BIZÃO – Está certo. Para a gente colocar isso aí.

Então, tem um eslaide que eu mostro muito nas minhas apresentações, que o Sebastião Pedro já teve oportunidade de ver e que é uma fotografia de Marte. O que tem lá em Marte? Lá em Marte tem um pó de rocha maravilhoso. Vocês precisam ver que coisa linda o pó de rocha que tem lá em Marte! Por que em Marte não tem solo? Porque não tem água. Se não tem água, não tem vida. Então, quem faz rocha virar solo não é só química e não é só física, como nossos professores ensinam na escola de agronomia. Quem faz uma rocha virar solo é a vida. É isso que às vezes a sociedade perdeu, essa sintonia. Então, solo é consequência de um processo vivo. A pedosfera é um processo vivo. Não adianta eu ter só a litosfera, ter a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atmosfera, ter a hidrosfera, porque, se não entrar a biosfera, a vida não tem jeito de ter solo. Isso é um conceito básico que teria que ser ensinado para o menino lá no grupo do primário.

Então, só para a gente estar atento a essa posição.

O SR. ANTONIO GALVAN – Você vê, Senador, que do que era para ser solução a turma consegue fazer problema. Nós temos aqui um país que tem um solo com uma aptidão muito grande para produzir; nós temos as pessoas que têm a vocação para fazer a produção; nós temos o nosso país que podemos dizer que tem, em grande parte, um clima bom – uma parte tem um clima muito bom e uma parte tem um clima ótimo –, e fazemos duas safras, quando não fazemos três no mesmo período chuvoso. Isso é que deveria ser a solução e deveria ser aplaudido pelo mundo, a otimização do uso do solo. Mas encontramos os europeus nos batendo, os norte-americanos nos batendo porque nós somos concorrentes na produção de comida. Gente, alimento... Se existe uma coisa primordial... Toda função econômica tem sua utilidade. O borracheiro, se furar o pneu e não tiver o cara que conserte, quem vai fazer? Mas a produção do alimento, a industrialização do alimento, a distribuição do alimento, o alimento propriamente dito... Não existe mais nenhuma outra função se não existir essa primeira aqui, o que sustenta o ser humano.

Então, o que era para todo o mundo, para o planeta agradecer por ter um país, e temos outras partes do mundo também que conseguem produzir... Infelizmente, a África teria um clima semelhante ao nosso, mas tem muitos problemas étnicos, e é mais difícil de trabalhar lá... Coisa que não tem no Hemisfério Norte: eles nos invejam e tentam nos boicotar, quando para a sobrevivência do ser humano a solução é a produção de alimentos – ao menos é isso, e eu não sei se vai ter de outro tipo...

Então, você veja que já se fazem duas safras ou até três no ano, e em 100% do Brasil dá para fazer isso, porque lá no Sul não se faz o milho e a soja, mas se faz o trigo, faz a cevada, você tem outras opções que pode fazer, onde o clima é mais quente. Em boa parte do Paraná, você faz a soja e faz o milho, que são as duas culturas principais. Em Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul... Até no Matopiba, onde não se produzia nada, vendo as safras... Eu até fui lá e brinquei, na nossa abertura de colheita da soja que a gente faz oficialmente todo ano, dizendo que este ano parece que pegaram o Rio Grande do Sul e levaram, o clima lá do Rio Grande do Sul do Brasil, lá para o Matopiba, e trouxeram o clima do Matopiba e levaram lá para o sul do Brasil, fizeram uma inversão. Vinte, trinta anos atrás, quem falaria que o Piauí colheria soja? Uma das melhores safras de soja da história. Todo mundo com a boca por aqui assim, aberta. A Bahia, o Maranhão, o Tocantins, quem falaria isso há pouco tempo?

Em vez de termos isso como uma solução de um problema que está iminente, que é a falta de alimentos, com ele caro, por vários fatores, os insumos muito caros, combustível caro, tudo o que você precisa, o mundo vem aqui incomodar, achando que não pode fazer porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso ou porque aquilo, só porque você vai concorrer. Eles olham só para o econômico. E não se vê isso como a nossa sobrevivência, mas nós temos que olhar porque o alimento é primordial em qualquer lugar, em qualquer ponto, e é a atividade principal que se tem.

E olha que nós apanhamos no campo: tudo que tem de mazela, tudo que é ruim acontece no campo. Na cidade, o rio pode estar podre, ele entra bonitinho, dá até para beber água, sai pelo outro lado podre. Mas é lá no campo que há contaminação, é lá no campo que há os problemas todos, e é lá do campo que sai a solução para tudo.

E ninguém enxerga, não se ouve praticamente falar – eu falei aqui na outra audiência também, só para relembrar –, que tudo que vai para o campo é produzido na cidade. Você extrai do campo, leva para a cidade, transforma e vai para o campo de novo, porque você precisa do aço para fazer a máquina, você precisa de um minério para fazer o próprio fertilizante; mas você leva para a indústria dentro da cidade, transforma tudo e leva para o campo. E, aí, nós fazemos a nossa safra, a produzimos, e volta para a cidade de novo para industrializar.

Então, os empregos que a gente gera na cidade, pela produção do campo, ninguém quer saber: "Não, o campo não tem emprego, o campo não produz, não produz nada, o campo não paga imposto". Gente, tudo o que você jogar em cima da cadeia, principalmente de alimentos, teria que ter proibição de cobrar qualquer tipo de imposto! – e eles querem taxar.

Lá, no Mato Grosso, a toda hora, tem uns loucos lá de uns Deputados, principalmente da oposição, que falam que o agronegócio não paga nada, não paga... Como coisa que isso tudo não vai lá para a gôndola do supermercado ou não vai lá para a revenda de automóveis, não vai para a revenda de máquinas. Todo imposto vai, e quem vai pagar é o consumidor final. No primeiro momento sou eu, no segundo momento vai lá e é a indústria, no terceiro momento é o varejo, é o mercado, mas ele vai embutido naquele produto que você vai consumir, todo ele em cima do consumidor final.

Então, tem que cuidar muito porque tem gente que quer iludir o urbano, principalmente porque o cara não paga nada de imposto e acha que o imposto vai solucionar o problema da saúde, o imposto vai solucionar o problema da estrada. Vai, mas o problema que soluciona mesmo é quando não metem a mão no meio do caminho e levam para outros fins e não aquele ao qual foi destinado.

Então, quero agradecer aqui, Senador, mais uma vez. Sei que alongamos um pouco o tempo, mas eu acho que foi uma aula aqui de todo mundo o que se falou, o próprio Minaré. Mas, para você, Bizão, eu vou tirar o chapéu mais uma vez: alongou-se, sei que o tempo é caro, mas o seu conhecimento, Bizão, inveja qualquer pessoa.

Obrigado a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Galvan, pelas suas colocações.

De fato, em nossas audiências públicas, nós procuramos deixar o tempo livre e aberto, Galvan, para que as pessoas possam dar a sua opinião e transpor para todos nós os seus conhecimentos. Nós convidamos os senhores para participar exatamente para poderem falar, para poderem contar para nós, para toda a população que nos assiste – e nós estamos ainda ao vivo na TV Senado, para todo o Brasil. Então, foi uma audiência pública muito importante, esclarecedora.

Eu tenho aqui algumas questões colocadas pelos nossos internautas. Todas já foram respondidas, mas eu faço questão de nominar as pessoas que nos mandaram os seus questionamentos para que continuem sempre participando da nossa audiência pública.

A Juliane Rocha, de São Paulo, diz o seguinte: "O que são remineralizadores?". É claro que já foi respondida, mas é importante a Juliane Rocha fazer a sua colocação porque ela não tem o conhecimento, assim como muitas pessoas não o têm.

A Emelly Santos, de Sergipe, diz o seguinte: "Quais são as causas para essa utilização como alternativa?". Também já foi respondida.

O Braian Oliveira, de Santa Catarina: "Quais são as vantagens dos remineralizadores?". Também já foi respondida.

O Guilherme Cézar, da Bahia: "Existem impactos negativos que são causados pelos remineralizadores? Se sim, como evitá-los?".

A Sabrina Reis, do Rio de Janeiro: "Como seria o uso dos remineralizadores nos solos?". Também já foi respondida.

Eu agradeço a todos pelas suas colocações, e é importante a sua participação.

Eu passo a palavra ao Sebastião Pedro para fazer as suas considerações finais e também, se tiver algum assunto mais que queira colocar, por gentileza, fique totalmente à vontade, Sebastião.

O SR. SEBASTIÃO PEDRO DA SILVA (Para expor.) – Senador Acir Gurgacz, só quero agradecer a oportunidade de falar aqui em nome da Embrapa, trazer a contribuição da empresa, uma empresa pública que tem como missão a geração de soluções tecnológicas para a sociedade, especificamente para o agro brasileiro.

Acho que foi uma sessão muito esclarecedora, como o senhor mesmo falou. Nós temos aí uma missão muito boa, porque é uma solução tecnológica praticamente com aspectos positivos na sua integralidade. É uma solução regional, é uma solução nacional e é sustentável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu só tenho a agradecer e ficamos à disposição. Nossa empresa está de portas abertas não só para o setor produtivo, que é o nosso cliente, mas também aqui para os Parlamentares que buscam construir um Brasil melhor e sustentável.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Obrigado, Sebastião Pedro.

Nós aqui, nesta Comissão principalmente, temos trabalhado muito para dar suporte financeiro para a Embrapa. Todo ano nós colocamos aqui uma emenda de bancada para a Embrapa, Galvan, porque nós todos sabemos da importância que tem a Embrapa para toda a produção de alimentos do nosso país. Seja soja, sejam frutas, seja pecuária, seja o que for, a Embrapa é fundamental.

Então, tenha sempre a certeza de que aqui nesta Comissão nós somos os defensores, e não só na Comissão, mas no Plenário do Senado Federal também e acredito que na Câmara dos Deputados também. Todos sabemos da importância que tem a Embrapa para o nosso país.

Minaré, para suas considerações finais, mais uma vez agradecendo a presença da CNA conosco.

O SR. REGINALDO LOPES MINARÉ (Para expor.) – Bem, quero agradecer aqui a troca de conhecimentos, que é sempre muita rica neste ambiente. Então, é muito interessante ter esse tipo de trabalho realizado pela Comissão, Senador. Parabéns pela iniciativa, pela condução do trabalho!

E quero fazer uma observação – o Sr. Bizão tocou, o Galvan também – nessa questão. O professor falou: "Quando o insumo não dá certo, a culpa é do agricultor". É uma situação curiosa aí. Nós temos uma interpretação do STJ de que o agricultor, ao comprar insumos, não é consumidor final, principalmente quando compra uma semente, um fertilizante, um defensivo. Essa é uma interpretação, a meu ver, porque a minha área de atuação, a minha área de estudo é o Direito, é uma interpretação muito equivocada do STJ.

A lei, o Código do Consumidor não é muito claro, mas a interpretação destoa do que deveria ser uma interpretação mais robusta e abrangente. Por quê? Quando o agricultor não é considerado um consumidor daquele insumo, ele é que tem o ônus de demonstrar que aquele insumo que ele comprou não está funcionando. Por exemplo, em uma planta geneticamente modificada ou um fertilizante que ele comprou e não funcionou, um pesticida, ele tem que contratar alguém para fazer esse estudo para demonstrar... Ou seja, o poder de uma multinacional, que hoje, nesses três segmentos, principalmente fertilizantes, sementes e pesticidas, é um oligopólio – não é? –, nós temos um desenho de oligopólio... Então, o poder

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de um agricultor perante um oligopólio desse, essas grandes empresas que compõem esse oligopólio, é muito desproporcional.

Então talvez uma correção, uma redação mais clara no Código de Defesa do Consumidor para deixar claro que o agricultor, ao comprar esses insumos, é, sim, consumidor, porque depois dele, esse insumo não existe mais, virou alimento.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. REGINALDO LOPES MINARÉ – Ele é o final da cadeia desses insumos. Então isso faria um bem danado, porque mudaria. Quando o agricultor é considerado um consumidor, o ônus de demonstrar que aquele insumo que foi vendido ao agricultor repassa para a empresa. Ela é que tem que demonstrar que ele funcionou, e não o agricultor fazer o contrário. Por exemplo, nessa área de pesticida, nessa área de sementes geneticamente modificadas, para você demonstrar, o volume de dinheiro que você vai usar é muito grande. Talvez o agricultor até desista, fale: "Eu não vou gastar isso aqui, porque depois, se eu ganhar, eu vou até me ressarcir, mas, se eu não ganhar, é uma grana que eu vou deixar". Então, eu acredito que essa correção no Código de Defesa do Consumidor é muito importante para colocar nos trilhos, porque se o agricultor...

Hoje o satélite é uma ferramenta agrícola, não é? É quase como um trator. E, se o agricultor comprar, por exemplo, do Elon Musk, que está vendendo uma boa internet aí, que pega em qualquer lugar e tal, se o agricultor usar essa internet na produção, ele vai ser um consumidor ou não desse insumo que o Elon Musk está vendendo? É claro que ele é um consumidor, não é? Não dá para diferenciar: na casa do agricultor, ele usa para ver a TV Senado, então ele é consumidor da internet do Elon Musk; mas, em relação à internet que o trator ou a colheitadeira do agricultor ou o *drone* utiliza, ali ele não é consumidor, porque ali é um insumo para a produção agrícola.

Então essa interpretação do STJ me parece que destoa muito da nossa realidade. E essa seria uma mudança normativa importante, porque aí impediria de haver interpretações nesse sentido.

E outro ponto: o Galvan falou da produção solo e não vinculada a uma mineração já existente, da produção de pó de rocha. É desenho de modelo de negócio, porque é um desenho de modelo de negócio que é regional e precisa dar lucro, ou seja, naquele lugar eu tenho cliente suficiente para manter esse negócio lucrativo? Se tem, ótimo.

Por fim, quero ressaltar, mais uma vez, essa necessidade de mudança de cultura não só do agricultor, mas dos especialistas na área de agronomia, porque é muito importante. O agricultor é, geralmente, um cidadão ocupado. Para ele mudar um hábito ou incluir alguma tarefa a mais dentro do seu modelo de negócio, ele precisa ter essa visão de que vai ter lucro com isso, que isso vai melhorar a sua situação. E, às vezes, até ele descobrir, por si só, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

difícil. Mas, tendo um grupo de técnicos bem formados e dispostos a abraçar essas novas formas de fazer agricultura, isso certamente melhorará muito a introdução de novas tecnologias, de novos processos, colocando o solo dentro desse tripé da revolução verde, que tem máquinas agrícolas, pesticidas químicos, sementes melhoradas e fertilizantes químicos. Acho que tudo isso é colocar o solo dentro desse pacote da revolução verde. E aí, ao colocar o solo – porque é preciso ter um bom solo –, que é o capital do agricultor... O agricultor que enxerga que ter um bom solo é o melhor capital que ele tem, que ele deixa para os filhos vai ser um grande produtor e por longa data.

Sou um entusiasta dessas novas tecnologias. Quanto mais ferramentas o agricultor tiver – essa é a linha que nós defendemos na CNA –, quanto mais tecnologias que o agricultor tiver à disposição para montar um modelo de negócio dele melhor, melhor para o agricultor, melhor para a sociedade, melhor para o país. Você cria, naturalmente, uma redução do poder desses oligopólios. Oligopólio é uma distorção do mercado. Se ele, por si só, não é uma distorção do mercado, ele tem um poder muito grande de distorcer o mercado.

Era isso, Senador.

Muito obrigado. Grato.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Minaré.

Com relação à melhoria da relação do nosso consumidor final, eu vi que você já tem isso bem claro na sua mente. Se você puder nos dar uma sugestão sobre o que fazer e como fazer, eu ficaria grato.

O SR. REGINALDO LOPES MINARÉ – Enviaremos ao gabinete de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Por gentileza. Obrigado.

Bizão, para as suas considerações finais, lembrando que eu vou fazer uma compilação desta audiência pública de hoje e vou enviar para todas as faculdades, universidades, centros universitários do Brasil inteiro, para que a gente possa aumentar esse exército defendendo a remineralização.

O SR. ANTÔNIO ALEXANDRE BIZÃO (Para expor.) – Muito bem.

Eu penso que a gente poderia fechar isso aqui, o tamanho do nosso comprometimento com essa coisa, porque não adianta termos pessoas só envolvidas com a situação; nós precisamos de pessoas comprometidas. E nada melhor para fechar aqui este nosso primeiro encontro, que eu espero que seja o primeiro de muitos, buscando... O que o Einstein fez, gente? O Einstein criou a Teoria da Relatividade. Mas pouca gente sabe que o Einstein

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escreveu que das atividades humanas modernas a mais importante é a agricultura. O Einstein? Até o Einstein enxergou isso. Às vezes, as pessoas, por terem a mesa farta, não veem a evidência que existe por atrás dessa coisa.

Estamos aqui. No que a gente puder contribuir, a gente está disposto a contribuir, Senador.

E, mais uma vez, quero lhe agradecer, porque, há poucos dias, a gente era um exército de um homem só e a gente era motivo de *bullying* por querer transformar pedra em alimento. Mas a natureza sempre fez isso, sempre transformou pedra em alimento.

Meu muito obrigado pelo seu posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Prof. Bizão.

Galvan, para as suas considerações finais, mais uma vez, agradecendo a sua presença junto conosco, dando mais energia e sabedoria para as nossas audiências públicas.

O SR. ANTONIO GALVAN (Para expor.) – Para complementar o que o Bizão falou aí do Einstein – não é, Bizão? –, qual foi a maior descoberta que o ser humano fez na existência dele? Foi quando ele conseguiu descobrir que podia produzir o próprio alimento sem se locomover de casa, porque, antes, eram todos nômades. Ele ia caçar num canto, ia pescar no outro, porque ele sabia que havia as temporadas, mas ele não sabia que podia plantar, que podia cultivar, que podia criar. Aí, quando ele descobriu que podia fazer tudo isso, veio a revolução.

Então, por isso que, com certeza, a gente discute sobre o alimento, a gente apanha muito para produzir esse alimento, porque todo mundo, quando vende... E sabe que os grandes culpados disso são as grandes mídias, principalmente, que vendem que parece que um desmatamento é a destruição do planeta, e, na verdade, é a solução das pessoas que aqui estão. Logicamente que para tudo tem...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Limite.

O SR. ANTONIO GALVAN – ... a sua moderação.

O que o Minaré colocou aí, realmente, Minaré, bem lembrado por você – e tinha frisado aí, primeiro, o Bizão –, que foi um dos assuntos até por que eu passei batido, eu não ia falar com prioridade – como você falou, a tua especialidade é advocacia; a minha é de produtor rural, hoje, representante de classe –, que é vergonhoso dizer, e a gente já viu essa situação, que, por eu comprar e consumir lá na fazenda, eu não seja consumidor. Isso é vergonhoso!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fertilizante, você jogou lá no solo, ele desmancha. Ou tu o juntas de novo, Bizão? Você tem que comprar outro. Você tem que... Qualquer coisa lá, ou defensivo, ou pesticida, você tem que comprar outro, porque aquele que você usou fez o efeito e sumiu. A semente, você não é vendedor de semente. Você é vendedor, depois do resultado dela, de um produto comercial. Até não vou dizer nada. Se o cara for sementeiro, que for vender, o sementeiro, se ele quiser se classificar nesse sentido, é porque ele está multiplicando para frente e vai vender. Mas, para mim, que sou consumidor final, sou produtor comercial, eu não vou mais fazer daquela semente outra semente. Como é que vai me tratar na mesma igualdade e dizer isso? É uma realidade que foi bem lembrada aqui. E, nisso, temos que trabalhar, sim, em conjunto, no que depender da Aprosoja, fazer com que o STJ mude essa interpretação, ou vamos mudar a lei aqui, a lei do consumidor. A melhor coisa a se dizer. Se você não repassou o produto para a frente, você não tem por que não ser consumidor dele.

E quero agradecer, mais uma vez.

Estamos sempre à disposição, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Galvan.

E, em definitivo, é melhor mudar a lei, porque aí o Judiciário interpreta a lei e executa a lei. Vamos trabalhar, vamos fazer...

Eu vou aguardar o Minaré me mandar essa minuta e já a transformaremos em projeto de lei e vamos sair por aí, dentro do Senado, para a sua aprovação e, consequentemente, na Câmara dos Deputados também.

Então, eu agradeço, mais uma vez, a presença dos senhores nesta audiência pública.

Antes de terminar, eu preciso colocar em votação um requerimento de autoria do Senador Carlos Heinze.

2ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 9, DE 2022

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Ciclo de Palestras e Debates, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA - do Senado Federal, no dia 6 de maio do corrente ano, sexta-feira, a partir das 14 horas, durante a 23ª edição da Fenasoja, que se realizará na cidade de Santa Rosa, estado do Rio Grande do Sul, entre os dias 28 de abril a 8 de maio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O evento tem por objetivo debater a grave estiagem que atingiu os estados do Sul, com destaque para os prejuízos causados aos produtores rurais do Rio Grande do Sul. Também constará na pauta o projeto de lei 1.282/19, de minha autoria, que dispõe sobre a construção de reservatórios d'água em Áreas de Proteção Permanente – APP. Por fim, também serão apresentadas alternativas para irrigação.

Sugiro que sejam convidados a representação dos seguintes órgãos, entidades e especialistas, entre outras que possam ser indicadas por este plenário:

1. Representação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

2. Comissão de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados;

3. Comissão de Agricultura, Pecuária, Pesca e Cooperativismo da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul;

4. Representação do Instituto Espinhaço;

5. Representação da empresa Fockink Sistema de Irrigação, de Panambi/RS;

6. Claudio Oliveira – diretor da Hidrogeo Poços Artesianos;

7. Geólogo Rogério Ortiz Porto.

8. Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul – Farsul;

9. Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul - Fetag/RS;

10. Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado do Rio Grande do Sul (FecoAgro/RS)

11. Federação das Associações de Arrozeiros do Rio Grande do Sul – Federarroz;

12. Associação dos Produtores de Soja do Rio Grande do Sul – Aprosoja/RS;

13. Associação Brasileira de Proteína Animal – ABPA;

14. Associação das Empresas Cerealistas do Rio Grande do Sul – Acergs;

15. Representação do Ministério Público Federal – MPF.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

16. Representação do Ministério Público Estadual – MPE.

Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)

As Sras. e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agradeço mais uma vez aqui a participação do Rogério Vian, do Reginaldo Lopes Minaré, do Sebastião Pedro da Silva, do Antonio Galvan, do Antônio Alexandre Bizão e também das demais Senadoras e Senadores que participaram desta audiência pública.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a nossa sessão.

(Iniciada às 8 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 21 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às oito horas e quatro minutos do dia cinco de maio de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Luis Carlos Heinze, Rose de Freitas, Esperidião Amin, Soraya Thronicke, Roberto Rocha, Rodrigo Cunha, Carlos Fávaro e Wellington Fagundes, e ainda dos Senadores não membros Mecias de Jesus e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 6033, de 2019 - Não Terminativo - que: "Institui incentivos fiscais para operações com produtos sem lactose e produtos orgânicos." Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). Relatoria: Senadora Soraya Thronicke. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3475, de 2021 - Não Terminativo - que: "Autoriza a liquidação ou o parcelamento de dívidas de produtores rurais administradas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e dá outras providências." Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). Relatoria: Senador Carlos Fávaro. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 14, de 2022 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares para mitigar os impactos socioeconômicos da seca e das enchentes que incidem sobre o país desde o ano de 2021, e dá outras providências." Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Fabiano Contarato (PT/ES), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA). Relatoria: Senador Rodrigo Cunha. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2374, de 2020 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para prever a compensação em dobro de déficit de Reserva Legal." Autoria: Senador Irajá (PSD/TO). Relatoria: Senadora Soraya Thronicke. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 10, de 2022 que: "Requeiro, em aditamento ao Requerimento nº 10, de 2021 – CRA, a realização de Audiência Pública para avaliar a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), com a presença dos seguintes convidados:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Representante da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO - Brasil); Representante de Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional; • Representante da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan)." Autoria: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO). Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quatro minutos. Usam da palavra a Senadora Soraya Thronicke e os Senadores Carlos Fávaro, Mecias de Jesus, Rodrigo Cunha e o Senador Acir Gurgacz Presidente da Comissão Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR ACIR GURGACZ

Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/05/05

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião está destinada à deliberação de três itens não terminativos e um item terminativo, conforme pauta previamente divulgada.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos – nós aguardamos ainda o quórum para começarmos a deliberar –, faço alguns comentários com relação às questões do agronegócio brasileiro, que tem crescido ano a ano. Todo ano nós estamos batendo recorde de produção tanto de carne quanto de grãos, e o grande problema é o escoamento dessa produção. Nós precisamos da infraestrutura para isso, para que nós possamos ter não apenas um produto competitivo para exportação, mas nós possamos trazer para a mesa da população brasileira alimentos de qualidade, como estão sendo produzidos, mas com preços acessíveis. E a infraestrutura tem um papel importantíssimo para que a gente possa tornar o produto brasileiro competitivo e com um preço mais justo para a mesa da população brasileira.

O Ministério de Infraestrutura divulgou no ano passado que as rodovias federais públicas terão, neste ano de 2022, menos da metade dos investimentos de que necessitam para serviços de manutenção e adequação de trechos. O que se prevê até o final deste ano é que esse montante chegue, no máximo, a R$6 bilhões, incluindo os incrementos feitos pelo Congresso Nacional, já que o Orçamento oficialmente prevê apenas R$4,2 bilhões de investimentos nas rodovias federais públicas. É o pior cenário dos últimos 17 anos.

Os dados históricos analisados pela CNI mostram que a demanda por investimento nas principais rodovias públicas foi de R$11 bilhões e R$12 bilhões nos anos de 2019 e 2020, respectivamente. O valor efetivamente executado, porém, ficou em R$7,4 bilhões do Orçamento. Se considerado o que está previsto no Orçamento para 2022, a conclusão é de que os gastos giram em torno de apenas 10% do que já foi injetado pelo Governo nas estradas federais em 2010, quando as rodovias federais receberam o equivalente a R$41,3 bilhões em valores corrigidos pela inflação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Dnit, a ordem é se concentrar em manutenção básica e apenas em situações extremamente necessárias.

É por esse motivo, meus amigos, minhas amigas, que em Cacoal, na nossa Rondônia, o projeto de contorno viário da cidade ainda não saiu do papel. Estamos trabalhando há muito tempo para viabilizar essa obra. Assumi o compromisso com a população de Cacoal de colocar no Orçamento da União um valor para iniciarmos essa obra. E está no Orçamento da União aproximadamente R$18 milhões para dar início ao contorno e ao anel viário da cidade de Cacoal; é uma obra importantíssima. Hoje a BR-364 passa no centro da cidade de Cacoal. A rodovia não suporta mais o trânsito pesado junto com o trânsito da cidade, e o Governo ainda não elaborou o projeto para que a gente possa ver essa obra sendo construída. E é uma preocupação grande nossa de que possamos perder esse recurso se não tiver a licitação até o final deste ano.

É uma emenda impositiva, é uma emenda que está à disposição do Dnit, mas não saiu do papel o anteprojeto ainda. Por várias vezes nos reunimos com o Ministério de Infraestrutura, com o Diretor-Geral do Dnit e eles sempre pediram para que os Parlamentares colocassem emenda no Orçamento para poderem executar as obras de infraestrutura. E aí nós colocamos e agora estamos deparando com esse problema. Será que vamos perder esse recurso colocado no Orçamento da União do contorno de Cacoal? Espero que isso não aconteça. É bem provável que esse contorno seja incluído apenas, segundo intenção do Dnit, no projeto de concessão da BR-364 à iniciativa privada, cujo leilão o Governo anunciou para este ano, mas, pelo andar da carruagem, não vai dar tempo para fazer esse leilão ainda neste ano de 2022. E, da maneira que está, nós somos totalmente contra esse leilão, pois ele não contempla a duplicação da BR-364. Com colocar pedágio sem a sua duplicação, nós não concordaremos nunca – nem eu e acredito que muito menos a população do Estado de Rondônia.

Nós voltaremos a falar sobre a BR-364, mas antes quero concluir o raciocínio sobre as rodovias federais em todo o Brasil. Os números do próprio Governo mostram que mais de 50% da malha rodoviária federal se encontram em estado regular, ruim ou péssimo. O pior trecho entre as rodovias federais, segundo um estudo da Confederação Nacional do Transporte, está em Santa Catarina. O estado perdeu R$40 milhões no Orçamento da União de 2022, previstos inicialmente para as obras das BRs 470, 163, 280, 282 e 285, ou seja, com a redução dos investimentos nas rodovias federais podemos prever que a situação deve piorar ainda mais até o final deste ano. É bem provável que, a persistir esse cenário, teremos em breve um colapso na infraestrutura do país, num descompasso muito grande com o aumento da produção do agronegócio, portanto, apertando ainda mais o gargalo que limita o crescimento do Brasil, ou seja, enquanto a produção de grãos cresce, pioram as condições de escoamento dessa produção. Isso tem que ser resolvido o mais rápido possível, e não há alternativa a não ser investimento em infraestrutura, e tem que ser investimento público!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposta ou a aposta do Governo está na privatização dessas rodovias, ou seja, na concessão de muitas BRs para a gestão da iniciativa privada. Eu entendo que essa é uma alternativa viável sim, mas as concessões nunca serão a resposta para tudo, porque nem todos os trechos, nem todas as rodovias se sustentam com esse modelo de cobrança de pedágio – não para a sua manutenção, mas para os investimentos necessários, as duplicações, as terceiras faixas etc. É uma situação que requer ações firmes do Estado, porque estamos falando de logística, de transporte, de escoamento da produção agrícola e industrial, enfim, de um serviço público essencial. O investimento público em infraestrutura é necessário, pois é o indutor do desenvolvimento, gerando emprego e renda para muita gente, fazendo a roda da economia girar.

Além das ações que estamos propondo aqui no Congresso Nacional, aplicando os recursos públicos em infraestrutura, é preciso buscar recursos complementares, parcerias com instituições como o BNDES, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco do Brics, para financiar esses empreendimentos. Creio que só assim o Governo Federal terá condições de investir em rodovias estratégicas para o desenvolvimento do Brasil que ainda não oferecem condições vantajosas para os investidores da iniciativa privada como as rodovias do Estado de São Paulo ou do sul ou do litoral do país. É o caso da BR-364, que corta Rondônia de norte a sul e que é a nossa principal via de conexão com os demais estados brasileiros – não é a principal: é a única via de conexão da Amazônia com os demais estados do sul do Brasil. Após o período das chuvas, o chamado inverno amazônico, a nossa BR-364 apresenta diversos trechos com buracos e irregularidades, visto que a pista foi alagada em diversos pedaços, em diversos trechos ao longo da BR-364 durante este ano de 2022 – as chuvas em Rondônia também foram intensas neste ano. Portanto, além da recuperação desses trechos e do serviço de manutenção em todo o seu percurso, continuamos cobrando do Governo Federal a duplicação completa de toda essa rodovia, com vias marginais nas travessias urbanas das principais cidades que ela corta.

Essa BR, meus amigos e minhas amigas e quem não conhece a Região Norte, foi inaugurada em 1984. Naquela época, nós tínhamos uma quantidade de veículos de transporte que passavam por essa BR. Caminhões grandes e bitrens não existiam na época. De 1984 para cá, mudou muito a trafegabilidade nessa BR. Portanto, a BR não suporta mais. E esse é um problema que, como eu tenho dito, é positivo, pois temos excesso de caminhões trafegando na BR porque nós temos excesso de produção. Essa produção, essa produtividade é feita pela iniciativa privada. Precisamos que o Governo acompanhe esse desenvolvimento através de investimento nas nossas rodovias.

Não dá para entender que nós vamos ter pedágio de Porto Velho à Vilhena com oito praças; automóvel pagando R$80 de Porto Velho a Vilhena, um bitrem pagando R$700 em cada viagem, somente de ida, sem a duplicação. Então, é um dos grandes problemas que nós temos para ser resolvido na Região Norte. Sem contar a BR-319, que até agora também não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

avançou em nada. Estamos apenas com o contrato lá atrás ainda do General Fraxe. Nós conseguimos reabrir a BR-319 com um contrato de manutenção, e esse contrato de manutenção ainda continua. Mas esperamos que algo aconteça para que a gente possa ter as nossas estradas, que escoam a produção da agricultura, do agronegócio brasileiro, tendo investimentos mais fortes para dar vazão à essa produção que temos no nosso país. Volto a dizer: esse é um problema positivo que o Brasil tem. O contrário seria muito pior: se nós não tivéssemos um excesso de produção, não tivéssemos um excesso de transportes para fazer.

Muito bem. Feitas as colocações iniciais, damos sequência à nossa reunião de hoje, em que temos quatro itens para serem apreciados.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 6033, DE 2019

- Não terminativo -

Institui incentivos fiscais para operações com produtos sem lactose e produtos orgânicos.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

- Votação simbólica.

Concedo, portanto, a palavra à Senadora Soraya Thronicke para proferir a leitura do seu relatório.

Com a palavra a Senadora Soraya Thronicke.

Muito bom dia, Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Presidente. É uma honra falar e estar com V. Exa. na manhã de hoje. Quero mandar também um abraço a todos que nos assistem e a todos os servidores da CRA, porque eu tenho muito carinho por eles.

Presidente, vou passar diretamente para a análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Compete à CRA (Comissão de Agricultura e Reforma Agrária) do Senado Federal opinar sobre política de investimentos e financiamentos agropecuários e tributação da atividade rural, nos termos dos incisos X e XI do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal.

Como não se trata de análise em caráter terminativo, cabe à Comissão, nesta ocasião, manifestar-se sobre o mérito da proposição. Por oportuno, registramos que não vemos óbices de constitucionalidade no projeto, considerando que a matéria é da competência desta Casa, em conformidade com os incisos I e V do art. 24 da Constituição Federal, que tratam da competência da União para legislar sobre direito tributário e produção e consumo, respectivamente.

Dessa maneira, à CAE, caberá, oportunamente, a análise terminativa da constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa e mesmo do mérito, sendo que se a medida implicar renúncia de receitas, a proposição deverá ser ajustada para contar com estimativa de seu impacto fiscal, conforme inteligência dos arts. 14 e 16 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

De acordo com o *site* do Conselho Brasileiro da Produção Orgânica e Sustentável (Organis), os Estados Unidos da América representam o maior mercado de orgânicos do mundo e têm atingido faturamento significativo. No ano de 2017, segundo a Organic Trade Association, o valor desse faturamento atingiu a marca de US$50 bilhões.

O mercado brasileiro de orgânicos tem se desenvolvido fortemente também e faturou, em 2018, cerca de R$4 bilhões, resultado 20% maior do que o registrado no ano anterior, segundo dados da Organis. O segmento aumentou sua área em 204 mil hectares nos últimos dez anos, totalizando 1,1 milhão de hectares.

Mesmo com a importância do setor no mundo e o esforço dos produtores brasileiros, entre os motivos para 85% da população não consumir orgânicos, o mais determinante é o preço do produto, que ainda pesa nos orçamentos familiares e que precisa de atenção dos formuladores de políticas públicas brasileiros.

Aliado a esse problema, destacamos que o ilustre autor da proposição, Senador Veneziano Vital do Rêgo, ressalta que o projeto pretende combater a carência de consumo de fruta ou hortaliça no país. Conforme dados apresentados, cerca de 75% dos brasileiros não consomem a quantidade mínima de fruta ou hortaliça por dia recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Dadas as condições e potenciais agrícolas do nosso país, esse fato é alarmante e deve igualmente ser corrigido.

À luz dos fatos apresentados, entendemos que as isenções do Imposto sobre a Renda, Imposto de Importação, Imposto sobre Produtos Industrializados e Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural podem incentivar a produção de produtos orgânicos, bem como de produtos sem lactose, e contribuir para fomentar a produção no país e também para reduzir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o preço dos produtos, dando condições para que sejam atendidos os padrões internacionais desejados de consumo de frutas e hortaliças.

Assim sendo, ante o mérito da proposição, e com a convicção de que a medida irá fomentar a agropecuária nacional, o PL 6.033, de 2019, merece ser aprovado, restando as análises complementares da proposição à Comissão de Assuntos Econômicos.

Ante o exposto, Sr. Presidente, votamos pela aprovação do PL 6.033, de 2019, na forma proposta.

Por fim, quero homenagear o Senador Veneziano Vital do Rêgo pela proposição visionária. Na verdade, o que ele fez foi algo que nós já deveríamos ter feito lá atrás, que é algo que vem da nossa capacidade, da nossa vocação. O Brasil não pode ficar atrás, Presidente, nesses assuntos do agronegócio em geral. Nós somos o celeiro do mundo. Eu tenho certeza, temos capacidade para alimentar muito mais do que alimentamos. Precisamos é de políticas de incentivo, políticas públicas que nos coloquem nesse patamar, porque o povo brasileiro tem capacidade para isso. Temos território, temos clima, temos tudo que é necessário para faturarmos, para estarmos no topo do mundo em questões de alimentos.

Então, mais uma vez, parabéns ao Senador Veneziano Vital do Rêgo. E peço aos colegas que apoiem essa proposta.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Meus cumprimentos, Senadora Soraya Thronicke, pelo seu belo relatório.

De fato, o Brasil é um dos maiores produtores de alimentos do planeta, e nós temos que continuar investindo e criando alternativas nessa produção. A produção de produtos orgânicos, de fato, é de uma importância muito grande e crescente no mundo inteiro. Como V. Exa. muito bem colocou, por mais que tenhamos um preço acima da média hoje, a tendência é diminuir conforme o aumento da produtividade. E esse projeto proporciona exatamente o aumento da produtividade e, consequentemente, a diminuição do custo também dessa produção, proporcionando levarmos à população brasileira um produto de melhor qualidade com menor preço.

Meus cumprimentos pelo relatório.

Os cumprimentos também ao Senador Veneziano do Rêgo pela iniciativa de trazer esse projeto para que a gente possa analisar e colocar em votação.

Aberta a discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós ainda não temos quórum para deliberar. Portanto, temos que aguardar mais dois membros da Comissão de Agricultura para que a gente possa deliberar mesmo os não terminativos. Para um projeto como este, que não é terminativo, nós temos que ter o mínimo de nove Senadores no painel para que a gente possa deliberar. Portanto, eu o mantenho em discussão. (*Pausa.*)

Encerro a discussão.

Nós vamos passar para outro projeto para fazer a leitura e, na sequência, assim que tivermos o número regimental de Senadores prontos para votação, voltaremos à votação, que não é terminativa.

Passamos, então, para o item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 3475, DE 2021

- Não terminativo -

Autoriza a liquidação ou o parcelamento de dívidas de produtores rurais administradas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e dá outras providências.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senador Carlos Fávaro

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

- Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Carlos Fávaro para proferir a leitura do seu relatório.

Com a palavra o Senador Carlos Fávaro.

O SR. CARLOS FÁVARO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS FÁVARO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT. *Por videoconferência*.) – ... e demais colegas Senadores e Senadoras.

Senadora Soraya Thronicke, parabéns pelo relatório, também como a iniciativa do Senador Veneziano Vital do Rêgo. Já declaro aqui meu apoio e voto incondicional a esta matéria, aguardando somente a confirmação dos demais membros desta Comissão para que possamos deliberar.

Cumprimento também o Senador Mecias de Jesus, um amigo competente e dedicado, pela oportunidade de relatar uma matéria de grande valor, de grande iniciativa para a agricultura, para pequenos e médios produtores brasileiros.

Ressalto aqui, Sr. Presidente, que não se trata de passar a boiada, de precarizar o meio ambiente, de facilitar a vida de criminosos, nada disso. Graças a Deus que em nosso país nós não temos pena de morte, não temos prisão perpétua. Nós punimos aquelas pessoas que cometem os seus crimes, que vão à ilegalidade, mas damos o direito à sua recuperação, à sua reinserção na sociedade. Da mesma forma devemos fazer com os pequenos e médios produtores que por algum motivo possam ter cometido algum crime ambiental e que querem se legalizar, que têm o direito de se legalizar e cabe ao Estado dar as condições para que isso ocorra e eles possam voltar a trabalhar, produzir alimentos, gerar empregos, gerar renda, com dignidade para este país.

Então, é uma bela iniciativa de que eu tenho muita honra de estar sendo o Relator e agradeço a oportunidade dada por V. Exa., Presidente desta Comissão, e também pelo Senador Mecias de Jesus, que me escolheu como Relator da matéria.

Vamos direto, então, ao parecer, Sr. Presidente.

Da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Projeto de Lei nº 3.475, de 2021, do Senador Mecias de Jesus, que autoriza a liquidação ou o parcelamento de dívidas de produtores rurais administradas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e dá outras providências.

O relatório.

Sob análise na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal o Projeto de Lei (PL) n° 3.475, de 2021, de autoria do Senador Mecias de Jesus, que autoriza a liquidação ou o parcelamento de dívidas de produtores rurais administradas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e dá outras providências.

O PL é composto de seis artigos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 1º discrimina o objetivo da futura lei: autorizar a liquidação ou o parcelamento de dívidas de produtores rurais, vencidas ou vincendas até 31 de dezembro de 2022, administradas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Em seguida, o art. 2º estabelece as condições para que os débitos de dívidas de produtores rurais, pessoas físicas ou jurídicas, administrados pelo Ibama, possam ser pagos em até sessenta meses, para propriedades de até quatro módulos fiscais.

O art. 3º trata do requerimento do parcelamento e das características da consolidação dos débitos a serem renegociados pelo sujeito passivo da renegociação.

O art. 4º estabelece, entre outros, os critérios para hipótese de rescisão do parcelamento, com o cancelamento dos benefícios concedidos, para substituição de responsável pelos pagamentos dos débitos, para quitação de pagamento de saldo remanescente, para confissão irrevogável e irretratável dos débitos pelo sujeito passivo.

O art. 5º, por seu turno, determina que os parcelamentos requeridos não dependem de apresentação de garantia ou de arrolamento de bens, exceto quando já houver penhora em execução fiscal ajuizada, e, no caso de débito inscrito em dívida ativa, abrangerão inclusive os encargos legais que forem devidos.

Por fim, o art. 6º estatui a cláusula de vigência.

O autor justifica o projeto de lei afirmando que a proposta irá estimular os pequenos produtores rurais a liquidar seus débitos, sem que haja incidência de valores exorbitantes de multas e que, em decorrência, ocorrerá o retorno do acesso desses produtores rurais ao crédito rural, o que contribuirá para a retomada do crescimento econômico do país.

O PL foi distribuído à CRA e à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Vamos à análise, Sr. Presidente.

Nos termos do inciso XVII e XXI do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CRA se manifestar sobre proposições que tratem de políticas de apoio às pequenas e médias propriedades rurais e de outros assuntos correlatos. Por não se tratar de matéria terminativa, cumpre-nos, nesta ocasião, apresentação da análise de mérito do PL nº 3.475, de 2021.

O Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, do Congresso Nacional, reconheceu o estado de calamidade pública e autorizou o Poder Executivo a tomar todas as medidas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessárias para enfrentar a complexa crise do coronavírus. O contexto socioeconômico, como todos sabem, era de altíssima gravidade, com paralisação da produção, da indústria e do comércio no país devido à necessidade de quarentena social e às severas fiscalizações por autoridades sanitárias. Em decorrência, reconheceu-se que a pandemia mundial de covid-19 causou prejuízos significativos no Brasil e no mundo, especialmente em vários setores produtivos rurais.

De acordo com o PL, poderão ser pagos ou parcelados em até 60 meses os débitos administrados pelo Ibama de produtores rurais, pessoas físicas ou jurídicas, que detenham propriedades de até quatro módulos fiscais.

Em síntese, os débitos renegociados poderão ser pagos ou parcelados da seguinte forma:

a) à vista, com redução de 100% dos encargos moratórios, de ofício e de multas e do encargo legal;

b) parcelados em até 60 prestações mensais, com redução de 75% das multas de mora e de ofício e das isoladas; de 50% dos juros de mora e de 50% sobre o valor do encargo legal.

Entendemos que a pandemia acirrou a difícil situação dos produtores rurais com pendências financeiras com o Ibama, que receberam multas irreais e enfrentam encargos impagáveis, que tornam os produtores de boa-fé reféns de uma situação insustentável, sem a possibilidade de quitação de suas pendências financeiras e, de outra parte, sem condições de acesso ao crédito rural, instrumento fundamental para a produção agropecuária.

Nesse sentido, reconhecemos a altíssima importância dessa iniciativa do Senador Mecias de Jesus, de propor a renegociação de dívidas de pequenos produtores rurais perante o Ibama, para não só resolver parte do passivo desses importantes agentes econômicos, mas também para reinseri-los no mercado de crédito, o que proporcionará enormes ganhos econômicos para o Brasil.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do PL nº 3.475, de 2021, Sr. Presidente.

Era esse o relatório. Como já disse, ressalto a importância deste projeto de lei; a importância e o reconhecimento do trabalho feito pelo Exmo. Senador Mecias de Jesus e peço o apoio e o voto de todos os Senadores desta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos, Senador Carlos Fávaro. Meus cumprimentos pelo relatório e também pela iniciativa do Senador Mecias de Jesus, que pede a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós a passamos agora então ao autor para fazer as suas considerações.

Com a palavra o Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidente Acir, muito obrigado pela distinção. Quero cumprimentar V. Exa. e todos os membros desta Comissão, em especial o querido amigo e competente Senador Carlos Fávaro, que faz um brilhante relatório.

É desnecessário, Sr. Presidente, complementar o relatório do Senador Carlos Fávaro, porque ele já traz todas as condições em que vive hoje o produtor rural. Eu gostaria apenas de pedir a todos os membros desta Comissão o apoio e o voto ao parecer do Senador Carlos Fávaro e de enfatizar, Presidente Acir, que existem cerca de cinquenta e seis bilhões de reais em multas dos órgãos federais. Desses R$56 bilhões, cerca de setenta por cento são do Ibama e são em cima de pequenos produtores rurais brasileiros. Esses pequenos produtores, em especial do Norte e Nordeste do Brasil, não têm condições de pagar a multa aplicada pelo Ibama mesmo vendendo a sua propriedade. Se eles venderem a propriedade, eles não têm recursos suficientes para pagar a multa. Portanto, é justo, é necessário, até em função da onda de dificuldades em que vive o produtor brasileiro. Principalmente depois da pandemia, há uma dificuldade muito maior na vida de todos eles. Portanto, dar a eles... Não estamos isentando o produtor de pagar a multa, mesmo sabendo que a maioria delas são injustas, descabidas e desnecessárias, aplicadas de forma arbitrária, de forma errônea, de forma que persegue quem produz, que persegue quem trabalha, principalmente o pequeno produtor, que não tem condições. A grande maioria deles não tem condições de pagar um advogado para se defender. Então, cerca de setenta por cento dessas dívidas, dessas multas são do Ibama para pequenos produtores. Eles não têm como pagar essas dívidas.

Se nós aprovarmos esse projeto e tivermos êxito de que, ao final, ele seja totalmente aprovado, certamente o produtor rural brasileiro terá um novo alento para pagar a sua dívida, pagar as suas multas e ter condições de trabalhar com seu nome livre e desimpedido.

Portanto, mais uma vez obrigado, Senador Acir Gurgacz, pela deferência. Parabéns ao eminente Senador Carlos Fávaro. Muito obrigado pelo parecer, brilhante relatório de V. Exa. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Meus cumprimentos, Senador Mecias, pela iniciativa desse projeto. É um projeto realmente importante para a população brasileira.

Em discussão o projeto. Lido o relatório, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queria discutir, nós encerramos a discussão e aguardamos mais dois membros da CRA para que a gente possa fazer a votação. Embora não seja terminativo, nós precisamos ter no painel nove Senadores para avançar na votação.

Temos o item 3, Projeto de Lei n° 14, de 2022, também não terminativo. Dispõe sobre medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares para mitigar os impactos socioeconômicos da seca e das enchentes que incidem sobre o país desde o ano de 2021, e dá outras providências.

A autoria desse projeto é do Senador Jaques Wagner, Senador Paulo Rocha, Senador Fabiano Contarato, Senador Humberto Costa, Senador Jean Paul Prates, Senadora Zenaide Maia, Senador Otto Alencar e Senadora Eliziane Gama. E o Relator é o Senador Rodrigo Cunha, que não está presente.

Portanto, aguardando a vinda do Senador Rodrigo Cunha, nós passaremos, então, para o item 4, cuja relatoria é da Senadora Soraya Thronicke, que está presente e pronta para fazer a leitura do relatório.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 2374, DE 2020

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para prever a compensação em dobro de déficit de Reserva Legal.

Autoria: Senador Irajá (PSD/TO)

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Soraya Thronicke para proferir a leitura do seu relatório. Com a palavra a Exma. Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, como a questão é de cunho terminativo aqui, na CRA, eu vou fazer a leitura completa do meu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Pois não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – Em análise na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal o Projeto de Lei nº 2.374, de 2020, de autoria do Senador Irajá, que altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para prever a compensação em dobro de déficit de Reserva Legal.

O PL é composto de dois artigos.

O art. 1º altera o art. 12 e acresce o art. 68-A à Lei nº 12.651, de 2012 (Código Florestal brasileiro), com o fim de possibilitar a regularização de imóvel que possua déficit de Reserva Legal, decorrente de supressão até 25 de maio de 2012, data de publicação do novo código. Por fim, o art. 2º estabelece a cláusula de vigência da futura lei.

O PL nº 2.374, de 2020, foi distribuído apenas a esta Comissão.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição.

Passo agora, Sr. Presidente, para a análise.

Nos termos do inciso VIII do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão se manifestar sobre proposições referentes a uso e conservação do solo na agricultura.

Na oportunidade, por ser a única Comissão de instrução da matéria, cumpre-nos realizar análise tanto quanto ao mérito, como quanto à constitucionalidade, à juridicidade, à regimentalidade e à técnica legislativa do PL n° 2.374, de 2020.

Quanto aos requisitos de regimentalidade, constatamos que o projeto tramita de acordo com o que preconiza o Regimento Interno do Senado Federal. Adicionalmente, o PL também se monstra compatível com os requisitos de constitucionalidade, haja vista o disposto no art. 61 da Carta Magna, combinado com o art. 23, incisos VI e VIII, que determinam ser competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios a proteção do meio ambiente e o fomento da produção agropecuária.

No que concerne à juridicidade, o PL em análise afigura-se apropriado, porquanto, em primeiro lugar, i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (que é a normatização via edição de lei) é o adequado, uma vez que não há exigência constitucional de utilização de projeto de lei complementar; ii) em segundo plano, a matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico; iii) possui o atributo da generalidade; iv) é consentâneo com os princípios gerais do direito; e v) afigura-se dotado de potencial coercitividade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que diz respeito à técnica legislativa, entendemos que o projeto está vazado na boa técnica de que trata a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

No mérito, entendemos que o PL é alvissareiro para a busca do objetivo da produção sustentável, sobretudo porque conjuga o desenvolvimento econômico da agropecuária com o dever de recomposição de passivos ambientais.

O art. 66 do Código Florestal estabelece mecanismo de compensação que compatibiliza a continuidade das atividades econômicas desenvolvidas em áreas rurais consolidadas até 22 de julho de 2008, mantendo, ao mesmo tempo, a necessária conservação do meio ambiente das áreas adjacentes ao sistema produtivo.

O PL n° 2.374, de 2020, por seu turno, propõe para aqueles produtores rurais que consolidaram suas atividades após 22 de julho de 2008 e antes de 25 de maio de 2012, data de publicação do novo Código ambiental, a possibilidade de compensação das áreas que deveriam ser destinadas à RL pelo mecanismo de compensação admitido pelo próprio art. 66 do referido código, na forma do seu §5º, inciso IV.

Para alcance desse objetivo, seria necessária a adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) pelos produtores rurais, que a área a ser utilizada para compensação seja equivalente ao dobro da área de RL a ser recuperada na área original e, ainda, que a compensação esteja localizada no mesmo bioma.

O autor do PL, Senador Irajá, argumenta que a vedação imposta a produtores nessa situação leva à perda de oportunidade de conservação de áreas cobertas por vegetação nativa não sujeitas à proteção legal e dificulta ainda a consolidação territorial de Unidades de Conservação (UC) que têm áreas pendentes de regularização fundiária. Adicionalmente, o PL não protege aqueles agentes econômicos que promoveram supressões de reservas mais recentes, mantendo a incidência de sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis, nos termos da legislação própria.

Assim, entendemos que a aprovação do PL poderá conciliar o desenvolvimento da produção agropecuária com a preservação do meio ambiente.

Dessa maneira, Sr. Presidente, votamos pela aprovação do PL n° 2.374, de 2020, e aqui eu quero parabenizar, quero cumprimentar o meu colega de bancada, o Rodrigo Cunha, que acaba de entrar, e quero parabenizar o Senador Irajá mais uma vez pela proposta, que tem um cunho não só de promover cada vez mais a produção, mas também de preservar o meio ambiente. Essa é a nossa responsabilidade. Nós temos mostrado, Sr. Presidente, que somos *experts* nisso. Nós temos conseguido – nós brasileiros, em geral – preservar o meio ambiente e aumentar cada vez mais a nossa produção. Isto é muito importante: trazer essa segurança para todo o planeta, mostrar que temos essa responsabilidade com o meio ambiente. Mas não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

podemos ser penalizados, Presidente, com dificuldades de produzir, justamente porque já provamos produzir com responsabilidade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Meus cumprimentos, Senadora Soraya Thronicke.

V. Exa. tem toda razão. O Brasil produz com sustentabilidade. E, nesse ano em que vamos comemorar dez anos da reforma do Código Florestal, essas mudanças pontuais são necessárias para que a gente possa avançar na produção e também no cuidado com o meio ambiente. E esse projeto tem uma visão de cuidar do meio ambiente, cuidar das nossas reservas, das nossas APPs, mas também visando ao aumento da produtividade.

Então, meus cumprimentos, Senadora Soraya Thronicke, pelo belíssimo relatório e pela sua síntese após a leitura, de fato, muito importante.

Também meus cumprimentos ao Senador Irajá pela iniciativa desse projeto.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Nós não vamos encerrar a discussão, pois é um projeto terminativo, nós precisamos de votação nominal e nós não temos o quórum para a votação nominal ainda. Nós o manteremos com a discussão aberta e, assim que tivermos o quórum, nós voltaremos para deliberarmos sobre essa matéria, que é de uma importância muito grande para o nosso país.

Voltamos, então, ao item 3. Agora sim, com a presença do nosso Relator, Senador Rodrigo Cunha. Muito obrigado pela presença aqui conosco.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 14, DE 2022

- Não terminativo -

Dispõe sobre medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares para mitigar os impactos socioeconômicos da seca e das enchentes que incidem sobre o país desde o ano de 2021, e dá outras providências.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA) e outros

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

- Votação simbólica.

A autoria deste projeto de lei é do Senador Jaques Wagner, do Senador Paulo Rocha, do Senador Fabiano Contarato, Senador Humberto Costa, Senador Jean Paul Prates, Senadora Zenaide Maia, Senador Otto Alencar e Senadora Eliziane Gama.

Portanto, passo a palavra ao eminente Senador Rodrigo Cunha para proferir o seu relatório.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, quero aqui saudar em especial minha colega de bancada, que fez uma excelente leitura do parecer, Senadora Soraya Thronicke, a quem eu aqui cumprimento. E digo, Senadora, que iremos fazer uma boa parceria partidária. Tenho certeza absoluta de que vamos nos afinar cada vez mais.

Presidente, vou passar diretamente à leitura do parecer. É um parecer de grande importância, um parecer sobre o Projeto de Lei nº 14, de 2022, do Senador Jaques Wagner e de outros Senadores também, que dispõe sobre medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares para mitigar os impactos socioeconômicos da seca e das enchentes que incidem sobre o país desde o ano de 2021, e dá outras providências.

Peço licença para ir diretamente à leitura da análise. Solicito ao Sr. Presidente passar diretamente para a leitura da análise. (*Pausa.*)

Bem, sendo assim, já passo direto para a leitura da análise.

O PL nº 14, de 2022, não contém vícios de constitucionalidade. O assunto tratado está em conformidade com as competências da União para legislar sobre o tema (art. 23 da Constituição Federal) e compete ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União. O tema também não se submete à reserva de iniciativa do Presidente da República (art. 61 da Constituição Federal). Não se observa, tampouco, problemas de juridicidade, regimentalidade ou técnica legislativa.

Vale destacar também que a proposição não promove aumento relevante de despesa ou diminuição de receita do Orçamento Geral da União e atende aos preceitos das normas orçamentárias e fiscais em vigor.

A respeito do efeito sobre a despesa, há de fato previsão de dotação orçamentária para cobrir os custos da prorrogação prevista no art. 2º e da repactuação estabelecida no art. 3º.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entretanto, os potenciais beneficiários se restringem aos residentes em municípios alcançados por eventos climáticos que desarticularam a atividade econômica local. Seria também pouco realista esperar o pagamento dos compromissos financeiros assumidos pelos agricultores atingidos por tais fenômenos.

Quanto ao mérito, é de conhecimento de todos os efeitos que os eventos climáticos têm causado sobre a atividade econômica e a situação social das localidades atingidas. Em situações como essa, é de se esperar do poder público o devido amparo a essas comunidades, até que possam recuperar sua capacidade de sustento, um modo de apoiá-las é livrá-las dos compromissos financeiros assumidos, de tal modo que possam utilizar os recursos no atendimento de suas necessidades mais básicas e na reconstrução de suas vidas.

Voto.

Em razão do exposto, o meu voto é pela aprovação do PL nº 14, de 2022.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Rodrigo Cunha, pelo seu relatório. Meus cumprimentos pelo relatório.

Vamos à discussão.

Lido o relatório, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a discussão.

Encerrada a discussão, em votação o relatório.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Passamos então para o item 1, Projeto de Lei do Senado 6.033, de 2019, não terminativo, já lido e aberta e encerrada a discussão.

Autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo e relatoria da Senadora Soraya Thronicke.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passamos então para o item 2, Projeto de Lei 3.475, de 2021, não terminativo. Autoria do Senador Mecias de Jesus e relatoria do Senador Carlos Fávaro. Já foi lido o relatório e encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Nós vamos deixar o item 4 lido e aberto à discussão e aguardando o quórum presencial para que a gente possa votar. Ele é terminativo e nós precisamos, portanto, de quórum nominal para deliberar sobre essa matéria.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2374, DE 2020

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para prever a compensação em dobro de déficit de Reserva Legal.

Autoria: Senador Irajá (PSD/TO)

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- *Votação nominal.*

Nós vamos então... (*Pausa.*)

Nós temos um requerimento aditivo ao Requerimento nº 10, de 2021.

Requeiro, em aditamento ao Requerimento nº 10, de 2021, da CRA, a realização de audiência pública no dia 12/05/2022, às 8h, para avaliar a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com a presença dos seguintes convidados: representante da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, a FAO Brasil; representante do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea); e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representante da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Faço aqui um breve resumo sobre essa matéria.

Na próxima quinta-feira, dia 12 de maio, vamos realizar aqui, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, uma audiência pública com o objetivo de iniciar o trabalho de avaliação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como as ações do Governo Federal para garantir aos cidadãos brasileiros o direito básico da alimentação. É bom que se diga que o Brasil deixou o chamado Mapa da Fome da ONU em 2013, quando atingiu a marca de 3,6% da população com fome, resultado do amplo alcance de ações da sociedade civil e de programas governamentais, como o Fome Zero, o Bolsa Família, o PAA, que é o Programa de Aquisição de Alimentos, e da articulação em rede do Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) em todo o território nacional. Ou seja, foi preciso um grande esforço nacional e uma articulação em rede, que surgiu no âmbito da sociedade civil, tendo como marco a criação da Ação da Cidadania contra a Fome pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, em 1993, e uma série de políticas públicas para que o Brasil saísse do Mapa da Fome. É lamentável, no entanto, que o Brasil tenha ficado fora desse mapa por apenas cinco anos, de 2013 a 2018, quando voltou a ultrapassar novamente a marca de 5% da população com fome.

A situação piorou de 2018 para cá. O relatório mais recente da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) estima que 23,5% da população brasileira tenham vivenciado insegurança alimentar moderada ou severa entre 2018 e 2020, um crescimento de 5,2% em comparação com o último período analisado, entre 2014 e 2017. É uma situação muito preocupante. E isso acontece ao mesmo tempo em que o Brasil bate recorde de produção e de produtividade na agricultura e se consolida como um dos maiores produtores de alimentos do mundo, com uma produção agropecuária estimada em R$1 trilhão para este ano.

Nesse cenário de crise sanitária, econômica e social, a inflação de produtos básicos da alimentação tem obrigado as pessoas mais vulneráveis a mudar radicalmente os costumes alimentares e a estabelecer um padrão de vida muito inferior aos níveis aceitáveis. Por esse motivo é que a Comissão de Agricultura vai analisar, com cuidado e com muito rigor e atenção, a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), bem como as demais estratégias que o Governo Federal e os dos estados e municípios têm adotado para combater a fome e a pobreza, pois de nada adianta ampliarmos a produção agrícola dia após dia e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sermos o maior produtor de alimentos do mundo se o nosso povo não tem condições de comprar os produtos da cesta básica, se não conseguirmos colocar comida na mesa da população brasileira. Esse é o tema a ser debatido e discutido no próximo dia 12. Convidamos todos os nossos Senadores e Senadoras para participarem dessa audiência pública, que será muito importante.

Agradeço a presença da Senadora Soraya Thronicke na sessão de hoje, bem como a da Senadora Rose de Freitas, do Senador Carlos Fávaro, do Senador Wellington Fagundes, do Senador Luis Carlos Heinze, do Senador Esperidião Amin, do Senador Rodrigo Cunha, do Senador Mecias de Jesus e também do Senador Angelo Coronel.

Agradeço a presença de todos na nossa reunião desta quinta-feira da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Espero todos na próxima semana, no dia 12, para discutirmos a segurança alimentar para a população brasileira. É um tema muito importante que nós vamos debater. Vamos ter não só os nossos convidados, mas também alguém para fazer um relatório. Vamos colocar um relator para fazer um relatório dessa audiência pública sobre esse tema, que é da maior importância.

Portando, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta sessão, mais uma vez agradecendo à nossa equipe da CRA, também aos nossos Senadores e Senadoras que participaram desta sessão.

Muito obrigado. Até a próxima semana.

(*Iniciada às 8 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 04 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e cinquenta e dois minutos do dia vinte e oito de abril de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Rodrigo Cunha, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Rose de Freitas, Carlos Viana, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Plínio Valério, Flávio Arns, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Wellington Fagundes e Rogério Carvalho. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Gomes, Daniella Ribeiro, Luis Carlos Heinze, Chico Rodrigues, Jean Paul Prates, Paulo Rocha e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A Presidência comunica o arquivamento do Ofício nº 2866/2021/CNDH, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, lido na 3ª Reunião realizada em 24 de março de 2022, sem que tenha havido manifestação de interesse de Senador membro desta Comissão, para análise da matéria pelo Colegiado, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. A Presidência comunica também o recebimento dos seguintes expedientes: Ofício nº 511/2021/GPR, da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), informando a abertura da Consulta Pública nº 53, de 2021, referente à proposta de Regulamento da Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público (RU), objeto do item 29 da Agenda Regulatória 2021/2022; Ofício nº 135/2021, da Câmara Municipal de Campinas, encaminhando a Moção nº 198/2021, de protesto contra os cortes de recursos do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, destinados ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para investimento em programas e pesquisas. Os expedientes lidos serão disponibilizados na página da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática na internet, pelo prazo de quinze dias, para manifestação de interesse das senadoras e dos senadores membros, a fim de que as matérias sejam analisadas pela Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. Passa-se à apreciação da Pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte – Eleição:** Eleição do Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. **Resultado:** Adiada. **2ª Parte – Deliberativa**: **ITEM 1 - Projeto de Lei nº 3883, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para uso da Internet no Brasil; a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995; e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, para dispor sobre o acesso contínuo e gratuito aos serviços públicos digitais." **Autoria:** Comissão Senado do Futuro. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com três emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório favorável ao projeto com as Emendas nº 1, 2 e 3-CCT. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo nº 316, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Valinhos para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Valinhos, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 307, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Firminense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Senador Firmino, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 586, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Aliança Comunitária (Alicom) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tianguá, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Ofício "S" n° 18, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística de Radiodifusão - CAC nº 32/2017, encaminhado por meio da Mensagem nº 32, de 2017, comunicando a transferência indireta e a modificação do quadro diretivo da Tropical Comunicação Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens do Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** Pelo arquivamento da matéria. **Resultado:** Aprovado o relatório pelo arquivamento do projeto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Rodrigo Cunha
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/04/28

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL. Fala da Presidência.) – Bom dia, Sras. e Srs. Senadores!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovadas.

A ata será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A Presidência comunica o arquivamento do Ofício nº 2.866, de 2021, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, lido na 3ª Reunião, realizada em 24 de março de 2022, sem que tenha havido manifestação de interesse de Senador membro desta Comissão para a análise da matéria pelo Colegiado, conforme instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa.

A Presidência comunica o recebimento dos seguintes expedientes externos.

Ofício nº 211, de 2021, da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), informando a abertura da Consulta Pública nº 53, de 2021, referente à proposta de Regulamento da Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público, objeto do item 29 da Agenda Regulatória 2021/2022.

Ofício nº 135, de 2021, da Câmara Municipal de Campinas, encaminhando a Moção nº 198, de protesto, contra os cortes de recursos do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação destinados ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para investimento em programas e pesquisas.

Os expedientes lidos serão publicados na página da Comissão pelo prazo de 15 dias para manifestação dos interessados Senadores membros a fim de que as matérias sejam analisadas por esta Comissão, conforme instrução normativa da Secretaria da Mesa.

Destaco que esta reunião está acontecendo também em modelo remoto e já observo alguns Senadores presentes: Senador Rogério Carvalho, Senadora Rose de Freitas, Senador Styvenson Valentim.

Iremos agora diretamente para a leitura e apreciação das matérias. (*Pausa.*)

Estamos aqui com a pauta.

Na sequência, o item 1.

Gostaria de perguntar ao Senador Styvenson se está *online*, se está atento.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. *Por videoconferência*.) – Estou.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Senador Styvenson...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. *Por videoconferência*.) – Atento aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Tenho uma solicitação de inversão com o Senador Carlos Viana, que está aqui presente. V. Exa. concorda?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. *Por videoconferência*.) – Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Agora, sim, que V. Exa. está com um visual novo também aí no nosso Rio Grande do Norte, tinha certeza absoluta de que concordaria com essa celeridade.

Dessa forma, dando sequência, passo à leitura do item 3, referente ao PDL nº 307, de 2019, para a leitura do relatório do Senador Carlos Viana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra V. Exa.

ITEM 3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 307, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Firminense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Senador Firmino, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra V. Exa.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG. Como Relator.) – Obrigado, Senador Rodrigo Cunha. Obrigado ao Senador Styvenson também pela gentileza. E aos Senadores e Senadoras que estão nos acompanhando meu abraço, meus cumprimentos.

Peço vênia para seguir diretamente aqui à análise da autorização outorgada à Associação Comunitária Firminense de Radiodifusão, no Município de Senador Firmino, em meu Estado de Minas Gerais.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei n° 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto n° 2.615, de 3 de junho de 1998, e na Portaria do Ministério das Comunicações nº 4.334, de 17 de setembro de 2015, alterada pela Portaria do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações nº 1.909, de 5 de abril de 2018.

O art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998, veda "à entidade que detém autorização o estabelecimento de vínculo que a subordine à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais". Já o inciso III do art. 132 da Portaria nº 4.334, de 2015, determina que a renovação será indeferida quando for constatado o estabelecimento ou a manutenção de vínculo.

Após exame dos autos do processo, entendemos ser necessário encaminhamento de requerimento de informações ao Ministro das Comunicações, na forma prevista no §2º do art. 50 da Constituição Federal, para que seja comprovado o cumprimento da referida exigência normativa.

Nosso voto.

Diante do exposto, Sr. Presidente, voto pelo encaminhamento do seguinte requerimento de informações ao Ministro das Comunicações e pelo sobrestamento da tramitação do PDL nº 307, de 2019, nos termos do art. 335 do Risf.

REQUERIMENTO Nº , DE 2020

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 50, §2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada ao Ministro das Comunicações a seguinte informação referente à renovação da autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FIRMINENSE DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Senador Firmino, Estado de Minas Gerais, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 307, de 2019:

- confirmação da inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

É o relatório e o requerimento para devolução ao Ministro, com solicitação de informações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Agradeço ao Senador Carlos Viana pela leitura direta do relatório, o qual coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não tendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada para a Secretaria-Geral da Mesa.

Eu tinha solicitado ao Senador Carlos Viana a inversão dos papéis aqui, Senador, mas eu vou agradecer, até em busca de celeridade, tendo em vista que estamos em uma semana extremamente diferenciada, com vários amigos presentes aqui, Prefeitos e Vereadores, no aguardo.

Então, eu vou chamar o Senador Styvenson também para fazer a leitura e para dar sequência ao item 1, do qual ele é Relator, e a gente o adia para a próxima semana.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG. *Fora do microfone*.) – Muito obrigado. Fico agradecido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Eu é que agradeço a disponibilidade.

Sendo assim, passo à continuação da pauta, indo para a leitura do item 3. Não, é a leitura do item 1, cujo Relator é o Senador Styvenson Valentim, que virtualmente participará desta Comissão.

ITEM 1
PROJETO DE LEI N° 3.883, DE 2019
- Não terminativo -

Altera a Lei n° 12.965, de 23 de abril de 2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para uso da Internet no Brasil; a Lei n° 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995; e a Lei n° 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, para dispor sobre o acesso contínuo e gratuito aos serviços públicos digitais.

Autoria: Comissão Senado do Futuro

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: pela aprovação do projeto com três emendas que apresenta.

Observações: *a matéria será encaminhada à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos após a deliberação da CCT.*

Senador Styvenson Valentim, V. Exa. está com a palavra para a leitura do relatório.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. *Por videoconferência*.) – Bom dia! Consegue me ouvir, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Bom dia! Estou ouvindo bem.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Perfeito!

Bom dia a todos os Senadores e Senadoras e a todos que assistem!

Só para ficar mais preciso, vou relatar agora o Projeto de Lei 3.883, de 2019, da Comissão Senado do Futuro, que "altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para uso da internet no Brasil; a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995; e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, para dispor sobre o acesso contínuo e gratuito aos serviços públicos digitais".

É isso, Sr. Presidente? (*Pausa.*)

É isso, não é?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Sim, Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. *Por videoconferência*.) – Então, eu vou passar para a análise do projeto.

Conforme os incisos II e IX do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), compete a esta Comissão de Ciência e Tecnologia opinar sobre assuntos atinentes à política nacional de ciência, tecnologia, inovação, comunicação e informática, bem como a assuntos correlatos. A iniciativa em comento inscreve-se, portanto, no rol das matérias sujeitas ao exame deste Colegiado.

O PL nº 3.883, de 2019, visa, conforme sua justificação, a garantir que serviços públicos disponibilizados via *web*, como os serviços de governo eletrônico (e-gov) providos pelo Governo Federal, sejam acessados gratuitamente pelos usuários da internet, nos termos de regulamentação específica.

Para tanto, prevê o seguinte dispositivo: quando o usuário conectar um provedor de e-gov, o volume de dados utilizado para a completa fruição do serviço não será contabilizado na franquia por ele contratada, permanecendo disponível para outros acessos.

Note-se que provedores de conexão em banda larga móvel já oferecem esse tipo de facilidade para outras aplicações, como o acesso a algumas redes sociais. Nesse sentido, não se vislumbram óbices técnicos para sua implementação.

Para remunerar esses provedores, o projeto prevê a utilização de recursos do Fust que, a partir de políticas públicas setoriais a serem formuladas pelo Poder Executivo, subsidiariam o acesso aos chamados serviços públicos digitais considerados essenciais.

Importante ressaltar que a iniciativa, apresentada em julho de 2019, enfrentou um dos principais entraves na gestão do fundo à época, qual seja a previsão legal de uso exclusivo dos valores arrecadados para a universalização dos serviços de telecomunicações prestados em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

regime público, limitados à operação das concessionárias de telefonia fixa. Nesse sentido, buscou ampliar as hipóteses de aplicação dos recursos do Fust, prevendo sua utilização para a massificação de serviços (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Senador Styvenson, o seu som e agora também a sua imagem estão paralisados. Caiu a conexão. Então, peço à assessoria que tente entrar em contato com o Senador Styvenson para finalizar a leitura.

Está entrando.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. *Por videoconferência*.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Senador Styvenson, nos últimos 40 segundos a conexão caiu. Não sei se...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. *Por videoconferência*.) – Isso. Perdão. Perdão. Caiu aqui a conexão, para o senhor ver que internet tem esses problemas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Não sei se é o assunto em si...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. *Por videoconferência*.) – Eu parei no parágrafo que tratava do...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – ... da universalização dos assuntos da comunicação, que leva a ter essas quedas e justifica ainda mais essa regulamentação.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. *Por videoconferência*.) – Voltando para o parágrafo...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Então, se puder só finalizar com o voto.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. *Por videoconferência*.) – Isso.

Eu parei no parágrafo sobre o Fust, que passou por profundas regulamentações com a aprovação da Lei 14.109, de 16 dezembro de 2020, e da Lei nº 14.173, de 15 de junho de 2021, que previram, entre uma série de novos dispositivos, a possibilidade de os recursos do fundo serem destinados a cobrir os custos relacionados a "programas, projetos e atividades governamentais voltados a ampliar o acesso da sociedade a serviços de telecomunicações prestados em regime público ou privado e suas utilidades".

Sendo assim, o PL nº 3.883, de 2019, cujo mérito é altamente relevante e merece prosperar, deve ser ajustado, visando a se adequar à nova realidade legal vigente.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.883, de 2019, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº - CCT
(ao PL nº 3.883, de 2019)

O Projeto de Lei nº 3.883, de 2019, passa a contar com a seguinte ementa:

"Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para uso da Internet no Brasil; e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

dispor sobre o acesso contínuo e gratuito aos serviços públicos digitais considerados essenciais".

EMENDA Nº - CCT
(ao PL nº 3.883, de 2019)
Suprima-se o art. 2º do Projeto de Lei nº 3.883, de 2019, renumerando-se os posteriores.
EMENDA Nº - CCT
(ao PL nº 3.883, de 2019)
Dê ao art. 3º do Projeto de Lei nº 3.883, de 2019, a seguinte redação:
"Art. 3º O § 1º do art. 1º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:
'Art. 1º.....
§ 1º.....
.....
IV – acesso a serviços públicos digitais considerados essenciais.
....."

Então, é isso, Sr. Presidente.

Espero não ter comprometido a leitura do relatório com essa queda da internet. Espero que tenha sido concluída agora.

Concluí o voto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Senador Styvenson, acompanhamos, sim, toda a leitura – leitura extensa e necessária – desse projeto, que está tramitando na Casa já há algum tempo. V. Exa. aqui foi bem compreendido e passou também a sua opinião no parecer, o qual foi lido e que coloco em discussão.

Aqueles que queiram discutir se manifestem. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação, solicitando ao Senador Styvenson um pouco de atenção – quero voltar a falar com V. Exa.

Sras. e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Styvenson, permanece ainda conectado? (*Pausa.*)

Eu sei que V. Exa. tem um compromisso agora de horário, mas há um outro item, o item 5, que é referente a uma situação no Município de Natal, Rio Grande do Norte, e que está aqui pautado. Se V. Exa. tiver oportunidade de relatá-lo agora *ad hoc*, já seria de grande valia também para a produtividade desta Comissão.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, eu só preciso entrar aqui no servidor e achar a relatoria que o senhor está me pedindo – um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Certo. Eu estou encaminhando...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. *Por videoconferência*.) – A não ser que alguém da Comissão envie aqui para o meu celular para que eu possa ler, porque até então só me enviaram o item 1...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Exato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. *Por videoconferência*.) – ... para eu fazer essa leitura.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Estou encaminhando agora à Mesa aqui. Até peço que, se for mais rápido, encaminhem para o meu celular, e eu encaminho para ele, se vocês não tiverem o contato agora.

Isso é para que a gente possa dar celeridade, tendo em vista que o Estado do Rio Grande do Norte está com seu representante aqui sempre a postos. Com certeza, já é um projeto que tramita nesta Casa desde 2017, então são cinco anos que podem ser finalizados com esse ato.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. *Por videoconferência*.) – Estou aguardando.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Só para entender: a Mesa aqui está encaminhando agora? (*Pausa.*)

Sim, está chegando. (*Pausa.*)

Senador Styvenson, fui comunicado pela assessoria de que já foi encaminhado para V. Exa. Se puder fazer a leitura...

Está o.k.? O.k.

Então, passo agora à leitura do item 5, do relatório referente ao Ofício 18, de 2017, para leitura *ad hoc* do Senador Styvenson Valentim.

ITEM 5
OFÍCIO "S" N° 18, DE 2017
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística de Radiodifusão - CAC nº 32/2017, encaminhado por meio da Mensagem nº 32, de 2017, comunicando a transferência indireta e a modificação do quadro diretivo da Tropical Comunicação Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens do Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jean Paul Prates (Substituído por *Ad Hoc)*

Relatoria *Ad Hoc:* Senador Styvenson Valentim

Relatório: Pelo arquivamento da matéria.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Trata-se, Sr. Presidente, do Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão (CAC) nº 32, de 2017, remetido ao Senado Federal por meio do Ofício "S" nº 18, de 2017 (OFC nº 25, de 2017, na Câmara dos Deputados), que comunica a transferência indireta e a modificação do quadro diretivo da Tropical Comunicação Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens do Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Vou relatar *ad hoc*, em substituição ao Senador Jean Paul.

Eu posso passar os olhos rápido aqui e passar já para análise?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Com certeza.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. *Por videoconferência*.) – De acordo com o art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(Risf), compete à CCT, entre outras atribuições, examinar questões atinentes aos serviços de radiodifusão, inclusive a outorga, renovação e transferência de suas licenças.

A apreciação, pelo Colegiado, das comunicações de transferências diretas ou indiretas em empresas executantes de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens encontra disciplina no Ato Normativo nº 2, de 2011, da CCT.

Por sua vez, a documentação encaminhada pelo titular do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) atende ao disposto no referido ato desta Comissão e comprova o cumprimento das obrigações legais associadas à transferência indireta da outorga e à modificação do quadro diretivo da emissora.

Assim, temos por efetivada (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Senador Styvenson, o relatório que estava sendo lido por V. Exa. foi interrompido devido à queda da conexão. Não sei se consegue acompanhar, mas eu estou percebendo que já está reconectando.

Senador Styvenson, acho que foram os últimos dez segundos apenas. Então, se V. Exa. puder retomar...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. *Por videoconferência*.) – Agora foi uma ligação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Foi uma ligação. Faz parte. Faz parte.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. *Por videoconferência*.) – Perdoem-me. Desculpem-me, todos os Senadores e quem está assistindo também.

Assim, temos por efetivada a devida comunicação ao Congresso Nacional, nos termos do §5º do art. 222 da Constituição Federal.

Voto.

Em vista do exposto, opinamos pelo arquivamento do Ofício "S" nº 18, de 2017, que encaminha o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão (CAC) nº 32, de 2017, que comunica a transferência indireta e a modificação do quadro diretivo da Tropical Comunicação Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens do Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

É esse, Sr. Presidente, o voto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Eu agradeço ao Senador Styvenson por colaborar com a sequência desta Comissão.

Foi lido o relatório, que é pelo arquivamento.

Eu o coloco em discussão.

Os Srs. Senadores que queiram discutir se manifestem. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passo para a votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada agora para a Secretaria-Geral da Mesa.

Dessa maneira, estando lidos esses itens, os demais que não foram lidos nesta semana passarão a compor a pauta da próxima reunião.

Agradecendo aqui a todos que participaram, encerro a presente reunião.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 9 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE ABRIL DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às oito horas e quarenta e nove minutos do dia seis de abril de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Jaques Wagner e Plínio Valério, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Rose de Freitas, Eliane Nogueira, Esperidião Amin, Alvaro Dias, Izalci Lucas, Giordano, Vanderlan Cardoso, Wellington Fagundes, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Fabiano Contarato, Eliziane Gama, Leila Barros e Marcos do Val, e ainda dos Senadores não membros Zenaide Maia e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Luis Carlos Heinze, Kátia Abreu, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Carlos Fávaro, Otto Alencar, Jayme Campos, Telmário Mota e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 13, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, (Política Nacional de Recursos Hídricos) e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei de Saneamento Básico) para promover o uso de fontes alternativas de abastecimento de água." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 1641, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incluir entre os fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos a determinação sobre o emprego da água de menor qualidade em usos menos exigentes." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE). **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 13 de 2015 e rejeição da Emenda nº 1-T a ele apresentada, na forma da emenda substitutiva que apresenta, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 1.641 de 2019. **Resultado:** APROVADO O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13 DE 2015 E REJEITADA A EMENDA Nº 1-T A ELE APRESENTADA, NA FORMA DA EMENDA Nº 2-CMA (SUBSTITUTIVA); DECLARADO PREJUDICADO O PROJETO DE LEI Nº 1.641 DE 2019. **Observação:** Nos termos do Art. 14 do Ato da Comissão Diretora Nº 8 de 2021, fica dispensado o turno suplementar. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2788, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB); discrimina os direitos das Populações Atingidas por Barragens (PAB); prevê o Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB); estabelece regras de responsabilidade social do empreendedor; revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** APROVADO O RELATÓRIO QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO FAVORÁVEL AO PROJETO DE LEI Nº 2.788 DE 2019 NOS TERMOS DA EMENDA Nº 2-CMA (SUBSTITUTIVA), COM ACOLHIMENTO DA EMENDA Nº 1. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 17, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 9/2022, com o objetivo de instruir o PL 6299 de 2002, sejam incluídos os convidados que apresenta" **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senadora Leila Barros (CIDADANIA/DF). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pela senadora Leila Barros. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 20, de 2022** que: "Requer,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o potencial socioeconômico do bioma Caatinga, na busca de trazer um novo olhar, da escassez à abundância do bioma, em alusão ao Dia Nacional da Caatinga, celebrado em 28 de abril, com os convidados que apresenta." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 21, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na Audiência Pública objeto do REQ 20/2022 - CMA, com o objetivo de debater o potencial socioeconômico do bioma Caatinga, em alusão ao Dia Nacional da Caatinga, celebrado em 28 de abril, sejam incluídos os convidados que apresenta." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jaques Wagner
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/04/06

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, realizada em 30 de março.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Comunicados e documentos recebidos.

Comunico que foram apresentadas à Secretaria da Comissão de Meio Ambiente cinco mensagens apresentando nome de indicados para a Diretoria da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico: Mensagens do Senado Federal n°s 14, de 2022; 17, de 2022; 20, de 2022; 21, de 2022; e 18, de 2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Provavelmente, nós vamos fazer a sabatina às 13h. Inclusive, nesta sala, é impossível, não se pode nem fazer sabatina. Eu registro, de qualquer forma, a minha reclamação, porque eu acho que há uma liturgia mínima do cargo no Senado Federal. Este é o nosso papel: designar Relatores. E tudo chegou aqui na segunda-feira, às 10h da noite, sabendo que haveria um esforço concentrado. Então, isso não diz respeito aos indicados, só diz respeito ao funcionamento ou do Governo Federal ou da própria Mesa desta Casa. Alguns eu sei que já estão no *Diário Oficial* desde setembro do ano passado, mas só quero registrar que a mensagem para a CMA só chegou aqui na terça-feira, ontem, já que, na segunda-feira, às 10h da noite, não havia mais gente aqui trabalhando.

De qualquer, foram indicados os nomes de Ricardo Medeiros Andrade, Veronica Sánchez da Cruz Rios, Ana Carolina Argolo Nascimento de Castro, Mauricio Abijaodi Lopes de Vasconcellos e Filipe de Mello Sampaio Cunha.

Comunico ainda o recebimento das seguintes manifestações sobre essas indicações:

a) Carta 04, de 2022, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes), datada de 5 de abril, que expressa o entendimento da Abes de que as indicações para o preenchimento das vagas da Diretoria Colegiada da ANA devem se concentrar em profissionais que tenham conhecimento e experiência comprovada nas áreas de recursos hídricos e saneamento, com capacidade e visão estratégica para construção e implementação de políticas públicas nas áreas de atuação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico;

b) carta aberta da Associação de Servidores da Agência Nacional de Águas, em que solicitam que premissas ditadas, em particular, no *caput* do art. 37 da Constituição Federal e na legislação sobre a escolha de Diretores da ANA sejam observadas e respeitadas, com especial atenção à capacidade técnica do quadro de direção, em virtude das indicações pela Presidência da República para a direção da referida agência;

c) Ofícios 17, de 2021, da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas, e 59, de 2021, da Associação Brasileira de Recursos Hídricos, que manifestam opinião a respeito da próxima renovação da Diretoria da ANA, incluindo o cargo de Diretor-Presidente, solicitando que o Senado Federal priorize o perfil técnico dos indicados, com conhecimento substantivo e trajetória exemplarmente reconhecida nas áreas de recursos hídricos e saneamento, de modo a assegurar condições para a continuidade da excelência da Agência Nacional de Águas e Saneamento no desempenho das suas missões;

d) Ofício nº 05, de 2022, das Aságuas, em que a entidade expressa muita preocupação quanto às indicações para a Diretoria Colegiada da ANA, mais especificamente sobre aquelas que não atendem aos requisitos definidos pela Lei nº 3.848, de 2019.

Nos termos do art. 261, §2º, do Regimento Interno, determino à Secretaria a anexação desses documentos às cinco matérias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e) Ofício nº 492, de 2022, da Secretaria-Geral da Mesa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que encaminha o Requerimento aprovado nº 10.592, de 2020, de autoria da Comissão de Direitos Humanos daquela Assembleia, solicitando celeridade na tramitação e apreciação do Projeto de Lei 2.788, de 2019, que trata da política nacional dos atingidos por barragem.

Nos termos do art. 261, §2º, inciso III, do Regimento Interno, o documento será anexado à referida matéria.

Eu espero a presença da Senadora Leila para fazer a votação dessa matéria e ressalto que essa matéria foi aprovada por consenso na Câmara dos Deputados, com o apoio, inclusive, do Governo Federal.

Objetivo e diretrizes da reunião.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão, ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital em caso de deliberações nominais. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente. As inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta para os Senadores que participam remotamente.

Antes de dar início à pauta propriamente dita, eu queria, mais uma vez, registrar a preocupação com o último relatório do IPCC, que foi, inclusive, motivo de matéria em telejornais nacionais. O relatório diz que, se não tomarmos atitude mais drástica, nós temos três anos apenas para ter ainda um ponto de retorno no processo de aquecimento global. Por isso, eu insisto que nós precisamos, cada vez mais, trabalhar nessa conscientização e no posicionamento do Governo Federal em relação a essa matéria sobre desmatamento, sobre preservação das águas fluviais, das águas subterrâneas, do nosso oceano. Eu chamo atenção, pois a matéria é extremamente dramática. Foi uma matéria – eu não sei quem dos colegas Senadores teve a oportunidade de assistir – extremamente dura, mostrando para onde estamos caminhando com a insensatez da forma como trabalhamos com a questão do meio ambiente.

Além disso, queria registrar que começou, nesta segunda-feira, a 18ª edição do Acampamento Terra Livre. Serão dez dias de programação, de 4 a 14 de abril, com o tema "Retomando o Brasil: demarcar territórios e aldear a política". É a mobilização de 8 mil indígenas e de mais de 200 povos de todas as regiões do país. A primeira semana do acampamento será marcada por mais um momento de resistência dos povos indígenas diante de tantas afrontas aos seus direitos e territórios.

O desmatamento em terras indígenas tem aumentado significativamente desde 2016. No triênio 2019-2021, o desmatamento de terras indígenas da Amazônia Legal atingiu a maior dimensão desde 2008, que foi o primeiro ano com dados disponíveis pelo Inpe. Esses dados evidenciam, portanto, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aumento da ocupação de terras públicas por criminosos, grileiros de terras indígenas, o esbulho possessório por não indígenas e o agravamento da crise nessas populações.

Soma-se a isso a total paralisação da demarcação de territórios indígenas, demanda histórica prevista em nossa Constituição, que vem sendo negligenciada. Esperamos veementemente que o Supremo Tribunal Federal traga resolução definitiva a essa discussão e que o reconhecimento desse território seja garantido.

Além do desmatamento crescente, terras indígenas têm sido alvo do garimpo ilegal. A atividade tem causado situações de conflito extremo, mortes e levado doenças aos povos, além do óbvio assoreamento de rios de diversos territórios, que estão sofrendo com a contaminação por mercúrio e outros materiais utilizados nesses garimpos ilegais, chegando ao extremo de não haver água potável em algumas dessas comunidades.

Não bastando a difícil situação em seus territórios, povos indígenas de todo o país também estão sendo ameaçados por este Poder Legislativo. No dia do Ato pela Terra, mobilização de diversas entidades da sociedade civil que ocorreu em março, a Câmara dos Deputados votou requerimento de urgência para a deliberação do PL 191, de 2020, que regulamenta a exploração de recursos minerais, hídricos e orgânicos exatamente nas reservas indígenas. No Senado Federal, teremos que debater com muita cautela matérias que tratam do licenciamento ambiental, da regularização fundiária e do uso indiscriminado de agrotóxicos.

Nesse contexto, cabe destacar novo alerta do IPCC, a que já me referi. No painel da ONU que se debruça sobre questões ligadas às mudanças climáticas divulgado na última segunda-feira, mais uma vez os cientistas disparam as sirenes. Temos até 2030 para cortar emissões e limitar o aquecimento global. No mesmo dia, a Organização Mundial da Saúde revelou um dado que ilustra a atual urgência climática. Praticamente toda a população mundial, segundo a OMS, respira em ar considerado impróprio e insiste em dizer que não há dicotomia entre produzir e preservar. Não há sentido em permitir que um país como o Brasil, com tamanha diversidade, não só biológica, mas cultural e social, assista de braços cruzados à destruição dos seus povos e de suas riquezas naturais.

Todo apoio aos povos indígenas do Brasil e que hoje ocupam os gramados dessa Esplanada.

É mais uma movimentação de diversas tribos, como já citei, no sentido de verem as suas terras respeitadas.

Eu pediria a...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Apenas para solicitar de V. Exa. que se coloque na Ordem do Dia – ou extrapauta hoje ou na próxima reunião, eu compreenderia – o Projeto de Lei 214, em razão de estar ele há um bom tempo aguardando deliberação, já com o parecer preparado pelo Senador Roberto Rocha. Então, eu consulto V. Exa. se há possibilidade ainda hoje, extrapauta, ou na próxima reunião da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu lhe pediria apenas... Quer dizer, hoje nós estamos num dia um pouco atribulado por conta também de que temos que depois fazer algumas sabatinas de membros da ANA. Então, eu me comprometo a colocar na próxima reunião.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Pois não, Presidente. Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado.

Eu pediria uma gentileza ao Senador Plínio, que foi o primeiro e ainda não tomou nem café da manhã, se pode sentar para conduzir o primeiro item da pauta, que é terminativo nesta Comissão e de que eu sou o Relator. Portanto, eu deixaria a Presidência a cargo de V. Exa. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Como o relatório já foi lido, está retornando à pauta.

ITEM 1

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, DE 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, (Política Nacional de Recursos Hídricos) e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei de Saneamento Básico) para promover o uso de fontes alternativas de abastecimento de água.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

TRAMITA EM CONJUNTO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 1641, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incluir entre os fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos a determinação sobre o emprego da água de menor qualidade em usos menos exigentes.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 13 de 2015 e rejeição da Emenda nº 1-T a ele apresentada, na forma da emenda substitutiva que apresenta, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 1.641 de 2019.

Observações:

1. Em 23/03/2022, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

2. Nos termos do Art. 14 do Ato da Comissão Diretora Nº 8 de 2021, no caso de aprovação do substitutivo apresentado pelo relator, fica dispensado o turno suplementar.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, na verdade, o relatório, como V. Exa. já citou, já foi lido na penúltima reunião ou na antepenúltima reunião. Foi pedida uma vista só para retornar, mas não foi apresentada nenhuma emenda, nenhuma sugestão. Então, eu entendo que ele pode entrar em discussão e, em seguida, em votação, na medida em que é terminativo nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Pode sim, Senador. Seguiremos as palavras do senhor. (*Pausa.*)

Então, retorno a Presidência ao Senador Jaques Wagner. (*Pausa.*)

A matéria está aberta à discussão. (*Pausa.*)

Não havendo discussão, está encerrada.

Eu acho que o senhor já pode retornar à Presidência. (*Pausa.*)

É votação simbólica?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, é nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – A votação será nominal.

Em votação os Projetos PLS n° 13, de 2015, e PL n° 1.641, de 2019, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Senador Jaques Wagner, eu não posso ler porque eu estou aqui presidindo, mas se votasse, votaria "sim". Eu declararia o voto com o Relator.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Aí V. Exa. me deu a possibilidade de votar.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Nada mais justo, o Relator podendo votar. (*Pausa.*)

Encerrada a votação, proclamo o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Votaram SIM 8 Senadores; nenhum NÃO.

Abstenção zero também.

Aproveito para passar a Presidência ao nosso Presidente, Senador Jaques Wagner. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Plínio Valério. Eu espero que a abstinência alimentícia não lhe tenha feito mal. O senhor pode tomar o café da manhã agora.

Vou passar imediatamente ao item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 2788, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB); discrimina os direitos das Populações Atingidas por Barragens (PAB); prevê o Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB); estabelece regras de responsabilidade social do empreendedor; revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura.

2. Em 08/10/2021 e 10/11/2021, foram realizadas audiências públicas destinadas a instruir a matéria.

3. Em 30/03/2022, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

A matéria foi votada por consenso, por unanimidade, na Câmara dos Deputados, inclusive com o apoio do Governo Federal, depois de uma longa negociação. Nesta Casa, teve a relatoria da nossa queria Senadora Leila Barros, que igualmente fez um trabalho denso de negociação com os lados todos envolvidos. Já leu o relatório. Houve um pedido de vista.

Agora, passo a palavra, então, à Senadora Leila para saber se houve alguma modificação no seu relatório.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - DF. Como Relatora.) – Sr. Presidente, cumprimento V. Exa. e todos os membros desta Comissão.

O projeto foi lido, o de nº 2.788, na última reunião e houve um pedido de vista. Foi apresentada uma emenda, do Senador Vanderlan. Não sei se o senhor gostaria de passar a palavra ao Senador Vanderlan antes, porque foi a única emenda apresentada à Comissão. Se o senhor quiser, posso ler aqui a questão da emenda, ele pede alteração.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senadora, o Senador Vanderlan não está, ao menos por enquanto, lincado na reunião. Eu lhe confesso que, preocupado com a votação, conversei com ele ontem, com a equipe dele, até tarde da noite. Acho que às 11h30, meia-noite, falei com ele e ele me disse, acho, que estava satisfeito com o encaminhamento que V. Exa. estava dando. Mas devolvo a palavra a V. Exa. para ler o que foi acolhido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - DF) – (Falha no áudio.)... todos os membros da Comissão. Estou acatando a emenda, entendendo todo o trabalho do Senador Vanderlan, do Senador Jayme, que esteve aqui na última sessão.

Quero agradecer, também, a colaboração da CNI, do próprio Governo, que veio até nós para conversar, mas, acima de tudo, o empenho, a dedicação, a determinação do MAB, das famílias MAB, do Movimento de Atingidos por Barragens, da assessoria do Deputado Rogério Correia, que é da Bancada de Minas Gerais – assim como o nosso Presidente aqui do Congresso, Rodrigo Pacheco –, do senhor, por ter, enfim, pautado esse projeto, que hoje está finalizando, e agradecer, também, à consultoria do Senado, assim como à minha assessoria.

Eu acho que o trabalho feito, desenvolvido até o momento está excelente. O projeto, infelizmente, não é terminativo aqui. Ele ainda vai para a Comissão de Infraestrutura. Será um novo desafio. Eu tenho certeza de que esta Comissão, assim como o senhor e outros membros daqui desta Comissão, estaremos juntos ali, na Comissão de Infraestrutura, para ver se conseguimos aprovar esse texto que saiu daqui da CMA. Eu acredito que seja um texto extremamente... É um texto que tem muito bom senso, está atendendo, de certa forma, a todas as partes.

E aí eu quero agradecer a todos que participaram da construção desse texto, já, adiantando, que eu acato, sim, a emenda do Senador Vanderlan. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senadora, depois, eu pediria à senhora que sua assessoria mandasse só o complemento do voto com o acolhimento feito por V. Exa. e eu coloco a matéria em discussão.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não, Senador Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu apenas queria aqui fazer o registro e parabenizar V. Exa. pela condução desta brilhante e tão importante Comissão de Meio Ambiente do Senado, ao passo que eu quero aqui parabenizar a minha querida Senadora Leila, que sempre tem essa empatia, que é a possibilidade de se colocar na dor do outro. Eu acho que é isso que faz toda a diferença, quando você tem um olhar mais humanizador – humanizar a dor. Esse é o objetivo, acho, do Parlamento e o objetivo de um Parlamentar, para mim, é usar a palavra para apresentar o Brasil para o Brasil, e a Senadora Leila faz isso com bastante propriedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero, também, registrar a presença aqui do Senador Omar Aziz, do meu querido Plínio Valério, do nosso Líder Paulo Rocha, enfim, do Confúcio Moura.

E eu quero só fazer um pequeno registro, Sr. Presidente. Só no Estado de Minas Gerais nós tivemos Mariana, Miraí, Cataguases, Barão de Cocais, Brumadinho, só no Estado de Minas Gerais. Nós temos 906 barragens, um número reduzidíssimo de fiscais para preservação e para proteção dessa população que ali se encontra.

Então, quando eu vejo aqui um crime de ecocídio que aconteceu há seis anos como em Mariana, que vitimou 19 e deixou desabrigadas inúmeras pessoas, inúmeras famílias, é necessário que o Parlamento dê uma resposta urgente. Eu não canso de repetir Ruy Barbosa quando ele fala que justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta. É preciso que o Parlamento dê uma resposta muito mais célere e eu faço aqui o meu registro.

Meu voto é "sim" e parabenizo, a minha querida Senadora Leila Barros, V. Exa. e todos os integrantes desta tão importante Comissão de Meio Ambiente do Senado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Contarato, em relação ao elogio que V. Exa. fez à minha Presidência, dizendo que presido tão brilhantemente, eu quero dizer só que me miro na sua Presidência, que recém terminou, para tentar chegar perto do brilho de V. Exa. Espero que eu esteja conseguindo, pelo menos, chegar próximo realmente da sua postura, da sua presença, assim como da Senadora Leila e do nosso querido Vice, Confúcio Moura.

Eu acho que esta Casa, até por ser a Comissão de Meio Ambiente, tem que tratar de contribuir para menos aridez na vida dos seres humanos. Eu acho que a aridez, agora com essa guerra Rússia/Ucrânia, Ucrânia/Rússia, na verdade, é a vitória da barbárie sobre a civilização. E, quando a gente chega nesse ponto, é que houve uma longa caminhada à qual nós não fomos atentos. Por isso, eu sempre digo que é preciso conter o vírus do ódio, o vírus do preconceito, o vírus da violência no nascedouro. Porque, às vezes, a gente vai, como se diz, fechar a porta quando já não consegue mais fechar a porta, e o conflito já está estabelecido, já está conflagrado.

Ontem, nós inauguramos, no corredor do Senado, uma exposição de fotos em lembrança às vítimas do Holocausto, que só de judeus mortos foram seis milhões, mas não foram só judeus; foram testemunhas de Jeová, foram homossexuais, foram ciganos, foram todos aqueles que alguém resolveu entender que era uma raça inferior. Imagine! Isso foi só há 75 anos, Senador Plínio. E nós vimos uma barbaridade como essa: máquinas de matar gente na Europa, no velho continente de tanta cultura, de tanto saber.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu digo sempre que onde há seres humanos ou nós cuidamos, ou nós nos surpreendemos com aquilo que parece inimaginável. Essa exposição, inclusive, veio do museu Yad Vashem, em Jerusalém, que tem mais de 450 mil fotos; um museu que emociona qualquer pessoa que nele entre, independentemente de ser judeu ou não, pelo peso das imagens de pessoas esquálidas, no osso, morrendo, ou morrendo a tiros, ou nas câmaras de gás. E isso aconteceu, repito, na Europa, no velho continente de tanta cultura.

Então, eu insisto que é papel desta Casa – e me associo às suas palavras e às da Relatora, que fez esse brilhante trabalho –, porque os atingidos por barragens não são só, Senador Contarato, aqueles do episódio que V. Exa. falou, dos acidentes, mas, na verdade, são atingidos por barragens mesmo sem acidente. Porque, muitas vezes, quando as barragens são construídas... E eu não estou dizendo que elas têm que ser ou não podem ser construídas. Vou voltar a dizer que é preciso desenvolver e preservar ao mesmo tempo. Temos que ter essa combinação, apesar de que, hoje, já não se constroem barragens ou hidrelétricas com aquele tipo de barragem, mas há barragens de rejeito. Porque, muitas vezes, a inundação de terras acaba provocando o êxodo da população, a quem é prometida a realocação. Eu estou falando isso porque, na minha Bahia, existe a Barragem de Itaparica, Senador Plínio, que já fez uma década e, até hoje, você ainda vê as pessoas sem a condição de continuarem vivendo dignamente.

Então, eu a parabenizo e quero dizer, Senadora, que ontem à noite também conversei com o Líder no Congresso, já que, neste momento, não há Liderança do Governo no Senado, Senador Eduardo Gomes, falei sobre o projeto e ele concordou comigo que, se houve um acordo, foi votado por consenso na Câmara dos Deputados, que é uma Casa, talvez, mais polêmica do que aqui, porque nós somos 81 e lá são 513, não havia por que postergar a aprovação.

Então, eu parabenizo-o e mantenho a discussão em aberto.

Não sei se mais algum Senador quer discutir a matéria... (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação será simbólica, porque a matéria não é terminativa e, como a Relatora disse, ainda vai para a Comissão de Infraestrutura.

Encerrada a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A matéria e o relatório da Senadora estão aprovados. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 2.788, de 2019, nos termos da Emenda nº 2, substitutiva, da CMA, com o acolhimento da Emenda nº 1, do Senador Vanderlan.

A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Eu passo ao item 3.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 17, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 9/2022, com o objetivo de instruir o PL 6299 de 2002, sejam incluídos os convidados que apresenta

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF) e outros

Senador... Não está aí...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, rapidinho, só para agradecer.

Nossa... Essa salva de palmas aqui, eu transfiro toda essa energia, essa alegria para as famílias, para o movimento, para o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens).

Quero agradecer o trabalho deles, a parceria, como eu falei, de todos os envolvidos na construção desse relatório, que é muito importante, é uma resposta, como o senhor falou e o Senador Contarato também, para essas famílias que há anos, há anos, esperam também por justiça, por indenizações, por reconhecimento do Estado das dificuldades. Eles entendem que há a questão do interesse coletivo, mas também existe a vida privada, a casa, muitas vezes são retirados dali de forma não tão planejada, não tão esperada, e eu acho que esse projeto de alguma forma traz justiça, traz um outro olhar para esse movimento, para essas famílias.

Então, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu peço vênia a V. Exa., porque o único comentário que eu posso fazer, mais uma vez, é dizendo que V. Exa. marcou um belo ponto com uma ótima cortada.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - DF) – Foi um *ace*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse *ace* é para o MAB, valeu! (*Risos.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Como eu faço? O Izalci não está aí, não é? (*Pausa.*)

Senadora Leila, há um requerimento do Senador Izalci em que eu fui informado que V. Exa. poderia subscrever...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - DF) – Isso, vou subscrever, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não, então, o requerimento é de autoria do Senador Izalci e, agora, também, da Senadora Leila.

Eu lerei o requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do REQ 9/2022, com o objetivo de instruir o PL 6.299, que altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem, a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, o destino, a classificação, o controle, a inspeção e fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins e dá outras providências, sejam incluídos os convidados que apresento.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento de minha autoria, desta Comissão.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 20, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o potencial socioeconômico do bioma Caatinga, na busca de trazer um novo olhar, da escassez à abundância do bioma, em alusão ao Dia Nacional da Caatinga, celebrado em 28 de abril, com os convidados que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: a Sra. Márcia Vanusa da Silva; a Sra. Francinete Francis Lacerda; o Sr. Francisco Carneiro Barreto Campello e o Sr. Paulo Pedro de Carvalho.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 21, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na Audiência Pública objeto do REQ 20/2022 - CMA, com o objetivo de debater o potencial socioeconômico do bioma Caatinga, em alusão ao Dia Nacional da Caatinga, celebrado em 28 de abril, sejam incluídos os convidados que apresenta.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

V. Exa. quer ler o requerimento, Senador?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para encaminhar. *Por videoconferência.*) – Presidente, apenas para anotar que se trata de adição de dois nomes a uma audiência pública pedida por V. Exa. sobre o bioma da Caatinga, apenas isso.

Para acrescentar dois nomes: o da Profa. Dra. Rosimeire Cavalcante, da UFRN, e do Sr. Frans Germain Pareyn, Coordenador-Geral da Associação Plantas do Nordeste.

Então, esse é o teor do Requerimento nº 21, de nossa autoria, em adição à sua solicitação de audiência pública do Requerimento 20, de 2022, da CMA.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Em votação o requerimento apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As matérias não apreciadas nesta reunião serão reincluídas em pauta futura para deliberação.

Antes de encerrar a sessão, quero mais uma vez alertar... Vou pedir, aliás, aos queridos Senadores e Senadoras que, na Sala n° 7, já que esta sala aqui não dispõe de urnas para a votação de indicação de autoridades, nós deveremos fazer a reunião às 13h, para apreciação de nomes indicados para Agência Nacional de Águas.

Pois não, Senador Plínio. V. Exa. quer fazer uso da palavra ou não? (*Pausa.*)

Então, eu peço a todos, porque a votação tem que ser nominal, nós temos que atingir o quórum de nove e, no caso, como é votação de autoridade, não é disponibilizado o sistema *online*.

Então, os Senadores e Senadoras têm que estar presentes na Sala n° 7 para, depois da sabatina e leitura dos relatórios, ser feita a votação.

Pois não, Senador Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM. Pela ordem.) – Era isso que eu ia perguntar, Presidente: o relatório só pode ser lido e, em seguida, ter a votação? Eu não poderia ler o relatório agora e já adiantar? É a pergunta que fica.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Desculpe, me tiraram a atenção.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – O senhor marcou para as 13h, porque lá a sala é preparada para a votação. Eu pergunto se eu posso ler, apenas ler o meu relatório e, quando abrir, já começar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Plínio, deixe eu lhe dizer: na verdade, é porque a sessão é específica para o tema.

Mas se V. Exa. tiver dificuldade... Alguém pode ler o relatório dele ou não? (*Pausa.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Não, não tenho dificuldade, não. Era só para agilizar, está bem? Era só para agilizar.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – O.k. Obrigado.

Tendo concluído todas as matérias, eu declaro encerrada esta sessão e agradeço a todos pela participação.

(*Iniciada às 8 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 34 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE ABRIL DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às treze horas e onze minutos do dia seis de abril de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Jaques Wagner, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Luis Carlos Heinze, Kátia Abreu, Rose de Freitas, Eduardo Gomes, Eliane Nogueira, Esperidião Amin, Plínio Valério, Izalci Lucas, Giordano, Carlos Fávaro, Otto Alencar, Vanderlan Cardoso, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Telmário Mota, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Fabiano Contarato, Leila Barros e Nelsinho Trad. Deixam de comparecer os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Alvaro Dias, Jayme Campos e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de autoridades (ANA)**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 14, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o § 1º do art. 23 da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, o nome do Senhor RICARDO MEDEIROS DE ANDRADE, para exercer o cargo de Ouvidor-Geral da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** A comissão encontra-se em condições para deliberar sobre a indicação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** Sim: 15 Não: 1 Abstenção: 0. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 17, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 9 da Lei nº 9.984, de 2000, o nome da Senhora VERONICA SÁNCHEZ DA CRUZ RIOS, para exercer o cargo de Diretora-Presidente da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA, na vaga decorrente do término do mandato de Christianne Dias Ferreira em 15 de janeiro de 2022." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatório:** A comissão encontra-se em condições para deliberar sobre a indicação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** Sim: 15 Não: 1 Abstenção: 0. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 21, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 9° da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e art. 3° do Anexo l do Decreto n° 3.692, de 19 de dezembro de 2000, a indicação do Senhor MAURICIO ABIJAODI LOPES DE VASCONCELLOS, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA, na vaga decorrente do término do mandato de Marcelo Cruz." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** A comissão encontra-se em condições para deliberar sobre a indicação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** Sim: 14 Não: 2 Abstenção: 0. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 20, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 9° da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e art. 3° do Anexo l do Decreto n° 3.692, de 19 de dezembro de 2000, a indicação da Senhora ANA CAROLINA ARGOLO NASCIMENTO DE CASTRO, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Águas – ANA, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Ricardo Medeiros de Andrade." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** A comissão encontra-se em condições para deliberar sobre a indicação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observação: Sim: 14 Não: 2 Abstenção: 0. **ITEM 5 - Mensagem (SF) n° 18, de 2022 - Não Terminativo** - que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 9 da Lei nº 9.984, de 2000, o nome do Senhor FILIPE DE MELLO SAMPAIO CUNHA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA, na vaga decorrente do término do mandato de Oscar de Moraes Cordeiro Netto em 15 de janeiro de 2022." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** A comissão encontra-se em condições para deliberar sobre a indicação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** Sim: 12 Não: 4 Abstenção: 0. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jaques Wagner
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/04/06

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

A presente reunião é destinada à arguição de autoridades indicadas para compor a Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.

Nos termos do art. 383 do Regimento Interno, combinado com o Ato da Comissão Diretora n° 9, de 2020, faremos hoje a arguição do Sr. Ricardo Medeiros de Andrade, indicado pela Mensagem 14, de 2022; da Sra. Veronica Sánchez da Cruz Rios, indicada pela Mensagem 17, de 2022; do Sr. Filipe de Mello Sampaio Cunha, indicado pela Mensagem 18, de 2022; da Sra. Ana Carolina Argolo Nascimento de Castro, indicada pela Mensagem 20, de 2022; do Sr. Mauricio Abijaodi – espero que esteja certa a pronúncia – Lopes de Vasconcellos, indicado pela Mensagem 21, de 2022.

Os indicados terão dez minutos para a sua exposição inicial. Após cada indicado, a palavra será imediatamente concedida ao respectivo Relator para as suas considerações e seu voto... Aliás, para a sua indicação – o voto é secreto.

Após os indicados e seus Relatores falarem, as votações serão abertas, enquanto os Senadores inscritos fazem suas perguntas, que serão imediatamente respondidas pelos respectivos interpelados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para cada interação, o prazo será de até cinco minutos.

Os Senadores presentes farão suas perguntas e, ao final dessas inscrições e respectivas respostas, será oportunizada a interpelação pelos Senadores que participam remotamente.

A votação é secreta e será, necessariamente, presencial, nos totens localizados aqui no interior do Plenário ou no corredor de acesso.

O acesso ao Plenário da reunião será limitado à lotação da sala, ao que peço a atenção da Polícia Legislativa.

Eu vou organizar da seguinte forma: como nós temos três autoridades com três Relatores diferentes, eu vou chamar, primeiro, esses três e, depois, os outros dois cuja relatoria...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Calma! Vou chamar. (*Risos.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. *Fora do microfone*.) – Preciso ser a primeira porque...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Ah, tá. Sem problema.

Depois eu chamo os dois cujo relatório está a cargo do Senador Eduardo Gomes, que é o Líder do Governo no Congresso.

Então, gostaria de convidar aqui: a Sra. Veronica Sánchez da Cruz Rios, que é indicada para Diretora-Presidente; o Sr. Ricardo Medeiros de Andrade, indicado para Ouvidor-Geral; e o Sr. Maurício Lopes de Vasconcellos, indicado ao cargo de Diretor.

Eu vou abrir a palavra, primeiramente, para a Sra. Verônica. Logo após a sua fala, por dez minutos, eu passo a palavra à Relatora do seu processo, que é a Senadora Kátia Abreu, e, assim, sucessivamente, ao Senador Plínio e, depois, ao Senador Jean Paul.

V. Sa. tem os dez minutos regimentais.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 17, DE 2022

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 9 da Lei n° 9.984, de 2000, o nome da Senhora VERONICA SÁNCHEZ DA CRUZ RIOS, para exercer o cargo de Diretora-Presidente da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA, na vaga decorrente do término do mandato de Christianne Dias Ferreira em 15 de janeiro de 2022.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Kátia Abreu

Relatório: A comissão encontra-se em condições para deliberar sobre a indicação

A SRA. VERONICA SÁNCHEZ DA CRUZ RIOS (Para expor.) – Boa tarde a todos!

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Senador Jaques Wagner; excelentíssimas senhoras e senhores membros da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal e demais presentes, para mim é uma honra e satisfação estar na Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal para, com respeito e humildade, ser sabatinada por V. Exas. para exercer mandato na diretoria da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.

Primeiramente, gostaria de registrar o meu agradecimento ao ex-Ministro Rogério Marinho, com quem tive a honra e o privilégio de trabalhar à frente da Secretaria de Fomento e Parcerias com o Setor Privado do Ministério do Desenvolvimento Regional, pela sugestão do meu nome para exercício do mandato na ANA. Agradeço também ao Ministro do Desenvolvimento Regional, Daniel Ferreira. Agradeço ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, por acatar a sugestão do Ministro e pela confiança em mim depositada. Agradeço à Senadora Kátia Abreu pela relatoria da mensagem que me indica ao cargo na diretoria da agência. Agradeço à Dra. Christianne Dias, ex-Presidente da agência, que está aqui presente, e cumprimento a todos os membros da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal.

Sras. e Srs. Senadores, agradeço a oportunidade de me apresentar aqui à Comissão. Sou membro da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, desde 2008, e, por meio dessa carreira, pude atuar num nível estratégico do Governo, contribuindo com uma visão sistêmica para a tomada de decisões, com o objetivo de construir soluções para os problemas mais desafiadores do país.

Trabalhei na Casa Civil da Presidência da República e no Ministério do Planejamento, na coordenação e monitoramento dos projetos dos setores de geração e transmissão de energia, de petróleo e gás natural e de combustíveis renováveis. Essa experiência me permitiu conhecer a infraestrutura energética nacional e, com isso, compreender a sua relevância e caráter estratégico para o país, bem como sua forte relação com o setor de recursos hídricos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No período entre 2016 e 2018, na Assessoria Especial da Casa Civil da Presidência da República, me dediquei a contribuir com a agenda de reformas estruturantes do Governo e, assim, pude participar da coordenação das discussões e da elaboração das medidas provisórias que culminaram com o novo marco legal de saneamento básico.

Já em 2019, trabalhei no Programa de Parcerias de Investimentos do Governo Federal como Secretária Especial Adjunta, e essa experiência no PPI foi fundamental para minha atuação no Ministério do Desenvolvimento Regional, pois me foi dada a missão de ampliar as parcerias com o setor privado e consolidar essa agenda no MDR. Para isso, trabalhei fortemente pela criação do Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável, aprovado pelas Sras. e Srs. Senadores através da Medida Provisória 1.052, que disponibilizará R$790 milhões para a elaboração de projetos de concessões e PPPs para os estados e para os municípios do Brasil e, com isso, permitir a ampliação da qualidade dos serviços públicos para os cidadãos.

Um exemplo claro disso foram os leilões de saneamento e de iluminação pública realizados nos últimos dois anos. Na próxima semana, Srs. Senadores, teremos o primeiro leilão de resíduos sólidos a ser realizado na B3 de um consórcio de oito municípios do Estado de Minas Gerais e, em junho, teremos o primeiro leilão de um perímetro público de irrigação.

Tenho, portanto, acumulado conhecimento e experiências em várias áreas da administração pública, especialmente nos temas relacionados à infraestrutura e também na elaboração de políticas públicas e na gestão governamental.

Na parte acadêmica, defendi a minha dissertação de mestrado sobre "Inovação em Políticas Públicas", estudando o caso do plano de desenvolvimento regional sustentável do Xingu, com o qual recebi o Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional, em 2013. Essa experiência me permitiu atuar de forma transversal e estratégica com diversos órgãos da administração, bem como com diversos agentes da sociedade, sempre buscando o equilíbrio em prol do interesse público.

Gostaria, então, de destacar algumas ações nas quais me envolvi diretamente no MDR nos últimos anos.

A primeira foi o marco legal do saneamento básico, sancionado em 2020, que eu ajudei a construir desde o início até a sua aprovação pelo Congresso Nacional e a sua regulamentação pelo Poder Executivo.

Quando iniciamos o diagnóstico do setor, em 2016, deparamos com dados desoladores em termos da quantidade de brasileiros que ainda não têm acesso aos serviços de água e saneamento básico em suas casas. E a falta de saneamento, Senadores, mata; mata adultos, mata crianças. Temos dados da Unesco que mostram que mais de 13 milhões de crianças e adolescentes no Brasil ainda não têm acesso a esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

serviços. E foi isso que nos motivou a propor mudanças no setor em 2018, para permitir que cada vez mais brasileiros tenham acesso a esses serviços.

O sucesso dessa lei está comprovado com os leilões realizados desde 2020. Para os senhores terem ideia, só com os primeiros leilões, nós já conseguimos o compromisso de investimentos de mais de R$45 bilhões no setor nos próximos anos. Isso significa que mais de 20 milhões de brasileiros terão os serviços de água e de coleta e tratamento de esgoto nas suas casas.

Saneamento, Srs. Senadores, é saúde, é redução da mortalidade infantil, é melhoria da qualidade do meio ambiente. Portanto, as mudanças recentes no setor nos permitem acreditar que as metas de universalização previstas na lei serão cumpridas até 2033.

Outra ação que eu gostaria de destacar é o Programa Águas Brasileiras, que ajudei a elaborar e a implementar no Ministério do Desenvolvimento Regional. É um programa inovador e sensacional no meu ponto de vista, porque ele reúne os esforços do Governo, do setor privado e da sociedade civil em prol da revitalização das bacias hidrográficas brasileiras. Ele foi lançado em 2021 pelo Presidente da República, em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, e, só no primeiro ano, na primeira etapa do programa, já conseguimos o compromisso de investimentos de R$500 milhões para a revitalização das nossas bacias hidrográficas, ou seja, estamos unindo interesse público com interesse privado em prol da segurança hídrica do Brasil. Estamos plantando águas, olhando para o futuro.

Um projeto sobre o qual eu não poderia deixar de falar é o Projeto de Integração do Rio São Francisco. Finalmente, em 2022, a transposição do São Francisco está sendo concluída. Já está levando águas para os Estados de Pernambuco, Paraíba e Ceará e, desde fevereiro deste ano, para o Rio Grande do Norte. Essa obra monumental, pensada há mais de um século, vai atender a 16 milhões de brasileiros do Semiárido nordestino. E os esforços do Ministério do Desenvolvimento Regional para a conclusão das suas obras foram enormes.

Além disso, várias medidas foram tomadas para preservar o rio e para garantir a qualidade das suas águas. O Congresso Nacional teve um papel muito relevante nisso, primeiro pela aprovação da lei da capitalização da Eletrobras, que trouxe duas medidas de excepcional importância para a sustentabilidade econômica, social e ambiental do projeto. A primeira medida foi a garantia do fornecimento de energia para a operação do Pisf a um valor de R$80 o megawatt-hora durante 20 anos, o que significa que o custo de fornecimento de água do projeto para os estados e para os usuários será significativamente menor. A segunda medida também é de extrema importância, pois atende a uma demanda histórica dos estados doadores, principalmente Minas Gerais e Bahia, porque prevê a aplicação de R$5,8 bilhões ao longo de dez anos para a revitalização das bacias hidrográficas dos Rios São Francisco e Parnaíba e dos rios da Bacia do Rio Grande e Furnas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com isso, Sras. e Srs. Senadores, estamos garantindo três coisas: que a água da transposição chegue às pessoas, através da conclusão das suas obras; que ela chegue a um custo barato para os estados e para a população, cumprindo os objetivos originais do projeto; e que, no futuro, haja água através da revitalização dos rios.

Por último, eu gostaria de mencionar o Projeto de Lei 4.546, de 2021, enviado pelo Executivo para o Congresso Nacional, em dezembro do ano passado, que tem dois principais objetivos. O primeiro é permitir uma alocação mais eficiente de água em bacias críticas, ou seja, naquelas onde há conflitos pelos usos da água, e, com isso, melhorar a disponibilidade de água para todos os usos, ou seja, geração de energia, irrigação, saneamento, consumo humano e todos os demais usos. O segundo objetivo é aumentar os investimentos em infraestrutura hídrica.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VERONICA SÁNCHEZ DA CRUZ RIOS – O projeto de lei propõe um aprimoramento da Política Nacional de Recursos Hídricos a partir de um amplo aprendizado, com experiências de outros países na gestão das águas, visando à sustentabilidade da operação e da manutenção das infraestruturas hídricas já existentes, bem como a atração de mais investimentos para a expansão da infraestrutura de segurança hídrica nacional, inclusive incorporando recomendações da OCDE para o setor de recursos hídricos, ou seja, esse projeto de lei traz a agenda das águas como uma prioridade para o Congresso Nacional. Por todas essas ações, o Ministério do Desenvolvimento Regional é considerado o Ministério das Águas, e a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico está também vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional.

Nesse período de dois anos no MDR, tive inúmeras oportunidades de interagir com a equipe da ANA...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VERONICA SÁNCHEZ DA CRUZ RIOS – ... e constatar a excepcional capacitação do corpo técnico.

Ao longo da sua história, a ANA desenvolveu a capacidade de atuar na gestão de crises e de eventos extremos que demandam uma rápida capacidade de resposta, mas, além disso, desenvolveu e aprimorou os sistemas de monitoramento, modernizou o sistema de concessão de outorgas pelo uso de recursos hídricos em formato totalmente eletrônico e aprimorou os procedimentos de fiscalização.

Em 2020, comemoraram-se os 20 anos da agência, período em que a agência não apenas se estruturou, mas também consolidou uma marca de qualidade técnica, capacidade de diálogo e de credibilidade. Por isso, Sras. e Srs. Senadores, houve a incorporação de novas atribuições à agência, dada a confiança e a certeza da capacidade da ANA de cumprir com excelência as missões a ela atribuídas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VERONICA SÁNCHEZ DA CRUZ RIOS – ... e estar pronta para se envolver nos debates estratégicos do país.

Sras. e Srs. Senadores, uma habilidade essencial para a condução da agência é a capacidade de diálogo com todos os setores para que haja integração e coordenação das ações. Eu tenho essa característica e estou disposta a promover um diálogo permanente na busca das melhores soluções para os problemas.

Acima de tudo, é preciso garantir os usos múltiplos da água a partir de um esforço coordenado, considerando a importância e o valor que a água tem como fator de indução e de promoção do desenvolvimento econômico e social do país. Sempre é importante lembrar que a água é o insumo mais precioso do planeta, sem água não há nada, e é dever de todos nós zelar pela sua qualidade e disponibilidade para todos os usos. Por isso, acredito que é necessário...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VERONICA SÁNCHEZ DA CRUZ RIOS – ... ter uma visão sistêmica e abrangente sobre os recursos hídricos do Brasil, que são imprescindíveis para o desenvolvimento sustentável do país, afinal de contas a água é uma só.

Estou certa de que, em um contexto global de crescente valorização da água como insumo estratégico, posso contribuir para o fortalecimento institucional da agência, que é uma referência nacional.

Em síntese, Sr. Presidente, este é um breve relato da minha trajetória acadêmica e profissional, que, a meu juízo, me habilitam a ser escrutinada por esta Comissão no dia de hoje.

Registro a minha satisfação de estar sendo avaliada por esta Comissão, que sempre cumpre com zelo a missão de avaliar as autoridades aqui indicadas, principalmente para a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. E prometo, dessa forma, honrar o mandato que pode a mim ser conferido, confiado, caso V. Exas. entendam que eu cumpro os requisitos para o exercício do mandato do cargo para o qual fui indicada.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VERONICA SÁNCHEZ DA CRUZ RIOS – Eu me coloco à disposição das Sras. e Srs. Senadores para quaisquer perguntas e questionamentos que entenderem necessários.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Sra. Vitória, ou melhor – perdão –, Veronica Sánchez da Cruz Rios, pela sua apresentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo imediatamente a palavra à Senadora Kátia Abreu, responsável por fazer o relatório da sua indicação.

Senadora.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Cumprimento Ricardo Medeiros e Mauricio de Vasconcellos, da Agência Nacional de Águas. Ricardo já é um amigo de longa data que compõe os quadros da nossa agência.

Quero cumprimentar a Dra. Veronica. Parabéns pelo seu trabalho, pelo seu currículo. Dois anos no MDR, não é? Eu acredito que dois anos são suficientes normalmente para as mulheres fazerem muito, sabe, Sr. Presidente? Dois anos para uma mulher... Às vezes para o outro sexo significam dez! Então, as mulheres em dois...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – É, normalmente a gente em dois pode fazer o que fazem em dez. Eu não sei o que é isso, é uma característica, assim, interessante.

Parabéns, Veronica! E vamos lá, vamos ao seu relatório.

Chega ao exame desta...

Primeiro quero agradecer ao Senador Jaques Wagner por me designar como Relatora da indicação da Diretora-Presidente, principalmente porque é uma mulher.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – E me permita só um comentário, Senadora, sobre o que a senhora relatou sobre as mulheres. Eu acho que todos aqueles que têm que superar preconceitos acabam tendo muito mais tenacidade. Nada contra nós mesmos, os homens, mas é fato que, como sempre houve um preconceito, então o trabalho de superação acaba sendo um teste importante para o preparo, assim como o caso de V. Exa., que é uma Senadora bastante atuante. Era só para concordar com a sua fala.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Eu tenho certeza! A sua experiência como Governador da Bahia, do grande Estado da Bahia, um dos melhores Governadores do Brasil, deve ter lhe mostrado isso, a efetividade das mulheres na gestão, no serviço público ou privado.

Chega ao exame desta Comissão de Meio Ambiente a Mensagem nº 17, de 2022, em que o Presidente da República submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome da Sra. Veronica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sanchez da Cruz Rios – nome de princesa, cumprido – para exercer o cargo de Diretora-Presidente da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.

A mensagem cumpre, também, o disposto no art. 5° da Lei n° 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos nas Agências Reguladoras, o qual impõe que os diretores dessas agências sejam brasileiros, de reputação ilibada e de notório conhecimento no campo de sua especialidade, devendo ser escolhidos pelo Presidente da República e por ele nomeados, após aprovação pelo Senado Federal.

A indicada exerceu por no mínimo quatro anos cargo de confiança equivalente a DAS-4 ou superior e tem formação acadêmica compatível com o cargo, atendendo ao que exige a citada lei das agências reguladoras.

Acompanham a Mensagem os documentos e informações exigidos. Quanto a essas informações, a Sra. Veronica Sanchez da Cruz Rios declara: (1) não ter parentes que exercem ou exerceram atividades públicas ou privadas vinculadas à sua atividade profissional; (2) não ter participado, em qualquer tempo, como sócio proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais, sendo apenas sócia quotista com 1% da Sociedade Empresarial Clínica Médica Dra. Ana Luiza Ltda., de propriedade de sua genitora; (3) possuir situação fiscal regular no âmbito das fazendas distrital e federal, conforme certidões e relatório anexados; (4) não possuir ações judiciais em que figure como réu ou autor; conforme declarações em anexo (5) ter exercido os seguintes cargos nos conselhos de administração das empresas estatais: Conselheira da Empresa Hidrotérmica S.A e Conselheira da Empresa Gás Brasiliano S.A.; e (6) Não ter exercido nenhum cargo de direção em Agências Reguladoras ou em Juízos ou Tribunais.

O *curriculum vitae* da indicada registra que o Sra. Veronica Sanchez da Cruz Rios se graduou em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e é Mestre em Administração pela mesma instituição, UnB, além de pós-graduada em Gestão e Administração (Master in Business Administration – MBA) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

A Sra. Veronica Rios iniciou sua carreira no serviço público em 2009, como Especialista em Políticas Públicas do Ministério da Economia, atuando na Casa Civil da Presidência da República. Atuou na Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República.

No Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão exerceu o cargo de Coordenadora Geral de Energia, Petróleo e Gás e Mineração da Secretaria do PAC. De 2016 a 2019 foi Assessora Especial do Ministro da Casa Civil. Ainda na Casa Civil, exerceu o cargo de Secretária Especial Adjunta do Programa de Parcerias de Investimentos – PPI. De abril de 2020 até setembro de 2021 foi Chefe da Assessoria Especial no Gabinete do Ministro do Desenvolvimento Regional, prestando relevantes serviços naquela pasta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da sua atuação resultou, em setembro de 2021, a criação da Secretaria de Fomento e Parcerias com o Setor Privado no Ministério do Desenvolvimento Regional, tendo a indicada assumido a missão de ampliar as fontes de recursos para investimento nas políticas públicas sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Regional. A indicada coordenou os instrumentos de fomento e das políticas públicas voltadas à implementação de projetos de concessões e parcerias público-privadas federais e de entes federativos nas áreas de competência do Ministério. Esse trabalho já tem colhido frutos decorrentes dos leilões de saneamento básico e iluminação pública realizados entre os anos de 2020 e 2021, os quais preveem investimentos vuItosos.

Quanto à capacidade de gestão e direção administrativa da Sra. Veronica Sanchez da Cruz Rios, reforçamos ainda que o currículo da indicada relaciona sua atuação na área de infraestrutura e amplo conhecimento prático de políticas públicas.

Assim, tendo em vista o histórico pessoal e profissional apresentado e aqui resumido, comprovado pela documentação enviada, entendemos dispor esta Comissão de informações para deliberar sobre a nomeação da Sra. Veronica Sanchez da Cruz Rios para o cargo de Diretora-Presidente da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

Os demais vão todos ler os relatórios dos três, para depois começarem os questionamentos?

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não. Na verdade, por conta de que nós estamos premidos pela sessão que se deve iniciar às 4h, a minha ideia é que nós fizéssemos a leitura...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Dos três...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... dos cinco. E depois poderia já ser, uma vez lidos, aberta a votação, porque serão os cinco sequenciados na votação. Aí iniciaríamos o processo de questionamento.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – O.k.

Sr. Presidente, eu gostaria de deixar aqui três perguntas que para mim são muito importantes, porque eu vou ter que me dirigir a CRE, que também tem audiência pública...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Se quiser me entregar, eu posso fazê-las.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Não, eu não as tenho por escrito não. Só pontuei três coisas muito rápidas aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em primeiro lugar eu gostaria de saber de todos que vão para a ANA sobre a ideia de nós apresentarmos o projeto de lei, que foi discutido na CAE ontem, da criação de uma controladoria das agências reguladoras. Essas agências estão completamente soltas, mas não vou entrar no mérito de cada uma delas aqui. A ANA tem um perfil diferente, mas as demais, Sr. Presidente, têm protegido muito pouco o contribuinte brasileiro, limitando-se apenas ao rigor da lei, sem nenhuma criatividade no sentido de melhorar a performance das agências quanto a estabelecer procedimentos, regras de funcionamento. Uma pode cobrar preço, a outra não pode; a outra fiscaliza isso, essa não. Então, estão soltas essas agências, e nós acreditamos que um arcabouço único de controladoria poderia ser eficaz para todas as agências.

A segunda questão é especialmente para a Veronica e para o Ricardo, que é antigo lá na agência, é sobre os estudos de bacia. Há muitos anos eu ouvi uma reclamação da ANA, de seu próprio Diretor-Presidente, cujo nome eu não gostaria de mencionar, no sentido de que estava já desanimado de fazer estudos de bacias e depois guardá-los nas gavetas, por não serem implementadas políticas públicas baseadas nesses estudos de bacia.

Por exemplo, faz-se o estudo de bacia do Rio Tocantins, estudam tudo bonitinho, coisa mais linda do mundo. Quando vão fazer o Orçamento Geral da União, a aplicação por parte dos Parlamentares em saneamento básico, em vez de começar pelas cidades que estão da nascente para a foz, faz o saneamento no meio, no começo, no fim, sem fazer atrás, e não existe um segmento, uma observância dos estudos de bacia.

Então, eu quero saber... A senhora anunciou agora mesmo que tem mais estudos de bacia pela frente. Eu quero saber se o MDR observou esses estudos de bacia, até mesmo para liberar as emendas parlamentares. E gostaria de saber também se isso não seria objeto de regulamentação, a liberação dessas emendas.

Então, a primeira cidade é A, a 15ª cidade é B. Em vez de eu começar a fazer o saneamento da A, eu já começo pela 15ª, que é a B, sem observar esse quesito técnico que é da maior importância. Ou vamos continuar colocando estudos de bacia na gaveta?

A senhora, que estava no MDR, pode dizer se esses estudos foram observados e como.

E queria a opinião de todos sobre hidrelétricas a fio d'água. O que isso significa para o Brasil? Praticamente todas as últimas hidrelétricas foram construídas a fio d'água, dando um grande prejuízo ao povo brasileiro, inclusive encarecendo o custo da energia.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Já está aberto para a votação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu vou abrir ao final – peço a alguém para lhe avisar quando for aberta a votação.

As votações, repito aos colegas Senadores e Senadoras, serão sequenciadas na urna. Vota-se o primeiro e vão aparecendo, até se encerrarem, os cinco sabatinados.

Eu vou pedir a todos que guardem as respostas para *posteriori* para que a gente sequencie.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 14, DE 2022

- Não terminativo -

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o § 1º do art. 23 da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, o nome do Senhor RICARDO MEDEIROS DE ANDRADE, para exercer o cargo de Ouvidor-Geral da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jean Paul Prates

Relatório: A comissão encontra-se em condições para deliberar sobre a indicação

Observações:

Eu convido agora o Sr. Ricardo Medeiros de Andrade, que está indicado ao cargo de Ouvidor-Geral, para fazer a sua apresentação.

V. Sa. tem dez minutos.

O SR. RICARDO MEDEIROS DE ANDRADE (Para expor.) – Muito obrigado.

Senador Jaques Wagner, Exmo. Sr. Presidente desta Comissão de Meio Ambiente, Exmo. Sr. Vice-Presidente da Comissão, Senador Confúcio Moura, Senadora Kátia Abreu, é uma alegria estar aqui.

Ao Senador Jean Paul eu agradeço por relatar a minha indicação para exercer o honroso cargo de Ouvidor-Geral da Agência Nacional de Águas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É com muita honra, Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, que me apresento a esta Comissão pela segunda vez. Estive aqui em 2017, quando fui indicado e aprovado por esta Comissão para exercer o cargo do Diretor da Agência Nacional de Águas. Desta feita, fui indicado pelo Senhor Presidente da República e pelo Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, para ocupar o honroso cargo de Ouvidor-Geral da Agência Nacional de Águas.

Sou engenheiro civil com larga experiência em gestão de recursos hídricos, demonstrada ao longo de mais de 25 anos de serviços prestados em instituições da administração pública federal e da administração pública estadual no meu estado de origem, do qual eu me orgulho muito, o Rio Grande do Norte, na iniciativa privada e em organismos internacionais.

Como disse, exerci o cargo de diretor da agência, com mandato de quatro anos, de julho de 2017 a julho de 2021, instituição à qual estou ligado desde 2003, exercendo sempre as minhas atividades visando à garantia do uso múltiplo da água, ao respeito aos fundamentos da Lei 9.433, que estabelece que a água é de domínio público e que a gestão de recursos hídricos seja sempre descentralizada e participativa, proporcionando voz a todos os usuários.

É com base nessa vivência que gostaria de aproveitar esta ocasião em que me apresento a V. Exas. para expor alguns pontos que considero fundamentais que sejam conduzidos pela Ouvidoria-Geral da agência. Serei breve, Senador.

Acho que o papel preponderante do ouvidor e da ouvidoria é aproximar a agência do usuário, ao receber, examinar e encaminhar reclamações, denúncias, elogios e demais pronunciamentos referentes à prestação de serviços sob a sua responsabilidade, e, além disso, também monitorar o processo interno de apuração de denúncias e reclamações dos interessados em relação à atuação da agência.

Entendo que a ouvidoria tem papel fundamental na gestão de recursos hídricos e agora, nesse mais novo desafio, na implementação do novo marco regulatório do saneamento.

No contexto dos recursos hídricos, a articulação se dá no âmbito do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, cujo parlamento maior é o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, a partir do recebimento de manifestações quanto à sua implementação – a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos – no território.

No saneamento básico, com o novo marco regulatório, será demandada a realização de consultas e audiências públicas no processo de instrução de normas de referência.

Além desse processo formal, caberá ao ouvidor facilitar o diálogo com pessoas, cidadãos, representantes de associações, dos municípios titulares dos serviços, dos setores regulados, das agências reguladoras infranacionais e das empresas privadas e públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O fortalecimento dos meios de comunicação com o usuário pode não só qualificar os atos regulatórios como embasar e legitimar a tomada de decisão.

A agência, desde sua criação, teve enorme vantagem de contar, tanto em seu corpo técnico como no de dirigentes, com os mais renomados e experientes nomes do país no campo das águas, o que permitiu que sua atuação fosse destacada e significasse um ponto de inflexão, no meu entendimento, positiva no âmbito do gerenciamento dos recursos hídricos no país.

Senhoras e senhores, Senadores e Senadoras, é com o espírito de colaboração e de reconhecimento pelos avanços alcançados nos últimos anos que me coloco à disposição de V. Exas. para oferecer de mim e de minha experiência no honroso cargo de Ouvidor-Geral da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.

Por fim, gostaria de agradecer à minha família, à minha esposa, Claudia, aos meus filhos Ana Carolina e Leonardo, que aqui estão presentes e que, por vezes sacrificados pelo entusiasmo profissional que nos move nessa fascinante jornada, nos apoiam incondicionalmente e nos inspiram para tomar decisões, para enfrentar desafios. E não podia nunca deixar de mencionar também a minha alegria de poder honrar o meu pai, Dalton Melo de Andrade, que nos assiste agora na TV Senado, e a minha mãe, Ione, que são exemplos de vida, honradez e respeito ao próximo. Isso eu levarei pela vida toda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Muito obrigado, Ricardo, indicado para o cargo de Ouvidor-Geral da ANA.

Eu passo imediatamente a palavra ao querido Senador Jean Paul Prates para o seu relatório.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Saúdo V. Exa., bem como os demais Senadores aqui presentes – Senador Plínio, Senadora Kátia, que acabou de sair, mas estava aqui agora, Senador Eduardo Gomes, Senador Izalci, Senador Confúcio, Senador Esperidião – e os que estão pelo remoto – Senadora Rose, Senador Wellington, Senador Vanderlan, Senador Heinze.

Saúdo também a todos vocês candidatos hoje à diretoria, à ouvidoria, na pessoa da candidata à Diretora-Presidente, Verônica. Parabéns pela sua trajetória! Obrigado a todos vocês por estarem aqui se submetendo ao nosso crivo para ingressar pelo que eu chamo da porta do sacerdócio setorial, que é regular os nossos setores tanto de águas e saneamento quanto os demais que estamos percorrendo nesta semana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma semana de trabalho duro, semana de interrogações, de postulações, de apresentar vocês à sociedade, mas também nos cabe, evidentemente, fazer as devidas perguntas, os questionamentos, porque esta é a oportunidade que também vocês têm para nos esclarecer e esclarecer a todo o povo brasileiro sobre como se comportarão, o que são, de onde vieram. Isso é muito importante para todos nós, mas é digno também da nossa parte o agradecimento pelo fato de vocês estarem se submetendo a servir o país.

Ricardo, é um prazer enorme relatar aqui... Eu me permito, com certo grau de informalidade, antes de ler o frio relatório, dizer que sou um fã da sua trajetória lá no próprio Rio Grande do Norte e na ANA há muitos anos. Quando eu fui para o Rio Grande do Norte, há 22 anos, já precedia a isso a fama da equipe que tomava conta dos nossos projetos hídricos, das famosas adutoras da década de 90, e você é parte desse trio, juntamente com Paulo Varela e Rômulo Macedo, a quem também aproveito para homenagear aqui.

Ricardo Andrade, você tem uma trajetória que vem da transposição do São Francisco, passando pelas adutoras, que são a ponta final para chegar aos estados, que são pontas de linha de águas e de fornecimento de quaisquer bens em rede, seja energia, água, combustíveis, em estado desafiador, Senador Confúcio, como também é o seu, que são os nossos estados tidos como longínquos, pequenos mercados. É um processo desafiador trabalhar nas pontas de linha do nosso enorme território nacional.

Quero passar à leitura formal da Mensagem n° 14, de 2022, pela qual o Presidente da República submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome do Sr. Ricardo Medeiros de Andrade, para exercer o cargo de Ouvidor-Geral da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).

O objeto da mensagem atribui a esta Casa a competência privativa de aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha dos titulares de cargos públicos que a lei determinar. Cumpre, também, o disposto no art. 23 da Lei n° 13.848, no sentido de que o ouvidor será escolhido pelo Presidente da República e por ele nomeado, após prévia aprovação do Senado Federal, devendo não se enquadrar nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I da Lei Complementar n° 64 e ter notório conhecimento em administração pública ou em regulação de setores econômicos, ou no campo específico de atuação da agência reguladora.

Acompanham esta mensagem especificamente os documentos e informações exigidos nas alíneas "a", "b" e "c" do inciso I do art. 383 do Regimento do Senado Federal. Ademais, o Sr. Ricardo Andrade declara sete itens importantes: (1) não ter parentes que exercem ou exerceram atividades públicas ou privadas vinculadas à sua atividade profissional; (2) não ter participado, em qualquer tempo, como sócio proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais; (3) possuir situação fiscal regular no âmbito das fazendas distrital e federal, conforme certidões e relatório anexados; (4) não possuir ações judiciais em que figure como réu ou autor; (5) exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, tendo sido nomeado em 6 de julho de 2017, para mandato de 4 (quatro) anos e ter exercido o cargo de Superintendente de Implementação de Programas e Projetos da Agência Nacional de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Águas, no período de 18 de março de 2009 a 5 de julho de 2017; (6) não estar filiado a partido político, conforme certidões anexadas; (7) atender os requisitos dispostos no art. 23 da Lei nº 13.848, de 2019, possuindo notório conhecimento em administração pública e no campo específico de atuação da agência reguladora.

O *curriculum* do indicado, anexado à mensagem, registra que o Sr. Ricardo Medeiros de Andrade se graduou em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

O indicado iniciou sua carreira profissional como gerente administrativo em indústria de esquadrias de alumínio em 1983. Foi Consultor integrante da equipe que elaborou o Projeto Básico da Derivação de Águas do Rio São Francisco para Regiões Semiáridas junto ao Ministério da Integração Regional, no ano de 1994. No Governo do Estado do Rio Grande do Norte, conforme eu já mencionei, exerceu diversas funções na Secretaria de Recursos Hídricos, como Coordenador de Gestão de Recursos Hídricos e Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos entre os anos de 1999 e 2002. Na Agência Nacional de Águas, exerceu diversos cargos de gerência, assessoria, diretoria, superintendência adjunta, diretor executivo, coordenador de comitê, Superintendente de Implementação de Programas e Projetos, coordenador de unidade, Coordenador Nacional do Projeto GEF Amazonas, Coordenador Nacional do Projeto Amazonas: Ação Regional na Área de Recursos Hídricos, celebrado entre a ANA, a Agência Brasileira de Cooperação e a Organização para o Tratado de Cooperação Amazônica, entre 2004 e 2017. De 2017 a 2021, foi Diretor, com mandato de 4 (quatro) anos, e Diretor Supervisor da Área de Gestão de Recursos Hídricos, responsável pela implementação de programas e projetos e apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos da ANA.

Quanto à capacidade de gestão e direção administrativa do Sr. Ricardo Andrade, reforçamos ainda que o currículo do indicado relaciona sua atuação na área de gestão e gerenciamento de recursos hídricos e administração pública em diversas atividades desenvolvidas, como membro do Comitê Diretivo da Plataforma Global sobre Escassez de Água na Agricultura, que é uma iniciativa da FAO; também membro da Rede Global de Soluções Sustentáveis em Água e Energia, iniciativa da Itaipu Binacional e Undesa, que é o Departamento das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais; Coordenador do Projeto de Cooperação entre ANA e USGS (Serviço Geológico dos Estados Unidos); Diretor Executivo do Secretariado do 8º Fórum Mundial da Água, responsável pela organização geral do fórum; Coordenador do Comitê Executivo da Agência Nacional de Águas para apoiar a organização do mesmo 8º Fórum Mundial da Água.

O indicado também foi, entre outros, representante titular da Agência Nacional de Águas na Comissão Nacional do Programa Cerrado Sustentável (Conacer), do Ministério do Meio Ambiente (MMA), representante titular da Agência Nacional de Águas na Câmara Técnica de Florestas e demais Formações Vegetacionais do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) e representante titular da ANA na Câmara Técnica de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos do Conama.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De seu currículo extrai-se que o Sr. Ricardo Andrade palestrou também em diversos eventos nacionais e internacionais sobre temáticas relacionadas à gestão e gerenciamento de recursos hídricos. Particularmente, faço menção à sua notória especialização mais recente, justamente no uso racional da água e reuso da água também, o que é uma função, Presidente, muito interessante com o papel novo de Ouvidor-Geral, porque o uso racional da água é exatamente objeto de muitas denúncias e processos junto à Ana.

Assim, tendo em vista o histórico profissional e pessoal apresentado e aqui resumindo, comprovado pela documentação enviada, entendemos dispor esta Comissão de informações para deliberar sobre a nomeação do Sr. Ricardo Andrade para o cargo de Ouvidor-Geral da Agência Nacional de Águas e Saneamento.

É o nosso relatório, favorável à indicação.

Presidente, muito obrigado. Mais uma vez, parabéns a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Jean Paul.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 21, DE 2022

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 9º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e art. 3º do Anexo I do Decreto nº 3.692, de 19 de dezembro de 2000, a indicação do Senhor MAURICIO ABIJAODI LOPES DE VASCONCELLOS, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA, na vaga decorrente do término do mandato de Marcelo Cruz.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: A comissão encontra-se em condições para deliberar sobre a indicação

Observações:

Eu passo agora então a palavra ao Sr. Mauricio Lopes de Vasconcellos – não me arrisco mais uma vez a pronunciar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURICIO ABIJAODI LOPES DE VASCONCELLOS – Abijaodi.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Depois você fala como é. (*Risos.*)

Mas eu prefiro ficar no mais fácil.

V. Sa. tem dez minutos para fazer a sua apresentação.

O SR. MAURICIO ABIJAODI LOPES DE VASCONCELLOS – Obrigado, Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Meio ambiente, Senador Jaques Wagner.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se me permite, esse Abi...

O SR. MAURICIO ABIJAODI LOPES DE VASCONCELLOS – Abijaodi.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Do outro lado do Rio Jordão, como é que se diz isso? (*Risos.*)

O SR. MAURICIO ABIJAODI LOPES DE VASCONCELLOS – Não sei, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – *Abi* deve ser A*bu* lá. É só uma certa resistência do nosso Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Em hipótese nenhuma, eu sou pela paz e pela convivência.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – *Abi* e *Abu* são a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Já fiz de propósito para esperar a sua intervenção. (*Risos.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Apenas para mais um momento cultural, o *abuelo*, do espanhol, provavelmente vem do *abu* do árabe, não é? Há a nossa influência idiomática...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Com a explicação do Senador Jean Paul, eu tenho certeza de que V. Exa. será mais receptivo. E quero dizer o seguinte: cruzar o Rio Jordão, o senhor já fez várias vezes e nunca enjoou.

O SR. MAURICIO ABIJAODI LOPES DE VASCONCELLOS (Para expor.) – Obrigado, Senador Esperidião Amin. Sempre, nos nossos encontros, eu aprendo alguma coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de saudar aqui o Senador Jaques Wagner, que preside esta respeitosa Comissão de Meio Ambiente, e agradecer ao Exmo. Senador Plínio Valério por ter me honrado e aceitado a relatoria do meu processo.

Exmos. Srs. Senadores e Senadoras, demais presentes, colaboradores e pessoas que nos acompanham aqui nesta sessão, boa tarde!

Eu gostaria de iniciar a minha fala externando a minha alegria de estar aqui hoje e ser sabatinado perante esta Comissão de Meio Ambiente. E, nesse propósito, eu já me comprometo, de antemão, caso tenha o meu nome aprovado, a exercer esse honroso cargo de Diretor com afinco, dedicação, contribuindo para um Brasil melhor e que garanta realmente às presentes e futuras gerações recursos hídricos de qualidade e em quantidades suficientes que permitam aquele atendimento básico das necessidades primárias da população e que também contribuam para o desenvolvimento do país.

Antes de entrar propriamente no tema, eu gostaria de registrar os agradecimentos ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República pela indicação; ao Exmo. Sr. ex-Ministro do Desenvolvimento Regional, que acatou essa indicação e a levou à frente; especialmente à minha querida, que está presente aqui hoje, ex-Presidente da Agência Nacional de Águas Christianne Dias – formamos uma parceria muito boa nos últimos quatro anos à frente da ANA –; e, nesse sentido, eu gostaria também de externar o agradecimento a toda a Diretoria que está aqui presente, aos interinos, aos colaboradores e servidores que nos assistem, que estão aqui presentes; especialmente à minha esposa, Vanessa, e às minhas filhas, Ana Beatriz e Carolina, também espero honrá-las à frente desse cargo.

Eu inicio aqui a minha fala fazendo uma breve retrospectiva profissional e acadêmica e a sua relação com os recursos hídricos, com a minha atuação de aproximadamente uma década de serviços efetivamente prestados à Agência Nacional de Águas. No início da minha carreira profissional, percebendo a vocação para o serviço público e o desejo de contribuir para um país mais justo e igualitário, uma democracia sólida, de qualidade, atenta às necessidades sociais, econômicas e ambientais, após um pouco mais de um ano de formado, em 2000, em razão de estar cursando mestrado em Economia na área do meio ambiente e da minha formação jurídica, eu fui convidado para compor a equipe do Departamento de Hidrovias Interiores do Ministério dos Transportes e, já naquela ocasião, constatei que os rios do nosso país apresentam um grande potencial de desenvolvimento, mas também ostentam inúmeros conflitos de uso.

Com minha aprovação no concurso público para o cargo de Procurador Federal da Advocacia-Geral da União, em 2004, eu tive a felicidade de ser designado para exercer minhas funções na Procuradoria-Geral da ANA. Nesse período, eu atuei como Coordenador-Geral de matéria finalística da agência, além de representar a ANA na Câmara Técnica de Assuntos Legais junto ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na ANA, eu fui movido pelo desejo de contribuir para o estabelecimento da segurança jurídica necessária para que pudesse levar a cabo essa importante missão de implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos e coordenar o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. As questões apresentadas à recém-criada agência traziam a lume questões jurídicas complexas que envolviam a implementação do modelo de gestão participativa e descentralizada, introduzida pela Lei das Águas, bem como temas relacionados à fiscalização, à cobrança pelo uso das águas, sua natureza e destinação dos recursos financeiros. A minha primeira passagem pela ANA, entre 2004 e 2010, foi momento de aprendizado e seguramente marcou minha trajetória, alimentando o desejo que hoje se concretiza no sentido de contribuir além dos limites da orientação jurídica para avançar como agente regulador das águas federais, aliando competências adquiridas ao longo dos anos também na área de economia e gestão pública.

No período em que estive fora da ANA, entre 2010 e 2018, exerci funções de Coordenador Jurídico e Subcorregedor de Procedimentos Preliminares na Corregedoria-Geral da Advocacia da União, ocasião em que tive oportunidade de exercitar a capacidade de gestão e inovação, que culminaram na reorganização das atividades correcionais da AGU e imprimiram um viés orientativo às questões que envolviam desvios e faltas funcionais. Nesse período, eu representei a Corregedoria da AGU junto ao Conselho Superior, fui membro da Escola da AGU e integrante da primeira Comissão de Ética da instituição.

Em 2018, eu assumi a função de Corregedor-Geral da ANA, acumulando as atividades de Ouvidor, Autoridade de Monitoramento da Lei de Acesso à Informação e responsável pela Unidade de Gestão de Integridade da agência. Nessas funções, promovi ações concretas de conscientização e sensibilização dos agentes públicos e de pessoas que se relacionam com a instituição, ampliando a transparência, evitando situações de conflito de interesses, desvios funcionais, além de favorecer o comportamento ético.

O trabalho desenvolvido ao longo desses últimos anos na Corregedoria da ANA, com ênfase na prevenção de faltas funcionais e no fortalecimento da integridade da agência, decorre do aprofundamento no estudo sobre governança pública, especialmente pela minha participação no programa de Doutorado em Direito intitulado Estado de Direito e Governança Global, da Universidade de Salamanca, na Espanha, entre 2015 e 2020, tendo obtido distinção de mérito na defesa da tese, que enfrenta a temática da integridade pública e de que forma esse valor contribui para o incremento da confiança e da credibilidade das instituições.

Feita essa pequena digressão, compreendo que o momento atual apresenta desafios ainda maiores que aqueles que encontrei na ANA em 2004. Contudo, me sinto preparado e maduro profissionalmente para assumir a relevante função para a qual fui designado.

Se não bastassem incremento das disputas pelos usos da água, sua escassez decorrente do uso intensivo, sistemas muitas vezes ineficientes e precários, redução de água bruta e lançamento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

efluentes, temos vivido, nos últimos anos, eventos climáticos adversos que imprimem à coletividade dificuldades ocasionadas pela falta de água para suprir necessidades básicas e por seu excesso, que provoca inundações em centros urbanos e em regiões agrícolas e, em casos extremos, desastres que custam a vida de brasileiros e comprometem a sua dignidade.

Com o advento do Marco do Saneamento, aprovado em julho de 2020, cabe agora à ANA a missão de instituir normas de referência para a regulação do serviço público de saneamento básico, de promover a sua universalização, além de criar condições estruturais adequadas para a prestação desse serviço. Em outras palavras, cabe à ANA a definição de diretrizes e ações concretas que permitam que todos tenham acesso ao serviço de saneamento básico de qualidade, serviços esses elementares para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira e a erradicação de doenças associadas à falta de higiene, bem como para o desenvolvimento do país.

A preocupação esculpida na Lei das Águas buscou desconstituir premissas de que a água é um recurso abundante e infindável. Olhando mais adiante, anteviu que, embora o Brasil concentre as maiores reservas de água do planeta, em pouco tempo, estaríamos diante de disputas e conflitos relacionados ao uso da água. Essas disputas e conflitos exigem atenção redobrada do poder público e tornam ainda mais relevante a atuação eficiente do Estado, buscando soluções negociadas para os impasses que se apresentam.

Caso tenha o meu nome aprovado por esta Casa, assumo o compromisso de pautar minhas ações em consonância com os fundamentos da Lei das Águas, que, além de atuais, constituem balizas para a gestão das águas brasileiras e consagram a certeza de que a água é um recurso limitado e, portanto, dotado de valor econômico. É preciso atender às necessidades básicas da população por água de qualidade e suficiente. E cabe ao poder público, de forma participativa e descentralizada, cuidar para que os usos sejam múltiplos, racionais e eficientes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURICIO ABIJAODI LOPES DE VASCONCELLOS – ... atendendo, de forma coerente, às demandas pelo uso da água. Somam-se a esses fundamentos os princípios associados à boa governança pública: capacidade de resposta, integridade, confiabilidade, melhoria regulatória, prestação de contas, responsabilidade e transparência.

Eu gostaria de enfatizar que, como Diretor da ANA, trabalharei para que a agência possa aprimorar o seu sistema de governança, aproximando o processo decisório das dificuldades reais enfrentadas pela população. Atuarei para que a ANA amplie seus esforços para encontrar soluções fundadas em instrumentos econômicos para atender de forma eficiente os usos múltiplos. Exemplo disso se refere ao combate ao desperdício de água potável, que chega a quase 40% no Brasil, dados esses do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Investimentos em infraestrutura são essenciais para que a água alcance os brasileiros. A transposição do Rio São Francisco está aí para provar isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURICIO ABIJAODI LOPES DE VASCONCELLOS – Contudo, é preciso aliar investimentos a mudanças de comportamento, promovendo a consciência coletiva sobre o uso racional dos recursos hídricos e seu valor econômico.

Dito isso, coloco-me à disposição da Comissão para os questionamentos e as contribuições.

Agradeço.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado ao indicado Mauricio Vasconcellos.

Eu passo a palavra, imediatamente, ao Senador Plínio Valério, que é o Relator desta indicação.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente Jaques Wagner, por ter-me indicado como Relator.

Tendo em vista o que já foi dito no processo dos outros dois, sobre a legalidade, sobre por que vem a esta Comissão, sobre os requisitos da lei e sobre as qualidades exigidas também, vou deter-me aqui na biografia e no currículo do indicado.

Da Comissão de Meio Ambiente sobre a Mensagem n° 21, de 2022, que submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 9° da Lei n° 9.984, de 17 de julho de 2000, o nome do Sr. Mauricio Abijaodi Lopes de Vasconcellos para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.

Acompanham a mensagem documentos e informações exigidos nas alíneas “a”, “b” e “c” do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Quanto a essas informações, o Sr. Mauricio Abijaodi Lopes de Vasconcellos declara: (1) ter parentes que exercem ou exerceram atividades públicas ou privadas vinculadas à sua atividade profissional – eu procurei saber, ambos são concursados, o Sr. Rodrigo é servidor da Aneel, e o Rafael é Procurador da AGU, ambos são concursados, Sr. Presidente –; (2) não ter participado, em qualquer tempo, como sócio-proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais; (3) possuir situação fiscal regular no âmbito das Fazendas distrital e federal, conforme certidões e relatório anexados; (4) não possuir ações judiciais em que figure como réu ou autor; (5) ter exercido os cargos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Corregedor-Geral da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico de 22 de junho de 2018 até os dias atuais...

Anexo também, o *curriculum vitae* registra que o Sr. Mauricio graduou-se em Direito pelo Centro Universitário do Distrito Federal – ele já disse isso aqui – e em Administração de Empresas pela Universidade de Brasília.

O Sr. Mauricio teve oportunidade de ler todo o seu currículo, Sr. Presidente. E eu não queria ser tão repetitivo. Então, vou também cortar um pouco, até para que nós possamos ter momentos culturais a mais com o meu amigo Senador Amin.

Importa destacar a atuação do indicado como Procurador Federal em exercício na Procuradoria-Geral da Agência Nacional de Águas (ANA). Nessa agência, desempenhou a função de Coordenador-Geral de Assuntos Finalísticos, de novembro de 2006 a fevereiro de 2010...

Um dos aspectos que se destaca na trajetória profissional do Sr. Mauricio Abijaodi Lopes de Vasconcellos é a conciliação entre sua formação empresarial, jurídica e econômica-ambiental, que o qualifica como Diretor, a partir da contribuição de enfoques complementares e necessários, mais ainda numa agência que tem diante de si desafios tão graves como os que ora se antepõem nas áreas do saneamento, da regulação e da gestão das águas.

Tendo em vista o histórico dele, a biografia, o nosso parecer é favorável à indicação para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Plínio Valério.

Agora, para darmos sequência ao processo de apresentação dos indicados e à sabatina, eu solicitaria à indicada Veronica e aos outros dois indicados que pudessem deixar aqui a mesa, para eu convidar os últimos dois, a última e o último, indicados. Obrigado aos três. De qualquer forma, vocês aguardem para eventuais perguntas, a sabatina dos Srs. Senadores e Senadoras.

Eu convido o Sr. Filipe de Mello Sampaio Cunha e a Sra. Ana Carolina Argolo Nascimento de Castro para se sentarem. (*Pausa.*)

Tudo bem? Como vai? (*Pausa.*)

Olá. (*Pausa.*)

O Senador Eduardo Gomes já foi avisado? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar a palavra, primeiro, à Sra. Ana Carolina Argolo Nascimento de Castro, para sua apresentação.

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 20, DE 2022

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 9º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e art. 3º do Anexo I do Decreto nº 3.692, de 19 de dezembro de 2000, a indicação da Senhora ANA CAROLINA ARGOLO NASCIMENTO DE CASTRO, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Águas – ANA, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Ricardo Medeiros de Andrade.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: A comissão encontra-se em condições para deliberar sobre a indicação

V. Sa. dispõe de dez minutos.

A SRA. ANA CAROLINA ARGOLO NASCIMENTO DE CASTRO (Para expor.) – Obrigada, Presidente.

Bom dia.

Srs. Senadores, senhoras aqui presentes, agradeço a todos pela disponibilidade para me ouvirem e pela oportunidade de relatar, rapidamente, a minha trajetória profissional até aqui e a minha visão em relação à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.

Inicio agradecendo à Presidência da República pela minha indicação à Diretoria da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.

Quero agradecer ao Senador, Líder do Governo no Congresso, Eduardo Gomes, Relator da minha mensagem, e cumprimentar os demais Senadores por todo o papel e toda a dedicação exercida em prol do desenvolvimento do país, em especial pela dedicação em relação ao meio ambiente e aos nossos recursos hídricos, pautas essenciais ao país, que são debatidas nesta Comissão.

Agradeço também aos colegas das agências reguladoras e aos demais servidores que aqui se encontram que contribuem para a realização desta sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sinto-me honrada pela indicação e positivamente desafiada.

Sendo o mais objetiva possível e sem tomar o tempo dos demais Senadores e colegas que irão me suceder, eu inicio com a minha formação acadêmica.

Sou geóloga, formada pela Universidade de Brasília, com pós-graduação em Geoprocessamento Ambiental pela Universidade de Brasília (UnB); pós-graduada em Gestão e Tecnologias Ambientais pela Universidade de São Paulo. Ao longo dos meus estudos de pós-graduação, eu pude focar a minha carreira em temas afetos aos trabalhos desenvolvidos no âmbito da ANA, especialmente relacionados aos estudos de disponibilidade hídrica potencial em áreas urbanas e risco geológico, que se relaciona estreitamente com as competências em segurança de barragens, previstas na missão da agência.

Minha trajetória profissional, como relatado, começou na iniciativa privada, onde desenvolvi habilidades técnicas e gerenciais ao longo de quase uma década com a consultoria ambiental, na coordenação e na execução de estudos ambientais em diversos setores, como a mineração, setor aeroportuário, habitacional, industrial, bem como na gestão de processos de licenciamento em órgãos ambientais, na gestão de projetos e na gestão de equipes técnicas multidisciplinares.

Durante a minha trajetória, realizei diversos estudos focados em diagnósticos de meio físico que contemplam a análise pedológica, análise geomorfológica de climas e condições meteorológicas e análise de recursos hídricos de aquíferos superficiais e subterrâneos, com análises qualitativas e quantitativas.

Tive a oportunidade também de trabalhar na elaboração de programas de monitoramento de recursos hídricos, efluentes e de resíduos sólidos e diversos estudos de caracterizações de nascentes, assim como outorga de poços artesianos, com destaque na participação no serviço de manutenção e operação da rede de monitoramento de águas subterrâneas da Adasa, que é a Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal.

Ressalto que a minha atuação como profissional sempre foi e será voltada para a promoção de boas práticas ambientais, buscando o desenvolvimento sustentável em projetos dos diferentes setores com o intuito de contribuir para uma sociedade mais justa econômica, social e ambientalmente.

Tenho um perfil de construção por meio do diálogo, e esse é um dos meus compromissos: ajudar a agência na expansão e aperfeiçoamento tendo a tecnicidade como norte e o diálogo como bússola, em consonância com um processo de gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos, fundamento da política nacional de recursos hídricos que completou 25 anos em janeiro deste ano.

Hoje, eu contribuo com o meu país através dos meus conhecimentos na esfera do poder público e o faço muito honrada e ciente de toda a responsabilidade, com muita seriedade, prezando sempre pelos princípios básicos da administração pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nosso país é um país de riquezas. Meu foco atual é o setor mineral, onde eu empenho esforços para promover o desenvolvimento sustentável nas atividades do setor para a riqueza da nossa terra e para que essa riqueza retorne ao país e à sociedade.

E nesse novo contexto, senhores, sinto-me duplamente honrada pela indicação, ao vislumbrar o desafio de cuidar e contribuir para a gestão do nosso bem mais essencial à vida, que são os nossos recursos hídricos, a água.

Ao longo de sua existência, a ANA vem desenvolvendo suas competências regimentais pautadas pelo compromisso de ser a guardiã das águas nacionais. E é uma honra ser indicada para compor a diretoria dessa agência que, ao longo dos seus 22 anos de existência, tornou-se uma referência nacional para a gestão de recursos hídricos, ao minimizar os impactos de secas e cheias e, assim, buscar assegurar à atual e às futuras gerações a disponibilidade de água em quantidade e qualidade suficientes para o atendimento das suas necessidades.

Acompanho a ANA e percebo que o seu processo de governança tem se aprimorado ao longo dos anos, adaptando-se às boas práticas instituídas pela Lei Geral das Agências Reguladoras, e hoje figura como uma instituição cuja qualidade regulatória é reconhecida pelos diversos órgãos de controle.

De forma articulada com os estados, com os operadores de reservatórios, com os demais Poderes da República, com os Comitês de Bacias Hidrográficas, com os usuários de água e a sociedade em geral, a ANA tem conseguido responder, satisfatoriamente e tempestivamente, aos desafios que se apresentaram, sendo o último deles a crise hidroenergética de 2021.

Justamente por sua reconhecida competência técnica na área de gestão de recursos hídricos, foi confiado à ANA um novo desafio após o novo marco do saneamento: conferir a necessária segurança jurídica aos investimentos no saneamento e, assim, contribuir com a universalização desses serviços no Brasil. Desta forma, além de guardiã das águas, passa a ser também a agência que irá ser engrenagem essencial para o avanço do setor de saneamento básico no país.

Eu entendo que a atuação regulatória da ANA foi concedida para a resolução de problemas que poderiam prejudicar a devida universalização dos serviços de abastecimento público, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo de resíduos sólidos, os quais cito. A regulação hoje, antes do marco, é uma regulação dispersa, não uniforme e insuficiente. São mais de 60 reguladoras ao longo do território brasileiro cuidando de assuntos de saneamento, cerca de 5 mil normas diferentes e, muitas vezes, um prestador de serviço é obrigado a atender a recomendações distintas para a mesma prestação de serviços em municípios diferentes.

O novo marco de saneamento, prezados Senadores e Senadoras, alterou a Lei 9.984 para atribuir à Agência Nacional de Águas a competência para editar normas de referência para a regulação dos serviços

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

públicos de saneamento básico, o que entendo ser um dos grandes desafios do setor de saneamento neste momento, o que também se impõe como um desafio para a agência reguladora.

A agência possui uma equipe técnica excelente e que enfrenta o novo desafio de abarcar as questões de saneamento nas suas competências e atividades, e o meu intuito, caso aceita como Diretora, é contribuir com a agência e com o meu país nos novos desafios que se impõem: avançar na elaboração de normas de referência para a regulação do saneamento básico...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA CAROLINA ARGOLO NASCIMENTO DE CASTRO – ... o que pode ser mais uma das peças fundamentais para ampliar o nível de investimentos do setor e trazer aos mais de 100 milhões de brasileiros que ainda não têm esgoto e os mais de 30 milhões de brasileiros que não têm acesso à água tratada esse benefício essencial à saúde e à vida. Nesse ponto, eu registro à qualificada equipe da agência que me empenharei em todos os aspectos necessários para termos as condições de cumprir esse desafio.

Além disso, quero contribuir com as discussões que rotineiramente se impõem à nossa realidade, voltadas para a gestão de recursos hídricos e seu uso múltiplo, de modo a sempre primar como guardiã das águas pelo abastecimento humano, mas também com um olhar atento para os diversos usos desse bem escasso, que tanto é útil para a irrigação, para o setor de turismo, para a estabilidade energética do país e também para a sustentabilidade ambiental do setor.

Por fim, a minha visão é de uma agência que promova o aproveitamento dos recursos hídricos, que seja um vetor de desenvolvimento sustentável, que permita a ampliação de serviços de saneamento; e que o setor cresça respeitando o meio ambiente e as comunidades nas áreas de influência dos empreendimentos e produza mais igualdade regional, e que a água e o saneamento básico estejam disponíveis a todos os brasileiros.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigada à Sra. Ana Carolina Argolo Nascimento de Castro.

Eu passo a palavra agora ao querido Senador Eduardo Gomes, Líder do Governo no Congresso, que irá relatar essa indicação.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Presidente desta Comissão, nosso Líder, Senador Jaques Wagner, Senadores e Senadoras, passo à leitura, primeiro cumprimentando a todos os indicados que tiveram recentemente seus relatórios lidos e os que ainda serão lidos aqui nesta sabatina, bem como em outras Comissões no dia de ontem e hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a fazer a leitura sucinta do relatório de indicação da Sra. Ana Carolina Nascimento.

Lembro aos que nos assistem, Sr. Presidente, em que pese termos o esforço concentrado nestes últimos dois dias das indicações das agências reguladoras, que faz parte também de um processo amplo de debates, de visita aos gabinetes, às Lideranças, visitas técnicas aos Líderes, aos órgãos da Casa, dos indicados, que, por vezes, por conta inclusive do recente funcionamento diferenciado na pandemia, tinham os nomes indicados já há algum tempo. E devida a esse fato, a nossa maratona, praticamente, de aprovações nos últimos dias, tendo em vista a retomada da votação presencial nas Comissões e no Plenário.

Então, passo a ler o seguinte relatório: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, senhoras e senhores sabatinados, vem ao exame desta Comissão a Mensagem nº 20, de 2022, da indicação da Sra. Ana Carolina Argolo Nascimento de Castro para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), na vaga decorrente do final do mandato do Sr. Ricardo Medeiros de Andrade.

Ana Carolina se graduou em Geologia pela Universidade de Brasília (UnB), concluiu pós-graduação *lato sensu* em Geoprocessamento Ambiental pela mesma universidade e em Gestão e Tecnologias Ambientais pela Universidade de São Paulo (USP).

A experiência da indicada se concentra no setor privado, especialmente no desempenho de atividades de consultoria ambiental, tanto como empregada em empresas do ramo como no exercício autônomo da profissão.

O currículo da indicada também informa a atual ocupação como Diretora do Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Mineração da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia

Na argumentação escrita, a candidata ressalta sua experiência ambiental no setor mineral e sua especialização em geoprocessamento ambiental, o que resultou em dissertação com o tema "Disponibilidade hídrica potencial na área urbana da região administrativa de São Sebastião – DF para auxílio da gestão hídrica".

No que tange às demais exigências regimentais, a indicada apresentou todas as certidões e declarações solicitadas.

Assim, tendo em vista o histórico pessoal e profissional apresentado e aqui resumido, comprovado pela documentação enviada, entendemos dispor esta Comissão de informações para deliberar sobre a nomeação da Sra. Ana Carolina Argolo Nascimento de Castro para o cargo de Diretora da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Agradeço ao Senador Eduardo Gomes pelo seu relatório.

ITEM 5

MENSAGEM (SF) Nº 18, DE 2022

- Não terminativo -

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 9 da Lei nº 9.984, de 2000, o nome do Senhor FILIPE DE MELLO SAMPAIO CUNHA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA, na vaga decorrente do término do mandato de Oscar de Moraes Cordeiro Netto em 15 de janeiro de 2022.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Não apresentado

E passo a palavra ao Sr. Filipe de Mello Sampaio Cunha, o último dos indicados, a fazer a sua apresentação. V.Sa. tem dez minutos.

O SR. FILIPE DE MELLO SAMPAIO CUNHA (Para expor.) – Eminente Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Exmo. Senador Jaques Wagner, Sras. Senadoras, Srs. Senadores aqui presentes, tanto presencialmente como no remoto, boa tarde a todos. É uma honra e uma grande satisfação estar aqui nesta tão prestigiada Comissão.

Em primeiro lugar, gostaria de expressar os meus agradecimentos ao Excelentíssimo Presidente da República Jair Bolsonaro, ao Exmo. Presidente do Congresso Nacional Rodrigo Pacheco, ao Exmo. Ministro da Economia Paulo Guedes, com o qual tenho a honra de trabalhar, e ao Exmo. Sr. ex-Ministro de Estado Rogério Marinho, do Ministério do Desenvolvimento Regional, pela confiança em mim depositada para ocupar o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas, o qual terei imensa alegria, orgulho e motivação para assumir, caso o Senado aprove a minha indicação.

Agradeço ainda ao Senador Jaques Wagner por ter pautado esse item e ao nobre Relator da mensagem, o Senador Eduardo Gomes.

Bom, sou pernambucano, filho de uma mãe carioca e de um pai mineiro. Estou em Brasília há aproximadamente 28 anos, onde me casei com uma brasiliense, minha esposa Aline. Mas me considero um candango, já que estamos aqui todos, de certa forma, ainda construindo a nossa capital federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao chegar a Brasília, no início dos anos 90, estudei em escola pública e, mais tarde, tive o privilégio de ingressar na Universidade de Brasília, aos 17 anos, para cursar a minha primeira graduação.

Sou servidor público efetivo do Ministério Público da União, lotado no ramo do Ministério Público do Trabalho, e tenho mais de 13 anos de atuação no serviço público federal, ao qual direcionei meus estudos e dediquei grande parte da minha trajetória profissional.

Ao longo desses anos, pude exercer cargos em alguns órgãos, como o Ministério das Relações Exteriores, o Senado Federal, esta douta Casa que aqui me recebe, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o Ministério Público da União, que é hoje a minha casa de origem, e atualmente me encontro, nos últimos dois anos, no Ministério da Economia.

Minha experiência na iniciativa privada e em instituições públicas de relevo nacional, em especial, nos últimos anos, no Ministério da Economia, onde pude acompanhar de perto toda a discussão, aprovação, e implementação, regulamentação, por meio de decretos, do Marco Legal do Saneamento Básico, bem como minha formação na área de gestão de água e sustentabilidade dos recursos hídricos me permitiram uma visão interdisciplinar do setor, com a qual pretendo contribuir.

É uma das missões mais desafiadoras poder participar e contribuir para o desenvolvimento de um setor de tamanha importância para o país e trazer juntamente a responsabilidade e o compromisso de saber ouvir, conversar, avaliar e trabalhar para a construção de instrumentos que propiciem maior acesso à qualidade da água sem, contudo, perder o foco na preservação do nosso meio ambiente.

O Brasil é um país rico em recursos hídricos. Os Rios Amazonas, Paraná e São Francisco são formadores de algumas das maiores bacias hidrográficas do mundo. No entanto, essa riqueza é distribuída de forma desigual, diferente, não uniforme, variando tanto de acordo com as regiões e com os biomas brasileiros quanto ao longo do tempo.

Portanto, o desafio consiste na necessidade de compatibilizar a disponibilidade hídrica existente, os usos da água pelos setores econômicos e os aspectos ambientais, sobretudo no contexto das nossas mudanças climáticas.

Nós tivemos – não é Senador Jaques Wagner? –, há duas semanas, uma audiência pública para tratar justamente das mudanças climáticas aqui na CMA, onde o nosso Prof. Leonardo Boff pôde contribuir bastante conosco.

Sem dúvida, a atuação da ANA, juntamente com as demais entidades do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, é fundamental para vencermos esse desafio.

Tenho em mente que nada faz sentido sozinho. Em uma federação descentralizada, como é o nosso caso, um país continental, é fundamental uma governança multinível em que a gestão dos recursos hídricos está enraizada na democracia participativa. Considero a gestão descentralizada e participativa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundamento da nossa Política Nacional de Recursos Hídricos, essencial para lidarmos adequadamente com os problemas relacionados aos eventos críticos, secas e cheias, considerando a diversidade, as necessidades e condições regionais e locais.

Nesse contexto, não poderia deixar de mencionar, também, que neste ano de 2022, em que a Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei 9.433, de 97, completa 25 anos e o importante papel da ANA no processo de elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos 2022-2040.

Dentro os diversos usos da água, um dos mais nobres é, sem dúvida, o saneamento básico, aí incluídos os serviços de abastecimento de água, do esgotamento sanitário, de manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana. Garantir o acesso à água e ao saneamento básico, a todos, é um grande desafio para o nosso desenvolvimento e o bem-estar social do Brasil no século XXI.

Uma vez que há falta de saneamento básico para quase metade da nossa população, nós precisamos atuar fortemente como agência. De acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), em 2020, apenas 84% da população tinha acesso à água tratada e 55% ao serviço de esgotamento sanitário. Além disso, o Brasil teve mais de 167 mil internações por doenças de veiculação hídrica, em 2019. Como falado aqui anteriormente, saneamento básico é saúde.

São assuntos complexos e dinâmicos que incluem diversos arranjos de governança para uma boa gestão e, de forma estrutural, necessitam ser incluídos no rol de políticas públicas que garantam ações contínuas e prioridade de estado e não apenas de governos.

A ANA, atualmente, com a atribuição de publicação de normas de referência sobre serviços de saneamento, tem papel fundamental na universalização desses serviços.

É fundamental um bom ambiente de regulação e a priorização do saneamento como política pública que incentive soluções adaptadas às realidades locais e contemple mecanismos que assegurem o controle social essencial para o desenvolvimento do nosso país.

Por estar trabalhando, nos últimos anos, no Ministério da Economia, tenho convicção de que as experiências ali acumuladas, especialmente aquelas que envolveram as articulações com os nobres Senadores proporcionaram-me amplas condições de propor inovações e diálogos, além de promover a conexão com as instituições pares, buscando o avanço do Marco Legal do Saneamento Básico.

A ANA destaca-se como instituição respeitada e de peso no cenário de atuação e nos resultados alcançados na área de recursos hídricos, sendo instituição fundamental para o gerenciamento de crises hídricas, como a crise hidroenergética que enfrentamos no ano passado. Por esse motivo é que lhe foi confiada a nobre missão regulatória do setor de saneamento básico. Foram muitos os que participaram da construção dessa nobre agência. Após a realização de alguns concursos públicos e a convocação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

profissionais para a posse de dirigentes, logrou a ANA formar um quadro competente de servidores, oriundos de todas as regiões do Brasil, altamente capacitados.

Meu compromisso é manter a qualidade e o padrão já existentes e ampliar sensivelmente a capacidade de resposta da ANA às crescentes demandas e adversidades naturais ou conjunturais, bem como contribuir para o aperfeiçoamento do sistema de fiscalização e dos mecanismos de prevenção. De igual modo, defendo o aprimoramento das ferramentas já implementadas pelo quadro técnico da agência. Com a ampliação do escopo de suas competências regulatórias com a aprovação do marco legal do saneamento básico, a ANA passou a ser responsável pela harmonização horizontal dos setores com a elaboração de normas de referência aplicáveis a todas as autoridades infranacionais e com a fiscalização de sua implementação.

Para fortalecer o seu desempenho, atuarei para que a ANA promova articulação com as autoridades infranacionais para que todas as partes tenham o mesmo entendimento da nova lei e do novo regime e o mesmo respeito para com essas normas. Assegurarei o engajamento efetivo das partes interessadas nesse processo, promoverei, atuando na ANA, treinamentos de capacitação técnica. Nesse contexto, a capacitação surge como um elemento fundamental para fortalecer e potencializar a estruturação e implementação de todos os instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos. Espero auxiliar nesse nobre desafio em função da minha experiência como docente, nos últimos seis anos, na Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

Na ótica da eficiência dos recursos públicos, é preciso trabalhar em conjunto com os estados e os comitês de bacia para melhorar a eficiência dos gastos com as ações necessárias à preservação dos recursos hídricos. Também é imperioso fomentar a edição de regras operativas para os reservatórios do setor elétrico, de forma a conciliar a geração de energia elétrica e os usos múltiplos, ouvindo os setores interessados.

Nos cenários como o nosso de mudanças climáticas, as principais consequências relacionadas aos eventos hídricos estão associadas ao aumento da evapotranspiração, mudanças nos padrões de precipitação e um provável aumento na frequência de inundações e secas, como temos visto. Nesse contexto, é imperiosa a definição de estratégias de adaptação que mitiguem os potenciais impactos sobre os setores e os usuários do país. Enfrentar esses desafios é uma responsabilidade transversal entre setores, incluindo meio ambiente, agricultura, indústria, energia, desenvolvimento urbano e rural e, principalmente, saúde.

Embora a infraestrutura seja uma resposta, é uma solução que requer a identificação de quem faz, o que faz, incluindo o financiamento para investimento e operações de definirmos como será feito, implementar e regular políticas para gerir a quantidade e a qualidade da água para todos, em que são necessárias abordagens estratégicas e boa governança. Assegurar a esta e futuras gerações a necessária

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disponibilidade de água em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos é desafio constante de nossa sociedade, em especial, dos gestores da água.

Portanto – encaminhando para o fim –, além da propagação da cultura da eficiência do uso da água, entendo que outros aspectos são de extrema relevância para a gestão das águas. Precisamos prover as populações de regiões mais vulneráveis com a infraestrutura necessária à segurança hídrica, desde cisternas até barragens e adutoras, de modo a promover o desenvolvimento regional e a redução de desigualdades. Precisamos avançar no processo de conciliação de conflitos pela água por meio da priorização de usos da água em situações de escassez, como temos enfrentado em alguns pontos do país.

Também faço questão de destacar a importância da universalização dos serviços essenciais para distribuição de água potável, coleta e tratamento de esgoto para a dignidade humana.

Com base na minha atuação profissional, que congrega o dinamismo da iniciativa privada aliado a atuações em diversas instituições públicas ao longo desses anos, que unem a prática à academia, apresentam-me como interlocutor sempre aberto, Senador, ao diálogo entre o Poder Legislativo e a ANA.

Então, são essas as minhas considerações. Desde já agradeço e estou disponível para eventuais perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Sr. Filipe de Mello Sampaio Cunha.

Eu passo imediatamente a palavra ao Relator desse processo, de novo, o Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Jaques Wagner, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, senhoras e senhores sabatinados, vem à análise desta Comissão a Mensagem n° 18, de 2022, de indicação do Sr. Filipe de Mello Sampaio Cunha, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), na vaga decorrente do término do mandato de Oscar de Moraes Cordeiro Netto.

Filipe de Mello Sampaio Cunha é cidadão brasileiro, nascido em 4 de fevereiro de 1987, na capital do Estado de Pernambuco. Quanto à sua formação acadêmica, ele se graduou em Ciência Política pela Universidade de Brasília e está cursando a graduação em Direito pela Faculdade Estácio de Sá. Possui especializações em Gestão Pública pela Faculdade Fortium e em Gestão de Águas e Sustentabilidade dos Recursos Hídricos do Brasil pela Faculdade Unyleya.

Em sua experiência profissional, é analista de gestão pública do Ministério Público da União. Em suas atuações no setor público, relata que foi Coordenador-Geral Substituto da Articulação Institucional da Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério de Agricultura. É professor dos cursos de Análise e Melhoria de Processos e Gestão de Processos com Foco em Inovação da Enap. Foi coordenador do grupo de trabalho de processo do Comitê de Política de Gestão Estratégica do Fórum Nacional de Gestão do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conselho Nacional do Ministério Público. Foi Assessor-Chefe substituto da Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica do Ministério Público do Trabalho. É gerente de projetos da Assessoria Especial de Relações Institucionais do Gabinete do Ministro da Economia.

No que tange às demais exigências regimentais, o indicado apresentou todas as certidões solicitadas a tempo.

Em sua argumentação escrita, o indicado relata que, em 2016, foi aprovado em processo seletivo público para compor o conceituado grupo de docentes da Escola Nacional de Administração Pública, onde tem ministrado cursos de educação executiva temática de gestão pública. Tem capacitado aproximadamente 300 servidores públicos federais. Em 2020, foi cedido ao Ministério da Economia e explica que participou da articulação de importantes matérias no Congresso Nacional, entre elas o novo marco legal do saneamento.

Aponta que, em 2021, concluiu com êxito a Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão das Águas e Sustentabilidade dos Recursos Hídricos do Brasil para aprofundar conhecimentos sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos e a integração da economia e da ecologia. Conclui que está apto a exercer o cargo pretendido por meio da inovação, melhoria de processos e simplificação, bem como o avanço da implementação e coordenação na gestão compartilhada e integrada dos recursos hídricos, regulação do acesso à água, promovendo o seu uso sustentável em benefício da atual e das futuras gerações.

Assim, entendemos que o indicado atende às exigências legais, pois preenche os requisitos formais: tem formação acadêmica compatível com o cargo e exerceu, por mais de quatro anos, docência em área conexa ao campo da atividade da agência, além de não incidir nas vedações previstas em lei.

Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras dispõem de elementos suficientes para deliberar sobre a indicação do Sr. Filipe de Mello Sampaio Cunha ao cargo de Diretor da ANA.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

E a tempo, ainda, felicito o Sr. Ricardo Medeiros de Andrade, também indicado; a Sra. Veronica Sánchez da Cruz Rios, que será Presidente da ANA; Mauricio Lopes de Vasconcellos; Ana Carolina Argolo Nascimento de Castro; e o Sr. Filipe de Mello Sampaio Cunha.

É esse o relatório, Sr. Presidente e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Eduardo Gomes.

Eu, por um dever de lealdade com V. Exa. e com os demais membros desta Comissão, sou obrigado a lhe perguntar se V. Exa. se debruçou sobre o fato de o indicado ser irmão do Ministro da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Infraestrutura atual? Por que eu lhe digo isso? Porque há uma previsão legal. E não tenho absolutamente nada contra o indicado, mas eu pergunto, como V. Exa. foi o Relator do processo, se V. Exa. observou isso, por conta de V. Exa. ser o Relator. Então, eu lhe pergunto isso por um dever de lealdade – já estive com o indicado, inclusive –, mas sou obrigado a lhe perguntar isso por uma questão de até sanear todas as informações para todos os Srs. Senadores que vão se pronunciar.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e senhores indicados, eu considerei, no meu relatório e em recentes matérias analisadas na Casa, que o indicado tem a sua mensagem entregue à Casa desde dezembro do ano passado. Na verdade, observo que, ao tempo da sua indicação, o seu irmão era Secretário-Executivo do ministério, assumindo recentemente o lugar deixado pelo Ministro Tarcísio.

Não tenho informação oficial desse impedimento por conta da tramitação da matéria. Eu solicitei informações à nossa assessoria, e nós aguardamos um parecer cabal contrário, e isso não foi possível. Como em outras matérias análogas na Casa foram consideradas a paralisação e até a não existência de Comissões Permanentes, eu acredito que o indicado faz jus à indicação. Se houver algum questionamento, na forma da lei, esta Casa terá que responder, e eu mesmo estou disposto a responder o que for questionado.

Levei em consideração no relatório essa passagem de um prazo longo das indicações que tramitam na Casa e já vi em precedentes questões análogas a essa em que não no meio da tramitação houve algum tipo de modificação.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Só um momento, porque eu já vou responder ao Senador Eduardo.

Eu agradeço a V. Exa.

Na verdade, eu faço isso – já lhe disse e lhe falei antes – por um dever de lealdade e para que V. Exa. exponha perante o Plenário desta Comissão de Meio Ambiente o seu entendimento; da minha parte, eu só queria porque, como todos os Relatores citam o fato de não ter, realmente, a demora do envio acaba, às vezes, criando esse contratempo. Mas, se V. Exa. se debruçou, eu agradeço.

Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para colaborar com o Relator, a indicação do Dr. Filipe para esta Casa foi em 15 de dezembro de 2021. O atual Ministro Marcelo Sampaio assumiu há quatro dias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, ou seja, depois de quatro meses esta Casa, por tudo que nós conhecemos, por falta de sessões; precisando fazer esse esforço concentrado e tal. Então, o Dr. Filipe, que é um homem que se preparou, que esperou esse momento, que é um homem que tem um currículo espetacular, que preenche todos os pré-requisitos para ocupar esse cargo de diretor na Ana, de repente, ser prejudicado por uma questão em que esta própria Casa teve um atraso na apreciação, aí seria injustiça da nossa parte.

A mesma coisa, por exemplo, Sr. Presidente, para dizer aqui, tem um entendimento no TSE de que um Governador não pode indicar... um parente de um Governador em exercício não pode disputar um cargo com até o segundo grau de parentesco, mas, se ele já tiver o cargo ocupado, ele pode, ou seja, ele não pode partir do novo. Então, quer dizer, se o Dr. Filipe tivesse sido indicado depois que o outro fosse Ministro, aí, sim, nós estaríamos ferindo a norma desta Casa. Mas, no caso específico, não, o Dr. Filipe foi escolhido muito antes, com um currículo espetacular, preparado, e a Casa, por questões burocráticas e por questões da pandemia, não pôde apreciar no momento certo.

Portanto, eu queria aqui fazer um apelo a todos os Senadores e Senadoras, para que considerassem isso e não penalizassem o Dr. Filipe, que é um homem que está preparado para ocupar esse cargo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Telmário, a Casa me conhece bem e sabe que eu não estou aqui para interditar nem prejudicar.

Até quero registrar que, quando tive a oportunidade de receber o indicado, ele teve a honestidade de me colocar: "Como pode surgir algum questionamento eu quero lhe dizer que eu sou irmão...".

Então, eu não estou questionando nem a idoneidade, tampouco a capacidade dele. Agora, eu não posso, como Presidente desta Comissão, não dispor dessa informação para os colegas. Eu não estou opinando, até porque o voto é secreto e, para quem conhece o meu estilo democrático, não sou eu que dirá como cada um tem que se portar, não há indicação.

Eu só fiz questão para preservar o colega e para preservar os colegas, e registro que ele não sonegou a informação quando esteve comigo. Então, eu estou só registrando isso.

Agora, eu não posso... Porque fui inquerido por algumas pessoas, então, transmiti imediatamente ao Senador Eduardo Gomes. Não estou indicando e nem estou dizendo como cada um tem que se comportar. Eu só acho que cada um tem que ter o conjunto das informações para ter a sua posição.

O Senador interpretou, na sua análise do relatório, que a indicação é anterior à assunção do parente no Ministério e, por isso, está considerando esse período. Não cabe a mim aqui fazer julgamento. Eu só estou querendo transparência para que depois eu não seja cobrado: "Ah, o senhor não falou".

Então, eu gosto de trabalhar com as coisas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – V. Exa. pode ter certeza de que não está prevaricando. Nós conhecemos V. Exa., é um homem que está acima de qualquer suspeita, um homem extremamente democrático, uma pessoa que procura sempre o entendimento nesta Casa. Por isso, tem o meu carinho e o meu respeito.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Presidente...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Presidente, só uma questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Pela ordem.) – Primeiro, eu quero parabenizar V. Exa. pela condução dessa forma, que acho que tem que ser o mais transparente possível, mas eu faria um apelo a V. Exa.: eu tenho agora uma reunião, se V. Exa. puder abrir o painel...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Já vou abrir a votação.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) – Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Pela ordem.) – Abrindo a votação antes do debate, ficam, assim, prejudicadas até as próprias indagações, porque já se vota antecipadamente sem ouvir algum questionamento que possa surgir e que possa até impedir um voto que seja favorável ou contra. Eu, assim, abro...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Se V. Exa. quiser colocar algum questionamento... Repare: nós teremos sessão às 16h; são 15h. Eu concordo com V. Exa., por isso fiz questão de, pelo menos, ouvir todas as apresentações e todos os relatórios, mas, se V. Exa. tem alguma questão que queira colocar, que considere importante...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Presidente, eu penso o seguinte: associações e sindicatos acionaram todos os gabinetes dos membros da Comissão, avisando que muitos dos sabatinados de hoje não preenchem os requisitos mínimos legais para a ocupação dos cargos, e mandaram documentos; todo mundo os recebeu nos seus gabinetes. Então, seria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante que realmente se ouvisse alguém que tenha mais instrução para saber quais são esses requisitos mínimos não preenchidos pelos indicados, porque, senão, faríamos uma votação e incorreríamos em uma falha gravíssima, provavelmente. Houve essa manifestação de sindicatos e de associações criticando essas indicações. Então, esse é o meu ponto de vista.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Confúcio, eu recebi também a mesma documentação. Dialoguei, inclusive, com os representantes do Governo e da própria ANA sobre alguns questionamentos que foram feitos, particularmente sobre a questão dos dez anos de experiência no setor ou a assunção de determinados cargos, mas repito a V. Exa. que não cabe a mim fazer esse julgamento. A Consultoria da Casa, seguramente, foi procurada por cada uma das Sras. e dos Srs. Relatores, portanto, caberia ao Relator, se tivesse concordado com algum desses questionamentos, fazê-los, e eu entendo que os relatórios não apontaram esse problema. Eu também recebi as mesmas coisas, até como Presidente da Comissão, mas repito a V. Exa. que eu tenho a obrigação de conduzir o processo e não de indicar caminhos. Se trabalhando dessa forma fosse chamado de ingênuo, confesso que eu prefiro a ingenuidade, porque respeito muito a democracia. Então, eu entendo que cada um... Mas eu reputo a V. Exa., que é Vice-Presidente desta Casa, o maior respeito por tudo que V. Exa. faz. Todos os Srs. Senadores receberam os questionamentos a que V. Exa. está se referindo. E, evidentemente, o juízo de cada um será externado através do voto secreto. É o que eu poderia dizer a V. Exa.

Senador Jean Paul, V. Exa. pediu a palavra?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Pedi, Presidente, mais uma vez, para fazer a minha cantilena sobre as agências e para falar aos que são hoje candidatos, saudá-los mais uma vez, felicitá-los e agradecer-lhes por se colocarem à disposição da carreira pública dessa forma, e reiterar, aqui – e, claro, fazer coro às palavras do Senador Confúcio, que está correto, e também à explicação do Líder Eduardo –, e dizer que nós estamos...

Tudo isso é muito confuso para quem está nos assistindo, mas apenas quero dizer o seguinte: o fundamental aqui é esclarecer, e esta sabatina é exatamente para isso. Eu fiz perguntas desagradáveis, ou aparentemente desagradáveis, a alguns candidatos, ontem e hoje, e eles vieram me agradecer por ter feito as perguntas. E eu, quando fiz as perguntas, com todo respeito, absolutamente todo respeito a uma pessoa que se coloca perante Senadores da República, representantes dos estados e do povo brasileiro, para ser sabatinado, não há absolutamente nenhum problema. Vocês não precisam ter nenhum constrangimento. Se vocês têm grau de parentesco... E você parece que também tem com um ministro, não é isso? Com a esposa de um ministro?

(*Intervenções fora do microfone.*)

Não, não tem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há dois aqui que tinham parentesco ou alguma coisa parecida e havia um outro hoje de manhã. Se há alguma contestação, e algum problema, e alguma dúvida, ou em relação à questão de experiência profissional, a gente coloca isso, vocês explicam e a gente aceita ou não.

Os Senadores estão aqui realmente para julgar se vocês são capazes, e nós seremos, Senador Jaques Wagner – e tenho dito isso reiteradamente –, responsáveis solidariamente ao Presidente da República em relação a essas indicações, porque nós estamos aqui corroborando-as com o nosso voto. É claro que é uma coisa mais fragmentada, e eventualmente um ou outro pode até votar de forma mais desatenta, mas garanto que a maioria de nós aqui está votando atentamente e dando um voto de confiança – às vezes nem concordando com tudo –, sabendo que vocês, e mais uma vez digo isto, estão ingressando pela porta, por um portal mágico que tira vocês do mundo político e de quem os indicou, desgarra da mão do padrinho ou da madrinha e os coloca numa posição de total isenção técnica, setorial em prol desses setores que vocês vão gerir – ou regular, melhor dizendo, porque não é nem gerir: é regular, é mais do que isso, é outra dimensão.

Tendo em vista isso, Líder Eduardo...

Evidentemente, exceções... E aqui faço menção ao seu caso particularmente – desculpe-me, porque eu não estou conseguindo ler, porque eu estou sem óculos aqui –, Filipe: parece-me que você tem uma carreira completamente autônoma, independente da do seu irmão. E o fato de ele estar Ministro, hoje – inclusive pessoa competente, com quem nós interagimos durante o marco das ferrovias –, não deve, eventualmente, precludir, dificultar que você tenha eventualmente acesso a uma questão a que você já estava indicado. Eu não vejo problema nisso. Eu veria problemas em outros casos que nos chegaram também – e hoje eu esclareci um – de vínculos com empresas, vínculos com lideranças empresariais ou até com membros de outros Poderes, ou até com membros do nosso Poder mesmo. Então, cada caso é um caso. E a sabatina e o Plenário servem exatamente para isso. É por isso que esses candidatos estão aqui.

Então, se temos a ocasião de interrogá-los – eventualmente temos um problema aqui de acúmulo realmente de nomes, dificuldades de os próprios Senadores fazerem seus pareceres, cada um de nós, e também de pesquisarmos os nomes de vocês –, a regra é esta mesmo: nós seremos corresponsáveis.

Então, votarei com a minha consciência e não vejo problema nesse caso, adianto, mas todo e qualquer caso que tivermos deve ser... Deixo isto como legado aqui, na Casa: não vamos estar constrangidos de constrangê-los, porque esta é a última oportunidade que nós temos. Depois, a gente vai estar solidariamente responsável porque indicou. Então, eu não tenho problema nenhum. Se tiver que perguntar ou pedir uma explicação, pedirei, vocês a darão, e a gente votará com base nisso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Jean Paul, é por isso que eu fiz questão... Não me cabe aqui, repito, induzir votação. Eu fiz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apenas questão de trazer uma informação num caso específico. Por exemplo, sobre competência, eu não tenho como julgar a competência de cada um. Eu concordo com V. Exa.

E me permita, meu líder Eduardo – é meu líder pessoal, não Líder do Governo –, dizer que não vou procurar culpados. Agora é fato que a metodologia com que nós estamos trabalhando, seguramente, é comprometedora. As indicações, independentemente de estarem há mais tempo no *Diário Oficial*, chegaram a esta Comissão na segunda-feira, anteontem, às 10h da noite. Às 10h da noite, a Comissão não está funcionando. Então chegaram às minhas mãos ontem, ao meio-dia. E V. Exa. há de convir que eu tenho que indicar Relatores, que têm que minimamente... Eu sei que os indicados já teriam visitado muitas pessoas, mas o Relator tem uma responsabilidade e, então, tem que apreciar, tem que estudar, tem que perguntar à consultoria. É óbvio que tem que olhar para os ditames legais das indicações de agências, até porque todo mundo que vai para agência tem mandato.

Como disse o Senador Jean Paul, eu, pessoalmente, entendo que, se ela é com mandato... Nós mesmos determinamos o quê? Que ela é com mandato, para que ela não sofra influência direta dos governos, apesar de alguns questionarem, porque, se o Governo está assentado, como atual Governo, com a legitimidade do voto, mesmo que não tenha tido o meu e que eu seja de oposição, ele tem a prerrogativa de fazer as indicações. Entende? Então, por isso, há o mandato. Então, vocês têm mandato para estarem livres para interpretar as normas, na tarefa que, na minha opinião, é extremamente importante neste momento, que é a regulamentação do item saneamento.

Eu fui Governador de um estado com 417 municípios e digo aqui que, talvez, a gente tenha algo apetitoso para a iniciativa privada... Não falo isso como crítica, mas a iniciativa privada não vai investir para não ter sua taxa de retorno. Apetitosos, talvez, sejam 15, 20 municípios. E eu, que fiz o maior investimento na área de águas e saneamento da história do meu estado, através da Embasa, uma empresa pública de águas e saneamento, digo: se nós deixarmos isso só ao condão da iniciativa privada – falo isso para todos vocês que estão indicados –, nós vamos ter o fundão do país sem nunca acessar o saneamento, porque são áreas que não têm uma taxa de retorno, como têm São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador ou as grandes cidades.

Portanto, eu chamo a atenção, porque, se nós queremos que a água e o saneamento sejam acessíveis a todos, nós temos que saber como faremos essa regulamentação. E eu digo isso porque eu sofro isso numa terra onde coloquei água para... Eu vi uma pessoa de 50 anos se emocionar, porque, pela primeira vez, lavava um prato numa pia através de uma torneira; ou, pela primeira vez, tomava banho com chuveiro; ou, pela primeira vez, via o sabonete fazer espuma, porque tomava banho com água salobra, que corta o sabão e não faz espuma. Então, eu estou dizendo isso, porque é muito importante. Apesar de a gente estar em Brasília, o Brasil tem 5,5 mil municípios, com realidades totalmente diferentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu quero de novo ressaltar, Senador Jean Paul, que a minha intenção aqui não é nem de recriminação nem de aprovação – isso cabe aos Srs. Senadores na votação secreta –, mas é disponibilizar, o que não poderia deixar de fazer, as informações.

O Senador Eduardo, que foi o Relator, respondeu. Eu me sinto satisfeito pelo menos por ele dizer que enfrentou a questão.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Presidente Jaques, também apenas a título de informação, ontem dei esta informação também, uma das coisas que provavelmente levou a esse processo, nesse caso agora – e há várias explicações que pululam –, é o fato de nós não termos cumprido, em alguns casos, o art. 383, inciso II, alínea "e", que passo a ler aqui:

> Art. 383.
> .....
> II -
> .....
> e) a comissão convocará o candidato para, em prazo estipulado, não inferior a 5 (cinco) dias úteis, ouvi-lo, em arguição pública, sobre assuntos pertinentes ao desempenho do cargo a ser ocupado [...]

Então, esse artigo está no nosso Regimento e exatamente serve ao fato... Aí vem o argumento: "Não, mas é um esforço concentrado, vale tudo". Não, não vale. O esforço concentrado já é marcado pelo Presidente, sabendo que existe uma lista acumulada de indicações – indicações essas que já têm uma certa antecedência. O erro está em aproveitar a marcação do esforço concentrado e enfiar nomes de última hora. Isso é que eu acho que a gente tem que ter mais cuidado ao fazer.

Era só isso, Presidente.

Obrigado.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador.

Permita-me, antes da sua questão de ordem, porque as pessoas estão ansiosas...

Eu vou pedir à Mesa para abrir a votação.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. *Fora do microfone*.) – Você acabou de resolver a minha questão de ordem. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Então, pronto. Por isso é que eu me antecipei a V. Exa.

Eu lembro aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras...

Peço que alguém da Comissão notifique, na Comissão de Relações Exteriores, porque existem vários membros desta Comissão que estão lá numa missão.

Eu lembro às Sras. e aos Srs. Senadores que cada Senador vai votar cinco vezes. Vota primeiro e vai sequenciando todos os nomes dos indicados. Só ao final, fecha-se a votação.

Está aberta a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – As Sras. e os Srs. Senadores dispõem desta urna eletrônica aqui e de uma na porta de acesso à Comissão.

Eu agora ofereço a palavra...

Se vocês quiserem retornar, porque agora eu não sei para quem será a pergunta. Então, se forem perguntas dirigidas, é melhor que cada um que tenha que responder venha aqui.

Eu pergunto... (*Pausa.*)

Ou então, onde vocês estiverem sentados, a câmera pode pegar para responderem.

Senador Jean Paul, V. Exa. quer fazer uso da palavra para algum questionamento?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) – Presidente Jaques, recebemos aqui algumas sugestões, mas eu queria fazer uma pergunta de cidadão, começando por Veronica, que está aqui atrás, e depois a cada um de vocês.

É uma pergunta de cidadão comum. Nós vivemos, em termos de recursos hídricos, hoje, grandes dúvidas – estou falando aqui como uma pessoa completamente leiga, como um cidadão que nos ouve hoje em casa, nos acompanha e tem diante de si candidatos a regular as águas, o uso das águas, a racionalidade de tudo isso. Muitas dúvidas assolam as pessoas quando veem hoje disparidades em relação ao histórico que o Brasil tinha, de áreas claramente semiáridas, áreas com menos acesso a água, outras com acesso regular; e hoje isso tudo se confunde: você tem seca em São Paulo, inundações no Nordeste... Qual é, efetivamente, a conexão que vocês reputam ao uso de água – absolutamente sem criminalizar, absolutamente sem culpabilizar – cada vez, assim, geometricamente maior que nós fazemos para nos tornarmos um país agroexportador no nível em que nós estamos? Isso de fato é uma variável importante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na gestão de águas – e nós temos que de fato enfrentar esse problema – ou dá para, como fazemos hoje, meio que "ah, o agro sustenta o país, então vamos levando adiante, até a hora em que der um engasgo mesmo, aí a gente vai em cima desse pessoal"?.

De novo, não estou aqui fazendo nenhum tipo de preconceito, prejulgamento de que eles seriam vilões ou mais vilões do que qualquer um de nós no desperdício, no uso da água ou em, eventualmente, não remunerar esse uso devidamente para que outros usuários também possam ter acesso e não ter racionamento, enfim, mas essa questão se impõe hoje.

Essa é uma questão importante, Veronica e demais indicados, que o brasileiro se pergunta: a partir do momento em que nós viramos megaexportadores e que utilizamos em irrigação, cada vez mais massiva, a água do curso dos rios – e isso se vê não só no Sudeste e no Centro-Oeste, mas já se vê no Nordeste também... A cada momento em que você ganha escala na agricultura, Senador Jaques Wagner, as pessoas se perguntam. É uma pergunta de criança. Sabe aquela pergunta de criança, que é incômoda; chega à sala e pergunta uma coisa que ninguém perguntou? "Mas, espere aí, se vocês estão usando muito mais água para irrigar, e ela está saindo do mesmo rio, e aí, como é que fica? Quem administra isso? Quem gere isso?" – essa é a pergunta de criança ou pergunta de cidadão que eu gostaria de colocar aqui para vocês. É uma pergunta genérica. Acho que cada um pode tomar aí três, cinco minutos no máximo e nos dar essa luz.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Então, o questionamento... Senador, sua pergunta é para os cinco ou é dirigida diretamente a...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quem achar que pode... Acho que ouvir a Diretora-Presidente é importante, porque é quem conduz o processo; e, de vocês, quem achar que pode dar algum comentário útil nisso, seria interessante. É menos de sabatina e mais de ilustração mesmo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Confúcio, V. Exa. tem alguma pergunta que quer colocar?

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para interpelar.) – Eu vou dirigir a minha pergunta à própria candidata à Presidência, a Dra. Veronica.

Nós estamos com 6 mil índios acampados aqui na Esplanada. E eles estiveram aqui hoje justamente falando também... Na semana passada esta Comissão se debruçou várias vezes sobre a questão dos atingidos por barragens dos reservatórios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eles estão reclamando justamente da falta de cuidado que as agências reguladoras têm, na autorização dos reservatórios elétricos, de não ouvir adequadamente os atingidos pela barragem, principalmente os indígenas e os ribeirinhos. Quais são as providências que a Dra. Veronica e a sua equipe tomarão de agora para frente na construção das grandes hidrelétricas do Brasil?

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Confúcio.

Eu quero formular as perguntas deixadas pela Senadora Kátia, que perguntou, na verdade, aos cinco sabatinados. Primeira pergunta: qual é a posição... Não precisa ser respondida por todos os cinco. Na verdade, podemos começar com a presidenta, pelo fato de ser presidenta, mas, se alguém quiser se habilitar...

Senador Otto, tudo bem?

A primeira é sobre a controladoria das agências. Ela formulou aqui a pergunta, e eu relembro a pergunta, que foi feita para todos. A segunda que ela formulou é sobre a questão do estudo de bacias. Com a experiência de alguns de vocês que estavam na ANA ou no MDR, como é que vocês encaram esse estudo, ou seja, qual é a serventia real que esse estudo tem tido? A Senadora apontou que, apesar dos estudos, os investimentos ou até as emendas parlamentares são aportadas ou alocadas de uma forma incongruente com o estudo. Por exemplo, se eu tenho um rio e vou fazer saneamento, em tese você deveria começar a montante, porque é óbvio que, se eu faço saneamento aqui e a montante não faço, o que vier lançado do rio acima vai percorrer o rio inteiro. E, finalmente, a terceira: sobre as hidrelétricas a fio d'água.

Então, nós já temos a pergunta do Senador Jean Paul, a pergunta do Senador Confúcio e as três colocadas pela Senadora Kátia Abreu.

Eu inicio, então, com a Dra. Veronica, que é a indicada para o cargo de Diretora Presidenta ou Diretora-Geral da agência.

Ante de vossa... Eu vou destinar, primeiro, cinco minutos, para ver se podemos compactar, até para que outros Senadores possam fazer perguntas também.

A SRA. VERONICA SÁNCHEZ DA CRUZ RIOS (Para expor.) – Obrigada, Sr. Presidente, pelas perguntas. Agradeço aos Senadores pelos questionamentos apresentados.

Vou começar respondendo aos questionamentos deixados pela Senadora Kátia Abreu na sua intervenção.

No que tange à primeira pergunta, relacionada à proposta de se criar uma controladoria-geral para as agências reguladoras, entendo, Srs. Senadores, que as agências reguladoras – e assim dispõe a Lei das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agências, aprovada pelo Congresso Nacional em 2017 –, pela sua natureza de serem autônomas no sentido de regularem os serviços vinculados às suas áreas de competência, têm uma missão precípua de garantir o interesse público. E todas as agências têm mecanismos de controle social que permitem que a sociedade aponte os questionamentos, faça sugestões, analise todas as medidas que, porventura, essas agências venham a tomar tanto no sentido de editar normas como de se abster de editar normas. Então, entendo que o mecanismo de controle social já existente é um mecanismo importante de participação da sociedade e de todos os agentes dos setores regulados, e cabe naturalmente ao Congresso Nacional avaliar se é necessária a construção de um novo mecanismo no formato que a Senadora mencionou na sua pergunta.

No que tange à questão de alocação de recursos, principalmente de emendas parlamentares, para os investimentos em saneamento e em segurança hídrica, gostaria de mencionar que, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional, existe o Plano Nacional de Segurança Hídrica; a Política Nacional de Segurança Hídrica e o Plano Nacional de Segurança Hídrica, que apontam para a prioridade de alocação de investimentos e de alocação dos recursos públicos nessa agenda. E o orçamento do Ministério, aqueles valores e os recursos discricionários a serem alocados pelo Ministério do Desenvolvimento Regional observam rigorosamente a aplicação dos recursos com base no Plano Nacional de Segurança Hídrica, observando a bacia hidrográfica como espaço de priorização de alocação desses recursos.

Naturalmente, no que a Senadora mencionou de emendas parlamentares, cabe aos Parlamentares indicarem as prioridades na alocação desses recursos, que idealmente deveriam observar o Plano Nacional de Segurança Hídrica para alocação desses recursos.

Com relação ao terceiro questionamento, da Senadora Kátia Abreu, relacionado às hidrelétricas a fio d'água, entendo que o Plano Nacional de Energia, o Plano Decenal de Energia aponta, é um indicativo do planejamento do setor energético nacional que prevê, inclusive, a ampliação do potencial hidrelétrico no país, mas também o equilíbrio entre as fontes de geração de energia no país. Recentemente, nos últimos anos, tem havido uma ampliação das fontes renováveis, como a fonte eólica, a fonte solar, além da própria expansão de hidrelétricas, de PCHs e de CGHs no país; no entanto, há que haver esse equilíbrio.

E entendo também, já indo para a pergunta do Senador Confúcio no que tange à política nacional dos atingidos por barragem e dos indígenas que o senhor mencionou que estão aqui em Brasília, nesse sentido, todo o processo de construção de uma hidrelétrica passa por um rigoroso processo de licenciamento ambiental, e no caso específico das comunidades indígenas, faz parte do rito do processo de licenciamento ambiental consultar a Funai, que é o órgão competente para analisar se há ou não impacto em terras indígenas. E até do que eu tenho noção nesse momento, não há nenhum processo de licenciamento ambiental que permita a afetação de área indígena por hidrelétricas, por reservatórios de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hidrelétricas. Então, nesse sentido, é importante destacar aqui que tanto os processos de licenciamento ambiental do Ibama como dos órgãos estaduais...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VERONICA SÁNCHEZ DA CRUZ RIOS – ... consideram sempre, na instrução processual, a consulta à Funai no que tange ao impacto às populações indígenas.

E, por último, em relação à pergunta do Senador Jean Paul no que tange ao uso da água para a agricultura, de fato a pergunta do Senador é muito relevante porque, sim, a agricultura é um dos principais usuários dos recursos hídricos do Brasil, mais de 60% das outorgas pelo uso de água, tanto dos rios federais como dos rios estaduais, é, sim, para a agricultura, e um dos papéis primordiais da agência é exatamente zelar pelos usos múltiplos, zelar para que a disponibilidade de água observe todas as necessidades de uma forma equilibrada. Então, é uma competência da agência, e não só da Agência Nacional de Águas no que tange aos rios de domínio da União, mas das agências estaduais que têm a obrigação de regular os rios de competência dos estados. E, sim, é uma preocupação garantir os usos múltiplos, Senador.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Dra. Veronica.

Eu pergunto se algum outro indicado gostaria também de responder.

O SR. FILIPE DE MELLO SAMPAIO CUNHA (*Fora do microfone.*) – Posso?

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pode.

O SR. FILIPE DE MELLO SAMPAIO CUNHA (Para expor.) – Voltando ao questionamento da Senadora Kátia Abreu há pouco, ela questionou a criação da controladoria das agências reguladoras. É algo interessante. O Brasil adotou um modelo de gestão descentralizado, ou seja, as agências reguladoras ficam vinculadas diretamente aos ministérios finalísticos, no caso da ANA ao MDR. Então, é um exemplo que pode ser feito, como a Senadora propôs, não sei se uma controladoria, mas um órgão central, por exemplo, numa casa civil, como é um modelo americano, em que todos as agências ficariam vinculadas ali a esse órgão, acredito que haveria uma governança mais efetiva e uma gestão dessas agências, das indicações e do quadro técnico. Acho que isso é importante. Acho muito oportuna essa discussão no âmbito do Parlamento, e espero poder participar também dessa discussão.

Em relação à pergunta que o nobre Senador Jean Paul Prates fez há pouco, realmente é essencial que respeitemos os usos múltiplos das águas. Esse uso múltiplo é considerado um dos fundamentos da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossa Lei das Águas, então acredito que, para nós termos a gestão desses recursos hídricos de maneira descentralizada, participativa, integrada, é necessário ficarmos atentos. Realmente, o Brasil é tido como uma referência no agronegócio, mas precisamos da água inclusive para o agronegócio. Então, a gente precisa, como país, avançar nesse equilíbrio entre os dois lados: o econômico e os recursos hídricos, a gestão ambiental. Então, acho que é muito importante.

Acho que *a priori* são essas duas perguntas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – V. Sa. gostaria...

O SR. MAURICIO ABIJAODI LOPES DE VASCONCELLOS – Gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não.

O SR. MAURICIO ABIJAODI LOPES DE VASCONCELLOS (Para expor.) – Obrigado pela palavra, Senador.

Só gostaria de acrescentar trazendo uma informação do que a ANA vem desenvolvendo nesse sentido, uma preocupação realmente que recentemente foi externada, inclusive no documento produzido junto com a OCDE, uma preocupação da resiliência hídrica, que combina justamente esses valores, essa necessidade de racionalizar, de pensar a água não apenas criando uma infraestrutura física, mais canais, como, por exemplo, a gente tem visto aí, e é muito salutar, a questão da transposição do São Francisco, mas mudando o comportamento pessoas no sentido de criar aquela consciência coletiva para o uso racional da água. Então, eu acredito que a ANA deve evoluir muito na questão dos instrumentos econômicos, mas não colocando no sentido apenas de gerar preço; instrumento econômico no sentido de mudar comportamento, para que esse bem nosso tão precioso comece a ser enxergado como um bem econômico, escasso, de valor, e que ele possa realmente privilegiar a grande coletividade, os usuários como um todo e não apenas um setor ou outro. Em que pese a gente perceba que a questão do desenvolvimento acaba gerando essa necessidade por cada vez mais água. Então, eu acho que a grande ideia é a gente conseguir mudar comportamentos para que a gente possa atender todos os usos e todos os usuários e a gente possa, consequentemente, permitir o desenvolvimento do nosso país, inclusive as fronteiras agrícolas, enfim.

É esse o complemento que eu gostaria de colocar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu queria, para valorizar a participação daqueles que acompanham a sessão pela TV Senado ou por outros meios, registrar que foram várias perguntas. Eu vou fazer algumas delas e depois eu vou enviar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para todos os sabatinados, independentemente de a sessão expirar, para que possam retornar a resposta aqui, para que a gente possa retornar. A nós sempre interessa muito estimular a participação da sociedade. Então, algumas perguntas que foram lançadas.

Dhalton Luiz, de São Paulo: "A destinação de resíduos sólidos urbanos devem ser objeto de atuação regulatória por parte da ANA?".

Gaetan, do Distrito Federal: "Qual a sua proposta para [...] solucionar os conflitos gerados pelos múltiplos usos da água?".

Dhalton, de São Paulo: "Como integrar a gestão de recursos hídricos com a gestão costeira? [...] como a ANA tem atuado em relação ao quarto objetivo da Política Nacional de Recursos Hídricos?".

Adriana Niemeyer...

A primeira foi endereçada à Dra. Veronica. As três primeiras que eu acabei de ler – as quatro, aliás – foram dedicadas e endereçadas diretamente.

Esta foi indicada para Ricardo Medeiros, Adriana, do Distrito Federal: "Quais são os principais desafios [...] para [...] [melhorar a] gestão dos recursos hídricos e do saneamento básico no Brasil?".

Ao Dr. Mauricio, Camila Lopes, do Distrito Federal: "Como o sabatinado vê a questão da perda inflacionária [...] na carreira dos servidores das agências?".

Também do Distrito Federal, Camila Lopes: "Se dependesse do sabatinado, qual o percentual do orçamento da agência seria direcionado [...] [à] atualização técnica do corpo?".

Simone Vendrúscolo, do Distrito Federal: "Como conciliar a obrigação do Estado de universalizar o saneamento e a necessidade de geração de lucro das empresas de saneamento?".

Também da Simone, do Distrito Federal: "Como garantir o direito à água e ao esgotamento sanitário às populações mais vulneráveis, que não têm como pagar o serviço?".

São dirigidas ao Dr. Mauricio: "Quais instrumentos devem ser aplicados para promover a integração da gestão ambiental com a gestão de recursos hídricos? Qual é a melhor forma de regular o uso da água em terrenos de Marinha situados dentro de pequenas bacias estaduais?". "Como expandir a cobrança pelos usos dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos nas diferentes regiões do país?".

Dirigida à Dra. Ana Carolina, de Morris Warren, do Distrito Federal: "Como garantir 90% de coleta e tratamento de esgotos até 2033, considerando as cidades não atrativas para o capital privado?".

Da mesma pessoa do Distrito Federal: "A Lei das Águas [...] completou 25 anos. [...] [Que] aspectos [...] precisam ser aprimorados [...]?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adriana Niemeyer, do Distrito Federal: "Quais são os principais desafios da ANA na gestão dos recursos hídricos e [na] regulação do saneamento básico? Como enfrentá-los?".

Thiago, de Mato Grosso: "O que pensa [...] de uma parceria público-privada, para sanar o problema de saneamento básico no Brasil?".

E esta é para o Dr. Filipe, nos mesmos moldes: "Como garantir que 90% [...]". É a mesma pergunta, só que destinada a mais de um.

E eu queria colocar também duas perguntas que me parecem pertinentes, que posso começar direcionando à Dra. Veronica, mas também disponibilizando para outros que queiram responder.

Em sua opinião, quais são os limites da competência da ANA na regulação do saneamento? Como conciliar, porque há controvérsias nesse aspecto, a competência regulatória com a titularidade do serviço e a delegação regulatória local?

Outra pergunta que eu acho importante: em sua opinião, qual deve ser a atuação da ANA em arranjos interfederativos para a concessão de serviços de saneamento, por exemplo, em regiões metropolitanas?

Por último, uma pergunta que vai repercutir muito, principalmente porque a titularidade é do município e a maioria das empresas são estaduais, e, com o novo marco, essa questão se coloca: no caso da rescisão de contratos de concessão e de programa, ainda que por caducidade, cabe indenizar as concessionárias pelos ativos não amortizados? É de conhecimento público que a ANA vem trabalhando com o tema. Poderia nos informar se conhece as controvérsias sobre as diversas metodologias de aferição do montante indenizável? Há algum entendimento, ainda que preliminar, sobre qual metodologia entende ser mais razoável e por quê?

Essas últimas três perguntas eu queria direcionar, eventualmente, aos cinco, mas eu queria começar pela Dra. Veronica, por seu papel de Diretora-Geral, mas é óbvio que, como é um colegiado, vou disponibilizar tempo depois para os outros, mesmo para o Ouvidor – apesar de não ser essa a sua função, podem chegar reclamações para o Ouvidor e, como V. Sa. tem experiência pretérita na própria agência, eu gostaria de ouvir sua opinião. As perguntas do e-Cidadania que eu apresentei vou remeter aos cincos para, se quiserem, responder. Eu acho sempre louvável, porque o tema é de interesse e muita gente acompanhou a sessão.

Dra. Veronica.

A SRA. VERONICA SÁNCHEZ DA CRUZ RIOS (Para expor.) – Obrigada, Sr. Presidente, pela leitura das perguntas de quem nos assiste pelo e-Cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou começar respondendo a primeira pergunta, relacionada à destinação de resíduos sólidos, se isso deve ser parte da competência de emanar diretrizes regulatórias pela Agência Nacional de Águas.

Eu gostaria de salientar que a Lei nº 11.445, alterada pela Lei 14.026, de 2020, prevê que são componentes do saneamento básico quatro elementos: a disponibilização de água, a questão de acesso aos serviços de coleta e tratamento de esgotos, a coleta e destinação adequada dos resíduos sólidos urbanos e também a drenagem. Esses são os quatro elementos, os quatro componentes do saneamento básico. Portanto, a questão das diretrizes regulatórias que a Agência Nacional de Águas irá dispor no que tange aos parâmetros para a prestação do serviço de coleta e disposição adequada dos resíduos sólidos urbanos também passará a ser competência da Agência Nacional de Águas. E a relação intrínseca dessa política de destinação de resíduos sólidos urbanos com os recursos hídricos é que a falta de termos aterros sanitários adequados leva à contaminação de lençóis freáticos, e isso compromete os usos, principalmente, das águas subterrâneas. Aliás, não só de águas subterrâneas, mas também dos rios e dos corpos d'água superficiais que porventura possam vir a ser contaminados com a destinação inadequada dos resíduos sólidos. Portanto, compete, a partir da alteração da legislação em 2020, à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico dar as diretrizes para que as agências locais, para que os titulares de serviços – que, nesse caso, são os municípios – possam, de fato, ter uma gestão adequada dos seus resíduos sólidos urbanos, evitando os problemas ambientais decorrentes da não adequação da sua disposição.

No que tange às propostas para solucionar os conflitos gerados pelos usos múltiplos da água: na verdade é competência precípua da Agência Nacional de Águas dispor de normas e da regulação adequada para garantir os usos múltiplos da água. E, no caso de conflitos instalados, a Agência Nacional de Águas tem se pautado por uma persistente forma de articular os diversos atores, os diversos usuários. Quando há situações mais críticas, instalam-se salas de situação em que a agência faz toda a mediação desses atores, no sentido de chegar a soluções convergentes, em que todos os participantes tenham a possibilidade de apresentar as suas posições e chegar a uma solução concertada entre todos os agentes. Além disso, há a proposta de aprimoramento da Política Nacional de Recursos Hídricos no sentido de se ter uma gestão mais eficiente dos recursos hídricos, permitindo os múltiplos usos.

No que tange à questão do uso racional da água e da utilização de águas pluviais, que é o quarto objetivo da Política Nacional de Recursos Hídricos, compete salientar que, hoje pela manhã, a própria Comissão de Meio Ambiente, presidida pelo Senador Jaques Wagner, apreciou duas medidas que tratam de um uso mais eficiente da água, não só em edificações, mas de um uso mais racional da água, inclusive com a possibilidade de utilização de águas pluviais, e existem outras iniciativas no Congresso Nacional que tratam do reuso de água, que também é um elemento que está previsto na legislação do saneamento básico e que poderá ser utilizado pelos titulares prestadores de serviços.

Sr. Senador, com relação ao que tange à atuação das agências locais e à relação das agências infranacionais na regulação dos serviços de saneamento básico, exatamente cabe às agências

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

infranacionais regular os serviços diretamente e compete à Agência Nacional de Águas dar as diretrizes regulatórias, os parâmetros, as melhores práticas para que essas agências possam atuar de uma forma mais uniforme, no sentido de homogeneizar e harmonizar a regulação do setor de saneamento básico em nível infranacional, ou seja, municipal, e eventualmente, no caso de regiões metropolitanas, microrregiões ou outras formas de prestação regionalizada.

Era isso, Sr. Senador. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu pergunto se...

Pois não.

O SR. RICARDO MEDEIROS DE ANDRADE (Para expor.) – Bom, Senador, obrigado pela oportunidade.

Eu queria agradecer aqui à Adriana Niemeyer, do Distrito Federal, pela pergunta, e ela pergunta quais são os principais desafios para melhorar a gestão dos recursos hídricos e do saneamento no Brasil.

Eu posso dizer, tentando ser bastante sucinto, que é praticar o que estabelece a Lei 9.433 nos seus princípios e diretrizes, que é gestão compartilhada, descentralizada e participativa. Eu acho que esse é o grande foco.

A ANA tem atuado na gestão de recursos hídricos em parceria estreita com os órgãos gestores estaduais. A ANA é das poucas agências, senão a única, que não tem representação nacional. A sua sede é em Brasília e todo seu corpo técnico está em Brasília. Portanto, para que atue no país, ela tem que atuar em parceria com as agências estaduais, no caso Inema, na Bahia, e outras, como Igam, em Minas Gerais. E, se a gente não tiver uma relação de confiança estabelecida nesses princípios de gestão compartilhada, descentralizada e participativa, dificilmente nós teremos uma gestão de recursos hídricos de qualidade. E aí eu acho que o grande desafio é exercitar isso no setor de saneamento básico. É integrar o setor de saneamento básico, como a ANA tem feito no setor de recursos hídricos. Portanto, o nosso grande desafio, tanto quanto foi feito na gestão de recursos hídricos, é que no saneamento básico a gente consiga estabelecer procedimentos e padrões de trabalho e de regras que garantam não somente o uso múltiplo das águas, mas garantam os investimentos e a segurança jurídica para esses investimentos. Então, para mim, Senador, esse o grande o grande desafio que nós temos para a gestão de recursos hídricos e para o saneamento básico no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Mais alguém gostaria de se manifestar?

Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURICIO ABIJAODI LOPES DE VASCONCELLOS (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Eu só gostaria de complementar. Eu acho que o grande desafio, realmente, do saneamento básico é a questão da universalização do serviço. A gente vive no nosso país uma realidade, como o Senador colocou, muito díspar. No Norte do país, por exemplo, há muita água, mas há pouco acesso a água potável, ao tratamento de esgoto. Já no Sul do país, ou do meio do meio para baixo, vamos assim dizer, a realidade é o inverso. E é muito importante, há inclusive projetos tramitando nesta Casa...

E aí vem, aliada aqui à pergunta que a Simone Vendruscolo, do Distrito Federal, colocou, a questão das populações mais vulneráveis, de como fazer com que essa água potável e esse tratamento de esgoto cheguem a essa população de que mais precisa, para inclusive atingir os objetivos do desenvolvimento sustentável, os programas e o que a própria lei prevê em termos de universalização de serviço.

Eu acho que é o grande desafio dessa gestão que virá para a ANA é este: tentar encontrar soluções para que a gente possa realmente fazer isso acontecer, colocar em prática o que a lei do saneamento coloca. E o papel da Ana é muito sensível nesse sentido porque ela não vai ser o órgão que vai efetivamente executar, ela vai propor, ou, enfim, ela vai definir normas de referência para os órgãos, para que a gente tenha, vamos dizer assim, uma padronização, uma harmonização entre esse tipo de serviço no Brasil como um todo.

Então, eu só gostaria de colocar essa questão em relação aos serviços, de como pagar esse serviço, e a gente alia aqui outra pergunta que vem, sobre a competência, de como conciliar essa questão da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental. A gente precisa, justamente, encontrar um caminho para fazer com que seja colocada essa questão e tenha acesso toda a população.

Obrigado. (*Pausa.*)

A SRA. ANA CAROLINA ARGOLO NASCIMENTO DE CASTRO (Para expor.) – Então, vamos lá.

Bom, com relação à primeira colocação, relacionada ao levantamento do Presidente a respeito da destinação de resíduos sólidos, eu acho que o que a Veronica falou é bem pertinente com relação à coleta. A ANA agora vai ter que propor essas diretrizes regulatórias sobre a destinação desses resíduos sólidos. Certamente os aterros feitos de maneira inadequada são um problema muito presente hoje em vários municípios, então a gente precisa, de fato, criar essas diretrizes para que os titulares possam fazer a gestão adequada dos resíduos sólidos, a nova competência da ANA.

Com relação aos conflitos de uso múltiplo da água, eu acho que é importante pensar sempre num equilíbrio. Eu acho que cada caso e cada conflito exige uma análise que seja feita, de fato, de forma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

orientada, levando sempre em consideração que a dessedentação de animais e o consumo humano é a nossa prioridade, e cada caso é um caso.

E, com relação ao uso racional da água e ao uso das águas pluviais, a gente já possui várias técnicas de reuso de águas pluviais. Então é importante a gente ter essas diretrizes e parâmetros da ANA para que essas técnicas sejam utilizadas e a gente tenha realmente uma regionalização dos serviços de distribuição de água.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não.

O SR. FILIPE DE MELLO SAMPAIO CUNHA (Para expor.) – Foi-me feita a pergunta aqui pelo Morris Warren, do Distrito Federal. Ele perguntou aqui: "Como garantir 90% de coleta e tratamento de esgotos até 2033, considerando as cidades não atrativas para o capital privado?". Acho que o próprio Senador Jaques Wagner colocou isso aqui no início da fala dele. É importante a gente...

Isso é uma questão de modelagem, conjugar essas áreas atrativas que nós temos nessas cidades, como o senhor pontuou, Senador Jaques Wagner, que não são economicamente viáveis e que a lei acaba delegando aos estados. E é importante o papel da ANA na edição das normas de referência, na elaboração também de estudos para o desenvolvimento de melhores práticas, bem como desses guias e manuais que cabem à ANA elaborar... Então, eu acho que a ANA tem um papel fundamental para que a gente alcance essa meta como país, de 90%, quem sabe até mais de 90%, viabilizando esses avanços na legislação, na regulamentação, nas normas; é importantíssima essa melhoria regulatória.

E acho que esse é o caminho que a gente quer seguir. A gente quer ver o Brasil com uma boa saúde para a nossa população, onde as crianças podem ir à escola porque não estão doentes em casa, porque pegaram uma doença se contaminando por conta do esgoto a céu aberto.

Eu acho que a ANA tem um papel fundamental nesse processo. E estaremos nessa disposição, Senador, para fazer esse modelo dar certo, de concessão, de licitação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Queria só registrar a experiência que nós temos lá no Estado da Bahia. Evidentemente, se avizinhando a decisão que foi tomada no novo marco regulatório, nós, quer dizer, na verdade, o Governador – eu já estava fora do governo – fez questão, exatamente para evitar o problema que eu falei aqui de áreas de excelência do ponto de vista do investimento e de áreas de déficit do ponto de vista do investimento, de construir como se fosse consórcio e legalizar do ponto de vista de pessoa jurídica, já que a figura do consórcio é possível, e, com isso, ter regiões, porque a própria empresa, a Embasa, tem a sua data marcada, sua *deadline*, portanto, para depois, exatamente para evitar isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu considero que esse talvez seja um dos problemas maiores que vocês vão ter que encarar na regulação ou na regulamentação, porque, eu insisto, nós vamos ter áreas extremamente atrativas e áreas que, ao contrário, não despertarão o interesse da iniciativa privada. Se o conceito é que o poder público não tem orçamento, não tem financeiro para fazê-lo, se nós não cuidarmos disso antes que comecem os processos, vamos ter isto que eu acabei de falar: todo mundo vai querer ficar em Salvador, todo mundo vai querer ficar em Camaçari, todo mundo vai querer ficar em Ilhéus, etc., porque, pelo volume de pessoas, terá uma taxa de retorno, evidentemente, maior.

Então, eu acho que essa questão, na medida em que a nossa obrigação... E eu insisto que isso aí independe de governo, não tem nada a ver com direita ou esquerda, tem a ver com bom senso, porque a não existência de saneamento é auxiliar do comprometimento do meio ambiente, além de ser altamente responsável por inúmeras doenças – quem conhece o interior do país sabe disso.

Então, eu creio que esse talvez seja um dos maiores desafios que nós teremos. E é claro que nós vamos enfrentar – eu não estou dizendo que é ilegítimo – a iniciativa privada. E estou à vontade, porque, no meu estado, nós praticamos PPP em hospitais, no estádio de futebol, no próprio saneamento. O emissário submarino mais novo da Embasa foi feito em parceria, é uma PPP, com a iniciativa privada, que aportou investimento para cobrar em função do uso disso – e eu não vejo nenhum problema nisso. Eu acho que o compartilhamento do público e privado é absolutamente possível, porém são de natureza totalmente diferente: o público, como vive de imposto pago pela população, tem como missão primeira esse atendimento a todos; e a iniciativa privada, repito sem juízo de valor, vai investir onde puder. É por isso que, muitas vezes, o estado tem que ser o desbravador, porque, para determinada estrada, determinado aeroporto, ficam naquela de quem veio primeiro: a galinha ou o ovo?, ou seja, eu não invisto porque não há voo, eu não tenho voo porque não há investimento no aeroporto. É a mesma coisa em estrada, a mesma coisa em saneamento e em serviço de água.

Então, eu alerto, chamo a atenção de vocês, porque eu acho que esse item, na minha opinião, é fundamental para se ter um ponto de equilíbrio, senão – repito – nós vamos aprofundar as discrepâncias regionais e sociais que o Brasil tem, que é uma marca, na minha opinião, uma chaga dolorosa. Nós somos uma das maiores economias do mundo – no ano passado, contribuímos com novas 20 famílias para o clube de bilionários –, e com um volume enorme de pessoas que foram para a extrema pobreza.

Então, eu acho, eu gosto sempre de dizer que meio ambiente e o cuidado com o social não são de esquerda nem de direita, são de bom senso. Eu não acredito em nenhum desenvolvimento que não trabalhe com conceito tripartite de sustentabilidade: econômica, ambiental e social. Se os três não andarem juntos, nós vamos ter não um desenvolvimento, nós vamos ter sempre uma perna quebrada. Não adianta a gente desenvolver o país e você ter um corpo de brasileiros totalmente alheio ou excluído do desenvolvimento. Se nós não cuidarmos daquilo que nós temos de tão precioso, que é o nosso meio ambiente, a nossa biodiversidade... Eu não preciso ensinar para vocês que a própria ONU, falando dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oceanos, lançou a Década do Oceano, porque a previsão é que, se nós não tomarmos medida, daqui a pouco nós teremos mais peso em plástico nos mares do que peso de vidas próprias, de peixes e outros animais.

Então, eu acho que as coisas são tão gritantes... O último relatório do IPCC – para vocês que vão tratar de um tema que é o ouro azul e ao mesmo tempo é o flagelo de muita gente – é muito alarmante, foi motivo de matéria em vários jornais e televisões. E o grito é um grito muito grande.

Eu entendo que, se queremos longevidade no nosso desenvolvimento – e falo isso como brasileiro, como Senador, como ex-Governador, ex-Ministro –, esse bom senso nós temos que ter. E, como eu entendo que as agências são exatamente, ou devem ser, o estabelecimento desse ponto de equilíbrio, eu acho que a missão de vocês é uma missão extremamente importante para o país.

Eu espero – evidentemente que aqui é só a primeira votação; depois nós teremos a votação no Plenário – que, uma vez aprovados, vocês carreguem... E para isso eu vou insistir: é para isso que há mandato. O mandato, assim como os membros do Judiciário têm mandato, apesar de que mais longo que o de vocês, é para que cada um possa fazer tudo em função da sua consciência. Eu estou dando só... Como eu já estou com 71 anos, e vocês são todos mais novos, alguns até bem novos, eu acho que a gente tem que apostar em construir um Brasil mais equilibrado.

Eu, quando era coordenador do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do ex-Presidente Lula, fiz uma encomenda aos 90 Conselheiros e levamos um ano trabalhando para construir uma agenda nacional do desenvolvimento. E a pergunta que eu coloquei era: "Na sua opinião, qual é o maior obstáculo para o desenvolvimento brasileiro?". Para minha surpresa, confesso, depois de um ano de trabalho, a resposta unânime, depois de um ano de debates e discussões, foi que o nosso maior problema era o nosso fosso social e o nosso fosso regional. Esse era o maior obstáculo ao nosso desenvolvimento.

Então, eu creio que todos os membros da agência, não só da ANA, têm essa responsabilidade.

Eu estou insistindo no tema do mandato, porque o mandato foi pensado pelo legislador para dar autonomia e liberdade, para cada um trabalhar com sua consciência. Evidentemente, a gratidão a quem indicou é própria e é nobre em qualquer ser humano, mas isso não filia ninguém a nenhum partido político nem a nenhum indicador. É por isso que o mandato... Não sei se isso ocorre com vocês, porque há prazos diferentes, mas, em tese, cinco anos perpassam o mandato de um gestor.

Eu não acho que vocês sejam maiores nem menores. Quem senta na cadeira de Presidente ou de Governador carrega a legitimidade, na minha opinião, mais nobre, que é a legitimidade do voto, da vontade popular. Vocês, evidentemente, são indicados por quem tem essa legitimidade e são sabatinados aqui por quem tem o papel de fazer o controle do Executivo nessas indicações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é mais uma ponderação que eu faço e uma sugestão, como eu disse, com a minha vida pública e com a minha experiência na vida pública, que já é grande.

Eu pergunto se a Senadora Kátia já exerceu o voto, porque eu vou ter que encerrar a votação. Nós já temos número. E, já, já, vai começar a sessão no Plenário.

Abra aí, por favor.

Na verdade, no grupo em que ela vota, vai estourar a bancada de alguém, assim como no meu não adianta votar, porque já estourou a bancada. No dela, a bancada está completa. Se ela for votar, na verdade vai dispensar o voto de alguém.

Então, eu determino à Mesa que encerre a votação e publique, revele o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Na verdade, todos, em números diferentes, alcançaram a aprovação desta Comissão: Ricardo Medeiros, com 15 votos SIM e 1 NÃO; Veronica, com 15 votos SIM e 1 NÃO; Mauricio, com 14 SIM e 2 NÃO; Ana Carolina, com 14 SIM e 2 NÃO; Filipe de Mello, com 12 SIM e 4 NÃO.

De qualquer forma, todos tiveram... Eu parabenizo todos.

Agora vamos aguardar a votação em Plenário.

Agradeço a todos.

Declaro encerrada esta sessão.

(*Iniciada às 13 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1B8CC9D80045BA67.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.